



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1647

Quarta-feira - 24 de Dezembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Irineópolis	441
Alto Bela Vista.....	5	Itapiranga.....	443
Antônio Carlos	5	Itapoá	448
Arroio Trinta.....	8	Jacinto Machado	510
Aurora.....	21	Joaçaba.....	536
Balneário Rincão	44	Lages	590
Bela Vista do Toldo.....	46	Lauro Muller	601
Biguaçu	47	Leoberto Leal.....	602
Bom Jesus do Oeste	64	Luzerna	607
Braço do Trombudo.....	65	Mafra	613
Brusque.....	94	Maravilha.....	613
Caçador.....	95	Marema.....	641
Campo Alegre	99	Massaranduba.....	641
Campos Novos	110	Meleiro	644
Canelinha	170	Modelo	897
Canoinhas.....	170	Morro da Fumaça	924
Capinzal	208	Navegantes.....	927
Catanduvas.....	212	Novo Horizonte	931
Caxambu do Sul.....	212	Passo de Torres.....	932
Cocal do Sul.....	213	Passos Maia	933
Concórdia	214	Paulo Lopes	934
Cordilheira Alta	220	Penha.....	936
Coronel Freitas.....	220	Peritiba.....	947
Correia Pinto.....	221	Ponte Serrada	947
Curitibanos	221	Porto Belo.....	948
Dionísio Cerqueira	222	Rio do Sul.....	956
Ermo	224	Salto Veloso	977
Erval Velho	225	Santa Rosa do Sul	982
Forquilha.....	229	Santiago do Sul.....	984
Fraiburgo.....	246	São Carlos	986
Frei Rogério	248	São Domingos.....	987
Galvão.....	249	São João do Sul	998
Garopaba.....	250	São Joaquim	999
Garuva	261	São José.....	1001
Governador Celso Ramos	274	São José do Cedro.....	1003
Grão Pará	278	São Lourenço do Oeste.....	1009
Guaramirim.....	363	São Miguel da Boa Vista	1010
Guarujá do Sul	363	São Pedro de Alcântara.....	1010
Herval d'Oeste	364	Serra Alta	1013
Ibiam	379	Timbó	1018
Ilhota	380	Trombudo Central.....	1050
Imarui	386	Tunápolis.....	1051
Imbituba	410	Vidal Ramos.....	1055
Indaial.....	421	Videira.....	1056
Iomerê	421	Vitor Meireles.....	1076
Ipumirim	433	Xavantina	1077

Consórcios

ARIS	1080
CIGA	1081

Editais de Notificação

Imbituba	1084
Ipumirim	1084

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 154/2014

DECRETO Nº 154/2014 - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 41.666,00 (quarenta e um mil e seiscentos e sessenta e seis reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do departamento.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.2.90.00.00.0095/30 Aplicações Diretas - 3.3.50.00.00.0095/216 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Luc., 4.6.90.00.00.0095/31 Aplicações Diretas e 3.3.20.00.00.0095/35 Transferências à União, com as seguintes classificações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS

28.843.0000.0.001 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA
3.2.90.00.00.0095/30 Aplicações Diretas R\$ 7.395,00
4.6.90.00.00.0095/31 Aplicações Diretas R\$ 29.266,00

28.846.0000.0.002 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

3.3.20.00.00.0095/35 Transferências a União R\$ 5.000,00

12 FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

01 FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.243.0023.2.039 MANUTENÇÃO DO FUNDO DOS DIREITOS DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

3.3.50.00.00.0095/216 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Luc..R\$ 5,00
TOTAL R\$ 41.666,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de dezembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 155/2014

DECRETO Nº 155/2014 - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.739,00 (dezesesseis mil e setecentos e trinta e nove reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do departamento.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0017/151 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

17 SECRETARIA DE URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0017.2.041 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3.3.90.00.00.0017/151 Aplicações Diretas.....R\$ 16.739,00
TOTAL R\$ 16.739,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de dezembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 156/2014

DECRETO Nº 156/2014 - DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.750,31 (Hum mil e setecentos e cinquenta reais e trinta e um centavos).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do departamento.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0095/43 e 3.3.90.00.00.00189/227 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.0007.2.017 PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR ASSISTIDO
3.3.90.00.00.0095/43 Aplicações Diretas.....R\$ 1.500,00

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
3.3.90.00.00.0189/227 Aplicações Diretas.....R\$ 250,31
TOTAL R\$ 1.750,31

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de dezembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 157/2014

DECRETO Nº 157/2014 - DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 651,81 (seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e um centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.1.91.00.0.1.0002/8 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.91.00.0.1.0002/8 Aplicações Diretas R\$ 651,81
TOTALR\$ 651,81

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste decreto fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.00.0.1.0002/9 Aplicações Diretas R\$ 651,81
TOTALR\$ 651,81

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de dezembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.331/2014

LEI Nº 2.331/2014 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
"INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE ÁGUA DOCE."

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Água Doce, nos termos da Lei Federal nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE e regulamenta a execução das medidas destinadas à adolescente que pratique ato infracional (BRASIL, 2012) conforme anexo único desta lei, com o seguinte objetivo:

I - Servir de guia e instrumento de trabalho para todos(as) aqueles(as) responsáveis pelo atendimento socioeducativo, na direção de compreender que o ato infracional praticado por adolescentes não é incorporado como inerente à sua identidade, mas visto como uma circunstância de vida que pode ser modificada

II - Oportunizar serviços qualificados aos adolescentes do município de Água Doce e suas famílias, por meio da implantação do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 2º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo está previsto para execução nos próximos dez anos, podendo ser revisado e atualização de acordo com as necessidades.

Parágrafo Único: A proposta de alteração do Plano deverá constar as alterações, atualizações e a consolidação do plano anteriormente vigente.

Art. 3º. Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente lei, serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de dezembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.332/2014

LEI Nº 2.332/2014 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
"DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO E SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce(SC). Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º. A política Municipal do Idoso, regular-se-á pelas normas da presente Lei e princípio de ordem geral à sua adequada aplicação e funcionamento, preconizada nas Constituições Federal e Estadual e no Estatuto do Idoso.

Art. 2º. O atendimento ao Idoso do Município de Água Doce (SC),

será promovido através de instituições organizadas, vinculadas ao Conselho Municipal de Assistência Social e através da Secretaria de Saúde e Promoção Social, assegurando tratamento com dignidade e respeito à liberdade, à participação comunitária e ao bem estar social.

Art. 3º. A política de atendimento ao Idoso do Município, ofertada pelo Município, será proporcionada e centralizada através do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, que o Conselho Somente é órgão deliberativo, consultivo e controlador da política de promoção, proteção, defesa e assistência aos direitos das pessoas idosas do Município, vinculado a Secretaria de Saúde e Promoção Social, será responsável pela Coordenação da Política Municipal do Idoso e reger-se-á pelo disposto nesta Lei.

Parágrafo Único. O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO será constituído de 06(seis) Membros, com seus respectivos suplentes, compostos paritariamente de órgãos Governamentais e não governamentais, para mandato de dois (02) anos assim definidos:

I - 02 Representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social; sendo 01 representando o Setor Social e 01 representando o Setor de Saúde.

II - 01 - representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

III - 01 - representante da Secretaria de Administração;

VI- 01 - representante de usuário de idosos (indicado pelos Grupos do Centro);

V - 01 - representante de usuário de idosos (indicado pelos Grupos do interior);

VI - 01 - representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

VII - 01 - representante da Pastoral da Saúde.

Art. 4º. as entidades não governamentais que prestam serviços a comunidade serão eleitas em fórum especialmente convocada para este fim pela Secretaria de Saúde e Promoção Social, observando-se os critérios e normas estabelecidas no regimento interno.

§1º. Uma vez realizada a eleição, a primeira entidade classificada será titular e as próximas serão suplentes, sendo que no dia da votação as entidades já deverão ter feito a indicação de seus representantes.

§2º. Os representantes poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por nova indicação do representado.

§3º. Nas ausências ou impedimentos dos conselheiros, das entidades eleitas a suplência será assumida pela ordem de classificação ocorrida no fórum.

Art.5º. Os membros do conselho, titulares e suplentes, serão nomeados pelo Chefe do Poder executivo, devendo a indicação ser feita pelos responsáveis das entidades representativas.

Parágrafo Único. O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida somente uma reindicação ou reeleição para o mandato imediatamente subsequente.

Art. 6º. O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO terá sua estrutura formada por coordenação colegiada, composta por Presidente, Vice- presidente e Secretário.

Parágrafo Único. A apresentação do conselho será efetivada por seu Presidente, em todos os atos inerentes a seu exercício ou por Conselheiros designados pelo Presidente para tal fim.

Art. 7º. A Coordenação Colegiada de que trata o artigo anterior será escolhida dentre os seus membros, no dia da posse, por voto de pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros titulares do conselho, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 8º. Os membros do conselho não serão remunerados, sendo considerada a representação de caráter público relevante e de interesse social.

Art. 9º. AO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO compete:

I- Participar da elaboração, do diagnóstico social do Município e da formulação da Política Municipal do idoso e do Plano Municipal da Assistência Social garantindo o atendimento integral ao idoso, através da Proteção Social Básica;

II- Aprovar projetos de acordo com a política de atenção integral ao idoso (Plano Municipal de Assistência social);

III- Manifestar-se sobre a adequação das políticas sociais do idoso, em âmbito do Estado e do Município, aos princípios e diretrizes previstas na Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994;

IV- Deliberar, fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários do fundo Municipal de Assistência Social;

V- Zelar pela efetiva descentralização político- administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na formulação de Políticas, Planos, Programas e Projetos de atendimento ao Idoso.

VI- Atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso na rede pública de serviços ambulatoriais e hospitalares com atendimento integral;

VII- Acompanhar, controlar e avaliar as negociações de convênio e contratos de Entidades Públicas com Entidades Privadas filantrópicas; em que serão aplicadas verbas governamentais do Município, estado e União, controlando o desempenho das conveniadas;

VIII- Incentivar, apoiar, realizar eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção, defesa e assistência, visando o aperfeiçoamento do atendimento ao idoso;

IX- Dar o devido encaminhamento às denúncias de violação dos direitos do idoso, que forem formuladas ou verificadas, controlando a execução das medidas cabíveis à sua apuração e defesa;

X- Registrar todos os programas e projetos no âmbito do Município, relacionados com o idoso, mantendo cadastro atualizado dos atos e fatos das atividades;

XI- Elaborar e revisar o Regimento Interno do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, submetendo-o à apreciação, no prazo fixado.

XII- Manter a integração com os Conselhos Municipais, estadual e nacional congêneres, bem como organismos internacionais que tenham atuação quanto proteção, amparo e promoção dos direitos e interesses do idoso.

Art. 10. A organização estrutural e funcional do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, será estabelecida em Regimento Interno aprovado por ato próprio do chefe do poder executivo Municipal.

Parágrafo único. No prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período a partir da data de publicação desta lei deverá ser elaborado e apresentado o respectivo Regimento Interno para aprovação.

Art. 11. As entidades responsáveis pela execução dos programas de atendimento aos idosos deverão submeter à apreciação do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Água Doce (SC), 22 de dezembro de 2014

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista**PREFEITURA****CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS. TP 08/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2014

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia, arquitetura e/ou construção civil para execução de obra de construção de escola de ensino fundamental, conforme modelo II do FNDE, conforme Projeto Básico, constante no anexo "E" deste Edital.

CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Comissão Permanente de Licitações torna público que na data de 28/11/2014 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto na fase de habilitação deste certame pela licitante SERGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA. De consequência, ficam as licitantes SERGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA e LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA ME e PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELI, convocadas a comparecer na Sala de Licitações da Prefeitura de Alto Bela Vista, sito à Rua do Comércio, 1015, Centro, às 14h (quatorze horas) do dia 05 de janeiro de 2015, para participar da sessão de abertura e julgamento de suas Propostas de Preços.

Alto Bela Vista, SC, 23 de dezembro de 2014.
CASSIANO MARTINAZZO
Presidente da C.P.L.

Antônio Carlos**PREFEITURA****11º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO**

11º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 23/12/2014 a 16/01/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua 6 de novembro, nº 120, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 23 de dezembro de 2014.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 30H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
22º	MIRELLE CRISTINA DOS SANTOS PAULI	1297

AVISO PROCESSO SELETIVO N 005/2014**AVISO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**

Processo Seletivo: nº 005/2014; Objeto: Processo seletivo para o preenchimento de cargos com lotação na Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC, admitidos em caráter temporário, regido pela Lei Municipal nº 558/1992 e suas alterações; Período de inscrição: De 29 de dezembro de 2014 à 12 de janeiro de 2015. Data da prova: Dia 19 de janeiro de 2015. Cargos: (1) Professor Graduação e Licenciatura Plena - Educação Física - (2) Monitor de Transporte Escolar. Inscrições: Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas. Publicação do Edital: O edital será publicado no dia 29 de dezembro de 2014 no site da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, qual seja; www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 23 de dezembro de 2014.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal.

DECRETO N 153/2014

DECRETO Nº 000153/14 de 23 de Dezembro de 2014
Abre Crédito Adicional Suplementar -Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº

001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 694,82 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 694,82

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total

da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 694,82

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Dezembro de 2014
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 601/2014

PORTARIA Nº 601/2014.

Constitui e nomeia a comissão de avaliação do processo seletivo 005/2014, e dá outras providencias.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir e nomear os servidores JOSÉ ROBERTO DE AMORIM, AURINEIDE BESEN e REMO REMOR BORGHEZAN para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão especial de avaliação do Processo Seletivo 005/2014 - afim de, selecionar candidatos para o preenchimento das seguintes vagas:

- a) Professor Graduação Licenciatura Plena - Educação Física;
- b) Monitor do Transporte Escolar;

Parágrafo único - No desempenho das suas funções, os servidores nomeados no caput do presente artigo poderão se utilizar de instalações, equipamentos, servidores e todos os elementos que forem necessários para o correto desempenho das suas atividades.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 23 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 24 de dezembro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 003/2014 - PONTO FACULTATIVO**

DECRETO LEGISLATIVO N.º 03/2014

Estabelece ponto facultativo das atividades da Câmara de Vereadores e dá outras providências.

EDSON LAIR DECKER, Presidente da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO as festividades em comemoração ao Natal e Ano novo;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado ponto facultativo nos dias 24, 26, 29, 30 e 31 de dezembro de 2014 e 02 de janeiro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 22 de dezembro de 2014.

EDSON LAIR DECKER

Presidente

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC.

CONTRATADO: CONRAT COM. DE MATERIAL ESCRITORIO E INFORMATICA LTDA.

VALOR: R\$ 992,50 (novecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 23/12/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.490.30.16

JUSTIFICATIVA: A aquisição de material de expediente servirá para atender as necessidades da Câmara Municipal. Optou-se por Dispensa de Licitação, de acordo com o art. 24, II da Lei 8.666/93.

Antônio Carlos, 23 de dezembro de 2014.

EDSON LAIR DECKER

Presidente Câmara Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMATICA PARA CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC.

CONTRATADO: DUARTE INFORMATICA ME.

VALOR: R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais).

VIGÊNCIA: 23/12/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.490.52.36

JUSTIFICATIVA: A aquisição de material de informática servirá

para atender as necessidades da Câmara Municipal. Optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que o valor total da aquisição desse objeto não ultrapassará o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art. 24, II da Lei 8.666/93.

A empresa contratada apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Câmara Municipal apresentou 03 (três) orçamentos. O valor do objeto contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Antônio Carlos, 23 de dezembro de 2014.

EDSON LAIR DECKER

Presidente Câmara Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 FORNO MICROONDAS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC.

CONTRATADO: ELETRO & LAR LTDA. EPP

VALOR: R\$ 429,00 (quatrocentos e vinte e nove reais).

VIGÊNCIA: 17/12/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.490.3021

JUSTIFICATIVA: A aquisição do micro-ondas. 30 litros, cor branca, servirá para atender as necessidades da Câmara Municipal. Optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que o valor total da aquisição desse objeto não ultrapassará o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art. 24, II da Lei 8.666/93, conforme abaixo:

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Câmara Municipal apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Antônio Carlos, 18 de dezembro de 2014.

EDSON LAIR DECKER

Presidente Câmara Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC.

CONTRATADO: MERCADÃO COMERCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

VALOR: R\$ 2.792,00 (dois mil, setecentos e noventa e dois reais).

VIGÊNCIA: 10/12/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.490.5246

JUSTIFICATIVA: A aquisição de móveis servirá para atender as necessidades da Câmara Municipal. Optou-se por Dispensa de

Licitação, tendo em vista que o valor total da aquisição desse objeto não ultrapassará o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art. 24, II da Lei 8.666/93.

A empresa contratada apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Câmara Municipal apresentou 03 (três) orçamentos. O valor do objeto contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Antônio Carlos, 22 de dezembro de 2014.

EDSON LAIR DECKER

Presidente Câmara Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC.

CONTRATADO: EMERSON ALVES ME.

VALOR: R\$ 2.094,93 (dois mil e noventa e quatro reais e noventa e três centavos).

VIGÊNCIA: 23/12/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.490.30.16

JUSTIFICATIVA: A aquisição de material de expediente servirá para atender as necessidades da Câmara Municipal. Optou-se por Dispensa de Licitação, de acordo com o art. 24, II da Lei 8.666/93.

Antônio Carlos, 23 de dezembro de 2014.

EDSON LAIR DECKER

Presidente Câmara Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MAQUINA DE CAFÉ PARA CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC.

CONTRATADO: QUALITÁ COFFEE MACHINES COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS DE CAFÉ LTDA.

VALOR: R\$ 5.870,50 (cinco mil, oitocentos e setenta reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 22 Dezembro de 2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.490.3021

JUSTIFICATIVA: A aquisição da máquina de café servirá para atender as necessidades da Câmara Municipal. Optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que o valor total da aquisição desse objeto não ultrapassará o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art. 24, II da Lei 8.666/93.

A empresa contratada apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Câmara Municipal apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor do objeto contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Antônio Carlos, 22 de Dezembro de 2014.

EDSON LAIR DECKER

Presidente Câmara Municipal

TERMO ADITIVO 02/2014 - ALUGUEL

TERMO ADITIVO Nº 02/2014

OBJETO: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº02/2012 referente a locação de uma sala destinada a instalação e funcionamento da Câmara Municipal de Antônio Carlos/SC.

CONTRATADO: JOÃO FREDERICO MARTENDAL FILHO

VALOR: Aluguel no valor mensal de R\$ 2.177,32 (dois mil, cento e setenta e sete reais e trinta e dois centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2014 até 30/12/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.36.15

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista que a Câmara Municipal não possui sede própria, e conforme Processo Licitatório 02/2012, faz-se necessária a prorrogação da vigência do respectivo contato, bem como o reajuste do valor do aluguel mensal, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

EDSON LAIR DECKER
Presidente Câmara Municipal

Arroio Trinta**PREFEITURA****DECRETO Nº 1653**

DECRETO Nº 1653, de 05 de novembro de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.660 de 17/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

02.04.12.361.0012.2.000027	MANUT. TRANSP. ESC. ENSINO FUNDAMENTAL		
33900000 – 0122.00	Aplicações Diretas	R\$	6.500,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	6.500,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único - R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), por conta do excesso de arrecadação, na fonte orçamentária 0122 - Transferência de Convênios Educação;

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 05 de novembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 1654

DECRETO Nº 1654, de 07 de novembro de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.660 de 17/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.056,51 (Dez mil e cinquenta e seis reais e cinquenta e um centavos), na dotação orçamentária a seguir

discriminada:

02.04.12.365.0012.2.000032	MANUT. DO ENSINO INFANTIL		
44900000 – 0162.00	Aplicações Diretas	R\$	10.056,51
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	10.056,51

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único - R\$ 10.056,51 (Dez mil e cinquenta e seis reais e cinquenta e um reais), por conta do excesso de arrecadação, na fonte orçamentária 0162 - Outros recursos do FNDE;

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 07 de novembro de 2014.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 07 de novembro de 2014.

Nelson Campagnin

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 1655

DECRETO Nº 1655, de 11 de novembro de 2014.

Nomeia Pregoeiro Temporário e Equipe de Apoio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e atendendo o disposto na Lei Federal nº 10.520/02,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado temporariamente o servidor municipal CE-SAR LUIZ ANTENHOFEN, para desempenhar a função de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

§1º. A nomeação se faz necessário em virtude da Licença para Tratamento de Saúde do Pregoeiro Ronivan Brandalise.

§2º. A nomeação temporária será até 31/12/2014.

Art. 2º A Equipe de Apoio será composta pelos servidores, Carlos Magro e Itacir Camilo Biava.

Art. 3º Quando necessário, o Pregoeiro poderá requerer funcionário ou informações de qualquer setor da Prefeitura Municipal e de suas Secretarias.

Art. 4º Fica assegurado ao Pregoeiro a faculdade de convocar elementos técnicos, para assessoramento e emissão de pareceres em assuntos específicos.

Art. 5º As decisões do Pregoeiro serão homologadas pelo Prefeito Municipal de Arroio Trinta.

Art. 6º Este Decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 11 de novembro de 2014.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1656

DECRETO Nº 1656, de 11 de novembro de 2014.

Nomeia Membros para o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Arroio Trinta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1601 de 28/09/2012,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os seguintes servidores efetivos para a composição do Comitê de Investimentos do IPREARROIO, instituído em conformidade com a determinação contida no art. 3º-A da Portaria MPS/GM nº 519/2011, acrescido pela Portaria MPS nº 170/2012 e a Lei Municipal nº 1601/2012:

I - o Diretor-Executivo do IPREARROIO: Michel Junior Serighelli;

II - o Tesoureiro do IPREARROIO: Vânia Ferronato Campagnin;

III - na condição de membro indicado pelo Conselho Administrativo, dentre seus membros: Ronivan Brandalise.

§1º. Os membros do Comitê de Investimentos não perceberam remuneração de qualquer espécie.

§2º. O mandato dos membros do Comitê de Investimentos:

I - será de três anos para os membros indicados, nos termos do inciso III do caput deste artigo;

II - será pelo período em que estiverem nomeados na condição de efetivos com atribuições no IPREARROIO, os membros indicados nos incisos I e II do caput.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 11 de novembro de 2014.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1657

DECRETO Nº 1657, de 17 de novembro de 2014.

Estabelece Ponto Facultativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis,

DECRETA:

Art.1º Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 26 de dezembro de 2014 e 02 de janeiro de 2015, não havendo expediente nas repartições municipais.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 17 de novembro de 2014.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1658

DECRETO Nº1658, de 17 de novembro de 2014.

Autoriza Realização de Processo Seletivo para Contratação Temporária de Pessoal em Caráter Excepcional de Interesse Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do Termo de Ajustamento de Conduta, Procedimento nº 06.2014.00004442-0 em curso pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Videira/SC;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de Professores para suprir a carga horária de professoras efetivas que exercem função de direção nas Escolas Municipais PROJAF E PROFABI;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de Agente Comunitário de Saúde para substituir contratada que se encontra em Licença para Tratamento de Saúde;

CONSIDERANDO, a necessidade de contratação de professores de Língua Inglesa e de Música e Auxiliar de Serviços Gerais, até a realização de concurso público para efetivação;

CONSIDERANDO, a necessidade da Secretaria de Educação dispor destes profissionais para o ano letivo de 2015 e da Secretaria Municipal de Saúde para o ano de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam autorizadas contratações temporárias de pessoal em caráter excepcional de interesse público para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Saúde, conforme relação constante do anexo I que faz parte integrante do presente decreto.

Art. 2º. As contratações autorizadas no artigo anterior serão precedidas de processo seletivo conduzido por uma comissão de servidores efetivos a ser nomeada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. É parte integrante deste decreto a solicitação/justificativa da Secretaria de Educação e Saúde do Município e Termo de Ajustamento de Conduta, Procedimento nº 06.2014.00004442-0 em curso pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Videira/SC.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta - SC, 17 de novembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Anexo I

Relação dos cargos para processo seletivo

Cargos	Total Vagas	Jornada Semanal	Vencimento	Requisitos Ocupação	Regime de Trabalho
Professor	02	20h	R\$ 924,48	Magistério	Contrato Temporário
Professor de Língua Inglesa	01	10h	R\$ 462,24	Habilidade na Área	Contrato Temporário
Professor de Música	01	30h	R\$ 1.386,72	Habilidade na Área e/ou Experiência	Contrato Temporário
Auxiliar de Serviços Gerais	01	40h	R\$ 800,00	Ensino Fundamental Incompleto	Contrato Temporário

Agente Comunitário de Saúde	01	40h	R\$ 724,00	Ensino Fundamental Completo e Residência comprovada no Município de Arroio Trinta.	Emprego Público
-----------------------------	----	-----	------------	------------------------------------------------------------------------------------	-----------------

Arroio Trinta - SC, 17 de novembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1659

DECRETO Nº 1659, de 19 de Novembro de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.603 de 24/10/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 46.796,62 (Quarenta e seis mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0202.04.122.0003.1.000003 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
44900000-0189 Aplicações Diretas R\$ 11.800,00
44900000-0124 Aplicações Diretas R\$ 34.996,62
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 46.796,62

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo 1º. R\$ 11.800,00 (Onze mil e oitocentos reais), por conta do excesso de arrecadação relativo à fonte de recursos 0189 - Alienação de bens.

Parágrafo 2º. R\$ 34.996,62 (Trinta e quatro mil novecentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos), por conta do excesso de arrecadação relativo à fonte de recursos 0124 - Transferências de convênios outros, por conta do convênio nº. TR 2514, processo nº. 1621/2014.

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 19 de novembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 19 de novembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 1660

DECRETO Nº 1660, de 24 de Novembro de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.603 de 24/10/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02.04.0012.361.2.000026 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

31900000-0118 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

31910000-0118 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 48.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único. R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) por conta da anulação parcial da seguinte dotação.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02.04.0012.361.2.000026 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

33900000-0119 Aplicações Diretas R\$ 48.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 48.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 24 de novembro de 2014.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 24 de novembro de 2014.

Nelson Campagnin

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 1661

DECRETO Nº 1661, de 26 de novembro de 2014.

Nomeia Comissão de Processo Seletivo, Edital nº 002/2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, determinando que a investidura em cargo ou função pública seja precedida de aprovação em concurso público;
CONSIDERANDO a existência, no quadro de pessoal da Administração, de funções vagas a serem preenchidas, gradualmente, de acordo com as necessidades de serviço;
CONSIDERANDO o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão do Processo Seletivo, Edital nº 002/2014 para o processo de escolha de candidatos para provimento de cargos na Administração Municipal, composta pelos seguintes membros:

1. SANTO POSSATO
2. JULIAR LUIZ MANENTI
3. CLAUDETE MAGRO
4. JOÃO MARCOS FERRONATTO

§1º - A Comissão será presidida pelo senhor SANTO POSSATO.

§2º - A comissão deverá instaurar procedimentos administrativos, que contenha os documentos relativos às fases do Processo Seletivo nº 002/2014.

Art. 2º - Serão selecionados candidatos para o provimento de função, cuja nomenclatura, número de vagas, carga horária e vencimentos constarão por inteiro teor do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, observadas as exigências e condições prescritas na legislação Municipal e Federal pertinente.

Art. 3º - O Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições específicas do Edital, cabendo à Comissão nomeada por este Decreto decidir sobre os casos eventualmente omissos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 26 de novembro de 2014.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1662

DECRETO Nº 1662, de 01 de dezembro de 2014.

Nomeia a Equipe de Apoio do Pregoeiro da Prefeitura Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e atendendo o disposto na Lei Federal nº 10.520/02,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado a Equipe de Apoio do Pregoeiro, que será composta pelos servidores, Juliar Luiz Manenti e Itacir Camilo Biava.

Parágrafo único. A nomeação terá validade até 31/12/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário

Arroio Trinta - SC, 01 de dezembro de 2014.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1663

DECRETO Nº 1663, de 01 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.660 de 17/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

04.12.361.0012.2.000027	MANUT. DO TRANSP. ESC ENS. FUNDAMENTAL		
33900000 – 0122.00	Aplicações Diretas	R\$	9.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	9.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

§1º. R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), por conta do excesso de arrecadação na fonte 0122 - Transferência de Convênios Educação;

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de dezembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 01 de dezembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 1664

DECRETO Nº 1664, de 09 de dezembro de 2014.

Publica as Inscrições do Processo Seletivo do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam publicadas as inscrições de nº 001 a 028 para o preenchimento das vagas do Processo Seletivo, conforme Edital nº 002/2014.

Art. 2º Fazem parte integrante do presente Decreto, as relações de inscritos para o Processo Seletivo, Anexo I.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de dezembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

ANEXO I**RELAÇÃO DOS INSCRITOS PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014.****CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
009	Lucimara Aparecida Alves	3.410.385	944.348.679-20	14/06/1977
010	Juliana Friebe	4.978.159	061.586.709-01	16/12/1986
013	Daiane Cristina Pedroso	5.218.398-0	009.969.699-18	13/05/1990
025	Suelene de Lima Santos Cordeiro	361.219	031.643.689-50	03/09/1954
Total de Inscritos: 04				

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
001	Eliane Aparecida Canonica Miotelli	4.369.204	040.249.719-80	22/03/1982
002	Edione Maria Linder Mayer Santoro	3.535.521	016.861.509-62	02/03/1976
008	Marciana de Souza	6.818.199	100.804.169-69	07/12/1995
015	Simeia do Prado	4.978.536	053.949.549-25	23/01/1985
023	Patrícia Nesi Biava	5.615.638	088.798.309-02	04/08/1993
Total de Inscritos: 05				

CARGO: PROFESSOR

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
003	Marcilene de Oliveira Baldo	7.119.685	934.260.891-49	27/03/1977
004	Lindamir Barbaconi Constantini	5.615.577	565.847.769-72	06/01/1966
005	Beatriz Locatelli Bolzon	6.168.947	090.335.209-58	25/06/1995
006	Fernanda Consoni	4.508.716	007.601.189-57	21/01/1984
007	Olira Maria Cividini	5.927.982	081.698.059-45	14/01/1995
011	Juliana Campos	8.585.498	077.610.649-03	22/09/1989
012	Mariele Marli Perico	5.393.322-2	063.199.709-10	05/01/1989
014	Elizandra Zapelini	4.443.658	049.204.589-59	08/11/1981
016	Sirleia Maria Passoni	3.535.452	047.757.979-56	03/11/1982
017	Ana Paula Cordeiro	4.784.791	051.679.109-51	24/04/1982
018	Taciane Nesi	4.978.761	065.159.989-02	26/05/1990
019	Claudineia Moraes	4.785.009	050.572.689-02	08/11/1983
020	Dirce Bernardete Magro	2.142.930-8	693.695.349-20	18/10/1968
021	Glaucia Betinelli	2.977.260	951.508.629-91	30/10/1974
022	Nadir Bonassa	3.460.112	026.139.579-30	30/09/1978

024	Silvania de Camargo dos Santos	4.133.875	027.036.559-16	21/04/1980
026	Vania Carla kozlowski	4.948.790	058.876.209-19	27/10/1987
027	Flavia Biava	5.615.633	093.764.849-32	06/06/1994
028	Keila Cristina Moreira Hennig	6.638.322	077.785.649-20	17/09/1990
Total de Inscritos: 19				

CARGO: PROFESSOR DE LINGUA INGLESIA

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
Não Houve inscrito				

CARGO: PROFESSOR DE MÚSICA

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
Não Houve Inscrito				

Arroio Trinta - SC, 09 de dezembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1665

DECRETO Nº 1665, de 10 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1716 de 10/12/2014,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do ano 2014, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de 197.000,00(Cento e noventa e sete mil reais).

Artigo 2º - O crédito adicional suplementar definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

02.04.0012.361.2.000026	MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL		
31900000-0101.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
31910000-0101.00	Aplicações Diretas decorrentes de Operação entre Órgãos	R\$	17.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	67.000,00

02.04.0012.361.2.000027	MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL		
31900000-0101.00	Aplicações Diretas	R\$	18.000,00
31910000-0101.00	Aplicações Diretas decorrentes de Operação entre Órgãos	R\$	2.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	20.000,00

02.04.0012.364.2.000029	APOIO AO ENSINO SUPERIOR		
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00

	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	8.000,00
--	--------------------	-----	----------

02.04.0012.365.2.000032	MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL		
31900000-0118.00	Aplicações Diretas	R\$	22.000,00
31900000-0101.00	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
33900000-0101.00	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	69.000,00

02.05.0013.392.2.000033	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS		
31900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	5.000,00

02.06.0017.452.2.000036	MANUT. DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	10.000,00

02.08.14.512.0017.2.000037	MANUT. DO SANEAMENTO BÁSICO		
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	8.000,00

02.12.08.241.0005.2.000010	MANUT. DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	10.000,00

Artigo 3º - Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no Artigo 2º será feita anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02.28.846.0026.0.000025	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS		
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	13.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	13.000,00

02.02.04.122.0003.1.000003	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
34900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	13.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	13.000,00

02.04.12.361.0012.2.000026	MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL		
33900000-0119.00	Aplicações Diretas	R\$	22.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	22.000,00

02.04.15.451.0015.1.000009	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS		
44900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	50.000,00

02.08.17.512.0014.1.000011	SANEAMENTO GERAL		
44900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00

02.10.26.782.0023.1.000014	OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL		
44900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	94.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	94.000,00

Artigo 4º - Este decreto entra em vigência na data de sua publicação.

Artigo 5º - Ficam revogadas as disposições contrárias.

Arroio Trinta - SC, 10 de dezembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 10 de dezembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 1666

DECRETO Nº 1666, de 11 de dezembro de 2014.

Homologa as Inscrições do Processo Seletivo do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições de nº 001 a 028 para o preenchimento das vagas do Processo Seletivo, conforme Edital nº 002/2014.

Art. 2º Fazem parte integrante do presente Decreto, as relações de inscritos para o Processo Seletivo, Anexo I.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vi-gente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 11 de dezembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

ANEXO I
HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº Pro- tocolo	Candidato	Nº Identi- dade	Nº CPF	D. Nasci- mento
009	Lucimara Aparecida Alves	3.410.385	944.348.679-20	14/06/1977
010	Juliana Friebe	4.978.159	061.586.709-01	16/12/1986
013	Daiane Cristina Pedroso	5.218.398-0	009.969.699-18	13/05/1990
025	Suelene de Lima Santos Cordeiro	361.219	031.643.689-50	03/09/1954
Total de Inscritos: 04				

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Nº Pro- tocolo	Candidato	Nº Identi- dade	Nº CPF	D. Nasci- mento
-------------------	-----------	--------------------	--------	--------------------

001	Eliane Aparecida Canonica Miotelli	4.369.204	040.249.719-80	22/03/1982
002	Edione Maria Linder Mayer Santoro	3.535.521	016.861.509-62	02/03/1976
008	Marciana de Souza	6.818.199	100.804.169-69	07/12/1995
015	Simeia do Prado	4.978.536	053.949.549-25	23/01/1985
023	Patrícia Nesi Biava	5.615.638	088.798.309-02	04/08/1993
Total de Inscritos: 05				

CARGO: PROFESSOR

Nº Pro- tocolo	Candidato	Nº Identi- dade	Nº CPF	D. Nasci- mento
003	Marcilene de Oliveira Baldo	7.119.685	934.260.891-49	27/03/1977
004	Lindamir Barbaconi Constantini	5.615.577	565.847.769-72	06/01/1966
005	Beatriz Locatelli Bolzon	6.168.947	090.335.209-58	25/06/1995
006	Fernanda Consoni	4.508.716	007.601.189-57	21/01/1984
007	Olira Maria Cividini	5.927.982	081.698.059-45	14/01/1995
011	Juliana Campos	8.585.498	077.610.649-03	22/09/1989
012	Mariele Marli Perico	5.393.322-2	063.199.709-10	05/01/1989
014	Elizandra Zapelini	4.443.658	049.204.589-59	08/11/1981
016	Sirleia Maria Passoni	3.535.452	047.757.979-56	03/11/1982
017	Ana Paula Cordeiro	4.784.791	051.679.109-51	24/04/1982
018	Taciane Nesi	4.978.761	065.159.989-02	26/05/1990
019	Claudineia Moraes	4.785.009	050.572.689-02	08/11/1983
020	Dirce Bernardete Magro	2.142.930-8	693.695.349-20	18/10/1968
021	Glaucia Betinelli	2.977.260	951.508.629-91	30/10/1974
022	Nadir Bonassa	3.460.112	026.139.579-30	30/09/1978
024	Silvania de Camargo dos Santos	4.133.875	027.036.559-16	21/04/1980
026	Vania Carla kozlowski	4.948.790	058.876.209-19	27/10/1987
027	Flavia Biava	5.615.633	093.764.849-32	06/06/1994
028	Keila Cristina Moreira Hennig	6.638.322	077.785.649-20	17/09/1990
Total de Inscritos: 19				

CARGO: PROFESSOR DE LINGUA INGLES

Nº Proto- colo	Candidato	Nº Identi- dade	Nº CPF	D. Nasci- mento
Não Houve inscrito				

CARGO: PROFESSOR DE MÚSICA

Nº Proto- colo	Candidato	Nº Identi- dade	Nº CPF	D. Nasci- mento
-------------------	-----------	--------------------	--------	--------------------

Não Houve Inscrição

Arroio Trinta - SC, 11 de dezembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1667

DECRETO Nº 1667, de 11 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.660 de 17/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.306,96 (Dezessete mil trezentos e seis reais e noventa e seis centavos), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

03.01.10.301.0009.2.000017 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

31900000-0102 Aplicações Diretas R\$ 17.306,96
SUPLEMENTADO R\$ 17.306,96

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

03.01.10.301.0009.2.000017 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

31910000-0102 Aplicações Diretas R\$ 12.306,96
33400000-0102 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
ANULADO R\$ 17.306,96

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 11 de dezembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 11 de dezembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 1668

DECRETO Nº 1668, de 18 de dezembro de 2014.

Publica a Classificação Preliminar do Processo Seletivo Edital nº 002/2014 do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica Publicado a Classificação Preliminar dos Aprovados do Processo Seletivo, de acordo com o Anexo I, parte integrante do

presente Decreto, conforme Edital nº 002/2014.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de dezembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO TESTE SELETIVO EDITAL 002/2014

Relação dos aprovados com média igual ou superior a cinco (5,0)

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

NOME	ACERTOS	NOTA	CLASSIF.
Suelene de Lima Santos Cordeiro	18	7,2	1º
Lucimara Aparecida Alves	16	6,4	2º
Daiane Cristina Pedroso	16	6,4	2º
Juliana Friebe	15	6,0	4º

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

NOME	ACERTOS	NOTA	CLASSIF.
Eliane Aparecida Canonica Miotelli	16	6,4	1º
Edione Maria Linder Mayer Santoro	15	6,0	2º
Simeia do Prado	15	6,0	2º
Patrícia Nesi Biava	15	6,0	2º

CARGO: PROFESSOR

NOME	ACERTOS	NOTA	CLASSIF.
Mariele Marli Perico	19	7,6	1º
Flavia Biava	18	7,2	2º
Dirce Bernardete Magro	17	6,8	3º
Vania Carla kozlowski	17	6,8	3º
Juliana Campos	16	6,4	5º
Olira Maria Cividini	16	6,4	5º
Sirleia Maria Passoni	14	5,6	7º
Lindamir Barbaconi Constantini	14	5,6	7º
Ana Paula Cordeiro	14	5,6	7º
Claudineia Moraes	14	5,6	7º
Fernanda Consoni	13	5,2	11º
Beatriz Locatelli Bolzon	13	5,2	11º
Silvania de Camargo dos Santos	13	5,2	11º

Arroio Trinta - SC, 18 de dezembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1669

DECRETO Nº 1669, de 18 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.603 de 24/10/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.700,00 (Dez mil e setecentos), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

01.0101.01.031.0001.2001 MANUT. DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

319000000-0100 Aplicações Diretas R\$ 10.700,00
SUPLEMENTADO R\$ 10.700,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

01.0101.01.031.0001.2001 MANUT. DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

339000000-0100 Aplicações Diretas R\$ 10.700,00
ANULADO R\$ 10.700,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de dezembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 18 de dezembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 1670

DECRETO Nº 1670, de 18 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1717 de 18/12/2014,

DECRETA:

Artigo 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do ano 2014, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Artigo 2º O crédito adicional suplementar definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

03.01.10.301.0009.2.000017	MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE		
319000000 – 0102	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
319100000 – 0102	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00

	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	120.000,00
--	--------------------	-----	------------

Artigo 3º Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no Artigo 2º será feita anulação parcial/total das seguintes dotações orçamentárias:

03.01.10.301.0009.1.000001	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
449000000 – 0102	Aplicações Diretas	R\$	54.575,43
	TOTAL ANULADO	R\$	54.575,43

03.01.10.301.0009.1.000001	AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DA SAÚDE		
449000000 – 0102	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	40.000,00

03.01.10.301.0009.2.000017	MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE		
339000000 – 0102	Aplicações Diretas	R\$	11.589,92
	TOTAL ANULADO	R\$	11.589,92

03.01.10.301.0009.2.000049	CONTRIBUIÇÃO A CON-SÓRCIOS DA SAÚDE		
337100000 – 0102	Aplicações Diretas	R\$	11.834,65
339300000 – 0102	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
447100000 – 0102	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	13.834,65

Artigo 4º Este decreto entra em vigência na data de sua publicação.

Artigo 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de dezembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 18 de dezembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 1671

DECRETO Nº 1671, de 22 de dezembro de 2014.

Homologa Resultado Final do Processo Seletivo Edital nº 002/2014 do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica Homologado o Resultado Final do Processo Seletivo, de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto, conforme Edital nº 002/2014.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 22 de dezembro de 2014.

Alcides Felchilcher
Prefeito Municipal

ANEXO I

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL

DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 002/2014

Relação dos aprovados com média igual ou superior a cinco (5,0)

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

NOME	ACERTOS	NOTA	CLASSIF.
Suelene de Lima Santos Cordeiro	18	7,2	1º
Lucimara Aparecida Alves	16	6,4	2º
Daiane Cristina Pedroso	16	6,4	2º
Juliana Friebe	15	6,0	4º

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

NOME	ACERTOS	NOTA	CLASSIF.
Eliane Aparecida Canonica Miotelli	16	6,4	1º
Edione Maria Linder Mayer Santoro	15	6,0	2º
Simeia do Prado	15	6,0	2º
Patrícia Nesi Biava	15	6,0	2º

CARGO: PROFESSOR

NOME	ACERTOS	NOTA	CLASSIF.
Mariete Marli Perico	19	7,6	1º
Flavia Biava	18	7,2	2º
Dirce Bernardete Magro	17	6,8	3º
Vania Carla kozlowski	17	6,8	3º
Juliana Campos	16	6,4	5º
Olira Maria Cividini	16	6,4	5º
Sirleia Maria Passoni	14	5,6	7º
Lindamir Barbaconi Constantini	14	5,6	7º
Ana Paula Cordeiro	14	5,6	7º
Claudineia Moraes	14	5,6	7º
Fernanda Consoni	13	5,2	11º
Beatriz Locatelli Bolzon	13	5,2	11º
Silvania de Camargo dos Santos	13	5,2	11º

Arroio Trinta - SC, 22 de dezembro de 2014.

Alcides Felchilcher
Prefeito Municipal

LEI Nº 1715

LEI Nº 1715, DE 10/12/2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Repassar Recursos Financeiros a Título de Subvenção, ao Hospital Beneficente São Roque de Arroio Trinta, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta autorizado a auxiliar financeiramente o HOSPITAL BENEFICENTE SÃO ROQUE, com sede na Rua Francisco Nava, Município de

Arroio Trinta - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.830.083/0001-73, com a importância financeira de até R\$ 338.950,00 (TREZENTOS E TRINTA E OITO MIL NOVECIENTOS E CINQUENTA REAIS) para o ano de 2015.

§1º. Os recursos referidos no caput deste artigo deverão ser aplicados na aquisição de medicamentos, gêneros alimentícios pagamento de pessoal e sobreaviso.

§2º. Os recursos, a título de auxílio financeiro, de que trata o caput deste artigo, serão repassados da seguinte forma:

1) R\$ 191.000,00 (Cento e noventa e um mil reais), sendo a 1ª parcela de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para o mês de janeiro de 2015 e 11 (onze) parcelas de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) para os meses subsequentes até 31 de dezembro de 2015, referente sobreaviso dos médicos.

2) R\$ 147.950,00 (cento e quarenta e sete mil novecentos e cinquenta reais) em 11 (onze) parcelas de R\$ 13.450,00 (Treze mil e quatrocentos e cinquenta reais), referente folha de pagamento dos servidores, medicamentos, gêneros alimentícios e material de limpeza.

§3º. A primeira parcela será repassada até o 5º dia útil do mês de fevereiro/2015, e as demais parcelas até o 5º dia útil dos meses subsequentes.

§4º. O auxílio ficará vinculado à apresentação das Certidões Negativas: INSS e FGTS.

§5º. O Hospital fica obrigado a prestar contas do valor recebido na forma legal e exigências da Resolução TC 16/94, sob pena de não receber a parcela seguinte.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
0301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
0301.10	SAÚDE	
0301.10301	ATENÇÃO BÁSICA	
0301.103011001	SAÚDE PARA TODOS	
0301.103011001.2019	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE	
33500000 – 0102	Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	R\$ 338.950,00

Art. 3º A presente Lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 10 de dezembro de 2014.

Alcides Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 10 de dezembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1716

LEI Nº 1716, DE 10/12/2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do ano 2014, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de 197.000,00 (Cento e noventa e sete mil reais).

Artigo 2º - O crédito adicional suplementar definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

02. 04.0012.361.2.000026	MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL		
31900000-0101.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
31910000-0101.00	Aplicações Diretas decorrentes de Operação entre Órgãos	R\$	17.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	67.000,00

02.04.0012.361.2.000027	MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL		
31900000-0101.00	Aplicações Diretas	R\$	18.000,00
31910000-0101.00	Aplicações Diretas decorrentes de Operação entre Órgãos	R\$	2.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	20.000,00

02.04.0012.364.2.000029	APOIO AO ENSINO SUPERIOR		
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	8.000,00

02.04.0012.365.2.000032	MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL		
31900000-0118.00	Aplicações Diretas	R\$	22.000,00
31900000-0101.00	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
33900000-0101.00	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	69.000,00

02.05.0013.392.2.000033	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS		
31900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	5.000,00

02.06.0017.452.2.000036	MANUT. DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	10.000,00

02.08.14.512.0017.2.000037	MANUT. DO SANEAMENTO BÁSICO		
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	8.000,00

02.12.08.241.0005.2.000010	MANUT. DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
----------------------------	---------------------------------------	--	--

33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	10.000,00

Artigo 3º - Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no Artigo 2º será feita anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02.28.846.0026.0.000025	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS		
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	13.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	13.000,00

02.02.04.122.0003.1.000003	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
34900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	13.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	13.000,00

02.04.12.361.0012.2.000026	MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL		
33900000-0119.00	Aplicações Diretas	R\$	22.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	22.000,00

02.04.15.451.0015.1.000009	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS		
44900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	50.000,00

02.08.17.512.0014.1.000011	SANEAMENTO GERAL		
44900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00

02.10.26.782.0023.1.000014	OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL		
44900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	94.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	94.000,00

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação.

Artigo 5º - Ficam revogadas as disposições contrárias.

Arroio Trinta - SC, 10 de dezembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 10 de dezembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1717

LEI Nº 1717, DE 18/12/2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do ano 2014, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de

março de 1964, no valor de 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Artigo 2º O crédito adicional suplementar definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

03.01.10.301.0009.2.000017	MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE		
319000000 – 0102	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
319100000 – 0102	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	120.000,00

Artigo 3º Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no Artigo 2º será feita anulação parcial/total das seguintes dotações orçamentárias:

03.01.10.301.0009.1.000001	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
449000000 – 0102	Aplicações Diretas	R\$	54.575,43
	TOTAL ANULADO	R\$	54.575,43

03.01.10.301.0009.1.000001	AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DA SAÚDE		
449000000 – 0102	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	40.000,00

03.01.10.301.0009.2.000017	MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE		
339000000 – 0102	Aplicações Diretas	R\$	11.589,92
	TOTAL ANULADO	R\$	11.589,92

03.01.10.301.0009.2.000049	CONTRIBUIÇÃO A CONTRIBUÍCIOS DA SAÚDE		
337100000 – 0102	Aplicações Diretas	R\$	11.834,65
339300000 – 0102	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
447100000 – 0102	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	13.834,65

Artigo 4º Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação.

Artigo 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de dezembro de 2014.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 18 de dezembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1718

LEI Nº 1718, DE 23/12/2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Receber por Cessão de Uso Bens Móveis da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber do Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de

Estado da Agricultura e da Pesca, a título gratuito, POR CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL, ou seja, 02 DISTRIBUIDORES DE ADUBO ORGÂNICO LÍQUIDO, SÉRIE Nº IP463140703 E PATRIMÔNIO Nº 960, 961, até a data de 31 de dezembro de 2018, podendo ser renovado nos termos da lei.

Art. 2º Os equipamentos referidos no Artigo 1º tem destinação na Secretaria Municipal de Agricultura, devendo ser utilizados prioritariamente no desenvolvimento de ações para mitigação dos efeitos das estiagens severas e/ou secas que tem acometido o Município, em atenção aos Programas Caminhos do Desenvolvimento, Programas Pacto por Santa Catarina e Programa Água para o Campo.

Art. 3º Com a celebração do TERMO DE CESSÃO DE USO de que trata o artigo 1º, implicará por parte do Município e do Governo do Estado de Santa Catarina, as responsabilidades descritas no TERMO DE CESSÃO DE USO, respectivamente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de dezembro de 2014.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 23 de dezembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1719

LEI Nº 1719, DE 23/12/2014.

Autoriza Celebrar Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis com a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA LINHA PASSONI, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM MÓVEL com a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA LINHA PASSONI, com personalidade jurídica de direito privado, com Sede na Linha Passoni, Interior, Município de Arroio Trinta - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 21.287.366/0001-63, através da qual a PERMITENTE, a título gratuito, autoriza a PERMISSONÁRIA, fazer uso de:

1) UMA ENSILADEIRA COLHEDORA DE FORRAGEM PARA SILAGEM DE MILHO COM BICA SEMI HIDRÁULICA COM REGULAGEM DE CORTE, COM 12 FACAS E COM RODAS DE APOIO, MARCA NETZ BRAVA 300.

2) UMA GRADE NIVELADORA DE ARRASTO, DISCO DE 32 X 20 POLEGADAS, 1415 KG, 3,00 M, LARGURA DE TRABALHO MODELO GNC195 3220, MARCA KUHLEH.

§1º. Os equipamentos deverão ser utilizados exclusivamente para atender necessidades dos associados, em suas propriedades para desenvolvimento das atividades agropecuárias.

§2. Fica fixado o prazo de 5 (cinco) anos da permissão de uso dos bens acima descritos.

Art. 2º Com a celebração do TERMO DE PERMISSÃO DE USO de que trata o artigo 1º, implicará por parte da ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA LINHA PASSONI e por parte do município, as responsabilidades

descritas no TERMO DE PERMISSÃO DE USO, parte integrante desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de dezembro de 2014.

Alcides Felchilcher

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 23 de dezembro de 2014.

Nelson Campagnin

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1720

LEI COMPLEMENTAR Nº 1720, DE 23/12/2014.

Altera a Tabela de Valores da CIP do Artigo 5º da Lei Complementar nº 947 de 23 de dezembro de 2002.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Tabela de Valores da Contribuição para Custeio do serviço de Iluminação Pública - CIP, prevista no artigo 5º da Lei Complementar nº 947, de 23 de dezembro de 2002, passando a vigorar com a seguinte Redação:

“Art. 5º Os valores de contribuição são diferenciados conforme a classe de consumidores e a quantidade do consumo medida em kw/h, conforme tabela abaixo:”

TABELA DE VALORES EM R\$ DA CIP			
FAIXA DE CONSUMO DE ENERGIA	FAIXA DE CONSUMIDORES		
	RESIDENCIAIS	NÃO RESIDENCIAIS	RURAL
0 a 30 kw/h	isento	isento	isento
31 a 50 kw/h	1,64	3,27	1,64
51 a 100 kw/h	4,55	8,91	4,55
101 a 200 kw/h	7,82	14,01	7,82
201 a 400 kw/h	11,10	19,47	11,10
401 a 800 kw/h	19,47	36,39	16,74
801 a 1600 kw/h	33,48	50,22	22,38
Acima de 1600 kw/h	41,85	69,87	28,02

Art. 2º O Artigo 3º da Lei Complementar nº 947, de 23 de dezembro de 2002, passa ter incluído o “Parágrafo Único” com a seguinte Redação:

“Parágrafo único. Os edifícios e prédios públicos utilizados pelo Poder Público Municipal não serão sujeitos passivos da Contribuição para Custeio do serviço de Iluminação Pública - CIP”

Art. 3º Ficam revogadas, a Lei Complementar nº 950 de 19 de fevereiro de 2003 e a Lei Complementar nº 1148 de 16 de dezembro de 2005.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de dezembro de 2014.

Alcides Felchilcher

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 23 de dezembro de 2014.

Nelson Campagnin

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1721

LEI COMPLEMENTAR Nº 1721, DE 23/12/2014.

Altera a Tabela XVI da Lei Complementar nº 1077/2004 - Código Tributário Municipal, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Tabela XVI - Referente Taxa Coleta, Transportes e Tratamento do Lixo Domiciliar ou não e Disposição de Lixo da Lei Complementar nº 1077/2004 - Código Tributário Municipal, passando a vigorar conforme abaixo:

TABELA XVI

TAXA Coleta, Transporte e Tratamento do Lixo Domiciliar ou não E DISPOSIÇÃO DE LIXO

RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL	VALORES EM VR%
1) Edificações	3,0

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de 01 de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de dezembro de 2014.

Alcides Felchilcher

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 23 de dezembro de 2014.

Nelson Campagnin

Secretário Municipal de Administração

Aurora

PREFEITURA

1528-2014

LEI Nº 1.528 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2.014.

"Amplia perímetro urbano do município de Aurora e dá outras providências"

NICOLAU KOHN, Prefeito Municipal em Exercício de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica ampliado o perímetro urbano do Município de Aurora, conforme descrição a seguir:

§1º - A ampliação do perímetro urbano se dará na localidade de Ribeirão Areias, junto a propriedade do Sr. Domingos Sávio Martins, no imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul sob o nº 51747, numa faixa de terras de mais 350 (trezentos e cinquenta) metros a contar da linha de 100 (cem) metros já declarada perímetro urbano pela Lei Municipal 981/2000.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 03 de novembro de 2014.

NICOLAU KOHN

Prefeito Municipal em Exercício

1529-2014

LEI Nº 1.529 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2.014.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE AURORA.

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação o Conselho Municipal do Idoso, com as seguintes atribuições:

I - Formular diretrizes para o desenvolvimento das atividades de proteção e assistência que o Município deve prestar aos idosos, nas áreas de sua competência;

II - Estimular estudos, debates e pesquisas, objetivando prestigiar e valorizar os idosos;

III - Propor medidas que visem a garantir ou ampliar os direitos dos idosos, eliminando toda e qualquer disposição discriminatória;

IV- Incrementar a organização e a mobilização da comunidade idosa;

V- Estimular a elaboração de projetos que tenham como objetivo a participação dos idosos nos diversos setores da atividade social;

VI - Participar da elaboração do orçamento do Município, no que se refere à política de atendimento ao idoso;

VII - Elaborar e supervisionar a implementação da política do idoso para o município;

VIII - Examinar e dar encaminhamento a assuntos que envolvam problemas relacionados aos idosos;

IX - Fiscalizar o cumprimento do Estatuto do Idoso;

X - Elaborar seu regimento interno.

Art. 2º- O Conselho Municipal do Idoso será paritário, deliberativo e composto por membros e suplentes, designados pelo Prefeito, sendo:

I - Representante do Poder Público Municipal:

01 representante do Executivo;

01 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

01 representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

II- Representantes da sociedade civil em número igual aos representantes do poder público:

01 representante dos Grupos de Idosos de Aurora;

01 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aurora;

01 representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;

§1º Os Conselheiros de que trata o inciso I, em número de 03 (três) serão indicados pelos secretários e prefeito dentre pessoas de comprovada atuação na defesa dos direitos dos idosos e não existindo indicado com esse perfil, que seja indicado aquele que queira se envolver com a causa.

§2º Os Conselheiros de que trata o inciso II, em número de 03 (três) deverão representar as instituições através de pessoas de comprovada atuação no âmbito da organização a que pertence e na defesa dos idosos;

§3º A Nomeação dos Conselheiros será regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§4º As atribuições dos Conselheiros encontram-se descritas no Anexo I que faz parte da presente Lei.

Art. 3º Os Membros do Conselho não serão remunerados, considerado, porém, seu trabalho, como serviço público relevante;

Art. 4º O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 5º A primeira designação do Conselho dar-se-á dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Aurora(SC), 10 de novembro de 2014.

NICOLAU KOHN

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I - ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Representantes da Sociedade Civil

- Conhecer a Política Nacional, Estadual e Municipal do Idoso e todas as outras Políticas que tenham interface com a problemática da pessoa idosa.

- Conhecer o papel do Conselheiro representante do Poder Público;

- Conhecer a realidade do Idoso no Município;

- Manter contatos com Entidades, Sociedade de Amigos, Asilos e pessoas dedicadas aos idosos;

- Promover e participar de atividades e iniciativas de interesse do idoso;

- Apresentar relatórios escritos e, oralmente, nas reuniões sobre as atividades realizadas;

- A principal tarefa do Conselheiro representante da Sociedade civil é representar o cidadão idoso, muitas vezes, excluído e impossibilitado de exercer a sua cidadania;

- Levar ao conhecimento do idoso do Município propostas e soluções legais de interesse comum;

- Apresentar ao Conselho Municipal do Idoso as propostas e os projetos de interesse Municipal, Regional e Estadual para a devida apreciação;

- Participar das decisões tomadas pelo Conselho Municipal do Idoso, tendo em vista o interesse do idoso em nível municipal;

- Participar dos grupos de trabalho e de comissões instituídas pelo Conselho Municipal do Idoso.
- Manter informado o suplente;
- Representar o Conselho Municipal do Idoso quando este for convidado para atos oficiais e solenes de interesse do idoso, desde que designado pelo Presidente.

Representante do Poder Público

- Conhecer profundamente o que diz a lei sobre o idoso na área representada;
- Procurar conhecer os projetos, as ações concretas previstas no orçamento da Secretaria representada;
- Levar ao conhecimento e à consideração do secretário municipal, as propostas do Conselho Municipal do Idoso e acompanhar junto a Secretaria o andamento dos processos;
- Relatar as atividades desenvolvidas em reunião do Conselho Municipal do Idoso;
- Todo mês, atualizar-se sobre o realizado pela Secretaria quanto a política Municipal do Idoso e os projetos concretos municipais e estaduais;
- Acompanhar, dentro do possível, os projetos enviados pelo Conselho Municipal do Idoso à Secretaria;
- Manter informado o suplente;
- Apresentar ao Conselho Municipal do Idoso, propostas que julgar interessantes para a Política Municipal do Idoso;
- Conhecer o papel do Conselheiro da Sociedade Civil no Conselho Municipal do Idoso;
- Participar dos grupos de trabalho e de comissões instituídas pelo Conselho Municipal do Idoso;
- Representar o Conselho Municipal do Idoso quando este for convidado para atos oficiais e solenes de interesse do idoso, desde que designado pelo Presidente

1530-2014

LEI Nº 1.530 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NICOLAU KOHN, Prefeito Municipal em Exercício de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Aurora, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 17, § 4º, da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social de Aurora é vinculado à estrutura do órgão da administração pública municipal responsável pela coordenação da política de assistência social que lhe dará apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento.

Art 2º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§1º As ações deliberativas/reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

§2º As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas às atividades e aos serviços prestados pelas entidades e organizações de assistência social públicas e privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§3º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º São atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I - elaborar e aprovar seu regimento interno e o conjunto de normas administrativas definidos pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política nacional e estadual de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III - convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas, constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

IV - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) Recursos Humanos (NOB RH/SUAS);

VIII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito das três esferas de governo e efetiva participação dos segmentos representativos dos Conselhos;

IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

X - aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como inscrever os programas, projetos e as ações da assistência social, no âmbito municipal;

XIII - informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição das entidades e organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XIV - encaminhar a documentação ao gestor municipal das entidades e organizações de assistência social que compõem a rede socioassistencial no município para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e guarda;

XIV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal, efetivadas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e Comissão Intergestores Bipartite (CIB), estabelecido na NOB/SUAS e aprovar seu relatório;
XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;
XVI - estabelecer e fortalecer a interlocução com os demais Conselhos das políticas setoriais;
XVII - regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e outros benefícios eventuais, conforme o disposto no § 2º do art. 22 da Lei n. 8.742 de 1993;
XVIII - na falta de conselho municipal do idoso, estabelecer a forma de participação do idoso no custeio de entidade de longa permanência, observando-se o limite definido em lei de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;
XIX - acionar o Ministério Público como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;
XX - realizar o controle social do Programa Bolsa Família;
XXI - publicar no órgão oficial do Município todas as suas deliberações.

SEÇÃO II DO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) solicitará os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) a política municipal de assistência social;
- b) o plano municipal de assistência social;
- c) o plano de ação;
- d) a proposta orçamentária da assistência social para apreciação e aprovação;
- e) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), selecionados conforme indicadores de vulnerabilidade, contendo ações, prazos e metas a serem executadas, articulando-se as ofertas da assistência social e as demais políticas pertinentes;
- f) o plano de aplicação do fundo municipal, balancete mensal e prestação de contas ao final do exercício;
- g) as informações relativas ao volume de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;
- h) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;
- i) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- j) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- k) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético execução física e financeira.

II - das entidades e organizações de assistência social:

- a) o estatuto social;
- b) o plano de trabalho;
- c) o relatório anual de execução; e
- d) os documentos contábeis.

III - do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

- a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente as atas;
- b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS);

V - da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas atribuições.

SEÇÃO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é composto de, no mínimo, 08 membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - quatro representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes, da seguinte forma:

- a) um da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) um da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- c) um da Secretaria Municipal da Saúde;
- d) um da Secretaria Municipal de Educação.

II - quatro representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

- a) dois representante dos usuários da assistência social;
- b) um representante de profissionais da Política de Assistência Social;
- c) um representante de entidades de assistência social.

Parágrafo Único: No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos, conforme Regimento Interno.

Art. 6º Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social, organizada nas seguintes formas:

I - grupos que têm como objetivo a luta por direitos, reconhecidos como legítimos;

II - movimentos sociais, as associações, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social.

Parágrafo único. Os movimentos sociais deverão comprovar sua existência de, no mínimo, dois anos, por meio de:

- a) um instrumento de comunicação e informação de circulação regional;
- b) relatório de atividades ou de reuniões do movimento; e
- c) documento oficial de sua criação e existência.

Art. 7º Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

Art. 8º Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§1º As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

a) de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.

b) de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CMAS; e

c) de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CMAS.

§2º As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei n. 8.742 de 1993, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos, conforme Resolução do CNAS e regulamento pelos CMAS, sobre os parâmetros que definem sobre a inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos Municipais dos Municípios.

§ 1º Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

§ 2º Somente poderão executar serviços, programas e projetos de assistência social vinculados à rede socioassistencial que integra o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) as entidades e organizações inscritas de acordo com este artigo.

Art. 9º Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS.

Art. 10. Os representantes do Governo de que trata o inciso I do art. 6º devem ser indicados e nomeados pelo respectivo Chefe do Poder Executivo.

Art. 11 A eleição da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 6º ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público.

§ 1º Caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação do foro de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal.

§2º Após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto.

§ 3º O processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em regimento interno próprio para esta finalidade.

Art. 12. A função dos conselheiros do CMAS não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou grupos de trabalho e participação em atividades afins.

Parágrafo único. O ressarcimento de despesas e o adiantamento ou pagamento de diárias aos Conselheiros e pessoas a serviço do CMAS obedecerá às normas instituídas pelo Município aos servidores públicos em atos idênticos ou assemelhados.

Art. 13. Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

Art. 14. A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Art. 15. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) será presidido por um de seus integrantes, eleito entre seus membros em reunião plenária, para mandato de um ano.

Art. 16. Junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) poderá atuar, com direito a voz, um representante do Ministério Público, indicado pelo Procurador Geral de Justiça, bem como representantes dos Conselhos Municipais afins e de todas as entidades da sociedade civil, inscritas no Conselho e representantes e ou organizações de usuários da assistência social.

Art. 17. Os membros referidos do art. 6º, incisos I e II, desta Lei poderão perder o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do conselho, ou cinco alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro (a), por decisão da maioria dos membros do CMAS;

V - por requerimento da entidade da sociedade civil, da qual o conselheiro representa; e

VI - por interesse do responsável do Chefe do Poder Executivo quando se tratar de conselheiro por ele indicado.

Parágrafo único. No caso de perda do mandato será designado novo conselheiro para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 6º, incisos I e II, da presente Lei.

SEÇÃO IV DA ORGANIZAÇÃO

Art. 18. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões;

IV - Secretaria Executiva.

§1º A Assembléia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de um ano, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

a) Presidente;

b) Vice-Presidente;

c) 1º Secretário; e

d) 2º Secretário.

§3º A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e sociedade civil respeitadas as seguintes condições:

a) Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o/a vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho;

b) Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno;

§ 4º As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros (as) titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores (as), os(as) representantes de outras entidades, outros representantes dos(as) usuários(as) ou de organizações de usuários(as), ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

- a) de Normas, Regulamentos e Inscrições;
- b) de Financiamento e Orçamento;
- c) de Políticas; e
- d) de Divulgação e Comunicação.

§ 5º O CMAS poderá instituir grupos de trabalho de caráter temporário, composto por conselheiros titulares e suplentes, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destes grupos de trabalho representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes, sem direito a voto.

§6º As ações de capacitação dos/as Conselheiros/as deverão ser programadas, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a ser previsto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

§7º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do CMAS para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações.

§8º A Secretaria Executiva subsidiará a Assembleia Geral com assessoria técnica e poderá se valer de consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

SEÇÃO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 19. A Assembleia Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 20. O CMAS tem autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas respeitando o mínimo, 10 (dez) dias.

Art. 21. A cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do CMAS, com o objetivo de definir metas, ações e estratégias e prazos, envolvendo todos (as) os(as) Conselheiros(as), titulares e suplentes, e os(as) técnicos(as) do Conselho.

CAPÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 23. Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), instrumento de captação e aplicação de recursos e tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar a execução da política de assistência social, apoiando serviços, programas e projetos específicos de assistência social.

Art. 24. No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

- I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos; aos critérios de partilha; ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;
- II - certificar se a Secretaria Municipal de Assistência Social divulga amplamente, para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais, bem como os recursos

disponibilizados pelo poder público;

III - assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal, o que constitui condição para os repasses de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

IV - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o plano municipal de assistência social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e/ou de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política;

V - decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, indicando se está regular, autorizando o repasse de recursos do FNAS, ou não regular, não autorizando referido repasse;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, autorizando o repasse dos recursos do FNAS; ou não regular, não autorizando o repasse dos referidos recursos, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo:

- a) a análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;
- b) relação com o plano municipal de assistência social;
- c) a execução e a aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;
- d) regularização no alcance da previsão de atendimento;
- e) a qualidade dos serviços prestados; e
- f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), se o plano de ação está em conformidade com o plano municipal de assistência social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços co-financiados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS;

X - certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social, e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno;

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regime Interno; e

XII - aprovar o Regime Interno do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Art. 25. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):

- I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social e outros legalmente instituídos;
- II - dotação consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;
- III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;

VI - recursos de convênios firmados com outras entidades;

VII - recursos provenientes das receitas advindas dos estacionamento e banheiros públicos, cujo índice será definido pelo Chefe do Poder Executivo, não podendo ser inferior a vinte por cento da receita bruta, cuja destinação será deliberada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, por meio de resolução;

VIII - percentual de cinco por cento da receita líquida advinda da exploração de jogos e loterias municipais e ingressos para espetáculos e eventos realizados em locais públicos;

IX - doações em espécies;

X - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

XI - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras; e

XII - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º Os recursos previstos nos incisos I a XII do presente artigo serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§2º Os recursos que compõem o FMAS serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas especiais, sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Art. 26. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pela Política Municipal, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Parágrafo único. O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 27. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social;

VIII - atendimento das ações sócioassistenciais de caráter emergencial;

IX - provimento de recursos às entidades não-governamentais vinculadas aos objetivos da Política Municipal de Assistência Social e inscritas no CMAS competente, conforme disposto na Lei Orgânica de Assistência Social; e

X - custeio das despesas dos Conselheiros em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Incluem-se neste artigo os recursos necessários ao atendimento de situações de vulnerabilidade, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública, conforme disposto no art. 22 e parágrafos da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e, ainda, o dependente químico.

Art. 28. O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As transferências de recursos para organizações governamentais e da sociedade civil de assistência social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 29. As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), mensal e anualmente, de forma analítica.

Art. 30. As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, mensal e anualmente, de forma analítica que, por sua vez, se manifestará sobre a sua aprovação.

§1º A escrituração contábil do FMAS far-se-á com base em documentos hábeis, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente, com elaboração de balancetes mensais e balanços anuais.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Cumprido ao Poder Executivo Municipal prover a infraestrutura necessária para o funcionamento do CMAS, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros.

Art. 32. Será emitido certificado a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no ato de sua posse e ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

§1º Os Conselheiros admitidos anteriormente a esta Lei e que se encontram ativos quando da publicação desta, deverão receber o certificado ao término do seu mandato.

§2º Será expedido pelo CMAS aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas Comissões Temáticas e nos Grupos de Trabalho.

Art. 33. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 34. O CMAS deverá estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;

II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV - racionalização dos eventos do CMAS, de maneira a garantir a participação dos(as) Conselheiros(as), principalmente daqueles(as) que fazem parte de outros Conselhos; e

V - garantia da construção da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 35. As Assembleias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 36. O Regimento Interno do CMAS complementará a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do CMAS,

devendo ser submetido à Assembleia Geral que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.432/2011.

Aurora(SC), 25 de novembro de 2014.

NICOLAU KOHN

Prefeito Municipal em Exercício

1531-2014

LEI Nº 1.531 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NICOLAU KOHN, Prefeito Municipal em Exercício de Aurora - SC no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Aurora, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;

II - a estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições sobre dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015 e a execução da respectiva lei devem ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais.

Parágrafo Único - Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4, § 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000:

Demonstrativo I - Metas Anuais

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

Anexo I.a- Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita;

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

Anexo II.a- Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais

para o Resultado Nominal;

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores.

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido.

Demonstrativo V - Origem e aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos.

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS.

Demonstrativo VI - Projeção Atuarial do RPPS.

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são aquelas definidas no ANEXO de prioridades e metas desta lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2015 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite a programação de despesa.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2015 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

II - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeitos desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob forma de bens e serviços;

V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VI - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional ou partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

VIII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

IX - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 340/2006.

§2º - A categoria de programação que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Fundações e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 340/2006 e alterações posteriores, na forma dos seguintes anexos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o anexo 1, da Lei nº 4.320/64;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o anexo 2 da Lei nº 4.320/64;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas conforme o anexo 2, da Lei nº 4.320/64;

IV - Funções e Sub-funções de Governo, conforme o anexo 5, da Lei nº 4.320/64;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o anexo 6, da Lei nº 4.320/64;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o anexo 7, da Lei nº 4.320/64;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o vínculo com os Recursos, conforme o anexo 8, da Lei nº 4.320/64 e adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções, conforme o anexo 9, da Lei nº 4.320/64;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme artigo 22, inciso III, da lei nº 4.320 de 1964;

XI - Planilha de identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por categoria de Programação, com Identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria econômica, Diagnóstico situacional do programa, Diretrizes, Objetivo, Metas Fiscais e indicação das fontes de financiamento;

XII - Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394 de 1996;

XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB;

XV - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida com base no artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e

XVII - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados a saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

§1º - O Orçamento dos Fundos e Fundações que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º - Para efeitos desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º - O Quadro Demonstrativo de Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível ao Grupo de Natureza de Despesa/ Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Projeto, atividade ou operações especiais, definidos por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da proposta Orçamentária de que trata o artigo 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldo de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - ordinários do orçamento fiscal e destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos conforme demonstra o anexo III.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO.

Art. 10º - O Orçamento para o exercício de 2015 e suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre despesa e receita em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, suas Fundações e Fundos. (art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11º - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015, devem observar os efeitos das alterações na legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (art. 12 da LRF). Parágrafo Único - Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará a disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 12º - Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo

e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recurso nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operação de crédito, alienação e ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transporte, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento da metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora.

Art. 14º - A compensação que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizado a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no anexo I. 11, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (artigo 4º, §2º da LRF).

Art. 15º - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo III desta Lei. (artigo 4º, §3º da LRF).

§1º - Os riscos fiscais caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de Contingência e também, se houver do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação e recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16º - O orçamento para o exercício de 2015 destinará recursos para a Reserva de Contingência, que não poderá exceder a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida. (ART. 5º, III "d" da LRF).

§1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, artigo 5º Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no anexo III. (artigo 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2014 poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que tornarem insuficientes.

Art. 17 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18º - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 19º - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundo de transferência voluntárias, operações de crédito, alienações de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei nº 4.320/64 será realizada em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contidas nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma as destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (artigo 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 20 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, constantes do anexo I.10 desta Lei, não será considerada para efeitos de cálculo do orçamento da receita. (artigo 4º, §2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 21 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal as entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei. (artigo 4º, I, "f" e 26 da LRF).
Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60(sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (artigo 70, Parágrafo Único da CF).

Art. 22 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeitos do disposto no artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarreta aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do artigo 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (artigo 16, § 3º da LRF).

Art. 23 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operações de crédito. (artigo 45 da LRF).

Art. 24 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 25 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 26 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou transferência

de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (artigo 167, VI da CF).

Art. 27 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015, constantes desta lei. (artigo 167, I da CF).

Art. 28 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigos 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços. (artigo 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único - Os gastos serão apurados através das operações orçamentária, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas de despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (artigo 4º, I, "e" da LRF).

Art. 29 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme demonstrativo da compatibilização das metas de despesa - anexo V, e contemplados na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo, a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (artigo 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 30 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza Despesa/Modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 - A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento as despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (artigo 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 32 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica. (artigo 32, I da LRF).

Art. 33 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 31 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através de limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 14 desta Lei. (artigo 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2015 criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015 ou

em créditos adicionais.

Art. 35 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (artigo 22, § único, V da LRF).

Art. 36 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (artigo 19 e 20 da LRF).

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 37 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções prevista no Plano de Cargos da Administração Municipal de Aurora ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos no orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e os dois subsequentes. (artigo 14 da LRF).

Art. 39 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 14, § 3º, da LRF).

Art. 40 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (artigo 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2014.

§1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado

à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 42 - Serão consideradas legais as despesas com juros e multas por eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, decorrente de insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município durante o exercício de 2015.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 25 de novembro de 2014.
NICOLAU KOHN
Prefeito Municipal em Exercício

1532-2014

LEI Nº 1.532 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre Normas Complementares ao Cadastro Ambiental Rural e dá Outras Providências".

O Prefeito em Exercício do Município de Aurora(SC). Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O cadastramento dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural - CAR instituído pela Lei Federal nº 12.651/2012, no âmbito do território do Município de Aurora será apoiado de forma gratuita a todos proprietários e ou posseiros, pelo órgão municipal designado pelo Chefe do Poder Executivo, digitalizando os dados em sistema eletrônico que permita no mesmo procedimento indicar os polígonos das áreas seguintes dos imóveis rurais:

- I. do imóvel rural;
- II. da reserva legal;
- III. de preservação permanente;
- IV. de vegetação nativa (objeto de cotas de reserva ambiental);
- V. de compensação de reserva legal (imóvel beneficiado e imóvel objeto);
- VI. de pastagens;
- VII. de reflorestamentos;
- VIII. de vias públicas;
- IX. de agricultura;
- X. de usos diversos;
- XI. de área de interesse social (regularização fundiária);
- XII. de área de utilidade pública;
- XIII. de área de uso restrito (declividade entre 25º e 45º);
- XIV. de áreas compensadas.

Art. 2º As informações cadastrais dos imóveis rurais, serão simultaneamente compartilhadas ao Sistema Nacional do Cadastro Ambiental Rural - CAR, para geração do certificado cadastral.

Art. 3º A delimitação dos polígonos das áreas da reserva legal e preservação permanente serão elaboradas e cadastradas em processo de conectividade, utilizando o quanto possível os

remanescentes da mata nativa, para formação dos corredores ecológicos, conforme previsto na Lei nº 12.651/2012.
Parágrafo único. Para fins de cumprimento do caput desse artigo, fica designada a assessoria técnica da AMAVI como entidade supervisora homologadora dos procedimentos.

Art. 4º As informações previstas no artigo 1º desta lei e seus incisos, constituirão um banco de dados para fins de elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, previstos na Lei nº 11.428, bem como, para gestão ambiental e demais políticas públicas municipais e regionais.

Art. 5º Os polígonos do Cadastro Ambiental Rural do Município, serão elaborados a partir de imagens aerofotogramétricas georreferenciadas na resolução 1:2000m.

Art. 6º Caso sejam identificadas áreas de regularização ambiental, os técnicos municipais elaborarão no momento do cadastramento, os respectivos Planos de Adesão ao Programa de Regularização Ambiental, que serão protocolados e arquivados no próprio banco de dados do CAR, cujos proprietários ou posseiros serão assistidos pelo órgão municipal, cuja atribuição será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º O Cadastro do imóvel é ato declaratório de responsabilidade do proprietário ou posseiro da área, e os dados serão disponibilizados no site indicado pela administração pública municipal, cujo acesso será feito mediante senha privativa.

Art. 8º Os procedimentos de averbação em cartório da reserva legal dos imóveis rurais feitos de forma semelhante ao disposto nesta lei e cujos arquivos estão disponíveis, serão atualizados e automaticamente compartilhados para o Sistema Nacional do Cadastro Ambiental Rural.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora(SC), 26 de novembro de 2014.
NICOLAU KOHN
Prefeito Municipal em Exercício

1533-2014

LEI Nº 1.533 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014.

cria o FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - FUM-PDEC DO MUNICÍPIO DE AURORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR ZANDONAI, Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica criado o FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - FUM-PDEC do Município de Aurora, vinculado ao Gabinete do Prefeito o qual será administrado por um Conselho Gestor.

Art. 2.º Fica instituído o Conselho Gestor, que será composto por 05 (cinco) membros, sendo o Presidente o Coordenador da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC e os demais escolhidos dentre os membros que compõem a COMPDEC.
Parágrafo único - Os membros do Conselho Gestor não serão remunerados a qualquer título, sendo, entretanto, as atividades desenvolvidas consideradas como serviços públicos relevantes.

Art. 3.º O FUM-PDEC tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas e de socorro à população em situações de risco e de

assistência emergencial à população atingida por desastres.

Art. 4.º Compete ao órgão gestor do FUMPDEC:

- I - administrar recursos financeiros;
- II - cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela COMPDEC;
- III - prestar contas da gestão financeira e,
- IV - desenvolver outras atividades atribuídas pelo Chefe do Executivo e que sejam compatíveis com os objetivos do FUMPDEC.

Art. 5.º Constitui receita do FUMPDEC:

- I - os recursos correspondentes a 0,5% (meio por cento) do valor do IPTU arrecadado pelo município no exercício fiscal do ano anterior, a ser depositado pela Prefeitura Municipal de Aurora, no prazo máximo de 90 dias a contar do início do ano vigente. II - as dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
- III - os recursos transferidos da União, Estado ou Município;
- IV - os auxílios, doações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeira, destinados à prevenção de desastres, socorro, assistencial e reconstrução;
- V - os recursos provenientes de dotação e contribuições de pessoas físicas e jurídicas;
- VI - a remuneração decorrente de aplicação no mercado financeiro;
- VII - os saldos dos créditos extraordinários e especiais, aberto em decorrência de calamidade pública, não aplicada e ainda disponível e,
- VIII - outros recursos que lhe forem atribuídos.

Parágrafo único - Os recursos do FUMPDEC serão movimentados em conta corrente específica aberta junto a Banco oficial, sediado no Município de Aurora.

Art. 6.º A COMPDEC movimentará os recursos recebidos do Governo Federal através do uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil S.A. e Controladoria Geral da União (CGU), que tem como objetivo dar mais agilidade e transparência aos gastos de recursos liberados pela União para ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais e/ou conforme normas estabelecidas.

§ 1.º - Caberá a gestão do Cartão de Pagamento de Defesa Civil ao titular da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Aurora.

§ 2.º - Cabe ao titular da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, as seguintes atribuições:

- I - abrir a Conta de Relacionamento junto ao Banco do Brasil S.A., onde será assinado um Contrato para operação do cartão;
- II - ordenar empenhos e autorizar pagamento de despesa nos termos dos arts. 58 e 64, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964;
- III - gerir os gastos com o Cartão de Pagamento de Defesa Civil;
- IV - cadastrar ou descadastrar o nome dos portadores do Cartão, sendo esta pessoa física, servidor ou ocupante de cargo público e,
- V - prestar contas junto ao Ministério de Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC, na forma e prazo da legislação e demais normas em vigor, fazendo a juntada de todos os documentos comprobatórios de receitas, despesas e outros, inclusive fotos, relatórios, etc. que se fizerem necessários.

Art. 7.º Compete a COMPDEC, além de supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUMPDEC:

- I - fixar as diretrizes operacionais do FUMPDEC;
- II - ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
- III - sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;
- IV - disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;
- V - decidir sobre a aplicação dos recursos;

- VI - analisar e aprovar mensalmente as contas do FUMPDEC;
- VII - promover o desenvolvimento do FUMPDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;
- VIII - apresentar, anualmente, relatório de suas atividades e,
- IX - definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Art. 8.º O FUMPDEC será implementado em dois mil e quatorze e, suas dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do Município - LOA.

Art. 9.º O Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, regulamentará por Decreto o funcionamento do FUMPDEC.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.451/2014.

Aurora(SC), 1º de dezembro de 2014.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

1534-2014

LEI Nº 1.534 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Altera dispositivo da Lei Municipal nº 1.516/2014"

VILMAR ZANDONAI, Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único do art. 1º da Lei Municipal nº 1.516 de 09 de julho de 2014 que passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único: A ampliação do perímetro urbano se dará na localidade de Santa Tereza, junto a propriedade dos Srs. Rogério Wernke e Nilva Warmiling Wernke, no imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul sob o nº 44109, com a inclusão de uma área de terras de 14.259,60 (quatorze mil, duzentos e cinquenta e nove metros e sessenta decímetros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações:

Frente: 48,04 metros com terras dos próprios a no limite do perímetro urbano atual,

Lado Direito: com uma linha de 400,50 com terras de Silvana Warmiling Zancanaro e Ademir Luiz Zancanaro,

Lado esquerdo: 399,40 metros com terras de Martinos Warmiling Jr e Irleize Sebold Warmiling;

Fundos: em 55,53 metros com terras dos próprios Rogério e Nilva Warmiling;

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Lei nº 1516 de 09 de julho de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 11 de dezembro de 2014.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 008-2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 008 DE 15 DE OUTUBRO DE 2.014.

INSTITUI O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE AURORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VILMAR ZANDONAI, Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA URBANA****Seção I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A presente lei tem por finalidade instituir o Plano Diretor Participativo de Aurora, atendendo as disposições do art. 182 da Constituição Federal, bem como em observância aos princípios e diretrizes da Lei Federal nº. 10.257/2001 - Estatuto da Cidade e, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Aurora, sendo ele o instrumento básico norteador das ações que visem disciplinar a produção, o ordenamento e a gestão do território municipal, devendo ser respeitada tanto pelos agentes públicos como pelo setor privado.

Art. 2º O presente Plano Diretor abrange a totalidade do território municipal e é parte integrante do processo de planejamento municipal e, conforme disposto no art. 40 do Estatuto da Cidade, deve ser orientativo para a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual do Município.

Art. 3º O presente Plano Diretor deverá ser amplamente revisado e atualizado em um prazo máximo de 10 (dez) anos, a partir de um processo participativo, contínuo e permanente de avaliação e de controle, sempre pautado pelos princípios e diretrizes estabelecidos por ele e pelo Estatuto da Cidade.

Parágrafo Único. Toda legislação correlata e suplementar que venha a ser editada no Município de Aurora, deverá respeitar o conteúdo e as diretrizes estabelecidas no presente Plano Diretor e no Estatuto da Cidade.

Seção II**DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS**

Art. 4º São princípios fundamentais do Plano Diretor Participativo de Aurora:

- I - garantir o cumprimento da função social da propriedade e da cidade;
- II - promover a gestão democrática das políticas públicas e dos serviços públicos;
- III - buscar o desenvolvimento sustentável do município em todas as dimensões;
- IV - incentivar a articulação de políticas de abrangência e de integração regional;
- V- promover a gestão democrática por meio da participação da sociedade civil nos processos de decisão, planejamento e gestão;
- VI - fortalecer o setor público, enfatizando a recuperação e valorização das funções de planejamento, articulação e controle;
- VII - preservar o patrimônio cultural local como forma de garantia da qualidade de vida.

Art. 5º O objetivo do Plano Diretor de Aurora é possibilitar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do território de forma planejada e equilibrada, buscando minimizar os efeitos provocados pela inter-relação homem-ambiente e garantir o atendimento às necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida e à justiça social.

Art. 6º As diretrizes gerais do Plano Diretor de Aurora são:

- I- determinar investimentos públicos prioritários na promoção do saneamento ambiental, em melhorias nas condições de mobilidade, na implantação de equipamentos comunitários e no fortalecimento da administração pública municipal;
- II - estabelecer normas de uso e ocupação do solo urbano e diretrizes para o desenvolvimento rural;
- III - garantir a existência de uma rede de serviços urbanos adequados ao crescimento municipal;
- IV - estimular o desenvolvimento econômico comercial, industrial e de serviços;
- V - direcionar o crescimento da ocupação e expansão do território para áreas propícias à urbanização;
- VI - prover um sistema de mobilidade urbana que atenda aos usuários de todas as modalidades de transporte;
- VII- proteger os patrimônios ambientais, históricos e culturais;

Art. 7º As diretrizes específicas do Plano Diretor de Aurora são:

I - quanto aos aspectos socioespaciais:

- a) prever a organização político-territorial;
- b) criar incentivos fiscais para unidades de conservação e lotes atingidos por áreas de preservação permanente;
- c) criação do plano de Preservação de Patrimônio Cultural;
- d) dotar de função o patrimônio atualmente subutilizado;
- e) implementar instrumentos do Estatuto da Cidade e do Código Civil;
- f) vincular o uso e a ocupação do solo às características ambientais e às vocações apresentadas pela evolução do Município;
- g) dotar o Município de Aurora de instrumentos técnicos e administrativos capazes de coibir os problemas do desenvolvimento urbano futuro antes que os mesmos aconteçam, e ao mesmo tempo indicar soluções para os problemas atuais.
- h) incentivar a diversificação do uso e da ocupação do solo na malha urbana promovendo uma maior integração territorial, evitando dessa forma a dispersão da malha urbana e a ocupação nas áreas ambientalmente frágeis, de interesse ambiental e de risco;
- i) atender às necessidades de mobilidade da população, promovendo um padrão sustentável, que seja democrático, não poluente, que respeite a dignidade humana e valorize o ambiente urbano;
- j) Promover a integração entre as atividades urbanas e rurais, de forma complementar, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico do Município;
- k) articular e promover a integração e cooperação no âmbito Federal e Estadual, e com os municípios integrantes da AMAVI, no processo de planejamento e de gestão urbana e ambiental nas questões de interesse comum;
- l) ampliar as possibilidades de parceria público-privada ou iniciativas relacionadas à criação e manutenção de espaços públicos de lazer, reconhecendo sua importância como áreas essenciais para a qualidade de vida;

II- quanto à infra-estrutura:

- a) prever e garantir o abastecimento futuro de água;
- b) implantar a rede de coleta e sistema de tratamento de esgoto em todo o perímetro urbano;
- c) implementar o sistema de coleta de lixo na área rural do município;
- d) implantar e melhorar a rede de drenagem urbana;
- e) implantar e melhorar a iluminação pública urbana;
- f) estender o serviço de telefonia fixa a todas as localidades rurais;
- g) reestruturar a sinalização viária;
- h) reestruturar e complementar os Sistemas Viários Básico e Estrutural;
- i) complementar o sistema viário, promovendo a ligação entre comunidades/bairros;
- j) implementar programa de pavimentação das vias;
- k) melhorar a qualidade dos passeios públicos;
- l) melhorar as condições de segurança e facilidade de trânsito aos ciclistas;

- m) integrar o transporte coletivo, entre suas linhas e entre outros modais de transporte;
- n) melhorar a paisagem territorial com implantação de mobiliário e arborização urbanos;
- o) reestruturar e ampliar os espaços públicos e áreas verdes.
- p) assegurar a oferta dos serviços de infra-estrutura básica como rede de água, esgoto sanitário, drenagem urbana, coleta de lixo, energia elétrica e pavimentação, além dos equipamentos públicos e sociais necessários à população atual e futura de Aurora.

III- quanto ao desenvolvimento social:

- a) valorizar a história do Município;
- b) apoiar permanentemente a criação e manutenção dos espaços culturais do Município;
- c) estimular e preservar o idioma dos imigrantes
- d) estimular o modo de vida rural;
- e) reestruturar e fortalecer os centros comunitários;
- f) promover a inclusão social, permitindo o acesso a melhores condições de infra-estrutura, aos equipamentos sociais, à cultura e ao lazer na cidade, à moradia digna à população de baixa renda e a urbanização e regularização das áreas precárias;
- g) garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, de forma a recuperar parte dos investimentos públicos que resultem na valorização dos imóveis urbanos;

IV- quanto ao desenvolvimento econômico:

- a) capacitar grupos de agricultores;
- b) promover o acesso a novas tecnologias para a agricultura;
- c) promover diversificação da economia;
- d) criar incentivos fiscais para implantação de empresas;
- e) fortalecer o turismo local e regional;
- f) intensificar os cursos profissionalizantes para qualificação da mão de obra industrial, da agricultura e turística;
- g) fortalecer e incentivar o comércio local;

V- quanto ao desenvolvimento ambiental:

- a) fortalecer a relação entre o cidadão e o meio ambiente;
- b) minimizar o impacto ambiental gerado pelos dejetos;
- c) diminuir, controlar e minimizar a utilização de defensivos agrícolas;
- d) controlar o despejo de resíduos nos rios e ribeirões do Município;
- e) enquadrar as indústrias nos padrões ambientais legais;
- f) preservar e recuperar as áreas de preservação permanente;
- g) criar Unidades de Conservação Municipais;
- h) criar programas de conscientização ambiental.

Sessão III

Das Estratégias da Política de Ordenamento Territorial

Art. 8º As estratégias de ordenamento territorial no Município de Aurora são orientadas pelas seguintes diretrizes:

- I - crescimento linear de forma a propiciar a integração do município às cidades do entorno;
- II - descentralização e flexibilização das atividades produtivas;
- III - desenvolvimento sustentável e preservação ambiental.

Art.9º Para a realização das diretrizes da estratégia de ordenamento territorial devem ser adotadas as seguintes ações:

- I- ordenar e disciplinar o crescimento da cidade na direção Norte e Sul, dotando essas áreas de infra-estrutura adequada;
- II- garantir uma maior dinâmica viária e de acessibilidade para a diminuição dos deslocamentos e para a fluidez do trânsito;
- III- implantação de programa(s) de incentivo à preservação dos imóveis de interesse cultural, histórico e/ou arquitetônico;
- IV- utilizar de forma sustentável os recursos naturais do município, incentivando o turismo agro-ecológico sustentável;
- V- incentivar políticas de atração de atividades geradoras de emprego e de geração de renda, em especial com alta tecnologia.

CAPÍTULO II

DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE

Art. 10. O Município de Aurora para garantir o cumprimento da função social da cidade, tanto na área urbana como na área rural, deve implantar os princípios, diretrizes e objetivos constantes do presente Plano, bem como aqueles contidos na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade e, ainda propiciar o acesso a todos os cidadãos de Aurora a serviços públicos ou privados de qualidade e a equipamentos urbanos essenciais, principalmente à saúde e a educação, procurando ainda atender:

I. a promoção de uma justiça social e territorial a partir da redução das desigualdades sócio-espaciais;

II. ampliar o direito de acesso a terra urbanizada, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura e serviços públicos, para o transporte coletivo, trabalho, à cultura, ao lazer, à memória cultural e ao meio ambiente sustentável.

Seção II

Da Função Social da Propriedade

Art. 11. A propriedade tanto urbana como rural, cumpre com sua função social no Município de Aurora, quando atende às disposições e aos parâmetros contidos e estabelecidos pelo presente Plano Diretor e demais legislações correlatas e/ou suplementar, observando ainda os seguintes princípios:

I- ser utilizada em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como em respeito ao meio ambiente;

II- garantir o uso e a ocupação do solo sempre de forma compatível com a infra-estrutura urbana e de serviços disponível;

III- assegurar o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

Art. 12. O processo de elaboração e de gestão da política territorial no Município de Aurora terá como princípio básico o respeito à ordem democrática, incorporando a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução, fiscalização e monitoramento.

CAPÍTULO III

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 13. A Política de Planejamento Territorial do Município de Aurora é pautada pela integração das suas ações com as demais políticas setoriais do município, sempre observando as características peculiares e suas especificidades, orientada pela descentralização das ações com o objetivo de promover a inclusão política, sócio-econômica, espacial e melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos.

Art. 14. A gestão integrada das diversas políticas municipais observará as seguintes diretrizes:

I- articulação entre os vários conselhos municipais e suas políticas próprias, com vistas à efetivação de processos de planejamento participativo, controle social, monitoramento e avaliação de suas ações;

II- criação de mecanismos de participação popular e do exercício da democracia nos processos deliberativos de suas ações;

III- instituição de política de comunicação e divulgação das ações intersetoriais.

Seção II

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 15. A Política de Desenvolvimento Econômico deve estar

pautada na integração com as demais políticas municipais e regionais, buscando a diversificação da economia e o aumento da oferta de trabalho e de geração de renda.

Art. 16. São Diretrizes da Política de Desenvolvimento Econômico: I. fomentar e incentivar a instalação de novas indústrias e comércio com tecnologia adequada ao uso sustentável dos recursos naturais visando à preservação do meio ambiente;

II- instalação e consolidação de atividades produtivas em áreas com disponibilidade de infra-estruturas e compatíveis com os padrões de sustentabilidade ambiental;

III- incentivo às iniciativas de produção cooperativa, ao artesanato, às empresas e às atividades desenvolvidas por meio de micro e pequenos empreendimentos ou estruturas familiares de produção;

IV- aprimoramento da infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades de cultura, turismo e entretenimento como fontes geradoras de trabalho, emprego, e de qualidade de vida;

V- articulação regional através de programas e projetos de desenvolvimento econômico integrando a atividade industrial, o comércio, o lazer, os serviços e a agropecuária;

VI- políticas de desenvolvimento econômico em consonância com a preservação ambiental e investimentos que privilegiem a distribuição de renda e riqueza, e ampliação da oferta de empregos, com remuneração digna e a preservação dos direitos sociais e trabalhistas;

VII- ações de controle urbano e de melhoria dos espaços e serviços públicos, visando à atração de atividades econômicas;

VIII- parcerias e ações integradas com outros agentes promotores do desenvolvimento, públicos e privados, governamentais e institucionais.

IX- buscar fomentar parcerias entre a iniciativa privada, órgãos públicos e instituições de ensino e de pesquisa.

Seção III

DA POLÍTICA DE INCENTIVO AO TURISMO

Art. 17. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem apoiar o desenvolvimento do turismo sustentável no Município de Aurora, pautado pelas seguintes diretrizes:

I- Incorporar o trabalho e a cultura da população local como fator de divulgação do potencial turístico do município e como fator de inclusão social;

II- Articular programas e ações turístico-culturais com os demais municípios da região;

III- Promover programas, projetos e ações turísticas integradas com a dinâmica das atividades sociais, econômicas, culturais e de lazer realizadas pelo município e na região;

IV- Diversificar e melhorar a oferta de equipamentos no setor, objetivando aumento da oferta de emprego e de geração de renda;

V- Promover atividades de agroturismo com vistas à conservação, preservação e recuperação do patrimônio ambiental do município;

VI- Incentivar a qualificação da mão de obra local buscando apoio dos demais órgãos governamentais e instituições ligadas ao setor;

VII- Estimular e implementar melhorias paisagísticas, de sinalização turística e de infra-estrutura básica nos principais corredores de acesso ao Município e região.

Seção IV

DA POLÍTICA CULTURAL

Art. 18. A Política Cultural do Município de Aurora deve ser elaborada de forma a propiciar o incentivo à preservação do patrimônio natural e cultural deste Município, sendo dever de todos os cidadãos.

Parágrafo Único. O Poder Público Municipal proporcionará proteção especial ao patrimônio natural e cultural do Município, segundo os preceitos desta Lei e de regulamentos para tal fim editados.

Art. 19. O patrimônio natural e cultural do Município é constituído

por bens móveis ou imóveis, de natureza material ou imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico ou científico.

Art. 20. O Município de Aurora deverá implementar um Programa Municipal de Incentivo à Preservação do Patrimônio Cultural, através de conselho pertinente, visando estimular à preservação e valorização da cultura local, da arquitetura e da memória, portadoras de referência à identidade, à ação ou à memória histórica do Município.

Art. 21. A política de preservação do patrimônio cultural deverá seguir as seguintes diretrizes:

I- contribuir para a construção da cidadania cultural no Município;

II- garantir a inclusão cultural de todos os cidadãos;

III- compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a identidade cultural do município;

IV- estimular e preservar a diversidade cultural existente no Município;

V- garantir a proteção e a preservação da paisagem natural do Rio Itajaí do Sul e das bacias dos seus ribeirões, todos considerados como patrimônio paisagístico do Município;

VI- valorizar e estimular o uso, a conservação e a restauração do patrimônio cultural e arquitetônico;

VII- garantir usos compatíveis para as edificações que façam parte do patrimônio arquitetônico do Município.

Art. 22. Para realização dessas diretrizes, a política de preservação do patrimônio cultural deverá adotar as seguintes ações estratégicas:

I- adotar medidas de proteção da paisagem como potencialidade turística;

II- garantir a participação da comunidade na formulação da política de preservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico;

III- desenvolver e estimular o potencial turístico da cidade através do estímulo à preservação da natureza, e dos seus bens de interesse cultural;

IV- manter e atualizar o cadastro dos bens de interesse cultural, histórico e/ou arquitetônico, estimulando sua preservação através de políticas e de programas específicos de incentivo à preservação.

Art. 23. Visando à consecução das diretrizes e das ações estratégicas da política de preservação do patrimônio cultural em Aurora, poderão ser aplicados, dentre outros, os seguintes instrumentos:

I- cadastro de bens materiais e imateriais;

II- criação de legislação de proteção e incentivo do patrimônio cultural;

III- tombamento de bens materiais e imateriais;

IV- criação do fundo municipal de incentivo a cultura;

V- utilização do instrumento da transferência do direito de construir, conforme prevê o Estatuto da Cidade.

Seção V

DA POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DE SANEAMENTO

Art. 24. A Política Ambiental de Aurora é entendida como um conjunto de diretrizes, instrumentos e mecanismos de política pública que orienta a gestão ambiental municipal, com base na Política Nacional e Estadual do Meio Ambiente e integrada ao Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Art. 25. A Política Ambiental, articulada com a Política de Gestão e Desenvolvimento Territorial de Aurora observará as seguintes diretrizes:

I- orientar as decisões de intervenção e investimentos públicos e privados em Aurora, a partir da Política Ambiental Municipal e das

legislações de caráter ambiental e de patrimônio cultural;

II- promover e assegurar a sustentabilidade ecológica e a elevação da qualidade do ambiente de Aurora, conservando os recursos naturais e os ecossistemas naturais e modificados, em conjunto com os demais municípios da bacia hidrográfica;

III- incorporar a dimensão ambiental ao desenvolvimento, coordenando as dimensões econômicas, sociais e ecológicas, de modo a reorientar o estilo de desenvolvimento;

IV- orientar os investimentos e as decisões que promovam a recuperação do ambiente degradado, natural e construído, em especial, nos locais onde haja ameaça à segurança humana e ao patrimônio natural, histórico e cultural de Aurora;

V- a elaboração e implementação de programas, projetos e ações em educação ambiental e de patrimônio cultural, em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental, com as diretrizes municipais de educação ambiental e com a Agenda 21 local, para orientar os usos estabelecidos pelo Plano Diretor Participativo de Aurora;

VI- estimular a democratização e a descentralização da gestão territorial por meio da adoção de práticas de participação, cooperação e co-responsabilidade;

VII- estabelecer os instrumentos de gestão do território compatíveis com as diretrizes para ocupação do solo, de acordo com o zoneamento ecológico-econômico;

VIII- estabelecer espaços naturais protegidos e controlar o uso e a ocupação das áreas de preservação permanente estabelecidas pelas leis vigentes,

IX- promover os padrões de permeabilidade e implantação de áreas verdes em áreas públicas e privadas;

X- dirimir a poluição da água, do ar e a contaminação do solo e subsolo, e definir metas de redução da poluição;

XI- implementar programas de controle de produção e circulação de produtos perigosos.

XII- minimizar o impacto da urbanização com base na redução do consumo de recursos e na redução de resíduos e efluentes;

XIII - controlar e minimizar os efeitos dos reflorestamentos de exóticas;

XIV- garantir acesso público e universal aos elementos constituintes do patrimônio natural e construído;

XV- articular-se à gestão integrada dos recursos naturais, contribuindo na formulação, implementação e gerenciamento de políticas, ações e investimentos demandados;

XVI- promover a integração das áreas verdes e espaços naturais protegidos a fim de estabelecer corredores ecológicos associados ao zoneamento ecológico-econômico;

Subseção I

Das Normas Gerais da Política de Saneamento Ambiental Integrado

Art. 26. A política de saneamento ambiental integrado tem como objetivos atingir e manter a sustentabilidade social e ecológica, alcançando níveis crescentes de salubridade, e promover o adequado uso e ocupação do solo e a melhoria crescente da qualidade de vida da população.

Art. 27. A gestão do saneamento ambiental integrado deverá associar as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo das águas pluviais, pavimentação, limpeza urbana, instalações hidro-sanitárias, controle de riscos, controle de vetores e fixadas pelo Sistema de Planejamento e Gestão Territorial reservatórios de doenças transmissíveis e educação sanitária e ambiental.

Art. 28. Para os efeitos desta Lei considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e

respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até seu lançamento final ao meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestrutura, e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Art. 29. Para se alcançar os objetivos da Política de Saneamento fixados nessa subseção, deverá ser seguida as determinações definidas pelo Plano Municipal de Saneamento Básico -PMSB.

Art. 30. O Município de Aurora deverá buscar o desenvolvimento de ações integradas com a União e o Estado de Santa Catarina, visando a implementação da Política de Gestão de Saneamento Básico.

Subseção II

Abastecimento de Água

Art. 31. O serviço público de abastecimento de água deverá assegurar na área urbana do município a oferta domiciliar de água para consumo residencial regular, com qualidade compatível aos padrões estabelecidos em planos e programas federais e conforme as normas técnicas vigentes.

Art. 32. O abastecimento de água deverá ser prestado com eficácia, eficiência e controle do uso, de modo a garantir a regularidade, universalidade e qualidade dos serviços.

Art. 33. Ficam definidas como ações prioritárias para o serviço de abastecimento de água:

I- diagnosticar o sistema;

II- realizar obras estruturadoras e ampliar permanentemente a oferta necessária para garantir o atendimento à totalidade da população do município, evitando a insuficiência no abastecimento e a contaminação das captações;

III- adotar mecanismos de financiamento do custo dos serviços que viabilizem o acesso da população ao abastecimento domiciliar;

IV- promover mecanismos de preservação dos mananciais de interesse comunitário e municipal, estimulando projetos alternativos de captação;

V- promover e incentivar o uso racional da água, fomentando formas alternativas de uso e reúso a partir de projetos específicos.

Subseção III

Esgotamento Sanitário

Art. 34. O serviço público de esgotamento sanitário deverá assegurar à população o acesso a um sistema de coleta, transporte e tratamento adequado dos esgotos e águas servidas, objetivando minimizar os altos índices de doenças de veiculação hídrica ou relacionadas ao saneamento, de insalubridade e danos ao meio ambiente.

§ 1º O esgotamento sanitário abrangerá a coleta e tratamento das águas servidas e matéria fecal resultantes de esgoto doméstico e os resíduos orgânicos, com sua destinação adequada.

§ 2º Os resíduos orgânicos e águas residuais provenientes da atividade industrial dos mais variados tipos, deverão obedecer a legislação específica, não podendo ser interligados ao sistema público.

§ 3º Os sistemas de esgotamento sanitário deverão observar

critérios sanitários, sócio-ambientais e de planejamento urbano e atender a Lei Federal 11.445/07.

Art. 35. Ficam definidas como ações prioritárias para o serviço de esgotamento sanitário:

I- diagnosticar o serviço;

II- criar programa de controle e tratamento especial de efluentes de empreendimentos potencialmente geradores de cargas poluidoras;

III- universalizar a coleta e tratamento de esgoto;

IV- garantir a manutenção plena de todas as unidades operacionais dos sistemas de esgotamento sanitário.

Subseção IV

Manejo das Águas Pluviais / Drenagem Urbana

Art. 36. O serviço público de drenagem urbana das águas pluviais do município objetiva o gerenciamento da rede hídrica no território municipal, objetivando o equilíbrio sistêmico de absorção, retenção e escoamento das águas pluviais.

§ 1º O Município de Aurora poderá formar consórcios públicos visando à realização conjunta de ações de controle e monitoramento da macro-drenagem das águas pluviais.

§ 2º O Plano Setorial de Macrodrenagem é um instrumento de planejamento e deverá indicar intervenções estruturais, medidas de controle e monitoramento, definindo critérios para o uso do solo compatível aos serviços de drenagem, considerando as bacias hidrográficas de Aurora e de seus municípios limítrofes, considerando o Plano de Bacia.

Art. 37. Ficam definidas como ações prioritárias no manejo das águas pluviais:

I- definir mecanismos de fomento para usos do solo compatíveis com áreas de interesse para drenagem, como parques lineares, área de recreação e lazer, hortas comunitárias e manutenção da vegetação nativa;

II- implantar medidas de prevenção de inundações, incluindo controle de erosão, especialmente em movimentos de terra, controle de transporte e deposição de entulho e lixo, combate ao desmatamento, assentamentos clandestinos e outros tipos de ocupações nas áreas com interesse para drenagem.

III- investir na renaturalização e melhorias das calhas pluviais e na recuperação dos sistemas de macro e micro-drenagem.

Subseção V

Dos Resíduos Sólidos

Art. 38. O gerenciamento dos resíduos sólidos no Município de Aurora deverá atender à Lei federal nº 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o decreto Federal nº 7.404/10 e as determinações do Plano Municipal de saneamento básico.

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL

Seção I

Da Habitação

Art. 39. A Política Municipal de Habitação observará os seguintes princípios da Política Nacional de Habitação:

I- direito à moradia enquanto um direito humano, individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira de 1988;

II- questão habitacional como uma política de Estado, uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários, devendo ser, ainda, uma política pactuada com a sociedade e que extrapole um só governo;

III- gestão democrática com a participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência.

Art. 40. A Política Municipal de Habitação tem por objetivo universalizar o acesso à moradia com condições adequadas de habitabilidade, infra-estrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais, priorizando os segmentos sociais de baixa renda, mediante instrumentos e ações de regulação normativa, urbanística, jurídico-fundiária e de provisão.

Parágrafo Único. Habitação de Interesse Social é toda moradia, com condições adequadas de habitabilidade, destinada à população de baixa renda (até cinco salários mínimos, com prioridade para de zero a três salários mínimos).

Art. 41. A Política Municipal de Habitação observará as seguintes diretrizes:

I- incentivo à participação de todos os agentes públicos e privados e dos segmentos da sociedade civil na formulação e implementação da Política Municipal de Habitação de Aurora, com vistas a superação do déficit habitacional municipal;

II- integração dos planos, dos projetos e das ações da Política Municipal de Habitação com as demais políticas e ações públicas de desenvolvimento urbano, econômico e social municipais, intermunicipais, metropolitanas, estaduais e federais, favorecendo a implementação de ações integrais e sustentáveis;

III- diversificação das ações de provisão, mediante a promoção pública, apoio à iniciativa da sociedade e à constituição de parcerias, que proporcionem o aperfeiçoamento e a ampliação dos recursos, o desenvolvimento tecnológico e a produção de alternativas de menor custo, maior qualidade e conforto, considerando as realidades físicas, sociais, econômicas e culturais da população a ser beneficiada;

IV- democratização do acesso ao solo urbano e da oferta de terras para a Política Municipal de Habitação a partir da disponibilidade de imóveis públicos e privados, em consonância com os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;

V- construção de unidades habitacionais de interesse social na região central e em demais áreas da cidade, em áreas vazias ou subutilizadas e recuperação de edifícios vazios e subutilizados conforme o Estatuto da Cidade;

VI- estímulo à autogestão na produção de habitações de interesse social;

VII- investimento em obras de urbanização e de infra-estrutura, para requalificação de áreas propícias à habitação de interesse social, com qualidade urbana e ambiental, obedecendo a parâmetros a serem estabelecidos de forma a garantir padrões mínimos de sustentabilidade.

VIII- articulação entre programas preventivos, de construção e disponibilização de unidades habitacionais, e programas curativos, de regularização, urbanização e inserção urbana definidos no Programa de Regularização Fundiária Sustentável;

IX- prestação de serviços de assistência técnica, jurídica, social e urbanística gratuita à população com renda familiar de até três salários mínimos, nos processos de regularização urbanística e fundiária e de implementação de áreas de ZEIS, assim como nos programas de habitação de interesse social;

X- controle das ocupações em áreas de risco e não edificáveis, a partir de um processo participativo e da ação integrada dos setores municipais responsáveis pelo planejamento, urbano, defesa civil, obras e manutenção, as redes de agentes comunitários, e entidades da sociedade civil organizada;

XI- promoção de atendimento habitacional de famílias a serem removidas, preferencialmente na mesma região, em caso de necessidade de remoção em área de risco, para execução de obras, equipamentos públicos, ou implantação de infra-estrutura.

Seção II DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E DE ACESSIBILIDADE

Art. 42. A Política Municipal de Mobilidade e de Acessibilidade a ser implantada no Município de Aurora deverá ser pautada pelas seguintes diretrizes:

I- criar um sistema viário urbano e regional integrado e otimizado, com vias estruturais e básicas, formando ligações que permitam melhor comunicação entre as várias localidades da cidade, ampla distribuição e eficiência dos deslocamentos, indução de desenvolvimento urbano para áreas estratégicas e maior segurança de tráfego aos usuários em geral;

II- definir uma hierarquia para o sistema viário de acordo com sua localização, relevo, e importância na malha viária, visando minimizar os conflitos entre a circulação e o uso e ocupação do solo;

III- definir o gabarito mínimo das novas vias, de acordo com as diretrizes e estratégias gerais do plano, dotando-as com espaços adequados para a circulação segura, preferencial e eficiente para pessoas com mobilidade reduzida, pedestres, bicicletas e demais veículos;

IV- apontar interseções do sistema viário com necessidade de ampliação geométrica para modernização e aumento da segurança e fluidez das vias estruturais e das vias básicas;

V- definir normas específicas para a execução e a pavimentação dos passeios nas vias públicas de Aurora, visando garantir o conforto e a segurança dos pedestres;

VI- priorizar a circulação de pessoas com mobilidade reduzida, pedestres e ciclistas, bem como incentivar o transporte coletivo, em relação ao transporte individual, promovendo um estudo de viabilidade para a implantação de sistema cicloviário e vias verdes na área urbana do Município;

VII- a acessibilidade urbana obedecerá aos princípios de adequabilidade e adaptabilidade para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, devendo ser observadas as regras previstas na legislação, assim como nas normas técnicas editadas pelos órgãos competentes, dentre os quais as de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

CAPÍTULO V DO MACROZONEAMENTO

SEÇÃO I Do Macrozoneamento Territorial

Subseção I Das áreas Urbanas e Rurais

Art. 43. Para efeitos de Planejamento e de gestão fica o território municipal de Aurora subdividido em Área Rural e Área Urbana.

§1º Área urbana é aquela definida em Lei Municipal específica - Lei do perímetro urbano, e que tem por objetivo abrigar o crescimento ordenado da cidade sendo seu uso prioritário destinado às atividades e usos de natureza urbana, não sendo obrigatoriamente contínua.

§2º Área Rural é a porção restante do território municipal, que se destina preferencialmente à prática da agricultura, pecuária, silicultura, à conservação dos recursos naturais e as outras atividades semelhantes, bem como ao desenvolvimento das atividades turísticas e de lazer, e que se encontram fora dos limites de perímetro urbano do município.

Subseção II Das Macrozonas

Art. 44. O Macrozoneamento territorial tem como objetivo principal propor critérios e uso de ocupação na utilização do espaço do Município de Aurora, levando-se em consideração as características ambientais e suas potencialidades, propiciando o uso racional

para fins urbanos, para atividades rurais, ao desenvolvimento das atividades econômicas e as áreas destinadas à preservação ambiental e de interesse turístico.

Art. 45. Para fins de planejamento territorial, o Município de Aurora fica subdividido em 03 (três) Macrozonas de Uso da seguinte forma:

- I. MZU - Macrozona Urbana;
- II. MZR - Macrozona Rural
- III. MZC - Macrozona de Conservação Ambiental

Art. 46. As delimitações das Macrozonas de Uso visam atingir os seguintes objetivos:

I- incentivar, coibir e qualificar a ocupação, compatibilizando a capacidade de infra - estrutura instalada com a proteção ao meio ambiente;

II- contenção da expansão desordenada da área urbana que possa acarretar problemas de natureza sócio-ambiental;

III- minimização dos custos de implantação, manutenção e otimização da infra-estrutura urbana e dos serviços públicos essenciais;

IV- ordenar o processo de expansão territorial visando o desenvolvimento sustentável do Município.

Subseção III DA MACROZONA URBANA

Art. 47. A MZU, denominada de Macrozona de Ocupação Urbana, é aquela que apresenta condições para um maior adensamento populacional no município, por possuir melhores condições de infra-estrutura, serviços básicos de saúde, educação, lazer e cultura, acessibilidade e transporte.

Parágrafo único. São objetivos das áreas incluídas na Macrozona de Ocupação Urbana:

- I- promover o adensamento populacional;
- II- evitar a ociosidade da infra-estrutura instalada;
- III- democratizar o acesso a terra urbanizada;
- IV- garantir a utilização dos imóveis não edificadas, subutilizados e não utilizados.

Art. 48. As Zonas a serem delimitadas no interior da Macrozona de Ocupação Urbana, conforme Anexo III - Mapa de Zoneamento, são aquelas que devem conter usos e ocupações destinadas prioritariamente às funções urbanas e delimitadas de acordo com critérios específicos que priorizem a sua vocação e suas particularidades.

Art. 49. A Macrozona Urbana divide-se em:

I. Zona Urbana 1 - ZU1: são áreas destinadas predominantemente ao uso comercial e de prestação de serviços de menor porte, complementado pelo uso residencial, industrial de pequeno porte e outros compatíveis;

II- Zona Urbana 2- ZU2: são áreas destinadas predominantemente ao uso comercial e de prestação de serviços de maior porte, uso industrial e outros compatíveis, com característica de corredor de serviços;

III- Zona Urbana 3- ZU3: são áreas destinadas ao uso residencial predominante, complementado pelos usos não incômodos a habitação.

Seção IV DA MACROZONA RURAL

Art. 50. A MZR, denominada de Macrozona Rural, é aquela destinada preferencialmente às atividades produtivas tanto de caráter urbano ou rural, e devem ser dotadas de infra-estrutura básica, acessibilidade e de transporte.

Parágrafo Único. São objetivos das áreas incluídas na Macrozona Rural:

- I- minimizar os impactos do uso industrial e agropecuário de grande porte no território do Município de Aurora;
- II- controlar a ocupação e o adensamento construtivo e populacional dessas áreas;
- III- disponibilizar áreas propícias para atividades agrícolas;
- IV- promover o uso controlado do solo em áreas rurais compatibilizando-as com a proteção do meio ambiente;

Art. 51. A Macrozona Rural será subdividida em demais zonas, que pelas suas características deve conter usos e ocupações destinadas preferencialmente às funções produtivas do setor primário, secundário.

Art. 52. A Macrozona Rural do Município de Aurora, ressalvada a competência da União, fica dividida nas seguintes zonas, conforme Anexo I - Mapa de Zoneamento:

- I- Zona Rural 1 - ZR1: são as áreas próximas do perímetro urbano atual e que apresentam potencial e/ou tendências de ocupação a médio e a longo prazo, devido à boa localização ao longo dos eixos viários ou a tendência de crescimento das expectativas urbanas;
- II- Zona Rural 2- ZR2: são as áreas predominantemente de produção primária, com baixa densidade habitacional, onde devem ser incentivadas as características rurais com estabelecimento de critérios adequados de manejo do solo.

Parágrafo Único. A licença ambiental para atividades de extrativismo mineral deve considerar o possível impacto da mesma em paisagens de interesse cultural e turístico, sendo este um fator limitador do parecer favorável.

Subseção V

Da Macrozona de Conservação Ambiental

Art. 53. A MZC, denominada Macrozona de Conservação Ambiental é aquela que contém áreas do território municipal que, por suas características e especificidades naturais, às suas fragilidades físicas, declividades elevadas, biodiversidade e pela forte presença de recursos hídricos se destinam à conservação ambiental e dessa forma cumprem uma importante função sócio-ambiental.

Art. 54. Macrozona de Conservação Ambiental será delimitada e mapeada posteriormente, através de lei municipal específica.

Parágrafo Único. O Poder Executivo Municipal deverá apontar no ato da Consulta Prévia para Licenciamento de Obras, as áreas protegidas por lei bem como as áreas sujeitas a algum tipo de risco ambiental.

Seção II

Das Áreas de Preservação Permanente

Art. 55. São consideradas áreas de Preservação Permanente - APP no Município de Aurora, aquelas assim classificadas pela legislação federal e estadual existente.

Parágrafo Único. Os limites mínimos para a ocupação dos terrenos e glebas que contenham em seu interior áreas consideradas de preservação permanente devem respeitar obrigatoriamente o estabelecimento pela legislação competente, salvo se possuam autorização de órgão competente para sua utilização.

Art. 56. Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

- a) a atenuar a erosão das terras;
- b) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias;
- c) a proteger sítios de excepcional beleza ou valor científico ou histórico;
- d) a asilar exemplares de fauna ou flora ameaçados de extinção;

e) a assegurar condições de bem estar público.

Parágrafo Único. A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Órgão Executivo Federal, quando for necessário à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

Seção III

Das Zonas de Especial Interesse Social

Art. 57. As Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS, são áreas do território municipal destinadas prioritariamente à regularização fundiária, urbanização e à produção e manutenção de habitação de interesse social - HIS, bem como à implantação de loteamentos de interesse social, tais como:

- I- ZEIS 1- os loteamentos ou ocupações irregulares onde se houver o interesse de regularização jurídica de posse da terra e a sua integração à estrutura urbana, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação pertinente;
- II- ZEIS 2 - lotes ou gleba ainda não edificados subutilizados ou não utilizados onde haja interesse público em elaborar programas habitacionais para a população de baixa renda.

§1º Os parâmetros urbanísticos e de regularização das Zonas de Especial Interesse Social serão determinados pelo seu Plano de urbanização, estabelecido por Lei específica e que deverá prever:

- I- as diretrizes, índices e parâmetros urbanísticos específicos para o parcelamento e para o uso e a ocupação do solo;
- II- diagnóstico da ZEIS que contenha no mínimo: análise físico-ambiental, análise urbanística e fundiária e caracterização sócio-econômica da população;

III- os planos e projetos para intervenções urbanísticas necessárias à recuperação física da área, incluindo, de acordo com as características locais, sistema de abastecimento de água e de coleta de esgotos, drenagem de águas pluviais, coleta regular de resíduos sólidos, iluminação pública, adequação dos sistemas de circulação de veículos e pedestres, eliminação de situações de risco, estabilização de taludes e de margens de córregos, tratamento adequado das áreas verdes públicas, instalação de equipamentos sociais e os usos complementares ao residencial;

IV- instrumentos aplicáveis para a regularização fundiária;

V- forma de participação da população na implementação e gestão das intervenções previstas;

VI- fontes de recursos para implementação das intervenções;

VII- atividades de geração de emprego e renda;

VIII- plano de ação social;

IX- a realocação das famílias que ocupa imóvel localizado em áreas de Preservação Permanente ou área de risco para áreas dotadas de infraestrutura, devendo ser garantido o direito à moradia digna, preferencialmente em empreendimentos de Habitação de Interesse Social- HIS implementados nas ZEIS.

§2º Além das 04 (quatro) ZEIS delimitadas pelo Plano Municipal de habitação de Interesse Social, outras poderão ser delimitadas e mapeadas posteriormente, através de lei municipal específica.

CAPÍTULO VI

DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Seção I

Dos Usos

Art. 58. Com relação à finalidade são estabelecidas as seguintes categorias de uso:

I- residencial: edificação destinada à habitação permanente, seja unifamiliar ou multifamiliar;

II- comunitário e/ou institucional: espaço, estabelecimento ou instalação destinada ao lazer, cultura, saúde, religião, assistência

social e administração pública, exceto os motéis;

III- comercial e/ou de serviços: atividade caracterizada pela relação de troca visando o lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias, ou atividade caracterizada pela utilidade de mão-de-obra e assistência de ordem intelectual, incluindo atividades hoteleiras e de alimentação, serviços para veículos, de serviços de saúde humana ou animal, atividades de profissionais liberais;

IV- industrial e apoio industrial: atividade pela qual se transforma matéria-prima em bens de produção ou consumo, e a prestação de serviços diretamente relacionados, como armazenagem de produtos e matérias primas, apoio logístico, armazenamento e fornecimento de combustíveis exclusivamente para as atividades industriais e de apoio industrial;

V- agropecuária: atividades primárias de cultivo da terra e criação de animais, visando ao consumo próprio ou à comercialização;

VI- extrativismo: atividade primária de extração de recursos vegetais e/ou minerais.

§1º As edificações destinadas a motéis somente serão permitidas em lotes com testada para as rodovias intermunicipais.

§2º Quando não for possível enquadrar um uso mencionado nos incisos, caberá deliberação pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial.

Art. 59. Como princípio geral, todos os usos serão admitidos no território do Município, salvo àqueles expressamente proibidos pela presente Lei, e desde que obedeçam as condições, princípios e diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 60. Os usos são classificados conforme seu porte, para fins de adequação às diferentes zonas urbanas.

I- para o uso Comunitário e/ou institucional:

a) Pequena: quando tiverem capacidade de atendimento de até 100 pessoas por dia, ou tiver área de construção de até 250,00 m²;

b) Média: quando tiverem capacidade de atendimento de 101 até 500 pessoas por dia, ou tiver área de construção de 250,01 até 500,00 m²;

c) Grande: quando for superior aos demais itens relacionados acima;

II- para o uso Comercial e/ou serviços:

a) Pequena: quando tiver área de construção de até 150,00 m²;

b) Média: quando tiver área de construção de 150,01 até 400,00 m²;

c) Grande: quando for superior aos demais itens relacionados acima;

d) Nas medidas definidas nas alíneas anteriores já deverão estar incluídas as áreas de sobrelojas, quando existirem.

III- para o uso industrial e apoio industrial, quando a atividade apresentar risco ambiental leve ou moderado de acordo com a classificação do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA.

a) Pequena: quando tiver área de construção de até 400,00 m²;

b) Média: quando tiver área de construção de 400,01 até 1000,00 m²;

c) Grande: quando tiver área de construção acima de 1000,01 m²;

IV- Para uso Agropecuário e/ou Extrativismo:

a) Pequena: quando a atividade desenvolvida estabelece uma relação de consumo e produção familiar;

b) Média: quando a atividade desenvolvida estabelece uma relação de consumo e produção familiar, plantio e criação de animais para elaboração, comercialização do excedente da produção própria;

c) Grande: quando a atividade desenvolvida caracteriza-se para fins de comercialização;

§1º Os edifícios destinados ao uso comercial e/ou de prestação de serviços obedecerão aos parâmetros construtivos da zona em que

estiverem inseridos, observando sempre a exigência de vagas de estacionamento constante nesta Lei.

§2º O uso agropecuário, será considerado tolerado para adequação às zonas urbanas, independente do porte, devendo respeitar as normas ambientais, de saúde pública, trato de animais, sossego e higiene da propriedade, inclusive o Código de Posturas, reservando-se o direito do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial tornar inadequada a atividade em determinada área, sempre que requerido pelos moradores da área afetada; exceto para a criação de suínos, que fica proibida em todo o perímetro urbano.

§3º Para os edifícios destinados ao uso industrial e/ou de apoio industrial, e qualquer uso de grande porte, a municipalidade poderá exigir estudos complementares, bem como implantação de cinturão verde com largura mínima de 10m (dez metros).

Art. 61. Para efeito de concessão ou renovação de alvarás de funcionamento para estabelecimento em edificações já existentes, serão mantidos os usos previstos nas normas vigentes antes da aprovação desta Lei.

Seção II

Dos Parâmetros urbanísticos

Art.62. Para a ordenação territorial, cada zona apresentará diferentes parâmetros urbanísticos, conforme tabela constante do Anexo "I", considerando-se a infra-estrutura existente, as tendências de expansão urbana, a proteção ambiental e a preservação do patrimônio histórico.

Art. 63. Lote mínimo é a menor área permitida para cada zona, resultante da subdivisão de glebas.

Art. 64. Taxa de ocupação máxima é a relação entre a projeção horizontal máxima de construção permitida e a área do lote sobre o qual ascendem as construções, expressa em porcentagem, de acordo com a fórmula:

Taxa de ocupação =	projeção da edificação x 100
	área total do lote

Parágrafo Único. Para fins de verificação de taxa de ocupação máxima não serão computadas:

I- as áreas sem cobertura destinadas à recreação coletiva ou estacionamento de veículos;

II- as áreas destinadas aos serviços de apoio de uso comum dos prédios, tais como casa de máquinas e de bombas, instalações centrais, aquecimento de água, medidores, dutos de ventilação, cisterna e depósito de lixo;

III- os beirais, pergolados, elementos decorativos ou outras saliências, desde de que respeitado o Código de Edificações.

Art. 65. Coeficiente de aproveitamento máximo é o índice urbanístico que determina a área que pode ser construída em determinado terreno, mediante a multiplicação do coeficiente definido para a zona pela área escriturada do terreno.

§1º Não serão computados no cálculo do coeficiente de aproveitamento:

I- as áreas sem cobertura destinadas à recreação coletiva ou estacionamento de veículos;

II- as áreas destinadas aos serviços de apoio de uso comum dos prédios, tais como casa de máquinas e de bombas, instalações centrais, aquecimento de água, medidores, cisterna e depósito de lixo;

III- os beirais, pergolados, elementos decorativos ou outras saliências, desde que respeitado o Código de Edificações.

§2º Para o cálculo do coeficiente de aproveitamento, a área das

escadas será computada na forma da equação $(n-1)$, sendo "n" o número de pavimentos da edificação.

Art. 66. Altura máxima das construções é o número máximo de pavimentos que poderá ter uma edificação acima do nível do solo, considerando-se o térreo e desconsiderado-se os pavimentos abaixo do nível do solo.

§1º Considera-se nível do solo:

I- quando o terreno não for modificado, o nível natural médio do terreno;

II- quando houver corte no terreno, o nível do terreno modificado, excetuando-se o corte para a edificação de subsolos;

III- quando houver aterro, muro de contenção ou cortina de concreto sustentando a edificação, o nível médio natural do terreno.

§2º Considera-se subsolo o pavimento situado abaixo do nível do solo em todo o perímetro da edificação, permitindo que:

I- a face superior da laje de cobertura do pavimento subsolo mais alto esteja a, no máximo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) acima do nível do solo;

II- uma das faces verticais do pavimento subsolo mais alto, por onde seja projetado o acesso, seja totalmente desenterrada.

§3º No cálculo da altura das edificações será considerada a altura máxima de 3,00m (três metros) para cada pavimento, medidos de piso a piso, exceto para o pavimento térreo, que terá altura máxima de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) se destinado a uso residencial ou 6,00m (seis metros) se destinado a uso não residencial.

§4º As antenas sobre os prédios terão altura máxima de 6,00m (seis metros), independentemente da altura máxima permitida para a edificação.

Art. 67. Os afastamentos mínimos são as distâncias mínimas que devem ser guardadas da edificação às linhas de divisa do lote, medidas perpendicularmente a estas.

§1º Os afastamentos mínimos obrigatórios nas edificações são determinados segundo a zona de uso a qual pertencem, e estão indicados na Tabela de Índices Urbanísticos- Anexo III.

§2º Os afastamentos mínimos laterais e fundos das edificações serão de $H/8$ (altura total dividida por oito), 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) quando não existirem aberturas.

§3º Para efeito de cálculo do afastamento mínimo, "H" é a altura total da edificação, medida a partir do piso do pavimento térreo até a laje de cobertura do último pavimento.

§4º As edificações em madeira deverão guardar o afastamento lateral e de fundos, caso sejam edificadas paredes cegas, estas obrigatoriamente devem ser em alvenaria.

§5º Nos edifícios com 3 (três) ou mais pavimentos, os 2 (dois) primeiros pavimentos poderão ser construídos sobre uma das divisas laterais, desde que a parede sobre a divisa seja cega, e que sejam respeitadas as áreas mínimas de ventilação exigidas no Código de Edificações, devendo os demais pavimentos guardarem o recuo lateral e de fundos correspondente a $1/8$ (um oitavo) da altura total da edificação, nunca menor do que 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

§6º As sacadas e varandas edificadas transversalmente à divisa deverão observar o recuo lateral mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), ou serem fechadas com uma parede cega sobre a divisa.

§7º Todas as edificações, além do disposto nesta lei, devem respeitar as disposições do Código de Edificações.

Sessão III

Dos Estacionamentos

Art. 68. Para todos os usos deverão ser previstas e constar no projeto as vagas para estacionamento de veículos, na proporção

mínima definida no Anexo VII desta Lei.

§1º Caso no cálculo de proporcionalidade o número de vagas seja fracionado, será exigido o número imediatamente superior quando a fração for maior ou igual a 0,5, e imediatamente inferior quando a fração for menor de 0,5.

§2º Nos casos de acréscimo em edificações existentes, a obrigatoriedade da reserva de estacionamento ou guarda de veículos só incidirá sobre as áreas ou unidades acrescidas.

§3º Além das vagas exigidas no Anexo IV desta Lei, poderão ser autorizadas vagas de estacionamento provisório dentro das faixas de alargamento das vias públicas oficiais, observadas as diretrizes estabelecidas em Lei específica.

§4º A abertura de baias no passeio público para estacionamento ou acesso de veículos só será permitida com a aprovação do órgão municipal competente.

§5º Quando houver pátio de manobras, este deve estar no interior do lote.

Seção IV

Das Normas para Florestamento e Reflorestamento de Espécies Exóticas

Art. 69. Para efeito desta lei, considera-se espécie exótica, aquela dada como proveniente de fora da flora original local, como o *Pinus Elliotti*, também conhecido como *Pinus*, Pinheiro, Pinheiro Americano e várias espécies vegetais do gênero *Eucalyptus*, também conhecido como Eucalipto.

Art. 70. Fica fixado, em área de plantio agrícola, ao proprietário, possuidor ou arrendatário do imóvel rural, o afastamento de 20 metros ao longo da linha da divisa com o terreno do vizinho e de 10 metros ao longo das rodovias e estradas municipais, a contar do centro da estrada, para o plantio de floresta ou reflorestamento com espécies exóticas.

§1º Os extremantes em comum acordo entre as partes e assim pactuarem, poderão reflorestar em distâncias inferiores a prevista nesse artigo.

§2º Aplicam-se as proibições previstas neste artigo no replante e no rebroto, ficando o proprietário, possuidor ou arrendatário, obrigado a tomar as devidas providências para que não ocorra, salvo nos casos do parágrafo anterior.

§3º O proprietário, possuidor ou arrendatário não poderá reflorestar sem respeitar a distância mínima das redes de energia elétrica, telecomunicações, casa, galpões e demais benfeitorias próprias ou de terceiros, que dificulte a exploração ou que ocasione risco de acidentes quando da formação da floresta.

§4º fica proibido o plantio de espécies exóticas em toda a extensão do Perímetro Urbano do Município de Aurora.

Seção V

Das Terraplanagens e Movimentos de Terra

Art. 71. Todo e qualquer movimento de terra a ser executado no Município, tais como cortes, escavações, aterros e terraplanagens, deverá obedecer ao disposto desta lei Complementar e no Código de Obras e Edificações municipal, que deliberará mais detalhadamente sobre o tema.

Art. 72. Todo movimento de terra em terrenos com inclinação superior a 30% ou que resultarem em taludes superiores a 3,00 metros deverá ser precedido de projeto de terraplanagem específico, executado por profissional habilitado, devidamente cadastrado nos órgãos competentes e submetidos à aprovação e licenciamento do Município.

Parágrafo Único. Poderá ser exigido pelo município projeto de terraplanagem mesmo nos casos em que o terreno não se enquadre no especificado acima, dependendo do tamanho da área, das curvas de nível do terreno e da infraestrutura local.

Art. 73. Nos terrenos com declividade acentuada, a critério do Município, a aprovação de projetos e a concessão de Alvará de Construção dependerão de cumprimento, pela parte interessada, de exigências especiais, tais como a construção de muros de arrimo e drenagem.

CAPÍTULO VII DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 74. As novas vias a serem implantadas no Município de Aurora, devem respeitar as diretrizes estabelecidas pela presente Lei, bem como as exigências do Código Brasileiro de Trânsito.

§1º A classificação das vias e a definição de seus gabaritos são de competência do Órgão de Planejamento da Prefeitura.

§2º As vias que por suas características não permitem ligação com outras vias, deverão necessariamente ser arrematadas com praça de retorno que tenham no mínimo um diâmetro igual a duas vezes a largura de caixa de rolamento da via considerada.

Art. 75. Boa o aspecto funcional, o sistema viário municipal, conforme indicado nos Mapas do Sistema Viário, Anexos IV e V, é constituído de Vias Arteriais, Coletoras, Locais e Projetadas assim definidas:

I- Via arterial: destinada a atender com prioridade o tráfego de passagem e secundariamente ao local, servindo altos volumes de tráfego;

II- Via Coletora: destinada a penetrar nas diversas comunidades ou bairros do Município e coletar o tráfego até as vias arteriais;

III- Via Local: destinada a atender primordialmente ao tráfego local, permitindo acesso direto aos lotes e edificações, comportando aos fluxos cotidianos dos moradores;

IV- Via projetada: via prevista para futura ampliação do sistema viário, podendo se transformar em uma via arterial, coletora ou local.

Art. 76. É expressamente proibida a abertura de ruas quando não previstas pelo Plano Diretor Participativo ou não pertencem a projetos de loteamentos aprovados pelo município.

Parágrafo Único. Deverá ser observada ainda, a Lei Complementar de Parcelamento do Solo nos artigos que dispõe sobre o assunto.

Seção I Do Gabarito das Vias

Art. 77. Ficam estabelecidos os seguintes gabaritos mínimos de largura para malha viária municipal:

I- Via arterial:

a) rodovia estadual com jurisdição estadual: faixa de domínio de 30,0 metros a critério do órgão competente com jurisdição sobre a mesma;

II- via coletora:

a) rodovia municipal rural: 12,0 metros

b) via municipal urbana: para as vias existentes o gabarito total varia de 10,00 metros a 12,00 metros, conforme definido pelo Anexo VI.

III- via local:

a) rodovia municipal rural: 10,00 metros

b) via municipal urbana: para as vias existentes o gabarito total varia de 5,00 metros a 12,00 metros, conforme definido pelo Anexo VI;

IV- ciclovia: 1,50 metros se unidirecional a 2,00 metros se bidirecional;

V- ciclofaixa: 2,00 metros

§1º As faixas de domínio da rodovia estadual poderá sofrer variação a critério dos respectivos órgãos competentes com jurisdição sobre as mesmas.

§2º As dimensões das vias municipais poderão sofrer variação em razão de situações atípicas e peculiares e mediante justificativa

técnica.

CAPÍTULO VIII DO PARCELAMENTO DO SOLO

Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 78. Os procedimentos para aprovação e implantação de novos parcelamentos do solo no Município de Aurora, devem ser àqueles previstos na Lei Municipal de Parcelamento do Solo, bem como na legislação federal pertinente e nas disposições constantes na presente Lei.

§1º O tamanho do lote mínimo a ser respeitado em cada Zona compreendida na Área Urbana do Município de Aurora é aquele previsto na Tabela de Índices Urbanísticos, Anexo III da presente lei, e deverá sempre ser observado quando da aprovação dos novos loteamentos e desmembramentos a partir da entrada em vigor da presente Lei Complementar.

§2º Os lotes de esquina deverão ter área mínima de lote, assim como a testada mínima acrescidos em, no mínimo, 20% (vinte por cento).

§3º Para loteamentos considerados de interesse social e destinado a programas habitacionais realizados pelo poder público municipal, estadual ou federal, as dimensões mínimas do lote ofertados devem ser de:

a) área mínima = 200,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);

b) testada mínima = 10,00 m (dez metros).

§4º Poderá ser autorizado pelo poder público, através de lei específica, a implantação por entidades privadas, de loteamentos comprovadamente de interesse social e destinados a programas habitacionais, com as dimensões dos lotes determinadas no parágrafo 3º.

Art. 79. Os condomínios urbanísticos, assim classificados e enquadrados por lei federal, e destinados para fins residenciais só poderão se localizar nas Áreas Urbanas, e devem respeitar as demais exigências da presente Lei, onde couber.

Art. 80. Nenhum projeto de parcelamento do solo poderá ser aprovado no Município de Aurora sem a devida apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, assinada por profissional habilitado pelo Sistema CREA/CONFEA.

§1º Uma vez aprovado o processo de parcelamento do solo pela Prefeitura Municipal, o mesmo deverá ser levado a registro no Cartório de Registro de Imóveis competente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, sob pena de perda da validade da respectiva Certidão de Aprovação anteriormente expedida.

§2º Em caso de cassação da Certidão de Aprovação do Parcelamento do Solo o interessado deverá requerer uma nova licença junto a Prefeitura Municipal.

Art. 81. Para mudança de uso da edificação, deve ser solicitado parecer ao órgão competente, mediante requerimento que indique com precisão o imóvel, sua localização e a destinação pretendida. §1º Os usos industriais consolidados na zona urbana que sejam classificados como inadequados por esta Lei poderão ampliar as suas atividades e edificações na área do imóvel pertencente à empresa antes da aprovação desta Lei, respeitando-se os parâmetros da zona em que estejam inseridos, ficando sujeitos a apresentarem projetos complementares.

§ 2º É permitida a anexação somente de terrenos contíguos para ampliação ou melhoria das instalações de tratamento de efluentes, estacionamentos, áreas verdes ou de recreação.

CAPÍTULO IX DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Seção I Dos Instrumentos de Controle

Art. 82. Os Instrumentos Jurídicos-Urbanísticos a serem utilizados no Município de Aurora, visam promover uma melhor utilização do solo e induzir a ocupação de áreas já dotadas de infra-estrutura e de equipamentos sociais, aptas para urbanizar, evitando a expansão desnecessária do perímetro urbano para regiões não servidas de infra-estrutura ou àquelas consideradas frágeis sob o ponto de vista ambiental, de forma a garantir a função social da cidade e da propriedade.

Seção II Dos Instrumentos de Gestão Urbana

Art. 83. Para a promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento urbano do Município de Aurora, poderão ser adotados, entre outros, os seguintes instrumentos de política tributária, urbana e ambiental, previstos pelo Estatuto da Cidade:

I - INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO:

- a) Plano Plurianual;
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) Lei de Orçamento Anual;
- d) Plano de Desenvolvimento Econômico e Social;
- e) Planos, Programas e Projetos Setoriais;
- f) Programas, Projetos e Planos Especiais de Urbanização e de Habitação;

II - INSTRUMENTOS JURÍDICOS E URBANÍSTICOS:

- a) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- b) IPTU progressivo no tempo;
- c) desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
- d) zona especial de interesse social (ZEIS);
- e) outorga onerosa do direito de construir;
- f) transferência do direito de construir;
- g) operações urbanas consorciadas;
- h) consórcio imobiliário;
- i) direito de preempção;
- j) direito de superfície;
- k) licenciamento ambiental;
- l) tombamento de imóveis;
- m) desapropriação;
- n) estudo de impacto de vizinhança (EIV);
- o) estudo de impacto ambiental (EIA) e relatório de impacto do meio ambiente (RIMA).

III - INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:

- a) concessão de direito real de uso;
- b) concessão de uso especial para fins de moradia;
- c) usucapião urbano;

IV - INSTRUMENTOS TRIBUTÁRIOS E FINANCEIROS:

- a) impostos municipais diversos;
- b) taxas, tarifas e preços públicos específicos;
- c) contribuição de melhorias;
- d) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;
- e) fundo municipal de desenvolvimento local.

V - INSTRUMENTOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS:

- a) servidão e limitação administrativas;
- b) autorização, permissão ou concessão de uso de bens públicos municipais;
- c) concessão dos serviços públicos urbanos;
- d) gestão de serviços urbanos com organizações sociais, assim declaradas pelo poder Público Municipal;
- e) convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação

- institucional;
- f) termo administrativo de ajustamento de conduta;
- g) dação em pagamento.

VI - INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA:

- a) conselhos municipais;
- b) fundos municipais;
- c) audiências e consultas públicas;
- d) conferências municipais/ou regionais;
- e) iniciativa popular de projetos de lei;
- f) referendo e plebiscito.

Parágrafo Único. Os instrumentos jurídicos-urbanísticos previstos no inciso II, do caput deste artigo, para sua efetiva implementação, deverão ser regulamentados através de lei municipal específica, ouvido o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial e sempre que necessário, com realização de Audiência Pública a ser convocada pelo Executivo Municipal ou pela Câmara de Vereadores.

CAPÍTULO X DAS PENALIDADES

Art. 84. As infrações ao disposto nesta Lei sujeitam o infrator às seguintes penalidades:

- I- notificação preliminar para ajustamento de conduta, em casos de infrações de baixo potencial lesivo;
- II- indeferimento ou cassação de licença de funcionamento, em caso de descumprimento das normas referentes a uso;
- III- embargo de obra e demolição em caso de descumprimento das normas referentes à ocupação dos lotes;
- IV- demolição de obras que contrariem os dispositivos desta Lei.

Parágrafo Único. A aplicação das penalidades deste artigo não exime o responsável das cominações civis e penais eventualmente cabíveis.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 85. A limpeza do passeio fronteiro às edificações ou terrenos baldios, em vias pavimentadas ou não, será de responsabilidade de seus ocupantes ou proprietários, devendo ser efetuada sem prejuízo aos transeuntes, recolhendo-se ao depósito particular de lixo todos os detritos resultantes da limpeza.

Art. 86. A contar da data de entrada em vigor do presente Plano Diretor, o Executivo Municipal deverá encaminhar para a Câmara de Vereadores, Projetos de Lei contendo a revisão ou implementação das seguintes leis:

- I - no prazo de 01 (um) ano:
- a) Código de Obras e Edificações;

- II- no prazo de dois (dois) anos:
- b) Lei de Parcelamento do Solo;
- c) Código de Posturas;

Parágrafo Único. Havendo necessidade, o Poder Executivo poderá encaminhar outros Projetos de Lei que regulamentem dispositivos e instrumentos legais integrantes do presente Plano Diretor.

Art. 87. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) Anexo I - Mapa de Zoneamento Rural;
- b) Anexo II- Mapa de Zoneamento Urbano;
- c) Anexo III- Tabela de Índices Urbanísticos;
- d) Anexo IV- Mapa do Sistema Viário Municipal;
- e) Anexo V- Mapa do Sistema Viário Urbano;

- f) Anexo VI- Gabarito das Vias;
g) Anexo VII- Vagas Mínimas de Estacionamento.

Art. 88. Fica o Executivo Municipal autorizado a regulamentar a legislação urbanística do Município, sem alteração de matéria substantiva, bem como efetuar o detalhamento e os ajustes nos mapas em escalas ampliadas, quando for o caso.

Art. 89. Os alvarás e licenças concedidos anteriormente a publicação desta Lei terão validade de até 06 (seis) meses, a partir de sua concessão.

Art. 90. Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aurora(SC), 15 de Outubro de 2014
VILMAR ZANDONAI
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 15/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão - 15/2014

Processo Administrativo: 51/2014

A comissão de Licitação da , nomeada pelo(a) Portaria: 02/2014, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 20 de janeiro de 2015, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 302 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 15/2014, na modalidade de Pregão.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93.

Finalidade:

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, FLUIDOS E DESENGRAXANTES, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Aurora - SC, 22 de dezembro de 2014
ROQUE ALAIR RAMOS
Presidente

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº. 212/2014

DECRETO/GP/Nº 212, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

DESIGNA ATRIBUIÇÕES INTERINAMENTE DOS TRABALHOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a enfermidade e internação do Sr. Valberto Berkenbrock, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Finanças, e assim, visando dar andamento aos trabalhos durante o período de ausência do mesmo.

CONSIDERANDO melhor distribuições e funções dos serviços prestados pela Secretaria de Administração e Finanças, visando não sobrecarregar os servidores neste período.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art.1º - Designar ao Sr. ANIBAL VALDEMIRO PATRÍCIO ocupante do cargo de Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos, as atribuições administrativas internas como; memorandos internos referentes a lançamento em folha de pagamento, horas extras, gratificações, férias, ofícios e memorandos referente ao departamento de licitações, bem como os serviços disponibilizados aos municípios pela Administração, como; expedição de alvará de funcionamento, notificações de pessoa física e jurídica, autorizações de ligação de energia, autorizações para eventos e festas, deferimento de baixa e lançamentos tributário.

Art. 2º - Designar o Sr. ALBERTO DE SOUZA ocupante do cargo de contador da Secretaria de Administração e Finanças para as atribuições financeiras com poderes para emitir cheques; abrir conta para depósitos; receber e passar recibos e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar contra; ordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar alterar e debloquear senhas; efetuar saques conta corrente; efetuar saques poupanças; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferência por meio eletrônico; libarar arquivo de pagamentos no gerenciador financeiro; solicitar saldo/extratos de operação de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para mesma titularidade por meio eletrônico; encerrar conta de depósito e consultar obrigações de debito autorizado, com relação ao Município de Balneário Rincão, com CNPJ nº 17.243.084./0001-97 e do Fundo Municipal de Saúde, com CNPJ nº 18.184.942/0001-32;

Art. 3º - Designar o Sr. ANTÔNIO CARLOS GHISI ocupante do cargo de Diretor Administrativo Financeiro do Samae, para as atribuições financeiras, para juntamente com o diretor presidente da autarquia, emitir cheques; abrir conta para depósitos; receber e passar recibos e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar contra; ordenar cheques, cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar alterar e debloquear senhas; efetuar saques conta corrente; efetuar saques poupanças; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferência por meio eletrônico; libarar arquivo de pagamentos no gerenciador financeiro; solicitar saldo/extratos de operação de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para mesma

titularidade por meio eletrônico; encerrar conta de depósito e consultar obrigações de débito autorizado, com relação ao SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto), com CNPJ nº 17.509.587.0001/61.

Art. 4º - A designação de que trata este Decreto não importará em remuneração adicional, ou qualquer outro benefício na forma da legislação em vigor.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Paço Municipal, 22 de dezembro de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 22 de dezembro de 2014.

DECRETO Nº. 213/2014

DECRETO Nº 213/2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 84 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei 82/2013:

DECRETA

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO do Exercício de 2014 na importância de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

02 - GABINETE DO PREFEITO

01 - GABINETE DO PREFEITO

2.002 Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle e Assessorias

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 (02) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

2.031 Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Públicos

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.17.0000 (249) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Artigo 2º - As suplementações decorrentes do artigo anterior, correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária do elemento de despesa abaixo discriminado:

02 - GABINETE DO PREFEITO

01 - GABINETE DO PREFEITO

2.002 Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle e Assessorias

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 (03) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

2.031 Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Públicos

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 (186) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 23 de dezembro de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 23 de dezembro de 2014.

DECRETO Nº. 214/2014

DECRETO/GP/Nº 214, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
FICA ALTERADO O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, NA VÉSPERA DE NATAL E ANO NOVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o horário de funcionamento das repartições públicas no território do Município de Balneário Rincão nos dias 24 e 31 de dezembro de 2015, tendo início às 08h00min, com término às 12h00min.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Paço Municipal, 22 de dezembro de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 22 de dezembro de 2014.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

ATA DE PROCESSO LICITATÓRIO 037/SAMAE/BALNEÁRIO RINCÃO

ATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº037/SAMAE/2014 QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE, PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCÃO, DURANTE 2015.

As quatorze horas do dia vinte três de dezembro do ano de dois mil e quatorze, no setor de licitações do Samae Balneário Rincão, reuniu-se a Pregoeira e sua equipe de apoio, para deliberação sobre necessidade de prorrogação do Processo Licitatório. Abertos os trabalhos pelo Presidente da Comissão, verificou-se que não foram protocolados envelopes para esta licitação, portanto, restou DESERTA a presente licitação. Em virtude de a Licitação ter sido deserta, determina-se a prorrogação do procedimento licitatório por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta. Este resultado será comunicado a Diretoria do Samae. Nada mais havendo a tratar a Pregoeira determinou que fosse lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será pela Comissão Permanente de Licitações. Balneário Rincão - SC, 23 de Dezembro de 2014.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO 233/2014

DECRETO Nº 233/2014, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

"NOMEIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Artigo 1º - Fica nomeada a Comissão para Elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Bela Vista do Toldo - SC:

I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- a) Titular: Ivani Gonçalves de Lima Kuchler
- b) Suplente: Ivanilda Liller

II - REPRESENTANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:

- a) Titular: Rosana Cavalheiro
- b) Suplente: Adelson Knop

III - REPRESENTANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:

- a) Titular: Marilda de Souza Krull
- b) Suplente: Jucélia Aparecida Wolff

IV - REPRESENTANTES DO ENSINO MÉDIO ESTADUAL:

- a) Titular: Marlon José Karvat
- b) Suplente: Sandro Mielke

V - REPRESENTANTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

- a) Titular: Cleison Schiessl
- b) Suplente: Marta Sabrina da Silva

VI - REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- a) Titular: Ana Maria Lopes Vieira
- b) Suplente: Elenita Karvat Sabatke

VII - REPRESENTANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:

- a) Titular: Neuza Fátima Viott Braga
- b) Suplente: Sônia dos Anjos Ferreira

VIII - REPRESENTANTES DA CÂMARA DE VEREADORES:

- a) Titular: Siomara Isabel Stelzner Damaso da Silveira
- b) Suplente: Elcio Vieira Magalhães

IX - REPRESENTANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

- a) Titular: Roberta Tischler Mielke
- b) Suplente: Janete Munhoz Stelzner

X - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

- a) Titular: Alessandro Décio Damaso

XI - REPRESENTANTES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- a) Titular: Silvana Dambroski
- b) Suplente: Simone Aparecida Lessak Magalhães

XII - REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

- a) Titular: Rosane Marko G. do Rosário
- b) Suplente: Kelly Alves David

XIII - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO:

- a) Titular: Santilha Carvalho de Lima
- b) Suplente: Raquel Tischler

Artigo 2º - Compete à Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Educação:

I - Elaborar o Plano Municipal de Educação em consonância com os Planos Nacional e Estadual de Educação, observando a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades educacionais; a melhoria da qualidade de ensino; a formação para o trabalho; a progressiva ampliação do tempo de permanência na escola do educando de ensino fundamental; valorização dos profissionais da educação; estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação e difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e gestão democrática da educação.

II - Propor e realizar debates junto à sociedade, objetivando elaborar trabalho representativo dos anseios sociais;

III - Elaborar cronograma de atividades, concluindo os trabalhos com dinâmica e celeridade;

IV - Apresentar o Plano Municipal de Educação, na forma de projeto de lei, para que seja analisado pelo Chefe do Poder Executivo e, por ele, submetido à Câmara Municipal.

Artigo 3º - Os membros integrantes da Comissão de que trata este Decreto não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, SC, 16 de dezembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATOS - RETIFICAÇÃO CONTRATOS Nº 56 E 57

PREFEITURA

EXTRATOS DE CONTRATO - RETIFICAÇÃO

Contrato Nº 056/2014 - PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Décio Pacheco & Cia. Ltda., CNPJ 76.986.702/0001-58, Rua Padre Saporiti, 588, Bairro Rocio, no município de União da Vitória, PR.

Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Obra de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial da Rua Francisco Karvat Sobrinho - Trecho A.

Valor: R\$ 6.600,37 (seis mil e seiscentos reais e trinta e sete centavos).

Data da assinatura: 06.06.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 057/2014 - PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Décio Pacheco & Cia. Ltda., CNPJ 76.986.702/0001-58, Rua Padre Saporiti, 588, Bairro Rocio, no município de União da Vitória, PR.

Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Obra de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial da Rua Francisco Karvat Sobrinho - Trecho B.

Valor: R\$ 39.493,15 (trinta e nove mil quatrocentos e noventa e três reais e quinze centavos)

Data da assinatura: 06.06.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2014

OBJETO: Contratação de Consultoria Previdenciária

CONTRATANTE: PREVBIGUAÇU

CONTRATADA: KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA.

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo contratual fica prorrogado por 12 (doze) meses, com início em 01/01/2015 e término em 31/12/2015.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Biguaçu, 23 de dezembro de 2014.

Mauriceia de Lara Nunes Siqueira

Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU

3º TERMO ADITIVO

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2012

PREGÃO PRESENCIAL 001/2012

OBJETO: Contratação de Assessoria na Área de Investimentos Financeiros

CONTRATANTE: PREVBIGUAÇU

CONTRATADA: SOMMA INVESTIMENTOS S/A

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2015 e término em 31/12/2015, podendo ser prorrogado a critério das partes.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Biguaçu, 23 de dezembro de 2014.

Mauriceia de Lara Nunes Siqueira

Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU

4º TERMO ADITIVO

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2011

CONVITE N. 002/2011

OBJETO: Contratação de Assessoria e Consultoria nas áreas de contabilidade pública, planejamento governamental e controle interno para o PREVBIGUAÇU.

CONTRATANTE: PREVBIGUAÇU

CONTRATADA: BRASIL ASSESSORIA CONTÁBIL GOVERNANMENTAL LTDA. ME

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2015 e término em 31/12/2015, podendo ser prorrogado a critério das partes.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Biguaçu, 23 de dezembro de 2014.

Mauriceia de Lara Nunes Siqueira

Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU

CONVÊNIO Nº 14/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 014/2014

CONVENIENTES - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, através da Casa Lar Vovó Sebastiana.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o apoio financeiro à Beneficiada que menciona para atender despesas para a entidade, conforme Plano de Trabalho aprovado pelo Município, integrante deste Convênio.

VALOR: R\$ 20.790,00 (vinte mil e setecentos e noventa reais), repassados através da Secretaria do Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Município de Biguaçu/Fundo Municipal de Assistência Social - FNAS.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - 02 meses, contados da assinatura do convênio.

DATA E ASSINATURAS - Biguaçu, 19 de dezembro de 2014 - Ramon Wollinger - Prefeito Municipal de Biguaçu e Dalva Santonilla Marques - Presidente da Casa Lar Vovó Sebastiana.

CONVÊNIO Nº 15/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 015/2014

CONVENIENTES - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, através do LAR FRANCISCO DE PAULA CÂNDIDO XAVIER.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o apoio financeiro à Beneficiada que menciona para atender despesas para a entidade, conforme Plano de Trabalho aprovado pelo Município, integrante deste Convênio.

VALOR: R\$ 20.790,00 (vinte mil e setecentos e noventa reais), repassados através da Secretaria do Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Município de Biguaçu/Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - 02 meses, contados da assinatura do convênio.

DATA E ASSINATURAS - Biguaçu, 19 de dezembro de 2014 - Ramon Wollinger - Prefeito Municipal de Biguaçu e SUELI GATTS - Lar Francisco de Paula Cândido Xavier

DECRETO Nº 230/2014

DECRETO Nº 230/2014 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3457/2013 - Lei Orçamentária para 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3457/2013:

02. GABINETE DO PREFEITO

0201.04.122.0001.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	25.214,67
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	25.214,67
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	25.214,67

0205.04.122.0001.2003	Manut. do Gabinete do Vice-Prefeito	1.160,49
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	1.160,49
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.160,49

0203.04.124.0001.2004	Manut. da Diretoria de Controle Interno	962,49
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	962,49
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	962,49

0204.04.131.0001.2006	Manut. da Gerência de Comunicação	3.450,01
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	963,22
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	2.366,79
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	120,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	3.450,01

03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0301.04.122.0002.2011	Manut. da Secretaria de Administração	10.000,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	10.000,00

0301.14.422.0006.2016	Funcionamento e Manutenção do PROCON	2.500,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00

4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	1.500,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	500,00

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.306.0003.2017	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	7.367,10
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	7.367,10
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	7.367,10

0701.12.361.0003.2019	Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	117.741,92
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.12.000000	Pessoal e Encargos Sociais	117.741,92
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.12.000000	Pessoal e Encargos Sociais	117.741,92

0701.12.363.0003.2023	Manutenção do Centro de Educação Profissional	2.595,80
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.406,80
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	189,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.595,80

0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil	9.150,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	9.150,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.50.00/0.1.01.000000	Transferências a Inst. sem Fins Lucrativos	9.150,00

0701.12.365.0003.2027	Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	500,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.12.000000	Pessoal e Encargos Sociais	500,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.12.000000	Outras Despesas Correntes	500,00

05. SECRETARIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

0501.04.122.0002.2010	Manutenção da Secretaria do Orçamento Participativo	4.926,40
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	4.926,40
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	4.926,40

08. SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

0801.15.452.0009.2082	Melhoria e Manutenção do Cemitério Público	700,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	700,00

	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	700,00

10. SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

1001.04.122.0002.2012	Manutenção da Secretaria de Integração Regional	9.400,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	9.400,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	9.400,00

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.241.0006.2053	Atendimento a Pessoa Idosa	12.530,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	7.030,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	5.500,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	12.530,00

1101.08.243.0006.2054	Funcionamento e Manutenção do FIA	13.400,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	8.400,00
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	5.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	13.400,00

1101.08.243.0006.2055	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	1.700,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.700,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.700,00

1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	50.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	50.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00

1101.08.244.0006.2060	Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação	26.200,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	17.700,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	8.500,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	26.200,00

1101.08.244.0006.2061	Gestão da Política de Assistência Social	8.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.37.000198	Outras Despesas Correntes	8.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.37.000198	Pessoal e Encargos Sociais	8.000,00

1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Especial	3.000,00
-----------------------	--------------------------	----------

	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	3.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	3.000,00
1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	6.100,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	4.100,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	2.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	6.100,00

13. SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

1301.27.812.0005.2050	Apoio ao Esporte Amador	30.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	30.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.50.00/0.1.00.000000	Transferências a Inst. sem Fins Lucrativos	30.000,00

15. SECRETARIA DE AGRICULTURA, DESENV. RURAL E AQUICULTURA

1501.20.606.0007.2070	Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura	9.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	9.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	9.000,00

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	33.001,96
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	31.001,96
3.1.71.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	20.385,24
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	12.616,72

1801.10.301.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas	2.050,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.050,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.91.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	2.050,00

1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	6.213,60
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.02.000000	Investimentos	6.213,60
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	6.213,60

1801.10.304.0004.2045	Ação de Vigilância Sanitária	1.700,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.02.000000	Investimentos	1.700,00

	SUPLEMENTA:	
3.3.91.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.700,00

1801.10.305.0004.2046	Ações da Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	16.200,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	16.200,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	11.000,00
3.1.91.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	5.200,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 233/2014

DECRETO Nº 233/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2014.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei Municipal nº 3532/2014,

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar no montante de R\$ 1.378.000,00 (Um milhão trezentos e setenta e oito mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	
0801.15.452.0009.2083	Manutenção da Secretaria de Obras e Infra-Estrutura	333.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	333.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	315.000,00
3.1.91.00	Aplicações Intra	18.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	333.000,00
1101	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
1103.16.482.0006.1025	Biguaçu meu Lar	104.000,00
4.4.00.00	Investimentos	104.000,00
4.4.90.00	Obras e Instalações	104.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	104.000,00
1501	SECRETARIA DE AGRICULTURA	
1501.20.606.0007.2070	Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura	225.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	45.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	45.000,00

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	180.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	180.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	225.000,00
1701	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
1701.18.543.0008.1039	Construção de Parques	46.000,00
4.4.00.00	Investimentos	46.000,00
4.4.90.00	Obras e Instalações	46.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	46.000,00
1701.18.541.0008.2078	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	670.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	650.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	650.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
4.4.90.00	Obras e Instalações	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	670.000,00
	TOTAL	1.378.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0701.12.306.0003.2025	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	35.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	35.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	35.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	35.000,00
0701.12.306.0003.2017	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	20.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
1201	Secretaria Desenv. Econômico e Inovação Tecnológica	
1201.22.661.0007.1032	Pagamento de Precatório c/ Desapropriação Imóvel	110.000,00
4.4.00.00	Investimentos	110.000,00
4.4.90.00	Obras e Instalações	110.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	110.000,00
1801	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	119.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	119.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	119.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	119.000,00
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica	540.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	540.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	540.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	540.000,00

1801.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família	324.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	324.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	324.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	324.000,00
1801.10.301.0004.2037	Ações de Saúde Bucal	17.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	17.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	17.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	17.000,00
1801.10.302.0004.2041	Serviços de Atendimento Móvel às Urgências	9.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	9.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	9.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	9.000,00
1901	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
1901.28.843.0000.0003	Amortização de Dívidas	204.000,00
4.6.00.00	Inversões Financeiras	204.000,00
4.6.90.00	Aplicações Diretas	204.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	204.000,00
	TOTAL	1.378.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 234/2014

DECRETO Nº 234/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3457/2013 - Lei Orçamentária para 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3457/2013:

03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0301.04.126.0002.1003	Revitalização da Estrutura de Informática	1.800,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	1.800,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	1.800,00

04. SECRETARIA DA FAZENDA

0401.04.123.0002.2014	Manutenção da Secretaria da Fazenda	4.703,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	4.703,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	4.703,00

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	65.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	65.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	55.000,00

0701.12.363.0003.2023	Manutenção do Centro de Educação Profissional	400,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	400,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	400,00

0701.12.306.0003.2025	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	2.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	2.080,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	2.080,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.080,00

1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	1.500,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	1.500,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	500,00

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	81.091,71
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	22.390,71
3.3.90.00/0.2.28.000015	Outras Despesas Correntes	58.701,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	22.390,71
3.1.90.00/0.2.28.000015	Pessoal e Encargos Sociais	58.701,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 235/2014

DECRETO Nº 235/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3417/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 41.580,00 (Quarenta e um mil quinhentos e oitenta reais) por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso: 0.1.38.000156. A dotação abaixo relacionada:

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	41.580,00
3.3.50.00/0.1.38.000156	Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	41.580,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 237/2014

DECRETO Nº 237/2014 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3417/2013

- Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3457/2013 - Lei Orçamentária para 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3457/2013:

01. CAMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

0101.01.031.0001.2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara	94.770,99
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	88.469,83
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	6.301,16
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	94.770,99

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

ERRATA Nº. 02 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 62/2014 – PREGÃO PRESENCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA Nº. 02 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 62/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 62/2013

Considerando que foram interpostos instrumentos recursais sob os seguintes números: 9613/2014 PAAS e 9614/2014 PAAS, os quais suspenderam os trâmites burocráticos ref. ao processo de licitação PP 62/2014, prejudicando o prazo de vigência, necessária que se faça a prorrogação de vigência. Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê no Preâmbulo do Edital (Pregão Presencial nº. 62/2014 - FMS)

14.1. A vigência do contrato dar-se-á a partir da assinatura do instrumento contratual até 31/12/2014.

LEIA-SE no Preâmbulo do Edital (Pregão Presencial nº. 62/2014 - FMS)

14.1. A vigência do contrato dar-se-á a partir da assinatura do instrumento contratual até 30/06/2015.

.As demais informações constantes no Preâmbulo do Edital mencionado permanecem inalteradas.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

ERRATA Nº. 03 AO EDITAL Nº. 57/2014 – PREGÃO PRESENCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA Nº. 03 AO EDITAL Nº. 57/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO: PP 57/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 57/2014

Considerando que foram interpostos instrumentos recursais sob os seguintes números: 10552/2014 PAAS, 10547/2014 PAAS, 10532/2014 PAAS, 10548/2014 PAAS e 10554/2014 PAAS, os quais suspenderam os trâmites burocráticos ref. ao processo de licitação PP 57/2014, prejudicando o prazo de vigência, necessária que se faça a prorrogação de vigência. Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê no Preâmbulo do Edital - Pregão Presencial nº. 57/2014 - FMS

14.1. A vigência do contrato dar-se-á a partir da assinatura do instrumento contratual até 31/12/2014.

LEIA-SE Preâmbulo do Edital - Pregão Presencial nº. 57/2014 - FMS

14.1. A vigência do contrato dar-se-á a partir da assinatura do instrumento contratual até 30/06/2015.

As demais informações constantes no aviso e edital vinculativo permanecem inalteradas.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO Nº 10.133/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.133/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ATACADO LITORAL CATARINENSE LTDA - ME.

Valor: R\$ 2.372,35 (dois mil trezentos e setenta e dois reais e trinta e cinco centavos)

Vigência: 12/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.141/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 75/2014 – FMS

MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.141/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 75/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS, FILTROS, FLUIDOS E PNEUS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: MODELO PNEUS LTDA

Valor: R\$ 25.516,00 (vinte e cinco mil quinhentos e dezesseis reais).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.143/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.143/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLI-CLINICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLOGICA E SANITÁRIA, CLINICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Valor: R\$ 6.447,39 (seis mil quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e nove centavos).

Vigência: 15/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.146/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.146/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLI-CLINICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLOGICA E SANITÁRIA, CLINICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR.

Fornecedor: ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 28.783,07 (vinte e oito mil setecentos e oitenta e três reais e sete centavos)

Vigência: 15/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.149/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Extrato Contrato nº 10.149/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLI-CLINICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLOGICA E SANITÁRIA, CLINICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME

Valor: R\$ 24.648,00 (vinte e quatro mil seiscentos e quarenta e oito reais).

Vigência: 15/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.151/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.151/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLI-CLINICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLOGICA E SANITÁRIA, CLINICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01

VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: OLIMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA

Valor: R\$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais).

Vigência: 15/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.156/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.156/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA. ME

Valor: R\$ 80.330,00 (oitenta mil trezentos e trinta reais)

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.157/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.157/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: CONTROLAR INDUSTRIA E COMERCIO DE FILTROS E EQUIPAMENTOS LTDA.

Valor: R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais)

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.159/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.159/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: GISIANE MATILDE VIEIRA - ME.

Valor: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais).

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.164/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.164/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME

Valor: R\$ 146.160,00 (cento e quarenta e três mil cento e sessenta reais).

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.165/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.165/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: MAGNAMED TECNOLOGIA MÉDICA S/A.

Valor: R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.166/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.166/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: MARCELO WEINRICH - EPP.

Valor: R\$ 12.680,00 (doze mil seiscentos e oitenta reais)

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.170/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.170/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA

INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: RENAScer IND. COM. DE MÓVEIS HOSPITALARES - EIRELI.

Valor: R\$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais)

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.171/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.171/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA.

Valor: R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.130/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.130/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO OITAVO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.170/2013 - PROCESSO: CONVITE – CV Nº 56/2013 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Oitavo Aditivo ao Contrato nº 10.170/2013
Processo: Convite - CV Nº 56/2013 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A OBRA DA CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fornecedor: TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME

Vigência: 03/01/2014 a 03/03/2015

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.132/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Aditivo ao Contrato nº 10.132/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: PEREIRA COMÉRCIO DE ARTIGOS DESCARTÁVEIS LTDA ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.075/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 33/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.075/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 33/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: CETEC COMERCIO EM GERAL TREINAMENTOS EIRELLI - ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.076/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 33/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.076/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 33/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ALEXANDRA DOS PASSOS EPP

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.077/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 33/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.077/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 33/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELLI

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.081/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 33/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.081/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 33/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.083/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.083/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.084/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.084/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: CIRURGICA CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA. - ME

Valor: R\$ 13.425,00 (treze mil quatrocentos e vinte e cinco reais).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.086/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 – FMS

MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.086/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: GIGANTE RECEM NASCIDO LTDA EPP

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.088/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.088/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: HORA H HOSPITALAR LTDA ME

Valor: R\$ 8.300,00 (OITO MIL E TREZENTOS REAIS).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.090/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.090/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: INSTRAMED INDÚSTRIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.091/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.091/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: J. R. ELHKE & CIA LTDA.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.092/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.092/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: LABORSYS PRODUTOS DIAGNÓSTICOS E HOSPITALARES LTDA.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.104/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 46/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.104/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 46/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA O PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, POLICLÍNICA E SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA (DST) DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.105/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 46/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.105/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 46/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA O PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, POLICLÍNICA E SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA (DST) DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Fornecedor: CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015,

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.110/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 46/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.110/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 46/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA O PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, POLICLÍNICA E SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA (DST) DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Fornecedor: PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.115/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 55/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.115/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 55/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE RATICIDA PARA O USO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: MM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.128/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.128/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: CETEC COMERCIO EM GERAL E TREINAMENTOS LTDA- ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.131/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.131/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: BMI PROSPER EIRELLI ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.133/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.133/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ATACADO LITORAL CATARINENSE LTDA ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.136/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.136/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: DOUGLAS DE ABREU EPP

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.143/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.143/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLI-CLINICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLOGICA E SANITÁRIA, CLINICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.145/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.145/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLI-CLINICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLOGICA E SANITÁRIA, CLINICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA - ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.147/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.147/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLICLINICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, CLINICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: JEFERSON DA SILVEIRA ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.156/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.156/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA. ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.157/2014- PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.157/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: CONTROLAR INDUSTRIA E COMERCIO DE FILTROS E EQUIPAMENTOS LTDA.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.159/2014 -PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.159/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: GISIANE MATILDE VIEIRA - ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.161/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.161/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: IBF - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.162/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.162/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: JEFERSON DA SILVEIRA ME

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.173/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.173/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL

DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: ZOOM TECNOLOGIA LTDA.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.176/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.176/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLICLINICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, CLINICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: QUALYMEDIC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA EPP

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 10.089/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo Contrato nº 10.089/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: IBF - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 10.137/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo Contrato nº 10.137/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: GOEDERT LTDA.

Vigência: 01/01/2015 a 30/06/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.006/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 10.006/2014
Processo: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014 - FMS

Objeto: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS A VIGILÂNCIA AMBIENTAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: CETEC COMÉRCIO EM GERAL E TREINAMENTO LTDA - ME

Valor: R\$ 86.400,00 (setenta e dois mil reais), sendo R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) mensais.

Vigência: 01/01/2015 a 09/11/2015

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.011/2012 - – PP Nº 40/2012/ FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.011/2012 - PP Nº 40/2012/FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIOLOGIA PARA A UNIDADE DE PRONTO-ATENDIMENTO, COM EQUIPAMENTOS E MATERIAIS FORNECIDOS PELO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: FÓTON X IMAGENS RADIOLÓGICAS S/S LTDA.

Vigência: de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Valor: R\$ 522.733,66 (quinhentos e setenta e três reais e sessenta centavos), conforme reajuste contratual.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

TERMO ADITIVO ALUGUEL - 2014

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2010
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2010

OBJETO: locação de imóvel para sede da autarquia previdenciária
CONTRATANTE: PREVBIGUAÇU
CONTRATADO: PEDRO ALTAMIRO DA COSTA

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

O prazo contratual fica prorrogado por mais 09 (nove) meses, com início em 01/01/2015 e término em 01/09/2015.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS
As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Biguaçu, 23 de dezembro de 2014.
Mauriceia de Lara Nunes Siqueira
Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO LEGISLATIVO Nº092-2014 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014 APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE - SC E HOMOLOGA O PROCESSO Nº PCP - 14-00099819- RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS.

DECRETO Nº092/2014 DE 23-12-2014.

APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE - SC E HOMOLOGA O PROCESSO Nº PCP - 14/00099819- RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus Do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas em Lei, em especial disposto no Art. 13, Inciso X, da Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo o seguinte:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do exercício de 2013 da Prefeitura Municipal de Bom Jesus Do Oeste- SC e homologado o julgamento do Processo nº. PCP- 14/00099819 - Assunto: Relatório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sobre as contas do exercício de 2013 da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrar em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 23 de dezembro de 2014.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO
Presidente da Câmara

LEISI RAUBER WANDSCHEER
1º Secretária

PORTARIA Nº 241/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 241/2014, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a Servidora Municipal Sra. ADRIANE BAUMBA-CH, matrícula nº 184-8, portadora do CIC sob. nº 027.115-339-30, do Cargo em Comissão de DIRETORA GERAL DE ESCOLA, voltando ao cargo efetivo de Professora Educação Infantil, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 02 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de

setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de dezembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 242/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 242/2014, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde ao Servidor Municipal Sr. EVERALDO CECCON, inscrito na matrícula nº 548-7, ocupante do cargo de Operador, conforme Atestado Médico, no período de 22 de dezembro de 2014 a 04 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de Dezembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23 2014 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 23/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Óleo Lubrificante, graxa e fluido de freio Com o objetivo de Manter a Frota de Caminhões, Veículos de Pequeno Porte, Máquinas e Tratores Agrícolas Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	óleo mineral 15w40, API GL-4/SL, ACEA-E-704, que atende as normas MB-228.3, VOIVO VDS-3 e CUMMINS CES-20078, a granel em tanque de 400 lts com bacia de coleta, controle de consumo com bomba digital e acompanhamento de frota. (14545)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	8.5700	1
2	óleo mineral 20w30, multifuncional (transmissão-diferencial-Hidraulico), que atende as normas MF-1135 e new holland ESN-M2C 134-D, ou Similar (14546)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	250.3000	1
3	óleo mineral para sistemas hidráulicos, viscosidade 68, API HPL. (14547)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	198.7000	1
4	óleo mineral para transmissões, 85w140, API GL-5, MIL-2105-D, com aditivos de extrema pressão. (14548)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	208.3000	1
5	óleo mineral ATF, tipo A, que atende a especificação MB-236-2 e caterpillar TO-2. (14549)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	307.5000	1
6	óleo mineral para sistemas hidráulicos, 10W, API CF e e Allison C-4. (14550)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	205.8000	1
7	graxa para rolamento a base de sabão de lítio (balde 20 kg) (14551)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	268.3000	1
8	fluido sintético para freio DOT-3 30x500. (14552)	CX	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	373.0000	1
9	óleo para motores gasolina/etanol/gnv API SJ 20w30 (14553)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	11.0500	1
10	óleo mineral para transmissões, 85w90, API GL-5, MIL-2105-D, com aditivos de extrema pressão. Ou similar. (14554)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	280.4500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 23/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Óleo Lubrificante, graxa e fluido de freio Com o objetivo de Manter a Frota de Caminhões, Veículos de Pequeno Porte, Máquinas e Tratores Agrícolas Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	aria 32 (14555)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	ECOTEC	0	53.9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 23/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Óleo Lubrificante, graxa e fluido de freio Com o objetivo de Manter a Frota de Caminhões, Veículos de Pequeno Porte, Máquinas e Tratores Agrícolas Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2014
PROCESSO Nº 39/2014

(7958) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Braço do Trombudo, 24 de Setembro de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24 2014 PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 1/6

Número do Registro de Preços: 24/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Conserto pneu furo externo (tarugo) pneu 185/60r 14 (13839)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
2	Conserto pneu Furo Interno (Tip Top) pneu 185/60 r14 (13840)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
3	Conserto pneu corte (Vulcanizo) pneu 185/60r 14 (13841)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
4	Balanceamento. (10791)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	5,0000	1
5	conserto de pneu corte (vulcanizado) 225/70 roda 15 C liso (13842)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	34,0000	1
6	Conserto do pneu interno (tip top 225/70 roda 15c liso. (13843)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
7	Conserto de Pneu corte (vulcanizado) 185/60 Roda 14 (13844)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
8	Conserto de Pneu Interno (tip top) 185/60 roda 14 (13845)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
9	Conserto de pneu furo externo (tarugo) pneu 175/70 R 14 (13846)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
10	Conserto de pneu interno (tip top) pneu 175/70 r 14 (13847)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
11	Conserto de pneu corte (Vulcanizado) pneu 175/70 R 14 (13848)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
12	Conserto de pneu externo (tarugo), pneu 185/60 r 14 (13868)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 24/2014 Data do Registro: 24/09/2014 Válido até: 24/09/2015**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Conserto de pneu interno (tip top) pneu 185/6 R 14 (13850)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
14	Conserto de pneu corte vulcanizado pneu 185/60 R 14 (13851)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
15	Conserto pneu 18,4 x30 trator traseiro (13852)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	47,5000	1
16	Conserto de pneu 750x16 dianteiro (13853)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	17,5000	1
17	Conserto pneu 14,9 x 28 trator traseiro (13854)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	47,5000	1
18	Conserto dianteiro de pneu 12,4x24 trator dianteiro (13855)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
19	Conserto pneu 185 R 16 (13856)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
20	Conserto pneu 185/60 R 14 (13857)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
21	Conserto pneu 175/70 R 13 (13858)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
22	Tip Top numero 2. (10808)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	15,0000	1
23	Tip Top numero 3. (10809)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	15,0000	1
24	Tip Top numero 4. (10810)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	20,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 24/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Tip Top Numero 5. (10811)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	30,0000	1
26	Tip Top numero 6. (10812)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	42,5000	1
27	Conserto Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional. (10813)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	40,0000	1
28	Conserto pneu 1300x24 com 16 lonas convencional. (10814)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	40,0000	1
29	Conserto pneu 17,5x25 com 16 lonas convencional. (10815)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	55,0000	1
30	Conserto pneu 18,4x34 com 12 lonas convencional. (10816)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	52,5000	1
31	Conserto pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional. (10817)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	35,0000	1
32	Conserto pneu 750x18 F2 com 08 lonas trator dianteiro. (10818)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	20,0000	1
33	Conserto pneu 16,9x24. (10819)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
34	Conserto pneu 12,5/80-R 18 (13870)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	25,0000	1
35	Conserto de pneu furo interno (tip top), pneu 185 R 14C. (10825)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
36	Conserto pneu radial 1000x20, borrachudo, 16 lonas. (10822)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	26,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 24/2014 Data do Registro: 24/09/2014 Válido até: 24/09/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braco do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
37	Conserto pneu borrachudo 900x20, 14 lonas (10823)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	25.0000	1		
38	Conserto pneu furo externo (tarugo) pneu externo 185 R 14 C (13859)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11.5000	1		
39	Coserto pneu (tip top), pneu 185 R 14C (13860)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	28.5000	1		
40	Conserto de Pneu corte (vulcanizado) pneu 185 R 14 C (13861)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	20.0000	1		
41	Conserto pneu furo externo tarugo pneu 185 R 14 C (13862)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11.5000	1		
42	Conserto pneu furo interno tip top, pneu 185 R 14 C (13863)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13.5000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 24/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015				
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Conserto pneu corte vulcanizo, pneu 185 R 10 C (13864)		UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 24/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2014
PROCESSO Nº 43/2014

(9309) - Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME

Braço do Trombudo, 24 de Setembro de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22 2014PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 1/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Cordão paralelo 2x4mm (8981)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	3,5000	1
2	conector para cabo de rede (14633)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	2,7500	1
3	Soquete para fluorescente (par) (14639)	PAR	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	foxlux	0	4,2000	1
4	Lâmpada econômica 20 wts (14640)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	10,0000	1
5	LÂMPADA ECONOMICA 25 W (11351)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	11,6700	1
6	Lâmpada econômica 30 wts (14641)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	15,6500	1
7	Lâmpada econômica 45 wts (13234)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	33,0000	1
8	Lampada economica 55 WTS (11677)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	53,7500	1
9	Tomada Sobrepor x 20 apm (14642)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	6,9000	1
10	Tomada embutir 10 apm (14643)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,2000	1
11	Tomada embutir 20 amp (14644)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	6,1000	1
12	Interruptor + tomada sobrepor x 10 amp (14645)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	8,1500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 2/20

Número do Registro de Preços: 22/09/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
13	Interruptor + tomada embutir 10 amp (14646)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	8,8000	1	
14	Tomada dupla sobrepor x 10 amp (14647)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	8,8500	1	
15	Tomada dupla embutir 10 amp (14648)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	7,9000	1	
16	Interruptor duplo sobrepor x (14649)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	7,7500	1	
17	Interruptor duplo embutir (14650)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	9,4000	1	
18	Canaleta 20x10 com fita adesiva (14651)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	5,7500	1	
19	Plafon com soquete de porcelana (14652)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	4,3000	1	
20	Poste padronizado 6 metros (14653)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	297,0000	1	
21	Pino para extensão 2p + t 20 amp (14654)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,9000	1	
22	Pino para extensão 2p+t 10 amp (14655)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	4,8700	1	
23	Pino fêmea para extensão 2p +t 20amp (14656)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	6,0000	1	
24	Pino fêmea para extensão 2p + t 10 amp (14657)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,0000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 3/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Conexção para canaleta (11793)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	1,2500	1
26	Abraçadeira de nylon 200x2,5mm (14658)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	6,0700	1
27	Mangueira corrugada ¾ reforçada (14659)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	1,1700	1
28	Conector de porcelana 2 polos 10 mm (14660)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	4,4000	1
29	Roldana de porcelana (14661)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	3,0000	1
30	ISOLADOR OLHAL (428)	PC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	4,3500	1
31	Abraçadeira tipo U ¾ (14662)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	0,9000	1
32	Abraçadeira tipo cunha ¾ (14663)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,0000	1
33	Soquete de porcelana (14664)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	enerbras	0	4,5000	1
34	Cx montada c/ tomada e disjuntor (14665)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	27,0000	1
35	Caixa para medidor monofásica (7964)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	olipe	0	49,4500	1
36	Abraçadeira para caixa medidor (12812)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taff	0	21,1500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 4/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fomecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Cx provisória padrão (14666)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taff	0	39,3000	1
38	Campainha cigarra embutir (14667)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	15,2500	1
39	Campainha cigarra sobrepor (14668)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	15,9500	1
40	nterruptor de campainha (14669)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	8,0000	1
41	Canaleta ventilada 30x30 (14670)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	schneider	0	17,2500	1
42	Chave para ventilador embutir 3 velocidades (14671)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	30,5000	1
43	Chave para ventilador embutir deslizante (14672)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	33,0000	1
44	Disjuntor Din tripolar 32 amp (14673)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	41,5000	1
45	Disjuntor Din tripolar 25 amp (14674)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	40,5000	1
46	Placa cega 4x2 (14675)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	2,5000	1
47	Exaustor residencial 25 cm (14676)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	itc	0	155,0000	1
48	Exaustor industrial 30 cm (14677)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	itc	0	164,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 5/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO		
Item	Especificação	Unid.	Fomecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
49	Exaustor industrial 40 cm (8967)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lrc	0	190,0000	1	
50	Resistência para chuveiro 7.700 wts (14695)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo sytem	0	14,2500	1	
51	Torneira elétrica de bancada (14678)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo sytem	0	170,7500	1	
52	Ventilador de teto c/ lâmpada (14679)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	140,0000	1	
53	Ventilador de parede 60cm (14680)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	207,5000	1	
54	Spot aletado nylon c/01 lâmpada (14681)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	14,5000	1	
55	Spot aletado nylon c/ 02 lâmpada (14682)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	24,0000	1	
56	Cantoneira 6x8 (14683)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	3,0000	1	
57	Cantoneira 8x10 (14684)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	4,5500	1	
58	Placa de saída luminosa (14685)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	segurimax	0	83,5000	1	
59	Luminária de emergência 2x55 (14686)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	segurimax	0	385,0000	1	
60	Caixa de luz universal 4x2 (14687)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	2,9000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 6/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fomecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Parafuso chip 4,0 x50 (14688)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rex	0	0,1500	1
62	Parafuso chip 3,0 x30 (14689)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rex	0	0,2000	1
63	Parafuso chip 5,0 x70 (14690)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rex	0	0,3000	1
64	Silicone 280gr (7947)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	afix	0	9,9700	1
65	Caixinha de luz 4x2 (8989)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	0,8000	1
66	Foto célula (11108)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	exatron	0	40,0000	1
67	Placa modular 4x2 (14691)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	2,9700	1
68	Tomada modular 10 amp (14692)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,9000	1
69	Tomada modular 20 amp (14693)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	6,6000	1
70	Interruptor modular (14694)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,3000	1
71	Emenda para cabo de rede (12432)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	emerbras	0	6,0000	1
72	Cabo multiplexado duplex 10mm (7950)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	3,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 7/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fomecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Cabo multiplexado quadriplex 10mm (14696)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	6,0700	1
74	Cabo multiplexado quadriplex 16mm (14697)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	8,0500	1
75	Eletroduto ¾ (14698)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fortubos	0	6,1000	1
76	Eletroduto 1 (14699)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fortubus	0	9,1500	1
77	Curva eletroduto ¾ 180 graus (14700)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fortubos	0	2,4000	1
78	Curva eletroduto 1 - 180 graus (14701)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fortubos	0	2,6500	1
79	Cordão de led 200 leds (14702)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g lhgt	0	85,0000	1
80	Cordão de led 100 leds (14703)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g lhgt	0	64,0000	1
81	Cordão de micro lâmpada 100 lâmpada (14704)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g lhgt	0	23,7500	1
82	Paraf+armacao plástica (14705)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taf	0	9,6000	1
83	Disjuntor trifásico nema de 40 amp (14706)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	55,0000	1
84	Base para rele (14707)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	9,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 8/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fomecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Ducha eletrônica 7.700 wts (14708)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo sytem	0	111,0000	1
86	Chuveiro 4 temperaturas (11678)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	39,5000	1
87	Haste para chuveiro (14709)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	13,0000	1
88	Fita veda rosca 10x18 (14710)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,6200	1
89	Fita isolante 10 metros branca (14711)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	2,6000	1
90	Fio flexível 1,5mm (6774)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	0,6400	1
91	Fio flexível 2,5mm (6775)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	0,9700	1
92	Fio flexível 4,0mm (6776)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,6800	1
93	Fio flexível 6,0mm (6777)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,4500	1
94	Fio flexível 10,0mm (6778)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,3400	1
95	Cordão paralelo 2x1,5 (6779)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,4000	1
96	Cordão paralelo 2x2,5 (6780)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 9/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	Cabo de rede RJ 45 (6781)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,8000	1
98	Lâmpada fluorescente 20 wts (6782)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	4,7500	1
99	Lâmpada fluorescente 40 wts (6783)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	4,7500	1
100	Starter 20 wts (6784)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	1,4000	1
101	Starter 40 wts (6785)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibla	0	1,4500	1
102	Lâmpada econômica 26 wts (6786)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	11,6700	1
103	Lâmpada mista 160 wts (6788)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	12,2500	1
104	Lâmpada mista 250 wts (6789)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	17,2500	1
105	Lâmpada vapor mercurio 400 wts (6790)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	35,0000	1
106	Reator convencional 20 wts (6791)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	12,2500	1
107	Reator convencional 40 wts (6792)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	13,5000	1
108	Reator eletrônico 20wts (6793)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	15,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 10/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fomecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	Reator eletrônico 40wts (6794)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	18,0000	1
110	Reator eletrônico 2x20 wts (6795)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	19,4000	1
111	Reator eletrônico 2x40 wts (6796)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	25,4500	1
112	Tomada universal sistema X (6797)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	7,8500	1
113	Canaleia 20x40 2.20mts (6799)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	10,4000	1
114	Disjuntor nema 15/20/30 amp (6800)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	10,2500	1
115	Disjuntor dim 10/16/32 amp (14712)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	8,0000	1
116	Disjuntor nema 35/40/50 amp (6802)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	16,2000	1
117	Soquete fixo (6803)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	2,6000	1
118	Soquete pendente (6804)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	2,8700	1
119	Poste padronizado 7 mts (6805)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	336,0000	1
120	Poste padronizado 8 mts (6806)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	376,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 11/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Torneira elétrica articulada (6811)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo sylem	0	153,2500	1
122	Abraçadeira de pressão (6812)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	1,5000	1
123	Caixa para 01 disjuntor sobrepor (6813)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	4,4500	1
124	Caixa para 03 disjuntor sobrepor (6814)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	18,5000	1
125	FITA ISOLANTE 10 M (2020)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	3,3700	1
126	Interruptor 1 tecla sistema X (6816)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,4000	1
127	Luminária 2x40 completa (6817)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	61,0000	1
128	Luminária 2x20 completa (6818)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	46,5000	1
129	Luminária 1x40 completa (6819)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	45,0000	1
130	Luminária 1x20 completa (6820)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	33,5000	1
131	Pino para extensão (6821)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	4,5000	1
132	Pino fêmea para extensão (6822)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 12/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Tomada fone sobrepor (6823)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-ironic	0	3,5000	1
134	Luminária para poste com braço (6825)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-ironic	0	51,5000	1
135	Refletor 250 wts (6826)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	35,7500	1
136	Filtro de linha 5 saídas (6827)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	24,2500	1
137	Bomba submersa 97,5 wts 1 pol. (6828)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lussi	0	217,5000	1
138	Resistência para torneira elétrica 4400 wts (6829)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	13,0000	1
139	Resistência para chuveiro 5400 wts (6830)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	14,0000	1
140	Mangueira trançada multiuso (6831)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	3,3000	1
141	Rele fotoelétrico com base (6832)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	exatron	0	40,0000	1
142	Lâmpada econômica 40 wts (6833)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	35,5000	1
143	Haste terra 1 metro (7210)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	11,9500	1
144	Presilha p/ haste terra (7941)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	6,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 13/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	Luminária de emergência 2x8wts (7942)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manpledx	0	36,9000	1
146	Chuveiro elétrico 700W (7943)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo sytem	0	111,0000	1
147	Roldana PVC 36x36 (7944)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,4000	1
148	Filtro de linha ADSL (7945)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	17,2500	1
149	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	adere	0	8,8000	1
150	FIO TELEFONE FE 100 (424)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	0,6000	1
151	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4 (754)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,9200	1
152	Caixa luz PVC 2x4 (7948)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,9200	1
153	Cabo Coaxial (7949)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	1,0000	1
154	Sensor de presença (7951)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	exatron	0	36,5000	1
155	Reator vapor mercúrio 400wts (7952)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	78,5000	1
156	Eletro-bola 15 amperes (7953)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	kits brasil	0	33,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 14/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
157	Temporizador digital (7954)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	decorlux	0	63,0000	1
158	Grampo fixa fio (7955)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	1,3000	1
159	Disjuntor Trifásico 40 amperes (11107)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	52,0000	1
160	Mangueira luminosa led (7957)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	9,0000	1
161	Cabo de força para mangueira luminosa led. (14713)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	10,0000	1
162	Lâmpada incandescente 40 wts (7959)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	2,6000	1
163	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	afix	0	20,8500	1
164	ELETRODUTO PVC 3/4 (419)	PC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	furtubos	0	6,1000	1
165	Eletroduto PVC 1" (7962)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	furtulos	0	9,1500	1
166	Caixa para medidor trifásico (7963)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	olipe	0	103,5000	1
167	Conector porcelana 10mm (7965)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	4,4000	1
168	Extensão cabo P.P. 2x1mm 10mt (7966)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	29,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 15/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	Cabo P.P 2x1,5mm (7967)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,3000	1
170	Cabo P.P 2x2,5mm (7968)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	3,2500	1
171	Cabo P.P 3x2,5mm (7969)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,5500	1
172	Lâmpada econômica 16wts cores (7970)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	22,2500	1
173	Lâmpada vapor metálica 400wts cores (7971)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	75,5000	1
174	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	3,0000	1
175	Cinta inox 1mt (14714)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	3,1500	1
176	Presilha para cinta inox (7974)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	1,0000	1
177	Tubo galvanizado NBR 55986mt (14715)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	177,5000	1
178	Fita auto fusão 10 mts (7478)	PC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	20,0000	1
179	Mangueira luminosa cores (7977)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	7,0000	1
180	Cabo força para mangueira luminosa (7978)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	7,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 16/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
181	Lâmpada par 20 colorida 50 wts (8959)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	17,0000	1
182	Tomada sistema x 20 amp (8960)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	7,4000	1
183	Alça pré-formada (8961)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	3,0000	1
184	Bucha plástica 6mm (8963)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,0700	1
185	Bucha plástica 8mm (8964)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,1000	1
186	Bucha plástica 10mm (8965)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,1000	1
187	Ventilador teto c/ luz (8966)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	140,0000	1
188	Extensão cabo pp 3 metros (8968)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	18,0000	1
189	Extensão cabo pp 5 metros (8969)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	25,0000	1
190	Chave bipolar liga e desliga 10 amp (8970)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	27,5000	1
191	Isolador olhal de porcelana (8971)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	4,6000	1
192	Soquete fixo de porcelana curvo (8972)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 17/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
193	Caixa de aterramento pequena (8973)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	14,5000	1
194	Haste terra padrão celeosc (8974)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	53,5000	1
195	Conector para haste padrão celeosc (8975)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	11,5000	1
196	Fio sólido 1,5mm (8976)	MTS	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	0,7000	1
197	Fio sólido 2,5mm (8977)	MTS	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,0500	1
198	Fio sólido 4mm (8978)	MTS	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,8500	1
199	Fio sólido 6mm (8979)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,6000	1
200	Fio sólido 10mm (8980)	MTS	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,4500	1
201	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	schenaider	0	150,0000	1
202	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	schenaider	0	350,0000	1
204	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	5,5500	1
205	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	11,0500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 18/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015									
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
206	Capacitor para ventilador 2 fios (8987)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	7,0000	1		
207	Pino adaptador (T) (7939)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	6,0000	1		
208	Mangueira corrugada 1 (8988)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	1,2000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 19/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
209	Serviço de mão-de-obra elétrica (7120)	HR	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	grilo inst.elétric	0	37.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 20/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2014
PROCESSO Nº 42/2014

(8293) - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME

Braço do Trombudo, 23 de Setembro de 2014.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.560, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 7.560, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 12.733,97 (Doze Mil, Setecentos e Trinta e Três Reais e Noventa e Sete centavos), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
 008.0244.0255.2326 Gestão SUAS
 3.1.90.00 Aplicações Diretas - Despesas Correntes
 0.3.52.09 Outras Transf. FNAS - PSB
 VALOR R\$ 9.322,46
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.3.52.09 Outras Transf. FNAS - PSB
 VALOR R\$ 165,86
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.3.52.08 Outras Transf. FNAS - PSE/MC
 VALOR R\$ 2.726,22
 22.00 Fundação Municipal de Esportes
 22.001 Fundação Municipal de Esportes
 0027.0812.0070.2065 Manut. Atividades da Fundação Mun. De Esportes
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 519,43

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2013
58406-1	B.B. FMAS – PBF I	0.3.52.09	96.648,09
58407-X	B.B. FMAS – PBV II	0.3.52.09	12.152,67
TOTAL GERAL			108.800,76
Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Empenhos à Pagar	0.1.52.09/0.3.52.09	0,00	
DDO à Pagar	0.1.52.09/0.3.52.09	0,00	
Restos à Pagar	0.1.52.09/0.3.52.09	0,00	
TOTAL	0.1.52.09/0.3.52.09	0,00	
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Superávit Financeiro	0.3.52.09	108.800,76	

Valor utilizado pelo Decreto Nº 7.496	0.3.52.09	64.520,21
Valor a Utilizar	0.3.52.09	44.280,55

II - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
 008.0244.0255.2326 Gestão SUAS
 3.1.90.00 Aplicações Diretas - Despesas Correntes
 0.3.52.08 Outras Transf. FNAS - PSE/MC
 VALOR R\$ 2.726,22
 22.00 Fundação Municipal de Esportes
 22.001 Fundação Municipal de Esportes
 0027.0812.0070.2065 Manut. Atividades da Fundação Mun. De Esportes
 3.1.90.00 Aplicações Diretas - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 519,43
 Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22/12/2014, revogando-se as disposições em contrário.
 Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de dezembro de 2014.
 PAULO ROBERTO ECCEL
 Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
 Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
 Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON
 Chefe Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08-2014 - FMS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2014 - FMS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2014 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2014, PRORROGAÇÃO DE PRAZO, AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS DE VALES TRANSPORTE DESTINADOS A

TODOS OS SERVIDORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONTRATADA: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/ SC, O presente aditivo tem por objeto a prorrogação contratual pelo período de 12 (doze) meses, O prazo de vigência do contrato para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 31 de dezembro de 2014 e findando em 31 de dezembro de 2015, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 163-2014 - FMS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014, ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS, OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL PARA A MANUTENÇÃO DE DIVERSAS SECRETARIAS, CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Brasília, nº 1.111, nesta cidade de Caçador, SC, inscrita no CNPJ sob nº 11.583.495/0001-45, CONTRATADA: GIOTTO SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.464.219/0001-41 com sede na Rua 14 de Agosto, nº 1571E, na cidade de Chapecó/ SC, O presente Aditivo Contratual tem por objeto a alteração do contrato administrativo, para inclusão de serviços de limpeza e conservação, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretária Municipal de Saúde e mediante parecer jurídico favorável nº 371/2014, documentos estes anexos ao presente, para todos fins e efeitos legais. As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade Conforme segue:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
1	06	MESES	POSTO DE SAÚDE SANTA CATARINA	R\$ 4.600,00
2	06	MESES	POSTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA SALETE	R\$ 4.600,00
TOTAL GERAL R\$ 9.200,00				

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96-2013 - FMS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96/2013 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2013 - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2013, PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR 12 (DOZE) MESES, OBJETO ATENDIMENTO / ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR, CONTRATADA: APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.800.103/0001-09, com sede nesta cidade de Caçador, SC, O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados de 19 de dezembro de 2014 e findando dia 19 de dezembro de 2015, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2014 - FMS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2014 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014, PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VALE TRANSPORTE AOS PACIENTES DO CAPS II E CAPS AD, CONTRATADA: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/ SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 20/2014 datado de 14 de abril de 2014, O presente aditivo tem por objeto a prorrogação contratual pelo período de 12 (doze) meses, que passa a vigorar em 31 de dezembro de 2014 findando em 31 de dezembro de 2015, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2013 - FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2013 - FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2013 - INEXIGIBILIDADE Nº 03/2013, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE-SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.310.564/0001-81, com sede na cidade de São Paulo, SP, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 23/2013 datado de 26 de fevereiro de 2013 O prazo de vigência da presente Renovação é de 12 (doze) meses, iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 31 de dezembro de 2014 e findando dia 31 de dezembro de 2015, O preço certo e ajustado para a totalidade dos acréscimos é de R\$ 148.737,12 (cento e quarenta e oito mil, setecentos e trinta e sete reais e doze centavos). As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2013 - FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2013 - FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2013 - INEXIGIBILIDADE Nº 03/2013, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, CONTRATADA: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.843.912/0001-52, com sede na cidade de Florianópolis, SC, Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 24/2013 datado de 26 de fevereiro de 2013, O prazo de vigência da presente Renovação é de 12 (doze) meses,

iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 31 de dezembro de 2014 e findando dia 31 de dezembro de 2015, O preço certo e ajustado para a totalidade dos acréscimos é de R\$ 148.737,12 (cento e quarenta e oito mil, setecentos e trinta e sete reais e doze centavos). As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2013 - FMS

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2013 - FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2013 - INEXIGIBILIDADE Nº 03/2013, REAJUSTE DE PREÇO OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE-SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.310.564/0001-81, com sede na cidade de São Paulo, SP, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 23/2013 datado de 26 de fevereiro de 2013, A Bolsa de Estágio passará a ser de R\$ 750,34 (setecentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos) mensais por estagiário contratado, com data retroativa de 01 de Julho de 2014, mais R\$ 100,00 (cem reais) de auxílio-transporte, com data retroativa de 01 de Junho de 2014. Totalizando o valor de R\$ 850,34 (oitocentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos) mensais por estagiário, para 14 (quatorze) vagas existentes. As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2013 – FMS

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2013 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2013 - INEXIGIBILIDADE Nº 03/2013, REAJUSTE DE PREÇO, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, CONTRATADA: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.843.912/0001-52, com sede na cidade de Florianópolis, SC, Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 24/2013 datado de 26 de fevereiro de 2013, A Bolsa de Estágio passará a ser de R\$ 750,34 (setecentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos) mensais por estagiário contratado, com data retroativa de 01 de Julho de 2014, mais R\$ 100,00 (cem reais) de auxílio-transporte, com data retroativa de 01 de Junho de 2014. Totalizando o valor de R\$ 850,34 (oitocentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos) mensais por estagiário. As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17-2011 – FMS

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17-2011 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2011 - DISPENSA Nº 01/2011, PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR 12 (DOZE) MESES, LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CAPS AD E CAPS II, CONTRATADA: UNIÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO - UCE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.433.275/0001-09, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, nº 333 7º andar na cidade de Florianópolis/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 17/2011 datado de 14 de junho de 2011, O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados de 14 de dezembro de 2014 e findando dia 14 de dezembro de 2015, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65-2013 – FMS

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65-2013 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2013 - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013, PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR 60 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA ADEQUAÇÃO DE ALA FÍSICA DO HOSPITAL JONAS RAMOS PARA INSTALAÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL, CONTRATADA: LAJETEC LAJES ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 72.214.836/0001-08, com sede nesta cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 65/2013 datado de 08 de julho de 2013 e demais aditivos contratuais de prorrogação de prazo, O prazo de vigência do presente Aditivo é de 60 (sessenta) dias, contados de 29 de novembro de 2014 e findando no dia 29 de janeiro de 2015, As demais cláusulas constantes no Contrato anterior gerador deste, permanecem inalteradas e vigendo em sua integralidade

PORTARIA Nº 24.878

PORTARIA Nº 24.878, de 28 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal LUIZ ROBERTO SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Públicas, matrícula nº 57, lotado junto a Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, com efeitos retroativos a contar de 01 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski

PRESIDENTE DA FUNDEMA.

PORTARIA Nº 24.910

PORTARIA Nº 24.910, de 01 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal GENESIO PSCHISKI, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, matrícula nº 3167, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, com efeitos a contar de 01 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Denise Chiarello Hartmann
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 24.919

PORTARIA Nº 24.919, de 02 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal ANGELA MARIA BORCHATT, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, matrícula nº 12846, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a contar de 01 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 24.925

PORTARIA Nº 24.925, de 05 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal NAYARA PRISCILA CAMARGO, ocupante do cargo de Agente de Serviços e Obras Especiais, matrícula nº 13303, lotada junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, com efeitos a contar de 05 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Denise Chiarello Hartmann
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 24.944

PORTARIA Nº 24.944, de 15 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
11775	Ariel Bleichuehl Dalla-zem	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
3277	Gizele Aparecida Mandelli	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 24.945

PORTARIA Nº 24.945, de 15 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributaria	37	023	1.000
12872	Gustavo Spuldaro Tanno	Fiscal Tributaria	37	002	1.000
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributaria	37	023	1.000
13315	Louise Pereira Ruppel	Fiscal de Postura	22	002	1.000
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Postura	22	023	1.000
801	Nedival Rodrigues Cruz	Fiscal de Postura	22	023	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 24.946

PORTARIA Nº 24.946, de 15 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 178, inciso V, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, designados para comporem Comissão de Processo Administrativo, o pagamento de gratificação a que fazem jus, especificando: código, nome dos servidores, cargo no processo, número processo administrativo, número da portaria de instauração e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº Processo Administrativo	Nº da Portaria	Valor da Gratif.
1200	Carla Cavalheiro Dallazem	Membro	PA nº 02/2014	24.070	100,00
9355	Leandro Souza de Mattos	Membro	PA nº 02/2014	24.070	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.947

PORTARIA Nº 24.947, de 15 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e das outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, o pagamento de gratificação de produtividade a que fazem jus, especificando: código, nome, cargo, período e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período da Gratificação	Valor da Gratificação
11854	Ana Paula Petrovich	Agente Comunitária de Saúde	01/11/2014 a 30/11/2014	100,00
11940	Classir Terezi-nha Fenili	Agente Comunitária de Saúde	01/11/2014 a 30/11/2014	100,00

12016	Fabiola Linhares Gonçalves Bueno	Agente Comunitária de Saúde	01/11/2014 a 30/11/2014	100,00
11882	Ivonete Aparecida Sebem	Agente Comunitária de Saúde	01/11/2014 a 30/11/2014	100,00
11953	Janete Aparecida Gabardo	Agente Comunitária de Saúde	01/11/2014 a 30/11/2014	100,00
11939	Lindair Meireles Pereira de Oliveira	Agente Comunitária de Saúde	01/11/2014 a 30/11/2014	100,00
11950	Luci Hinkeldei	Agente Comunitária de Saúde	01/11/2014 a 30/11/2014	100,00
11945	Maria Salete Rech Menezes	Agente Comunitária de Saúde	01/11/2014 a 30/11/2014	100,00
12032	Miriam Germano de Goes	Agente Comunitária de Saúde	01/11/2014 a 30/11/2014	100,00
11956	Neusa Tedesco Bressan	Agente Comunitária de Saúde	01/10/2014 a 30/10/2014	100,00
11960	Roseli Aparecida Ferreira Cordeiro	Agente Comunitária de Saúde	01/11/2014 a 30/11/2014	100,00
11941	Zenaide Heyer Gois	Agente Comunitária de Saúde	01/11/2014 a 30/11/2014	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.766 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.766 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades de serviços de cada Secretaria Municipal, Departamento e suas respectivas Divisões, nos dias 24 e 26 de dezembro de 2014, voltando com expediente normal no dia 08 de Janeiro de 2015 (Quinta-feira).

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 e 3.386 em: 23/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 25/1952 DE 31 DE MARÇO DE 1952

LEI Nº 25-1952

FICA CRIADA NA LOCALIDADE DE CUBATÃO MAIS UMA ESCOLA MUNICIPAL, E JUNTO COM A MESMA UM CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL PADRÃO D.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 31 de Março de 1952.

CARLOS BRANDES
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 31 de Março de 1952.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário

LEI Nº 26/1952 DE 01 DE ABRIL DE 1952

LEI Nº 26-1952

O SALÁRIO MÍNIMO CRIADO PELO DECRETO Nº 3 DE 06 DE SETEMBRO DE 1944, E REGULADO PELO DECRETO Nº 4 DE 09 DE SETEMBRO DE 1944, É EXTENSIVO TAMBÉM A PARTIR DESTA DATA AOS OPERÁRIOS EFETIVOS DESTA MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Abril de 1952.

CARLOS BRANDES
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 01 de Abril de 1952.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário

PORTARIA Nº 11.627 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.627 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, LUCIA SALETE KUJASKI, Matrícula Funcional nº 000121, Registro no Sistema sob nº 297000, referente ao período aquisitivo 15 de Abril de 2014 a 14 de Abril de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 06 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
19 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.628 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.628 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

INTERROMPE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E ESTABELECE PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 163 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias da Servidora Pública Municipal, MARILENA PISKE, Matrícula Funcional nº 000051, Registro no Sistema sob nº 29370, ocupante do cargo público e exercendo a função de Auxiliar de Enfermagem, mantendo o pagamento de

um Terço de Férias referente ao período aquisitivo o qual consta no Art. 1º da Portaria nº 11.485, expedida em data de 15 de Dezembro de 2014.

Parágrafo único: A interrupção de que trata o caput deste Artigo, tendo em vista solicitação formulada pela Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, o motivo da interrupção, suprir a demanda dos serviços da Secretaria Municipal Saúde de nosso Município, portanto, necessária a interrupção por se tratar de INTERESSE PÚBLICO.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.629 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.629 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, EDELA FUECKNER, Matrícula Funcional nº 0221, Registro no Sistema sob nº 587801, referente ao período aquisitivo 03 de Fevereiro de 2014 a 02 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de Janeiro de 2015 a 03 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.630 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.630 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Motorista, exercendo a função de Motorista da Saúde, JOSÉ BANGHUCK, Matrícula Funcional nº 000026, Registro no Sistema sob nº 5100, referente ao período aquisitivo 04 de Abril de 2013 a 03 de Abril de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 05 de Janeiro de 2015 a 24 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.631 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.631 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional V, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, DJONI MÜLLER, Matrícula Funcional nº 000696, Registro no Sistema sob nº 955136, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 08 de Janeiro de 2015 a 17 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.632 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.520 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SUELI DO ROCIU WOLLNER DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000175, Registro no Sistema sob nº 300150, referente ao período aquisitivo 16 de Março de 2014 à 15 de Março de 2015, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.633 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.633 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 18 (dezoito) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Especialista em Assuntos Educacionais, ANDREA APARECIDA FARIAS, Matrícula Funcional nº 000768, Registro no Sistema sob nº 955381, referente ao período aquisitivo 05 de Maio de 2014 à 31

de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 15 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.634 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.634 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, BERNARDETE TERESINHA SCHUTA ODIA, Matrícula Funcional nº 000427, Registro no Sistema sob nº 954287, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.635 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.635 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, BERTINA BAHR, Matrícula Funcional nº 0230, Registro no Sistema sob nº 237202, referente ao período aquisitivo 02 de Fevereiro de 2014 à 01 de Fevereiro de 2015, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.636 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.636 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A COORDENADORA PEDAGÓGICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 34 (trinta e quatro) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor IV, exercendo a função Gratificada de Coordenadora Pedagógica, BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL, Matrícula Funcional nº 000475, Registro no Sistema sob nº 954481, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Coordenadora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 31 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.637 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.637 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, CIRILA TELMA DRANKA, Matrícula Funcional nº 0152, Registro no Sistema sob nº 180501, referente ao período aquisitivo 19 de Fevereiro de 2014 à 18 de Fevereiro de 2015, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.638 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.638 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, CLAUDIA ROBERTA KARVAT DRANKA, Matrícula Funcional nº 000396, Registro no Sistema sob nº 954248, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.639 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.639 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 29 (vinte e nove) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor IX, exercendo a função de Professor de História, ERNANI DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000741, Registro no Sistema sob nº 954270, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 26 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.640 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.640 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 29 (vinte e nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, EROTTIDES URBANEK PETROCEKSKI, Matrícula Funcional nº 000760, Registro no Sistema sob nº 954270, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 26 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.641 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.641 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor VII, exercendo a função de Professor de Ciências, JOSIANE VALÉRIA FRITZEN ROELL, Matrícula Funcional nº 000715, Registro no Sistema sob nº 955213, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.642 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.642 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função da Educação Infantil e Anos Iniciais, LEILA DINIZ DA CONCEIÇÃO SCHIEHL, Matrícula Funcional nº 000723, Registro no Sistema sob nº 955224, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.643 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.643 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função da Educação Infantil e Anos Iniciais, LINDAMIR DA LUZ DOS SANTOS DREFHAL, Matrícula Funcional nº 000188, Registro no Sistema sob nº 302010, referente aos períodos aquisitivos: 01

de Setembro de 2013 à 31 de Agosto de 2014 = 10 (dez) dias; 01 de Setembro de 2014 a 31 de Agosto de 2015 = 26 (vinte e seis) dias, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de Setembro de 2014 a 31 de Agosto de 2015.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.644 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.644 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função da Educação Infantil e Anos Iniciais, MÁRCIA FRANZ SCHIESSL, Matrícula Funcional nº 000113, Registro no Sistema sob nº 296610, referente ao período aquisitivo 01 de Março de 2014 a 31 de Março de 2015 pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.645 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.645 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO DIRETOR ADJUNTO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 33 (trinta e três) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor II, exercendo a função Gratificada de Diretor Adjunto, MÁRCIO MARCELO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 361, Registro no Sistema sob nº 386520, referente ao período aquisitivo 04 de Agosto de 2014 a 03 de Agosto de 2015 pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Diretor Adjunto gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 30 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

22 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.646 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.646 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função da Educação Infantil e Anos Iniciais, MARGARIDA DO RÓCIO DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 0270, Registro no Sistema sob nº 303680, referente aos períodos aquisitivos: 08 de Fevereiro de 2013 à 08 de Fevereiro de 2014 = 02 (dois) dias; 09 de Fevereiro de 2014 a 08 de Fevereiro de 2015 = 34 (trinta e quatro) dias, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo 09 de Fevereiro de 2014 a 08 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.647 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.647 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A COORDENADORA PEDAGÓGICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função Gratificada de Coordenadora Pedagógica, MARILDA SCHA-DECK, Matrícula Funcional nº 000140, Registro no Sistema sob nº 197000, referente ao período aquisitivo 15 de Julho de 2014 a 14 de Julho de 2015 pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Coordenadora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.648 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.648 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A COORDENADORA PEDAGÓGICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Especialista em Assuntos Educacionais, MARILIS VELLASQUES, Matrícula Funcional nº 000717, Registro no Sistema sob nº 955208, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2015 pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Coordenadora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.649 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.649 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função da Educação Infantil e Anos Iniciais, MARLI TEREZINHA DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000130, Registro no Sistema sob nº 154600, referente aos períodos aquisitivos: 02 de Maio de 2013 à 01 de Maio de 2014 = 06 (zero seis) dias; 02 de Maio de 2014 a 01 de Maio de 2015 = 34 (trinta e quatro) dias, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo 09 de Fevereiro de 2014 a 08 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.650 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.650 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função da Educação Infantil e Anos Iniciais, MARQUIÉLLI APARECIDA ROSÁRIO DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000756, Registro no Sistema sob nº 955355, referente ao período aquisitivo 20 de Fevereiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.651 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.651 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 26 (vinte e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função da Educação Infantil e Anos Iniciais, NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO DETROZ, Matrícula Funcional nº 000059, Registro no Sistema sob nº 293510, referente ao período aquisitivo 01 de Novembro de 2013 à 31 de Outubro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 23 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.652 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.652 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função da Educação Infantil e Anos Iniciais, OLÍVIA MARTINS DE OLIVEIRA MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000105, Registro no Sistema sob nº 780300, referente ao período aquisitivo 12 de Março de 2014 à 11 de Março de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.653 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.653 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de

19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função da Educação Infantil e Anos Iniciais, ORIANE LINZMEYER STELZNER, Matrícula Funcional nº 000168, Registro no Sistema sob nº 269001, referente ao período aquisitivo 16 de Março de 2014 à 15 de Março de 2015, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.654 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.654 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias o Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor VIII, exercendo a função de Professor Geografia, PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000499, Registro no Sistema sob nº 954736, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.655 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.655 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias o Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor IX, exercendo a função de Professor História, PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000571, Registro no Sistema sob nº 954546, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.656 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.656 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função da Educação Infantil e Anos Iniciais, SANDRA APARECIDA ANDRADE LIMA, Matrícula Funcional nº 277, Registro no Sistema sob nº 315690, referente ao período aquisitivo 01 de Setembro de 2013 à 31 de Agosto de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.657 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.657 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função da Educação Infantil e Anos Iniciais, SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI, Matrícula Funcional nº 000261, Registro no Sistema sob nº 101970, referente ao período aquisitivo 06 de Fevereiro de 2014 à 05 de Fevereiro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.658 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.658 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função da Educação Infantil e Anos Iniciais, SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, Matrícula Funcional nº 000542, Registro no Sistema sob nº 954648, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.659 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.659 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função da Educação Infantil e Anos Iniciais, SILVIA SCHMANSKI BLASKOVSKI, Matrícula Funcional nº 000513, Registro no Sistema sob nº 954609, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.660 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.660 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função da Educação Infantil e Anos Iniciais, SIMONE IRENE FUECKNER WALTSMANN, Matrícula Funcional nº 000596, Registro no Sistema sob nº 954829, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 19/1952 DE 07 DE ABRIL DE 1952
PORTARIA Nº 19-1952
DESIGNAR JOÃO BATISTA PEREIRA PARA RESPONDER ENQUANTO NÃO FOR PREENCHIDO O RESPECTIVO CARGO DE CARCEREIRO COM EXERCÍCIO NA DELEGACIA DE POLÍCIA DESTA CIDADE.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de Abril de 1952.
CARLOS BRANDES
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 18 de Abril de 1952.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.214/14 DE 19/12/2014 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO N° 7.214/2014 DE 19/12/2014

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO SAMAE
- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentaria Anual)

DECRETA:

Art. 1º. Fica anuíado no orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 58.462,83 (Cinquenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta e três centavos) nos seguintes projetos/atividades:

17.512.0036.2.058 - Manutenção de Serviços Administrativos do SAMAE

3.3.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas - R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas- R\$ 202,31
17.512.0036.2.059- Manutenção do Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Água
3.3.90.00.00.00.00.00.601- Aplicações Diretas - R\$ 7.298,48
3.3.90.00.00.00.00.00.600- Aplicações Diretas - R\$ 17.631,52
17.512.0036.2.060- Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto
3.3.90.00.00.00.00.00.600- Aplicações Diretas - R\$ 28.330,52

Art. 2º. Com o produto das anulações constantes no art. 1º, fica aberto crédito adicional suplementar nos seguintes projetos/atividades:

17.512.0036.2.058 - Manutenção de Serviços Administrativos do SAMAE

3.1.90.00.00.00.00.00.601 - Aplicações Diretas - R\$ 5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.600 - Aplicações Diretas- R\$ 202,31
17.512.0036.2.059- Manutenção do Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Água
3.1.90.00.00.00.00.00.601- Aplicações Diretas - R\$ 7.298,48
3.1.90.00.00.00.00.00.600- Aplicações Diretas - R\$ 17.631,52
17.512.0036.2.060- Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto
3.1.90.00.00.00.00.00.600- Aplicações Diretas - R\$ 28.330,52

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente
Decreto em, 19 de dezembro de 2014.
Jairo Luft
Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº. 7.215/14 DE 19/12/2014 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.215/2014 DE 19/12/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO
SAMA E - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013(Lei Orçamentaria Anual)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 79.708,55 (Setenta e nove mil setecentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos) nos seguintes projetos/atividades: 17.512.0036.2.058 - Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE.

3.1.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 51.251,92.
17.512.0036.2.059 - Manutenção do Sistema de Operação e Ma-
nutenções do Sistema de Água
3.1.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 8.752,96

17.512.0036.2.060 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto.

3.1.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 19.703,67
Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto
no art. 1º, serão utilizados os recursos originários do superávit
financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013,
no montante de R\$ R\$ 79.708,55.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 19 de dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito Municipal e.e.

COMPRAS EFETUADAS NOVEMBRO/2014 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2014**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ACN COMERCIO DE PROD DE TRANSITO LTDA	BATERIA	1534	1,000	880,0000	880,00
ACN COMERCIO DE PROD DE TRANSITO LTDA	CONECTOR AUTOMOTIVO	1534	2,000	2,0000	4,00
ACN COMERCIO DE PROD DE TRANSITO LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	1535	1,000	495,0000	495,00
ACN COMERCIO DE PROD DE TRANSITO LTDA	TERMINAL AUTOMOTIVO FEMEA	1534	2,000	1,0000	2,00
ACN COMERCIO DE PROD DE TRANSITO LTDA	TERMINAL AUTOMOTIVO MACHO	1534	2,000	1,0000	2,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL DE TESTA SEM CONTATO; -TOUCH FREE - SEM CONTATO; MAIS PRÁTICO E HIGIÊNICO; 3 EM 1: MEDIÇÃO DE TEMPERATURA; CORPOREA, AMBIENTES E SUPERFÍCIES; INFRAVERMELHO - MEDIÇÃO INSTANTÂNEA;VISOR COLOR GLOW; DISPLAY DO TERMÔMETRO MUDA DE COR CONFORME A TEMPERATURA INDICADA; FACILITANDO A LEITURA: =37,5°C - VERDE; >37,5°C - VERMELHO; ALARME DE FEBRE; 30 MEMÓRIAS; CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 TERMÔMETRO INFRAVERMELHO; 02 PILHAS AAA; 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES.	1504	4,000	114,0000	456,00
ANDERSON BOING ME	MEDICAMENTOS DIVERSOS	1553	68,000	1,0000	68,00
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	AUTOMÁTICO DE PARTIDA MBB/SPRINTER	1562	1,000	112,5000	112,50
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	CONTATO DE IGNIÇÃO SPRINTER 96	1562	1,000	245,0000	245,00
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	DISCO DIAGRAMA TACÓGRAFO DIÁRIO	1564	1,000	35,0000	35,00
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	DRIVER 8 OHMS 75W RMS	1565	1,000	92,0000	92,00
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	FUSÍVEL DE LÂMINA	1559	1,000	0,5000	0,50
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	INTERRUPTOR	1559	1,000	25,0000	25,00
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	LAMPADA DO PAINEL	1558	2,000	3,0000	6,00
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	LAMPADA PARA FAROL	1567	2,000	30,0000	60,00
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	LAMPADA PARA FAROL	1568	1,000	15,0000	15,00
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	LÂMPADA PARA PISCA	1559	1,000	7,0000	7,00
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	LIMPA PARA-BRISA	1558	1,000	4,0000	4,00
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	LIMPA PARA-BRISA	1559	1,000	4,0000	4,00
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	MANGUEIRA PLÁSTICA 4/6 MM LAVADOR	1559	1,000	2,5000	2,50
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	1554	1,000	40,0000	40,00
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	1560	0,250	35,0000	8,75
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	1563	1,750	65,0000	113,75
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	1566	0,400	40,0000	16,00
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	1569	1,000	40,0000	40,00
AUTO ELETTRICA DEVILLA LTDA	PALHETA DE LIMPADOR	1558	2,000	18,0000	36,00
AUTO MECANICA CD LTDA	AMORTECEDOR DIANT (SPRINTER MIM 2024)	1557	2,000	316,0000	632,00
AUTO MECANICA CD LTDA	ARTICULADOR (SPRINTER MIM 2024)	1557	2,000	64,0000	128,00
AUTO MECANICA CD LTDA	ATUADOR EMBREAGEM (SPRINTER MFL 9978)	1557	1,000	640,0000	640,00
AUTO MECANICA CD LTDA	BICO INJETOR (MASTER MJB 2821)	1557	1,000	3,640,0000	3,640,00
AUTO MECANICA CD LTDA	BIELETA ESTABIL. ESQ (SPRINTER MFL 9978)	1557	1,000	26,5000	26,50
AUTO MECANICA CD LTDA	BIELETA ESTABILIZADOR DIR (SPRINTER MFL 9978)	1557	1,000	26,5000	26,50
AUTO MECANICA CD LTDA	BUCHA ESTABILIZADOR (SPRINTER MIM 2024)	1557	4,000	24,0000	96,00
AUTO MECANICA CD LTDA	FILTRO ACD (SPRINTER MFL 9978)	1557	1,000	44,1000	44,10
AUTO MECANICA CD LTDA	FILTRO ACD (SPRINTER MIM 2024)	1557	1,000	44,1000	44,10

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO MECANICA CD LTDA	FILTRO AR (SPRINTER MFL 9978)	1557	1,000	62,0000	62,00
AUTO MECANICA CD LTDA	FILTRO AR (SPRINTER MIM 2024)	1557	3,000	62,0000	186,00
AUTO MECANICA CD LTDA	FILTRO COMBUSTIVEL 1º (SPRINTER MFL 9978)	1557	1,000	78,0000	78,00
AUTO MECANICA CD LTDA	FILTRO COMBUSTIVEL 1º (SPRINTER MIM 2024)	1557	3,000	78,0000	234,00
AUTO MECANICA CD LTDA	FILTRO COMBUSTIVEL 2º (SPRINTER MFL 9978)	1557	1,000	69,0000	69,00
AUTO MECANICA CD LTDA	FILTRO COMBUSTIVEL 2º (SPRINTER MIM 2024)	1557	3,000	69,0000	207,00
AUTO MECANICA CD LTDA	FILTRO OLEO (MASTER MJB 2821)	1557	2,000	89,8000	179,60
AUTO MECANICA CD LTDA	FILTRO OLEO (SPRINTER MFL 9978)	1557	3,000	48,3000	144,90
AUTO MECANICA CD LTDA	FILTRO OLEO (SPRINTER MIM 2024)	1557	6,000	48,3000	289,80
AUTO MECANICA CD LTDA	FLUIDO DOT 4 (SPRINTER MFL 9978)	1557	2,000	16,5000	33,00
AUTO MECANICA CD LTDA	GREMAL HEIRA CX DIREÇÃO (SPRINTER MFL 9978)	1557	1,000	480,0000	480,00
AUTO MECANICA CD LTDA	HASTE FREIO TRAS (SPRINTER MFL 9978)	1557	1,000	278,0000	278,00
AUTO MECANICA CD LTDA	KIT EMBREAGEM (SPRINTER MFL 9978)	1557	1,000	1,380,0000	1,380,00
AUTO MECANICA CD LTDA	MÃO DE OBRA (MASTER SAMU MJB-2821)	1556	3,000	60,0000	180,00
AUTO MECANICA CD LTDA	MAO DE OBRA (SPRINTER MFL 9978)	1556	16,000	60,0000	960,00
AUTO MECANICA CD LTDA	MÃO DE OBRA (SPRINTER MIM-2024)	1556	15,000	60,0000	900,00
AUTO MECANICA CD LTDA	MECANISMO DIREÇÃO HID (SPRINTER MIM 2024)	1557	1,000	3,970,0000	3,970,00
AUTO MECANICA CD LTDA	OLEO DE MOTOR DIESEL 15 W 40 (SPRINTER MIM 2024)	1555	58,800	14,5000	852,60
AUTO MECANICA CD LTDA	OLEO MOTOR DIESEL 15 W 40 (SPRINTER MFL 9978)	1555	29,400	14,5000	426,30
AUTO MECANICA CD LTDA	PIVO (SPRINTER MIM 2024)	1557	1,000	86,5000	86,50
AUTO MECANICA CD LTDA	REPARO CX DIREÇÃO (SPRINTER MFL 9978)	1557	1,000	226,0000	226,00
AUTO MECANICA CD LTDA	SERVIÇO BANCADA DIREÇÃO (SPRINTER MFL 9978)	1556	1,000	230,0000	230,00
AUTO MECANICA CD LTDA	VOLANTE MOTOR (SPRINTER MFL 9978)	1557	1,000	1,720,0000	1,720,00
AUTO POSTO TROPEIRO LTDA	ARLA 32 GALÃO 20 LITROS	1531	10,000	64,8000	648,00
AUTO POSTO TROPEIRO LTDA	GASOLINA COMUM	1531	15,000,000	3,0200	45,300,00
BECHER SERVIÇOS MEDICOS LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DE 40 HORAS SEMANAIS NO PSF BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA	1561	1,000	3,000,0000	3,000,00
BELOTTO STOCK CENTRO OFTALMOLOGICO LTI	SERVIÇOS MEDICOS DE 40 HORAS SEMANAIS NO PSF BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA	1533	1,000	3,000,0000	3,000,00
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L'	ACIDO VALPROICO 250 MG, CARTELA COM 10 COMPRIMIDOS	1526	4,500,000	0,1910	859,50
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L'	ACIDO VALPROICO 500 MG COMPRIMIDO	1526	6,000,000	0,4370	2,622,00
CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSP. E VET LTDA M	NEBULIZADOR COMPRESSOR UTILIZADO PARA PRODUÇÃO DE AR COMPRIMIDO, (SENTO DE OLEO OU IMPUREZAS, INDICADO PARA NEBULIZAÇÃO MOTOR ELÉTRICO COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1/2 HP DEVE CONSTAR 4 MÁSCARAS COMPLETAS PARA NEBULIZAÇÃO EQUIPAMENTO FABRICADO DE ACORDO COM AS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO ANVISA - GARANTIA 1 ANO NEBULIZADOR ULTRASSÔNICO, COM GERADOR DE ALTO FREQUÊNCIA POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 7,5 WATTS, PESO MÁXIMO DE 1KG, COM MÁSCARA EM PVC PARA ADULTOS E CRIANÇAS . CONSULTAS NA AREA DE ORTOPEDIA	1516	8,000	850,0000	6,800,00
CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSP. E VET LTDA M	NEBULIZADOR ULTRASSÔNICO, COM GERADOR DE ALTO FREQUÊNCIA POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 7,5 WATTS, PESO MÁXIMO DE 1KG, COM MÁSCARA EM PVC PARA ADULTOS E CRIANÇAS . CONSULTAS NA AREA DE ORTOPEDIA	1516	5,000	118,0000	590,00
CLINICA DE ORTOPEDIA E AC. MEDICA KUTZKE L'	CONSULTAS NA AREA DE ORTOPEDIA	1488	1,000	140,0000	140,00
CLINICA DE ORTOPEDIA E AC. MEDICA KUTZKE L'	HIDROTERAPIA	1539	1,000	140,0000	140,00
CLINICA SANTA CLARA SIC LTDA		1574	58,000	40,0000	2,320,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COPIA & CIA DE EDITE STEFANES TESSER	IMPRESSÃO A1	1544	2,000	4,0000	8,00
COPIA & CIA DE EDITE STEFANES TESSER	IMPRESSÃO A3	1544	8,000	1,5000	12,00
CORE - CENTRO DE ORTOPEDIA E REABILITAÇÃO	SERVIÇOS MEDICOS DE 40 HORAS SEMANAIS NO PSF BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA	1532	1,000	1,200,000	1,200,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	PRENDISONA 5 MG ACONDICIONADO DE FORMA UNITARIZADA CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO DELIMITADA POR PICOTE, A SEGUINTE INFORMAÇÃO: NOME DO PRINCIPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE.	1527	5,000,000	0,0750	375,00
DIPAR	ALFINETES COLORIDOS - CAIXA COM 100 UNIDADES	1549	1,000	9,3000	9,30
DIPAR	APLQUE EVA DIVERSOS	1549	7,000	4,4000	30,80
DIPAR	BALÃO COLORIDO (PCTE.COM 50 UNIDADES)	1549	3,000	7,5000	22,50
DIPAR	BALÃO CORAÇÃO (PCTE. COM 50 UNIDADES)	1549	1,000	28,9000	28,90
DIPAR	COLA GLITER	1549	4,000	2,7000	10,80
DIPAR	ESTILETE	1549	1,000	2,5000	2,50
DIPAR	FITA ADESIVA BRANCA	1549	2,000	7,5000	15,00
DIPAR	FITA DE CETIM	1549	3,000	3,9000	11,70
DIPAR	FITA MIMOSA	1549	1,000	9,9000	9,90
DIPAR	LETRAS EVA DIVERSAS	1549	25,000	0,6000	15,00
DIPAR	PINCEL ATOMICO VARIAS CORES	1549	2,000	2,9000	5,80
DIPAR	PLACA DE ISOPOR 100 X 50 CM COM 2 CM DE ESPESSURA	1549	1,000	12,9000	12,90
DIPAR	TINTA DE TECIDO	1549	3,000	2,3000	6,90
DIPAR	TNT 30 X 30 CM PACOTE COM 50 UNIDADES	1549	26,000	1,8000	46,80
DIPAR	VARETINHA PEGA BALÕES (PCTE C/ 10 UND)	1549	2,000	5,2000	10,40
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	LEITE EM PÓ SUPLENTO ALIMENTAR 400 GR	1541	10,000	51,1200	511,20
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	LEITE EM PÓ SUPLENTO ALIMENTAR 900 GR	1541	2,000	96,4000	192,80
ELETRONICA DALMOLIN LTDA ME	MÃO DE OBRA EQUIPAMENTOS DIVERSOS	1570	1,000	138,0000	138,00
ESSENCIAL FARMACIA DE MANIPULAÇÃO - DM F/	MEIA ELÁSTICA SELECTA	1495	1,000	199,0000	199,00
ESSENCIAL FARMACIA DE MANIPULAÇÃO - DM F/	ORTESE PARA JOELHO COM DOBRADIÇA	1495	1,000	135,0000	135,00
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	FORRAÇÃO ORTOPÉDICA	1550	1,000	64,0000	64,00
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	LEITE EM PÓ FASE 1 400GR	1551	3,000	33,5000	100,50
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	RETEMIC 5 MG COMPRIMIDOS	1552	3,000	32,5000	97,50
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	BEUM 300 MG COMPRIMIDOS	1502	1,000	18,5200	18,52
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	BRICANYL 100 ML	1502	1,000	14,1100	14,11
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	CARDIZEM SR 90 MG COMPRIMIDOS	1502	2,000	23,9100	47,82
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	DEPAKOTE 250 MG COMPRIMIDOS	1502	2,000	29,2900	58,58
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	DEXMINE COMPRIMIDOS.	1502	3,000	5,9900	17,97
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	FORFIG 100 MG	1502	1,000	38,8800	38,88
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	GASTROL PASTILHAS	1502	1,000	8,7400	8,74
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	HEPA-MERZ 10 ENVELOPES	1502	1,000	82,3600	82,36
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	HYABAK SOL	1502	2,000	41,4200	82,84
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	ISKEMIL 6 MG COMPRIMIDOS	1502	1,000	90,3400	90,34
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE EM PÓ SUPLENTO ALIMENTAR 400 GR	1501	4,000	28,9900	115,96

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LUCENTIS 10 MG	1522	1.000	3.431,2900	3.431,29
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	MENELAT 30 MG	1502	1.000	107,1200	107,12
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	PANTOPRAZOL 20 MG	1502	1.000	19,9000	19,90
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	VALCYTE 450 MG COMPRIMIDOS	1523	1.000	9.184,9500	9.184,95
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	VENLIFT 150 MG COMPRIMIDOS	1502	1.000	75,8900	75,89
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	ZYPRED 6 ML	1502	1.000	44,7700	44,77
FISIOATIVA CENTRO DE REABILITAÇÃO LTDA	FISIOTERAPIA	1521	10.000	30,0000	300,00
FUFA-SC DIST HOSP LTDA	CURATIVO COM TECNOLOGIA DE CAMADA DUPLA HIDROFILBER, UNIDAS POR PONTOS COM FIO DE CELULOSE REGENERADA TENCEL, COMPOSTO POR 100% CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E COM 1 A 2% DE PRATA IÔNICA. A PRATA PRESENTE NO CURATIVO INATIVA AS BACTÉRIAS RETIRADAS NO LEITO DA FERIDA RETENDO-AS DENTRO DA FIBRA E NÃO ENTRAM EM CONTATO COM O LEITO DA FERIDA. CURATIVO RESISTENTE A TRAÇÃO, FORMA UM GEL COESO QUE PROPORCIONA UM MEIO ÚMIDO QUE AUXILIA NA REMOÇÃO DE TECIDOS NECRÓTICOS E FAVORECE A CICATRIZAÇÃO. ABSORVE E RETÉM GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO E BACTÉRIAS, COM ABSORÇÃO VERTICAL, EVITANDO A MACERAÇÃO DA BORDA DA FERIDA. TAMANHO 10X10CM	1520	50.000	52,0000	2.600,00
FUFA-SC DIST HOSP LTDA	CURATIVO COM TECNOLOGIA DE CAMADA DUPLA HIDROFILBER, UNIDAS POR PONTOS COM FIO DE CELULOSE REGENERADA TENCEL, COMPOSTO POR 100% CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E COM 1 A 2% DE PRATA IÔNICA. A PRATA PRESENTE NO CURATIVO INATIVA AS BACTÉRIAS RETIRADAS NO LEITO DA FERIDA RETENDO-AS DENTRO DA FIBRA E NÃO ENTRAM EM CONTATO COM O LEITO DA FERIDA. CURATIVO RESISTENTE A TRAÇÃO, FORMA UM GEL COESO QUE PROPORCIONA UM MEIO ÚMIDO QUE AUXILIA NA REMOÇÃO DE TECIDOS NECRÓTICOS E FAVORECE A CICATRIZAÇÃO. ABSORVE E RETÉM GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO E BACTÉRIAS, COM ABSORÇÃO VERTICAL, EVITANDO A MACERAÇÃO DA BORDA DA FERIDA. TAMANHO 10X10CM	1681	100.000	52,0000	5.200,00
FUFA-SC DIST HOSP LTDA	GEL HIDROATIVO TRANSPARENTE , VISCOSO, ESTÉRIL,COMPOSTO POR DOIS HIDROCOLÓIDES, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE - SÓDICA, E PROPILENOGLICOL EM VEÍCULO AQUOSO, TUBO COM 15G. APRESENTAÇÃO EM TUBOS DE ALUMÍNIO QUE PERMITEM TOTAL APROVEITAMENTO DO CONTEÚDO, C/ TAMPA PERFURANTE E ANEL DE PROTEÇÃO. APRESENTAR BULA JUNTO A PROPOSTA.	1520	50.000	22,0000	1.100,00
FUFA-SC DIST HOSP LTDA	GEL HIDROATIVO TRANSPARENTE , VISCOSO, ESTÉRIL,COMPOSTO POR DOIS HIDROCOLÓIDES, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE - SÓDICA, E PROPILENOGLICOL EM VEÍCULO AQUOSO, TUBO COM 15G. APRESENTAÇÃO EM TUBOS DE ALUMÍNIO QUE PERMITEM TOTAL APROVEITAMENTO DO CONTEÚDO, C/ TAMPA PERFURANTE E ANEL DE PROTEÇÃO. APRESENTAR BULA JUNTO A PROPOSTA.	1681	100.000	22,0000	2.200,00
FUFA-SC DIST HOSP LTDA	LANCETA PARA COLETA DE SANGUE POR PUNÇÃO DIGITAL, SISTEMA ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, COM INVÓLUCRO PROTETOR DE PLÁSTICO, DIÂMETRO DA AGULHA: 0,36 MM (28 G); COM PROTUSÃO: 1,5 MM, PONTA TRIFACETADA E REVESTIMENTO SILICONIZADO DA LÂMINA, COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA. POSSUI CAPA DE ESTERILIDADE, CORPO DE LANCETADOR E GATILHOS COMPOSTOS POR POLIPROPILENO, COM CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO EMITIDO PELA ANVISA	1520	10.000.000	0,3000	3.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
G.PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINIC, HERVAL PLACAS PC LTDA HIPPER CENTER ALIMENTOS - ADELMO KREMER HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES IND. E COM. DE CALHAS DEVILA LTDA INSTRAMED IND MEDICA HOSPITALAR LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1496	1,000	7.119,1000	7.119,10
	PAR DE TARJA REPLAC	1617	1,000	78,0000	78,00
	REFEIÇÕES	1497	18,000	13,0000	234,00
	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1598	1,000	2.247,9000	2.247,90
	SERVIÇO DE CONSRTO DE CALHAS	1597	1,000	350,0000	350,00
	DESFIBRILADOR SEMIAUTOMÁTICO QUE PODE SER OPERADO EM QUALQUER UM DOS TRÊS MODOS A SEGUIR: MODO DEA, MODO MANUAL E MODO DE ELETROCARDIOGRAFO. USA O SISTEMA DE RECOMENDAÇÃO DE CHOQUE, AVISANDO QUANDO DETECTA UM RITMO TRATÁVEL POR CHOQUE E QUANDO NÃO DETECTA UM RITMO TRATÁVEL POR CHOQUE. MONITOR NO FORMATO ELETROCARD. COQUE COM TECNOLOGIA BIFÁSICA. O EQUIPAMENTO DEVE TER 01 BATERIA COM CAPACIDADE PARA 140 CHOQUES. 01 ELETRODO ADULTO/INFANTIL. 01 BOLSA PARA ACONDICIONAMENTO DO DEA E DOS ACESSÓRIOS. 01 MANUAL DO EQUIPAMENTO. APRESENTAR COM A PROPOSTA: - MANUAL DO USUÁRIO PUBLICADO NA ANVISA; - CÓPIA AUTENTICADA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO EMITIDA PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA LOCAL; ESTADUAL OU MUNICIPAL; - DA EMPRESA LICITANTE; - CÓPIA AUTENTICADA DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO EMITIDA PELA ANVISA ; .	1514	2,000	5.990,0000	11.980,00
ITAMAR COMUNELLO LA.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	LIVROS MEDICINA AMBULATORIAL	1485	4,000	290,0000	1.160,00
	ARMÁRIOS PARA ESCRITÓRIO, DIRETOR FECHADO COM PORTAS ALTA, PUXADORES FRONTAIS E CHAVES FABRICADO EM MADEIRA MBP NA COR BRANCA. DIMENSÃO : 1600 X 900 X 400. COM 5 PRATELEIRAS NO SEU INTERIOR	1510	3,000	300,0000	900,00
	CADEIRA MODELO SECRETARIA CAIXA, BASE GIRATÓRIA ALTA COM RODÍZIO, ASSENTO E ENCOSTO MODELO SECRETARIA, CONFECIONADO COM ESPUMA INJETADA DENSIDADE 60, MADEIRA 12 mm ANATÔMICA, BASE COM REGULAGEM DE ALTURA A GAS, TIPOS DE TECIDO : COURVIM	1510	1,000	360,0000	360,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LA INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	<p>POLTRONA PRESIDENTE GIRATÓRIA COM BRAÇOS E MECANISMO RELAX; ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MÚLTILAMINADO RESINADO, MOLDADO ANATOMICAMENTE A QUENTE COM ESPESSURA DE 14 MM; POSSUI CURVATURA NA PARTE FRONTAL DO ASSENTO PARA EVITAR O ESTRANGULAMENTO NA CORRENTE SANGÜÍNEA, E CURVATURA ANATÔMICA NO ENCOSTO DE FORMA A PERMITIR A ACOMODAÇÃO DAS REGIÕES DORSAL E LOMBAR, ADAPTANDO-SE MELHOR À COLUNA VERTEBRAL; ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE EM POLIURETANO FLEXÍVEL MICROCELULAR DE ALTA RESISTÊNCIA, ISENTO DE CFC, COM DENSIDADE CONTROLADA DE 45 A 50 KG/M³ COM 60 MM DE ESPESSURA MÉDIA NO ASSENTO E ENCOSTO;</p> <p>CAPA DO ASSENTO E DO ENCOSTO EM COURISSIMO, FORMADO POR COSTURAS LATERAIS E CENTRAIS EM DESENHO DE ARCOS OPOSTOS, PREVIAMENTE COLADOS ÀS ESPUMAS, E FIXADAS COM GRAMPOS AO ASSENTO E ENCOSTO DE MADEIRA; CONTRA CAPA DO ASSENTO E DO ENCOSTO INJETADAS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO, MONTADAS POR PARAFUSOS; AUXILIANDO EM FUTURAS MANUTENÇÕES;</p> <p>APÓIA BRAÇOS, EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO INJETADO, COM ALMA DE AÇO SAE 1020 PINTADA, REGULAGEM DE ALTURA COM BOTÃO, TOTALIZANDO 7 POSIÇÕES E 86 MM DE CURSO. CHAPA PARA FIXAÇÃO NO ASSENTO COM 2 Furos Oblongos, PERMITINDO AJUSTE HORIZONTAL POR PARAFUSOS. SUPORTE DO ENCOSTO EM MOLA DE AÇO SAE 1020 COM 76,20 MM DE LARGURA E 6,35 MM DE ESPESSURA CURVADA E NERVURADA À FRIO PARA AUMENTAR A RESISTÊNCIA;</p> <p>A FIXAÇÃO DO ASSENTO, ENCOSTO, ESTRUTURA, MOLA E APÓIA-BRAÇOS, É FEITA COM PARAFUSOS SEXTAVADOS E PORCAS DE GARRA ENCRAVADAS E REBITADAS NA MADEIRA; PARAFUSOS DE FIXAÇÃO DOS COMPONENTES DO TIPO FLANGEADO COM TRAVA, NA BITOLA 1/4"X 20 FPP. BASE GIRATÓRIA DESMONTÁVEL COM ARANHA DE 5 HASTES DE AÇO COM PINO DO RODÍZIO SOLDADO NA EXTREMIDADE DA HASTE EM Furos DO TIPO FLANGEADO, EVITANDO QUE SE SOLTEM, COBERTA POR POLAÍNA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO NA COR PRETA COM SISTEMA DE ENCAIXE PLÁSTICO ENTRE CONE DA ARANHA E A COLUNA, APOIADA SOBRE 5 RODÍZIOS DE GIRO DUPLO COM 50 MM DE DIÂMETRO EM NYLON COM CAPA, SEMIESFERA PLÁSTICA INJETADA JUNTO À ESTRUTURA, QUE FACILITA O GIRO. BANDA DE ROLAGEM EM NYLON PARA USO EM CARPETES, TAPETES E SIMILARES; COLUNA CENTRAL DESMONTÁVEL FIXADA POR ENCAIXE CÔNICO; COM ROLAMENTO AXIAL DE GIRO; POSSUINDO ARRUELAS DE AÇO TEMPERADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BUCHA MANCAL DE GIRO INJETADA EM POM, E RECALIBRADA, RECOBERTA POR CAPA TElescópica INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO NA COR PRETA, SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA DA CADEIRA POR COLUNA DE MOLA A GAS; MECANISMO FLANGE DE APOIO DA CADEIRA COM SISTEMA DE RELAX COM TRAVA, OU LIVRE FLUTUAÇÃO, MANÍPULO DE AJUSTE DA TENSÃO DA MOLA, COM PINO DE GIRO EM AÇO TREFILADO MACIÇO COM 10 MM DE DIÂMETRO E BUCHAS DE GIRO E TRAVA INJETADAS EM POLIACETAL. COMPONENTES UNIDOS POR SOLDA DO TIPO MIG. EM CHAPAS DE AÇO SAE 1020 FQD COM 3MM DE ESPESSURA, FORMANDO UM CONJUNTO PARA POSTERIOR MONTAGEM POR PARAFUSOS. OS COMPONENTES METÁLICOS QUE POSSUEM PINTURA, SÃO TRATADOS COM FOSFATO DE ZINCO, EXECUTADO EM LINHA AUTOMÁTICA DE OITO TANQUES, SEM USO DE</p>	1511	2,000	590,0000	1.180,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
	<p>PRODUTOS CLORADOS PARA DESENGRAXE, E COM POSTERIOR TRATAMENTO DE EFLUENTES, DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS, PARA DAR MELHOR PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO E UMA EXCELENTE ANCORAGEM DA TINTA.</p> <p>A TINTA UTILIZADA PARA PINTURA É EM PÓ, DO TIPO HÍBRIDA (POLIÉSTER EPOXI) W-ECO, ATENDENDO NORMA EUROPEIA ROHS, ISENTA DE METAIS PESADOS; NAS CORES: PRETO SEMI-BRILHO COM CAMADA DE 60 MICRONS. TODAS AS PEÇAS SÃO CURADAS EM ESTUFA A TEMPERATURA DE 200° C. ESTA POLITRONA ATENDE A REQUISITOS DAS NORMAS NR17 - NORMA REGULAMENTADORA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, QUE TRATA DA ERGONOMIA; E DA NBR 13962 - DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), QUE NORMALIZA OS MOVEIS PARA ESCRITÓRIO, CADEIRAS, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E DIMENSIONAIS, PARA QUE SE OBTENHA UM MELHOR CONJUNTO EM TERMOS DE CONFORTO, ERGONOMIA E DURABILIDADE. AS EMPRESAS DEVERÃO APRESENTAR: LAUDO DE ANÁLISE ERGONOMICA DOS PRODUTOS (COPIA AUTENTICADA); LAUDO TÉCNICO DOS PRODUTOS; CERTIFICADO DE CONFORMIDADE EMITIDO POR LABORATÓRIO COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR13962:2006 (COPIA AUTENTICADA) ; CERTIFICADO ABERGO (DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA, COPIA AUTENTICADA); LAUDO DA ESPUMA COMPROVANDO A DENSIDADE(COPIA AUTENTICADA); DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR DA ESPUMA DECLARANDO QUE A MATÉRIA PRIMA É ISENTA DE CFC (COPIA AUTENTICADA); CERTIFICADO ISO 9001 DO FABRICANTE; EMITIDO PELA ABNT(COPIA AUTENTICADA); TERMO DE GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO EMITIDO PELO FABRICANTE (COPIA AUTENTICADA); CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA DO FABRICANTE; CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA DO FABRICANTE; LAUDO TÉCNICO DA CAPACIDADE PRODUTIVA DO FABRICANTE; LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO DA FATMA OU ÓRGÃO CORRESPONDENTE.</p> <p>AS EMPRESAS DEVERÃO APRESENTAR: LAUDO DE ANÁLISE ERGONOMICA DOS PRODUTOS (COPIA AUTENTICADA); LAUDO TÉCNICO DOS PRODUTOS;; CERTIFICADO ABERGO (DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA, COPIA AUTENTICADA); LAUDO DA ESPUMA COMPROVANDO A DENSIDADE(COPIA AUTENTICADA); DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR DA ESPUMA DECLARANDO QUE A MATÉRIA PRIMA É ISENTA DE CFC (COPIA AUTENTICADA); CERTIFICADO ISO 9001 DO FABRICANTE; EMITIDO PELA ABNT(COPIA AUTENTICADA); TERMO DE GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO EMITIDO PELO FABRICANTE (COPIA AUTENTICADA); CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA DO FABRICANTE; CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA DO FABRICANTE; LAUDO TÉCNICO DA CAPACIDADE PRODUTIVA DO FABRICANTE; LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO DA FATMA OU ÓRGÃO CORRESPONDENTE</p> <p>:DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA:</p> <p>AALTURA DA CADEIRA1060-1180ELARGURA DO ENCOSTO460 BPROFUNDIDADE DA CADEIRA700FPROFUNDIDADE DO ASSENTO450</p>				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LABORATORIO CLIN PATOL.MARTINS LTDA LABORATORIO GAVAZZONI LTDA LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME CLARGURA DA CADEIRA 700GLARGURA DO ASSENTO480 DALTURA DO ENCOSTO615HALTURA DO ASSENTO480-580 EXAMES LABORATORIAIS EXAMES LABORATORIAIS AUTOCLAVE HORIZONTAL. MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL. COR BRANCA. MODELO HORIZONTAL. CAPACIDADE 21LITROS. COM CÂMERA EM INOX. DESACELERAÇÃO E DESPRESSEDURIZAÇÃO AUTOMÁTICA. COM SECAGEM EFICIENTE. COM SECAGEM EXTRA. COM MÉTODO DE SECAGEM COM A PORTA FECHADA COM NO MÍNIMO 6 SISTEMAS DE PROTEÇÃO (VÁLVULA DE SEGURANÇA, VÁLVULA ANTI-VÁCUO, ANEL DE VEDAÇÃO, FUSÍVEL, TERMOSTATO, SISTEMA ELETRÔNICO DE CONTROLE DE POTÊNCIA). COM NO MÍNIMO 2 BANDEJAS. SUPORTE, COPO GRADUADO. AS DIMENSÕES EXTERNAS NÃO DEVEM ULTRAPASSAR 42 CM DE LARGURA, 66 CM DE PROFUNDIDADE E 42 CM DE ALTURA. O PESO NÃO DEVE ULTRAPASSAR 34KG. VOLTAGEM 220 VOLTS. POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 1600 WATTS. GARANTIA MÍNIMA DE 24 MESES. REGISTRO NA ANVISA. CADEIRA ODONTOLÓGICA COM ESTOFADO INJETÁVEL NA COR AZUL CELESTE. EQUIPO CART. DEVE TER 3 POSIÇÕES DE TRABALHO, PROGRAMÁVEL, VOLTA A ZERO AUTOMÁTICO.CABECEIRA MULTIARTICULÁVEL. ENCOSTO ANATÔMICO E BIARTICULÁVEL.PEDAL JOYSTICK NA BASE. CAIXA DE COMANDO AVULSO. SERINGA TRIPLICE,1 TERMINAL PARA ALTA ROTACÃO BORDEN,1 TERMINAL DE BAIXA ROTACÃO BORDEN PEDAL PROGRESSIVO,SISTEMA ANTI-REFLUXO(VÁLVULA ANTI-RETRAÇÃO), REFLETOR COM 3 INTENSIDADES. UNIDADE DE ÁGUA REBATÍVEL. COM 2 SUGADORES VENTURI. A UNIDADE SUCTORA É FIXA À CADEIRA E DOTADA DE CUSPIDEIRA. COM LIGAÇÃO DO ESGOTO À REDE E UM SISTEMA DE SUÇÃO PRINCÍPIO VENTURI(INJETOR ACIONADO A AR COMPRIMIDO) PARA CÂNULAS 6.3MM. UM SEGUNDO SISTEMA DE SUÇÃO VENTURI PARA CÂNULAS 9.5 MM E DEVE COMO OPCIONAL O BRAÇO ARTICULÁVEL(BRAÇO ASSISTENTE OU AUXILIAR). POSSIBILITANDO MAIOR ALCANCE E MELHOR ERGONOMIA DO TRABALHO. NA SUCTORA DEVEM ESTAR LOCALIZADOS OS RESERVATÓRIOS PRESSURIZADOS DE ÁGUA PARA O SPRAY DAS PEÇAS DE MÃO. DEVE TER UM SISTEMA DE ASSEPSIA DOS CONDUTOS INTERNOS DAS MANGUEIRAS DAS PEÇAS DE MÃO DO EQUIPO. A ILUMINAÇÃO DEVE TER INTENSIDADE VARIÁVEL ENTRE 6000 E 22000 LUX. PAR DE MULETAS CANADENSE EM ALUMÍNIO, ARTICULADA, ALTURA REGULAVEL, PONTEIRAS DE BORRACHA, APOIO PARA BRAÇO, APOIO MÃO ANATÔMICO, CAPACIDADE 130 KG. PROJETOR COM NO MÍNIMO: 3000 LUMENS; COR: BRANCO/PRETO; LAMPADA MODELO-ELPLP 78; TECNOLOGIA 3LCD; 3000 LUMENS ; CONTRASTE: 10000:1; RESOLUCAO NATIVA: XGA 1024X768; ASPECTO: 4:3; LENTE FIXA - FOCO MANUAL; DISTANCIA DE PROJECAO: 0.7 - 7.62M; TAMANHO DE IMAGEM PROJETADA: 30 A 300 POLEGADAS; ZOOM: 1.0- 1.20; DURACAO DA LAMPADA: 5000HORAS ALTO BRILHO E 6000HORAS EM BAIXO BRILHO; ENTRADAS: 01-VGA, 01-HDMI , 01-S-VIDEO, 01-VIDEO COMPONENTE , 01-AUDIO , 01-USB-A, 01-USB-B , 01-RS232C SERIAL. SAIDAS: 01-VGA, 01-AUDIO ,ACEITA RECEPTOR WIFI (INCLUSO). ACOMPANHA: CONTROLE REMOTO, CABO VGA, CABO FORÇA..	1595 1524 1513	1,000 1,000 2,000	2.388,0500 2.346,6600 2.247,0000	2.388,05 2.346,66 4.494,00
LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME CADEIRA ODONTOLÓGICA COM ESTOFADO INJETÁVEL NA COR AZUL CELESTE. EQUIPO CART. DEVE TER 3 POSIÇÕES DE TRABALHO, PROGRAMÁVEL, VOLTA A ZERO AUTOMÁTICO.CABECEIRA MULTIARTICULÁVEL. ENCOSTO ANATÔMICO E BIARTICULÁVEL.PEDAL JOYSTICK NA BASE. CAIXA DE COMANDO AVULSO. SERINGA TRIPLICE,1 TERMINAL PARA ALTA ROTACÃO BORDEN,1 TERMINAL DE BAIXA ROTACÃO BORDEN PEDAL PROGRESSIVO,SISTEMA ANTI-REFLUXO(VÁLVULA ANTI-RETRAÇÃO), REFLETOR COM 3 INTENSIDADES. UNIDADE DE ÁGUA REBATÍVEL. COM 2 SUGADORES VENTURI. A UNIDADE SUCTORA É FIXA À CADEIRA E DOTADA DE CUSPIDEIRA. COM LIGAÇÃO DO ESGOTO À REDE E UM SISTEMA DE SUÇÃO PRINCÍPIO VENTURI(INJETOR ACIONADO A AR COMPRIMIDO) PARA CÂNULAS 6.3MM. UM SEGUNDO SISTEMA DE SUÇÃO VENTURI PARA CÂNULAS 9.5 MM E DEVE COMO OPCIONAL O BRAÇO ARTICULÁVEL(BRAÇO ASSISTENTE OU AUXILIAR). POSSIBILITANDO MAIOR ALCANCE E MELHOR ERGONOMIA DO TRABALHO. NA SUCTORA DEVEM ESTAR LOCALIZADOS OS RESERVATÓRIOS PRESSURIZADOS DE ÁGUA PARA O SPRAY DAS PEÇAS DE MÃO. DEVE TER UM SISTEMA DE ASSEPSIA DOS CONDUTOS INTERNOS DAS MANGUEIRAS DAS PEÇAS DE MÃO DO EQUIPO. A ILUMINAÇÃO DEVE TER INTENSIDADE VARIÁVEL ENTRE 6000 E 22000 LUX. PAR DE MULETAS CANADENSE EM ALUMÍNIO, ARTICULADA, ALTURA REGULAVEL, PONTEIRAS DE BORRACHA, APOIO PARA BRAÇO, APOIO MÃO ANATÔMICO, CAPACIDADE 130 KG. PROJETOR COM NO MÍNIMO: 3000 LUMENS; COR: BRANCO/PRETO; LAMPADA MODELO-ELPLP 78; TECNOLOGIA 3LCD; 3000 LUMENS ; CONTRASTE: 10000:1; RESOLUCAO NATIVA: XGA 1024X768; ASPECTO: 4:3; LENTE FIXA - FOCO MANUAL; DISTANCIA DE PROJECAO: 0.7 - 7.62M; TAMANHO DE IMAGEM PROJETADA: 30 A 300 POLEGADAS; ZOOM: 1.0- 1.20; DURACAO DA LAMPADA: 5000HORAS ALTO BRILHO E 6000HORAS EM BAIXO BRILHO; ENTRADAS: 01-VGA, 01-HDMI , 01-S-VIDEO, 01-VIDEO COMPONENTE , 01-AUDIO , 01-USB-A, 01-USB-B , 01-RS232C SERIAL. SAIDAS: 01-VGA, 01-AUDIO ,ACEITA RECEPTOR WIFI (INCLUSO). ACOMPANHA: CONTROLE REMOTO, CABO VGA, CABO FORÇA..	1513	1,000	6.750,0000	6.750,00
LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME CADEIRA ODONTOLÓGICA COM ESTOFADO INJETÁVEL NA COR AZUL CELESTE. EQUIPO CART. DEVE TER 3 POSIÇÕES DE TRABALHO, PROGRAMÁVEL, VOLTA A ZERO AUTOMÁTICO.CABECEIRA MULTIARTICULÁVEL. ENCOSTO ANATÔMICO E BIARTICULÁVEL.PEDAL JOYSTICK NA BASE. CAIXA DE COMANDO AVULSO. SERINGA TRIPLICE,1 TERMINAL PARA ALTA ROTACÃO BORDEN,1 TERMINAL DE BAIXA ROTACÃO BORDEN PEDAL PROGRESSIVO,SISTEMA ANTI-REFLUXO(VÁLVULA ANTI-RETRAÇÃO), REFLETOR COM 3 INTENSIDADES. UNIDADE DE ÁGUA REBATÍVEL. COM 2 SUGADORES VENTURI. A UNIDADE SUCTORA É FIXA À CADEIRA E DOTADA DE CUSPIDEIRA. COM LIGAÇÃO DO ESGOTO À REDE E UM SISTEMA DE SUÇÃO PRINCÍPIO VENTURI(INJETOR ACIONADO A AR COMPRIMIDO) PARA CÂNULAS 6.3MM. UM SEGUNDO SISTEMA DE SUÇÃO VENTURI PARA CÂNULAS 9.5 MM E DEVE COMO OPCIONAL O BRAÇO ARTICULÁVEL(BRAÇO ASSISTENTE OU AUXILIAR). POSSIBILITANDO MAIOR ALCANCE E MELHOR ERGONOMIA DO TRABALHO. NA SUCTORA DEVEM ESTAR LOCALIZADOS OS RESERVATÓRIOS PRESSURIZADOS DE ÁGUA PARA O SPRAY DAS PEÇAS DE MÃO. DEVE TER UM SISTEMA DE ASSEPSIA DOS CONDUTOS INTERNOS DAS MANGUEIRAS DAS PEÇAS DE MÃO DO EQUIPO. A ILUMINAÇÃO DEVE TER INTENSIDADE VARIÁVEL ENTRE 6000 E 22000 LUX. PAR DE MULETAS CANADENSE EM ALUMÍNIO, ARTICULADA, ALTURA REGULAVEL, PONTEIRAS DE BORRACHA, APOIO PARA BRAÇO, APOIO MÃO ANATÔMICO, CAPACIDADE 130 KG. PROJETOR COM NO MÍNIMO: 3000 LUMENS; COR: BRANCO/PRETO; LAMPADA MODELO-ELPLP 78; TECNOLOGIA 3LCD; 3000 LUMENS ; CONTRASTE: 10000:1; RESOLUCAO NATIVA: XGA 1024X768; ASPECTO: 4:3; LENTE FIXA - FOCO MANUAL; DISTANCIA DE PROJECAO: 0.7 - 7.62M; TAMANHO DE IMAGEM PROJETADA: 30 A 300 POLEGADAS; ZOOM: 1.0- 1.20; DURACAO DA LAMPADA: 5000HORAS ALTO BRILHO E 6000HORAS EM BAIXO BRILHO; ENTRADAS: 01-VGA, 01-HDMI , 01-S-VIDEO, 01-VIDEO COMPONENTE , 01-AUDIO , 01-USB-A, 01-USB-B , 01-RS232C SERIAL. SAIDAS: 01-VGA, 01-AUDIO ,ACEITA RECEPTOR WIFI (INCLUSO). ACOMPANHA: CONTROLE REMOTO, CABO VGA, CABO FORÇA..	1513	20,000	45,0000	900,00
LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME CADEIRA ODONTOLÓGICA COM ESTOFADO INJETÁVEL NA COR AZUL CELESTE. EQUIPO CART. DEVE TER 3 POSIÇÕES DE TRABALHO, PROGRAMÁVEL, VOLTA A ZERO AUTOMÁTICO.CABECEIRA MULTIARTICULÁVEL. ENCOSTO ANATÔMICO E BIARTICULÁVEL.PEDAL JOYSTICK NA BASE. CAIXA DE COMANDO AVULSO. SERINGA TRIPLICE,1 TERMINAL PARA ALTA ROTACÃO BORDEN,1 TERMINAL DE BAIXA ROTACÃO BORDEN PEDAL PROGRESSIVO,SISTEMA ANTI-REFLUXO(VÁLVULA ANTI-RETRAÇÃO), REFLETOR COM 3 INTENSIDADES. UNIDADE DE ÁGUA REBATÍVEL. COM 2 SUGADORES VENTURI. A UNIDADE SUCTORA É FIXA À CADEIRA E DOTADA DE CUSPIDEIRA. COM LIGAÇÃO DO ESGOTO À REDE E UM SISTEMA DE SUÇÃO PRINCÍPIO VENTURI(INJETOR ACIONADO A AR COMPRIMIDO) PARA CÂNULAS 6.3MM. UM SEGUNDO SISTEMA DE SUÇÃO VENTURI PARA CÂNULAS 9.5 MM E DEVE COMO OPCIONAL O BRAÇO ARTICULÁVEL(BRAÇO ASSISTENTE OU AUXILIAR). POSSIBILITANDO MAIOR ALCANCE E MELHOR ERGONOMIA DO TRABALHO. NA SUCTORA DEVEM ESTAR LOCALIZADOS OS RESERVATÓRIOS PRESSURIZADOS DE ÁGUA PARA O SPRAY DAS PEÇAS DE MÃO. DEVE TER UM SISTEMA DE ASSEPSIA DOS CONDUTOS INTERNOS DAS MANGUEIRAS DAS PEÇAS DE MÃO DO EQUIPO. A ILUMINAÇÃO DEVE TER INTENSIDADE VARIÁVEL ENTRE 6000 E 22000 LUX. PAR DE MULETAS CANADENSE EM ALUMÍNIO, ARTICULADA, ALTURA REGULAVEL, PONTEIRAS DE BORRACHA, APOIO PARA BRAÇO, APOIO MÃO ANATÔMICO, CAPACIDADE 130 KG. PROJETOR COM NO MÍNIMO: 3000 LUMENS; COR: BRANCO/PRETO; LAMPADA MODELO-ELPLP 78; TECNOLOGIA 3LCD; 3000 LUMENS ; CONTRASTE: 10000:1; RESOLUCAO NATIVA: XGA 1024X768; ASPECTO: 4:3; LENTE FIXA - FOCO MANUAL; DISTANCIA DE PROJECAO: 0.7 - 7.62M; TAMANHO DE IMAGEM PROJETADA: 30 A 300 POLEGADAS; ZOOM: 1.0- 1.20; DURACAO DA LAMPADA: 5000HORAS ALTO BRILHO E 6000HORAS EM BAIXO BRILHO; ENTRADAS: 01-VGA, 01-HDMI , 01-S-VIDEO, 01-VIDEO COMPONENTE , 01-AUDIO , 01-USB-A, 01-USB-B , 01-RS232C SERIAL. SAIDAS: 01-VGA, 01-AUDIO ,ACEITA RECEPTOR WIFI (INCLUSO). ACOMPANHA: CONTROLE REMOTO, CABO VGA, CABO FORÇA..	1519	1,000	1.550,0000	1.550,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 9/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME	PAR DE MULETAS AXILAR EM ALUMINIO, TAMANHO MEDIO, REGULAVEL NA ALTURA COM ENGATE RAPIDO, SISTEMA DE MOLA, RETRATIL PARA AJUSTE E PONTEIRA BORAACHA, APOIOS REMOVIVEIS EMBORRACHADOS, CAPACIDADE 130 KG.	1512	15,000	64,0000	960,00
M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME	SELADORA PARA COMPLEMENTAR E PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO, EM AÇO INOX, COM SUPORTE PARA PAPEL GRAU CIRURGICO, COM REGULAGENS PARA DIVERSOS TAMANHOS DE PAPEIS E ATÉ 25 CM DE AREA DE SELAGEM, COM AJUSTE DE TEMPERATURA DE SELAGEM ALEM DE POSSUIR RESISTENCIAS ISOLADAS, INIBINDO O RISCO DE QUEIMA DO PAPEL, BRAÇO DE SELAGEM COM TRAVA COM FECHAMENTO MEDIANTE A ALAVANCA MANUAL COM TRAVA, COM APOIO ANTERIOR REMOVIVEL, COM CHAVE DE APOIO FRONTAL DESMONTAVEL, TRILHO DE CORTE DUPLO EM AMBOS OS SENTIDOS, COM CORPO EM AÇO INOX. POTENCIA: 570/460 W, DIMENSÃO: 238 X 470 X 390 MM.	1515	1,000	499,0000	499,00
MAXI DISTRIBUIDORA DE PROD HOSPITALARES I	CADEIRA DE RODAS DE NYLON, CAPACIDADE 80 KG, COM RODAS GRANDES TRASEIRA COM SOBRE ARO, E RODAS PEQUENAS GIRATORIAS DIANTEIRAS APOIO PARA BRACOS E PÉS FIXOS, DOBRAVEL EM X, CADEIRA DE AÇO EM PINTURA.	1505	30,000	245,0000	7.350,00
MECANICA AP LTDA ME	CABO DE ALAVANCA DE MARCHA	1589	2,000	175,0000	350,00
MECANICA AP LTDA ME	KIT DE EMBREAGEM	1589	1,000	300,0000	300,00
MECANICA AP LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1590	1,000	260,0000	260,00
MYTHOS RESTAURANTE LTDA	REFEIÇÕES	1548	21,000	12,9000	270,90
NNR - NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA RAGNIN	CONSULTAS NA ÁREA DE NEUROLOGIA	1487	1,000	150,0000	150,00
OLIMEDIC IND E COM DE MOVEIS HOSPITALARE	ESCALADA AUXILIAR COM 2 DEGRAUS DE METAL PARA MACA, CLINICAS E HOSPITAIS.	1518	10,000	40,0000	400,00
OLIMEDIC IND E COM DE MOVEIS HOSPITALARE	MESA AUXILIAR (40x40) ESMALTADA, COM RODÍZIOS GIRATÓRIOS DE 2" DE DIÂMETRO TAMANHO 40 X 40 X 80CM, ARMAÇÃO EM TUBO DE AÇO REDONDO DE 7/8 X 1,20MM; TAMPO E PRATELEIRA EM CHAPA DE AÇO DE 0,80MM DE ESPESSURA; PINTURA ESMALTADA BRANCA;	1517	7,000	110,0000	770,00
OLIMEDIC IND E COM DE MOVEIS HOSPITALARE	MESA GINECOLÓGICA; MESA GINECOLÓGICA EM MDF COM ACABAMENTO EM FÓRMICA COM 3 GAVETAS, 2 PORTAS E PRATELEIRA INTERNA, LEITO ESTOFADO EM ESPUMA D 33 COM REVESTIMENTO EM COURVIN, LEITO REGULÁVEL ATRAVÉS DE CREMALHEIRAS COM 04 MOVIMENTOS; DORSAL, APOIO DE PERNAS, SENTADO E SEMI-SENTADO E PAR DE PORTAS-COXAS.DIMENSÕES: 1,80X 0,50 X 0,90M NO ATO DA ENTREGA DOS PRODUTOS A EMPRESA GANHADORA DEVERÁ MONTAR O EQUIPAMENTO. O PRODUTO DEVE TER REGISTRO NA ANVISA.	1517	1,000	1.495,0000	1.495,00
OLIMEDIC IND E COM DE MOVEIS HOSPITALARE	MESA GINECOLÓGICA; MESA GINECOLÓGICA EM MDF COM ACABAMENTO EM FÓRMICA COM 3 GAVETAS, 2 PORTAS E PRATELEIRA INTERNA, LEITO ESTOFADO EM ESPUMA D 33 COM REVESTIMENTO EM COURVIN, LEITO REGULÁVEL ATRAVÉS DE CREMALHEIRAS COM 04 MOVIMENTOS; DORSAL, APOIO DE PERNAS, SENTADO E SEMI-SENTADO E PAR DE PORTAS-COXAS.DIMENSÕES: 1,80X 0,50 X 0,90M NO ATO DA ENTREGA DOS PRODUTOS A EMPRESA GANHADORA DEVERÁ MONTAR O EQUIPAMENTO. O PRODUTO DEVE TER REGISTRO NA ANVISA.	1518	15,000	1.495,0000	22.425,00
PELLISER SERVIÇOS MEDICOS LTDA ME	CONSULTAS NA AREA DE NEUROLOGIA	1596	1,000	150,0000	150,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MÉDICO E	CADDEIRA DE RODAS PARA BANHO EM AÇO COM PINTURA, APOIO PARA	1507	15,000	120,0000	1.800,00
PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MÉDICO E	BRÇOS FIXO FREIOS DIANTEIROS BILATERAL, CAPACIDADE 70 KG.				
PONTO CERTO LTDA	MESA ANTROPOMÉTRICA EPOXI	1507	1,000	387,0000	387,00
PONTO CERTO LTDA	AÇO CA-50 10MM	1573	5,000	28,3100	141,55
PONTO CERTO LTDA	AÇO CA-50 8MM	1573	10,000	20,9400	209,40
PONTO CERTO LTDA	AÇO CA-60 2MM	1573	10,000	7,1500	71,50
PONTO CERTO LTDA	AREIA	1573	2,000	110,0000	220,00
PONTO CERTO LTDA	BRITA	1573	2,000	78,9500	157,90
PONTO CERTO LTDA	CAIXA D'AGUA 500 LT COMPLETA	1573	1,000	180,8400	180,84
PONTO CERTO LTDA	CIMENTO	1573	5,000	28,4900	142,45
PONTO CERTO LTDA	ENGATE RÁPIDO 1/2	1573	1,000	5,2400	5,24
PONTO CERTO LTDA	MANGUEIRA TRANCADA OURO FLEX 1/2 AMARELA	1573	40,000	2,8100	112,40
PONTO CERTO LTDA	TELHA ONDULADA	1573	10,000	11,9000	119,00
PONTO CERTO LTDA	TIJOLO 6 FUROS	1573	1,000	437,8800	437,88
PONTO CERTO LTDA	TINTA ACRILICA	1573	2,000	342,4000	684,80
PONTO CERTO LTDA	TUBO ESGOTO PRIMÁRIO 50 MM	1573	12,000	8,6700	104,04
PONTO CERTO LTDA	TUBO SOLDÁVEL 20 MM	1573	30,000	2,1300	63,90
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ANDADOR DE ALUMINIO, DOBRÁVEL, INDICADO PARA OFERECER	1506	15,000	78,9000	1.183,50
	APOIO E AUXILIAR PESSOAS COM DIFICULDADES DE LOCOMOÇÃO, 7				
	NÍVEIS DE REGULAGEM DE ALTURA, 2 BARRAS CENTRAIS EM AÇO				
	GARANTEM MAIOR SEGURANÇA, CAPACIDADE 130 KG.				
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	COPO LONG DRINK EM ACRILICO COM CAPACIDADE DE 320 ML NA COR	1509	3.500,000	2,8500	9.975,00
	BRANCA, COM LOGO E ARTE NA COR VERMELHA, A SER DEFINIDA PELA				
	COORDENAÇÃO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA DA SECRETARIA DE				
	SAUDE CONFORME A CAMPANHA DE PREVENÇÃO DA AIDS A SER				
	REALIZADA NO DIA 1º DE DEZEMBRO.				
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ESTADIOMETRO FABRICADO EM ALUMINIO ANODIZADO, COM ESCALA	1506	2,000	147,5000	295,00
	SILKADA EM PTFG PROTEGIDA POR MEMBRANA DE PVC PARA EVITAR				
	QUE A ESCALA SE SOLTE PROLONGANDO A UTILIZAÇÃO DO SEU				
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	PRODUTO, 80 CM ATE 220 CM; RESOLUÇÃO EM MILÍMETROS.	1506	12,000	300,0000	3.600,00
	FOCO GINECOLOGICO ESPELHO, LAMPADA HALOGENA DE 20 WATTS				
	(VIDA LONGA), LUZ FRIA, HSTE FLEXIVEL, ALTURA VARIÁVEL, BASE COM				
	5 RODÍZIOS PARA MAIOR ESTABILIDADE, CORPO EM METAL				
	ESMALTADO, PINTURA EPOXI, VOLTAGEM: 110 OU 220 VOLTS.				
QUADROS RIBEIRO SERVIÇOS MEDICOS LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1525	1,000	200,0000	200,00
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA CERVICAL	1486	1,000	288,7500	288,75
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBAR	1486	4,000	268,7500	1.075,00
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE CRANIO	1486	1,000	268,7500	268,75
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE JOELHO	1486	2,000	268,7500	537,50
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE OMBRO	1486	1,000	268,7500	268,75
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A BLUMENAU - SC	1528	1,000	68,7500	68,75
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A BLUMENAU - SC	1542	4,000	72,6900	290,76
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A BLUMENAU - SC	1593	1,000	73,9800	73,98
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A CHAPECÓ - SC	1542	1,000	55,2900	55,29
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A CURITIBA - PR	1542	6,000	65,3466	392,08

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 11/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A CURITIBA - PR	1593	8,000	65,9700	527,76
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	1500	2,000	81,6100	163,22
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	1528	3,000	81,7900	245,37
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	1542	5,000	53,9700	269,85
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	1593	3,000	94,1260	282,38
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A JOINVILLE - SC	1500	2,000	94,7500	189,50
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A JOINVILLE - SC	1542	1,000	93,0700	93,07
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A JOINVILLE - SC	1593	4,000	93,9100	375,64
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A SÃO PAULO - SP	1500	4,000	135,6150	542,46
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	DENSITOMETRIA OSSEA	1491	1,000	170,0000	170,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	MAMOGRAFIA DIGITAL BILATERAL	1491	1,000	100,0000	100,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	RAIO X DE COLUNA LOMBO SACRA	1491	1,000	70,0000	70,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	RAIO X DE PÉ	1491	1,000	120,0000	120,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN TOTAL	1490	1,000	277,2600	277,26
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO SACRA	1489	1,000	101,1000	101,10
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO SACRA	1490	2,000	101,1000	202,20
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRANIO	1489	2,000	97,4400	194,88
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRANIO	1490	1,000	97,4400	97,44
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX	1489	1,000	136,4100	136,41
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX	1490	1,000	136,4100	136,41
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM ABDOMINAL	1492	1,000	140,0000	140,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE OMBROS ESQUERDO	1492	1,000	80,0000	80,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM DE OMBROS DIREITO E ESQUERDO	1492	1,000	160,0000	160,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	1492	1,000	80,0000	80,00
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	LICENCIAMENTO ANUAL	1547	1,000	62,1200	62,12
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	TAXAS	1493	1,000	102,1500	102,15
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	TAXAS	1494	1,000	153,2300	153,23
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEC	SEGURO DPVAT	1545	1,000	109,9600	109,96
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEC	SEGURO DPVAT	1546	1,000	109,9600	109,96
SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MOCHO BRANCA BANQUETA GIRATÓRIA COM ENCOSTO BASE INFERIOR COM 05 RODÍZIOS PARA FACILITAR A MOVIMENTAÇÃO DO MÉDICO COM MAIOR CONFORTO E PRECISÃO; -ENCOSTO NO FORMATO DE CORAÇÃO PARA UMA MAIOR PERFORMANCE ERGOMÉTRICA;-REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE DO ENCOSTO; -REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO OBTIDA ATRAVÉS DE UMA ALAVANCA LATERAL SITUADA SOB O ASSENTO COM VARIÁVEL ENTRE 46 A 58 CM DE ALTURA;- ALTURA DO ASSENTO VARIÁVEL ENTRE 62 A 73 CM;- COR: BRANCO; -PESO LÍQUIDO: 5,5 KG;	1508	1,000	320,0000	320,00
TRANSPORTES E TURISMO MANFREDI LTDA	TRANSPORTE	1591	1,000	400,0000	400,00
UNIC UNIDADE INTEG. DE CARDIOLOGIA E PEDI#	SERVIÇOS MÉDICOS DIVERSOS	1594	33,000	20,0000	660,00
UROMED - CLÍNICA DO APAR GENITO-URINARIO I	CONSULTAS NA ÁREA DE UROLOGIA	1538	1,000	300,0000	300,00
W.M. FOTOGRAFIAS LTDA - ME	FOTOGRAFIAS	1543	4,000	2,0000	8,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 12/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Acquirida	Preço Unitário	Preço Total
WALTER PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	PARABRISA	1592	1,000	120.0000	120,00
Total Geral do Mês ---->					227.640,63

EXTRATOS CONTRATOS MÊS DE DEZEMBRO 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

CNPJ: 82.743.832/0001-62

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 16/2014

Número do Processo: 160/2014

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 386

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA SOBRE CALÇAMENTO, EM RUAS DE ACESSO AO LOTEAMENTO FAEDO (RUAS ANILDO BLEICHWEL, RUA PROJETADA A, RUA CAPINZAL) NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO.

Data da Assinatura: 03/12/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/12/2014

Vigência: 03/12/2014 a 31/12/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 269.028,01

Forma de Pagamento: MEDIANTE LAUDO E NF

Contratado: CONSTRUTORA SOLO LTDA

CNPJ: 07.706.125/0001-80

Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 14/2014

Número do Processo: 91/2014

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 390/2014

Fundamento Legal:

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 207/2014, até 30 de janeiro de 2015, para executar a retirada de janelas de ferro e execução de tijolo vazado e tijolo aparente no ginásio de esportes Gentil Camargo Costa, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 04/12/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 04/12/2014

Vigência: 04/12/2014 a 30/01/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MAI COMERCIO E PREST.DE SERV.ELETRÔNICO LT-ME**CNPJ:** 07.936.711/0001-11**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 9/2012**Número do Processo:** 28/2012**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 415/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o Município resolve prorrogar o prazo de vigência do contrato original nº 152/2012 e seus aditivos, para o exercício de 2015, com vencimento em 31 de dezembro de 2015, para efetuar serviços de porteiro, vigia e monitoramento, conforme proposta padronizada, itens nº 1 e 2 do processo licitatório nº 28/2012.

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** AMPLAS NET PROVEDOR DE INTERNET LTDA**CNPJ:** 08.184.812/0001-46**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 36/2013**Número do Processo:** 80/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 414/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 252/2013 e seus aditivos, para o exercício de 2015, com vencimento em 31 de dezembro de 2015, para fornecimento de internet para as unidades de ensino e outros locais da Administração Municipal, conforme proposta padronizada

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EXPRESS SERVIÇOS LTDA ME - EXPRESS LIMPEZA**CNPJ:** 08.924.505/0001-54**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 9/2012**Número do Processo:** 28/2012**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 412/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o Município resolve prorrogar o prazo de vigência do contrato original nº 151/2012 e seus aditivos, para o exercício de 2015 com vencimento em 31 de dezembro de 2015, para efetuar serviços de porteiro, vigia e monitoramento, conforme proposta padronizada, itens nº 3, 4, 6 e 7, do processo licitatório nº 28/2012.

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 28/2013**Número do Processo:** 82/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 411/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 253/2013 e seus aditivos, para o exercício de 2015, com vencimento em 31 de dezembro de 2015, para a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do Contratante, dos softwares e sistemas constantes no anexo I do contrato original e demais especificações.

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2015**Vigência:** 04/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 4/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** GIROTTO SERVIÇOS DE LIMPEZA EPP**CNPJ:** 00.464.219/0001-41**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 20/2014**Número do Processo:** 40/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 410/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 163/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 31 de dezembro de 2015, para prestação de serviços de limpeza e conservação a serem realizados nas dependências do terminal rodoviário de Campos Novos.

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** CLARO S.A.**CNPJ:** 40.432.544/0001-47**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 68/2014**Número do Processo:** 143/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 409/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 348/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 31 de dezembro de 2015, para prestação de serviço de telefonia móvel pessoal para atender a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias do Município de Campos Novos, conforme especificações no termo de referência, integrante do edital do Pregão 68/2014.

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 5/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Dezembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A.**CNPJ:** 83.483.230/0001-86**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 37/2013**Número do Processo:** 111/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 408/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 337/2013, para o exercício de 2015, com vencimento em 31 de dezembro de 2015, para prestação de serviços de impressão, cópia e digitalização, com fornecimento de equipamentos, suprimentos, software de gerenciamento de impressões, software de controle e gerenciamento de documentos e assistência técnica, para Prefeitura, Autarquias, Fundos e Fundações do Município de Campos Novos, conforme serviços e equip

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**CNPJ:** 76.323.633/0001-00**Modalidade:** Concorrência p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 3/2012**Número do Processo:** 176/2012**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 407/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 60/2013, para o exercício de 2015, com vencimento em 31 de dezembro de 2015, para coleta, transporte e tratamento (reciclagem) de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos do município e a disposição final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, através de operação, manutenção e monitoramento de aterro sanitário, destruição térmica ou outra tecnologia ambiental aceita pelos órgãos ambient

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 6/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Dezembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INF LTDA**CNPJ:** 04.072.953/0001-16**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 18/2014**Número do Processo:** 37/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 406/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria da Educação, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 89/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 31 de dezembro de 2015, para contratação de empresa especializada na implantação e manutenção de sistema de administração escolar para as unidades escolares da rede municipal de ensino e Secretaria Municipal de Educação.

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** CN SYSTEM INFORMATICA LTDA**CNPJ:** 04.966.414/0001-20**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 4/2013**Número do Processo:** 8/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 405/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 16/2013, para o exercício de 2015, com vencimento em 31 de dezembro de 2015, para manutenção em computadores, instalação e configurações de sistemas operacionais (windons e linux), instalação e configurações de aplicativos, atualizações de sistemas Betha, suporte á usuários, prestados no prédio da Prefeitura municipal de Campos Novos, Secretaria de Obras, Secretaria de Agricultura, Procon, Conselho Tutel

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 7/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.**CNPJ:** 59.104.273/0001-29**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 2/2014**Número do Processo:** 100/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 404/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 204/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 30/06/2015, para aquisição de veículos acessíveis de transporte escolar diário de estudantes, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico identificado no preâmbulo, no respectivo Termo de Referência e proposta vencedora, independente de transcrição.

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 30/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE - ME**CNPJ:** 14.682.896/0001-40**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 5/2014**Número do Processo:** 118/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 403/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 257/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 30/06/2015, para aquisição de mobiliário, eletrodomésticos e brinquedos internos, para equipar a Creche Pe. Amando de Costa. Programa Pro - Infância.

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 30/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 8/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**CNPJ:** 09.053.748/0001-27**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 5/2014**Número do Processo:** 118/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 402/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 256/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 30/06/2015, para aquisição de mobiliário, eletrodomésticos e brinquedos internos, para equipar a Creche Pe. Amando de Costa. Programa Pro - Infância.

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 30/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** PAULINEIA LOTTERMANN REIS**CNPJ:** 10.936.352/0001-07**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 5/2014**Número do Processo:** 118/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 401/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 255/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 30/06/2015, para aquisição de mobiliário, eletrodomésticos e brinquedos internos, para equipar a Creche Pe. Amando de Costa. Programa Pro - Infância

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 30/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 9/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ONSER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA**CNPJ:** 83.411.025/0001-05**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 9/2013**Número do Processo:** 22/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 413/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 138/2013, para o exercício de 2015, com vencimento em 31 de dezembro de 2015, para efetuar serviços de monitoramento, atendimento tático no Sine, Conselho Tutelar, Grupo Escolar de Campos Novos, Escola Itinerante, Creche Jubileu de Prata, Pré Escola Caminho do Futuro, Secretaria Municipal da Educação, Grupo Esc. Marilene Rupp Bagatini, Caic Ed. Infantil, Caic - ensino fundamental, Unidade Ed. Compl. Elie

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** MILANFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAM**CNPJ:** 86.729.324/0002-61**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 4/2014**Número do Processo:** 117/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 399/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 236/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 30/06/2015, para aquisição de mobiliário e colchonetes para creches em atendimento as entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme especificações e condições previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 31/2013, e nos respectivos termo de referência

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 30/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 10/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** LOJAS VOLPATO LTDA**CNPJ:** 88.957.659/0052-21**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 22/2014**Número do Processo:** 153/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 400/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 363/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 30/06/2015, para aquisição de equipamentos permanentes (refrigerador e batedeira) para funcionamento da creche Pe. Armandinho de Costa. Conforme Lei 8.666/93, Artigo 24, Inciso V.

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 30/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** DIGI - TRON - INSTRUMENTOS DE PESAGEM LTDA**CNPJ:** 01.970.368/0001-45**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 116/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 391/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 229/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 30/06/2015, para aquisição de equipamento(s) para cozinhas e refeitórios escolares, visando reequipar/modernizar as escolas das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao projeto de acordo com a legislação específica vigente, em atendimento

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 30/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 11/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ELECTROLUX DA AMAZONIA LTDA**CNPJ:** 02.421.684/0002-01**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 116/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 393/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 230/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 30/06/2015, para aquisição de equipamento(s) para cozinhas e refeitórios escolares, visando reequipar/modernizar as escolas das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao projeto de acordo com a legislação específica vigente, em atendimento

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 04/12/2014 a 30/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ML & HL COMERCIAL LTDA**CNPJ:** 14.549.147/0001-40**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 116/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 394/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 232/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 30/06/2015, para aquisição de equipamento(s) para cozinhas e refeitórios escolares, visando reequipar/modernizar as escolas das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao projeto de acordo com a legislação específica vigente, em atendimento

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 30/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 12/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Dezembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SOLUCAO INOX COMERCIO, MANUTENCAO E LOCACAO DE EQU**CNPJ:** 06.137.445/0001-02**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 116/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 395/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 233/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 30/06/2015, para aquisição de equipamento(s) para cozinhas e refeitórios escolares, visando reequipar/modernizar as escolas das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao projeto de acordo com a legislação específica vigente, em atendimento

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 30/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** EQUI-PORT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOTELEIROS EIRE**CNPJ:** 55.924.054/0001-35**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 116/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 396/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 231/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 30/06/2015, para aquisição de equipamento(s) para cozinhas e refeitórios escolares, visando reequipar/modernizar as escolas das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao projeto de acordo com a legislação específica vigente, em atendimento

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 30/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 13/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** WTEC MOVEIS E EQUIPAMENTOS TECNICOS LTDA**CNPJ:** 05.634.834/0001-72**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 116/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 392/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 234/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 30/06/2015, para aquisição de equipamento(s) para cozinhas e refeitórios escolares, visando reequipar/modernizar as escolas das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao projeto de acordo com a legislação específica vigente, em atendimento

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 30/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA**CNPJ:** 03.377.072/0001-40**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 21/2014**Número do Processo:** 152/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 387/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 351/2014, até 30 de janeiro de 2015, para conclusão da obra de infraestrutura incluindo pavimentação com pedra basalto, drenagem pluvial, sinalização e passeios, no Loteamento Faedo - Projeto PAC II - Urbanização.

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 30/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 14/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 9/2014**Número do Processo:** 70/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 388/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 162/2014, até 30 de janeiro de 2015, para execução de obras de pavimentação asfáltica e recapeamento de pavimentação asfáltica com drenagem pluvial nas ruas Walter Andonini, Cel Pedro Carlos, Caetano Carlos e Cel Pedro Carlos Stefanis, conforme especificações do projeto básico. Recursos: Orçamento Geral da União - Termo de Compromisso nº 1007749-16/2013 - Minis

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 30/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 64/2013**Número do Processo:** 168/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 389/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 452/2013, até 30 de janeiro de 2015, para execução de obra de drenagem pluvial e pavimentação das Ruas Coronel Farrapo, Caetano Carlos, Nereu Ramos e Coronel Lucidoro, conforme projeto básico.

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 30/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 15/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**CNPJ:** 21.306.287/0001-52**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 4/2014**Número do Processo:** 117/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 398/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 235/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 30/06/2015, para aquisição de mobiliário e colchonetes para creches em atendimento as entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme especificações e condições previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 31/2013, e nos respectivos termo de referência

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 30/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** BRASFILTER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**CNPJ:** 53.437.406/0001-00**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 116/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 397/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 228/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 30/06/2015, para aquisição de equipamento(s) para cozinhas e refeitórios escolares, visando reequipar/modernizar as escolas das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao projeto de acordo com a legislação específica vigente, em atendimento

Data da Assinatura: 04/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/12/2014**Vigência:** 04/12/2014 a 30/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 16/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Dezembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** TRANSPORTES LUCHETTA LTDA**CNPJ:** 02.871.638/0001-23**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 445/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar de alunos do Reassentamento Gerasul, linha Walter, fazenda Paraíso, Fazenda Ouro Preto, fazenda Nelson Viater, fazenda Gervasio, fazenda Rigo e Boa Esperança até as escolas Rafael Dal Pai e CEIM Pato Donald, nos períodos matutino e vespertino, com veículo de no mínimo 15 lugares, percorrendo 171,2 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** TRANSPORTES LUCHETTA LTDA**CNPJ:** 02.871.638/0001-23**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 40/2014**Número do Processo:** 84/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 446/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar de alunos da Fazenda Terra e Sol, Fazenda Dalloglio, Fazenda Altair Inacio, Fazenda Gerwal, Fazenda Vilson Almeida, Daniel Sá Brito, Marcio Luchetta, Ildo Gauger, Luiz Padilha, Teresinha Moreira, Itamar Valter, Fazenda Paraíso para EIM Professora Maria Gorete Delavi, período vespertino percorrendo 99,8 km diários, ida e volta, com veículo

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 17/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Dezembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** DECIO FRANA**CNPJ:** 76.546.381/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 455/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar Escola Itinerante duas vezes saindo do Assentamento 30 de Outubro, Ass. Umatá, residência Sr Carlos Silva, Sr. Claudinei Campanha até a escola Isolada, período matutino/vespertino, com veículo de no mínimo 15 lugares, percorrendo 33 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** TRANSKORB TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME**CNPJ:** 76.367.135/0001-51**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 447/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar de alunos da Barreira Sanitária, Encruzilhada, com pontos na BR 282, até as escolas Paulo Blasi, EEB Henrique Rupp, Caic, no período matutino com veículo de no mínimo com 47 lugares, percorrendo 87,7 Km

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 18/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TRANSKORB TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME**CNPJ:** 76.367.135/0001-51**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 448/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar de alunos com início na fazenda Boa Vista (Cameiro), Vilmar Branco, SC 458, linha Faé, até a escola Isolada Encruzilhada, no período matutino, com veículo de no mínimo 15 lugares, percorrendo 98 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** TRANSKORB TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME**CNPJ:** 76.367.135/0001-51**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 449/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar da Barreira Sanitária, Encruzilhada passando pela linha Faé para as escolas Paulo Blasi, no período noturno com veículo de no mínimo de 39 lugares, percorrendo 92 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 19/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** VALDUGA E DE OLIVEIRA LTDA ME**CNPJ:** 15.210.280/0001-30**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 8/2014**Número do Processo:** 19/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 450/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar saindo do Termas Leonense/Barra do Leão para EEB Mater Dolurum, Ceja e Senai, no período noturno com veículo de no mínimo 9 lugares, cumprindo o itinerário diário (ida e volta), de 34,4 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ROGERIO FERRAZ ME**CNPJ:** 08.753.603/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 8/2014**Número do Processo:** 19/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 451/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar percorrendo a Linha Goes, Joaquim Cordeiro, Vilmar de Deus, Reni Gonçalves, Dal Pai, Leocir Matos, Pelissari Ademir Branco Sobrinho), Pedro Rostirola, Dom Bosco até EEB Nadir Becker no município de Brunópolis, retomando pela BR 282 e SC 456, com veículo de no mínimo 15 lugares, cumprindo o itinerário diário (ida e volta), de 95,3 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 20/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TRANSPORTE E TURISMO MANFREDI S/A**CNPJ:** 84.935.402/0001-78**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 452/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar por concessionária exclusiva de serviço público de transporte coletivo para alunos do ensino fundamental, amparado na Lei 8.666/93, Artigo 25. Referente aos itens 01 e 02.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ALCIDES LUIZ SANTIN - ME**CNPJ:** 00.330.105/0001-09**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 453/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar linha fazenda Sarandi, Santa Rita, residência do Sr. Antonio Duarte, Sr. Gris, Sr. Lemos e Assentamento Betinho para a escola EEB Profª Antonia Correa Mendes, no período matutino e vespertino com veículo de no mínimo 15 lugares, percorrendo 132,5 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 21/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** DECIO FRANA**CNPJ:** 76.546.381/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 454/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar iniciando na propriedade do Sr. Nevio Oliveira, passando por Dirceu Padilha, Neimar Caligari, Adilson Grassi até o ponto de ônibus no distrito da Encruzilhada, retomando para a propriedade de Sergio da Silva, Gerson Santos, Volmir Moraes, Dirceu Padilha, Mauricio Pereira, Valdecir Padilha, Samuel Fernandes até a EIM Encruzilhada, per

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** DECIO FRANA**CNPJ:** 76.546.381/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 456/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar saindo do Assentamento 30 de Outubro, próximo ao posto da Polícia Rodoviária Federal para E.I. Padre Jósimo Tavares, residência do Sr. Renato, Piovesan, Antonio Pedroso, prox. residência do Sr. Boita retomando a escola Padre Jósimo Tavares, período matutino e vespertino, com veículo de no mínimo 09 lugares, percorrendo 82 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 22/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EDOVALDO PIANA RAMOS DA CUNHA**CNPJ:** 08.657.924/0001-77**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 463/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar da Bela Vista, Assentamento Betinho, Fazenda Roveda, sítio Oliveira, Bela Vista até a Escola Paulo Blasi, Apae e Gasparino em Campos Novos com veículo de no mínimo 15 lugares, período vespertino, percorrendo 81,4 Km

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 67/2014**Número do Processo:** 142/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 458/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar para alunos da comunidade de São Simão Panho, São Francisco, residência Sr. Pestana, Assentamento Enercan, Sr. Ezidro Manfroi para o Caic Professora Nair da Silva Gris, EEB Henrique Rupp, EEB Paulo Blasi e Apae no período matutino, percorrendo 125 km diários com veículo de no mínimo 39 lugares.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 23/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 459/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar para a Escola Jose Faria Neto e Escola Isolada Corredeira, Ibicui, Vila Libino, trevo Marta, Encruzilhada da Sra. Maria Santa, Mercado Wilpert até a Creche Cebolinha, no período matutino e vespertino, com veículo de no mínimo 40 lugares, percorrendo 80,60 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 460/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar da Escola São Simão, percorrendo Ass. Vitória, fazenda Manica, fazenda Cassiano até a Escola São Simão, sendo que duas vezes por semana no mesmo trajeto leva alunos da Escola Itinerante, com veículo de no mínimo 15 lugares, percorrendo 115,5 km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 24/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 461/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar de alunos percorrendo residência da Sra. Ivonete Pasquali, São Francisco, Ass. Vitória, Reassentamento Enercan, São Simão até a escola Paulo Blasi e Ceja em Campos Novos, no período noturno, veículo de no mínimo 15 lugares, percorrendo 75,20 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 52/2013**Número do Processo:** 152/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 462/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar linha do Ibicui, Vila Remoca, Vila Libino para Campos Novos, para as escolas: Ceja, Unoesc, Unopar, EMEF Santa Julia Billiart, percorrendo 56 km (ida e volta), no período noturno, com veículo de no mínimo 40 lugares.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 25/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EDOVALDO PIANA RAMOS DA CUNHA**CNPJ:** 08.657.924/0001-77**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 464/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar alunos do ensino médio, fazenda Sergio Gris, fazenda São Pedro Sarandi, Bela Vista até a escola Paulo Blasi, Ceja e Gasparino, com veículo de no mínimo 15 lugares, noturno, percorrendo 72,8 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** EDOVALDO PIANA RAMOS DA CUNHA**CNPJ:** 08.657.924/0001-77**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 465/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar de alunos para as escolas Gasparino Zorzi, Paulo Blasi, Apae e Caic, Dércio Andreazza, Bela Vista, com veículo de no mínimo 15 lugares no período matutino, percorrendo 63,6 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 26/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JOAO DIOGENES FAGUNDES - ME.**CNPJ:** 00.975.244/0001-90**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 466/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar para distrito do Ibicuí, fazenda Triunfo, fazenda Palmeira, fazenda Aguapé, Usina, Vila Libino, Vila Seca, Vila Gazarra para as escolas Cebolinha e EEB Jose Faria Neto, no período matutino e vespertino com veículo de no mínimo 09 lugares, percorrendo 107 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** JOAO DIOGENES FAGUNDES - ME.**CNPJ:** 00.975.244/0001-90**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 467/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar de alunos, percorrendo Dom Bosco, residência do Sr. Joaquim Cordeiro, Sr. Dalssoto, Sr. João Gaúcho, Sra. Pureza, divisa do município de Monte Carlo, linha Goes para a Escola Rafael Dal Pai e Pato Donald, nos períodos matutino e vespertino, com veículo de no mínimo 9 lugares, percorrendo 90,4 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 27/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** LUIZ MOREIRA - ME**CNPJ:** 81.372.369/0001-27**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 468/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar percorrendo fazenda Gervasio com percurso fazenda Santo Antonio, fazenda Manfroí e fazenda Postinho no período matutino e vespertino com veículo de no mínimo 09 lugares, percorrendo 122,8 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** TRANSPORTES LUCHETTA LTDA**CNPJ:** 02.871.638/0001-23**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 36/2014**Número do Processo:** 75/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 444/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar percorrendo fazenda Gervasio (Camila Gervasio) fazenda Ouro Preto (Josi, José, Rodrigo), Sr. Itacir Deluca (Bruna), no período matutino, fazenda Gervasio para Gerasul, com veículo de no mínimo 12 lugares, cumprindo o itinerário diário de 47,4 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 28/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PERDONCINI TRANSPORTES ESCOLARES LTDA - ME**CNPJ:** 08.575.249/0001-37**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 54/2014**Número do Processo:** 113/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 469/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar de alunos iniciando na Fazenda Gerwal, residência do Sr. Amandio Carvalho, Espinilho, Altitor da Silva, Gervásio Comikivek, Villibaldo até a EEB Paulo Blasi, no período noturno, com o veículo de no mínimo 32 lugares, cumprindo o itinerário diário (ida e volta), de 112,60 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** DECIO FRANA**CNPJ:** 76.546.381/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 457/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar para alunos da comunidade Pito Aceso, escola São Simão Panho, Assentamento Vitória, Reassentamento Enercan, Fazenda Estrela 2 até o Colégio Paulo Blasi do ensino inovador, com veículo de no mínimo 15 lugares, período vespertino, 3 vezes por semana, percorrendo 58,12 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2015**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 29/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TRANSPORTES LUCHETTA LTDA**CNPJ:** 02.871.638/0001-23**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 22/2013**Número do Processo:** 64/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 443/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar percorrendo a Fazenda Gerwal, Valdeir Teles, França, Sá Brito, Sebastião Vieira, Antonio Pereira para EBB Paulo Blas e EBB Coronel Gasparino Zorzi, no período vespertino para quatro vezes na semana, linha com 53 km por dia.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** GRINGO BORGES TRANSPORTES LTDA**CNPJ:** 06.171.795/0001-87**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 428/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar Encruzilhada Surdi, residência Grippa, residência Boff, residência Zambom, residência Moretti, linha Galdina, Encruzilhada Ponte, estrada geral, passando no ponto de ônibus da Cohab retornando para o GE Andre Rebouças, matutino e vespertino, com veículo de no mínimo 15 lugares, percorrendo 46 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 30/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PERDONCINI TRANSPORTES ESCOLARES LTDA - ME**CNPJ:** 08.575.249/0001-37**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 25/2014**Número do Processo:** 51/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 441/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar iniciando na residência do Sr. Perdoncini, Espinilho, Sr. Vilmar Walter, Sr. Tranquillo Camiel, Fazenda Foppa, aluna Rita Kemer, Sr. Joel Tibola, Gilmar Di Domenico, aluno Luiz Di Domenico também percorrendo fazenda Sr. Chico Chiochetta, fazenda Postinho, Sr. Multo, até as escolas Gasparino, Henrique Rupp, Caic e Paulo Blasi, período m

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ADRIANO PEREIRA DA SILVA - ME**CNPJ:** 07.756.495/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 41/2013**Número do Processo:** 125/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 416/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para alunos da Ponte do Leão, Fazenda Águas Claras, aluna Ana Paula Canani, Fazenda Lebrinha (Mirco Pletsch), aluno Adielson e Ediliane, Parque de Exposições, Cooperativa Coacer, Estrutural Zortéa, para a Escola Estadual Henrique Rupp Junior, Caic Professora Nair da Silva Gris, Escola Estadual Paulo Blasi, no período matutino, com veículo de no mínimo 29 lugares

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,95**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 31/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ADRIANO PEREIRA DA SILVA - ME**CNPJ:** 07.756.495/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 25/2014**Número do Processo:** 51/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 417/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para alunos da EBB Paulo Blasi, Inovador e da Escola Itinerante/núcleo sede, para BRF, Caldo de Cana, propriedade de Ivo Zambom, no período vespertino, percorrendo 19,7KM diários (só ida), 4x por semana, com veículo de no mínimo 32 lugares. Com reajuste de 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, o valor passa a ser R\$ 2,95 (dois re

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2015**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,95**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** ADRIANO PEREIRA DA SILVA - ME**CNPJ:** 07.756.495/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 418/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, transporte escolar da Guarita, Encruzilhada do Assentamento Umaita, Fazenda Retori, Parque de Exposições, Estrutural Zortea para EEB Henrique Rupp Junior, Caic Professora Nair da Silva Gris, EEB Paulo Blasi, no período vespertino, com veículo com no mínimo 29 lugares. Com reajuste de 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, o valor

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,95**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 32/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Dezembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ALDA VAGNER TRANSPORTES - ME**CNPJ:** 08.546.257/0001-55**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 8/2014**Número do Processo:** 19/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 419/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, transporte escolar da Transporte Escolar saindo de São José, Canhadão, Encruzilhada Monte Verde, Pinhal Preto, Caxambu, sede do Humaitá para a EBB Paulo Blasi no período noturno, com veículo de no mínimo 15 lugares, cumprindo o itinerário diário (ida e volta), de 73 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ANTONIO VALMOR DE MELLO -ME- JAINE TRANSPORTES**CNPJ:** 10.602.485/0001-47**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 22/2013**Número do Processo:** 64/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 420/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, transporte escolar, percorrendo a residência de Valmor Melo, Facin, Kaue Facin, Carine, Denize, Sandra Ramos, Tatiane dos Santos, Adelino Crescela, Jenifer Valter e Maneco Massom até a divisa do município de Erval Velho, no período vespertino, com veículo no mínimo de 12 lugares, cumprindo o itinerário diário (ida e volta), de 34,4 km diários.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 33/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Dezembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ANTONIO VALMOR DE MELLO -ME- JAINE TRANSPORTES**CNPJ:** 10.602.485/0001-47**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 8/2014**Número do Processo:** 19/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 421/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, transporte escolar da residência de Valmor Mello, residência Casildo Fachin, Sra Maria Nunes, Sr. Canizio Klinst, Sr. Godoy, Sr. Pedro Padilha, Sr. Maneco Masson para a EIM Profª Lides Titon, no período matutino e vespertino, com veículo de no mínimo 12 lugares, cumprindo o itinerário diário (ida e volta), de 78 km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** CARLOS EMILIO MACHADO**CNPJ:** 83.016.907/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 422/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar percorrendo fazenda São Sebastião, Fazenda Zé Cristino, Fazenda Bom Retiro, Granja Engenho, Fazenda Athos de Almeida, Fazenda Adão Souza até a escola Andreia Durigon, percorrendo residência do Sr. Pedro Rocha até a escola Garani, no período vespertino, com veículo de no mínimo 15 lugares, percorrendo 61 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 34/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** DECIO FRANA**CNPJ:** 76.546.381/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 423/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar do Assentamento Humaitá, Assentamento 30 de Outubro para as escolas Apae em Campos Novos, período vespertino, com veículo de no mínimo 09 lugares, percorrendo 40,6 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** DECIO FRANA**CNPJ:** 76.546.381/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 424/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar da residência do Sr. Ico Lopes, passando pela fazenda Ponche Verde, fazenda Betão, Sr Loreci Lopes, Nilza Camargo, fazenda Camargo até a escola Paulo Blasi e Henrique Rupp Junior, período matutino, com veículo de no mínimo 12 lugares.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 35/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 31/2013**Número do Processo:** 100/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 425/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar de alunos da linha São Francisco, percorrendo a residência do Sr. Scapini, Sr. Celso Souza e condomínio para a E.E.B. Paulo Blasi e Ceja, no período noturno, com veículo de no mínimo 12 lugares, percorrendo 102 km diários.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ERNESTO MORAIS DOS SANTOS - ME**CNPJ:** 07.769.616/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 426/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar iniciando da residência do Sr. Pedro Rostirola, Sr. Vadezir Tormem, comunidade Dom Bosco, Sr. Cadóri Pegoraro, fazenda Santa Ana, Sr. Juca Branco, Sr. Joaquim Cordeiro até a escola Rafael Dal Pai, com veículo de no mínimo 09 lugares, períodos matutino e vespertino, percorrendo 86 km diários.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 36/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TRANSPORTES LUCHETTA LTDA**CNPJ:** 02.871.638/0001-23**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 442/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar da Vila Valtier e Reassentamento Gerasul, fazenda Terra e Sol, fazenda Chiodi, entrada da Vargem até a fazenda Gerwal, Aqua Campestre, Posto Schel, para as escolas Gasparino Zorzi, Henrique Rupp Junior, Caic professora Nair da Silva Gris, EEB Paulo Blasi, no período matutino, com veículo com no mínimo 39 lugares, percorrendo 99,2 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** GRINGO BORGES TRANSPORTES LTDA**CNPJ:** 06.171.795/0001-87**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 427/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar linha Martelo, Sr Marcos Borges, Florão da Serra, Sr. Valdecir Amalcaburio, Sr. Rosseti para o GE Andre Rebouças, período matutino e vespertino, com veículo de no mínimo 15 lugares, percorrendo 64 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 37/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JOAQUIM CELIO MENA BARRETO BARRETO TRANSPORTES**CNPJ:** 11.876.519/0001-54**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 429/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar para a escola isolada São Simão, Bahia, Panho, percorrendo São Francisco com alunos da itinerante, residência do Sr. Jango Maciel e dos senhores Domingos Pinto e Chico Maciel, até a residência do Sr. Celso de Souza, portão do condomínio, Encruzilhada do Sr. Pasquali, no período matutino e vespertino com veículo de no mínimo 09 lugares,

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** JOÃO CARNIEL FILHO**CNPJ:** 07.762.548/0001-18**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 67/2014**Número do Processo:** 142/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 430/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar dos alunos do Espininho, Serraria Weiss, para EMEF Novos Campos, CEIM Marilene Rupp Bagatini, EEB Henrique Rupp Junior, Caic Profª Nair da Silva Gris, EEB Paulo Blasi, no período vespertino, com veículo de no mínimo 15 lugares percorrendo 72,5 km diários.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 38/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JOAO DIOGENES FAGUNDES - ME.**CNPJ:** 00.975.244/0001-90**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 22/2013**Número do Processo:** 64/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 431/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar percorrendo a residência de Rogério Cruz, Ponte Valderi Serpa, Virgílio Veiga, Ana Alice, entrada Ceni, alunos especiais do Distrito de Dal Pal para o município de Monte Carlo/SC nas escolas: EBB professora Virgínia P. Silva Gonçalves e Apae, no período matutino, com veículo de no mínimo 09 lugares, percorrendo 38 km diários.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** LUCAS HENRIQUE LUTKEMEYER GONZATTO**CNPJ:** 09.477.143/0001-63**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 432/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar saindo da Lanchonete Garrais, fazenda Manfroi, Sr. Nelson Bess, Aparecidinha, fazenda Foppa, sítio Klein, Sr. Sergio Luvison, britador, linha Piana para a escola Antonia Correia Mendes e Creche Menino Jesus no distrito de Bela Vista, nos períodos matutino e vespertino, com veículo de no mínimo 15 lugares, percorrendo 157,1 km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 39/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MARILEIA SÁ BRITO MACIEL**CNPJ:** 08.862.695/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 433/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar iniciando na Serraria Pacheco, residência da Sra. Vilma Thibes, Sr. Davi Ribeiro, Sr. José Ribeiro, Sr. Coroneti, Sr. Florindo Antunes para a escola Carlolina C. Antunes, passando pela residência de Maurício Tibes, Roberto Carniel, Chico Marciano indo novamente para escola Carlolina C. Antunes no período vespertino com veículo de no mín

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** MARILEIA SÁ BRITO MACIEL**CNPJ:** 08.862.695/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 434/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar iniciando no sítio Bom Jesus, Serraria Pacheco, fazenda Dalloglio, Valdevino Ribeiro, BR 470 para as escolas Paulo Blasi, Gasparino e EEB Henrique Rupp Junior no período vespertino, com veículo de no mínimo 15 lugares, percorrendo 63,75 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2015**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 40/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MARCELO PERTILLE - ME**CNPJ:** 07.735.231/0001-92**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 25/2014**Número do Processo:** 51/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 435/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar do trevo do reassentamento Nova Machadinho, trevo Monte Carlo, Sr. Picoli, BR 470 até trevo da Vargem, Sr. Chico Camargo, para as escolas Gasparino, Henrique Rupp Junior, Paulo Blasi e Caic, período matutino, com veículo de no mínimo 32 lugares- percorrendo 103,6 km diários.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** MARCELO PERTILLE - ME**CNPJ:** 07.735.231/0001-92**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 436/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar de alunos percorrendo a residência Laurindo Penaforte, Reassentamento Nova Machadinho, Coperboa, Sr Ailton de Souza, BR 470 para a escola Paulo Blasi e Ceja em Campos Novos, no período noturno, veículo com no mínimo 15 lugares, percorrendo 86 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 41/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MARCELO PERTILLE - ME**CNPJ:** 07.735.231/0001-92**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 25/2014**Número do Processo:** 51/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 437/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar para alunos do reassentamento Nova Machadinho, iniciando na escola Paulo Blasi, ensino Inovador) BR 470, residência do Sr. Penaforte, Sr. Picoli, com veículo de no mínimo 15 lugares 03 vezes por semana, período vespertino, percorrendo 39,5 km diários.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** MARCELO PERTILLE - ME**CNPJ:** 07.735.231/0001-92**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 438/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar percorrendo residência do Sr. Paulo Matos, Reassentamento Nova Machadinho, BR 470 até a Granja dos Pinheiros, Sr. Eleoni Antunes, indo para a escola São João dos Campos Novos, com veículo de no mínimo 15 lugares, no período vespertino, percorrendo 45,9 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 42/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** NILSO MORAES DOS SANTOS - MCTF**CNPJ:** 06.129.226/0001-73**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 439/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar da residência do Sr. Chiquinho, Sr. Dalssoto, Tio Quim, Sr. Preto, Sr. Luiz Rigo, comunidade de Boa Esperança, Sr. Vilmar Tornem, Sr. Sandro Dementoves, Sr. Ciso, Coperboa até a escola Rafael Dal Pai, com veículo de no mínimo 09 lugares, período matutino e vespertino, percorrendo 124 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** PADILHA TRANSPORTES ESCOLARES LTDA ME**CNPJ:** 11.846.616/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 25/2014**Número do Processo:** 51/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 440/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar iniciando da Fazenda Canaã, Fazenda Araucaria 2, residência Sr. Davi Manfroí, fazenda Modelo, Posto Costanera, Pito Aceso, Fazenda Italo Boff, Fazenda São Sebastião até a Escola Paulo Blasi, Caic e Escola Henrique Rupp, com veículo de no mínimo 53 lugares, período matutino - 154 km diários.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 43/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PLM TRANSPORTES LTDA**CNPJ:** 85.143.964/0001-41**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 470/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar iniciando da fazenda do Sr. Jose Argenta, Usina Velha, Lesta Noriller, Sr Batistela até as escolas Caic, Paulo Blasi e Henrique Rupp Junior , período vespertino, com veículo de no mínimo 15 lugares, percorrendo 62 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** PLM TRANSPORTES LTDA**CNPJ:** 85.143.964/0001-41**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 471/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, para transporte escolar iniciando da residência do Sr. Gentil dos Santos, indo até Sr. Valdir Antunes, Espigão Branco, até a Escola Jose Faria Neto nos períodos matutino e vespertino com veículo de no mínimo 12 lugares, percorrendo 85,8 Km.

Data da Assinatura: 09/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/12/2014**Vigência:** 09/12/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 44/44

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ALDA VAGNER TRANSPORTES - ME**CNPJ:** 08.546.257/0001-55**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 371/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) por km, para R\$ 2,94 (dois reais e noventa e quatro centavos), por km da linha 5.

Data da Assinatura: 30/12/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/12/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,94**Forma de Pagamento:** mensal

EXTRATOS CONTRATOS SAÚDE - OUTUBRO A DEZEMBRO/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 159/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA
Valor.....: 22.700,00 (vinte e dois mil e setecentos reais)
Vigência.....: Início: 13/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação.....: Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2014
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE CHAPEAÇÃO E PINTURA PARA MANUTENÇÃO DE VEICULOS PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS NOVOS- SC.
Campos Novos, 23 de Dezembro de 2014

Contrato Nº.: 160/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA
Valor.....: 585,00 (quinhentos e oitenta e cinco reais)
Vigência.....: Início: 22/10/2014 Término: 31/12/2014
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: As partes ratificam o valor do contrato original constante no originário do Processo Licitatório 31/2013 - Modalidade PP 23/2013 de 08/08/2013, aditivando mais um link para o Posto de Saúde Jardim Bela Vista/Conjunto Integração.
Campos Novos, 23 de Dezembro de 2014

Contrato Nº.: 161/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: CONSTRUTORA SOLO LTDA
Valor.....: 1,00 (um real)
Vigência.....: Início: 10/11/2014 Término: 27/02/2015
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: As partes ratificam o prazo do contrato original constante no originário do Processo Licitatório 16/2014 - Modalidade TP 01/2014 de 21/02/2014, prorrogando-o até o dia 27 de Fevereiro de 2015.
Contrato Nº.: 162/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: CONSTRUTORA SOLO LTDA
Valor.....: 1,00 (um real)
Vigência.....: Início: 10/11/2014 Término: 31/12/2014
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: As partes ratificam o prazo do contrato original constante no originário do Processo Licitatório 38/2014 - Modalidade TP 04/2014 de 23/05/2014, prorrogando-o até o dia 30 de Dezembro de 2014.
Campos Novos, 23 de Dezembro de 2014

Contrato Nº.: 163/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: AUTO POSTO TROPEIRO LTDA
Valor.....: 45.948,00 (quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e oito reais)
Vigência.....: Início: 14/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2014
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: 15.000 litros de combustível com valor unitário de R\$ 3,02 (três reais e dois centavos) e valor total de R\$ 45.300,00 (quarenta e cinco mil e trezentos reais).

10 unidades de combustível com valor unitário de R\$ 64,80 (sessenta e quatro reais e oitenta centavos) e valor total de R\$ 648,00 (seiscentos e quarenta e oito reais).

Campos Novos, 23 de Dezembro de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 164/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: AUTO MECANICA CD LTDA
Valor.....: 18.652,90 (dezoito mil seiscentos e cinqüenta e dois reais e noventa centavos)
Vigência.....: Início: 21/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação.....: Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2014
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS SPRINTER MIM 2024, SPRINTER MFL 9978 E MASTER MJB 2821 PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS NOVOS- SC.
Campos Novos, 23 de Dezembro de 2014

Contrato Nº.: 165/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: CONSTRUTORA DECA LTDA - EPP
Valor.....: 5.795,20 (cinco mil setecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos)
Vigência.....: Início: 01/12/2014 Término: 31/12/2014
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2014
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: O valor do contrato original será acrescido de R\$ 5.795,20 referente a necessidade de alteração do acesso ao posto de saúde do Bairro Jardim Bela Vista - São José Operário e da necessidade da alteração de lugar dos quadros de medição de luz e água.
Contrato Nº.: 166/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: CONSTRUTORA DECA LTDA - EPP
Valor.....: 1,00 (um real)
Vigência.....: Início: 04/12/2014 Término: 27/02/2015
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2014
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: As partes ratificam o prazo do contrato original constante no originário do Processo Licitatório 53/2014 - Modalidade TP 05/2014 de 30/09/2014, prorrogando-o até o dia 27 de Fevereiro de 2015.
Campos Novos, 23 de Dezembro de 2014

Contrato Nº.: 167/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: CONSTRUTORA DECA LTDA - EPP
Valor.....: 28.929,24 (vinte e oito mil novecentos e vinte e nove reais e vinte e quatro centavos)
Vigência.....: Início: 04/12/2014 Término: 30/03/2015
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2014
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: As partes ratificam o prazo do contrato original constante no originário do Processo Licitatório 54/2014 - Modalidade TP 06/2014 de 30/09/2014, prorrogando-o até o dia 30 de Março de 2015.
Campos Novos, 23 de Dezembro de 2014

Contrato Nº.: 168/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor.....: 581,00 (quinhentos e oitenta e um reais)
Vigência.....: Início: 08/12/2014 Término: 08/12/2015
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: As partes ratificam o prazo do contrato original constante no originário do nº 107/2014, prorrogando-o por mais 01 (um) ano.
Campos Novos, 23 de Dezembro de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 169/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: MAI COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
ELETRONICOS LT
Valor.....: 1,00 (um real)
Vigência.....: Início: 22/12/2014 Término: 22/12/2015
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: As partes ratificam o prazo do contrato original constante no
originário do nº 158/2014, prorrogando-o por mais 01 (um) ano.
Campos Novos, 23 de Dezembro de 2014

Contrato N°.: 170/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: ECT - EMP.BRAS. DE CORREIOS e TELEGRAFOS
Valor.....: 1,00 (um real)
Vigência.....: Início: 22/12/2014 Término: 22/12/2015
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: As partes ratificam o prazo do contrato original constante no
originário do nº 134/2014, prorrogando-o por mais 01 (um) ano.
Campos Novos, 23 de Dezembro de 2014

Contrato N°.: 171/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Contratada.: GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA
Valor.....: 1,00 (um real)
Vigência.....: Início: 22/12/2014 Término: 22/12/2015
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: As partes ratificam o prazo do contrato original constante no
originário do Processo Licitatório 31/2013 - Modalidade PP 23/2013 de
08/08/2013, prorrogando-o por mais 01 (um) ano.
Campos Novos, 23 de Dezembro de 2014

Canelinha**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO Nº 233/2014 - PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 233/2014. TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO COMERCIAL Nº 079/2013. LOCADORA: ANA CLAUDIA ORSI. LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE CANELINHA. OBJETO: Este termo aditivo visa alterar a vigência do contrato prevista na cláusula 22ª que consta do Contrato de Locação Comercial nº 079/2013, ficando o mesmo prorrogado por mais um período de 12 (doze) meses, iniciando-se o prazo em 01 de janeiro de 2015 com termino em 31 de dezembro de 2015.

Canelinha (SC), 16 de dezembro de 2014.
ANTONIO DA SILVA
PREFEITO DO MUNICÍPIO.

EXTRATO CONTRATO Nº 50/2014 - FHC

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

CONTRATO Nº 050/2014. TERMO ADITIVO Nº. 01 AO CONTRATO Administrativo DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº. 047/2014. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: cooperativa de especialidades médicas de santa Catarina LTDA. OBJETO: Este termo aditivo visa alterar a vigência do contrato prevista na cláusula 25ª que consta do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Médicos nº 47/2014, ficando o mesmo prorrogado por mais um período de 12 (doze) meses, iniciando-se o prazo em 01 de janeiro de 2015 com termino em 31 de dezembro de 2015.

Canelinha/SC., 22 de dezembro de 2014.
MARILITA MICHELI GONÇALVES
DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

Canoinhas**PREFEITURA****DECRETO Nº 322/2014**

DECRETO Nº. 322/2014
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.284,30 m² (Um mil, duzentos e oitenta e quatro metros e trinta décimos quadrados), procedido por PAULO ANTONIO ZVARES, situado na Rua Adão Tyska, no Bairro Industrial Nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 32.249, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 06 com área de 402,90 m², lote nº 07 com área de 428,10 m² e lote nº 65 com área de 453,30 m², todos pertencentes à quadra nº 013 conforme requerimento protocolado sob nº. 4827/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de dezembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 323/2014

DECRETO Nº. 323/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RETIFICAR O DECRETO Nº. 220/2014

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 1º do Decreto nº 220/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 800,00 m² (Oitocentos metros quadrados), procedido por MARIO KAUVA, situado na Rua Lourenço Wrublevski, no Bairro Tricolim, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 4.070, ficando

o imóvel assim distribuído: lote nº 14 com área de 201,60 m² e lote nº 15 com área de 598,40 m², ambos pertencentes à quadra nº 144, conforme requerimento protocolado sob nº. 4857/2014.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.477/2014

LEI Nº. 5.477 DE 19/12/2014

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal conceder incentivo, mediante processo licitatório, na forma da Lei Orgânica Municipal, para instalação e/ou ampliação de empresa no Município, através de doação de uma área de 24.699,72 m² (vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e nove metros e setenta e dois decímetros quadrados), parte de uma área maior de 428.912,75 m² (quatrocentos e vinte e oito mil, novecentos e doze metros e setenta e cinco decímetros quadrados), situado no lugar denominado “INVERNADA”, neste município e comarca, pertencente à Prefeitura Municipal de Canoinhas, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob matrícula nº. 8.451.

Parágrafo Único: Caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento para investimento na própria área, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em 2º grau em favor do doador.

Art. 2º - A presente doação destina-se única e exclusivamente para instalação e/ou ampliação de empresa no Município.

Art. 3º - Através da presente Lei, fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a executar serviços de infra-estrutura no imóvel descrito no art. 1º desta Lei, de acordo com as necessidades do empreendimento, consubstanciados em terraplanagem, escavações, utilizando para tanto máquinas e equipamentos da Prefeitura ou mediante contratação de terceiros.

Art. 4º - O prazo para execução e implantação do projeto específico obedecerá o cronograma, conforme as regras do procedimento licitatório.

§1º - Na escritura de doação constará obrigatoriamente, como cláusula de reversão:

I - O compromisso da empresa beneficiada em iniciar a implantação das obras no prazo máximo estabelecido no caput deste artigo, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio público.

II - Cláusula de reversão do imóvel sem direito a indenização,

quando:

a) Pelo período de 60 (sessenta) dias após a implantação do projeto, estiver ociosa;

b) Deixar de cumprir o cronograma constante no projeto da empresa;

c) Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei;

d) Ocorrer paralisação das obras executadas, por mais de 02 (dois) meses, exceto por motivo de força maior, devidamente reconhecido pelo Executivo Municipal.

e) Não houver cumprimento das normas técnicas de implantação estabelecidas em lei e previstas no projeto.

III - Proibição da transferência, subdivisão ou sublocação para terceiros do imóvel e das áreas edificadas.

§ 2º - Reverterá também à propriedade ao Município o imóvel, se após a conclusão das obras estiver com suas instalações e atividades ociosas, pelo período de 180 (cento e oitenta), hipótese em que não terá direito a indenização pelo investimento e obras edificadas, as quais passam a integrar o patrimônio público municipal.

Art. 5º - A reversão do terreno poderá ser parcial, quando, durante o prazo do benefício for utilizada parcialmente.

Parágrafo único: a reversão de que trata este artigo, será na proporção da área de terras não utilizada para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta Lei.

Art. 6º - Fica obrigada a empresa a apresentar anualmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, após o início das atividades da empresa, através do Cadastro Geral de Empregado e Desenvolvimento - CAGED, o número de empregados a seu serviço.

Art. 7º - O descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada acarretará, a qualquer tempo, o cancelamento dos incentivos concedidos, revertendo o terreno ao patrimônio público.

Art. 8º - A empresa tem 30 (trinta) dias, da notificação extrajudicial, extinção ou reversão, para retirar as benfeitorias porventura existentes no imóvel.

Parágrafo único: findo o prazo estabelecido, as benfeitorias passarão a integrar o patrimônio público municipal, sem direito a indenização.

Art. 9º - As cláusulas de reversão constantes na presente Lei serão consideradas pelo período de 10 (dez) anos.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.478/2014

LEI Nº. 5.478 DE 19/12/2014

"CRIA O QUADRO DE ATRIBUIÇÕES E COMPILA TODOS OS CARGOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EXTINGUE CARGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica criado o quadro de atribuições e compilação de todos os cargos do quadro de pessoal do executivo municipal, as atribuições gerais pertinentes a todos os cargos, as atribuições inerentes aos cargos de provimento efetivo, bem como as de provimento em comissão conforme anexo I desta Lei.

Art. 2º - Ficam extintos os cargos de provimento efetivo, a seguir relacionados:

- I - Pintor;
- II - Digitador;
- III - Mestre de Obras;
- IV - Vigia;
- V - Blaster;
- VI - Pintor de Serigrafia;
- VII - Biblioteconomista

Art. 3º - Ficam extintos os cargos de provimento em comissão, a seguir relacionados:

- I - Coordenador de Ação Social;
- II - Coordenador da Assessoria de Planejamento;
- III - Coordenador da Assessoria de Esportes;
- IV - Secretária Escolar;
- V - Motorista Oficial;
- VI - Secretária do Prefeito.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO I**ATRIBUIÇÕES GERAIS, PERTINENTES A TODOS OS CARGOS**

- Observar as regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e com os colegas de trabalho e de hierarquias no serviço público municipal;
- Guardar sigilo das atividades inerentes às atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público;
- Realizar procedimentos de segurança no trabalho e prevenção de acidentes através de uso correto dos equipamentos de Proteção Individual e Coletiva;
- Zelar pela conservação e limpeza do ambiente de trabalho e pela guarda dos bens que lhe forem confiados;
- Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades.

CARGOS EFETIVOS

CARGOS	ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS
Abastecedor	Executar atividades inerentes ao cargo; abastecer veículos com segurança, verificando o nível de óleo, da água, bateria; cumprir todos os procedimentos com responsabilidade; compete realizar abastecimento controlado de veículos, verificando a quilometragem, placa, letra e o motorista preparar; relatórios e planilhas; executar outras atribuições afins.

Administrador	Planejar, propor, organizar, coordenar, revitalizar, assessorar e executar serviços técnico administrativos, determinar a correta utilização dos recursos humanos, materiais, financeiros e outros; elaborar o planejamento organizacional, promovendo estudos de racionalização, de controle do desempenho organizacional; estabelecer princípios, normas e procedimentos, para assegurar a correta aplicação da produtividade e eficiência dos mesmos; desenvolver estudos, criar e propor alternativas para a condução, acompanhamento, avaliação e reformulação de normas e procedimentos, utilizando metodologias e técnicas específicas; participar da definição de diretrizes, normas e procedimentos técnicos e administrativos relativos à sua área de atuação, emitir pareceres, laudos e relatórios técnicos, dentro de sua área de atuação; analisar, coordenar e acompanhar projetos e atividades atinentes à sua área de atuação; representar tecnicamente o Município, sempre que solicitado, em eventos relacionado; planejar e organizar a qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores; executar outras atribuições afins.
Agente Administrativo	Executar trabalhos que envolvam a interpretação e aplicação das leis e normas administrativas; proceder à aquisição, guarda e distribuição de material; examinar, registrar e conservar processos, livros e outros documentos em arquivos específicos; proceder a correta formatação de texto, leis, decretos, portarias, ofícios e de demais documentos públicos; digitar pareceres aprovados e informações; redigir memorandos, cartas, ofícios, relatórios, revisar quanto ao aspecto redacional de ordens de serviços, instruções, exposições de motivos; realizar ou orientar coleta de preços que possam ser adquiridos sem concorrência; efetuar ou orientar o recebimento, conferência, armazenagem e conservação de materiais e outros suprimentos; fazer levantamentos de bens patrimoniais; executar rotina de informações e alimentação no sistema de empenhos, relatórios e outros; registrar reclamações de contribuintes; expedir certidões e notas fiscais avulsas; digitar notas de lançamentos contábeis; controlar suprimento de fundos; secretariar reuniões e lavrar atas; efetuar registros e cálculos relativos às áreas tributárias, patrimonial, financeira, de pessoal e outras; elaborar e manter atualizados fichários e arquivos manuais; consultar e atualizar arquivos magnéticos de dados cadastrais através de terminais eletrônicos; operar com máquina calculadora, leitora de microfilmes, registradora e de contabilidade; auxiliar na escrituração de livros contábeis; elaborar documentos referentes a assentamentos funcionais; proceder a classificação, arquivamento, separação e distribuição de expedientes; obter informações e fornecê-las aos interessados; operar com terminais eletrônicos; prestar atendimento ao público e fornecer as devidas informações sobre os serviços; recepcionar, a chegada de contribuintes encaminhando-os aos setores competentes; propiciar informações gerais por telefone interna e externamente; realizar atividades afins.
Agente Administrativo Auxiliar	Redigir expedientes administrativos; como: ofícios, comunicações internas, executar rotina de informações e alimentação no sistema de empenhos, relatórios e outros; secretariar reuniões e lavrar atas; efetuar registros e cálculos relativos às áreas tributárias, patrimonial, financeira, de pessoal e outras; elaborar e manter atualizados fichários e arquivos manuais; executar rotina de informações e alimentação dos sistemas, de relatórios e outros; consultar e atualizar arquivos magnéticos de dados cadastrais através de terminais eletrônicos; operar com máquina calculadora, computadores entre outros equipamento; auxiliar na escrituração de livros contábeis; elaborar documentos referentes a assentamentos funcionais; proceder a classificação, arquivamento, separação e distribuição de expedientes; obter informações e fornecê-las aos interessados; proceder a conferência dos serviços executados na área de sua competência; realizar o atendimento ao público; fornecer as devidas informações sobre os serviços; recepcionar a chegada de contribuintes e encaminhar para os diversos setores; prestar informações gerais por telefone interna e externamente; Realizar atividades afins.
Agente Sanitário	Demonstrar capacidade avaliativa e de comunicação; dominar a legislação; investigar denúncias; constatar a veracidade da denúncia; levantar informações junto à comunidade local da ocorrência; solicitar documentação ao fiscalizado; investigar o processo produtivo desde a matéria prima até a disposição final; acionar órgãos técnicos competentes; coletar dados e informações técnicas; coletar material para análise; enquadrar legalmente o caso em apuração; acompanhar o desembargo de obras e atividades; acompanhar a liberação de produtos e equipamentos; acompanhar termos de compromisso; participar de operações especiais; atender situações de emergência; tomar providências para minimizar impactos de acidentes ambientais. fiscalização dos estabelecimentos farmacêuticos e controle da produção e a comercialização de drogas e medicamentos.
Agente de Trânsito	cumprir a legislação de trânsito, no âmbito da competência territorial do Município de Canoinhas; executar, organizar, planejar, auxiliar, repassar informações ao DETRACAN assuntos relativos as operações trânsito, objetivando a fiscalização do cumprimento as normas de trânsito; lavrar auto de infração, mediante declaração com preciso relatório dos fatos e suas circunstâncias; aplicar as medidas administrativas previstas em lei, em decorrência de infração; realizar a fiscalização ostensiva do trânsito com a execução de ações relacionada à segurança dos usuários das vias urbanas; interferir sobre o uso regular da via, com medidas de segurança, tais como, controlar, desviar, limitar ou interromper o fluxo de veículos sempre que, em função de acidente automobilístico, se fizer necessário ou quando o interesse público assim o determinar; zelar pela livre circulação de veículos e de pedestres nas vias urbanas do município de Canoinhas representando ao chefe imediato sobre defeitos ou falta de sinalização, ou ainda, imperfeições na via que coloquem em risco os usuários; exercer sobre as vias urbanas do Canoinhas os poderes de polícia administrativa de trânsito, cumprir e fazer cumprir o Código de Trânsito Brasileiro e demais normas pertinentes; tratar com respeito e urbanidade os usuários das vias públicas, procedendo à abordagem com os cuidados e técnica devidos; orientar os munícipes quanto ao cumprimento da legislação de trânsito; participar das ações de educação para o trânsito conforme programas criados, desenvolvidos e/ou adotados pelo Município; cumprir e fazer cumprir as normas constantes da legislação de trânsito federal, estadual e municipal, atuando e aplicando medidas administrativas cabíveis os infratores; lavrar os documentos correlatos ao exercício da função desempenhada em observância aos preceitos regulamentares inerentes; auxiliar na conservação e implantação de equipamentos e sinalizações de trânsito.

Assistente de Gestão	Executar: as atividades designadas e supervisionadas pelo profissional farmacêutico; receber, conferir notas de compra, organizar e encaminhar medicamentos e produtos correlatos; realizar a dispensação de medicamentos e produtos afins, somente com prescrição médica, orientando os pacientes no uso correto da medicação; armazenar os medicamentos em depósito; organizar e manter o estoque de medicamentos, ordenando as prateleiras; manter em ordem e higiene os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade no trabalho; atualizar o sistema de entradas e saídas de medicamentos; conferir quantidades e validade dos medicamentos, separando e registrando aqueles vencidos; fazer a digitação de prescrição médica, quando necessário, ler a prescrição, certificar-se do nome e dosagem correta do medicamento, e em caso de dúvidas confirmar com o farmacêutico responsável; registrar detalhadamente nas fichas dos pacientes psiquiátricos os atendimentos; manter o cadastro de todos os pacientes atualizados e no ato do atendimento verificar o uso correto dos mesmos através do histórico.
Assistente Técnico em Programa de Computação	Identificar a estrutura dos componentes de computadores e seus periféricos, analisando o funcionamento e relacionamento entre eles, identificando as vantagens e limitações de cada opção; avaliar características técnica e propor aquisição de equipamentos e de componentes de acordo com parâmetros de custos e benefícios; identificar as origens de falhas no funcionamento de computadores, periféricos e softwares, especificando as soluções mais adequadas; identificar e auxiliar os serviços e funções de sistemas operacionais, utilizando suas ferramentas e recursos em atividades de configuração, manipulação de arquivos, segurança e outras; verificar o funcionamento básico dos equipamentos e softwares do sistema de informação, interpretando orientações de manuais; selecionar o sistema operacional de acordo com as necessidades do usuário; prover sistemas de rotinas de segurança básica; realizar e manter backup's atualizados do disco rígido do servidor; utilizar e realizar aplicativos na elaboração de documentos, planilhas e apresentações; executar tarefas de suporte e apoio à aplicativos básicos; Instalar, codificar, compilar e testar programas, orientar e colaborar e prestar suporte técnico e de treinamento aos usuários, especificar o quantitativo de máquinas, ferramentas, acessórios e suprimentos necessários em cada setor; identificar a estrutura e funcionamento da Gestão Municipal na informática; modelar e estruturar bancos de dados, aplicando em softwares de gerenciamento de banco de dados; monitorar e coibir o acesso a sites inadequados ao ambiente de trabalho.
Assistente Técnico em Segurança do Trabalho	Monitorar e analisar tecnicamente os levantamentos de avaliações ambientais e propor recomendações, quando necessário; inspecionar e realizar estudos de levantamento de postos de trabalho/ergonomia, analisando conceitualmente as recomendações, emitindo pareceres técnicos; elaborar relatórios técnicos embasados na legislação vigente; implementar auditorias preventivas, atender os órgãos oficiais prontamente; implantar normas e procedimentos, por meio de estudos dos processos da Prefeitura; analisar a legislação, sob o ponto de vista técnico, emitir pareceres, inspecionar e relatar acidentes de trabalho. coordenar e auxiliar dentro de sua competência a equipe da CIPA; orientar e coordenar o sistema de segurança do trabalho, investigando riscos e causas de acidentes; inspecionar locais, instalações e equipamentos coletivos e individuais, observando as condições de trabalho, para determinar fatores e riscos de acidentes; estabelecer normas e dispositivos de segurança, sugerindo eventuais modificações nos equipamentos e instalações e verificando sua observância, para prevenir acidentes; inspecionar os postos de combate a incêndios, examinando as mangueiras, hidrantes, extintores e equipamentos de proteção contra incêndios, para certificar-se de suas perfeitas condições de funcionamento; comunicar os resultados de suas inspeções, elaborando relatórios, para propor a reparação ou renovação do equipamento de extinção de incêndios e outras medidas de segurança; registrar acidentes ocorridos, examinando as condições da ocorrência; registrar irregularidades ocorridas, anotando-as em formulários próprios e elaborando estatísticas de acidentes, para obter subsídios destinados à melhoria das medidas de segurança; instruir os funcionários sobre normas de segurança, combate a incêndios e demais medidas de prevenção de acidentes, ministrando palestras e treinamento, para que possam agir acertadamente em casos de emergência; coordenar a publicação de matéria sobre segurança no trabalho, preparando instruções e orientando a confecção de cartazes e avisos, para divulgar e desenvolver hábitos de prevenção de acidentes; participar de reuniões sobre segurança no trabalho, fornecendo dados relativos ao assunto, apresentando sugestões e analisando a viabilidade de medidas de segurança propostas, para aperfeiçoar o sistema existente; auxiliar no acompanhamento da evolução do tratamento terapêutico dos acidentados da Instituição; elaborar relatórios das atividades desenvolvidas ou necessárias; realizar outras tarefas correlatas.
Assistente Técnico em Topografia	Redigir documentos, planilhas de cálculos e medidas; realizar levantamento topográfico de terrenos, ruas, logradouros, estrada, urbanas e rurais, praças e jardins e de redes de distribuição de água, esgoto e outros; atuar na localização de balizas, pontos de alinhamentos; auxiliar nos trabalhos de nivelamento com instrumentos de topografia; orientar turmas de desmatamento e abertura de picadas; efetuar medições com trenas; orientar a cravação de piquetes para definição de caminhamento; armar e desarmar os instrumentos de trabalho e zelar por sua conservação; utilizar equipamento de proteção individual e coletiva; zelar pela conservação e guarda das máquinas e equipamentos que lhe forem confiados, auxiliar o topógrafo no levantamento de dados no campo; prestar informações detalhadas aos superiores hierárquicos sobre os serviços e auxiliar no atendimento ao público e fornecer as devida informações inerentes ao cargo.
Auxiliar de Contabilidade	Auxiliar a organizar os serviços de contabilidade; redigir documentos, ofícios, empenhos, cheques, informativos e outros; receber notas fiscais, recibos e outros, separar vias de empenho, após estes serem empenhados, efetuando os pagamentos solicitados; emitir relatórios de contas a pagar; manter em ordem as funções burocráticas do setor, que envolvam números e papéis; planejar, efetuar, lançar e registrar no sistema de informatização as notas fiscais, empenhos e outros; elaborar e emitir relatórios sobre as contas a pagar e pagamentos efetuados, bem como, a situação patrimonial, econômica e financeira da entidade; participar de projetos multidisciplinares que visem o aperfeiçoamento da gestão econômico-financeira da instituição; solicitar certidões negativas de débitos a órgãos federais e estaduais; operar equipamentos, sistemas de informática e outros; manter organizados, limpos e conservados os materiais; executar outras atribuições afins.
Auxiliar de Farmácia	Separar, reconhecer, identificar e repassar aos usuários medicamentos e produtos afins, de acordo com a prescrição ou receita médica, sob orientação do profissional farmacêutico; receber, conferir, organizar e encaminhar medicamentos e produtos correlatos; entregar medicamentos diariamente e produtos afins aos usuários e nas unidades de integração; controlar estoques, separar requisições e receitas; providenciar, através de microcomputadores, a atualização de entradas e saída de medicamentos; fazer a transcrição em sistema informatizado da prescrição médica; cumprir e fazer cumprir regulamentos, regimentos, instruções, ordens e rotinas de serviço dos estabelecimentos de saúde.

Auxiliar de Gestão	Executa rotinas administrativas e de serviços de operacionalização de sistemas informatizados ou manuais; efetuar a entrega de medicamentos aos usuários mediante receita, auxiliar na organização e atualização de fichários e arquivos, bem como, de estoques em geral, compreendendo os serviços de estoquista, caixa e balconista; através de microcomputadores efetuar os serviços a atualização de entradas e saída de medicamentos; executar outras atribuições afins.
--------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGOS	ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS
Assessor Administrativo	Assessorar no desempenho de suas funções, gerenciar informações; auxiliar na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões, marcando e cancelando compromissos; controle de documentos e correspondências; organizar eventos e viagens, cuidar da agenda pessoal do prefeito, executar outras tarefas correlatas.
Assessor da Juventude	Estudar, discutir, propor, formular e articular políticas públicas para a juventude; debater a realidade social, econômica, política e cultural de interesse da juventude; sugerir ao poder público propostas de políticas públicas, projetos de lei e outras; analisar o cumprimento da legislação voltada para a juventude na implementação de políticas de juventude; debater a promoção de intercâmbio com entidades similares, nacionais e internacionais, públicas ou privadas, com o objetivo de implantar programas e convênios relacionados à juventude; convocar e organizar a conferência municipal da juventude; elaborar seu regimento interno; executar políticas públicas de juventude; possibilita ao órgão gestor acessar e gerir as políticas públicas federais existentes e também criar iniciativas de políticas municipais específicas; criar grupos de trabalho intergovernamental com o intuito de articular as políticas, bem como formular novas políticas e fazer sua avaliação e monitoramento.
Assessor de Comunicação	Promover a representação aos órgãos de imprensa, quando solicitado; coordenar as relações com os demais setores e veículos de comunicação e assessorá-lo quanto ao processo de funcionamento dos veículos de comunicação; manter atualizado o site institucional com informações gerais; promover a divulgação dos assuntos de interesse administrativo; programar e promover a organização de solenidades públicas; organizar as reuniões convocadas pelo prefeito; providenciar a cobertura jornalística de atividades e atos da administração municipal; providenciar e supervisionar a elaboração de material informativo de interesse a ser divulgado pela imprensa, em observância aos princípios da publicidade e da transparência; pesquisar, editar e publicar informações de circulação interna e externa; executar todas as tarefas pertinentes à área de publicidade, pesquisar matérias veiculadas pela mídia, de interesse; manter arquivo de documentos, matérias, reportagens, fotografias e informes publicados na imprensa local e nacional e em outros meios de comunicação, abrangendo o que for noticiado sobre o PMC; manter a Administração Pública informada sobre publicações de seus interesses; coletar informações, realizando entrevistas, pesquisas e diagnósticos, a fim de propiciar a adequação de suas ações às expectativas da comunidade; executar outras tarefas correlatas determinadas pela hierarquia superior.
Chefe de Gabinete	Recepcionar e prestar atendimento ao público, contribuintes ou visitantes, fornecendo as devidas informações encaminhando-os aos setores competentes; apresentar soluções para as situações cotidianas da administração a fim de dar melhor andamento do sistema administrativo; manter contatos constantes com autoridades de média hierarquia e técnicos na busca de soluções para determinados problemas.
Chefe de Setor Admin.	Instruir, executar assessorar a organização dos serviços administrativos; resolver, dar cumprimento, as ordens superiores, bem como, todos os documentos que dependam de decisão superior; colaborar, acompanhar, gerenciar e organizar a programação de serviços administrativos, coordenar, organizar, orientar, preparar, relatórios, agenda de serviços a serem executados ou a executar, cumprir e fazer cumprir ordem de seus superiores e subordinados; emitir, digitar e redigir, planilhas, quadros, comunicação interna, ordem de serviços, autorização; elaborar correspondências em geral; realizar outras tarefas afins.
Chefe de Setor de Educação	Chefiar a equipe de trabalho lotada no setor administrativo; assessorar o titular da Secretaria nos projetos a serem desenvolvidos em parceria com União, Estados e Municípios voltados ao aprimoramento da educação e da cultura; supervisionar os servidores que executam o registro de dados estatísticos da comunidade escolar, orientando-os quando necessário; assessorar a equipe responsável pelas prestações de contas de convênios firmados com a União e Estado;
Chefe de Setor de Esporte	Dirigir, coordenar e organizar as atividades esportivas e recreativas promovidas pela Administração Pública Municipal voltados ao desporto e lazer; dirigir a supervisão, coordenação e organização dos campeonatos municipais, de qualquer modalidade esportiva; supervisionar e operar os equipamentos disponíveis e os sistemas e recursos informatizados; executar outras atividades afins.
Chefe de Setor de Obras	Elaborar, acompanhar, gerenciar e organizar a programação de serviços de limpeza, conservação, funcionamento nos diversos setores, coordenar, organizar, orientar, preparar, relatórios, agenda de serviços a serem executados ou a executar, cumprir e fazer cumprir ordem superiores; emitir, digitar e redigir, planilhas, quadros, comunicações internas, ordem de serviços e autorizações.
Chefe de Setor Social	Compete chefiar a equipe de trabalho; coordenar, acompanhar e a implementar de planos e programas; à execução de atividades de promoção humana; incentivo à ação e participação comunitária, à assistência social e à educação de base, cumprir e fazer cumprir ordem de seus superiores e subordinados; emitir, digitar e redigir, planilhas, quadros, comunicação interna, ordem de serviços, autorização; elaborar correspondências em geral; realizar outras tarefas afins; executar outras tarefas correlatas.
Chefe Vigilância Sanitária	Coordenar e acompanhar o desenvolvimento de serviços e ações de investigação, fiscalização e vigilância sanitária em conformidade com legislação vigente e em articulação com os demais órgãos e instituições estaduais e federais; desenvolver e coordenar programas de educação sanitária; fazer cumprir as legislações sanitárias municipal, estadual e federal; autorizar a concessão de alvarás sanitários e outros; elaborar normas técnicas específicas de Vigilância Sanitária no âmbito municipal, atendidas as disposições legais; elaborar planos, emitir pareceres, executar diligências e demais ações de fiscalização sanitária; manter um sistema de informações que favoreça a participação do consumidor e do usuário nas ações de Vigilância Sanitária; participar de ação de integração com a Diretoria de Epidemiologia e outros órgãos afins, da execução das ações de fármaco-vigilância, da vigilância de agravos inusitados, vigilância das enfermidades transmissíveis por alimentos, das intoxicações químicas e outras; subsidiar e viabilizar a atualização da legislação sanitária municipal, compatibilizando-a com a Legislação Estadual e Federal em função das peculiaridades do Município; exercer atividades correlatas que lhe forem delegadas.

Coordenador Programa Sentinela - atual CREAS	Gerenciar os processos de trabalho, viabilizando as condições técnico-operacionais necessárias à prestação dos serviços do CREAS; Articular o processo de coordenação de ações do CREAS; realizar articulação/parcerias com instituições governamentais e não governamentais e da rede socioassistencial; definir, em conjunto com a equipe, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias; definir, com a equipe técnica, os meios e os ferramentais teórico-metodológicos de trabalho com famílias, grupos e indivíduos a serem utilizados; articular o processo de implantação, execução, monitoramento, registro e avaliação das ações, usuários e serviços; realizar reuniões periódicas com os profissionais e estagiários para discussão dos casos afim de avaliar as atividades desenvolvidas, dos serviços ofertados e dos encaminhamentos realizados, entre outras; e com representantes da rede prestadora de serviços, visando contribuir com o órgão gestor na articulação e avaliação dos serviços e acompanhar os encaminhamentos efetuados; contribuir com o órgão gestor municipal no estabelecimento de fluxos entre os serviços da Proteção Social Especial e Básica de Assistência Social; participar de comissões/fóruns/comitês locais de defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes; elaborar e apresentar relatórios bimestrais a Secretaria Municipal de Assistência Social; manter atualizado o cadastro de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual infanto-juvenil no Município; realizar visitas mensais nas escolas para acompanhar a frequência e o desempenho de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual no Município; realizar visitas domiciliares nas famílias com crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual no Município; promover a capacitação dos profissionais que atuam na defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente no Município; divulgar o Programa através dos meios de comunicação e de material publicitário; realizar parcerias com instituições governamentais e não-governamentais para o combate à violência e exploração sexual infanto-juvenil no Município; promover campanhas para combater a violência e exploração sexual no Município.
Diretor Administrativo	Planejar, propor, organizar, coordenar, assessorar e executar serviços técnico administrativos, determinar a correta utilização dos recursos humanos, materiais, financeiros e outros; elaborar, acompanhar o planejamento organizacional, promovendo estudos de racionalização e de controle do desempenho organizacional; estabelecer princípios, normas e procedimentos, para assegurar a correta aplicação da produtividade e eficiência dos mesmos; desenvolver estudos, criar e propor alternativas para a condução, acompanhamento, avaliação e reformulação de normas e procedimentos, utilizando metodologias e técnicas específicas; participar da definição de diretrizes, normas e procedimentos técnicos e administrativos relativos à sua área de atuação, emitir pareceres, laudos e relatórios técnicos, dentro de sua área de atuação; analisar, coordenar e acompanhar projetos e atividades atinentes à sua área de atuação; outras atribuições afins;
Diretor Administrativo de Obras	Planejar, coordenar e acompanhar a execução do Plano de ação do governo municipal e os programas gerais e setoriais inerentes à Secretaria; emitir relatórios; operar os equipamentos disponíveis e os sistemas e recursos informatizados; elaborar e acompanhar o controle da frota de veículos, máquinas e equipamentos da municipalidade; supervisionar o controle do recebimento de solicitações de serviços pertinentes à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano e providenciar o encaminhamento para o devido atendimento, coordenar os serviços relativo operação das balsas, que realizam travessia no município; apurar, sugerir a venda ou baixa de veículos ou equipamentos inservíveis; executar outras atividades afins.
Diretor Administrativo Educação	Dirigir, organizar e coordenar as atividades realizadas nos programas educacionais do município; atender ao público, tomando conhecimento de suas solicitações, solucionando-as ou encaminhando-as aos órgãos competentes; prestar informações técnicas na área de sua secretaria e demais equipes e setores; coordenar a oferta de cursos de capacitação para os motoristas ligados ao transporte escolar; manter o controle da frota do transporte escolar; Fiscalizar a frota municipal e os terceirizados quanto as normas de segurança e que atendam a legislação; operar os equipamentos disponíveis e os sistemas e recursos informatizados, executar tarefas afins.
Diretor Agropecuário	Assessorar o titular da secretaria, no planejamento das ações voltadas ao desenvolvimento da agricultura do município; supervisionar o trâmite dos processos administrativos relativos ao plano de estímulos ao desenvolvimento agropecuário do município, de concessão de incentivo aos produtores rurais; assessorar os servidores responsáveis pelo registro de dados estatísticos, de controle cadastrais e demais tarefas de rotina, orientando-os, quando necessário; dirigir a execução de convênios firmados com a União e Estado, diretamente ligados à agricultura; supervisionar os serviços inerentes à implantação de alternativas de renda para as pequenas e médias propriedades rurais; dirigir a execução de convênios firmados com a união e estado, ligados à agropecuária; promover conscientização dos pecuarista na preservação do meio ambiente; promover ações conjuntas com todas as secretarias municipais, especialmente voltadas ao desenvolvimento de alternativas econômicas; fomentar junto as esferas de governo ou com organizações não governamentais; execução da política de assistência técnica e na difusão de tecnologias, objetivando o desenvolvimento integrado de todas as atividades relativas rurais e agropecuárias no município; executar outras tarefas afins.
Diretor da Sec.Planejamento	Elaborar informações e pareceres dentro da respectiva área de atuação; operar os equipamentos disponíveis e os sistemas e recursos informatizados; propor, organizar, coordenar, assessorar e executar os serviços administrativos, determinar a correta utilização dos recursos humanos, materiais, financeiros e outros; elaborar, acompanhar e orientar os serviços de entrada de projetos de edificações, seu correto registro e ou lançamento interno, bem como sua imediata aprovação, afim de que possam fazer parte do rol de contribuintes, manter atualizado e executar rotinas mensais do Sistema E. Sfinpe, relativos a serviços executados pela secretaria, a , estabelecer princípios, normas e procedimentos, para assegurar a correta aplicação da produtividade e eficiência dos mesmos; desenvolver estudos; realizar outras tarefas correlatas e afins.
Diretor de Meio Ambiente	Assessorar o titular da secretaria no planejamento das ações voltadas ao desenvolvimento sustentável do meio ambiente no município; supervisionar o trâmite dos processos administrativos relativos a programas e projetos, voltados a proteção do meio ambiente; cumprir e fazer cumprir a legislação ambiental; assessorar os servidores responsáveis pelo registro de dados; emitir parecer técnicos, quanto a projetos que necessite de licença ambiental; encaminhar aos órgãos competentes os projetos que necessitem de aprovação para sua execução; dirigir a execução de convênios firmados com a União e Estado, ligados ao meio ambiente; promover a execução e a conscientização para a preservação, recuperação e manutenção do meio ambiente, promovendo o desenvolvimento agroecológico sustentável; promover ações conjuntas com todas as secretarias municipais, especialmente voltadas a saneamento; incentivar o desenvolvimento de alternativas econômicas através da recuperação e da preservação do meio ambiente, especialmente na área do reflorestamento; atuar de forma conjunta com organismos ambientais de outras esferas de governo ou com organizações não governamentais; execução da política de assistência técnica e na difusão de tecnologias, objetivando o desenvolvimento integrado de todas as atividades relativas ao meio ambiente, supervisionar os serviços inerentes à implantação e execução de programa da coleta seletiva do lixo, e outros meios que possam agregar renda, aos municípios, atendo sempre a proteção ao meio ambiente; executar outras tarefas afins.

Diretor de Escola	<p>I - Elaborar as diretrizes gerais de ação da escola na parte pedagógica em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;</p> <p>II - Participar das diretrizes gerais de ação da Secretaria Municipal de Educação na parte administrativa de documentos e de pessoal em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;</p> <p>III - Fundamentar pedagógica e filosoficamente as ações que emanarão das ações determinadas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico em nível de Educação Municipal;</p> <p>IV - Subsidiar o desenvolvimento de ações diretas na escola, no nível de suporte pedagógico, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Calendário Escolar; b) Conselho de Classe; c) Dias de Estudos; d) Estratégias e motivação nas atividades de sala de aula; e) Horário de Aulas; f) Manuseio do Livro Didático; g) Organização e uso da Biblioteca; h) Planejamento da Escola; <p>II - Participar das diretrizes gerais de ação da Secretaria Municipal de Educação na parte administrativa de documentos e de pessoal em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;</p> <p>III - Fundamentar pedagógica e filosoficamente as ações que emanarão das ações determinadas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico em nível de Educação Municipal;</p> <p>IV - Subsidiar o desenvolvimento de ações diretas na escola, no nível de suporte pedagógico, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Calendário Escolar; b) Conselho de Classe; c) Dias de Estudos; d) Estratégias e motivação nas atividades de sala de aula; e) Horário de Aulas; f) Manuseio do Livro Didático; g) Organização e uso da Biblioteca; h) Planejamento da Escola; e ainda; <ul style="list-style-type: none"> - Participar das festas comemorativas em parceria com as famílias. - Promover ações de formação continuada. - Acompanhar frequência dos alunos. - Zelar pela conservação e bem estar da merenda escolar. - Participar de reuniões Pedagógicas e Assembléia de Pais. - Prevenir situações problemáticas previsíveis - Resolver os problemas instaurados - Estabelecer um bom relacionamento com a equipe de trabalho
Diretor de Indústria e Comércio	<p>Planejar, coordenar e acompanhar a execução do Plano de ação do governo municipal, promover, organizar e fomentar todas as atividades industriais, comerciais e de serviços do Município; atrair novos investimentos industriais, através da criação e manutenção de distritos industriais; estabelecer políticas públicas de desburocratização para o licenciamento de atividades industriais e comerciais a serem instaladas no Município, assim como a criação e acompanhamento de linhas de crédito endereçadas ao financiamento de novos investimentos; analisar os tipos de produtos produzidos e comercializados pela indústria e comércio locais, fomentando a criação de uma linha produtiva que impeça a evasão de riquezas; promover e participar de exposições, feiras, seminários, cursos e congressos, relacionados à indústria e ao comércio; buscar recursos dos orçamentos estadual e federal, assim como em instituições de crédito, públicas ou privadas, para investimentos na área industrial do Município, estabelecer parceria entre o Poder Público Municipal e as entidades empresariais do Município; promover, organizar e fomentar todas as atividades relativas à produção primária e do abastecimento público, bem como as atividades vinculadas às empresas de prestação de serviços; propor e discutir, com entidades prestadoras de serviços, políticas municipais de eficácia e qualificação para o setor; buscar recursos dos orçamentos estadual e federal, assim como em instituições de crédito, públicas ou privadas, para investimentos na área de produção do Município; organizar e difundir informações úteis sobre o Município para a população e visitantes; apoiar e manter articulação com o empresariado e entidades locais para a promoção de feiras, congressos e eventos no Município; desempenhar outras competências afins.</p>
Diretor de Obras e Serviços - CC.C	<p>Planejar, coordenar e acompanhar a execução do plano de ação do governo municipal e os programas gerais e setoriais inerentes à secretaria; supervisionar os trabalhos de terraplenagem e outros executados por máquinas rodoviárias; coordenar os serviços de manutenção e conservação das estradas vicinais; planejar e coordenar a abertura de vias de acesso; supervisionar a execução dos serviços solicitados e realizados; emitir relatórios; coordenar os trabalhos de recuperação de pavimentação em geral, modificações de traçado, de passeios laterais e obras semelhantes relativos a vias e logradouros públicos, supervisionar os serviços de obras de esgotos no perímetro urbano; controlar as obras de infraestrutura do sistema viário urbano; coordenar as obras de execução e conservação de obras de saneamento básico e drenagem urbana; executar outras atividades afins.</p>

Diretor de Recursos Humanos -Educ	<p>Supervisionar os atos relativos à vida funcional dos servidores públicos; supervisionar os serviços de elaboração de folha de pagamento e demais rotinas do setor; dirigir a emissão de pareceres sobre os serviços que lhe são inerentes; supervisionar a montagem de processos de aposentadoria e pensão na forma da lei; assessorar a comissão que executa o processo do estágio probatório dos servidores; chefiar os serviços de informações determinadas por lei aos órgãos de fiscalização internos e externos, bem como aos órgãos de controle do Governo Federal ou Estadual; e executar demais atividades correlatas, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e encaminhamento de Documentos Diversos (Comunicação Interna, Ofícios em Geral, Declarações e Requerimento Pessoal); - Recebimento e encaminhamento ao Departamento Pessoal os Atestados Médicos e contratos de substituições correspondentes; - Conferência do número de faltas justificadas e injustificadas nas Unidades Educacionais. - Contratação dos profissionais em caráter temporário para a Rede Municipal de Ensino (profissionais do magistério e profissionais da educação, serventes e estagiários), bem como as justificativas correspondentes a cada contratação; - Elaboração do edital de Classificação dos Professores ACT'S (junto ao Departamento Jurídico), bem como atendimento no ato da inscrição dos professores e classificação viabilização da classificação dos professores ACT's; - Controle da Lista de Classificação dos Professores ACT's; - Atendimento e informações ao público referente à lista de classificação ACT's; - Requerimento Pessoal de Licença Prêmio, verificação e controle dos profissionais da Rede Municipal de Ensino; - Atualização dos Quadros de Funcionários das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino; - Concurso Público (chamada e editais de chamamento, junto ao Departamento Jurídico); - Dados estatísticos das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, referente ao Quadro Administrativo e Docente); - Edital e acompanhamento da Progressão por Desempenho e Progressão por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação; - Elaboração de editais junto ao Departamento Jurídico, acompanhamento e encaminhamento para a viabilização dos processos de lotação, remoção e alteração; - Conferência da Folha de Pagamento; - Recebimento da Documentação das escolas da Rede Municipal de Ensino; - Membro do Conselho Municipal de Educação, bem como responsável por toda a parte burocrática do referido Conselho - Secretária; - Conferência das portarias (Departamento de Leis e Decretos); - Contratação e monitoramento dos trabalhos dos Estagiários; - Atendimento em Geral ao Público
Diretor de Tributação-CC.C	<p>Compete coordenar a organização e atualização do cadastro dos contribuintes sujeitos ao Imposto Predial e Territorial Urbano, bem como de taxas cujo fato gerador esteja a eles relacionados; inscrever, no Cadastro Imobiliário do Município, as unidades tributáveis, na forma da legislação vigente, inclusive as que estão imunes ou isentas; determinar levantamentos de campo ou pesquisas de dados complementares, necessário à revisão e atualização dos cadastros existentes; obter informações, junto aos cartórios de notas, registros de imóveis e outras fontes, referentes às transações imobiliárias, com o objetivo de atualizar o valor venal dos imóveis cadastrados; determinar a emissão de documentos relativos à cobrança dos tributos de sua competência, bem como registrar os créditos; informar processos e expedientes que versem sobre assuntos de sua competência, bem como para o fornecimento de certidões; estudar a legislação tributária federal e estadual, bem como seus possíveis reflexos e aplicação no âmbito municipal, propondo alterações que proporcionem ao Município permanente atualização no campo tributário; apreciar, em primeira instância, as reclamações contra o lançamento de tributos; elaborar relatório anual de suas atividades; coordenar a organização e atualização dos cadastros dos contribuintes sujeitos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, taxa de licença para localização ou exercício de atividades, multas, taxas de fiscalização de serviços diversos, diversas licenças e outras receitas cujo fato gerador não se relacione com o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana; atender as reclamações do público em geral, quanto aos problemas que possam prejudicar o seu bem estar na segurança e tranquilidade, com referência as residências, eventos, estabelecimentos comerciais, indústrias ou prestadores de serviços, conferir inscrições dos contribuintes nas atividades adequadas; organizar comandos fiscais, executar outras tarefas correlatas. compete emitir certidões negativas de débitos; emitir petições; verificar processos judiciais; emissão de recibos; atendimento ao público; realizar parcelamento de débitos, executar outras tarefas correlatas.</p>
Diretor de Turismo	<p>Articular a elaboração da política pública voltada para o turismo, assim como garantir a sua execução, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável do município; dirigir a implementação de projetos turísticos e projetos especiais prioritários para o setor de turismo, excetuados os de infraestrutura turística; fomentar o desenvolvimento de produtos e roteiros turísticos, bem como sua produção associada, para o município; coordenar a elaboração do plano municipal de turismo, bem como planejar, coordenar e controlar a implementação de suas ações; assistir e apoiar todas as manifestações esportivas, de lazer e turismo; propor e incentivar projetos esportivos e de lazer; articular o plano de marketing institucional, monitorando a sua execução; coordenar, por meio das unidades integrantes da área, as atividades relacionadas com marketing; desenvolver a política de qualificação do setor de turismo; executar outras tarefas correlatas</p>
Diretor Financeiro	<p>Participar da execução do plano de governo, do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, dos orçamentos anuais e dos planos e programas setoriais; exercer, efetuar, cadastrar informações, empenhos, no sistema de informatização, participar na elaboração de projetos, estudos e pesquisas necessárias ao desenvolvimento das políticas estabelecidas pelo governo municipal; assessorar os servidores do setor contábil e de tesouraria na execução orçamentária e de movimentação financeira;</p>

Diretor Geral de Educação Infantil	<p>I - O planejamento, a execução, a supervisão e o controle da ação educacional e do ensino;</p> <p>II - A orientação, supervisão e inspeção dos estabelecimentos de educação e ensino, nos vários níveis e modalidades, públicos e particulares; Ofertar apoio técnico e didático-pedagógico para as iniciativas educacionais</p> <p>III - de ensino e o relacionamento com os demais sistemas de ensino: federal e estadual, em matéria de políticas e de legislação educacionais, incluindo os aspectos: financeiro e técnico;</p> <p>IV - Os estudos e pesquisas permanentes para a avaliação dos recursos financeiros de custeio e investimento do Sistema Municipal de Ensino;</p> <p>V - A assistência e amparo ao estudante, garantindo-lhe o acesso e a permanência em estabelecimentos de educação ou ensino, em atenção ao nível de sua formação, bem como, de sua idade e desenvolvimento;</p> <p>VI - A constante busca pela melhoria e qualidade da educação e do ensino, nos diferentes níveis e/ou modalidades ofertados a comunidade pela sua rede de ensino;</p> <p>VII - As formas de colaboração com a União e os Estados na oferta do ensino obrigatório, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;</p> <p>VIII - As políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações;</p> <p>IX - A elaboração e o acompanhamento do cumprimento do Estatuto do Magistério Público Municipal e o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério e da Educação atuantes na Rede Municipal de Educação e Ensino, ouvindo o Conselho Municipal de Educação;</p> <p>X - A garantia do ensino fundamental obrigatório preferencialmente à população em idade escolar correspondente; O atendimento à população, especialmente, àquela em idade escolar, garantindo a gratuidade do ensino nos estabelecimentos</p> <p>XI - de Educação Básica do Município;</p> <p>XII - Assegurar a integração das iniciativas de caráter organizacional e administrativa da educação e do ensino com os programas de financiamento e de planejamento com os órgãos públicos federais;</p> <p>XIII - Desenvolver a pesquisa e/ou o planejamento para a formação dos professores, administradores e demais especialistas em educação e ensino, no Município de Canoinhas, através da capacitação em serviço</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar um ambiente de trabalho agradável e prazeroso; - Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem; - Compreensão e elaboração dos Planejamentos Anuais e Diários; - Elaborar Projeto Colônia de Férias; - Identificar as necessidades e as dificuldades relativas ao desenvolvimento do processo educativo; - Levantar com as diretoras as necessidades que deverão nortear a seleção das ações prioritárias para o ano; - Reuniões com as diretoras.
Diretor Técnico da Saúde	<p>Elaborar o diagnóstico da saúde no municípios; contribuir na construção da rede de causalidades dos problemas de saúde local; auxiliar no estabelecimento de prioridades com base no diagnóstico apurado e definir conjuntamente com a chefia critérios e objetivos das metas a serem alcançadas; promovendo estudos de racionalização e de controle do desempenho organizacional; estabelecer princípios, normas e procedimentos, para assegurar a correta aplicação da produtividade e eficiência dos mesmos; desenvolver estudos, criar e propor alternativas para a condução, acompanhamento, avaliação e reformulação de normas e procedimentos, utilizando metodologias e técnicas específicas; participar da definição de diretrizes, normas e procedimentos técnicos e administrativos relativos à sua área de atuação, emitir pareceres, laudos e relatórios técnicos, dentro de sua área de atuação; analisar, coordenar e acompanhar projetos e atividades pertinentes à sua área de atuação; representar tecnicamente o Município, sempre que solicitado, em eventos relacionado; auxiliar na definição de projetos com vistas à promoção da saúde da clientela preferencial e comunidades em geral, atendendo as orientações estratégicas da instituição; integrar a tomada de decisão sobre projetos estratégicos exequíveis, coerentes e articulados com os objetivos institucionais; elaborar estudos e pesquisas permanentes para a avaliação da aplicação dos recursos financeiros de custeio e investimento do Sistema Nacional de Saúde; assegurar o desenvolvimento de ações em curso das atividades em saúde e assistência médica; assessorar na seleção, produção e utilização de equipamentos, materiais e recursos didáticos/materiais educativos; elaboração planilhas de indicadores para acompanhamento da eficácia dos projetos e quantificação dos resultados; atender as rotinas administrativas institucionais, participar, colaborar, orientar, detalhar, quando solicitados junto aos conselhos de saúde.</p>

Diretor de Centro Educacional	<p>I - Elaborar diretrizes gerais de ação no Centro de Educação Infantil, na parte pedagógica em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;</p> <p>II - Participar das diretrizes gerais de ação da Secretaria Municipal de Educação parte administrativa de documentos e de pessoal em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;</p> <p>III - Fundamentar pedagógica e filosoficamente as ações que emanarão das ações determinadas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico em nível de Educação Municipal;</p> <p>IV - Subsidiar o desenvolvimento de ações diretas no Centro de Educação Infantil, em nível de suporte pedagógico, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Calendário Escolar; b) Conselho de Classe; c) Dias de Estudos; d) Estratégias e motivação nas atividades de sala de aula; e) Organização e uso da Biblioteca da Educação Infantil; f) Planejamento da Geral do Centro de Educação Infantil; g) Planejamento dos Professores; h) Projeto Político Pedagógico; i) Regimento Escolar; j) Registro de Informações; k) Replanejamento. <p>V - Garantir e promover dias de estudo para os professores de todas as áreas de ensino;</p> <p>VI - Garantir a execução dos planejamentos dentro das diretrizes emanadas das ações pedagógicas em nível de Secretaria Municipal de Educação;</p> <p>VII - Garantir que os professores e demais funcionários cumpram com as determinações do Centro de Educação Infantil;</p> <p>VIII - Receber pais e alunos sempre que for necessário;</p> <p>IX - Cumprir as determinações do cargo de confiança que lhe foi concedido;</p> <p>X - Trabalhar em consonância com a APP;</p> <p>XI - Supervisionar o funcionamento geral do Centro de Educação Infantil;</p> <p>XII - Responsabilizar-se por todas as ações tomadas pelos envolvidos com o Centro de Educação Infantil.</p> <p>XI - Supervisionar o funcionamento geral do Centro de Educação Infantil;</p> <p>XII - Responsabilizar-se por todas as ações tomadas pelos envolvidos com o Centro de Educação Infantil.</p>
Diretora de Centro Educacional - CEI's	<p>I - Elaborar as diretrizes gerais de ação do Centro de Educação Infantil (CEI's) na parte pedagógica em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;</p> <p>II - Participar das diretrizes gerais de ação da Secretaria Municipal de Educação na parte administrativa de documentos e de pessoal em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;</p> <p>III - Fundamentar pedagógica e filosoficamente as ações que emanarão das ações determinadas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico em nível de Educação Municipal;</p> <p>IV - Subsidiar o desenvolvimento de ações diretas na escola, no nível de suporte pedagógico, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Calendário Escolar; b) Conselho de Classe; c) Dias de Estudos; d) Estratégias e motivação nas atividades de sala de aula; e) Horário de Aulas; f) Manuseio do Livro Didático; g) Organização e uso da Biblioteca; h) Planejamento da Escola; e ainda; <ul style="list-style-type: none"> - Participar das festas comemorativas em parceria com as famílias. - Promover ações de formação continuada. - Acompanhar frequência dos alunos. - Zelar pela conservação e bem estar da merenda escolar. - Participar de reuniões Pedagógicas e Assembléia de Pais. - Prevenir situações problemáticas previsíveis - Resolver os problemas instaurados - Estabelecer um bom relacionamento com a equipe de trabalho

Diretor de Projetos Educacionais	<p>I - O planejamento, a execução, a supervisão e o controle da ação educacional e do ensino;</p> <p>II - A orientação, supervisão e inspeção dos estabelecimentos de educação e ensino, nos vários níveis e modalidades, públicos e particulares;</p> <p>III - O apoio técnico e didático-pedagógico para as iniciativas educacionais e de ensino e o relacionamento com os demais sistemas de ensino: federal e estadual, em matéria de políticas e de legislação educacionais, incluindo os aspectos: financeiro e técnico;</p> <p>IV - Os estudos e pesquisas permanentes para a avaliação dos recursos financeiros de custeio e investimento do Sistema Municipal de Ensino;</p> <p>V - A assistência e amparo ao estudante, garantindo-lhe o acesso e a permanência em estabelecimentos de educação ou ensino, em atenção ao nível de sua formação, bem como, de sua idade e desenvolvimento;</p> <p>VI - A constante busca pela melhoria e qualidade da educação e do ensino, nos diferentes níveis e/ou modalidades ofertados a comunidade pela sua rede de ensino;</p> <p>VII - As formas de colaboração com a União e os Estados na oferta do ensino obrigatório, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;</p> <p>VIII - As políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações;</p> <p>IX - A elaboração e o acompanhamento do cumprimento do Estatuto do Magistério Público Municipal e o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério e da Educação atuantes na Rede Municipal de Educação e Ensino, ouvindo o Conselho Municipal de Educação;</p> <p>X - A garantia do ensino fundamental obrigatório preferencialmente à população em idade escolar correspondente;</p> <p>XI - O atendimento à população, especialmente, àquela em idade escolar, garantindo a gratuidade do ensino nos estabelecimentos de Educação Básica do Município;</p> <p>XII - Assegurar a integração das iniciativas de caráter organizacional e administrativa da educação e do ensino com os programas de financiamento e de planejamento com os órgãos públicos federais;</p> <p>XII - Desenvolver a pesquisa e/ou o planejamento para a formação dos professores, administradores e demais especialistas em educação e Sistematização do planejamento anual e plano diário do trabalho dos técnicos agrícolas</p> <p>- Reuniões mensais com técnicos agrícolas para planejamento e avaliação das ações nas escolas</p> <p>Elaboração do projeto norteador do setor;</p> <p>- Reunião com diretores das escolas para definição dos projetos;</p> <p>- Montagem do quadro de vagas de professores de projetos;</p> <p>- Coordenar o Programa AABB comunidade ;</p> <p>- Organizar Jogos da rede municipal de ensino;</p> <p>- Acompanhar Projeto verde é vida (AFUBRA);</p> <p>- Promover ações do Projeto paca (RIGESA);</p> <p>- Planejar, orientar e acompanhar ações Projeto leia Canoinhas;</p> <p>- Acompanhar atividades do Projeto fanfarra municipal;</p> <p>- Organizar o Projeto Coral nas Escolas;</p> <p>- Acompanhar Projeto Tênis Unimed;</p> <p>- PROERD;</p> <p>- Organização do projeto atleta na escola atletismo e judô;</p> <p>- Planejar Gincana do dia das crianças;</p> <p>- Elaboração da capacitação dos monitores de biblioteca;</p> <p>- Organizar Mostra de dança ;</p> <p>- Organizar Desfile cívico de 7 de setembro</p> <p>- Fesmate;</p> <p>- Reunião de orientação para os professores de projetos;</p> <p>- Organização da conferência municipal do meio ambiente;</p> <p>- Participação e coordenação dos projetos de educação infantil;</p> <p>- Visitas nas escolas;</p> <p>- Capacitação para os professores de projetos pedagógicos e coordenadores do MAIS EDUCAÇÃO;</p> <p>- Análise dos dados observados nas visitas realizadas pelo setor e apresentação destes aos diretores</p> <p>- Planejamento do desfile natalino;</p> <p>- Organização e participação no outubro rosa;</p> <p>- Orçamentos para fantasias do desfile natalino;</p> <p>- Confeção das fantasias para o desfile natalino;</p> <p>- Organização e ensaios para happy hour natalino;</p> <p>- Organização e ensaios do coral Anjos da Paz;</p>
----------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Diretora de
Escola

I- Elaborar as diretrizes gerais de ação da escola na parte pedagógica em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;
II - Participar das diretrizes gerais de ação da Secretaria Municipal de Educação na parte administrativa de documentos e de pessoal em consonância com as diretrizes da Administração Municipal
III-Fundamentar pedagógica e filosoficamente as ações que emanarão das ações determinadas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico em nível de Educação Municipal;
IV - Subsidiar o desenvolvimento de ações diretas na escola, no nível de suporte pedagógico, tais como:
a) Calendário Escolar;
b) Conselho de Classe;
c) Dias de Estudos;
d) Estratégias e motivação nas atividades de sala de aula;
e) Horário de Aulas;
f) Manuseio do Livro Didático;
g) Organização e uso da Biblioteca;
h) Planejamento da Escola;
i) Planejamento dos Professores;
j) Projeto Político Pedagógico;
k) Recuperação de Estudos;
l) Regimento Escolar;
m) Registro de Informações;
n) Replanejamento.
V - Garantir e promover dias de estudo para os professores de todas as áreas de Ensino;
VI - Garantir a execução dos planejamentos dentro das diretrizes emanadas das ações pedagógicas em nível de Secretaria Municipal de Educação;
VII - Garantir que os professores e demais funcionários cumpram as determinações da escola;
VIII - Acompanhar o serviço da Secretaria de escola;
IX - Receber pais e alunos sempre que acontecer algum problema na escola;
X - Cumprir as determinações do cargo de confiança que lhe foi concedido;
XI - Trabalhar em consonância com a Associação de Pais e Professores;
XII - Supervisionar o funcionamento geral da escola;
XIII - Responsabilizar-se por todas as ações tomadas pelos envolvidos de Educação Básica do Município;
XIV Assegurar a integração das iniciativas de caráter organizacional e administrativa da educação e do ensino com os programas de financiamento e de planejamento com os órgãos públicos federais;
XV - Desenvolver a pesquisa e/ou o planejamento para a formação dos professores, administradores e demais especialistas em educação e Sistematização do planejamento anual e plano diário do trabalho dos técnicos agrícolas com a escola.

Diretora
Pedagógica

I - O planejamento, a execução, a supervisão e o controle da ação educacional e do ensino;

II - A orientação, supervisão e inspeção dos estabelecimentos de educação e ensino, nos vários níveis e modalidades, públicos e particulares;

III - O apoio técnico e didático-pedagógico para as iniciativas educacionais e de ensino e o relacionamento com os demais sistemas de ensino: federal e estadual, em matéria de políticas e de legislação educacionais, incluindo os aspectos: financeiro e técnico;

IV - Os estudos e pesquisas permanentes para a avaliação dos recursos financeiros de custeio e investimento do Sistema Municipal de Ensino;

V - A assistência e amparo ao estudante, garantindo-lhe o acesso e a permanência em estabelecimentos de educação ou ensino, em atenção ao nível de sua formação, bem como, de sua idade e desenvolvimento;

VI - A constante busca pela melhoria e qualidade da educação e do ensino, nos diferentes níveis e/ou modalidades ofertados a comunidade pela sua rede de ensino;

VII - As formas de colaboração com a União e os Estados na oferta do ensino obrigatório, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

VIII - As políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações;

IX - A elaboração e o acompanhamento do cumprimento do Estatuto do Magistério Público Municipal e o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério e da Educação atuantes na Rede Municipal de Educação e Ensino, ouvindo o Conselho Municipal de Educação;

X - A garantia do ensino fundamental obrigatório preferencialmente à população em idade escolar correspondente;

XI - O atendimento à população, especialmente, àquela em idade escolar, garantindo a gratuidade do ensino nos estabelecimentos de Educação Básica do Município;

XII - Assegurar a integração das iniciativas de caráter organizacional e administrativa da educação e do ensino com os programas de financiamento e de planejamento com os órgãos públicos federais;

XII - Desenvolver a pesquisa e/ou o planejamento para a formação dos professores, administradores e demais especialistas em educação e ensino, no Município de Canoinhas, através da capacitação em serviço.

- Orientações ao PDDE Sustentável, organização do Plano de Ação por Unidade Escolar.
- Orientações ao PDDE Campo, organização do Plano de Ação por Unidade Escolar.
- Orientações à Conferência InfantoJuvenil pelo Meio Ambiente nas escolas e cadastro no sistema, organização do Plano de Ação por Unidade Escolar.
- Orientações sobre a aplicação da Prova Brasil através de reuniões com professores, gestores, pedagogos e orientadores. Organização, orientações e análise dos resultados dos simulados da Prova Brasil
- Aplicação da Provinha Brasil testes 1 (maio) e 2 (novembro/dezembro). Análise e divulgação dos resultados;
- Organização e execução de Reuniões Pedagógicas com Diretores de Escolas, Especialistas e Professores de Escolas Multisseriadas;
- Organização e realização de curso de formação para gestores das escolas e CEIs (20 horas em abril). Ação conjunta com os outros setores da secretaria;
- Coordenação do PNAIC – Pacto pela Alfabetização na Idade Certa. Realização de encontros mensais aos sábados (08 horas) com os professores de 1º, 2º e 3º ano;
- Organização e realização do seminário Intermunicipal do PNAIC (pacto pela alfabetização na Idade Certa)
- Acompanhamento do trabalho em sala de aula das turmas de 1º, 2º e 3º ano, bem como orientações aos professores;
- Assessoramento Pedagógico às Unidades Escolares da Rede Municipal, através de reuniões e visitas as turmas de 1º a 8º ano.
- Análise e divulgação dos relatórios das visitas pedagógicas;
- Acompanhamento e orientações para a equipe pedagógica das escolas;
- Acompanhamento do Projeto Encontro de Pais (Grupo FEC), através de visitas e reuniões.
- Organização de reuniões para a escolha do livro didático (anos finais);
- Distribuição e remanejamento dos livros didáticos do EJA, de 1º ao 8º ano e materiais enviados pelo FNDE;
- Acompanhamento do Sistema Aprende Canoinhas através de visitas em sala de aula, motivação aos professores e análise das planilhas disponibilizadas pelo Positivo.

Diretora de 1ª à 4ª	<p>I - O planejamento, a execução, a supervisão e o controle da ação educacional e do ensino;</p> <p>II - A orientação, supervisão e inspeção dos estabelecimentos de educação e ensino, nos vários níveis e modalidades, públicos e particulares;</p> <p>III - O apoio técnico e didático-pedagógico para as iniciativas educacionais e de ensino e o relacionamento com os demais sistemas de ensino: federal e estadual, em matéria de políticas e de legislação educacionais, incluindo os aspectos: financeiro e técnico;</p> <p>IV - Os estudos e pesquisas permanentes para a avaliação dos recursos financeiros de custeio e investimento do Sistema Municipal de Ensino;</p> <p>V - A assistência e amparo ao estudante, garantindo-lhe o acesso e a permanência em estabelecimentos de educação ou ensino, em atenção ao nível de sua formação, bem como, de sua idade e desenvolvimento;</p> <p>VI - A constante busca pela melhoria e qualidade da educação e do ensino, nos diferentes níveis e/ou modalidades ofertados a comunidade pela sua rede de ensino;</p> <p>VII - As formas de colaboração com a União e os Estados na oferta do ensino obrigatório, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;</p> <p>VIII - As políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações;</p> <p>IX - A elaboração e o acompanhamento do cumprimento do Estatuto do Magistério Público Municipal e o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério e da Educação atuantes na Rede Municipal de Educação e Ensino, ouvindo o Conselho Municipal de Educação;</p> <p>X - A garantia do ensino fundamental obrigatório preferencialmente à população em idade escolar correspondente;</p> <p>O atendimento à população, especialmente, àquela em idade escolar, garantindo a gratuidade do ensino nos estabelecimentos</p> <p>XI - O atendimento à população, especialmente, àquela em idade escolar, garantindo a gratuidade do ensino nos estabelecimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões semanais com os Professores das Salas de Atendimento Educacional Especializado – Salas Multifuncionais para organização do trabalho e troca de experiências - Parceria e contato com a APAE nos atendimentos dos alunos com deficiências mais severas - Parceria com o Programa Espaço Crescer nas avaliações e acompanhamento das Salas de Atendimento Educacional Especializado. - Formação Continuada com Monitores de Educação Especial e Professores de Educação Especial com palestras, estudos e trocas de experiências- 40hs. - Visitas nas salas dos alunos com deficiência.
Diretora de 5ª à 8ª	<p>I - O planejamento, a execução, a supervisão e o controle da ação educacional e do ensino;</p> <p>II - A orientação, supervisão e inspeção dos estabelecimentos de educação e ensino, nos vários níveis e modalidades, públicos e particulares;</p> <p>III - O apoio técnico e didático-pedagógico para as iniciativas educacionais e de ensino e o relacionamento com os demais sistemas de ensino: federal e estadual, em matéria de políticas e de legislação educacionais, incluindo os aspectos: financeiro e técnico;</p> <p>IV - Os estudos e pesquisas permanentes para a avaliação dos recursos financeiros de custeio e investimento do Sistema Municipal de Ensino;</p> <p>V - A assistência e amparo ao estudante, garantindo-lhe o acesso. e a permanência em estabelecimentos de educação ou ensino, em atenção ao nível de sua formação, bem como, de sua idade e desenvolvimento;</p> <p>VI - A constante busca pela melhoria e qualidade da educação e do ensino, nos diferentes níveis e/ou modalidades ofertados a comunidade pela sua rede de ensino;</p> <p>VII - As formas de colaboração com a União e os Estados na oferta do ensino obrigatório, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;</p> <p>VIII - As políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações;</p> <p>A elaboração e o acompanhamento do cumprimento do Estatuto do Magistério Público Municipal e o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério e da Educação atuantes na Rede Municipal de Educação e Ensino, ouvindo o Conselho Municipal de Educação;</p> <p>I - A garantia do ensino fundamental obrigatório preferencialmente à população em idade escolar correspondente;</p> <p>O atendimento à população, especialmente, àquela em idade escolar, garantindo a gratuidade do ensino nos estabelecimentos</p> <p>XI - O atendimento à população, especialmente, àquela em idade escolar, garantindo a gratuidade do ensino nos estabelecimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Sistematização do planejamento anual e plano diário do trabalho dos técnicos agrícolas <input type="checkbox"/> Reuniões mensais com técnicos agrícolas para planejamento e avaliação das ações nas escolas <input type="checkbox"/> Seminário anual de Educação do Campo – 15 e 16 de agosto/2013 <input type="checkbox"/> Definição do calendário das feiras agropedagógicas <input type="checkbox"/> Reunião com os agentes do programa Arca das Letras com distribuição de materiais (livros, revistas e encartes) <input type="checkbox"/> Organização de Cursos de artesanato para mães e professores de arte em parceria com o SENAR <input type="checkbox"/> Viabilização de visitas técnicas para professores e alunos das escolas do campo na EPAGRI e CEDUP VIDAL RAMOS <input type="checkbox"/> Orientação aos gestores e coordenadores sobre o PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO. <input type="checkbox"/> Realização e Acompanhamento da adesão por escola ao PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO. <input type="checkbox"/> Organização das oficinas do PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO por escola. <input type="checkbox"/> Registros do andamento das oficinas.
Encarregado da Merenda	<p>Coordenar o programa de alimentação escolar; supervisionar, orientar e acompanhar a distribuição de merenda nas unidades escolares e nos CEI's, coordenar o controle do estoque dos gêneros alimentícios e do material observando as técnicas exigidas; supervisionar o controle das datas de fabricação e prazos de validade; promoção e participação no projeto hortas escolares e comunitárias; participação de campanhas educativas e treinamento sobre educação alimentar; divulgar a importância da boa alimentação na conservação da saúde física e mental; fornecer instruções ao pessoal envolvido com a merenda escolar; elaborar relatórios mensais; manter um sistema eficiente de controle do estoque dos materiais de usos corrente; realizar inventários periódicos; fornecer subsídios e especificar materiais ao Setor de Compras; operar os equipamentos disponíveis e os sistemas e recursos informatizados, executar outras atividades afins.</p>

Fiscal de Obras	Coordenar e acompanhar a execução do plano de ação do governo municipal e os programas gerais e setoriais inerentes à secretaria; supervisionar os serviços de terraplenagem, abertura de vias públicas e outros serviços; coordenar os trabalhos de recuperação de pavimentação em geral, supervisionar os serviços de obras de esgotos no perímetro urbano; controlar as obras de infraestrutura do sistema viário urbano; coordenar as obras de execução e conservação de obras de saneamento básico e drenagem urbana; supervisionar a execução dos serviços de reformas e/ou de edificações novas executadas pela municipalidade ou; emitir relatórios; executar outras atividades afins.
Secretário Municipal de Habitação	Planejar, coordenar e acompanhar a execução do Plano de ação do governo municipal, os programas gerais e setoriais relativos à habitação; gerir a Política Municipal de Habitação, mediante apresentação de sugestões das diretrizes, estratégias e instrumentos, bem como as prioridades para o seu cumprimento, em especial na área de habitação de interesse social; promover, organizar e fomentar ações, programas, projetos, convênios e contratos relativos à área da habitação; propor diretrizes e critérios para alocação de recursos do Fundo Habitacional Popular; propor uma política de incentivo a associações e cooperativas habitacionais do Município, sem fins lucrativos; dar publicidade as formas e critérios de acesso aos programas habitacionais; garantir a prestação dos serviços municipais inerentes à Secretaria, de acordo com as diretrizes de governo; propor políticas sobre assuntos relativos à pasta; administrar a Secretaria; fomentar o intercâmbio com outros órgãos de habitação da União e do Estado, bem como com as entidades civis e os conselhos de habitação; elaborar e implantar normas e controles referentes à administração do material e do patrimônio da Secretaria; implantar normas e procedimentos para o desenvolvimento das atividades da Secretaria; organizar a prestação dos serviços dos departamentos, setores ou áreas que compõem a Secretaria; promover reuniões periódicas, participar da elaboração dos projetos de leis orçamentárias, coordenar e supervisionar as atividades realizadas pelos servidores lotados na pasta; coordenar projetos; representar a Secretaria nas solenidades e comemorações oficiais do Município; estabelecer as normas internas, respeitando os princípios administrativos gerais; manter o relacionamento de cooperação mútua com todos os órgãos públicos de atendimento à população, respeitando as limitações e atribuições da mesma; atender ao público em geral; realizar outras tarefas afins; agir com lealdade e transparência os assuntos relativos a administração pública; e desenvolver outras atividades correlatas a pasta.
Supervisor I	Responder pelo expediente da Secretaria nos impedimentos legais e temporários, bem como ocasionais, do Titular da Pasta; representar o Secretário, quando for o caso, junto a autoridades e órgãos; exercer a coordenação do relacionamento entre o Secretário e os Diretores dos órgãos da Secretaria, acompanhando o desenvolvimento dos programas, projetos e ações; assessorar o Secretário no desempenho de suas funções, coordenar, assessorar o titular da secretaria, no planejamento das ações voltadas ao desenvolvimento; apoiar tecnicamente projetos e atividades desenvolvidos em quaisquer unidades organizacionais; compete planejar, programar, coordenar, controlar, avaliar, informar das decisões tomadas a fim de aperfeiçoar a qualidade do processo gerencial da Prefeitura; participar da análise e acompanhamento efetuando comparações entre as metas programadas e os resultados atingidos, realizando pesquisas, entrevistas, observação local, utilizando organogramas, fluxogramas e outros recursos, para implantação ou aperfeiçoamento de sistemas e métodos, instrumentos, rotinas e procedimentos administrativos; fazer observações e sugerir medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação, elaborar cronogramas de trabalho para melhor aproveitamento de recursos humanos e economicidade dos projetos elaborados pela Secretaria, bem como fiscalizar o seu cumprimento; dirigir e supervisionar os projetos e as equipes de desenvolvimento; dirigir e coordenar, orientar e determinar os procedimentos; dirigir o processo de encaminhamento dos interessados aos órgãos competentes da Secretaria para atendimento ou solução de consultas e reivindicações, executar competências afins.
Supervisor II	Compete planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades inerentes à área de sua respectiva responsabilidade; com o foco em resultados de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração municipal; emitir, redigir relatórios administrativos mensais, bimestrais e semestrais de prestação de contas da respectiva área de atuação; encaminhar os assuntos pertinentes de sua área de responsabilidade para análise do superior hierárquico; exercer outras atribuições que lhe forem delegadas; compete administrar, fiscalizar, julgar e cadastrar fornecedores ou contribuintes, analisar documentos, propostas e projetos; compete auxiliar no planejamento, programação, coordenação das decisões tomadas a fim de aperfeiçoar a qualidade do processo gerencial da Prefeitura; participar da análise e acompanhamento efetuando comparações entre as metas programadas e os resultados atingidos, realizando pesquisas, entrevistas, observação local, utilizando organogramas, fluxogramas e outros recursos, para implantação ou aperfeiçoamento de sistemas e métodos, instrumentos, rotinas e procedimentos administrativos; redigir documentos e expedir determinações que visam o desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades da em sua área de atuação, elaborar cronogramas de trabalho para melhor aproveitamento de recursos humanos e economicidade dos projetos elaborados pela Secretaria, bem como fiscalizar o seu cumprimento; dirigir e supervisionar os projetos e as equipes de desenvolvimento; dirigir e coordenar, orientar e determinar os procedimentos; dirigir o processo de encaminhamento dos interessados aos órgãos competentes da Secretaria para atendimento ou solução de consultas e reivindicações; executar competências afins.
Supervisor II Habitação	Compete planejar e supervisionar o andamento dos serviços construção de conjuntos habitacionais populares, destinados a pessoas de baixa renda; organizar, realizar, pesquisas, análise e programa e projeto voltados a habitação, coordenar os trabalhos de atualização do banco de dados urbanísticos e habitacionais. assessorar, controlar, fiscalizar as diversas atividades exercidas na área da habitação, atendendo o desenvolvimento da política de programas habitacionais; planejamento habitacional destinado à população carente e sem meios econômicos e financeiros, recenseando seus moradores e detalhando individualmente casos e situações específicas; coordenar reformas habitacionais; acompanhar e supervisionar a implantação dos projetos habitacionais, a ampliação do acesso a lotes mínimos, dotados de infraestrutura básica e serviços públicos; estímulo e assistência técnica e material a projetos comunitários e associativos de construção de habitação e serviços; articulação com órgãos regionais, estaduais e federais na promoção de programas de habitação popular e estímulo à iniciativa privada para aumentar a oferta de moradias adequadas e compatíveis com a capacidade econômica da população; fiscalização e controle, com auxílio das demais secretarias; outras competências definidas na legislação municipal; operar os equipamentos disponíveis e os sistemas e recursos informatizados, executar tarefas afins.
Supervisor III	Compete organizar, dirigir, coordenar, controlar, executar as atividades inerentes à área de sua respectiva responsabilidade; com o foco em resultados de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração municipal; emitir relatórios administrativos mensais, bimestrais e semestrais encaminhar os assuntos pertinentes de sua área de responsabilidade para análise do superior hierárquico; exercer outras atribuições que lhe forem delegadas; compete auxiliar no planejamento, programação, coordenação das decisões tomadas a fim de aperfeiçoar a qualidade do processo gerencial da Prefeitura; realizar pesquisas, entrevistas, observação local, utilizando organogramas, fluxogramas e outros recursos, para implantação ou aperfeiçoamento de sistemas e métodos, instrumentos, rotinas e procedimentos administrativos; redigir documentos e expedir determinações que visam o desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação, elaborar cronogramas de trabalho para melhor aproveitamento de recursos humanos e economicidade dos projetos e das atividades elaboradas pela Secretaria, bem como fiscalizar o seu cumprimento; dirigir e supervisionar os projetos e as equipes de desenvolvimento;

Tesoureiro	Efetuar pagamentos; ser responsável pelos valores entregues à sua guarda; operar os equipamentos disponíveis e os sistemas e recursos informatizados; receber e pagar em moeda corrente; efetuar, nos prazos legais, os recolhimentos devidos e efetuar os recebimentos, de acordo com as Guias de Recebimento e dar o respectivo documento de quitação; efetuar o pagamento das despesas diárias aos servidores devidamente autorizadas; elaborar diariamente a Folha de Caixa (Diário de Caixa); efetuar selagem e autenticação mecânica; elaborar demonstrativos do trabalho realizado e importâncias pagas; informar, dar pareceres de assuntos relativos à competência da tesouraria; preencher com exatidão cheques e encaminhar para assinatura, elaborar e acompanhar o andamento dos demais documentos relativos ao movimento de valores; controlar o vencimento das despesas; efetuar ordem de pagamento bancários, de pessoa diárias e outros; executar tarefas afins.
Encarregado	Responsável por supervisionar e organizar o estoque de produtos, material de expediente e operacional da PMC; organizar e controlar de entradas e saídas de produtos e materiais; alimentar sistema de reposição de estoque; receber e conferir os materiais adquiridos ou cedidos de acordo com o documento de compra (Nota de Empenho e Nota Fiscal); receber, conferir, armazenar e registrar os materiais em estoque; registrar em sistema próprio as notas fiscais dos materiais recebidos; encaminhar ao Departamento de Contabilidade e Finanças as notas fiscais para pagamento; elaborar estatísticas de consumo por materiais e centros de custos para previsão das compras; preservar a qualidade e as quantidades dos materiais estocados; viabilizar o inventário anual dos materiais estocados; garantir que as instalações estejam adequadas para movimentação e retiradas dos materiais visando um atendimento ágil e eficiente; cumprir normas de armazenamento dos materiais estocados.
Diretor de Manutenção	Elaborar, supervisionar e organizar a programação de serviços de manutenção, como: limpeza, conservação nos diversos setores, carpintaria, pintura, hidráulica e eletricidade predial; coordenar os trabalhos de organização e funcionamento dos mais diversos setores, coordenar, encaminhar mercadorias, materiais de construção, móveis quando solicitado; orientar os serviços de limpeza e obstrução de valas; elaborar descritivo de mercadorias; levantamento de preços de produtos e serviços, estabelecer contato com fornecedores, certificar o recebimento de mercadorias; elaborar planilhas de custos; de distribuição e recebimento do produto; controle de estoque.
Chefe de Setor Finanças	Participar da execução do plano de governo; exercer, efetuar, cadastrar informações, empenhos, no sistema de informatização, participar na elaboração de projetos, estudos e pesquisas necessárias ao desenvolvimento das políticas estabelecidas pelo governo municipal; assessorar os servidores dos diversos setores; manter atualizado sistemas de informação e gerenciamento; redigir textos aprovados e dar devidos encaminhamentos aos diversos setores.
Chefe de Setor da Agricultura/Rural	Participar da execução do plano de governo; exercer, efetuar, cadastrar informações, empenhos, no sistema de informatização, participar na elaboração de projetos, estudos e pesquisas necessárias ao desenvolvimento das políticas estabelecidas pelo governo municipal; assessorar os servidores dos diversos setores; manter atualizado sistemas de informação e gerenciamento dos programas da secretaria; redigir textos aprovados e dar devidos encaminhamentos aos diversos setores.
Chefe de Setor do Planejamento	Participar da execução do plano de governo; exercer, efetuar, cadastrar informações, empenhos, no sistema de informatização, participar na elaboração de projetos, estudos e pesquisas necessárias ao desenvolvimento das políticas estabelecidas pelo governo municipal; assessorar os servidores dos diversos setores; manter atualizado sistemas de informação e gerenciamento de entradas de projetos de edificações, de desmembramento e loteamentos; redigir textos e dar devidos encaminhamentos aos diversos setores.
Chefe de Setor da Saúde	Participar da execução do plano de governo; exercer, efetuar, cadastrar informações, empenhos, no sistema de informatização, participar na elaboração de projetos, estudos e pesquisas necessárias ao desenvolvimento das políticas estabelecidas pelo governo municipal; assessorar os servidores dos diversos setores; manter atualizado sistemas de informação e gerenciamento de prontuários médicos e fichas; redigir textos aprovados e dar devidos encaminhamentos aos diversos setores.

LEI Nº 5.479/2014

LEI Nº. 5.479 DE 19/12/2014

"AUTORIZA A BAIXA DE RESTRIÇÕES E RECEBIMENTO POR DOAÇÃO DE ÁREAS DE TERRAS COM A CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizada a baixa nas restrições referentes a inalienabilidade e atividade nos termos da Lei Municipal nº 992/71 constantes nas matrículas nº 22.906, 31.010, 31.011, 31.012 e 31.013, todas registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas, SC, sendo todos os imóveis de propriedade da CONSTRUZA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

Art. 2º Fica condicionado o artigo anterior, através do instituto da doação em favor do município de Canoinhas/SC, os imóveis constantes nas matrículas nº. 37.007, com área de terras de 2.771,56 m² (dois mil, setecentos e setenta e um metros e cinquenta e seis décímetros), e matrícula nº. 30.582, com área de terras de 6.355,95 m² (seis mil, trezentos e cinquenta e cinco metros e noventa e cinco décímetros).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.480/2014

LEI Nº. 5.480 DE 19/12/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e obter resultados socioeconômicos a curto, médio e longo prazo, em favor da empresa "JTI KANNENBERG COMÉRCIO DE TABACOS LTDA", inscrita no CNPJ nº. 95.428.231/0018-55, através dos seguintes benefícios:

I. Concessão de até 300m³ (trezentos metros cúbicos) de material para revestimento do pátio de manobra, bem como até 05 horas-máquina necessárias para a distribuição e acabamento.

Art. 2º - Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental, cabendo à empresa a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos ambientais junto aos órgãos competentes, caso necessário.

Art. 3º - O material acima mencionado será utilizado para dar continuidade ao projeto de implantação da unidade em nosso município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de dezembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.481/2014

LEI Nº. 5.481 DE 19/12/2014

"Aprova o Plano Municipal DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do Município de Canoinhas-sc"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Canoinhas, documento em anexo, elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Comissão para Elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Canoinhas-SC - nomeados por meio da Resolução CMDCA nº.04/2014, com base nos eixos, nas diretrizes e nos objetivos estratégicos do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, aprovados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em consonância com o Seminário Municipal realizado em 28 de maio de 2014, observados o Mapa da Criança e do Adolescente, Plano Municipal de Assistência Social, Plano Municipal de Saúde, Plano Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 19 de dezembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 31/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/14

HOMOLOGAÇÃO: 22/12/14

CONTRATADO: SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE DROGARIA/FARMÁCIA, LOCALIZADO(A) NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA REVISTA DA ABCFARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO ANO DE 2014.

VALOR DA DESPESA: R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais)

DATA: 23/12/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 34/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/14

HOMOLOGAÇÃO: 23/12/14

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS CANOINHAS/JOINVILLE/JARAGUÁ DO SUL/FLORIANÓPOLIS/CANOINHAS, DESTINADAS A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO QUE NECESSITEM DE TRATAMENTO ESPECIALIZADO NOS MUNICÍPIOS DE JOINVILLE, JARAGUÁ DO SUL E FLORIANÓPOLIS PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 655.180,00 (seiscentos e cinquenta e cinco mil cento e oitenta reais)

DATA: 23/12/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° FMAS 16/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/5

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINH

Data: 23/12/2014

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 20/2014

Data de Abertura: 22/12/2014

Pregoeiro: PAULO CESAR SAFANELLI

LOTE: 1

Código	Classificados
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP CNPJ: 12.674.048/0001-64

Item nº	Código	Descrição
1	18433	ALFINETE
2	17167	ALMOFADA P/ CARIMBO N°3
3	111040792	APONTADOR PLASTICO COM RESERVATORIO QUADRADO OU SIMILAR
4	8120	APLICADOR DE SILICONE
5	13981	APLICADOR COLA QUENTE SILICONE 11MM
6	13982	CAIXA DE PAPELÃO PARA ARQUIVO MORTO MEDIDAS MÍNIMAS 344X125X
7	8855	BARBANTE FIO CRU N° 08, ROLO COM 70M
8	13983	BASTÃO DE SILICONE PARA COLA QUENTE 7MMX30CM.
9	13984	BASTÃO DE SILICONE PARA COLA QUENTE 11MM X 30CM
10	13985	BLOCO DE POST-IT GDE C/ 01 BLOCO DE 100 FOLHAS 102MM X 76MM
11	13987	BOBINA DE PAPEL PARDO 1,20 X 80MM C/ 200M
12	1088	BORRACHA BRANCA M 40
13	13991	CADERNO PEQUENO, CAPA DURA 100 FOLHAS, FORMATO APROXIMADO
14	13993	CALCULADORA DE MESA 12 DIGITOS 100MM X 140MM
15	14122	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL PONTA MÉDIA
16	14123	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA PONTA MÉDIA
17	14124	CANETA ESFEROGRAFICA NA COR VERMELHA PONTA MÉDIA
18	13995	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA GROSSA COR AZUL
19	13996	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA GROSSA PRETA
20	13997	CANETA ESFEROGRÁFICA GROSSA COR VERMELHA
21	13998	CANETA HIDROCOR, ESTOJO C/ 12 CORES, PONTA 0.4MM
22	10789	CANETA P/ CD PONTA GROSSA
23	24415	CANETA MARCA TEXTO
24	13999	CANETA P/ E.V.A COR PRETA
25	14000	CANETA P/ E.V.A COR VERMELHA
26	8969	CAIXA CORRESPONDÊNCIA TRIPLA EM ACRÍLICO COR CRISTAL
27	14001	CARTOPLEX DIVERSAS CORES 66 X 50CM
28	1931	CORRETIVO LÍQUIDO, A BASE DE ÁGUA, ATÓXICO, SECAGEM RÁPIDA,
29	935	CD-R VIRGEM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 700 MB/80 MIN
30	25315	CD RW TUDO C/ 100 UNIDADES 700MB 80M
31	8728	DVD-R 4.7 GB
32	9414	ELÁSTICO EM LATEX N° 18 EMB 100GR
33	2545	EMBORRACHADO E.V.A 59,5 X 40CM DIVERSAS CORES
34	14002	COLA INSTANTÂNEA 03 GR
35	14003	CLIPES N° 0 CX C/ 100 UN
36	14004	CLIPES N° 1.0 CX C/ 100 UN
37	14005	CLIPES N° 2.0 CX C/ 100 UN
38	14126	CLIPES N° 4,0 CAIXA COM 100 UNIDADE
39	14006	CLIPES N° 6.0 CX C/ 100 UN
40	14007	CLIPES N° 8.0 CX C/ 100 UN
41	14127	CLIPS BINDER 15MM, CAIXA COM 12
42	14128	CLIPS BINDER 25 MM, CAIXA COM 12
43	14129	CLIPS BINDER 41 MM, CAIXA COM 12
44	14130	CLIPS BINDER 51 MM, COM 12
45	2203	COLA LÍQUIDA BRANCA PARA PAPEL TUBO C/ 40 GR.
46	14131	COLA EM BASTÃO MÍNIMO 08 GRAMAS
47	14237	COLA PARA ISOPOR, DE 40 G

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINH

Página: 2/5

Data: 23/12/2014

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 20/2014	Data de Abertura: 22/12/2014
Pregoeiro: PAULO CESAR SAFANELLI	

Item nº	Código	Descrição
48	2039	ENVELOPE PARDO 240MM x 340MM SEM TIMBRE
49	14011	ENVELOPE PARDO 260MM x 360MM SEM TIMBRE
50	14012	ENVELOPE BRANCO 114MM X 229MM SEM TIMBRE
51	14013	ESPIRAL 12MM C/ 100 UN
52	14014	ESPIRAL 14MM C/ 100 UN
53	14015	ESPIRAL 17MM C/ 100 UN
54	14016	ESPIRAL 20MM C/ 100 UN
55	2474	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12X40
56	36421	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48MMX50M
57	2098	FITA CREPE (19 X 50)
58	14020	FITA CREPE 45MM X 50M
59	14021	FITA DUPLA FACE 12MM X 40M
60	11016	FITA DUPLA FACE 18 X 30
61	14022	FITA PLASTICA MARRON 48MM X 50M
69	14029	LÂMINA DE ISOPOR DE 15MM
70	14030	LÂMINA DE ISOPOR DE 20MM
71	14031	LÂMINA DE ISOPOR DE 25MM
72	14032	LÁPIS BORRACHA, CX C/ 12 UN.
73	1961	LÁPIS PRETO N.º 2 (FABRICAÇÃO NACIONAL)
74	20151	LAPISEIRA GRAFITE 0,7
75	11018	MOLHA DEDO. GLICERINA 12G
76	39519	LIVRO ATA C/ 50 PÁGINAS
77	14034	ORGANIZADOR PORTA CANETA TRIPLO, ACRÍLICO.
78	14035	PAPEL ALMAÇO A4, C/ PAUTA. PACTE C/ 16 FLS.
79	2605	PAPEL CREPOM 0,48 CM X 2,00M, DIVERSAS CORES
80	14037	PAPEL DUPLA FACE, 48CM X 66CM, DIVERSAS CORES
81	14038	PAPEL FOTO BRILHANTE GLOSSY, TAM. A4, CX C/ 50 FLS
82	14039	PAPEL GRANITO, BCO TAM. A4, CX C/ 50 FLS
83	14040	PAPEL MILIMETRADO A4, CX C/ 50 FLS.
84	14041	PAPEL SEDA 466MM X 659MM
85	6581	PERCEVEJO LATONADO, CAIXA C/ 100 UND
86	14043	PAPEL CARTÃO FOSCO 280G, 50 X 70 PCTE 10 CORES
87	14044	PAPEL CAMURÇA 40 X 60, VÁRIAS CORES
88	13990	CADERNO GDE, CAPA DURA, 200 FOLHAS, 10 MAT, ESPIRAL 208X280M
89	14047	PAPEL SULFITE 75G, 210 X 297, COLORIDO
90	14048	PAPEL DE SEDA 50 X 70, VÁRIAS CORES
91	2619	PAPEL LAMINADO 66 X 50 CM, VÁRIAS CORES
92	14050	PAPEL VERGÊ 85G 210 X 297, VÁRIAS CORES CX C/ 50 FLS
93	1919	PAPEL VERGE 180G, MEDINDO 210X297CM, CORES DIVERSAS, PCT C50
94	14052	PASTA PLÁSTICA C/ ELÁSTICO, DIVERSAS CORES
95	14053	PASTA POLIONDA C/ ELÁSTICO, 7CM DIVERSAS CORES
96	14054	PASTA POLIONDA C/ ELÁSTICO, 5CM DIVERSAS CORES
97	14055	PASTA AZ, 35 X 28 X 8CM
98	14056	PASTA AZ, 35 X 28 X 5CM
99	14172	PASTA C/ GRAMPO TRILHO, EM PAPELÃO, TAMANHO A4
100	14071	PORTA CLIPS C/ IMA.
101	14072	PRANCHETA ACRÍLICA, TAM. A4.
102	2421	RÉGUA PLÁSTICA TRANSPARENTE 30 CM, GRADUAÇÃO MILIMÉTRICA
103	14138	RÉGUA EM POLIESTER CRISTAL TRANSPARENTE COM 30 CM , ESCALA
104	14076	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, TAM.OFÍCIO, C/ 04 FUROS
106	14078	TESOURA INOX MULTIUSO, 20 CM

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINH

Página: 3/5

Data: 23/12/2014

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 20/2014	Data de Abertura: 22/12/2014
Pregoeiro: PAULO CESAR SAFANELLI	

Item nº	Código	Descrição
107	14079	TINTA P/ CARIMBO 42 ML, NA COR PRETA
113	14086	PAPEL CARBONO AZUL OU PRETO A4 CX C/ 100 FLS
114	14088	AGENDA TELEFONICA INDICE A/Z, CAPA DURA, ESPIRAL TAM. AP 122
115	14089	CANETA PONTA FINA P/ MARCAR CD/TUBO DE ENSAIO AZUL OU PRETO
116	14090	AGENDA ANUAL, TAM. 132 X 212 MM
119	14139	SUPORTE PARA FITA ADESIVA GRANDE DE MESA, COM CORTADOR META
120	13850	BALÕES LATEX NATURAL Nº 7 C/ 50 UNID. COR AZUL.
121	13851	BALÕES LATEX NATURAL Nº 7 C/ 50 UNID. COR BRANCO.
122	13852	BALÕES LATEX NATURAL Nº 7 C/ 50 UNID. COR VERDE.
123	13853	BALÕES LATEX NATURAL Nº 7 C/ 50 UNID. COR VERMELHO.
124	15063	BALÕES LATEX NATURAL Nº 7 C/ 50 UNID. COR PRETA
125	13854	BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID CORES SORTIDAS
126	13855	BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID CORE AMARELO.
127	13856	BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR AZUL.
128	13857	BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR LARAJA.
129	13858	BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR LILÁS.
130	13859	BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR ROSA.
131	13860	BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR VERDE.
132	13861	BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR VERMELHO.
133	13862	BARRA DE ISOPOR 5 MM.
134	2606	BOLAS DE ISOPOR 100 MM
135	1005	BOLAS DE ISOPOR 50 MM
136	1006	BOLAS DE ISOPOR 35MM
137	13867	CARIMBO PERFURADOR P/ EVA
138	2608	COLA COLORIDA CXA C/ 6 UNIDADES, ATOXICA, GLICERINA, SEM SOL
139	2609	COLA COLORIDA COM GLITTER, CXA C/ 6 UNID. ATOXICA, GLICERINA
140	2610	COLA PARA EVA 35 G
141	14369	COLA PARA LANTEJOULA 90G
142	13871	COLA RELEVO C/ 6 FRASCOS DE 20G.
143	13872	DIMENSIONAL GLITTER VÁRIAS CORES 35 ML
144	14370	FITA EM TECIDO MOTIVOS DIVERSOS 10M
145	13874	FITA FITILHO LARGO PLÁSTICO 10 M
147	2612	KIT DE PINTURA FACIL C/ 06 CORES
148	13876	LAÇO PRONTO 1,7 X 38 CM C/ 10 UNID.
149	13877	LÁPIS DE CERA GIZÃO CXA C/ 12 CORES.
150	13878	LÁPIS DE COR SEXTAVADO C/ 12 CORES C/ CERTIFICADO FSC.
151	14105	LÁPISEIRA 0.5
152	13879	MASSA DE MODELAR C/ 06 CORES, 80 G
153	2614	REFIL PARA LAPISEIRA 0,5 C; 12 UNID
154	14107	REFIL P/ LAPISEIRA 0.7 C/ 12 UNID.
155	14141	TESOURA DE PICOTE GRANDE, MIN, 15 CM
156	14142	TINTA ACRIPUFF 35ML, VARIAS CORES
157	13881	TINTA DIMENSIONAL METÁLICO ML
158	2615	TINTA GUACHE 250 ML
159	2616	PASTA SUSPENSÁ MARMORIZADA, COM VISOR
160	2617	PASTAS SUSPENSÁ KRAFT COM VISOR
161	14371	LANTEJOULA 6MM, DIVERSAS CORES, PCTE. 100 GR
162	1009	COLCHETE Nº 08, CAIXA COM NO MINI. 72
163	14144	COLCHETE Nº 10, CAIXA COM NO MIN. 72 UNID
164	14146	PASTA SANFONA A4, COM 31 DIVISÓRIAS
165	14153	EMBORRACHADO E.V.A COM BOLINHAS, COM 2MM, 40 CMX60CM

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINH

Página: 4/5
Data: 23/12/2014

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 20/2014 Data de Abertura: 22/12/2014
Pregoeiro: PAULO CESAR SAFANELLI

Item nº	Código	Descrição
166	14154	EMBORRACHADO E.V.A COM GLITTER, COM 2MM, 40 CM X 60 CM
167	14155	EMBORRACHADO E.V.A FELPUDO COM 2MM, 40CM X 60 CM
168	14156	EMBORRACHADO E.V.A LISTRADO COM 2MM, 40CMX 60 CM
169	14157	EMBORRACHADO E.V.A XADREZ 2MM, 40CM X 60 CM
170	14159	LAPIS DE COR SEXTAVADO,TAMANHO GRANDE C/ 24 CORES C/ CERTIFI
171	14160	LAPIS DE COR SEXTAVADO AQUARELO, TAMANHO GRANDE, C/ 24 CORES
172	14161	PASTA PLASTICA PARA ARQUIVO MORTO
173	14163	PASTA C/ GRAMPO TRILHO, PLASTICA, TAMANHO A4
174	26298	PASTA PLÁSTICA OFÍCIO EM L
175	14164	CAPA DE POLIPROPILENO PARA ENCADERNAÇÃO , TAMANHO A4
177	14167	ESPIRAL 07MM C/ 48 UNIDADES
178	14168	ESPIRAL 33MM C/ 27 UNIDADES
179	14169	BOLAS DE ISOPOR 150MM
180	14058	PASTA C/ ABA ELÁSTICA, EM PAPELÃO, TAM. A4
183	111040789	PINCEL P/QUADRO BRANCO, AZUL, PONTA DE NYLON
184	111040790	PINCEL P/QUADRO BRANCO, PRETO, PONTA DE NYLON
185	111040791	PINCEL P/QUADRO BRANCO, VERMELHO,PONTA DE NYLON
187	1040186	CORDÃO PARA CRACHÁ, COR AZUL ESCURO, LISO, 85CM, COM PRESILH
188	42696	PEN DRIVE 08 GB
189	42697	PENDRIVE 16 GB
190	111040797	ELASTICO EM LATEX Nº 18 EMB 500 GR
191	14075	ROLOS PAPEL CONTACT TRANSPARENTE ROLO C/ 10 METROS.
192	111040785	PINCEL ATOMICO AZUL, PONTA DE NYLON
193	111040786	PINCEL ATOMICO PRETO, PONTA DE NYLON
194	111040787	PINCEL ATOMICO VERDE, PONTA DE NYLON
195	111040788	PINCEL ATOMICO VERMELHO, PONTA DE NYLON
196	22298	CAIXA DE PAPEL A4 COM 10 RESMAS

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	22.171,5000	22/12/2014 10:17:53
2	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	22.170,0000	22/12/2014 10:18:32

Foi declarado vencedor do lote 1 deste Pregão o fornecedor COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP pelo valor de R\$ 22.170,00 (vinte e dois mil cento e setenta reais).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: PAULO CESAR SAFANELLI

-

COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP

-

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINH

Página: 5/5
Data: 23/12/2014

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 20/2014	Data de Abertura: 22/12/2014
Pregoeiro: PAULO CESAR SAFANELLI	

LOTE: 3

Código	Classificados
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP CNPJ: 12.674.048/0001-64

Item nº	Código	Descrição
105	14077	TECIDO TNT 1.40 M LARGURA DIVERSAS CORES.
108	14080	TINTA P/ TECIDO 250 ML, SOLUVEL EM AGUA, NÃO TÓXICA, DIVERSA
109	14081	TINTA SPRAY, FRASCO C/ 400 ML, COR BRANCO.
110	14082	TINTA SPRAY, FRASCO C/ 400 ML, COR DOURADO.
111	14083	TINTA SPRAY, FRASCO C/ 400 ML, COR PRATA.
112	14084	TINTA SPRAY, FRASCO C/ 400 ML, COR PRETA.

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	2.145,9000	22/12/2014 10:18:47
2	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	2.145,0000	22/12/2014 10:19:05

Foi declarado vencedor do lote 3 deste Pregão o fornecedor COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP pelo valor de R\$ 2.145,00 (dois mil cento e quarenta e cinco reais).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: PAULO CESAR SAFANELLI

-

COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP

-

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 31/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Total dos Itens Vencedores: 175.000,00

Processo / Ano: 47/2014
Licitação.....: 31/2014 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE DROGARIA/FARMÁCIA, LOCALIZADO(A) NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA REVISTA DA ABCFARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACEÚTICO) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE NO ANO DE 2014.

Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1 - 887 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - Unidade: UN

13102	SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA		1,000	0,0000	175.000,0000	175.000,00	Venceu	0
-------	------------------------------------	--	-------	--------	--------------	------------	--------	---

Canoinhas, Em	
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK -	EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
JOSE CARLOS HERBST -	CRC/SC 031639/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° FMS 32/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/4

Total dos Itens Vencedores: 9.700,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 48/2014

Licitação.....: 32/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO AMBULÂNCIA PEUGEOT 97, PLACAS MHC-3325, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 9311 - ANEL TRAVA - Unidade: UN							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	1,000	0,0000	30,7500	30,75	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 17097 - ARVORE PRIMÁRIA - Unidade: UN							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	1,000	0,0000	1.423,8441	1.423,84	Venceu	1 *****
Item.....: 3	- 311042938 - DUTO DIFERENCIAL - Unidade: UN							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	1,000	0,0000	38,6968	38,70	Venceu	1 *****
Item.....: 4	- 17095 - ENGRENAGEM - Unidade: UN							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	1,000	0,0000	554,6543	554,65	Venceu	1 *****
Item.....: 5	- 17095 - ENGRENAGEM - Unidade: UN							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	1,000	0,0000	796,7574	796,76	Venceu	1 *****
Item.....: 6	- 311042939 - ESFERA CAIXA - Unidade: UN							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	3,000	0,0000	6,1518	18,46	Venceu	1 *****
Item.....: 7	- 311042940 - FLANGE DIFERENCIAL LAT - Unidade: UN							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	1,000	0,0000	317,5123	317,51	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/4

Processo / Ano: 48/2014 Processo Administrativo: 9.700,00

Licitação.....: 32/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO AMBULÂNCIA PEUGEOT 97, PLACAS MHC-3325, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<u>Item.....: 8</u>	<u>- 8029 - KIT REVISÃO - Unidade: UN</u>							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	1,000	0,0000	1.038,8605	1.038,86	Venceu	1 ****
<u>Item.....: 9</u>	<u>- 311042941 - MOLA COMANDO INTERNO - Unidade: UN</u>							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	3,000	0,0000	39,6890	119,07	Venceu	1 ****
<u>Item.....: 10</u>	<u>- 311042942 - OLEO SAE80W90 GL5 - Unidade: LT</u>							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	4,000	0,0000	14,6849	58,74	Venceu	1 ****
<u>Item.....: 11</u>	<u>- 311042943 - PINHÃO VELOCÍMETRO - Unidade: UN</u>							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	1,000	0,0000	136,9272	136,93	Venceu	1 ****
<u>Item.....: 12</u>	<u>- 311042944 - PORCA BELEVILE - Unidade: UN</u>							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	1,000	0,0000	38,6968	38,70	Venceu	1 ****
<u>Item.....: 13</u>	<u>- 311042945 - ROLAMENTO CAIXA - Unidade: UN</u>							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	1,000	0,0000	869,1899	869,19	Venceu	1 ****
<u>Item.....: 14</u>	<u>- 8191 - SELANTE CAMISA - Unidade: UN</u>							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	1,000	0,0000	17,8601	17,86	Venceu	1 ****

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/4

Processo / Ano: 48/2014 Processo Administrativo: 9.700,00

Licitação.....: 32/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE PECAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO AMBULÂNCIA PEUGEOT 97, PLACAS MHC-3325, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 15	- 311042946	- SICRONIZADO COMPLETO - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	1,000	0,0000	745,1616	745,16	Venceu	1 ****
Item.....: 16	- 311042947	- SICRONIZADOR COMPLETO - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	1,000	0,0000	1.214,4845	1.214,48	Venceu	1 ****
Item.....: 17	- 311042947	- SICRONIZADOR COMPLETO - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	1,000	0,0000	890,2250	890,23	Venceu	1 ****
Item.....: 18	- 22017	- TAMPÃO - Unidade: UN						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	ORIGINAL	3,000	0,0000	26,7901	80,37	Venceu	1 ****

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/4

Processo / Ano: 48/2014 Processo Administrativo: 9.700,00

Licitação.....: 32/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO AMBULÂNCIA PEUGEOT 97, PLACAS MHC-3325, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 19	-	21265	-	SERVIÇOS	-	Unidade: SER		
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	RETIFICA MOTOCAR	1,000	0,0000	1.309,7381	1.309,74	Venceu	1 ****

Canoinhas, Em	
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK -	EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
JOSE CARLOS HERBST -	CRC/SC 031639/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 33/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/6

Total dos Itens Vencedores: 45.148,40

Processo / Ano: 49/2014
Licitação.....: 33/2014 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALAR E ODONTOLÓGICOS A SEREM UTILIZADOS NAS ADEQUAÇÕES DAS UNIDADES BÁSICAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 50 - 311042405 - CILINDRO O2 KIT DE OXIGÊNIO - Unidade: UN

13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		3.000	0,0000	983,3333	2.950,00	Venceu	1 *****
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		3.000	0,0000	990,0000	2.970,00	Indefinido	2
11729	SMART POINT LTDA.		3.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		3.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		3.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 51 - 311042964 - VÁLVULA BOMBA DE VÁCUO PARA 04 CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICA - Unidade: UN

13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		1.000	0,0000	1.766,0500	1.766,05	Venceu	1 *****
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		1.000	0,0000	2.400,0000	2.400,00	Indefinido	2
13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		1.000	0,0000	3.400,0000	3.400,00	Perdeu	3
11729	SMART POINT LTDA.		1.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 52 - 44033 - QUADRO BRANCO - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	STALO	6.000	0,0000	119,8592	719,16	Venceu	1 *****
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		6.000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	2
11729	SMART POINT LTDA.		6.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		6.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		6.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 53 - 311042433 - LONGARINA PVC 3 LUGARES VERDE ESCURO - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	REALME	20.000	0,0000	338,6021	6.772,04	Venceu	1 *****
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/6

Processo / Ano: 49/2014 Processo Administrativo: 45.148,40

Licitação.....: 33/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALAR E ODONTOLÓGICOS A SEREM UTILIZADOS NAS ADEQUAÇÕES DAS UNIDADES BÁSICAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 53 - 311042433 - LONGARINA PVC 3 LUGARES VERDE ESCURO - Unidade: UN

11729	SMART POINT LTDA.		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 54 - 311042434 - TROCADOR DE FRAUDAS - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	HENN	2,000	0,0000	509,4014	1.018,80	Venceu	1 *****
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	2
11729	SMART POINT LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 55 - 6477 - FORNO MICROONDAS - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	MIDEA	5,000	0,0000	439,3900	2.196,95	Venceu	1 *****
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	2
13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		5,000	0,0000	439,4000	2.197,00	Perdeu	3
13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		5,000	0,0000	500,0000	2.500,00	Perdeu	4
11729	SMART POINT LTDA.		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 56 - 311042457 - KIT INSTRUMENTAIS CIRURGICOS RETIRADA DE PONTOS - Unidade: KIT

13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		30,000	0,0000	123,5000	3.705,00	Venceu	1 *****
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	2
11729	SMART POINT LTDA.		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/6

Processo / Ano: 49/2014 Processo Administrativo: 45.148,40

Licitação.....: 33/2014 - PR 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALAR E ODONTOLÓGICOS A SEREM UTILIZADOS NAS ADEQUAÇÕES DAS UNIDADES BÁSICAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 56 - 311042457 - KIT INSTRUMENTAIS CIRURGICOS RETIRADA DE PONTOS - Unidade: KIT

13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
-------	-------------------------------------------	--	--------	--------	--------	------	-----------	---

Item.....: 57 - 311042458 - KIT INSTRUMENTAIS CIR. PARA CURATIVO - Unidade: KIT

13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		30,000	0,0000	105,9300	3.177,90	Venceu	1 ****
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefnido	2
11729	SMART POINT LTDA.		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 58 - 311042459 - KIT INSTRUMENTAIS CIR.PARA SUTURAS EM GERAL - Unidade: KIT

13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		30,000	0,0000	142,2500	4.267,50	Venceu	1 ****
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefnido	2
11729	SMART POINT LTDA.		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 59 - 311042965 - TABUA DE EQUILIBRIO PARA PROPIOCEPCÃO - Unidade: UN

13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		1,000	0,0000	190,7827	190,78	Venceu	1 ****
13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		1,000	0,0000	85,9900	85,99	Perdeu	2
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		1,000	0,0000	200,0000	200,00	Indefnido	3
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CARCI	1,000	0,0000	200,0000	200,00	Perdeu	4
11729	SMART POINT LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/6

Processo / Ano: 49/2014 Processo Administrativo: 45.148,40

Licitação.....: 33/2014 - PR

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALAR E ODONTOLÓGICOS A SEREM UTILIZADOS NAS ADEQUAÇÕES DAS UNIDADES BÁSICAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 60 - 311042966 - PLATAFORMA VIBRATORIA VERTICAL - Unidade: UN

13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		1,000	0,0000	906,2177	906,22	Venceu	1 *****
13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		1,000	0,0000	1.818,7000	1.818,70	Perdeu	2
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		1,000	0,0000	950,0000	950,00	Indefinido	3
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ISP	1,000	0,0000	950,0000	950,00	Perdeu	4
11729	SMART POINT LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 61 - 311042967 - DISCO FLEXIVEL INFLAVEL DE PROPRIOCEPÇÃO - Unidade: UN

13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		1,000	0,0000	152,6261	152,63	Venceu	1 *****
13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		1,000	0,0000	83,2500	83,25	Perdeu	2
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		1,000	0,0000	159,0000	159,00	Indefinido	3
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CARCI	1,000	0,0000	160,0000	160,00	Perdeu	4
11729	SMART POINT LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 62 - 311042968 - LASERPULSE SEM CANETA - Unidade: UN

13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		1,000	0,0000	953,9133	953,91	Venceu	1 *****
13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		1,000	0,0000	757,0100	757,01	Perdeu	2
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		1,000	0,0000	999,0000	999,00	Indefinido	3
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	LASERMED	1,000	0,0000	1.000,0000	1.000,00	Perdeu	4
11729	SMART POINT LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 63 - 311042969 - LASERPULSE COM CANETA - Unidade: UN

13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		1,000	0,0000	2.289,3920	2.289,39	Venceu	1 *****
13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		1,000	0,0000	2.449,1800	2.449,18	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/6

Processo / Ano: 49/2014 Processo Administrativo: 45.148,40

Licitação.....: 33/2014 - PR

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALAR E ODONTOLÓGICOS A SEREM UTILIZADOS NAS ADEQUAÇÕES DAS UNIDADES BÁSICAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 63 - 311042969 - LASERPULSE.COM.CANETA - Unidade: UN

16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		1,000	0,0000	2.400,0000	2.400,00	Indefnido	3
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	LASERMED	1,000	0,0000	2.400,0000	2.400,00	Perdeu	4
11729	SMART POINT LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 64 - 311042971 - CADEIRA DE COMBO - Unidade: UN

13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		1,000	0,0000	1.907,8267	1.907,83	Venceu	1 ****
13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		1,000	0,0000	1.637,2200	1.637,22	Perdeu	2
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		1,000	0,0000	1.999,0000	1.999,00	Indefnido	3
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ZILMOVEIS	1,000	0,0000	2.000,0000	2.000,00	Perdeu	4
11729	SMART POINT LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 65 - 311042970 - SONOPULSE 1.0 MHz E 3.0 MHz - Unidade: UN

13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		1,000	0,0000	1.899,2415	1.899,24	Venceu	1 ****
13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		1,000	0,0000	1.504,3900	1.504,39	Perdeu	2
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		1,000	0,0000	1.990,0000	1.990,00	Indefnido	3
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	SONOMED	1,000	0,0000	1.990,0000	1.990,00	Perdeu	4
11729	SMART POINT LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 66 - 8511 - APARELHO TELEFÔNICO SEM FIO - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		15,000	0,0000	118,3333	1.775,00	Venceu	1 ****
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI	INTELBRAS	15,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefnido	2
13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		15,000	0,0000	118,4300	1.776,45	Perdeu	3
13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		15,000	0,0000	120,0000	1.800,00	Perdeu	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/6

Processo / Ano: 49/2014
Licitação.....: 33/2014 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALAR E ODONTOLÓGICOS A SEREM UTILIZADOS NAS ADEQUAÇÕES DAS UNIDADES BÁSICAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
45.148,40

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 66	- 8511	- APARELHO TELEFÔNICO SEM FIO - Unidade: UN						
11729	SMART POINT LTDA.		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 67	- 44461	- RELOGIO PONTO BIOMETRICO - Unidade: UN						
11729	SMART POINT LTDA.	HENRY	4.000	0,0000	2.125,0000	8.500,00	Venceu	1 *****
16447	JETMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E FISI		4.000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		4.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13251	ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME		4.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13255	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA		4.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	- Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	- SUPLENTE
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK -	- EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	- EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	- 28.754/SC
JOSE CARLOS HERBST -	- CRC/SC 031639/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 34/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano: 50/2014		Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		Total dos Itens Vencedores: 655.180,00				
Licitação.....: 34/2014 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS CANOINHAS/JOINVILLE/JARAGUÁ DO SUL/FLORIANÓPOLIS/CANOINHAS, DESTINADAS A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO QUE NECESSITEM DE TRATAMENTO ESPECIALIZADO NOS MUNICÍPIOS DE JOINVILLE , JARAGUÁ DO SUL E FLORIANÓPOLIS PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<hr/>								
Item.....: 1	-	42420	- PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL CANOINHAS/JOINVILLE - Unidade: UN					
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		5.000,000	0,0000	33,4800	167.400,00	Venceu	1 *****
<hr/>								
Item.....: 2	-	42423	- PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL JOINVILLE/CANOINHAS - Unidade: UN					
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		5.000,000	0,0000	34,5800	172.900,00	Venceu	1 *****
<hr/>								
Item.....: 3	-	42419	- PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL CANOINHAS/JARAGUÁ DO SUL - Unidade: UN					
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		1.000,000	0,0000	33,4800	33.480,00	Venceu	1 *****
<hr/>								
Item.....: 4	-	42422	- PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL JARAGUÁ DO SUL/CANOINHAS - Unidade: UN					
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		1.000,000	0,0000	34,5800	34.580,00	Venceu	1 *****
<hr/>								
Item.....: 5	-	42418	- PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL CANOINHAS/FLORIANÓPOLIS - Unidade: UN					
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		2.000,000	0,0000	61,3500	122.700,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

Processo / Ano: 50/2014		Processo Administrativo:		655.180,00	
Licitação.....:	34/2014 - PR	1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL				
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS CANOINHAS/JOINVILLE/JARAGUÁ DO SUL/FLORIANÓPOLIS/CANOINHAS, DESTINADAS A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO QUE NECESSITEM DE TRATAMENTO ESPECIALIZADO NOS MUNICÍPIOS DE JOINVILLE , JARAGUÁ DO SUL E FLORIANÓPOLIS PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.				

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 6	-	42421	-	PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL FLORIANÓPOLIS/CANOINHAS -	Unidade: UN			
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		2.000.000	0,0000	62,0600	124.120,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em	
PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)	
MARCIANO FERNANDES CORREA - - SUPLENTE	
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK - - EQUIPE DE APOIO	
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE	
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC	
JOSE CARLOS HERBST - - CRC/SC 031639/O-0	

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 143/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Total dos Itens Vencedores: 12.210,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 211/2014

Licitação.....: 143/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE CARNÊS, PARA PAGAMENTO DO IPTU 2014, MONTADOS, SERRILHADOS, LOMBADOS, COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1 - 10785 - CARNÊ DE IPTU - Unidade: UN

11920	OMEGA ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA	OMEGA ENGENHAF	18.500.000	0.0000	0.6600	12.210.00	Venceu	1 *****
-------	-----------------------------------	----------------	------------	--------	--------	-----------	--------	---------

Canoinhas, Em	
PAULO CESAR SAFANELLI -	
MARCIANO FERNANDES CORREA -	
PAULO CESAR SAFANELLI -	
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	
VANESSA LANGER -	
Pregoeiro(a) -	
SUPLENTE -	
PREGOEIRO -	
EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO -	
EQUIPE DE APOIO - 28.754/SC -	
CRC/SC 028524/O-0 -	

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 200/2014

DECRETO Nº 200, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a doação de bens móveis à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP - Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC - 2ª Companhia do 26º Batalhão da Polícia Militar de Capinzal.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o Convênio nº 2013TN003649, celebrado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP - Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC e o Município de Capinzal;

CONSIDERANDO o Termo de Doação - Anexo Único;

DECRETA:

Art. 1º Ficam doados bens móveis especificados no Termo de Doação - Anexo Único, do Município de Capinzal à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP - Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.952.294/0001-00, destinados à 2ª Companhia do 26º Batalhão da Polícia Militar de Capinzal. Parágrafo único. O valor total dos bens móveis de que trata o presente Decreto, para fins de incorporação ao Patrimônio da 2ª Companhia do 26º Batalhão da Polícia Militar de Capinzal e baixa do Patrimônio Público Municipal é de R\$ 117.851,94 (cento e dezesete mil oitocentos e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal, SC, 22 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC, inscrito no CNPJ 82939406/0001-07, com endereço à Rua Carmelo Zócoli, 155, centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, considerando o interesse, eficiência e melhoria do serviço público municipal, faz a doação dos bens móveis a seguir discriminados, à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP - Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.952.294/0001-00, destinados à 2ª Companhia do 26º Batalhão da Polícia Militar de Capinzal, neste ato representado pelo seu 1º Tenente Cleverson Tolfo Garcez, inscrito no CPF sob o nº 019.913.729-30, doravante denominado representante da 2ª Companhia do 26º Batalhão da Polícia Militar de Capinzal.

POLÍCIA MILITAR/CONVÊNIO SSP TRÂNSITO			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR TOTAL R\$
01	Impressora Deskjet Hp	12490	469,00

02	Computador Power 2100, monitor de led 18.5"	12492	1.550,00
03	Computador PC Pauta Power	12494	1.524,90
04	Câmera fotográfica Fujifilm	12559	306,00
05	Nobreak 2200 va	12560	1.550,00
06	Mesa light branca, marca Dal pra	12561	195,00
07	Mesa light branca, marca Dal pra	12562	195,00
08	Computador Intel core 3.4ghz 3mb.	12563	1.270,00
09	Computador Intel core 3.4ghz 3mb	12564	1.693,00
10	Estabilizador revolution speed	12565	86,00
11	Mesa angular light, marca dal prá	12566	182,00
12	Cadeira estofada, giratória, preta	12569	615,00
13	Cadeira giratória estofada, presidente	12570	416,00
14	Cadeira giratória estofada, presidente	12571	416,00
15	Cadeira giratória estofada, presidente	12572	416,00
16	Cadeira giratória estofada, presidente	12573	416,00
17	Condicionador de ar quente/frio, marca Komeco	12578	1.370,00
18	Camioneta marca Renault, modelo Duster 2.0 D 4x4, ano 2014, modelo 2015, placas MKH-7816	12740	79.500,00
19	Refrigerador 120 litros, marca Consul	12742	780,00
20	Computador PC pauta Intel 17, 16 gb	12744	2.330,00
21	Monitor de vídeo, marca Samsung, 20 polegadas	12745	500,00
22	Ar condicionado split, marca Electrolux	12746	1.540,00
23	Ar condicionado split, marca Electrolux	12747	1.540,00
24	Ar condicionado split, marca Electrolux	12748	1.540,00
25	Ar condicionado split, marca Electrolux	12749	1.540,00
26	Purificador de água, marca latina	12750	929,04
27	Câmera digital fugifilm, sl 1000	12751	1.560,00
28	Impressora HP Color	12755	1.899,00
29	Monitor de vídeo, Panasonic tc-124mbb	12756	869,00
30	DVR tecvoz, 8 canais	12757	855,00
31	Rádio de comunicação 200 VHF	12758	1.850,00
32	Bafômetro	12764	7.950,00
TOTAL GERAL R\$			117.851,94

A 2ª Companhia do 26º Batalhão da Polícia Militar de Capinzal recebe os bens acima descritos, que se encontram em ótimo estado para uso imediato, devidamente conferidos, através do presente TERMO DE DOAÇÃO, os quais passam a incorporar o seu patrimônio, sendo para constar, lavrado o presente Termo em três vias, assinadas e datadas pelo Prefeito Municipal de Capinzal e pelo representante da 2ª Companhia do 26º Batalhão da Polícia Militar de Capinzal.

Capinzal, em 22 de dezembro de 2014.

Andevir Isganzella

Prefeito Municipal de Capinzal

Cleverson Tolfo Garcez

1º Tenente

2ª Companhia do 26º BPM de Capinzal

PMC CONTRATO 0250/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0250/2014	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓ-POLIS L	
Valor.....: 1.019.018,40 (um milhão dezanove mil e dezoito reais e quarenta centavos)	
Vigência.....: Início: 23/12/2014 Término: 23/09/2015	
Licitação.....: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014	
Processo_Licitatório....: 000144 / 2014	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: Contratação de empresa especializada para construção de 06 (seis) salas de aula no Loteamento Poente do Sol. Com Recursos do FNDE.	
Capinzal, 23 de Dezembro de 2014	

PMC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0002/2015

Pregão Presencial Nº 0002/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de mobiliários para utilização nas Creches da Rede Municipal, conforme Memorial Descritivo.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 11:00 horas, para abertura da Seção às 11:05 horas do dia 09/01/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Global

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 07:00 às 13:00 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 24 de Dezembro de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0166/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0036/2014

Processo Licitatório Nº 0166/2014

Dispensa de Licitação Nº 0036/2014

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de 166/2014, conforme segue:

OBJETO

Aquisição de utensílios de cozinha visando atender as necessidades das Creches e CMEI Municipais.

FORNECEDOR

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	12,00	UN	Faca Lâmina em aço inox 5" com fio serrilhado. Cabo de polipropileno. Comprimento 213mm, largura 20 mm, altura 11mm	SIMONAGIO	2,00	24,00
2	12,00	UN	Jarra plástica, composta por material virgem de primeira qualidade, atóxico, com tampa, resistente, transparente e graduado, com capacidade de 3 litros.	PLASUTIL	9,90	118,80
3	6,00	UN	Kit bacias plásticas. Kit composto por 3 bacias plásticas redondas, em tamanhos variados, para uso com alimentos, sendo: 1 bacia tamanho grande, com capacidade aproximadamente para 27l; 1 bacia tamanho médio, com capacidade aproximadamente para 17l, 1 bacia tamanho pequeno, com capacidade aproximada para 8l. Fabricado em polipropileno. Design redondo. Garantia de seis meses de garantia contra vícios ou defeitos de fabricação, a contar da data da expedição da nota fiscal. Bacia grande: capacidade 27l, altura 200 mm diâmetro 420 mm espessura 1,3. Bacia médio: capacidade 17l, altura 150 mm diâmetro 380 mm espessura 1,2. Bacia pequena: capacidade 8l, altura 100 mm diâmetro 320 mm espessura 1,1.	PLAVALLE	40,00	240,00

4	3,00	UN	Kit caçarolas de alumínio. Kit composto por 3 caçarolas de alumínio, linha hotel, com dimensões variadas, sendo: 1 caçarola com capacidade para 2,2 litros; 1 caçarola com capacidade para 3,1l e 1 caçarola com capacidade para 4,1l. Em alumínio polido industrial, linha hotel; Com tampa e pegador de tampa no mesmo material; Com alças bilaterais em alumínio polido; Espessura de, no mínimo, 3mm. Doze meses de garantia contra vícios ou defeitos de fabricação, a contar da data da expedição da nota fiscal. 1caçarola grande: capacidade 4,1l, diâmetro 22 cm e altura 11 cm; 1 caçarola média: capacidade 3,1l, diâmetro 20 cm e altura 10 cm; 1 caçarola pequena: capacidade 2,2l, diâmetro 18 cm e altura 9 cm;	5 ESTRALAS	105,00	315,00
5	1,00	UN	Lixeira plástica. Fabricadas em polipropileno ou polietileno, com pedal e estrutura abertura/ fechamento da tampa, fabricadas em aço, com tratamento anti corrosão ou com pintura eletrostática, cor branca. Garantia de doze meses de garantia contra vícios ou defeitos de fabricação, a contar da data da expedição da nota fiscal. Lixeiras plásticas capacidade 40litros, altura mínima 59 cm, diâmetro mínimo 42 cm.	PLAVALLE	74,00	74,00
6	1,00	UN	Panela de pressão modelo industrial, em alumínio reforçado com espessura mínima de 4,0 mm, capacidade de 11,4 litros, com alças de baquelite na tampa e na panela, tampa com fechamento externo, possui sistema especial de segurança e válvula reguladora de pressão, aprovada pelo INMETRO.	5 ESTRELAS	340,00	340,00

7	12,00	UN	Porta Mantimentos, plástico, para mantimentos, alto, dimensões: 248x226mm, Capacidade: 7,3L. Matéria-prima: PP (corpo) e PE (tampa).	TRITEC	10,00	120,00
8	12,00	UN	Pote quadrado, plástico, para mantimentos, alto, capacidade mínima 8 litros.	TRITEC	11,50	138,00
9	24,00	UN	Pote quadrado, plástico, para mantimentos, alto, capacidade mínima 5 litros.	TRITEC	7,00	168,00
10	79,00	UN	Talher em inox para refeições adulto: COLHER. Feito totalmente em aço inox AISI 304 ou 430. Lâminas e cabos monobloco, ou seja, em uma única peça, sem emendas. Possibilidade de lavagem em máquina de lavar louças. Doze meses de garantia contra vícios ou defeitos de fabricação, a contar da data da expedição da nota fiscal. Dimensões: colher: comprimento 198 mm, espessura 2,5mm.	SIMONAGIO	5,50	434,50
11	100,00	UN	Colher em inox para sobremesa, Feito totalmente em aço inox AISI 304 ou 430. Lâminas e cabos monobloco, ou seja, em uma única peça, sem emendas. Possibilidade de lavagem em máquina de lavar louças. Doze meses de garantia contra vícios ou defeitos de fabricação, a contar da data da expedição da nota fiscal. Dimensões: colher: comprimento 178 mm, espessura 2,5mm;	SIMONAGIO	3,50	350,00
12	12,00	UN	Vasilha plástica com tampa, 2lt quadrado ou retangular.	PLASUTIL	7,00	84,00
13	12,00	UN	Vasilha plástica com tampa, 5 l formato quadrado ou retangular.	PLASUTIL	9,00	108,00
Total						2.514,30

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	001,002,003,004,005,006,007,008,009,010,011,012 e 013.
2.514,30 (dois mil quinhentos e quatorze reais e trinta centavos)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 444 - Manutenção das Creches e Pré-Escolas

Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 60 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Projeto/Atividade: 2.029 - Manutenção das Creches e Pré-Escolas

Elemento: 33903021000000 - Material de Consumo

Recurso: 22 - Transferências de Convênios - Educação

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 23 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 14/2014 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 14/2014

Aprova o Demonstrativo dos Serviços/Programas, IGD PBF e IGD SUAS referente ao ano de 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Capinzal/SC no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 026/1995 e

Considerando que uma das atribuições do CMAS é exercer a orientação e o controle do Fundo Municipal de Assistência Social, bem como acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos;

Considerando que o CMAS aprova a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações da Assistência Social;

Resolve:

Art. 1º Fica aprovado o demonstrativo dos Serviços/Programas IGD PBF e IGD SUAS referente ao ano de 2013.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 08 de dezembro de 2014.

LUCIANA CRISTINA BUSSACRO

Presidente

RESOLUÇÃO 15/2014 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 15/2014

Aprova o Demonstrativo dos Serviços/Programas, referente ao ano de 2012.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Capinzal/SC no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 026/1995 e

Considerando que uma das atribuições do CMAS é exercer a orientação e o controle do Fundo Municipal de Assistência Social, bem como acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos;

Considerando que o CMAS aprova a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações da Assistência Social;

Resolve:

Art. 1º Fica aprovado o demonstrativo dos Serviços/Programas referente ao ano de 2012.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 08 de dezembro de 2012.

LUCIANA CRISTINA BUSSACRO

Presidente

SIMAE

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/51/2014

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/51/2014 CONTRATANTE: SERVIÇO INTER-MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 03.377.072/0001-40

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/33/2014, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

DATA DA ASSINATURA: 11/12/2014

VIGÊNCIA: 12/12/2014 A 31/01/2015

Catanduvas

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 40/2014, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Decreto Legislativo n. 40/2014, de 23 de dezembro de 2014.

"Estabelece ponto facultativo, e dá outras providências."

ODAIR JOSÉ GABRIELLI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Catanduvas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso XVI e § 1º do artigo 38 da Lei Orgânica Municipal e inciso XVII do art. 29 do Regimento Interno, CONSIDERANDO, que neste ano de 2014, o Natal (25 de dezembro), bem como a Confraternização Universal de 2014 (1º de Janeiro), situam-se em quintas-feiras, praticamente no meio da semana;

CONSIDERANDO, que o ícone do consumismo vem substituindo a cultura do encontro e da presença das pessoas em família, situação que enseja a necessidade de proporcionar condições para que o servidor público da câmara municipal possa reavivar a espiritualidade natalina junto a seus familiares;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas os dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 23 de dezembro de 2014.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI

Presidente

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI

Presidente

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 57/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 57/2014

Edital: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº.: 07/2014

Tipo: Menor Preço/Preço Global.

Objeto: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS RUAS ALMIRANTE BARROSO, SANTA CATARINA, DUQUE DE CAXIAS E HERCÍLIO LUZ NUM TOTAL DE 6.955,10 M² ATRAVÉS DE EXECUÇÃO INDIRETA, PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO, CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO, E DEMAIS ANEXOS DO PROJETO – MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO FUNDAM.

Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 20 de Janeiro de 2015.

Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 20 de Janeiro de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h00min às 13h00min pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br.

CAXAMBU DO SUL, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

VILMAR FOPPA

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 58/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 58/2014

Edital: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº.: 08/2014

Tipo: Menor Preço/Preço Global.

Objeto: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO PROLONGAMENTO DA RUA DEMÉTRIO ALVES DA SILVA, ACESSO À DOM JOSÉ, SOBRE PAVIMENTO COM PEDRAS IRREGULARES JÁ EXISTENTE, PERFAZENDO UM TRECHO COM EXTENSÃO TOTAL DE 1.000,00 M E ÁREA TOTAL DE 6.000,00 M², ATRAVÉS DE EXECUÇÃO INDIRETA, PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO, CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO, E DEMAIS ANEXOS DO PROJETO – MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO FUNDAM.

Entrega dos Envelopes: 10h55min do dia 20 de Janeiro de 2015.

Abertura dos Envelopes: 11h00min do dia 20 de Janeiro de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h00min às 13h00min pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br.

CAXAMBU DO SUL, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

VILMAR FOPPA

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 59/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 59/2014

Edital: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº.: 09/2014

Tipo: Menor Preço/Preço Global.

Objeto: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRA BASALTO IRREGULAR, NA RODOVIA SC-160 – ACESSO À LINHA DOM JOSÉ E RODOVIA EMCX-109 – ACESSO A LINHA ENGENHO VELHO, NUMA EXTENSÃO TOTAL DE 1.857,00 M, ATRAVÉS DE EXECUÇÃO INDIRETA, PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO, CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO, E DEMAIS ANEXOS DO PROJETO – MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO FUNDAM. Entrega dos Envelopes: 08h55min do dia 21 de Janeiro de 2015. Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 21 de Janeiro de 2015. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h00min às 13h00min pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br.

CAXAMBU DO SUL, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

VILMAR FOPPA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 180/2014

DECRETO Nº 180/2014

"REVOGA OS EFEITOS DOS DECRETOS 039/2013 E 061/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam revogados os efeitos dos Decretos 039/2013 de 21 de março de 2013 e 061/2013 de 02 de maio de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 22 de Dezembro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Cocal do Sul**PREFEITURA****AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/PMCS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS)**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/PMCS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS) - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 127/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão presencial nº. 63/PMCS/2014 (registro de preços), que objetiva o registro de preços de Gêneros Alimentícios (merenda escolar), no atendimento a todas as escolas da rede municipal de Cocal do Sul. A abertura do Pregão será às 08h30min do dia 22 de janeiro de 2015. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.cocaldosul.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 13h00min.

Cocal do Sul, 23 de dezembro de 2014.

Ademir Magagnin

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014 - FMS

Objeto: Aquisição de gás oxigênio medicinal, bem como locação de equipamentos concentradores de oxigênio para pacientes do SUS do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Pregoeira torna público que na data de 23/12/2014 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 12/12/2014, prosseguindo o processo para adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 23 de dezembro de 2014.
JACIELE TOCHETTO
Pregoeira

EXTRATO 11º TA CONTRATO Nº 85/2013 -PMC

Contrato Nº : 85/2013
Aditivo Nº : 11 TA/2014
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : TRANSPORTES IMIGRATUR LTDA ME
Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.
Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015
Assinatura : 19/12/2014
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 12º TA CONTRATO Nº 86/2013 -PMC

Contrato Nº : 86/2013
Aditivo Nº : 12 TA/2014
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : TRANSPORTES SIDE LA LTDA - ME
Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.
Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015
Assinatura : 19/12/2014
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 105/2014 -PMC

Contrato Nº : 105/2014
Aditivo Nº : 1 TA/2014
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : ZOTTIS & HIRT LTDA - ME
Licitação : Pregão Presencial 6/2014
Objeto : Contratação de empresa no ramo de transportes coletivos de passageiros, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de alunos da Rede Estadual do ensino Fundamental, durante o ano letivo de 2014, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.
Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 09/02/2015
Assinatura : 19/12/2014
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 106/2014 -PMC

Contrato Nº : 106/2014
Aditivo Nº : 1 TA/2014
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : FLAVIO ALBERTO ZAGO ME
Licitação : Pregão Presencial 6/2014
Objeto : Contratação de empresa no ramo de transportes coletivos de passageiros, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de alunos da Rede Estadual do ensino Fundamental, durante o ano letivo de 2014, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.
Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 09/02/2015
Assinatura : 19/12/2014
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 107/2014 -PMC

Contrato Nº : 107/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TRANSKUNZLER-TUR LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 6/2014

Objeto : Contratação de empresa no ramo de transportes coletivos de passageiros, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de alunos da Rede Estadual do ensino Fundamental, durante o ano letivo de 2014, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 09/02/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 108/2014 -PMC

Contrato Nº : 108/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : PROVIN E RAUBER LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 6/2014

Objeto : Contratação de empresa no ramo de transportes coletivos de passageiros, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de alunos da Rede Estadual do ensino Fundamental, durante o ano letivo de 2014, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 09/02/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 138/2014 -PMC

Contrato Nº : 138/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TRANSPORTES MENEGAT LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 28/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de transportes coletivos de passageiros, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de ensino, durante o ano letivo de 2014.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 31/03/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 139/2014 -PMC

Contrato Nº : 139/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TRANSPORTES BALBINOT EIRELI ME

Licitação : Pregão Presencial 28/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de transportes coletivos de passageiros, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de ensino, durante o ano letivo de 2014.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 31/03/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 104/2014 -PMC

Contrato Nº : 104/2014

Aditivo Nº : 3 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CLAUDEMIR ANTONIO ROSSI & CIA LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 6/2014

Objeto : Contratação de empresa no ramo de transportes coletivos de passageiros, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de alunos da Rede Estadual do ensino Fundamental, durante o ano letivo de 2014, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 09/02/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 64/2013 -PMC

Contrato Nº : 64/2013

Aditivo Nº : 4 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BEATRIZTUR TRANSPORTES LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 68/2013 -PMC

Contrato Nº : 68/2013

Aditivo Nº : 4 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : EVANDRO SIEGA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 69/2013 -PMC

Contrato Nº : 69/2013

Aditivo Nº : 4 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : FAMAS TRANSPORTES COLETIVO LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 70/2013 -PMC

Contrato Nº : 70/2013

Aditivo Nº : 4 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : FLAVIO ALBERTO ZAGO ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 72/2013 -PMC

Contrato Nº : 72/2013

Aditivo Nº : 4 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : GIOVANI LUIZ PASINATTO

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 77/2013 -PMC

Contrato Nº : 77/2013

Aditivo Nº : 4 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : PATY TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 80/2013 -PMC

Contrato Nº : 80/2013

Aditivo Nº : 4 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TRANSKUNZLER-TUR LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 81/2013 -PMC

Contrato Nº : 81/2013

Aditivo Nº : 4 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TRANSPORTES 29 DE JULHO LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 82/2013 -PMC

Contrato Nº : 82/2013

Aditivo Nº : 4 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TRANSPORTES COLETIVOS CONCORDIANA LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 95/2013 -PMC

Contrato Nº : 95/2013

Aditivo Nº : 4 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TRANSPORTES DELLABONA LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2013

Objeto : Contratação de empresa no ramo de transportes coletivos de passageiros, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de alunos da Rede Estadual do ensino Fundamental e Médio, durante o ano letivo de 2013.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 63/2013 -PMC

Contrato Nº : 63/2013

Aditivo Nº : 5 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : ANA MARIA NESPOLO ZANETTI ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 76/2013 -PMC

Contrato Nº : 76/2013

Aditivo Nº : 5 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : ORTENCIA ANDOGNINI BALBINOT - EIRELI EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 79/2013 -PMC

Contrato Nº : 79/2013

Aditivo Nº : 5 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : SUZELI MARIA SANTOS PEREIRA

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 87/2013 -PMC

Contrato Nº : 87/2013

Aditivo Nº : 5 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TRANSPORTES ATIGRETUR LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 7º TA CONTRATO Nº 67/2013 -PMC

Contrato Nº : 67/2013

Aditivo Nº : 7 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : DARLAN CARLOS DALMAGRO & CIA LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 7º TA CONTRATO Nº 83/2013 -PMC

Contrato Nº : 83/2013

Aditivo Nº : 7 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TRANSPORTES DELLABONA LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

EXTRATO 7º TA CONTRATO Nº 84/2013 -PMC

Contrato Nº : 84/2013

Aditivo Nº : 7 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TRANSPORTES HELLO LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 30/01/2015

Assinatura : 19/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 52 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Dotação : 81 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 82 - 06.006.2011.333903926000000.01610000

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 618/2014

DECRETO Nº 618/2014, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014
"DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica (aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 191.834,00 (cento e noventa e um mil, oitocentos e trinta e quatro reais) que serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 04.122.2502.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito..

Modalidade de Aplicação: 319000 - 01

Fonte de Recursos: 10.00- Ordinários - R\$ 17.801,00

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 - Manutenção das Ações e Projetos da Secr. de Adm., Faz. e Planejamento.

Modalidade de Aplicação: 319000 - 05

Fonte de Recursos: 10.00- Ordinários - R\$ 22.833,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.013 - Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 319000 - 22

Fonte de Recursos: 10.01- Ordinários - R\$ 54.100,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.022 - Manutenção do Fundeb

Modalidade de Aplicação: 319000 - 33

Fonte de Recursos: 10.18- Ordinários - R\$ 80.000,00

Projeto/Atividade: 27.812.2508.2.005 - Manutenção das Ações e Projetos da Secr. da Cultura e Esportes.

Modalidade de Aplicação: 319000 - 51

Fonte de Recursos: 10.00- Ordinários - R\$ 8.400,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura.

Modalidade de Aplicação: 319000 - 93

Fonte de Recursos: 10.00- Ordinários - R\$ 8.500,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006 - Manutenção do Fundo de Assistência Social.

Modalidade de Aplicação: 319000 - 105

Fonte de Recursos: 10.00- Ordinários - R\$ 200,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, será utilizado do provável excesso de arrecadação do orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

DISPENSA Nº 28/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 28/2014

Contratado: JURECI GOLLO GRANDO

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR, OFICINAS DO CRAS E SALA DE CURSOS QUE SERÃO REALIZADOS DURANTE O ANO

Valor total: R\$ 28.377,60

Vigência: 31/12/2015

Fundamento Legal: É dispensável a licitação Art. 24 da Lei 8.666/93

X - para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado segundo a avaliação prévia.

Coronel Freitas (SC) 23 de Dezembro de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

DISPENSA Nº27/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 27/2014

Contratado: CELSO CARLOS LEITES

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM ÁREA DE 1800 m², PROTEGIDO POR CERCA, LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, COM BARRACÃO DE ALVENARIA ANEXO COM ÁREA DE 300 m².

Valor total: R\$ 19.139,40

Vigência: 31/12/2015

Fundamento Legal: É dispensável a licitação Art. 24 da Lei 8.666/93

X - para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado segundo a avaliação prévia.

Coronel Freitas (SC) 23 de Dezembro de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Correia Pinto**PREFEITURA****REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 77/2014 PMCP**

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PROCESSO Nº 77/2014 - TOMADA DE PREÇOS

Despacho de revogação de processo Licitatório
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações, e
CONSIDERANDO que em razão de a Prefeitura Municipal estar em recesso entre os dias 19 de dezembro de 2014 à 05 de janeiro de 2015, revoga-se o processo.

RESOLVE:

REVOGAR em todos os seus termos, por interesse público decorrente de fato superveniente o processo licitatório tombado sob o nº. 77/2014, e consequentemente a licitação por Tomada de Preços com o mesmo número, cujo objeto é o PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS ESTADOS UNIDOS, PEDRO NUNES DO AMARAL, HERMINIO ATAIDE FURTADO E GETULIO VARGAS, E REPAVIMENTAÇÃO DA RUA BELIZARIO RAMOS E DA AVENIDA TANCREDO NEVES, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, CONFORME PROPOSTA DE TRABALHO SIGEF Nº 11423, DO FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM.

Correia Pinto, SC, 24 de dezembro de 2014.

Vânio Forster

Prefeito Municipal

Curitibanos**PREFEITURA****RETIFICAÇÃO 01/2014 EDITAL Nº 002/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014**

RETIFICAÇÃO 01/2014

EDITAL Nº 002/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Orgânica do Município de Curitibanos, a Lei Complementar nº 24 de 25 de abril de 2002, a Lei Complementar nº 26 de 17 de junho de 2002, a Lei Complementar nº 43, de 29 de maio de 2006, a Lei Complementar nº 76, de 12 de janeiro de 2012 e demais legislações aplicáveis, torna público, pela presente divulgação Edital a RETIFICAÇÃO das normas para realização de CONCURSO PÚBLICO de ingresso e formação de cadastro de reserva de servidores em caráter efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos seguintes termos.

1. Exclui-se da exigência do cargo de Técnico Enfermagem SAMU a apresentação de Especialização em Emergência, conforme descrito no anexo.

Publicado em 23 de dezembro de 2014.

COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

Cláudio Vieira França

Membro

Elizete Bueno

Presidente

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRAOS 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 047/2014.
Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira
Contratado: Iraci de Andrade - ME
Objeto: Contratação de empresa para realização de assessoramento e apoio técnico e operacional sobre o Sistema Único de Assistência Social e Controle Social. Por esse instrumento fica suprimido o valor de R\$ 7.524,00 ITEM 003, do contrato principal. Origem: Processo 046/2013 Modalidade: Pregão: 046/2014 PMDC. Vigência: 16/12/2014 à 31/12/2015. Dionísio Cerqueira 16/12/2014
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 082/2011.
Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira
Contratado: Construtora Oliveira Ltda.
Objeto Contratação de empresa para executar serviços com fornecimento de materiais para a construção da terceira etapa do projeto turístico ambiental da integração - ptai- sendo; aterro para regularização de área, construção de muros de pedras, pavimentação em piso cimentado estampado, construção de deck, mirante e mirante atracadouro. Origem: Processo 116/2011 Modalidade: Concorrência: 116/2011 PMDC. Vigência: 01/01/2015 à 30/06/2015. Dionísio Cerqueira 17/12/2014
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
ERRATA - Onde se lê contrato 095/2014 o correto é 088/2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO: 095/2014.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.
Contratado: SBA Abastecedora de fretes Rodoviários Ltda.
Objeto: Aquisição de combustíveis para recuperação de estradas do Município -convenio Secretaria de Estado Defesa Civil. Origem: Processo 110/2014 Modalidade: Pregão 110/2014 - (onde se lê processo 110/2014 - pregão 110/2014 -o correto é 102/2014, pregão 102-2014 - Valor referente o reajuste de valores R\$ 4.266,44 Vigência: 12/12/2014 até 30/04/2015.(onde se lê 2014 o coreto é 30/04/2015- Dionísio Cerqueira 12/12/2014
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO APOSTILAMENTO CONTRATO: 045/2014.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.
Contratado: Lorecício Linhares
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de abrigamento asilar contínuo em longa permanência para idoso do Município.. Origem: Processo 045/2014 Modalidade: Pregão 045/2014 - Fica suprimido o valor R\$ 6.672,00
Dionísio Cerqueira 18/12/2014
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO APOSTILAMENTO CONTRATO: 002/2014.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.
Contratado: Celesc Distribuição S/A

Objeto: Fornecimento de energia elétrica Origem: Processo 002/2014 Modalidade: DL 002/2014 - Fica Acrescido o valor R\$ 2.350,00 da estimativa de consumo anual de energia elétrica para as Escolas Municipais. Dionísio Cerqueira 18/12/2014
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 007/2012.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.
Contratado: Construtora Oliveira Ltda
Objeto: Obra de reforma do Hospital Municipal Origem: Processo 0014/2012 Modalidade: C/C 014/2012 - Por esse instrumenta Aditiva-se o prazo do contrato ficando o mesmo vencível para o dia 31/12/2015.. Dionísio Cerqueira 18/12/2014
Deliziane Lemes dos Santos - Diretora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 024/2014.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.
Contratado: Rodrigo dos Passos Cia Ltda.
Objeto: Contratação de laboratório para realização de exames de análise clínica destinado aos pacientes internados e de urgência no Hospital Municipal Origem: Processo 016/2014 Modalidade: Pregão 016/2014 - Por esse instrumento fica Suprimido o Valor de R\$ 2.985,00 e Aditiva-se o valor de R\$ 2.980,00.
Dionísio Cerqueira 19/12/2014
Deliziane Lemes dos Santos - Diretora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SEGUNDO APOSTILAMENTO CONTRATO: 062/2013.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.
Contratado: Vivo S/A
Objeto: Fornecimento de serviços de Telefonia Móvel Origem: Processo 067/2013 Modalidade: pregão 067/2013 - Fica Acrescido o valor R\$ 950,00 da estimativa de consumo anual de Telefonia Móvel para o Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de. Dionísio Cerqueira Dionísio Cerqueira 22/12/2014
Altair Rittes - Prefeito Municipal

LICITAÇÕES 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
TOMADA DE PREÇO Nº 128/2014
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que por razões de interesse público REVOGA a Licitação Tipo Tomada de Preço nº 128/2014, Processo 128/2014, tendo como finalidade a Construção de cobertura de quadra pequena. Padrão FNDE. .Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 06/01/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio. Cerqueira, 23/12/2014.
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 129/2014
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que por razões de interesse público REVOGA a Licitação Tipo Concorrência Pública nº 129/2014, Processo 129/2014, tendo como finalidade a Construção de escola Municipal com 12 salas de aula. Padrão FNDE. .Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 22/01/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do

Município, Rua Santos Dumont, N.413.
Dionísio. Cerqueira, 23/12/2014.
Altair Rittes- Prefeito Municipal

RESULTADOS LICITAÇÕES 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 123/2014, Objeto: Aquisição de materiais diversos para manutenção das edificações nas escolas Municipais, Castro Alves, Luiz Savoldi, Jacob Maran. Vencedor Lavval & Lorenzon - Ltda - Valor R\$ 13.694,50.

Dionísio Cerqueira 17/12/2014

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 056/2014, Objeto: Aquisição de kit de escovação bucal para as equipes de saúde bucal do Município para utilização junto aos alunos das escolas, em cumprimento ao preconizado no plano Brasil Sem Miséria. Vencedor Corá Equip. Odont. Hospitalares .Ltda - Valor R\$ 24.400,00 - Dionísio Cerqueira 18/12/2014

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 057/2014, Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços para realização de exames de ressonância magnética para os pacientes atendidos nas unidades básicas de saúde do Município.. Vencedor CDIP Clínica Diag. Por Imagem do Sudoeste PR - Valor R\$ 24.187,50.

Dionísio Cerqueira 18/12/2014

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 058/2014, Objeto: Aquisição de medicamentos para a Farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde.. Vencedores Altermed.Mat. Med. Hosp. Ltda. - Valor R\$ 1.775,00 - Andromeda Distr. De Medic.Ltda. - Valor R\$ 13.639,00 - Centermedi Com.de prod. Hospit. Ltda.-Valor R\$ 10.651,70 - Com. Cirurgica Rio Clarens Ltda - Valor R\$ 1.220,00 - Dalbex Com.de Medicamentos EPP - Valor R\$ 3.235,00 - Damedí - Dambrós Com. de Med. Ltda.- Valor R\$ 5.239,50 - Dimaster Com. e Ser. Hospit. Ltda - Valor R\$ 9.146,00 - Medicamentos de AZ Ltda.- Valor R\$ 1.005,40 - Prosaúde Distr. De Med. Ltda.- Valor R\$ 3.772,00 - S&R Distribuidora .Ltda. - Valor R\$ 1.500,00

Dionísio Cerqueira 19/12/2014

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 024/2014, Objeto: Aquisição de medicamentos para a Farmácia básica do Hospital Municipal.. Vencedores: Altermed.Mat. Med. Hosp. Ltda. - Valor R\$ 1.168,90 - Amarildo Baseggio & Cia Ltda - Valor R\$ 1.493,10 - Andromeda Distr. De Medic.Ltda. - Valor R\$ 441,00 - Damedí - Dambrós Com.de Med. Ltda.- Valor R\$ 2.086,60 -- Medicamentos de AZ Ltda.- Valor R\$ 1.005,40 - Prosaúde Distr. De Med. Ltda.- Valor R\$ 772,00- S&R Distribuidora .Ltda.- Valor R\$ 550,00.

Dionísio Cerqueira 19/12/2014

Deliziane L. dos Santos - Diretora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 025/2014, Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para O Hospital Municipal. Vencedores: Rosa & Rosa Cia Ltda - Valor R\$ 1.527,00 - Olmiro Rosa dos Santos -ME - Valor R\$ 2.417,68 - Dionísio Cerqueira 22/12/2014
Deliziane L. dos Santos - Diretora do HMDC.

Ermo**PREFEITURA****DECRETO N.º 096, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO N.º 096, de 22 de Dezembro de 2014.

Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais nos dias de 24, 26, 29 à 31 de dezembro de 2014 e no dia 02 de janeiro de 2015, tendo em vista as comemorações alusivas ao Natal e Final de Ano.

Art. 2º Os serviços públicos considerados essenciais permanecerão em funcionamento, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho de seus servidores, para que os serviços não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de dezembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 098, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO N.º 098, de 22 de dezembro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 333, de 26/11/2013 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), a saber:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.846.0000.1.001 - Pasep

3.3.90.00.00.00.00.0080 (14) - Aplicações Diretas R\$ 3.200,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0080 (Recursos Próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de dezembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 099, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO N.º 099, de 22 de dezembro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 333/13, de 26/11/2013 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a saber:

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.0064.0008 (9) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0064.0008 (Atenção Básica - PAB).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de dezembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º. 097, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO N.º. 097, de 22 de dezembro de 2014.

Estabelece o Horário Normal de Expediente da Prefeitura Municipal de Ermo e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62, inciso VIII e XI da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido a partir de 05 de janeiro de 2015, horário normal de expediente nas repartições públicas da Administração Direta do Município de Ermo para funcionamento de 2ª (segunda-feira) à 6ª (sexta-feira), assim acordado:

PERÍODO MATUTINO: das 07:30 às 11:30 horas;

PERÍODO VESPERTINO: das 13:00 às 17:00 horas.

Art. 2º A Secretaria de Saúde e Promoção Social permanecerá com horário definido no Decreto 004, de 17 de janeiro de 2014.

Art. 3º Fica Revogado o Decreto nº 070, de 10 de setembro de 2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 23 de dezembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 1921/2014

DECRETO 1921, de 10 de dezembro de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 119.700,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE 02 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

PROJ/ATIV - 2.025 - MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR

180 - 3.1.90.00.00.00.03.0300 - Aplicações Diretas R\$ 600,00

UNIDADE 03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES

PROJ/ATIV - 2.023 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA

3.1.90.00.00.00.03.0300 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS

UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

PROJ/ATIV - 2.026 - MANUT. DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

3.1.90.00.00.00.03.0300 - Aplicações Diretas R\$ 12.400,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

UNIDADE 01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

PROJ/ATIV - 2.029 - MANUT. DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

3.1.90.00.00.00.03.0300 - Aplicações Diretas R\$ 24.200,00

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ/ATIV - 2.032 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1.90.00.00.00.03.0352 - Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV - 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.90.00.00.00.03.0302 - Aplicações Diretas R\$ 67.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de dezembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1921/2014, de 10 de dezembro de 2014

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0000 - Recursos Ordinário

Ativo Financeiro	1.917.555,44
(-) Passivo Financeiro	(437.669,53)
Superávit Financeiro	1.479.885,91
Deduções	
Decreto n.º 1837/2014	100.000,00
Decreto n.º 1846/2014	45.000,00
Decreto n.º 1847/2014	50.000,00
Decreto n.º 1851/2014	120.000,00
Decreto n.º 1853/2014	12.000,00
Decreto n.º 1856/2014	20.000,00
Decreto n.º 1862/2014	200.000,00
Decreto n.º 1868/2014	25.000,00
Decreto n.º 1872/2014	17.500,00
Decreto n.º 1875/2014	265.000,00
Decreto n.º 1877/2014	204.000,00
Decreto n.º 1879/2014	50.000,00
Decreto n.º 1880/2014	45.000,00
Decreto n.º 1893/2014	5.700,00
Decreto n.º 1896/2014	22.200,00
Decreto n.º 1902/2014	148.100,00
Decreto n.º 1914/2014	16.500,00
Decreto n.º 1919/2014	1.800,00
Decreto n.º 1921/2014	105.700,00
Total Decretos	1.453.500,00
Saldo	26.385,91

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE

Técnico Contábil

DECRETO 1922/2014

DECRETO 1922, de 10 de dezembro de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 5.478,87 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV - 2.028 - MANUTENÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3.3.90.00.00.00.03.0317 - Aplicações Diretas R\$ 5.478,87

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de dezembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1922/2014, de 10 de dezembro de 2014

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0017 - Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública

Ativo Financeiro	5.478,87
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	5.478,87
Deduções	
Decreto n.º 1922/2014	5.478,87
Total Decretos	5.478,87
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE

Técnico Contábil

DECRETO 1923/2014

DECRETO 1923, de 10 de dezembro de 2014.

Nomeia Integrantes do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei nº 1183, de 14 de maio de 2009.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada as pessoas a seguir relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Saúde do Município de Erval Velho: REPRESENTANTES DO GOVERNO

Secretaria de Saúde

Titular: Ronei Dalla Costa

Suplente: Lúcia Jacinta Recalcatti

Secretaria de Educação, Cultura e Desporto

Titular: Francine Assmann Trombetta

Suplente: Jackson Luiz Nunes

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA SAÚDE

Hospital Rural Nossa Senhora de Fátima

Titular: Eva Muczinski

Suplente: Andreza Maria dos Santos da Silva

Farmácias

Titular: Taís Regina da Silva

Suplente: Wilmar Parissenti

REPRESENTANTES DE USUÁRIOS DA SAÚDE

CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas

Titular: Marcos Antonio Parmagnani

Suplente: Alceu Piovezan

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Erval Velho

Titular: Vanessa Talita Parissenti

Suplente: Caroline Surdi

APP - Da Escola Básica Municipal César Avelino Bragagnolo

Titular: Sandra Masson

Suplente: Sandra Fattori Bess

Grupo de Idosos

Titular: Edir Vettori

Suplente: Marli Wasen

Art. 2º. O mandato dos membros do conselho nomeado por este Decreto é de 02 (dois) anos e será considerado como "serviço relevante prestado ao Município de Erval Velho" e será efetuado de forma gratuita.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de dezembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 10 de dezembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças.

DECRETO 1924/2014

DECRETO 1924, de 11 de dezembro de 2014.

Nomeia Conselho para o Desempenho do Controle Social do Planejamento e Execução dos Serviços de Saneamento Básico, no Âmbito do Município, de que Trata o Artigo 47 da Lei 11.445/2007.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Até a criação por Lei, de Conselho Municipal de Controle Social dos Serviços de Saneamento, para o cumprimento das funções deste previstas na Lei Federal nº 11.445/2007, fica designado e investido em tais funções o Conselho Municipal de Saúde nomeado pelo Decreto nº 1923, de 10 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Determina a Assessoria Jurídica que providencie Projeto de Lei para adequação legislativa das normas municipais à Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 3º. Comunique-se o Ministério das Cidades.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de dezembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 11 de dezembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças.

DECRETO 1925/2014

DECRETO 1925, de 11 de dezembro de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 5.500,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE 02 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

PROJ/ATIV - 2.019 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR

160 - 3.3.90.00.00.00.03.0300 - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de dezembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1925/2014, de 11 de dezembro de 2014

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0000 - Recursos Ordinário

Ativo Financeiro	1.917.555,44
(-) Passivo Financeiro	(437.669,53)
Superávit Financeiro	1.479.885,91

Deduções	
Decreto n.º 1837/2014	100.000,00
Decreto n.º 1846//2014	45.000,00
Decreto n.º 1847/2014	50.000,00
Decreto n.º 1851/2014	120.000,00
Decreto n.º 1853/2014	12.000,00
Decreto n.º 1856/2014	20.000,00
Decreto n.º 1862/2014	200.000,00
Decreto n.º 1868/2014	25.000,00
Decreto n.º 1872/2014	17.500,00
Decreto n.º 1875/2014	265.000,00
Decreto n.º 1877/2014	204.000,00
Decreto n.º 1879/2014	50.000,00
Decreto n.º 1880/2014	45.000,00
Decreto n.º 1893/2014	5.700,00
Decreto n.º 1896/2014	22.200,00
Decreto n.º 1902/2014	148.100,00
Decreto n.º 1914/2014	16.500,00
Decreto n.º 1919/2014	1.800,00
Decreto n.º 1921/2014	105.700,00
Decreto n.º 1925/2014	5.500,00
Total Decretos	1.459.000,00
Saldo	20.885,91

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE

Técnico Contábil

DECRETO 1926/2014

DECRETO 1926, de 11 de dezembro de 2014.

Estabelece normas para a Reavaliação e Depreciação dos Bens do Ativo Imobilizado pertencentes ao Município de Erval Velho e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as novas normas estabelecidas a Contabilidade Pública para o encerramento do Exercício de 2014 e novos procedimentos para o Exercício de 2015, especialmente no que se refere às Alterações Patrimoniais em decorrência da Reavaliação e Depreciação dos Bens do Ativo Imobilizado;

Considerando o que foi sugerido pelo Controlador Interno do Município.

Decreta:

Art. 1º) Serão passíveis de Reavaliação os Bens do Ativo imobilizado a seguir:

I- Bens Imóveis:

a) Terrenos

- b) Prédios
c) Bens de Infraestrutura

II- Bens Móveis

- a) Maquinários
b) Veículos Automotores
c) Móveis e Utensílios
d) Equipamento de Escritório

Art. 2º) Serão passíveis de Depreciação ou Exaustão somente os Bens Móveis.

Art. 3º) A Reavaliação dos Bens Móveis será procedida ainda neste exercício pela comissão nomeada pela Portaria nº 2985, de 26 de agosto de 2014 e dos Bens Imóveis será procedido a partir de 2015.

Art. 4º) Os critérios a serem usados para a Reavaliação e Depreciação para os próximos exercícios serão estabelecidas através de Lei Ordinária.

Art. 5º) Fica determinado a Assessoria Jurídica do Município que providencie o Projeto de Lei para o cumprimento do disposto no Art. 4º.

Art. 6º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de dezembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 11 de dezembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

DECRETO 1927/2014

DECRETO 1927, de 11 de dezembro de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 700,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROJ/ATIV - 2.033 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE ATENÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE
147 - 3.3.90.00.00.00.00.03.0352 - Aplicações Diretas . R\$ 700,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de dezembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1927/2014, de 11 de dezembro de 2014

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0052 - Outras Transferências de recursos - FMAS

Ativo Financeiro	108.733,68
(-) Passivo Financeiro	(1.355,87)
Superávit Financeiro	107.377,81
Deduções	
Decreto n.º 1839/2014	30.000,00
Decreto n.º 1883/2014	30.000,00
Decreto n.º 1883/2014	700,00
Saldo	46.677,81

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

Forquilha

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 030, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 030, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 019, de 11 DE AGOSTO DE 2011, DE QUE ESTABELECE O CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado inciso I e o § 3º e acrescidos os incisos IV, V e o § 4º ao art. 225 da Lei Complementar nº 019, de 11 de agosto de 2011, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 225.

I - número de inscrição no cadastro municipal;

.....

IV - registro de ambulante (CNPJ);

V - autorização do proprietário do imóvel onde for realizada a atividade.

.....

§ 3º A licença, concedida a título precário, é pessoal e intransferível, devendo ser requerida em formulário próprio, servindo exclusivamente para o fim declarado.

§ 4º Só poderá exercer atividades de ambulante as pessoas físicas ou jurídicas devidamente licenciadas no Município de Forquilha.” (NR)

Art. 2º Fica acrescido o inciso IV ao art. 226 da Lei Complementar nº 019, de 11 de agosto de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 226.

IV - vender mercadorias que não pertençam ao ramo autorizado.” (NR)

Art. 3º Ficam acrescidos os artigos 226-A, 226-B e 266-C à Lei Complementar nº 019, de 11 de agosto de 2011, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 226-A. O vendedor ambulante não licenciado ou o que for encontrado sem renovar a licença para o exercício corrente, está sujeito à multa, e apreensão da mercadoria e equipamento encontrado em seu poder, até o pagamento da multa imposta e regularização de sua situação.

§ 1º Em caso de apreensão será, obrigatoriamente, lavrado termo em formulários apropriados conforme modelo próprio da prefeitura, expedidos em duas vias, onde serão discriminadas as mercadorias e demais materiais e equipamentos apreendidos, fornecendo-se cópia ao infrator.

§ 2º Mediante pagamento da multa, regularização da sua situação e apresentação de toda documentação de procedência da mercadoria, será imediatamente devolvida a mercadoria apreendida a seu proprietário.

§ 3º As mercadorias perecíveis, quando não reclamadas dentro de 48 horas, serão doadas a estabelecimentos de Assistência Social, mediante recibo comprobatório à disposição do interessado, cancelando-se a multa aplicada.

§ 4º Para as mercadorias perecíveis que não possuírem validade no produto, será dada uma destinação final adequada após sua avaliação, devendo, quando não demonstrado a sua sanidade, ser encaminhado ao aterro sanitário.

§ 5º As mercadorias não perecíveis, quando não reclamadas dentro de 7 (sete) dias úteis, a contar da data de apreensão, serão doadas a estabelecimentos de Assistência Social, mediante recibo comprobatório à disposição do interessado, cancelando-se a multa aplicada.

Art. 226-B. Toda mercadoria apreendida deverá ser armazenada em local definido pela Prefeitura Municipal.

Art. 226-C. Às infrações resultantes do não cumprimento das disposições deste Capítulo serão punidas com multa correspondente ao valor de 100 UFM.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 5º Revogam as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PE Nº. 002/2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais Vereadores deste Município.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, apresenta a colenda Câmara de Vereadores, para o devido estudo e deliberação, projeto de lei anexo que ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 019, de 11 DE AGOSTO DE 2011, DE QUE ESTABELECE O CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O presente projeto de lei tem o escopo de melhor regulamentar a liberação e fiscalização municipal da atividade dos ambulantes.

Ante ao exposto e considerando que o projeto se reveste de grande importância para o Município, solicito que o mesmo seja apreciado em regime de URGÊNCIA, na forma prevista no artigo 34 da Lei Orgânica Municipal.

Certo de que esta solicitação será atendida, renovo os protestos de estima e consideração.

Forquilha/SC, 24 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.043, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.043, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

DENOMINA RUA GELCIO DE OLIVEIRA A VIA PÚBLICA QUE MENCIONA NO BAIRRO VILA FRANCA E, DÀ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI ALEXANDRE Prefeito Municipal, faço saber aos habitantes do Município de Forquilha, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Passa a denominar-se RUA GELCIO DE OLIVEIRA a atual Rua nº 229 que inicia na Rua 255 e segue em toda a sua extensão, no Bairro Vila Franca.

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 17 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças**LEI Nº 2.044, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº 2.044, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

DENOMINA RUA ANDRÉ DANIELSKI A VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha faz saber aos habitantes do município que a Câmara de Vereadores, os legítimos representantes do povo, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada Rua André Danieliski a atual Avenida Nº 09 que inicia na Rodovia Municipal Gabriel Eyng e segue até o seu final.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 17 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças**LEI Nº 2.046, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº 2.046, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO DE COMODATO COM A DIOCESE DE CRICIÚMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º. É o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar contrato de comodato com a Diocese de Criciúma - Paroquia Sagrado Coração de Jesus, cujo objeto será o empréstimo gratuito de um imóvel localizado na Rodovia Municipal Mercedes Minatto Scarduelli, s/n, Morro Comprido, neste município, com área de terra de

1.969,13m2, dentro de uma área maior, com 565,67m2 de área construída, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, sob o nº 48.595, conforme anexo único desta lei.

Parágrafo único. O imóvel acima descrito será utilizado como Centro Comunitário.

Art. 2º O prazo do comodato será de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado sucessivamente a critério das partes.

Art. 3º É autorizado o Poder Executivo a efetuar gastos com manutenção, reforma e ampliação da edificação.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações vigentes no Orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças
ANEXO ÚNICO DO PROJETO DE LEI PE Nº. 082/2014.**LEI Nº 2.047, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº 2.047, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO À COOPERNOVA - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA NOVA FORÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município de Forquilha - SC autorizado a firmar Convênio com a COOPERNOVA - Cooperativa Agropecuária Nova Força, com sede à Rodovia Antônio Valmor Canella, Km 3, Bairro Santa Ana, Forquilha, Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF nº. 07.016.282/0001-64, com os objetivos:

- a) promover uma melhora genética do rebanho bovino de Forquilha;
- b) aumentar a produtividade de leite;
- c) possibilitar um maior valor de venda dos animais;
- d) diminuição da incidência de casos de mastite através do uso de touros testados;
- e) produção de leite de melhor qualidade, com maior teor de gordura e proteínas;
- f) evitar consangüinidade entre os animais;
- g) promover um controle reprodutivo e sanitário dos animais;
- g) disseminação de informações tecnológicas através do inseminador e circulares;
- h) promover uma melhora na saúde da população rural através da melhoria na qualidade do leite;
- i) aumentar a renda do produtor rural;
- j) aumentar a arrecadação de impostos;
- k) fixação do homem no campo.

Art. 2º O Poder Executivo do Município de Forquilha, para

consecução dos objetivos do convênio disposto no art. 1º desta lei, fica autorizado a repassar recursos financeiros à COOPERNOVA - Cooperativa Agropecuária Nova Força no montante de até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais.

Art. 3º Caberá a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a fiscalização da execução do Convênio firmado.

Art. 4º O prazo do Convênio será definido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta das dotações vigentes no Orçamento do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.048, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.048, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS QUE ENUMERA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação, calçadas com acessibilidade, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, que obedecerão as especificações técnicas dispostas nos anexos II ou III, das seguintes vias-públicas:

a) No Bairro Santa Ana:

1. RUA ALBINO MARIOT;
2. RUA BENTO DA SILVA MARTINS;
3. RUA AGENOR ELIAS GUERREIRO;
4. RUA DAS ANDORINHAS;
5. RUA CAPANEMA;
6. RUA MACHADO DE ASSIS;
7. RUA JORGE AMADO;
8. RUA GABRIEL EYNG;
9. RUA ELDORADO;
10. RUA OLAVO BILAC;
11. RUA 46;
12. AV 89;
13. RUA 74;
14. RUA RECANTO VERDE;
15. RUA OLIVIO MANENTE;
16. RUA MONTEIRO LOBATO;
17. RUA MARIA DE LOURDES MARTINS.

b) Bairro Santa Isabel:

1. RUA LUCIA ARNS BACK;
2. RUA CECILIA BACK TISCOSKI;
3. RUA CUSTODIA ANTUNES KAMMER;
4. RUA JOSÉ EYNG;
5. AV 09;
6. RUA GERMANO WARMLING;
7. RUA MARIA HELENA WARMLING;
8. RUA JOSÉ EYNG;
9. RUA 226;
10. RUA AUGUSTINHO SEHNEN.

c) No Centro:

1. AV. 25 DE JILHO;
2. RUA 3;
3. RUA CARLOTA ARNS;
4. RUA REGINA STEINER;
5. RUA 158;
6. RUA ISABEL WESTRUP BACK;
7. RUA LUIZ TISCOSKI;
8. RUA 350;
9. RUA IRMÃ MARIA LOCH;
10. RUA IRMÃ ESTER STEINER.

d) No Bairro Santa Clara:

1. RUA 299;
2. RUA 301;
3. RUA JULIA HOEPERS;
4. RUA 298;
5. RUA 278;
6. RUA ANTÔNIO HEERDT;
7. RUA 122;
8. AV. 113;
9. RUA GUINESINIO HEERDT;
10. RUA CLARA HOEPERS HEERDT;
11. RUA 188;
12. RUA 197;
13. RUA 195;
14. RUA 194;
15. RUA 292;
16. RUA 295;
17. RUA 290;
18. RUA MARIA MICHELS HEERDT;
19. RUA 291;
20. RUA 292;
21. RUA 293;
22. RUA 295.

e) No Bairro Clarissa:

1. RUA 181;
2. RUA 15 DE NOVEMBRO;
3. RUA OURIVALDO CORREA;
4. RUA BERNARDO EYNG;
5. RUA FREI ÁTICO ENYNG;
6. RUA IR. EVILASIA EYNG;
7. RUA ALBERTO EYNG;
8. RUA IRMÃ ARNS EYNG;
9. RUA ANTÔNIO EYNG;
10. AV 137;
11. RUA BERNADETA HEERDT WARMLING;
12. RUA IRMÃ HILDA SKRZYPCZYK.

f) No Bairro Vila Lourdes:

1. RUA JOSEF EYNG;
2. AV 33;
3. AV 35;
4. RUA PALMARES;
5. RUA MARTINHO FRANCISCO LEANDRO;
6. RUA ADI JOSÉ VASSOLER;

7. RUA AUGUSTO BECKAUSER;
8. RUA JOSÉ JOÃO RIBEIRO;
9. AV. 62;
10. AV. 54;
11. RUA 124;
12. RUA LAVINO ANTÔNIO MONTEIRO;
13. RUA JOSÉ ARNS;
14. RUA JOSÉ DAMINELLI NETO;
15. RUA EUGENIO SILVEIRA;
16. RUA REDITÁRIO DE BONA;
17. RUA 275;
18. RUA ANTÔNIO RAFAEL DA ROSA;
19. RUA 302.

g) No Bairro Saturno:

1. RUA DAS ROSEIRAS;
2. RUA DOS CRAVOS;
3. RUA JOÃO PEDRO SATURNO;
4. RUA HERMINA FRASSÃO ALEXANDRE;
5. RUA MANACÁS;
6. RUA DAS ACÁCIAS;
7. RUA 25 DE DEZEMBRO;
8. RUA 12 DE OUTUBRO;
9. RUA DOS IPÊS;
10. RUA 72;
11. RUA 255;
12. RUA 227;
13. RUA 228;
14. RUA 229;
15. RUA 257;
16. RUA 264;
17. RUA 263.

h) No Bairro Vila Franca:

1. RUA ALVERI DE OLIVEIRA;
2. RUA ARINO JORDÃO DA SILVA;
3. RUA EVANIO LOCATELLI;
4. RUA 148;
5. RUA NOVO HORIZONTE;
6. AV. 60;
7. RUA DEJAIR JOSÉ COLONETTI;
8. RUA CARLOS COLONETTI;
9. RUA VENICIO VASSOLER;
10. AV. 56;
11. RUA 25 DE DEZEMBRO;
12. AV. 58;
13. RUA AFONSO TISCOSKI;
14. RUA 267;
15. RUA THEREZA MANGALLI COLONETTI;
16. RUA DAS GREVÍLEAS;
17. IVANIR BRUNELLI LAZZARIN;
18. RUA LUIZ TOMAZI;
19. RUA DAS ORQUIDEAS;
20. RUA 285;
21. RUA 286;
22. RUA 287;
23. RUA 288;
24. RUA MARIA MARCELO DOS REIS;
25. RUA VERGÍLIO VASSOLER;
26. MANOEL BONIFÁCIO DA SILVA.

i) No Bairro Nova York:

1. RUA MARCOS DE CESARO CAVALER;
2. RUA MARIO VITALI;
3. RUA JOSÉ BROLEZI;
4. RUA LEOSINA DE SOUZA MARTINS;
5. RUA MANOEL SERAFIM ASSUNÇÃO;
6. RUA 147;
7. RUA GIÁCOMO TOMAZI;

8. RUA MANOEL BONIFÁCIO DA SILVA;
9. RUA NEREU BELOLLI;
10. AV.66;
11. RUA LUIZ GONZAGA DE MATTIA;
12. RUA CELSP ROQUE FORGIARINI.

j) No Bairro Ouro Negro:

1. RUA ANTÔNIO TOMAZI;
2. RUA 143;
3. RUA 280;
4. RUA NEREU BELOLLI;
5. RUA 166;
6. RUA 167;
7. RUA 181;
8. RUA 179;
9. RUA SÃO JOSÉ;
10. RUA 88;
11. RUA 144;
12. RUA 138;
13. RUA 154;
14. RUA 138;
15. RUA 187;
16. RUA 184;
17. RUA 86;
18. RUA 96;
19. RUA 92;
20. RUA 88;
21. RUA 90;
22. RUA 94;
23. RUA 210;
24. RUA 211;
25. RUA 212;
26. RUA 213;
27. RUA 214;
28. RUA 215;
29. RUA 216;
30. RUA 217;
31. RUA 218;
32. RUA 219;
33. RUA 220.

k) No Bairro Passo de São Roque

1. AV. 87.

l) No Bairro Santa Cruz:

1. RUA OTILIA BRESSAN MARTINS;
2. RUA LUCIA BURATTO MARTINS;
3. RUA PEDRO MAXIMO;
4. RUA DORA MARANGONI BRUNELI;
5. RUA NEUZA MARIA PICKER;
6. RUA ANTÔNIO FULGENCIO MATIAS;
7. RUA DUÍLIA VITO NEOTTI;
8. RUA ADÃO DE SOUZA;
9. RUA OSNI DE JESUS;
10. RUA ANTONIO MARCOS VIEIRA;
11. RUA INÁCIO MARTINS ROCHA;
12. RUA ANTONIO PERUCHI;
13. RUA BELO HORIZONTE;
14. RUA EUCLIDES BORTOLOTO;
15. RUA LUIZ MEZZARI;
16. RUA JOÃO MEZZARI;
17. RUA AMAZONAS;
18. RUA BAHIA;
19. RUA DISTRITO FEDERAL;
20. RUA ESPIRITO SANTO;
21. RUA GOIAS;
22. RUA MATO GROSSO;
23. RUA SÃO PAULO;
24. RUA MARANHÃO;

25. RUA MINAS GERAIS;
 26. RUA ANTÔNIO HENRIQUE STAIRK;
 27. RUA PARANÁ;
 28. RUA PARÁ;
 29. RUA PERNANBUCO;
 30. RUA PIAUÍ;
 31. RUA RIO DE JANEIRO;
 32. RUA TOCANTINS;
 33. RUA RIO GRANDE DO SUL;
 34. RUA RONDONIA;
 35. RUA RORAIMA;
 36. RUA ACRE;
 37. RUA TOCANTINS;
 38. RUA SANTA CATARINA;
 39. RUA ALAGOAS;
 40. RUA MATO GROSSO DO SUL;
 41. RUA PARÁ;
 42. RUA BELÉM;
 43. RUA BULGÁRIA;
 44. RUA CARIBE;
 45. RUA CHINA;
 46. RUA COSTA RICA;
 47. RUA PORTUGAL;
 48. RUA ALEMANHA;
 49. RUA ITÁLIA;
 50. RUA SUIÇA;
 51. RUA FRANÇA;
 52. RUA ARGENTINA;
 53. RUA CANADÁ;
 54. RUA URUGUAI;
 55. RUA GRECIA;
 56. RUA EGITO;
 57. RUA CHILE;
 58. RUA JAPÃO;
 59. RUA AFRICA DO SUL;
 60. RUA PERU;
 61. RUA COLOMBIA;
 62. RUA CARIBE;
 63. RUA PARAGUAI;
 64. RUA VENEZUELA;
 65. RUA EQUADOR;
 66. RUA SURINAMI;
 67. RUA SNATOS DELFINO;
 68. RUA EDELURDES NASCIMENTO NUNES;
 69. RUA ELI MANOEL GONÇALVES;
 70. RUA DONATO VIEIRA;
 71. RUA ESTADOS UNIDOS;
 72. RUA 177;
 73. RUA REDITARIO DE BONA;
 74. RUA LUDOVICO ZEFERINO SILVEIRA;
 75. RUA PEDRO MEZZARI;
 76. RUA ALBERTO TAUFEMBACK;
 77. RUA ROSA ROCHA BENTO;
 78. RUA JOAO JOSÉ BENTO,

m) No Bairro Santa Libera:

1. RUA 320;
 2. RUA 321;
 3. RUA 322;
 4. RUA 323;
 5. RUA 324;
 6. RUA 325;
 7. RUA 326;
 8. RUA 327;
 9. RUA 328;
 10. RUA 329;
 11. RUA 330;
 12. RUA 331;
 13. RUA 332;

14. RUA 333;
 15. RUA 334;
 16. RUA 335;
 17. RUA 336;
 18. RUA 337;
 19. RUA 338;
 20. RUA 339;
 21. RUA 340;
 22. RUA 341;
 23. RUA 342;
 24. RUA OTIVIO PICOLLO;
 25. RUA JOANA FERRARI;
 26. RUA GRACIOSO UGIONI;
 27. RUA ZEFERINO ROMANCINI;
 28. RUA JULIO FORMANSKI;
 29. RUA ANTONIO DOS SANTOS ALVES;
 30. AV. 266;
 31. RU 125;
 32. RUA VALMOR BENTO ROQUE;
 33. RUA FRANCISCO RONCHI DE CAETANO;
 34. RUA OLIVO PICOLO;
 35. RUA ADELINA ROSA BOSA BURIGO;
 36. RUA OTÍLIO FRANCISCO MACEDO;
 37. RUA OLINDINA CORNA PEREIRA;
 38. RUA 385;
 39. RUA 386;
 40. RUA 387;
 41. RUA 126.

n) No Bairro Cidade Alta:

1. AV 212;
 2. RUA 105;
 3. RUA PRESIDENTE RODRIGUES ALVES;
 4. RUA BEIRA RIO;
 5. RUA DA LIBERDADE;
 6. RUA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS;
 7. RUA DA INDEPENDENCIA;
 8. RUA JOÃO MIGUEL;
 9. RUA AIRTON SENNA;
 10. RUA TANCREDO NEVES;
 11. RUA RUY BARBOSA;
 12. RUA 12 DE OUTUBRO;
 13. RUA SÃO PEDRO;
 14. RUA SÃO MIGUEL.

Art. 2º Em decorrência da execução, pelo Poder Executivo Municipal, das obras de pavimentação nas ruas especificadas no artigo 1º desta lei serão cobrada a Contribuição de Melhoria, observados os seguintes critérios:

I - serão considerados beneficiados apenas os imóveis que possuam frente para as vias indicadas;

II - o valor da contribuição de melhoria terá como Limite Total da despesa realizada com a execução da obra e como Limite Individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

III - o valor da Contribuição de Melhoria será definido através da fórmula de cálculo que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra, conforme a seguinte fórmula de cálculo:

Contribuição de Melhoria =	Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
	Valorização total da obra

§ 1º No custo total da obra poderão incluídas as parcelas relativas a estudos, projetos, fiscalização, administração, desapropriação, execução e financiamento, inclusive os respectivos encargos bem como valores dos materiais e da mão de obra.

§ 2º O Município poderá absorver despesa do custo total da obra

de pavimentação, que constará no Edital.

Art. 3º Para cobrança da Contribuição de Melhoria, a Administração publicará edital de execução das obras, contendo, entre outros elementos julgados convenientes, os seguintes:

- I - delimitação das áreas diretamente beneficiadas e a relação dos proprietários de imóveis nelas compreendidos;
- II - memorial descritivo do projeto para cada rua;
- III - orçamento total ou parcial do custo de cada obra;
- IV - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição com base na valorização de cada imóvel beneficiado, com o correspondente plano de rateio, contendo, em anexo, a planilha de cálculo, observado o disposto no inciso II do art. 1º.

Art. 4º Após a conclusão será publicado o demonstrativo do custo final de cada obra, seguindo-se ao lançamento da Contribuição de Melhoria.

Art. 5º O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de bem imóvel lindeiro à via ou logradouro público beneficiado pela obra realizada, transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes e sucessores.

Parágrafo único Consideram-se também, lindeiros, os bens imóveis que tenham acesso à via ou logradouro beneficiado pela obra, por ruas ou passagens particulares, entrada de vila, servidões de passagens e outros assemelhados.

Art. 6º Correrão por conta da Administração Municipal as quotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos da Contribuição de Melhoria.

Art. 7º Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua publicação ou notificação pessoal.

§ 1º A impugnação não impedirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão somente terá efeitos para o recorrente.

§ 2º A decisão final do processo de impugnação será dada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º Executada a obra, na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança, proceder-se-á o lançamento referente a esses imóveis.

Parágrafo único. O lançamento será efetuado em nome do sujeito passivo, com base nos dados constantes do Cadastro Imobiliário, aplicando-se no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

Art. 9º A notificação do lançamento, diretamente ou por edital, conterá:

- I - identificação do sujeito passivo e o valor da Contribuição de Melhoria;
- II - modalidades de pagamento;
- III - prazo para reclamação e impugnação.

Art. 10. A Contribuição de Melhoria será arrecadada em 30 (trinta) dias após o seu lançamento.

§ 1º Ao contribuinte que efetuar o recolhimento total da contribuição de Melhoria até o vencimento, será concedido um desconto de 20 % (vinte por cento).

§ 2º O pagamento parcelado, que não excederá a 24 (vinte e quatro) parcelas, poderá ser concedido mediante prévio requerimento do contribuinte.

§ 3º As parcelas serão corrigidas monetariamente, no dia do efetivo recolhimento, pela Unidade Fiscal Municipal - UFM.

Art. 11. A não observância, pelo contribuinte, do prazo de pagamento, sujeitará o mesmo, ao recolhimento de correção monetária, multa de 0,33 % (trinta e três décimos por cento) ao dia, até o limite de 10 % (dez por cento), e juros de mora, sendo os dois últimos sobre o valor corrigido.

Art. 12. Ficam isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria: I - o imóvel edificado e único, de propriedade de agricultor, sem outra fonte de renda, quando e enquanto por ele ocupado para moradia;

II - os imóveis pertencentes a partidos políticos, templos de qualquer culto e de instituições de educação ou assistência social, associação de moradores e conselhos comunitários, desde que tais entidades tenham sido declaradas de utilidade pública Federal, Estadual ou Municipal, e:

a) não distribuam qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título de lucro ou de participação no seu resultado;

b) apliquem, integralmente, no País, os recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.

III - o único imóvel edificado, destinado à moradia de seu proprietário, quando este apresentar renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos e, desde que, não possua mais imóveis no Município.

IV - o único imóvel edificado, destinado à moradia de seu proprietário, quando este apresentar comprovante de renda familiar de até 3 (três) salários mínimos, terá redução de 50 % (cinquenta por cento) do valor da Contribuição de Melhoria.

Parágrafo único. As isenções deverão ser requeridas e instruídas com as devidas provas, a partir do edital de notificação até o prazo de 15 (quinze) dias, contados do edital de lançamento.

Art. 13. No lançamento, sua notificação e demais aspectos não especificados nesta Lei, serão observadas as normas e procedimentos estabelecidos na Lei nº 494, de 17 de dezembro de 1998, que instituiu o Código Tributário do Município de Forquilha, no Decreto-Lei 195, de 24 de fevereiro de 1967 e no Código Tributário Nacional.

Art. 14. Fica alterado o caput do art. 460 da Lei nº 494, de 17 de dezembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 460. A Contribuição de Melhoria que tiver valor global inferior a 15,00 (quinze) Unidade Fiscal Municipal - UFM, vigente no mês da emissão do respectivo lançamento, será considerado para efeitos de arrecadação, como sendo de 15,00 (quinze) Unidade Fiscal Municipal - UFM." (NR)

Art. 15. Fica alterado o § 2º do art. 463 da Lei nº 494, de 17 de dezembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 463.

§ 2º A decisão final do processo de impugnação será dada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal." (NR)

Art. 16. Fica alterado o § 3º do art. 466 da Lei nº 494, de 17 de dezembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 466.

§ 3º As parcelas serão corrigidas monetariamente, no dia do efetivo recolhimento, pela Unidade Fiscal Municipal - UFM." (NR)

Art. 17. Fica alterado o Parágrafo Único do art. 468 da Lei nº 494, de 17 de dezembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 468.

Parágrafo único. As isenções deverão ser requeridas e instruídas com as devidas provas, a partir do edital de notificação até o prazo de 15 (quinze) dias, contados do edital de lançamento." (NR)

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

ANEXO I DO PROJETO DE LEI PE Nº. 085/2014.

VIAS QUE SOFRERÃO COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

ANEXO II DO PROJETO DE LEI PE Nº. 085/2014.

MEMORIAL DESCRITIVO PARA RUAS PAVIMENTADAS COM CONCRETO ASFALTICO UZINADO A QUENTE (CAUQ)

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM CAUQ

LOCAL: Logradouros Públicos de Forquilha - SC

1 - OBJETIVO

O presente memorial descritivo tem o objetivo de orientar os serviços e especificar os materiais a serem empregados na pavimentação asfáltica a base de Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), em logradouros públicos do município de Forquilha - SC.

2 GEOMETRIA DA RODOVIA

Deverão ser obedecidas as notas de serviços contidas no projeto.

3 TERRAPLENAGEM

Objetivo: O projeto de terraplenagem tem por objetivo definir e preparar a seção geométrica, mediante a execução de cortes ou aterros, localização e distribuição dos volumes destinados a conformação do greide e da plataforma, conforme elementos definidos pelo projeto.

3.1 Escavação, Carga e Transporte de materiais - Execução corpo estradal.

Introdução: consiste em um conjunto de operações cuja finalidade é construir o corpo da Rodovia, tomando como referência as cotas do greide projetado de terraplenagem, onde será marcado em campo através dos off-sets, as larguras dos sub-trechos de corte ou de aterros.

3.2 Execução de escavação, carga e transporte do material de corte.

Objetivo: desmontar por ação mecânica o maciço (corte) pré-definido pelo projeto, dentro das normas e especificações rodoviárias de modo que permita a execução do corpo estradal.

- Execução:

- Escavar os segmentos da avenida entre as estaca onde será executada a galeria e reaproveitar como aterro;
- As operações de execução limitam-se em escavar definido, até atingir as cotas e larguras do projeto (greide) levando em consideração as declividades dos taludes;
- O material escavado será destinado e transportado para de aterros quando atender as especificações técnicas estabelecidas, ou serão destinados a locais previamente definidos e designados pela equipe de fiscalização (bota-fora);
- Todo material extraído dos cortes serão classificados por técnicos da equipe de fiscalização obedecendo às seguintes definições: 1ª categoria, 2ª categoria e 3ª categoria. Pois para cada grandeza e resistência do solo existem preços diferenciados de acordo com o grau de dificuldade no processo de escavação.
- 1ª categoria:

- Compreende os solos em geral do tipo argila, rocha em adiantado estágio de decomposição e seixos rolados ou não rolados com diâmetros máximos inferiores a 15 cm, qualquer que seja o teor de umidade que apresentem.

- 2ª categoria:

- Compreende as rochas com resistência a penetração mecânica inferior a do granito, blocos de rocha com volume inferior a 1m³, matacões e pedras de diâmetro médio superior a 15 cm, cuja extração se processe através do uso combinado de explosivos, tratores com lâmina ou Hipers, mais ferramentas manuais.

- 3ª categoria:

- Compreende as rochas com resistência a penetração mecânica igual ou superior ao do granito, blocos de rocha com diâmetro médio superior a 1m³ e maciços cujo volume seja necessário o emprego contínuo de explosivos para que haja redução das partículas que possibilitem o seu carregamento e transporte;

- Os equipamentos necessários às operações de corte são tratores de lâminas equipados com hipers, moto-scrapers, moto-niveladora, perfuratrizes de rocha, explosivos, caminhões basculantes e outros que se fizerem necessários;

- As medições serão apropriadas em metros cúbicos medidos nos maciços dos cortes, através das seções transversais;

- Os cálculos dos volumes deverão ser processados e apresentados em planilhas específicas, levando em consideração os estaqueamentos da obra, o lado em que se encontram e sua classificação.

3.3 Corpo de aterros

- lançamento e compactação em camadas:

Objetivo: formar os segmentos da via cujo projeto requer o depósito de materiais terrosos, quer provenientes de cortes ou empréstimos, ao longo do eixo e no interior dos limites off-sets que definem o corpo estradal, em conformidade com a nota de serviço, definindo os maciços de aterro.

- Execução:

- O material escavado terá procedência dos cortes e destinam-se a construção do maciço dentro das especificações já citadas, obedecendo às origens e destinos indicado pelo projeto;

- A compactação terá processo mecânico que visa reduzir o volume dos seus espaços vazios, aumentando o seu peso específico aparente e tornando-o assim mais instável;

- Para os corpos de aterros de altura superiores a 2 (dois) metros as camadas inferiores até a cota 60cm de espessura abaixo do greide projetado deve ser compactado em camadas de no máximo 60cm de espessura por lançamento, dentro da umidade ótima, até atingir um grau de compactação de no mínimo 95% do P. N.;

- Para a camada final o grau de compactação não poderá ser inferior a 100% do P. N.;

- Os equipamentos utilizados devem atender as especificações da cada tipo de solo que será utilizado no corpo do aterro, tendo em vista a projeção, o transporte e o cronograma definido para cada etapa da obra;

- De modo geral os rolos vibratórios devem ser usados para solos arenosos, para solos argilosos os rolos do tipo pé-de-carneiro são os indicados, sendo que os rolos pneumáticos adaptam-se a quase todos os tipos de solo;

- Os serviços executados serão apropriados por metro cúbico, medido no local obedecendo às dimensões projetadas dos maciços de aterros e liberados pela fiscalização.

4 PAVIMENTAÇÃO

A pavimentação de uma rua consiste em construir uma estrutura capaz de apresentar conforto, segurança e estabilidade, de modo que resista aos esforços verticais e horizontais oriundos do fluxo de veículos por um período de tempo pré-determinado pelo projeto.

O projeto da via é dimensionado em conformidade com os estudos

preliminares de consonância com as características físicas e mecânicas dos materiais.

Para tanto são determinadas camadas com as seguintes características:

4.1 Regularização do sub-leito

Objetivo: conformar a plataforma da via mediante pequenos cortes ou aterros, tendo como resistência a nota de serviço de regularização, conferindo-lhe condições adequadas de geometria e compactação.

Execução:

- Regularizar e compactar conforme cotas e larguras da nota de serviços obedecendo às declividades projetadas;
- Executar marcação topográfica de modo a permitir o uso de equipamentos mecânicos de regularização e compactação;
- Aplicar índice de suporte Califórnia - ISC (método DNIT-ME 49/74);
- Não tolerar índice de expansão dos materiais superiores a 2%;
- Obter um grau de compactação de no mínimo 100% do proctor normal;
- O teor de umidade deverá ser de no máximo $\pm 2\%$ da umidade ótima obtida pelo ensaio de caracterização a ser executado pela construtora e supervisionado pela fiscalização;
- A apropriação dos serviços executados será por metro quadrado de serviços liberados conforme nota de serviço, medidos em campo.

4.2 Fornecimento, execução e transporte de material para execução de BASE DE BRITA GRADUADA.

Objetivo: compor camada granulométrica do pavimento projetado na área de ação do corpo estradal, de modo a distribuir a sub-base os esforços verticais oriundos da ação do tráfego. Resistir aos esforços horizontais, tornando a superfície mais durável de modo a receber o revestimento final de CAUQ - Concreto Usinado a Quente.

Execução:

- Executar camada única de 15cm de espessura compactada;
- O lançamento do material deve ser executado por intermédio de equipamentos tipo motoniveladora ou distribuidor de agregados de propulsão mecânica, capaz de distribuir e comprimir na cota e larguras pré-estabelecidas, obedecendo aos alinhamentos de projeto; (nota de serviço de pavimentação);
- Para nivelar, abaular e regularizar a camada em execução usar motoniveladora;
- Caberá à fiscalização o controle geométrico e geotécnico, sendo que a construtora deve solicitar pedido de liberação de cada sub-trecho;
- Os serviços de execução e fornecimento de material será apropriado por metro cúbico, medido pela média da seção executada geometricamente.

4.3 Fornecimento, execução e transporte de material para execução de imprimação com asfalto diluído CM-30.

Objetivo: tem por finalidade aumentar a coesão da superfície da base pela penetração do material betuminoso empregado, além de promover condições de aderência entre a base e o revestimento C. A. U. Q. (no mínimo 1,5cm de penetração).

Execução:

- Aplicar varredura com vassoura mecânica rotativa em toda superfície da base, antes da aplicação do impermeabilizante, removendo as partículas de pó ou material nocivo (corpo orgânico);
- Aplicar ligante do tipo CM-30 (PEB-651 da ABNT) asfalto diluído de cura média, com taxa de aplicação igual a 1,2 litros/m², considerando absorção máxima da camada em 24 horas;
- Durante a aplicação deverão ser coletadas amostras do material, em recipiente apropriado (bandeja) de modo a permitir a medição da taxa de consumo, para evitar excesso de material lançado (exudação);

- A aplicação deve ser através de equipamentos mecânicos do tipo caminhão espargidor munido de bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, tacômetros, termômetros e espargidor manual;
- Não será permitido o tráfego na área imprimida. Em casos de extrema necessidade liberar uma faixa de trânsito após 24 horas de aplicação, desde que protegida por uma camada fina de areia;
- Remover a areia e usar pintura de ligação com RR-2C (item PV-02.5) antes da aplicação do revestimento betuminoso (C.A.U.Q.);
- Apropriar os serviços executados em metros quadrados, considerando a área imprimada medida pela topografia, tendo como referência a seção do projeto geométrico.

4.4 - Fornecimento, execução e transporte de material para - pintura de ligação com emulsão asfáltica RR-2C.

Objetivo: tem por finalidade exercer a função de ligante entre as camadas dos materiais aplicados, aumentando a coesão e aderência do revestimento, além de ter função impermeabilizante. Seu uso se faz necessário quando a imprimação fica exposta por um período superior a 72 horas.

Execução:

- Aplicar ligante do tipo RR-2C - Emulsão Asfáltica de Rumpetura Rápida - conforme normas DNIT e NBR 7208;
- Usar taxa de consumo igual a 0,60l/m² em média;
- Usar caminhão espargidor equipado com tacômetros e termômetros, além de espargidor manual para aplicação em pequenas áreas;
- Para aplicação do ligante, a superfície deve estar devidamente limpa, usando o processo de varredura mecânica ou manual, isentando a área de pó e partículas desagregadas;
- Só aplicar a camada de C.A.U.Q. após completa pintura em toda área definida pela fiscalização;
- O sistema de apropriação dos serviços executados será por metro quadrado do produto utilizado, tendo como referência a área de aplicação, considerando o volume empregado, além do fornecimento e transporte do material, adicionadas a mão-deobra de execução;
- Não será permitido qualquer execução sem a devida liberação por parte da fiscalização, autorizando cada etapa da aplicação.

4.5 Fornecimento de material e serviço para execução de Camada de Concreto o

Asfalto Usinado a Quente (C.A.U.Q.).

Objetivo: revestir a base imprimada, protegendo as diversas camadas que compõem o pavimento das intempéries climáticas além de proporcionar conforto e segurança aos transeuntes. É parte integrante da composição final do pavimento e responsável direto pela estabilidade final do leito pavimentado.

Execução:

- Após a liberação da base imprimada pela fiscalização, e após aplicação da pintura de ligação nas áreas, será possível iniciar a implantação da camada de C.A.U.Q. (Concreto betuminoso usinado a quente) $d=2,50 \text{ ton/m}^3$ e teor do asfalto de 6%.
- A camada empregada é resultante da mistura a quente em usina apropriada de agregados minerais, graduado por material de enchimento (filler ou areia) espalhados e comprimidos a quente;
- A camada empregada será de no mínimo 3cm para ruas de tráfego leve e de 4cm para ruas de tráfego médio a pesado. Em casos especiais de tráfego, observados em projeto, esta camada de revestimento deverá obedecer espessuras mínimas exigidas e constantes em norma. A espessura indicada será obtida e considerada após a compactação final, a ser aplicada ao longo da área imprimada em todo trecho do projeto geométrico;
- O traço do material deve ser desenvolvido por técnicos da construtora considerando amostras da areia e brita do local de fornecimento, projetada e qualificada conforme especificação do manual de pavimentação do DNIT;
- O cimento asfáltico a ser empregado é o CAP-50-70 especificado

na EB-78 da ABNT;

- Caberá a fiscalização o controle de qualidade e supervisão final do resultado apresentado pela construtora;
- O lançamento da camada deve ser referenciado pela marcação topográfica conforme larguras projetadas, distribuída em acabadora automotriz capaz de espalhar e conformar dentro das especificações pré-estabelecidas;
- A compressão da camada será efetuada por rolos pneumáticos e rolos lisos compressores tipo tandem;
- A densidade e temperatura para execução, transporte, acabamento e compactação será definida no projeto do traço da mistura conforme especificações contidas no manual de pavimentação do DNIT-PRO 13/79;
- A apropriação dos volumes executados será por toneladas, medidos pela seção geométrica dos volumes executados, medidos pela seção geométrica executada de conformidade com os projetos, mais a densidade do material (o valor da densidade será definido pelo traço da mistura).

5 OBRAS DE ARTE CORRENTES E DRENAGEM

5.1 Galerias de Águas Pluviais

Deverão ser obedecidas as Especificações de Serviço DEINFRA-SC-ES-AO-04/92 para os serviços de bueiros.

A escavação da vala será executada pela CONTRATADA DE JUSANTE PARA MONTANTE e o material que não for reutilizado para o reaterro, será transportado para local pré-determinado pela fiscalização. O fundo da vala deverá ser regularizado, e quando o solo não apresentar suporte suficiente, receberá uma camada de seixo ou outro material similar, para dar sustentação ao tubo, aprovado pela fiscalização.

Os tubos deverão ser assentados em perfeito alinhamento e nivelamento, e rejuntados externamente em argamassa de cimento e areia, no traço 1:3 desde a base até o topo. O reaterro deverá ser feito com material de boa qualidade, em camadas de 0,25m compactadas manualmente até a geratriz superior do tubo, podendo o restante da vala ser compactada mecanicamente.

Toda limpeza e sobra de materiais deverá ser transportado para locais previamente determinado e aprovado pela fiscalização. Todos os problemas que possam ocorrer com as redes de abastecimento de água, energia, telefone e gás, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, cabendo a esta a devida recuperação.

5.2 Confeção de Caixas Coletoras de Águas Pluviais

Poderão ser executadas com tijolo maciço parede dupla, ou com blocos de concreto estrutural rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:6. O reboco interno das paredes de tijolos maciços deverá ser com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. A laje do fundo deverá ser em concreto com espessura mínima de 0,08m e resistência de 15MPa. O anel superior da caixa deverá ser em concreto bem nivelado e desempenado, no traço 1:2:2, cimento, areia, brita. A ligação da caixa com bueiro executado, deverá ser com tubo de concreto no diâmetro de projeto, com acabamento interno e rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:6.

A CONTRATADA fornecerá as tampas de concreto conforme o projeto fabricado com resistência de 25MPa aos 28 dias.

5.3 Assentamento do Meio Fio em Concreto Pré-Moldado

Os meio fios deverão estar num alinhamento perfeito e assentes sobre uma base regularizada, devendo o espaçamento (junta) entre meio fio não ultrapassar a 0,015m. O rejuntamento será com cimento e areia no traço 1:4, desde a base até o topo do meio fio, devendo as juntas estarem limpas de impurezas e molhadas.

O meio fio será protegido com encosto de argila, pelo passeio, numa largura mínima de 1,20m e 0,06m abaixo da geratriz superior do meio fio, e nivelado transversalmente com declividade de 2% para a pista e compactado manualmente. O material de aterro para o encosto será fornecido pela CONTRATADA.

5.4 Características Técnicas dos Pré-Moldados

Os meio fios serão em concreto pré-moldados com resistência mínima de 18MPa aos 28 dias. No processo de fabricação deverão ser asseguradas que as peças sejam homogêneas e compactas para obedecerem às exigências previstas, e não possuírem trincas, fraturas ou outros defeitos, que possam prejudicar o assentamento ou mesmo afetar a resistência e durabilidade do pavimento.

As dimensões serão as de projeto quanto à altura e espessura podendo o comprimento ser de 0,80m para facilitar o manuseio. Os materiais utilizados na fabricação dos pré-moldados deverão satisfazer as seguintes

condições:

- Cimento - obedecer às exigências da ABNT e ABCP;
- Agregados - obedecer às exigências da ABNT-EB-4;
- Água - estar isenta de elementos prejudiciais às reações do cimento;
- Atender as Especificações de Serviço para concretos e argamassas DEINFRA-SC-ES-AO-02/92.

6 SINALIZAÇÃO

6.1 Sinalização horizontal

A pintura das Faixas Horizontais será feita com Tinta Acrílica para demarcação Viária e de acordo com normas do DEINFRA/SC, contidos no Projeto de Sinalização do Projeto Executivo. As micro Esferas de Vidro Retrorefletivas a serem utilizadas poderão ser de 2 tipos:

- Tipo IB - Misturadas à tinta na máquina;
 - Tipo IIA - Aplicada por aspersão quando da aplicação da tinta.
- Para inspeção e amostragem deverá ser obedecidas a EB 2162 para tintas e EB 1241 para micro esferas.

6.2- Sinalização Vertical

É a sinalização composta por placas, painéis e dispositivos auxiliares, situados na posição vertical e localizados à margem da via ou suspensão sobre ela, com as seguintes características:

- Posicionamento dentro do campo visual do usuário;
- Legibilidade das mensagens e símbolos;
- Mensagens simples e claras; e,
- Padronização.

Como regra geral, para todos os sinais posicionados lateralmente à via, é dada uma pequena deflexão horizontal ($\pm 3^\circ$), em relação à direção ortogonal ao trajeto dos veículos que se aproximam de forma a minimizar problemas de reflexo.

Pelo mesmo motivo, os sinais são inclinados em relação à vertical, para frente ou para trás, conforme a rampa seja ascendente ou descendente, também no valor de $\pm 3^\circ$.

A classificação da sinalização vertical, segundo sua categoria funcional e a padronização por meio de cores é a seguinte:

- Sinais de Regulamentação - vermelho;
- Sinais de Advertência - amarelo;
- Sinais de Indicação - verde;
- Sinais de Serviços Auxiliares - azul; e,
- Sinais de Educação - branco.

As dimensões adotadas no presente Projeto estão indicadas em legendas específicas nas pranchas do Projeto de Sinalização do Projeto Executivo.

6.3 Sinalização de Obras

A Sinalização das Obras deverá ser fundamentado no Manual de Sinalização de Obras e Emergências do DNIT, publicação esta voltada especificamente para obras rodoviárias onde estão sendo executados pavimentos novos, restauração de pavimentos antigos, reparos em situações de emergência e obras de arte.

A Sinalização das Obras da rua visa a segurança do usuário e do pessoal da obra, quando em serviço, sendo constituída de Sinalização Horizontal, Vertical, bem como, Dispositivos de Canalização e Segurança. A Sinalização das Obras será constituída basicamente por:

- Placas;
- Cones de borracha ou plásticos;
- Dispositivos de luz intermitente; e,
- Bandeiras.

Os custos serão de responsabilidade da contratada.

7 SERVIÇOS COMPLEMENTARES

7.1 Dos Passeios

Como todo o segmento da rua é urbanizado, foi previsto reaterro com material de Jazida e 1,5 cm de Pó de Pedra.

8 MEIO AMBIENTE

8.1 Estudos de Impacto Ambiental

Em relação ao impacto ambiental provocado pela execução da obra em questão, avaliamos ser pouco significativo, pois a Rodovia está implantada e hoje utilizada. Mas alguns cuidados básicos deverão ser tomados:

- Limpeza e Desmatamentos: O serviço deverá ser executado somente nas áreas necessárias as obras e indicadas no projeto.
- Terraplenagem: É um serviço de movimentação de materiais de cortes, aterros, bota-foras e jazidas. Quanto a Proteção Ambiental, deverão os locais serem protegidos com leivas ou hidrossemeadura, além da drenagem superficial quando necessário imediatamente após o término destes serviços.
- Pavimentação: Jazidas de Seixo, Pedreiras, Usinas de Solo e Asfalto. Será de responsabilidade da Construtora a instalação e operação de equipamentos e a implementação das ações referentes ao auto controle de emissões de poluentes, contaminação do solo e águas e ruídos. A empresa antes do início dos serviços deverá apresentar as devidas licenças ambientais.
- Segurança dos Usuários: Nos locais onde os serviços se desenvolverão sobre a plataforma existente da Rodovia, será necessário tomar cuidados em todas as operações e uso de equipamentos, para proteger o usuário e para facilitar o tráfego. Deverá ser implantada uma sinalização adequada de responsabilidade e à custa da contratada.

8.2 Licenciamento da Obra

Caberá a Contratante obter junto ao Organismo Ambiental o devido Licenciamento da Obra.

9 DISPOSIÇÕES GERAIS

A contratada deverá colocar placas indicativas da obra com os dizeres e logotipos orientados pela Prefeitura de Forquilha.

Todos os serviços de topografia, laboratório de solos e asfaltos, serão fornecidos pela contratada sem ônus para a contratante.

As obras serão fiscalizadas por profissional designado pela prefeitura municipal de forquilha. Cabe a contratada facilitar o acesso às informações necessárias ao bom e completo desempenho do fiscal.

Cabe a prefeitura de forquilha, através de profissional designado, dirimir quaisquer dúvidas do presente memorial descritivo, bem como de todo o projeto executivo.

Obs.: A empresa executora deverá fornecer toda a mão de obra, materiais, ferramental e equipamentos necessários para a perfeita execução das obras.

Forquilha, 01 de dezembro de 2014

LUIZ RENATO STEINER

Eng. Civil - CREA-SC 090142-1

ANEXO III DO PROJETO DE LEI PE Nº. 085/2014.

OBRA: PAVIMENTAÇÃO A BASE DE LAJOTAS DE CONCRETO

LOCAL: Logradouros Públicos de Forquilha - SC

MEMORIAL DESCRITIVO PARA RUAS PAVIMENTADAS COM LAJOTAS DE CONCRETO DE CIMENTO PORTLAND

1 - OBJETIVO

O presente memorial descritivo tem o objetivo de orientar os serviços e especificar os materiais a serem empregados na pavimentação a base de lajotas pré-moldadas de concreto de cimento portland, em logradouros públicos do município de Forquilha - SC.

2 GEOMETRIA DA RODOVIA

Deverão ser obedecidas as notas de serviços contidas no projeto.

3 TERRAPLENAGEM

Objetivo: O projeto de terraplenagem tem por objetivo definir e preparar a seção geométrica, mediante a execução de cortes ou aterros, localização e distribuição dos volumes destinados a conformação do greide e da plataforma, conforme elementos definidos pelo projeto.

3.2 Escavação, Carga e Transporte de materiais - Execução corpo estradal.

Introdução: consiste em um conjunto de operações cuja finalidade é construir o corpo da Rodovia, tomando como referência as cotas do greide projetado de terraplenagem, onde será marcado em campo através dos off-sets, as larguras dos sub-trechos de corte ou de aterros.

3.2 Execução de escavação, carga e transporte do material de corte.

Objetivo: desmontar por ação mecânica o maciço (corte) pré-definido pelo projeto, dentro das normas e especificações rodoviárias de modo que permita a execução do corpo estradal.

Execução:

- Escavar os segmentos da via entre as estaca, onde será executada galeria e reaproveitar como aterro;
- As operações de execução limitam-se em escavar definido, até atingir as cotas e larguras do projeto (greide) levando em consideração as declividades dos taludes;
- O material escavado será destinado e transportado para de aterros quando atender as especificações técnicas estabelecidas, ou serão destinados a locais previamente definidos e designados pela equipe de fiscalização (bota-fora);
- Todo material extraído dos cortes serão classificados por técnicos da equipe de fiscalização obedecendo às seguintes definições: 1ª categoria, 2ª categoria e 3ª categoria. Pois para cada grandeza e resistência do solo existem preços diferenciados de acordo com o grau de dificuldade no processo de escavação.
- 1ª categoria:
 - Compreende os solos em geral do tipo argila, rocha em adiantado estágio de decomposição e seixos rolados ou não rolados com diâmetros máximos inferiores a 15 cm, qualquer que seja o teor de umidade que apresentem.

- 2ª categoria:

- Compreende as rochas com resistência a penetração mecânica inferior a do granito, blocos de rocha com volume inferior a 1m³, matações e pedras de diâmetro médio superior a 15 cm, cuja extração se processe através do uso combinado de explosivos, tratores com lâmina ou Híper, mais ferramentas manuais.

- 3ª categoria:

- Compreende as rochas com resistência a penetração mecânica igual ou superior ao do granito, blocos de rocha com diâmetro médio superior a 1m³ e maciços cujo volume seja necessário o

emprego contínuo de explosivos para que haja redução das partículas que possibilitem o seu carregamento e transporte;

- Os equipamentos necessários às operações de corte são tratores de lâminas equipados com hipers, moto-scrapers, moto-niveladora, perfuratrizes de rocha, explosivos, caminhões basculantes e outros que se fizerem necessários;
- As medições serão apropriadas em metros cúbicos medidos nos maciços dos cortes, através das seções transversais;
- Os cálculos dos volumes deverão ser processados e apresentados em planilhas específicas, levando em consideração os estaqueamentos da obra, o lado em que se encontram e sua classificação.

3.3 Corpo de aterros - lançamento e compactação em camadas:

Objetivo: formar os segmentos da via cujo projeto requer o depósito de materiais terrosos, quer provenientes de cortes ou empréstimos, ao longo do eixo e no interior dos limites off-sets que definem o corpo estradal, em conformidade com a nota de serviço, definindo os maciços de aterro.

Execução:

- O material escavado terá procedência dos cortes e destinam-se a construção do maciço dentro das especificações já citadas, obedecendo às origens e destinos indicado pelo projeto;
 - A compactação terá processo mecânico que visa reduzir o volume dos seus espaços vazios, aumentando o seu peso específico aparente e tornando-o assim mais instável;
 - Para os corpos de aterros de altura superiores a 2 (dois) metros as camadas inferiores até a cota 60cm de espessura abaixo do greide projetado deve ser compactado em camadas de no máximo 60cm de espessura por lançamento, dentro da umidade ótima, até atingir um grau de compactação de no mínimo 95% do P. N.;
 - Para a camada final o grau de compactação não poderá ser inferior a 100% do P. N.;
 - Os equipamentos utilizados devem atender as especificações da cada tipo de solo que será utilizado no corpo do aterro, tendo em vista a projeção, o transporte e o cronograma definido para cada etapa da obra;
 - De modo geral os rolos vibratórios devem ser usados para solos arenosos, para solos argilosos os rolos do tipo pé-de-carneiro são os indicados, sendo que os rolos pneumáticos adaptam-se a quase todos os tipos de solo;
- Os serviços executados serão apropriados por metro cúbico, medido no local obedecendo às dimensões projetadas dos maciços de aterros e liberados pela fiscalização.

4 PAVIMENTAÇÃO

A pavimentação de uma rua consiste em construir uma estrutura capaz de apresentar conforto, segurança e estabilidade, de modo que resista aos esforços verticais e horizontais oriundos do fluxo de veículos por um período de tempo pré-determinado pelo projeto.

O projeto da via é dimensionado em conformidade com os estudos preliminares de consonância com as características físicas e mecânicas dos materiais.

Para tanto são determinadas camadas com as seguintes características:

4.1 Regularização do sub-leito

Objetivo: conformar a plataforma da via mediante pequenos cortes ou aterros, tendo como resistência a nota de serviço de regularização, conferindo-lhe condições adequadas de geometria e compactação.

Execução:

- Regularizar e compactar conforme cotas e larguras da nota de serviços obedecendo às declividades projetadas;
- Executar marcação topográfica de modo a permitir o uso de equipamentos mecânicos de regularização e compactação;

- Aplicar índice de suporte Califórnia - ISC (método DNIT-ME 49/74);
- Não tolerar índice de expansão dos materiais superiores a 2%;
- Obter um grau de compactação de no mínimo 100% do proctor normal;
- O teor de umidade deverá ser de no máximo $\pm 2\%$ da umidade ótima obtida pelo ensaio de caracterização a ser executado pela construtora e supervisionado pela fiscalização;
- A apropriação dos serviços executados será por metro quadrado de serviços liberados conforme nota de serviço, medidos em campo.

4.2 Fornecimento, execução e transporte de material para execução de BASE DE BRITA GRADUADA.

Objetivo: compor camada granulométrica do pavimento projetado na área de ação do corpo estradal, de modo a distribuir a sub-base os esforços verticais oriundos da ação do tráfego. Resistir aos esforços horizontais, tornando a superfície mais durável de modo a receber o revestimento final de CAUQ - Concreto Usinado a Quente.

Execução:

- Executar camada única de 15cm de espessura compactada;
- O lançamento do material deve ser executado por intermédio de equipamentos tipo motoniveladora ou distribuidor de agregados de propulsão mecânica, capaz de distribuir e comprimir na cota e larguras pré-estabelecidas, obedecendo aos alinhamentos de projeto; (nota de serviço de pavimentação);
- Para nivelar, abaular e regularizar a camada em execução usar motoniveladora;
- Caberá à fiscalização o controle geométrico e geotécnico, sendo que a construtora deve solicitar pedido de liberação de cada sub-trecho;
- Os serviços de execução e fornecimento de material será apropriado por metro cúbico, medido pela média da seção executada geometricamente.

4.3 Fornecimento, execução e transporte de material para execução do COLCHÃO DE AREIA

- O colchão de areia para assentamento das lajotas será com areia fina de boa qualidade, isenta de matéria orgânica ou argila fornecida pela empreiteira espalhada manual ou mecanicamente e terá 8 cm de espessura.
- A apropriação dos serviços executados será por metro quadrado de serviços liberados conforme nota de serviço, medidos em campo

4.4 Fornecimento, execução, transporte de LAJOTA E MEIO-FIO DE CONCRETO

Objetivo: revestir a base compactada, protegendo as diversas camadas que compõem o pavimento das intempéries climáticas além de proporcionar conforto e segurança aos transeuntes. É parte integrante da composição final do pavimento e responsável direto pela estabilidade final do leito pavimentado.

4.4.1 Assentamento do Meio Fio em Concreto Pré-Moldado

- Os meio fios deverão estar num alinhamento perfeito e assentes sobre uma base regularizada, devendo o espaçamento (junta) entre meio fio não ultrapassar a 0,015m. O rejuntamento será com cimento e areia no traço 1:4, desde a base até o topo do meio fio, devendo as juntas estarem limpas de impurezas e molhadas.
- O meio fio será protegido com encosto de argila, pelo passeio, numa largura mínima de 1,20m e 0,06m abaixo da geratriz superior do meio fio, e nivelado transversalmente com declividade de 2% para a pista e compactado manualmente. O material de aterro para o encosto será fornecido pela CONTRATADA.
- Os meio-fios serão entregues e fornecidos pela contratada.

- A apropriação dos serviços executados será por metro linear de serviços liberados conforme nota de serviço, medidos em campo

4.4.2 Assentamento da lajota em Concreto Pré-Moldado

- Após a execução dos meio-fios e espalhamento e conformação do couchão de areia, será possível iniciar a implantação da camada de revestimento com lajotas pré-moldadas de concreto de cimento portland de 25x25x8cm, com resistência mínima de 35MPa, assentadas sobre o colchão de areia fina e rejuntadas com a mesma areia, com exceção da faixa junto ao meio fio que terá rejunte com argamassa de cimento e areia traço 1:4.
- O arco transversal de curvatura da área pavimentada deverá tangenciar ao centro a autura mínima igual ou superior a do meio-fio.
- As lajotas sextavadas de 25x25x8cm serão fornecidas e entregues no local da obra pela empresa executora.
- A apropriação dos serviços executados será por metro quadrado de serviços liberados conforme nota de serviço, medidos em campo.

5. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS PRÉ-MOLDADOS

Os meio fios serão em concreto pré-moldados com resistência mínima de 18MPa aos 28 dias. No processo de fabricação deverão ser asseguradas que as peças sejam homogêneas e compactas para obedecerem às exigências previstas, e não possuírem trincas, fraturas ou outros defeitos, que possam prejudicar o assentamento ou mesmo afetar a resistência e durabilidade do pavimento.

As dimensões serão as de projeto quanto à altura e espessura podendo o comprimento ser de 0,80m para facilitar o manuseio. Os materiais utilizados na fabricação dos pré-moldados deverão satisfazer as seguintes condições:

- Cimento - obedecer às exigências da ABNT e ABCP;
- Agregados - obedecer às exigências da ABNT-EB-4;
- Água - estar isenta de elementos prejudiciais às reações do cimento;
- Atender as Especificações de Serviço para concretos e argamassas DEINFRA-SCES-AO-02/92.

6 OBRAS DE ARTE CORRENTES E DRENAGEM

6.1 Galerias de Águas Pluviais

Deverão ser obedecidas as Especificações de Serviço DEINFRA-SC-ES-AO-04/92 para os serviços de bueiros.

A escavação da vala será executada pela CONTRATADA DE JUSANTE PARA MONTANTE e o material que não for reutilizado para o reaterro, será transportado para local pré-determinado pela fiscalização. O fundo da vala deverá ser regularizado, e quando o solo não apresentar suporte suficiente, receberá uma camada de seixo ou outro material similar, para dar sustentação ao tubo, aprovado pela fiscalização.

Os tubos deverão ser assentados em perfeito alinhamento e nivelamento, e rejuntados externamente em argamassa de cimento e areia, no traço 1:3 desde a base até o topo. O reaterro deverá ser feito com material de boa qualidade, em camadas de 0,25m compactadas manualmente até a geratriz superior do tubo, podendo o restante da vala ser compactada mecanicamente.

Toda limpeza e sobra de materiais deverá ser transportado para locais previamente determinado e aprovado pela fiscalização. Todos os problemas que possam ocorrer com as redes de abastecimento de água, energia, telefone e gás, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, cabendo a esta a devida recuperação.

6.2 Confecção de Caixas Coletoras de Águas Pluviais

Poderão ser executadas com tijolo maciço parede dupla, ou com blocos de concreto estrutural rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:6. O reboco interno das paredes de tijolos maciços deverá ser com argamassa de cimento e areia no

traço 1:3. A laje do fundo deverá ser em concreto com espessura mínima de 0,08m e resistência de 15MPa. O anel superior da caixa deverá ser em concreto bem nivelado e desempenado, no traço 1:2:2, cimento, areia, brita. A ligação da caixa com bueiro executado, deverá ser com tubo de concreto no diâmetro de projeto, com acabamento interno e rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:6.

A CONTRATADA fornecerá as tampas de concreto conforme o projeto fabricado com resistência de 25MPa aos 28 dias.

7 SINALIZAÇÃO

7.1 Sinalização horizontal

A pintura das Faixas Horizontais será feita com Tinta Acrílica para demarcação Viária e de acordo com normas do DEINFRA/SC, contidos no Projeto de Sinalização do Projeto Executivo. As micro Esferas de Vidro Retrorefletivas a serem utilizadas poderão ser de 2 tipos:

- Tipo IB - Misturadas à tinta na máquina;
 - Tipo IIA - Aplicada por aspersão quando da aplicação da tinta.
- Para inspeção e amostragem deverá ser obedecidas a EB 2162 para tintas e EB 1241 para micro esferas.

7.2- Sinalização Vertical

É a sinalização composta por placas, painéis e dispositivos auxiliares, situados na posição vertical e localizados à margem da via ou suspensão sobre ela, com as seguintes características:

- Posicionamento dentro do campo visual do usuário;
- Legibilidade das mensagens e símbolos;
- Mensagens simples e claras; e,
- Padronização.

Como regra geral, para todos os sinais posicionados lateralmente à via, é dada uma pequena deflexão horizontal ($\pm 3^\circ$), em relação à direção ortogonal ao trajeto dos veículos que se aproximam de forma a minimizar problemas de reflexo.

Pelo mesmo motivo, os sinais são inclinados em relação à vertical, para frente ou para trás, conforme a rampa seja ascendente ou descendente, também no valor de $\pm 3^\circ$.

A classificação da sinalização vertical, segundo sua categoria funcional e a padronização por meio de cores é a seguinte:

- Sinais de Regulamentação - vermelho;
- Sinais de Advertência - amarelo;
- Sinais de Indicação - verde;
- Sinais de Serviços Auxiliares - azul; e,
- Sinais de Educação - branco.

As dimensões adotadas no presente Projeto estão indicadas em legendas específicas nas pranchas do Projeto de Sinalização do Projeto Executivo.

7.3 Sinalização de Obras

A Sinalização das Obras deverá ser fundamentado no Manual de Sinalização de Obras e Emergências do DNIT, publicação esta voltada especificamente para obras rodoviárias onde estão sendo executados pavimentos novos, restauração de pavimentos antigos, reparos em situações de emergência e obras de arte.

A Sinalização das Obras da rua visa a segurança do usuário e do pessoal da obra, quando em serviço, sendo constituída de Sinalização Horizontal, Vertical, bem como, Dispositivos de Canalização e Segurança. A Sinalização das Obras será constituída basicamente por:

- Placas;
- Cones de borracha ou plásticos;
- Dispositivos de luz intermitente; e,
- Bandeiras.

Os custos serão de responsabilidade da contratada.

8 SERVIÇOS COMPLEMENTARES

8.1 Dos Passeios

Como todo o segmento da rua é urbanizado, foi previsto reaterro com material de Jazida e 1,5 cm de Pó de Pedra.

9 MEIO AMBIENTE

9.1 Estudos de Impacto Ambiental

Em relação ao impacto ambiental provocado pela execução da obra em questão, avaliamos ser pouco significativo, pois a Rodovia está implantada e hoje utilizada. Mas alguns cuidados básicos deverão ser tomados:

- Limpeza e Desmatamentos: O serviço deverá ser executado somente nas áreas necessárias as obras e indicadas no projeto.
- Terraplenagem: É um serviço de movimentação de materiais de cortes, aterros, bota-foras e jazidas. Quanto a Proteção Ambiental, deverão os locais serem protegidos com leivas ou hidrossemeadura, além da drenagem superficial quando necessário imediatamente após o término destes serviços.
- Pavimentação: Jazidas de Seixo, Pedreiras, Usinas de Solo e Asfalto. Será de responsabilidade da Construtora a instalação e operação de equipamentos e a implementação das ações referentes ao auto controle de emissões de poluentes, contaminação do solo e águas e ruídos. A empresa antes do início dos serviços deverá apresentar as devidas licenças ambientais.
- Segurança dos Usuários: Nos locais onde os serviços se desenvolverão sobre a plataforma existente da Rodovia, será necessário tomar cuidados em todas as operações e uso de equipamentos, para proteger o usuário e para facilitar o tráfego. Deverá ser implantada uma sinalização adequada de responsabilidade e à custa da contratada.

9.2 Licenciamento da Obra

Caberá a Contratante obter junto ao Organismo Ambiental o devido Licenciamento da Obra.

10 DISPOSIÇÕES GERAIS

A contratada deverá colocar placas indicativas da obra com os dizeres e logotipos orientados pela Prefeitura de Forquilha. Todos os serviços de topografia, laboratório de solos e concreto, serão fornecidos pela contratada sem ônus para a contratante. As obras serão fiscalizadas por profissional designado pela prefeitura municipal de forquilha. Cabe a contratada facilitar o acesso às informações necessárias ao bom e completo desempenho do fiscal.

Cabe a prefeitura de forquilha, através de profissional designado, dirimir quaisquer dúvidas do presente memorial descritivo, bem como de todo o projeto executivo.

Obs.: A empresa executora deverá fornecer toda a mão de obra, materiais, ferramental e equipamentos necessários para a perfeita execução das obras.

Forquilha, 01 de dezembro de 2014

LUIZ RENATO STEINER
Eng. Civil - CREA-SC 090142-1

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI PE Nº. 085/2014.

Excelentíssima Senhora Presidente e demais Vereadores deste Município.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, apresenta a colenda Câmara de Vereadores, para o devido estudo e deliberação, projeto de lei anexo que DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS QUE ENUMERA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Contribuição de Melhoria constitui tributo aplicável para o justo financiamento de um particular tipo de gasto público. A execução de obras públicas se caracteriza pela geração de benefícios diferenciais que se expressam através da valorização imobiliária das propriedades que tenham, com a obra, alguma relação funcional.

A Constituição Federal estabelece que:

Art. 145. A União, Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

.....

III - Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas.

A respeito do assunto, o Código Tributário Nacional prescreve:

Art. 81. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

O fato gerador da Contribuição de Melhoria é o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas afetadas direta pela execução da obra pública. A fórmula adotada pela municipalidade para cobrança do referido tributo respeita os requisitos estabelecidos nas disposições legais aplicáveis à espécie.

Ante ao exposto e considerando que o projeto se reveste de grande importância para o Município, solicito que o mesmo seja apreciado em regime de URGÊNCIA, na forma prevista no artigo 34 da Lei Orgânica Municipal.

Certo de que esta solicitação será atendida, renovo os protestos de estima e consideração.

Forquilha/SC, 08 de dezembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.049, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.049, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DA ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir por compra, doação, permuta, cessão, compensação ou desapropriação amigável ou judicial, um terreno urbano, situado no bairro Centro, no Município e Comarca de Forquilha/SC, localizado no lado ímpar da Avenida Professor Eurico Back, distante 189,26m da Rodovia Gabriel Arns, correspondente a área 24.797,30m² (vinte e quatro mil e setecentos e noventa e sete metros e trinta decímetros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações: Norte: 124,20m com a Sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho, 1,00m com Adilson Peruchi Costa e 18,00m com a Avenida Professor Eurico Back; Sul: 18,00m com a Avenida Professor Eurico Back, 1,00m com Vera Maria da Silva dos Santos e irmãos, 122,53m com a Sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho;

Leste: 198,30m com o Município de Forquilha; Oeste: 03 linhas de 14,00m, 170,41m e 13,77m, ambas com Sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho, dentro de uma área maior, registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº 6.211, de propriedade de Sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho, conforme anexo único desta Lei, que destinar-se-á a implantação de um Centro de Eventos.

Art. 2º Pela aquisição dos imóveis descritos no artigo 1º desta lei será pago ao proprietário o valor definido pela Comissão de Avaliação do Município, evidenciado em laudo próprio.

Parágrafo único. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar e dar em pagamento pela área a ser desapropriada os serviços de infraestrutura do loteamento da área remanescente, denominado Loteamento Sagrada Família, de propriedade da Sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho, até o limite do valor da avaliação definido pela Comissão de Avaliação do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças
ANEXO ÚNICO DO PROJETO DE LEI PE Nº. 086/2014

LEI Nº 2.050, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.050, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 1.309, DE 12 DE SETEMBRO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL "AUXÍLIO REFORMA À MORADIA", DE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o artigo 1º da Lei n. 1.309, de 12 de setembro de 2007, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Forquilha, o Programa Municipal "AUXÍLIO REFORMA À MORADIA", que tem por objetivo a concessão de recursos financeiros, mão-de-obra e material de construção, para reforma e/ou ampliação de moradias às famílias de baixa renda, residentes no Município, quando não localizado em área de risco ou de proteção ambiental, bem como o auxílio ao transporte de casa para colocação dentro da jurisdição do município.

§ 1º Para fins desta lei, são consideradas famílias de baixa renda, aquelas cuja renda familiar for menor ou igual a 3 (três) salários mínimos mensais.

§ 2º Para composição da renda familiar, será considerada a soma da renda mensal de todos os habitantes da residência a ser contemplada pelo programa." (NR)

Art. 2º Altera o artigo 4º da Lei n. 1.309, de 12 de setembro de 2007, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Para se habilitarem como beneficiárias ao Programa "AUXÍLIO REFORMA À MORADIA", as pessoas físicas deverão realizar cadastro junto à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico, para comprovar o atendimento dos seguintes requisitos:

I - residir no município há pelo menos 2 (dois) anos;

II - possuir renda familiar de até 3 (três) salários mínimos;

III - não ser proprietário de outro imóvel;

IV - não ter sido beneficiário desta lei;

V - ser inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

VI - estar cadastrado do CADUNICO.

Parágrafo único. A concessão do benefício estipulado nesta lei depende de aprovação de estudo social a ser efetuado pela Secretaria de Assistência Social do Município.

Art. 3º Altera o caput do artigo 6º da Lei n. 1.309, de 12 de setembro de 2007, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º O Município doará os materiais de construção necessários para a reforma e/ou ampliação, ou ainda ao auxílio ao transporte de casa no valor de 03 (três) salários mínimos, para cada família contemplada, com exceção de um sinistro (incêndio, vendaval, etc), onde os valores a repassar poderão ser maiores, de acordo com o laudo técnico." (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.051, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.051, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS À SOCIEDADE LITERÁRIA E CARITATIVA SANTO AGOSTINHO, MANTENEDORA DO COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA DE FORQUILHA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º É o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar, durante o exercício de 2015, R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais), de forma parcelada, à SOCIEDADE LITERÁRIA E CARITATIVA SANTO AGOSTINHO, mantenedora do Colégio Sagrada Família de Forquilha, entidade filantrópica, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 177, de 26 de agosto de 1992, com sede à Rua João José Back, nº 370, Centro, Forquilha, Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº. 92.736.040/0007-00, destinados a concessão de bolsas de estudos.

Art. 2º Os critérios para concessão de bolsa de estudo serão definidos no Convênio que será firmado.

Art. 3º As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento de 2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2014 - PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 31/2014

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 176/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 31/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR para utilização nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 19/09/2015.

2ª Publicação.

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a aprovação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Forquilha.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO MUNICIPIO DE FORQUILHINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.488, de 28 de outubro de 2009 e, considerando as deliberações, por unanimidade, dos membros do Conselho presentes na Assembleia Ordinária, realizada no dia 28/11/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Forquilha.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 28 de novembro de 2014.

LILIAN ARNS TOPANOTTI

Presidente do CMDCA de Forquilha

Publicado no mural e registrado em 28 de novembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.045, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.**LEI Nº 2.045, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DENOMINA AVENIDA ADOLFO BACK A VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se **AVENIDA ADOLFO BACK** a via pública que inicia na Rótula da Avenida Professor Eurico Back e segue até a Rua João Pedro Saturno, conforme anexo único desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilhinha/SC, 23 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

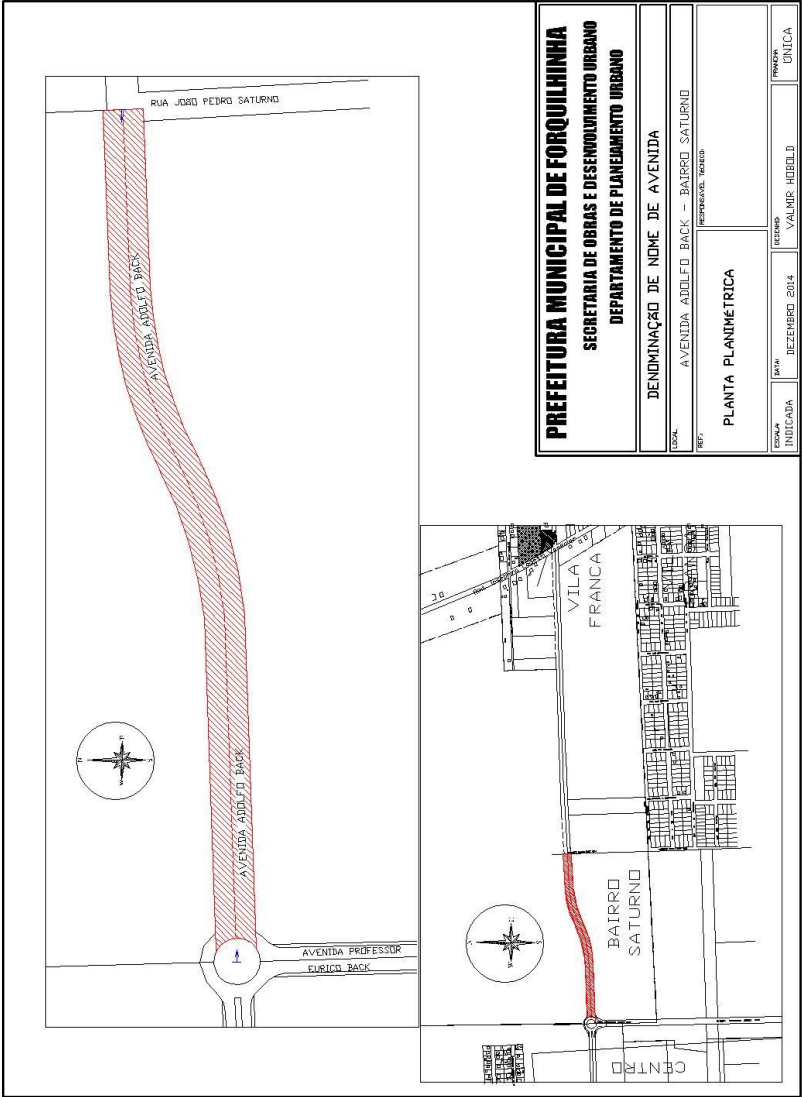
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DO PROJETO DE LEI PE Nº. 080/2014.



Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0363/2014

DECRETO Nº 0363, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.293.000,00 (um milhão, duzentos e noventa e três mil reais), nas seguintes dotações:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.01 – Gabinete do Prefeito		
04.122.0002.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (2)	R\$	23.000,00
06.00 – Secretaria de Finanças		
06.01 – Secretaria de Finanças		
04.123.0004.2.011 – Manutenção da Secretaria de Finanças		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (40)	R\$	35.000,00
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0322 (65)	R\$	195.000,00
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (67)	R\$	50.000,00
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0323 (69)	R\$	50.000,00
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0322 (89)	R\$	370.000,00
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0323 (90)	R\$	55.000,00
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (91)	R\$	50.000,00
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0323 (94)	R\$	50.000,00
08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0400 (9)	R\$	350.000,00
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0400 (12)		20.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da secretaria de Infraestrutura		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (133)	R\$	37.000,00
13.00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
13.01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		

27.812.0026.2.054 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0800 (3)	R\$	4.000,00
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0800 (4)	R\$	4.000,00
Total	R\$	1.293.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

411120200 – IPTU	R\$	250.000,00
411120801 – ITBI	R\$	323.000,00
417240100 – Transferência de Recursos do FUNDEB	R\$	720.000,00
TOTAL	R\$	1.293.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 0364/2014

DECRETO Nº 0364, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 13 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 85.200,00 (oitenta e cinco mil e duzentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.01 – Gabinete do Prefeito		
04.122.0002.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (2)	R\$	8.200,00
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (64)	R\$	10.000,00
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0323 (69)	R\$	50.000,00
08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.305.0013.2.033 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0407 (75)	R\$	9.000,00

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da secretaria de Infraestrutura		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (133)	R\$	8.000,00
Total	R\$	85.200,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.01 – Gabinete do Prefeito		
04.122.0002.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (3)	R\$	8.200,00
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (66)	R\$	50.000,00
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (70)	R\$	10.000,00
08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.305.0013.2.033 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0407 (80)	R\$	9.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da secretaria de Infraestrutura		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (136)	R\$	8.000,00
Total	R\$	85.200,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5201/2014

PORTARIA N.º 5.201, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 5827 de 22 de dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária do servidor JACOB MICHELS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 533.845.040-20, nomeado no cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

REC.FEDERAIS 22.12.2014

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
16.12.2014	FNAS	PAB	75.391,33
23.12.2014	FNAS	MAC	66.348,03
23.12.2014	FNAS	MAC	5.238,00
23.12.2014	FNAS	CAPS	19.768,21

Secretaria de Finanças

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº. 688/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº. 688/2014, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 12º, inciso II, da lei nº 772/2013 de 09/12/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
Unidade:	02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Proj./Ativ.	2.005	MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
12	3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	2.015	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
36	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Unidade:	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Proj./Ativ.	2.074	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
129	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Órgão:	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
Unidade:	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	2.076	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
1	3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 17.000,00

Órgão:	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
Unidade:	03	FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	2.111	PISO BÁSICO VARIÁVEL/SCFV	
10	3.1.90.00.00.00.00.00.0002	Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
	TOTAL		R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
Unidade:	02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Proj./Ativ.	2.005	MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
13	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	2.015	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
35	3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Unidade:	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Proj./Ativ.	2.074	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
128	3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Órgão:	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
Unidade:	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	2.076	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 17.000,00
Órgão:	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
Unidade:	03	FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	2.111	PISO BÁSICO VARIÁVEL/SCFV	
11	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
	TOTAL		R\$ 40.000,00

Frei Rogério, 19 de dezembro de 2014.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 689/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA.

DECRETO Nº. 689/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 13º, § 2º da lei nº 772/2013 de 09/12/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 2.396,41 (Dois mil trezentos de noventa e seis reais e quarenta e um centavos), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
ORGÃO	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
UND	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROJ./ATIV.	2.042	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
ELEMENTO	3.3.90.00.00.00.00.0189	APLICAÇÕES DIRETAS	
	120	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 2.396,41
	TOTAL		R\$ 2.396,41

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte a fonte 1.2.2.0.29.00.00.00.00 Contribuição para custeio do serviço da iluminação pública no valor R\$ 2.396,41 (dois mil trezentos de noventa e seis reais e quarenta e um centavos), para as dotações do orçamento corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 19 de dezembro de 2014.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

ATA ANULAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO 064/2014
ATA DE ANULAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO.

Neste dia 23 de dezembro de 2014, reuniram-se a comissão de licitação composta pelo presidente Alessandra Paula Querino Bernardo, membros Juliane Baldissera Pilatti e Marcos André Cossa, assessor jurídico para analisar recursos, contra recursos e parecer jurídico do Processo de Licitação 064/2014, Tomada de Preço nº 007/2014 contratação de empresa especializada para perfuração com instalação de equipamento de poço artesiano na área industrial. Com base nos fatos apresentados pelas empresas, verificou-se que ocorreu um erro quanto a planilha de orçamento encaminhada a mesma, a qual não foi disponibilizada no processo de licitação, porem observa-se que em nenhum momento houve intenção de oferecer benefícios a uma empresa ou outra, conforme comprova-se no e-mail em anexo encaminhado no dia 02 de dezembro de 2014 às 07:34 para jurídico@pfgpocos.com.br do qual explica claramente que "Em anexo segue planilha orçamentaria estimativa, os valores são meramente ilustrativos, já que o valor considerado será o global." Desta feita improcedente as alegações da recorrente. Porém entende-se que a planilha orçamentaria é um documento importantíssimo e essencial para o certame, tendo sim os fundamentos jurídicos e justificativas legais para que se possa anular o referido processo. Diante disso declaramos a nulidade do Processo de Licitação 064/2014, Tomada de Preço nº 007/2014, em razão da falta de planilha orçamentária no Processo. Sem mais para o momento, encerra-se esta ata que passa a ser assinada pelos presentes.

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE095/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 095/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de troféus e medalhas para diversas atividades esportivas realizadas pela Prefeitura Municipal de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 17h00min do dia 13/01/2015. A sessão pública será realizada a partir das 17h10min do dia 13/01/2015, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 23 de dezembro de 2014.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR026/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2014

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preço, pretendendo a contratação de empresa para executar serviço de arbitragem em competições organizadas e apoiadas pela Secretaria Municipal de turismo e Desenvolvimento. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13:55 min do dia 13/01/2015.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 13/01/2015, no endereço acima especificado.
O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 23 de dezembro de 2014.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 91/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 91/2014
PMG

Ata nº. 91/2014; Processo nº.190/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: FOGOS PRIMAVERA COMÉRCIO PIROTECNICO LTDA ME; Objeto: Registro de Preço para

execução de show pirotécnico a ser realizado em balsa flutuante, neste município, por ocasião do evento reveillon 2014/2015, dia 31.12.14. Valor: R\$ 110.000,00; Data da Assinatura: 23/12/2014.

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONVENIO 02/2009

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONVENIO 002/2009

CONVÊNIO: 002/2009

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Garopaba

CNPJ: 82.836.057/0001-90

CONVENIENTE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

CNPJ: 79.679.940/0001-09

OBJETO: Prorrogar o prazo deste convênio até 27/12/2015

VIGÊNCIA: 27/12/2014 a 27/12/2015

AMPARO LEGAL: Lei Municipal 824 de 19 de agosto de 2003.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.857, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 1.857, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO NO MUNICÍPIO DE GAROPABA/SC NAS MODALIDADES DE LIBERDADE ASSISTIDA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE - nas modalidades de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

Parágrafo Único. Entende-se por SIMASE o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Garopaba, de acordo com as diretrizes da Lei nº 12.594/2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE.

Art. 2º - O SIMASE tem por objetivos:

I - atender ao adolescente, em meio aberto por Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, nos moldes estabelecidos no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Lei nº 12.594/2012- SINASE), no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, bem como, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90);

II- a responsabilização do adolescente quanto às conseqüências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

III - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento do seu Plano Individual de Atendimento — PIA;

IV - contribuir para o acesso a direitos e prover atenção socioassistencial ao adolescente e sua família de convivência.

Art. 3º A execução das Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade reger-se-ão pelos seguintes princípios nos termos do art. 35 da Lei nº 12.594/2012 e do artigo 86 da Lei nº 8069/90.

I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento

mais gravoso do que o conferido ao adulto;

II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;
III - proporcionalidade em relação à ofensa cometida;
IV - brevidade da medida em resposta ao ato cometido;
V - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;
VI - não discriminação do adolescente;
VII- fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo;
VIII- incompletude institucional e das políticas públicas.

Art. 4º O SIMASE terá por responsável de sua gestão a Secretaria Municipal de Assistência Social e de sua execução o CREAS, órgão vinculado e coordenado pela Secretaria de Assistência Social.

Art. 5º O SIMASE integrará de forma articulada as políticas públicas de educação, saúde, profissionalização, assistência social, esporte, cultura e outras, que se fizerem necessárias a proteção social do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

Art. 6º Compete ao município;

I - formular, coordenar, instituir e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo respeitadas às diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado;
II - elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em parceria com o CMDCA e demais políticas que abranjam atendimento e garantia de direitos ao adolescente, em conformidade as leis e normativas nacionais e estaduais vigentes;
III - criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;
IV - editar normas complementares para a organização e funcionamento do serviço, Programas e Projetos do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo;
V - cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do sistema;
VI - contribuir para a qualificação e ação em rede das políticas públicas e atores sociais;
VII - cumprir as diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo;
VIII - Instituir e manter processo de avaliação do SIMASE;
IX - cofinanciar, com os demais entes federados, a execução do serviço, programas, projetos e ações destinados ao atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
X - garantir a publicidade de informações.

§ 1º Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) competem as funções normativa, deliberativa, de avaliação e de fiscalização do SIMASE, nos termos do inciso II do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º O Plano de que trata o inciso II do caput deste artigo será submetido à deliberação do CMDCA.

§ 3º O Plano de que trata o inciso II do art. 5º desta Lei deverá incluir um diagnóstico da situação do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, as diretrizes, os objetivos, as metas, as prioridades e as formas de financiamento e gestão das ações de atendimento para os 10 (dez) anos seguintes, em sintonia com os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 4º As normas nacionais de referência para o atendimento

socioeducativo devem constituir anexos ao Plano de que trata o inciso II do art. 5º desta Lei.

Art. 7º O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo deverá, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 8º O Município inscreverá o Serviço de Proteção Social ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço a Comunidade executada pelo CREAS no CMDCA e no CMAS.

Art. 9º Compete ao Coordenador do Serviço de Proteção Social ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço a Comunidade:

I - elaborar, conjuntamente com a equipe técnica do serviço, o Projeto Político Pedagógico - PPP - das medidas Socioeducativas em conformidade aos objetivos e princípios estabelecidos no Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade a lei nº 12.594/2012.

II - supervisionar e avaliar a execução do PPP e do PIA;

III - selecionar e credenciar entidades assistenciais, hospitais, escolas ou outros estabelecimentos congêneres, bem como os programas comunitários ou governamentais, de acordo com o perfil do socioeducando e o ambiente no qual a medida será cumprida.

Parágrafo único. Se o Ministério Público impugnar o credenciamento, ou a autoridade judiciária considerá-lo inadequado,

instaurará incidente de impugnação, com a aplicação subsidiária do procedimento de apuração de irregularidade em entidade de atendimento regulamentado na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

IV - avaliar, junto à equipe, ao adolescente e família a evolução do cumprimento da medida e, se necessário, propor à autoridade judiciária sua substituição, suspensão ou extinção;

V - Encaminhar relatório anual a gestão.

Art. 10 O Município realizará avaliações periódicas da implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em intervalos não superiores a 3 (três) anos.

§ 1º O objetivo da avaliação é verificar o cumprimento das metas estabelecidas e elaborar recomendações para qualificar o SIMASE.

§ 2º O processo de avaliação será definido, quanto à forma e regulamento, em parceria com o CMDCA e o CMAS, respeitando as leis e normativas estaduais e nacionais vigentes na data em que ocorrer.

§ 3º A primeira avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo realizar-se-á até o terceiro ano de vigência desta Lei, cabendo ao Poder Legislativo Municipal indicar representação para acompanhar os trabalhos ou através de comissão temática referente.

Art. 11 A Avaliação e Acompanhamento do Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto, tem por objetivos:

I - contribuir para a organização da rede de atendimento socioeducativo;

II - assegurar conhecimento sobre as ações do atendimento socioeducativo e seus resultados;

III - promover a melhora da qualidade da gestão e do atendimento socioeducativo;

IV - disponibilizar informações sobre o atendimento socioeducativo;
V - avaliar a articulação interinstitucional e intersetorial das políticas públicas municipais, especialmente as políticas de proteção e as que compõem o sistema de garantias de direitos (SGD);
VI - assegurar que as ações propostas no Plano Municipal sejam executadas.

Art. 12 Os resultados da avaliação serão utilizados para:

I - planejamento de metas, ações e eleição de prioridades do Sistema de Atendimento Socioeducativo e seu financiamento;

II - reestruturação e/ou ampliação da rede de atendimento socioeducativo, de acordo com as necessidades diagnosticadas;
III - adequação dos objetivos e da natureza do atendimento socioeducativo prestado pelas entidades avaliadas;
IV - celebração de instrumentos de cooperação com vistas à correção de problemas diagnosticados na avaliação;
V - reforço de financiamento para fortalecer a rede de atendimento socioeducativo;
VI - melhorar e ampliar a capacitação dos profissionais e atores sociais que compõem o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 13 O município pode cofinanciar, conjuntamente com os demais entes federados, a execução do serviço, programas, projetos e ações destinados ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e sua família;

Art. 14 O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com entidades de direito público bem como estabelecer parcerias com a iniciativa privada visando o desenvolvimento das atividades relativas à execução das medidas socioeducativas de que trata esta Lei.

Art. 15 Fica autorizado o aporte de recursos de instituições públicas ou privadas, interessadas em financiar o SIMASE, através de cofinanciamento ou recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Social de Saúde.

Art. 16 O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, definirá anualmente o percentual de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento de capacitação, sistemas de informação e de avaliação do serviço e do SIMASE.

Art. 17 O município deverá contemplar no PPA, LDO e Orçamento Municipal os recursos necessários para o desenvolvimento das ações propostas pelo SIMASE que sejam de sua competência.

Art. 18 Cumprimento das Medidas Socioeducativas, em regime de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade, dependerá do Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.

Parágrafo único. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do art. 249 da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal.

Art. 19 O PIA será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS, órgão vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, com a participação efetiva do adolescente e de sua família,

no prazo de 15 (quinze) dias a partir da inserção do adolescente no Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade e deverá conter;

I - os resultados da avaliação interdisciplinar;
II - os objetivos declarados pelo adolescente;
III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;
IV - as atividades de integração e apoio à família;
V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do Plano Individual de Atendimento — PIA;
VI - apresentar as ações intersetoriais necessárias a reinserção social do adolescente, principalmente as que se referem à saúde, assistência social e educação.

Art. 20 Para a elaboração do PIA, a coordenação do CREAS, pessoalmente ou por meio de membro da sua equipe técnica, terá acesso aos autos do procedimento de apuração do ato infracional e aos dos procedimentos de apuração de outros atos infracionais atribuídos ao mesmo adolescente.

§ 1º O acesso aos documentos de que trata o caput deverá ser realizado por pessoa devidamente credenciada para tal atividade, em conformidade com as normas a serem definidas pelo Poder Judiciário, de forma a preservar o que determinam os arts. 143 e 144 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º O acesso ao PIA será restrito aos profissionais do CREAS, ao adolescente e os seus pais ou responsável, ao Ministério Público e ao defensor, exceto expressa autorização judicial.

§ 3º A coordenação do CREAS poderá requisitar:

I - ao estabelecimento de ensino, o histórico escolar do adolescente e as anotações sobre o seu aproveitamento;
II - os dados sobre o resultado de medida anteriormente aplicada e cumprida em outro programa de atendimento;
III - os resultados de acompanhamento especializado anterior.

Art. 21 Nos casos em que esta Lei for omissa, observar-se-á os dispositivos da Lei Federal nº 12.594/2012 e Legislação correlata.

Art. 22 O Poder Executivo Municipal procederá, por decreto, à regulamentação da presente Lei.

Art. 23 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias constantes do Orçamento Geral do Município, suplementadas se necessário.

Art. 24 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 25 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Garopaba, 17 de dezembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 1.858, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.858, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 1.701/2013, "QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA/SC, REVOGA A LEI MUNICIPAL N.º 1.120/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O art. 16, da Lei Municipal n. 1701/2013, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 16. A Secretaria de Administração é composta pela seguinte estrutura hierárquica e organizacional:

- I - Secretário Municipal de Administração
 - a. Diretoria Administrativa de Gestão de Pessoas
 - a.1. Coordenadoria de Processos de Gestão de Pessoas
 - a.2. Setor de Apoio
 - b. Diretoria Administrativa de Planejamento e Gestão de Processos
 - b.1. Divisão de IGP e Junta Militar
 - b.2. Divisão do SINE
 - b.3. Setor de Apoio
 - c. Coordenadoria de Patrimônio
 - d. Diretoria Técnica de Licitações e Contratos
 - e. Coordenadoria de Compras, Estoque e Almoxarifado
 - e.1. Divisão de Compras.
 - f. Diretoria Geral de Tecnologia e Geoprocessamento
 - f.1. Diretoria Administrativa de Sistemas da Informação
 - f.1.1. Coordenadoria de Sistemas da Informação
 - f.1.2. Coordenadoria de Rede de Dados
 - f.1.3. Coordenadoria de Manutenção de Banco de Dados Georreferenciados
 - f.2. Diretoria Técnica de Tecnologia de Informação
 - f.2.2. Assistência de Suporte de Tecnologia da Informação"

Art. 2º. O art. 26, da Lei Municipal n. 1701/2013, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 26. A Secretaria Municipal de Assistência Social é composta pela seguinte estrutura hierárquica e organizacional:

- I - Secretário Municipal de Assistência Social
 - a. Coordenadoria de Proteção Social Especial
 - a.1. Divisão de Proteção Social Especial
 - b. Coordenadoria de Proteção Social Básica
 - b.1. Divisão de Proteção Social Básica
 - b.2. Setor de Apoio
 - c. Coordenação de Assistência Comunitária
 - d. Divisão de Processos e Atendimento aos Conselhos
 - e. Coordenação de Habitação"

Art. 3º. O art. 30, da Lei Municipal n. 1701/2013, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 30. A Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente é composta pela seguinte estrutura hierárquica e organizacional:

- I - Secretário Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente
 - a. Diretoria Administrativa de Planejamento Urbano
 - a.1. Divisão de Regularização Fundiária
 - a.2. Assistente de Direção
 - b. Diretoria Técnica de Licenciamento e Acompanhamento de Obras
 - b.1. Divisão de Análises de Projetos
 - b.2. Divisão de Acompanhamento de Obras

- b.3. Divisão de Planejamento Urbano
- b.4. Divisão de Vistoria de Obras
- b.5. Setor de apoio
- c. Diretoria Técnica de Geoprocessamento e Cadastro
 - c.1. Divisão de Geoprocessamento e cadastro
 - c.2. Setor de Apoio
- d. Diretoria Técnica de análises de obras
 - d.1. Setor de Apoio"

Art. 4º. Fica criado o cargo de Diretor Geral de Tecnologia e Geoprocessamento, provido com "status" e vencimento de Secretário Municipal, vinculado a Secretaria Municipal de Administração, tendo por responsabilidade as seguintes funções:

- I - construção e análise de cenários e realização de estudos e levantamentos prévios para o diagnóstico da situação vigente na Administração Municipal no campo da gestão de informações, bem como avaliação dos bancos de dados existentes e dos sistemas em uso e proposição de estratégias necessárias para a melhoria da situação;
- II - estudo e proposição de estratégia para a implantação gradual do geoprocessamento na Administração Municipal;
- III - definição de um referencial conceitual, técnico e metodológico comum para a atuação da Administração Municipal na área de gerenciamento da informação, sistemas e geoprocessamento;
- IV - concepção, planejamento, gestão da execução, monitoramento e avaliação de projetos e atividades na área de gerenciamento da informação, sistemas e geoprocessamento, inclusive quanto aos sistemas tecnológicos utilizados, sempre que necessário;
- V - coordenação das atividades de modelagem e das relativas ao desenvolvimento de sistemas informatizados comuns à Prefeitura como um todo;
- VI - assessoramento aos demais órgãos municipais para a seleção e avaliação, de acordo com as necessidades apresentadas pelos usuários, dos sistemas informatizados existentes no mercado, caso a Administração opte por aquisição e não pelo seu desenvolvimento;
- VII - planejamento e especificação de normas e padrões técnicos para a aquisição de sistemas e serviços de tecnologia da informação por toda a Administração Municipal, inclusive participando da preparação dos respectivos editais de licitação;
- VIII - implantação progressiva de sistemas de informação ao cidadão e democratização de seu acesso;
- IX - assessoramento técnico aos demais órgãos da Administração Municipal nos campos de gerenciamento da informação, organização e manutenção de bancos de dados, sistemas, geoprocessamento e outros relacionados às suas funções, especialmente quando os mesmos não possuam estrutura e capacidade próprias para tal fim."

Art. 5º. Fica criado o cargo de Coordenador de Rede de Dados, com 01 (uma) vaga, vencimento de R\$ 2.378,85 (dois mil e trezentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 6º. Fica criado o cargo de Coordenador de Manutenção de Banco de Dados Georreferenciados, com 01 (uma) vaga, vencimento de R\$ 2.378,85 (dois mil e trezentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 7º. Fica criado o cargo de Coordenador de Habitação, com vencimento de R\$ 2.378,85 (dois mil e trezentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 8º. Fica criado o cargo de Chefe da Divisão de Planejamento Urbano com vencimento de R\$ 1.446,77 (um mil e quatrocentos e quarenta

seis reais e setenta e sete centavos), vinculado a Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente.

Art. 9º. Fica criado o cargo de Chefe da Divisão de Vistoria de Obras com vencimento de R\$ 1.446,77 (um mil e quatrocentos e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos), vinculado a Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente.

Art. 10. Fica criado o cargo de Diretor Técnico de Geoprocessamento e Cadastro com vencimento de R\$ 3.021,12 (três mil e vinte e um reais e doze centavos), Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente.

Art. 11. A Tabela de Cargos, existente no Anexo Único, da Lei Municipal n. 1701/2013, passa a vigorar acrescida dos seguintes cargos:

I - Diretor Geral de Tecnologia e Geoprocessamento, com 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 5.700,89 (cinco mil e setecentos reais e oitenta e nove centavos), vinculado a Secretaria Municipal de Administração;

II - Coordenador de Rede de Dados, com 01 (uma) vaga, vencimento de 2.378,85 (dois mil e trezentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), vinculado a Secretaria Municipal de Administração;

III - Coordenador de Manutenção de Banco de Dados Georreferenciados, com 01 (uma) vaga, vencimento de 2.378,85 (dois mil e trezentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), vinculado a Secretaria Municipal de Administração;

IV - Coordenador de Habitação, com 01 (uma) vaga, vencimento de 2.378,85 (dois mil e trezentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social;

V - Chefe da Divisão de Planejamento Urbano com vencimento de R\$ 1.446,77 (um mil e quatrocentos e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos), vinculado a Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente;

VII - Chefe da Divisão de Vistoria de Obras com vencimento de R\$ 1.446,77 (um mil e quatrocentos e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos), vinculado a Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente;

IX - Diretor Técnico de Geoprocessamento e Cadastro com vencimento de R\$ 3.021,12 (três mil e vinte e um reais e doze centavos), vinculado a Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente;

X - Chefe de Setor de Apoio, com 03 (duas) vagas, vencimento de 1.020,10 (um mil e vinte reais e dez centavos), vinculado a Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente.

Art. 12. Ficam extintos os seguintes cargos da Lei Municipal n. 1701/2013:

I - Chefe da Divisão de Habitação, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social;

II - Diretor Técnico de Meio Ambiente, vinculado Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente;

III - Chefe da Divisão de Acompanhamento de Obras, vinculado Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente;

IV - Chefe da Divisão de Licenciamento Ambiental, vinculado Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente;

V - Chefe da Divisão de Fiscalização Ambiental, vinculado Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente;

VI - Chefe da Divisão de Fiscalização Ambiental, vinculado Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente;

VII - Coordenador de Apoio Jurídico, vinculado Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 14. Esta Lei Complementar entrará em vigor em 01/01/2015.

Art. 15. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 1.859, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.859, DE 23 DE DEZEMBRO 2014
INSTITUI PRÊMIO DE INCENTIVO À PRODUTIVIDADE FISCAL À CATEGORIA PROFISSIONAL QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica instituído Prêmio de Incentivo à Produtividade Fiscal aos servidores ocupantes dos cargos efetivos de Auditor-Fiscal da Fazenda Municipal e de Fiscal de Tributos, que estejam na efetiva execução de suas atribuições e em exercício na Secretaria Municipal da Fazenda - SMF.

Art. 2º. O Prêmio de Incentivo à Produtividade fiscal, instituído por esta Lei Complementar:

I - tem caráter transitório e é condicionado à efetiva prestação do serviço, aferimento regular desta e ao preenchimento dos requisitos legais estabelecidos;

II - é fixado em razão da natureza, da responsabilidade e da complexidade das atribuições desempenhadas;

III - é devido em razão da pontuação obtida pelo servidor em aferição mensal no cumprimento das metas de produtividade, na forma do Anexo Único que faz parte integrante desta Lei Complementar;

IV - é acrescido ao vencimento básico, dele se destacando;

V - integra a remuneração para fins de férias e de gratificação natalina, na forma da Lei;

VI - não é devido na hipótese de imposição de qualquer penalidade disciplinar, aplicada mediante o devido processo administrativo;

VII - sujeita-se à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais.

§ 1º. O valor fixado para o Prêmio de Incentivo à Produtividade Fiscal será de, no máximo, R\$ 2.691,02 (dois mil, seiscentos e noventa e um reais e dois centavos) distribuído na seguinte proporção:

I - de 50 a 69 pontos: 50% do valor do prêmio;

II - de 70 a 79 pontos: 70% do valor do prêmio;

III - de 80 a 89 pontos: 80% do valor do prêmio;

IV - de 90 a 99 pontos: 90% do valor do prêmio;

V - 100 pontos ou superior a 100 pontos: 100% do valor do prêmio.

§ 2º. A pontuação inferior a 50 % (cinquenta por cento) do total de pontos distribuídos não conta para efeitos de percepção do prêmio de Incentivo à Produtividade Fiscal de que cuida esta Lei.

§ 3º. A pontuação será obtida mediante a somatória do total dos pontos realizados pelo servidor dentre aqueles dispostos no Anexo Único desta Lei Complementar;

§ 4º. A atribuição de pontos não verídica importará na responsabilização dos servidores que para ela concorrerem, implicando no ressarcimento do valor que tenha contribuído a ser recebido, sem prejuízo das demais responsabilizações cabíveis.

§ 5º. Não serão computados pontos das atividades que sejam desenvolvidas com:

- a) erro;
- b) omissão de dados ou na fundamentação legal;
- c) desacordo com a legislação vigente;
- d) ausência de assinatura e identificação do responsável.

§ 6º. O valor do prêmio previsto no §1º deste artigo somado ao vencimento do servidor Auditor Fiscal da Fazenda e as demais vantagens de caráter permanentes ou não, e as já agregadas, não poderá ultrapassar 70% (setenta por cento) do subsídio mensal de Secretário Municipal.

§ 7º. O limitador previsto no parágrafo anterior será de 50% (cinquenta por centos), para os ocupantes do cargo de Fiscal de Tributos.

Art. 3º. A aferição da pontuação obtida pelo servidor, para fins de percepção do Prêmio de Incentivo à Produtividade Fiscal, observará a valoração instituída no Anexo Único desta Lei Complementar.

§1º. A aferição será feita mensalmente pela chefia imediata e o servidor.

§ 2º. É vedado o acúmulo de pontos de um mês para o outro.

Art. 4º. Na aferição dos pontos realizados pelo servidor, competirá ao Secretário de Fazenda, e na falta deste, ao diretor de fiscalização:

- a) - realizar a aferição dos pontos realizados pelo servidor que lhe seja subordinado;
- b) - realizar auditoria permanente das atividades desenvolvidas pela equipe de fiscalização;
- c) - elaborar e conferir as escalas e os plantões fiscais.

Art. 5º. Não é devido o Prêmio de Incentivo à Produtividade Fiscal nas hipóteses de licenças e afastamentos previstos na legislação municipal, exceto, nas licenças para tratamento de saúde ou moléstia profissional, à maternidade e à paternidade, por motivo de doença em pessoa da família, e por gozo de licença-prêmio, nestas, o Prêmio será calculado pela média aritmética da pontuação obtida pelo servidor nos últimos três (03) meses anteriores a licença.

Art. 6º. Devem ser descontados no mês subsequente, os pontos que vierem a ser invalidados por decisão administrativa ou judicial e que tenham sido considerados para o cálculo do Prêmio de Incentivo à Produtividade Fiscal quando:

- I - indevidamente atribuídos;
- II - decorrentes de procedimentos que não tenham sido comprovadamente realizados;
- III - decorrentes de tarefas não concluídas no prazo legal, regulamentar ou aquele estabelecido pela autoridade.

Parágrafo Único - Além dos descontos dos pontos, nas formas dos incisos deste artigo, devem ser ressarcidos os valores indevidamente pagos.

Art. 7º. Quando o desempenho da atividade de for executada em conjunto, o total de pontos apurados para a atividade é atribuído a cada servidor, mediante divisão em partes iguais.

Art. 8º. O regime do Prêmio de Incentivo à Produtividade Fiscal exclui o pagamento de horas extraordinárias, quando o servidor for escalado para cumprimento de regime de plantão.

Art. 9º. Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - Plantão Fiscal: as atividades desenvolvidas além da jornada legal de trabalho;

II - Plantão Fiscal Extra: aquele realizado no período noturno ou nos dias de feriado e de descanso semanal;

III Fiscalização sob regime especial: aquela realizada com base em indícios de sonegação fiscal ou fraude, que, somente poderá ser realizada mediante publicação de portaria específica do Secretário Municipal da Fazenda.

Art. 10. As despesas decorrentes da presente Lei correm à conta das dotações próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 11. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data 01 de Janeiro de 2015.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

ANEXO ÚNICO

FORMULÁRIO DE AFERIÇÃO - PRODUTIVIDADE FISCAL

Servidor: _____

Matrícula: _____

Cargo: _____

Lotação: _____

Período: ____/____/____ a ____/____/____

Chefia: _____

Matrícula: _____

PROCEDIMENTO		VALOR PONTOS	PONTOS OBTIDOS
1	Plantão Fiscal Extra	20,00	
2	Plantão Fiscal	15,00	
3	Constatação e comprovação de falsidade, fraude ou simulação em nota fiscal e/ou livro contábil	10,00	
4	Notificação fiscal de lançamento por descumprimento de obrigação principal	5,00	
5	Notificação fiscal de lançamento por descumprimento de obrigação acessória	5,00	
6	Lavratura de termo de apreensão	5,00	
7	Conferência de cada nota fiscal (física/eletrônica) junto ao emitente ou ao destinatário	0,05	
8	Fiscalização sob regime especial	100,00	
9	Elaboração de réplica fiscal administrativa	10,00	
10	Auditoria contábil com ou sem lançamento	15.00	

11	Auditoria fiscal com ou sem lançamento	10,00	
12	Notificação de lançamento	2,50	
13	Realização de procedimento de estimativa fiscal	5,00	
14	Realização de procedimento de arbitramento	5,00	
15	Elaboração de decisões em processo administrativo-fiscal ou delas participar	7,00	
16	Elaboração de pareceres em processo de inclusão e exclusão do Simples Nacional	6,50	
17	Proceder à orientação do sujeito passivo no tocante à aplicação da legislação tributária, por intermédio de atos normativos e solução de consultas	5,00	
18	Lavatura de termo de vistoria e intimação	2,50	
19	Lavatura de termo de interdição	8,00	
20	Lavatura de Auto de Infração	5,00	
21	Lavatura de Notificação Preliminar	2,50	
22	Lavar termos de início de fiscalização, prorrogação, encerramentos e congêneres	2,50	
23	Realização de diligências e verificações "in loco"	7,00	
24	Participação em cursos de educação vinculado ao exercício do trabalho de fiscalização.	15,00	
25	Realização de atendimento a denúncia	7,00	
26	Promover a verificação, autenticação, registro e homologação de Livros Fiscais	5,00	
27	Promover atos de fiscalização do regulamento do ICMS-SC	15,00	
28	Ministração de treinamento ou curso aos servidores do Município	10,00	
PONTUAÇÃO TOTAL _____			

Fica o servidor acima identificado ciente do resultado de sua aferição no período compreendido entre ____/____/____ e ____/____/____.

Garopaba/SC, _____.
(data)

Ciente: _____
(Assinatura do servidor por extenso)

No caso de recusa:

(testemunha 1) (testemunha 2)

LEI Nº 1.860, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 1.860, DE 23 DE DEZEMBRO 2014

Autoriza o Poder Executivo a adquirir por desapropriação amigável ou judicial, o BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, do bem imóvel de propriedade de JOSÉ RICARDO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob nº 636.622.999-68, sediado à Rua Prof. Antonio José Botelho, s/n, bairro Centro, Município e Comarca de Garopaba, assim

especificado:

I - Cadastro imobiliário nº 01.05.001.6096.001(15785) da Prefeitura Municipal de Garopaba/SC: UM TERRENO urbano situado no Centro, neste município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, tem acesso por uma servidão que encontra-se à 50m(-cinquenta metros) da rua Prof. Antonio José Botelho. Sua forma é retangular é delimitada pela construção da residência e muros de alvenaria; sua topografia é considerada como plana, com as seguintes medidas confrontações: lado norte(Frente) extremado com terras de Nelson Hermógenes dos Santos, numa extensão de 17,89m (dezessete metros e oitenta e nove décimos); lado leste (Lateral) extremado com terras de Arlindo Marques Gonçalves, numa extensão de 7,14m(sete metros e quatorze décimos); lado oeste (Lateral) extremado com terras da Prefeitura de Garopaba; numa extensão de 6,43(seis metros e quarenta e três décimos); lado Sul (fundos) extremado com terras da Prefeitura de Garopaba, numa extensão de 19,65m(dezenove metros e sessenta e cinco décimos). Que perfazem um perímetro de 50,22m (cinquenta metros e vinte e dois décimos), gerando uma área total de 116,00 m² (cento e dezesseis metros quadrados), conforme coordenadas UTM demonstradas em projeto e quadro anexo;

QUADRO DE DIMENSÕES

PONTO	ÂNGULO INTERNO	DISTÂNCIA	COORDENADAS UTM
01	75°	19,65m	734248.8944 , 6897572.9523
02	89°	7,14m	734230.5948 , 6897579.9727
03	91°	17,89m	734234.6228 , 6897586.0340
04	105°	6,43m	734251.3313 , 6897579.6536

Art. 2º. A área a que se refere o artigo anterior destina-se a ampliação do espaço pertencente ao Município de Garopaba destinada a construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA.

Art. 3º. É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de emissão provisória do Município, na posse da área a ser expropriada.

Art. 4º. A presente declaração de utilidade pública servirá de instrumento da desapropriação e legalização do imóvel a serem processadas posteriormente na forma da legislação vigente.

Art. 5º. O valor da indenização estabelecida na presente Lei é de R\$ 68.440,00 (sessenta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais) decorrente de avaliação elaborada por Comissão Permanente de Avaliação Bens Imóveis, instituída através da Portaria n.º 132/2014.

Art. 6º. A partir desta data não será permitido ao proprietário do imóvel caracterizado no Art. 1º desta Lei efetuar naquela área nenhum tipo de serviços ou benfeitorias.

Art. 7º. Fica a Assessoria Jurídica do Município de Garopaba autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata a presente Lei, por via negociada ou judicial.

Art. 8º. A indenização e demais gastos previstos na presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de dezembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 1054/2014

PORTARIA N.º 1054, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício n.º 003/2014 da Comissão de Sindicância Administrativa referente à Portaria n.º 903/2014:

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 173, da Lei Municipal n.º 1000/2005, PRORROGAR por 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA referente à Portaria n.º 903/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de dezembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 24/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO - 11/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO
MÊS DE NOVEMBRO DE 2014

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	4.493.046,99
1.2 - ITBI	1.865.444,23
1.3 - ISS	2.245.994,91
1.4 - FPM	10.227.210,52
1.5 - IRRF	636.079,05
1.6 - ICMS	5.127.911,08
1.7 - IPI	78.835,03
1.8 - IPVA	1.708.971,52
1.9 - ITR	26.006,62
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	19.833,50
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	1.072.712,27
1.12 - Multas e Juros de Mora	151.227,03
TOTAL	27.653.272,75

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	6.913.318,19
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	5.869.954,79
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	18.463,20
2.3 - Convênios	2.871.350,05
TOTAL	15.673.086,23

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	3.437.753,65	3.437.751,29	-2,36
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	3.533.050,79	5.662.459,21	2.129.408,42
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	2.355.367,20	0,00	-2.355.367,20
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	3.475.564,53	3.647.835,57	172.271,04
3.5 - Convênios e Transferências	2.871.350,05	1.500.446,37	-1.370.903,68
TOTAL	15.673.086,23	14.248.492,44	-1.424.593,79

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Garopaba, 17 de dezembro de 2014.

% APLICADO : 25,62%

Aplicado a maior : 172.268,67

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE - 11/2014**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE NOVEMBRO DE 2014**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	4.493.046,99
1.2 - ITBI	1.865.444,23
1.3 - ISS	2.245.994,91
1.4 - FPM	10.227.210,52
1.5 - IRRF	636.079,05
1.6 - ICMS	5.127.911,08
1.7 - IPI	78.835,03
1.8 - IPVA	1.708.971,52
1.9 - ITR	26.006,62
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	19.833,50
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	1.072.712,27
1.12 - Multas e Juros de Mora	151.227,03
TOTAL	27.653.272,75

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	4.147.990,91
2.2 - Rendimento de Aplicação	81.135,84
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	4.307.309,12
TOTAL	8.536.435,87

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	4.147.990,91	7.539.958,51	3.391.967,60
3.2 - Convênios e Transferências	4.388.444,96	3.361.719,43	-1.026.725,53
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	8.536.435,87	10.901.677,94	2.365.242,07

% aplicado = 27,27%

Aplicado a maior = 3.391.967,60

Garopaba, 17 de dezembro de 2014.

PREFEITO MUNICIPAL**TEC. CONTABILIDADE****SECR. MUNIC. DA SAÚDE**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - 11/2014

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEZEMBRO/2013 A NOVEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	24.092.114,39	2.664,32
Pessoal Ativo	23.501.374,28	2.664,32
Pessoal Inativo e Pensionista	548.995,11	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	41.745,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.216.933,03	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	679.824,56	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	537.108,47	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	22.875.181,36	2.664,32
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	22.877.845,68	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	46.202.640,48	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	49,52	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	24.949.425,86	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	23.701.954,57	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	22.454.483,27	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

GAROPABA, 17/12/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 185/2014

DECRETO Nº 185 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 4º, parágrafo 2º da Lei nº 1766/2013, de 18/12/2013.

DECRETA:

Art. 1o - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.10.301.1020.2049 Rep. de recursos para Man. do CIS/AMUNESC	3350	01.02.00	R\$	13.500,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da Reserva de Contingência.

Art. 3o - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 186/2014

DECRETO Nº 186, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

"INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA :

Art. 1º - Fica instituída Comissão Permanente de Licitações, abrangendo as modalidades de Carta Convite, Tomada de Preços, e Concorrência Pública para o exercício de 2015, composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Ivandro Sergio Lopes
Secretária: Verônica de Paula Cordeiro Lennertz
Membros: Silvana Mews
Marcelo Eduardo Person
Lauro Felipe Raizer
Iolando de Assis

§ 1º - Na falta ou impossibilidade do Presidente Ivandro Sergio Lopes, o mesmo poderá ser substituído pelo membro Iolando de Assis.

§ 2º- Quando da realização dos certames, os Secretários Municipais deverão indicar um servidor para o acompanhamento, de acordo com o objeto licitado.

Art. 2º- Este decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 187/2014

DECRETO N º 187, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

"NOMEIA PREGOEIRO E MEMBROS DE EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA :

Art. 1º - Fica nomeado como Pregoeiro e como membros da equipe de apoio, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na Modalidade Pregão para o exercício de 2015, os servidores abaixo relacionados:

Pregoeiro: Ivandro Sergio Lopes

Equipe de Apoio: Verônica de Paula Cordeiro Lennertz

Silvana Mews

Marcelo Eduardo Person

Lauro Felipe Raizer

Iolando de Assis

§ 1º - Na falta ou impossibilidade do Pregoeiro Ivandro Sergio Lopes, o mesmo poderá ser substituído pelo membro Iolando de Assis.

§ 2º- Quando da realização dos certames, os Secretários Municipais deverão indicar um servidor para o acompanhamento, de acordo com o objeto licitado.

Art. 2º- Este decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 188/2014

DECRETO Nº. 188 de 23 de dezembro de 2014

"Dispõe sobre a exoneração da servidora Marlene Terezinha Amaral, da função de confiança de Diretora de Escola."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerada a servidora MARLENE TEREZINHA AMARAL, da função de confiança de Diretora da Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, subordinada à Secretaria Municipal de Educação, nomeada através do Decreto Nº 038/2013, de 24 de janeiro de 2013.

ART. 2o - Este Decreto entrará em vigor a contar de 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 189/2014

DECRETO Nº 189 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1863, de 23/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Agricultura de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

13.001.20.606.1036.2069 Porteira adentro	3390	01.00.00	R\$	95.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

13.001.20.606.1036.2068	Hora máquina	3390	01.00.00	R\$	29.000,00
13.001.20.604.1040.2073	Man. sanidade animal	3390	01.00.00	R\$	13.000,00
13.001.20.605.1036.2082	Man. do Fundo Municipal de Agricultura	3390	01.00.00	R\$	40.000,00
11.001.20.605.1036.2066	Man. do Setor de Estratégias Rurais	3390	01.00.00	R\$	13.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

EXTRATO CREDENCIAMENTO Nº 016/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Processo Licitatório FMS nº 016/2014
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação - Credenciamento
Contratantes: Município de Garuva/Fundo Municipal de Saúde

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica com capacidade técnica para a realização de Exames Laboratoriais para prestação de serviços especializados na área da saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Garuva - SC, conforme planilha e memorial descritivo anexo.

Credenciados:
MK Laboratório de Análises Clínicas Ltda - CNPJ: 05.981.726/0001-76
Mob Laboratório de Análises Clínicas S/S - CNPJ: 05.465.560/0001-35

Data da Assinatura do Termo de Credenciamento: 22/12/2014

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 81/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 81, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
"Dispõe sobre o comércio eventual no âmbito do Município de Garuva".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A realização de comércio eventual, de caráter temporário, somente poderá funcionar com a prévia licença do Poder Público Municipal, que será expedida mediante requerimento do interessado, observado o disposto na legislação municipal correlata.

§ 1º Considera-se comércio eventual, para efeito desta lei, as instalações destinadas à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, em espaço único ou dividido em stands individuais, com a participação de um ou mais interessados, cujo funcionamento será em caráter eventual, em período previamente determinado.

§2º As feiras que se enquadrem na presente lei não poderão se instalar antes ou depois de 45 (quarenta e cinco) dias de qualquer data festiva, nacional, estadual e municipal.

§ 3º Ficam excluídas desta lei:

I - feiras anexas ou realizadas em função de eventos estimulados, promovidos ou apoiados pelo Município, desde que, atestadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e que os produtos, bens e serviços oferecidos na feira se relacionem diretamente com o ramo de atividade do evento;

II - feiras de artesanato organizadas por associações locais, devidamente autorizadas pelo Município;

III - feiras de produtos hortifrutigranjeiros, realizadas ou incentivadas pelo Poder Público Municipal, conforme regulamentação específica e os regulamentos do equipamento público utilizado;

IV - feiras e exposições que não efetuem venda a varejo;

V - feiras, festas de caráter religioso, folclórico e desportivo, a critério do Executivo;

§4º As feiras previstas no §2º deste artigo não eximem os seus organizadores, feirantes e expositores das obrigações decorrentes das legislações tributárias, consumeristas, de segurança e de vigilância sanitária pertinentes.

Art. 2º O comércio eventual de que trata o caput e o § 1º do art. 1º pode ser realizado nos seguintes espaços:

I - Públicos: - Em espaços públicos regulamentados e destinados a este tipo de atividade, mediante autorização expressa dos Secretários Municipais e/ou dos dirigentes das fundações do Poder Executivo do Município, observadas as competências legais.

II - Privados - Em espaços regulamentados e destinados a este tipo de atividade, sendo necessário que o imóvel ofereça condições compatíveis de segurança, higiene, saúde e meio ambiente, estabelecidos nesta lei e demais normas pertinentes, aplicáveis a todos os estabelecimentos comerciais.

§ 1º Toda empresa promotora de evento que pretenda utilizar espaço público ou privado com a finalidade de planejar, organizar e administrar evento de comércio eventual com caráter de feira, deverá obter a competente licença de funcionamento junto à Secretaria Municipal de Administração, a qual será expedida de acordo com as disposições legais pertinentes e desta lei, sendo vedada, neste caso, a licença à pessoa física.

§ 2º Quando exercidas em áreas e/ou logradouros públicos dependerá da prévia licença e/ou autorização específica expedida pela autoridade competente, de acordo com a legislação municipal pertinente.

Art. 3º A consulta de viabilidade quanto ao meio ambiente, a saúde, a segurança, a localização, funcionamento, acessos e eventuais interferências na operação do sistema viário local, à ordem, ao sossego e à tranquilidade da vizinhança, deve ser protocolada pela empresa promotora do evento com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência e instruída com os seguintes documentos:

I - cópia do estatuto social, contrato social ou requerimento de firma individual, registrada na Junta Comercial do Estado de origem e dos documentos de seu representante legal;

II - sendo a empresa constituída sob a modalidade de sociedade anônima, cooperativa, associação, além de outras, cuja legislação exige como documento constitutivo o estatuto social, cópia autenticada de ata da assembléia geral que elegeu a diretoria e do termo de posse de seus membros;

III - cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

IV - certidão da Junta Comercial do Estado de origem, do estabelecimento, para comprovar o funcionamento regular da empresa;

V - alvará de funcionamento do Município e do Estado de origem;

VI - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização exigido pelo órgão competente, quando a atividade, assim o exigir;

VII - certidão negativa de infrações trabalhistas à legislação de proteção à criança e ao adolescente nos moldes da Instrução Normativa nº 27 da Secretaria de Inspeção do Trabalho ou declaração firmada nos termos do Decreto Federal nº 4.358 de 05 de setembro de 2002;

VIII - croqui com o layout do local com a denominação da localização e disposição dos stands com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

IX - Comprovante do recolhimento da taxa de expediente.

§ 1º. No caso de requerimentos incompletos e/ou incorretos, será expedido um único comunicado ao interessado, pessoalmente ou por via postal, mencionando todas as falhas a serem sanadas, o qual deverá ser atendido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, improrrogáveis.

§ 2º. Os documentos e as informações necessárias à inscrição poderão ser prestadas por intermédio de procurador ou contador, mediante apresentação de procuração com poderes especiais de efetuar a inscrição em nome do contribuinte ou do contrato de prestação de serviços igualmente com poderes específicos expressos.

§ 3º. As autenticações dos documentos elencados nos incisos deste artigo podem ser realizadas no ato do protocolo do requerimento, mediante conferência com os originais.

Art. 4º Quando for realizado comércio eventual em área privada, além das exigências elencadas no art. 3º, as empresas promotoras deverão apresentar no processo administrativo de viabilidade, os seguintes documentos:

I - autorização do proprietário do imóvel particular, para a realização do comércio eventual, com firma reconhecida;

II - certidão atualizada válida da matrícula do imóvel junto ao

respectivo cartório de registro de imóveis, para fins de comprovação da propriedade;

III - atestado, fornecido por profissional habilitado, de que as instalações físicas, elétricas e hidrossanitárias do local de realização atendem às normas técnicas vigentes;

IV - alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios para o prédio onde será realizado o comércio eventual;

V - autorização de funcionamento da Vigilância Sanitária, expedido pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 5º Para obter alvará de funcionamento de comércio eventual, a Promotora do evento deverá encaminhar requerimento através de requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Administração, instruído com os seguintes documentos prévios:

I - cópia integral do processo de consulta de viabilidade previsto no artigo 3º dessa Lei;

II - alvará expedido pela Polícia Civil e comprovante de comunicação da realização do evento ao Comandante da Polícia Militar e ao Conselho Tutelar do Município, a fim de que sejam garantidas a ordem pública nos arredores do evento e das crianças e adolescentes que frequentaram o local;

III - seguro de responsabilidade civil contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores com apólices quitadas;

IV - relatório firmado pela empresa promotora do evento constando o rol dos comerciantes eventuais que participarão do evento;

V - a apresentação do contrato celebrado com empresa de segurança, devidamente licenciada e preparada para o evento, em número compatível e proporcional ao público esperado;

VI - comprovante de contratação para disponibilização de serviço privado de socorrismo no local, com duração de todo período da realização do evento;

VII - comprovante de comunicação da empresa promotora do evento à Delegacia da Receita Federal, à Secretaria de Estado da Fazenda, à Fiscalização do INSS, à Fiscalização do FGTS e ao PROCON Municipal e/ou estadual quanto à realização do evento;

VIII - requerimento de autorização de funcionamento de feiras, exposições e congêneres conforme Anexo VI, art. 252 do RICMS/SC, emitido pela Secretaria do Estado da Fazenda;

IX - documentos previstos nos incisos I a VIII do artigo 3º de todos os comerciantes eventuais que participarão do evento.

X - o "Atestado de Vistoria" do Corpo de Bombeiros, comprovando que o(s) local(is) de realização do(s) evento(s) atende(m) aos requisitos de segurança previstos no Decreto Estadual nº 4.909/1994;

§ 1º. No caso de requerimentos incompletos e/ou incorretos, será expedido um único comunicado ao interessado, pessoalmente ou por via postal, mencionando todas as falhas a serem sanadas, o qual deverá ser atendido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, improrrogáveis.

§ 2º. A licença de funcionamento deverá ser expedida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, desde que o requerimento esteja instruído com todos os documentos necessários e atendidas as demais exigências da legislação pertinente.

§ 3º. Quando o comércio eventual for realizado em espaço público, após a apresentação do pedido oficial, juntamente com a documentação elencada nesta lei, e posterior aprovação por parte da Administração Pública, deve ser formulado um Termo de Autorização de Uso de espaço público.

§ 4º. A Licença de funcionamento somente será expedida após o pagamento das taxas individualizadas previstas no Código Tributário Municipal.

§ 5º. Quando se tratar de licença de funcionamento de comércio eventual com caráter de feira, deverão ser recolhidas a taxa de fiscalização as taxas individualizadas por atividade, além da inerente à feira.

Art. 6º A consulta de viabilidade e/ou o deferimento da licença estão condicionados à aprovação dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria Municipal de Administração, parecer quanto às adequações do Código de Postura, trânsito, zoneamento urbano e normas do plano diretor;

II - Secretaria Municipal da Saúde: sempre que o contribuinte manipular alimentos, seja industrialização, comercialização ou transporte, ou quando a atividade envolva a saúde humana, será necessário parecer quanto à adequação do contribuinte às normas de vigilância à saúde e vigilância sanitária;

III - Secretária Municipal do Meio Ambiente: quando tratar-se de atividades (mesmo que apenas atividades meio) que potencialmente ofereçam risco à poluição, física e/ou sonora, ou ainda, que cause qualquer impacto ao meio ambiente, será necessário parecer quanto à adequação do contribuinte às normas de preservação, prevenção e poluição ambiental;

V - Polícia Civil: quando tratar-se de festas e eventos, ou de atividades controladas pela Polícia Civil, como estabelecimentos onde seja permitido o consumo de bebidas alcoólicas ou exista o armazenamento e/ou venda de produtos inflamáveis, será necessário parecer da Polícia Civil, atestando a aptidão do contribuinte para desempenho das atividades;

VI - Corpo de Bombeiros: somente será concedida a Licença para Localização e Funcionamento ou para a realização de eventos após apresentação do comprovante de recolhimento da taxa para obtenção do Alvará de Licença do Corpo de Bombeiros, que analisará a adequação do contribuinte quanto às normas de segurança;

VII - Avaliação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico: parecer quanto as normas de direito comercial, viabilidade e interesse econômico para o Município de Garuva/SC e para o respectivo comércio estabelecido.

§ 1º. A competência decisória dos pedidos de licença após a liberação da licença será do Secretário Municipal de Administração, após a liberação dos órgãos municipais envolvidos.

§ 2º. A decisão da autoridade administrativa competente será comunicada ao interessado que, no caso de indeferimento, poderá recorrer uma única vez, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação pessoal ou pelo correio.

Art. 7º A licença de funcionamento de Comércio Eventual será emitida pela Secretaria Municipal de Administração com as seguintes informações:

I - Denominação do Alvará de Licença para Comércio Eventual;

II - Nome da pessoa jurídica a quem foi concedido;

III- Local onde será realizado comércio local;

IV- Ramos de negócios ou atividades;

V- Razão Social e CNPJ de todos os comerciantes, em eventos com caráter de feira;

VI - Horário de funcionamento;

VII- Data da emissão;

VIII- Data da realização do evento e;

IX- Prazo de validade.

Art. 8º. A obtenção de licença para comércio eventual é obrigação de todos os comerciantes eventuais interessados em participar do evento.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput deste artigo implica na interdição do evento e/ou do estabelecimento irregular, conforme o caso, e na aplicação da pena de multa equivalente a 2.000 (duas mil) Unidades Fiscal Municipal - UFM, por estabelecimento.

Art. 9º. Visando garantir o sossego, o decoro e a saúde pública, a licença de funcionamento será expedida pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, das 10:00 às 21:00 horas, respeitado o requerimento da Empresa promotora do Evento.

Parágrafo Único: A infração ao disposto no caput deste artigo implicará na interdição do evento e na aplicação de penalidade de multa de 1.000 (uma mil) Unidades Fiscal Municipal - UFM, por ato.

Art. 10. Em caso de não cumprimento das exigências da presente lei, o pedido de licença será indeferido pelo Poder Executivo Municipal, bem como será cassada a licença a qualquer tempo em caso do descumprimento de qualquer das normas constantes desta Lei ou da Legislação de regência.

Art. 11. As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável, no ato da licença, não implicam na sua aceitação pelo fisco,

que poderá revê-las a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Parágrafo Único - A alteração ou retificação prévia do Alvará de Comércio Eventual não eximem o infrator das multas e outras penalidades que lhes couberem.

Art. 12. Durante o processo de concessão da Licença de Comércio Eventual, a equipe de fiscalização do Município, de qualquer dos órgãos ou entidades listados no artigo 6º desta Lei, poderá solicitar outras informações que considerar necessárias para os lançamentos fiscais.

Art. 13. Devem integrar o procedimento os comprovantes de recolhimento dos tributos previstos na legislação.

Art. 14. O Atestado de Vistoria do evento emitido pelo Corpo de Bombeiros e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devem ser espontaneamente apresentado pela empresa promotora do evento até 48 (quarenta e oito) horas antes do evento, sob pena da imediata revogação da Licença previamente concedida e interdição do local.

Art.15. Na comercialização de produtos no comércio eventual é obrigatória a adequação às normas previstas na Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Parágrafo Único - O não cumprimento do disposto no caput deste artigo acarretará na revogação imediata do alvará concedido ao expositor infrator, sendo o respectivo estande imediatamente fechado sem prejuízo da aplicação de multa e outras sanções administrativas.

Art.16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

LEI Nº 1861/2014

LEI Nº 1861, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

“ Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a estimar a receita e fixar a despesa para o exercício de 2015, e dá outras providências”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - O orçamento do município de Garuva para o exercício financeiro de 2015, estima à receita total da Prefeitura e Fundos Municipais em R\$ 52.810.890,00 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e dez mil e oitocentos e noventa reais).

ART. 2º - O orçamento da Câmara, Prefeitura e Fundos Municipais para o exercício de 2015 estima a receita e fixa a Despesa em R\$ 52.810.890,00 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e dez mil e oitocentos e noventa reais).

§ 1º - A receita da Prefeitura e Fundos serão realizadas mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. - RECEITAS CORRENTES	R\$	55.085.580,00
1.1 - Receitas Tributárias	R\$	5.803.050,00
1.2 – Receitas de Contribuições	R\$	955.900,00
1.3 – Receitas Patrimoniais	R\$	663.850,00
1.4 – Receitas Agropecuárias	R\$	0,00
1.5 – Receitas de Serviços	R\$	1.462.450,00
1.6– Transferências Correntes	R\$	44.660.770,00

1.7 – Outras Receitas Correntes	R\$	1.539.560,00
1.8 – (-) Deduções da receita corrente	R\$	-4.517.260,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.242.570,00
2.1- Operações de Crédito	R\$	2.200.000,00
2.2- Alienação de Bens	R\$	0,00
2.3- Transferências de Capital	R\$	42.570,00
TOTAL	R\$	52.810.890,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica.

ART. 3º - Integram a estrutura orçamentária do município os seguintes órgãos:

1	CÂMARA DE VEREADORES	R\$	1.850.000,00
2	GABINETE DO PREFEITO	R\$	2.076.690,00
3	PROCURADORIA GERAL	R\$	300.000,00
4	SECR. MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	R\$	5.184.000,00
5	SECR. MUN. ESPORTE, CULTURA E TURISMO	R\$	1.480.000,00
6	SECR. MUN. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	R\$	870.000,00
7	SECR. MUN. EDUCAÇÃO	R\$	16.525.000,00
9	SECR. MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	R\$	700.000,00
10	SECR. MUN. INFRAESTRUTURA URBANA	R\$	5.940.000,00
11	SECR. MUN. ESTRATÉGIAS RURAIS	R\$	1.390.000,00
12	SECR. MUN. SANEAMENTO AMBIENTAL	R\$	3.000.000,00
13	FUNDO MUN. AGRICULTURA	R\$	520.000,00
14	FUNDO MUN. SAÚDE	R\$	10.745.000,00
15	FUNDO MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R\$	1.200.000,00
16	FUNDO INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	R\$	130.000,00
17	FUNDO MUN. HABITAÇÃO	R\$	500.000,00
18	FUNDO MUN. MEIO AMBIENTE	R\$	150.200,00
19	FUNDO REEQUIP BOMBEIROS	R\$	130.000,00
	SOMA	R\$	52.690.890,00

ART. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

Reserva de Contingência R\$ 120.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o disposto no art. 5º item III da Lei 101/2000.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 15/12/2015 os riscos fiscais relacionados aos eventos abaixo relacionados, ou se efetivando a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da Receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o orçamento para 2015 tenha reservado recursos para:

I - Processo de desapropriação;

II - Intempéries;

III - Fatos não previstos em execução de obras e serviços e campanhas de saúde; ou

IV - Dívidas judiciais.

ART. 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, através de Decreto obedecendo os pressupostos legais desta Lei.

ART. 6º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometido.

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas autorizadas através de Lei específica;

III - superávit financeiro do exercício anterior.

ART. 7º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária oriundos de transferências voluntárias da União, Estado, operações de crédito, alienação de ativos e outros, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A operação do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da receita e despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º - O Controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

ART. 8º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, após aprovação de lei específica.

ART. 9º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

ART. 10 - Durante o exercício de 2015, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta Lei, após aprovação de lei específica incluindo as fontes das referidas operações de créditos.

ART. 11 - Fica o executivo municipal autorizado a firmar convênio com o Governo Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, após aprovação de Lei específica.

ART. 12 - Esta Lei entrará em vigor durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro.

José Chaves
Prefeito Municipal

LEI Nº 1862/2014

LEI Nº 1862, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

"ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES - COMEN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova, e eu JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O caput do artigo 4º da Lei Municipal 1280/2006 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º - O Conselho Municipal de Entorpecentes será composto por representantes dos seguintes Órgãos e Entidades:

I - 01 representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III - 01 representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação;

IV - 01 representante da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;

V - 01 representante do Conselho Tutelar do Município;

VI - 02 representantes indicados pelo Gabinete do Executivo Municipal, sendo um deles escolhido entre a sociedade civil;

VII - 02 representantes indicados pela Câmara Municipal de Vereadores, sendo um deles escolhido entre a sociedade civil;

VIII - 01 representante indicado pela Comissão Representativa da Ordem dos Advogados do Brasil em Garuva";

Art. 2º - Ficam revogados o caput do art. 4º da Lei Municipal 1280/2006, e art. 1º da Lei Municipal 1304/2006.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

LEI Nº 1863/2014

LEI Nº 1863, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Agricultura de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

13.001.20.606.1036.2069	Porteira adentro	3390	01.00.00	R\$	95.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

13.001.20.606.1036.2068	Hora máquina	3390	01.00.00	R\$	29.000,00
13.001.20.604.1040.2073	Man. sanidade animal	3390	01.00.00	R\$	13.000,00
13.001.20.605.1036.2082	Man. do Fundo Municipal de Agricultura	3390	01.00.00	R\$	40.000,00
11.001.20.605.1036.2066	Man. do Setor de Estratégias Rurais	3390	01.00.00	R\$	13.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 556/2014

PORTARIA Nº 566, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, RICARDO CAMPOS DA COSTA, do cargo de Professor Nível II, admitido através da Portaria nº. 051/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 557/2014

PORTARIA Nº 567, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ROSANE KOMINKIEVCZ, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 052/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 558/2014

PORTARIA Nº 558, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARIA CRISTINA SOARES, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 053/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 559/2014

PORTARIA Nº 559, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARIA GLOTILDE GERCKER, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 280/2014, de 25 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 560/2014

PORTARIA Nº 560, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARIA HELENA RIBEIRO, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 261/2014, de 14 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 561/2014

PORTARIA Nº 561, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARILDA MARTINS BUDAL, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 043/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 562/2014

PORTARIA Nº 562, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARILIA LUCIA MENDES, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 115/2014, de 03 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 563/2014

PORTARIA Nº 563, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARILIA LUCIA MENDES, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 041/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 564/2014

PORTARIA Nº 564 de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MIRZA CONCEIÇÃO SANTOS MARQUES, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 171/2014, de 10 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 565/2014

PORTARIA Nº 565, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, NEIVA APARECIDA DE CAMARGO BRAMMER, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 251/2014, de 12 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 566/2014

PORTARIA Nº 566, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, RICARDO CAMPOS DA COSTA, do cargo de Professor Nível II, admitido através da Portaria nº. 051/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 567/2014

PORTARIA Nº 567, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ROSANE KOMINKIEVCZ, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 052/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 568/2014

PORTARIA Nº 568, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, SATIRA MARIA DO VALES ZAVODINE, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 237/2014, de 10 de março de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 569/2014

PORTARIA Nº 569, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, TANIA MARA ZANELLA ANDRADE, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 058/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 570/2014

PORTARIA Nº 570, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, VANUSA MARQUES WIELGOZS, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 089/2014, de 27 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 571/2014

PORTARIA Nº 571, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, VANUSA MARQUES WIELGOZS, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 090/2014, de 27 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 572/2014

PORTARIA Nº 572, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, VERONICA JAGIELSKI VALIATTI, do cargo de Professor Nível II, admitida através da Portaria nº. 065/2014, de 23 de janeiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 573/2014

PORTARIA Nº 573, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ANGELA ALBRECHT WIESNER, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 305/2014, de 14 de abril de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 574/2014

PORTARIA Nº 574, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, GISELY VIEIRA DA CUNHA, do cargo de Professor Nível I, admitida através da Portaria nº. 299/2014, de 08 de abril de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 575/2014

PORTARIA Nº. 575, de 19 de dezembro de 2014

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 3196/2014;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 E 45/09 DE 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 40 horas para 30 horas da servidora CECILIA PALUDO SALLES, no cargo de Odontóloga, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 576/2014

PORTARIA Nº. 576, de 19 de dezembro de 2014

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO EM VIRTUDE DE ÓBITO, DO SERVIDOR SANDRO LUIZ CASA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Exonerar, por óbito, o servidor SANDRO LUIZ CASA, portador do RG 2.519.723 e CPF 721.744.129-34, do cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, nomeado através da Portaria nº. 061/2002 de 18 de março de 2002, e declarar a vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 577/2014

PORTARIA Nº 577, de 22 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, REGINA GERKER VAGELESKI, do cargo de Nutricionista, admitida através da Portaria nº. 211/2014, de 24 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 578/2014

PORTARIA Nº 578, de 22 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

Considerando, a Lei Complementar nº 79, de 04 de Dezembro de 2014, que dispõe sobre a extinção de cargos de auxiliar de serviços gerais e recepcionista do quadro de pessoal do executivo municipal;

Considerando, a cláusula 6ª do Contrato de Trabalho por Tempo determinado nº 115/2013;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por interesse e conveniência administrativa, ALI-SETE MAFRA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 166/2013, de 21 de fevereiro de 2013.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 579/2014

PORTARIA Nº 579, de 22 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, SILVANI TONTINI TONDORF, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 177/2013, de 12 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 580/2014

PORTARIA Nº 580, de 22 de dezembro de 2014.

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ROSELI DE OLIVEIRA FELDHAUS, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 145/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 581/2014

PORTARIA Nº 581, de 22 de dezembro de 2014.

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ELAINE CRISTINA FERREIRA DE MELO, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 136/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 582/2014

PORTARIA Nº 583, de 22 de dezembro de 2014.

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo

determinado, LUCIVANA ADELINA MENCATTO, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 203/2014, de 20 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 583/2014

PORTARIA Nº 583, de 22 de dezembro de 2014.

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MATEUS MATTOS, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitido através da Portaria nº. 496/2013, de 28 de agosto de 2013.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 584/2014

PORTARIA Nº 584, de 22 de dezembro de 2014.

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, DALUZ D'APARECIDA DOS SANTOS SEBOLD, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 317/2014, de 29 de abril de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 585/2014

PORTARIA Nº 585, de 22 de dezembro de 2014.

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E

ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, DANIELA PADILHA GONÇALVES, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 191/2014, de 18 de fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 586/2014

PORTARIA Nº 586, de 22 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, CLEONICE DOS APÓSTOLOS DOS SANTOS, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 419/2014, de 11 de setembro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 31 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 587/2014

PORTARIA Nº. 587 de 23 de dezembro de 2014

"Altera Comissão para elaboração do material descritivo para processo licitatório de contratação de OSCIP"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 10. - Altera Comissão para elaboração do material descritivo para processo licitatório de contratação de OSCIP.

Art. 20. - A comissão será composta pelos servidores públicos municipais:

Valdir Celso Fiedler - Secretário Municipal de Administração

Adriane Beatriz Moecke Galando - Secretária Municipal de Educação

Luis Carlos Behlau Weber - Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Jucelene Furlan - Coordenadora de Programa

Denise de Lima Borges - Diretora de Juventude

Daniel Wagner Heinig - Advogado - Setor jurídico

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 357 de 17 de junho de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 21/2014

RESOLUÇÃO Nº 21/2014

Dispõe sobre exonerações de servidores.

A presidente da Câmara, estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 8º e 50 paragrafo 3º inciso II do Regimento Interno desta Casa legislativa, Resolve:

Art. 1º - Exonera os servidores Rafael Palandi Lopes do cargo de Assessor de Comissões nomeado pela Resolução 11/2013, Jayson Edgar Correa do cargo de Assessor Parlamentar nomeado pela Resolução 16/2013, Joelcio de Andrade do cargo de Assessor de Comunicação Social nomeado pela Resolução 36/2013 e Paula Roberta Conte do cargo de Assessora Parlamentar nomeada através da Resolução 39/2013.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/12/2014.

Gabinete do Presidente, em 23 de dezembro de 2014.

Helena Aparecida Chaves

Presidente da Mesa

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2014

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REVOGOU A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

TOMADA DE PREÇOS 003/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE 01 (UM) TRAPICHE, NA COMUNIDADE DA FAZENDA DA ARMAÇÃO SITUADA NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC UTILIZANDO RECURSOS ORIUNDOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.

A licitação acima encontra-se revogada por motivo de interesse público, pois a obra utilizaria recursos oriundos do Estado e este recurso não foi disponibilizado à Prefeitura.

Os interessados poderão obter mais informações acerca da revogação na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 21 de Novembro de 2014.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº62-2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 062/2014

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 062, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA APROVADO PELO CIGA, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.373/0001-89, com sede administrativa na Pça. 06 de Novembro, 01, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, RESOLVEM, de comum acordo, aditar o contrato original, que tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 062/2014 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 31/12/2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. Tendo em vista o Art. 57 a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; O serviço a ser prorrogado trata-se de serviço que se caracteriza como contínuo para esta Prefeitura já que sua interrupção causará prejuízos a Administração. Para Marçal Justen Filho:

"A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004).

Faz-se imprescindível a contratação dos serviços para manutenção dos veículos da frota municipal da Saúde para dar continuidade aos trabalhos da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total permanece inalterado de acordo com o referido contrato.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos, 22 de dezembro de 2014.

Juliano Duarte Campos Prefeito de Governador Celso Ramos	Gilsoni Lunardi Albino Diretor Executivo do CIGA
-------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48-2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 048/2014

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2014 DE AQUISIÇÃO DE RECARGA DE TONER PARA IMPRESSORAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GOVERNADOR CELSO RAMOS DISCRIMINADO NA CARTA CONVITE Nº 011/2014, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA PROCER EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA LTDA.- EPP. TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE RECARGA DE TONER PARA IMPRESSORAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GOVERNADOR CELSO RAMOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

O município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça 6 de Novembro, bairro Ganchos do meio, Governador Celso Ramos, Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo prefeito Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, empresa PROCER EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA LTDA.- EPP, com sede à Rua Marechal Hermes, 110, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.184.618/0001-26, representada neste ato por Renato Vilhena de Oliveira, infra-assinado, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, aditar o contrato original, que tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 048/2014 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 31/12/2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. Tendo em vista o Art. 57 a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; O serviço a ser prorrogado trata-se de serviço que se caracteriza como contínuo para esta Prefeitura já que sua interrupção causará prejuízos a Administração. Para Marçal Justen Filho:

"A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004).

Faz-se imprescindível a contratação dos serviços para manutenção dos veículos da frota municipal da Saúde para dar continuidade aos trabalhos da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total permanece inalterado de acordo com o referido contrato.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 22 de dezembro de 2014.
Renato Vilhena de Oliveira
Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

PRIMEIROTERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 59-2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 059/2014

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 059/2014 DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, REFERENTE À CARTA CONVITE N.º 031/2014, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA DALMONIR DOS SANTOS FILHO-ME, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

O município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça 6 de Novembro, bairro Ganchos do meio, Governador Celso Ramos, Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo prefeito Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, empresa DALMONIR DOS SANTOS FILHO - ME, com sede à Rua Canal da Olaria, s/nº, bairro Ganchos do Meio, município de Governador Celso Ramos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.317.652/0001-54, representada neste ato por seu sócio Sr. Dalmonir dos Santos Filho, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 693.225.709-20, portador do RG n.º 1/R-1.163.739 SSP/SC infra-assinado, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, aditar o contrato original, que tem por objeto a PRORROGAÇÃO

DO CONTRATO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 059/2014 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 31/12/2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. Tendo em vista o Art. 57 a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; O serviço a ser prorrogado trata-se de serviço que se caracteriza como contínuo para esta Prefeitura já que sua interrupção causará prejuízos a Administração. Para Marçal Justen Filho:

"A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004).

Faz-se imprescindível a contratação dos serviços para manutenção dos veículos da frota municipal da Saúde para dar continuidade aos trabalhos da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total permanece inalterado de acordo com o referido contrato.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 22 de dezembro de 2014.
DALMONIR DOS SANTOS FILHO - ME
Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

PRIMEIROTERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 65-2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 065/2014

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 065/2014 DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, REFERENTE À CARTA CONVITE N.º 032/2014, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A CARLOS ROBERTO DO AMARAL - ME, TENDO POR OBJETO A LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, REFERENTE À CARTA CONVITE N.º 032/2014.

O município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça 6 de Novembro, bairro Ganchos do meio, Governador Celso Ramos, Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo prefeito Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, empresa CARLOS ROBERTO DO

AMARAL ME, com sede à Rua José Claudio Schmidt, 79, bairro Seraria, município de São José, CEP 88.115-558, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.261.305/0001-50, representada neste ato por seu sócio Carlos Roberto do Amaral, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 2.581.317-0 e inscrito no CPF sob o nº 951.930.229-87, infra-assinado, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, aditar o contrato original, que tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 065/2014 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 31/12/2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. Tendo em vista o Art. 57 a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; O serviço a ser prorrogado trata-se de serviço que se caracteriza como contínuo para esta Prefeitura já que sua interrupção causará prejuízos a Administração. Para Marçal Justen Filho:

"A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004).

Faz-se imprescindível a contratação dos serviços para manutenção dos veículos da frota municipal da Saúde para dar continuidade aos trabalhos da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total permanece inalterado de acordo com o referido contrato.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 22 de dezembro de 2014.
CARLOS ROBERTO DO AMARAL ME
Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054-2013

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 054/2013

4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DISCRIMINADO NA CARTA CONVITE Nº 033/2013, OBJETO DO PROCESSO N.º 016/2013, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA FERNANDO MARTINS - MECÂNICA ALHO LTDA - ME.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante

denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR.JULIANO DUARTE CAMPOS e a empresa FERNANDO MARTINS - MECÂNICA ALHO LTDA - ME, com sede à Primeira Travessa, 108, Areias do Meio, Governador Celso Ramos, CEP 88190-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.925.405/0001-82, representada neste ato por Fernando Martins, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, aditar o contrato original, que tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, respeitando o estabelecido no art. 65, §1º da Lei nº. 8666/93, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 054/2013 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 31/12/2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que foram orçadas e contratadas horas de serviço, mas estas ainda não foram integralmente aduzidas, faz-se imprescindível um prazo maior para que as mesmas sejam utilizadas a serviço da Secretaria de Saúde e para que esta Administração cumpra devidamente com o contrato supracitado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total do contrato permanece inalterado.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 22 de dezembro de 2014.
Fernando Martins - Mecânica Alho LTDA - ME
Fernando Martins
RG: 3.754.647
Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 53-2013

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 053/2013

4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DISCRIMINADO NA CARTA CONVITE Nº 032/2013, OBJETO DO PROCESSO N.º 052/2013, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA COMÉRCIO DE PEÇAS E MECÂNICA TEIXEIRA LTDA - ME, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES (CARROS, CAMINHONETES/MINIVAN E MOTOS) DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. JULIANO DUARTE CAMPOS e a empresa COMÉRCIO DE PEÇAS E MECÂNICA TEIXEIRA LTDA - ME, com sede à Rua Pedro Bunn, 1717, Fundos, Jardim Cidade de Florianópolis, São José, CEP 88111-120, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.845.117/0001-78, representada neste ato por João Carlos Teixeira, infra-assinado, doravante denominada simplesmente

CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, aditar o contrato original, que tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 053/2013 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 31/12/2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. Tendo em vista o Art. 57 a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; O serviço a ser prorrogado trata-se de serviço que se caracteriza como contínuo para esta Prefeitura já que sua interrupção causará prejuízos a Administração. Para Marçal Justen Filho:

"A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004).

Faz-se imprescindível a contratação dos serviços para manutenção dos veículos da frota municipal da Saúde para dar continuidade aos trabalhos da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total permanece inalterado de acordo com o referido contrato.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 22 de dezembro de 2014.

COMÉRCIO DE PEÇAS E MECÂNICA TEIXEIRA LTDA - ME

João Carlos Teixeira

RG: 667.930

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL N 1981-2014 LOA 2015 - COM ANEXOS



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

LEI MUNICIPAL Nº 1.981/2014

(De 16 de dezembro de 2014)

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento geral do Município de Grão-Pará para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 30.707.504,00 (trinta milhões, setecentos e sete mil e quinhentos e quatro reais).

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA, CÂMARA MUNICIPAL E AUTARQUIA

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 28.246.392,00 (vinte e oito milhões, duzentos e quarenta e seis mil e trezentos e noventa e dois) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 693.000,00 (seiscentos e noventa e três mil reais), em R\$ 24.714.692,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e quatorze mil e seiscentos e noventa e dois reais) a Despesa da Prefeitura, e, em R\$ 3.531.700,00 (três milhões e quinhentos e trinta e um mil e setecentos reais) as transferências financeiras concedida ao Fundo Municipal da Saúde e à Câmara Municipal.

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.1. RECEITAS CORRENTES		
4.1.1 Receita Tributária	R\$	2.075.277,75
4.1.2 Receita de Contribuições	R\$	83.000,00
4.1.3 Receita Patrimonial	R\$	8.770,00
4.1.7 Transferências Correntes	R\$	18.188.585,00



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

4.1.9 Outras Receitas Correntes	R\$	228.926,25
9.1.9 DEDUÇÃO DA RECEITA	R\$	-3.058.167,00
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	R\$	20.584.559,00
4.2. RECEITAS DE CAPITAL		
4.2.1 Operações de Crédito	R\$	1.700.000,00
4.2.2 Alienação de Bens	R\$	350.000,00
4.2.3 Transferências de Capital	R\$	8.670.000,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	R\$	10.720.000,00
TOTAL GERAL DAS RECEITAS DA ENTIDADE	R\$	28.246.392,00

§ 2º. A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, por Função e Natureza de Despesa, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
3.0.00.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES	R\$	11.708.677,25
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	6.748.384,73
3.2.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	R\$	20.000,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	4.940.292,52
4.0.00.00.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	12.906.014,75
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	R\$	12.006.014,75
4.6.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	R\$	900.000,00
9.9.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	100.000,00
TOTAL GERAL DA ENTIDADE	R\$	28.246.392,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 3º. O Orçamento da Entidade Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 693.000,00 (seiscentos e noventa e três mil).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

I – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		693.000,00
Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura de Grão-Pará	R\$	693.000,00
TOTAL GERAL DA ENTIDADE	R\$	693.000,00

§ 2º. A Despesa da Entidade Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
3.0.00.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES	R\$	660.000,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	580.000,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	80.000,00
4.0.00.00.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	33.000,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	R\$	33.000,00
TOTAL GERAL DA ENTIDADE	R\$	693.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ

Art. 4º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.511.112,00 (um milhão e quinhentos e onze mil e cento e doze reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.838.700,00 (dois milhões e oitocentos e trinta e oito mil e setecentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 4.349.812,00 (quatro milhões e trezentos e quarenta e nove mil e oitocentos e doze reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante a arrecadação de receitas tributárias, patrimoniais, de transferências correntes com destaque as provindas do Sistema Único de Saúde, outras receitas correntes e de transferência de capital, provindas de convênios com a União e o Estado, e das transferências financeiras do tesouro municipal, ora discriminadas nos quadros anexos.

4.1 – RECEITAS CORRENTES	R\$	1.398.612,00
4.1.7 Transferências Correntes	R\$	1.398.612,00
4.2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$	112.500,00
4.2.2 – Alienação de Bens	R\$	52.500,00



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

4.2.4 Transferências de Capital	R\$	60.000,00
TOTAL	R\$	1.511.112,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		
Transferências Financeiras recebidas da Prefeitura de Grão-Pará	R\$	2.838.700,00
TOTAL GERAL DA ENTIDADE	R\$	4.349.812,00

§ 2º. A Despesa do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza da despesa, distribuídas da seguinte maneira:

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
3.0.00.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES	R\$	4.086.312,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	2.368.662,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	1.717.650,00
4.0.00.00.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	263.500,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	R\$	263.500,00
TOTAL GERAL DA ENTIDADE	R\$	4.349.812,00

DO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE GRÃO-PARÁ

Art. 5º. O Orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Grão-Pará para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais).

§ 1º. As Receitas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Grão-Pará serão realizadas mediante a arrecadação das seguintes fontes:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	950.000,00
4.1.3 Receita Patrimonial	R\$	12.650,00
4.1.6 Receita de Serviços	R\$	906.200,00
4.1.9 Outras Receitas Correntes	R\$	31.150,00
TOTAL GERAL DA ENTIDADE	R\$	950.000,00

§ 2º. As Despesas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Grão-Pará serão realizadas na forma dos anexos que compõem o Programa de Trabalho da autarquia, distribuídas pelos seguintes órgãos de governo



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

e respectivas unidades orçamentárias:

<i>I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA</i>		
3.0.00.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES	R\$	818.391,04
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	476.496,75
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	341.894,29
4.0.00.00.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	112.608,96
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	R\$	112.608,96
9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	19.000,00
9.9.99.99.00.00 – Reserva de Contingência	R\$	19.000,00
TOTAL GERAL DA ENTIDADE	R\$	950.000,00

Art. 6º. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor e Superávit Orçamentário, conforme abaixo:

<i>UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ</i>		
1. Despesas não orçadas ou orçadas a menor	R\$	119.000,00
TOTAL GERAL DA ENTIDADE	R\$	119.000,00

<i>UNIDADE GESTORA: SAMAE DE GRÃO-PARÁ</i>		
1. Despesas não orçadas ou orçadas a menor	R\$	19.000,00
TOTAL GERAL DA ENTIDADE	R\$	19.000,00

§ 1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º. Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados ao evento: Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos, os recursos a ele reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o orçamento para 2015 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento “Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor” serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 7º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 8º. O Executivo está autorizado, nos termos no art. 7º, da Lei Federal n. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 60% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I. o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II. a anulação de saldos de dotações orçamentárias, desde que não comprometidas;
- III. superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único. Excluem-se desse limite os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Art. 10. Os recursos oriundos de convênios e programas não previstos no orçamento da Receita ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º, da Lei 4.320/1964, será realizada em cada fonte de recurso identificada no orçamento da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único, e 50, I, da LRF.



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recurso, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I, da LRF.

Art. 11. Durante o exercício de 2015, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 12. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal autorizado por Lei específica poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

Art. 13. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 15. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro.

Grão-Pará/SC, 16 de dezembro de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 16 de dezembro de 2014.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Estado de Santa Catarina

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2015

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

RECEITAS DO ENSINO	
RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	PREVISÃO
1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.638.635,25
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	256.777,50
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	262.500,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.417,50
Dívida Ativa do IPTU	42.525,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos de Dívida Ativa do IPTU	14.175,00
(-) Deduções da Receita do IPTU	(63.840,00)
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	66.622,50
Imposto sobre Transmissão Inter vivos - ITBI	66.622,50
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00
Dívida Ativa do ITBI	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00
(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.153.955,25
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.153.955,25
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	0,00
Dívida Ativa do ISS	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00
(-) Deduções da Receita do ISS	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	161.280,00
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	161.280,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00
Dívida Ativa do IRRF	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00
(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00
Dívida Ativa do ITR	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00
(-) Deduções da Receita do ITR	0,00
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.631.435,00
2.1- Cota-Parte FPM	7.796.250,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.796.250,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.953.500,00
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	31.185,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	92.137,50
2.5- Cota-Parte ITR	7.087,50
2.6- Cota-Parte IPVA	751.275,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.270.070,25
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	
	PREVISÃO
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
5- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	462.600,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	231.000,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	231.600,00
5.3- Aplicação Financeira dos recursos do FNDE	0,00
6- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	237.500,00
6.1- Transferências de Convênios	237.500,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.977.150,00

Estado de Santa Catarina

Página: 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2015

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	2.677.250,00
FUNDEB	
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.926.287,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.1.1)	1.559.250,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.2)	1.190.700,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.3)	6.237,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.4)	18.427,50
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.417,50
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.6)	150.255,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.100,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.100,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-2.926.287,00
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.481.655,00
13.1- Com Educação Infantil	986.650,00
13.2- Com Ensino Fundamental	495.005,00
14- OUTRAS DESPESAS	494.445,00
14.1- Com Educação Infantil	337.150,00
14.2- Com Ensino Fundamental	157.295,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.976.100,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	
DESPESAS DO FUNDEB	PREVISÃO
16- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16)	0,00
18- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ((13 - 17) / (11) x 100) %	70.555,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB	
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO
19- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE - (25% de 3) ¹	4.067.517,56
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO
20- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.394.967,73
20.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.323.800,00
20.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.071.167,73
21- ENSINO FUNDAMENTAL	1.580.550,00
21.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	652.300,00
21.2- Despesas Custeadas com Recursos de Impostos	928.250,00
22- ENSINO MÉDIO	15.250,00
23- ENSINO SUPERIOR	40.000,00
24- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	100.000,00
25- OUTRAS	37.000,00
26- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (20 + 21 + 22 + 23 + 24 + 25)	4.167.767,73

Estado de Santa Catarina

Página: 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2015

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	PREVISÃO
27- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-2.926.287,00
28- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
29- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (11.3)	2.100,00
30- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
32- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (27 + 28 + 29 + 30 + 31)	-2.924.187,00
33- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((20 + 21) - (32))	6.899.704,73
34- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ² ((33)/(3) x 100)%	42,41
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE	
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO
35- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
36- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	231.000,00
37- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00
38- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00
39- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (35 + 36 + 37 + 38)	231.000,00
40- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (26 + 39)	4.398.767,73

FONTE:

¹ Caput do artigo 212 da CF/1988² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

 AMILTON ASCARI
 Prefeito Municipal

 VILSON PONCIANO
 Contador

 DIONE HEINZEN
 Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2015

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

RECEITAS	PREVISÃO
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	16.287.080,25
Impostos	1.591.857,75
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	210.000,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.153.955,25
Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens e Direitos sobre Imóveis - ITBI	66.622,50
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	161.280,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.417,50
Dívida Ativa dos Impostos	42.525,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos Dívida Ativa de Impostos	19.845,00
Receitas de Transferências Constitucionais Legais	14.631.435,00
Da União	7.834.522,50
Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios - FPM	7.796.250,00
Cota-Parte do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR	7.087,50
Transferência Financeira aos Estados, DF e Municípios - Lei Complementar nº 87/1996	31.185,00
Do Estado	6.796.912,50
Cota-Parte do ICMS	5.953.500,00
Cota-Parte do IPI-Exportação	92.137,50
Cota-Parte do IPVA	751.275,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	325.500,00
Da União para o Município	178.500,00
Do Estado para o Município	147.000,00
Demais Municípios para o Município	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	17.021.210,75
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.926.287,00
TOTAL	30.707.504,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	4.086.312,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.368.662,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00
Outras Despesas Correntes	1.717.650,00
DESPESAS DE CAPITAL	263.500,00
Investimentos	263.500,00
Inversões Financeiras	0,00
Amortização da Dívida	0,00
TOTAL (IV)	4.349.812,00

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO
DESPESAS COM SAÚDE	4.349.812,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	-1.511.112,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	-1.458.612,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00
Outros Recursos	-52.500,00

Estado de Santa Catarina

Página: 2/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2015

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO
Outros Recursos	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	2.838.700,00

PERCENTUAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (V / I)	17,43 %
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	335.000,00
Atenção Básica	3.481.062,00
Saneamento Básico Rural	80.000,00
Suporte Profilático e Terapêutico	330.750,00
Vigilância Epidemiológica	53.500,00
Vigilância Sanitária	69.500,00
TOTAL	4.349.812,00

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Contador

DIONE HEINZEN
Secretário da Adm e Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁPágina: 1/1
Data: 22/12/2014

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2015

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL (PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO)

PREVISÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL	DOTAÇÃO
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.173.543,48
Pessoal Ativo	10.173.543,48
Pessoal Inativos e Pensionistas	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do § 6º do art. 57 da CF)	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	10.173.543,48
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.777.004,00
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	51,44
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	11.866.202,40
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 57%	11.272.892,28

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal_____
VILSON PONCIANO
Contador_____
DIONE HEINZEN
Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Página: 1/1
Data: 22/12/2014

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	Previsão
RECEITAS CORRENTES (I)	22.782.671,00
Receita Tributária	2.022.777,75
Receita Patrimonial	21.420,00
Receita Serviços	906.200,00
Transferências Correntes	19.572.197,00
Outras Receitas Correntes	260.076,25
DEDUÇÕES (II)	2.926.287,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	2.926.287,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	19.856.384,00

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Contador

DIONE HEINZEN
Secretário da Adm e Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
 Demonstrativo do Resultado Primário

Página: 1/1
 Data: 22/12/2014

Especificação	2015
RECEITAS CORRENTES (I)	19.875.004,00
Receita Tributária	2.022.777,75
Receita de Contribuição	83.000,00
Receita Patrimonial	21.420,00
Aplicações Financeiras (II)	21.420,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00
Transferências Correntes	16.660.910,00
Demais Receitas Correntes	1.166.276,25
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	19.853.584,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	10.832.500,00
Operações de Crédito (V)	1.700.000,00
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00
Alienação de Ativos (VII)	402.500,00
Transferência de Capital	8.730.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	8.730.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	28.583.584,00
DESPESAS CORRENTES (X)	17.273.380,29
Pessoal e Encargos Sociais	10.173.543,48
Juros e Encargos da Dívida (XI)	20.000,00
Outras Despesas Correntes	7.079.836,81
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	17.253.380,29
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	13.315.123,71
Investimentos	12.415.123,71
Inversões Financeiras	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	900.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	12.415.123,71
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	119.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII) = (XII+XV+XVI+XVII)	29.787.504,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(1.203.920,00)

AMILTON ASCARI
 Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
 Contador

DIONE HEINZEN
 Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 22/12/2014

Receitas	Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES	22.933.171,00	DESPESAS CORRENTES	17.273.380,29		
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.075.277,75	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.173.543,48		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	83.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	20.000,00		
RECEITA PATRIMONIAL	21.420,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.079.836,81		
RECEITA DE SERVIÇOS	906.200,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.587.197,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	260.076,25				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.058.167,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	-52.500,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.926.287,00				
DEDUÇÃO OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-79.380,00				
		Superavit	2.601.623,71		
Total	19.875.004,00	Total	19.875.004,00		
Superavit do orçamento corrente	2.601.623,71				
RECEITAS DE CAPITAL	10.832.500,00	DESPESAS DE CAPITAL	13.315.123,71		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.700.000,00	INVESTIMENTOS	12.415.123,71		
ALIENAÇÃO DE BENS	402.500,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	900.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.730.000,00				
Deficit	2.482.623,71				
Total	13.315.123,71	Total	13.315.123,71		
Resumo					
RECEITAS CORRENTES	22.933.171,00	66,98 %	DESPESAS CORRENTES	17.273.380,29	50,51 %
RECEITAS DE CAPITAL	10.832.500,00	31,64 %	DESPESAS DE CAPITAL	13.315.123,71	38,93 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.058.167,00	-8,93 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	119.000,00	0,35 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	3.531.700,00	10,31 %	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	3.491.700,00	10,21 %
			Superavit do Orçamento	40.000,00	
Total	34.239.204,00	100,00 %	Total	34.239.204,00	100,00 %

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Contador

DIONE HEINZEN
Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/8
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		2.075.277,75	20.584.559,00
4.1.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		1.644.357,75	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	490.402,50		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	262.500,00		
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	157.500,00		
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	65.625,00		
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	39.375,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	161.280,00		
4.1.1.1.2.04.01.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	159.862,50		
4.1.1.1.2.04.02.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	95.917,50		
4.1.1.1.2.04.03.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	1.417,50		
4.1.1.1.2.04.04.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	850,50		
4.1.1.1.2.04.05.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	354,38		
4.1.1.1.2.04.06.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	212,62		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	66.622,50		
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	39.973,50		
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	16.655,63		
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	9.983,37		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.153.955,25		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.153.955,25		
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.153.955,25		
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	692.373,15		
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	288.488,81		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	173.093,29	218.295,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	97.807,50		
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	7.087,50		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P.Serviços	85.050,00		
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	5.670,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	120.487,50		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	120.487,50		
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	212.625,00		
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	83.000,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES			

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/8
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO			
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Público	83.000,00	83.000,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	8.770,00	8.770,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	3.100,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	2.100,00		
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB 60%	1.155,00		
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB 40%	945,00		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Remuneração Rec Piso Básico Fixo (PAIF - PBF)	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	5.670,00		
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	2.835,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	2.835,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		18.188.585,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		17.594.835,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	8.778.422,50		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	7.803.337,50		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.796.250,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do FPM	4.677.750,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do FPM	1.949.062,50		
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do FPM	1.169.437,50		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural	7.087,50		
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural	4.252,50		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural	1.771,88		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural	1.063,12		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	114.000,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	30.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	84.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	196.150,00		
4.1.7.2.1.34.00.02.00.00	Transf. do FNAS -Prog. Pessoa Port. de Deficiência	3.150,00		
4.1.7.2.1.34.00.04.00.00	Transferência do FNAS - Bolsa Família	10.500,00		
4.1.7.2.1.34.00.05.00.00	Transferências do FNAS - Piso Básico Fixo - PAIF	72.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.06.00.00	Transferências do FNAS - IGD-SUAS	10.500,00		
4.1.7.2.1.34.00.07.00.00	Transferências do FNAS - SCFV	100.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	463.650,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	231.000,00		
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	1.050,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/8
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	118.650,00		
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Creche	27.300,00		
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Pré Escola	32.550,00		
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Fundamental	11.550,00		
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transferências do FNDE - PNAE - EJA	12.600,00		
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transferências do FNDE - PNAE AEE	1.050,00		
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Médio	33.600,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	82.950,00		
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transferências do FNDE - PNATE Infantil	9.450,00		
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transferências do FNDE - PNATE Fundamental	52.500,00		
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transferências do FNDE - PNATE Médio	21.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	30.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Outras Transf. do FNDE - Apoio a Creches	30.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	31.185,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	18.711,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	7.796,25		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	4.677,75		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	170.100,00		
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Auxílio Financeiro aos Municípios.	170.100,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	6.842.412,50		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	6.807.412,50		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	5.953.500,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	3.572.100,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS	1.488.375,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do IPVA	893.025,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	751.275,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA	450.765,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA	187.818,75		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA	112.691,25		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	92.137,50		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	55.282,50		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	23.034,38		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	13.820,62		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. Interv. no Domínio Econômico	10.500,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	35.000,00		
4.1.7.2.2.99.51.00.00.00	Transferências do Estado para Assistência Social	35.000,00		
4.1.7.2.2.99.51.01.00.00	Transf. Estado - SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	30.000,00		
4.1.7.2.2.99.51.02.00.00	Transf. Estado - Benefícios Eventuais	5.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/8
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.974.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.974.000,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 60%	1.480.500,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 40%	493.500,00		
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas		10.000,00	
4.1.7.3.0.51.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas ao FIA	10.000,00		
4.1.7.3.0.51.01.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas ao FIA - Imposto de Renda	5.000,00		
4.1.7.3.0.51.02.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas ao FIA - Demais Recursos	5.000,00		
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas		10.000,00	
4.1.7.5.0.51.00.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA	10.000,00		
4.1.7.5.0.51.01.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA - Imposto de Renda	5.000,00		
4.1.7.5.0.51.02.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA - Demais Recursos	5.000,00		
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		573.750,00	
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr. Fed. e suas Entid.	573.750,00		
4.1.7.6.2.02.01.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	237.500,00		
4.1.7.6.2.02.01.00.00.00	Transf. Conv. Estados - Transporte Escolar Fundam.	157.500,00		
4.1.7.6.2.02.02.00.00.00	Transf. Conv. Estados - Transporte Escolar En Médio	80.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	336.250,00		
4.1.7.6.2.99.04.00.00.00	Convênio SSP - Parte policia Militar	6.300,00		
4.1.7.6.2.99.05.00.00.00	Convênio SSP - Parte Polícia Civil	6.300,00		
4.1.7.6.2.99.06.00.00.00	Convênio SSP - Parte Município	8.400,00		
4.1.7.6.2.99.07.00.00.00	Convênio Secretaria de Estado da Infra-Estrutura	210.000,00		
4.1.7.6.2.99.99.00.00.00	Outros Convênios com Estado	105.250,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		228.926,25	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		118.361,25	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos			
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	4.252,50		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.417,50		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	2.835,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	2.835,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	70.875,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	14.175,00		
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outras Rec.	56.700,00		
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	42.525,00		
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	42.525,00		
4.1.9.1.5.99.02.00.00.00	Parc - Out. M/J de Mora da Div At de Out. Receitas	21.262,50		
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	21.262,50		
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	708,75		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/8
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.417,50	1.417,50	
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	1.417,50		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA			
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária			
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	42.525,00		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	42.525,00		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	25.515,00		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	10.631,25		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	6.378,75		
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária			
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	9.922,50		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	9.922,50		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS			
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	56.700,00	56.700,00	
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
4.2.1.1.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS			
4.2.1.1.9.0.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas			
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS			
4.2.2.1.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS			
4.2.2.1.9.0.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis			
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
4.2.4.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades			
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç			
4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Transf. Convênios da União - Programa Educação			
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam			
4.2.4.7.1.03.01.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam			
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv. União Dest.Prog. Infra-Estrut.Transp			
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União			
4.2.4.7.1.99.00.01.00.00	Outras Transferências da União			
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Dist.Fed e suas Entid.			
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest.Infra-Estrutura Tra			
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados			
4.2.4.7.2.99.00.01.00.00	Outras Transferências de Convênios com Estados			
4.2.4.7.2.99.00.02.00.00	Transf. Convênio dos Estados - Assistência Social			
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
				-3.058.167,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/8
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.1.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.		-52.500,00	
9.1.1.1.0.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS		-52.500,00	
9.1.1.1.2.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda			
9.1.1.1.2.02.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	-52.500,00		
9.1.1.1.2.02.01.00.00	Deduções de Receita do IPTU	-52.500,00		
9.1.1.1.2.02.02.00.00	Deduções da Receita do IPTU	-31.500,00		
9.1.1.1.2.02.03.00.00	Deduções de Receita do IPTU	-13.125,00		
9.1.1.1.2.02.03.00.00	Deduções de Receita do IPTU	-7.875,00		
9.1.7.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.926.287,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-2.926.287,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União			
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.566.904,50		
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.560.667,50		
9.1.7.2.1.01.02.02.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-1.559.250,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ITR	-1.559.250,00		
9.1.7.2.1.01.05.02.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ITR	-1.417,50		
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-1.417,50		
9.1.7.2.1.36.02.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-6.237,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-6.237,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.359.382,50		
9.1.7.2.2.01.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	-1.359.382,50		
9.1.7.2.2.01.01.02.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	-1.190.700,00		
9.1.7.2.2.01.01.02.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	-1.190.700,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPVA	-150.255,00		
9.1.7.2.2.01.02.02.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPVA	-150.255,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-18.427,50		
9.1.7.2.2.01.04.02.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-18.427,50		
9.1.9.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÃO OUTRAS RECEITAS CORRENTES		-79.380,00	
9.1.9.1.0.00.00.00.00	Renuncia Multas e Juros de Mora		-79.380,00	
9.1.9.1.3.00.00.00.00	Renuncia Multas/Juros Dívida Ativa de Tributos	-51.030,00		
9.1.9.1.3.11.00.00.00	Renuncia de Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/IPTU	-11.340,00		
9.1.9.1.3.99.00.00.00	Renuncia Multas/Juros Div. Ativ. Outros Tributos	-39.690,00		
9.1.9.1.5.00.00.00.00	Renuncia Multa/Juros Mora D.A. Outras Receitas	-28.350,00		
9.1.9.1.5.99.00.00.00	Renuncia Multa/Juros Mora D.A. Outras Receitas	-28.350,00		
9.1.9.1.5.99.01.00.00	Ded Outras M/J Mora Div Ativ Outras Rec -Principal	-14.175,00		
9.1.9.1.5.99.02.00.00	Ded Parc - Out. M/J de Mora da Div At de Out. Rec.	-14.175,00		
Total das receitas:			28.246.392,00	
Total por entidade:			28.246.392,00	

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/8
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS			1.398.612,00
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES		1.398.612,00	
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.398.612,00	
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.1.7.2.1.0.0.0.0.0.0.0	Transferências da União	1.251.612,00		
4.1.7.2.1.33.0.0.0.0.0.0	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.251.612,00		
4.1.7.2.1.33.02.0.0.0.0	Programa Atenção de Média e Alta Complexidade	60.000,00		
4.1.7.2.1.33.03.0.0.0.0	Programa Vigilância em Saúde	31.500,00		
4.1.7.2.1.33.05.0.0.0.0	Programa Assistência Farmacêutica Básica União	36.750,00		
4.1.7.2.1.33.06.0.0.0.0	Programa Teto Financ.Epidemiol. e Controle de Doen	10.500,00		
4.1.7.2.1.33.11.0.0.0.0	Atenção Básica	1.112.862,00		
4.1.7.2.1.33.11.10.0.0	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	178.500,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.0.0	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	934.362,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.01.00	Saúde da Família	278.250,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.02.00	Agentes Comunitários de Saúde	210.912,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	Saúde Bucal	88.200,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.05.00	Programa Saúde na Escola (PSE)	10.500,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.06.00	Núcleo de Apoio a Família (NASF) - União	152.250,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.07.00	Atenção Básica - PMAQ	194.250,00		
4.1.7.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências dos Estados	147.000,00		
4.1.7.2.2.33.0.0.0.0.0.0	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	147.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.01.00.00	Transf. Estado - Nasf - Nucleo Apoio Saúde Família	31.500,00		
4.1.7.2.2.33.00.02.00.00	Transf. Estado - Farmácia Básica	31.500,00		
4.1.7.2.2.33.00.03.00.00	Transf. Estado - Co-Financiamento Atenção Básica	84.000,00		
4.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE CAPITAL			112.500,00
4.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS		52.500,00	
4.2.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		52.500,00	
4.2.2.1.5.0.0.0.0.0.0.0	Alienação de Veículos			
4.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	52.500,00		
4.2.4.7.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		60.000,00	
4.2.4.7.1.0.0.0.0.0.0.0	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	60.000,00		
4.2.4.7.1.01.0.0.0.0.0.0	Transf. de Convênio p/ SUS	60.000,00		
4.2.4.7.1.01.01.0.0.0.0	Transf. de Convênio para SUS			
Total das receitas:				1.511.112,00
Total por entidade:				1.511.112,00
Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS			

Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.00.00.00.00.00

RECEITAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/8
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			950.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		12.650,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		12.650,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	12.650,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	12.650,00		
4.1.3.2.5.02.01.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	12.650,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		906.200,00	
4.1.6.0.0.41.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trau/Res e Dist. de Água	904.475,00		
4.1.6.0.0.41.01.00.00	Tarifa de Água Residencial	701.500,00		
4.1.6.0.0.41.02.00.00	Tarifa de Água Industrial	28.750,00		
4.1.6.0.0.41.03.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos/ Comercial	143.750,00		
4.1.6.0.0.41.04.00.00	Ligação de Água	11.500,00		
4.1.6.0.0.41.05.00.00	Expediente	1.725,00		
4.1.6.0.0.41.09.00.00	Outras Receitas	17.250,00		
4.1.6.0.0.48.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	1.725,00		
4.1.6.0.0.48.01.00.00	Tarifa de Religação de Água	1.725,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		31.150,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		11.500,00	
4.1.9.1.8.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	11.500,00		
4.1.9.1.8.99.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora			
4.1.9.3.0.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		19.650,00	
4.1.9.3.2.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	19.650,00		
4.1.9.3.2.99.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	19.650,00		
4.1.9.3.2.99.01.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recoit - Princ	19.650,00		
Total das receitas:				950.000,00
Total por entidade:				950.000,00
Total geral:				30.707.504,00

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Contador

DIONE HEINZEN
Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/3

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			11.708.677,25
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		6.748.384,73	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		27.067,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		6.721.317,73	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		20.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		20.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.940.292,52	
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal		10.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		263.150,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		14.917,52	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.648.685,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		3.540,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			12.906.014,75
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		12.006.014,75	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		10.149,48	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		11.995.865,27	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		900.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		900.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		100.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		100.000,00	
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			4.086.312,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.368.662,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		2.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.366.662,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.717.650,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		181.700,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		72.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.463.950,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			263.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		263.500,00	
Total das despesas:			24.714.692,00	
Total da entidade:			24.714.692,00	

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Data: 22/12/2014

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/3

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		33.000,00	
Total das despesas:				693.000,00
Total da entidade:				693.000,00
Total geral:				30.707.504,00

AMILTONASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Contador

DIONE HEINZEN
Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 22/12/2014

Funções	Subfunções
4 Administração	31 Ação Legislativa
	121 Planejamento e Orçamento
	122 Administração Geral
8 Assistência Social	123 Administração Financeira
	241 Assistência ao Idoso
	242 Assistência ao Portador de Deficiência
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	303 Suporte Profilático e Terapêutico
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	361 Ensino Fundamental
	362 Ensino Médio
	363 Ensino Profissional
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
	366 Educação de Jovens e Adultos
13 Cultura	391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
	392 Difusão Cultural
14 Direitos da Cidadania	422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	511 Saneamento Básico Rural
	512 Saneamento Básico Urbano
19 Ciência e Tecnologia	573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
20 Agricultura	605 Abastecimento
	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
	662 Produção Industrial
23 Comércio e Serviços	695 Turismo
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
	845 Outras Transferências
	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

AMILTON ASCARI
 Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
 Contador

DIONE HEINZEN
 Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/9
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ					
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO		11661715,27	11.476.231,73	1.476.745,00	28.206.392,00
Unidade: 02.01 GABINETE DO PREFEITO		0,00	390.000,00	0,00	390.000,00
		0,00	390.000,00	0,00	390.000,00
04	Administração		390.000,00		390.000,00
04.122	Administração Geral		390.000,00		390.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ		390.000,00		390.000,00
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		390.000,00		390.000,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA					
Unidade: 03.01 DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO		0,00	1.439.175,00	0,00	4.930.875,00
		0,00	976.675,00	0,00	4.468.375,00
04	Administração		976.675,00		976.675,00
04.121	Planejamento e Orçamento		83.750,00		83.750,00
04.121.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ		83.750,00		83.750,00
04.121.0002.2.005	EXECUÇÃO DO PROGRAMA PLANEJAMENTO		83.750,00		83.750,00
04.122	Administração Geral		892.925,00		892.925,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ		892.925,00		892.925,00
04.122.0002.2.003	EXECUÇÃO DO PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO GERAL		892.925,00		892.925,00
Unidade: 03.02 DEPARTAMENTO DA FAZENDA					
		0,00	462.500,00	0,00	462.500,00
04	Administração		462.500,00		462.500,00
04.123	Administração Financeira		462.500,00		462.500,00
04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ		462.500,00		462.500,00
04.123.0002.2.006	EXECUÇÃO DO PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		462.500,00		462.500,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO					
Unidade: 04.02 DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO		3.410.315,27	1.063.000,00	0,00	4.473.315,27
		410.000,00	140.500,00	0,00	550.500,00
22	Indústria	410.000,00	140.500,00		550.500,00
22.661	Promoção Industrial		140.500,00		140.500,00
22.661.0015	INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO		140.500,00		140.500,00
22.661.0015.2.007	INCENTIVO A INDÚSTRIA E COMÉRCIO		140.500,00		140.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/9
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ					
Órgão: 04.00 SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO					
Unidade: 04.02 DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO					
22	Indústria				
22.662	Produção Industrial		140.500,00		550.500,00
22.662.0015	INCENTIVO À INDUSTRIA E AO COMÉRCIO				410.000,00
22.662.0015.1.018	IMPLANTÇÃO DE PARQUE INDUSTRIAL				410.000,00
Unidade: 04.03 DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO					
15	Urbanismo		922.500,00	0,00	3.922.815,27
15.451	Infra-Estrutura Urbana		922.500,00		3.922.815,27
15.451.0012	URBANIZAÇÃO DE VIAS				2.730.315,27
15.451.0012.1.002	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, PASSEIOS E OBRAS DE ARTE				2.610.315,27
15.451.0008	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA				2.610.315,27
15.451.0008.1.008	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS				120.000,00
15.452	Serviços Urbanos				120.000,00
15.452.0008	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		922.500,00		1.192.500,00
15.452.0008.1.015	AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL		922.500,00		1.192.500,00
15.452.0008.2.008	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS				270.000,00
15.452.0008.2.009	SEGURANÇA DE TRÁNSITO		865.250,00		865.250,00
			57.250,00		57.250,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL					
Unidade: 05.01 DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOL. RURAL					
20	Agricultura		404.250,00		1.484.250,00
20.605	Abastecimento				1.080.000,00
20.605.0013	PEQUENO PRODUTOR RURAL				1.080.000,00
20.605.0013.1.003	CONSTRUÇÃO, AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA				1.080.000,00
20.606	Extensão Rural				404.250,00
20.606.0013	PEQUENO PRODUTOR RURAL		404.250,00		404.250,00
20.606.0013.2.011	ASSISTÊNCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL		373.000,00		373.000,00
20.606.0013.2.012	MANUTENÇÃO DA INTEGRAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL		31.250,00		31.250,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/9
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ					
Órgão: 06.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA					
Unidade: 06.01 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA					
12	Educação				
12.361	Ensino Fundamental				8.546.917,73
12.361.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS				3.956.510,00
12.361.0004.1.005	AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES P/ENSINO FUND				3.956.510,00
12.361.0004.1.013	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR				2.050.000,00
12.361.0004.2.015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		618.410,00		618.410,00
12.361.0004.2.017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL		788.100,00		788.100,00
12.362	Ensino Médio				106.250,00
12.362.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS				106.250,00
12.362.0004.2.018	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO				106.250,00
12.363	Ensino Profissional				100.000,00
12.363.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS				100.000,00
12.363.0004.2.026	MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO MUNICÍPIO				100.000,00
12.364	Ensino Superior				40.000,00
12.364.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS				40.000,00
12.364.0004.2.019	TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS				40.000,00
12.365	Educação Infantil				3.966.157,73
12.365.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.350.000,00	2.616.157,73		3.966.157,73
12.365.0004.1.004	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO INFANTIL				1.350.000,00
12.365.0004.2.013	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE				882.937,50
12.365.0004.2.014	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA		1.543.352,50		1.543.352,50
12.365.0004.2.016	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL		189.867,73		189.867,73
12.366	Educação de Jovens e Adultos				378.000,00
12.366.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS				378.000,00
12.366.0004.2.022	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO - FUNDAMENTAL				297.400,00
12.366.0004.2.023	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO - MÉDIO				80.600,00
13	Cultura				123.650,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	10.400,00			10.400,00
13.391.0003	RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA				10.400,00
13.391.0003.1.006	RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL				10.400,00
13.392	Diffusão Cultural				113.250,00
13.392.0003	RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA				56.500,00
13.392.0003.2.020	MANUTENÇÃO DAS REPETIDORAS DE SINAIS DE TELEVISÃO				21.000,00
13.392.0003.2.024	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CULTURA DO MUNICÍPIO				35.500,00
13.392.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS				56.750,00
13.392.0004.2.021	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTÉCA PÚBLICA				56.750,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/9
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ					
Órgão: 06.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		11661715,27	11.476.231,73	1.476.745,00	28.206.392,00
Unidade: 06.01 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		3.910.400,00	4.825.917,73	0,00	8.736.317,73
		3.910.400,00	4.825.917,73	0,00	8.736.317,73
19	Ciência e Tecnologia		65.750,00		65.750,00
19.573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		65.750,00		65.750,00
19.573.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		65.750,00		65.750,00
19.573.0004.2.025	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE INCLUSÃO DIGITAL		65.750,00		65.750,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO					
Unidade: 07.01 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO		520.000,00	274.550,00	0,00	794.550,00
		520.000,00	274.550,00	0,00	794.550,00
23	Comércio e Serviços				
23.695	Turismo		11.300,00		271.300,00
23.695.0014	GRÃO-PARÁ TURISMO		11.300,00		271.300,00
23.695.0014.1.016	CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO		11.300,00		271.300,00
23.695.0014.2.028	APOIO A EXPLORAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO				260.000,00
27	Desporto e Lazer				
27.812	Desporto Comunitário		11.300,00		11.300,00
27.812.0005	ESPORTE É VIDA		263.250,00		523.250,00
27.812.0005.1.007	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE COMPLEXOS ESPORTIVOS		263.250,00		523.250,00
27.812.0005.2.027	APOIO AO ESPORTE AMADOR		263.250,00		260.000,00
			263.250,00		263.250,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO					
Unidade: 08.02 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO		1.041.000,00	6.000,00	0,00	1.047.000,00
		1.041.000,00	6.000,00	0,00	1.047.000,00
17	Saneamento		6.000,00		1.047.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		6.000,00		1.047.000,00
17.512.0009	PREVENÇÃO DE DOENÇAS		6.000,00		1.047.000,00
17.512.0009.1.014	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDE DE ESGOTOS				21.000,00
17.512.0009.1.017	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	21.000,00			21.000,00
17.512.0009.2.048	MANUTENÇÃO DO CONSORCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA C	1.020.000,00	6.000,00		1.020.000,00
					6.000,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS					
Unidade: 10.01 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS		1.350.000,00	1.923.255,00	0,00	3.273.255,00
		1.350.000,00	1.923.255,00	0,00	3.273.255,00
26	Transporte				
26.782	Transporte Rodoviário		1.923.255,00		3.273.255,00
26.782.0010	ESTRADAS VICINAIS		1.923.255,00		3.273.255,00
26.782.0010.1.011	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS PONTES E BUEIROS	1.050.000,00			1.050.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/9
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ					
Órgão: 10.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS					
Unidade: 10.01 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS					
26	Transporte	11661715,27	11.476.231,73	1.476.745,00	28.206.392,00
26.782	Transporte Rodoviário	1.350.000,00	1.923.255,00	0,00	3.273.255,00
26.782.0010	ESTRADAS VICINAIS	1.350.000,00	1.923.255,00	0,00	3.273.255,00
26.782.0010.1.012	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SECR. DOS TRANSPORTES E OBRA	300.000,00			300.000,00
26.782.0010.2.029	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS		1.923.255,00		1.923.255,00
Órgão: 11.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO					
Unidade: 11.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO					
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	1.476.745,00	1.476.745,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	1.476.745,00	1.476.745,00
28.843.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS			1.476.745,00	1.476.745,00
28.843.0000.0.001	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA FUNDADA			770.000,00	770.000,00
28.845	Outras Transferências			770.000,00	770.000,00
28.845.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS			506.745,00	506.745,00
28.845.0000.0.002	CONTRIBUIÇÕES AO PASEP			506.745,00	506.745,00
28.845.0000.0.003	INATIVOS A CARGO DO TESOUREO MUNICIPAL			158.745,00	158.745,00
28.846	Outros Encargos Especiais			348.000,00	348.000,00
28.846.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS			200.000,00	200.000,00
28.846.0000.0.004	AMORTIÇÃO DE PRECATÓRIOS			200.000,00	200.000,00
Órgão: 15.00 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FIMAS					
Unidade: 15.01 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FIMAS					
14	Direitos da Cidadania	220.000,00	1.123.784,00	0,00	1.343.784,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	129.250,00	0,00	129.250,00
14.422.0011	CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO		129.250,00		129.250,00
14.422.0011.2.030	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO TUTELAR		129.250,00		129.250,00
Unidade: 15.02 DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
08	Assistência Social	220.000,00	892.250,00	0,00	1.112.250,00
08.241	Assistência ao Idoso	220.000,00	892.250,00		1.112.250,00
08.241.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL		283.250,00		283.250,00
08.241.0007.2.010	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VINCULOS AO IDOSO		283.250,00		283.250,00
08.241.0007.2.046	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO		83.250,00		83.250,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/9
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ					
Órgão: 15.00 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		11661715,27	11.476.231,73	1.476.745,00	28.206.392,00
Unidade: 15.02 DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		220.000,00	1.123.784,00	0,00	1.343.784,00
		220.000,00	892.250,00	0,00	1.112.250,00
08	Assistência Social	220.000,00	892.250,00		1.112.250,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		281.000,00		281.000,00
08.243.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL		281.000,00		281.000,00
08.243.0007.2.032	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VINCULOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - P		281.000,00		281.000,00
08.244	Assistência Comunitária	220.000,00	328.000,00		548.000,00
08.244.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL	220.000,00	328.000,00		548.000,00
08.244.0007.1.010	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE MÚLTIPLO USO E CRAS	220.000,00	196.500,00		220.000,00
08.244.0007.2.031	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS		196.500,00		196.500,00
08.244.0007.2.044	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONCESSÃO DEI		131.500,00		131.500,00
Unidade: 15.03 DEPARTAMENTO DA PROT. SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE		0,00	37.150,00	0,00	37.150,00
08	Assistência Social		37.150,00		37.150,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		27.150,00		27.150,00
08.242.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL		27.150,00		27.150,00
08.242.0007.2.043	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA		27.150,00		27.150,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		10.000,00		10.000,00
08.243.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL		10.000,00		10.000,00
08.243.0007.2.047	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROT. SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE		10.000,00		10.000,00
Unidade: 15.04 DEPARTAMENTO DA PROT.ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		0,00	65.134,00	0,00	65.134,00
08	Assistência Social		65.134,00		65.134,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		65.134,00		65.134,00
08.243.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL		65.134,00		65.134,00
08.243.0007.2.045	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADEI		65.134,00		65.134,00
Órgão: 16.00 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA		0,00	26.300,00	0,00	26.300,00
Unidade: 16.01 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA		0,00	26.300,00	0,00	26.300,00
08	Assistência Social		26.300,00		26.300,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		26.300,00		26.300,00
08.243.0011	CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO		26.300,00		26.300,00
08.243.0011.2.033	MANUTENÇÃO DO FUNDO PARA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		26.300,00		26.300,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/9
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ					
Órgão: 17.00 FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO					
Unidade: 17.01 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		11661715,27	11.476.231,73	1.476.745,00	28.206.392,00
		130.000,00	0,00	0,00	130.000,00
		130.000,00	0,00	0,00	130.000,00
16	Habitação	130.000,00			130.000,00
16.482	Habitação Urbana	130.000,00			130.000,00
16.482.0016	HABITAÇÃO PARA TODOS	130.000,00			130.000,00
16.482.0016.1.001	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA CASAS POPULARES COHAB	130.000,00			130.000,00
Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
Unidade: 99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	100.000,00
		0,00	0,00	0,00	100.000,00
99	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999.0018	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - GRÃO-PARÁ				100.000,00
99.999.0018.9.001	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREFEITURA				100.000,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ					
Órgão: 14.00 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS					
Unidade: 14.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		182500	4.167.312,00	0,00	4.349.812,00
		182.500,00	4.167.312,00	0,00	4.349.812,00
		182.500,00	0,00	0,00	182.500,00
10	Saúde	102.500,00			102.500,00
10.301	Atenção Básica	102.500,00			102.500,00
10.301.0006	SAÚDE PARA TODOS	102.500,00			102.500,00
10.301.0006.1.019	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UBS E EQUIPAMENTOS PARA SUS MUNICIPAL	102.500,00			102.500,00
17	Saneamento	80.000,00			80.000,00
17.511	Saneamento Básico Rural	80.000,00			80.000,00
17.511.0006	SAÚDE PARA TODOS	80.000,00			80.000,00
17.511.0006.1.009	CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS	80.000,00			80.000,00
Unidade: 14.02 DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA					
		0,00	3.368.562,00	0,00	3.368.562,00
10	Saúde				3.368.562,00
10.301	Atenção Básica				3.368.562,00
10.301.0006	SAÚDE PARA TODOS				3.368.562,00
10.301.0006.2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA				1.874.750,00
10.301.0006.2.035	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - SF				799.250,00
10.301.0006.2.036	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS				307.912,00
10.301.0006.2.037	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL - SB				159.900,00
10.301.0006.2.038	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NÚCLEO APOIO SAÚDE FAMÍLIA - NASF				226.750,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/9
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA					
Órgão: 14.00 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FMS		182500	4.167.312,00	0,00	4.349.812,00
Unidade: 14.02 DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA		0,00	3.368.562,00	0,00	3.368.562,00
10	Saúde		3.368.562,00		3.368.562,00
10.301	Atenção Básica		3.368.562,00		3.368.562,00
10.301.0006	SAUDE PARA TODOS		3.368.562,00		3.368.562,00
10.301.0006.2.038	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NUCLEO APOIO SAUDE FAMILIA - NASF		226.750,00		226.750,00
Unidade: 14.03 DEP ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA COMP AMB E HOSPITALAR		0,00	335.000,00	0,00	335.000,00
10	Saúde		335.000,00		335.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		335.000,00		335.000,00
10.302.0006	SAUDE PARA TODOS		335.000,00		335.000,00
10.302.0006.2.039	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR		335.000,00		335.000,00
Unidade: 14.04 DEPARTAMENTO DA VIGILANCIA EM SAUDE		0,00	123.000,00	0,00	123.000,00
10	Saúde		123.000,00		123.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		69.500,00		69.500,00
10.304.0006	SAUDE PARA TODOS		69.500,00		69.500,00
10.304.0006.2.040	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILANCIA SANITÁRIA		69.500,00		69.500,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		53.500,00		53.500,00
10.305.0006	SAUDE PARA TODOS		53.500,00		53.500,00
10.305.0006.2.042	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA		53.500,00		53.500,00
Unidade: 14.05 DEPARTAMENTO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA		0,00	330.750,00	0,00	330.750,00
10	Saúde		330.750,00		330.750,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		330.750,00		330.750,00
10.303.0006	SAUDE PARA TODOS		330.750,00		330.750,00
10.303.0006.2.041	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA FARMACÉUTICA		330.750,00		330.750,00
Unidade: 14.06 DEPARTAMENTO DA GESTÃO DO SUS		0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
10	Saúde		10.000,00		10.000,00
10.301	Atenção Básica		10.000,00		10.000,00
10.301.0006	SAUDE PARA TODOS		10.000,00		10.000,00
10.301.0006.2.049	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS		10.000,00		10.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/9
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA					
Órgão: 13.00 SAMAE GRAO PARA		105000	826.000,00	0,00	950.000,00
Unidade: 13.01 SISTEMA DE AGUA E ESGOTO		105.000,00	826.000,00	0,00	931.000,00
17	Saneamento	105.000,00	826.000,00		931.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	105.000,00	826.000,00		931.000,00
17.512.0017	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS	105.000,00	826.000,00		931.000,00
17.512.0017.1.020	SAMAE - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA	30.000,00			30.000,00
17.512.0017.1.021	SAMAE - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	30.000,00			30.000,00
17.512.0017.1.022	SAMAE - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS	15.000,00			15.000,00
17.512.0017.1.025	AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE DO SAMAE	30.000,00			30.000,00
17.512.0017.2.004	MANUTENÇÃO DO SAMAE		826.000,00		826.000,00
Unidade: 13.99 RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	19.000,00
99	Reserva de Contingência				19.000,00
99.999	Reserva de Contingência				19.000,00
99.999.0017	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS				19.000,00
99.999.0017.9.002	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - SAMAE				19.000,00
Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA					
Órgão: 01.00 Órgão 01		33000	660.000,00	0,00	693.000,00
Unidade: 01.01 CÂMARA MUNICIPAL		33.000,00	660.000,00	0,00	693.000,00
01	Legislativa	33.000,00	660.000,00		693.000,00
01.031	Ação Legislativa	33.000,00	660.000,00		693.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	33.000,00	660.000,00		693.000,00
01.031.0001.1.024	AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRA E CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DO PODER LEGISL	33.000,00			33.000,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL		660.000,00		660.000,00
Total geral:				34.199.204,00	

DIONE HEINZEN
Secretário da Adm e Fazenda

VILSON PONCIANO
Contador

AMILTONASCARI
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/5

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa				693.000,00
01.031	Ação Legislativa	33.000,00	660.000,00		693.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	33.000,00	660.000,00		693.000,00
04	Administração		1.829.175,00		1.829.175,00
04.121	Planejamento e Orçamento		83.750,00		83.750,00
04.121.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ		83.750,00		83.750,00
04.122	Administração Geral		1.282.925,00		1.282.925,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ		1.282.925,00		1.282.925,00
04.123	Administração Financeira		462.500,00		462.500,00
04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ		462.500,00		462.500,00
08	Assistência Social	220.000,00	1.020.834,00		1.240.834,00
08.241	Assistência ao Idoso		283.250,00		283.250,00
08.241.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL		283.250,00		283.250,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		27.150,00		27.150,00
08.242.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL		27.150,00		27.150,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		382.434,00		382.434,00
08.243.0011	CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO		26.300,00		26.300,00
08.243.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL		356.134,00		356.134,00
08.244	Assistência Comunitária	220.000,00	328.000,00		548.000,00
08.244.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL	220.000,00	328.000,00		548.000,00
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica	102.500,00	4.167.312,00		4.269.812,00
10.301.0006	SAÚDE PARA TODOS	102.500,00	3.378.562,00		3.481.062,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	102.500,00	3.378.562,00		3.481.062,00
10.302.0006	SAÚDE PARA TODOS		335.000,00		335.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		335.000,00		335.000,00
10.303.0006	SAÚDE PARA TODOS		330.750,00		330.750,00
10.304	Vigilância Sanitária		330.750,00		330.750,00
10.304.0006	SAÚDE PARA TODOS		69.500,00		69.500,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		69.500,00		69.500,00
10.305.0006	SAÚDE PARA TODOS		53.500,00		53.500,00
12	Educação				
12.361	E ensino Fundamental	3.900.000,00	4.646.917,73		8.546.917,73
12.361.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	2.550.000,00	1.406.510,00		3.956.510,00
		2.550.000,00	1.406.510,00		3.956.510,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/5

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	3.900.000,00	4.646.917,73		8.546.917,73
12.362	Ensino Médio		106.250,00		106.250,00
12.362.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		106.250,00		106.250,00
12.363	Ensino Profissional		100.000,00		100.000,00
12.363.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		100.000,00		100.000,00
12.364	Ensino Superior		40.000,00		40.000,00
12.364.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		40.000,00		40.000,00
12.365	Educação Infantil	1.350.000,00	2.616.157,73		3.966.157,73
12.365.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.350.000,00	2.616.157,73		3.966.157,73
12.366	Educação de Jovens e Adultos		378.000,00		378.000,00
12.366.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		378.000,00		378.000,00
13	Cultura	10.400,00	113.250,00		123.650,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	10.400,00			10.400,00
13.391.0003	RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA	10.400,00			10.400,00
13.392	Difusão Cultural		113.250,00		113.250,00
13.392.0003	RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA		56.500,00		56.500,00
13.392.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		56.750,00		56.750,00
14	Direitos da Cidadania				
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		129.250,00		129.250,00
14.422.0011	CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO		129.250,00		129.250,00
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana	3.000.315,27	922.500,00		3.922.815,27
15.451.0012	URBANIZAÇÃO DE VIAS	2.730.315,27			2.730.315,27
15.451.0008	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	120.000,00			120.000,00
15.452	Serviços Urbanos	270.000,00	922.500,00		1.192.500,00
15.452.0008	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	270.000,00	922.500,00		1.192.500,00
16	Habituação				
16.482	Habituação Urbana	130.000,00			130.000,00
16.482.0016	HABITAÇÃO PARA TODOS	130.000,00			130.000,00
17	Saneamento				
17.511	Saneamento Básico Rural	1.226.000,00	832.000,00		2.058.000,00
17.511.0006	SAÚDE PARA TODOS	80.000,00			80.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	1.146.000,00	832.000,00		1.978.000,00
17.512.0017	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS	105.000,00	826.000,00		931.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/5

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
17	Saneamento	1.226.000,00	832.000,00		2.058.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	1.146.000,00	832.000,00		1.978.000,00
17.512.0009	PREVENÇÃO DE DOENÇAS	1.041.000,00	6.000,00		1.047.000,00
19	Ciência e Tecnologia		65.750,00		65.750,00
19.573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		65.750,00		65.750,00
19.573.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		65.750,00		65.750,00
20	Agricultura	1.080.000,00	404.250,00		1.484.250,00
20.605	Abastecimento	1.080.000,00			1.080.000,00
20.605.0013	PEQUENO PRODUTOR RURAL	1.080.000,00			1.080.000,00
20.606	Extensão Rural		404.250,00		404.250,00
20.606.0013	PEQUENO PRODUTOR RURAL		404.250,00		404.250,00
22	Indústria	410.000,00	140.500,00		550.500,00
22.661	Promoção Industrial		140.500,00		140.500,00
22.661.0015	INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO		140.500,00		140.500,00
22.662	Produção Industrial	410.000,00			410.000,00
22.662.0015	INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO	410.000,00			410.000,00
23	Comércio e Serviços	260.000,00	11.300,00		271.300,00
23.695	Turismo	260.000,00	11.300,00		271.300,00
23.695.0014	GRÃO-PARÁ TURISMO	260.000,00	11.300,00		271.300,00
26	Transporte	1.350.000,00	1.923.255,00		3.273.255,00
26.782	Transporte Rodoviário	1.350.000,00	1.923.255,00		3.273.255,00
26.782.0010	ESTRADAS VICINAIS	1.350.000,00	1.923.255,00		3.273.255,00
27	Desporto e Lazer	263.000,00	263.250,00		523.250,00
27.812	Desporto Comunitário	260.000,00	263.250,00		523.250,00
27.812.0005	ESPORTE É VIDA	260.000,00	263.250,00		523.250,00
28	Encargos Especiais			1.476.745,00	1.476.745,00
28.843	Serviço da Divida Interna			770.000,00	770.000,00
28.843.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS			770.000,00	770.000,00
28.845	Outras Transferências			506.745,00	506.745,00
28.845.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS			506.745,00	506.745,00
28.846	Outros Encargos Especiais			200.000,00	200.000,00
28.846.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS			200.000,00	200.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/5

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
28	Encargos Especiais			1.476.745,00	1.476.745,00
28.846	Outros Encargos Especiais			200.000,00	200.000,00
28.846.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS			200.000,00	200.000,00
99	Reserva de Contingência				119.000,00
99.999	Reserva de Contingência				119.000,00
99.999.0017	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS				19.000,00
99.999.0018	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - GRÃO-PARÁ				100.000,00
Total:		11.982.215,27	17.129.543,73	1.476.745,00	30.707.504,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/5

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS					
	Transferências Concedidas à Câmara de Vereadores				653.000,00
	Transferências Concedidas ao Fundo Mun. de Saúde				2.838.700,00
		Total:	0,00	0,00	3.491.700,00
		Total geral:	11.982.215,27	1.476.745,00	34.199.204,00

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Contador

DIONE HEINZEN
Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/4

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	693.000,00		693.000,00
01.031	Ação Legislativa	693.000,00		693.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	693.000,00		693.000,00
04	Administração	1.829.175,00		1.829.175,00
04.121	Planejamento e Orçamento	83.750,00		83.750,00
04.121.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ	83.750,00		83.750,00
04.122	Administração Geral	1.282.925,00		1.282.925,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ	1.282.925,00		1.282.925,00
04.123	Administração Financeira	462.500,00		462.500,00
04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ	462.500,00		462.500,00
08	Assistência Social	638.684,00	602.150,00	1.240.834,00
08.241	Assistência ao Idoso	78.250,00	205.000,00	283.250,00
08.241.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL	78.250,00	205.000,00	283.250,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência	24.000,00	3.150,00	27.150,00
08.242.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL	24.000,00	3.150,00	27.150,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	287.434,00	95.000,00	382.434,00
08.243.0011	CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO	6.300,00	20.000,00	26.300,00
08.243.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL	281.134,00	75.000,00	356.134,00
08.244	Assistência Comunitária	249.000,00	299.000,00	548.000,00
08.244.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL	249.000,00	299.000,00	548.000,00
10	Saúde	2.959.400,00	1.310.412,00	4.269.812,00
10.301	Atenção Básica	2.340.900,00	1.140.162,00	3.481.062,00
10.301.0006	SAÚDE PARA TODOS	2.340.900,00	1.140.162,00	3.481.062,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	275.000,00	60.000,00	335.000,00
10.302.0006	SAÚDE PARA TODOS	275.000,00	60.000,00	335.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	262.500,00	68.250,00	330.750,00
10.303.0006	SAÚDE PARA TODOS	262.500,00	68.250,00	330.750,00
10.304	Vigilância Sanitária	38.000,00	31.500,00	69.500,00
10.304.0006	SAÚDE PARA TODOS	38.000,00	31.500,00	69.500,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	43.000,00	10.500,00	53.500,00
10.305.0006	SAÚDE PARA TODOS	43.000,00	10.500,00	53.500,00
12	Educação	2.469.667,73	6.077.250,00	8.546.917,73
12.361	Ensino Fundamental	978.250,00	2.978.260,00	3.956.510,00
12.361.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	978.250,00	2.978.260,00	3.956.510,00
12.362	Ensino Médio	5.250,00	101.000,00	106.250,00
12.362.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	5.250,00	101.000,00	106.250,00
12.363	Ensino Profissional	100.000,00		100.000,00
12.363.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	100.000,00		100.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/4

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	2.469.667,73	6.077.250,00	8.546.917,73
12.364	Ensino Superior	40.000,00		40.000,00
12.364.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	40.000,00		40.000,00
12.365	Educação Infantil	1.241.167,73	2.724.990,00	3.966.157,73
12.365.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.241.167,73	2.724.990,00	3.966.157,73
12.366	Educação de Jovens e Adultos	105.000,00	273.000,00	378.000,00
12.366.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	105.000,00	273.000,00	378.000,00
13	Cultura	123.650,00		123.650,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	10.400,00		10.400,00
13.391.0003	RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA	10.400,00		10.400,00
13.392	Difusão Cultural	113.250,00		113.250,00
13.392.0003	RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA	56.500,00		56.500,00
13.392.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	56.750,00		56.750,00
14	Direitos da Cidadania	129.250,00		129.250,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	129.250,00		129.250,00
14.422.0011	CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO	129.250,00		129.250,00
15	Urbanismo	968.815,27	2.954.000,00	3.922.815,27
15.451	Infra-Estrutura Urbana	130.315,27	2.600.000,00	2.730.315,27
15.451.0012	URBANIZAÇÃO DE VIAS	110.315,27	2.500.000,00	2.610.315,27
15.451.0008	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	20.000,00	100.000,00	120.000,00
15.452	Serviços Urbanos	838.500,00	354.000,00	1.192.500,00
15.452.0008	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	838.500,00	354.000,00	1.192.500,00
16	Habituação	30.000,00	100.000,00	130.000,00
16.482	Habituação Urbana	30.000,00	100.000,00	130.000,00
16.482.0016	HABITAÇÃO PARA TODOS	30.000,00	100.000,00	130.000,00
17	Saneamento	998.000,00	1.060.000,00	2.058.000,00
17.511	Saneamento Básico Rural	20.000,00	60.000,00	80.000,00
17.511.0006	SAÚDE PARA TODOS	20.000,00	60.000,00	80.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	978.000,00	1.000.000,00	1.978.000,00
17.512.0017	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS	931.000,00		931.000,00
17.512.0009	PREVENÇÃO DE DOENÇAS	47.000,00	1.000.000,00	1.047.000,00
19	Ciência e Tecnologia	65.750,00		65.750,00
19.573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	65.750,00		65.750,00
19.573.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	65.750,00		65.750,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/4

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
20	Agricultura	584.250,00	900.000,00	1.484.250,00
20.605	Abastecimento	180.000,00	900.000,00	1.080.000,00
20.605.0013	PEQUENO PRODUTOR RURAL	180.000,00	900.000,00	1.080.000,00
20.606	Extensão Rural	404.250,00		404.250,00
20.606.0013	PEQUENO PRODUTOR RURAL	404.250,00		404.250,00
22	Indústria			
22.661	Promoção Industrial	45.250,00	505.250,00	550.500,00
22.661.0015	INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO	35.250,00	105.250,00	140.500,00
22.662	Produção Industrial	35.250,00	105.250,00	140.500,00
22.662.0015	INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO	10.000,00	400.000,00	410.000,00
		10.000,00	400.000,00	410.000,00
23	Comércio e Serviços			
23.695	Turismo	101.300,00	170.000,00	271.300,00
23.695.0014	GRÃO-PARÁ TURISMO	101.300,00	170.000,00	271.300,00
26	Transporte			
26.782	Transporte Rodoviário	1.640.000,00	1.633.255,00	3.273.255,00
26.782.0010	ESTRADAS VICINAIS	1.640.000,00	1.633.255,00	3.273.255,00
27	Desporto e Lazer			
27.812	Desporto Comunitário	273.250,00	250.000,00	523.250,00
27.812.0005	ESPORTE É VIDA	273.250,00	250.000,00	523.250,00
28	Encargos Especiais			
28.843	Serviço da Dívida Interna	1.475.500,00	1.245,00	1.476.745,00
28.843.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	770.000,00		770.000,00
28.845	Outras Transferências	770.000,00		770.000,00
28.845.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	505.500,00	1.245,00	506.745,00
28.846	Outros Encargos Especiais	505.500,00	1.245,00	506.745,00
28.846.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	200.000,00		200.000,00
		200.000,00		200.000,00
99	Reserva de Contingência			
99.999	Reserva de Contingência			119.000,00
99.999.0017	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS			119.000,00
99.999.0018	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - GRÃO-PARÁ			19.000,00
				100.000,00
Total:		15.143.942,00	15.563.562,00	30.707.504,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/4

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	Transferências Concedidas à Câmara de Vereadores	3.491.700,00		3.491.700,00
	Transferências Concedidas ao Fundo Mun. de Saúde	653.000,00		653.000,00
		2.838.700,00		2.838.700,00
	Total:	3.491.700,00	0,00	3.491.700,00
	Total geral:	15.143.942,00	15.563.562,00	34.199.204,00

AMILTONASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Contador

DIONE HEINZEN
Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/20

Data: 22/12/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	390.000,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	1.439.175,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE PLAN.IND.COM. E DESENV.URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:					1.829.175,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/20

Data: 22/12/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE PLAN.IND.COM. E DESENV.URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.546.917,73
07.00 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	1.214.534,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		0,00	26.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.240.834,00	0,00	0,00	0,00	8.546.917,73

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/20

Data: 22/12/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE PLAN.IND.COM. E DESENV.URBANO		0,00	0,00	3.922.815,27	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	123.650,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO	0,00		0,00	0,00	0,00	1.047.000,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	0,00		129.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO	0,00		0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		123.650,00	129.250,00	3.922.815,27	130.000,00	1.047.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/20

Data: 22/12/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE PLAN.IND.COM. E DESENV.URBANO		0,00	0,00	0,00	550.500,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL		0,00	1.484.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		65.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	271.300,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		65.750,00	1.484.250,00	0,00	550.500,00	271.300,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/20

Data: 22/12/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.439.175,00
04.00 - SECRETARIA DE PLAN.IND.COM. E DESENV.URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.473.315,27
05.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.484.250,00
06.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.736.317,73
07.00 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	523.250,00	0,00	0,00	794.550,00
08.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.047.000,00
10.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		0,00	3.273.255,00	0,00	0,00	0,00	3.273.255,00
11.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	1.476.745,00	0,00	1.476.745,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.343.784,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.300,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:		0,00	3.273.255,00	523.250,00	1.476.745,00	100.000,00	24.714.692,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/20
Data: 22/12/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA		Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão								
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/20

Data: 22/12/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		0,00	0,00	0,00	4.269,812,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	4.269,812,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/20

Data: 22/12/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/20
Data: 22/12/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA							
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/20

Data: 22/12/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.349.812,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.349.812,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 11/20
Data: 22/12/2014

Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
13.00 - SAMAE GRAO PARA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 12/20
Data: 22/12/2014

Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
13.00 - SAMAE GRAO PARA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 13/20
Data: 22/12/2014

Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
13.00 - SAMAE GRAO PARA		0,00	0,00	0,00	0,00	931.000,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	931.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 14/20
Data: 22/12/2014

Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
13.00 - SAMAE GRAO PARA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 15/20
Data: 22/12/2014

Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
13.00 - SAMAE GRAO PARA		0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	950.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	950.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 16/20

Data: 22/12/2014

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - Órgão 01		693.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		693.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 17/20

Data: 22/12/2014

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - Órgão 01		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 18/20

Data: 22/12/2014

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA

Órgão		Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - Órgão 01			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 19/20

Data: 22/12/2014

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - Órgão 01		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 20/20

Data: 22/12/2014

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - Órgão 01		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	693.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	693.000,00
	Total geral:						30.707.504,00

AMILTONASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Contador

DIONE HEINZEN
Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/9

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2011	2012	2013		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ						
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	12.884.613,41	15.340.287,39	0,00	31.305.580,00	31.304.559,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	12.489.613,41	13.086.574,83	0,00	19.345.580,00	20.584.559,00
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	607.062,44	604.224,40	0,00	2.056.455,00	2.075.277,75
4.1.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	493.010,31	480.786,68	0,00	1.646.055,00	1.644.357,75
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	281.512,10	333.291,12	0,00	467.050,00	490.402,50
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	111.809,81	117.336,31	0,00	250.000,00	262.500,00
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	67.085,42	70.401,31	0,00	150.000,00	157.500,00
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	27.952,01	29.333,68	0,00	62.500,00	65.625,00
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	16.772,38	17.601,32	0,00	37.500,00	39.375,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	133.280,75	168.111,30	0,00	153.600,00	161.280,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	132.379,03	158.795,19	0,00	152.250,00	159.862,50
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho	79.428,40	95.277,73	0,00	91.350,00	95.917,50
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	33.094,40	39.698,45	0,00	38.062,50	39.965,63
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho	19.856,23	23.819,01	0,00	22.837,50	23.979,37
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	901,72	9.316,11	0,00	1.350,00	1.417,50
4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	541,02	5.589,64	0,00	810,00	850,50
4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	225,45	2.329,05	0,00	337,50	354,38
4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	135,25	1.397,42	0,00	202,50	212,62
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	36.421,54	47.843,51	0,00	63.450,00	66.622,50
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	21.852,63	28.705,86	0,00	38.070,00	39.973,50
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	9.105,11	11.960,65	0,00	15.862,50	16.655,63
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	5.463,80	7.177,00	0,00	9.517,50	9.993,37
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	211.498,21	147.495,56	0,00	1.179.005,00	1.153.955,25
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	211.498,21	147.495,56	0,00	1.179.005,00	1.153.955,25
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	126.897,76	88.496,00	0,00	1.179.005,00	1.153.955,25
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	707.403,00	692.373,15
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	294.751,25	288.488,81
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	176.850,75	173.093,29
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	52.874,43	36.873,91	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	31.726,02	22.125,65	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2.00.00.00.00.00	TAXAS	114.052,13	123.437,72	0,00	207.900,00	218.295,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	56.364,26	63.038,25	0,00	93.150,00	97.807,50
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	9.281,49	10.915,67	0,00	6.750,00	7.087,50
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P.Serviços	42.304,49	45.377,71	0,00	81.000,00	85.060,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	4.778,28	6.744,87	0,00	5.400,00	5.670,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	57.687,87	60.399,47	0,00	114.750,00	120.487,50
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	57.687,87	60.399,47	0,00	114.750,00	120.487,50
4.1.1.3.00.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	202.500,00	212.625,00
4.1.1.3.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	0,00	0,00	0,00	202.500,00	212.625,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	46.669,88	83.100,75	0,00	72.000,00	83.000,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00	0,00	72.000,00	83.000,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Public	0,00	0,00	0,00	72.000,00	83.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/9

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2011	2012	2013		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ						
4.1.2.3.0.0.00.00.00.00	Contribuição P/ Cust. do Serv. de Ilumin. Pública	46.669,88	83.100,75	0,00	0,00	0,00
4.1.2.3.1.00.00.00.00.00	Contribuição p/ Cust. do Serv. de Iluminação Públi	0,00	83.100,75	0,00	0,00	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	22.393,46	29.983,16	0,00	7.400,00	8.770,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	22.393,46	29.983,16	0,00	7.400,00	8.770,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	7.068,62	29.983,16	0,00	2.000,00	3.100,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	3.082,06	2.309,68	0,00	2.000,00	2.100,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	1.469,58	1.293,88	0,00	1.100,00	1.155,00
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FUNDEF 60%	1.612,48	1.015,80	0,00	900,00	945,00
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF 40%	2.306,17	1.092,83	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	0,00	817,21	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Sal. Edu.	0,00	275,62	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - T.E. Estado	0,00	322,66	0,00	0,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	634,26	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Remuneração Rec Piso Básico Fixo (PAIF- PBF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	1.046,13	26.257,99	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec.- Convênio-Estado	0,00	10.459,92	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec.- Convênio-União	0,00	15.798,07	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Recursos não Vinculados	15.324,84	0,00	0,00	5.400,00	5.670,00
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	15.324,84	0,00	0,00	2.700,00	2.835,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	0,00	0,00	0,00	2.700,00	2.835,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	320,19	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.4.5.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	320,19	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.698.437,09	12.280.879,38	0,00	16.991.700,00	18.188.585,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.510.967,04	11.962.231,09	0,00	16.551.700,00	17.594.835,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	5.498.584,99	5.656.671,31	0,00	8.188.450,00	8.778.422,50
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	4.999.033,23	5.139.151,74	0,00	7.431.750,00	7.803.337,50
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do FPM	4.992.324,67	5.132.975,94	0,00	7.425.000,00	7.796.250,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do FPM	3.026.490,16	3.112.522,42	0,00	4.455.000,00	4.677.750,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do FPM	1.248.081,21	1.283.244,02	0,00	1.856.250,00	1.949.062,50
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do FPM	717.753,30	737.209,50	0,00	1.113.750,00	1.169.437,50
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	6.708,56	6.175,80	0,00	6.750,00	7.087,50
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	4.025,09	3.705,45	0,00	4.050,00	4.252,50
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	1.677,18	1.543,97	0,00	1.687,50	1.771,88
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	1.006,29	926,38	0,00	1.012,50	1.063,12
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transf. da União	22.379,19	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	22.379,19	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	70.268,37	80.092,97	0,00	70.000,00	114.000,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Minerais	7.412,74	4.509,29	0,00	10.000,00	30.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	62.855,63	75.583,68	0,00	60.000,00	84.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	81.502,90	112.187,00	0,00	114.000,00	196.150,00
4.1.7.2.1.34.00.01.00.00	Transferências do FNAS - Apoio a Pessoa Idosa	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.02.00.00	Transf. do FNAS -Prog. Pessoa Port. de Deficiência	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.150,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/9

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2011	2012	2013		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ						
4.1.7.2.1.34.00.03.00.00	Transferências do FNAS - PETI	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.04.00.00	Transferência do FNAS - Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00
4.1.7.2.1.34.00.05.00.00	Transferências do FNAS - Piso Básico Fixo - PAIF	0,00	0,00	0,00	55.000,00	72.000,00
4.1.7.2.1.34.00.06.00.00	Transferências do FNAS - IGD-SUAS	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00
4.1.7.2.1.34.00.07.00.00	Transferências do FNAS - SCFV	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FNDE	303.906,18	302.191,00	0,00	381.000,00	463.650,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	162.860,32	185.353,39	0,00	220.000,00	231.000,00
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	961,50	0,00	0,00	1.000,00	1.050,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	49.609,18	35.560,00	0,00	81.000,00	118.650,00
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Creche	0,00	0,00	0,00	26.000,00	27.300,00
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Pré Escola	0,00	0,00	0,00	31.000,00	32.550,00
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Fundamental	0,00	0,00	0,00	11.000,00	11.550,00
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transferências do FNDE - PNAE - EJA	0,00	0,00	0,00	12.000,00	12.600,00
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transferências do FNDE - PNAE AEE	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.050,00
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	33.600,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	90.475,18	81.277,61	0,00	79.000,00	82.950,00
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transferências do FNDE - PNATE Infantil	0,00	0,00	0,00	9.000,00	9.450,00
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transferências do FNDE - PNATE Fundamental	0,00	0,00	0,00	50.000,00	52.500,00
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transferências do FNDE - PNATE Médio	0,00	0,00	0,00	20.000,00	21.000,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Outras Transf. do FNDE - Apoio a Creches	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	21.495,12	20.130,20	0,00	29.700,00	31.185,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	12.897,00	12.078,08	0,00	17.820,00	18.711,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	5.373,84	5.032,56	0,00	7.425,00	7.796,25
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	3.224,28	3.019,56	0,00	4.455,00	4.677,75
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	2.918,40	0,00	162.000,00	170.100,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	2.918,40	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Auxílio Financeiro aos Municípios.	0,00	0,00	0,00	162.000,00	170.100,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	4.699.071,35	4.838.759,55	0,00	6.483.250,00	6.842.412,50
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	4.501.063,55	4.655.727,64	0,00	6.483.250,00	6.807.412,50
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	3.947.141,91	4.076.539,06	0,00	5.670.000,00	5.953.500,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	2.368.284,89	2.444.635,60	0,00	3.402.000,00	3.572.100,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	986.785,73	1.020.744,43	0,00	1.417.500,00	1.488.375,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS	592.071,29	611.159,03	0,00	850.500,00	893.025,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do IPVA	450.267,46	501.838,16	0,00	715.500,00	751.275,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	270.160,06	301.102,58	0,00	429.300,00	450.765,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA	112.567,19	125.459,82	0,00	178.875,00	187.818,75
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA	67.540,21	75.275,76	0,00	107.325,00	112.691,25
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	76.365,60	63.014,23	0,00	87.750,00	92.137,50
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	45.819,27	37.808,46	0,00	52.650,00	55.282,50
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	19.091,47	15.753,62	0,00	21.937,50	23.034,38
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	11.454,86	9.452,15	0,00	13.162,50	13.820,62

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/9

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Anexado			Estimado	LOA
		2011	2012	2013		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ						
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da CIDE	27.288,58	14.336,19	0,00	10.000,00	10.500,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	198.007,80	183.031,91	0,00	0,00	35.000,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Receita p/Serviços de Transporte Escolar	198.007,80	183.031,91	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.51.00.00.00	Transferências do Estado para Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
4.1.7.2.2.99.51.01.00.00	Transf. Estado - SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecín	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
4.1.7.2.2.99.51.02.00.00	Transf. Estado - Benefícios Eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.313.310,70	1.466.800,23	0,00	1.880.000,00	1.974.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.313.310,70	1.466.800,23	0,00	1.880.000,00	1.974.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	787.986,47	1.089.805,49	0,00	1.410.000,00	1.480.500,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	525.324,23	376.994,74	0,00	470.000,00	493.500,00
4.1.7.3.00.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.1.7.3.05.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas ao FIA	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.1.7.3.05.01.01.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas ao FIA - Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.7.3.05.01.02.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas ao FIA - Demais Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.7.5.00.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.1.7.5.01.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.7.5.01.01.00.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA - Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.7.5.01.02.00.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA - Demais Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.7.6.00.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	187.470,05	318.648,29	0,00	440.000,00	573.750,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Dist.Fed. e suas Entid.	182.751,64	318.648,29	0,00	440.000,00	573.750,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin. Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	215.000,00	237.500,00
4.1.7.6.2.02.01.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados - Transporte Escolar Fundam.	0,00	0,00	0,00	150.000,00	157.500,00
4.1.7.6.2.02.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados - Transporte Escolar En Médio	0,00	0,00	0,00	65.000,00	80.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	182.751,64	318.648,29	0,00	225.000,00	336.250,00
4.1.7.6.2.99.04.00.00.00.00	Convênio SSP - Parte Polícia Militar	0,00	4.708,22	0,00	6.000,00	6.300,00
4.1.7.6.2.99.05.00.00.00.00	Convênio SSP - Parte Polícia Civil	4.718,40	4.708,22	0,00	6.000,00	6.300,00
4.1.7.6.2.99.06.00.00.00.00	Convênio SSP - Parte Município	5.081,50	5.070,58	0,00	8.000,00	8.400,00
4.1.7.6.2.99.07.00.00.00.00	Convênio Secretaria de Estado da Infra-Estrutura	0,00	304.161,27	0,00	200.000,00	210.000,00
4.1.7.6.2.99.99.00.00.00.00	Outros Convênios com Estado	172.951,74	0,00	0,00	5.000,00	105.250,00
4.1.7.6.3.00.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. dos Municípios e suas Entid.	4.718,41	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.3.99.00.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Municípios	4.718,41	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.00.00.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	114.730,35	88.387,14	0,00	218.025,00	228.926,25
4.1.9.1.00.00.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	15.947,11	16.424,12	0,00	112.725,00	118.361,25
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	156,10	2.636,49	0,00	4.050,00	4.252,50
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU	71,93	842,66	0,00	1.350,00	1.417,50
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	84,17	1.793,83	0,00	2.700,00	2.835,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	2.700,00	2.835,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	13.937,20	13.786,16	0,00	67.500,00	70.875,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	3.882,21	3.957,87	0,00	13.500,00	14.175,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	10.054,99	9.828,29	0,00	54.000,00	56.700,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	207,91	1,47	0,00	40.500,00	42.525,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	207,91	1,47	0,00	40.500,00	42.525,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/9

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2011	2012	2013		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ						
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	0,00	0,00	0,00	20.250,00	21.262,50
4.1.9.1.5.99.02.00.00.00	Parc - Out. M/J de Mora da Div At de Out. Receitas	0,00	0,00	0,00	20.250,00	21.262,50
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	1.645,90	0,00	0,00	675,00	708,75
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	1.645,90	0,00	0,00	675,00	708,75
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.915,00	88,53	0,00	1.350,00	1.417,50
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	9.915,00	88,53	0,00	1.350,00	1.417,50
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	9.915,00	88,53	0,00	1.350,00	1.417,50
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	80.451,80	45.151,86	0,00	49.950,00	52.447,50
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	80.451,80	45.151,86	0,00	40.500,00	42.525,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	21.358,37	18.978,54	0,00	40.500,00	42.525,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	12.814,48	11.386,63	0,00	24.300,00	25.515,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	5.339,17	4.744,12	0,00	10.125,00	10.631,25
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	3.204,72	2.847,79	0,00	6.075,00	6.378,75
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	59.093,43	26.173,32	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	0,00	0,00	0,00	9.450,00	9.922,50
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	0,00	0,00	0,00	9.450,00	9.922,50
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recsit - Princ	0,00	0,00	0,00	9.450,00	9.922,50
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	8.416,44	26.722,63	0,00	54.000,00	56.700,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	8.416,44	26.722,63	0,00	54.000,00	56.700,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	395.000,00	2.253.712,56	0,00	11.960.000,00	10.720.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	1.160.363,63	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	1.160.363,63	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	0,00	1.160.363,63	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	52.700,00	0,00	0,00	350.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	50.000,00	0,00	0,00	350.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	50.000,00	0,00	0,00	350.000,00
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	2.700,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Imóveis	0,00	2.700,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	395.000,00	1.040.648,93	0,00	10.260.000,00	8.670.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transf. dos Estados	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	325.000,00	1.040.648,93	0,00	10.260.000,00	8.670.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	325.000,00	726.845,75	0,00	7.430.000,00	6.360.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	3.400.000,00
4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Transf. Convênios da União - Programa Educação	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	3.400.000,00
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.1.03.01.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv. União Dest.Prog. Infra-Estrut. Transp	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	900.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	325.000,00	726.845,75	0,00	2.430.000,00	1.060.000,00
4.2.4.7.1.99.00.01.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	2.230.000,00	1.060.000,00
4.2.4.7.1.99.00.02.00.00	Transf. de Convênio da União - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/9

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2011	2012	2013		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ						
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	0,00	313.803,18	0,00	2.830.000,00	2.310.000,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest.Infra-Estrutura Tra	0,00	0,00	0,00	650.000,00	1.200.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00	313.803,18	0,00	1.980.000,00	1.110.000,00
4.2.4.7.2.99.00.01.00.00	Outras Transferências de Convênios com Estados	0,00	0,00	0,00	1.680.000,00	760.000,00
4.2.4.7.2.99.00.02.00.00	Transf. Convênio dos Estados - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	200.000,00	350.000,00
4.2.4.7.2.99.00.03.00.00	Transf. Conv. Estados - Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.852.939,19	-1.919.086,17	0,00	-2.912.540,00	-3.058.167,00
9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.852.939,19	-1.919.086,17	0,00	-2.912.540,00	-3.058.167,00
9.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	0,00	0,00	0,00	-50.000,00	-52.500,00
9.1.1.1.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	-50.000,00	-52.500,00
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	-50.000,00	-52.500,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	-50.000,00	-52.500,00
9.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	-30.000,00	-31.500,00
9.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	-12.500,00	-13.125,00
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	-7.500,00	-7.875,00
9.1.7.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.852.939,19	-1.919.086,17	0,00	-2.786.940,00	-2.926.287,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.852.939,19	-1.916.567,08	0,00	-2.786.940,00	-2.926.287,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Recelitas de Transferências da União	-961.667,29	-988.206,69	0,00	-1.492.290,00	-1.566.904,50
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Recelitas de Transferências da União	-957.368,29	-984.180,69	0,00	-1.486.350,00	-1.560.667,50
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-956.026,71	-982.945,61	0,00	-1.485.000,00	-1.559.250,00
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-573.615,98	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-239.006,74	-982.945,61	0,00	-1.485.000,00	-1.559.250,00
9.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-143.403,99	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ITR	-1.341,58	-1.235,08	0,00	-1.350,00	-1.417,50
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ITR	-804,93	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ITR	-335,42	-1.235,08	0,00	-1.350,00	-1.417,50
9.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ITR	-201,23	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEF - ICMS Deson - LC 87/96	-4.299,00	-4.026,00	0,00	-5.940,00	-6.237,00
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEF - ICMS Deson - LC 87/96	-2.579,40	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEF - ICMS Deson - LC 87/96	-1.074,72	-4.026,00	0,00	-5.940,00	-6.237,00
9.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEF - ICMS Deson - LC 87/96	-644,88	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-891.271,90	-928.360,39	0,00	-1.294.650,00	-1.359.382,50
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Recelitas de Transferências dos Estados	-891.271,90	-928.360,39	0,00	-1.294.650,00	-1.359.382,50
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-789.427,45	-815.306,83	0,00	-1.134.000,00	-1.190.700,00
9.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-473.656,05	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-197.357,14	-815.306,83	0,00	-1.134.000,00	-1.190.700,00
9.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-118.414,26	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPVA	-86.811,46	-100.450,75	0,00	-143.100,00	-150.255,00
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPVA	-52.086,48	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPVA	-21.703,11	-100.450,75	0,00	-143.100,00	-150.255,00
9.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPVA	-13.021,87	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/9

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2011	2012	2013		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ						
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-15.032,99	-12.602,81	0,00	-17.550,00	-18.427,50
9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-9.019,76	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-3.758,29	-12.602,81	0,00	-17.550,00	-18.427,50
9.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-2.254,94	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.6.0.0.0.0.0.0.00.00	Dedução de Transferência de Convênios	0,00	-2.519,09	0,00	0,00	0,00
9.1.7.6.2.0.0.0.0.0.00.00	Dedução de Transf. Conv. Estados Distr. Federal	0,00	-2.519,09	0,00	0,00	0,00
9.1.7.6.2.99.0.0.0.0.00.00	Dedução de Outras Transferências dos Estados	0,00	-2.519,09	0,00	0,00	0,00
9.1.7.6.2.99.07.00.00.00	Dedução Convênio Secr. Estado da Infra-Estrutura	0,00	-2.519,09	0,00	0,00	0,00
9.1.9.0.0.0.0.0.0.0.00.00	DEDUÇÃO OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	-75.600,00	-79.380,00
9.1.9.1.0.0.0.0.0.0.00.00	Renuncia Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	-75.600,00	-79.380,00
9.1.9.1.3.0.0.0.0.0.00.00	Renuncia Multas/Juros Divida Ativa de Tributos	0,00	0,00	0,00	-79.380,00	-79.380,00
9.1.9.1.3.11.0.0.0.0.00.00	Renuncia de Multas/Juros de Mora Divi. Ativ. s/PTU	0,00	0,00	0,00	-79.380,00	-79.380,00
9.1.9.1.3.99.0.0.0.0.00.00	Renuncia Multas/Juros Div.ATIV Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	-48.600,00	-51.030,00
9.1.9.1.5.0.0.0.0.0.00.00	Renuncia Multa/Juros Mora D.A. Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	-10.800,00	-11.340,00
9.1.9.1.5.99.0.0.0.0.00.00	Renuncia Multa/Juros Mora D.A. Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	-37.800,00	-39.690,00
9.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Ded Outras M/J Mora Div.ATIV Outras Rec -Principal	0,00	0,00	0,00	-27.000,00	-28.350,00
9.1.9.1.5.99.02.00.00.00	Ded Parc - Out. M/J de Mora da Div At de Out. Rec.	0,00	0,00	0,00	-27.000,00	-28.350,00
Total por entidade:		11.031.674,22	13.421.201,22	0,00	28.393.040,00	28.246.392,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA						
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00.00	RECEITAS	1.103.060,67	1.272.489,96	0,00	1.704.000,00	1.511.112,00
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	914.680,66	904.680,23	0,00	1.334.000,00	1.398.612,00
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	12.655,14	7.573,40	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	12.655,14	7.573,40	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.0.0.0.0.0.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	12.655,14	7.573,40	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	12.655,14	7.573,40	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec de Remun de Dep Banc de Rec Vinc - Fundo Saude	3.844,50	7.573,40	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - At. Média e Alta Compl	0,00	1.635,22	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Vigilância	0,00	508,04	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Estado	0,00	537,25	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - As Farm Bas	0,00	233,67	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - União	0,00	4.659,22	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc.Ações Serv Públicos Saúd	654,43	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	8.156,21	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	900.635,66	896.557,78	0,00	1.334.000,00	1.398.612,00
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	900.635,66	896.557,78	0,00	1.334.000,00	1.398.612,00
4.1.7.2.1.0.0.0.0.0.0.00	Transferências da União	748.297,20	896.557,78	0,00	1.194.000,00	1.251.612,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	748.297,20	896.557,78	0,00	1.194.000,00	1.251.612,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. de Rec. do SUS - Atenção Básica	612.910,75	763.036,25	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Programa Atenção de Média e Alta Complexidade	0,00	83.758,68	0,00	70.000,00	60.000,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf. de Rec. do SUS - Prog As Farmácia Básica	34.685,95	32.017,80	0,00	30.000,00	31.500,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Programa Assistência Farmacêutica Básica União	0,00	0,00	0,00	35.000,00	36.750,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Programa Teto Financ.Epidemiol. e Controle de Doen	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/9

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2011	2012	2013		
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA						
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. de Rec. do SUS -Prog. Vigilância Sanitária	21.120,88	17.745,05	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Outras Transferências do SUS	79.579,62	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	1.049.000,00	1.112.862,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	0,00	0,00	0,00	170.000,00	178.500,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	0,00	0,00	0,00	879.000,00	934.362,00
4.1.7.2.1.33.11.30.01.00	Saude da Família	0,00	0,00	0,00	265.000,00	278.250,00
4.1.7.2.1.33.11.30.02.00	Agentes Comunitários de Saúde	0,00	0,00	0,00	190.000,00	210.912,00
4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	Saude Bucal	0,00	0,00	0,00	84.000,00	88.200,00
4.1.7.2.1.33.11.30.05.00	Programa Saúde na Escola (PSE)	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00
4.1.7.2.1.33.11.30.06.00	Núcleo de Apoio a Família (NASF) - União	0,00	0,00	0,00	145.000,00	152.250,00
4.1.7.2.1.33.11.30.07.00	Atenção Básica - PMAQ	0,00	0,00	0,00	185.000,00	194.250,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	152.338,46	0,00	0,00	140.000,00	147.000,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	152.338,46	0,00	0,00	140.000,00	147.000,00
4.1.7.2.2.33.00.01.00.00	Transf. Estado - Nasf - Nucleo Apoio Saúde Família	0,00	0,00	0,00	30.000,00	31.500,00
4.1.7.2.2.33.00.02.00.00	Transf. Estado - Farmácia Básica	0,00	0,00	0,00	30.000,00	31.500,00
4.1.7.2.2.33.00.03.00.00	Transf. Estado - Co-Financiamento Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	80.000,00	84.000,00
4.1.9.0.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	973,86	549,05	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.0.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	973,86	549,05	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	973,86	549,05	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	973,86	549,05	0,00	0,00	0,00
4.2.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	188.796,01	367.809,73	0,00	370.000,00	112.500,00
4.2.2.0.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	50.000,00	0,00	80.000,00	52.500,00
4.2.2.1.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	50.000,00	0,00	80.000,00	52.500,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.1.6.00.00.00.00.00	Alien. de Bens Móveis Adquiridos c/ Recursos Vincul	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.1.6.02.00.00.00.00	Recursos do Fundo de Saúde	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	188.796,01	317.809,73	0,00	290.000,00	60.000,00
4.2.4.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	188.796,01	317.809,73	0,00	290.000,00	60.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	188.796,01	26.280,00	0,00	190.000,00	60.000,00
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	0,00	0,00	190.000,00	60.000,00
4.2.4.7.1.01.01.00.00.00	Transf. de Convênio para SUS	0,00	0,00	0,00	190.000,00	60.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	188.796,01	26.280,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	0,00	291.529,73	0,00	100.000,00	0,00
4.2.4.7.2.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio dos Estados para o SUS	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	0,00	291.529,73	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		1.103.060,67	1.272.489,96	0,00	1.704.000,00	1.511.112,00
Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	555.237,80	605.865,96	0,00	825.000,00	950.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	555.237,80	605.865,96	0,00	825.000,00	950.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	6.734,71	8.343,41	0,00	11.000,00	12.650,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	6.734,71	8.343,41	0,00	11.000,00	12.650,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	6.734,71	8.343,41	0,00	11.000,00	12.650,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/9

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2011	2012	2013		
Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA						
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	6.734,71	8.343,41	0,00	11.000,00	12.650,00
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	6.734,71	8.343,41	0,00	11.000,00	12.650,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	532.868,76	582.981,28	0,00	788.000,00	906.200,00
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	531.924,61	582.101,28	0,00	786.500,00	904.475,00
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Água Residencial	406.698,07	452.618,38	0,00	610.000,00	701.500,00
4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Água Industrial	12.648,33	18.495,51	0,00	25.000,00	28.750,00
4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos/Comercial	94.362,63	94.091,08	0,00	125.000,00	143.750,00
4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Ligação de Água	9.578,82	7.384,74	0,00	10.000,00	11.500,00
4.1.6.0.0.41.05.00.00.00	Expediente	631,90	526,30	0,00	1.500,00	1.725,00
4.1.6.0.0.41.09.00.00.00	Outras Receitas	8.004,86	8.985,27	0,00	15.000,00	17.250,00
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	7,88	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.42.02.00.00.00	Tarifa de Esgoto Industrial	7,88	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	936,27	880,00	0,00	1.500,00	1.725,00
4.1.6.0.0.48.01.00.00.00	Tarifa de Religação de Água	936,27	880,00	0,00	1.500,00	1.725,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.634,33	14.541,27	0,00	26.000,00	31.150,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	5.996,61	6.268,20	0,00	10.000,00	11.500,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	5.996,61	6.268,20	0,00	10.000,00	11.500,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	5.996,61	6.268,20	0,00	10.000,00	11.500,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.637,72	8.273,07	0,00	16.000,00	19.650,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	9.637,72	8.273,07	0,00	16.000,00	19.650,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	9.637,72	8.273,07	0,00	16.000,00	19.650,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tributária de Outras Receitas - P	9.637,72	8.273,07	0,00	16.000,00	19.650,00
Total por entidade:		555.237,80	605.865,96	0,00	825.000,00	950.000,00
Total geral:		12.689.972,69	15.299.557,14	0,00	30.922.040,00	30.707.504,00

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Contador

DIONE HEINZEN
Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015**

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/2

Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2011	2012	2013	2014	2015
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	7.780.416,90	8.865.918,17	0,00	10.767.313,20	11.708.677,25
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.222.154,52	4.922.807,20	0,00	6.200.070,00	6.748.384,73
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	830,42	5.488,56	0,00	21.070,00	27.067,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	4.221.324,10	4.917.318,64	0,00	6.179.000,00	6.721.317,73
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.386,07	56.201,16	0,00	52.000,00	20.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	12.386,07	56.201,16	0,00	52.000,00	20.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.545.876,31	3.886.909,81	0,00	4.515.243,20	4.940.292,52
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	112.168,80	50.890,40	0,00	208.000,00	263.150,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	15.847,60	10.634,17	0,00	15.243,20	14.917,52
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.417.859,91	3.825.385,24	0,00	4.292.000,00	4.648.685,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	0,00	0,00	3.540,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.051.023,84	3.203.997,13	0,00	14.295.726,80	12.906.014,75
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	927.372,29	2.952.523,14	0,00	13.174.726,80	12.006.014,75
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.428,67	14.707,92	0,00	9.326,80	10.149,48
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	921.943,62	2.937.815,22	0,00	13.165.400,00	11.995.865,27
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	123.651,55	251.473,99	0,00	1.121.000,00	900.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	123.651,55	251.473,99	0,00	1.121.000,00	900.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
Total por entidade:		8.831.440,74	12.069.915,30	0,00	25.163.040,00	24.714.692,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.515.210,65	2.630.184,10	0,00	3.794.000,00	4.086.312,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.571.652,56	1.668.324,44	0,00	2.240.000,00	2.368.662,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	2.236,19	1.920,00	0,00	0,00	2.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.569.416,37	1.666.404,44	0,00	2.240.000,00	2.366.662,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	943.558,09	961.859,66	0,00	1.554.000,00	1.717.650,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	80.802,30	112.492,04	0,00	166.000,00	181.700,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	30.787,11	38.965,00	0,00	50.000,00	72.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	831.968,68	810.402,62	0,00	1.338.000,00	1.463.950,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	351.455,53	182.767,85	0,00	480.000,00	263.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	275.678,46	182.767,85	0,00	480.000,00	263.500,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	41,70	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	275.636,76	182.767,85	0,00	480.000,00	262.500,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	75.777,07	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Realização da despesa por Empenho

Página: 2/2
Data: 22/12/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2011	2012	2013		
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA						
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	75.777,07	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		2.866.666,18	2.812.951,95	0,00	4.274.000,00	4.349.812,00
Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	463.887,46	532.321,03	0,00	696.164,55	818.391,04
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	252.166,24	308.749,58	0,00	394.160,43	476.496,75
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	4.526,13	4.986,03	0,00	5.470,11	6.017,12
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	247.640,11	303.763,55	0,00	388.690,32	470.479,63
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	211.721,22	223.571,45	0,00	302.004,12	341.894,29
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	4.526,15	4.986,04	0,00	5.470,10	6.017,12
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	207.195,07	218.585,41	0,00	296.534,02	335.877,17
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	28.444,00	48.918,81	0,00	112.335,45	112.608,96
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	28.444,00	48.918,81	0,00	112.335,45	112.608,96
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	2.263,07	2.493,01	0,00	2.735,05	3.008,56
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	26.180,93	46.425,80	0,00	109.600,40	109.600,40
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	16.500,00	19.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	16.500,00	19.000,00
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de Contingencia	0,00	0,00	0,00	16.500,00	19.000,00
Total por entidade:		492.331,46	581.239,84	0,00	825.000,00	950.000,00
Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	428.831,35	464.912,30	0,00	560.000,00	660.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	386.660,58	419.794,93	0,00	480.000,00	580.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	386.660,58	419.794,93	0,00	480.000,00	580.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.170,77	45.117,37	0,00	80.000,00	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	42.170,77	45.117,37	0,00	80.000,00	80.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	4.115,00	6.049,00	0,00	100.000,00	33.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	4.115,00	6.049,00	0,00	100.000,00	33.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.115,00	6.049,00	0,00	100.000,00	33.000,00
Total por entidade:		432.946,35	470.961,30	0,00	660.000,00	693.000,00
Total geral:		12.623.384,73	15.935.068,39	0,00	30.922.040,00	30.707.504,00

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Contador

DIONE HEINZEN
Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

Página: 1/4
 Data: 22/12/2014

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	31.304.559,00	04 - Administração	1.829.175,00
41 - RECEITAS CORRENTES	20.584.559,00	08 - Assistência Social	1.240.834,00
42 - RECEITAS DE CAPITAL	10.720.000,00	12 - Educação	8.546.917,73
9 - DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.058.167,00	13 - Cultura	123.650,00
91 - DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.058.167,00	14 - Direitos da Cidadania	129.250,00
		15 - Urbanismo	3.922.815,27
		16 - Habitação	130.000,00
		17 - Saneamento	1.047.000,00
		19 - Ciência e Tecnologia	65.750,00
		20 - Agricultura	1.484.250,00
		22 - Indústria	550.500,00
		23 - Comércio e Serviços	271.300,00
		26 - Transporte	3.273.255,00
		27 - Desporto e Lazer	523.250,00
		28 - Encargos Especiais	1.476.745,00
		99 - Reserva de Contingência	100.000,00
Subtotal:	28.246.392,00	Subtotal:	24.714.692,00
Transferências Financeiras Recebidas	3.531.700,00	Transferências Financeiras Concedidas	3.491.700,00
Total:	31.778.092,00	Total:	28.206.392,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Página: 2/4

Data: 22/12/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	1.511.112,00	10 - Saúde	4.269.812,00
41 - RECEITAS CORRENTES	1.398.612,00	17 - Saneamento	80.000,00
42 - RECEITAS DE CAPITAL	112.500,00		
Subtotal:	1.511.112,00	Subtotal:	4.349.812,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	1.511.112,00	Total:	4.349.812,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Página: 3/4

Data: 22/12/2014

Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	950.000,00	17 - Saneamento	931.000,00
41 - RECEITAS CORRENTES	950.000,00	99 - Reserva de Contingência	19.000,00
Subtotal:	950.000,00	Subtotal:	950.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	950.000,00	Total:	950.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Página: 4/4

Data: 22/12/2014

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA

Receitas	Valor	Despesas	Valor
		01 - Legislativa	693.000,00
Subtotal:	0,00	Subtotal:	693.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	0,00	Total:	693.000,00

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Contador

DIONE HEINZEN
Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 1/4

Data: 22/12/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
GABINETE DO PREFEITO	385.000,00	5.000,00	390.000,00
GABINETE DO PREFEITO	385.000,00	5.000,00	390.000,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	1.412.925,00	26.250,00	1.439.175,00
DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO	960.925,00	15.750,00	976.675,00
DEPARTAMENTO DA FAZENDA	452.000,00	10.500,00	462.500,00
SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	1.043.050,00	3.430.265,27	4.473.315,27
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	130.000,00	420.500,00	550.500,00
DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	913.050,00	3.009.765,27	3.922.815,27
SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL	393.750,00	1.090.500,00	1.484.250,00
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOL. RURAL	393.750,00	1.090.500,00	1.484.250,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	4.792.317,73	3.944.000,00	8.736.317,73
DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	4.792.317,73	3.944.000,00	8.736.317,73
SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO	268.250,00	526.300,00	794.550,00
DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO	268.250,00	526.300,00	794.550,00
SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO	6.000,00	1.041.000,00	1.047.000,00
DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO	6.000,00	1.041.000,00	1.047.000,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS	1.923.255,00	1.350.000,00	3.273.255,00
DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS	1.923.255,00	1.350.000,00	3.273.255,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	576.745,00	900.000,00	1.476.745,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	576.745,00	900.000,00	1.476.745,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	882.134,52	461.649,48	1.343.784,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	124.000,00	5.250,00	129.250,00
DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	666.000,00	446.250,00	1.112.250,00
DEPARTAMENTO DA PROT. SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	37.150,00	0,00	37.150,00
DEPARTAMENTO DA PROT.ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	54.984,52	10.149,48	65.134,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA	25.250,00	1.050,00	26.300,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA	25.250,00	1.050,00	26.300,00
FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO	0,00	130.000,00	130.000,00
MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO	0,00	130.000,00	130.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			100.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			100.000,00
Órgão e Especificação da Transferência			Total
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA			3.491.700,00
Transferências Concedidas à Câmara de Vereadores			653.000,00
Transferências Concedidas ao Fundo Mun. de Saúde			2.838.700,00
Total por entidade:	11.708.677,25	12.906.014,75	28.206.392,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 2/4

Data: 22/12/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS	4.086.312,00	263.500,00	4.349.812,00
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS	0,00	182.500,00	182.500,00
DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	3.298.812,00	69.750,00	3.368.562,00
DEP ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA COMP AMB E HOSPITALAR	334.000,00	1.000,00	335.000,00
DEPARTAMENTO DA VIGILANCIA EM SAUDE	112.750,00	10.250,00	123.000,00
DEPARTAMENTO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	330.750,00	0,00	330.750,00
DEPARTAMENTO DA GESTÃO DO SUS	10.000,00	0,00	10.000,00
Total por entidade:	4.086.312,00	263.500,00	4.349.812,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 3/4

Data: 22/12/2014

Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
SAMAE GRAO PARA	818.391,04	112.608,96	950.000,00
SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO	818.391,04	112.608,96	931.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA			19.000,00
Total por entidade:	818.391,04	112.608,96	950.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 4/4

Data: 22/12/2014

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Órgão 01	660.000,00	33.000,00	693.000,00
CÂMARA MUNICIPAL	660.000,00	33.000,00	693.000,00
Total por entidade:	660.000,00	33.000,00	693.000,00
Total Geral:	17.273.380,29	13.315.123,71	34.199.204,00

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Contador

DIONE HEINZEN
Secretário da Adm e Fazenda

Guaramirim**PREFEITURA****LEI 4187/2014**

LEI Nº. 4187/2014

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, visando à manutenção do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAESP) e Centro de Equoterapia Walter Adam (CEWA).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1100/1987, de 14 de agosto de 1987.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o artigo 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá subvenção social no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) mensais, de janeiro até dezembro de 2015, visando à manutenção do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAESP) e Centro de Equoterapia Walter Adam (CEWA).

Art. 3º. A prestação de contas deverá ser apresentada à Controladoria-Geral do Município de Guaramirim até 30 (trinta) dias após o repasse.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de dezembro de 2014.

Lauro Frohlich
Prefeito Municipal

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul**PREFEITURA****EXTRATO DE TERMO ADITIVO - FMS 01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 21/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 07/2014 - CONVITE Nº. 01/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: EDITORA JORNALISTICA CATARINENSE LTDA EPP

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato de Divulgação e Publicação em jornal, de 01 de janeiro de 2015 até 31 dezembro de 2015.

VALOR ANUAL R\$ 21.600,00

Guarujá do Sul, SC, 23 de dezembro de 2014.

Vera Lurdes Segat,
Gestora do FMS.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF 01

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 30/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 14/2014 - CONVITE Nº. 05/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL.

CONTRATADO: QUARK ENGENHARIA LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato de Serviço para manutenção da iluminação publica de 01 de janeiro de 2015 até 30 de abril de 2015.

VALOR TOTAL R\$ 14.512,50

Guarujá do Sul, SC, 23 de dezembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 28/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 13/2014 - CONVITE Nº. 04/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL.

CONTRATADO: QUARK ENGENHARIA LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato de material para manutenção da iluminação publica de 01 de janeiro de 2015 até 30 de abril de 2015.

VALOR TOTAL R\$ 6.265,50

Guarujá do Sul, SC, 23 de dezembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

LEI Nº 3083/2014

LEI Nº 3083/2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER A REVISÃO GERAL ANUAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, PREFEITO E VICE-PREFEITO E DEMAIS AGENTES POLÍTICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a Revisão Geral Anual, aos vencimentos e subsídios dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, às funções e cargos de confiança, às funções gratificadas, Conselheiros Tutelares e ao auxílio pecuniário educacional, bem como ao Prefeito, Vice-prefeito e Agentes Políticos com fulcro no art. 37, inciso X da Constituição Federal c/c art. 1º da Lei Municipal nr. 2.766/2009, no percentual de 3,00% (três por cento).

Parágrafo único. O salário mínimo municipal será aquele fixado pelo governo federal para o exercício de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias e funções programáticas do orçamento para o exercício de 2015.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 23 de dezembro 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

PORTARIA Nº 1391/2014

PORTARIA Nº 1391/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora ELISA CARMEN RIBEIRO DOS SANTOS (Matr. 3895), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1392/2014

PORTARIA Nº 1392/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, o Servidor WELLINGTON LUIS ALESSI (Matr. 3646), a contar de 22 de dezembro de 2014, o qual exerce a função de Médico, Nível - 14 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1393/2014

PORTARIA Nº 1393/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor DIEGO DE BARROS (Matr. 3092), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A" com carga horária de (40) quarenta horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de fevereiro de 2012 e 31 de janeiro de 2013, para serem gozadas a contar de 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1394/2014

PORTARIA Nº 1394/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor LUIZ DE OLIVEIRA (Matr. 709), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Referência "E", 40

horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 22 de dezembro de 2014 a 02 de janeiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1395/2014

PORTARIA Nº 1395/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 22 de dezembro de 2014, da Servidora JIANA GLÁUCIA CELLA (Matr. 3086), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1396/2014

PORTARIA Nº 1396/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 22 de dezembro de 2014, da servidora QUENIA BRINCKMANN (Matr. 2897), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Assistência Social, Nível - Agente Político, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 072/2014

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval D' Oeste"
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Credenciante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Empresa: "Keilla Karloh"

CNPJ/MF Nº 05.830.705/0001-50

Endereço: Rua Santos Dumont, nº 658, Terreo
Credenciada

TERMO ADITIVO Nº 072/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Pelo presente instrumento, o "Fundo Municipal de Saúde", pessoa jurídica de direito público, CNPJ 17.799.033/0001-46 com sede na Rua Nereu Ramos, 389 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado Credenciante, e de outro lado a Empresa Keilla Karloh, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.830.705/0001-50 estabelecida na Rua Santos Dumont, Nº 658, Centro, no Município de Herval D' Oeste, neste ato representada pela Sra. Keilla Karloh, CPF nº 007.652.759-02, doravante denominada credenciada, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 e o Edital de Credenciamento nº 001/2011 e Anexos, Processo Licitatório Nº 0066/2012, Inexigibilidade de Licitação Nº 011/2012.

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do termo de credenciamento nº 010/2012 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do termo de credenciamento acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Keilla Karloh

Prefeito Administradora

CPF: 501.589.459-72 CPF: 007.652.759-02

Contratante Contratada

Testemunhas:		
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87		Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 073/2014

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Unidade Gestora: "Fundo Municipal de Assistência Social"
CNPJ/MF nº 12.816.323/0001-37
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Locatário

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Empresa: "Comércio e Transportes Giusti Ltda"
CPF/MF nº 83.414.342/0001-85
Rua Santos Dumont nº 1268 - Bairro São Vicente
Locador

TERMO ADITIVO Nº 073/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Pelo presente instrumento, o "Fundo Municipal de Assistência de Herval d'Oeste" pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua José Bonifácio nº 699 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 12.816.323/0001-37, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, e de outro lado a empresa Comércio e Transportes Giusti Ltda, inscrita no CNPJ/MF nº 83.414.342/0001-85, neste ato representada pelo Senhor Jules Leônidas Giusti, inscrito no CPF/MF nº 799.982.409-72, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo, conforme Processo Licitatório nº 0057/2010, Dispensa de Licitação nº 0019/2010 e de acordo com o que determina a Lei Federal nº 8.666/93, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 0029/2010 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do termo de credenciamento acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Locatário	Jules Leônidas Giusti Administrador CPF: 007.652.759-02 Locador
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 074/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: "ONSEG SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - ME".
CNPJ/MF Nº 01.813.084/0001-45
Rua Getúlio Vargas, nº 297, Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 074/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ONSSEG SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - ME, estabelecida na Rua Getúlio Vargas, nº 297, Centro, Município de Joaçaba - SC, CNPJ/MF nº 01.813.084/0002-45, neste ato representado por seu sócio administrador Marcos Antonio Zanardo, inscrito no CPF nº 780.543.209-06, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Processo Licitatório nº 053/2010, Dispensa de Licitação nº 018/2010, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 0022/2010 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani CPF: 501.589.459-72 Prefeito Municipal Contratante	Marcos Antonio Zanardo CPF: 780.543.209-06 Sócio Administrador Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 075/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: "ONSEG SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - ME"
CNPJ/MF Nº 01.813.084/0001-45
Rua Getúlio Vargas, nº 297, Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 075/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ONSEG SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - ME estabelecida na Rua Getúlio Vargas, nº 297, Centro, Município de Joaçaba - SC, CNPJ/MF nº 01.813.084/0002-45, neste ato representado por seu sócio administrador Marcos Antonio Zanardo, inscrito no CPF nº 780.543.209-06, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Processo Licitatório nº 090/2010, Dispensa de Licitação nº 027/2010, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 0042/2010 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani CPF: 501.589.459-72 Prefeito Municipal Contratante	Marcos Antonio Zanardo CPF: 780.543.209-06 Sócio Administrador Contratada
-----------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------

Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 076/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: L.G.C.R CompServ Componentes e Serviços Ltda Me.
CNPJ/MF Nº 02.266.855/0001-94
Rua Felipe Schmidt, nº 39
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 076/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa L.G.C.R CompServ Componentes e Serviços Ltda Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 02.266.855/0001-94, estabelecida na Rua Felipe Schmidt, nº 39, Bairro Centro, na Cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Marcos Smiderle, brasileiro, portador CPF nº 016.073.979-94, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Convite nº 007/2014, Processo Licitatório nº 0081/2014, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 059/2014 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Marcos Smiderle Sócio Administrador CPF: 016.073.979-94 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 077/2014

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Empresa: Rádio Líder Do Vale Ltda
CNPJ/MF nº 83.513.010/0001-58
Endereço Rua Santos Dumont, nº 204 - Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 077/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à Rua Nereu Ramos nº 389, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Nelson Guindani, brasileiro, casado, residente no Município de Herval d'Oeste, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa Rádio Líder Do Vale Ltda, com sede administrativa na Rua Santos Dumont, nº 204 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.513.010/0001-58, neste ato representada pelo Sr. Gilberto Theodoro da Silva, Procurador, portador da C.I. nº 939.345 e CPF nº 400.951.349-72, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba., doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº 024/2013, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Pregão Presencial nº 010/2013 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 024/2013, de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Gilberto Theodoro Da Silva Procurador CPF: 400.951.349-72 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 078/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Empresa: Auto viação herval Ltda - me
CNPJ/MF Nº 02.935.521/0001-66
Endereço: Av. Beira Rio, nº 507
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 078/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
O MUNICÍPIO de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", pessoa Jurídica de Direito Público, doravante denominada de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, estabelecida a Rua Nereu Ramos, 389, Centro, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 501.589.459-72 e, de outro lado, a Empresa Auto Viação Herval Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 03.580.955/0001-53, estabelecida na Av. Beira Rio, nº 507, Sala 02, Térreo, na Cidade de Herval d'Oeste - SC, neste ato, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº 033/2013, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Pregão Presencial nº 007/2013 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 033/2013, de 01/01/2015 até 30/04/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Vitor Olivo Sócio Administrador CPF: 758.503.389-34 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 079/2014

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d' Oeste
Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste"
CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
Município de Joaçaba
Empresa: "LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME"
CNPJ/MF nº 07.336.749/0001-53
Endereço: Rua Doze de Maio nº 152 sala 02 - Vila Alemanha
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 079/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à Rua Nereu Ramos nº 389, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Nelson Guindani, brasileiro, casado, residente no Município de Herval d' Oeste, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa Luzerna Instalações Elétricas Ltda Me, com sede administrativa na Rua Doze de Maio nº 152 sala 02 - Vila Alemanha - Luzerna-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.336.749/0001-53, neste ato representado por seu Sócio, senhor Aurélio Brustolin, brasileiro, portadora do CPF Nº 250.963.899-87 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 Processo Licitatório nº 072/2011 - Tomada de Preços nº 004/2011 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 045/2011, de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Aurélio Brustolin Sócio Administrador CPF: 250.963.899-87 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 080/2014

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d' Oeste
Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste"
CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
Município de Joaçaba
Empresa: "Rádio Catarinense Ltda - EPP"
CNPJ/MF nº 84.587.302/0001-06
Endereço: Av. XV de Novembro, nº 608 - Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 080/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à Rua Nereu Ramos nº 389, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Nelson Guindani, brasileiro, casado, residente no Município de Herval d' Oeste, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa Rádio Catarinense Ltda EPP, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, nº 608 - Centro, na cidade de Joaçaba, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.587.302/0001-06, neste ato representada pelo Sr. Rodrigo Linneu Bonato, Sócio Administrador, portador da C.I. nº 467.952 e CPF nº 560.863.349-00, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba., doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº 025/2013, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Pregão Presencial nº 010/2013 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 025/2013, de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Rodrigo Linneu Bonato Sócio Administrador CPF: 560.863.349-00 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 081/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Nome da empresa: "Transportes Coletivos Sarandi Ltda".
CNPJ/MF Nº 00.793.233/0001-99
Endereço: AV. Beira Rio, Nº 539, Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº081/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Transportes Coletivos Sarandi Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 00.793.233/0001-99, estabelecida a Av. Beira Rio, Nº 539, Centro, na Cidade de Herval D' Oeste, SC, neste ato, denominado simplesmente de CONTRATADA, representado pelo Senhor Roberto Zarpelon, inscrito no CPF nº 023.018.849-45, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 Processo Licitatório nº 0074/2012 - Pregão nº 018/2012 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 033/2012, de 01/01/2015 até 30/04/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Roberto Zarpelon Sócio Administrador CPF: 023.018.849-45 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 082/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Empresa: transportes coletivos zarpelon ltda
CNPJ/MF Nº 09.439.166/0001-83
Endereço: Av. Beira Rio, nº 539
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 082/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
O MUNICÍPIO de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", pessoa Jurídica de Direito Público, doravante denominada de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, estabelecida a Rua Nereu Ramos, 389, Centro, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 501.589.459-72 e, de outro lado, a Empresa "Transportes Coletivos Zarpelon Ltda", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 09.439.166/0001-83, estabelecida na Av. Beira Rio, nº 539, Sala 02, na Cidade de Herval d'Oeste - SC, neste ato, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº034/2013, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Pregão Presencial nº 007/2013 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 034/2013, de 01/01/2015 até 30/04/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.
Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Irai Zarpelon Sócio Administrador CPF: 949.434.519-34 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 083/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidades Gestora: Prefeitura Municipal de Herval D' Oeste
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Empresa: "TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA"
CNPJ/MF Nº 72.332.778/0001-09
Endereço: Av. 7 de setembro, Nº 211, Sala 106.
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 084/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa T.O.S Obras e Serviços Ambientais Ltda. estabelecida na Av. 7 de setembro, Nº 211, Sala 106, inscrita no CNPJ sob nº 72.332.778/0001-09, neste ato representado por sua Sócia, Senhora Juleide Inês D'Agostini, brasileira, casada, portadora do CPF nº 589.785.859-49 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº 024/2012, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Tomada de Preço Nº. 07/2012 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 024/2012, de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.
Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Juleide Inês D'Agostini Administradora CPF: 437.061.009-59 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 084/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidades Gestora: Prefeitura Municipal de Herval D' Oeste
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Empresa: "TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA"
CNPJ/MF Nº 72.332.778/0001-09
Endereço: Av. 7 de setembro, Nº 211, Sala 106.
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 084/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa T.O.S Obras e Serviços Ambientais Ltda. estabelecida na Av. 7 de setembro, Nº 211, Sala 106, inscrita no CNPJ sob nº 72.332.778/0001-09, neste ato representado por sua Sócia, Senhora Juleide Inês D'Agostini, brasileira, casada, portadora do CPF nº 589.785.859-49 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº 024/2012, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Tomada de Preço Nº. 07/2012 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 024/2012, de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.
Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Juleide Inês D'Agostini Administradora CPF: 437.061.009-59 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 086/2014

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval D' Oeste"
 CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46
 Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
 Credenciante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Empresa: Farmasind Ltda - Me
 CNPJ/MF Nº 03.390.207/0001-08
 Endereço: Rua Nereu Ramos, nº 287
 Credenciada

TERMO ADITIVO Nº 086/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 17.799.033/0001-46 com sede na Rua Nereu Ramos, 389 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado Credenciante, e de outro lado a Empresa Farmasind Ltda - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.390.207/0001-08 estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 287, Bairro Centro no Município de Herval d' Oeste, neste ato representada pelo Sr. Luiz De Andrade, portador da Carteira do CPF nº 163.616.879-53, doravante denominada credenciada, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 e o Edital de Credenciamento nº 001/2011 e Anexos, Processo Licitatório Nº 0065/2013, Inexigibilidade de Licitação Nº 003/2013.

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do termo de credenciamento nº 001/2013 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do termo de credenciamento acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Ivone Esquina Luiz de Andrade

Secretaria Municipal de Saúde Sócio Administrador

CPF: 814.267.479-34 CPF: 163.616.879-53

Pelo Município Contratada

Testemunhas:		
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87		Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 088/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Herval D' Oeste

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval D' Oeste
 CNPJ/MF nº 17.799.033/0001-46
 Rua Nereu Ramos nº 389
 Credenciante

Estado de Santa Catarina

Município de Herval D' Oeste

Empresa: Farmácias Bebbber Ltda
 CNPJ/MF: 08.117.838/0001-71
 Rua Santos Dumont' nº 431 Centro
 Credenciado

TERMO ADITIVO Nº 088/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 17.799.033/0001-46 com sede na Rua Nereu Ramos, 389 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado Credenciante, e de outro lado a empresa Farmácias Bebbber Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.117.838/0001-71 com sede na Rua Santos Dumont' nº 431, neste ato representada pela Sra. Sheila Maris Bebbber, residente e domiciliada na cidade de Herval d' Oeste, SC, inscrita no CPF sob nº 042.899.729-50, doravante denominada Credenciada, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 Processo de Credenciamento nº 0002/2010, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do termo de credenciamento nº 003/2010 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Sheila Maris Beber

Prefeito Sócia Administradora

CPF: 501.589.459-72 CPF: 042.899.729-50

Contratante Contratada

Testemunhas:		
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87		Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 089/2014

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste
CNPJ/MF nº. 17.799.033/0001-46
Rua Nereu Ramos nº. 389
Credenciante

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Empresa: Farmácia Herval Ltda.
CNPJ/MF nº. 75.492.173/0001-73
Rua Santa Catarina nº. 36 - Centro
Credenciado

TERMO ADITIVO Nº 089/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Pelo presente instrumento, a Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 17.799.033/0001-46 com sede na Rua Nereu Ramos, 389 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado Credenciante, e de outro lado a empresa Farmácia Herval Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 75.492.173/0001-73, situada na Rua Santa Catarina, nº. 36. Neste ato representada pelo Sr. Sergio de Giacometti residente e domiciliado em Herval d'Oeste, inscrito no CPF sob nº 384.203929-87, doravante denominada Credenciada, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 Processo de Credenciamento nº 0002/2010, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do termo de credenciamento nº 001/2011 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do termo de credenciamento acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.
Nelson Guindani Sérgio de Giacometti
Prefeito Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72 CPF nº. 384.203929-87
Contratante Contratada

Testemunhas:		
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87		Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 090/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: ONSER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.
CNPJ/MF Nº 83.411.025/0001-05
Rua Martinho Lutero, 322 Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 090/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Limger Sistemas de Segurança Ltda. estabelecida na Rua Martinho Lutero, 322 - Centro, município de Joaçaba - SC, CNPJ/MF nº 83.411.025/0001-05, neste ato representado por seu sócio administrador Marcos Antonio Zanardo, inscrito no CPF nº 780.543.209-06, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Processo Licitatório nº 031/2014, Dispensa de Licitação nº 008/2014, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 026/2014 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani CPF: 501.589.459-72 Prefeito Municipal Contratante	Marcos Antonio Zanardo CPF: 780.543.209-06 Sócio Administrador Contratada
-----------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------

Testemunhas:		
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87		Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 091/2014

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes
Empresa: RI Soluções em Planejamento e Desenvolvimento Regional Ltda - Me.
CNPJ/MF nº 12.665.060/0001-02
Endereço: Av. São João, nº 580
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 091/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à Rua Nereu Ramos nº 389, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Nelson Guindani, brasileiro, casado, residente no Município de Herval d'Oeste, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa RI Soluções em Planejamento e Desenvolvimento Regional Ltda - Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 12.665.060/0001-02, estabelecida a Av. São João, Nº 580, Sala 201, na Cidade de Faxinal dos Guedes, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº 039/2014, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Convite nº 001/2014 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 039/2014, de 01/01/2015 até 07/07/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Rafael Bender Sócio Administrador CPF: 009.584.779-06 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 092/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: L.G.C.R CompServ Componentes e Serviços Ltda Me.
CNPJ/MF Nº 02.266.855/0001-94
Rua Felipe Schmidt, nº 39
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 092/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa L.G.C.R CompServ Componentes e Serviços Ltda Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 02.266.855/0001-94, estabelecida na Rua Felipe Schmidt, nº 39, Bairro Centro, na Cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Marcos Smiderle, brasileiro, portador CPF nº 016.073.979-94, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Convite nº 002/2014, Processo Licitatório nº 0042/2014, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 042/2014 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Marcos Smiderle Sócio Administrador CPF: 016.073.979-94 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 093/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: Mecanica Spier Ltda Me
CNPJ/MF Nº 82.704.735/0001-20
Endereço: Rua Fritz Lucht, nº 05
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 093/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Pelo presente instrumento de contrato, O Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Mecanica Spier Ltda Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.704.735/0001-20, estabelecida na Rua Fritz Lucht, nº 05, Vila Pedrini, Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Varmo Spier, brasileiro, portador CPF nº 094.211.069-20, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2014, instaurado através do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 047/2014 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Varmo Spier Sócio Administrador CPF: 094.211.069-20 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 094/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
CNPJ/MF 81.389.025/0001-20
Empresa: Lavadiske Automatic Ltda -Me
Endereço: Rua Domingos Machado De Lima, nº 84
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 094/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Pelo presente instrumento de contrato, O Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Lavadiske Automatic Ltda -Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 81.389.025/0001-20, estabelecida na Rua Domingos Machado De Lima, nº 84, Centro, Concórdia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhora Vivian Sartoretto Longo, brasileira, portador CPF nº 016.327.889-00, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2014, instaurado através do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2014, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 048/2014 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Vivian Sartoretto Longo Sócio Administrador CPF: 016.327.889-00 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 095/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE RODEIO
CNPJ/MF 01.266.924/0001-05
Empresa: DIAG SERVIÇOS TÉCNICOS EM RADIOLOGIA E IMAGINOLOGIA LTDA - EPP
Endereço: Rua São Pedro, nº 32
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 095/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Pelo presente instrumento de contrato, O Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DIAG SERVIÇOS TÉCNICOS EM RADIOLOGIA E IMAGINOLOGIA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 01.266.924/0001-05, estabelecida na Rua São Pedro, nº 32, Rodeio, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Procurador, Senhor Jorge Chiodini, brasileira, portador CPF nº 453.750.979-15, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Tomada de Preços nº 011/2014, Processo Licitatório nº 058/2014, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 051/2014 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Jorge Chiodini Procurador CPF: 453.750.979-15 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 096/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF 02.898.145/0001-87
Empresa: SINALTEC TECNOLOGIA E SINALIZAÇÃO LTDA - ME
Endereço: Rua Leoberto Leal, nº 176
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 096/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SINALTEC TECNOLOGIA E SINALIZAÇÃO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 02.898.145/0001-87, estabelecida na Rua Leoberto Leal, nº 176, São Vicente, Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Dirceu José Lampert, brasileiro, portador CPF nº 811.717.229-15, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Convite nº 005/2014, Processo Licitatório nº 068/2014, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 052/2014 de 01/01/2015 até 30/06/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Dirceu José Lamperti Sócio Administrador CPF: 811.717.229-15 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 097/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CNPJ/MF 11.836.472/0001-03

Empresa: "DI Savoya Pizzaria Ltda - Me"

Endereço: Av. Barão do Rio Branco, nº 515

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 097/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Pelo presente instrumento de contrato, O Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor, Senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF Nº 501.589.459-72, doravante denominada de CONTRATANTE, e a Empresa DI Savoya Pizzaria Ltda - Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 11.836.472/0001-03, estabelecida na Av. Barão do Rio Branco, nº 515, Centro, Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhora Rosana Bueno de Oliveira, brasileira, portador CPF nº 095.184.788-05, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2014, instaurado através do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2014, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 054/2014 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Rosana Bueno De Oliveira Sócio Administrador CPF: 095.184.788-05 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 098/2014

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado de

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Empresa: Ortopedistas Associados S/S Ltda.

CNPJ/MF Nº 15.249.886/0001-89

Endereço: Av. Santa Teresinha nº 136 - Centro

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 098/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Pelo presente instrumento de contrato, O Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor, Senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF Nº 501.589.459-72, doravante denominada de CONTRATANTE, e a Empresa Ortopedistas Associados S/S Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.249.886/0001-89 estabelecida na Av. Santa Teresinha nº 136, Bairro Centro, no Município de Joaçaba - SC, neste ato representada pelo Sr. Everton Quadros Fiebig, portador da Carteira de Identidade nº 4.556.085-04 e CPF nº 617.809.443-49, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Processo Licitatório nº 055/2014, Inexigibilidade de Licitação nº 004/2014, Edital de Credenciamento nº 001/2014, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 055/2014 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Everton Quadros Fiebig Sócio Administrador CPF: 617.809.443-49 Contratado
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 099/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CNPJ/MF 10.527.352/0001-53

Empresa: "LOCOMAQ - Comércio e Locação de Maquinas e Equipamentos Ltda -Me"

Endereço: Rua Prefeito Normélio Zílio, nº 75

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 099/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

O MUNICÍPIO de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, estabelecida a Rua Nereu Ramos nº 389, representada por seu gestor Senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF Nº 501.589.459-72, doravante denominada de CONTRATANTE, e a Empresa LOCOMAQ - Comércio e Locação de Maquinas e Equipamentos Ltda - Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 10.527.352/0001-53, estabelecida na Rua Prefeito Normélio Zílio, nº 75, Sala 02, Distrito Industrial, Cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Procurador, Senhor Alvaro José Gonçalves, brasileiro, portador CPF nº 945.102.379-87, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Convite nº 006/2014, Processo Licitatório nº 069/2014, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 056/2014 de 01/01/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Raul de Miranda Procurador CPF: 425.682.349-20 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 100/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Empresa: "Epagri - Empresa de Pesquisa Agrop. e Extensão Rural de SC"

CNPJ/MF Nº 83.052.191/0001-62

Rodovia Admar Gonzaga nº 1347 - Bairro Itacorubi -

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 100/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, resolve celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Processo Licitatório nº 044/2010, na modalidade de inexigibilidade de licitação nº 005/2010, pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 020/2010 de 01/01/2015 até 30/04/2015, podendo ser rescindido antecipadamente a critério da Administração Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 01 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante		Luiz Carlos Coelho Gerente Regional Epagri Joaçaba CPF: 196.901.770-87 Contratada
Testemunhas:		
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87		Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº CM 0127/2014**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0127/2014

"Exonera Servidor Público Municipal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências"

EVERTON PARISENTI, presidente da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerado a partir de 30 de dezembro de 2014, o servidor público municipal: Advogado Andrey Felipe Tiepo, portador da Carteira de Identidade N.º - 4.621.919 - SSP/SC, CPF sob N.º 042.835.179-41 e inscrição junto a OAB/SC N.º 30370, ocupante do cargo de Assessor Jurídico no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, conforme dispõe art. 7º da Lei Complementar nº 287/2011, de 28 de outubro de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 17 de dezembro de 2014.
EVERTON PARISENTI
Presidente

RESOLUÇÃO Nº CM 0128/2014

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0128/2014

"Exonera Servidora Pública Municipal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências"

EVERTON PARISENTI, presidente da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2014, a servidora pública municipal: JOCIRLEI FÁTIMA PEREIRA, portadora da CI nº 11/R - 1.515.438 - SSP-SC, CPF nº 486.510.959-53 e inscrição junto a FENAJ/SC sob nº 383, ocupante do cargo de Assessor de Imprensa do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, conforme dispõe art. 7º da Lei Complementar nº 287/2011, de 28 de outubro de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 17 de dezembro de 2014.
EVERTON PARISENTI
Presidente

Ibiam**PREFEITURA****CHAMADA PÚBLICA 01 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2014

O Município de Ibiam, estado de Santa Catarina torna público para efeito de habilitação em processos de licitação, que encontra-se aberto o Cadastro de Fornecedores, bem como a atualização dos cadastros existentes. Informações no Setor de Licitações, no horário das 07:00 às 12:00 horas, ou pelo telefone (xx49)534-0044.

Ibiam, 23 de Dezembro de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal

PL 081

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços Médicos de Clínico Geral e Pediatra, para atuar na Unidade Básica de saúde do Município de Ibiam, durante o ano de 2015.

Entrega dos envelopes: 13/01/2015 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 13/01/2015 às 08:15 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço por Item

Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, LC 123/06 e LC 147/2014.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 23 de Dezembro de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota

PREFEITURA

LEI 1785 CAMARA

LEI Nº 1785/2014

CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DISPONDO SOBRE A RATIFICAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, A REGULAMENTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO REGIME JURÍDICO E DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA.

Paulo Roberto Drun, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que o Plenário da Câmara de Vereadores Aprovou e Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica consolidada a Legislação Municipal que criou cargos, vagas, funções e vencimentos até a data de 31/12/2014, na Estrutura Administrativa do Poder Legislativo e no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, visando a complementar, regulamentar e atualizar a estrutura de cargos, carreiras, vagas, nível de escolaridade, vencimentos e carga horária, do quadro de Servidores Públicos da Câmara de Vereadores de Ilhota.

Parágrafo único. Toda a estrutura de cargos, carreiras e vencimentos, criada por Leis anteriores a data de 31 de dezembro de 2014 passará a vigor pelas disposições contidas na presente lei e será composta de forma única e exclusivamente pela inclusa estrutura de ANEXOS.

Art. 2º - O Plano de Carreira e a Remuneração de que trata esta Lei são fundamentados na qualificação profissional e no desempenho, objetivando a melhoria da qualidade dos serviços e a valorização dos servidores da Câmara Municipal.

Art. 3º - Para efeito da aplicação desta Lei, considera-se:

I -Plano de Carreira, o conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos de cargos, remuneração e desenvolvimento dos profissionais do quadro dos Servidores municipais;

II -Carreira, o agrupamento de cargos integrantes do Plano de Cargos e Remuneração, observadas a natureza, a complexidade das atribuições e a habilitação profissional;

III -Cargo, o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao Servidor, previstas no plano de carreira e remuneração, de acordo com a área de atuação e qualificação profissional;

IV -Categoria Funcional, o conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e qualificação profissional;

V -Vencimento, a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em Lei;

VI -Remuneração, o vencimento do cargo de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em Lei;

VII -Quadro Geral de Servidores Municipais, o conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade;

VIII -Nível, a graduação vertical ascendente, prevista para cada cargo;

IX -Classe, a graduação horizontal ascendente, existente em cada nível;

X -Progressão Funcional, o deslocamento do servidor nos níveis e

classes do seu cargo;

XI -Enquadramento, a atribuição de novo cargo, grupo, nível e classe do Servidor levando-se em consideração o cargo atualmente ocupado e a implantação desta Lei.

Art. 4º - O Plano de Carreira e Remuneração do Quadro Geral dos Servidores compreende:

I -ANEXO I - DESCRIÇÃO DE CARGO;

II -ANEXO II - CARGOS EM COMISSÃO - GRUPO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS;

III -ANEXO III - FUNÇÃO GRATIFICADA - FG;

IV -ANEXO IV - TABELA DE VENCIMENTOS E PROGRESSÃO FUNCIONAL.

Art. 5º - A progressão horizontal dos servidores do QUADRO DE SERVIDORES ocorrerá, após o cumprimento do estágio probatório, em cada nível, nas classes 01 a 35, observado o disposto em Regulamento:

I -pela progressão por desempenho;

II -pela progressão por cursos de aperfeiçoamento.

Parágrafo único. A variação do vencimento de uma classe para outra será de 1% (um por cento), em relação à classe anterior.

Art. 6º - A progressão horizontal por curso de aperfeiçoamento ou capacitação ocorrerá de forma alternada com a progressão por desempenho.

Art. 7º - O Servidor do QUADRO DE SERVIDORES fará jus à progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação ao apresentar, a cada dois anos, no mínimo 80 (oitenta) horas/aula de Curso na área de atuação ou formação profissional.

Art. 8º - Os cursos de aperfeiçoamento ou capacitação serão viabilizados ou autorizados pela Mesa da Câmara Municipal.

Art. 9º - A avaliação de desempenho do servidor do QUADRO DE SERVIDORES deve medir o seu desempenho no cumprimento das suas atribuições, levando em consideração os seguintes critérios:

I -Responsabilidade;

II -Experiência e dedicação ao serviço;

III -Disciplina;

IV -Assiduidade e pontualidade;

V -Habilidades pessoais;

VI -Outros previstos em Regulamento.

Art. 10 - A promoção através do desempenho será realizada a cada 2 (dois) anos ocorrendo de forma horizontal, de uma referência para a outra imediatamente superior, alternada com a promoção por capacitação

Art. 11 - O Servidor será submetido no mínimo, a uma avaliação anual que será efetuada através de preenchimento de formulário específico, levando-se em consideração os critérios estabelecidos no artigo 9º desta Lei.

Art. 12 - O Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional, bem como a nomeação da comissão de avaliação de desempenho funcional, será implantado ato da Mesa Diretora da Câmara.

Parágrafo único. Cabe a comissão de avaliação aplicar os critérios de avaliação do servidor com a ciência do mesmo, que servirá para progressão ou não do servidor.

Art. 13 - O Servidor que não alcançar, na avaliação, os índices ou percentuais mínimos estabelecidos, deverá participar de todas as instruções e cursos de capacitação específicos, promovidos pela Câmara para melhoria do desempenho, sem prejuízo do cumprimento de suas obrigações funcionais.

Art. 14 - O servidor poderá progredir na carreira, automaticamente,

mediante comprovação de conclusão de novo curso de habilitação oficial ou reconhecido, na forma do disposto em Regulamento.

Art. 15 - A progressão pela conclusão de curso específico ocorrerá no nível inicial correspondente à nova habilitação

Art. 16 - A progressão funcional vertical é independente da conclusão do estágio probatório, e abrangerá os níveis I a IV, compreendendo:

I - Para os cargos que exigem qualificação de nível médio;

- a) Nível I - Ensino Médio
- b) Nível II - Nível Superior
- c) Nível III - Especialização
- d) Nível IV - Mestrado

II - Para os cargos que exigem qualificação de nível fundamental:

- a) Nível I - Ensino Fundamental
- b) Nível II - Ensino Médio
- c) Nível III - Nível Superior
- d) Nível IV - Especialização

Art. 17 - O Anexo IV disporá sobre a variação do vencimento de um nível para o outro.

Art. 18 - O auxílio - escolar, através da bolsa de estudo, será concedido ao servidor público da Câmara Municipal até o limite de 50% das mensalidades, inclusive a matrícula, de curso superior de graduação e pós-graduação, oferecido por Universidade.

Art. 19. Fica o Poder Legislativo autorizado a conceder aumento real de R\$ 200,00 (duzentos reais) aos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Vereadores de Ilhota, a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 20 - A despesa desta Lei corre por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as 1620/2012 e 1688/2012.

Ilhota (SC), 17 de dezembro de 2014.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal de Ilhota

ANEXO I

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: Direção e Assessoramento Superior SIGLA: DAS

CATEGORIA FUNCIONAL: Assessor Jurídico CARGO EM COMISSÃO

NÍVEL: DAS - 3 CARGA HORÁRIA SEMANAL: Quarenta

QUANTIDADE: 01 VENCIMENTO: R\$ 2.927,01

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Assessorar e representar juridicamente a Câmara de Vereadores, e representá-la em juízo ou fora dele, em assuntos ou ações judiciais em que for parte ou interessada, para assegurar os direitos pertinentes ou defender seus interesses.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

* Apurar ou completar informações levantadas, acompanhando o processo em todas as suas fases e representando a parte que é mandatária em juízo, para obter os elementos necessários à

defesa ou acusação;

* Assessorar juridicamente a Presidência da Câmara de Vereadores, a Mesa Diretora, as Comissões Permanentes e Temporárias, e Vereadores;

* Atender às consultas de matéria legislativa que lhe foram encaminhadas pelos Vereadores, emitindo parecer, quando for o caso;

* Auxiliar a Assessoria Técnica Legislativa;

* Elaborar minutas de Projetos de Leis, Decretos Legislativos, Portarias, Resoluções e atos a serem baixados pelo Presidente, Mesa Diretora, ou Comissão Executiva;

* Estudar ou examinar documentos jurídicos e de outra natureza, analisando seu conteúdo, com base nos códigos, leis, jurisprudências e outros documentos, para emitir pareceres fundamentados na legislação vigente;

* Examinar o texto de projetos de leis e vetos que são encaminhados à Câmara de Vereadores, bem como as propostas do apresentadas pelo Poder Legislativo, elaborando pareceres, quando for o caso, para garantir o cumprimento dos preceitos legais e regimentais vigentes;

* Manter controle das ações em juízo distribuídas à Assessoria Jurídica;

* Manter registro das ações cujos procuradores sejam alheios aos quadros da Câmara, de modo a possibilitar ao Presidente e aos Vereadores as posições destas ações judiciais;

* Orientar a Mesa Diretora das atitudes a serem tomadas, quando assim exigirem as normas vigentes.

* Prestar assessoramento jurídico à elaboração de contratos, leis, decretos legislativos, resoluções, emendas, proposições em geral, e editais, no exercício de suas prerrogativas;

* Prestar assistência aos setores administrativos em assuntos de natureza jurídica, elaborando e/ou emitindo pareceres nos processos administrativos, como licitações, contratos, distratos, convênios, consórcios, questões trabalhistas ligadas à administração de recursos humanos etc, visando assegurar o cumprimento de leis e regulamentos;

* Propor a aquisição de livros jurídicos.;

* Redigir correspondências sujeitas a qualquer aspecto jurídico legal;

* Redigir documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal e outras, aplicando a legislação em questão, para utilizá-los na defesa da Câmara de Vereadores;

* Representar a Câmara de Vereadores em juízo ou fora dele, acompanhando o processo, redigindo e assinando petições, para defender os interesses da Câmara de Vereadores;

* Supervisionar a manutenção atualizada da legislação relacionada com as atividades das Assessoria Jurídica e Técnica Legislativa;

* Tomar a iniciativa de estudos, objetivando a modernização, o aperfeiçoamento e a reorganização do sistema legislativo;

* Executar outras tarefas correlatas;

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ter mais de 18 anos de idade, e estar devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Santa Catarina.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Livre nomeação e exoneração por parte da Comissão Executiva da Câmara de Vereadores.

ANEXO I

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: Direção e Assessoramento Superior SIGLA : DAS

CATEGORIA FUNCIONAL: Assessor Técnico Legislativo CARGO EM COMISSÃO

NÍVEL: DAS - 2 CARGA HORÁRIA SEMANAL: Quarenta

QUANTIDADE: 01 VENCIMENTO: R\$ 2.246,11

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Assessorar os trabalhos legislativos ligados diretamente ao processo legislativo, atuando de forma direta nos trabalhos das Comissões Legislativas da Câmara de Vereadores.

Executar serviços de natureza complexa na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores, para atender rotinas regimentais de gerenciamento, controle e registros do processo legislativo.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- * Anotar no controle de tramitação dos processos as deliberações plenárias;
- * Atender ao expediente normal da Câmara de Vereadores, efetuando a abertura, o recebimento e o encaminhamento, registro, distribuição de projetos e proposições em geral, além das correspondências interna e externa;
- * Certificar a autenticidade de cópias de documentos e outros existentes na Câmara de Vereadores;
- * Controlar o andamento dos processos até sua fase final de tramitação;
- * Controlar os prazos de projetos enviados à sanção do Prefeito e vetos recebidos do Executivo;
- * Cuidar do assentamento individual dos servidores da Câmara de Vereadores arquivando os prontuários existentes;
- * Cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;
- * Dar, no recinto da Secretaria vista dos processos mediante autorização superior;
- * Encaminhar à Mesa Diretora dos trabalhos os expedientes a serem lidos em Plenário;
- * Estudar as questões relativas a direitos, vantagens, deveres e responsabilidades do pessoal e dar parecer a respeito;
- * Examinar a exatidão de documento, conferindo, efetuando registros, manuais e eletrônicos, observando prazos, datas, posições e outros lançamentos, para a elaboração de relatórios que geram informações para os Vereadores;
- * Manter em arquivo a cópia de editais, certidões, convocações, atestados, declarações de bens dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, leis, portarias, decretos legislativos, atos, instruções e avisos, pareceres e votos em separado das Comissões Legislativas;
- * Manter fichário de todos os funcionários da Administração. Vereadores e Autoridades Federais, Estaduais e Municipais, com possível indicação de locais, bem como, do respectivo endereço para orientação do público;
- * Minutar e expedir certidões, à vista de despacho da autoridade competente;
- * Operar computador, ficando responsável pelo programa, pela inclusão, alteração e a obtenção de dados e informações, bem como pela consulta e divulgação dos registros acumulados;
- * Organizar e manter atualizado os registros de Leis, decretos, resoluções, requerimentos, indicações, projetos em geral, e seus anexos, classificando os documentos por ordem cronológica e/ou alfabética, para manter um controle sistemático dos mesmos;
- * Organizar e manter atualizados, as coleções, fichários e documentos sobre assuntos de interesse geral, especialmente: leis, decretos e outros de interesse para a elaboração legislativa, discursos proferidos na Câmara de Vereadores, pareceres das Comissões e outros órgãos;
- * Preparar os livros de registro para as sessões plenárias;
- * Preparar os termos de posse de Vereadores, Suplentes, Prefeito e Vice-Prefeito, e termos de compromisso e posse dos funcionários da Câmara de Vereadores;
- * Prestar atendimento ao público, fornecendo informações oficiais do Legislativo atinentes ao seu setor (unidade), visando esclarecer as solicitações;
- * Prestar esclarecimento sobre serviço de sua competência, quando solicitado;
- * Proceder aos lançamentos de tramitação do processo até a sua

conclusão;

- * Protocolar toda correspondência expedida e recebida;
- * Receber e anotar documentos e demais papéis juntá-los quando for o caso, distribuí-los e controlar sua tramitação;
- * Redigir ou digitar atos administrativos rotineiros, como ofícios, memorandos, circulares e outros, utilizando impressos padronizados ou não, para dar cumprimento às rotinas administrativas;
- * Registrar, classificar, catalogar, guardar e conservar todos os livros e publicações adquiridas pela Câmara de Vereadores;
- * Reunir as informações e proceder às pesquisas que se fizerem necessárias para decisões importantes na órbita administrativa;
- * Rever, periodicamente, os processos e documentos arquivados, propondo ao Diretor Geral ou ao Presidente da Casa Legislativa a destinação conveniente;
- * Supervisionar a confecção das atas e demais dados relacionados ao processo legislativo;
- * Supervisionar a realização de tarefas na Secretaria Administrativa.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ter mais de 18 anos de idade, e estar devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Santa Catarina.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Livre nomeação e exoneração por parte da Comissão Executiva da Câmara de Vereadores.

ANEXO I

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades Operacionais SIGLA : AOP

CATEGORIA FUNCIONAL: Técnico em Contabilidade CÓDIGO : 01

NÍVEL: I a IV Classe 01 a 35 **CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Quarenta

QUANTIDADE: 01 VENCIMENTO: R\$ 2.207,03

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Atividade de execução qualificada, abrangendo serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balancetes, balanços, registro e demonstrações contábeis.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- * Controlar a execução orçamentária, quando solicitado, de modo que a Comissão Executiva e a Mesa * Diretora mantenham as despesas dentro dos limites estabelecidos;
- * Discutir e apresentar orçamentos de materiais e serviços;
- * Elaborar demonstrativos contábeis mensais, semestrais e anuais, relativos à execução orçamentária e financeira, em consonância com leis, regulamentos e normas vigentes, para apresentar resultados da situação patrimonial, econômica e financeira;
- * Elaborar relatórios sobre a prestação de contas da Câmara de Vereadores;
- * Elaborar, dentro dos prazos legais, a proposta orçamentária do Legislativo junto com a Mesa Diretora, assim como o expediente relativo à abertura de créditos adicionais;
- * Emitir e examinar empenhos de despesa, verificando a classificação e a existência de recursos nas dotações orçamentárias, para o pagamento dos compromissos assumidos;
- * Escrever analiticamente os atos ou fatos administrativos, efetuando os correspondentes lançamentos contábeis, para possibilitar o controle contábil o orçamentário;
- * Examinar os documentos comprobatórios relativos às despesas;
- * Executar as atividades relacionadas à tesouraria da Câmara de Vereadores, como solicitação de recursos financeiros, pagamentos a fornecedores e demais obrigações de pessoal;
- * Manter em dia a escrituração dos livros contábeis referentes ao

movimento financeiro patrimonial e orçamentário do Legislativo;

- * Manter guardados, para consultas, os processos de contratos e licitações, para cotejo com o montante das despesas registradas;
- * Manter registro de todos os bens patrimoniais da Câmara de Vereadores, anotando as respectivas mutações patrimoniais da Câmara em cada exercício;
- * Movimentar, guardar, solicitar os repasses, pagar ou restituir os valores pertencentes à Câmara ou sob sua guarda;
- * Organizar os registros de contabilidade e registros analíticos, das dotações atribuídas à Câmara;
- * Organizar, processar e informar todas as despesas do Legislativo;
- * Participar do controle de requisição do material de escritório, providenciando os formulários de solicitação e acompanhando o recebimento, para manter o nível de material necessário à unidade de trabalho;
- * Prestar as informações contábeis solicitadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, na forma e prazos legais;
- * Prestar, a qualquer momento, toda a informação solicitada pelo Presidente da Câmara e demais Vereadores, sobre a situação financeira do órgão Legislativo;
- * Proceder a estudos e emitir pareceres técnicos sobre matéria contábil-financeira submetida a sua apreciação, relativamente à execução do Orçamento da Câmara de Vereadores;
- * Proceder a estudos, sugerindo soluções, no que tange à implantação de rotinas de trabalho afins com a natureza do cargo;
- * Promover a prestação, acertos e conciliação de contas em geral, conferindo saldos, localizando e retificando possíveis erros para assegurar a correção das operações contábeis;
- * Promover, perante a Presidência da Câmara, a declaração de idoneidade de fornecedores cujo procedimento justifique essa medida;
- * Propor a compra de materiais de consumo e a realização de serviços relativos a manutenção das atividades da Câmara de Vereadores;
- * Propor a realização de licitações para aquisição ou alienação do material permanente e de consumo, ou a dispensa de licitação quando couber;
- * Realizar o exame e o controle da despesa da Câmara, dos bens da Câmara e das operações da Tesouraria da Câmara;
- * Receber o material dos fornecedores e conferir as quantidades e espécies recebidas das notas de entrega;
- * Verificar o cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA), indicando à Presidência da Câmara as medidas corretivas, quando couber;
- * Verificar os procedimentos quanto ao cumprimento dos limites legais dos gastos do Legislativo, especialmente os previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ter mais de 18 anos de idade, possuir o nível médio em técnico em contabilidade ou curso superior, ter inscrição junto CRC/SC, e experiência em contabilidade pública.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Concurso Público.

ANEXO I

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades Operacionais SIGLA: AOP

CATEGORIA FUNCIONAL: Técnico Administrativo CÓDIGO 01

NÍVEL: I a IV Classe 01 a 35 **CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Quarenta

QUANTIDADE: 01 **VENCIMENTO:** RS 1.560,77

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar serviços de natureza complexa na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores, para atender rotinas regimentais de gerenciamento, controle e registros do processo legislativo.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- * Anotar no controle de tramitação dos processos as deliberações plenárias;
- * Atender ao expediente normal da Câmara de Vereadores, efetuando a abertura, o recebimento e o encaminhamento, registro, distribuição de projetos e proposições em geral, além das correspondências interna e externa;
- * Certificar a autenticidade de cópias de documentos e outros existentes na Câmara de Vereadores;
- * Comunicar as faltas ocorridas, bem como, sugerir a aplicação de sanções;
- * Controlar a agenda do plenário e calendário de sessões;
- * Controlar o andamento dos processos até sua fase final de tramitação;
- * Minutar e expedir certidões, á vista de despacho da autoridade competente;
- * Operar computador, ficando responsável pelo programa, pela inclusão, alteração e a obtenção de dados e informações, bem como pela consulta e divulgação dos registros acumulados;
- * Organizar e manter atualizado os registros de leis, decretos, resoluções, requerimentos, indicações, projetos em geral, e seus anexos, classificando os documentos por ordem cronológica e/ou alfabética, para manter um controle sistemático dos mesmos;
- * Organizar e manter atualizados, as coleções, fichários e documentos sobre assuntos de interesse geral, especialmente: leis, decretos e outros de interesse para a elaboração legislativa, discursos proferidos na Câmara de Vereadores, pareceres das Comissões e outros órgãos;
- * Organizar e manter em arquivo, prontuário individual dos Vereadores;
- * Preencher as fichas dos processos em sua fase inicial de tramitação;
- * Preencher as pastas que formam os processos em geral;
- * Preparar a pauta dos trabalhos das sessões, elaborando a resenha do Expediente e da Ordem do Dia;
- * Preparar os livros de registro para as sessões plenárias;
- * Preparar os termos de posse de Vereadores, Suplentes, Prefeito e Vice-Prefeito, e termos de compromisso e posse dos funcionários da Câmara de Vereadores;
- * Prestar atendimento ao público, fornecendo informações oficiais do Legislativo atinentes ao seu setor (unidade), visando esclarecer as solicitações;
- * Prestar esclarecimento sobre serviço de sua competência, quando solicitado;
- * Proceder aos lançamentos de tramitação do processo até a sua conclusão;
- * Protocolar toda correspondência expedida e recebida;

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ter concluído o ensino médio, e ter idade mínima de 18 anos.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Concurso Público.

ANEXO I

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades Operacionais SIGLA : AOP

CATEGORIA FUNCIONAL: Auxiliar Técnico Administrativo Financeiro CÓDIGO : 01

NÍVEL: I a IV Classe 01 a 35 **CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Quarenta

QUANTIDADE:01 VENCIMENTO: R\$ 1.126,92

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Atividade de execução qualificada, abrangendo serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balancetes, balanços, registro e demonstrações contábeis.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- * Executar os serviços gerais de escritório, tais como a separação e classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, lançamentos, prestação de informações, participação na organização de arquivos e fichários e datilografia de cartas, minutas, e outros textos, seguindo processos e rotinas estabelecidas e valendo-se de sua experiência, para atender às necessidades administrativas;
- * Coletar dados diversos, consultando documentos, transcrições, arquivos e fichários e efetuando cálculos com o auxílio de máquinas de calcular, para obter as informações necessárias ao cumprimento da rotina administrativa;
- * Efetuar lançamentos fiscais em livros, fichários, computadores e outras formas de armazenamento de dados, registrando os comprovantes dos atos e fatos administrativos realizados, para permitir o controle da documentação e consulta da fiscalização;
- * Participar da atualização de fichários e arquivos, classificando os documentos por matéria ou ordem alfabética, para possibilitar um controle sistemático dos mesmos;
- * Participar do controle de requisições e recebimentos do material de escritório, providenciando os formulários de solicitação e acompanhando o recebimento, para manter o nível necessário ao setor de trabalho;
- * Datilografar, digitar, reproduzir, copiar, transcrever, por meios manuais, elétricos, eletrônicos e outros, textos diversos, transcrevendo originais, manuscritos ou impressos, utilizando planilhas eletrônicas e preenchendo formulários e fichas para atender as rotinas administrativas e financeiras;
- * Operar máquinas de duplicação de documentos tais como fotocopiadoras, mimeógrafos, scanners e outros;
- * Controlar as condições de máquinas, instalações e dependências, observando seu estado de conservação e uso, para providenciar, se necessário, reparo, manutenção ou limpeza;
- * Manejar mesa telefônica, movimentado chaves, interruptores e outros dispositivos, para estabelecer comunicações internas, externas e internacionais;
- * Registrar a duração e/ou o custo das ligações, fazendo anotações em formulários apropriados, para permitir a cobrança e/ou o controle das mesmas;
- * Recepcionar visitantes, indagando suas pretensões, para prestar-lhes informações, marcar entrevistas, receber, anotar e transmitir recados;
- * Atender as requisições por meio de equipamentos de protocolo, a fim de providenciar os andamentos dos processos administrativos e financeiros;
- * Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ensino Fundamental

FORMA DE RECRUTAMENTO: Concurso Público

ANEXO I

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades Operacionais SIGLA : SAU

CATEGORIA FUNCIONAL: Servente CÓDIGO : 01

NÍVEL: I a IV Classe 01 a 35 CARGA HORÁRIA SEMANAL: Quarenta

QUANTIDADE: 01 VENCIMENTO: R\$ 968,02

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Preparar e servir café, chá, água e outros, zelando pela ordem e limpeza da copa, cozinha e demais dependências internas da Câmara de Vereadores..

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- * Coletar os lixo colocando-os em recipientes apropriados;
- * Efetuar a limpeza de armários e mesas;
- * Efetuar a limpeza e higienização das dependências, para manter um bom aspecto de higiene e limpeza;
- * Lavar vidros, espelhos e persianas;
- * Limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios;
- * Preparar e servir café, chá, sucos, água e lanches rápidos, para atender servidores e Vereadores;
- * Providenciar a lavagem e guarda dos utensílios para assegurar sua posterior utilização;
- * Receber, armazenar e controlar o estoque dos produtos alimentícios e de material de limpeza, requisitando a sua reposição sempre que necessário, a fim de atender ao expediente da Câmara de Vereadores;
- * Remover o pó dos móveis e paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos, devidamente orientado;
- * Executar outras tarefas correlatas.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser Alfabetiza e ter mais de 18 anos de idade.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Concurso Público.

ANEXO I

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades Operacionais SIGLA: SOP

CATEGORIA FUNCIONAL: Motorista CÓDIGO : 01

NÍVEL: I a IV Classe 01 a 35 CARGA HORÁRIA SEMANAL: Quarenta

QUANTIDADE: 01 VENCIMENTO: R\$ 1.135,99

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Conduzir Veículo de passageiro.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- * Conduzir veículos e realizar tarefas similares relacionadas com o transporte de passageiros e de Carga por via rodoviária;
- * Vistoriar o veículo, observando a carroceria e testando freios, comandos, para certificar-se de suas condições de funcionamento;
- * Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água, óleo do cárter e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento;
- * Examinar as ordens de serviço, verificando a localização dos locais onde serão recolhidas e desembarcadas as cargas e passageiros;
- * Movimentar o veículo, manipulando seus comandos e observando o fluxo do trânsito e a sinalização;
- * para conduzi-los aos locais de carga e descarga;
- * Controlar as cargas e descargas comparando-as com os documentos de recebimento ou entrega de cargas, ordem de tráfego;
- * Zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado de funcionamento e segurança;
- * Manter o Veículo sempre limpo e higienizado;
- * Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o a garagem, para permitir a manutenção e abastecimento;
- * Verificar as ordens de serviço e de tráfego, verificando o itinerário

a ser seguido e os horários e o numero de viagens a ser cumprido;

* Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos;

* Acatar na integralidade as resoluções da Mesa Diretora no que tange a utilização e destinação dos veículos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser Alfabetizado, ter mais de 18 anos de idade, possuir no mínimo CNH classe B, e curso de Direção Defensiva e Primeiros Socorros.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Concurso público.

ANEXO II

CARGOS EM COMISSÃO

GRUPO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO:

CÓDIGO: DAS

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimentos (R\$)
01	Assessor Jurídico	DAS - 3	2.927,01
01	Assessor Técnico Legislativo	DAS - 2	2.246,11

ANEXO III

GRUPO: FUNÇÃO GRATIFICADA:

CÓDIGO: FC

Quantidade	Cargo	Nível	Percentual sobre o vencimento
01	Controle Interno da Câmara de Vereadores		
01	Função Gratificada	FG-4	50%

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 160, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 160, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí e autorização contida na Lei nº 1.835, de 23 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar em favor do Fundo Municipal de Saúde, exercício 2014, na importância de R\$190.000,00 (cento e noventa mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	50	1064	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	70.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	44	1064	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	30.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.13.00.00.00.00	20	1000	Obrigações Patronais	90.000,00
Total Suplementação				190.000,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.111	MANUTENÇÃO DO PMAQ			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	78	1064	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	70.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	59	1064	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	51	1000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	90.000,00
Total Suplementação				190.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 23 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 161, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 161, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí e autorização contida na Lei nº 1.836, de 23 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$8.000,00 (oito mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	122	1000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	8.000,00
Total Suplementação			8.000,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito suplementar disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	142	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	8.000,00
Total Suplementação			8.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 23 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 162, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 162, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí e autorização contida na Lei nº 1.837, de 23 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, exercício 2014, na importância de R\$9.506,54 (nove mil quinhentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.580,88
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	3.925,66
Total Suplementação				9.506,54

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	1	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	5.580,88
Total Suplementação				5.580,88
ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.204	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	1	1.048	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	3.925,66
Total Suplementação				9.506,54

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 23 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 163, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 163, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí e autorização contida na Lei nº 1.838, de 23 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, exercício 2014, na importância de R\$72.952,93 (setenta e dois mil novecentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos), com a seguinte

classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.110	MANUTENÇÃO DO NASF			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.064	Indenizações e Restituições Trabalhistas	6.533,98
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.064	Indenizações e Restituições Trabalhistas	23.415,58
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	31.125,58
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.064	Indenizações e Restituições Trabalhistas	11.877,79
Total Suplementação			72.952,93	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.110	MANUTENÇÃO DO NASF			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	68	1.064	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	6.533,98
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	44	1.064	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	23.415,58
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	19	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	31.125,58
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	56	1.064	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	11.877,79
Total Suplementação			72.952,93	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 23 de dezembro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 164, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 164, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí e autorização contida na Lei nº 1.839, de 23 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Exercício 2014, na importância de R\$18.605,22 (dezoito mil seiscentos e cinco reais e vinte e dois centavos), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.02	PROCURADORIA JURÍDICA			
PROJ/ATIV. – 2.006	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	8.358,39
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	4.516,19
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
PROJ/ATIV. – 1.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	698,72
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.031,92
Total Suplementação			18.605,22	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.02	PROCURADORIA JURÍDICA			
PROJ/ATIV. – 2.006	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	113	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	8.358,39
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	122	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	4.516,19
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
PROJ/ATIV. – 1.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	300	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	698,72
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			

Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	331	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	5.031,92
Total Suplementação			18.605,22	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 23 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.842, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1.842, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Imaruí, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos e autarquias, para o exercício financeiro de 2015, estima a Receita em R\$ 25.019.440,92 (vinte e cinco milhões, dezenove mil, quatrocentos e quarenta reais, noventa e dois centavos) e fixa a Despesa em R\$ 25.019.440,92 (vinte e cinco milhões, dezenove mil, quatrocentos e quarenta reais, noventa e dois centavos).

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura de Imaruí para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 20.248.741,32 (vinte milhões, duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e quarenta e um reais, trinta e dois centavos) e fixa a Despesa para Prefeitura - Poder Executivo em R\$ 16.274.039,29 (dezesseis milhões, duzentos e setenta e quatro mil, trinta e nove reais e vinte e nove centavos) e em R\$ 3.974.702,03 (três milhões, novecentos e setenta e quatro mil, setecentos e dois reais e três centavos) as Transferências Financeiras Concedidas para o Fundo Municipal de Saúde, para o Fundo Municipal de Assistência Social, para a Fundação Municipal de Meio Ambiente, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e para a Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º - A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes no anexo integrante desta Lei, como o seguinte desdobramento:

1	RECEITAS CORRENTES	18.125.215,60
2	RECEITA DE CAPITAL	2.123.525,72
	TOTAL:	20.248.741,32

§ 2º - As Despesas da Prefeitura de Imaruí serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

1 - PREFEITURA DE IMARUI

02.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
233.730,00

03.00 - GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL
105.470,00

04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
359.340,00

05.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
119.356,00

06.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

4.683.049,99

07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE

7.705.137,30

08.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

80.560,00

09.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO

464.386,00

10.00 - SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA

109.922,00

11.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

2.237.446,00

12.00 - SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL

7.632,00

13.00 - FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

136.210,00

99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

31.800,00

SOMA:

16.274.039,29

Transferências Financeiras

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMS

2.432.378,03

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMAS

281.536,00

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À CÂMARA

890.000,00

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO SAMAE

315.466,00

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À FUNDEMA

55.322,00

SOMA:

3.974.702,03

TOTAL:

20.248.741,32

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO1 - PREFEITURA DE IMARUI

02 – JUDICIÁRIA

248.040,00

04 – ADMINISTRAÇÃO

5.515.361,99

06 - SEGURANÇA PÚBLICA

54.802,00

08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

143.842,00

12 – EDUCAÇÃO

7.022.669,60

13 – CULTURA

106.212,00

15 - URBANISMO

2.050.886,00

17 - SANEAMENTO

16.430,00

20 - AGRICULTURA

413.930,00

23 - COMERCIO E TURISMO

80.560,00

26 - TRANSPORTE

144.372,00

27 - DESPORTO E LAZER

364.255,70

11 – TRABALHO

80.878,00

99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

31.800,00

SOMA:

16.274.039,29

Transferências Financeiras

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMS

2.432.378,03

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMAS

281.536,00

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À CÂMARA

890.000,00

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO SAMAE

315.466,00

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À FUNDEMA

55.322,00

SOMA:

3.974.702,03

TOTAL:

20.248.741,32

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

1 - PREFEITURA DE IMARUI

0002 – GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

817.896,00

0003 – ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

4.518.350,00

0016 – FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO

63.600,00

0005 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

116.600,00

0006 – EDUCAÇÃO PARA TODOS

7.234.669,60

0007 – ATIVIDADES CULTURAIS

106.212,00

0008 – ESPORTE É VIDA

364.255,70

0004 – INCENTIVO ÀS ATIVIDADES ECONOMICAS

80.560,00

0014 – PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO

464.386,00

0015 – APOIO À PESCA

109.922,00

0013 – TRÂNSITO SEGURO

54.802,00

0012 – SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

2.182.644,00

0011 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

7.632,00

0010 – MENOR ASSISTIDO

136.210,00

0019 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

31.800,00

SOMA:

16.274.702,03

Transferências Financeiras

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMS

2.432.378,03

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMAS

281.536,00

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À CÂMARA

890.000,00

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO SAMAE

315.466,00

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À FUNDEMA

55.322,00

SOMA:

3.974.702,03

TOTAL:

20.248.741,32

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA3.0.0.00.00.00.00.00.00
DESPESAS

3.3.0.00.00.00.00.00.00

DESPESAS CORRENTES

13.250.821,29

3.3.1.00.00.00.00.00.00

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

8.527.067,98

3.3.2.00.00.00.00.00.00

JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA

419.760,00

3.3.3.00.00.00.00.00.00

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

4.303.993,31

3.4.0.00.00.00.00.00.00

DESPESAS DE CAPITAL

2.991.418,00

3.4.4.00.00.00.00.00.00

INVESTIMENTOS

2.461.418,00

3.4.6.00.00.00.00.00.00

AMORTIZACAO DA DIVIDA

530.000,00

3.9.0.00.00.00.00.00.00

RESERVA DE CONTINGENCIA

31.800,00

3.9.9.00.00.00.00.00.00

RESERVA DE CONTINGENCIA

31.800,00

SOMA:

16.274.039,29

Transferências Financeiras

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMS

2.432.378,03

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMAS

281.536,00

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À CÂMARA

890.000,00

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO SAMAE

315.466,00

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À FUNDEMA

55.322,00

SOMA

3.974.702,03

TOTAL

20.248.741,32

Art. 3º - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE

IMARUI, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 4.515.451,60 (quatro milhões, quinhentos e quinze mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.432.378,03 (dois milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e setenta e oito reais e três centavos) e fixa a Despesa em R\$ 6.947.829,63 (seis milhões, novecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e vinte e nove reais e sessenta e três centavos):

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, da forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
1.1	RECEITAS	
1.2	RECEITAS CORRENTES	4.422.489,60
2	RECEITAS DE CAPITAL	92.962,00
	TOTAL DAS RECEITAS:	4.515.451,60
	TRANSF. FINANC. RECEBIDAS DA P.M.I.	2.432.378,03
	TOTAL:	6.947.829,63

§ 2º - As Despesas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ, serão realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.937.229,63
99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.600,00
	TOTAL:	6.947.829,63

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	SAÚDE	6.937.229,63
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.600,00
	TOTAL:	6.947.829,63

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

10.301.0009	SAÚDE PARA TODOS	6.937.229,63
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.600,00
	TOTAL:	6.947.829,63

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS	
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.952.093,43
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.710.950,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.241.143,43
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.985.136,20
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.985.136,20
3.9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.600,00
3.9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.600,00
	TOTAL:	6.947.829,63

Art. 4º - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMARUI, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 207.230,00 (duzentos e sete mil e duzentos e trinta reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 281.536,00 (duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e trinta e seis reais), e fixa a Despesa em R\$ 488.766,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil, setecentos e sessenta e seis reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, da forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
1.1	RECEITAS	
1.2	RECEITAS CORRENTES	207.230,00
	TOTAL DAS RECEITAS:	207.230,00
	TRANSF. FINANC. RECEBIDAS DA P.M.I.	281.536,00
	TOTAL:	488.766,00

§ 2º - As Despesas do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMARUÍ, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

15.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	478.166,00
99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.600,00
	TOTAL:	488.766,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	478.166,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.600,00
	TOTAL:	488.766,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

08.242.0011	ASSISTÊNCIA SOCIAL	478.166,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.600,00
	TOTAL:	488.766,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS	
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	456.118,00
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	170.130,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	285.988,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	22.048,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	22.048,00
3.9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.600,00
3.9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.600,00
	TOTAL:	488.766,00

Art. 5º - O Orçamento da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 44.944,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e quarenta e quatro reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 55.322,00 (cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais), e fixa a Despesa em R\$ 100.266,00 (cem mil, duzentos e sessenta e seis reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, da forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
1.1	RECEITAS	44.944,00
1.2	RECEITAS CORRENTES	44.308,00
1.4	RECEITA DE CAPITAL	636,00
	TOTAL DAS RECEITAS:	44.944,00
	TRANSF. FINANC. RECEBIDAS DA P.M.I.	55.322,00
	TOTAL:	100.266,00

§ 2º - As Despesas da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

17.00	FUNDAÇÃO MEIO AMBIENTE IMARUI	100.266,00
	TOTAL:	100.266,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18	GESTÃO AMBIENTAL	100.266,00
	TOTAL:	100.266,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

18.541.0018	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	100.266,00
	TOTAL:	100.266,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS	
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	75.746,00
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.160,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.586,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	24.520,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	24.520,00
	TOTAL:	100.266,00

Art. 6º - O Orçamento do SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 3.074,00 (três mil e setenta e quatro reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 315.466,00 (trezentos e quinze mil, quatrocentos e sessenta e seis reais), e fixa a Despesa em R\$ 318.540,00 (trezentos e dezoito mil, quinhentos e quarenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, da forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
1.1	RECEITAS	
1.2	RECEITAS CORRENTES	2.120,00
1.4	RECEITA DE CAPITAL	954,00
	TOTAL DAS RECEITAS:	3.074,00

	TRANSF. FINANC. RECEBIDAS DA P.M.I.	315.466,00
	TOTAL:	318.540,00

§ 2º - As Despesas do SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

16.00	SAMAE	318.540,00
	TOTAL:	318.540,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

17	SANEAMENTO	318.540,00
	TOTAL:	318.540,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

17.512.0017	SANEAMENTO BÁSICO	318.540,00
	TOTAL:	318.540,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS	
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	307.516,00
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.600,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	243.916,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	11.024,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	11.024,00
	TOTAL:	318.540,00

Art. 7º - O Orçamento da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, para o exercício de 2015, estima a Transferência Financeira Recebida da Prefeitura em R\$ 890.000,00 (oitocentos e noventa mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra orçamentário, conforme especificações desta Lei, sobretudo conforme disposições contidas no art. 29-A da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

§ 2º - A Despesa do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional, programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01.00	CAMARA DE VEREADORES	890.000,00
	TOTAL:	890.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	LEGISLATIVA	890.000,00
	TOTAL:	890.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	890.000,00
	TOTAL:	890.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS	
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	862.500,00
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	655.000,00
3.3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	500,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.000,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	27.500,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	27.000,00
3.4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	500,00
	TOTAL:	890.000,00

Art. 8º - Os Recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo:

§1º - Para efeito desta Lei entende-se por "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§2º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato Oficial do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificado nesta Lei.

Art. 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por ato próprio, a efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados nas mesmas atividades e/ou projetos, até o limite de seu saldo.

Paragrafo único. As Destinações de Recursos, por sua vez, poderão ser alteradas por Ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 10 - O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, por Ato Oficial, até o limite de 80% (oitenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior; e

IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-la.

Parágrafo Único. Excetua-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 11 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 12 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 13 - Durante o Exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, na forma da legislação vigente.

Art. 14 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 15 - Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16 - Faz parte integrante desta Lei, os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº. 4320/64, bem como os anexos vinculados a Lei Orçamentária Anual e exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - Ficam autorizados os ajustes nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015, que se fizerem necessários em função de transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 18 - Orçamento Geral do Município de Imaruí para o exercício de 2015, será a nível de modalidade.

Art. 19- Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Imaruí, 23 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Os anexos desta Lei encontram-se disponíveis no Paço Municipal.

LEI Nº. 1.835, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº. 1.835, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar em favor do Fundo Municipal de Saúde, exercício 2014, na importância de R\$190.000,00 (cento e noventa mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	50	1064	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	70.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	44	1064	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	30.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.13.00.00.00.00	20	1000	Obrigações Patronais	90.000,00
Total Suplementação			190.000,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.111	MANUTENÇÃO DO PMAQ			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	78	1064	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	70.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	59	1064	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	51	1000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	90.000,00
Total Suplementação			190.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 23 de dezembro de 2014.
 MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.836, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº. 1.836, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$8.000,00 (oito mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	122	1000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	8.000,00
Total Suplementação			8.000,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito suplementar disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	142	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	8.000,00
Total Suplementação			8.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 23 de dezembro de 2014.
 MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.837, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº. 1.837, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, exercício 2014, na importância de R\$8.000,00 (oito mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.580,88
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	3.925,66
Total Suplementação				9.506,54

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	1	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	5.580,88
Total Suplementação				5.580,88
ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.204	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	1	1.048	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	3.925,66
Total Suplementação				9.506,54

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 23 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.838, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº. 1.838, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, exercício 2014, na importância de R\$72.952,93 (setenta e dois mil novecentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.110	MANUTENÇÃO DO NASF			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.064	Indenizações e Restituições Trabalhistas	6.533,98
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.064	Indenizações e Restituições Trabalhistas	23.415,58
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	31.125,58
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.064	Indenizações e Restituições Trabalhistas	11.877,79
Total Suplementação			72.952,93	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.110	MANUTENÇÃO DO NASF			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	68	1.064	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	6.533,98
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	44	1.064	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	23.415,58
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	19	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	31.125,58
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	56	1.064	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	11.877,79
Total Suplementação			72.952,93	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 23 de dezembro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.839, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº. 1.839, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Exercício 2014, na importância de R\$18.605,22 (dezoito mil seiscentos e cinco reais e vinte e dois centavos), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.02	PROCURADORIA JURÍDICA			
PROJ/ATIV. – 2.006	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	8.358,39
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	4.516,19
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
PROJ/ATIV. – 1.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	698,72
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.94.00.00.00.00		1.000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.031,92
Total Suplementação			18.605,22	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.02	PROCURADORIA JURÍDICA			
PROJ/ATIV. – 2.006	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	113	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	8.358,39
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	122	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	4.516,19
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
PROJ/ATIV. – 1.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	300	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	698,72
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	331	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	5.031,92
Total Suplementação			18.605,22	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 23 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.840, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº. 1.840, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Denomina Logradouro Público desta cidade e dá outras providências.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado Servidão Maria de Lurdes Carvalho, a via pública que inicia a cerca de 30 metros após a casa do senhor "Nelinho" e vai até a residência da senhora "Flávia" localizada na comunidade de Figueira Grande, no Município de Imaruí, com aproximadamente 134 metros de comprimento e 07 metros de largura.

Parágrafo Único - o início da referida rua está distante aproximadamente 180 metros da Rodovia SC 437, da entrada da comunidade de Praia Vermelha.

Art. 2º - Fica determinado desde já a colocação de placa indicativa na referida rua

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, SC, em 23 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.841, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº. 1.841, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPOE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes, metas, objetivos, e as prioridades da administração pública municipal para o exercício de 2015, inclusive as orientações para a elaboração, execução e o acompanhamento do Orçamento do Município de Imaruí para o exercício de 2015, EM CUMPRIMENTO AO art. 165, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04, de maio de 2000, compreendendo:

I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, de acordo com o Plano Plurianual para 2014/2017;

II - a estrutura e organização dos orçamentos do Município, dos Fundos Municipais e das Autarquias;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos

orçamentos do Município, e suas alterações;

IV - as disposições sobre dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VII - as disposições gerais e finais.

CAPÍTULO II

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º - A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2015 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais.

§ 1º - Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000- LRF.

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo V - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII - Demonstrativo VI.a - projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Demonstrativo VIII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo IX - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita;

XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as despesas - Total das Despesas;

XIII - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das principais Despesas;

XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das metas Anuais para o resultado Nominal;

XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XIX - Anexo VII - Demonstrativo da origem e Destinação dos Recursos;

XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XXII - Anexo XI - Relatório das metas e prioridades das Despesas por programas;

§ 2º - Na definição das prioridades que trata o caput deste artigo, estão consideradas as decisões do orçamento participativo, eleitas conforme descrição abaixo:

I - Saúde;

II - Educação e Cultura;

III - Agricultura, meio Ambiente e Pesca;

IV - Desenvolvimento Econômico e Social; e

V - Turismo e Infraestrutura.

Art. 3º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2015 (LOA) serão destinados, preferencialmente, para as prioridades

estabelecidas no Anexo desta Lei, decorrentes do Orçamento Participativo e das discussões junto à população, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2015 (LOA) o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 5º - O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento de ensino fundamental e infantil, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, bem como atenderá os dispositivos da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, nos serviços públicos de saúde, com a aplicação de no mínimo 15% das referidas receitas.

CAPÍTULO III

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 7º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

XI - Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

XII - Concedente, órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

XIII - Conveniente, órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta dos governos Federal, Estaduais, Municipais, e as entidades privadas, com os quais a administração pública municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrente de descentralização de créditos orçamentários

entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; e

XIV - Descentralização de Créditos Orçamentários, a transferência de créditos constantes dos orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

XV - Receita Ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei orçamentária e na respectiva lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º - Os produtos e as unidades de medidas a que se refere o §3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/2017.

§5º - As metas físicas serão identificadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais;

§6º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§7º - Cada projeto contará somente de uma esfera orçamentária e de um programa;

§8º - A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área de atuação governamental, ainda que seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 8º - O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos Municipais e Autarquia, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º - A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e Autarquia e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN

nº 8/85);

III - Resumo Geral Natureza da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II, da LRF);

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22, da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º, da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I, da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2015. (Art. 5º, III, da LRF);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício. (Art. 4º, § 1º e 9º, da LRF);

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para o exercício. (Art. 8º e Art. 50, I, da LRF).

§ 1º O Orçamento Geral do Município poderá ser apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora cada Fundo Municipal e Autarquia com orçamento e contabilidade próprios.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Órgão ou Secretaria Municipal, desde que no mesmo Projeto Atividade.

§ 4º O orçamento dos Fundos Municipais e Autarquias descentralizados por força legal, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 5º Os Fundos Municipais cujo funcionamento orçamentário e

financeiro de menores volumes não exigidos sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão integrar ao orçamento geral da Prefeitura, apresentado em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 10º - A mensagem que encaminhar ao Poder Legislativo o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e as fixações das despesas.

Art. 11º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal.

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município

Art. 12º - O orçamento para o exercício de 2015 obedecerá os princípios da transparência, do controle social e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias. (Art. 1º, § 1º e Art. 4º, I, "a" da LRF).

I - O princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento;

II - O princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante o regular exercício da cidadania, do orçamento participativo e dos processos de consulta.

III - O princípio do equilíbrio das contas públicas implica assegurar que a elaboração, aprovação e a execução da Lei orçamentária será orientada no sentido de alcançar equilíbrio entre receitas e despesas capaz de garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Art. 13º - Os Fundos Municipais e Autarquia terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestoras Centrais, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 9º, X desta Lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais e Autarquias serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais e Autarquias deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 14º - Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2015 deverão observar as alterações da legislação tributária, variação do índice de preços, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita municipal nos últimos três exercícios, e qualquer outro fator relevante, em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 12 da LRF.

Parágrafo Único. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF).

Art. 15 - Se a receita estimada para 2015 comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as

estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 16. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 17 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12 observados o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º, da LRF).

Art. 18 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo desta Lei, Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências. (Art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 19 - O orçamento para o exercício de 2015 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 10% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. (Art. 5º, III, „d“ da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO desta Lei (Art. 5º, III, “b” da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, ser utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 20 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 21 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, Art. 9º e Art. 13 da LRF).

Art. 22 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, parágrafo único e Art. 50, I, da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º, da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e Art. 50, I, LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e Art. 50, I, da LRF).

Art. 23 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, constantes do anexo desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 24 - O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, entidades particulares ou públicas, visando ao desenvolvimento do programa de governo.

Art. 25 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, assistencial de saúde, assistencial recreativo, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, “f” e Art. 26 da LRF).

§ 1º- Não se aplica o disposto neste artigo às contribuições estatutárias devidas as entidades associativas municipalistas, a que o Município for associado.

§ 2º - As entidades beneficiadas com recursos do Município deverão prestar contas dos valores recebidos no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse, ficando impedidas de receberem novos recursos enquanto não atendido o disposto neste parágrafo (Art. 30, paragrafo único da CF/88 e IN nº 014/ 2012 do TCE-SC).

§ 3º - O Poder Executivo disciplinará a liberação dos recursos financeiros a entidades beneficiadas através de Decreto.

§ 4º - As entidades interessadas deverão apresentar o plano de trabalho e demais documentos requeridos pelo Decreto que regulamentará referida questão.

§ 5º - Fica vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e nos créditos adicionais, de dotações, a título de subvenções sociais e a título de auxílio, para entidades privadas cujas condições de funcionamento não forem consideradas satisfatórias pelos órgãos oficiais

de fiscalização, de acordo com a al. "f" do inciso I do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 26 - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor, para bens e serviços, dos limites para dispensa de licitação, fixado nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Parágrafo único: Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, incisos I e II da Lei Complementar nº 101/2000 fazem parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Art. 27 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no anexo desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 28 - Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62 da LRF).

Art. 29 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 30 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Órgão ou Secretaria Municipal, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI, da CFRB/88).

Art. 31 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores. (Art. 167, I, da CF).

Art. 32 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º, da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Art. 33 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do

ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e", da LRF).

Art. 34 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas, e contemplados na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e Art. 9º, § 4º, da LRF).

Parágrafo único: Na programação e execução dos investimentos e serviços deverão ser priorizadas as demandas decorrentes do Orçamento Participativo, com o intuito de fortalecimento da democracia cidadã no Município de Imaruá.

CAPÍTULO V

Das Disposições sobre a Dívida Pública Municipal

Art. 35 - A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 36 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I, da LRF)

Art. 37 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Art. 35 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II, da LRF).

CAPÍTULO VI

Das Disposições sobre Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 38 - Fica considerado objetivo da Administração Municipal o desenvolvimento de programas visando a:

- I - valorizar a imagem pública do servidor municipal, ressaltando a função social do seu trabalho e o incentivando permanentemente a contribuir na qualificação e melhoria do serviço público;
- II - proporcionar o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores através da qualificação;
- III - melhoria das condições de trabalho do servidor, especialmente com relação à segurança no trabalho e à justa e adequada remuneração; e
- IV - atenção à saúde do servidor.

Art. 39 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, § 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 40 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, parágrafo único, V, da LRF).

Art. 41 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá aos limites previstos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal que são de 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo e 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo, calculados sobre a Receita Corrente Líquida.

Parágrafo Único: para assegurar tais limites, o Executivo Municipal, se necessário, adotará medidas pela seguinte ordem:

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 42 - Considerar-se-á despesas de pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, e de membros do poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive, adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º - As despesas de pessoal e encargos dos Agentes Políticos, do quadro efetivo e dos contratados em caráter temporário, obedecerão rigorosamente o que estabelece a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal, outras regulamentações vigentes e que entrarem em vigor.

§ 2º - As despesas referentes a contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos constantes do quadro de cargos e salários da administração municipal, serão contabilizados em Outras Despesas de Pessoal e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

Art. 43 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Imaruí, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização"

Art. 44 - Os critérios de fixação dos limites das despesas com pessoal do Poder Executivo e Legislativo serão estabelecidos de conformidade com o art. 18 e seguintes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 45 - A autorização para o Poder Executivo ceder servidores efetivos mediante convênio a serviço para outros órgãos das esferas governamentais federais, estaduais e municipais, será concedida através de lei específica para cada convênio no decorrer do exercício de 2015, relevado o imprescindível caráter e interesse público.

Art. 46 - A Procuradoria Jurídica do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Administração e Finanças a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais, a serem incluídos na proposta de Lei Orçamentária Anual de 2015, determinados pelo §

1º do art. 100 da Constituição Federal, especificando:

I - número e data do ajuizamento da ação originária;

II - tipo do precatório;

III - tipo da causa julgada;

IV - data da autuação do precatório;

V - nome do beneficiário;

VI - valor do precatório a ser pago;

VII - data do trânsito em julgado.

CAPITULO VII

Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 47 - A estimativa de receita que constará do Projeto de Lei Anual para o exercício de 2015 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração de tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 48 - A estimativa de receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - criação e atualização da planta genérica de valores do Município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, formas de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive quanto à progressividade.

III - revisão da legislação sobre uso do solo, com definições e redefinições da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação sobre o Imposto de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas para utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre taxas pelo exercício do Poder de Polícia;

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

Art. 49 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo considerá-los nos cálculos da receita e apresentar estudos de impacto orçamentário-financeiro, no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, nos termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 50 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º, da LRF).

Art. 51- O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º, da LRF).

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 52 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção também no prazo da Lei Orgânica e que não poderá passar do corrente exercício.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 53 - O Poder Executivo Municipal, poderá conceder incentivos fiscais e materiais às novas empresas que desejem se instalar no Município e as já instaladas com proposta de ampliação, visando o desenvolvimento econômico-social, o incremento tributário das receitas do Município, bem como a geração de novos empregos e renda à população imaruiense, nos termos da lei Municipal nº 1.678/2013.

Art. 54 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, e de situações provenientes de atos considerados involuntários ao ordenador primário das despesas municipais, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 55 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, contratos, acordos e ajustes com os Governos Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta e com a iniciativa privada, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 56 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 57 - Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2014/2017, que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Parágrafo Único: Os valores do Plano Plurianual 2014/2017 para o exercício de 2015 em diante, bem como as metas físicas, passam a vigorar com a redação dos Anexos da presente Lei, no que couber.

Art. 58 - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 59 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos durante o exercício de 2015.

Imaruí, SC, 23 de dezembro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Os anexos desta Lei encontram-se disponíveis no Paço Municipal.

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/DGP Nº 542/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 542, de 22 de dezembro de 2014.
Dispõe sobre a demissão de Fisioterapeuta - PSF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em caráter temporário em 02 de janeiro de 2013, através da PORTARIA PMI/DGP Nº 058/2013, para exercer o cargo/emprego público de Fisioterapeuta - PSF, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Demissão
Débora Ramos Pacheco	050.679.409-13	31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 31 de dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de dezembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL PMI/CERSP/CP Nº 01/2014

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL PMI/CERSP/CP Nº 01/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor JAISON CARDOSO DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Concurso Público realizado para o preenchimento dos empregos públicos existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares n.º 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Concurso Público objeto do EDITAL PMI/CERSP/CP Nº 01/2014. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na data de 05 de janeiro de 2015.

Imbituba, 23 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

EDITAL SEAGP Nº 143/2014

EDITAL SEAGP Nº 143/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 23 de Dezembro a 22 de Janeiro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 23 de Dezembro de 2014.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 143/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Fiscal de Obras e Posturas

Tatiane Cardoso Silva

Luiz Octavio Bueno de Carvalho

Alexandre Leal Cardoso

Vitor Antonio Alves

EXTRATO: 9912366148

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: 9912366148

Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

C.N.P.J: 82.909.409/0001-90

Objeto: PRORROGAÇÃO DA VIGENCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12(DOZE) MESES.

Imbituba, 23 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Contratante

Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: DEMUTRAN 2013/04 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: DEMUTRAN 2013/04 A02

Contratada: VOGTEC EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J: 09.131.598/0001-22

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 10/2013 Pregão 10/2013

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário Municipal Seinfra

Vogtec Equipamentos Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FMS 01/2014 – A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 01/2014 - A/01

Contratada: ADELIR PEREIRA DOS SANTOS

C.P.F: 290.249.009-72

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fundamento: Processo nº 01/2014 Dispensa 01/2014

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins Dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Adelir Pereira dos Santos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FMS 03/2013 – A/02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 03/2013 - A/02

Contratada: GERSON AQUINO RODRIGUES

C.P.F: 277.797.578-70

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fundamento: Processo nº 09/2013 Dispensa 02/2013

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins Dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Gerson Aquino Rodrigues

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FMS 04/2011 – A/07

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 04/2011 - A/07

Contratada: ADELIR PEREIRA DOS SANTOS

C.P.F: 507.258.749-53

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fundamento: Processo nº 05/2011 Dispensa 01/2011

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins Dos Passos Souza

Secretário Municipal de Saúde

Contratante

Adelir Pereira dos Santos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FMS 10/2013 – A/02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 10/2013 - A/02

Contratada: SÃO PEDRO CLINICA E FISIOTERAPIA LTDA ME.

C.N.P.J: 16.651.719/0001-22

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2015.

Fundamento: Processo nº 06/2013 Inexigibilidade 01/2013 Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins Dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

São Pedro Clinica e Fisioterapia Ltda Me

Guilherme Silva Pires

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FMS 12/2010 – A/08

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 12/2010 - A/08

Contratada: JULIANA PEREIRA SOARES.

C.N.P.J: 06.179.264/0001-30

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fundamento: Processo nº 23/2010 Dispensa 02/2010 DL

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins Dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Juliana Pereira Soares

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FMS 2013/53 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2013/53 A02

Contratada: ZINATA COLETAS DE LIXO LTDA

C.N.P.J: 06.179.264/0001-30

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 49/2013 Pregão 34/2013

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal da Saúde

Contratante

Zinata Coletas de Lixo Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FMS 2014/02 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/02 A01

Contratada: ZINATA COLETAS DE LIXO LTDA

C.N.P.J: 06.179.264/0001-30

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 04/2014 Pregão 03/2014

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal da Saúde

Contratante

Zinata Coletas de Lixo Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FMS 2014/22 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/22 A01

Contratada: DONTOTEC ASSIST E EQUIP. ODONTOLOGICO LTDA ME

C.N.P.J: 83.124.982/0001-50

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 25/2014 Pregão 22/2014

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins dos P Souza

Secretária Municipal Saúde

Dontotec Assist e Equip Odontologico Ltda Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FMS 39/2013 – A/02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 39/2013 - A/02

Contratada: CENTRAL DE PESQUISAS E MARKETING LTDA ME.

C.N.P.J: 02.295.493/0001-60

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fundamento: Processo nº. 26/2013 Pregão 21/2013

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins Dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Central De Pesquisas e Marketing Ltda Me.

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FMS 40/2010 – A/07

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 40/2010 - A/07

Contratada: GILBERTO SIMÕES DE BONA.

C.P.F: 379.153.809-82

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fundamento: Processo nº 37/2010 Dispensa 03/2010 Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins Dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Gilberto Simões De Bona

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FMS 40/2013 – A/07

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 40/2013 - A/07

Contratada: CLAUDIO DOS SANTOS

C.P.F: 299.864.869-04

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fundamento: Processo nº 35/2013 Dispensa 04/2013 Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins Dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Claudio dos Santos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FMS 41/2013 – A/03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 41/2013 - A/03

Contratada: ADALBERTO BARRETO RAIMUNDO.

C.P.F: 081.681.059-15

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fundamento: Processo nº 36/2013 Dispensa 05/2013 DL

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins Dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Adalberto Barreto Raimundo

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FMS 45/2011 – A/03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 45/2011 - A/03

Contratada: MUNICIPIO DE IMBITUBA E VOLNEI SOARES.

C.P.F: 454.741.339-87

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fundamento: Processo nº. 42/2011 Dispensa 02/2011 DL

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins Dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Volnei Soares

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FMS 52/2010 – A/06

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 52/2010 - A/06

Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.

C.N.P.J: 83.291.807/0001-58

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2015.

Fundamento: Processo nº 50/2010 Inexigibilidade 03/2010

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins Dos Passos Souza

Secretário Municipal de Saúde

Contratante

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FUNREBOM 2011/08A04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2011/08A04

Contratada: EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PORTUARIOS HENCHEMAIER LTDA

C.N.P.J: 11.604.897/0001-89

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 13/2011 Pregão 08/2011

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante do Bombeiro Militar de Imbituba

Contratante

Empresa Prestadora de Serviços Portuarios Henchemaier Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI FAZENDA2012/04 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI FAZENDA2012/04 A03

Contratada: ITAU UNIBANCO S/A

C.N.P.J: 60.701.190/0001-04

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2015 E PERMANENCIA DO VALOR UNITARIO DAS AUTENTICAÇÕES.

Valor: R\$ 193.500,00

Fundamento: Processo nº. 219/2011 Pregão nº98/2011

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Ivan Vitorio

Secretário Municipal da Fazenda

Contratante

Itau Unibanco S/A

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI GABINETE 2011/232 A05

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI GABINETE 2011/232 A05

Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME

C.N.P.J: 10.761.785/0001-79

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 158/2011 Tomada de Preço 07/2011

Imbituba, 17 de dezembro de 2014.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Contratante

Omega Comunicação Ltda Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SDR NORTE 2011/121 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 2011/121 A04

Contratada: ROBERTO LENIO TEIXEIRA

C.N.P.J: 784.795.099-53

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 94/2011 Dispensa 24/2011

Imbituba, 17 de dezembro de 2014.

Nivaldo Marques Gabriel

Secretário Municipal de Desenvolvimento Regional Norte

Contratante

Roberto Lenio Teixeira

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SDR SUL 2011/186 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR SUL 2011/186 A04

Contratada: VERA LUCIA QUERINO

C.N.P.J: 691.252.369-20

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 157/2011 Dispensa 43/2011

Imbituba, 17 de dezembro de 2014.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal da Sdr Sul

Contratante

Vera Lucia Querino

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP 2010/203 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2010/203 A04
Contratada: CENTHAURO SEGURANÇA ELETRONICA LTDA
C.N.P.J: 04.555.820/0001-09
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 203/2010 Dispensa 79/2010

Imbituba, 17 de dezembro de 2014.
Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Publica
Contratante

Centhauro Segurança Eletrônica Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP 2011/216 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2011/216 A04
Contratada: TECOMINI LTDA ME
C.N.P.J: 13.794.058/0001-04
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 183/2011 Carta Convite 22/2011

Imbituba, 17 de dezembro de 2014.
Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Publica
Contratante

Tecomini Ltda Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP 2013/116 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2013/116 A03
Contratada: OPTITEL REDES E TELECOMUNICAÇÕES LTDA
C.N.P.J: 01.580.723/0006-84
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 82/2013 Pregão 57/2013

Imbituba, 17 de dezembro de 2014.
Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Publica
Contratante

Optitel Redes e Telecomunicações Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP 2013/33 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2013/33 A02
Contratada: O GRANDE JORNAL EDITORA LTDA ME
C.N.P.J: 11.870.801/0001-24
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 03/2013 Pregão 03/2013

Imbituba, 17 de dezembro de 2014.
Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Publica
Contratante

O Grande Jornal Editora Ltda Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP 2013/84 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2013/84 A03
Contratada: CENTRAL DE PESQUISAS E MARKETING
C.N.P.J: 02.295.493/0001-60
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 46/2013 Pregão 34/2013

Imbituba, 17 de dezembro de 2014.
Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Publica
Contratante

Central de Pesquisas e Marketing
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP 2014/119 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2014/119 A01
Contratada: JEDSON DE MORAIS ME
C.N.P.J: 08.415.380/0001-37
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 101/2014 Pregão 60/2014

Imbituba, 17 de dezembro de 2014.
Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Publica
Contratante

Jedson de Moraes Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP 2014/40 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2014/40 A01
Contratada: SÃO LUCAS SAUDE CENTRO MULTIPROFISSIONAL LTDA
C.N.P.J: 10.597.903/0001-55
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 33/2014 Dispensa 27/2014

Imbituba, 17 de dezembro de 2014.
Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
Contratante

São Lucas Saude Centro Multiprofissional Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP17/2010 – A/06

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP17/2010 - A/06
Contratada: Natália Couto De Souza.
C.N.P.J. : 520.903.299-04
Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de Dezembro de 2015.
Fundamento: Processo nº. 14/2010 Dispensa 01/2010 DL
Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Natália Couto De Souza
Representante Legal
Locadora

Zeli Pires
Secretario Municipal De Administração e Gestão Pública
Locatário

EXTRATO: PMI SECULT 2014/222 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SECULT 2014/222 A01
Contratada: NADIR DOS SANTOS ABREU
C.N.P.J: 841.251.879-91
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 113/2014 Dispensa 22/2014
Imbituba, 17 de dezembro de 2014.

Valeria Fabiana C. Rodrigues
Secretário Municipal de Cultura
Contratante

Nadir dos Santos Abreu
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2013/71 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 2013/71 A02
Contratada: LUCILA PIRES FERNANDES
C.N.P.J: 507.155.779-72
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 13/12/2015 E A MUDANÇA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA SEDUC PARA A SECRETARIA DE CULTURA.
Fundamento: Processo nº. 62/2013 Dispensa nº12/2013
Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Valeria Fabiana C Rodrigues
Secretária Municipal da Cultura
Contratante

Lucila Pires Fernandes
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2010/83 A07

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 2010/83 A07
Contratada: JN CORRETORA DE SEGUROS
C.N.P.J: 01.872.170/0001-29
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 80/2010 Dispensa 18/2010
Imbituba, 17 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

JN Corretora de Seguros
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2010/94 A06

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 2010/94 A06
Contratada: CENTHAURO SEGURANÇA ELETRONICA LTDA ME
C.N.P.J: 04.555.820/0001-09
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015 E O REAJUSTE DE 5,8149(CINCO INTEIROS E OITO MIL, CENTO E QUARENTA E NOVE DÉCIMOS DE MILESIMOS PERCENTUAIS) CONFORME VARIAÇÃO ANUAL INPC.
Valor: R\$ 52.314,84
Fundamento: Processo nº. 73/2010 Pregão 48/2010
Imbituba, 22 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Valdeci Martins
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2011/195 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 2011/195 A04
Contratada: METAWAY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
C.N.P.J: 03.880.889/0001-37
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 161/2011 Pregão 83/2011
Imbituba, 17 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Metaway Teconologia da Informação
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2014/02 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 2014/02 A02
Contratada: EDITORA POSITIVO LTDA
C.N.P.J: 79.719.613/0001-33
Objeto: ACRÉSCIMO DE 18,5767%(DEZOITO INTEIROS E CINCO MIL, SETECENTOS E SESENTA E SETE DÉCIMOS DE MILÉSIMOS PERCENTUAIS) E PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ 31/12/2015.
Valor: R\$ 150.639,50
Fundamento: Processo nº. 01/2014 Pregão 01/2014
Imbituba, 23 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Editora Positivo Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2014/258 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 2014/258 A00
Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18
Objeto: CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE NO BAIRRO DE VILA SANTO ANTONIO - IMBITUBA.
Valor: R\$ 299.672,61 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 166/2014 Tomada de Preço 04/2014
Imbituba, 17 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas
Secretário Municipal de Educação
Contratante

Itapiruba Comercio de Materiais de Construção Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEFAZ 2012/117A A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEFAZ 2012/117A A02
Contratada: SOMAP ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTARIA LTDA
C.N.P.J: 07.182.988/0001-04
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 66/2012 Carta Convite 05/2012
Imbituba, 17 de dezembro de 2014.

Ivan Vitório
Secretário Municipal da Fazenda
Contratante

Somap Assessoria e Consultoria Tributaria Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEINFRA 2011/30 A05

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2011/30 A05
Contratada: MONTEC ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA
C.N.P.J: 91.771.147/0001-30
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 21/2011 Pregão 19/2011
Imbituba, 17 de dezembro de 2014.

Jose Afonso de Carvalho
Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Contratante

Montec Engenharia e Representações Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEINFRA 2013/72 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2013/72 A02
Contratada: DALTON GONÇALVES - ME
C.N.P.J: 17.581.400/0001-30
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 48/2013 Dispensa 36/2013
Imbituba, 17 de dezembro de 2014.

Jose Afonso de Carvalho
Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Contratante

Dalton Gonçalves Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEINFRA 2013/99 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2013/99 A02
Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 76/2013 Pregão 53/2013
Imbituba, 17 de dezembro de 2014.

Jose Afonso de Carvalho
Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Contratante

Itapiruba Comercio de Materiais de Construção Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEASH 2010/07 A05

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASH 2010/07 A05
Contratada: VALDECI DA ROSA
C.N.P.J: 578.542.039-20
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 04/2010 Dispensa 01/2010
Imbituba, 17 de dezembro de 2014.

Selma Elias Westphal
Secretária Municipal da Seash
Contratante

Valdeci da Rosa
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEASH 2011/01 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASH 2011/01 A03
Contratada: CLEIDE MARIA JOAQUIM PERÃO
C.N.P.J: 784.796.819-34
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 01/2012 Dispensa 23/2013
Imbituba, 17 de dezembro de 2014.

Selma Elias Westphal
Secretária Municipal da Seash
Contratante

Cleide Maria Joaquim Perão
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEASH 2013/05 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASH 2013/05 A03
Contratada: CENTHAURO SEGURANÇA ELETRONICA LTDA ME
C.N.P.J: 04.55.820/0001-09
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 09/2013 Dispensa 01/2013
Imbituba, 17 de dezembro de 2014.

Selma Elias Westphal
Secretária Municipal da Seash
Contratante

Centhauro Segurança Eletronica Ltda Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEASH 2013/08 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASH 2013/08 A02
Contratada: MARCIO JORGE FOTOGRAFIA LTDA ME
C.N.P.J: 80.479.868/0001-55
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 13/2013 Dispensa 03/2013
Imbituba, 17 de dezembro de 2014.

Selma Elias Westphal
Secretária Municipal da Seash
Contratante

Marcio Jorge Fotografia Ltda Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEASH 2013/14 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASH 2013/14 A02
Contratada: SILVIA CRISTINA AGOSTINHO PITTIGLIANI
C.N.P.J: 691.255.709-00
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.
Fundamento: Processo nº. 19/2013 Dispensa 05/2013
Imbituba, 17 de dezembro de 2014.

Selma Elias Westphal
Secretária Municipal da Seash
Contratante

Silvia Cristina Agostinho Pittigliani
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEASH 2014/05 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/05 A01

Contratada: CARLOS ALBERTO DA SILVA

C.N.P.J: 416.446.469-00

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 01/2014 Pregão 01/2014

Imbituba, 22 de dezembro de 2014.

Selma Elias Westphal

Secretária Municipal da Seash

Contratante

Carlos Alberto da Silva

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEMUSA 16/2014 – A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 16/2014 - A/01

Contratada: SÃO LUCAS SAÚDE CENTRO MULTIPROFISSIONAL LTDA.

C.N.P.J: 10.597.903/0001-55

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fundamento: Processo nº. 33/2014 Dispensa 27/2014

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins Dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

São Lucas Centro Multiprofissional Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEMUSA 21/2014 – A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 21/2014 - A/01

Contratada: MUCCI & RIO ANÁLISES E DIAGNÓSTICOS CLINICOS S/S.

C.N.P.J: 07.150.735/0003-02

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fundamento: Processo nº. 20/2014 Inexigibilidade 02/2014

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Maria Martins Dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Mucci & Rio Análises e Diagnósticos Clínicos s/s.

Representante Legal

Contratada

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 18/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 18/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor JAISON CARDOSO DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares n.º 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 18/2014. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na data de 05 de janeiro de 2015.

Imbituba, 23 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

ERRATA

COMUNICAÇÃO: onde se lê "As amostras deverão ser apresentadas na Secretaria de Educação será no dia 05 e 06/12/2015 das 08:30 às 11:00 horas", referente ao comunicado de abertura do Pregão nº 112/2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 19 de dezembro de 2014, ler-se-á "As amostras deverão ser apresentadas na Secretaria de Educação será no dia 05 e 06/01/2015 das 08:30 às 11:00 horas".

Imbituba, 24 de dezembro de 2014.

Michelle Francine Pereira de Oliveira de Souza

Pregoeira Oficial

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 062/14**

Ato da Presidência nº 062/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 44ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 29 de dezembro de 2014 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

A Ordem do Dia da 44ª Sessão Ordinária será destinada à eleição dos membros da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Imbituba para o Mandato de 1 (um) ano, considerando-se os eleitos empossados a partir do dia primeiro de Janeiro de 2015, conforme determina o Art. 59. da Lei Orgânica Municipal.

Gabinete da Presidência, 23 de dezembro de 2014.

Luís Antônio Dutra Presidente	Renato Carlos de Figueiredo Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 011, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 011, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dá nova redação ao Art. 59. da Lei Orgânica Municipal.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art.1º Fica alterado o Art. 59. da Lei Orgânica Municipal que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 59. O mandato da Mesa Diretora será de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição por igual período para o mesmo cargo de qualquer dos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal."

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de dezembro de 2014.

Luís Antônio Dutra Presidente	Renato Carlos de Figueiredo Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 23/12/2014 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

PORTARIA CMI Nº 60/2014

PORTARIA CMI nº 60/2014

"Concede Férias ao Servidor Marcelo José Cardoso".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Marcelo José Cardoso, Analista Legislativo, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 10/01/2014 a 09/01/2015, a ser gozada no período de 12/01/2015 a 10/02/2015, com retorno ao trabalho programado para o dia 11/02/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de Dezembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 27/01/2014.

PORTARIA CMI Nº 61/2014

PORTARIA CMI Nº 61/2014

"Concede Férias ao Servidor Thiago Guimarães Machado".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Thiago Guimarães Machado, Técnico Legislativo, férias regulamentares de 10 (dez) dias, referentes ao período aquisitivo de 29/01/2013 à 28/01/2014, a ser gozada no período de 05/01/2015 a 14/01/2015, com retorno ao trabalho programado para o dia 15/01/2015, sendo que 20 (vinte) dias do período aquisitivo já havia gozado de acordo com a Portaria 41/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 22 de Dezembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 26/12/2013.

Indaial**PREFEITURA****DECRETO Nº 1218/14**

. DECRETO Nº 1218/14

. De 22 de dezembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4928/13,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 26.498,13 (vinte e seis mil e quatrocentos e noventa e oito reais e treze centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
21.001.0006.0181.0021.2308.333900000000000	01000004	26.498,13

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 22 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

Iomerê**PREFEITURA****ATA DE R. DE PREÇOS Nº 0020/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0020/2014

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: HOTEL E RESTAURANTE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Pedro Penso, n. 195, Centro, Iomerê, SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 11.586.050/0001-19, neste ato representada pelo Sr. Pedro Sovrani, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento dos serviços descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0035/2014, Registro de Preços nº 0017/2014. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0055/2014.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REGISTRO VALOR UNITÁRIO R\$
1	Refeição com refrigerante/ou água/ou suco	Refeições	18,40

Iomerê, 19 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

JOSNEI BAVARESCO

Pregoeiro

PEDRO SOVRANI

Hotel e Restaurante Ltda - ME

ATA DE R. DE PREÇOS Nº 0021/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2014

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: BRITAGEM GASPAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada geral Iomerê/Treze Tílias, Km 02 na cidade de Iomerê, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 01.924.996/0003-56, neste ato representado pelo Sr. Daniel Me-deiros da Silva, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento dos materiais descrito abaixo, sujeitando-se as

partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0034/2014, Registro de Preços nº 0016/2014. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0054/2014.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR REGISTRADO
01	PEDRA BRITA Nº 01	TN	25,90
02	PEDRA BRITA Nº 02	TN	25,90
03	PEDRA DE MÃO	TN	19,90
04	PEDRA PULMÃO	TN	21,90
05	PEDRISCO	TN	25,90
06	PÓ DE PEDRA	TN	25,90
07	BRITA GRADUADA	TN	25,90
08	CBUQ – CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE	TN	199,90

Iomerê, 19 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JOSNEI BAVARESCO
PREGOEIRO

DANIEL MEDEIROS SILVA
Britagem Gaspar Ltda

CONTRATO Nº 14/085

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE.

CT14/085

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500 - Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Campos Novos, na cidade de Videira, inscrita no CNPJ sob o nº 78.511.466/0001-49, neste ato representado pelo Sr Luiz Carlos Spanholi, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam os serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1- O presente contrato tem como objeto serviços de arbitragem em competições esportivas a serem realizadas no Município de IOMERÊ, conforme segue:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
04	6	Arbitragem Voleibol de areia	150,00	900,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - Os serviços serão executados no Município de Iomerê, nos locais onde foram realizadas as competições esportivas, nos horários a serem definidos, de acordo com a programação das competições a serem elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Departamento de Esportes.

2.2 - Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, deverá disponibilizar profissionais capacitados e que possuam experiência no ramo de arbitragem, de acordo com cada modalidade esportiva descrita no Item 1.1, sem custo de transporte, alimentação e água.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - O valor do contrato é de R\$ 900,00 (novecentos reais).

3.2 - O pagamento pelos serviços/objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

3.3 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

3.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2014:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DEPTO ESPORTES
Complem. Elemento	3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	55

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº. 0011/2014 - Pregão Presencial 0011/2014 e RP 0007/2014.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

9.2 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, despesas com alimentação e deslocamento, dos profissionais que prestarão os serviços objeto deste certame.

9.3 - A Contratada obriga-se a dispor de pessoal especializado para prestação dos serviços, nos dias, horários e locais em que acontecerão as competições esportivas, com antecedência mínima de uma hora do início das competições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 09 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

TERMO ADITIVO Nº 14/015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMATICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA - CT13/97.

TA14/015

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica, situada na Rua João Pessoa, nº 134 Centro, na cidade de Criciúma/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT13/97 o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, e em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, no Processo Licitatório Pregão nº 0028/2013, resolvem prorrogar o prazo de vigência que passa a ser até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - O valor a ser pago mensalmente, a partir de 10 de dezembro de 2014, passa a ser de R\$ 3.627,90 (três mil seiscentos e vinte e sete reais e noventa centavos) mensais sendo:

QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$
12	Mês	Prefeitura	3.026,70
12	Mês	Fundo Municipal da Saúde	300,60
12	Mês	Fundo Municipal da Assistência Social	300,60

Caso venha solicitar esses serviços, segue valores reajustados:

100	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado, início da cobrança será a partir do momento que o técnico se encontrar na Prefeitura.	114,02
5.000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	0,72

Art. 3º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT13/97.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 05 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATADA
BETHA SISTEMAS LTDA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA FM PNEUS LTDA - CT14/041

TA14/016

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa FM PNEUS LTDA, pessoa jurídica, situada na ROD. SC. 453, KM 52,9 na cidade de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 81.374.845/0004-91, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT14/041 o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º Fica alterado a cláusula terceira do contrato em epígrafe, sendo o prazo da vigência aditivado até 31 de março de 2015, passando a vigorar a partir de 02 de janeiro de 2015, conforme as quantidades restantes do contrato;

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	04	Recauchutagem de pneu 18.4-30 desenho agrícola	1.107,75	4.431,00
2	04	Recauchutagem de pneu 12.4-24 desenho agrícola	570,33	2.281,32
3	30	Recapagem de pneu 1000r20 borra-chudo a frio	355,95	10.678,50
4	08	Recauchutagem pneu 1400-24 G-2	907,34	7.258,72
5	04	Recauchutagem pneu 19.5-24 G-2	1.296,20	5.184,80
6	02	Recauchutagem de pneu 12.16-5 SKS	453,67	907,34
7	06	Recauchutagem pneu 12.5/80-18 SGL	472,61	2.835,66
8	12	Recapagem pneu 275/80r22.2 liso	349,97	4.199,64

Art. 2º Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT14/041.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 05 de dezembro de 2014.

Município de Iomerê FM Pneus Ltda
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - CT13/55 - TA13/56

TA14/017

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, e de outro a lado ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua da Consolação, nº 317, na cidade de Xanxerê-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.301.930/0001-88, neste ato representada pelo Sr. Loacir Milto Fin, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993, resolvem ADITAR o contrato CT13/55 e TA13/56, o que o fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - Em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, e com o disposto na cláusula oitava do contrato acima epigrafado, resolvem prorrogar o prazo de vigência que passa a ser até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Reajustam o valor para R\$ 4.041,00 (quatro mil e quarenta e um reais) mensais, de acordo com o índice INPC.

Art. 3º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT13/55 e TA13/56.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 05 de dezembro de 2014.

Município de Iomerê Ascence Consultores Associados Ltda
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ E A EMPRESA INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME - CT13FMS/04

TA14/018

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 10.423.190/0001-03, representado neste ato pelo Prefeito Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 12.234.834/0001-40, com sede na Rua Duque de Caxias, 1212, em Joaçaba-SC, doravante denominada CONTRATADA resolvem de comum acordo e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações ADITAR o Contrato supra mencionado o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei

8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula sexta do contrato CT13FMS/04 resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Fica reajustado o valor mensal do contrato a partir de 02 de janeiro de 2015, passando a ser o equivalente a R\$ 611,00 (seiscentos e onze reais) totalizando R\$ 7.332,00 (sete mil trezentos e trinta e dois reais).

Art. 3º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 08 de dezembro de 2014.
MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

INOVADORA SERV. EM TECNOL. DA INF. LTDA ME
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE FONOAUDIÓLOGA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E ADRIANE ADAM DOS SANTOS - CT14/031.
TA14/019

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado ADRIANE ADAM DOS SANTOS, pessoa física, situada na Rua Antonio Marafon, nº 20 na cidade de Videira, inscrito no CPF sob o nº 579.210.329-15, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT14/031 o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - Fica alterado a cláusula terceira do contrato em epígrafe, sendo o prazo da vigência aditivado até 11 de dezembro de 2015, passando a vigorar a partir de 19 de fevereiro de 2015.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT14/031.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 08 de dezembro de 2014.	
CONTRATANTE	CONTRATADA
MUNICÍPIO DE IOMERÊ	ADRIANE ADAM DOS SANTOS

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/020

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MINISTRAR AULAS DE MÚSICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CLARINS INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - CT13/53 E TA13/44

TA14/020

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado CLARINS INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Antonio Marafon, 418, cidade de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.689.008/0001-07, neste ato representado pelo Sr. EFREN NAOR DOS SANTOS MOURA, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT13/53, o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - Em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, e com o disposto na cláusula nona do contrato acima epigrafado, resolvem prorrogar o prazo de vigência que passa a ser de 02 de janeiro até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Fica reajustado o valor mensal do contrato a partir de 02 de janeiro de 2015, passando a ser o equivalente a R\$ 2.445,90 (dois mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos) totalizando R\$ 29.350,80 (vinte e nove mil trezentos e cinquenta reais e oitenta centavos).

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT13/53.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 08 de dezembro de 2014.
MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

CLARINS INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/021

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ADESAO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA
TA14/021

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de

direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 04.072.953/0001-16, com sede na Rua Major Navarro Lins, 692, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.203-500, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT13/07 e aditivo TA13/36, o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - Em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, e com o disposto na cláusula terceira do contrato acima epigrafado, resolvem prorrogar o prazo de vigência que passa a ser de 05 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Com o disposto na cláusula primeira do contrato acima epigrafado, resolvem que o objeto deste contrato é a prestação dos serviços de manutenção e Suporte ao Módulo pedagógico do sistema ESCOLAVIANET®.

Art. 3º - Com o disposto na cláusula quinta do contrato acima epigrafado, resolvem reajustar o valor a ser pago pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, passando a ser o valor da parcela mensal de R\$ 198,33 (cento e noventa e oito reais e trinta e três centavos) totalizando o valor do contrato em R\$ 2.379,96 (dois mil trezentos e setenta e nove reais e noventa e seis centavos).

Art. 4º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT13/07 e aditivo TA13/36.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 08 de dezembro de 2014.

Município de Iomerê
CONTRATANTE

Controller Tecnologia e Sist. de Inform. Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/022

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA BRANDALISE CLINICA, ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA - CT13/01

TA14/022

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal LUCIANO PAGANINI, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa BRANDALISE CLINICA, ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 07.127.755/0001-09, com sede na Rua Brasil, nº 457 - Térreo - Centro, na cidade de Videira/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT13/01, o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, e em conformidade com o disposto na cláusula terceira, parágrafo único, resolvem aditar

o contrato acima epigrafado, encerrando-se em 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT13/01 e TA13/38.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 08 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

BRANDALISE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ E A EMPRESA CLINICA DR. MIRANDA LTDA - CT13FMS/09 - TA13/54 TA14/023

O MUNICÍPIO DE IOMERE, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 10.423.190/0001-03, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530, Centro, Iomerê SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado à empresa CLINICA DR. MIRANDA LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, situada na rua Veneriano dos Passos, nº 213 na cidade de Videira, inscrita no CNPJ sob o nº 02.472.621/0001-01, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações ADITAR o Contrato supra mencionado o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula terceira do contrato CT13FMS/09 e TA13/54 resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - As partes, de comum acordo, reajustam o valor para R\$ 4.030,00 (quatro mil e trinta reais) mensais, de acordo com a cláusula quarta do Contrato CT13FMS/09.

Art. 3º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 09 de dezembro de 2014.

Município de Iomerê	Clínica Dr. Miranda Ltda
CONTRATANTE	CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/024

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ E A EMPRESA SERVIÇOS DE SAÚDE VIDEIRA S/C LTDA - CT13FMS/07 - TA13/52 - TA14/009

TA14/024

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ sob nº 10.423.190/0001-03, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530, Centro, Iomerê SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado à empresa SERVIÇOS DE SAÚDE VIDEIRA S/C LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, situada na rua Coronel Fagundes, na cidade de Videira, inscrita no CNPJ sob o nº 04.726.830/0001-51, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações ADITAR o Contrato supra mencionado o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula terceira do contrato CT13FMS/07 e TA13/52 resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 10 de dezembro de 2014.

Município de Iomerê Serviços de Saúde Videira S/C Ltda
CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA - CT14/075.

TA14/025

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Pedro penso, nº 355, na cidade de Iomerê, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 17.524.852/0001-80, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT14/075, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem aditar o contrato, alterando a cláusula terceira do contrato em epígrafe, nos seguintes termos.

Art. 2º - A vigência do contrato fica prorrogada até 28 de fevereiro de 2015.

Art. 3º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 10 de dezembro de 2014

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

JJMCL PANIFIC. CONF. E SERVIÇOS LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MERCADO RZ LTDA - CT14/076.

TA14/026

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa MERCADO RZ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua XV de Novembro, nº 357, na cidade de Videira, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 85.373.157/0001-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT14/076, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem aditar o contrato, alterando a cláusula terceira do contrato em epígrafe, nos seguintes termos.

Art. 2º - A vigência do contrato fica prorrogada até 28 de fevereiro de 2015.

Art. 3º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 10 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

MERCADO RZ LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/028

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CT13/42, TA13/46 e TA14/003

TA14/028

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica, situada na Rua Lauro Muller, nº 467 na cidade de Videira/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 76.232.633/0001-00, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT13/42 o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, e em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, no Processo Licitatório Pregão nº 0009/2013, resolvem prorrogar o prazo de vigência que passa a ser até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT13/42 e seus aditivos.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 10 de dezembro de 2014.
MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
Paula Pasqual	
OAB/SC 16164	

TERMO ADITIVO Nº 14/029

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CT13FMS/05, TA13/47 e TA14/005

TA14/029

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, do Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica, situada na Rua Lauro Muller, nº 467 na cidade de Videira/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 76.232.633/0001-00, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT13/42 o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, e em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, no Processo Licitatório Pregão nº 0002/2013, resolvem prorrogar o prazo de vigência que passa a ser até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT13FMS/05 e seus aditivos.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 10 de dezembro de 2014.
MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/030

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ROBERTA APARECIDA CAPPELLETTO EIRELI - ME - CT14/009
TA14/030

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, e de outro a lado ROBERTA APARECIDA CAPPELLETTO EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 19.330.706/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993, resolvem ADITAR o contrato CT14/009, o que o fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - Em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, e com o disposto na cláusula segunda do contrato acima epígrafado, resolvem prorrogar o prazo de vigência que passa a ser até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Reajustam o valor para R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais) mensais, de acordo com o índice IGP.

Art. 3º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT14/009.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 11 de dezembro de 2014.
Município de Iomerê
CONTRATANTE

Roberta Aparecida Cappelletto Eireli - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/031

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ E A EMPRESA CLÍNICA WINCK SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME - CT14FMS/006

TA14/031

O MUNICÍPIO DE IOMERE, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ sob nº 10.423.190/0001-03, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530, Centro, Iomerê SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado à empresa CLÍNICA WINCK SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME, pessoa jurídica, de direito privado, situada na Rua Veneriano dos Passos, nº 163, Centro, Videira, SC., inscrita no CNPJ sob o nº 04.536.506/0001-70, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações ADITAR o Contrato supra mencionado o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula terceira do contrato CT13FMS/07 e TA13/52 resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 11 de dezembro de 2014.

Município de Iomerê Clínica Winck Serviços Médicos Ltda
CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/032

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE MUSICALIZAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E SÉRGIO CARLESSO - CT13/46 E ADITIVOS.

TA14/032

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado o Sr. SÉRGIO CARLESSO, pessoa física, situada na cidade de Tangará/SC, inscrito no CPF sob o nº 049.806.078-02, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT13/46 o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º. Fica alterado o art. 1º do contrato em epígrafe, sendo o prazo da vigência aditivado até 31 de dezembro de 2015, passando a vigorar a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato

CT13/46 e aditivos.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 11 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/033

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ E A EMPRESA CLINICA MEDICA HARMONIA VITAL S/S LTDA - CT13FMS/08 - TA13/53

TA14/033

O MUNICÍPIO DE IOMERE, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 10.423.190/0001-03, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530, Centro, Iomerê SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado à empresa CLINICA MEDICA HARMONIA VITAL S/S LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, situada na rua Coronel Fagundes, na cidade de Videira, inscrita no CNPJ sob o nº 07.157.075/0001-20, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações ADITAR o Contrato supra mencionado o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula terceira do contrato CT13FMS/08 e TA13/53 resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Reajustam o valor para R\$ 1.701,00 (um mil setecentos e um reais) mensais, de acordo com a cláusula quarta do Contrato CT13FMS/07.

Art. 3º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 11 de dezembro de 2014.

Município de Iomerê Clínica Médica Harmonia Vital S/S Ltda
CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/034

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CELSO MUNARO - ME - CT110040 - TA13/55

TA14/034

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, do Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, e a empresa CELSO MUNARO - ME, pessoa jurídica de direito privado, situado na Rua Luiz Nora, Centro, inscrita no CNPJ sob nº 03.312.103/0001-85, com sede no município de Iomerê (SC), RESOLVEM, de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993, resolvem ADITAR o contrato CT110040 e TA13/55, o que o fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, reajustam o valor para R\$ 715,40 (setecentos e quinze reais e quarenta centavos) mensais, de acordo com o parágrafo 10.1 do edital da Concorrência 0001/2011, até 31.12.2015.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 12 de dezembro de 2014.

Município de Iomerê	Celso Munaro - ME
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/035

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA RONALDO DE LIMA - CT14/027 TA14/035

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, e de outro a lado RONALDO DE LIMA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Frederico Bortolaz, nº 971, na cidade de Videira - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 13.358.419/0001-61, neste ato representada pelo Sr. Ronaldo de Lima, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993, resolvem ADITAR o contrato CT14/027, o que o fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - Em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, e com o disposto na cláusula segunda do contrato acima epigrafado, resolvem prorrogar o prazo de vigência que passa a ser até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT14/027.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 12 de dezembro de 2014.

Município de Iomerê	Ronaldo de Lima
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/036

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA - CT14/043 TA14/036

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal LUCIANO PAGANINI, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 07.753.029/0001-93, com sede na Rua Consolação, nº 317, Sala 01, Edifício Bossini, Bairro Matinho na cidade de Xanxerê - SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT14/043, o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, e em conformidade com o disposto na cláusula terceira, parágrafo único, resolvem aditar o contrato acima epigrafado, encerrando-se em 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT14/043.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 12 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SIST. LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/037

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAESTRO DO CORAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MARIA ELOIZA OTTO - CT13/56 e TA13/49

TA14/037

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa MARIA ELOIZA OTTO, pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Videira, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 13.139.749/0001-66, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT13/56, o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - Em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, e com o disposto na cláusula nona do contrato acima epigrafado, resolvem prorrogar o prazo de vigência que passa a ser de 02 de fevereiro até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Reajustam o valor para R\$ 1.036,50 (um mil e trinta e seis reais e cinquenta centavos) mensais.

Art. 3º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT13/56 e TA13/49.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 15 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ MARIA ELOIZA OTTO
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/038

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIO DIFUSÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA RADIO VIDEIRA LTDA - CT13/15 - TA13PMI48

TA14/038

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, n. 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa RÁDIO VIDEIRA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Veneriano dos Passos nº 385, na cidade de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 86.550.662/0001-50, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT13/15, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - Em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, e com o disposto na cláusula oitava do contrato acima epigrafado, resolvem prorrogar o prazo de vigência que passa a ser até 31 de

dezembro de 2015.

Art. 2º - Os valores permanecem inalterados, conforme os praticados nesta data, como sendo:

ITEM	QTDE.	DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
1	12	Veiculação de programa semanal, sendo de dez minutos ficando o conteúdo a critério do Município.	1.865,70	22.388,40
2	12	Veiculação de programa semanal de cinco minutos e inserções com conteúdo a ser definido pela Câmara de Vereadores.	1.554,80	18.657,60

Art. 3º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 19 de dezembro de 2014

MUNICÍPIO DE IOMERÊ RÁDIO VIDEIRA LTDA
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/039

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ E O SR. VILMAR PELLE - CT14FMS/002

TA14/039

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, representado neste ato pelo Prefeito Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado o Sr. VILMAR PELLE, pessoa física, 844.870.389-87 e RG nº 2.404.075 - SSP/SC, residente na cidade de Iomerê - SC, doravante denominada CONTRATADA resolvem de comum acordo ADITAR o Contrato supra mencionado o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula terceira do contrato CT14FMS/002 resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Fica reajustado o valor mensal do contrato a partir de 01 de janeiro de 2015, passando a ser o equivalente a R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) totalizando R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

Art. 3º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas

testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 22 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ	VILMAR PELLE
CONTRATANTE	CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/040

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ E O SR. GLADIR DANIELI - CT14FMS/003

TA14/040

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, representado neste ato pelo Prefeito Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado o Sr. GLADIR DANIELI, pessoa física, CPF nº 021.721.609-97, residente na cidade de Iomerê - SC, doravante denominada CONTRATADA resolvem de comum acordo ADITAR o Contrato supra mencionado o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula terceira do contrato CT14FMS/003 resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Fica reajustado o valor mensal do contrato a partir de 01 de janeiro de 2015, passando a ser o equivalente a R\$ 841,00 (oitocentos e quarenta e um reais) totalizando R\$ 10.092,00 (dez mil e noventa e dois reais).

Art. 3º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 22 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ	GLADIR DANIELI
CONTRATANTE	CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/041

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ E O SR. FIORINDO ANTONIO PAGNO - CT14FMS/007

TA14/041

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 10.423.190/0001-03, representado neste ato pelo Prefeito Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado o Sr. FIORINADO PAGNO, pessoa física, CPF nº 135.103.809-59, residente na cidade de Iomerê - SC, doravante denominada CONTRATADA resolvem de comum acordo ADITAR o Contrato supra mencionado o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula terceira do contrato CT14FMS/007 resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Fica reajustado o valor mensal do contrato a partir de 01 de janeiro de 2015, passando a ser o equivalente a R\$ 638,00 (seiscentos e trinta e oito reais) totalizando R\$ 7.656,00 (sete mil seiscentos e cinquenta e seis reais).

Art. 3º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 22 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ	FIORINDO PAGNO
CONTRATANTE	CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.124 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 210.298,32.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I.Código reduzido 1, Projeto 2.002 - Gestão das Políticas e Ações Vinculadas ao Gabinete do Prefeito e Vice, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 2 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL, Unidade 1 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, no valor de R\$ 3.550,00.

II.Código reduzido 4, Projeto 2.005 - Gestão das Ações do Controle Interno, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 2 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL, Unidade 1 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, no valor de R\$ 850,00.

III.Código reduzido 10, Projeto 2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 11.300,00.

IV.Código reduzido 6, Projeto 2.092 - Gestão das Ações do PROCON, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 600,00.

V.Código reduzido 20, Projeto 0.001 - Amortização da Dívida de Débitos Consolidados, elemento 46900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 50,00.

VI.Código reduzido 16, Projeto 2.004 - Gestão das Ações do Departamento de Planejamento e Finanças, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 1.800,00.

VII.Código reduzido 32, Projeto 2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 13.800,00.

VIII.Código reduzido 48, Projeto 2.038 - Gestão do Transporte Escolar do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0019, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 49.063,73.

IX.Código reduzido 59, Projeto 2.042 - Gestão do Transporte Escolar do Ensino Infantil, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de

Ensino, no valor de R\$ 6.000,00.

X.Código reduzido 50, Projeto 2.048 - Apoio as Ações do Ensino Médio, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 10.000,00.

XI.Código reduzido 66, Projeto 2.060 - Gestão das Políticas e Ações do Desporto e Lazer Comunitário, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 7.000,00.

XII.Código reduzido 73, Projeto 2.050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 8.700,00.

XIII.Código reduzido 72, Projeto 2.052 - Gestão das Ações de Vigilância e Inspeção Sanitária - SIF e SIM, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 28.200,00.

XIV.Código reduzido 83, Projeto 2.095 - Assistência Social Básica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 9.700,00.

XV.Código reduzido 104, Projeto 2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 800,00.

XVI.Código reduzido 3, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 8.200,00.

XVII.Código reduzido 7, Projeto 2.025 - Gestão das Ações da Saúde da Família - PSF, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 900,00.

XVIII.Código reduzido 11, Projeto 2.026 - Gestão das Ações dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 4.900,00.

XIX.Código reduzido 13, Projeto 2.027 - Gestão das Ações Básicas de Odontologia, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 4.850,00.

XX.Código reduzido 24, Projeto 2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 30.000,00.

XXI.Código reduzido 25, Projeto 2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0087, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 7.434,59.

XXII.Código reduzido 26, Projeto 2.031 - Gestão das Ações de Suporte Profilático e Terapêutico, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 1.050,00.

XXIII.Código reduzido 27, Projeto 2.072 - Gestão das Ações de Vigilância Sanitária, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 1.150,00.

XXIV.Código reduzido 29, Projeto 2.073 - Gestão das Ações de Vigilância Epidemiológica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,

Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 400,00.
TOTAL GERAL
R\$210.298,32

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 96.350,00.

II - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0019, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 49.063,73.

III - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0001, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 6.000,00.

IV - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0002, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 51.450,00.

V - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0087, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 7.434,59.

TOTAL GERAL
R\$210.298,32

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 19 de dezembro de 2.014.

Ipumirim-SC, 19 de dezembro de 2.014
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito em exercício

EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 79, PP 48-COMB.-ÓLEO DIESEL E GASOLINA/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2014
PROCESSO DE LICITAÇÃO 79/2014

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2014, do PROCESSO Nº 79/2014, homologado aos 23 de dezembro de 2014, cujo objeto é: aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina), destinados a frota de máquinas do Município, para o exercício de 2015, conforme especificações anexo ao Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.79.6007 de 23 de dezembro de 2014

FORNECEDOR: BIFFI & BIFFI LTDA., situada na RUA D. PEDRO II, 444, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 83.576.892/0002-81 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.829.606, representado pelo Senhor HELIO BIFFI, CPF: 347.953.089-34.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	GASOLINA COMUM	L	40.000,00	SHELL	2,97	118.800,00
Valor Total Registrado					R\$ 118.800,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.79.7774 de 23 de dezembro de 2014

FORNECEDOR: SAFRA DIESEL LTDA - MATRIZ, situada na RODOVIA ACESSO A SC 480 Nº 941E, município de CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ sob n. 76.578.202/0001-87 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.952.459, representado pelo Senhor RENI PERIZZOLO, CPF: 097.840.980-91.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	ÓLEO DIESEL S 10	L	200.000,00	PETROBRÁS DIST. S/A	2,61	522.000,00
Valor Total Registrado					R\$ 522.000,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

PORTARIA Nº.458/2014 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.014.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ANUAL E PROGRESSÃO POR DESEMPENHO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

NOMEIA

Os seguintes membros para compor a Comissão de Avaliação trienal da Progressão Funcional por Desempenho, conforme art. 14 da Lei Complementar nº 002/2002, para os seguintes funcionários: Laudecir Francio, Paulo Roberto de Bortoli, Janiel Giron, Fabiane Farina, Gerson Mario Wildner, Gilmar Antonio da Rosa, Claudiomir Antonio Accadrolli e Andressa Lucia Cesco.

- Adriana Giombelli Bordinhon - Efetiva - Administradora Escolar.

- Juliano Babinski- Efetivo - Contador.

- Suzana Giombelli - Efetiva - Cadastrista

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 23 de Dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 23 de Dezembro de 2.014.
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 444/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDORA NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

EXONERA

A ANGELICA PRISCILA SILVESTRE, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim - SC, Carteira de Identidade nº.5.336.276-4 e do CPF sob o nº.081.885.549-52, Nomeada em Caráter Temporário no cargo de AUXILIAR DE CRECHE, com carga horária de 40 horas semanais,

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 19 de Dezembro de 2014.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº. 445/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ALEX SANDRO LAZZAROTTO, Matrícula 2327-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3643497 e do CPF 051.959.739-70, com nomeação para o cargo de Motorista, constante no Anexo II, Grupo C - Serviços Operacionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 40, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 358/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 22 de dezembro de 2014.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 446/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ALEXANDRA TEREZINHA LAPPE BONISSONI NEIS, Matrícula 2224-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.614.136 e do CPF 086.632.097-03, com nomeação para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial Nível 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 090/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 22 de dezembro de 2014.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 447/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GENIANO SPESSATTO, Matrícula 2222-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3186618 e do CPF 026.081.799-67, com nomeação para o cargo de Pedreiro, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 30, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 079/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 22 de dezembro de 2014.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 448/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GIOVANI DA SILVA, Matrícula 2285-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.065.858 e do CPF 073.030.679-81, com nomeação para o cargo de Fiscal de

Obras, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 60, com carga horária de 35 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 206/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 22 de dezembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 449/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARIANA CANTON, Matrícula 2200-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.942.719 e do CPF 046.195.199-10, com nomeação para o cargo de Médico Veterinário de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial MEDICO VETERINARIO INSPECAO SANITARIA, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 006/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 22 de dezembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 450/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

SANDRA ZAVASCHI ZATTA, Matrícula 2202-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1876967-5 e do CPF 923.745.149-00, com nomeação para o cargo de Agente de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial AGENTE DE INSPECAO SANITARIA, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 008/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 22 de dezembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 451/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

TYAGO ZAT, Matrícula 2305-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.565.312 e do CPF 102.470.169-77, com nomeação para o cargo de Pedreiro, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 30, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 272/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 22 de dezembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 452/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ORLANDO VILI HANAUER FILHO, Matrícula 2267-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.186.666-5 e do CPF 045.726.809-30, com nomeação para o cargo de Médico, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial Nível 190, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 165/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 22 de dezembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 453/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CLARISETE BAUER, Matrícula 2203-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.134.276 e do CPF 079.953.739-02, com nomeação para o cargo de Agente de

Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial AGENTE DE INSPECAO SANITARIA, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 009/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 22 de dezembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 454/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARIA CRISTINA DE ALMEIDA LINS, Matrícula 2201-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.034.637 e do CPF 060.411.649-76, com nomeação para o cargo de Médico Veterinário de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial MEDICO VETERINARIO INSPECAO SANITARIA, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 07/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 22 de dezembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 455/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GILBERTO ANTONIO ACCADROLI, Matrícula 2302-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 24658030 e do CPF 824.810.169-04, com nomeação para o cargo de Pedreiro, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 30, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 264/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 22 de dezembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 456/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

DARLAN KUNZ, Matrícula 2309-4, com domicílio na Cidade e Município de , Carteira de Identidade nº. 4.584.251 e do CPF 071.093.809-80, com nomeação para o cargo de Operador de Máquinas Agríc.e Similares, constante no Anexo II, Grupo C - Serviços Operacionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 78, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 290/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 22 de dezembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 457/2014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

PRORROGA PROCESSO SELETIVO 003/2013 PARA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE CRECHE

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

P R O R R O G A

Fica prorrogado até 30 de dezembro de 2015 ou até a realização de concurso publico o processo seletivo 003/2013, para a contratação de auxiliar de creche.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 22 de dezembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 79, PP 48-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 79/2014 Data do Processo: 08/12/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina), destinados a frota de máquinas do Município, para o exercício de 2015, conforme especificações anexo ao Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 60/2014 (Sequência: 3)

Ao(s) 22 de Dezembro de 2014, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 79/2014, Licitação nº 48/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às oito horas e trinta minutos, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Calari, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: SAFRA DIESEL LTDA, PORTAL AUTO POSTO LTDA e BIFFI & BIFFI LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertarem lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez a Srª. ILAIR REGINA KURMANN BIFFI procuradora da empresa PORTAL AUTO POSTO LTDA, o Srº MAURICIO VENDRUSCOLO PERIZZOLO procurador da empresa SAFRA DIESEL LTDA e o Srº HELIO BIFFI, sócio proprietário da empresa BIFFI & BIFFI LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa somente a empresa BIFFI & BIFFI LTDA apresentou a declaração de Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte a Pregoeiro deu início a fase de lances verbais, os quais estão em planilhas rubricadas e anexadas ao presente auto. Entretanto, o que se refere ao item 2(dois) gasolina, o abastecimento dos veículos do Município será feito diretamente nas bombas de propriedade da empresa vencedora. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro a Equipe de Apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme exigências do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

Participante: 6007 - BIFFI & BIFFI LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	GASOLINA COMUM	L	40.000,00	SHELL	0,0000	2,97	118.800,00
Total do Participante ----->							118.800,00

Participante: 7774 - SAFRA DIESEL LTDA - MATRIZ

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ÓLEO DIESEL S 10	L	200.000,00	PETROBRÁS DIST. S/A	0,0000	2,61	522.000,00
Total do Participante ----->							522.000,00
Total Geral ----->							640.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2014 - PR
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 79/2014 Data do Processo: 08/12/2014
Folha: 2/2	

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 22 de Dezembro de 2014

COMISSÃO:

LAUDÉCIR FRANCO - - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 79, PP 48-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 79/2014 Data do Processo: 08/12/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 79/2014
b) Licitação Nr.: 48/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 23/12/2014
e) Objeto da Licitação aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina), destinados a frota de máquinas do Município, para o exercício de 2015, conforme especificações anexo ao Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

BIFFI & BIFFI LTDA. (6007)

2	GASOLINA COMUM - Marca: SHELL	L	40.000,00	0,0000	2,97	118.800,00
Total do Fornecedor:						118.800,00

SAFRA DIESEL LTDA - MATRIZ (7774)

1	ÓLEO DIESEL S 10 - Marca: PETROBRÁS DIST. S/A	L	200.000,00	0,0000	2,61	522.000,00
Total do Fornecedor:						522.000,00
Total Geral:						640.800,00

Ipumirim, 23 de Dezembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.744/2014

DECRETO N.º 2.744, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

DEFINE NOVOS VALORES A SEREM COBRADOS NO PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO, ESTABELECE NOVOS CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis (SC), cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e, em conformidade com o estabelecido na Lei Municipal nº 1.700/2013 de 28/05/2013,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidos por este Decreto novos valores do custo operacional da hora/máquina, do transporte de materiais, e do fornecimento de brita (lascão) e cascalho dentro do Programa Porteira Adentro estabelecido através da Lei Municipal nº 1.700/2013, conforme especificado abaixo:

Equipamento/Materiais	Máximo contratado	Valor/hora
Trator Esteira	10h	R\$ 180,00
Motoniveladora	5h	R\$ 150,00
Retroescavadeira	10h	R\$ 115,00
Escavadeira Hidráulica	10h	R\$ 200,00
Caçambas para serviços de terraplanagem	10h	R\$ 200,00
Caçambas para transporte de britas, cascalhos, pedregulhos e calcário	250km/6 viag.	R\$ 8,00 km rod.
Brita	40m3	R\$ 33,50 m3
Cascalho/Pedregulho	60m3	R\$ 16,00 m3
Construção de bueiro com fornecimento de tubos	-.-	R\$ 2.000,00

§ 1º. Não serão contemplados com o benefício do subsídio municipal no Programa Porteira Adentro, em virtude de não possuir demanda, os serviços de Motoniveladora.

§ 2º. Só serão atendidas as solicitações de horas/máquina, que totalizarem o mínimo de 3 (três) horas de serviços por máquina.

Art. 2º. Conforme resolução do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, os serviços especificados no Art. 1º serão executados de acordo com o cronograma permanente de atendimento, assim estabelecido:

I.Área de Timbózinho, que compreende as seguintes localidades: São José do Timbózinho, Barra do Tamanduá, Santo Antonio I, Santo Antonio II, Rio Vermelho, São Sebastião do Tokarski, Campina dos Pintos, São Roque, Pé da Serra, Serra da Boa Vista, Rio Branco, Pedra Branca, Colônia Francônia, Bom Sossego I e II;

II.Área de Poço Preto, que compreende as seguintes localidades: Poço Preto, Serrinha, Serra Grande, Escada, Vila Nova do Timbó, Campo do Meio, Campina Grande e Colônia Nova e Colônia Velha (sede do Município);

III.Área de São Pascoal, que compreende as seguintes localidades: São Pascoal, Rio Preto, Colônia Litikoski, Aparecida dos Pardos, São Sebastião do Bom Retiro e Quilômetros.

Parágrafo único. O Atendimento a cada área será realizado durante 30 (trinta) dias e será executado em forma de rodizio entre as 3 (três) áreas.

Art. 3º. O beneficiário terá direito a usufruir o subsídio máximo de R\$ 505,00 (quinhentos e cinco reais) anualmente, respeitando-se o limite máximo de horas, quilômetros (km) ou metros cúbicos (m3) de cada tipo de serviço.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogados os Decretos nº 2.468/2013 de 04/09/2013, 2.544/2014 de 09/01/2014, 2.582/2014 de 14/04/2014 e demais disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 22 de Dezembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO N.º 2.745/2014

DECRETO N.º 2.745/2014.

"ESTABELECE RECESSO EM ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto no art. 105, inciso I da LC 007/2001;

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade contínua de controle nas despesas em todos os órgãos da Administração; e,

CONSIDERANDO os feriados e comemorações de Ano Novo,

DECRETA:

Art 1º -Fica estabelecido recesso das atividades dos servidores públicos municipais no âmbito da Administração Direta em período integral no dia 31/12/2014 em período integral, devendo, no entanto nessa data, serem realizados as atividades que não possam sofrer solução de continuidade.

Art 2º -Recomenda-se assim, a todos os servidores que permaneçam de sobreaviso na data supramencionada para atendimento a ocorrências excepcionais no funcionamento dos serviços afetos às respectivas áreas de competência.

Art 3º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Irineópolis (SC), 23 de Dezembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 85/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 85/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Rocha e Machado Empreendimentos Ltda - EPP.

Objeto: REFORMA DO PÁTIO DE RECREAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR ZÉLIA MILLES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

Valor: R\$ 234.201,52 (duzentos e trinta e quatro mil duzentos e um reais e cinquenta e dois centavos).

Vigência: 23.12.2014 a 22.04.2015

Base Legal - Processo Licitatório 73/2014 - Tomada de Preços nº. 16/2014

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 73/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 73/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº. 16/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Rocha e Machado Empreendimentos Ltda - EPP.

Irineópolis, 23 de dezembro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 097/2014

LEI COMPLEMENTAR N.º 095/2014.

"Dispõe sobre a ampliação de vagas em cargo do quadro de pessoal efetivo do Magistério Público do Município de Irineópolis e dá outras providências".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aumentar o número de vagas em cargo do quadro de servidores efetivos do Magistério Público Municipal, instituído através da Lei Complementar n.º 056/2012 de 08/02/2012, e posteriores alterações, conforme estabelecido nas disposições desta Lei.

Art. 2º Fica autorizada a abertura de mais 02 (duas) vagas no cargo de Professor de Música, as quais ficam incorporadas ao Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal conforme especificado no quadro abaixo:

Ampliação:

Cargo	Nº vagas a acrescentar	Carga Horária	Salário Inicial R\$	Habilitação
Professor de Música	02	40h/sem	1.805,54	Portador de diploma de conclusão de curso superior de Licenciatura em Música ou Licenciatura em Ed. Artística com habilitação em música ou Licenciatura em Ed. Artística e Especialização em música.

§ 1º O Anexo III - Quadro e Vagas e de Funções de Gestão do Magistério Público Municipal da LC nº 056/2012, passa a vigorar com a composição constante do ANEXO ÚNICO, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Complementar nº 056/2012.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Município de Irineópolis - SC, em 24 de Outubro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO - LEI COMPLEMENTAR Nº 095/2014**LEI COMPLEMENTAR Nº 056/2012****ANEXO III****QUADRO DE VAGAS E DE FUNÇÕES DE GESTÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL****I - Professores**

Escolaridade: Formação nível superior, com habilitação na área pedagógica acrescido ainda do Ensino Médio na Modalidade Magistério, ou ainda, Habilitação em Pedagogia para atuar na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Licenciatura Plena na Educação e Licenciatura Plena na área do conhecimento específico do currículo, para atuar nas Séries Finais do Ensino Fundamental.

Carga Horária: 20 ou 40 horas semanais

Cargo	Carga Horária Semanal	Número de Vagas		
		Q	P	V
Professor Assistente	40h	02	02	-
Professor de Artes	20h	04	02	02
Professor de Ciências	20h	02	02	-
Professor de Educação Física	20h	07	06	01
Professor de Educação Infantil	20h	10	05	05
Professor de Geografia	20h	02	02	-
Professor de Historia	20h	02	02	-
Professor de Inglês	20h	06	04	02
Professor de Matemática	20h	03	02	01
Professor de Português	20h	03	02	01
Professor Ensino Fundamental (1º a 4º série)	20h	77	44	33
Professor Especialista em Educação Inclusiva	40h	07	03	04
Professor Auxiliar em Educação Inclusiva	40h	07	04	03
Professor de Música	40h	03	01	02
Professor de Tecnologia Educacional	40h	03	01	02

PORTARIA N º 540/2014

PORTARIA N º. 540/2014.

REFORMULA A COMPOSIÇÃO NOMINATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DE PREGÃO PRESENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso VII e parágrafo único do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe o Art. 3º, inciso IV, da Lei nº. 10.520/02;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica reformulada a composição nominativa da Comissão responsável pelos procedimentos licitatórios realizados pela Administração Direta, na modalidade Pregão Presencial, a qual passará a atuar com a seguinte constituição:

Pregoeira:

Rosani Rodrigues da Silva Mischka.

Membros da Equipe de Apoio:

Andressa Bendlin

Cassiana Lais Brand Rodrigues

Márcia Maria Kerscher

Patrícia Fabiane Fronczak

Reinaldo Stasiak.

Art. 2º. No caso de impedimento da Pregoeira, poderão atuar nessa condição Marcia Maria Kerscher ou Patrícia Fabiane Fronczak.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de 01/01/2015, ficando revogada a Portaria nº 320/2014 de 30/06/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC),

22 de Dezembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itapiranga**PREFEITURA****LEI COMPLEMENTAR Nº 85, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 85, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Inclui Gratificação Especial de 50% (cinquenta por cento) no Anexo I da Lei Complementar n. 60 de 6 de Agosto de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica incluída Gratificação Especial de 50% (cinquenta por cento) no Anexo I da Lei Complementar n. 60 de 6 de Agosto de 2013, com a seguinte redação:

DENOMINAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
RESPONSÁVEL PELA BANDA MUNICIPAL E CORAL MUNICIPAL DE ITAPIRANGA	- Responsável pelos instrumentos e equipamentos da banda municipal; - Coordenação das atividades da banda e coral municipal; - Coordenação dos ensaios e apresentações da banda e coral municipal.

Art. 2º A despesa decorrente da presente Lei Complementar, correrão por conta do orçamento de cada exercício financeiro.

Art. 4º Esta Lei Complementar entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga SC, de 22 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

D E C R E T O N. 274, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

D E C R E T O N. 274, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Anula o edital do Processo Licitatório n. 148/2014 do Município de Itapiranga SC, na Modalidade de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e o que dispõe a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

D e c r e t a:

Art. 1º. Fica anulado o Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 173/2014, de 10/12/2014, do Município de Itapiranga SC.

Parágrafo único. O cancelamento previsto no caput deste artigo se dá por não terem ocorrido interessados na participação do certame licitatório (Licitação Deserta).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 23 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO N.270, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO N.270, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.955, de 22 de dezembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Itapiranga-SC, na seguinte dotação orçamentária, exercício de 2014:

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

01.031.0001.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

31.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas
..... R\$ 13.500,00

33.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas
..... R\$ 9.500,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total da seguinte dotação:

03.01 - Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.122.0010.2004 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração

31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 23.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 22 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 269, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 269, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 160/2014, de 18/11/2014 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores JANETE FRANTZ BAUMANN, MACIEL WELTER, THIAGO ROHDEN e ADRIANO KARAL para, sob a presidência da primeira designada, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 160/2014, de 18/11/2014, da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 09h00min do dia 22/12/2014, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 18 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretario Municipal de Administração

DECRETO Nº 271, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 271, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Comissão de Avaliação dos equipamentos da fábrica de tubos do Município de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 2º da Lei Municipal nº 2.954, de 22 de dezembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto nomeados os senhores WILSON SCHNEIDERS, DAVINO RAUBER e JOÃO CARLOS ENGEL para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão de Avaliação dos equipamentos da fábrica de tubos do Município de Itapiranga - SC, com emissão de relatório para fins de alienação por modalidade legal.

§1º A Comissão designada no caput deste artigo deverá, no prazo de dez dias úteis, através de laudo, posicionar-se quanto à verificação e avaliação do equipamento da fábrica de tubos.

§ 2º Esta designação não conta ônus para os cofres municipais, por se tratar de serviço público relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, de 22 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 273, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 273, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Abre o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente Município de Itapiranga por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 104- Rec. Ordinários, no valor R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais) na fonte de recurso, 120- Recursos de Imposto da Educação no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais):

03.03 - Secretaria Municipal Adm., Obras, Serviços Urbanos - Urbanismo
25.752.0076.2012 - Manutenção e Implantação de Redes de Iluminação Pública
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
R\$ 49.000,00

06.01 - Secretaria Municipal Educ, Cult. e Desp. - Ensino Fundamental
12.361.0066.2029 - Manutenção e Desenv. das Ativ. da Educação Ensino Fundamental
33.90.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas
R\$ 4.000,00

06.03 - Secretaria Municipal Educ. Cult. e Desp. - Outras fontes
27.812.0073.2022 - Manutenção das Atividades do Setor de Cultura e Esporte
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
R\$ 3.000,00

08.01 - Secretária Municipal de Transportes
26.782.0149.2043 - Manutenção das Atividades da Secretária de Transportes
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
R\$ 35.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 22 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº. 255, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 255, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Regulamenta a Lei Municipal nº. 2891, de 17 de dezembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o programa de incentivo à produção agropecuária do Município de Itapiranga - SC.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela alínea "a" do inciso I do art. 75 da Lei Orgânica Municipal e em entendimento a Lei Municipal nº. 2.891, de 17 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado para o período de 1º de dezembro de 2014 a 30 de novembro de 2015 o valor de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais) como limite de gastos para o incentivo e fomento à agricultura e produção agropecuária, por produtor detentor de Nota Fiscal de Produtor Rural e que tenha movimentado o mesmo em 2014.

Parágrafo único. O incentivo tem por finalidade o pagamento de até 50% (cinquenta por cento) do valor dos serviços de máquinas terceirizadas executados na propriedade do produtor rural, até o valor máximo de R\$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais), para o período de 1º de dezembro de 2014 a 30 de novembro de 2015.

Art. 2º Ficam fixados os valores máximos a serem praticados por hora máquina/caminhão, conforme estabelecidos na tabela identificada como Anexo I a este decreto.

Art. 3º Para fazer jus ao incentivo o beneficiário deverá:

I -apresentar nota fiscal da prestação de serviço na propriedade;
II -apresentar numero da conta corrente do Banco em seu nome;
III -estar em dia com a prestação de contas do bloco de Produtor Rural;
IV -estar quites com a Fazenda Municipal e demais programas municipais.

§ 1º O pagamento do incentivo será feito diretamente ao beneficiário mediante apresentação da nota fiscal de prestação de serviço e preenchimento do requerimento identificado como Anexo II a este decreto.

§ 2º As solicitações de pagamento de serviços efetuados até a primeira quinzena de cada mês serão pagas até na segunda quinzena e as da segunda quinzena serão pagas na primeira quinzena do mês seguinte.

Art. 4º Os serviços serão fiscalizados pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto nº. 03, de 03 de janeiro de 2014.

Itapiranga- SC, 15 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretario Municipal de Administração.

Anexo I

Tabela de preços máximos para os serviços de máquinas para o Ano de 2015

	Descrição da Máquina	Valor p/hora
01	Retro Escavadeira Traçada com peso operacional acima de 06 toneladas	R\$ 120,00
02	Escavadeira Hidráulica com peso operacional acima de 13 toneladas	R\$ 220,00
03	Escavadeira Hidráulica com peso operacional acima de 16 toneladas	R\$ 240,00
04	Escavadeira Hidráulica com peso operacional acima de 20 toneladas	R\$ 240,00
05	Trator de Esteiras equipado com escarificador e peso operacional acima de 13 toneladas	R\$ 200,00
06	Trator de Esteiras equipado com escarificador e com peso operacional acima de 16 toneladas	R\$ 240,00
07	Trator de Esteiras equipado com escarificador e com peso operacional acima de 16 toneladas com lamina angulável	R\$ 250,00
08	Caminhão Caçamba Trucada com capacidade de carga mínima de 10 m³	R\$ 120,00
09	Caminhão Caçamba Trucada e Traçada com capacidade de carga mínima de 10 m³	R\$ 120,00
10	Caminhão Caçamba com capacidade de carga mínima de 06 m³	R\$ 100,00
11	Motoniveladora equipada com escarificador traseiro e peso operacional acima de 16 toneladas	R\$ 240,00
12	Rolo Compactador com peso de compactação de no mínimo de 18 toneladas	R\$ 210,00
13	Trator de Pneus traçado com potencia superior a 85 CV	R\$ 130,00

ANEXO II

ILMO. SR. SECRETARIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA
GESTOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO -
FUNDEAGRO

REQUERIMENTO

Eu _____
_____, Produtor Rural, Nº do Bloco _____
_____, morador da comunidade de _____
_____, inscrito no CPF nº _____
_____, vem mui respeitosamente, REQUE-
RER o ressarcimento de 50 % do valor autorizado pelo decreto nº
255/2014 da Nota Fiscal nº _____ Valor R\$
_____, conforme autoriza a Lei
Municipal nº 2.891 de 17 de dezembro de 2013.

Declaro que o Serviço foi executado na minha propriedade confor-
me consta na Nota Fiscal.

Dados para depósito

Nº da conta: _____

Agência: _____

Banco: _____

Nestes termos peço Deferimento

Itapiranga SC, ____/____/____.

Defiro	Indefiro
Em ____ de ____ de 2015.	
_____ Secretário Municipal da Agricultura	

Requerente

LEI COMPLEMENTAR Nº 86, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 86, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALTERA A REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 041/2011 DE 20
DE OUTUBRO DE 2011.

JAIR ANTONIO IMICH, Presidente da Câmara Municipal de Ita-
piranga, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que
lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno
da Câmara de Vereadores, faz saber que o plenário aprovou e eu
promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o coeficiente do Padrão 01, 02, 05 e 06 e inclui
padrão 07, ao Art. 11, I, da LC 041/2011 do quadro de cargos de
provimento efetivo, passando a vigorar com a seguinte redação:

PADRÃO	COEFICIENTE	
01	16,38	Auxiliar de serviços gerais
02	26,82	Agente administrativo
03	42,73	Contador
04	64,49	Advogado
05	32,91	Secretário executivo
06	23,00	
07	40,21	

Art. 2º Altera a nomenclatura do cargo de SECRETÁRIO constante
do ANEXO I, passando a vigorar com a seguinte redação, que
passa a ser parte integrante desta lei.

- Nomenclatura atual: SECRETÁRIO - Nomenclatura a vigor: SE-
CRETÁRIO EXECUTIVO

Art. 3º Altera o Quadro dos Cargos em Comissão e o coeficiente
de remuneração respectivo, previsto no Art. 12, da LC 041/2011,
passando a vigorar com a seguinte redação:

DENOMINAÇÃO	Nº DE VAGAS	COEFICIENTE
Assessor de Comunicação	01	32,91
Diretor geral	01	40,21
Assessor Jurídico	01	64,49
Assessor de Bancada	06	23,00

Art. 4º Altera carga horária do Cargo Comissionado de ASSESSOR
DE COMUNICAÇÕES constante do ANEXO II, que passa a ser parte
integrante desta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Horário: 40 horas semanais

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2015.

Itapiranga, 19 de dezembro de 2014.
Jair Antonio Imich
Presidente

Usando das atribuições que me são conferidas SANCIONO a presente Lei.

Extraíam-se cópias para as devidas publicações.

Gabinete do Executivo Municipal, em 22 de dezembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado em data supra.

Sergio Luis Kessler
Secretario Municipal de Administração.

ANEXO I

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS
QUADRO: CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS
CARGO: ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

Descrição Sintética das Atribuições: realizar todas as publicações dos atos e ações da câmara municipal de vereadores.

Descrição Analítica das Atribuições: Compete ao assessor de imprensa: execução de releasing dos atos da Câmara, redação de matéria com referência aos atos da Presidência e encaminhamento aos órgãos de imprensa; sempre que se fizer necessário, e durante os atos em plenário, controlar a sonorização do local e providenciar a competente gravação, converter e gravar os arquivos das atas das sessões, manter sob sua responsabilidade os equipamentos de som existentes e zelar pelo seu bom funcionamento e manutenção, comunicando a administração sempre que constatar a necessidade de reparos nos mesmos. Encarregar-se da elaboração e apresentação do cerimonial nas Sessões Solenes.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: 40 horas semanais

REQUISITOS PARA O PROVIMENTO

Instrução: Ensino Médio Completo

Idade: Mínima de 18 anos.

RECRUTAMENTO: Nomeação pelo Presidente da Câmara

ESPECIAL: Poderá haver compensação de horário nos dias em que for necessário, a critério da Presidência.

LEI MUNICIPAL N. 2.954, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI MUNICIPAL N. 2.954, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza a alienação por modalidade legal de bens de propriedade do Município de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar por modalidade legal, os bens inservíveis do Patrimônio Municipal, conforme segue:

I - Equipamentos da fábrica de tubos com motor trifásico 15 cv, conjunto de prensa com moldes em ferro para as bitolas 20, 30, 40 e 60 cm, mesa vibratória de 2X1m, formas para fabricação de meio fio, conjunto de moldes internos e externos, anéis, jogos de

moldes compressor de vários moldes, bucha de eixo central da prensa, peças de ferro para contrapeso, cavalete de ferro, inscrição no patrimônio sob nº 3895;

II -1 tanque aéreo de combustível, 17.000 lts, inscrito no patrimônio sob nº 10307.

Art. 2º A avaliação dos bens descritos no art. 1º da presente Lei será efetuada por comissão especificamente nomeada para este fim, através de Decreto.

Art. 3º Fica igualmente o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a baixa dos respectivos bens junto ao patrimônio municipal.

Art. 4º Para as despesas da aplicação da presente Lei serão utilizados os recursos do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, de 22 de dezembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração.

LEI MUNICIPAL N.2.955, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI MUNICIPAL N.2.955, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica O Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Itapiranga-SC, na seguinte dotação orçamentária, exercício de 2014:

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores	
01.031.0001.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas	
31.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas	
.....	R\$ 13.500,00
33.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas	
.....	R\$ 9.500,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total da seguinte dotação:

03.01 - Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos	
04.122.0010.2004 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração	
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas	
.....	R\$ 23.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 22 de dezembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

CMDCA: RESOLUÇÃO 004/2014

CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPOÁ
RESOLUÇÃO 004/2014

O CMDCA de Itapoá Resolve deliberar pela ampliação das cadeiras para ocupação de novos membros Conselheiros.

CONSIDERANDO o Plano Decenal do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, em seu EIXO 3 PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, trazendo como Diretriz:

Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade e opção política.

Promover o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Promover oportunidades de escuta de crianças e adolescentes nos serviços de atenção e em todo processo judicial e administrativo que os envolva.

Ampliar o acesso de crianças e adolescentes, na sua diversidade, aos meios de comunicação para expressão e manifestação de suas opiniões, tendo sido publicado em data de 19 de novembro de 2013.

CONSIDERANDO as Pré - Conferencias realizadas em todas as comunidades do município de Itapoá, realizado levantamento de metas para os próximos dez anos, sendo uma das metas criação de cadeira para a participação de adolescente no CMDCA;

CONSIDERANDO a IV Conferencia Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de itapoá, o Forum das Entidades ocorridos em 03 de dezembro de 2014, a solicitação da sociedade civil para a ampliação da participação no CMDCA, e eleição dos novos membros do CMDCA;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 500/2013 que dispõe sobre cadeira para a AOB nos Conselhos Municipais de Itapoá.
CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPOÁ

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 235/2009 que dispõe sobre o funcionamento do CMDCA e numeros de conselheiros;

CONSIDERANDO reunião ordinária do CMDCA, realizada em , que deliberou sobre pedido da sociedade civil.

RESOLVE:

Ampliar o numero de cadeiras disponivel para ocupação de membros conselheiros no CMDCA, de 06 (seis) para 10 (dez) membros conselheiros, sendo 05 (cinco) membros da sociedade civil e 05 (cinco) membros do governo.

Que as Secretarias afins para a participação no CMDCA serão: Secretária da Assistencia Social, Secretária de Saúde, Secretária de Educação, Secretária de Esporte e Secretária de Administração e Finanças.

Margarida Aparecida Gonçalves Haas
Presidente CMDCA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2340/2014 – DECLARA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2340/2014

Data: 17 de dezembro de 2014.

DECLARA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais nos dias, 24, 26 e 31 de dezembro de 2014 e no dia 02 de janeiro de 2015.

Art. 2º Os departamentos que executem serviços considerados essenciais obedecerão escala de trabalho estipulada pelas respectivas chefias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2341/2014 – DECLARA UTILIDADE PÚBLICA LOTES DO BALNEÁRIO SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2341/2014

Data: 17 de Dezembro de 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, LOTES DO BALNEÁRIO SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, com base no Decreto-Lei nº 3.365/41;

DECRETA

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública para fins de aquisição, os seguintes lotes:

I - Lote 08 da quadra 57 do Balneário São José, matriculado no Registro de Imóveis de Itapoá, sob nº 4.026

II - Lote 10 da quadra 57 do Balneário São José, matriculado no Registro de Imóveis de Itapoá, sob nº 4.028.

III - Lote 11 da quadra 57 do Balneário São José, matriculado no Registro de Imóveis de Itapoá, sob nº 13.507.

IV - Lote 12 da quadra 57 do Balneário São José, matriculado no Registro de Imóveis de Itapoá, sob nº 8.204.

V - Lote 13 da quadra 57 do Balneário São José, matriculado no Registro de Imóveis de Itapoá, sob nº 13.508.

VI - Lote 14 da quadra 57 do Balneário São José, matriculado no Registro de Imóveis de Itapoá, sob nº 8.205.

VII - Lote 16 da quadra 57 do Balneário São José, matriculado no Registro de Imóveis de Itapoá, sob nº 8.206

VIII - Lote 18 da quadra 57 do Balneário São José, matriculado no Registro de Imóveis de Itapoá, sob nº 8.207

IX - Lote 20 da quadra 57 do Balneário São José, matriculado no Registro de Imóveis de Itapoá, sob nº 4.036.

X - Lote 22 da quadra 57 do Balneário São José, matriculado no Registro de Imóveis de Itapoá, sob nº 3.961.

XI - Lote 24 da quadra 57 do Balneário São José, matriculado no Registro de Imóveis de Itapoá, sob nº 3.962.

§ 1º A utilidade pública declarada no caput deste artigo dar-se-á para fins de indenização do imóvel.

Art. 2º Fica revogado o Decreto Municipal nº 2333/2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de Dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2342/2014 – EXONERA CHEFIA DA SEÇÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2342/2014

Data: 19 de dezembro de 2014.

EXONERA CHEFIA DA SEÇÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e, Considerando a nomeação do Sr. Antônio Paulo Tercziany no cargo de Diretor do Departamento de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, através do Decreto Municipal nº 2329/2014, de 05 de dezembro de 2014; e CI SMS 531/2014, de 19 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o Sr. Antônio Paulo Tercziany do cargo de Chefe da seção de Controle e Avaliação do Departamento de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos à 05 de dezembro de 2014.

Itapoá (SC), 19 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2343/2014 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2343/2014

Data: 23 de dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso I da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014, e considerando CI/DO/127/2014, de 22 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação de dotação dentro da mesma categoria de programação, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 5.407,42 (cinco mil quatrocentos e sete reais e quarenta e dois centavos), conforme segue:
Suplementação

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 Câmara Municipal de Vereadores
010310001.2001 Manutenção da Câmara Municipal
33190 Aplicações Diretas DR 10000
..... R\$ 5.407,42

Anulação

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.01 Câmara Municipal de Vereadores
010310001.2001 Manutenção da Câmara Municipal
33190 Aplicações Diretas Dec Ope entre Órgãos DR 10000
..... R\$ 5.407,42

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2344/2014 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2344/2014

Data: 23 de dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 560/2014, de 23 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulações de dotações dentro da mesma categoria de programação, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 205.760,00 (duzentos e cinco mil setecentos e sessenta reais), conforme segue:
Suplementação

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.01 Fundo Municipal de Saúde
103010013.2142 Folha de Pagamento do FMS
33190 Aplicações Diretas (35) DR 10200
..... R\$ 89.760,00
33190 Aplicações Diretas (87) DR 30200
..... R\$ 116.000,00
Total das Suplementações
..... R\$ 205.760,00

Anulações

03.00 GABINETE DO PREFEITO
03.01 Gabinete do Prefeito
041220002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito
33390 Aplicações Diretas (528) DR 30000
..... R\$ 116.000,00
03.02 Gabinete do Vice-Prefeito
041220002.2010 Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito
33390 Aplicações Diretas (22) DR 10000
..... R\$ 10.000,00 34490 Aplicações Diretas (23) DR 10000
..... R\$ 5.060,00

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

09.02 Departamento de Pesca
206020012.2049 Convênios Municipais de Pesca
33350 Transf a Inst Priv s/ Fins Lucrativos (131) DR 10000
..... R\$ 19.900,00
206020012.2050 Desenvolvimento da Pesca Artesanal
34490 Aplicações Diretas (133) DR 10000
..... R\$ 3.000,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS
11.01 Departamento de Obras
154510009.1038 Elaboração de um Plano Municipal de Manut. e Pavimentação das Vias Públicas
33390 Aplicações Diretas (194) DR 10000
..... R\$ 4.900,00
34490 Aplicações Diretas (195) DR 10000
..... R\$ 9.900,00

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.01 Fundo Municipal de Saúde
103040013.2121 Convênio com a Associação Protetora dos Animais de Itapoá
33350 Transf a Inst Priv s/ Fins Lucrativos (49) DR 10200
..... R\$ 37.000,00

Total das Anulações
..... R\$ 205.760,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2345/2014 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2345/2014

Data: 23 de dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 561/2014, de 23 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação de dotação dentro da mesma categoria de programação, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 18.990,00 (dezoito mil novecentos e noventa reais), conforme segue:

Suplementação

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.01 Fundo Municipal de Saúde
103010013.2118 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33390 Aplicações Diretas (347) DR 10200
..... R\$ 18.990,00

Anulação

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.01 Fundo Municipal de Saúde
103040013.2121 Convênio com a Associação Protetora dos Animais de Itapoá

33350 Transf a Inst Priv s/ Fins Lucrativos (49) DR 10200
..... R\$ 18.990,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2346/2014 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2346/2014

Data: 23 de dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 43, inciso III da Le 4.320/64 e Lei Municipal nº 562/2014, de 23 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulações de dotações dentro da mesma categoria de programação, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), conforme segue:

Suplementações

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

103010013.2117 Plantões Médicos

33190 Aplicações Diretas (337) DR 10200
..... R\$ 50.000,00

103010013.2118 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

34490 Aplicações Diretas (354) DR 10200
..... R\$ 150.000,00

103010013.2142 Folha de Pagamento do FMS

33190 Aplicações Diretas (395) DR 30200
..... R\$ 100.000,00

33190 Aplicações Diretas (338) DR 10200
..... R\$ 550.000,00

Total das Suplementações
..... R\$ 850.000,00

Anulação

06.00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

06.02 Departamento de Urbanismo

015451004.1039 Construção da Praça da Av. das Nações

34490 Aplicações Diretas (153) DR 10000
..... R\$ 400.000,00

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

08.01 Departamento de Esporte

027813016.1009 Construção e Revitalização de Praças Esportivas e de Lazer

34490 Aplicações Diretas (249) DR 30000
..... R\$ 100.000,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.01 Departamento de Obras

154510091028 Pavimentação de Ruas

34490 Aplicações Diretas (150) DR 10000
..... R\$ 350.000,00

Total das Anulações
..... R\$ 850.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº123/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: Empresa DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP, com sede á Manoel de Arzão, nº 97, Bairro São José, na cidade de Itapoá/SC, CEP:89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.887.829/0001-12 e Inscrição Estadual nº 255.229.828, representada neste ato por sócio administrador, o Sr. JANUÁRIO LUIZ NUNES, portador do CNPJ/MF nº 378.917.319-34 e do CI.RG nº 2/R 82332 SSP/SC.

Licitação: TOMADA DE PREÇO Nº 15/2014 - PROCESSO Nº 146/2014;

Objeto: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de piso de concreto armado para fixação de parques infantis, nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

Valor total: R\$ 196.189,08 (cento e noventa e seis mil cento e oitenta e nove reais e oito centavos).

Data da assinatura: 19/12/2014.

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, com término condicionado a 06 (seis) meses.

Itapoá, de de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

LM Nº 559/2014 – ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 559/2014

Data: 17 de dezembro de 2014

ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Itapoá/SC, para o exercício financeiro de 2015, nos termos do art. 165, parágrafo 5º, da Constituição Federal, da Lei 4320/64, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, compreendendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e entidades da administração municipal direta e indireta.

Art. 2º. A receita total estimada nos orçamentos fiscal e de seguridade social, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 81.450.500,00 (oitenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta mil e quinhentos reais).

I - O orçamento fiscal prevê uma receita de R\$ 71.131,540,00 (setenta e um milhões, cento e trinta e um mil, quinhentos e quarenta reais);

II - O orçamento da seguridade social prevê uma receita de R\$ 10.318.960,00 (dez milhões, trezentos e dezoito mil, novecentos e sessenta reais).

Parágrafo Único - A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente Municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificada em receita corrente, ou corrente intra-orçamentária ou de capital, arrecadada na forma da legislação vigente.

Art. 3º. A despesa total do município está fixada em R\$ 81.450.500,00 (oitenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta mil e quinhentos reais), sendo R\$ 55.541.812,85 (cinquenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e um mil, oitocentos e doze reais e oitenta e cinco centavos) do orçamento fiscal, e R\$ 25.908.687,15 (vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, seiscentos e oitenta e sete reais e quinze centavos) do orçamento da seguridade social.

Art. 4º. A receita estimada e a despesa fixada para o exercício financeiro de 2015, serão evidenciadas através dos seguintes anexos:

I.Demonstrativo de Receitas / Despesas, por Categorias Econômicas (Anexo 01, da Lei 4.320/64);

II.Demonstrativo da Receita Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 02, da Lei 4.320/64)

III.Demonstrativo da Despesa por unidade orçamentária segundo as Categorias Econômicas (Anexo 02, da Lei 4.320/64).

IV.Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade (Anexo 06 da Lei 4.320/64)

V.Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos Atividades (Anexo 07 da Lei 4.320/64);

VI.Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o vínculo com recursos (Anexo 08, da Lei 4.320/64);

VII.Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 09, da Lei 4.320/64);

VIII.Quadro de Detalhamento da Despesa QDD;

IX.Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (art. 165, § 5º da CF)

Art. 5º. O poder executivo, por aprovação do Legislativo, através de Lei Específica poderá abrir créditos adicionais especiais por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, ou anulação de dotação, ou excesso de arrecadação, ou contratação de convênio, ou produto de operação de crédito autorizada.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I.Remanejar dotações de um grupo de natureza da despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais;

II.Utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, observando o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificados no Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III.Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64;

IV.Realizar abertura de créditos suplementares até 20% do total do orçamento fixado por esta Lei, provenientes de excesso de arrecadação de recursos ordinários, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4320/64;

V.Abrir no curso da execução do orçamento de 2015, créditos adicionais suplementares para cobrir despesa vinculada à destinação

de recurso específico, cujo recebimento no exercício tenha excedido a previsão de arrecadação e execução, bem como as fontes não previstas, inclusive a de operação de crédito;

§ 1º - As apurações do superávit financeiro e do excesso de arrecadação previstas neste artigo, serão realizadas em cada destinação de recurso identificada nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida no artigo 8º, parágrafo único e artigo 50, inciso I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, inciso I da LRF.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Itapoá (SC), 17 de dezembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LM Nº 560/2014 – AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

LEI MUNICIPAL Nº 560/2014

Data: 23 de dezembro de 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES de dotações.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por anulações de dotações, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

Suplementação

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

103010013.2142 Folha de Pagamento do FMS

33190 Aplicações Diretas (35) DR 10200 R\$ 89.760,00

33190 Aplicações Diretas (87) DR 30200 R\$ 116.000,00

Total das Suplementações R\$ 205.760,00

Anulações

03.00 GABINETE DO PREFEITO

03.01 Gabinete do Prefeito

041220002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito

33390 Aplicações Diretas (528) DR 30000 R\$ 116.000,00

03.02 Gabinete do Vice-Prefeito

041220002.2010 Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

33390 Aplicações Diretas (22) DR 10000 R\$ 10.000,00

34490 Aplicações Diretas (23) DR 10000 R\$ 5.060,00

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

09.02 Departamento de Pesca

206020012.2049 Convênios Municipais de Pesca

33350 Transf a Inst Priv s/ Fins Lucrativos (131) DR 10000 R\$ 19.900,00

206020012.2050 Desenvolvimento da Pesca Artesanal

34490 Aplicações Diretas (133) DR 10000
..... R\$ 3.000,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS

11.01 Departamento de Obras

154510009.1038 Elaboração de um Plano Municipal de Manut. e Pavimentação das Vias Públicas

33390 Aplicações Diretas (194) DR 10000
..... R\$ 4.900,00

34490 Aplicações Diretas (195) DR 10000
..... R\$ 9.900,00

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

103040013.2121 Convênio com a Associação Protetora dos Animais de Itapoá

33350 Transf a Inst Priv s/ Fins Lucrativos (49) DR 10200
..... R\$ 37.000,00

Total das Anulações
..... R\$ 205.760,00

Art. 2º Fica igualmente autorizado a inclusão dos créditos adicionais suplementares, no PPA - Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2014.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de dezembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LM Nº 561/2014 – AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

LEI MUNICIPAL Nº 561/2014

Data: 23 de dezembro de 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR anulação de dotação.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

Suplementação

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

103010013.2118 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

33390 Aplicações Diretas (347) DR 10200
..... R\$ 18.990,00

Anulação

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

103040013.2121 Convênio com a Associação Protetora dos Animais de Itapoá

33350 Transf a Inst Priv s/ Fins Lucrativos (49) DR 10200
..... R\$ 18.990,00

Art. 2º Fica igualmente autorizado a inclusão dos créditos adicionais suplementares, no PPA - Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2014.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de dezembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LM Nº 562/2014 – AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

LEI MUNICIPAL Nº 562/2014

Data: 23 de dezembro de 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR anulações de dotações.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por anulações de dotações, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

Suplementações

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

103010013.2117 Plantões Médicos

33190 Aplicações Diretas (337) DR 10200
..... R\$ 50.000,00

103010013.2118 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

34490 Aplicações Diretas (354) DR 10200
..... R\$ 150.000,00

103010013.2142 Folha de Pagamento do FMS

33190 Aplicações Diretas (395) DR 30200
..... R\$ 100.000,00

33190 Aplicações Diretas (338) DR 10200
..... R\$ 550.000,00

Total das Suplementações
..... R\$ 850.000,00

Anulação

06.00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

06.02 Departamento de Urbanismo

015451004.1039 Construção da Praça da Av. das Nações

34490 Aplicações Diretas (153) DR 10000
..... R\$ 400.000,00

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

08.01 Departamento de Esporte

027813016.1009 Construção e Revitalização de Praças Esportivas e de Lazer

34490 Aplicações Diretas (249) DR 30000
..... R\$ 100.000,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.01 Departamento de Obras

154510091028 Pavimentação de Ruas

34490 Aplicações Diretas (150) DR 10000
..... R\$ 350.000,00

Total das Anulações
..... R\$ 850.000,00

Art. 2º Fica igualmente autorizado a inclusão dos créditos adicionais suplementares, no PPA - Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2014.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de dezembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

LM Nº 563/2014 – DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS EM REGIME DE ADIANTAMENTO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 563/2014

Data: 23 de dezembro de 2014

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS EM REGIME DE ADIANTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no Município de Itapoá o Regime de Adiantamento de despesa que reger-se-á segundo esta lei e as normas legais vigentes que disciplinam a matéria, notadamente a Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 2º. Consideram-se despesas em regime de adiantamento as compreendidas nos seguintes casos:

- despesas extraordinárias e urgentes que não comportem delonga na realização do pagamento;
- despesas que tenham de ser efetuadas fora da sede, desde que não se possam subordinar ao regime normal de empenho;
- despesas com alimentação de pessoal de obras, educação ou comitivas especiais, quando as circunstâncias não permitirem o regime normal de fornecimento;
- despesas com combustível, materiais e serviços para conservação de veículos e diárias, quando em viagem a serviços fora da sede;
- despesas pequenas de pronto pagamento, desde que, por comprovante, não ultrapassem o limite do valor do maior salário-mínimo mensal vigente no País.

Art. 3º. Os adiantamentos serão concedidos somente a um servidor de cada secretaria, ou Órgão equivalente e requisitados pelos titulares das unidades administrativas ao Chefe do Executivo Municipal e do Instituto de Previdência - IPESI.

§ 1º Não se inclui na restrição deste artigo, o servidor designado pelo Chefe do Executivo, para viagens de interesse público.

§ 2º Não se concederá adiantamento a servidor em alcance, nem a responsável por dois adiantamentos.

§ 3º Fica vedado o adiantamento aos agentes políticos.

§ 4º. A requisição de adiantamento deve indicar:

- a soma a adiantar, em algarismo e por extenso;
- o nome e o cargo do servidor a quem deve ser feito o adiantamento;
- o Órgão e a Unidade executora;
- as dotações orçamentárias por onde devem correr as despesas e o respectivo exercício financeiro;
- o período de sua publicação, e tanto quanto possível, a despesa a que se destina o adiantamento nos termos do artigo 1º.

Art. 5º. Para cada adiantamento serão extraídas tantas notas de empenho quantas forem as rubricas (elementos e subelementos) das despesas constantes na requisição.

Art. 6º. Os recursos concedidos a título de adiantamento serão depositados em conta bancária específica vinculada e movimentados por ordem bancária, cheque ou transferência eletrônica de numerário.

§ 1º A conta bancária deverá ser identificada com o nome da unidade concedente, acrescido da expressão "adiantamento" e, sempre que possível, do nome do responsável pelos recursos.

§ 2º A movimentação por cheques nominiais, cruzados e

individualizados por credor e a realização de saques para pagamento em espécie serão admitidos apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput, devendo esta circunstância ser justificada na prestação de contas.

§ 3º Decorrido o prazo de aplicação, os recursos de adiantamentos ou saldos destes não aplicados no objeto, serão imediatamente recolhidos à conta bancária de origem juntamente com as eventuais rendas de aplicações financeiras.

§ 4º A conta bancária que deixar de ser movimentada deve ser imediatamente encerrada, sendo vedada a sua reutilização para outros fins ou sua movimentação por outro servidor.

Art. 7º. Para comprovar a aplicação do adiantamento, o responsável apresentará à Contabilidade, o seguinte:

- os documentos da despesa devidamente relacionados, quitados e visados, nos termos do artigo 11 desta Lei;
- cópia da requisição do adiantamento;
- os comprovantes originais de recolhimentos dos saldos do adiantamento e dos descontos efetuados;
- os extratos da conta-corrente bancária.

Art. 8º. A comprovação da aplicação de adiantamentos deverá ser apresentada à Contabilidade, nos prazos estabelecidos na requisição, os quais não poderão exceder de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do numerário.

Parágrafo único. Nos casos de entrega parcelada de numerário, os prazos serão contados a partir do recebimento da primeira parcela.

Art. 9º. A Secretaria de Administração e Finanças, através de seu Serviço de Contabilidade, examinará, no prazo máximo de 10 (dez) dias, os documentos de despesa sob aspecto legal e aritmético, conferirá a conta-corrente do responsável, e emitirá parecer técnico do exame procedido.

Parágrafo único. Havendo qualquer irregularidade na prestação de contas apresentada, o responsável terá o prazo de 10 (dez) dias para justificar o ato impugnado, ou recolher a importância devida.

Art. 10º. Emitido o parecer técnico referido no art. 8º, o processo de prestação de contas será remetido ao Chefe do Executivo Municipal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para julgamento.

Art. 11º. Julgadas as contas, serão as mesmas remetidas à Secretaria de Administração e Finanças, que as encaminhará a seu Serviço de Contabilidade, para proceder a baixo da responsabilidade, ou debitar o responsável pelas importâncias constatadas irregulares.

Art. 12º. Constituem documentos comprobatórios da despesa realizada pelo regime de adiantamento, os comprovantes regulares da despesa pública, os documentos fiscais, em primeira via, conforme definido na legislação tributária.

§ 1º - O documento fiscal, para fins de comprovação da despesa, deve indicar:

I - a data de emissão posterior à do recebimento do numerário, o nome, o endereço e o número do CPF ou do CNPJ do destinatário, conforme o caso;

II - a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;

III - os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§ 2º Quando o documento fiscal não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, o responsável deve elaborar termo complementando as informações, para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do adiantamento.

§ 3º Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

Art. 13º. Será admitido recibo apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária.

Parágrafo único - O recibo conterá, no mínimo, a descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, valor pago (numérico e por extenso) e a discriminação das deduções efetuadas, se for o caso.

Art. 14º. Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

Art. 15º. Os documentos comprobatórios de despesas realizadas pelo regime de adiantamento devem ser nominiais ao órgão ou entidade a que pertencer os recursos, observando-se os requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação fiscal.

Art. 16º. Os comprovantes de despesas com aquisição de bens e prestação de serviços devem conter o atestado de recebimento firmado pelo responsável.

Art. 17º. Os saldos de adiantamento, não aplicados até 31 de dezembro, serão obrigatoriamente recolhidos à Tesouraria do Município até aquela data.

Art. 18º. O Serviço de Contabilidade manterá em dia registro individualizado de todos os responsáveis por adiantamentos, de forma a exercer perfeito controle dos prazos, para a respectiva prestação de contas, nos termos dos artigos 6º e 7º.

Art. 19º. Não cumprindo o prazo fixado no artigo 7º, a Secretaria de Administração e Finanças, dentro de 10 (dez) dias, instaurará o respectivo processo para decisão do Prefeito, a aplicação da penalidade a que estiver sujeito.

Art. 20º. O responsável que deixar de fazer a prestação de contas dos adiantamentos, ou recolher o saldo não aplicado dentro dos prazos determinados, ficará sujeito à multa de 3% (três por cento), mais correção monetária, ao mês, sobre o total do adiantamento, salvo caso de força maior devidamente comprovada, a juízo do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 21º. Se, apesar de multado, o responsável não fizer a prestação de contas até 30 (trinta) dias após o término dos respectivos prazos estabelecidos nesta Lei, ou deixar de recolher as parcelas julgadas irregulares, o mesmo será considerado em alcance e inscrito em dívida ativa, promovendo-se contra ele a cobrança executiva sem prejuízos das sanções previstas na legislação penal e estatutária.

Art. 22º. O regime de adiantamento previsto nesta Lei, não dispensa a observação das normas instituídas para licitações.

Art. 23º. Nos casos omissos, aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993.

Art. 24º. O Poder Executivo instituirá, por Decreto, os modelos dos formulários a serem utilizados na dinâmica desta Lei.

Art. 25º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de dezembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

RH - PORTARIA Nº 1421/2014.

PORTARIA Nº 1421/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora FABRÍCIA PERES DO ROSÁRIO, matrícula nº 62036-0, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, os seguintes Membros:

1º membro: Amarildo José Zagonel

2º membro: Luciano Pellissari

3º membro: Sonia Maria de Mira Farias

4º membro: Irene Franco S. Barbosa dos Santos

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1389/2014.

PORTARIA Nº 1389/2014.

De: 01 de dezembro de 2014.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) BARBARA BORST, matrícula 11616610-01, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1393/2014

PORTARIA Nº 1393/2014

De: 01 de dezembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2014 a 20 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) ANDREIA NUNES DE JESUS, matrícula 5428, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, da Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1395/2014

PORTARIA Nº 1395/2014

De: 01 de dezembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2014 a 20 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) DIEGO ANGELO ANTUNES, matrícula 598100, investido (a) no cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, da Secretaria de Bem Estar Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1396/2014

PORTARIA Nº 1396/2014

De: 01 de dezembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2014 a 30 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) NADEA DA GRAÇA SILVA, matrícula 616303, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1404/2014.

PORTARIA Nº 1404/2014.

De: 03 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 76/2001, Art. 79, inciso II e Art. 80, 81 e 82.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 03 de dezembro de 2014 à 17 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) MARCIANE RECH, matrícula 576913, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO III, da Secretaria de Saúde, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1405/2014.

PORTARIA Nº 1405/2014.

De: 03 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 76/2001, Art. 79, inciso II e Art. 80, 81 e 82.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 27 de novembro de 2014 à 16 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) ROSELY TURECK, matrícula 620912, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, da Secretaria de Educação, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 27.11.14, conforme consta no atestado médico emitido em 03.12.14.

Itapoá - SC, 03 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1410/2014.

PORTARIA Nº 1410/2014.

De: 07 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

CLEUSA GALVÃO NUNES, matrícula 617121, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para a referência Nível I - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1413/2014

PORTARIA Nº 1413/2014

De: 09 de dezembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 09 de dezembro de 2014 a 07 de janeiro de 2015, ao (a) servidor (a) DOMINIQUE APARECIDA DE MIRANDA, matrícula 1200437, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1424/2014.

PORTARIA Nº 1424/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do servidor FRANCIS LEDOUX DE OLIVEIRA, matrícula nº 252-6/01, no cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS I, os seguintes Membros:

1º membro: Marcio Roberto Gonzatto

2º membro: Reinilda Fiorese

3º membro: Adalberto Geraldo Lupatelli

4º membro: Neuson Godoy

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1432/2014.

PORTARIA Nº 1432/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora ANA LUIZA VALENTE DE OLIVEIRA, matrícula nº 65619-4, no cargo de PSICÓLOGO I, os seguintes Membros:

1º membro: Alessandra Silveira Oliveira

2º membro: Vivian Becker

3º membro: Margarida Aparecida Gonçalves Hass

4º membro: Silmara Regina Ramos

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1433/2014.

PORTARIA Nº 1433/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora LUCIANA HÜBL NARDO, matrícula nº 115339-0, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, os seguintes Membros:

1º membro: Valdir Martins Gonçalves

2º membro: Fernanda Cristina Rosa

3º membro: Isabela Raicik Dutra Pohl

4º membro: Rosangela da Silva Silveira

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1378/2014

PORTARIA Nº 1378/2014

De: 24 de novembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 24 de novembro de 2014 a 23 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) JORICILDA BORBA LEDOUX, matrícula 563897, investido (a) no cargo de FISCAL SANITÁRIO I, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 24 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1379/2014

PORTARIA Nº 1379/2014

De: 24 de novembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 24 de novembro de 2014 a 23 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) MARI-STELA BARTECZKO, matrícula 604704, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 24 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1380/2014

PORTARIA Nº 1380/2014

De: 24 de novembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 24 de novembro de 2014 a 13 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) ALEXANDRE FÁVARO DE SOUZA, matrícula 609030, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, da Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 24 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1381/2014

PORTARIA Nº 1381/2014

De: 24 de novembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 24 de novembro de 2014 a 23 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) DEBORA DA SILVA ESTEVÃO COELHO, matrícula 610348, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 24 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1382/2014

PORTARIA Nº 1382/2014

De: 24 de novembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 24 de novembro de 2014 a 13 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) ADENILDO PEDRO COELHO, matrícula 1213580, investido (a) no cargo de MOTORISTA, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 24 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1383/2014.

PORTARIA Nº 1383/2014.

De: 24 de novembro de 2014.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

IARA CRISTINE DE OLIVEIRA HOEPFNER, matrícula 2593, ocupante do cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE II, para a referência Nível VI - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 24 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1384/2014.

PORTARIA Nº 1384/2014.

De: 24 de novembro de 2014.

Dispõe sobre retificação:

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Em vista de erro de digitação, constatado na Portaria nº 1336/2014, de 03 de novembro de 2014, da servidora SILVANA DA SILVA COSTA OLIVEIRA.

Retifica-se:

Onde lê-se referência II - D, leia-se II - C. As demais informações contidas na mesma, por este ato ratificada.

Itapoá - SC, 24 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1385/2014

PORTARIA Nº 1385/2014

De: 30 de novembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 30 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) ROSIMERI DO NASCIMENTO, matrícula 605018, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 30 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1386/2014.

PORTARIA Nº 1386/2014.

De: 01 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) FABRÍCIO PERES DO ROSÁRIO, matrícula 591068, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para a referência Nível VI - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1387/2014.

PORTARIA Nº 1387/2014.

De: 01 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) CARLA APARECIDA RUSISKA, matrícula 623393, ocupante do cargo de ENFERMEIRO II, para a referência Nível VII - C, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1388/2014

PORTARIA Nº 1388/2014

De: 01 de dezembro de 2014.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 047/2014 da Secretaria de Obras e Serviços Públicos,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). CARLOS LOPES DOS SANTOS, matrícula 11615907, na função de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1390/2014.

PORTARIA Nº 1390/2014.

De: 01 de dezembro de 2014.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) FABIANA REGINA MAFFEZZOLLI ALVES, matrícula 591165-01, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1391/2014

PORTARIA Nº 1391/2014

De: 01 de dezembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2014 a 20 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, matrícula 3212, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1392/2014

PORTARIA Nº 1392/2014

De: 01 de dezembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2014 a 30 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) FRANCISCO DOS SANTOS MACHADO, matrícula 3735, investido (a) no cargo de MOTORISTA, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1394/2014

PORTARIA Nº 1394/2014

De: 01 de dezembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2014 a 20 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) NEUZI TERESINHA CORDEIRO MACHADO, matrícula 583057, investido (a) na função de AGENTE DE ENDEMIAS, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1397/2014

PORTARIA Nº 1397/2014

De: 01 de dezembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2014 a 20 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) MONICA DE ARAGÃO BAETA KWIATKOWSKI, matrícula 618314, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1398/2014

PORTARIA Nº 1398/2014

De: 01 de dezembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2014 a 20 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) MARILUCE DO NASCIMENTO DO ROSÁRIO, matrícula 621102, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1399/2014

PORTARIA Nº 1399/2014

De: 01 de dezembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2014 a 20 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) CARLA APARECIDA RUSISKA, matrícula 623393, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1400/2014

PORTARIA Nº 1400/2014

De: 01 de dezembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2014 a 30 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) ROBERTA MARIN GOMES, matrícula 624012, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1401/2014

PORTARIA Nº 1401/2014

De: 01 de dezembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2014 a 20 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) LINDONES RANGEL, matrícula 1213369, investido (a) no cargo de MOTORISTA, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1402/2014

PORTARIA Nº 1402/2014

De: 01 de dezembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2014 a 20 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) CLAUDINE ROSA GOMES, matrícula 1213601, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1403/2014

PORTARIA Nº 1403/2014.

De: 02 de dezembro de 2014.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ADRIANE WIELEWSKI, matrícula 1285386-01, investido (a) na função de ENFERMEIRO I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1406/2014.

PORTARIA Nº 1406/2014.

De: 03 de dezembro de 2014.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) ANA MARIA PEREIRA, matrícula 618136-06, investido (a) na função de EDUCADORA SOCIAL, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1407/2014

PORTARIA Nº 1407/2014

De: 05 de dezembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 05 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) ALESSANDRA

SILVEIRA OLIVEIRA, matrícula 1473, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, da Secretaria de Bem Estar Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 05 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1408/2014.

PORTARIA Nº 1408/2014.

De: 05 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

EUCLIDES GOULART SANCHES, matrícula 590886, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para a referência Nível VI - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 05 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1409/2014.

PORTARIA Nº 1409/2014.

De: 07 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

CLAUDETE THOMAS, matrícula 581038, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para a referência Nível I - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1411/2014

PORTARIA Nº 1411/2014

De: 08 de dezembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 08 de dezembro de 2014 a 06 de janeiro de 2015, ao (a) servidor (a) WALDEMAR VIEIRA DOS SANTOS FILHO, matrícula 591912, investido (a) no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, da Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Cultura, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 08 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1412/2014

PORTARIA Nº 1412/2014

De: 09 de dezembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 09 de dezembro de 2014 a 07 de janeiro de 2015, ao (a) servidor (a) ANA MARIA DE SOUSA, matrícula 624330, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, da Secretaria de Bem Estar Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1414/2014

PORTARIA Nº 1414/2014.

De: 09 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

FERNANDA CRISTINA ROSA, matrícula 2534, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para a referência Nível VI - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1415/2014.

PORTARIA Nº 1415/2014.

De: 09 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ADALBERTO GERALDO LUPATELLI, matrícula 922, ocupante do cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS II, para a referência Nível VI - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1416/2014.

PORTARIA Nº 1416/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ROCHELE ANTONI, matrícula 593184, ocupante do cargo de FISIOTERAPEUTA II, para a referência Nível VIII - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1417/2014

PORTARIA Nº 1417/2014

De: 10 de dezembro de 2014.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 022/2014 da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ZILMA GOMES DA SILVA, matrícula 2747, na função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1418/2014.

PORTARIA Nº 1418/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora DAIANE BATISTA, matrícula nº 121106-4, no cargo de SECRETÁRIA EXECUTIVA I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Luiz Carlos Zagonel
- 2º membro: Rosangela da Silva Silveira
- 3º membro: Rosilda Aparecida Boldori
- 4º membro: Euclides Goulart Sanches

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1419/2014.

PORTARIA Nº 1419/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora RENATA DE AVIZ, matrícula nº 115077-4, no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Fabrício Lima
- 2º membro: Hilda Cristina Cardoso
- 3º membro: José Eraldo Araújo
- 4º membro: Luciano Pellissari

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1420/2014.

PORTARIA Nº 1420/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora BRUNA FERNANDES DE SOUZA, matrícula nº 124096-0, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Amarildo José Zagonel
- 2º membro: Luciano Pellissari
- 3º membro: Sonia Maria de Mira Farias
- 4º membro: Fabiano Valore de Siqueira

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1422/2014.

PORTARIA Nº 1422/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora SULMÁRIA MARIA DA SILVA, matrícula nº 56226-2/03, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Cristiane R. Bittecourt Costa
- 2º membro: Wilmara Jaqueline Madeira Pitta
- 3º membro: Valério Pacheco
- 4º membro: Jackson Alves de Assunção

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1423/2014.

PORTARIA Nº 1423/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI, matrícula nº 120195-6, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Cristiane R. Bittecourt Costa
- 2º membro: Valério Pacheco
- 3º membro: Wilmara Jaqueline Madeira Pitta
- 4º membro: Valdir Martins Gonçalves

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1425/2014

PORTARIA Nº 1425/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora MONICA SIQUEIRA FRIZZO, matrícula nº 124033-1, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Marcio Roberto Gonzatto
- 2º membro: Reinilda Fiorese
- 3º membro: Neuson Godoy
- 4º membro: Adalberto Geraldo Lupatelli

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1426/2014

PORTARIA Nº 1426/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora KARINA JUSSARA DOS SANTOS, matrícula nº 123996-1, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Luis Carlos Zagonel
- 2º membro: Rosangela da Silva Silveira
- 3º membro: Rosilda Aparecida Boldori
- 4º membro: Euclides Goulart Sanches

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1427/2014.

PORTARIA Nº 1427/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora GISELE FABIANE DE SOUZA, matrícula nº 121108-0, no cargo de RECEPCIONISTA, os seguintes Membros:

- 1º membro: Marta Regina Bedin
- 2º membro: Jairo Severino de Freitas
- 3º membro: Leandro Machado da Silva
- 4º membro: Eliana Nehring Belo

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1428/2014.

PORTARIA Nº 1428/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do servidor MAYCSON TREVISAN, matrícula nº 73987-1, no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Marta Regina Bedin
- 2º membro: Jairo Severino de Freitas
- 3º membro: Leandro Machado da Silva
- 4º membro: Eliana Nehring Belo

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1429/2014.

PORTARIA Nº 1429/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora MARISTELA DE SOUZA, matrícula nº 62327-0/01, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Alessandra Silveira Oliveira
- 2º membro: Ana Maria de Souza
- 3º membro: Alexandre Ribeiro da Silva
- 4º membro: Anderson de Paula da Silva

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1430/2014.

PORTARIA Nº 1430/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora FLÁVIA JORDANA SANCHES, matrícula nº 121746-1, no cargo de ASSISTENTE SOCIAL I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Alessandra Silveira Oliveira
- 2º membro: Vivian Becker
- 3º membro: Margarida Aparecida Gonçalves Hass
- 4º membro: Silmara Regina Ramos

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1431/2014.

PORTARIA Nº 1431/2014.

De: 10 de dezembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora BRUNA DANIELE PIACENTINI, matrícula nº 125648-3, no cargo de ASSISTENTE SOCIAL I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Alessandra Silveira Oliveira
- 2º membro: Alexandre Ribeiro da Silva
- 3º membro: Margarida Aparecida Gonçalves Hass
- 4º membro: Roland Itner

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2014 DO EDITAL Nº 056/2014

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2014
EDITAL Nº56/2014

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato DENILSON MANOEL PEREIRA para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Carteira de Habilitação na Categoria D
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Duas foto ¾ recente ;
- Comprovante de residência;
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
- Certidão de Nascimento dos Filhos;
- Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Cristian Angelo Grassi
Secretário da Saúde
Itapoá, 23 de dezembro de 2014

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 89/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2014. (2º ADITIVO).

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 89/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2014. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e do CNPJ/MF: 248.711.419-34, pelo Prefeito Municipal, SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPJ/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, e, de outro lado, a empresa CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede à SBS, Quadra 4, Bloco 1, Lote s/nº, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.092-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, representada neste ato pelo Procurador Gerente Regional, Sr. CELSO JOSÉ STROBEL, portador do CNPJ/MF nº 310.681.629-53, e do CI.RG nº 846.038 SESPDC/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo á Contratação de Instituição Financeira para processar e gerenciar os créditos provenientes da folha de pagamento dos Agentes Públicos e Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de

Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2014 - PROCESSO Nº 132/2014, e com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente termo suprime do Contrato Administrativo nº 114/2014 os seguintes itens:

- CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1. O contrato iniciará na data de assinatura, com vigência pelo período de 60 (sessenta) meses. Terá a CONTRATADA após a assinatura do contrato o prazo de:

c)Até 40 (quarenta) dias corridos para instalar no mínimo 01 (uma) máquina de autoatendimento no prédio sede da Prefeitura Municipal de Itapoá.

- CLÁUSULA QUARTA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.5. A CONTRATADA deverá instalar no mínimo 01 (uma) máquina de autoatendimento no prédio sede da Prefeitura Municipal de Itapoá em até 40 (quarenta) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato.

- CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES

5.2. Obrigações da CONTRATADA:

5.2.3. Instalar no mínimo 01 (uma) máquina de autoatendimento no prédio sede da Prefeitura Municipal de Itapoá em até 40 (quarenta) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 114/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 114/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 23 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CELSO JOSÉ STROBEL
CONTRATANTE MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Testemunhas: NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

ANEXO LM Nº 559/2014 - 01 - B - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Metodologia e Memória de Cálculo
Anexo de Metas Fiscais
Resultado Nominal
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Valores - R\$

Especificação	2012 (b)	2013 (c)	2014 (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)
Dívida Consolidada (I)	0,00	0,00	825.000,00	900.000,00	600.000,00	300.000,00
Deduções (II)	5.219.259,50	12.599.107,89	65.000,00	120.000,00	130.000,00	140.000,00
Ativo Disponível	5.408.999,81	13.138.044,99	235.000,00	350.000,00	400.000,00	450.000,00
Haveres Financeiros	42.356,85	21,84	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Resto A Pagar Processados	232.097,16	538.958,94	170.000,00	230.000,00	270.000,00	310.000,00
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	(5.219.259,50)	(12.599.107,89)	760.000,00	780.000,00	470.000,00	160.000,00
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (III+IV-V)	(5.219.259,50)	(12.599.107,89)	760.000,00	780.000,00	470.000,00	160.000,00
Resultado Nominal	(b-a) (229.748,13)	(c-b) (7.379.848,39)	(d-c) 13.359.107,89	(e-d) 20.000,00	(f-e) (310.000,00)	(g-f) (310.000,00)

Fonte: RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2012, 2013 E LEI MUNICIPAL 470/2013 - LDO 2014
 A PREVISÃO DA META DE DÍVIDA CONSOLIDADA CONTRATUAL PARA OS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, REFERE-SE À LEI MUNICIPAL 517/2014, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
 ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC.

ANEXO LM N° 559/2014 - 01 - C - METODOLOGIA E CÁLCULO DA DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Metodologia e Memória de Cálculo
Anexo Das Metas Fiscais
Montante da Dívida
Ano LDO: 2015 Versão:1

Valores - R\$

Dívida Consolidada - DC	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Dívida Consolidada I						
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	825.000,00	900.000,00	600.000,00	300.000,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores à 05/05/2000	0,00	0,00	825.000,00	900.000,00	600.000,00	300.000,00
Operações de Crédito Inferiores a 12 Meses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções II	5.219.259,50	12.599.107,89	65.000,00	120.000,00	130.000,00	140.000,00
Ativo Diponível	5.408.999,81	13.138.044,99	235.000,00	350.000,00	400.000,00	450.000,00
Haveres Financeiros	42.356,85	21,84	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Resto a Pagar Processados	232.097,16	538.958,94	170.000,00	230.000,00	270.000,00	310.000,00
Div. Consol. Líquida (III) = (I-II)	(5.219.259,50)	(12.599.107,89)	760.000,00	780.000,00	470.000,00	160.000,00
Dívida Consolidada Previdenciária						
Dívida Consolidada Previdenciária III						
Passivo Atuarial	10.862.776,54	28.107.778,47	34.689.382,16	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	10.862.776,54	28.107.778,47	34.689.382,16	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES IV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	27.957.627,58	28.522.104,72	31.741.368,57	0,00	0,00	0,00
Investimentos	27.990.463,61	28.565.759,63	31.796.368,57	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	32.836,03	43.654,91	55.000,00	0,00	0,00	0,00
Div. Consol. Líquida Prev. (V) = (III-IV)	(17.094.851,04)	(414.326,25)	2.948.013,59	0,00	0,00	0,00

Fonte: RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL DE 2012, 2013, LEI MUNICIPAL 470/2013 E CÁLCULO ATUARIAL ANO BASE 2013

ANEXO LM Nº 559/2014 - 01 - METAS ANUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo das Metas Fiscais
Metas Anuais

Ano LDO: 2015 Versão:1

AMF - Demonstrativo I (LRF, ART. 4º, § 1º)

Valores - R\$

Especificação	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A / PIB * 100)	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (B / PIB * 100)	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (C / PIB * 100)
Receita Total	81.450.500,00	77.943.062,20	0,0000 %	86.337.530,00	82.619.645,93	0,0000 %	91.517.781,77	87.576.824,66	0,0000 %
Receita Primária I	77.623.500,00	74.280.861,24	0,0000 %	82.280.910,00	78.737.712,92	0,0000 %	87.217.764,57	83.461.975,67	0,0000 %
Despesa Total	81.450.500,00	77.943.062,20	0,0000 %	86.337.530,00	82.619.645,93	0,0000 %	91.517.781,81	87.576.824,70	0,0000 %
Despesa Primária II	81.355.500,00	77.852.153,11	0,0000 %	86.236.830,00	82.523.282,30	0,0000 %	91.411.039,81	87.474.679,24	0,0000 %
Resultado Primário (I-II)	(3.732.000,00)	(3.571.291,87)	0,0000 %	(3.955.920,00)	(3.785.569,38)	0,0000 %	(4.193.275,24)	(4.012.703,58)	0,0000 %
Resultado Nominal	20.000,00	19.138,76	0,0000 %	(310.000,00)	(296.650,72)	0,0000 %	(310.000,00)	(296.650,72)	0,0000 %
Dívida Pública Consolidada	900.000,00	861.244,02	0,0000 %	600.000,00	574.162,68	0,0000 %	300.000,00	287.081,34	0,0000 %
Dívida Consolidada Líquida	780.000,00	746.411,48	0,0000 %	470.000,00	449.760,77	0,0000 %	160.000,00	153.110,05	0,0000 %

Fonte:

Nota: OS VALORES CONSTANTES DESTE DEMONSTRATIVO, ESTÃO IMPACTADOS COM UM ÍNDICE DE INFLAÇÃO DE 4,5 % A.A., PREVISTO PELO MINISTÉRIO DA FAZENDA E BANCO CENTRAL. NAS METAS ANUAIS DE RECEITA S PARA OS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2017, FOI UTILIZADO UM ÍNDICE DE CRESCIMENTO DE 6% A.A. COM RELAÇÃO AO PREVISTO EM SEU RESPECTIVO ANO ANTERIOR.
AS METAS DE DESPESAS FORAM FIXADAS EM CORFORMIDADE COM AS DAS RECEITAS, PARA SE OBTER O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS.
A DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA É UMA PREVISÃO, EM DECORRÊNCIA DA LM Nº 517/2014 QUE AUTORIZOU O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO NO VALOR DE R\$ 900.000,00._

ANEXO LM Nº 559/2014 - 03 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Lei Diretrizes Orcamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas Três Exercícios Anteriores
Ano LDO: 2015 Versão:1

AMF - Demonstrativo III (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso II)

Especificação	Valores a Preços Correntes - R\$									
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017
Receita Total	54.693.836,86	61.985.761,25	13,33 %	57.181.340,00	-7,75 %	81.450.500,00	42,44 %	86.337.530,00	6,00 %	91.517.781,77
Receita Primária I	49.518.114,42	59.440.508,20	20,04 %	53.926.340,00	-9,28 %	77.623.500,00	43,94 %	82.280.910,00	6,00 %	87.217.764,57
Despesa Total	48.428.938,72	53.910.689,28	11,32 %	57.181.340,00	6,07 %	81.450.500,00	42,44 %	86.337.530,00	6,00 %	91.517.781,81
Despesa Primária II	48.428.938,72	53.910.689,28	11,32 %	57.086.340,00	5,89 %	81.355.500,00	42,51 %	86.236.830,00	6,00 %	91.411.039,81
Resultado Primário (I - II)	1.089.175,70	5.529.818,92	407,71 %	(3.160.000,00)	-157,14 %	(3.732.000,00)	18,10 %	(3.955.920,00)	6,00 %	(4.193.275,24)
Resultado Nominal	(229.748,13)	(7.379.848,39)	0,00 %	13.359.107,89	-281,02 %	20.000,00	-99,85 %	(310.000,00)	-1650,00 %	(310.000,00)
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00 %	825.000,00	0,00 %	900.000,00	9,09 %	600.000,00	-33,33 %	300.000,00
Dívida Consolidada Líquida	(5.219.259,50)	(12.599.107,89)	141,40 %	760.000,00	-106,03 %	780.000,00	2,63 %	470.000,00	-39,74 %	160.000,00

Especificação	Valores a Preços Constantes - R\$									
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017
Receita Total	59.727.037,20	64.775.120,51	8,45 %	57.181.340,00	-11,72 %	81.450.500,00	42,44 %	86.337.530,00	6,00 %	91.517.781,77
Receita Primária I	54.075.018,90	62.115.331,07	14,87 %	53.926.340,00	-13,18 %	77.623.500,00	43,94 %	82.280.910,00	6,00 %	87.217.764,57
Despesa Total	52.885.611,81	56.336.670,30	6,53 %	57.181.340,00	1,50 %	81.450.500,00	42,44 %	86.337.530,00	6,00 %	91.517.781,81
Despesa Primária II	52.885.611,81	56.336.670,30	6,53 %	57.086.340,00	1,33 %	81.355.500,00	42,51 %	86.236.830,00	6,00 %	91.411.039,81
Resultado Primário (I - II)	1.189.407,09	5.778.660,77	385,84 %	(3.160.000,00)	-154,68 %	(3.732.000,00)	18,10 %	(3.955.920,00)	6,00 %	(4.193.275,24)
Resultado Nominal	0,00	(7.711.941,57)	0,00 %	13.359.107,89	-273,23 %	20.000,00	-99,85 %	(310.000,00)	-1650,00 %	(310.000,00)
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00 %	825.000,00	0,00 %	900.000,00	9,09 %	600.000,00	-33,33 %	300.000,00
Dívida Consolidada Líquida	(5.699.561,86)	(13.166.067,75)	131,00 %	760.000,00	-105,77 %	780.000,00	2,63 %	470.000,00	-39,74 %	160.000,00

Fonte: OS VALORES CONSTANTES DESTE DEMONSTRATIVO, ESTÃO IMPACTADOS COM UM ÍNDICE DE INFLAÇÃO DE 4,5% A.A. PREVISTO PELO MINISTÉRIO DA FAZENDA E BANCO CENTRAL.
NAS METAS ANUAIS DE RECEITA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2017, FOI UTILIZADO UM ÍNDICE DE CRESCIMENTO DE 6% A.A. COM RELAÇÃO AO PREVISTO EM SEU RESPECTIVO ANO ANTERIOR.
AS METAS DE DESPESAS FORAM FIXADAS EM CONFORMIDADE COM AS DAS RECEITAS, PARA SE OBTIVER E EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS.
A DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA É UMA PREVISÃO, EM DECORRÊNCIA DA LM Nº 517/2014 QUE AUTORIZOU O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO NO VALOR DE R\$ 900.000,00

ANEXO LM Nº 559/2014 - 07 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de Itapoá - SC
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Ano LDO: 2015

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2013	5.911.340,40	2.316.954,58	3.594.385,82	3.594.385,82
2014	6.593.511,01	2.588.496,57	4.005.014,44	7.599.400,26
2015	7.362.162,04	3.035.026,32	4.327.135,72	11.926.535,98
2016	8.177.830,85	3.377.561,08	4.800.269,77	16.726.805,75
2017	9.088.940,23	3.863.898,28	5.225.041,95	21.951.847,70
2018	10.099.264,01	4.560.921,68	5.538.342,33	27.490.190,03
2019	11.169.447,04	5.238.866,83	5.930.580,21	33.420.770,24
2020	12.330.612,30	6.059.755,63	6.270.856,67	39.691.626,91
2021	13.566.232,39	6.900.993,92	6.665.238,47	46.356.865,38
2022	14.908.377,12	7.945.622,14	6.962.754,98	53.319.620,36
2023	16.316.102,54	8.947.440,49	7.368.662,05	60.688.282,41
2024	17.830.011,79	10.102.529,07	7.727.482,72	68.415.765,13
2025	19.382.634,10	10.925.189,35	8.457.444,75	76.873.209,88
2026	21.122.579,83	12.208.418,20	8.914.161,63	85.787.371,51
2027	22.938.785,06	13.299.150,07	9.639.634,99	95.427.006,50
2028	24.947.909,93	14.768.997,87	10.178.912,06	105.605.918,56
2029	27.077.862,05	16.257.663,86	10.820.198,19	116.426.116,75
2030	29.296.099,78	17.469.829,91	11.826.269,87	128.252.386,62
2031	31.843.680,37	19.520.403,65	12.323.276,72	140.575.663,34
2032	34.434.925,69	21.131.017,38	13.303.908,31	153.879.571,65
2033	37.201.254,62	22.651.821,94	14.549.432,68	168.429.004,33
2034	40.245.287,79	24.856.771,10	15.388.516,69	183.817.521,02
2035	43.226.075,66	26.763.180,18	16.462.895,48	200.280.416,50
2036	46.424.171,22	28.830.470,57	17.593.700,65	217.874.117,15
2037	49.452.226,26	32.846.110,71	16.606.115,55	234.480.232,70
2038	52.657.216,32	35.403.482,37	17.253.733,95	251.733.966,65
2039	56.051.972,28	37.905.556,30	18.146.415,98	269.880.382,63
2040	59.561.559,48	41.066.769,36	18.494.790,12	288.375.172,75
2041	63.204.334,76	43.666.022,31	19.538.312,45	307.913.485,20
2042	67.018.123,96	47.269.968,54	19.748.155,42	327.661.640,62
2043	70.792.634,30	50.885.448,37	19.907.185,93	347.568.826,55
2044	74.711.633,47	54.205.648,34	20.505.985,13	368.074.811,68
2045	66.558.834,59	58.250.333,99	8.308.500,60	376.383.312,28
2046	68.456.468,05	62.305.665,85	6.150.802,20	382.534.114,48
2047	69.904.653,47	67.331.053,32	2.573.600,15	385.107.714,63
2048	71.061.669,12	71.684.603,85	(622.934,73)	384.484.779,90
2049	71.758.965,82	76.234.981,92	(4.476.016,10)	380.008.763,80
2050	72.257.970,69	79.680.656,98	(7.422.686,29)	372.586.077,51
2051	71.993.882,42	85.065.478,36	(13.071.595,94)	359.514.481,57
2052	71.349.187,73	89.137.001,16	(17.787.813,43)	341.726.668,14
2053	69.897.370,92	94.782.462,78	(24.885.091,86)	316.841.576,28
2054	67.559.596,36	100.261.433,18	(32.701.836,82)	284.139.739,46
2055	64.247.932,93	105.921.727,33	(41.673.794,40)	242.465.945,06
2056	59.860.613,97	111.696.842,05	(51.836.228,08)	190.629.716,98
2057	54.485.772,35	116.426.730,19	(61.940.957,84)	128.688.759,14
2058	47.838.477,73	121.358.876,70	(73.520.398,97)	55.168.360,17
2059	39.855.124,90	126.061.044,96	(86.205.920,06)	(31.037.559,89)
2060	31.255.148,84	129.524.378,90	(98.269.230,06)	(129.306.789,95)
2061	31.867.997,49	134.550.949,12	(102.682.951,63)	(231.989.741,58)
2062	32.600.019,33	138.807.592,22	(106.207.572,89)	(338.197.314,47)
2063	33.137.729,94	143.638.010,16	(110.500.280,22)	(448.697.594,69)
2064	33.457.848,15	149.115.895,87	(115.658.047,72)	(564.355.642,41)
2065	34.303.298,44	152.108.186,29	(117.804.887,85)	(682.160.530,26)
2066	35.008.661,48	155.324.499,51	(120.315.838,03)	(802.476.368,29)
2067	35.130.270,52	160.663.485,86	(125.533.215,34)	(928.009.583,63)
2068	35.115.856,06	166.126.974,78	(131.011.118,72)	(1.059.020.702,35)
2069	35.230.895,62	170.599.860,25	(135.368.964,63)	(1.194.389.666,98)
2070	35.446.027,41	174.240.237,08	(138.794.209,67)	(1.333.183.876,65)
2071	35.050.311,27	180.628.081,09	(145.577.769,82)	(1.478.761.646,47)
2072	34.803.181,14	185.181.884,63	(150.378.703,49)	(1.629.140.349,96)
2073	35.090.182,77	186.993.086,08	(151.902.903,31)	(1.781.043.253,27)

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Contabilidade

Município de Itapoá - SC
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Ano LDO: 2015

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2074	33.966.134,25	194.430.307,63	(160.464.173,38)	(1.941.507.426,65)
2075	33.429.786,76	198.587.004,04	(165.157.217,28)	(2.106.664.643,93)
2076	32.673.214,68	203.123.302,51	(170.450.087,83)	(2.277.114.731,76)
2077	32.077.953,82	206.532.602,24	(174.454.648,42)	(2.451.569.380,18)
2078	31.628.115,94	208.910.129,27	(177.282.013,33)	(2.628.851.393,51)
2079	31.594.193,59	209.100.447,68	(177.506.254,09)	(2.806.357.647,60)
2080	30.615.304,80	212.749.932,36	(182.134.627,56)	(2.988.492.275,16)
2081	30.287.837,52	213.216.454,68	(182.928.617,16)	(3.171.420.892,32)
2082	28.836.314,49	218.412.777,84	(189.576.463,35)	(3.360.997.355,67)
2083	28.109.500,63	219.569.351,75	(191.459.851,12)	(3.552.457.206,79)
2084	27.414.172,68	220.116.780,39	(192.702.607,71)	(3.745.159.814,50)
2085	27.219.004,02	218.188.531,59	(190.969.527,57)	(3.936.129.342,07)
2086	25.939.849,54	220.186.953,65	(194.247.104,11)	(4.130.376.446,18)

Fonte: CÁLCULO ATUARIAL REALIZADO PELO BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM MARÇO DE 2013, ATUÁRIO SR. GUSTAVO ADOLFO CARROZZINO

ANEXO LM Nº 559/2014 - 01 - A - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA Metodologia e Memória de Cálculo Anexo das Metas Fiscais Resultado Primário

Ano LDO: 2015 Versão: 1

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	53.713.747,45	61.074.294,88	57.171.340,00	81.428.500,00	86.314.210,00	91.493.062,57
Receita Tributária	11.523.154,23	17.649.120,20	15.035.000,00	30.273.000,00	32.089.380,00	34.014.742,78
Receita de Contribuição	4.341.571,61	5.213.188,33	4.764.000,00	5.580.000,00	5.914.800,00	6.269.688,00
Receita Patrimonial	9.370.355,30	2.837.509,53	3.529.000,00	4.170.000,00	4.420.200,00	4.685.412,00
Aplicações Financeiras (II)	5.175.722,44	2.539.753,05	3.245.000,00	3.810.000,00	4.038.600,00	4.280.916,00
Outras Receitas Patrimoniais	4.194.632,86	297.756,48	284.000,00	360.000,00	381.800,00	404.496,00
Receita de Serviços	4.866.253,19	70.912,93	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	22.905.255,70	30.973.534,18	33.502.240,00	38.878.960,00	41.211.697,61	43.684.399,47
Demais Receitas Correntes	3.110.600,30	6.992.144,61	3.310.500,00	5.670.140,00	6.010.348,39	6.370.969,28
Dedução da Receita Corrente	(2.403.442,88)	(2.662.114,90)	(2.969.400,00)	(3.143.600,00)	(3.332.216,00)	(3.532.148,96)
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III)=(I-II)	48.538.025,01	58.534.541,83	53.926.340,00	77.618.500,00	82.275.610,00	87.212.146,57
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	980.089,41	911.466,37	10.000,00	22.000,00	23.320,00	24.719,20
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	5.500,00	10.000,00	17.000,00	18.020,00	19.101,20
Transferência de Capital	980.089,41	905.966,37	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII)	980.089,41	905.966,37	0,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	49.518.114,42	59.440.508,20	53.926.340,00	77.623.500,00	82.280.910,00	87.217.764,57
DESPESAS CORRENTES (X)	44.881.956,74	49.365.721,26	50.024.496,55	71.619.577,00	75.916.751,62	80.471.756,72
Pessoal e Encargos Sociais	23.493.780,87	28.148.783,37	28.071.206,80	38.784.500,00	41.111.570,00	43.578.264,20
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00
Outras Despesas Correntes	21.388.175,87	21.216.937,89	21.933.289,75	32.830.077,00	34.799.881,62	36.887.874,52
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)	44.881.956,74	49.365.721,26	50.004.496,55	71.614.577,00	75.911.451,62	80.466.138,72
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	3.546.981,98	4.544.968,02	3.564.284,45	4.900.923,00	5.194.978,38	5.506.677,09
Investimentos	3.546.981,98	4.544.968,02	3.489.284,45	4.810.923,00	5.099.578,38	5.405.553,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	75.000,00	90.000,00	95.400,00	101.124,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XII-XIV)	3.546.981,98	4.544.968,02	3.489.284,45	4.810.923,00	5.099.578,38	5.405.553,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	3.592.559,00	4.930.000,00	5.225.800,00	5.539.348,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII)=(XII+XV+XVI)	48.428.938,72	53.910.689,28	57.086.340,00	81.355.500,00	86.236.830,00	91.411.039,81
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	1.089.175,70	5.529.818,92	(3.160.000,00)	(3.732.000,00)	(3.955.920,00)	(4.193.275,24)

Fonte: RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2012 E 2013 E LEI MUNICIPAL 470/2013 - LDO 2014

ANEXO LM Nº 559/2014 - 02 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Lei Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Valores - R\$

Especificação	Metas Previstas Em 2013 (A)	% PIB	Metas Realizadas Em 2013 (B)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	53.414.240,00	0,0000 %	64.647.876,15	0,0000 %	11.233.636,15	21,03
Receita Primária I	49.982.240,00	0,0000 %	62.102.623,10	0,0000 %	12.120.383,10	24,25
Despesa Total	50.677.940,00	0,0000 %	53.910.689,28	0,0000 %	3.232.749,28	6,38
Despesa Primária II	50.677.940,00	0,0000 %	53.910.689,28	0,0000 %	3.232.749,28	6,38
Resultado Primário (III) = (I-II)	(695.700,00)	0,0000 %	8.191.933,82	0,0000 %	8.887.633,82	(1.277,51)
Resultado Nominal	(5.000,00)	0,0000 %	(7.379.848,39)	0,0000 %	(7.374.848,39)	147.496,97
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,0000 %	0,00	0,0000 %	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	(40.000,00)	0,0000 %	(12.599.107,89)	0,0000 %	(12.559.107,89)	31.397,77

Fonte:

BALANÇO GERAL 2013

ANEXO LM Nº 559/2014 - 04 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA****Lei Diretrizes Orçamentárias****Anexo de Metas Fiscais****Evolução do Patrimônio Líquido****Ano LDO: 2015 Versão: 1**

AMF - Demonstrativo IV (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso III)

Valores - R\$

Patrimônio Líquido	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	104.450.260,99	113,10 %	91.170.869,26	87,29 %	81.345.712,10	89,22 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	-12.100.447,87	-13,10 %	13.279.391,73	12,71 %	9.825.157,16	10,78 %
Total	92.349.813,12	100,00 %	104.450.260,99	100,00 %	91.170.869,26	100,00 %

Regime Previdenciário						
Patrimônio Líquido	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	17.211.305,80	3261,66 %	10.866.687,74	63,14 %	6.466.271,07	59,51 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	-16.683.621,14	-3161,66 %	6.344.618,06	36,86 %	4.400.416,67	40,49 %
Total	527.684,66	100,00 %	17.211.305,80	100,00 %	10.866.687,74	100,00 %

Fonte: BALANÇOS GERAIS DE 2011, 2012 E 2013

ANEXO LM Nº 559/2014 - 05 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA****Lei Diretrizes Orçamentárias****Anexo Metas Fiscais****Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos**

Ano LDO: 2015 Versão: 1

AMF - Demonstrativo V (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso III)

Valores R\$

Receitas Realizadas	2013 (a)	2012 (b)	2011 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	5.817,59	893,69	1.818,21
Alienação de Bens Móveis	5.817,59	893,69	1.818,21
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Total	5.817,59	893,69	1.818,21

Despesas Liquidadas	2013 (d)	2012 (e)	2011 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	689,05	7.791,57	625,06
DESPESAS DE CAPITAL	689,05	7.791,57	625,06
Investimentos	689,05	7.791,57	625,06
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Total	689,05	7.791,57	625,06

Saldo Financeiro	(g) = ((Ia-IId) + h)	(h) = ((Ib-Ile) + i)	(i) = (Ic-IIf)
	22.631,42	17.502,88	24.400,76

Fonte: RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2011, 2012 E 2013

Nota: OS VALORES DE RECEITAS DE ALIENAÇÕES DE 2011 E 2012 SÃO REFERENTES AOS RENDIMENTOS DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DO SALDO FINANCEIRO ENTRE A ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS.
EM 2013 R\$ 5.500,00 É REFERENTE À ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS DA PREFEITURA E R\$ 317,59 À REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS._

ANEXO LM N° 559/2014 - 06 - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Página 1 de 2

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Ano referência: 2015

AMF - Demonstrativo V(LRF, art.4º §2º, inciso IV, alínea "a")		R\$ 1,00	
Receitas	2011	2012	2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	3.840.752,82	5.975.512,69	3.129.279,62
RECEITAS CORRENTES	3.887.688,16	6.062.250,93	3.129.279,62
Receita de Contribuição dos Segurados	1.009.833,10	1.162.231,22	1.420.644,17
Pessoal Civil	1.009.833,10	1.162.231,22	1.420.644,17
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.833.745,81	4.899.769,71	1.708.635,45
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	44.109,25	250,00	0,00
Compensação Previdenciárias entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	44.109,25	250,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA	46.935,34	86.738,24	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	1.735.103,22	1.915.964,66	2.425.065,43
RECEITAS CORRENTES	1.735.103,22	1.915.964,66	2.425.065,43
Receita de Contribuições	1.735.103,22	1.867.808,35	2.362.812,76
Patronal	1.676.660,10	1.809.365,23	2.299.499,38
Pessoal Civil	1.676.660,10	1.809.365,23	2.299.499,38
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Atuarial	58.443,12	58.443,12	63.313,38
Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	48.156,31	62.252,67
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)=(I+II)	5.575.856,04	7.891.477,35	5.554.345,05

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Página 2 de 2

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Ano referência: 2015

AMF - Demonstrativo V(LRF, art.4º §2º, inciso IV, alínea "a") R\$ 1,00

<u>Despesas</u>	2011	2012	2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IV)	1.179.590,57	1.557.159,89	1.856.857,39
ADMINISTRAÇÃO	102.884,17	142.546,07	137.921,17
Despesas Correntes	100.395,17	140.055,07	130.646,18
Despesas de Capital	2.489,00	2.491,00	7.274,99
PREVIDÊNCIA	1.076.706,40	1.414.613,82	1.718.936,22
Pessoal Civil	1.076.706,40	1.414.613,82	1.718.936,22
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV+V)	1.179.590,57	1.557.159,89	1.856.857,39

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO(VII)=(III-VI)	4.396.265,47	6.334.317,46	3.697.487,66
-----------------------------------------------	---------------------	---------------------	---------------------

<u>APONTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</u>	2011	2012	2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00

Fonte: BALANÇOS GERAIS 2011, 2012 E 2013

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

ANEXO LM Nº 559/2014 - 08 - ESTIMATIVA E ECOMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Lei Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
Ano LDO: 2015 Versão:1

AMF - Tabela 8 (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setor/Programa/Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista - R\$			Compensação
			2015	2016	2017	
Imposto Predial Territorial.Urbano	Concessão de isenção de IPTU	Proprietário de um único imóvel com baixa renda familiar	7.300,00	7.535,00	7.650,00	Dispensada conforme art. 14, I da LC 101/2000 - LRF.
Imposto Predial Territorial.Urbano	Cancelamento de débito de IPTU	Débito de IPTU igual ou inferior à R\$ 10,00	20.260,00	19.250,00	18.290,00	Dispensado conforme art. 14, parágrafo 3º, II da LC 101/2000 - LRF.
Total			27.560,00	26.785,00	25.940,00	

Fonte: PREVISÃO EFETUADA PELO ÓRGÃO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Nota: ESTAS RENÚNCIAS FORAM CONSIDERADAS NA ESTIMATIVA DA RECEITA, DESTA FORMA, NÃO AFETARÃO AS METAS DE RESULTADOS FISCAIS PREVISTAS NESTA LEI. A CONCESSÃO DE ISENÇÃO A PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS COM BAIXA RENDA FAMILIAR, É AUTORIZADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 42/2005, O CANCELAMENTO DE DÉBITO DE IPTU IGUAL OU INFERIOR A R\$ 10,00, É AUTORIZADO PELO ART. 9º DA LEI MUNICIPAL Nº 134/2002 QUE DETERMINA A PLANTA DE VALORES DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

ANEXO LM Nº 559/2014 - 09 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA****Lei Diretrizes Orçamentárias****Anexo de Metas Fiscais****Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado**

Ano LDO: 2015 Versão:1

AMF - Tabela 9 (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso V)

Valores - R\$

Evento	Valor Previsto 2015
Aumento Permanente da Receita	21.571.160,00
(-)Transferências Constitucionais	0,00
(-)Transferências do FUNDEB	174.200,00
Saldo Aumento Permanente (I)	21.396.960,00
Redução Permanente da Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	21.396.960,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	13.643.043,00
Novas DOCC	13.643.043,00
Novas DOCC Geradas por PPP	0,00
Margem Líq. Expansão de DOCC (III-IV)	7.753.917,00

Fonte: LEI MUNICIPAL 470/2013 LDO 2014

Nota: O AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA CORRESPONDE AO CRESCIMENTO DA PREVISÃO DA RCL DE 2015 (77.408.500,00) EM RELAÇÃO À PREVISÃO DA RCL DE 2014 (55.837.340,00).
AS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB É O RESULTADO DO CONFRONTO ENTRE A PREVISÃO DA DEDUÇÃO DA RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO DE 2015 (3.143.600,00) COM A DE 2014 (2.969.400,00).
AS NOVAS DOCC CORRESPONDEM À REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES, AO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, À PROGRESSÃO AUTOMÁTICA, À PROMOÇÃO, AO ADICIONAL POR CAPACITAÇÃO E À REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA COM CRIAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES._

ANEXO LM Nº 559/2014 - 10 - ANEXO DE RISCOS FISCAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Riscos Fiscais
Demonstrativo de Riscos Fiscais
Ano LDO:2015 Versão: 1

LRF, Art 4º, § 3º

Riscos Fiscais		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
INTEMPÉRIES	100.000,00	ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS COM RECURSO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA, E SE OCORRER, DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E SE HOUVER NECESSIDADE, POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	100.000,00
DECISÕES JUDICIAIS	100.000,00	ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS COM RECURSO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA, E SE OCORRER, DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E SE HOUVER NECESSIDADE, POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	100.000,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DO IPESI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOA	4.730.000,00	ESTE RECURSO SERÁ CAPITALIZADO PARA FUTURAMENTE CUSTEAR OS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS SERVIDORES INATIVOS	4.730.000,00
Total	4.930.000,00	Total	4.930.000,00

Fonte: A ESTIMATIVA DOS VALORES, FOI BASEADA NO HISTÓRICO MUNICIPAL DA EFETIVAÇÃO DOS RISCOS FISCAIS

ANEXO LM Nº 559/2014 - 11 - ANEXO DE PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Planilhas de Planejamento
Anexo de Priorização de Recursos para Conservação do Patrimônio Público
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Unidade Gestora: CONSOLIDADO
(art. 45 da LRF)

PROJETOS/ATIVIDADES	Valores
1018 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRUTURAS TURÍSTICAS	30.000,00
1021 - CONST., AMPLIAÇ. E MANUT. DE ESTRUT. PARA ROTAS ECOLÓGICAS	18.000,00
1030 - CONSTRUÇÃO/ AMPLIAÇÃO E REFORMAS (ENSINO FUNDAMENTAL)	15.000,00
1032 - CONSTRUÇÃO/ AMPLIAÇÃO E REFORMAS (ENSINO INFANTIL)	15.000,00
2001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	20.000,00
2004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	5.000,00
2012 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	2.000,00
2015 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	50.000,00
2020 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	2.000,00
2022 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO	1.000,00
2030 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	1.000,00
2034 - MANUTENÇÃO E REFORMA DE ESTRUTURAS ESPORTIVAS	42.000,00
2038 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	2.000,00
2047 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PESCA	1.000,00
2051 - MANUTENÇÃO DO FUNDETUR	1.000,00
2056 - MANUTENÇÃO DO FMMA	1.000,00
2059 - MANUTENÇÃO E REFORMA DE ESTRUTURAS PARA ROTAS ECOLÓGICAS	1.000,00
2067 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	2.000,00
2069 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CULTURA	5.000,00
2077 - AQUISIÇÃO E MANUT. DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS	100.000,00
2078 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	5.000,00
2080 - ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO DA JACA	5.000,00
2081 - REDE PÚBLICA DE ILUMINAÇÃO	200.000,00
2085 - SERVIÇOS DE DRENAGEM	20.000,00
2090 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	5.000,00
2095 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	10.000,00
2097 - GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS - PDDE	72.000,00
2098 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	8.000,00
2104 - GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS - PDDE	17.000,00
2113 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	20.000,00
2114 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO	3.000,00
2115 - MANUTENÇÃO DO PA 24 HORAS	20.000,00
2118 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.000,00
2119 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	1.000,00
2120 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.000,00
2122 - MANUTENÇÃO DO FMAS	15.000,00
2123 - MANUTENÇÃO DO CRAS	2.500,00
2125 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	1.000,00
2126 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	2.000,00
2136 - MANUTENÇÃO DO IPESI	5.000,00
2139 - MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	15.000,00
TOTAL	751.500,00

Fonte: ANEXO DE VALORES DE AÇÕES POR PROGRAMA.

ANEXO LM N° 559/2014 - 12 - ANEXO DE VALORES DE AÇÕES POR PROGRAMA**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA**

Página 1 de 24

Planilhas Planejamento**Valores de Ações por Programa****Ano LDO: 2015 Versão: 1**

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 1-GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO					
Atividade	2001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	1	31	2.100.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			2.100.000,00
Total do Programa					2.100.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Página 2 de 24

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 2-GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS					
Projeto	1001	PARCERIA C/ ESTADO P/ IMPLANTAÇÃO DA CIA POLÍCIA MILITA	4	122	100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100,00
Atividade	2004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	4	122	450.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			450.000,00
Atividade	2005	FOLHA DE PAGAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO	4	122	1.165.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.165.000,00
Atividade	2006	CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	4	122	200.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			200.000,00
Atividade	2007	CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA	4	122	5.500,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			5.500,00
Atividade	2008	CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	4	122	55.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			55.000,00
Atividade	2010	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO	4	122	50.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50.000,00
Atividade	2011	FOLHA DE PAGAMENTO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO	4	122	249.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			249.000,00
Total do Programa					2.174.600,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 3 de 24

Planilhas Planejamento

Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 1

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 3-GESTÃO GERENCIAL E ADMINISTRATIVA					
Atividade	2002	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA	4	124	5.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			5.000,00
Atividade	2003	FOLHA DE PAGAMENTO DA CONTROLADORIA INTERNA	4	124	250.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			250.000,00
Atividade	2009	SUBVENÇÃO SOCIAL	4	122	110.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			110.000,00
Atividade	2015	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	4	122	2.929.308,05
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			2.762.308,05
		14400 - FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO			155.000,00
		18900 - ALIENACOES DE BENS DESTINADOS A OUTROS			12.000,00
Atividade	2016	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	4	122	1.640.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.640.000,00
Atividade	2017	CONVÊNIO DA LEGISLAÇÃO DO TRÂNSITO	4	122	67.640,00
		15400 - CONVENIO TRANSITO - MILITAR			23.674,00
		15500 - CONVENIO TRANSITO - CIVIL			23.674,00
		15600 - CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA			20.292,00
Atividade	2018	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	4	122	1.200.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.200.000,00
Atividade	2019	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	4	122	1.755.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.755.000,00
Total do Programa					7.956.948,05

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Página 4 de 24

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 4-PLANEJAMENTO URBANÍSTICO					
Projeto	1002	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA AV DO CO	4	451	50.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50.000,00
Atividade	2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	4	451	100.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00
Atividade	2021	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMEN	4	451	535.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			535.000,00
Atividade	2022	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO	4	451	100.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00
Atividade	2023	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO	4	451	70.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			70.000,00
Atividade	2025	CALÇADAS E ACESSIBILIDADE PARA O PEDESTRE	4	451	100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100,00
Total do Programa					855.100,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 5 de 24

Planilhas Planejamento

Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 1

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 5-ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Projeto	1043	CONSTRUÇÃO COZINHA INDUSTRIAL	8	244	10.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00
Atividade	2122	MANUTENÇÃO DO FMAS	8	244	235.600,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			220.000,00
		26301 - Bolsa Família			15.600,00
Atividade	2123	MANUTENÇÃO DO CRAS	8	244	186.700,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			7.000,00
		25204 - FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			26.700,00
		25205 - SERV CONV E FORTAL VÍNCULO - SCFV			135.000,00
		26302 - IGD - SUAS			18.000,00
Atividade	2124	MANUTENÇÃO DO ABRIGO PROVISÓRIO	8	243	120.800,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00
		25202 - FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SOCIAL			20.800,00
Atividade	2125	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	8	243	16.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			16.000,00
Atividade	2126	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	8	241	30.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			30.000,00
Atividade	2127	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	8	244	161.460,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			158.000,00
		25203 - FEAS - COFINANC. DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS			3.460,00
Atividade	2128	PROGRAMA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR AO IDOSO/DEFICIE	8	241	14.400,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00
		24700 - APOIO A PESSOA IDOSA - API			4.400,00
Atividade	2129	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DOS CONSE	8	244	10.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00
Atividade	2130	PROGRAMA AÇÃO DIRETA COM AS FAMÍLIAS - PAIF	8	244	78.000,00
		25201 - PBF- PISO BASICO FIXO			78.000,00
Atividade	2132	PROGRAMA DE MEDIDA SÓCIA EDUCATIVA - PMSE	8	244	15.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00
Atividade	2143	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMAS	8	244	1.200.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.200.000,00
Atividade	2146	CONVÊNIO COM A COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO SAMAMB	8	244	24.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			24.000,00
Total do Programa					2.101.960,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Página 6 de 24

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 6-ITAPOÁ TURÍSTICA "VIVA ESTA CIDADE"					
Projeto	1018	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURA TU	23	695	310.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			310.000,00
Atividade	2051	MANUTENÇÃO DO FUNDETUR	23	695	110.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			110.000,00
Atividade	2052	FOLHA DE PAGAMENTO DO FUNDETUR	23	695	95.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			95.000,00
Atividade	2053	DIVULGAÇÃO TURÍSTICA	23	695	10.100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			10.100,00
Atividade	2054	REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS TURÍSTICOS	23	695	69.900,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			69.900,00
Total do Programa					595.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 7 de 24

Planilhas Planejamento

Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 1

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 7-DESBUROCRATIZAÇÃO DO SISTEMA AMBIENTAL					
Projeto	1021	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS	18	541	26.150,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			26.150,00
Projeto	1022	DESASSOREAMENTO E DRAGAGEM DE RIOS	18	541	5.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			5.000,00
Projeto	1023	IMPLANTAÇÃO DE PARQUES ECOLÓGICOS	18	541	150,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			150,00
Atividade	2055	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS	18	541	20.100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			20.100,00
Atividade	2056	MANUTENÇÃO DO FMMA	18	541	162.100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			162.100,00
Atividade	2057	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMMA	18	541	220.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			220.000,00
Atividade	2058	CONTROLE DE ZOONOSE DE ANIMAIS	18	542	10.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00
Atividade	2060	PROJETOS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	18	541	10.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00
Atividade	2061	EDUCAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	18	541	2.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			2.000,00
Atividade	2062	EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULN	18	541	8.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			8.000,00
Atividade	2063	MANUTENÇÃO E SEGURANÇA ESTRUTURAL DE PARQUES	18	541	17.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			17.000,00
Atividade	2064	MONITORAMENTO DO PROCESSO EROSIVO	18	541	8.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			8.000,00
Atividade	2065	MONITORAMENTO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL	18	541	23.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			23.000,00
Atividade	2066	RECOMPOSIÇÃO DA MATA CILIAR DOS RIOS DO MUNICÍPIO	18	541	8.100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			8.100,00
Atividade	2144	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE CARIJÓS	18	541	400,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			400,00
Total do Programa					520.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Página 8 de 24

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 8-RESGATANDO NOSSA CULTURA					
Projeto	1025	IMPLANTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO	13	391	5.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			5.000,00
Atividade	2067	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	13	392	122.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			122.000,00
Atividade	2068	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	13	392	163.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			163.000,00
Atividade	2069	MANUTENÇÃO DA CASA DA CULTURA	13	392	30.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			30.000,00
Atividade	2070	PROMOÇÃO E APOIO A EVENTOS CULTURAIS	13	392	95.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			95.000,00
Atividade	2071	ESCOLA DE DIVERSIDADE CULTURAL	13	392	13.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			13.000,00
Atividade	2072	VALORIZAÇÃO DO ARTISTA E ARTESÃO LOCAL	13	392	20.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			20.000,00
Atividade	2073	RESGATE DA CULTURA LOCAL	13	392	15.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00
Total do Programa					463.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 9 de 24

Planilhas Planejamento

Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 1

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 9- ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					
Projeto	1026	ESTAÇÃO RODOVIÁRIA	15	451	100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100,00
Projeto	1027	CICLOVIAS	15	451	100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100,00
Projeto	1028	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	15	451	400.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			400.000,00
Atividade	2074	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS	15	451	900.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			900.000,00
Atividade	2075	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS	15	451	810.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			810.000,00
Atividade	2076	ENSAIBRAMENTO DE VIAS PÚBLICAS	15	451	752.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			750.000,00
		11600 - CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO E			2.000,00
Atividade	2077	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS E E	15	451	900.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			900.000,00
Atividade	2078	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	15	452	1.050.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.050.000,00
Atividade	2079	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚB	15	452	810.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			810.000,00
Atividade	2080	ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO DA JACA	15	452	100.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00
Atividade	2081	REDE PÚBLICA DE ILUMINAÇÃO	15	452	1.600.000,00
		11700 - CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO SERVICOS DE			1.600.000,00
Total do Programa					7.322.200,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Página 10 de 24

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 10-SANEAMENTO BÁSICO					
Atividade	2082	MANUTENÇÃO DO FMSB	17	512	5.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			5.000,00
Atividade	2083	LIMPEZA PÚBLICA URBANA	17	512	1.500.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.500.000,00
Atividade	2084	MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	17	512	1.850.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.850.000,00
Atividade	2085	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	17	512	10.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00
Atividade	2086	MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DO RIO SAÍ MIRIM	17	512	160.000,00
		10026 - SANEAMENTO BÁSICO			160.000,00
Atividade	2156	DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS	17	512	390.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			190.000,00
		10026 - SANEAMENTO BÁSICO			200.000,00
Total do Programa					3.915.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Página 11 de 24

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 11-PROGRAMA DE ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES					
Atividade	2087	CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS DO FIA	8	243	1.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.000,00
Atividade	2088	MANUTENÇÃO DO FIA	8	243	5.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			5.000,00
Atividade	2089	AÇÃO DIRETA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	8	243	11.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			9.000,00
		17800 - FIA Demais Recursos			2.000,00
Total do Programa					17.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Página 12 de 24

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 12-PROGRAMA DE INCENTIVO AO AGRICULTOR FAMILIAR E AO PESCADOR ARTESANAL					
Projeto	1014	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS PA	20	601	100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100,00
Projeto	1015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE	20	602	15.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00
Projeto	1016	CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PARA OFICINA E MANUTENÇÃO	20	602	5.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			5.000,00
Projeto	1017	DESASSORIAMENTO E ABERTURA DO CANAL DO RIO SAÍ MIRIM	20	602	30.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			30.000,00
Projeto	1040	CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL NO BALNEÁR	20	601	20.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			20.000,00
Atividade	2038	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	20	601	100.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00
Atividade	2039	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	20	601	265.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			265.000,00
Atividade	2040	FEIRAS AGRÍCOLAS	20	601	9.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			9.000,00
Atividade	2041	TRANSPORTE DE CALCÁRIO E AQUISIÇÃO DE ADUBOS E SEME	20	601	13.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			13.000,00
Atividade	2042	HORAS MÁQUINAS NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DAS COMUNID	20	601	30.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			30.000,00
Atividade	2043	CONVÊNIOS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA	20	601	20.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			20.000,00
Atividade	2044	MELHORIA AO ACESSO ÀS PROPRIEDADES RURAIS	20	601	100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100,00
Atividade	2045	SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM	20	601	4.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			4.000,00
Atividade	2046	CONVÊNIO COM LABORATÓRIO	20	601	4.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			4.000,00
Atividade	2047	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PESCA	20	602	65.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			65.000,00
Atividade	2048	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE PESCA	20	602	48.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			48.000,00
Atividade	2049	CONVÊNIOS MUNICIPAIS DE PESCA	20	602	20.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			20.000,00
Atividade	2050	DESENVOLVIMENTO DA PESCA ARTESANAL	20	602	20.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			20.000,00
Atividade	2149	FESTA DO AGRICULTOR	20	601	15.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00
Atividade	2150	IMPLANTAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS E VIVEIROS DE MU	20	601	6.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			6.000,00
Atividade	2151	INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR	20	601	7.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			7.000,00
Atividade	2152	APOIO AO TURISMO RURAL	20	601	7.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			7.000,00
Atividade	2153	APOIO À FESTA DO PESCADOR	20	602	15.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00
Total do Programa					718.200,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 13 de 24

Planilhas Planejamento

Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 1

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 13-ASSISTÊNCIA MÉDICA E SAÚDE PREVENTIVA					
Projeto	1033	CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICA	10	301	20,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			20,00
Atividade	2111	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	10	301	25.000,00
		26403 - Atenção Básica - PAB FIXO			25.000,00
Atividade	2112	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	10	301	945.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			800.000,00
		26701 - Assistência Farmacêutica Básica Estadual			67.000,00
		26702 - Assistência Farmacêut. Básica - FEDERAL			78.000,00
Atividade	2113	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA	10	301	997.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			170.000,00
		26401 - Cofinanciamento da Atenção Básica			99.000,00
		26402 - NASF SC COFINANCIAMENTO ATEN.BAS.			110.000,00
		26403 - Atenção Básica - PAB FIXO			160.000,00
		26404 - Atenção Básica - PSF			218.000,00
		26406 - Atenção Básica - PSE - Prog Sau Escola			34.000,00
		26407 - Atenção Básica - PMAQ/AB			206.000,00
Atividade	2114	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO	10	301	99.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			50.000,00
		26503 - MAC / ESTADUAL			49.000,00
Atividade	2115	MANUTENÇÃO DO PA 24 HORAS	10	301	915.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			515.000,00
		26501 - MAC/SAMU			100.000,00
		26502 - MAC / SE			300.000,00
Atividade	2116	REPASSE AO CIS / AMUNESC	10	301	160.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			160.000,00
Atividade	2117	PLANTÕES MÉDICOS	10	301	1.400.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			1.400.000,00
Atividade	2118	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10	301	1.463.707,15
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			1.463.707,15
Atividade	2119	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	10	305	34.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			5.000,00
		26601 - Vigilância em Saúde - Epidemiológica			29.000,00
Atividade	2120	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	10	304	85.000,00
		16600 - VIGILANCIA EM SAUDE			75.000,00
		26602 - Vigilância em Saúde - Sanitária			10.000,00
Atividade	2121	CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE	10	304	56.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			56.000,00
Atividade	2141	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO CMS	10	301	15.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			15.000,00
Atividade	2142	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMS	10	301	10.000.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			8.865.000,00
		26402 - NASF SC COFINANCIAMENTO ATEN.BAS.			130.000,00
		26403 - Atenção Básica - PAB FIXO			223.000,00
		26404 - Atenção Básica - PSF			210.000,00
		26405 - Atenção Básica - PACS			422.000,00
		26407 - Atenção Básica - PMAQ/AB			100.000,00
		26501 - MAC/SAMU			50.000,00
Total do Programa					16.194.727,15

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Página 14 de 24

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 14-PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL					
Atividade	2134	BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA	9	272	2.000.000,00
		10300 - CONTRIBUICAO PARA RPPS			2.000.000,00
Atividade	2135	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	9	272	500.000,00
		10300 - CONTRIBUICAO PARA RPPS			500.000,00
Atividade	2136	MANUTENÇÃO DO IPESI	9	272	150.000,00
		10300 - CONTRIBUICAO PARA RPPS			150.000,00
Atividade	2137	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E CONSELHEIROS	9	272	15.000,00
		10300 - CONTRIBUICAO PARA RPPS			15.000,00
Atividade	2138	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO IPESI	99	997	4.730.000,00
		10300 - CONTRIBUICAO PARA RPPS			4.730.000,00
Total do Programa					7.395.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Página 15 de 24

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 15-CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITAPOÁ					
Atividade	2139	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	6	182	240.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			120.000,00
		10025 - FUNREBOM			120.000,00
Total do Programa					240.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 16 de 24

Planilhas Planejamento

Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 1

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 16-ESPORTE PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE					
Projeto	1007	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTE NO PONTAL E BARRA D	27	812	50,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50,00
Projeto	1008	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTE MULTIUSO	27	812	50,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50,00
Projeto	1009	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E D	27	812	50,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50,00
Projeto	1010	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ESTRUTURAS E	27	812	80.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			80.000,00
Projeto	1011	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO DE QUADRA ESPORTIVA NA AV.	27	812	50.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50.000,00
Projeto	1012	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	27	812	50,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50,00
Projeto	1013	PROJETO VERÃO	27	813	60.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			60.000,00
Projeto	1041	CONSTRUÇÃO DE UM COMPLEXO ESPORTIVO NO BALNEÁRIO	27	812	50,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50,00
Projeto	1042	CONSTRUÇÃO DE PISTA DE SKATE NO BAIRRO SAMAMBAIAL	27	812	54.800,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			54.800,00
Atividade	2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	27	812	110.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			110.000,00
Atividade	2031	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	27	812	220.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			220.000,00
Atividade	2032	INCENTIVO À PRÁTICA DESPORTIVAS DE PARA-ATLETAS NAS D	27	812	98.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			98.000,00
Atividade	2033	REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS	27	812	58.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			58.000,00
Atividade	2034	MANUTENÇÃO E REFORMA DE ESTRUTURAS ESPORTIVAS	27	812	45.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			45.000,00
Atividade	2035	INCENTIVO AO VOLEIBOL E AO ESPORTE AMADOR E PROFISSI	27	812	62.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			62.000,00
Atividade	2036	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LAZER	27	813	50.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50.000,00
Atividade	2037	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE LAZER	27	813	31.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			31.000,00
Atividade	2148	IMPLANTAÇÃO DE CONVÊNIO COM A LIGA MUNICIPAL DE FUTE	27	812	40.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			40.000,00
Atividade	2154	GINCAMA ESPORTIVA, DE LAZER E CULTURAL EM COMEMORAÇ	27	813	15.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00
Atividade	2155	INCENTIVO À PRÁTICA DE LAZER E ESPORTE	27	813	35.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			35.000,00
Total do Programa					1.009.050,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Página 17 de 24

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 17-PROCURADORIA JURÍDICA					
Atividade	2012	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	2	61	100.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00
Atividade	2013	FOLHA DE PAGAMENTO DA PROCURADORIA JURÍDICA	2	61	515.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			515.000,00
Atividade	2014	HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	2	61	200.000,00
		10028 - REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA			200.000,00
Total do Programa					815.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Página 18 de 24

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 18-DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO					
Atividade	2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	11	334	20.000,00 20.000,00
Atividade	2027	FOLHA DE PAGAMENTO DO DPTO DE DESENVOLVIMENTO 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	11	334	33.000,00 33.000,00
Atividade	2028	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCI 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	22	661	30.000,00 30.000,00
Atividade	2029	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	22	661	126.000,00 126.000,00
Total do Programa					209.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Página 19 de 24

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 19-RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
	9001	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99	999	200.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			200.000,00
Total do Programa					200.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Página 20 de 24

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 20-FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL					
Atividade	2140	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL	6	182	50.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50.000,00
Total do Programa					50.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 21 de 24

Planilhas Planejamento

Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 1

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 21-EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL					
Projeto	1029	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	12	361	10,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			10,00
Projeto	1030	CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E REFORMAS	12	361	766.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			480.000,00
		25800 - SALARIO EDUCACAO			286.000,00
Projeto	1031	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	12	365	10,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			10,00
Projeto	1032	CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E REFORMAS	12	365	824.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			320.000,00
		25800 - SALARIO EDUCACAO			504.000,00
Atividade	2090	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	12	361	501.784,80
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			501.784,80
Atividade	2091	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA	12	361	2.055.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			2.055.000,00
Atividade	2092	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12	361	60.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			60.000,00
Atividade	2093	MERENDA ESCOLAR	12	361	352.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			210.000,00
		26001 - P. N. Aliment. Escolar PNAE/Fundamental			142.000,00
Atividade	2094	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	12	361	800.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			740.000,00
		26101 - Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal			30.000,00
		26102 - Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadua			30.000,00
Atividade	2095	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12	361	3.790.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			3.500.000,00
		25800 - SALARIO EDUCACAO			290.000,00
Atividade	2096	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	12	361	8.345.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			1.080.000,00
		21800 - TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB			7.265.000,00
Atividade	2097	GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS - PDDE	12	361	72.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			72.000,00
Atividade	2098	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	12	365	1.590.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			1.400.000,00
		25800 - SALARIO EDUCACAO			190.000,00
Atividade	2099	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12	365	35.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			35.000,00
Atividade	2100	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	12	365	223.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			220.000,00
		26101 - Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal			3.000,00
Atividade	2101	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO IN	12	365	4.650.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			225.000,00
		21800 - TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB			4.425.000,00
Atividade	2102	MERENDA ESCOLAR DAS CRECHES	12	365	81.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			35.000,00
		26003 - P. N. Aliment. Escolar PNAE/Creche			46.000,00
Atividade	2103	MERENDA ESCOLAR DA PRÉ-ESCOLA	12	365	119.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			75.000,00
		26002 - P. N. Aliment. Escolar PNAE/Pré Escolar			44.000,00
Atividade	2104	GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS - PDDE	12	365	17.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			17.000,00
Atividade	2105	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL EJA	12	366	40.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			40.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Página 22 de 24

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Atividade	2106	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO EJA	12	366	600.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			600.000,00
Atividade	2107	MANUTENÇÃO DO EJA	12	366	30.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			30.000,00
Atividade	2108	MERENDA ESCOLAR DO EJA	12	366	18.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			5.000,00
		26004 - Prog. Nac. de Aliment. Escolar - EJA			13.000,00
Atividade	2133	CONVÊNIO COM A APAE	12	367	43.910,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			43.910,00
Total do Programa					25.012.714,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2015 Versão: 1

Página 23 de 24

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa: 22-ENSINO MÉDIO E SUPERIOR					
Atividade	2109	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL ENSINO MÉDIO	12	362	486.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			135.000,00
		26101 - Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal			6.000,00
		26102 - Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadua			345.000,00
Atividade	2110	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO	12	364	1.100.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.100.000,00
Total do Programa					1.586.000,00
Total Geral					81.450.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 24 de 24

Planilhas Planejamento

Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 1

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Resumo Por Vínculo					
Vínculo	Descrição Vínculo				Valor Global
10000	RECURSOS ORDINARIOS				29.676.458,05
10025	FUNREBOM				120.000,00
10026	SANEAMENTO BÁSICO				360.000,00
10028	REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA				200.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP				11.744.714,80
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP				13.499.727,15
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS				7.395.000,00
11600	CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO E				2.000,00
11700	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO SERVICOS DE				1.600.000,00
14400	FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO				155.000,00
15400	CONVENIO TRANSITO - MILITAR				23.674,00
15500	CONVENIO TRANSITO - CIVIL				23.674,00
15600	CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA				20.292,00
16600	VIGILANCIA EM SAUDE				75.000,00
17800	FIA Demais Recursos				2.000,00
18900	ALIENACOES DE BENS DESTINADOS A OUTROS				12.000,00
21800	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB				11.690.000,00
24700	APOIO A PESSOA IDOSA - API				4.400,00
25201	PBF- PISO BASICO FIXO				78.000,00
25202	FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SOCIAL				20.800,00
25203	FEAS - COFINANC. DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS				3.460,00
25204	FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				26.700,00
25205	SERV CONV E FORTAL VÍNCULO - SCFV				135.000,00
25800	SALARIO EDUCACAO				1.270.000,00
26001	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Fundamental				142.000,00
26002	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Pré Escolar				44.000,00
26003	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Creche				46.000,00
26004	Prog. Nac. de Aliment. Escolar - EJA				13.000,00
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal				39.000,00
26102	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadua				375.000,00
26301	Bolsa Família				15.600,00
26302	IGD - SUAS				18.000,00
26401	Cofinanciamento da Atenção Básica				99.000,00
26402	NASF SC COFINANCIAMENTO ATEN.BAS.				240.000,00
26403	Atenção Básica - PAB FIXO				408.000,00
26404	Atenção Básica - PSF				428.000,00
26405	Atenção Básica - PACS				422.000,00
26406	Atenção Básica - PSE - Prog Sau Escola				34.000,00
26407	Atenção Básica - PMAQ/AB				306.000,00
26501	MAC/SAMU				150.000,00
26502	MAC / SE				300.000,00
26503	MAC / ESTADUAL				49.000,00
26601	Vigilância em Saúde - Epidemiológica				29.000,00
26602	Vigilância em Saúde - Sanitária				10.000,00
26701	Assistência Farmacêutica Básica Estadual				67.000,00
26702	Assistência Farmacêut. Básica - FEDERAL				78.000,00
Total Geral:					81.450.500,00

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 142 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 142 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº. 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), como segue:

ORGÃO:03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

UNIDADE:01 - DIRETORIA GERAL DA ADM., E PLANEJAMENTO

ATIVIDADE:2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (13) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

ORGÃO:03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

UNIDADE:01 - DIRETORIA GERAL DA ADM., E PLANEJAMENTO

ATIVIDADE:2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (10) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 05 de dezembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 143 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 143 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, inciso Iº, da Lei nº 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), como segue:

ORGÃO:11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE:01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVIDADE: 2.030 - Implantação e Manutenção de Programas Sociais

Modalidade de Aplicação: (08) - 3.3.90.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo Federal - FNAS -(vinculação 0101 - Convênio - FNAS) do Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 05 de dezembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 144 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 144 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 11.300,00 (Onze mil e trezentos reais), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 UNIDADE: 01 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 Modalidade de Aplicação: (79) - 3.3.90.00.00.0116 - Aplicações Diretas R\$ 11.300,00
 TOTAL R\$ 11.300,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior, ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação de recurso transferido pela Fundo Especial de Petróleo (vinculação 1.0116 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditado na conta corrente 12.034-0, Agência 2.192-X do Banco do Brasil..

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 08 de dezembro de 2014.
 ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
 PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
 SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 145 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 145 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
 ATIVIDADE: 2.008 - Manutenção da Educação Básica
 Modalidade de Aplicação: (31) - 3.1.90.00.00.00.0092 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
 TOTAL R\$ 250.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de Recursos Oriundos do FUNDEB no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 10.188-5, Agência 2.192-X do Banco do Brasil.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 08 de dezembro de 2014.
 ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
 PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
 SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 760 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº. 760 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, faz saber a todos os habitantes do Município, que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1º - O Orçamento Geral do Município de Jacinto Machado para o exercício de 2015 estima a Receita, e fixa a Despesa em R\$ 27.000.000,00 (Vinte e sete milhões de reais), sendo R\$ 21.606.000,00 (Vinte e um milhões, seiscentos e seis mil reais), do Orçamento Fiscal e R\$ 5.394.000,00 (Cinco milhões, trezentos e noventa e quatro mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 23.927.000,00 (Vinte e três milhões, novecentos e vinte e sete mil reais), fixa em R\$ 19.445.000,00 (Dezenove milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais) a Despesa da Prefeitura Municipal, em R\$ 3.287.000,00 (Três milhões, duzentos e oitenta e sete mil reais) as transferências financeiras para os Fundos Municipais e em R\$ 1.195.000,00 (Um milhão, cento e noventa e cinco mil reais) as transferências financeiras ao Poder Legislativo.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

1 .	RECEITAS CORRENTES	25.208.000,00
1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.330.000,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	230.000,00
1.3.	RECEITA PATRIMONIAL	465.000,00
1.4	RECEITA AGROPECUÁRIA	19.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	62.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.262.000,00
9.1	DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	(3.298.000,00)
1.9.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	840.000,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	2.017.000,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.070.000,00
2.2.	ALIENAÇÃO DE BENS	69.000,00
2.4.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	878.000,00
	TOTAL:	23.927.000,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICAÇÃO POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

02 –	GABINETE DO PREFEITO	610.000,00
03 –	SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	1.380.000,00
04 –	SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL E DA FAMÍLIA	94.000,00
05	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	9.348.000,00
06 –	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	4.861.000,00
07 –	SECRETARIA DA AGRIC., IRRIG. E M. AMBIENTE	687.000,00
08 –	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	2.300.000,00
08 –	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	140.000,00
99 –	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00
	SOMA:	19.445.000,00

Transferências Financeiras para o F.M.Saúde	2.687.000,00
Transferências Financeiras para o F.M.A. Social	600.000,00
Transferências Financeiras p/ Câmara Municipal de Vereadores	1.195.000,00
SOMA:	4.482.000,00
TOTAL:	23.927.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04	Administrativa	1.990.000,00
08	Assistência Social	94.000,00
12	Educação	8.622.000,00
13	Cultura	472.000,00
15	Urbanismo	3.077.000,00
18	Gestão Ambiental	26.000,00
20	Agricultura	607.000,00
22	Indústria	77.000,00
26	Transporte	1.784.000,00
27	Desporto e Lazer	371.000,00
28	Encargos Especiais	2.300.000,00
99	Reserva de Contingência	25.000,00
	SOMA:	19.445.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.482.000,00
	TOTAL:	23.927.000,00

III- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	14.661.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargo Sociais	8.378.000,00
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	100.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.183.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	4.759.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	3.009.000,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	1.750.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00
	SOMA:	19.445.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS P/ FUNDOS	3.287.000,00
	TRANSF. FINANC. P/ CÂMARA VEREADORES	1.195.000,00
	TOTAL:	23.927.000,00

§ 3º - A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será registrada orçamentariamente como Transferência Financeira pela Unidade

Prefeitura Municipal e classificada por modalidade de aplicação de despesa, na forma da Lei 4.320/64, pela Câmara Municipal.

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Art. 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 1.810.000,00 (Um milhão, oitocentos e dez mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.465.000,00 (Dois milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 4.120.000,00 (Quatro milhões e cento e vinte mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	1.705.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	20.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	2.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	50.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.575.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	58.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	105.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00
	SOMA:	1.810.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	2.687.000,00
	SOMA:	4.497.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

10	SAÚDE	4.487.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	SOMA:	4.497.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	4.242.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.230.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.012.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	245.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	245.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	SOMA:	4.497.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Art. 4º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 206.000,00 (Duzentos e seis mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 806.000,00 (Oitocentos e seis mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	181.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	175.000,00
1.9	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	25.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	25.000,00
	SOMA:	206.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	600.000,00
	SOMA:	806.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	801.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
	SOMA:	806.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	696.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	250.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	446.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	105.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	105.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
	SOMA:	806.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DE JACINTO MACHADO

Art. 5º - O Orçamento da entidade FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DE JACINTO MACHADO - FASSP para o exercício de 2015, estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	12.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	12.000,00
	SOMA:	12.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FASSP, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

08	ASISTÊNCIA COMUNITÁRIA	12.000,00
	SOMA:	12.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	12.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00
	SOMA:	12.000,00

DO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO - SAMAE

Art. 6º - O Orçamento da entidade SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO - SAMAE para o exercício de 2015, estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 1.045.000,00 (Um milhão e quarenta e cinco mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	925.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	837.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.000,00
1.9	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	68.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	120.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	120.000,00
	SOMA:	1.045.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade SAMAE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

17	SANEAMENTO	1.035.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	SOMA:	1.045.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	720.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	310.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	410.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	315.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	315.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	SOMA:	1.045.000,00

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 7º - O Orçamento da Unidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JACINTO MACHADO para o exercício de 2015, estima as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.195.000,00 (Um milhão, cento e noventa e cinco mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 1.195.000,00 (Um milhão, cento e noventa e cinco mil reais).

§ 1º - As Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, serão realizadas na forma prevista na legislação pertinente e demais aspectos das normas contábeis.

§ 2º - A Despesa da Unidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01	LEGISLATIVA	1.195.000,00
----	-------------	--------------

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.100.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	835.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	265.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	95.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	95.000,00
	SOMA:	1.195.000,00

DOS ORÇAMENTOS DOS DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS

Art. 8º - As despesas do FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, no exercício de 2.015, serão destacadas em órgãos próprios da Administração Municipal Direta e Descentralizada.

Parágrafo Único - As Receitas auferidas pelos Fundos serão contabilizadas em contas específicas da Unidade Gestora Central e movimentadas em contas bancárias vinculadas aos próprios Fundos, na forma da Lei 4.320/64.

Art. 9º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

99	Reserva de Contingência	10.000,00
	Passivos Contingentes	10.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

99	Reserva de Contingência	5.000,00
	Passivos Contingentes	5.000,00

UNIDADE GESTORA: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO - SAMAE

99	Reserva de Contingência	10.000,00
	Passivos Contingentes	10.000,00

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

99	Reserva de Contingência	25.000,00
	Passivos Contingentes	25.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando os dispositivos da Lei Complementar 101/2000 e legislação pertinente.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor", desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 10 - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de projeto, atividade ou operação especial observada a origem e a destinação dos recursos.

Art. 11 - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, por Ato Próprio, abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II - O ingresso de valores provenientes de Operação de Crédito, ou o seu excesso.
- III - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- IV - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 12 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13 - Por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, os recursos oriundos de operações de crédito e convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 14 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15 - Durante o Exercício de 2015, por meio de autorização específica, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 16 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 17 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municípios circunvizinhos, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Parágrafo Único: Os Termos de Convênios a que se refere este artigo serão remetidos à Câmara de Vereadores, para conhecimento e homologação, em até 30 dias de sua assinatura.

Art. 18 - Nos casos em que houver alterações nas portarias do Governo Federal ou nas instruções do Tribunal de Contas do Estado, por ato do Chefe do Poder Executivo as Destinações de Recursos poderão ser ajustadas àquelas, verificadas ainda as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

Art. 19 - Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2014/2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Art. 20 - Fazem parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº 4.320/64 oriundos do sistema informatizado de contabilidade e orçamentos e os ANEXOS vinculados à Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, com os ajustes de que trata o artigo anterior.

Art. 21 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 17 de dezembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 761 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº. 761 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA OS MAPAS DO ANEXO 1 E 2 DA LEI MUNICIPAL Nº. 601 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR MUNICIPAL, ESTABELECE OBJETIVOS, DIRETRIZES E INSTRUMENTOS PARA AS AÇÕES DE PLANEJAMENTO NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, no exercício das suas legais atribuições faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O Mapa de Macrozoneamento (Municipal) do Anexo 1, e o Mapa de Zoneamento - Sede (Urbana) do Anexo 2, da Lei Municipal nº. 601 de 29 de Dezembro de 2010, que instituiu o Plano Diretor do Município de Jacinto Machado, passam a vigorar conforme os Mapas dos Anexos 1 e 2 que compõem esta Lei.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 19 de dezembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 762 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº. 762 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA OS DISPOSITIVOS E ANEXO 1 DA LEI MUNICIPAL Nº. 602 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE DEFINE O NOVO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO E O PERÍMETRO DA ÁREA DE EXPANSÃO URBANA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, no exercício das suas legais atribuições faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Altera os incisos I e II e acrescenta o inciso V no art.4º da Lei Municipal nº 602 de 29 de Dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

I - Sede Urbana - inicia-se com o Marco 01 (coordenadas 621.234,6567 E e 6.791.901,2618 N) que percorre em direção leste junto ao Rio da Pedra até encontrar o Marco 02 (coordenadas 623632.4762 E e 6794081.9069 N), partindo deste ponto em linha seca até encontrar o Marco 03 (coordenadas 623.499,7526 E e 6.792.533,1396 N) que vai de encontro por uma linha seca a oeste até o Marco 04 (coordenadas 623.421,3925 E e 6.792.533,9496 N), liga-se por meio de uma linha seca ao norte até o Marco 05 (coordenadas 623.444,2293 E e 6.792.784,3490 N), seguindo deste marco em uma linha seca ao Marco 06 (coordenadas 622.010,3786 E e 6.791.825,1875 N). A partir desse segue em direção sul em linha seca ao encontro do Marco 07 (coordenadas 621.953,3206 E e 6.790.636,8051 N), em linha seca na direção noroeste até encontrar o Marco 08 (coordenadas 621.875,1599 E e 6.790.670,8955 N) segue em direção sudoeste até a intersecção da SC-485 onde encontra o Marco 09 (coordenadas 620.977,5271 E e 6.790.491,9283 N), seguindo deste marco em direção oeste em linha seca até o Marco 10 (coordenadas 619.934,5510 E e 6.790.170,5861 N), seguindo na direção oeste até o Marco 11 (coordenadas 619.484,2254 E e 6.790.096,7668 N) que segue em linha seca na direção sudoeste atingindo o Marco 13 (coordenadas 619.352,3105 E e 6.790.029,1057 N), e segue em linha seca ao encontro do Marco 14 (coordenadas 619.088,9203 E e 6.789.593,2310 N), segue em direção noroeste até encontrar o Marco 15 (coordenadas 619.973,5939 E e 6.789.633,0276 N) continuando em direção noroeste, em linha seca, após cruzar a SC-483 encontra-se o Marco 16 (coordenadas 618.896,3790 E e 6.789.693,5144 N) seguindo em direção noroeste, junto ao Rio da Gávea encontra-se o Marco 16 (coordenadas 618.563,1888 E e 6.790.256,0527 N) segue junto ao Rio da Gávea, em direção nordeste, até encontrar o Marco 17 (coordenadas 620.097,9466 E e 6.791.418,2438 N). A partir desse, em linha seca, encontra-se o Marco 18 (coordenadas 620.210,5140 E e 6.792.480,0171 N) seguindo em linha seca até o Marco 19 (coordenadas 619965.3862 E e 6792563.7499 N)

segue a oeste pelo Sanga Patel até encontrar o Marco 20 (coordenadas 619.651,4383 E e 6.792.571,0407 N) seguindo a norte até encontrar o Marco 21 (coordenadas 619.697,8324 E e 6.793.536,1823 N) agora seguindo a leste até encontrar o Marco 22 (coordenadas 620.321,1111 E e 6.793.490,7086 N) a partir desse em linha seca encontra-se o Marco 23 (coordenadas 620.280,3132 E e 6.792.620,7374 N) seguindo em direção sudeste encontra-se o Marco 24 (coordenadas 620.376,7556 E e 6.792.489,2138 N) continuando a seguir a sudeste após cruzar o Sanga Patel até encontrar o Marco 25 (coordenadas 620.472,5858 E e 6.792.452,5019 N) seguindo em direção ao sul em linha reta até encontrar o Marco 26 (coordenadas 620.537,9606 E e 6.792.247,9559 N) agora seguindo em direção a sudeste em linha reta encontra-se o Marco 27 (coordenadas 620.617,0693 E e 6.792.134,1765 N) seguindo a leste em linha seca está o Marco 28 (coordenadas 621.071,6110 E e 6.792.282,9087 N) . Seguindo na direção sul, em linha seca, até o Marco 01, onde iniciou essa descrição.

II - Área de Expansão Urbana (Bairro Paraguai) - utilizando como apoio o ponto de partida Marco 27 (coordenadas 620.617,0693 E e 6.792.134,1765 N) em linha seca, também do perímetro urbano, conecta-se ao Marco 28 (coordenadas 621.071,6110 E e 6.792.282,9087 N) seguindo na direção norte, em linha seca, encontrando o Marco 29 (coordenadas 620.932,5900 E e 6.792.608,3200 N) seguindo na direção oeste, encontrando o Marco 30 (coordenadas 620.489,7053 E e 6.792.400,3729 N) seguindo em direção sul, encontra-se o Marco 26 (coordenadas 620.537,9606 E e 6.792.247,9559 N) pertencente ao perímetro urbano, encontrando-se em linha seca, seguindo o perímetro urbano, liga-se ao finalizando o perímetro da área de expansão no ponto de conexão com o Marco inicial denominado como Marco 27.
(...)

V - Área de Expansão Urbana (Bairro Arizona) - utilizando como apoio o ponto de partida pertencente ao perímetro urbano Marco 20 (coordenadas 619.651,4383 E e 6.792.571,0407 N) seguindo no sentido oeste encontra-se com o Marco 31 (coordenadas 619.499,7053 E e 6.792.574,5006 N) seguindo para o norte em linha seca encontra-se com o Marco 32 (coordenadas 619.499,4826 E e 6.793.549,9423 N) seguindo para o leste em linha seca encontra-se com o Marco 21 (coordenadas 619.697,8324 E e 6.793.536,1823 N) pertencente ao perímetro urbano, encontrando-se em linha seca, seguindo o perímetro urbano, liga-se ao finalizando o perímetro da área de expansão no ponto de conexão com o Marco inicial denominado como Marco 20.

Art. 2º O Mapa dos Marcos do Perímetro Urbano e área de Expansão - Sede (urbana) do Anexo 1, da Lei Municipal nº 602 de 29 de Dezembro de 2010, que define o novo perímetro urbano do Município de Jacinto Machado e o perímetro da área de expansão urbana, passa a vigorar conforme o Mapa do Anexo 1, que compõem esta Lei.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 19 de dezembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 763 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO****LEI Nº. 763 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

**ALTERA OS DISPOSITIVOS E ANEXOS 2, 4 E 5 DA
LEI MUNICIPAL Nº. 603 DE 29 DE DEZEMBRO DE
2010, QUE DISPÕE SOBRE ZONEAMENTO, USO E
OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE JACINTO
MACHADO.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO ANTONIO
JOÃO DE FÁVERI**, no exercício das suas legais atribuições faz saber a todos os
habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Altera o art.28 da Lei Municipal nº. 603 de 29 de Dezembro de 2010,
que passa a ter a seguinte redação:

Art.28 Setor Comercial – SC – correspondem às áreas que se desenvolvem ao
longo das ruas Governador Celso Ramos, Dr. Nereu Ramos, Silvio Boff e
Avenida Afonso Possamai Della, destinadas ao uso predominante de comércio
e serviço de pequeno e médio porte, sendo possível o uso residencial.

Art. 2º O Mapa de Macrozoneamento (Municipal) do Anexo 2, e o Mapa de
Zoneamento – Sede (Urbana) do Anexo 4, da Lei Municipal nº 603 de 29 de Dezembro de
2010, que dispõe sobre zoneamento, uso e ocupação do solo do Município de Jacinto
Machado, passam a vigorar conforme os Mapas dos Anexos 2 e 4 que compõem esta Lei.

Art.3º O Anexo 5 da Lei Municipal nº 603 de 29 de Dezembro de 2010, passa a
vigorar com a seguinte redação:

ANEXO 5 – PARAMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DE SOLO URBANO

PARÂMETROS DE USO DO SOLO URBANO			
ZONA	USOS		
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO
Zona Residencial 1 (ZR-1)	- habitação unifamiliar ⁽¹⁾ - habitação coletiva horizontal - habitação coletiva vertical - uso comunitário 1 - comércio e serviço vicinal e de bairro	- uso institucional - uso comunitário 2 comércio e serviço setorial comércio e Serviço específico 2 - comércio e Serviço específico 1 - uso comunitário 3 - Indústria tipo 1 - Indústria tipo 2 - Uso industrial (2)	- todos os demais usos

Rua Pool Jorge Zacca, 75 – Centro – CEP: 88950-000 - Jacinto Machado/SC- CNPJ: 82.960.758/0001-36
e-mail: prefeito@jacintomachado.sc.gov.br - Fone: 48-35351133 - Fax 35351288



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Zona Residencial (ZR-2)	<ul style="list-style-type: none"> - habitação unifamiliar⁽¹⁾ - habitação coletiva horizontal - habitação coletiva vertical - uso comunitário 1 - comércio e serviço vicinal e de bairro 	<ul style="list-style-type: none"> - uso institucional - uso comunitário 2 - comércio e serviço setorial - comércio e Serviço específico 1 - uso comunitário 3 - Indústria tipo 1 - Indústria tipo 2 - Uso industrial (2) 	- todos os demais usos
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	<ul style="list-style-type: none"> - habitação unifamiliar⁽¹⁾ - habitação coletiva horizontal - comércio e serviço vicinal e de bairro 	<ul style="list-style-type: none"> - uso comunitário 1 - uso comunitário 2 	- todos os demais usos
Setor Comercial (SC)	<ul style="list-style-type: none"> - comércio e serviço vicinal e de bairro - comércio e serviço setorial - habitação unifamiliar⁽¹⁾ 	<ul style="list-style-type: none"> - uso comunitário 1 - Uso comunitário 2 - comércio e serviço específico 1 - comércio e serviço específico 2 - habitação coletiva horizontal - habitação coletiva vertical - uso institucional - Indústria tipo 1 - Indústria tipo 2 - Uso industrial (2) 	- todos os demais usos
Zona Comercial (ZC)	<ul style="list-style-type: none"> - comércio e serviço vicinal e de bairro - comércio e serviço setorial - habitação unifamiliar⁽¹⁾ 	<ul style="list-style-type: none"> - uso comunitário 1 - uso comunitário 2 - comércio e serviço específico 1 - habitação coletiva horizontal - habitação coletiva vertical - uso institucional - Indústria tipo 1 - Indústria tipo 2 - Uso industrial (2) 	- todos os demais usos
Zona de Serviços (ZS)	<ul style="list-style-type: none"> - comércio e serviço vicinal e de bairro - comércio e serviço setorial - comércio e serviço geral - habitação unifamiliar - Indústria tipo 1 - Indústria tipo 2 	<ul style="list-style-type: none"> - Indústria tipo 3; - Comércio e serviço específico 1 - habitação unifamiliar 	- todos os demais usos
Zona Especial de Lazer (ZEL)	- Uso comunitário 4	- Uso comunitário 2	- todos os demais usos
Zona de Uso Especial Industrial (ZUEI)	<ul style="list-style-type: none"> - comércio e serviço setorial - comércio e serviço geral - Indústria tipo 1 - Indústria tipo 2 	<ul style="list-style-type: none"> - Indústria tipo 3; - Comércio e serviço específico 1 - habitação unifamiliar 	- todos os demais usos

Notas:

(1) uma habitação unifamiliar por lote.

(2) tolera-se a permanência de indústrias já instaladas e a sua ampliação dentro do prazo de 10 a partir da aprovação desta lei, desde que apresentem o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV para verificação de viabilidade.

Rua Pool Jorge Zacca, 75 – Centro – CEP: 88950-000 - Jacinto Machado/SC- CNPJ: 82.960.758/0001-36
e-mail: prefeito@jacintomachado.sc.gov.br - Fone: 48-35351133 - Fax 35351288



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO								
ZONA	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO – CA	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA – TO (%)	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (PAVIMENTOS)	LOTE MÍNIMO/TESTADA MÍNIMA (m²/m)	RECUOS (m)		
						FRENTE	LATERAL	FUNDOS
Zona Residencial 1 (ZR-1)	3	60	25	2 3 ⁽³⁾	300/12	4,0	1,50	1,50
Zona Residencial 2 (ZR-2)	3	60	25	5 6 ⁽³⁾	300/12	4,0	1,50	1,50
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	1	50	25	2	250/10 150/10	4,0	1,50	2,50
Setor Comercial (SC)	2,8	65	25	4 5 ⁽³⁾	300/12	-	-	2,50
Zona Comercial (ZC)	4,2	65	25	6 8 ⁽³⁾	300/12	-	-	2,50
Zona Especial de Lazer (ZEL)	-	-	-	-	-	-	-	-
Zona de Serviços (ZS)	1,40	70	20	2	1200/20	4,0	2,0	2,5
Zona de Uso Especial Industrial	1,40	80	20	2	1200/20	4,0	2,0	2,5

Notas:

(1) atendidas às exigências mínimas de iluminação e ventilação. Permite-se a construção de edículas no fundo do lote, respeitando-se as normas do código de obras e posturas, zoneamento urbano e parcelamento do solo.

(2) os lotes de esquina, para efeito desta proposta, possuem somente frente e laterais, não possuindo fundos.

(3) pavimento máximo permitido quando for utilizado algum instrumento urbanístico de compensação de áreas

Rua Pool Jorge Zacca, 75 – Centro – CEP: 88950-000 - Jacinto Machado/SC- CNPJ: 82.960.758/0001-36
e-mail: prefeito@jacintomachado.sc.gov.br - Fone: 48-35351133 - Fax 35351288



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 19 de dezembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Rua Pool Jorge Zacca, 75 – Centro – CEP: 88950-000 - Jacinto Machado/SC- CNPJ: 82.960.758/0001-36
e-mail: prefeito@jacintomachado.sc.gov.br - Fone: 48-35351133 - Fax 35351288

LEI Nº. 764 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº. 764 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA O MAPA DO ANEXO 7 DA LEI MUNICIPAL Nº. 604 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A CIRCULAÇÃO, TRANSPORTE E MOBILIDADE MUNICIPAL E URBANA, BEM COMO DA HIERARQUIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DIMENSIONAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS PARA O MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, no exercício das suas legais atribuições faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O Mapa de Hierarquia Viária - Sede (urbana) do Anexo 7, da Lei Municipal nº. 604 de 29 de Dezembro de 2010, que dispõe sobre a circulação, transporte e mobilidade municipal e urbana, bem como da hierarquização do sistema viário e dimensionamento das vias públicas para o Município de Jacinto Machado, passa a vigorar conforme o Mapa do Anexo 7, que compõem esta Lei.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 19 de dezembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 765 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº. 765 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº. 605 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE DEFINE OS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS COM O PARCELAMENTO E REMEMBRAMENTOS DE LOTES URBANOS E DEMAIS REQUISITOS URBANÍSTICOS NO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, no exercício das suas legais atribuições faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Altera o inciso I, do art.26º da Lei Municipal nº 605 de 29 de Dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art.26
.....

I - projeto detalhado de arruamento, indicando o tipo de pavimentação a ser utilizada;

Art.2º Altera o inciso VIII, revoga o inciso IX, e acrescentam os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º da Lei Municipal nº 605 de 29 de Dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art.84
.....

VIII - Pavimentação das vias de circulação, com material de boa qualidade em camada compacta e com espessura mínima de 20,0 cm (vinte centímetros), podendo ser revestida com saibro, brita ou seixo rolado, podendo o município, por lei específica, estabelecer outras exigências conforme o tipo do solo.

IX - Revogado.

§1º Os projetos de parcelamento do solo urbano na modalidade de loteamento devidamente aprovados pelo Município, com início das obras após 31 de dezembro de 2019, deverão prever ruas pavimentadas especificando o tipo de material a ser utilizado, podendo ser em Paralelepípedos (regular ou irregular), paver de concreto, poliédrica, lajotas de concreto, blocos de intertravados ou bloquetes, asfalto (CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Asfalto (PMF - Pré-Misturado a Frio);

§2º Todas as pavimentações deverão possuir base e sub-base, dimensionadas conforme Normas Técnicas Vigentes.

§3º - Os materiais a que se refere o §1º deste artigo deverão seguir as normas de execução e responsabilidade técnica quanto à sua durabilidade;

§ 4º. As obras de que cogita o presente artigo e seus itens deverão ser previamente aprovadas e terem sua execução fiscalizada pelos órgãos municipais competentes.

Art. 2º. Fica revogado o artigo 86 da Lei Municipal nº 605 de 29 de Dezembro de 2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 19 de dezembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 766 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº. 766 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE JACINTO MACHADO, SEUS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, INTERRELAÇÕES ENTRE OS SEUS COMPONENTES, RECURSOS HUMANOS, FINANCIAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, no exercício das suas legais atribuições faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei regula no município de Jacinto Machado e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura - SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º. A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I

Do Papel do Poder Público Municipal na Gestão da Cultura

Art. 3º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Jacinto Machado.

Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Jacinto Machado.

Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Jacinto Machado e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º Cabe ao Poder Público do Município de Jacinto Machado planejar e implementar políticas públicas para:

- I - assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- II - universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- III - contribuir para a construção da cidadania cultural;
- IV - reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- V - combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
- VI - promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
- VII - qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
- VIII - democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
- IX - estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- X - consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
- XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

XII - contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II
Dos Direitos Culturais

Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

- I - o direito à identidade e à diversidade cultural;
- II - o direito à participação na vida cultural, compreendendo:
 - a) livre criação e expressão;
 - b) livre acesso;
 - c) livre difusão;
 - d) livre participação nas decisões de política cultural.
- III - o direito autoral;
- IV - o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III
Da Concepção Tridimensional da Cultura

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura - simbólica, cidadã e econômica - como fundamento da política municipal de cultura.

SEÇÃO I
Da Dimensão Simbólica da Cultura

Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Jacinto Machado, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

SEÇÃO II**Da Dimensão Cidadã da Cultura**

Art. 16. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais, posto que a cidadania plena só pode ser atingida quando a cidadania cultural puder ser usufruída por todos os cidadãos do Município de Jacinto Machado.

Art. 17. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18 O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

SEÇÃO III
Da Dimensão Econômica da Cultura

Art. 22. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

- I - sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;
- II - elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e
- III - conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de idéias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas

de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26. As políticas públicas de fomento à cultura no Município de Jacinto Machado devem estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I

Das Definições e dos Princípios

Art. 28. O Sistema Municipal de Cultura - SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura - SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira - União, Estados, Municípios e Distrito Federal - com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura - SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

- I - diversidade das expressões culturais;
- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII - transversalidade das políticas culturais;
- VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX - transparência e compartilhamento das informações;
- X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 31. O Sistema Municipal de Cultura - SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;
- II - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais do município;
- III - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;
- IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;
- V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura - SMC.
- VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

CAPÍTULO III

Da Estrutura

SEÇÃO I

Dos Componentes

Art.33. Integram o Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Coordenação:

a)Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, por intermédio da Diretoria de Cultura.

II - Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação:

a)Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

b)Conferência Municipal de Cultura - CMC.

III - Instrumentos de Gestão:

a)Plano Municipal de Cultura - PMC;

b)Fundo Municipal de Cultura - FMC;

c)E outros que venham a ser constituídos;

SEÇÃO II

Da Coordenação do Sistema Municipal de Cultura - SMC

Art. 34. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - SEMECE é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 35. Integram a estrutura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, as instituições vinculadas indicadas a seguir:

I - Diretoria de Cultura;

II - Centro Cultural;

III - outras que venham a ser constituídos.

Art. 36. Caberá a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

- I - formular e implementar, por intermédio da diretoria de cultura com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura - PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;
- II - implementar o Sistema Municipal de Cultura - SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;
- III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município,

considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;

V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;

VII - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

VIII - promover o intercâmbio cultural a nível regional, nacional e internacional;

IX - assegurar o funcionamento do Fundo Municipal de Cultura - FMC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;

X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

XI - estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;

XII - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;

XIII - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XIV - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.

XV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;

XVI - realizar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

XVII - exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Art. 37. À Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - SEMECE como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC, compete:

I - exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

II - promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura - SNC e ao Sistema Estadual de Cultura - SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III - instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e nas suas instâncias setoriais;

IV - implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC e na Comissão Intergestores Bipartite - CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural - CNPC;

V - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura - SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

VI - colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura - SNC e do Sistema Estadual de Cultura - SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

VII - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;

VIII - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal.

IX - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC,

com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e
XI - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura - CMC.

SEÇÃO III

Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

Art. 38. Constituem-se instâncias de articulação, pactuação e deliberação do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Diretoria de Cultura Municipal;

II - Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

III - Conferência Municipal de Cultura - CMC;

Da Diretoria de Cultura Municipal

Art. 39. À Diretoria de Cultura, unidade diretamente subordinada ao(a) Titular da Secretaria municipal de Educação, Cultura e esporte compete:

I- apoiar, incentivar, promover e difundir, no âmbito do Município, os valores e a valorização das artes em geral;

II- criar e manter um sistema de informações relativo a atividades, eventos, projetos e programas desenvolvidos;

III- dar encaminhamento aos assuntos de ordem funcional e financeira referentes aos (as) servidores(as) da diretoria;

IV- desenvolver a captação de recursos humanos, materiais e financeiros, a organização, o controle, a atualização do arquivo documental e redação oficial;

V- desenvolver o incentivo à formação de grupos voltados para todas as formas e manifestações culturais, bem como, à organização e à divulgação de estudos, pesquisas e documentos de interesse para as diversas áreas culturais;

VI- dirigir a atuação e execução programática cultural e os instrumentos afetos ao desenvolvimento das mesmas;

VII- dirigir o Departamento de Cultura sempre em consonância à Secretaria a qual é subordinada;

VIII- fomentar as manifestações culturais de todo tipo, tanto no que se refere à produção, quanto no que concerne à divulgação e fruição das artes em geral;

IX- gestionar, preservar e pesquisar, assuntos relativo à cultura local, através da comunidade ou em seu nome;

X- indicar, para aprovação ou não do (a) Secretário(a) Municipal da Educação, Cultura, e esporte, servidores(as) para assumir e compor comissões especiais de trabalho, coordenação de assuntos específicos, funções de gerência, e, quando da substituição em casos de ausência, afastamento e impedimento;

XI- integrar esforços públicos e privados quando, da realização de eventos e projetos culturais;

XII- integrar-se com as demais diretorias para a elaboração dos relatórios, mensais e anuais das atividades, do calendário cultural da secretaria e outros documentos;

XIII- oportunizar a especialização de pessoal nas diversas áreas e formas de produção cultural;

XIV- oportunizar a todos o pleno exercício dos direitos culturais, proporcionando os meios de acesso às fontes da cultura;

XV- oportunizar criação e atualização do cadastro dos equipamentos, dos locais e públicos da ação cultural;

Do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC

Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, órgão colegiado consultivo, deliberativo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema

Municipal de Cultura - SMC.

§ 1º. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, na elaboração, acompanhamento da execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 2º. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, conforme regulamento, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período.

§ 3º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial, na sua composição.

§ 4º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar a representação do Município de Jacinto Machado, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - SEMECE e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 41. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por onze membros titulares e igual número de suplentes, conforme composição abaixo:

- Um representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;
- Um representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Jacinto Machado;
- Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacinto Machado;
- Um representante de reconhecida representatividade nas áreas de Artes, Letras, Ciências Humanas e Patrimônio Histórico e Artístico e outras representatividades no Município de Jacinto Machado;
- Um representante da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças;
- Um representante da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;
- Um representante do Poder Legislativo;
- Um representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- Um representante do Clube de Dirigentes Lojistas - CDL;
- Um representante da Secretaria de Saúde e Saneamento;
- Um representante da Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família.

Da Conferência Municipal de Cultura - CMC

Art. 42. A Conferência Municipal de Cultura - CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura - CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura - PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º. Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - SEMECE, convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura - CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

§ 3º. A Conferência Municipal de Cultura - CMC será precedida de Conferências Setoriais e Territoriais.

§ 4º. A representação da sociedade civil na Conferência Municipal de Cultura - CMC será, no mínimo, de dois terços dos delegados, sendo os mesmos eleitos em Conferências Setoriais e Territoriais.

SEÇÃO IV

Dos Instrumentos de Gestão

Art. 43. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I - Plano Municipal de Cultura - PMC;
- II - Fundo Municipal de Cultura - FMC;
- III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;
- IV - Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROM-FAC.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

Do Plano Municipal de Cultura - PMC

Art. 44. O Plano Municipal de Cultura - PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 45. A elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

- I- diagnóstico do desenvolvimento da cultura;
- II- diretrizes e prioridades;
- III- objetivos gerais e específicos;
- IV- estratégias, metas e ações;
- V- prazos de execução;
- VI- resultados e impactos esperados;
- VII- recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- VIII- mecanismos e fontes de financiamento; e
- IX- indicadores de monitoramento e avaliação.

Do Fundo Municipal de Cultura - FMC

Art. 46. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura - FMC, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 47. O Fundo Municipal de Cultura - FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e co-financiamento com a União e com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art.48. São receitas do Fundo Municipal de Cultura - FMC:

I-dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Jacinto Machado e seus créditos adicionais;
II-transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura - FMC;
III-contribuições de mantenedores;
IV-produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;
V-doações e legados nos termos da legislação vigente;
VI-subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
VII-reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura - FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;
VIII-retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;
IX-resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;
X-empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;
XI-saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Fundo Municipal de Cultura - FMC;
XII-devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Fundo Municipal de Cultura - FMC;
XIII-saldos de exercícios anteriores; e
XIV-outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 49. O Fundo Municipal de Cultura - FMC será administrado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, por intermédio da diretoria de Cultura na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:

I- Não-reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública; e
II-Reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

§ 1º Nos casos previstos no inciso II do caput, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.

§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.

§ 4º Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 50. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura - FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato da CMPC.

Art. 51. O Fundo Municipal de Cultura - FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC.

§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º Os projetos culturais previstos no caput deste artigo poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 52. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 53. Fica o Conselho Municipal de Cultura autorizado a fazer a seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura.

Art. 54. Na seleção dos projetos o CMPC, deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura - PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 55. O CMPC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

- I - avaliação das três dimensões culturais do projeto - simbólica, econômica e social;
- II - adequação orçamentária;
- III - viabilidade de execução; e
- IV - capacidade técnico-operacional do proponente.

Do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC

Art. 56. Cabe à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais

- SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infra-estrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

Art. 57. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC tem como objetivos:

I - coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura - PMC e sua revisão nos prazos previstos;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;

III - exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura - PMC.

Art. 58. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 59. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, e com institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

Do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC

Art. 60. Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e parceria com outras Secretarias e instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar os gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 61. O Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC deve promover:

I-a qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população;

II-a formação nas áreas técnicas e artísticas.

TÍTULO III DO FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I Dos Recursos

Art. 62. O Fundo Municipal da Cultura - FMC e o orçamento da

Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e de suas instituições vinculadas são as principais fontes de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 63. O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura - FMC.

Art. 64. O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º Os recursos previstos no caput deste artigo serão destinados a:

I- políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual e/ou Municipal de Cultura;

II-para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 65. Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento.

CAPÍTULO II Da Gestão Financeira

Art. 66. Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e instituições vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

§ 1º. Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura - FMC serão administrados pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

§ 2º. A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 67. O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

§ 1º. O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 68. O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III Do Planejamento e do Orçamento

Art. 69. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema

Municipal de Cultura - SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

§ 1º. O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 70. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 71. O Município de Jacinto Machado deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura - SNC por meio da assinatura do termo de adesão voluntária, na forma do regulamento.

Art. 72. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura - SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 73. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 19 de dezembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 767 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº. 767 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

RATIFICA PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM A FINALIDADE DE INSTITUIR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, no exercício das suas legais atribuições faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica ratificado pelo Município de Jacinto Machado/SC, Protocolo de Intenções com a finalidade de instituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE - CIASS, objetivando a instituição do serviço socioassistencial, e de saúde de alta complexidade, na modalidade abrigo institucional para crianças e adolescentes, bem como Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, o qual será composto pelos municípios de Turvo/SC, Jacinto Machado/SC, Ermo/SC, Timbé do Sul/SC, Meleiro/SC, e Morro Grande/SC ficando desde já autorizado o Chefe do Poder Executivo a manifestar expressa anuência, em assembléia, em relação à aprovação do respectivo estatuto.

Art. 2º. O Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde

será constituído sob a forma de consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, mediante publicação do competente Estatuto.

Art. 3º. Fica o Município de Jacinto Machado autorizado a firmar contrato de rateio com o Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde, de acordo com cada programa de atendimento, visando atender as finalidades do consórcio, conforme estabelecido no protocolo de intenções, que através da presente Lei passa a denominar-se Contrato de Consórcio, nos termos do Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

Art. 4º. Fica aplicada, para reger as relações jurídicas entre Município de Jacinto Machado/SC, Turvo/SC, Ermo/SC, Timbé do Sul/SC, Meleiro/SC, e Morro Grande/SC o Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde, a Lei federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 19 de dezembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 768 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº. 768 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a contratar OPERAÇÃO DE CRÉDITO junto a Caixa Econômica Federal, NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO, OBJETIVANDO O PROGRAMA PRÓ - TRANSPORTE PAC 2 - PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS E dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, no exercício das suas legais atribuições faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto a Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais), observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maior de 2000.

Parágrafo Único. Os recursos resultantes da operação de crédito autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa PRÓ - TRANSPORTE PAC 2 - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, que compreende a Avenida Padre Herval Fontanella, Rua Carmelino de Abreu, Rua Birilio Marquês e Rua Irmãos Trevisol.

Art. 2º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no

Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º O orçamento do Município de Jacinto Machado-SC consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 19 de dezembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

+

PORTARIAS Nº. 455 A 467 DE 2014

PORTARIA Nº. 455 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ARTUR EDUARDO DE AVILA ZINGANO	962	04/10/12 a 03/10/13	01/12/14 a 30/12/14
SUSAMAR CARDOSO DE BITENCURT	2443	05/07/13 a 05/07/14	01/12/14 a 30/12/14
JORGE LUIZ PIMENTEL	3536	04/11/13 a 03/11/14	01/12/14 a 30/12/14
ANTONIO NICOLAU ANTONIN	956	15/10/10 a 14/10/11	01/12/14 a 30/12/14

PORTARIA Nº. 456 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 421 de 07 de outubro de 2014, período de contratação da servidora BERNADINA JESUS DA ROSA, até 30/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 457 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao Diretor Geral do SAMAE, com período de gozo e período aquisitivo conforme abaixo relacionado, a saber:

NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
EDEVAR DA RÉ	21/05/09 a 20/05/10	04/12/14 a 02/01/15

PORTARIA Nº. 458 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder adicional de Periculosidade de 30% (trinta por cento) ao servidor, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir da data especificada abaixo:

MATRICULA	NOME	CARGO	PORCENTAGEM	DATA
1055	SERGIO POSSAMAI BORGES	Vigia	30%	01/08/2014

PORTARIA Nº. 459 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
JANE TEREZINHA PEREIRA POSSA-MAI DELA	2373	02/04/13 a 01/04/14	02/01/15 a 31/01/15
RUI CARLOS GIUST	248	02/01/12 a 01/01/13	02/01/15 a 31/01/15
GEORGIA GUETENER ALFREDO	3461	04/03/13 a 03/03/14	02/01/15 a 31/01/15
DALVA BORGES CASSEMIRO	2334	08/03/13 a 7/03/14	02/01/15 a 31/01/15
LAUDIR GABRIEL	2399	05/04/13 a 04/04/14	02/01/15 a 31/01/15
JANICE TEREZINHA CARARO	2998	07/02/13 a 06/02/14	02/01/15 a 31/01/15
BRAZ PEREIRA MORO	2828	04/01/13 a 03/01/14	02/01/15 a 31/01/15
JULIANE FURLANETO TROMBIM	2376	02/04/12 a 01/04/13	02/01/15 a 31/01/15
ZENILDA SILVEIRA DA COSTA	114	02/01/14 a 01/01/15	02/01/15 a 31/01/15
MARIA DE FÁTIMA FRAGA BORGES	264	01/11/13 a 31/10/14	02/01/15 a 31/01/15
CLEIA BORGES DAL PONT	1542	19/05/13 a 18/05/14	02/01/15 a 31/01/15
FRANCISCO MOLGARO	1226	01/12/12 a 30/11/13	02/01/15 a 31/01/15
ELIETE GOMES JUST	2377	02/04/12 a 01/04/13	02/01/15 a 31/01/15
EVILASIO PEREIRA	2172	01/03/13 a 28/02/14	02/01/15 a 31/01/15
NOEMIA NICOLAU BROGNOLI	3455	01/03/13 a 28/02/14	02/01/15 a 31/01/15
ALEX SANDRE DE SOUZA	2453	02/08/12 a 01/08/13	02/01/15 a 31/01/15
ANGELINO LAURINDO BORGES	2333	08/03/12 a 07/03/13	02/01/15 a 31/01/15
ANTONIO NICOLAU ANTONIN	956	15/10/11 a 14/10/12	02/01/15 a 31/01/15
IVOLNEI JOSÉ MARTIGNAGO	1252	05/07/13 a 04/07/14	02/01/15 a 31/01/15
MARILDA DA ROCHA PEREIRA TITONI	3532	07/10/13 a 06/10/14	02/01/15 a 31/01/15
NAZARENO MEISTER	248	04/03/13 a 03/03/14	02/01/15 a 31/01/15

PORTARIA Nº. 460 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos das Portarias nºs. 057/2014, 062/2014, 451/2014, 212/2014, 081/2014, 291/2014, 087/2014, 112/2014, 400/2014, 113/2014, 290/2014, 085/2014, 090/2014, 116/2014, 454/2014, 091/2014, 095/2014, 096/2014, 170/2014, 114/2014, 048/2014, 102/2014, 045/2014, 046/2014, 042/2014, 025/2014, 026/2014, 030/2014, 107/2014, 044/2014 e 255/2013, período de contratação dos servidores em ACT, até 09/02/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 461 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 427 de 09 de outubro de 2014, período de contratação do servidor ADEMIR POSSAMAI, até 30/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 462 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora MARIA DA CONCEIÇÃO FURLANETTO, matrícula nº. 191, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, a serem gozadas no período de 02/01/2015 á 31/01/2015, período aquisitivo 04/01/2003 á 03/01/2008.

PORTARIA Nº. 463 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Prorroga por igual período a Portaria nº. 402, de 27 de dezembro de 2012, em que concede Licença sem Vencimentos para tratar de Interesses Particulares, a servidora ADRIELE RONÇANI SCHMIDT, matrícula nº. 2378, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a serem gozadas no período de 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 02/01/2015 à 01/01/2017.

PORTARIA Nº. 464 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos das Portarias nºs. 055/2014 e 151/2014, período de contratação dos servidores em ACT, até 09/02/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 465 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de aposentadoria de LUCI BORGES, matrícula nº. 276 do cargo de Auxiliar de Enfermagem, conforme Benefício no. 166.161.510-1, parte integrante desta portaria.

PORTARIA Nº. 466 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos das Portarias nºs. 088/2014, 181/2014, 278/2014, 038/2014 e 239/2014, período de contratação dos servidores em ACT, até 09/02/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 467 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao Diretor Geral do SAMAE, com período de gozo e período aquisitivo conforme abaixo relacionado, a saber:

NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
EDEVAR DA RÉ	21/05/10 a 20/05/11	05/01/15 a 03/02/15

Joaçaba

PREFEITURA

ATA JULGAMENTO CHAMADA PÚBLICA 1/2014 - ALIMENTOS AGRICULTURA FAMILIAR ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO/PROPOSTAS EDITAL CHAMADA PÚBLICA 1/2014

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 2014, às 15h15min, reuniram-se nas dependências da Secretaria de Educação - Prédio da Prefeitura de Joaçaba, os membros da Comissão Julgadora da Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural - Edital nº 1/2014 (membros nomeados pelo Decreto nº 3.485, de 15/12/2014), para proceder ao julgamento dos documentos para habilitação e das propostas dos proponentes. Até o horário previsto no edital (15h) foi entregue no setor de protocolo o envelope do seguinte proponente: COOPERATIVA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DA REGIÃO COLONIAL DO MEIO OESTE. O proponente enviou representante para acompanhar a sessão - a senhora Zélia Pastori. Esteve presente ainda o senhor Claudir Marcon e o senhor Marcelo Crippa. O envelope contendo os documentos e a proposta do proponente foi rubricado pelos presentes e a seguir passou-se à análise dos mesmos pelos membros da comissão julgadora. Constatou-se que o proponente atendeu a todas as exigências do Edital de Chamada Pública, tanto com relação à documentação, quanto com relação à proposta de preços, sendo dessa forma, HABILITADO e considerado vencedor dos itens constantes no referido edital. Essa comissão encaminhará ao Secretário de Educação a presente ata, bem como, os documentos e proposta do proponente vencedor, para providências quanto à solicitação de dispensa de licitação e contratação da empresa participante. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão às 15h50min, cuja ata segue assinada pelos presentes.

GABRIELA PRATTO - Membro - _____
FERNANDA LUNARDI - Membro - _____
RAFAEL MARTINI VEIGA - Membro - _____
ZÉLIA PASTORI - _____
CLAUDIR MARCON - _____
MARCELO CRIPPA - _____

EXTRATO PL 37/2014/FMS - PP 25/2014/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2014/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014/FMS

Objeto: Contratação de serviços radiofônicos, em emissora(s) com cobertura e abrangência comprovadas na região de Joaçaba, visando à veiculação de quadros informativos de utilidade pública, bem como de inserções diárias de 45 segundos cada, para divulgação de matérias de utilidade pública emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2015. Forma de Julgamento: Menor Preço por item. Data da abertura: Dia 16/01/2015, a partir das 17 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 17 horas do dia 16/01/2015, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias

úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 22 de dezembro de 2014.
MARCOS WEISS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO PL 90/2014/PMJ - PP 63/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2014/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014/PMJ

Objeto: Contratação de serviços radiofônicos, em emissora(s), com cobertura e abrangência comprovadas na região de Joaçaba, visando à veiculação de campanhas de utilidade pública emanadas das Secretarias de Gestão Administrativa e Financeira, bem como, dos eventos e atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação, em conformidade com as especificações do objeto, durante o exercício financeiro de 2015. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 16/01/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 16/01/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 22 de dezembro 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Rafael Laske
Prefeito

EXTRATO PRORROGAÇÃO PRAZO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 1/2014/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO ALTERAÇÃO/PRORROGAÇÃO DE PRAZO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2014/FMS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, representado neste ato por seu Gestor - MARCOS WEISS, torna público que houve alteração no item 11, no subitem 5.1., bem como, no subitem 6.1. do anexo I do Edital de Credenciamento 1/2014/FMS (cujo aviso foi publicado no DOM em 19/09/2014 - edição 1575, página 181), permanecendo aberto durante o ano de 2015 o "credenciamento de EMPRESAS/CLÍNICAS PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba", junto a Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas. OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser

obtida no endereço supracitado, ou no site do Município, www.joacaba.sc.gov.br. INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, ou pelo telefone 049 3521-1555 - ramal 236, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas

Joaçaba (SC), 19 de dezembro de 2014.

MARCOS WEISS

Secretário de Saúde

LEI Nº 4.567 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 4.567 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015."

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Joaçaba para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 125.809.959,39 (cento e vinte e cinco milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos), sendo R\$ 86.388.553,16 (oitenta e seis milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos) do Orçamento Fiscal, e R\$ 39.421.406,14 (trinta e nove milhões, quatrocentos e vinte e um mil, quatrocentos e seis reais e quatorze centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único - Para efeito deste artigo, entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social, que serão executadas através das entidades abaixo relacionadas e respectivos valores:

ENTIDADE	VALOR ORÇADO
Prefeitura Municipal de Joaçaba	50.500,00
Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS	3.733.236,42
Fundo Municipal de Infância e Adolescência – FIA	30.000,00
Instituto de Previdência Servidores Públicos – IMPRES	12.726.770,00
Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos - PLASS	3.279.550,00
Fundo Municipal de Saúde – FMS	19.601.349,72
TOTAL	39.421.406,14

DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Art. 2º - O Orçamento do Município para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 125.809.959,39 (cento e vinte e cinco milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos).

§ 1º - A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços, transferências e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	104.359.579,39
1.1. Receita Tributária	22.076.436,27

1.2. Receita de Contribuições	5.670.675,00
1.3. Receita Patrimonial	4.909.970,03
1.6. Receita de Serviços	14.825.257,00
1.7. Transferências Correntes	54.312.229,09
1.9. Outras Receitas Correntes	2.565.012,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	13.511.300,00
2.2. Alienação de Bens	23.300,00
2.4. Transferências de Capital	13.488.000,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.939.080,00
TOTAL	125.809.959,39

§ 2º - As Despesas do Município serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara de Vereadores	3.380.000,00
02. Gabinete do Prefeito	6.729.273,60
03. Gabinete do Vice-Prefeito	182.200,00
04. Secretaria Municipal de Gestão Administrativa	1.854.300,00
05. Secretaria Municipal de Gestão Financeira	9.798.816,25
06. Secretaria Municipal de Ação Social	9.500,00
07. Secretaria Municipal de Educação	20.556.610,00
09. Secretaria Municipal de Infra-Estrutura	20.630.905,00
10. Conselho Tutelar	152.000,00
11. Procuradoria Geral do Município	1.007.230,00
12. Instituto de Previdência dos Servidores Públicos	12.726.770,00
14. Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto	15.701.000,00
15. Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos	3.279.550,00
16. Fundo Municipal de Assistência Social	3.733.236,42
17. Fundo Municipal de Infância e Adolescência	30.000,00
18. Fundo Municipal de Saúde	19.601.349,72
19. Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militares	548.294,40
20. Secretaria Munic. de Desenvolvimento Sustentável	3.281.850,00
21. Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	169.500,00
22. Fundo Municipal de Esportes	2.429.574,00
99. Reserva de Contingência	8.000,00
TOTAL	125.809.959,39

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	3.380.000,00
04. Administração	10.341.957,60

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
06. Segurança Pública	1.733.107,40
08. Assistência Social	3.526.623,34
09. Previdência Social	7.507.113,08
10. Saúde	19.601.349,72
11. Trabalho	3.146.760,00
12. Educação	20.556.610,00
13. Cultura	275.000,00
14. Direitos da Cidadania	183.000,00
15. Urbanismo	14.723.952,00
16. Habitação	169.500,00
17. Saneamento	20.746.834,13
18. Gestão Ambiental	179.320,00
19. Ciência e Tecnologia	50.000,00
20. Agricultura	2.130.000,00
22. Indústria	1.052.550,00
23. Comércio e Serviços	49.300,00
24. Comunicações	15.000,00
26. Transporte	779.636,00
27. Desporto e Lazer	4.956.574,00
28. Encargos Especiais	5.720.002,12
99. Reserva de Contingência	5.015.770,00
TOTAL	125.809.959,39

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES	86.036.444,50
3.1.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	48.259.284,93
3.2.00.00 Juros e Encargos da Dívida	1.300.000,00
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes	36.477.159,57
DESPESAS CORRENTES INTRA	8.090.070,80
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	26.667.674,09
4.4.00.00 Investimentos	24.874.497,98
4.5.00.00 Inversões Financeiras	151.000,00
4.6.00.00 Amortização da Dívida	1.642.176,11
9.0.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.015.770,00
TOTAL	125.809.959,39

DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 82.876.355,27 (oitenta e dois milhões, oitocentos e setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte e sete centavos) e fixa a despesa em R\$ 66.809.758,85 (sessenta e seis milhões, oitocentos e nove mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e cinco centavos) proporcionando um superávit de R\$ 16.066.596,42 (dezesseis milhões, sessenta e seis mil, quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e dois centavos), para cobertura dos déficits Orçamentários das demais entidades da Administração Direta e Indireta.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação

de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	70.855.555,27
1.1. Receita Tributária	21.448.356,27
1.2. Receita de Contribuições	1.586.304,00
1.3. Receita Patrimonial	336.383,28
1.6. Receita de Serviços	151.360,00
1.7. Transferências Correntes	45.357.571,72
1.9. Outras Receitas Correntes	1.986.380,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	12.010.000,00
2.2. Transferência de Capital	12.010.000,00
TOTAL	82.876.355,27

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Gabinete do Prefeito	6.729.273,60
03. Gabinete do Vice-Prefeito	182.200,00
04. Secretaria Municipal de Gestão Administrativa	1.854.300,00
05. Secretaria Municipal de Gestão Financeira	9.798.816,25
06. Secretaria Municipal de Ação Social	9.500,00
07. Secretaria Municipal de Educação	20.556.610,00
09. Secretaria Municipal de Infra-estrutura	20.630.905,00
10. Conselho Tutelar	152.000,00
11. Procuradoria Geral do Município	1.007.230,00
20. Secretaria Munic. de Desenvolvimento Sustentável	3.281.850,00
21. Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	169.500,00
22. Fundo Municipal de Esportes	2.429.574,00
99. Reserva de Contingência	8.000,00
TOTAL	66.809.758,85

§ 3º - Para a manutenção das demais entidades a Prefeitura Municipal irá conceder e receber Transferências Financeiras, conforme quadro abaixo:

I - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	
Câmara Municipal	3.380.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	2.710.622,02
Fundo Municipal de Saúde	9.864.000,00
Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militares	111.974,40
TOTAL	16.066.596,42

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 4º - O Orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2015 fixa a despesa orçamentária em R\$ 3.380.000,00 (três milhões, trezentos e oitenta mil reais), que será coberta com a Transferência Financeira repassada pela Prefeitura.

Parágrafo único - A Despesa da Câmara Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 - Câmara de Vereadores	3.380.000,00
TOTAL	3.380.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 9.737.349,72 (nove milhões, setecentos e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 19.601.349,72 (dezenove milhões, seiscentos e um mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos), proporcionando um déficit de R\$ 9.864.000,00 (nove milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, de receita patrimonial, de transferência da União, do Estado e transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	8.529.349,72
1.1. Receita Tributária	249.000,00
1.3. Receita Patrimonial	94.206,75
1.7. Transferências Correntes	8.185.142,97
1.9. Outras Receitas Correntes	1.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	1.208.000,00
2.4. Transferência de Capital	1.208.000,00
TOTAL	9.737.349,72

§ 2º - A Despesa do FMS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Fundo Municipal de Saúde	19.601.349,72

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.022.614,40 (um milhão, vinte e dois mil, seiscentos e quatorze reais e quarenta centavos) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 3.733.236,42 (três milhões, setecentos e trinta e três mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos), proporcionando um déficit de R\$ 2.710.622,02 (dois milhões, setecentos e dez mil, seiscentos e vinte e dois reais e dois centavos) que deverá ser

coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, transferências correntes e capital e transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	752.614,40
1.3. Receita Patrimonial	11.100,00
1.7. Transferências Correntes	741.514,40
2. RECEITAS DE CAPITAL	270.000,00
2.4. Transferência de Capital	270.000,00
TOTAL	1.022.614,40

§ 2º - A Despesa do FMAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Fundo Municipal de Assistência Social	3.733.236,42
TOTAL	3.733.236,42

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCENTE

Art. 7º - O Orçamento do Fundo Municipal de Infância e Adolescente - FIA para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em igual valor.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, multas, transferências correntes e de transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	30.000,00
1.3. Receita Patrimonial	1.000,00
1.7. Transferências Correntes	28.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	1.000,00
TOTAL	30.000,00

§ 2º - A Despesa do FMDCA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	30.000,00
TOTAL	30.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 8º - O Orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - FUNREBOM para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 436.320,00

(quatrocentos e trinta e seis mil, trezentos e vinte reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 548.294,40 (quinhentos e quarenta e oito mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos), proporcionando um déficit de R\$ 111.974,40 (cento e onze mil, novecentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita tributária, patrimonial e de transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	396.360,00
1.1. Receita Tributária	379.080,00
1.3. Receita Patrimonial	17.280,00
7.9. Receita Corrente Intra-Orçamentária	39.960,00
TOTAL	436.320,00

§ 2º - A Despesa do FUNREBOM será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina – FUNREBOM	548.294,40
TOTAL	548.294,40

DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

DO ORÇAMENTO DO PLANO DE SAÚDE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS

Art. 9. - O Orçamento do Plano de Saúde Assistencial Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - PLASS, para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 3.279.550,00 (três milhões, duzentos e setenta e nove mil, quinhentos e cinquenta reais) e fixa a Despesa Orçamentária em igual valor.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições, patrimonial e receitas intra-orçamentárias discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.628.440,00
1.2. Receita de Contribuições	1.528.340,00
1.3. Receita Patrimonial	1.100.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	100,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	651.110,00
TOTAL	3.279.550,00

§ 2º - A Despesa do Plano de Saúde Assistencial Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - PLASS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Plano de Saúde Assistencial Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – PLASS	3.279.550,00
TOTAL	3.279.550,00

DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS- IMPRES

Art. 10. - O Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joaçaba - IMPRES para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 12.726.770,00 (doze milhões, setecentos e vinte e seis mil, setecentos e setenta reais) e fixa a Despesa Orçamentária em igual valor.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições previdenciárias, patrimoniais, outras receitas correntes e receitas intra-orçamentárias correntes discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	5.660.031,00
1.2. Receita de Contribuições	2.556.031,00
1.3. Receita Patrimonial	3.000.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	104.000,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	7.066.739,00
TOTAL	12.726.770,00

§ 2º - A Despesa do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joaçaba - IMPRES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previdência dos Servidores Públicos de Joaçaba – IMPRES	12.726.770,00
TOTAL	12.726.770,00

DO ORÇAMENTO DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL SIMAE

Art. 11. - O Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - JHL SIMAE para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 15.701.000,00 (quinze milhões, setecentos e um mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em igual valor.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de serviços, outras receitas correntes e receitas intra-orçamentárias, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	15.496.429,00
1.3. Receita Patrimonial	350.000,00
1.6. Receita de Serviços	14.673.897,00
1.9. Outras Receitas Correntes	472.532,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	23.300,00
2.4. Alienação de bens	23.300,00
7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	181.271,00
TOTAL	15.701.000,00

§ 2º - A Despesa do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - JHL SIMAE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - JHL SIMAE	15.701.000,00
TOTAL	15.701.000,00

Art. 12. - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos fiscais, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art 5º, Portaria STN nº 163/2001, art 8º e demonstrativo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 4.271 de 09 de outubro de 2012.

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais, especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os passivos contingentes previstos, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

Art. 13. - Os recursos da Reserva da Unidade Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joaçaba - IMPRES, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

Art. 14. - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

§ 3º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Os créditos adicionais suplementares abertos

por conta do superávit financeiro, não contarão para apuração do limite disposto no artigo anterior.

Art. 16. - Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 15 desta Lei.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a função, a subfunção, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Art. 17. - As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 18. - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 19. - Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal 4.320/1964.

Art. 20. - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recurso para abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Poder Executivo ou para os créditos especiais através de autorização legislativa específica.

Art. 21. - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal esta autorizado a:

I - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 22. - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 23. - Fica o Executivo Municipal Autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, bem como, UNOESC, UFSC, UDESC, EPAGRI, CIASC, FUNSET, IBAM, FECAM, CNM e AMMOC.

Art. 24. - Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos Orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo, demonstrando o montante máximo dos repasses.

Parágrafo Único - A transferência de recursos financeiros às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância do Artigo 32 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015.

Art. 25. - Fica revogada na íntegra a Lei nº 4.551 de 19 de dezembro de 2014.

Art. 26 - A presente Lei irá vigorar durante o exercício de 2015, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015.

Joaçaba, 23 de dezembro de 2014.

Rafael Laske

Prefeito Municipal

LEI Nº 4564 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4564 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

DENOMINA "BECO MARIA FILOMENA IFFERT" QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica denominado "Beco Maria Filomena Iffert" aquele sem denominação oficial, e que tem início na Travessa Herberth Iffert, e término no imóvel lançado sob a inscrição imobiliária de n. 01.05.016.0084.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, 22 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 290 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 290 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 209 DE 24 DE OUTUBRO DE 2011 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Ficam alteradas as atribuições para o cargo de Analista de Compras e Licitações, da Lei Complementar n. 209 de 24 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16 - O Auxiliar Financeiro, cargo efetivo, passará a ter a denominação de Analista de Compras e Licitações, cargo efetivo de nível superior e desenvolverá as seguintes atividades, sob a direção da Presidência: (Redação dada pela Lei Complementar nº237/2013).

- Movimentar, em conjunto com o Presidente da Câmara contas bancárias, zelando por suas regularidades;
- Elaborar folha de pagamento dos vereadores, servidores e efetivos, assessores em comissão, e demais atos e obrigações assessorias pertinentes ao setor pessoal;
- Apoiar a Comissão de Licitação nas atividades inerentes à instrução do Processo Licitatório;
- Compras de expediente e material em geral;
- Manter arquivo do setor;
- Auxiliar em outras tarefas, quando solicitado.

Art. 2º - Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Joaçaba, 22 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 4.566 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.566 de 23 de dezembro de 2014

"Altera dispositivo da Lei Municipal Nº 4.361 de 05 de outubro de 2013 que trata do Plano Plurianual - PPA 2014/2017 e da Lei Municipal Nº 4.536 de 28 de outubro de 2014 que trata a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o Exercício de 2015 e dá outras providências".

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber a todos habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A partir do exercício financeiro de 2015 os Programas e Projetos Atividades que estavam vinculados a Fundação de Cultura e Esportes do Município de Joaçaba, passarão para os seguintes organogramas:

Entidade	01 – Prefeitura Municipal de Joaçaba
Órgão	02.00 – Assessoria do Gabinete do Prefeito
Unidade	02.13 – Gerência da Cultura
Projeto/Atividade	2.003 – Manutenção das Atividades Culturais
Projeto/Atividade	1.004 – Aquisição de Veículos Cultura

Entidade	01 – Prefeitura Municipal de Joaçaba
Órgão	22.00 – Fundo Municipal de Esportes
Unidade	22.01 – Fundo Municipal de Esportes
Projeto/Atividade	2.080 – Contribuição Patronal RPPS F.M.E.
Projeto/Atividade	2.081 – Contribuição Patronal PLASS – F.M.E.
Projeto/Atividade	0.006 – Contribuição PASEP – F.M.E.
Projeto/Atividade	2.128 – Manutenção das Atividades Esportivas

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 23 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.565 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 4.565 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE TERMO DE CONVÊNIO À SOCIEDADE DE CULTURA ARTÍSTICA JOAÇABA E HERVAL D' OESTE - SCAJHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros à Sociedade de Cultura Artística Joaçaba e Herval d'Oeste - SCAJHO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 84.590.835/0001-39, destinados ao desenvolvimento de atividades culturais na área da música, dança, teatro e oficinas, sob a coordenação da SCAJHO, no valor de R\$ 154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil reais), pagável em conformidade com o cronograma de desembolso, destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único - O valor dos recursos financeiros, de que trata o "caput" deste artigo fica vinculado à apresentação de respectiva prestação de contas ao Poder Executivo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da liberação.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Proj./Atividade: 2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito
Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 00.01.0000 Transf. A Instit. Privadas sem Fins Lucrativos.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 23 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ORDEM DE PARALISAÇÃO**ORDEM DE PARALISAÇÃO**

DETERMINO à empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, a paralisação dos serviços relativos aos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de ginásio de esportes no Bairro Santa Tereza, neste Município objeto do Contrato nº 177/2014/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 39/2014 - PMJ - Edital CC nº 3/2014 - PMJ, cuja ordem de serviço inicial foi recebida em 27/06/2014, haja vista a necessidade de atendimento ao disposto na licença ambiental nº 4012/2014 e análise técnica do projeto - conforme pedido protocolado sob o número 136742. A paralisação começará a contar de 27/12/2014 e perdurará pelo período de 04 (quatro) meses, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 23 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Venilton Rogério Teles

Secretário de Infraestrutura

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA CONTRATADA

Simar José da Rosa

PORTARIA N.º 3509

PORTARIA Nº 3.509 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MAIRA GALDINO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária

de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Clarice Maria Peccin Enderle que atualmente esta na direção escolar do CEI Tempo de Aprender.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3510

PORTARIA Nº 3.510 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARCIA VALMORBIDA BOGONI, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Mundo Encantado em turma de educação infantil em função do numero excedente de matrículas para o ano de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3511

PORTARIA Nº 3.511 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARCIANA APARECIDA

ROSA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Mundo Encantado em turma de educação infantil em função do número excedente de matrículas para o ano de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3512

PORTARIA Nº 3.512 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARGARETE DE OLIVEIRA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Caroline Zulian Bucco que atualmente esta atuando como assistente de direção do CEI Menino Deus.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3513

PORTARIA Nº 3.513 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) CONSTANCIA RODRIGUES, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar como segundo professor para atendimento de aluno com necessidades especiais na EM Rotary Fritz Lucht.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3514

PORTARIA Nº 3.514 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) GABRIELA PEREIRA ZANINI, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Tempo de Aprender em turma excedente de educação infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3515

PORTARIA Nº 3.515 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MADELEINE MARIA LUVIZON, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Tempo de Aprender em turma excedente de educação infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3516

PORTARIA Nº 3.516 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) PATRICIA CONCEIÇÃO MATANA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Tempo de Aprender em turma excedente de educação infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3517

PORTARIA Nº 3.517 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) LUIZA PEREIRA DUARTE, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE Frei Bruno em processo de municipalização em turma de educação infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3518

PORTARIA Nº 3.518 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARIA ELIZABETE ALVES, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no NUPERAJO tendo em vista o aumento do número de matrículas para o ano de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3519

PORTARIA Nº 3.519 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARIA REGINA FALCHETTI, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar em na vaga do professor Adalberto Antonio Marcon que esta no projeto Gastro Horta nas unidades escolares.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3520

PORTARIA Nº 3.520 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARIAH NINA BELLO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Tempo de Aprender em turma de educação infantil com matrículas excedentes o ano de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3521

PORTARIA Nº 3.521 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARISETE ALVES DIAS, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE Frei Bruno em processo de municipalização não podendo haver efetivação de servidores.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3522

PORTARIA Nº 3.522 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARLENE DOLSAN, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar como segundo professor para atendimento de aluno com necessidades especiais no CE Frei Bruno.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3523

PORTARIA Nº 3.523 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MICHELLI NOVELLO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Leandra Francieli Valentina Gomes de Lima Desiderio que atualmente esta atuando como assistente de direção no CEI Tempo de Aprender.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3524

PORTARIA Nº 3.524 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) NEIDE MARIA DAVID DE AZEVEDO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar como 2º professor de aluno com necessidades especiais, na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3525

PORTARIA Nº 3.525 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005,

resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ODETE JANICE JAENSCH, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Cristina Vieira que atualmente esta atuando como assistente de direção na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3526

PORTARIA Nº 3.526 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) PATRICIA APARECIDA SBRUZZI, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar como segundo professor para aluno com necessidades especiais no CERT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3527

PORTARIA Nº 3.527 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) PAULA ANDRESSA KVIECZINSKI CASTELO BRANCO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Vera Radavelli Wolff que atualmente esta atuando na direção CEI Mundo Encantado.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3528

PORTARIA Nº 3.528 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) REGINA TEDESCO GEHM, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Daiana Antunes de Oliveira que atualmente esta atuando na direção CEI Rosa Branco.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3529

PORTARIA Nº 3.529 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ROSANGELA DURIGON CERONI, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar nas oficinas de jogos matemáticos da EM Rotary Frtiz Lucht onde não há a possibilidade de efetivação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3530

PORTARIA Nº 3.530 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ROSANGELA MARIA DALLA COSTA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar nas aulas de reforço do Programa Mais Educação na EM Nossa Senhora de Lourdes.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3531

PORTARIA Nº 3.531 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ROSELY DA COSTA HOFF, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar em turma de anos iniciais em função do número excedente de matrículas para o ano de 2015 no CERT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3532

PORTARIA Nº 3.532 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) RUBIA SIBELIS CHIAMULERA DUARTE, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE Frei Bruno como segundo professor para aluno com necessidades especiais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3533

PORTARIA Nº 3.533 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) RUTE CARDOSO DA ROCHA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Georgete Regina Sebastiao que atualmente esta atuando na direção da EM Rotary Fritz Lucht.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3534

PORTARIA Nº 3.534 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) SABRINA APARECIDA DADALT, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE Frei Bruno que esta em processo de municipalização.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3535

PORTARIA Nº 3.535 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) SELMAR JOSE KLEIN, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar em vaga de História no CE Frei Bruno em processo de municipalização e na EM Rotary Fritz Lucht em oficina de música

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3536

PORTARIA Nº 3.536 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) SHIRLEI IARA MOREIRA LEMOS, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CERT como segundo professor para atendimento de aluno com necessidades especiais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3537

PORTARIA Nº 3.537 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) SILVANA APARECIDA DE OLIVEIRA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Nossa Senhora de Lourdes como segundo professor para atendimento de aluno com necessidades especiais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3538

PORTARIA Nº 3.538 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) SILVANA MARIA MUSSULINE, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Rotary Fritz Lucht em função do número excedente de matrículas para o ano de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3539

PORTARIA Nº 3.539 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) SIMONE APARECIDA FRANÇA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE Frei Bruno que esta em processo de municipalização.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3540

PORTARIA Nº 3.540 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) SIMONE DA SILVA RIBEIRO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CERT como segundo professor para aluno com necessidades especiais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3541

PORTARIA Nº 3.541 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) TAIZE CONTE, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CERT como segundo professor para aluno com necessidades especiais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3542

PORTARIA Nº 3.542 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) SUELY FERRAZ DOS SANTOS, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Rotary Fritz Lucht nas oficinas de artes em que não é possível a efetivação de servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3543

PORTARIA Nº 3.543 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) SONIA MARIA LOPES DA SILVA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Mundo Encantado em turma de educação infantil em que houveram matrículas excedentes para o ano de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3544

PORTARIA Nº 3.544 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) SONIA STOFFEL DE SOUZA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da professora Eliane Alves Cardoso que esta atuando como assistente de direção.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3545

PORTARIA Nº 3.545 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) TATIANE REGINA POLIDORO ZANIN, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na Pré escola da Escola Julieta Lentz Puerta em turma de extensão.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3546

PORTARIA Nº 3.546 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) PATRICIA DALLA COSTA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Valdirene Fernandes da Silva que atualmente esta como assistente de direção na unidade escolar NUPERAJO.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3547

PORTARIA Nº 3.547 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) SOLANGE FORTES, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na unidade escolar NUPERAJO em turma de anos iniciais com matrículas excedentes para o ano de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3548

PORTARIA Nº 3.548 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) SANDRA MARIA BERTELLI, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Menino Deus para cumprimento do disposto na Lei Complementar n.º 259/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3549

PORTARIA Nº 3.549 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ROSELEI BAUERMANN MEISTERLIN, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar no CEI Menino Deus para cumprimento do disposto na Lei Complementar n.º 259/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3550

PORTARIA Nº 3.550 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) PATRICIA BOTTEGA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE Frei Bruno que esta em processo de municipalização.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3551

PORTARIA Nº 3.551 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) NOELI LOURDES BALESTRIN DEPELEGRIN, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para na EM Nossa Senhora de Lourdes para atuar na vaga da professora Margareth Ap. Rosso das Silveira em licença médica sem previsão de retorno.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3552

PORTARIA Nº 3.552 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) NEIDE SANTANA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Ivone Daggetti Simadon atualmente cedida ao Fórum, na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3553

PORTARIA Nº 3.553 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARTA BEHREND ROCHA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atender o disposto na Lei Complementar n.º 259/2014, na Escola Municipal Fida Resgensburger.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3554

PORTARIA Nº 3.554 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARISA GORETI ALBERTI LORENZETTI, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atender o disposto na Lei Complementar n.º 259/2014, na Escola Municipal Anita Lopes Vieira.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3555

PORTARIA Nº 3.555 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ELIANI FATIMA BALESTRIN DAROLD, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atender o disposto na Lei Complementar n.º 259/2014, na Escola Municipal Frida Regensburger.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3556

PORTARIA Nº 3.556 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) DULCE HACHMANN SCHNEIDER, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atender na vaga de Geografia onde não houveram candidatos aprovados no concurso público.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3557

PORTARIA Nº 3.557 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) FABIANA APARECIDA MOREIRA BEHREND, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Frida Regensburger em turma de anos iniciais onde houve matrículas excedentes para o ano de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3558

PORTARIA Nº 3.558 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) IDAIANE ROVER DE NARDI, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atender o disposto na Lei Complementar n.º 259/2014, na CEI Menino Deus.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3559

PORTARIA Nº 3.559 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) LENITA LAVRATTI PEREIRA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CERT na vaga da Sra. Daniela Radel Bortoli Patrzykot que estará em licença sem vencimentos a partir de janeiro/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3560

PORTARIA Nº 3.560 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) LUCIANE CALDART, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Anita Lopes Vieira em sala de ensino de período integral que não há a possibilidade de efetivação de servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3561

PORTARIA Nº 3.561 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) VANESSA ALBERTI WILLMSEN, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Rosa Branco em turma de educação infantil em que houveram matrículas excedentes para o ano de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3562

PORTARIA Nº 3.562 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) VANESSA MATOS DE SOUZA PEREIRA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Nossa Senhora de Lourdes em turma de anos iniciais em que houveram matrículas excedentes para o ano de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3563

PORTARIA Nº 3.563 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) VERIDIANA APARECIDA FILGUEIRA CORDEIRO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CERT como segundo professor para aluno portador de necessidades especiais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3564

PORTARIA Nº 3.564 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) VILMA CAROLINA BROETTO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar junto a Escola Julieta Lentz Puerta em turma de extensão de pré escolar.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3565

PORTARIA Nº 3.565 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ZENAIDE CORREIA BRASIL DAMIN, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar em vaga de Geografia da professora Elisabeth Schneider que após perícia médica exonerou-se em função de sua aposentadoria, bem como, a não aprovação de candidatos em concurso público.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3566

PORTARIA Nº 3.566 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) FRANCIELE GALDINO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE Frei Bruno em processo de municipalização em que não há a possibilidade de efetivação de servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3567

PORTARIA Nº 3.567 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARIA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Rotary Fritz Lucht para novas turmas de artes abertas para o ano de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3568

PORTARIA Nº 3.568 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) SILVIO ANTONIO DE OLIVEIRA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE Frei Bruno em processo de municipalização em que não há a possibilidade de efetivação de servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3569

PORTARIA Nº 3.569 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) REJANE DOS SANTOS, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Tempo de Aprender e atender o disposto na Lei Complementar n.º 259/2014 referente ao Sistema de Ensino de Joaçaba.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3570

PORTARIA Nº 3.570 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) FABIANA GONÇALVES PEREIRA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na unidade escolar NUPERAJO e atender o disposto na Lei Complementar n.º 259/2014 referente ao Sistema de Ensino de Joaçaba.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3571

PORTARIA Nº 3.571 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) KAREN ALINE DE FREITAS THOMAZ SAVARIS, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Rosa Branco e atender o disposto na Lei Complementar n.º 259/2014 referente ao Sistema de Ensino de Joaçaba.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3572

PORTARIA Nº 3.572 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) JULIANA KUDRECK ALVES MEISTERLIN, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na unidade escolar NUPERAJO em turma de educação infantil com matrículas excedentes para o ano de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3573

PORTARIA Nº 3.573 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) DIOMAR FLORES DE CAMARGO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CERT na vaga do professor Waldemar Ronssem Junior em licença sem vencimentos.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3574

PORTARIA Nº 3.574 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ANDRESSA FERNANDA DOS ANJOS, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Tempo de Aprender na vaga da Sra. Dirlei Terezinha Spazzini Teixeira em licença para tratamento de saúde sem previsão de retorno.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3575

PORTARIA Nº 3.575 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ELLEN DIANA DE JESUS LIMA, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Menino Deus tendo em vista o aumento do número de alunos para o ano letivo de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3576

PORTARIA Nº 3.576 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) LUCÉLIA APARECIDA OLIVEIRA, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Mundo Encantado tendo em vista o aumento do número de alunos para o ano letivo de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3577

PORTARIA Nº 3.577 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) LUCIANE APARECIDA EBERT LIMBERGER, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Rita Maria Costenaro Petry tendo em vista o aumento do número de alunos para o ano letivo de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3578

PORTARIA Nº 3.578 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) VANESSA DO PRADO DE SOUZA, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificada no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CERT para suprir a demanda de alunos matriculados para o ano de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3579

PORTARIA Nº 3.579 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MARIANA BELOTTO MOREIRA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente ao período de 21 de janeiro de 2013 a 20 de janeiro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3580

PORTARIA Nº 3.580 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 12/12/2014, do(a) Sr.(a) CAROLINE BIAZZOLO, das funções de MEDICO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de processo seletivo n.º 04/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 12 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3581

PORTARIA Nº 3.581 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das

atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ADELIR BERARDO, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3582

PORTARIA Nº 3.582 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ANDREIA MARIA BERNARDT, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3583

PORTARIA Nº 3.583 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de

Trabalho do(a) Senhor(a) ANDREIA MARIA BERNARDT, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3584

PORTARIA Nº 3.584 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"REVOGAR A PORTARIA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. REVOGAR A PORTARIA Nº 3.383 de 01 de dezembro de 2014 que PRORROGA O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) BIANCA RADEL MARTINS, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Caroline Recalcatti da Espada Vaccari que esta atuando na Direção Escolar do Centro de Educação Infantil Menino Deus, em função da manifestação da mesma em não prorrogar o contrato.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo nº 3 parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 19 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3585

PORTARIA Nº 3.585 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de

Trabalho do(a) Senhor(a) BIANCA RADEL MARTINS, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3586

PORTARIA Nº 3.586 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) CLAITON ANTONIO PEREIRA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3587

PORTARIA Nº 3.587 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) CLARICE DE FATIMA CHRISTOFOLLI SCHUMAUTZ das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela

Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3588

PORTARIA Nº 3.588 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) DIEGO DA SILVEIRA PADILHA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3589

PORTARIA Nº 3.589 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) DIONATHAS RODRIGUES DE OLIVEIRA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3590

PORTARIA Nº 3.590 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) FABIANO ZARDO, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3591

PORTARIA Nº 3.591 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) LUCIANE BORGES DO AMARAL, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3592

PORTARIA Nº 3.592 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE
ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) LUIS FERNANDO SIMI LENZ, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3593

PORTARIA Nº 3.593 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE
ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MAIELI DA SILVA AMORA, Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3594

PORTARIA Nº 3.594 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE
ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARLY TEREZINHA DECZKA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3595

PORTARIA Nº 3.595 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE
ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) PATRICIA DEMARCHE DAHMER, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3596

PORTARIA Nº 3.595 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) PATRICIA DEMARCHE DAHMER, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3597

PORTARIA Nº 3.597 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SOLANGE CHAVES, das funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3598

PORTARIA Nº 3.598 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 27/12/2014, do(a) Sr.(a) LUAN FELIPE LUCKMANN, do cargo de Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 27 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3599

PORTARIA Nº 3.599 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 30/12/2014, do(a) Sr.(a) GIOVANA LAZZARIS BUENO LEMOS, Musicoterapeuta, lotado(a) no Centro de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 101 de 07 de outubro de 2005, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Centro de Atenção Psicossocial, e Leis Complementares n.º 111 de 16 de dezembro de 2005, n.º 117 de 26 de maio de 2006, Lei Complementar nº 185 de 14 de dezembro de 2009 por ter sido classificado em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 30 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3600

PORTARIA Nº 3.600 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 25 de maio de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) PAOLA ANTONIA SOARES RAIMONDI DE LIMA, para exercer as funções de CIRURGIÃO DENTISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 04/2014/FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 25 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3601

PORTARIA Nº 3.601 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 25 de maio de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARCELEI APARECIDA DE OLIVEIRA RODRIGUES, para exercer as funções de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 04/2014/FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 25 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3602

PORTARIA Nº 3.602 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 01 de junho de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) JESSICA APARECIDA BOFF, para exercer as funções de ENFERMEIRO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 04/2014/FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3603

PORTARIA Nº 3.603 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014
"REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - REDUZ A CARGA HORÁRIA do(a) Sr.(a) JOCELAINE VIERO CANALE, Professor Nível II (Pós Graduação), em conformidade como o cumprimento dos requisitos do art. 96 A da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e requerimento n.º 136.498 de 01 de dezembro de 2015, sendo a redução da carga horária de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo da remuneração, para o ano letivo de 2015.

Art. 2º. - Permanece lotado(a) na Escola NUPERAJO, conforme Edital n.º 002/2011 de Alteração de Carga Horária de 12 de dezembro de 2011 e conforme edital de remoção/lotação n.º 001/2011 e portaria n.º 3.611 de 09 de dezembro de 2011, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar n.º 210 de 11 de dezembro de 2011.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir do ano letivo de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3604

PORTARIA Nº 3.604 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

"PRORROGA PRAZO DE CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - PRORROGA O PRAZO DA LICENÇA SEM VENCIMENTOS ao Servidor WALDEMAR RONSSEM JUNIOR, Professor Nível II (Pós-Graduação), de acordo com o Art. 81, IV, da Lei Complementar 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar 165 de 07 de abril de 2008, conforme requerimento protocolado sob o nº 136.683 de 17 de dezembro de 2014, por mais 224 (duzentos vinte e quatro) dias, a contar do dia 20 de dezembro de 2014, devendo reassumir suas funções em 01 de agosto de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 20 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 22 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 3605

PORTARIA Nº 3605 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

DANIELA APARECIDA MATTOS, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe da Assessoria do Gabinete do Prefeito, nível FC-1, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 211 de 05 de dezembro de 2011 e n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO Nº 08/2014 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 08/2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA CONDUZIREM VEÍCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"

O Secretário de Assistência Social de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os seguintes servidores para conduzirem os veículos da Secretaria de Assistência Social, conforme relação abaixo: ABRIGO - Juliana Schinato, Ediles Drey de Giacometi, Maria Eliza Monteiro, Francieli Carabolante, Marilei Schmitz Ebert e Marisangela Carleto (MHY 9721, PEUGEOT PARTNER ESCAP 2010/2011 BRANCA)

CONSELHO TUTELAR -, Grasielle Zanella, Mabel Falavinha Baran e Mirian Medeiros. (MLU 2478, PALIO WK ATTRAC - FIAT BRANCA, 2014).

CRAS - Sandrine Pizoni, Juliana Chiamulera, Rúbia Karen Provenzi, Larissa Novello, Gislaine Ferreira Coutinho Soares e Edoardo Trindade dos Santos. (MKF 7167, RENAULT/LOGAN AUT 1016V 2012/2013 BRANCA e MLM 0086 UNO MILLE - FIAT - 2013).

CREAS - Rozane Martins Schmutz, Maristela Rosa Abatti Schuller, Rosilde Calderoli Bortolini, Marcelino Zuffo, Giolly Muriel Moreira, Rosilei Bordin Lago, Aline Aparecida Schmidt Dambros (MKE 5977, RENAULT/LOGAN EXP 16 2012/2013 BRANCA, MLN - 7742 - UNO VIVANCE 2014 BRANCO)

IDOSO - Marisete da Rosa Bottega, Daiana Duarte e Roselem Cristina Rasmussen (MFY 1160, VW GOL SPECIAL 2002/2003 CINZA).

SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Juliana Chiamulera, Ediles Drey de Giacometi, Renan Zilio, Ivone Zanatta, Nathalia Costenaro Mascarello, Loiva Otto Grisner e Mário Wolfart. (MDR 4613, FIAT/SIENA FIRE FLEX 2007/2007 BRANCA) e MKU- 4769 FIAT STRADA WORKING 2014/2015).

ACESSUAS - Érica Tomazi Ribeiro, Veronica Arruda Wolff e Marcelo Junior de Lima Kochhan (MGD 8896 -UNO MILLE FLEX 2010 - BRANCO)

MKU-4769 -FIAT-STRADA WORKING-2014/2015- Poderá ser usado por todos os serviços, conduzido pelos servidores da Secretaria e : Marisete da Rosa Bottega, Daiana Duarte, Edoardo Trindade dos Santos, Giolly Muriel Moreira e Marcelino Zuffo.

Parágrafo único: A Carteira Nacional de Habilitação, deverá estar dentro da data de validade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução 07/2014.

Joaçaba, SC, 23 de dezembro de 2014

MÁRIO WOLFART

Secretário de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 032/2014 - CALENDÁRIO SESSOES

RESOLUÇÃO Nº 032 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

ESTABELECE O CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS PARA O ANO DE 2015.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC, no uso das atribuições previstas no art. 32, II, e com fulcro nos artigos 77, I e 110, II, todos do Regimento Interno **RESOLVE:**

Art. 1º - As sessões ordinárias do ano de 2015 serão nas seguintes datas:

I - Mês de fevereiro:

01º Bloco: dias 03, 04 e 05.

02º Bloco: dias 17, 18 e 19.

II - Mês de março:

01º Bloco: dias 03, 04 e 05.

02º Bloco: dias 17, 18 e 19.

III - Mês de abril:

01º Bloco: dias 07, 08 e 09.

02º Bloco: dias 21, 22 e 23.

IV - Mês de maio:

01º Bloco: 05, 06 e 07.

02º Bloco: 19, 20 e 21.

V - Mês de junho:

01º Bloco: 02, 03 e 04.

02º Bloco: 16, 17 e 18.

VI - Mês de julho:

01º Bloco: 07, 08 e 09.

02º Bloco: 21, 22 e 23.

VII - Mês de agosto:

01º Bloco: 04, 05 e 06.

02º Bloco: 18, 19 e 20.

VIII - Mês de setembro:

01º Bloco: 01, 02 e 03.

02º Bloco: 15, 16 e 17.

IX - Mês de outubro:

01º Bloco: 06, 07 e 08.

02º Bloco: 20, 21 e 22.

X - Mês de novembro:

01º Bloco: 03, 04 e 05.

02º Bloco: 17, 18 e 19.

XI - Mês de dezembro:

01º Bloco: 01, 02 e 03.

02º Bloco: 15, 16 e 17.

Art. 2º - As datas previstas no art. 1º poderão ser convocadas para a semana imediatamente anterior ou posterior em casos de feriado ou ponto facultativo, conforme disposto no art. 77, I do Regimento Interno.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, em 22 de dezembro de 2014.

Francisco M. Lopes

Presidente

PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 02/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 02/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: INSTITUTO CATARINENSE DA CIRCULAÇÃO - EI-RELI.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 02/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de:

CIRURGIA VASCULAR, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014.

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 03/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 03/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA SAÚDE DA MULHER S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 03/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 04/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 04/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CEPAC CENTRO DE PESQUISA EM ANÁLISES CLÍNICAS S/C.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 04/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 05/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 05/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO MIGUEL S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 05/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Resolução nº 01/2013, correspondente a sua especialidade de: SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 06/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 06/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: DANIELLE COCO POZZEBON - ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 06/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CLINICA GERAL, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 07/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 07/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CEFISIO - CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO S/S LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 07/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 09/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 09/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINICA DURAN S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 09/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 10/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 10/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

- PLASS.

CONTRATADO: CLINICA ODONTOLOGICA PILATI LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 10/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 11/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 11/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINICA DURAN S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 11/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: OTORRINOLARINGOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 12/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 12/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: BITTENCOURT & ZAGO SAUDE DENTAL S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 12/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto

no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 13/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 13/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: ROTHBARTH & ROTHBARTH SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 13/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: GASTROENTEROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 15/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 15/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINICA REVIVER LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 15/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Resolução nº 01/2013, correspondente a sua especialidade de: SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 16/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 16/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINICA DE CIRURGIA VASCULAR E ENDOVASCULAR LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 16/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CIRURGIÃO VASCULAR, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 17/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 17/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: INARA PINTO SAAVEDRA & CIA LTDA - ME

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 17/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: DERMATOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 18/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 18/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: BORDIGNON & BENETTI LTDA - ME OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 18/2013, proveniente do Processo de

Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CLINICA GERAL, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 19/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 19/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: L & L CONSULTORIO MÉDICO LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 19/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: ORTOPEDIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 20/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 20/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINICA FEMINA LTDA ME

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 20/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 21/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 21/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 21/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Resolução 01/2013, correspondente a sua especialidade de: SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 22/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 22/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: SAJO - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA JOAÇABA S/S LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 22/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: ANESTESIOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 23/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 23/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA ME

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 23/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: OFTALMOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 CONTRATO 24/2013/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 24/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: BUCO IMAGEM SERVIÇO DE DIAGNOSTICO DE IMAGEM BUCAL DE JOAÇABA SC LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 24/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011 e suas alterações, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇOS DE IMAGEM DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO E ORTODÔNTICO, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 02/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 02/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

- PLASS.

CONTRATADO: CENTRO DE RADIODIAGNÓSTICO SÃO MIGUEL LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 02/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - RAIO-X, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor-executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 03/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 03/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: NADIA APARECIDA LORENCETTE ANATOMIA PATOLÓGICA LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: CITOPATOLOGIA, ANATOMOPATOLOGIA E ANÁLISES CLÍNICAS, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 04/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 04/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: LABORATÓRIO SÃO MIGUEL S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 04/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua

lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: CITOPATOLOGIA, ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 05/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 05/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS LTDA. OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 05/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 06/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 06/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: SIIM - SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGEM S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 06/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇO DE IMAGEM, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 07/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 07/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: SERVITOM - SERVIÇO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CORPO INTEIRO JOAÇABENSE S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 07/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇO DE IMAGEM - TOMOGRAFIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 09/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 09/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: ULTRASSONOGRRAFIA E RADIOLOGIA GUTTIERREZ LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 09/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de SERVIÇO DE IMAGEM - ULTRASSONOGRRAFIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 10/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 10/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: UNIMED JOAÇABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 10/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo I do presente instrumento, correspondentes a sua especialidade de ANÁLISES CLÍNICAS, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 11/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 11/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA WESOLOSKI LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 11/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇOS DE IMAGEM DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO E ORTODÔNTICO, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 12/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 12/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

- PLASS.

CONTRATADO: SENDIG - SERVIÇO DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 12/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇOS DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 13/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 13/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: LUIZ FERNANDO GONÇALVES & CIA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 13/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: GINECOLOGIA e OBSTETRÍCIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor-executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 14/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 14/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: VITA SAÚDE SEGURANÇA DO TRABALHO EPP.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 14/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PEDIATRIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015,

a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 15/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 15/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CARDIOLIFE CLÍNICA CARDIOLOGICA S/S LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 15/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: CARDIOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 18/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 18/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 18/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: CARDIOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 19/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 19/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: A.J. ANESTESIA LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 19/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: ANESTESIOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 20/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 20/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA DASSI LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 20/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PEDIATRIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 21/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 21/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: ZILIO E SARTORI S/S LTDA ME

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 21/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de

setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: GASTROENTEROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 23/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 23/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: PROCTOCLÍNICA JOAÇABA LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 23/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PROCTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 24/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 24/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: RRR - SERVIÇO DE NUTRIÇÃO S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 24/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: NUTRIÇÃO, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 25/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 25/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: RUGGERO CARON & CIA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 25/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: ONCOLOGIA E PSICOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 26/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 26/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: BB SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 26/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: ONCOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 27/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 27/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA ALUAR DE OLIVEIRA PINTO SC LTDA - ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 27/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: CLÍNICA GERAL, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 28/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 28/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: ENEMARA CRISTIANE PRETTO & CIA LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 28/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PNEUMOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 29/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 29/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CENTRO DE FISIOTERAPIA E TRAUMATOLOGIA ORTOPÉDICA CEFITO LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 29/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 30/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 30/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: J. E. CURSOS E ASSESSORIA EM ORTODONTIA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 30/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 31/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 31/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: ORTOPEDISTAS ASSOCIADOS S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 31/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: ORTOPEDIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 32/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 32/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: ODONTOCLÍNICA QUIOCA LTDA OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 32/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 34/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 34/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO ZILIO LTDA - ME. OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 34/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 36/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 36/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: SAMECLIN - FISIOTERAPIA E SAÚDE LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 36/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 37/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 37/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO JOAÇABA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 37/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 38/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 38/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA BEM ESTAR LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 38/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 39/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 39/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA DR. RODRIGUEZ LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 39/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 40/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 40/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: LUIZ FERNANDO GONÇALVES & CIA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 40/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 41/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 41/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA GINECOLÓGICA DR. JORGE.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 41/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 42/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 42/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA DE OLHOS DR. LAURENCE NOGUEIRA S/S LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 42/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: OFTALMOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 43/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 43/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: INSTITUTO DO SONO SÃO MIGUEL S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 43/2012, proveniente

do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: POLISSONOGRRAFIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 44/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 44/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: AUDIOMED CENTRO DE DIAGNÓSTICO OTONEUROLÓGICO LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 44/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FONOAUDIOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 45/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 45/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: PSICOVIDA - CLÍNICA DE PSICOLOGIA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 45/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PSICOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e

alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 46/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 46/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CITOFOPI - CLÍNICA INTEGRADA DE TERAPIA OCUPACIONAL, PSICOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 46/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PSICOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 47/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 47/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: JOÃO OTÁVIO CASTEGNARO NETO

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 47/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 48/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 49/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: MULTICLÍNICA ODONTOLÓGICA SC LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 49/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 49/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 49/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: MULTICLÍNICA ODONTOLÓGICA SC LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 49/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 50/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 50/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: FONOAUDIOLOGIA CLÍNICA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 50/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FONOAUDIOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 51/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 51/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: BARBIERI CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 51/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 53/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 53/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: SAMOEL LUIZ BITTENCOURT & CIA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 53/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CLÍNICA GERAL, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 54/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 54/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA FRANCIO LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 54/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: UROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 55/2012/ PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 55/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA IBS LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 55/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CLÍNICA GERAL, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 56/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 56/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA DENTÁRIA MAESTRI.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 56/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 57/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 57/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: FISIOTERAPIA HOSPITALAR E HOMECARE S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 57/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2014.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

SIMAE**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 010/2014 - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2014

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE no município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0052/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/12/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Serviços de Análises Laboratoriais para controle de Qualidade de Água e Esgoto para atender legislação vigente e órgão fiscalizadores, conforme especificações constantes no Anexo IV do Edital Pregão Presencial nº 0052/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - ANÁLISE EM AMOSTRA DE ÁGUA TRATADA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS DESCRITOS NOS ANEXOS: ANEXO I, ANEXO VII, ANEXO VIII, ANEXO IX E ANEXO X DA PORTARIA MS 2.914/11, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. Quantidade - 12, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado - LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP, no valor de R\$ 2.900,00;

Item 02 - ANÁLISE EM AMOSTRA DE ÁGUA TRATADA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS "DESINFETANTES E PRODUTOS SECUNDÁRIOS DE DESINFECÇÃO" DESCRITOS NO ANEXO VII DA PORTARIA MS 2.914/11, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. Quantidade - 02, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado - LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP, no valor de R\$ 490,00;

Item 03 - ANÁLISE EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS NECESSÁRIOS À CLASSIFICAÇÃO/MONITORAMENTO DE UM CORPO HÍDRICO CLASSE 2 CONFORME ART. 15 DA RESOLUÇÃO CONAMA 357/05, INCLUINDO AÍ TAMBÉM TODOS OS PARÂMETROS DA TABELA 1 - CLASSE 1 - ÁGUAS DOCES. Quantidade - 02, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado - LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP, no valor de R\$ 2.500,00;

Item 04 - ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DE CIANOBACTÉRIAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, CONFORME PORTARIA MS 2.914/11, COM PERIODICIDADE MENSAL. Quantidade - 12, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado - LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP, no valor de R\$ 200,00;

Item 05 - ANÁLISE CISTOS DE GIÁRDIA SSP. E OOCISTOS DE CRYPTOSPORIDIUM SSP. EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, CONFORME PORTARIA MS 2.914/11, COM PERIODICIDADE MENSAL. Quantidade - 12, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado - LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP,

no valor de R\$ 450,00;

Item 06 - ANÁLISE EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUBTERRÂNEO IN NATURA, COMPREENDENDO TODOS OS PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS E BACTERIOLÓGICOS CONSTANTES NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13 (VERSÃO MARÇO/2012) DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA COMO CONDICIONANTES PARA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. Quantidade - 16, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado - LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP, no valor de R\$ 290,00;

Item 07 - ANÁLISES EM AMOSTRAS DE ESGOTO SANITÁRIO IN NATURA E DAS DIVERSAS ETAPAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO E ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, COMPREENDENDO OS PARÂMETROS: COLIFORMES TOTAIS, COLIFORMES TERMOTOLERANTES, PH, OXIGÊNIO DISSOLVIDO (OD), TURBIDEZ, DEMANDA QUÍMICA DE OXIGÊNIO (DQO), DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO (DBO5), NITROGÊNIO TOTAL, FÓSFORO TOTAL E SÓLIDOS SEDIMENTÁVEIS, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. Quantidade - 40, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado - LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP, no valor de R\$ 300,00.

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a Contratação de Serviços de Análises Laboratoriais, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0052/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 As coletas deverão ser contínuas e fracionadas de acordo com cronograma estabelecido pelo SIMAE, sendo que algumas análises poderão ser executadas apenas a partir do surgimento da

demanda.

4.2 A Contratada será responsável pela coleta e transporte das amostras, podendo a Contratante realizar as mesmas desde que sejam fornecidos todos os equipamentos necessários à coleta, bem como os recipientes adequados para conservação e transporte das amostras, devendo a Contratada arcar com todos os custos do transporte de recipientes e amostras.

4.3 A Contratada será responsável pela disponibilização dos frascos adequados para realização das coletas, bem como fornecimento de recipiente adequado para transporte e conservação das amostras.

4.4 A Contratada terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentação do relatório com os resultados referente às análises realizadas, a contar da data da coleta das amostras.

4.5 Todos os resultados devem ser de ordem quantitativa, inclusive para coliformes, exceção para cianobactérias (item 04), cujos resultados devem ser quantitativos e qualitativos.

4.6 Todas as análises em amostras de água deverão seguir as metodologias indicadas no art. 22 da Portaria MS 2.914/11.

4.7 O limite de quantificação para cada análise deverá ser inferior ao estabelecido como limite máximo, ou valor máximo permitido pelas legislações específicas de acordo com a natureza da amostra Portaria MS 2.914/11, Resolução CONAMA 357/05, Resolução CONAMA 396/08, CONAMA 430/11 e Lei 14.675/09 de acordo com a natureza da amostra.

4.8 A cada amostra de água deverá corresponder a emissão de um laudo de análise em que devem constar todos os dados de identificação da amostra e cliente favorecido, os resultados, as metodologias, limite de quantificação e observações inerentes ao interesse do SIMAE, devidamente assinado por um responsável técnico.

4.9 Além do relatório no formato padrão emitido pelo laboratório, a contratada deverá ainda, para o caso das análises realizadas trimestralmente e semestralmente (parâmetros inorgânicos, orgânicos, agrotóxicos, produtos secundários da desinfecção, radioatividade e de padrão organoléptico), apresentar os resultados de forma agrupada, no formato estabelecido no modelo padrão do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - SISAGUA, do Ministério da Saúde.

4.10 Fica aqui estabelecido que os Laudos das análises serão recebidas:

a) provisoriamente, para verificação dos Laudos das Análises que poderão previamente ser enviadas por e-mail para eta@simae.sc.gov.br e paulo@simae.com.br ou disponibilizadas para acesso online no site da Contratada.

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade das análises com a especificação e a consequente aceitação, liberando o envio dos Laudos assinados com a devida emissão da nota fiscal.

4.11. Os laudos das análises que forem recusadas (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverão ser refeitas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.11.1 Caso seja comprovado que os Laudos das análises entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, com a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 ou legislação vigente, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com a Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

4.12. Se a substituição dos laudos das análises recusadas, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

4.13 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme §1º art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) julgada(s) vencedora(s) no Pregão, observado o que consta no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

5.2 O pagamento será efetivado em até 05(cinco) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos serviços pelo Gestor do Contrato, mediante apresentação de nota fiscal.

5.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.5 O SIMAE, exigirá do(s) proponente(s) vencedor(es), que mantenha(m) atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS e FGTS.

5.6 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora, devendo, portanto, ser mencionados na proposta o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

5.7 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluam todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do Material, constituindo-se na única remuneração devida.

5.8 O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.

5.9 Em caso de eventual atraso no pagamento da parcela mensal, o SIMAE procederá a atualização do valor mediante correção monetária do período medida pelo Índice INPC/IBGE.

5.10 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

Código Dotação 14.01.2.061.3.3.90.39.51

14.01.2.062.3.3.90.39.51

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos Serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

b) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os Laudos das análises em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

7.2 Observado qualquer tipo de não atendimento das amostras recolhidas, das quais acarretará em não conformidade, a fornecedora deverá refazer-las no prazo de 48 (quarenta e oito) horas,

sem qualquer ônus para o SIMAE.

7.2.1 A não substituição das amostras no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

b.1) 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do empenho do mês em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, em caso de não atendimento ao Edital e Contrato em vigor,

b.2) 5% no caso da Contratada não realizar os serviços de análise laboratoriais ou pedir a rescisão do Contrato de fornecimento, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apelo.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba-(SC), em 18 dezembro de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier
Pregoeiro

Equipe de Apoio

Monica Saraiva Romani
Glauçia Méri Lohmann

Almíria da Rosa Beckhauser de Barros
LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP

RESUMO CONTRATO JHL 0107/2014 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0107/2014

TOMADA DE PREÇOS JHL 0014/2014

PROTOCOLO JHL 3125/2014

PROCESSO 0067/2014

Data: 23/12/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de Estação Elevatória de Esgoto Sanitário no Bairro Portal das Flores no município de Luzerna - SC.

Contratado: Empreiteira de Construção Civil Oliveira Ltda.

Valor do Contrato : R\$ 48.455,55 (Quarenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

PROGRAMA/PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1.052.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00

Prazo de vigência: 23/12/2014 a 22/06/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

HOMOLOGAÇÃO PR54/2014 SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 54/2014 - PR Processo Administrativo: 74/2014 Processo de Licitação: 74/2014 Data do Processo: 14/11/2014
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 74/2014
b) Licitação Nr.: 54/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 23/12/2014
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO HIDRÁULICA COM EQUIPAMENTO HIDRÁULICO E COM ROMPEDOR PARA ESCAVAÇÃO, REFERENTE RETIRADA DE ROCHAS E MATACÕES DE VALAS ONDE O SIMAE EFETUARÁ REDES DE ÁGUA E ESGOTO NO EXERCÍCIO DE 2015.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA (7149)

1	SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CUJO EQUIPAMENTO DEVERÁ TER AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 1.CONCHA COM CAPACIDADE PARA 0,83M³ 2.CAPACIDADE OPERACIONAL DA MÁQUINA 19 TONELADAS 3. ANO DE FABRICAÇÃO 2009 PARA ESCAVAÇÃO EM SOLO COM PRESENÇA DE MATACÕES, IMPOSSÍVEIS DE SER REMOVIDOS COM ESCAVADEIRA NORMAL, NAS VALAS ONDE O SIMAE EFETUARÁ IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE REDES. - Marca: SECCHI	HR	100,00	0,0000	190,00	19.000,00
2	SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA ACOPLADO COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, CUJO EQUIPAMENTO DEVERÁ TER AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 1.COM PESO OPERACIONAL DO ROMPEDOR DE 1.200KG 2.ENERGIA DE IMPACTO DE ATÉ 2.800 JOULES 3.ANO DE FABRICAÇÃO 2009 PARA ROMPER ROCHAS PRESENTES EM VALAS ONDE O SIMAE EFETUARÁ IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE REDES - Marca: SECCHI	HR	100,00	0,0000	345,00	34.500,00

Total do Fornecedor: 53.500,00

Total Geral: 53.500,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 54/2014 - PR
	Processo Administrativo: 74/2014 Processo de Licitação: 74/2014 Data do Processo: 14/11/2014

Folha: 2/2


TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00.00 (15), 1.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (16)

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

HOMOLOGAÇÃO TP14/2014 SIMAE

 ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 14/2014 - TP
	Processo Administrativo: 67/2014 Processo de Licitação: 67/2014 Data do Processo: 04/11/2014

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 67/2014
 b) Licitação Nr.: 14/2014-TP
 c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
 d) Data Homologação: 23/12/2014
 e) Data da Adjudicação: 23/12/2014 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO SANITÁRIO NO BAIRRO PORTAL DAS FLORES, EM LUZERNA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA (7229)

1 CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO ELEVATORIA DE ESGOTO SANITARIO COM VAZAO DE 3,54 M3/H NA RUA 14 DE AGOSTO, BAIRRO PORTAL DAS FLORES EM LUZERNA, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: OLIVEIRA	SV	1,00	0,0000	48.455,55	48.455,55
Total do Fornecedor:					48.455,55
Total Geral:					48.455,55

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (16) Saldo: 784.745,13

Joaçaba, 23 de Dezembro de 2014.

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 113/2014 PML

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 113/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Inexigibilidade de Licitação sob n.º 113/2014, através da Secretaria Municipal de Turismo, com as Apresentações de Shows com Grupos Locais e Regionais na Programação do Natal Felicidade 2014, pelo valor de R\$ 71.100,00 (setenta e um mil e cem reais).

APRESENTAÇÕES	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
ÉDER GOULART	02	2.300,00	4.600,00
LOUISE LUCENA	01	2.000,00	2.000,00
BADA CASTRO	01	1.500,00	1.500,00
CARLOS CASTELLI	01	2.500,00	2.500,00
ENTREVERO SERRANO	01	1.600,00	1.600,00
ACADEMIA LIZ VELHO	01	700,00	700,00
JACQUES ALVES	01	1.500,00	1.500,00
MAURO OLIVEIRA	01	700,00	700,00
TONI CANTA NATAL	01	1.500,00	1.500,00
QUARTETO HOLLY NIGTH	01	1.500,00	1.500,00
TCHÊ GURI	01	10.000,00	10.000,00
MUSICAL HORIZONTE AZUL	01	4.000,00	4.000,00
OS FAGUNDES	01	20.000,00	20.000,00
EXPRESSO RURAL	01	15.000,00	15.000,00
CARTOON E DESENHOS "ZÉ DA SILVA"	02	2.000,00	4.000,00
VALOR TOTAL R\$		71.100,00	

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 28 de Novembro de 2014.
Flávio Luiz Agustini
Secretário Municipal de Turismo

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 28 de Novembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 115/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 115/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 115/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa JOSÉ ROGÉRIO BORGES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua: Jerônimo Coelho Nº 280 - Bairro: Centro; CEP: 88.501-260; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, no CEIM TIA BIRA pelo valor de R\$ 1.103,19 (um mil e cento e três reais e dezenove centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 16 de Dezembro de 2014.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 117/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 117/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 117/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa JOSÉ ROGÉRIO BORGES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua: Jerônimo Coelho Nº 280 - Bairro: Centro; CEP: 88.501-260; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, no CEIM CACILDA ALTOMAR pelo valor de R\$ 5.463,03 (cinco mil e quatrocentos e sessenta e três reais e três centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 16 de Dezembro de 2014.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 118/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 118/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 118/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa JOSÉ ROGÉRIO BORGES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua: Jerônimo Coelho Nº 280 - Bairro: Centro; CEP: 88.501-260; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, no EMEB SANTA HELENA pelo valor de R\$ 9.158,22 (nove mil e cento e cinquenta e oito reais e vinte e dois centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 16 de Dezembro de 2014.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 119/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 119/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 119/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa JOSÉ ROGÉRIO BORGES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua: Jerônimo Coelho Nº 280 - Bairro: Centro; CEP: 88.501-260; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, no CEIM MIRIAM REGINA DE OLIVEIRA KOECHE pelo valor de R\$ 1.236,75 (um mil e duzentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os

documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 16 de Dezembro de 2014.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 120/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 120/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 120/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa CONSTRUTETO CONSTRUÇÕES EIRELLI ME, inscrito no CNPJ sob n.º 20.082.259/0001-36, com sede a Rua: Aujor Luz Nº 791 - Bairro: Sta Catarina; CEP: 88.512-400; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, no CEIM MAURA PILAR pelo valor de R\$ 4.428,86 (quatro mil e quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 17 de Dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 17 de Dezembro de 2014.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 121/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 121/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 121/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 83.073.536/0001-64, com sede a Rua: Ottokar Doerffel Nº 841 - Bairro: Atiradores; CEP: 89.203-001; Joinville/SC, para Serviço de Coleta e Transporte de Entulhos (telha de Fibrocimento) Dispensados pelos Atingidos da forte tempestade de granizo que atingiu o município conforme Decreto Nº 14615/2014, pelo valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 19 de Dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 19 de Dezembro de 2014.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 122/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 122/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 122/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa EMERSON RAMOS BATISTA, inscrito no CNPJ sob n.º 12.895.479/0001-50, com sede a Rua: Paraná Nº 125 - Bairro: São Cristóvão; CEP: 88.509-270; Lages/SC, para Serviços de Manutenção Elétrica em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, no GINÁSIO JONES MINOSSO pelo valor de R\$ 16.750,00 (dezesseis mil, e setecentos e cinquenta reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 22 de Dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 22 de Dezembro de 2014.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 116/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 116/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 116/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa JOSÉ ROGÉRIO BORGES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua: Jerônimo Coelho Nº 280 - Bairro: Centro; CEP: 88.501-260; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, no CEIM ARISTIDES CAMPOLIN pelo valor de R\$ 4.068,69 (quatro mil e sessenta e oito reais e sessenta e nove centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 16 de Dezembro de 2014.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO CONTRATO 385/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 385/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SERRANA ENGENHARIA LTDA inscrita no CNPJ n.º 83.073.536/0001-64, com sede a Rua Ottokar Doerfel 841 - Bairro Atiradores, Joinville/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 257/2014, correlato à Dispensa de Licitação 121/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Coleta e Transporte de entulhos (telhas de fibrocimento) dispensados pelos atingidos na tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 139,75 (cento e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos) por tonelada de resíduos coletados.

Lages, 19 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 214/2014-FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 214/2014 FMAS

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.208.387/0001-88, com sede a Praça Vidal Ramos Sênior, Nº 86, CEP 88.502-005 - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 72/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 50/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o ABRIGO da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo

nº 209, Centro, nesta cidade;
2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;
CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)
O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 2.205,00 (dois mil, duzentos e cinco reais)

Lages, 15 de Dezembro de 2014.
Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 216/2014-FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 216/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: JULIO CÉSAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrita no CNPJ n.º 82.894.718/0001-33, com sede a Rua Mario Ribeiro Ramos, 242 - Bairro São Cristóvão, CEP 88509-340 - na cidade de Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 77/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 54/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Consumo, Expediente, Higiene e Limpeza para o CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 9.990,38 (nove mil, novecentos e noventa reais e trinta e oito centavos),

Lages, 17 de Dezembro de 2014.
Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 217/2014-FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 217/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.208.387/0001-88, com sede a Praça Vidal Ramos Sênior, Nº 86, CEP 88.502-005 - Lages/SC

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 77/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 54/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Consumo,

Expediente, Higiene e Limpeza para o CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 3.970,01 (três mil, novecentos e setenta reais e um centavo)

Lages, 17 de Dezembro de 2014.
Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 218/2014-FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 218/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS, inscrita no CNPJ n.º 83.197.277/0001-83, com sede a Rua Araci Paim, 19 - Bairro Araucária, CEP 88512-680 - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 77/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 54/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Consumo, Expediente, Higiene e Limpeza para o CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 625,40(seiscentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos)

Lages, 17 de Dezembro de 2014.
Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 219/2014-FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 219/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: CELIA REGINA W SANI - ME, inscrita no CNPJ n.º 04.195.853/0001-87, com sede a Avenida Beira Rio, 730 - Centro CEP: 88450-000 - Alfredo Wagner/SC

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 77/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 54/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Consumo, Expediente, Higiene e Limpeza para o CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 11.966,49 (onze mil, novecentos e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos)

Lages, 17 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 220/2014-FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 220/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: KLEBER MACHADO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 11.118.645/0001-40, com sede a Avenida Luiz de Camões. 939 - Sala 04, Coral CEP: 88523-000 Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 77/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 54/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Consumo, Expediente, Higiene e Limpeza para o CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme

medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 17.932,82 (dezessete mil, novecentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos)

Lages, 17 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 221/2014-FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 221/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: LUIZ FERNANDO SEBOLD ME, inscrita no CNPJ n.º 09.196.745/0001-42, com sede a Rua João Lopes da Silva, 61 - Loja 02 - Forquilha - São José/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 77/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 54/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Consumo, Expediente, Higiene e Limpeza para o CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 28.459,02 (vinte e oito mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e dois centavos)

Lages, 17 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 222/2014-FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 222/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.208.387/0001-88, com sede a Praça Vidal Ramos Sênior, Nº 86, CEP 88.502-005 - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 76/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 55/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para a Casa de Apoio a Mulher da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que

passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 3.757,50 (três mil, setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos),

Lages, 18 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 223/2014-FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 223/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: PARTNER COMERCIAL LTDA ME inscrita no CNPJ n.º 08.234.845/0001-53, com sede a Rua: Amazonas, nº 540, Apto 301, Bairro São Cristóvão. CEP 89.509-210 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para a Casa de Apoio a Mulher da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais),

Lages, 18 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 224/2014-FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 224/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: KLEBER MACHADO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 11.118.645/0001-40, com sede a Avenida Luiz de Camões.

939 - Sala 04, Coral CEP: 88523-000 Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 76/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 55/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para a Casa de Apoio a Mulher da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos)

Lages, 18 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 225/2014-FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 225/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 09.053.748/0001-27, estabelecida na Rua Cecilio Rodrigues, 136, Bairro Seminário, em CEP.: 89.190-000 - Taió/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para os CRAS VII e VIII da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 24.749,95 (vinte e quatro mil setecentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos)

Lages, 23 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 228/2014-FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 228/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: CELIA REGINA W SANI - ME, inscrita no CNPJ n.º 04.195.853/0001-87, com sede a Avenida Beira Rio, 730 - Centro CEP: 88450-000 - Alfredo Wagner/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para os CRAS VII e VIII da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 9.260,00 (nove mil duzentos e sessenta reais),

Lages, 23 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 229/2014-FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 229/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: TODT MÓVEIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ n.º 10.535.116/0001-89, com sede a Rua Edmundo Koch, 1527 - Galpão A - Nereu Ramos - CEP: 89.265-260 - Jaraguá do Sul/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para os CRAS VII e VIII da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 2.680,00 (dois mil seiscentos e oitenta reais),

Lages, 23 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 353/2014-PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 353/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MADEIREIRA FONTANA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 83.216.598/0001-88, com sede a Rua Eng. Paulo Ribeiro, 505 - Área Industrial, CEP 88514-010 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 183/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 80/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção e Madeiras para uso em Construções e Reformas de Casas em diversos Bairros do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 03 (três) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), limitado(s) ao perímetro urbano do Município, devidamente subscrita(s) pelo Responsável da Secretaria de Habitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 29.910,48 (vinte e nove mil, novecentos e dez reais e quarenta e oito centavos),

Lages, 16 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 354/2014-PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 354/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ELÓI DARTORA DE SOUZA JUNIOR ME, inscrita no CNPJ n.º 07.025.399/0001-04, com sede a Rua Valdomiro Koeche, 50 - Gethal, CEP 88520-450 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 183/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 80/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção e Madeiras para uso em Construções e Reformas de Casas em diversos Bairros do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 03 (três) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), limitado(s) ao perímetro urbano do Município, devidamente subscrita(s) pelo Responsável da Secretaria de Habitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S) O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 43.843,50 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos)

Lages, 16 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 355/2014-PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 355/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.208.387/0001-88, com sede a Praça Vidal Ramos Sênior, 86, CEP 88.502-005 - Lages/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 183/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 80/2014,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção e Madeiras para uso em Construções e Reformas de Casas em diversos Bairros do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 03 (três) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), limitado(s) ao perímetro urbano do Município, devidamente subscrita(s) pelo Responsável da Secretaria de Habitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 27.978,95 (vinte e sete mil, novecentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos)

Lages, 16 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 356/2014-PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 356/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MATHEUS VIEIRA ZAGO EPP inscrita no CNPJ n.º 10.515.077/0001-58, com sede a Rua Nilo Peçanha, 49 - Frei Rogério, CEP 88508-500 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 183/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 80/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção e Madeiras para uso em Construções e Reformas de Casas em diversos Bairros do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 03 (três) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), limitado(s) ao perímetro urbano do Município, devidamente

subscrita(s) pelo Responsável da Secretaria de Habitação. CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 22.650,79 (vinte e dois mil, seiscentos e cinquenta reais e setenta e nove centavos),

Lages, 16 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 381/2014-PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 381/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: RONI RODRIGUES BORGES inscrita no CNPJ n.º 15.106232/0001-04, com sede a Rua Cirilo Vieira Ramos, 758 - Vila Nova - CEP 88.503-200 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 248/2014, correlato à Dispensa de Licitação 101/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas na UBS Santa Helena, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 22.661,75 (vinte e dois mil seiscentos e sessenta e um reais e setenta e cinco).

Lages, 16 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 382/2014-PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 382/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: RONI RODRIGUES BORGES inscrita no CNPJ n.º 15.106232/0001-04, com sede a Rua Cirilo Vieira Ramos, 758 - Vila Nova - CEP 88.503-200 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas na CEIM Bairro São Pedro, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 19.980,67 (dezenove mil novecentos e oitenta

reais e sessenta e sete centavos).

Lages, 16 de Dezembro de 2014.
Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 383/2014- PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 383/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SANDRO VILMAR PIRES ME, inscrita no CNPJ n.º 09.253.952/0001-91, com sede a Rua João Teófilo Deucher, 29 - Centro, CEP: 88680-000 - Bom Retiro/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 192/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 88/2014, aberto em 18/12/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Microcomputadores para o Pólo UAB - Universidade Aberta do Brasil, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 15 (quinze) dias a contar da data da Autorização de Fornecimento;

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 28.965,00 (vinte e oito mil, novecentos e sessenta e cinco reais),

Lages, 18 de Dezembro de 2014.
Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 386/2014-PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 386/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: EMERSON RAMOS BATISTA inscrito no CNPJ n.º 12.895.479/0001-50, com sede a Rua Paraná, 125 - Bairro São Cristóvão, CEP 88509-270 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Manutenção elétrica no Ginásio Jones MInosso, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 16.750,00 (dezesseis mil setecentos e cinquenta reais).

Lages, 23 de Dezembro de 2014.
Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 387/2014-PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 387/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSÉ ROGÉRIO BORGES ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua Jerônimo Coelho, 280 - Centro - CEP 88501-260 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas no CEIM Miriam Regina de Oliveira Koeche, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 1.236,75 (hum mil, duzentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos).

Lages, 23 de Dezembro de 2014.
Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 388/2014-PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 388/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSÉ ROGÉRIO BORGES ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua Jerônimo Coelho, 280 - Centro - CEP 88501-260 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas na EMEB SANTA HELENA, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 9.158,22 (nove mil, cento e cinquenta e oito reais e vinte e dois centavos).

Lages, 23 de Dezembro de 2014.
Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 389/2014-PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 389/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSÉ ROGÉRIO BORGES ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua Jerônimo Coelho, 280 - Centro - CEP 88501-260 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas na CEIM ARISTIDES CHAPOLIN, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 4.068,59 (quatro mil sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos).

Lages, 23 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 390/2014-PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 390/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSÉ ROGÉRIO BORGES ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua Jerônimo Coelho, 280 - Centro - CEP 88501-260 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas no CEIM CACILDA ALTOMAR, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 5.463,03 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e três reais e três centavos).

Lages, 23 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 391/2014-PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 391/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSÉ ROGÉRIO BORGES ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua Jerônimo Coelho, 280 - Centro - CEP 88501-260 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de troca de telhas no CEIM TIA BIRA, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 1.103,19 (hum mil, cento e três reais e dezoito centavos).

Lages, 23 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 392/2014-PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 392/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CONSTRUTETO CONSTRUÇÕES EIRELI ME inscrita no CNPJ n.º 20.082.259/0001-36, com sede a Rua Aujor Luz, 791 - Centro - CEP 88512-400 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas no CEIM MAURA PILAR, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 4.428,86 (quatro mil quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos)

Lages, 23 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 227/2014-FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 227/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: PARTNER COMERCIAL LTDA ME inscrita no CNPJ n.º 08.234.845/0001-53, com sede a Rua: Amazonas, nº 540, Apto 301, Bairro São Cristóvão. CEP 89.509-210 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para os CRAS VII e VIII da Secretaria

Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 68.000,08 (sessenta e oito mil reais e oito centavos)

Lages, 23 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

PP 96/2014 PML E PP 01/2015 SMS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 96/2014 PML

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 12/01/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 49.819,07

Modalidade: PP 01/2015 SMS

Objeto: Aquisição de Gás de Cozinha, Mangueiras, Braçadeiras, Válvulas e cascos.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 12/01/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 17.191,99

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 23 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 93-2014 PML

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2014 PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS PARA CONSUMO NAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de esclarecimento, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

-Na Qualificação Técnica, itens 14.8.7 à 14.8.10, leia-se:

14.8.7 Título de Registro atualizado no SIF emitido pelo DIPOA ou Título de Registro no SIE, emitido pela CIDASC ou SISBI-POA, emitido pelo MAPA, para as empresas que cotarem os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08 na condição de fornecedor Estadual: matadouro e matadouro frigorífico;

14.8.8 Título de Registro atualizado no SIF emitido pelo DIPOA

ou Título de Registro no SIE, emitido pela CIDASC ou SISBI-POA, emitido pelo MAPA, relativo ao licitante entreposto de carnes e derivados ou Título de relacionamento emitido pela Delegacia Federal de Agricultura da sede da licitante nos termos do parágrafo único do art. 7º da lei nº 1.283/50 e, Título de Registro atualizado no SIF emitido pelo DIPOA ou Título de Registro no SIE emitido pela CIDASC ou SISBI-POA, emitido pelo MAPA, relativo ao seu fornecedor dos produtos dos itens 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08 para as empresas que cotarem os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08 na condição de fornecedor Estadual: Casas atacadistas/distribuidores e entrepostos de carnes e derivados;

14.8.9 Título de Registro atualizado no SIF emitido pelo DIPOA ou SISBI-POA, emitido pelo MAPA, para as empresas que cotarem os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, na condição de fornecedor Interestadual: matadouro e matadouro frigorífico;

14.8.10 Título de Registro atualizado no SIF emitido pelo DIPOA ou SISBI-POA, emitido pelo MAPA, relativo ao licitante entreposto de carnes e derivados ou Título de relacionamento emitido pela Delegacia Federal de Agricultura da sede da licitante nos termos do parágrafo único do art. 7º da lei nº 1.283/50 e, Título de Registro atualizado no SIF emitido pelo DIPOA ou SISBI-POA, emitido pelo MAPA, relativo ao seu fornecedor do produto dos itens 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, para as empresas que cotarem os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, na condição de fornecedor Interestadual: Casas atacadistas/distribuidores e entrepostos de carnes e derivados;

Incluir item 14.8.11, Cópia do Alvará Sanitário, para as Empresas que participarem como Casas Atacadistas/Distribuidores;

Incluir item 14.8.13, Cópia da Licença Sanitária dos veículos que farão o transporte dos alimentos licitados, para as Empresas que participarem como Casas Atacadistas/Distribuidores.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 23 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 167/2014**

D E C R E T O Nº 167/2014.

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - É considerado Ponto Facultativo, nos órgãos e entidades da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, o dia 26 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - No dia 24 de Dezembro de 2014 o expediente de trabalho de todas as Unidades de Saúde será das 07h00min às 13h00min.

Art. 3º - O atendimento dos serviços públicos essenciais será garantido, por intermédio de escalas de serviço ou plantão, especialmente os relacionados à área da Saúde e coleta de lixo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 26/12/2014.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

RESOLUÇÃO CMAS Nº 05/2014

RESOLUÇÃO CMAS Nº05/2014

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Físico Financeiro, referente à prestação de contas ao governo federal na modalidade fundo a fundo do exercício de 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 01 de outubro de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 965, de 26 de março de 1996 que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lauro Müller- CMAS, e

Considerando o disposto na Portaria GM/MDS nº 625, de 10 de agosto de 2010.

Considerando a deliberação obtida na Sessão Plenária Ordinária ocorrida na data citada.

RESOLVE:

Art. 1º Após análise e deliberação em Plenária, conceder parecer favorável, aprovando integralmente a prestação de contas do Demonstrativo Sintético Anual - Execução Físico-Financeira, no que tange Serviços e Programas, IGD SUAS e IGD PBF, referente ao exercício de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lauro Müller, 23 de dezembro de 2014.

Heloisa Spindola Leal

Presidente do CMAS

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTRATO Nº 053/2014 - PMLL

CONTRATO Nº 053/2014 - PMLL

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2013 - Aditivo de Prazo.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrita no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO e ALORI MARIAN, sito a Avenida Adolfo Scheidt, nº 458, Bairro Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob o nº 543.553.469-00, neste ato representado pelo Senhor ALORI MARIAN, doravante denominado simplesmente de LOCADOR:

Considerando que, a Coordenadora do CRAS, na data de 17 de dezembro de 2014, solicitou elaboração do 2º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 007/2013, através da CI nº 091/2014, anexo ao Protocolo/Processo Interno nº 495/2013, em virtude de o Município não possuir espaço próprio para o funcionamento adequado do CRAS;

Considerando que, compete ao órgão a oferta do Programa de Atendimento Integral a Família - PAIF, o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e demais atendimentos com famílias que estão em vulnerabilidade social e com laços familiares fragilizados;

Considerando que, o valor do aluguel é o praticado no mercado;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 18 de dezembro de 2014, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 495/2013, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 007/2013, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 012/2013, homologado em 26/02/2013, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2013 - Aditivo de Prazo, com fulcro no art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, à proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 007/2013, passa a vigorar com o acréscimo do inciso II, com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

II- "Fica o Contrato nº 007/2013 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2015, a partir de 02 de janeiro de 2015, através do aditivo de Contrato nº 053/2014, em virtude dos apontamentos já mencionados".

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 007/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e

Locador assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA QUINTA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 19 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Locatário	ALORI MARIAN Locador

Testemunhas:

JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN CPF/MF Nº005.166.179- 90	SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09
----------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------

CONTRATO Nº 054/2014 - PMLL

CONTRATO Nº 054/2014 - PMLL

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2013 - Aditivo de Prazo.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrita no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e JACKSON MARCONDES CALBUSCH, pessoa física, sito a Rua Felix Zimmermann, nº 397, Bairro Centro, Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob o nº 018.035.559-71, neste ato representado pelo Senhor JACKSON MARCONDES CALBUSCH, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO:

Considerando que, a Secretária Municipal da Administração, Contabilidade e Finanças, na data de 16 de dezembro de 2014, solicitou elaboração de Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 004/2013, através da CI nº 093/2014, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 494/2013, em virtude de o Município não possuir em seus quadros de servidores efetivos um engenheiro civil para responder tecnicamente sobre as obras municipais;

Considerando que, o Município possui no momento vários convênios em andamento, como por exemplo o FUNDAM e o SIGEF que necessitam ser coordenados por um engenheiro civil;

Considerando que, é o setor de engenharia o responsável pela avaliação dos projetos de construção civil para aprovação de alvará e habite-se;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 18 de dezembro de 2014, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 494/2013, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 004/2013, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 003/2013, homologado em 1º/02/2013, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2013 - Aditivo de Prazo, com fulcro no art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, à proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 004/2013, passa a vigorar com o acréscimo do inciso II, com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

II- "Fica o Contrato nº 004/2013 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2015, a partir de 02 de janeiro de 2015, através do aditivo de Contrato nº 054/2014, em virtude dos apontamentos já mencionados".

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 004/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratado assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA QUINTA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 19 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	JACKSON MARCONDES CALBUSCH Engenheiro Civil CREA/SC 55.384-3 Contratado

Testemunhas:

JAQUELINE R. GUCHERT HOF-FMANN CPF/MF Nº005.166.179-90	SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09
-----------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------

CONTRATO Nº 055/2014 - PMLL

CONTRATO Nº 055/2014 - PMLL

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 044/2014 - Aditivo de Prazo.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrita no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa SJR ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA ME, situada a Rua Jardim Esperança, nº 55, Bairro Centro, Município de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, com CNPJ nº 12.730.429/0001-13, representada neste ato pelo Senhor SÁLVIO JOSÉ RODRIGUES JÚNIOR, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA:

Considerando que, o Diretor Esportivo, na data de 28 de novembro de 2014, solicitou elaboração de Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 044/2014, através da CI nº 040/2014, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 861/2014, em virtude das fortes chuvas ocorridas nos dias que estavam previstas as rodadas do campeonato, os eventos religiosos que ocorreram nos locais em que seriam realizadas as rodadas, e as eleições que aconteceram

em dois turnos;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 18 de dezembro de 2014, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 861/2014, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 044/2014, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 048/2014, homologado em 14/07/2014, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 044/2014 - Aditivo de Prazo, com fulcro no art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 044/2014, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I, com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

I- "Fica o Contrato nº 044/2014 prorrogado até o dia 30 de maio de 2015, a partir de 02 de janeiro de 2015, através do aditivo de Contrato nº 055/2014, em virtude dos apontamentos já mencionados".

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 044/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA QUINTA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 19 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	SÁLVIO JOSÉ RODRIGUES JÚNIOR SJR ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA – ME Contratada

Testemunhas:

JAQUELINE R. GUCHERT HOF-FMANN CPF/MF Nº005.166.179-90	SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09
-----------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------

CONTRATO Nº 056/2014 - PMLL

CONTRATO Nº 056/2014

"Primeiro Termo Aditivo Contrato de concessão de Uso de Bens Públicos Municipais - Aditivo de Prazo"

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal, doravante denominado MUNICÍPIO e, o Senhor OSNILDO SCHAEFER

JÚNIOR, pessoa física, inscrito no CPF sob o nº 101.563.759-07 e RG nº 5.115.866, residente e domiciliado na Rua Evaldo Fischer, nº 188, Bairro Imigrantes, Município de Guabiruba, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONCESSIONÁRIA, com base na autorização da Lei Municipal nº 1.017, de 19 de Dezembro de 2013.

Considerando que, o Requerimento para concessão de uso do galpão onde está instalado a Empresa Osnildo Schaefer Júnior ME/OX Confecção, com data de 08 de dezembro de 2014, para elaboração do 1º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 003/2014, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 874/2014, em virtude da Empresa ter feito investimentos para melhoria do local de trabalho, a geração de emprego no município e a qualificação realizada para estes, e até o presente momento o representante da empresa não encontrou um espaço próprio para a instalação;

Considerando que, a Lei Municipal nº 1.017, de 19 de Dezembro de 2013, permite renovar o Contrato nº 003/2014 para mais 01 (um) ano;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 18 de dezembro de 2014, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 874/2014, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 003/2014, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Contrato nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2014 - Aditivo de Prazo, com fulcro no art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 003/2014, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I, com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

I- "Fica o Contrato nº 003/2014 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2015, a partir de 02 de janeiro de 2015, através do aditivo de Contrato nº 056/2014, em virtude dos apontamentos já mencionados".

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 003/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Locador assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA QUINTA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 19 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal	OSNILDO SCHAEFER JUNIOR Concessionário
----------------------------------------------------	-------------------------------------------

Testemunhas:

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90	SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09
-----------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------

CONTRATO Nº 057/2014 - PMLL

CONTRATO Nº 057/2014 - PMLL

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 035/2014 - Aditivo de Prazo.

Por este instrumento particular de Termo de Aditivo ao Contrato nº 035/2014 de Empreitada por menor preço global, que fazem entre si, o CONTRATANTE e a CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 036/2014, homologado em 13/06/2014:

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE LEOBERTO LEAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 - Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal, TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A CONSTRUTORA WDD LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua 214, 110 - Bairro Cascata, Nova Trento/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.256.305/0001-08, neste ato representada pelo senhor VAGNER DALLABRIDA, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA.

Considerando que, a empresa apresentou solicitação e justificativa, através do Protocolo/Processo Interno nº 878/2014, para prorrogação da Vigência do Contrato nº 035/2014 de mais 90 (noventa) dias, para execução e finalização dos trâmites legais, em virtude das chuvas que ocorreram no início do cronograma, causando dificuldades para a execução do aterro do terreno por parte do município, bem como a dificuldade de acesso com as mercadorias e as férias coletivas dos funcionários da empresa.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 036/2014, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 035/2014 - Aditivo de Prazo, com fulcro no art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, a Tomada de Preços nº 001/2014, à proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1. A Cláusula Sétima do Contrato nº 035/2014, passa a vigorar com o acréscimo do Item nº 07 com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SÉTIMA - ANDAMENTO DOS SERVIÇOS E PRAZO PARA EXECUÇÃO":

07. A obra deverá ser entregue até o dia 19 de março de 2015, salvo motivos de força maior devidamente justificado.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA - FORO:

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

Assim acordadas e ajustadas, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

CLÁUSULA QUARTA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 19 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	VAGNER DALLABRIDA CONSTRUTORA WDD LTDA Contratada
-------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
-------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------

CONTRATO Nº 058/2014 - PMLL

CONTRATO Nº 058/2014 - PMLL

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 026/2014 - Aditivo de Prazo.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrita no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa RÁDIO ITUPORANGA LTDA EPP, sito a Rua João Steffens, nº 260, Bairro Centro, Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, com CNPJ nº 83.499.541/0001-33, representada neste ato pelo Senhor LUIZ CARLOS BROERING, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA:

Considerando que, o Diretor Comercial da Rádio Ituporanga LTDA, na data de 01 de dezembro de 2014, solicitou elaboração de Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 026/2014, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 881/2014, com base no art. 57 da Lei nº 8.666/93;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 19 de dezembro de 2014, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 881/2014, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 026/2014, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 024/2014, homologado em 23/04/2014, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 026/2014 - Aditivo de Prazo, com fulcro no art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Quinta do Contrato nº 026/2014, passa a vigorar com o acréscimo do item 5.4, com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE FORNECIMENTO E DA VIGÊNCIA:

5.4- "Fica o Contrato nº 026/2014 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2015, a partir de 02 de janeiro de 2015, através do aditivo de Contrato nº 058/2014, em virtude dos apontamentos já mencionados".

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 026/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA QUINTA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 19 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	LUIZ CARLOS BROERING RÁDIO ITUPORANGA LTDA Contratada
-------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
-------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------

DECRETO Nº 137/2014

DECRETO Nº 137, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 1.117, de 22 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas a dotações do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Vigente, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Função	12	Educação	20.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	20.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	20.000,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental	16.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	16.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	16.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	16.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	16.000,00
Projeto/ Atividade	2.011	Merenda Escolar - Ensino Fundamental	2.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	2.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	2.500,00
Projeto/ Atividade	2.012	Merenda Escolar - Ensino Infantil	1.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.500,00

Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	1.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.500,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	9.900,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.900,00
Função	8	Assistência Social	9.900,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	9.900,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	9.900,00
Projeto/ Atividade	2.022	Assistência a Famílias Carentes	9.900,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.900,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras despesas Correntes	9.900,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	9.900,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	9.900,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			29.900,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Função	12	Educação	20.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	20.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	20.000,00
Projeto/ Atividade	1.009	Construção de Quadra Esportiva Escolar Coberta - Vargem dos Bugres	6.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	6.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	6.000,00
Projeto/ Atividade	1.045	Construção de um Núcleo Escolar em Rio das Pedras	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	10.000,00

Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental.	4.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	4.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	10.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00
Função	8	Assistência Social	10.000,00
Sub-Função	241	Assistência ao Idoso	3.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	3.000,00
Projeto/ Atividade	2.024	Atividades de Integração do Idoso	3.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras despesas Correntes	3.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.000,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	6.900,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	6.900,00
Projeto/ Atividade	2.025	Apoio a Grupos de Mulheres	6.900,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.900,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras despesas Correntes	6.900,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.900,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.900,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			29.900,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de dezembro de 2014.
PAULO HENRIQUE KNAUL
Prefeito Municipal e.e

Luzerna

PREFEITURA

DECISÃO - CONCLUSIVA - PARECERES Nº 021.2014 E 022.2014 - ASS.JUR.SEN - SETOR DE LICITAÇÕES - RECURSO - PL PML 0129.2014 - PP PML 0078.2014 - SERVIÇOS TERC. - TELEFONISTA

Recurso Administrativo.

Ref.:

1) Parecer nº 021/2014/ ASS.JUR.SEN.
Processo Licitatório PML nº 0129/2014
Pregão Presencial PML nº 0078/2014
Interessado(a)(s): LB Comércio e Serviços EIRELI - Recorrente;
Origem: Setor de Licitações.
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Mariana de Azevedo Ramos.

2) Parecer nº 022/2014/ ASS.JUR.SEN.
Processo Licitatório PML nº 0129/2014
Pregão Presencial PML nº 0078/2014
Interessado(a)(s): Onserv Serviços Terceirizados LTDA - Recorrente;
Orbenk Administração e Serviços LTDA - Recorrida.
Origem: Setor de Licitações.
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.
Mariana de Azevedo Ramos.

DECISÃO ADMINISTRATIVA CONCLUSIVA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE TELEFONISTA. ATIVIDADE MEIO. INABILITAÇÃO DE EMPRESA COM OBJETO SOCIAL CONSIDERADO INCOMPATÍVEL COM O OBJETO LICITADO. IRRESIGNAÇÃO DA INABILITADA. DECISÃO DA PREGOEIRA QUE DEVE SER MANTIDA INCÓLUME EM FUNÇÃO DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO ENTRE O OBJETO SOCIAL DO LICITANTE E A ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA NO FUTURO CONTRATO. CONDIÇÃO NÃO IDENTIFICADA NA EMPRESA RECORRENTE. IRRESIGNAÇÃO. CONSIDERAÇÃO DO SALÁRIO NORMATIVO DE FORMA PROPORCIONAL A CARGA HORÁRIA DEMANDADA, NA COMPOSIÇÃO DA PLANILHA DE CUSTOS. AUSÊNCIA DE RAZÕES E CONTRARRAZÕES RECURSAIS. DILIGENCIA POSITIVA. PROPORCIONALIDADE ADMITIDA.

Acolho as recomendações dos Pareceres Jurídicos retro, razão pela qual conheço e nego provimento aos Recursos Administrativos interpostos, para o fim de manter incólumes as decisões tomadas pela Pregoeira do Município e determinar o prosseguimento do Processo Licitatório em seus ulteriores termos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Nada mais.

Luzerna/SC, terça-feira, 23 de dezembro de 2014.
MOISES DIERSMANN
Município de Luzerna/SC
Prefeito Municipal

DECRETO 1967

DECRETO Nº 1967 de 18 de dezembro de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei nº 1171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente e/ou na sua totalidade, nas Atividades abaixo discriminadas, as Modalidades de Aplicação das despesas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
GABINETE DO VICE-PREFEITO
Atividade - 0201.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 1.200,00

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
Atividade - 0201.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 850,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 2.220,00
Atividade - 0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 100,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade - 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 8.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 14.000,00

TOTAL ANULADO
..... R\$26.370,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as dotações atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
GABINETE DO VICE-PREFEITO

Atividade - 0201.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 1.200,00

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Atividade - 0201.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 850,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 2.220,00

Atividade - 0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 100,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 8.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários
..... R\$14.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO
.... R\$26.370,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PARECER Nº 021.2014 - ASS.JUR.SEN - SETOR DE LICITAÇÕES - RECURSO PL PML 0129.2014 - PP PML 0078.2014 - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - TELEFONISTA - LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – INADEQUAÇÃO AO OBJETO LICITADO

Parecer nº 021/2014/ ASS.JUR.SEN.

Processo Licitatório PML nº 0129/2014

Pregão Presencial PML nº 0078/2014

Interessado(a)(s): LB Comércio e Serviços EIRELI - Recorrente;

Origem: Setor de Licitações.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Mariana de Azevedo Ramos.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE TELEFONISTA. ATIVIDADE MEIO. INABILITAÇÃO DE EMPRESA COM OBJETO SOCIAL CONSIDERADO INCOMPATÍVEL COM O OBJETO LICITADO. IRRESIGNAÇÃO DA INABILITADA. DECISÃO DA PREGOEIRA QUE DEVE SER MANTIDA INCÓLUME EM FUNÇÃO DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO ENTRE O OBJETO SOCIAL DO LICITANTE E A ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA NO FUTURO CONTRATO. CONDIÇÃO NÃO IDENTIFICADA NA EMPRESA RECORRENTE.

1. RELATÓRIO:

Trata-se de pedido de Parecer Jurídico, oriundo do Setor de Licitações, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitações, Mariana de Azevedo Ramos, que tem por objeto recurso interposto pela empresa LB Comércio e Serviços EIRELI - Recorrente, no Processo Licitatório PML nº 0129/2014, Pregão Presencial PML nº 0078/2014, que tem por escopo a "a contratação da prestação de serviços continuados de telefonistas para atender ao Município de Luzerna".

A manifestação da intenção recursal se deu de forma tempestiva, conforme consta da Ata de Reunião de Julgamento de Proposta nº 129/2014 (Sequência: 1), tendo como delineação expressa da causa da irresignação "a decisão da pregoeira que desclassificou (sic) do certame considerando o objeto incompatível com o licitado".

Razões de recurso apresentadas no prazo deferido, em que se alega, em síntese: a) adequação do objeto social da Recorrente ao objeto licitado, por possuir, dentre suas atividades comerciais a atividade de apoio administrativo; b) a adoção de "conduta tendenciosa nas contratações", "a camaradagem (sic) da comissão, assessorada por um procurador do município" (in casu, este parecerista), trazendo à baila, na intenção de corroborar tal imputação, fatos ocorridos em outro processo licitatório que teve como concorrentes a Recorrente e a empresa até então consagrada vencedora no presente certame.

Juntou documentos, consistentes em: a) Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da Empresa Orbenk Administração e Serviços LTDA, junto à Receita Federal; b) Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral da Empresa Onserv Serviços Terceirizados LTDA, junto à Receita Federal; c) Aditivo Contratual firmado com o município de Joaçaba/SC, tendo por objeto a prestação de "serviços portaria (um posto) no prédio da Prefeitura"; d) Contrato Administrativo firmado com o município de Joaçaba/SC, tendo por objeto a prestação de "serviços de recepcionistas em 04 (quatro) postos de trabalho"; e) e Contrato Administrativo firmado com o município de Caçador/SC, tendo por objeto a prestação de "serviços de limpeza e conservação predial para a manutenção de diversas secretarias".

Requeru, em decorrência do esposado, a "classificação da empresa Recorrente" (sic).

Foram então instadas as demais empresas participantes do certame a se manifestarem, em estrita observância ao princípio do contraditório, e por serem, inarredavelmente, partes interessadas na decisão que advirá da apreciação do presente recurso.

Orbenk Administração e Serviços LTDA manifestou-se então por e-mail, aduzindo, em apertada síntese, ser irretocável a decisão tomada pela Pregoeira, por observância do princípio da vinculação ao instrumento convocatório e por ser a atividade de telefonista diversa daquelas exercidas pela Recorrente, possuindo inclusive classificação CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) distinta. Onserv Serviços Terceirizados LTDA, por seu turno, deixou transcorrer in albis o prazo ofertado para manifestação.

Vieram, então, os Autos para Parecer Jurídico.

Sendo a síntese do essencial, passa-se ao mérito.

2. DO MÉRITO:

No tocante à relação entre o objeto social do licitante e a atividade a ser desenvolvida no futuro contrato, filiamo-nos ao entendimento no sentido de que sempre é necessária a compatibilidade entre o objeto social e o que é pretendido pela Administração, sem que isto configure, permissa vênua, excesso de formalismo, como pretende nos fazer crer a Recorrente.

Nesse sentido, colhe-se da doutrina pátria:

No entanto, sustentamos que os objetos sociais devem ser compatíveis com o contrato pretendido pela Administração.(...) Isso não é excesso de formalismo, mas simples atendimento ao interesse público. É dever do Poder Público identificar interessados que estejam aptos a executar o contrato pretendido dentro dos limites legais. Em um contrato, por exemplo, que vise à contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza de locais e prédios públicos, evidentemente que o interessado, pessoa jurídica, cujo objeto social é a prestação de serviços na área de cuidados e tratamento de estética, não poderá ser habilitado; pois sua atuação deverá restringir-se aos limites estabelecidos em contrato social por seus sócios. Por mais que não seja inexistente ou inválido, a realização de ato que extravasa tais limites do objeto social evidencia, sem dúvida alguma, uma atuação irregular por parte da Diretoria da sociedade possibilitando questionamentos jurídicos. Permitir a habilitação destas pessoas jurídicas certamente não é condizente com o bom trato da coisa pública. (PINHO, Cristiano Vilela de e GOMES, Wilton Luis da Silva, Licitações sob o ponto de vista dos Tribunais de Contas, São Paulo, Alameda Casa Editorial/ Editora Didática Suplegraf, 2011,p.305).

Não se descarta que a relação entre o objeto social da licitante e o objeto da licitação deve ser de pertinência, não necessariamente de identidade. Em outras palavras, a habilitação jurídica presta-se a avaliar se o licitante está devidamente constituído e legalmente apto a executar, de modo amplo, as atividades previstas no objeto da licitação. Mas, por certo que cabe também a Administração o afastamento do competidor que não demonstre o exercício de atividade econômica compatível com o objeto da licitação, como fez a Pregoeira.

É elementar, portanto, à habilitação jurídica em licitações, que a licitante demonstre ter em seu objetivo social discriminação que abarca o objeto licitado. Não sendo deste modo, deve ser inabilitada.

O entendimento de que o objeto licitado deve estar contido no objeto social registrado pela empresa em seu instrumento constitutivo visa a assegurar a regularidade no fornecimento dos materiais e na prestação dos serviços que a licitante se propõe a executar. Revela que a aquela pessoa jurídica objetiva tais finalidades, em atuação específica e objetiva.

Reputa-se, de modo generalizado, que a pessoa jurídica somente poderá ser habilitada quando o objeto da licitação for compatível com o seu objeto social, independentemente de qualquer outra exigência legal específica.

Neste sentido, inclusive, preconiza o Tribunal de Contas da União. Vejamos, in verbis:

1. Inviável a habilitação de licitante cujo objeto social é incompatível com o da licitação (...).“(Acórdão nº 1.021/2007, Plenário, rel. Min. Marcos Vilela)”. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012. p. 469-470).

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, igualmente, de acordo com o Prejulgado nº 1526, vem apontando a necessidade de as empresas licitantes comprovarem a pertinência ou adequação entre o objeto licitado e o nicho de mercado em que elas atuam.

Pois bem, dito isto, temos que, in casu, o objeto licitado refere-se “a contratação da prestação de serviços continuados de telefonistas para atender ao Município de Luzerna”. E a empresa Recorrente, como bem assinalado pela Pregoeira do Município, não

possui em seu contrato social ou mesmo dentre as atividades consignadas em seu Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral junto à Receita Federal (vulgo cartão de CNPJ) a previsão de tal atividade, conforme faz prova os documentos de credenciamento por ela apresentados.

As demais empresas participantes do certame, por seu turno, diferentemente do que aduz a Recorrente, possuem a expressa previsão de tais atividades.

Note-se que consta como objeto social a “Prestação de serviço de telefonistas” à Cláusula Quinta, 1º parágrafo, da 2ª lauda do Contrato Social; à Cláusula Quinta, da Nona Alteração do Contrato Social; e à Cláusula Terceira, da Décima Primeira Alteração do Contrato Social da empresa Onserv Serviços Terceirizados LTDA.

Da mesma forma, a empresa Orbenk Administração e Serviços LTDA possui expressamente dentre os seus objetos sociais a atividade de “telefonistas”, à Cláusula Terceira, 1ª lauda de sua Vigésima Terceira Alteração Contratual Consolidada.

Assim, pelo exposto, temos por escorreita a decisão da Pregoeira em declarar inabilitada a empresa Recorrente e habilitada as demais participantes do certame, em função da ausência de comprovação da adequação do objeto social daquela empresa ao objeto licitado, situação esta que, frisa-se, diferentemente do alegado, não acomete as demais empresas participantes.

Outrossim, insta consignar-se que os documentos trazidos aos Autos em sede recursal não possuem o condão de comprovar a pertinência das atividades comerciais da Recorrente ao objeto licitado, ou mesmo desconstituir a sua pertinência em relação aos objetos sociais das demais participantes do certame, como pretende a Irresignada.

Consigna-se também, por oportuno, que a asserção da adoção de “conduta tendenciosa nas contratações”, “a camaradagem (sic) da comissão, assessorada por um procurador do município” (in casu, este parecerista), deixa de ser apreciada por referir-se também a outro processo licitatório que teve como concorrentes a Recorrente e a empresa até então consagrada vencedora no presente certame, já julgado administrativamente. Todavia, registra-se que tal imputação será discutida, em momento oportuno, na seara Judicial, em função da suposta incidência do signatário do recurso, com tais asserções, no delito previsto no artigo 138, do CP.

3. CONCLUSÃO:

Ex positis, opina-se seja conhecido e desprovido o recurso administrativo interposto, para o fim de manter-se incólume a Decisão da Pregoeira, que inabilitou a empresa ora Recorrente, em função da inadequação de seu objeto social ao objeto licitado, dando-se prosseguimento ao Processo Licitatório, em seus ulteriores termos.

S.m.j., é o parecer.

Luzerna/SC, quarta-feira, 24 de dezembro de 2014.

LUAN FERNANDO DIAS

Assessor Jurídico Sênior

OAB/SC 32.118

PARECER Nº 022.2014 - ASS.JUR.SEN - SETOR DE LICITAÇÕES - RECURSO PL PML 0129.2014 - PP PML 0078.2014 - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - TELEFONISTA - ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – INEXEQUIBILIDADE

Parecer nº 022/2014/ ASS.JUR.SEN.

Processo Licitatório PML nº 0129/2014

Pregão Presencial PML nº 0078/2014

Interessado(a)(s): Onserv Serviços Terceirizados LTDA - Recorrente;

Orbenk Administração e Serviços LTDA - Recorrida.

Origem: Setor de Licitações.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.
Mariana de Azevedo Ramos.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE TELEFONISTA. ATIVIDADE MEIO. IRRESIGNAÇÃO. CONSIDERAÇÃO DO SALÁRIO NORMATIVO DE FORMA PROPORCIONAL A CARGA HORÁRIA DEMANDADA, NA COMPOSIÇÃO DA PLANILHA DE CUSTOS. AUSÊNCIA DE RAZÕES E CONTRARRAZÕES RECURSAIS. DILIGENCIA POSITIVA. PROPORCIONALIDADE ADMITIDA.

1. RELATÓRIO:

Trata-se de pedido de Parecer Jurídico, oriundo do Setor de Licitações, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitações, Mariana de Azevedo Ramos, que tem por objeto o recurso interposto pela empresa Onserv Serviços Terceirizados LTDA, no Processo Licitatório PML nº 0129/2014, Pregão Presencial PML nº 0078/2014, que tem por escopo a "a contratação da prestação de serviços continuados de telefonistas para atender ao Município de Luzerna".

A manifestação da intenção recursal se deu de forma tempestiva, conforme consta da Ata de Reunião de Julgamento de Proposta nº 129/2014 (Sequência: 1), tendo como delineação expressa da causa da irresignação da empresa Onserv Serviços Terceirizados LTDA a "elaboração do salário base da empresa Orbenk em cumprir a ACT (Convenção Coletiva de Trabalho) (sic)".

A empresa Orbenk Administração e Serviços LTDA, por seu turno, consignou em Ata que faria "as considerações sobre a proposta apresentada baseada em decisões da CAQ Patronal do estado"

As Razões de Recurso, todavia, não foram apresentadas pela Recorrente, inobstante instada para tanto, conforme certidão constante dos Autos. Mesmo assim, em observância ao princípio do contraditório foi instada a Recorrida manifestar-se acerca da causa de insurgência da Recorrente, ocasião que consignou que não o faria em função da ausência das Razões Recursais, conforme atesta o e-mail retro.

Em sede de diligências, ante a asserção da Recorrida, consignada em Ata, obteve-se junto ao Sindicato Patronal da Categoria Profissional em comento o documento retro.

Vieram, então, os Autos para Parecer Jurídico.

Sendo a síntese do essencial, passa-se ao mérito.

2. DO MÉRITO:

Consigna-se que, inobstante possa ser reputado deserto o recurso interposto pela Recorrente, em homenagem ao princípio da autotutela administrativa, procede-se ao exame da conformidade da proposta vencedora frente ao objeto da licitação, com o fim de verificar eventual ponto da proposta que desatenda ao ato convocatório.

É certo também que o recurso é um direito que assiste aos Licitantes, todavia, a Recorrente não apresentou os memoriais, ou seja, não apontou qualquer prova pertinente que ensejasse motivos para a desclassificação da Recorrida. Na realidade, considerando a ausência de memoriais, vislumbra-se que pretende reformar a decisão do modo mais conveniente aos seus interesses, o que neste caso não mereceria prosperar.

Conhecer-se-á do Recurso então como eventual adução de inexequibilidade da proposta apresentada.

Neste viés, cumpre trazer à baila que a pesquisa prévia constante do processo em que transcorre a licitação fundou-se em dados obtidos por meio de empresas do ramo específico, para definir os preços praticados no mercado, isto é, foram inseridos, nos autos do processo, orçamentos de empresas que atuam no segmento da demanda específica.

Não se descarta que a importância da identificação de preços inexequíveis em procedimentos licitatórios é bastante ventilada pela doutrina administrativa devido às suas consequências negativas

para Administração Pública. Nessa esteira, Marçal Justen Filho esclarece: "O licitante vencedor procurará alternativas para obter resultado econômico satisfatório. Isso envolverá a redução da qualidade da prestação, a ausência de pagamento dos tributos e encargos devidos, a formulação de pleitos perante a Administração e assim por diante". (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética., p. 654.). Entre as aventadas, encontram-se a realização de serviços com uma qualidade inferior à disposta nos editais e o descumprimento das cláusulas secundárias do contrato, como deixar de recolher os encargos tributários e sociais relacionados. É necessário saber, agora, o que são preços inexequíveis para serviços. Nos termos expressos no § 1º do art. 29 da IN MPOG nº 2/07: (Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida) Preços inexequíveis são aqueles que não se revestem de condições de cumprimento, devido aos encargos serem maiores que as receitas auferidas, ou seja, esses preços acarretarão prejuízos aos licitantes, caso eles sejam contratados e realizados.

Nesse sentido, Joel de Menezes Niebuhr esclarece que:

O que importa à Administração Pública é que a licitação e o contrato lhe propiciem resultado concreto. Para tanto, é imprescindível avaliar se as propostas lançadas pelos licitantes possuem condições concretas de serem executadas (que são exequíveis). Não basta selecionar a proposta com o melhor preço ou com a melhor qualidade: é imperioso verificar-se se ela pode ser mantida, ou seja, se o licitante tem meios para adimplir a obrigação a ser assumida (NIEBUHR, Joel de Menezes. Pregão presencial e eletrônico. 4. ed. Curitiba: Zênite, 2006. p. 212.).

Também nesse diapasão o TCU dispôs o seguinte:

(...) No que se refere à inexequibilidade, entendo que a compreensão deve ser sempre no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosas para a administração, contemplem preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. Não é objetivo do Estado espoliar o particular. (TCU, Acórdão nº 697/2006, Plenário, Rel. Min. Ubiratan Aguiar, DOU de 15.05.2006).

Assim, embora a linha que separa uma proposta extremamente vantajosa para a Administração Pública de outra inexequível seja tênue, pois ambas apresentam valores menores que aqueles usualmente observados no mercado, como bem observa Joel de M. Niebuhr:

"A grande dificuldade em torno da desclassificação de propostas inexequíveis reside na tarefa de apartá-las das propostas extremamente vantajosas. Ora, a Administração Pública não está impedida de obter oferta realmente excepcional que propicia vantagem substancial em relação às demais. O ponto é que a proposta inexequível se parece em tudo com a proposta extremamente vantajosa. O limite entre uma e outra é tênue".

Existe um indicador seguro para afirmar que o preço de um serviço é inexequível: os prejuízos líquidos, que são a antítese do objetivo de qualquer atividade societária. Contudo, resta saber qual prejuízo líquido é indicativo: o contábil, o econômico ou o financeiro? Não poderá ser o prejuízo financeiro, tendo em vista que algumas despesas que não tiveram desembolso efetivo, tais como a depreciação e a amortização, e que não são computadas nesse tipo de prejuízo, não podem deixar de ser consideradas para efeitos de inexequibilidade, pois, em dado momento, deverão impactar os cofres da empresa ofertante do preço (mais especificamente no momento de reposição do ativo imobilizado).

Além disso, não poderá ser o prejuízo econômico porque ele considera como despesa fixa o custo de oportunidade resultante da aplicação de um percentual de rentabilidade (o mínimo desejado) sobre o patrimônio líquido investido. Essa rentabilidade mínima,

contudo, não é efetivamente um prejuízo, mas apenas um lucro que deixou de ser obtido pelo fornecedor; logo, não deve ser considerada para efeitos de análise de inexecutabilidade.

Portanto, por exclusão, observa-se que o indicador de preços inexequíveis é o prejuízo líquido contábil: aquele que pode ser normalmente observado em planilhas de custos e formação de preços exigidos em procedimentos licitatórios e que deve incluir todas as despesas e receitas referentes ao serviço a ser contratado.

Pois bem, partindo-se da planilha de custos apresentada pela Recorrida, tem-se que o objeto da insurgência possivelmente reside na consideração do salário normativo de forma proporcional à carga horária demandada pela Administração (pelo menos é o que se pode extrair da alegação da "elaboração do salário base da empresa Orbenk em descumprir a ACT (Convenção Coletiva de Trabalho) (sic)".

Neste ponto, verifica-se que procedeu a Recorrida, ao elaborar sua planilha de custos, de acordo com o que preconiza o Parecer Jurídico exarado pelo seu sindicato representativo, que segue em anexo, obtido pelo Município em sede de diligências. Sindicato este que firmou a Convenção Coletiva de Trabalho vigente, aplicável à categoria, em representação dos empregadores, e que, portanto, merece, com as devidas cautelas, crédito.

Assim, do teor do aludido documento, aliado às omissões da Recorrente na apresentação de suas Razões Recursais e da Recorrida na apresentação das suas Contrarrazões, tenho que não há nos Autos qualquer elemento apto a comprovar a inexecutabilidade da proposta apresentada.

Outrossim, não sendo constatado nenhum outro ponto da proposta que desatendesse ao ato convocatório, o prosseguimento do certame, em seus ulteriores termos, com o indeferimento do Recurso interposto é medida que se impõe.

3. CONCLUSÃO:

Ex positis, opina-se seja conhecido e desprovido o recurso administrativo interposto, para o fim de manter-se incólume a Decisão da Pregoeira, que consagrou como vencedora do certame a empresa recorrida, dando-se prosseguimento ao Processo Licitatório, em seus ulteriores termos.

S.m.j., é o parecer.

Luzerna/SC, quarta-feira, 24 de dezembro de 2014.

LUAN FERNANDO DIAS

Assessor Jurídico Sênior

OAB/SC 32.118

PL 144/2014 - PP 088/2014 - SEGUROS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 144/2014 - PML

Pregão Presencial nº 088/2014 - PML

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, torna público a alteração efetuada no Edital de Pregão Presencial nº 084/2014, cujo objeto é "contratação de seguros destinados aos veículos oficiais do Município de Luzerna e Fundos Especiais, conforme especificações contidas no ANEXO I, que é parte integrante deste edital".

1) Incluir ao edital do certame os itens 1.2.12 e 1.2.13;

2) As demais disposições permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível no site www.luzerna.sc.gov.br a partir da data de publicação.

Luzerna/SC, 22 de dezembro de 2014.

Prefeito Municipal

MOISES DIERSMANN

PL 145/2014 - PP 089/2014 - ABC FARMA - PML

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 145/2014 - FMS

Pregão Presencial nº 089/2014-FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Gestor, WALMOR SILVESTRE SRESCH STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇO.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição, em caráter excepcional, de medicamentos (referência, genéricos e similares), exceto os relacionados na lista básica da farmácia municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2015.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 06 de janeiro de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 06 de janeiro de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

PL 146/2014 - IL 009/2014 - CREDENCIAMENTO MEDICO GINECOLOGISTA - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 003.2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2014

INEXIGIBILIDADE Nº 009/2014

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar CREDENCIAMENTO.

OBJETO: Credenciar prestadores de serviços de saúde interessados em firmar contrato com o Município de Luzerna, visando à prestação de serviços de saúde, conforme especialidades e localidade definida no Anexo I, com a finalidade de prestar atendimento aos munícipes do MUNICÍPIO, em conformidade com a Tabela de Honorários e serviços para a área de saúde do Município de Luzerna.

REGIMENTO: Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: a partir do 14h do dia 23 de dezembro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: www.luzerna.sc.gov.br

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 22/12/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 22/12/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		5.047,05
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	5.047,05
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.047,05
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	3.028,23
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.018,82

Luzerna, 23/12/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Mafra**PREFEITURA****LEI MUNICIPAL Nº. 4082**

LEI MUNICIPAL Nº. 4082

DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 3.623, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2.010, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA - REFIS III E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º do art. 2º da Lei nº. 3.623, de 22 de dezembro de 2.010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

§ 1º A opção pelo REFIS III será formalizada até o último dia útil do ano de 2015, por intermédio de preenchimento de Termo de Opção, conforme modelo a ser elaborado e aprovado pelo órgão municipal responsável.

Art. 2º O § 2º do art. 6º da Lei nº. 3.623, de 22 de dezembro de 2.010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º ...

§ 2º Em qualquer hipótese, o parcelamento não poderá exceder 60 (sessenta) parcelas, não podendo ainda a parcela ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e R\$ 100,00 (cem reais) para pessoa jurídica.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 23 de dezembro de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Maravilha**PREFEITURA****ATA DE ELEIÇÃO MESA DIRETORA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARAVILHA-SC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE MARAVILHA

Rua 15 de Novembro, 817 - Centro

CEP: 89.874-000 FONE 049- 36640727

MINUTA DA ATA DE ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA PARA O EXERCÍCIO 2015.

Às oito horas do dia vinte de dezembro do ano de dois mil e quatorze, nas dependências da Câmara Municipal, esteve reunida a edilidade maravilhense sob a Presidência do Vereador Ivo Badia, com o objetivo de realizar a Sessão Extraordinária de Eleição da nova Mesa Diretora para o exercício 2015. Havia a presença de todos os Vereadores, portanto o quorum registrado era legal para a realização da referida sessão. Após declarar abertos os trabalhos e saudar todos os presentes, o Senhor Presidente informou ao Plenário que foram inscritos dois nomes para concorrerem ao cargo de Presidente da Casa: Vereador Lúrio Stieler e Vereador Odair José Batistello. Realizada a votação esta culminou com a eleição do Vereador Odair José Batistello para o cargo de Presidente, sendo que este será automaticamente empossado a partir de 1º de janeiro de 2015. Os demais cargos da mesa ficaram compostos da seguinte forma: Vice-Presidente Vereador Sergio Bourscheid, 1º Secretário Vereador Atenor Wazlawik e 2º Secretário Vereador Doraci Felisiak. Ainda, pelo que determina o Regimento Interno da Casa, o Senhor Presidente informou que os mesmos serão automaticamente empossados a partir de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, parabenizando os componentes da nova Mesa Diretora, em especial ao Presidente eleito, que comandará os destinos desta Casa durante o ano de 2015. Não havendo mais nada a tratar o Presidente Vereador Ivo deu por encerrada a presente sessão, convocando os nobres pares para a da 1ª sessão ordinária do ano de 2015 que será realizada dia 2 de fevereiro, às 19h, no recinto costumeiro. Sala das sessões, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

HOMOLOGAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, ROSIMAR MALDANER, no uso de suas atribuições torna pública a HOMOLOGAÇÃO do Concurso Público regido pelo Edital de Concurso Público nº 002/2014.

CARGO: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

ORDEM	NOME	ACERTOS QUESTÕES PROVA OBJETIVA				NPO	CLASSIFICAÇÃO
		1 a 10	11 a 15	15 a 20	21 a 40		
0380	MAURICIO LEO-NIR SONDA	9	5	4	11	6,9	1
0390	VANESSA STEIN	8	3	3	13	6,7	2
0389	VANESA VINAGA	7	1	4	11	5,7	3
0373	FRANCYS JOÃO BALESTRERI	7	3	3	10	5,6	4
0366	CLEIDE VIVIAN	7	4	3	9	5,5	5
0367	CRISTIANE NIE-NOW PUNTEL	8	3	1	10	5,4	6
0385	ROSANA MARIA DALMOLIN VENDORAME	7	2	4	9	5,3	7
0363	ANDREIA DA SILVA	7	3	3	9	5,3	8
0365	CLEDIANE DAROS	8	2	3	8	5	9
0362	ANDREIA CRISTINA MULLER	6	1	4	9	4,9	Desclassificado
0378	JUSCELIA DA FONSECA	3	1	4	11	4,9	Desclassificado
0383	ROSA MARIA XAVIER PECCIN	6	0	2	11	4,9	Desclassificado
0360	ADRIANA PAULA BLOTZ	8	2	2	8	4,8	Desclassificado
0370	DIEGO HEIMBURG	6	2	1	10	4,8	Desclassificado
0375	GRACIELA RAMOS ALBUQUERQUE	6	2	2	9	4,7	Desclassificado
0368	DAIANE VILLA	5	2	2	9	4,5	Desclassificado
0377	JULIANA DE SOUZA	6	0	3	9	4,5	Desclassificado
0374	GELSON ANGELO MIORANDO	6	2	2	8	4,4	Desclassificado
0376	JESSIKA KARLA HOPPE	6	2	3	7	4,3	Desclassificado
0386	SELMIRA STUMM	7	0	2	8	4,2	Desclassificado
0391	VERA LUCIA LUCAS	4	1	1	10	4,2	Desclassificado
0361	ALEXANDRA BECCHI	7	3	2	6	4,2	Desclassificado
0388	SOLANGE SOARES DOS SANTOS	6	1	1	8	4	Desclassificado
0384	ROSALIA ADLER	3	1	2	9	3,9	Desclassificado
0387	SIMONE PANSERA	3	1	2	9	3,9	Desclassificado
0369	DANIELI SCHIMUNECK	5	2	2	6	3,6	Desclassificado
0364	CLARICE DA SILVA	4	2	2	6	3,4	Desclassificado
0372	EZEQUIEL PHILIPSEN	4	1	3	6	3,4	Desclassificado
0381	MICHEL BECKENKAMP	4	1	1	7	3,3	Desclassificado
0371	DIOGO SADI LAPAZINI	5	3	1	3	2,7	Desclassificado

0379	LEANIR DOS SANTOS POLTRO-NIERI	4	0	2	4	2,4	Desclassificado
0382	NEIVA TEREZI-NHA DE CAMPOS DA CASTA	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

ORDEM	NOME	ACERTOS QUESTÕES PROVA OBJETIVA				NPO	CLASSIFICAÇÃO
		1 a 10	11 a 15	15 a 20	21 a 40		
0395	CASSANDRA GALON	9	4	3	11	6,5	1
0401	ELIZIONE KRUM-NAUER	5	4	3	12	6	2
0416	SILVANA PIZZI	6	3	3	12	6	3
0411	OLAVIO SPOHR JUNIOR	8	3	4	10	6	4
0412	PATRICIA PUHL	6	4	3	10	5,6	5
0398	DANUBIA LEIDA	7	3	4	8	5,2	6
0399	DANUZA LAPAZINI	6	1	3	10	5	7
0404	JEAN CARLOS RIBEIRO	7	2	2	9	4,9	Desclassificado
0405	JULIANE MAR-CHESAN	7	2	2	9	4,9	Desclassificado
0394	CAROLINE MAN-FRIN	6	1	3	9	4,7	Desclassificado
0410	MARINES NAVAR-RO DA SILVA	5	2	3	9	4,7	Desclassificado
0408	MARIELI ALVES DA SILVA	5	2	3	8	4,4	Desclassificado
0396	CRISTIANE MARKENDARF	4	2	3	8	4,2	Desclassificado
0392	ALESSANDRA CORREIA BRUM ELY	4	2	4	7	4,1	Desclassificado
0402	FELIPE PADILHA	7	3	3	5	4,1	Desclassificado
0406	LAUAN JÚNIOR MIETH	5	2	3	7	4,1	Desclassificado
0413	RICARDO AL-THAUS	7	3	3	5	4,1	Desclassificado
0414	ROSANE GONÇAL-VES	5	2	2	7	3,9	Desclassificado
0393	ANDREI DE BRITO	5	2	2	6	3,6	Desclassificado
0400	DIEGO RAFAEL CASTANHA	3	3	4	5	3,5	Desclassificado
0403	HENRIQUE MANO-ROV MOHR	4	1	4	5	3,3	Desclassificado
0407	MARCOS ANTO-NIO HUBERT	4	4	1	5	3,3	Desclassificado
0415	ROSANI TERESI-NHA DUTRA LAGO	2	0	2	7	2,9	Desclassificado
0397	DAIANE HANELLE ELSNBACH	3	1	3	4	2,6	Desclassificado
0409	MARINES APARE-CIDA PEDROSO	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado

CARGO: SECRETÁRIO DE ESCOLA

ORDEM	NOME	ACERTOS QUESTÕES PROVA OBJETIVA				PPT	NPO	NF	CLASSIFICAÇÃO
		1 A 10	11 A 15	15 A 20	21 A 40				
0426	JEANE ANGE-LITA RABER	5	1	4	18	4	7,4	11,4	1

0419	DÉBORA APARECIDA CARLESSO	7	2	3	16	4	7,2	11,2	2
0432	KELLY THAÍS LUCCA	6	2	2	14	4	6,2	10,2	3
0440	SANDRA MARIA RIBEIRO	7	1	4	12	4	6	10	4
0423	ELIAMARA CANSI	7	1	3	11	4	5,5	9,5	5
0424	ELISA TALITA ROTAVA	7	3	3	17	0	7,7	7,7	6
0436	ROSANE ANTUNES ZANELLA	6	4	3	16	0	7,4	7,4	7
0429	JOICE CRISTIANE DOS SANTOS	8	4	2	15	0	7,3	7,3	8
0442	VIVIANE ANDREIA ENGELMANN	5	3	5	15	0	7,1	7,1	9
0431	JULIANA ADELAIDE ENGLER ORTOLAN	5	5	3	14	0	6,8	6,8	10
0430	JOSIÉLE FRANCISCA DE QUEIRÓZ	8	2	4	13	0	6,7	6,7	11
0439	SANDRA MARA FERREIRA	5	1	4	15	0	6,5	6,5	12
0427	JÉSSICA DAIANE LAGO	5	3	3	14	0	6,4	6,4	13
0428	JOCIANE BECKER	8	1	3	13	0	6,3	6,3	14
0417	CARLA CRISTIANE BECKER	4	2	3	14	0	6	6	15
0421	ÉDINA MARIA BECKER	6	1	3	13	0	5,9	5,9	16
0434	MARCIA CRISTINA APPELT WEITZ	5	0	3	14	0	5,8	5,8	17
0422	ELENICE MARIA MORIN	5	3	3	12	0	5,8	5,8	18
0435	ORDETE SELIG	6	2	3	12	0	5,8	5,8	19
0418	CATIA AGOSTINI	5	2	4	11	0	5,5	5,5	20
0441	TATIANE BORDIM	4	3	4	10	0	5,2	5,2	21
0420	DERLICE TURMINA	4	0	4	11	0	4,9	4,9	Desclassificado
0425	FABIANA CRISTINA TURATTI SECCHI	4	2	3	10	0	4,8	4,8	Desclassificado
0433	LIANE RODRIGUES DA SILVA DA SILVEIRA	6	0	3	10	0	4,8	4,8	Desclassificado
0437	ROSANE PITROWSKI WOLFF	4	1	2	11	0	4,7	4,7	Desclassificado
0438	SANDRA LETICIA SCHUSTER LAMBRECHT	5	2	3	7	0	4,1	4,1	Desclassificado

CARGO: PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ordem	Nome	ACERTOS QUESTÕES PROVA OBJETIVA				PPT	NPO	NF	CLASSIFICAÇÃO
		1 a 10	11 a 15	15 a 20	21 a 40				
0226	SILETE SCHIMUNECK BEVILAQUA	7	4	3	17	4	7,9	11,9	1
0025	CAMILA DE OLIVEIRA BACH	7	2	3	18	4	7,8	11,8	2
0073	ELIZETE FIORINTIN NEU	7	2	3	17	4	7,5	11,5	3
0056	DIONARA JAQUELINE FREITAG	6	1	2	18	4	7,2	11,2	4
0111	IVETE KIPPER BOLFE	7	2	1	17	4	7,1	11,1	5
0235	SIRLENE CORREIA BRUM DE LEMES	8	1	4	15	4	7,1	11,1	6
0027	CAMILA MAZZOCHI	7	3	3	15	4	7,1	11,1	7
0100	IDIANE HEMSING NEU	5	1	2	18	4	7	11	8
0147	LICIANE LINKE BURATTO	6	2	3	16	4	7	11	9
0112	JANAINA FREITAG PANZERA BUFFON	7	2	2	16	4	7	11	10
0106	IVANDRA TERESA KARLING	6	4	1	16	4	7	11	11
0097	GRASIELE LUIZA ZAMBIASI	7	4	3	14	4	7	11	12
0212	ROSELI PREUSS	5	2	5	15	4	6,9	10,9	13
0236	SIRLENE MARAFON	6	3	3	15	4	6,9	10,9	14
0003	ADRIANE DOS SANTOS APPELT BARP	8	2	2	15	4	6,9	10,9	15
0060	EDIANE SAUSEN	7	1	2	16	4	6,8	10,8	16
0048	CRISTIANE INÊS KUNZLER FÜHR	7	2	2	15	4	6,7	10,7	17
0222	SERLI TE-REZINHA DE LIMA	8	3	3	13	4	6,7	10,7	18
0078	EVANETE ANTUNES FERREIRA	5	0	1	18	4	6,6	10,6	19
0081	FABIANE CARLA KUNZLER	4	3	2	16	4	6,6	10,6	20
0180	MARISTELA BRIKNER KEGLER	4	3	2	16	4	6,6	10,6	21
0189	MONISE GUBERT KOMINKIEWICZ	6	2	1	16	4	6,6	10,6	22
0231	SIMONE TONELLO	7	2	0	16	4	6,6	10,6	23
0145	LENIR CLAIR NEUMANN	7	2	3	14	4	6,6	10,6	24

0019	ANGELA FÁTIMA DE LIMA	7	3	2	14	4	6,6	10,6	25
0249	VERONICE ROBERTA SPIECKER	3	3	4	15	4	6,5	10,5	26
0243	TAIANE BEATRIZ BENDER FARIAS	6	2	2	15	4	6,5	10,5	27
0091	FRANCIELI MAYER	7	1	2	15	4	6,5	10,5	28
0166	MARCIA MOREIRA DE MELLO	2	2	4	16	4	6,4	10,4	29
0113	JANE SIRLEI TIMM ANDRETTA	4	2	2	16	4	6,4	10,4	30
0028	CÁRITA DIAS DE ALMEIDA BUFFON	5	1	2	16	4	6,4	10,4	31
0210	ROSELENE APARECIDA KELLER CAMARGO	7	2	2	14	4	6,4	10,4	32
0119	JAQUELINE EBERTZ	6	3	2	14	4	6,4	10,4	33
0033	CLAIR BECKER STEUERNAGEL	7	3	4	12	4	6,4	10,4	34
0020	ÂNGELA SIMONE KUNTZ	4	2	0	17	4	6,3	10,3	35
0186	MARLI LIANE KRAEMER HASLINGER	6	1	2	15	4	6,3	10,3	36
0118	JAQUELINE BEATRIZ TIMM	6	1	2	15	4	6,3	10,3	37
0146	LIAMARA HART	5	2	2	15	4	6,3	10,3	38
0159	MAIARA MARCON	4	2	1	16	4	6,2	10,2	39
0163	MÁRCIA CRISTINA PÁSCOA PREIS	6	1	0	16	4	6,2	10,2	40
0057	DIRCIANE LUCIA SECCO COMPARIN	5	1	4	14	4	6,2	10,2	41
0219	SANDRA KARINA TEIXEIRA THOMAS	6	1	3	14	4	6,2	10,2	42
0153	LUCIANA PASQUALOTTO	7	1	2	14	4	6,2	10,2	43
0084	FERNANDA BIAZUSSI DE SOUSA	6	2	2	14	4	6,2	10,2	44
0041	CLEICIANE KELI CISSESKI ONNING	6	4	3	12	4	6,2	10,2	45
0063	EDIVANIA LUIZA MORANDINI MENEGHETTI	4	2	2	15	4	6,1	10,1	46
0247	VALDETE DEBASTIANI ETGES	6	0	2	15	4	6,1	10,1	47
0043	CLENIZE MIOR DONATTI BETTIO	6	1	1	15	4	6,1	10,1	48

0130	JULIANA BOGONI	6	1	1	15	4	6,1	10,1	49
0136	KATIANE SAVEDRA	5	2	1	15	4	6,1	10,1	50
0221	SERGIANETE PASQUALOTTO DE BASTIANI	7	2	2	13	4	6,1	10,1	51
0138	KELLY KARINNE ZANELLA WOLF	6	1	4	13	4	6,1	10,1	52
0154	LUCIANE REGINA SANTO VITO	4	2	0	16	4	6	10	53
0232	SINILDA DA SILVA RODRIGUES DREYER	6	1	2	14	4	6	10	54
0228	SILVANA STRAPAZZON	4	1	2	15	4	5,9	9,9	55
0199	RACHEL SIMONE FARIAS	4	2	1	15	4	5,9	9,9	56
0090	FRANCIELI KUTZLIEB	5	1	4	13	4	5,9	9,9	57
0105	IRACI CLAUDIA FOLLETO	7	0	3	13	4	5,9	9,9	58
0004	ADRIANE HERPICH REGNER	4	3	3	13	4	5,9	9,9	59
0209	ROSELEI AHLERT	6	2	2	13	4	5,9	9,9	60
0122	JEFERSON ROQUE ZAMBIASI	7	3	3	11	4	5,9	9,9	61
0234	SIRLEI SOLANGE LAUFER	9	2	2	11	4	5,9	9,9	62
0035	CLARICE LÖSCH ASSMANN	6	1	4	12	4	5,8	9,8	63
0086	FRANCIELE CRISTINA BRACHT	5	3	3	12	4	5,8	9,8	64
0165	MÁRCIA JAPPE ZAPPANI	5	1	3	13	4	5,7	9,7	65
0246	TÂNIA REGINA UEBEL GUARDA	5	2	2	13	4	5,7	9,7	66
0098	GRAZIANE FRIGO HASLINGER	6	1	2	13	4	5,7	9,7	67
0045	CLEONICE TERESINHA TURMINA	7	1	1	13	4	5,7	9,7	68
0042	CLEIDIR MONICA KREUTZ LAZZAROTTO	3	3	1	14	4	5,6	9,6	69
0155	LUCILENI SCHIRMANN BAUER	6	0	1	14	4	5,6	9,6	70
0030	CENELI DE BOER FABRIS	7	0	0	14	4	5,6	9,6	71
0192	NOELI HOHNSE	6	2	2	12	4	5,6	9,6	72
0250	VIVIANE BALDIN	4	1	3	13	4	5,5	9,5	73
0101	IDVIANE ALBANI	4	1	3	13	4	5,5	9,5	74

0123	JENI RIBEIRO BENETTI	5	1	2	13	4	5,5	9,5	75
0022	ANGELITA BARBOSA DOS SANTOS MILANI	5	2	1	13	4	5,5	9,5	76
0237	SOLANGE MARIA BERTOLDO BULEGON	7	1	0	13	4	5,5	9,5	77
0142	LEDIMAR LUCATELLI DE LEMES	6	1	4	11	4	5,5	9,5	78
0182	MARIZETE MARAFON GANZER	3	2	1	14	4	5,4	9,4	79
0080	FABIANA CRISTINA ECKERT DE ASSIS	6	0	0	14	4	5,4	9,4	80
0164	MÁRCIA ELENA PINTO COUTO	5	1	3	12	4	5,4	9,4	81
0117	JANICE SOELI TIMM ALBA	6	0	3	12	4	5,4	9,4	82
0125	JOCELI STURM	6	1	2	12	4	5,4	9,4	83
0015	ANDRÉIA BADIA	6	2	1	12	4	5,4	9,4	84
0206	ROSÂNGELA MEZZALIRA	7	2	0	12	4	5,4	9,4	85
0174	MARILI TERESINHA DE SOUZA SILVEIRA	6	2	4	10	4	5,4	9,4	86
0007	ALESSANDRA OLIVIA HAMMES STIELER	4	0	3	13	4	5,3	9,3	87
0175	MARINÊS ELIANE MICHEL BELUSSO	8	1	1	11	4	5,3	9,3	88
0201	RAQUEL CRISTINA COIMBRA DE PAULA	8	0	2	11	4	5,3	9,3	89
0128	JOVANESSA ELIZABETE PREUSS	7	1	2	11	4	5,3	9,3	90
0104	INEZ VENDRAME	6	1	3	11	4	5,3	9,3	91
0040	CLAURENICE TERESINHA AGOSTINI	6	2	2	11	4	5,3	9,3	92
0203	RICIELI DALIANA MAYER	2	0	3	14	4	5,2	9,2	93
0139	KELLY REGINA ANDREOLLA	2	1	2	14	4	5,2	9,2	94
0065	ELIANE BEVILAQUA	4	2	2	12	4	5,2	9,2	95
0044	CLEONICE LOSCH CIOGGINI	5	2	1	12	4	5,2	9,2	96
0207	ROSANI KAPPAUN ZANINI	7	1	3	10	4	5,2	9,2	97

0006	AGUIMARI APARECIDA MARCOLAN	7	2	2	10	4	5,2	9,2	98
0241	SORAIA FRANKLIN DA SILVA POLAZZO	7	2	2	10	4	5,2	9,2	99
0208	ROSELANE COMPARIN SCAPINI	3	1	2	13	4	5,1	9,1	100
0224	SHEILA FERNANDA LOPES	3	1	2	13	4	5,1	9,1	101
0093	GEOVANA GOMES	3	1	2	13	4	5,1	9,1	102
0088	FRANCIELE PAGOTTO LANGER	4	2	0	13	4	5,1	9,1	103
0095	GIOMAR DOS SANTOS MEIRA	7	1	1	11	4	5,1	9,1	104
0240	SONIA PROVIN DEON	7	1	1	11	4	5,1	9,1	105
0181	MARIVONE ROYER NYELAND	6	2	1	11	4	5,1	9,1	106
0076	ERANI MADALENA SEIDEL TOCCHETTO	3	1	0	14	4	5	9	107
0036	CLAUDETE BEATRIZ HERMES	5	1	1	12	4	5	9	108
0194	NOEMI FATIMA RIGO BECKER	6	1	3	10	4	5	9	109
0245	TAISA HEYDT	7	1	2	10	4	5	9	110
0102	ILIANE ROEDER REINEHR	8	1	3	18	0	7,8	7,8	111
0018	ANELISE CANZI	6	3	3	17	0	7,5	7,5	112
0013	ANA PAULA BALDO	7	3	4	15	0	7,3	7,3	113
0072	ELIZANDRA BISELLO	6	3	3	16	0	7,2	7,2	114
0052	CRISTINA CONCEIÇÃO PREZOTTO	7	2	1	17	0	7,1	7,1	115
0075	ENILDA LOPES DE LIMA MARQUES	7	2	3	15	0	6,9	6,9	116
0026	CAMILA JACOBSEN	7	2	2	15	0	6,7	6,7	117
0252	VIVIANE ROSINA ORTOLAN STIELER	7	2	3	14	0	6,6	6,6	118
0172	MARIANE GRAEFF	5	5	2	14	0	6,6	6,6	119
0158	MAGALI MARIA JOHANN	4	1	3	16	0	6,4	6,4	120
0115	JANETE DE FREITAS NORONHA	6	0	2	16	0	6,4	6,4	121
0143	LEILA CARLA RAUCH	6	2	0	16	0	6,4	6,4	122
0050	CRISTIANE PAULA JUNG	5	0	4	15	0	6,3	6,3	123

0124	JÉSSICA SPRINGER	5	1	1	16	0	6,2	6,2	124
0183	MARIZETE PROVIN BILIBIO	5	1	2	15	0	6,1	6,1	125
0216	SANDRA ANDRÉIA GOETTMS DE BASTIANI	5	2	1	15	0	6,1	6,1	126
0021	ANGELICA ALVES DA SILVA	7	1	3	13	0	6,1	6,1	127
0227	SILMARA LÖSCH	7	2	2	13	0	6,1	6,1	128
0010	ALINE VICES-CHI ZATT	6	1	2	14	0	6	6	129
0148	LIONARA VOSNHAK	6	2	1	14	0	6	6	130
0196	PATRÍCIA DE FREITAS NORONHA	6	2	1	14	0	6	6	131
0096	GISLAINE MARTENS KOB	7	2	3	12	0	6	6	132
0109	IVÂNIA MARIA KIPPER	7	1	2	13	0	5,9	5,9	133
0184	MARLENE TEREZA HORN SCHUSTER	5	1	2	14	0	5,8	5,8	134
0070	ELISANGE-LA SIMONE CANZI	5	1	2	14	0	5,8	5,8	135
0120	JAQUELINE KRÜGER SCHMIDT	5	2	2	13	0	5,7	5,7	136
0069	ELISANGELA BARTZ DOS SANTOS KERKHOFF	8	2	2	11	0	5,7	5,7	137
0197	PATRICIA SECCHI SOUSA	5	0	2	14	0	5,6	5,6	138
0200	RAFAELA CARLA TODESCATTO	4	2	1	14	0	5,6	5,6	139
0114	JANECIRA DETTONI	7	0	0	14	0	5,6	5,6	140
0223	SHEILA BECKER	6	1	3	12	0	5,6	5,6	141
0062	EDIVÂNIA GUTH BACH	5	3	2	12	0	5,6	5,6	142
0012	ANA EMÍLIA GIGLIOLI CAMPANA	6	3	1	12	0	5,6	5,6	143
0017	ANDRESSA LUCATELI	8	3	2	10	0	5,6	5,6	144
0029	CATIANE DE BASTIANI	4	2	2	13	0	5,5	5,5	145
0094	GIANE SCHEIDT	7	1	0	13	0	5,5	5,5	146
0016	ANDRESE KAPPAUN	6	0	0	14	0	5,4	5,4	147
0141	LEANDRA LEONICE DE JESUS NUNES	6	2	1	12	0	5,4	5,4	148

0126	JOSIANE FATIMA ALBANI SCHWAAB	7	1	1	12	0	5,4	5,4	149
0238	SOLANGE PFEIFER SCHITTLER	6	2	1	12	0	5,4	5,4	150
0134	JUSARA JAPPE	7	1	1	12	0	5,4	5,4	151
0082	FABIANE VENTURA BORDIN	6	1	0	13	0	5,3	5,3	152
0218	SANDRA FATIMA ZANELLA	6	1	3	11	0	5,3	5,3	153
0156	LURDES SALETE ROEDER PULTER	4	0	1	14	0	5,2	5,2	154
0230	SIMONE MICHELLE DA SILVA BAGGIO	6	1	4	10	0	5,2	5,2	155
0055	DENISE APARECIDA PRAMIO	6	2	3	10	0	5,2	5,2	156
0151	LUANA VANESSA KRIESER	8	1	2	10	0	5,2	5,2	157
0001	ADELAIDE HÜBLER BRUXEL	5	1	0	13	0	5,1	5,1	158
0160	MAILA P. ROCHA	4	3	2	11	0	5,1	5,1	159
0190	NADIA FRITZEN SIGNOR	6	2	1	11	0	5,1	5,1	160
0459	ROSIMERI SAUSEN	4	2	1	12	0	5	5	161
0049	CRISTIANE KELI LAGA MATEI	6	1	3	10	0	5	5	162
0085	FERNANDA MICHELE BORTH	7	1	2	10	0	5	5	163
0023	ANICARLA GLIENKE BIRCK	5	1	2	11	0	4,9	4,9	Desclassificado
0032	CINTIA CRISTIANE LOCH	4	1	3	11	4	4,9	8,9	Desclassificado
0079	FABIANA CRISTINA BECKER	6	0	2	11	4	4,9	8,9	Desclassificado
0089	FRANCIELI GONÇALVES FRIZON	8	0	3	9	0	4,9	4,9	Desclassificado
0140	LEANDRA ILENA ELY DETONI	5	1	2	11	0	4,9	4,9	Desclassificado
0217	SANDRA BATISTA MACHADO MERLO	5	0	3	11	4	4,9	8,9	Desclassificado
0225	SIDILENE NAVA DEFANT	6	1	1	11	4	4,9	8,9	Desclassificado
0244	TAÍS APARECIDA WANDSCHEER DALLA ROSA	7	1	0	11	4	4,9	8,9	Desclassificado
0083	FABRICIA TENUTTI	8	1	3	8	0	4,8	4,8	Desclassificado

0179	MARISLEI- DE DULCE BRIXNER WERLANG	4	2	3	10	4	4,8	8,8	Desclassifi- cado
0005	ADRIANE LAMB	5	2	2	10	4	4,8	8,8	Desclassifi- cado
0014	ANDREIA ALVES	3	1	2	12	0	4,8	4,8	Desclassifi- cado
0037	CLÁUDIA FERNANDA JUNG	5	0	1	12	0	4,8	4,8	Desclassifi- cado
0071	ELISÂNGELA WILLINGHOE- FER ZINN	5	2	2	10	0	4,8	4,8	Desclassifi- cado
0185	MARLI JUDITE BALESTRERI	5	2	2	10	4	4,8	8,8	Desclassifi- cado
0188	MIRIA KLEIN STACKE	5	1	0	12	4	4,8	8,8	Desclassifi- cado
0248	VANESSA DA SILVA	3	1	2	12	0	4,8	4,8	Desclassifi- cado
0009	ALICE KLEIN VALGOI	6	0	1	11	4	4,7	8,7	Desclassifi- cado
0064	EDUARDA CRISTINA CASTANHA	8	3	2	7	0	4,7	4,7	Desclassifi- cado
0116	JANETE FÁ- TIMA BARON PERTUSSATTI	2	0	2	13	0	4,7	4,7	Desclassifi- cado
0127	JOSILENE DE AMORIM LIMA	6	0	1	11	0	4,7	4,7	Desclassifi- cado
0239	SONIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER	4	0	3	11	4	4,7	8,7	Desclassifi- cado
0129	JULIANA APARECIDA MACHRY SCHAFFER	6	2	2	9	0	4,7	4,7	Desclassifi- cado
0132	JULIANE MARIA WRZESINSKI BREITEMBACH	5	1	1	11	4	4,7	8,7	Desclassifi- cado
0202	REJANE INES KUNRATH	5	2	3	9	4	4,7	8,7	Desclassifi- cado
0251	VIVIANE MARA RHO- DEN	5	1	1	11	4	4,7	8,7	Desclassifi- cado
0077	EVA FRAN- CISCA EBERT IAPPE	8	3	0	8	4	4,6	8,6	Desclassifi- cado
0107	IVANETE CLEIDE GOEL- ZER	4	1	3	10	0	4,6	4,6	Desclassifi- cado
0133	JUSARA DE FATIMA DE SOUZA	6	1	1	10	0	4,6	4,6	Desclassifi- cado
0162	MÁRCIA CAS- TILHO UNSER	4	2	2	10	4	4,6	8,6	Desclassifi- cado
0215	SAMARA PUTRICK	4	0	1	12	4	4,6	8,6	Desclassifi- cado
0002	ADRIANE DOPKE	6	1	2	9	4	4,5	8,5	Desclassifi- cado
0031	CINEIDE APARECIDA SANTOS MÜLLER	6	0	0	11	0	4,5	4,5	Desclassifi- cado

0047	CRISTIANE FUZINATO	3	2	1	11	4	4,5	8,5	Desclassificado
0053	DANIELE S. O. BRAGANHOLO	6	1	2	9	0	4,5	4,5	Desclassificado
0121	JAQUILINI JANINHA STIELER	6	1	2	9	4	4,5	8,5	Desclassificado
0131	JULIANA PONCIANO	3	0	3	11	4	4,5	8,5	Desclassificado
0168	MARCIANE LORECI RUSCHEL	6	4	2	7	0	4,5	4,5	Desclassificado
0173	MARILENE LÚCIA ZAGO GIUSTI	4	1	1	11	4	4,5	8,5	Desclassificado
0178	MARISA SALETE VIEIRA GRAEFF	4	1	1	11	4	4,5	8,5	Desclassificado
0193	NOELI PASQUALOTTO	4	1	1	11	0	4,5	4,5	Desclassificado
0214	SALETE LOCH	5	1	0	11	0	4,5	4,5	Desclassificado
0229	SIMONE BRAMBILLA BIELINSKI REICHERT	3	2	1	11	0	4,5	4,5	Desclassificado
0054	DELCI LISONI BACK KUTTNER	4	1	2	10	0	4,4	4,4	Desclassificado
0149	LIZ DAYANA GOTARDO DE OLIVEIRA	5	1	1	10	0	4,4	4,4	Desclassificado
0167	MÁRCIA ROSELI BARON SPIER	5	2	3	8	4	4,4	8,4	Desclassificado
0169	MARCLIZETE RADIN VALER	5	2	0	10	4	4,4	8,4	Desclassificado
0176	MARINÊS SCHENKEL	6	3	1	8	4	4,4	8,4	Desclassificado
0087	FRANCIELE MARIA SCHWERZ GARMATZ	7	2	2	7	0	4,3	4,3	Desclassificado
0110	IVETE ANA SAVARIS LIBERALI	5	0	3	9	0	4,3	4,3	Desclassificado
0205	ROSANGELA ARCARI	5	1	2	9	0	4,3	4,3	Desclassificado
0024	AUDRIA KARINA GATTO	7	0	2	8	0	4,2	4,2	Desclassificado
0137	KELLY DAIANA DE OLIVEIRA STADULNI	6	3	3	6	0	4,2	4,2	Desclassificado
0161	MÁRCIA ADRIANI REIPS ECHELMER	7	2	0	8	4	4,2	8,2	Desclassificado
0177	MARISA ELEANDRA FERRAZ	7	0	2	8	0	4,2	4,2	Desclassificado
0211	ROSELI FATIMA DAHMER MORAES	4	0	2	10	4	4,2	8,2	Desclassificado
0034	CLARICE BALDISSERA	5	2	2	8	4	4,2	8,2	Desclassificado
0038	CLAUDIA JACOBSEN	6	1	3	7	0	4,1	4,1	Desclassificado

0061	EDINEIA REGINA MORA	3	1	3	9	4	4,1	8,1	Desclassificado
0103	ILIZETE HOHNSE	6	0	1	9	4	4,1	8,1	Desclassificado
0170	MARGARETH LUIZA KOTZ	3	1	0	11	4	4,1	8,1	Desclassificado
0213	RUTHIERY ALEXSANDRA FRANKEN	2	1	1	11	0	4,1	4,1	Desclassificado
0233	SIRLEI MERIGO	5	1	1	9	4	4,1	8,1	Desclassificado
0066	ELIANE BONADEO	3	1	1	10	4	4	8	Desclassificado
0099	IARA TERESINHA DAZZI	5	1	2	8	0	4	4	Desclassificado
0108	IVANETE FÁTIMA SECCHI	7	0	1	8	4	4	8	Desclassificado
0150	LOVANI DA ROSA SBRUSI	3	1	1	10	4	4	8	Desclassificado
0198	PRECILA POTT	2	2	1	10	0	4	4	Desclassificado
0204	ROSANE MARIA RECH BARON	7	0	2	7	0	3,9	3,9	Desclassificado
0191	NÁDIA LISIANE BECKERT DA SILVA	2	3	1	9	0	3,9	3,9	Desclassificado
0011	ANA ALICE FLORES	4	1	2	8	4	3,8	7,8	Desclassificado
0039	CLAUDIANA PIVOT	3	0	1	10	0	3,8	3,8	Desclassificado
0067	ELIANE DA SILVA GHENO	3	4	0	8	4	3,8	7,8	Desclassificado
0092	GECI FÁTIMA GARCIA DOS SANTOS KREUZ	4	2	2	7	0	3,7	3,7	Desclassificado
0068	ELIANE SALETE DALLAGNOL BELLÉ	4	1	0	9	4	3,7	7,7	Desclassificado
0157	MAGALEI SALETE JOHANN DE GREGORI	3	1	1	9	4	3,7	7,7	Desclassificado
0058	DULCE WISCHOF CONCHI	4	1	1	8	4	3,6	7,6	Desclassificado
0074	ELSA STEIL	4	1	1	8	4	3,6	7,6	Desclassificado
0242	SUZANA BARRO	3	1	3	7	4	3,5	7,5	Desclassificado
0171	MARI LUCIA RAMOS.	3	0	3	7	0	3,3	3,3	Desclassificado
0051	CRISTIANE REGINA MICHEL SEHNEM	2	1	2	7	0	3,1	3,1	Desclassificado
0195	NOILY STECKLING	2	1	2	7	4	3,1	7,1	Desclassificado
0144	LEILA DAIANE KEMPFER	3	1	0	7	4	2,9	6,9	Desclassificado
0152	LUCIANA DE OLIVEIRA	1	0	1	8	0	2,8	2,8	Desclassificado
0046	CLERIAN SANDRA HENDGES LAMPERT	4	1	1	5	4	2,7	6,7	Desclassificado
0008	ALEXANDRA BURTET	4	0	3	4	4	2,6	6,6	Desclassificado

0059	EDI APARECIDA DE CASTRO BACKES	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado
0135	KÁTIA KERCHEK GUERRA	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado
0187	MAYARA VITÓRIA GIANESINI	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado
0220	SENI PEREIRA	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

ORDEM	NOME	ACERTOS QUESTÕES PROVA OBJETIVA				PPT	NPO	NF	CLASSIFICAÇÃO
		1 A 10	11 A 15	15 A 20	21 A 40				
0277	ELIÉSER FELIPE LIVINALLI	8	2	1	18	4	7,6	11,6	1
0312	RENAN MICHEL HOFF	8	0	4	16	4	7,2	11,2	2
0259	CARLA NOEMI LYNEBURGER	8	3	3	13	4	6,7	10,7	3
0279	FABIANE MARIA ENGLER FRANCO	5	2	3	15	4	6,5	10,5	4
0261	CASSIANA JAQUELINE BEUTLER	6	2	2	15	4	6,5	10,5	5
0282	FERNANDO NIENOW	5	1	2	16	4	6,4	10,4	6
0302	MARCELO DARTORA HEINZ	6	2	1	15	4	6,3	10,3	7
0260	CARLI LUIZ MICHELS	9	3	3	11	4	6,3	10,3	8
0301	MARCELINA INES VIVIAN HUBERT	8	1	1	14	4	6,2	10,2	9
0286	ITALO STIEVEN	6	3	1	14	4	6,2	10,2	10
0267	DAIANE ANDREIZA DE BEM	7	3	1	13	4	6,1	10,1	11
0290	KEILA DOS SANTOS PEREIRA GARCIA	4	1	4	14	4	6	10	12
0291	LEDIANE MARIA PROVENSI LIVINALLI	7	1	2	13	4	5,9	9,9	13
0262	CASSIANE FERRARI	6	1	4	12	4	5,8	9,8	14
0264	CLAUDIANE SCHEIBE	8	1	2	12	4	5,8	9,8	15
0258	BENI SAMARONE DE LIMA	7	0	2	13	4	5,7	9,7	16
0283	FRANCIELI DE LAZARI	7	1	2	12	4	5,6	9,6	17
0315	RODRIGO FABIANO BELING	8	3	2	10	4	5,6	9,6	18
0295	LUCAS LUAN ZANCANARO	5	2	4	11	4	5,5	9,5	19
0300	MARAISA DE VARGAS	6	2	1	12	4	5,4	9,4	20

0273	EDINA INES DURANTI	5	0	2	13	4	5,3	9,3	21
0321	VANIA CARLA CONRADO GLIENKE	7	1	2	11	4	5,3	9,3	22
0266	CLEITON LUIZ TESSARO	6	3	1	11	4	5,3	9,3	23
0276	ELAINE LUFT	7	1	0	12	4	5,2	9,2	24
0309	PAULO ROBERTO FERREIRA	9	2	5	17	0	8,3	8,3	25
0297	MAICON FERNANDO PEDERSETTI	7	1	4	16	0	7,2	7,2	26
0319	TIEGO HENRIQUE DRUMM	4	2	3	17	0	6,9	6,9	27
0322	VINÍCIUS DA SILVA PUGLIERO	8	5	0	14	0	6,8	6,8	28
0296	MAICON CHAVES	7	1	2	15	0	6,5	6,5	29
0253	ACLÍDIO PÉCOS VALDUGA	8	1	3	13	0	6,3	6,3	30
0269	DEIWISON FURLANETTO	5	1	2	15	0	6,1	6,1	31
0308	PATRICIA PAULA IORIS	4	1	2	15	0	5,9	5,9	32
0289	JULIANE ANDREIA MIORANDO	5	1	4	13	0	5,9	5,9	33
0281	FERNANDA BORGHETTI	6	2	2	13	0	5,9	5,9	34
0293	LIZABETE CORÁ	6	4	1	12	0	5,8	5,8	35
0299	MAITÉ MARCÉLI WERMUTH	6	2	3	11	0	5,5	5,5	36
0272	DOUGLAS WOLFART	5	1	3	12	0	5,4	5,4	37
0271	DOUGLAS ROBERTO LAGO	4	1	2	13	0	5,3	5,3	38
0256	ANDRESSA KERKHOVEN	8	0	3	10	0	5,2	5,2	39
0287	JAQUELINE ANDREIA SCHMITT	7	2	2	10	0	5,2	5,2	40
0311	RENAN DONATI	2	1	3	13	0	5,1	5,1	41
0292	LETICIA MARINA JUNG	6	1	1	11	0	4,9	4,9	Desclassificado
0284	GABRIELLY VENDRAME	8	1	3	8	0	4,8	4,8	Desclassificado
0270	DIEGO ANDRÉ RAUBER	6	0	1	11	4	4,7	8,7	Desclassificado
0303	MÁRCIA MARIA WESCHENFELDER SCHMIDT	4	0	3	11	4	4,7	8,7	Desclassificado
0304	MARIQUELI SALETE BONAFIM BUGS	7	2	1	9	4	4,7	8,7	Desclassificado
0285	IDIANE DEQUIGIOVANNI	5	2	0	11	0	4,7	4,7	Desclassificado
0288	JULIANA TAIZ BRAMBILLA	4	1	2	11	0	4,7	4,7	Desclassificado

0254	ADENIR JOSÉ BONAMIGO	6	1	1	10	4	4,6	8,6	Desclassificado
0257	ANGELICA APARECIDA GARMATZ	4	2	2	10	0	4,6	4,6	Desclassificado
0320	VANESSA MARLA RHO-DEN	6	1	1	10	4	4,6	8,6	Desclassificado
0265	CLECI VALCARENCHI	4	0	0	12	4	4,4	8,4	Desclassificado
0294	LUANA DALLAGNOL FRANDOLOSO	3	2	3	9	0	4,3	4,3	Desclassificado
0314	ROBSON ANDRÉ GRANDO	2	1	2	11	0	4,3	4,3	Desclassificado
0310	RAQUEL APARECIDA DE LIMA	5	0	1	10	4	4,2	8,2	Desclassificado
0305	MATEUS AUGUSTO SCHABARUM	5	2	2	8	0	4,2	4,2	Desclassificado
0263	CATIA LIZIANE PANDOLFO	4	1	2	9	4	4,1	8,1	Desclassificado
0307	PAOLA MANFRIN	4	1	0	10	0	4	4	Desclassificado
0280	FABIANO DE JESUS	2	1	3	9	0	3,9	3,9	Desclassificado
0255	ADRIANE ECKERT	6	1	0	8	4	3,8	7,8	Desclassificado
0275	ELAINE COMPARIN	5	2	0	8	4	3,8	7,8	Desclassificado
0274	EDINHO DA ROSA	5	3	3	5	0	3,7	3,7	Desclassificado
0268	DAIANE PAN-SERA	6	0	1	7	0	3,5	3,5	Desclassificado
0278	FABIANE ANDREIA RAUBER	4	2	2	6	4	3,4	7,4	Desclassificado
0298	MAIKEL JOHNATAN BONDAN	5	0	1	6	0	3	3	Desclassificado
0323	WILLIAN ALEXANDRE KRUGER HOCKESFELD	0	0	0	0	0	0	0	Desclassificado
0306	NATIELI BORLA	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado
0313	ROBERTO SCHUSTER	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado
0316	RUBIANE CARLA ALCHIERI	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado
0317	SÍLVIA TERESINHA DE OLIVEIRA	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado
0318	TÂNIA CEC-CON ZANELLA	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado

CARGO: PROFESSOR DE INGLÊS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

ORDEM	NOME	ACERTOS QUESTÕES PROVA OBJETIVA				PPT	NPO	NF	CLASSIFICAÇÃO
		1 A 10	11 A 15	15 A 20	21 A 40				
0325	HELEN CRISTIANE STÜRMER	6	1	3	14	0	6,2	6,2	1

0328	FRANCIELA SACHETT	6	0	3	7	0	3,9	3,9	Desclassificado
0326	LEILA ADRIANE POHLMANN	6	1	0	7	4	3,5	7,5	Desclassificado
0327	VERA LUCIA OLSZESKI	6	1	2	3	0	2,7	2,7	Desclassificado
0324	JOSIANE SERPA BORDIN	4	1	2	4	0	2,6	2,6	Desclassificado

CARGO: PROFESSOR ANOS INICIAIS

ORDEM	NOME	ACERTOS QUESTÕES PROVA OBJETIVA				PPT	NPO	NF	CLASSIFICAÇÃO
		1 a 10	11 a 15	15 a 20	21 a 40				
0062	GESIANE MARIA SECCO	8	2	3	19	4	8,3	12,3	1
0022	CARLA DEMSKI	9	1	3	18	4	8	12	2
0065	GRASIELE LUIZA ZAMBIASI	5	4	2	18	4	7,6	11,6	3
0094	KELLY REGINA ANDREOLLA	7	3	2	17	4	7,5	11,5	4
0120	MARISE SCHMIDT	6	4	1	17	4	7,3	11,3	5
0173	TEREZINHA MARLENE SEBEN	6	1	5	16	4	7,2	11,2	6
0097	LIAMARA HART	6	3	4	15	4	7,1	11,1	7
0162	SIRLENE CORREIA BRUM DE LEMES	7	4	2	15	4	7,1	11,1	8
0018	CAMILA DE OLIVEIRA BACH	6	2	0	18	4	7	11	9
0082	JOVANESSA ELIZABETE PREUSS	5	4	2	16	4	7	11	10
0020	CAMILA MAZ-ZOCHI	6	4	1	16	4	7	11	11
0054	EVANETE ANTUNES FERREIRA	5	2	2	17	4	6,9	10,9	12
0058	FRANCIELE CRISTINA BRACHT	5	3	1	17	4	6,9	10,9	13
0079	JEFERSON ROQUE ZAMBIASI	6	5	1	15	4	6,9	10,9	14
0174	VALDETE DEBASTIANI ETGES	8	0	2	16	4	6,8	10,8	15
0158	SIMONE TONELLO	6	3	1	16	4	6,8	10,8	16
0098	LICIANE LINKE BURATTO	7	3	3	14	4	6,8	10,8	17
0028	CLAIR BECKER STEUERNAGEL	6	2	3	15	4	6,7	10,7	18
0103	LUCILENI SCHIRMANN BAUER	5	4	2	15	4	6,7	10,7	19
0161	SIRLEI SOLANGE LAUFER	6	4	4	13	4	6,7	10,7	20

0143	ROSELEI AHLERT	5	2	2	16	4	6,6	10,6	21
0024	CATIANE WALKER	5	2	2	16	4	6,6	10,6	22
0123	MARISTELA BRIXNER KEGLER	4	3	2	16	4	6,6	10,6	23
0072	JANE SIRLEI TIMM AN- DRETTA	6	4	0	15	4	6,5	10,5	24
0071	JANAINA FREITAG PAN- ZERA BUFFON	8	4	1	13	4	6,5	10,5	25
0064	GIOMAR DOS SANTOS MEIRA	5	2	1	16	4	6,4	10,4	26
0096	LENIR CLAIR NEUMANN	6	2	3	14	4	6,4	10,4	27
0070	IVANDRA TERESA KAR- LING	6	3	2	14	4	6,4	10,4	28
0169	TAÍS APARE- CIDA WANDS- CHEER DALLA ROSA	8	1	2	14	4	6,4	10,4	29
0052	ELIZETE FIO- RENTIN NEU	5	1	3	15	4	6,3	10,3	30
0002	ADILES SAMOA BO- NETTO	6	3	3	13	4	6,3	10,3	31
0125	MARLI JUDITE BALESTRERI	7	1	2	14	4	6,2	10,2	32
0145	ROSELI MA- RIA REIMANN	5	3	2	14	4	6,2	10,2	33
0080	JENI RIBEIRO BENETTI	6	2	2	14	4	6,2	10,2	34
0153	SHEILA FER- NANDA LOPES	6	2	2	14	4	6,2	10,2	35
0034	CLEICIANE KELI CISSESKI ONNING	5	5	0	14	4	6,2	10,2	36
0101	LUCIANA PAS- QUALOTTO	6	3	4	12	4	6,2	10,2	37
0131	NOILY STE- CKLING	4	2	2	15	4	6,1	10,1	38
0168	TAIANE BEA- TRIZ BENDER FARIAS	6	2	3	13	4	6,1	10,1	39
0038	CLEONICE TERESINHA TURMINA	5	1	3	14	4	6	10	40
0177	VERONICE ROBERTA SPIECKER	4	2	3	14	4	6	10	41
0075	JAQUELINE BEATRIZ TIMM	4	2	3	14	4	6	10	42
0109	MÁRCIA RO- SELI BARON SPIER	4	3	2	14	4	6	10	43
0004	ADRIANA APARECIDA PONTEL	5	2	2	14	4	6	10	44
0144	ROSELENE APARECIDA KELLER CA- MARGO	4	3	2	14	4	6	10	45

0129	NOELI HOHN- SE	3	0	1	17	4	5,9	9,9	46
0159	SINILDA DA SILVA RODRI- GUES DREYER	3	2	2	15	4	5,9	9,9	47
0003	ADRIANA APARECIDA LAUFER	5	0	2	15	4	5,9	9,9	48
0005	ADRIANE DOS SANTOS APPELT BARP	7	3	3	11	4	5,9	9,9	49
0142	ROSÂNGELA MEZZALIRA	4	3	1	14	4	5,8	9,8	50
0146	ROSELI PREUSS	5	2	1	14	4	5,8	9,8	51
0111	MARCLIZETE RADIN VALER	6	3	2	12	4	5,8	9,8	52
0178	VIVIANE PFLUCK PRO- VENZI	5	1	0	15	4	5,7	9,7	53
0163	SIRLENE MARAFON	4	3	2	13	4	5,7	9,7	54
0066	GRAZIANE FRIGO HAS- LINGER	7	1	1	13	4	5,7	9,7	55
0048	ELIANE DA SILVA GHENO	5	3	1	13	4	5,7	9,7	56
0166	SONIA PRO- VIN DEON	4	1	2	14	4	5,6	9,6	57
0055	FABIANA CRISTINA BECKER	5	1	1	14	4	5,6	9,6	58
0023	CARLA GUTH BACH	4	2	1	14	4	5,6	9,6	59
0140	ROSANE FATI- MA BONAMI- GO HONAISSER	4	3	0	14	4	5,6	9,6	60
0060	FRANCIELI KUTZLIEB	6	1	0	14	4	5,6	9,6	61
0068	ILIZETE HOHNSE	5	2	3	12	4	5,6	9,6	62
0043	DIRCIANE LUCIA SECCO COMPARIN	6	2	2	12	4	5,6	9,6	63
0087	JULIANA PONCIANO	4	0	1	15	4	5,5	9,5	64
0037	CLEONICE LOSCH CI- GOGNINI	2	3	0	15	4	5,5	9,5	65
0151	SERLI TE- REZINHA DE LIMA	5	1	2	13	4	5,5	9,5	66
0154	SILETE SCHIMUNECK BEVILAQUA	4	3	1	13	4	5,5	9,5	67
0167	SORAIA FRANKLIN DA SILVA POLAZZO	4	2	2	13	4	5,5	9,5	68
0150	SERGIANETE PASQUALOT- TO DE BAS- TIANI	3	3	2	13	4	5,5	9,5	69
0059	FRANCIELE PAGOTTO LANGER	7	2	2	11	4	5,5	9,5	70

0122	MARISLEI- DE DULCE BRIXNER WERLANG	3	3	0	14	4	5,4	9,4	71
0046	EDIANE SAU- SEN	5	1	3	12	4	5,4	9,4	72
0025	CEMIRA DUTRA	5	2	2	12	4	5,4	9,4	73
0165	SOLANGE MA- RIA BERTOL- DO BULEGON	4	3	2	12	4	5,4	9,4	74
0056	FABIANE CAR- LA KUNZLER	4	3	2	12	4	5,4	9,4	75
0112	MARI DEYSE DE OLIVEIRA	8	0	1	12	4	5,4	9,4	76
0042	DIONARA JAQUELINE FREITAG	7	1	1	12	4	5,4	9,4	77
0035	CLEIDIR MO- NICA KREUTZ LAZZAROTTO	2	1	1	15	4	5,3	9,3	78
0107	MÁRCIA ELENA PINTO COUTO	3	2	2	13	4	5,3	9,3	79
0135	RACHEL SI- MONE FARIAS	4	1	2	13	4	5,3	9,3	80
0012	ANDRÉIA BADIA	5	1	1	13	4	5,3	9,3	81
0021	CÁRITA DIAS DE ALMEIDA BUFFON	5	1	1	13	4	5,3	9,3	82
0007	AGUIMARI APARECIDA MARCOLAN	2	1	2	14	4	5,2	9,2	83
0069	IONE RAQUEL MALLMANN	4	0	1	14	4	5,2	9,2	84
0074	JANICE SOELI TIMM ALBA	4	2	2	12	4	5,2	9,2	85
0081	JOCELI STURM	6	1	1	12	4	5,2	9,2	86
0031	CLAUDETE BEATRIZ HERMES	6	3	2	10	4	5,2	9,2	87
0033	CLAURENICE TERESINHA AGOSTINI	6	3	2	10	4	5,2	9,2	88
0026	CENELI DE BOER FABRIS	2	1	3	13	4	5,1	9,1	89
0172	TERESA MUL- LER	4	0	2	13	4	5,1	9,1	90
0067	IDVIANE ALBANI	3	1	2	13	4	5,1	9,1	91
0045	EDIANA CA- NOVA	3	2	1	13	4	5,1	9,1	92
0160	SIRLEI ME- RIGO	5	2	2	11	4	5,1	9,1	93
0156	SILVANIA FÁTIMA LANG TESSARO	6	2	1	11	4	5,1	9,1	94
0086	JULIANA BOGONI	0	3	1	14	4	5	9	95
0138	REJANE INES KUNRATH	2	3	2	12	4	5	9	96
0117	MARINÉS SCHENKEL	4	1	2	12	4	5	9	97

0126	MIRIA KLEIN STACKE	5	1	1	12	4	5	9	98
0171	TÂNIA RE- GINA UEBEL GUARDA	4	3	3	10	4	5	9	99
0148	SAMARA PUTRICK	6	3	1	10	4	5	9	100
0127	NADIA FRIT- ZEN SIGNOR	9	3	3	18	0	8,4	8,4	101
0011	ANA PAULA BALDO	6	4	2	17	0	7,5	7,5	102
0051	ELIZANDRA BISELLO	6	3	0	17	0	6,9	6,9	103
0039	CRISTIANE PAULA JUNG	8	2	2	15	0	6,9	6,9	104
0179	VIVIANE ROSINA ORTOLAN STIELER	8	2	3	14	0	6,8	6,8	105
0155	SILMAR LÖSCH	8	2	3	14	0	6,8	6,8	106
0010	ANA EMÍLIA GIGLIOLI CAMPANA	7	3	4	13	0	6,7	6,7	107
0014	ANELISE CANZI	7	5	2	13	0	6,7	6,7	108
0124	MARLENE TEREZA HORN SCHUSTER	9	1	1	14	0	6,4	6,4	109
0136	RAFAELA CAR- LA TODES- CATTO	5	2	2	15	0	6,3	6,3	110
0114	MARIANE GRAEFF	5	3	2	14	0	6,2	6,2	111
0090	JUSARA JAPPE	6	2	2	14	0	6,2	6,2	112
0139	REJANE SALE- TE ANTUNES DE OLIVEIRA	6	1	1	15	0	6,1	6,1	113
0152	SHEILA BE- CKER	6	2	3	13	0	6,1	6,1	114
0099	LUANA VANESSA KRIESER	5	3	1	14	0	6	6	115
0085	JULIANA APARECIDA MACHRY SCHAFFER	4	2	1	15	0	5,9	5,9	116
0057	FABRICIA TENUCCI	5	3	2	13	0	5,9	5,9	117
0157	SIMONE MICHELLE DA SILVA BAGGIO	4	2	2	14	0	5,8	5,8	118
0108	MARCIA REGINA DA ROCHA	6	1	1	14	0	5,8	5,8	119
0076	JAQUELINE KRÜGER SCH- MIDT	6	3	2	12	0	5,8	5,8	120
0104	MAGALI GLIENKE	6	1	2	13	0	5,7	5,7	121
0019	CAMILA JACO- BSEN	8	2	2	11	0	5,7	5,7	122
0050	ELISANGE- LA SIMONE CANZI	4	2	1	14	0	5,6	5,6	123

0118	MARISA ELEANDRA FERRAZ	4	3	3	12	0	5,6	5,6	124
0133	PATRICIA SECCHI SOUSA	5	1	2	13	0	5,5	5,5	125
0013	ANDRESE KAPPAUN	4	3	1	13	0	5,5	5,5	126
0182	ANICARLA GLIENKE BIRCK	3	1	2	14	0	5,4	5,4	127
0040	CRISTIANE REGINA MI- CHEL SEHNEM	4	2	1	13	0	5,3	5,3	128
0063	GIANE SCHEI- DT	7	2	1	11	0	5,3	5,3	129
0041	CRISTINA CONCEIÇÃO PREZOTTO	3	3	2	12	0	5,2	5,2	130
0015	ANGELICA ALVES DA SILVA	3	1	2	13	0	5,1	5,1	131
0137	REGIANE BRUNETTO	4	2	3	11	0	5,1	5,1	132
0134	PRECILA POTT	4	2	3	11	0	5,1	5,1	133
0001	ADEMIR BOR- TOLOZZO	5	3	1	11	0	5,1	5,1	134
0009	ANA ALICE FLORES	2	2	1	13	4	4,9	8,9	Desclassifi- cado
0036	CLENIZE MIOR DONAT- TI BETTIO	4	2	2	11	4	4,9	8,9	Desclassifi- cado
0073	JANECIRA DETTONI	3	1	1	13	0	4,9	4,9	Desclassifi- cado
0083	JUCEMARA GAUER	5	1	2	11	4	4,9	8,9	Desclassifi- cado
0105	MAIARA MAR- CON	5	3	0	11	4	4,9	8,9	Desclassifi- cado
0121	MARISETE VERONICA TATTO	7	1	0	11	0	4,9	4,9	Desclassifi- cado
0141	ROSANGELA ARCARI	6	2	0	11	0	4,9	4,9	Desclassifi- cado
0008	ALICE KLEIN VALGOI	3	3	3	10	4	4,8	8,8	Desclassifi- cado
0061	GEOVANA GOMES	5	3	1	10	4	4,8	8,8	Desclassifi- cado
0089	JUSARA DE FATIMA DE SOUZA	4	0	2	12	0	4,8	4,8	Desclassifi- cado
0102	LUCILENE CONSEIÇÃO WERNER LAGO	3	2	1	12	4	4,8	8,8	Desclassifi- cado
0130	NOEMI FATIMA RIGO BECKER	4	4	1	10	4	4,8	8,8	Desclassifi- cado
0006	ADRIANE HERPICH REGNER	4	2	1	11	4	4,7	8,7	Desclassifi- cado
0030	CLARICE LÖS- CH ASSMANN	4	1	2	11	4	4,7	8,7	Desclassifi- cado
0088	JULIANE MARIA WRZESINSKI BREITEMBACH	5	0	2	11	4	4,7	8,7	Desclassifi- cado

0176	VERONICA MEDEIROS DA SILVA	3	2	2	11	0	4,7	4,7	Desclassificado
0047	EDINÉIA PIOVESANI	3	1	1	12	0	4,6	4,6	Desclassificado
0092	KATIANE SAVEDRA	3	3	2	10	4	4,6	8,6	Desclassificado
0100	LUCIANA DE OLIVEIRA	3	1	1	12	0	4,6	4,6	Desclassificado
0106	MÁRCIA CASTILHO UNSER	5	1	2	10	4	4,6	8,6	Desclassificado
0110	MARCIANE LORECI RUSCHEL	4	2	2	10	0	4,6	4,6	Desclassificado
0149	SANDRA FATIMA ZANELLA	4	0	2	11	0	4,5	4,5	Desclassificado
0113	MARIA LUIZA BANASESKI	2	3	2	10	4	4,4	8,4	Desclassificado
0119	MARISA SALETE VIEIRA GRAEFF	4	2	1	10	4	4,4	8,4	Desclassificado
0115	MARILENE IZABEL HAMMES SOMACAL	3	0	1	12	4	4,4	8,4	Desclassificado
0147	ROZELI HONSE BORTOLANZA	1	0	4	11	0	4,3	4,3	Desclassificado
0170	TAISA HEYDT	2	4	2	9	4	4,3	8,3	Desclassificado
0128	NÁDIA LISIANE BECKERT DA SILVA	6	2	1	8	0	4,2	4,2	Desclassificado
0053	ERANI MADALENA SEIDEL TOCCHETTO	2	2	3	9	4	4,1	8,1	Desclassificado
0032	CLAUDIA JACOBSEN	2	2	1	10	0	4	4	Desclassificado
0181	ROSEMERI SAUSEN	3	2	1	9	0	3,9	3,9	Desclassificado
0132	ODETE MARLENE BERTOTTI PASQUALOTTO	4	1	2	8	4	3,8	7,8	Desclassificado
0017	AUDRIA KARINA GATTO	4	0	2	8	0	3,6	3,6	Desclassificado
0027	CINTIA CRISTIANE LOCH	3	1	2	8	4	3,6	7,6	Desclassificado
0029	CLARICE BALDISSERA	5	0	1	8	4	3,6	7,6	Desclassificado
0077	JAQUELINE SELIG GERHARDT	3	1	0	9	0	3,5	3,5	Desclassificado
0180	CLAUDIANA PINOT	2	2	1	8	0	3,4	3,4	Desclassificado
0116	MARILENE LÚCIA ZAGO GIUSTI	6	0	0	7	4	3,3	7,3	Desclassificado
0078	JAQUILINI JANINHA STIELER	1	1	2	8	4	3,2	7,2	Desclassificado
0084	JUCILÉIA GAUER	6	1	0	6	0	3,2	3,2	Desclassificado
0044	EDI APARECIDA DE CASTRO BACKES	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado

0049	ELISANGELA BARTZ DOS SANTOS KERKHOFF	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado
0091	KÁTIA KERCHER GUERRA	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado
0093	KATIUSCIA LUCIANA ZANATTO	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado
0095	LEILA CARLA RAUCH	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado
0164	SOLANGE FÁTIMA BOESING GUBERT	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado
0175	VANESSA DAIANE RAUBER	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	FALTOU	Desclassificado

CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS

ORDEM	NOME	ACERTOS QUESTÕES PROVA OBJETIVA				PPT	NPO	NF	CLASSIFICAÇÃO
		1 A 10	11 A 15	15 A 20	21 A 40				
0337	ROSECLER ROSSETTO	8	2	2	14	4	6,6	10,6	1
0336	LISANDRA WOLFF HENCHEN	7	3	3	11	4	5,9	9,9	2
0334	JOICI LILIAN LANZ	4	4	1	16	0	6,6	6,6	3
0330	DANIELA ARESI	6	1	2	13	0	5,7	5,7	4
0333	IVANDRO FINARDI	6	3	2	11	0	5,5	5,5	5
0331	DANIELA ASSONI BOLFE	6	1	0	10	4	4,4	8,4	Desclassificado
0335	LÍLIAN GARCIA BASSO	6	1	1	9	4	4,3	8,3	Desclassificado
0329	CRISANE DOROTEIA FREITAG FREY	4	3	1	8	4	4	8	Desclassificado
0332	DIANA PERRETTO	3	1	0	9	0	3,5	3,5	Desclassificado

CARGO: PROFESSOR DE ARTES

ORDEM	NOME	ACERTOS QUESTÕES PROVA OBJETIVA				PPT	NPO	NF	CLASSIFICAÇÃO
		1 A 10	11 A 15	15 A 20	21 A 40				
0352	SANDRA SOLIVO	7	1	3	14	4	6,4	10,4	1
0342	DAIANE SCRAMIN	7	3	2	12	4	6	10	2
0351	MARLI MARIA KRAEMER DETONI	6	3	2	12	4	5,8	9,8	3
0339	ANY MICHELI FILIPIN VENDRUSCOLO	9	2	4	8	4	5,4	9,4	4
0345	FABIANE BORTONCELLO DE SOUZA ZANON	7	2	3	9	4	5,1	9,1	5
0341	CELSI KESSLER	4	2	1	12	4	5	9	6
0347	KARINE ARESI	7	1	4	11	0	5,7	5,7	7
0340	CARLA SENHOR	6	3	1	11	0	5,3	5,3	8

0344	DIANGELA STRACK	7	3	0	11	0	5,3	5,3	9
0353	TAÍS CIDA TATTO	6	1	4	10	0	5,2	5,2	10
0343	DEISI DRECHSLER BECKER	2	2	2	13	0	5,1	5,1	11
0338	ANTONIO MARCIO SILVA ARETZ	7	3	1	9	0	4,9	4,9	Desclassificado
0350	MARGARETE WOJINSKI	8	3	0	7	0	4,3	4,3	Desclassificado
0346	JANAINE SELIG	4	2	2	9	0	4,3	4,3	Desclassificado
0348	KETY ADRIANA BICHET	3	1	3	9	4	4,1	8,1	Desclassificado
0349	LUCIANE POLIS	3	1	0	10	4	3,8	7,8	Desclassificado

CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA

ORDEM	NOME	ACERTOS QUESTÕES PROVA OBJETIVA				PPT	NPO	NF	CLASSIFICAÇÃO
		1 A 10	11 A 15	15 A 20	21 A 40				
0356	GEOVANE KERCHER	7	4	2	12	0	6,2	6,2	1
0355	ELIANE TEREZINHA THIAGO POPP	5	2	1	10	0	4,6	4,6	Desclassificado
0357	MAGNUS DE SOUZA	7	0	3	7	7	4,1	11,1	Desclassificado
0354	EDIONE MARCIA DETONI PANDOLFO	6	1	0	4	4	2,6	6,6	Desclassificado

CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA

ORDEM	NOME	ACERTOS QUESTÕES PROVA OBJETIVA				PPT	NPO	NF	CLASSIFICAÇÃO
		1 A 10	11 A 15	15 A 20	21 A 40				
0446	CRISTIANE REGINA BATTISTI	8	1	2	8	4	4,6	8,6	Desclassificado
0447	ELIANE FERNANDES DOS SANTOS LERMEN	7	1	3	8	0	4,6	4,6	Desclassificado
0443	ADEMAR GRAEFF	6	2	2	8	0	4,4	4,4	Desclassificado
0448	ELIZANGELA CARARO	3	2	2	10	4	4,4	8,4	Desclassificado
0453	LEONIR KESTERKE	7	1	2	8	4	4,4	8,4	Desclassificado
0450	FERNANDO BRAMBILLA	5	1	2	8	4	4	8	Desclassificado
0445	CÍNTIA CRISTINA GREEF	5	1	0	9	0	3,9	3,9	Desclassificado
0456	ROSILENE RADAELLI	4	1	2	8	0	3,8	3,8	Desclassificado
0458	VOLNEI OLSZESKI	6	1	3	6	4	3,8	7,8	Desclassificado
0444	ALINE BAIERLE	7	1	0	7	0	3,7	3,7	Desclassificado
0452	IRMA ALBA LEMES	4	1	4	6	0	3,6	3,6	Desclassificado
0457	VÂNIA LANZARIN DE SOUZA	6	1	1	6	4	3,4	7,4	Desclassificado

0454	MILENA CAROLINE CARVALHO DE SOUZA	3	2	1	7	0	3,3	3,3	Desclassificado
0455	PATRICIA ANDRÉA RAUBER KNORST	4	1	1	7	4	3,3	7,3	Desclassificado
0451	GRACIELA MARTA MARX	5	1	1	6	4	3,2	7,2	Desclassificado
0449	EMI MARIA REICHERT	4	0	0	7	4	2,9	6,9	Desclassificado

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

ORDEM	NOME	ACERTOS QUESTÕES PROVA OBJETIVA				PPT	NPO	NF	CLASSIFICAÇÃO
		1 A 10	11 A 15	15 A 20	21 A 40				
0359	ROSILEI VASIAK	4	1	3	13	0	5,5	5,5	1
0358	LEONI NATALINA MEOTTI GALON	7	0	2	10	0	4,8	4,8	Desclassificado

CARGO: SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA - EDUCAÇÃO ESPECIAL

ORDEM	NOME	ACERTOS QUESTÕES PROVA OBJETIVA				PPT	NPO	NF	CLASSIFICAÇÃO
		1 A 10	11 A 15	15 A 20	21 A 40				
0012	IVETE KIPPER BOLFE	5	3	3	16	4	7	11	1
0002	CARLA DEMSKI	8	1	2	16	4	7	11	2
0020	MARCIA MOREIRA DE MELLO	6	3	2	15	4	6,7	10,7	3
0001	ADILES SAMOA BONETTO	4	3	1	16	4	6,4	10,4	4
0013	JOSIANE FATIMA ALBANI SCHWAAB	4	2	1	16	4	6,2	10,2	5
0026	TEREZINHA MARLENE SEBEN	3	1	1	17	4	6,1	10,1	6
0016	LURDES SALLETE ROEDER PULTER	4	2	3	14	4	6	10	7
0024	SILVANA STRAPAZZON	4	3	3	12	4	5,6	9,6	8
0009	ELONÍ CATARINA CARVALHO DE BITENCOURT	3	1	2	14	4	5,4	9,4	9
0004	CATIANE WALKER	4	1	1	13	4	5,1	9,1	10
0011	IVÂNIA MARIA KIPPER	6	4	2	17	0	7,5	7,5	11
0017	MAGALI MARIA JOHANN	8	4	1	11	0	5,9	5,9	12
0019	MÁRCIA JAPPE ZAPPANI	6	2	1	13	0	5,7	5,7	13
0006	CLAUDETE SIMONE HOHNSE	7	3	2	11	0	5,7	5,7	14
0010	GRACIELI CARLA STUNPF	7	2	0	12	0	5,4	5,4	15

0023	ROSENEI FUZINATO	7	2	1	10	0	5	5	16
0014	JUCEMARA GAUER	2	2	1	13	4	4,9	8,9	Desclassificado
0015	LUCIANI KERKHOFF GRADE	5	1	0	12	4	4,8	8,8	Desclassificado
0022	MARLENE BRESOLIN	3	2	0	12	4	4,6	8,6	Desclassificado
0018	MÁRCIA ADRIANI REIPS ECHELMEIER	6	2	1	9	4	4,5	8,5	Desclassificado
0005	CEMIRA DUTRA	2	1	1	12	4	4,4	8,4	Desclassificado
0003	CARLA MARLETE SIMON DREHMER	3	1	1	11	4	4,3	8,3	Desclassificado
0008	DULCE WISCHOF CONCHI	3	4	1	9	4	4,3	8,3	Desclassificado
0021	MARILENE IZABEL HAMMES SOMACAL	3	3	1	9	4	4,1	8,1	Desclassificado
0007	CLERIAN SANDRA HENDGES LAMPERT	3	1	1	10	4	4	8	Desclassificado
0025	SOLANGE FELISIAK	2	4	0	5	0	2,7	2,7	Desclassificado

CARGO: PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL (Vagas PNE)

ORDEM	NOME		ACERTOS QUESTÕES PROVA OBJETIVA				PPT	NPO		NF	CLASSIFICAÇÃO
			1 A 10	11 A 15	15 A 20	21 A 40					
0033	CLAIR BECKER STEUERNAGEL	7	3		4	12	4	6,4	10,4		1
0080	FABIANA CRISTINA ECKERT DE ASSIS	6	0		0	14	4	5,4	9,4		2

CARGO: PROFESSOR ANOS INICIAIS (Vagas PNE)

ORDEM	NOME		ACERTOS QUESTÕES PROVA OBJETIVA				PPT	NPO	NF	CLASSIFICAÇÃO
			1 A 10	11 A 15	15 A 20	21 A 40				
0028	CLAIR BECKER STEUERNAGEL	6	2		3	15	4	6,7	10,7	1
0125	MARLI JUDITE BALESTRERI	7	1		2	14	4	6,2	10,2	2
0131	NOILY STECKLING	4	2		2	15	4	6,1	10,1	3

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido e publicado o presente ato.

Maravilha/SC, em 23 de Dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita do Município de Maravilha

Marema**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL N. 002/2015**

Município de Marema

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 002/2015 - Licitação na Modalidade de Pregão Presencial n. 002/2015, para aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 03/02/2015, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 03/02/2015 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h00min às 13h00mi, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 23 de dezembro de 2014

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Massaranduba**PREFEITURA****DECRETO Nº 3043/2014**

DECRETO Nº. 3043 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602.010.302.0191.2103 - Manutenção da Unidade Hospitalar
0602 - 3390000 - Aplicações Diretas
0602 - 16501 - Média e Ata Complexidade
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 18 de Dezembro de 2014
MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

DECRETO Nº 3044/2014

DECRETO Nº. 3044 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0301 - GERÊNCIA DE PESSOAL
0301.004.122.0031.2011 - Administração de Recursos Humanos
0301 - 3190000 - Aplicações Diretas
0301 - 10000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 15.000,00

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.367.0110.2059 - Apoio a Educação Especial
0501 - 3190000 - Aplicações Diretas
0501 - 10000 - Recursos Ordinários

..... R\$ 7.000,00

0501.012.366.0100.2056 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos

0501 - 3190000 - Aplicações Diretas

0501 - 10000 - Recursos Ordinários

..... R\$ 4.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no presente exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 19 de Dezembro de 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

DECRETO Nº 3045/2014

DECRETO Nº. 3045 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARA DE ESTRADAS OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.025.752.0056.2028- Manutenção da Iluminação Pública

0401 - 3390000 - Aplicações Diretas

0401 - 11700 - Contribuição Para COSIP

..... R\$ 28.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais) do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARA DE ESTRADAS OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.025.752.0056.2028- Manutenção da Iluminação Pública

0401 - 3190000 - Aplicações Diretas

0401 - 11700 - Contribuição Para COSIP

..... R\$ 20.000,00

0401 - 4490000 - Aplicações Diretas

0401 - 11700 - Contribuição Para COSIP

..... R\$ 8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 19 de Dezembro de 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

DECRETO Nº 3046/2014

DECRETO Nº. 3046 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2101- Manutenção do Serviço de Atendimento à População

0602 - 3390000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Saúde

..... R\$ 18.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2101- Manutenção do Serviço de Atendimento à População

0602 - 3190000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Saúde

..... R\$ 18.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 de Dezembro de 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

LEI Nº 1649

LEI Nº. 1649 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza ao Executivo Municipal a pagar auxílio financeiro à diversas instituições de caráter privado sem fins lucrativos do Município.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar auxílio financeiro a diversas entidades e instituições de caráter privado sem fins lucrativos do Município, conforme abaixo relacionado:

1 - Clube da Terceira Idade Guarani-Açú - CNPJ 12.563.198/0001-09 - R\$ 3.000,00

2 - Clube da Amizade - CNPJ - 02.252.073/0001-04 - R\$ 2.000,00

3 - Clube Santa Luzia - CNPJ - 08.204.855/0001-46 - R\$ 2.000,00

4 - Clube Renascer - CNPJ - 02.427.427/0001-04 - R\$ 2.000,00

5 - Clube Sagrado Coração de Jesus - CNPJ - 06.538.353/0001-26
..... - R\$ 2.000,00
6 - Terno de Reis Estrela do Oriente - CNPJ - 13.609.309/0001-25
..... R\$ 2.000,00
7 - Grupo de Dança Skadoosch - CNPJ - 17.512.470/0001-37
..... - R\$ 2.000,00
8 - Clube dos Carroceiros 13 de Maio - CNPJ 10.504.070/0001-30
..... - R\$ 3.500,00
9 - Associação Clube dos Amigos - CNPJ 14.172.196/0001-96
..... - R\$ 4.000,00
10 - Clube dos Brahmeiros - CNPJ 17.808.599/0001-97
..... - R\$ 4.000,00
11 - Clube São Miguel Esporte Clube - CNPJ 10.615.369/0001-62
..... - R\$ 4.000,00
12 - Clube Cachoeira - CNPJ - 79.378.287/0001-48
.....- R\$ 3.000,00
13 - Equipe dos Trilheiros Leões da Trilha - CNPJ 10.385.690/0001-06... - R\$ 3.000,00
14 - Cruzeiro Futebol Clube - CNPJ - 19.946.325/0001-90
..... - R\$ 1.500,00

Art. 2º. A despesa prevista no artigo 1º desta Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
0304.028.845.0170.0080 - Transferências a Entidades e Associações
0304 - 33500000 - Transferência a Entidades Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Os valores serão repassados em parcela única a cada instituição, atendidas as formalidades estabelecidas pelas normas pertinentes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMLA ROSSI
Gerente do Procon

LICITAÇÃO 94/2014 - PP 56/2014 - AQUISIÇÃO DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 94/2014
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 56/2014 - PMM
REGISTRO DE PREÇOS - multientidade

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, visando a aquisição de diversos materiais de construção e pintura para diversos imóveis da administração pública.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 07/01/2015.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 07/01/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das

13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 22 de Dezembro de 2014.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

LICITAÇÃO 95/2014 PP 57/2014 - AQUISIÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 95/2014 - PM
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 57/2014

A Prefeitura de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com adjudicação por item, visando a aquisição e instalação de condicionador para centros de educação municipal.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00h do dia 07/01/2015.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14:30h do dia 07/01/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 22 de Dezembro de 2014.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR N º 043/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI COMPLEMENTAR N º 043/2014

Dispõe sobre o sistema tributário municipal de Meleiro e as normas gerais de direito tributário aplicáveis ao município.

Prefeito Municipal de MELEIRO faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

LIVRO I

Título I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A presente Lei estabelece o Sistema Tributário Municipal de MELEIRO, dispondo sobre os fatos geradores, os sujeitos passivos, as bases de cálculo, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança, o fisco, o recolhimento de tributos municipais, estabelecendo a aplicação de penalidades, a concessão de isenção, as reclamações, os recursos e definindo as obrigações de acessórias e as responsabilidades dos sujeitos passivos.

Título II

DAS NORMAS GERAIS TRIBUTÁRIAS

Capítulo I

DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 2º. Legislação tributária compreende as leis, os decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e suas relações jurídicas no Município.

Art. 3º. Somente a Lei pode estabelecer:

I – A instituição ou extinção de tributos;

II – A majoração ou redução de tributos;

III – A definição do fato gerador da obrigação tributária principal;

IV – A fixação da alíquota do tributo e da sua base de cálculo;

V – A cominação de penalidade para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos ou para outras infrações nela definidas;

VI – A hipótese de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários de dispensa de redução das penalidades.

§ 1º. Equipara-se a majoração do tributo a modificação de sua base de cálculo que importe em torná-lo mais oneroso.

§ 2º. Não constitui majoração de tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001-96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 4º. A legislação tributária do Município observará:

- I – As normas constitucionais vigentes;
- II – As normas gerais de Direito Tributário e leis complementares;
- III – As disposições deste código, e das leis subsequentes.

Art. 5º. Nenhuma ação ou omissão será punida como infração da legislação tributária, a não ser que esteja definida por lei tributária vigente, à data de sua prática, nem lhe será cominada penalidade não prevista em lei tributária.

Art. 6º. A lei tributária poderá cominar penalidade genérica para as ações ou omissões à legislação tributária, quando não sejam previstas penalidades específicas.

Art. 7º. A Lei tributária poderá ser regulamentada por ato do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O conteúdo e o alcance dos atos restringem-se aos das leis em função dos quais hajam sido expedidos.

Art. 8º. Integram complementarmente a legislação tributária:

I – Circulares, instruções, portarias, ordens de serviço e demais disposições normativas expedidas pelo órgão competente, quando compatíveis quando compatíveis com a legislação tributária que se destinem a complementar;

II – Práticas, métodos, processos, usos e costumes de observância reiterada por parte das autoridades municipais, desde que não contrários à legislação tributária.

Capítulo II

DIVERGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção I

VIGÊNCIA NO ESPAÇO

Art. 9º. A legislação tributária municipal obrigará em todo o território do Município de MELEIRO, ou fora dele, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participe o Município.

Seção II

VIGÊNCIA NO TEMPO

Art. 10. Salvo disposições em contrário, entram em vigor:

- I – As leis e os decretos, na data de sua publicação;
- II – Os convênios celebrados, na data de sua assinatura.

Art. 11. Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, os dispositivos da lei:

- I – Que instituem ou majorem impostos;
- II – Que defina novas hipóteses de incidência;
- III – Que extingam ou reduzam isenções, salvo se a lei dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte.

Art. 12. Salvo quando se destinar expressamente à vigência temporária, a lei tributária somente será modificada ou revogada, no todo ou em parte, expressa ou implicitamente, por outra lei de igual natureza.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Capítulo III DA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO

Art. 13. A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa nos termos do art. 23.

Art. 14. A lei aplica-se ao ato ou fato pretérito:

I – Em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluídas de penalidades a infração dos dispositivos interpretados;

II – Tratando-se de ato não definitivamente julgado:

- a) Quando deixa de defini-lo como infração;
- b) Quando deixa de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e que não tenha implicado falta de pagamento de tributo;
- c) Quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.

Art. 15. Somente nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei, poderá ser dispensada a aplicação da legislação tributária vigente.

Parágrafo único. O silêncio, a omissão, ou a obscuridade da legislação tributária não constituirão motivo bastante para que as autoridades deixem de aplicá-la, ou se escusem de despachar, decidir ou sentenciar em casos de sua competência.

Art. 16. O chefe do Poder Executivo suspenderá a aplicação da legislação tributária, declarada inconstitucional por decisão irrecorrível do Poder Judiciário, inclusive com relação a fatos ou atos pretéritos ou presentes, até que modificada ou revogada definitivamente.

Capítulo IV DA INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 17. A legislação tributária será interpretada conforme o disposto neste Capítulo.

Art. 18. Para aplicar a legislação tributária na ausência de dispositivo expresso, a autoridade competente utilizará, sucessivamente:

- I – A analogia;
- II – Os princípios gerais de Direito Tributário;
- III – Os princípios de Direito Público;
- IV – A equidade.

§ 1º. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§ 2º. O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa no pagamento de tributo devido.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 19. Os princípios gerais de Direito Privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

Art. 20. A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos formas de Direito Privado estabelecidos, expressa ou implicitamente, pelas Constituições Federal e Estadual e por leis que possam definir a competência tributária municipal.

Art. 21. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

- I – Suspensão ou exclusão do crédito tributário;
- II – Outorga da isenção ou concessão de reduções;
- III – Dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 22. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se de maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

- I – A capitulação legal do fato;
- II – A natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;
- III – A autoria, imputabilidade ou punibilidade;
- IV – A natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.

Título III DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. Obrigação Tributária é a relação jurídica de direito público, que ocorre entre a Fazenda Municipal e as pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado, subordinadas a legislação tributária ou as quais estas seja aplicável.

Parágrafo único. A obrigação tributária é de natureza pessoal, ainda que seu cumprimento seja assegurado por garantia real.

Art. 24. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal, relativamente à penalidade pecuniária.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 25. Além das instituídas por este Código, constituem obrigações tributárias acessórias:

I – Apresentação de declarações e guias, nas épocas próprias, emissão de documentos fiscais previstos neste Código e escrituração, em livros próprios, dos fatos geradores de obrigação tributária principal;

II – Conservação e apresentação ao fisco, quando solicitado, de qualquer documento que, de algum modo, se refira a operação ou situação que constituam fato gerador de obrigação tributária, ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em livro ou documento de natureza fiscal;

III – Prestação, sempre que solicitada, de informações e esclarecimentos que, a critério do fisco, sejam referentes a fato gerador da obrigação.

Parágrafo único. A concessão de isenção não elide a obrigatoriedade das prestações mencionadas neste artigo.

Capítulo II

DO FATO GERADOR

Art. 26. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência:

I – Tratando-se de imposto, o estado de fato ou a sua situação jurídica definidos pela lei tributária como dando origem, por si ou por seus resultados, efetivos ou potenciais, ao direito da Fazenda Municipal constituir seu crédito fiscal;

II – Tratando-se de taxa, qualquer estado de fato ou situação jurídica que demonstre ter o Município exercido atos de polícia, ou Ter o contribuinte se utilizado, efetiva ou potencialmente, do serviço público específico e divisível que constitua o fundamento de sua instituição;

III – Tratando-se de contribuição de melhoria, qualquer estado de fato ou situação jurídica que demonstre execução de obra pública, definida em leis tributária como dando origem ao direito de a Fazenda Municipal constituir o crédito fiscal correspondente;

IV – Tratando-se de penalidade pecuniária, qualquer ação ou omissão definida em lei tributária como infração.

Art. 27. Fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma d legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 28. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I – Tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que se produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II – Tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 29. Para os efeitos do inciso II do artigo anterior, salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

I – Sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;

II – Sendo resolutória a condição, desde momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

Art. 30. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

I – Da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como a natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II – Dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

Capítulo III DO SUJEITO ATIVO

Art. 31. Sujeito ativo da obrigação tributária é o Município de Meleiro.

Capítulo IV DO SUJEITO PASSIVO Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I – Contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II – Responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em lei.

Art. 33. Sujeito passivo da obrigação tributária acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

Art. 34. Salvo disposições de lei em contrário as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas aos dispositivos da Fazenda Municipal para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

Art. 35. Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um devedor, cada um obrigado à dívida toda.

Art. 36. São solidariamente obrigadas:

I – As pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II – As pessoas expressamente designadas por lei.

Parágrafo único. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.

Art. 37. São os seguintes os efeitos de solidariedade:

I – O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

II – A isenção ou remição de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III – A interrupção de prescrição em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

Seção II DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 38. A capacidade tributária passiva independe:

I – Da capacidade civil das pessoas naturais;

II – De achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III – De estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Seção III DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 39. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, considera-se como tal:

I – Quanto as naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de suas atividades;

II – Quanto as pessoas jurídicas de direito privado ou as firmas individuais, o lugar da sua sede, ou em relação aos atos ou fatos que deram origem à obrigação, e de cada estabelecimento;

III – Quanto as pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município.

§ 1º Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos fatos que deram origem à obrigação.

§ 2º É lícito à Fazenda Municipal recusar o domicílio eleito, impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se, então, a regra do § anterior.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

Capítulo V

DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Seção I

DA DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 40. A lei poderá determinar a transferência da sujeição passiva da obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte, ou atribuindo-a a este, em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

Seção II

DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 41. O disposto nesta seção aplica-se por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referido, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos a obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Art. 42. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens móveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços a tais bens ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando constando título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 43. São pessoalmente responsáveis:

I – O adquirente u emitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

II – O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelos de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.

III – O espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.

Parágrafo único. A responsabilidade mencionada nos incisos II e III alcança os juros de mora, multa e correção monetária, excluídas as penalidades de caráter individual.

Art. 44. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob forma de firma individual.

Art. 45. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I – Integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II – Subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 06 (seis) meses, a contar da data de alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Seção III

DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 46. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que foram responsáveis:

I – Os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II – Os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III – Os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV – O inventariante, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

V – O síndico e comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI – Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou perante eles em razão do seu ofício;

VII – Os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica às penalidades de caráter moratório.

Art. 47. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I – As pessoas referidas no artigo anterior;

II – Os mandatários, prepostos ou empregados;

III – Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção IV

DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

Art. 48. A responsabilidade por infração da legislação tributária independe da instrução do agente ou do responsável e da afetividade, natureza e extensão do ato.

Art. 49. A responsabilidade é pessoal do agente:

I – Quanto as infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II – Quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III – Quanto às infrações que decorreram direta ou exclusivamente de dolo específico:

- a) Das pessoas referidas no artigo 46, contra aquelas por quem respondam;
- b) Dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregados;
- c) Dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

Art. 50. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Título IV

DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 52. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão, os seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem a sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 53. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos neste Código, fora dos quais não podem ser dispensados, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

Capítulo II

DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

DO LANÇAMENTO

Art. 54. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do ato gerador correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão de crédito fiscal na legislação tributária municipal.

Art. 55. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização ampliando os poderes de investigação das autoridades municipais, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidades a terceiros.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 56. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I – Impugnação do sujeito passivo;

II – Recurso de ofício;

III – Iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 62.

Art. 57. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto ao fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

Art. 58. A emissão ou erro de lançamento não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação tributária, nem, de qualquer modo, lhe aproveita.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 59. Os lançamentos, assim como suas alterações, serão comunicados aos contribuintes:

- I – Por notificação direta;
- II – Por edital afixado na Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores;
- III – Por publicação em jornal com circulação no Município.

Seção II DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTO

Art. 60. O lançamento é efetuado com base no Cadastro Fiscal ou na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando, um outro, na forma da legislação Tributária Municipal, presta à autoridade administrativa informações sobre a matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

§ 1º As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e à verificação do montante do crédito tributário correspondente.

§ 2º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

§ 3º Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade competente.

Art. 61. Quando o cálculo de tributo tenha por base, ou o tome em consideração o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrar, aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 62. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pelo órgão fazendário pelos seguintes casos:

- I- Quando assim determinar a legislação tributária;
- II- Quando a declaração não seja prestada por que de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;
- III- Quando a pessoa, legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, n prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela Fazenda Municipal e se recuse a presta-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquele órgão;
- IV- Quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- V- Quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo 63;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

VI- Quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar a aplicação de penalidade pecuniária;

VII- Quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII- Quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento anterior;

IX- Quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal.

Art. 63. O lançamento por homologação que corre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade municipal competente opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores a homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º Os atos a que se refere o § anterior serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.

§ 4º É fixado em 5 (cinco) anos o prazo à homologação contados da ocorrência do fato gerador.

§ 5º Expirado o prazo estabelecido no § anterior sem que a Fazenda Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Capítulo III

DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 64. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I – A moratória;

II – O depósito de seu montante integral;

III – As reclamações e os recursos, nos termos deste Código;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

IV – A concessão de medida liminar em mandado de segurança;

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dela consequentes ou dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso.

Seção II

DA MORATÓRIA

Art. 65. A moratória somente poderá ser concedida por lei municipal, em caráter geral ou individual.

Parágrafo único. A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do Município ou à determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

Art. 66. A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual, especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I – O prazo de duração do favor;

II – As condições da concessão do favor em caráter individual;

III – Sendo o caso:

a) Os tributos a que se aplica;

b) O número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) As garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual;

d) Área de sua aplicabilidade.

Art. 67. A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo único. A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 68. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora e correção monetária:

I – Com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II – Sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 1º No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computam para efeito de prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 2º No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode correr antes de prescrito o referido direito.

Capítulo IV

DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

DAS MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Art. 69. Extinguem o crédito tributário:

I – O pagamento;

II – A compensação;

III – A transação;

IV – A remissão;

V – A prescrição e a decadência;

VI – A conversão de depósito em renda;

VII – O pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 63 e seus §§ 1º e 4º;

VIII – A consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 77;

IX – A decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

X – A decisão judicial passada e julgada.

Parágrafo único. A extinção total ou parcial do crédito não impede a posterior verificação da exatidão de sua constituição nos termos dos artigos 55 e 62.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção II
DO PAGAMENTO

Art. 70. A imposição de penalidade não elide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 71. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I – Quando parcial, das prestações em que se decompõe;

II – Quando total, de outros créditos referentes ao mesmo tributo ou a outros.

Art. 72. O pagamento deverá ser efetuado na repartição competente da Prefeitura Municipal ou em estabelecimento bancário devidamente credenciado.

Parágrafo único. A critério do órgão competente e mediante provocação do contribuinte, poderá ser permitido o pagamento em local distinto do mencionado neste artigo.

Art. 73. Quando não expressamente fixado na legislação tributária, o termo final do prazo para pagamento do crédito fiscal coincidirá com o 30º (trigésimo) dia subsequente à data da ocorrência do fato gerador.

Pagamento Único – A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça.

Art. 74. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantias previstas na legislação tributária.

Parágrafo único. Os juros de mora são calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 75. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional ou em cheque.

Parágrafo único. Nos casos de pagamento em cheque, considera-se extinto o crédito fiscal somente após o resgate do mesmo pelo sacado.

Art. 76. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo, relativo ao mesmo ou diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, será determinada a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras, na ordem enunciada:

I – Em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria e, em segundo lugar, aos decorrentes de responsabilidade tributária;

II – Primeiramente, às constituições de melhoria, depois, às taxas, e, por fim, aos impostos;

III – Na ordem crescente dos prazos de prescrição;

IV – Na ordem crescente dos montantes.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 77. A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:

I – De recusa de recebimento ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II – De subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;

III – De exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

§ 1º A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.

§ 2º Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda.

§ 3º Julgada improcedente a consignação no todo ou em parte, cobra-se o crédito, acrescido de juros de mora, correção monetária das penalidades cabíveis.

Art. 78. É lícito ao Poder Executivo delegar atribuições a estabelecimentos bancários sediados no Município, para receber tributos ou notificar por aviso bancário.

Seção III DO PAGAMENTO PARCELADO

Art. 79. Os débitos tributários para com a Fazenda Municipal poderão ser parcelados de acordo com os critérios estabelecidos neste Capítulo.

§ 1º O débito a ser parcelado será atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora pelos mesmos índices e forma previstos no art. 82 desta Lei, até a data da formalização do parcelamento.

§ 2º Ao montante apurado na forma do § 1º, serão aplicados juros simples de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor de cada mês de parcelamento.

§ 3º O atraso no pagamento de qualquer parcela importará na sua atualização monetária e fluência de juros pelos mesmos índices e forma previstos no art. 82 desta Lei.

§ 4º O inadimplemento de 03 (três) parcelas consecutivas importará no imediato cancelamento do parcelamento, restabelecendo-se a dívida aos valores originais e abatendo-se as parcelas pagas, atualizadas de acordo com o índice utilizado para atualização do tributo.

§ 5º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a UFM 0,50 (zero, cinquenta UFM).

Art. 80. É permitido o parcelamento mediante o pagamento de 10% (dez por cento) do saldo devedor na primeira parcela, e apresentação de garantia, conforme determinem as normas regulamentares.

§ 1º O parcelamento somente poderá ser concedido para débitos já inscritos em dívida ativa.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

§ 2º A dívida reparcada poderá ser dividida em até 36 (trinta e seis) prestações mensais, sendo vedada a aplicação dos descontos previstos na Seção II deste Capítulo.

Art. 81. O pagamento parcelado será prometido mediante garantia dada pelo devedor à Fazenda Municipal, ou confissão de débito firmada pelo mesmo.

Seção IV PARCELAMENTO ANTES DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

Art. 82. O parcelamento dos débitos tributários para com a Fazenda Municipal poderá ser concedido em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais.

Parágrafo único. As parcelas deverão respeitar o valor mínimo fixado em normas regulamentares, economicamente viável para o Município.

Art. 83. As penalidades aplicadas por descumprimento de obrigação principal relativa aos tributos municipais sofrerão redução inversamente proporcional ao número de meses do parcelamento, de acordo com a tabela abaixo, denominada de “tabela de redução de multa”.

QUANTIDADE DE MESES PARCELAMENTO	PORCENTAGEM REDUÇÃO (%)
À VISTA	90
02 – 06	70
07 - 12	50
13 - 18	40
19 - 24	30
25 - 30	25
31 - 36	20

Art. 84. É facultado ao contribuinte antecipar parcial ou totalmente o valor de parcelas vincendas, quando serão abatidos os valores previamente calculados a título de juros.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, serão antecipadas as parcelas, de forma decrescente, a partir da última vincenda.

Art. 85. Não serão objeto de redução as multas aplicadas por descumprimento de obrigação acessória.

Art. 86. As multas aplicada oriundo desta lei, poderão ser parceladas em até 05 (cinco) vezes, respeitado o valor mínimo fixado em Regulamento, economicamente viável para o Município, vedado o reparcamento.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção V PARCELAMENTO APÓS A INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

Art. 87. O parcelamento dos débitos tributários para com a Fazenda Municipal após a inscrição em dívida ativa poderá ser concedido em até 36 (trinta e seis) meses, aplicando-se o disposto na Seção II deste Capítulo, no que couber, inclusive a "Tabela de Redução de Multa".

Seção VI DA COMPENSAÇÃO

Art. 88. O poder executivo poderá permitir compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos e vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.

Parágrafo único. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, o seu montante não deverá sofrer redução maior que o valor correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês, pelo tempo que decorrer a data de compensação e a do vencimento, salvo desconto espontâneo ofertado pelo sujeito passivo.

Seção VII DA TRANSAÇÃO

Art. 89. Fica o Chefe do Poder Executivo, mediante despacho em processo de curso regular, autorizado a celebrar transação com o sujeito passivo de obrigação tributária que, mediante concessões mútuas, importe em fim do litígio e conseqüente extinção de crédito tributário.

Seção VIII DA REMISSÃO

Art. 90. Legislação específica pode autorizar a autoridade administrativa a conceder remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- I- A situação econômica do sujeito passivo;
- II- Ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;
- III- A diminuta importância do crédito tributário;
- IV- A considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;
- V- A condições peculiares a determinada região do Município.

Parágrafo único. A extinção do crédito tributário por remissão não gerará direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 68.

Seção IX DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

Art. 91. O direito de a Fazenda Municipal constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

- I- Do próximo dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia Ter sido efetuado;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

II- Da data em que se torna definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 92. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

I- Pela citação pessoal feita pelo devedor;

II- Pelo protesto judicial;

III- Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV- Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Capítulo V DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 93. Excluem-se o crédito tributário:

I- A isenção;

II- A anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja excluído ou dela conseqüente.

Seção II DA ISENÇÃO

Art. 94. Isenção é a exclusão do crédito tributário mediante dispensa legal.

Art. 95. A isenção será sempre concedida por despacho da autoridade competente em requerimento interposto pelo interessado no qual fique provado o preenchimento das condições e o cumprimento dos requisitos previstos em lei.

Art. 96. A isenção pode ser restrita a determinada região do Município em função de condições a ela peculiares.

Art. 97. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

I- As taxas e às contribuições de melhoria;

II- Aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 98. A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observando o disposto no inciso III do artigo 11.

Art. 99. Tratando-se de tributo por período certo de tempo, o despacho da autoridade competente será renovado antes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para qual o interessado deixar de promover a continuidade de reconhecimento da isenção.

Parágrafo único. O referido despacho não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 68, podendo ser cassada a qualquer tempo, na forma da legislação urgente, salvo quando concedida por prazo determinado.

Seção III DA ANISTIA

Art. 100. A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

I – Aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos atos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II – As infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 101. A anistia pode ser concedida:

I – Em caráter geral;

II – Limitadamente:

a) As infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) As infrações punidas com penalidades pecuniárias até 50% (cinquenta por cento) da U.F.M. (Unidade Fiscal Monetária), conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) A determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares;

d) Sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que o conceder, ou cuja fixação seja atribuída à autoridade administrativa pela mesma lei.

Art. 102. A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho do Chefe do Poder Executivo, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para a sua concessão.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 68.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Capítulo VI

DAS GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 103. A enumeração das garantias atribuídas neste capítulo ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.

Parágrafo único. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

Art. 104. Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, e seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 105. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Municipal por crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa em fase de execução.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados pelo devedor bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida em fase de execução.

Seção II

DAS PREFERÊNCIAS

Art. 106. O crédito tributário prepondera sobre qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho.

Art. 107. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

- I- União;
- II- Estados, Distrito Federal e Territórios;
- III- Município.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 108. São encargos da massa falida, pagáveis preferencialmente a quaisquer outros e às dívidas da massa, os créditos tributários vencidos e vincendos, exigíveis no decurso do processo de falência.

§ 1º Contestado o crédito tributário, o juiz remeterá as partes do processo competente, mandando reservar bens suficientes a extinção total do crédito e seus acréscimos, se a mesma não puder efetuar a garantia da instância por outra forma, ouvido, quanto a natureza e valor dos bens reservados, o representante da Fazenda Municipal.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos processos de concordata.

Art. 109. São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventários ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do “de cujus” ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. Contestado o crédito tributário, proceder-se-á na forma do disposto no § 1º do artigo anterior.

Art. 110. São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigível no decurso da liquidação.

Art. 111. Não será concedida concordata nem declarada a extinção das obrigações do falido, sem que o requerente faça prova da quitação de todos os tributos relativos a sua atividade.

Art. 112. Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio ou as suas rendas.

Art. 113. Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhuma repartição municipal celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova de quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Título V DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA Capítulo I

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 114. A aplicação da legislação tributária municipal será fiscalizada privativamente pelos integrantes do grupo fiscal, lotados na Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Tributação, ou por quem for especialmente designado para tal fim pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e/ou empresas prestadoras deste tipo de serviço, mediante contrato.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001-96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Parágrafo único. A fiscalização será extensiva às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade ou isenção de caráter pessoal, e implicará a obrigatoria prestação de assistência técnica ao contribuinte ou responsável.

Art.115. A legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.

Art.116. O cumprimento da legislação tributária municipal será fiscalizado por servidores públicos nomeados para o exercício da função, na forma da lei.

Parágrafo único. A fiscalização sujeita todas as pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal, e compreende o acesso ao domicílio tributário do fiscalizado, o exame de mercadorias, arquivos, livros e documentos fiscais, contábeis ou comerciais dos comerciantes, industriais ou prestadores de serviços, ficando estes obrigados a exibí-los.

Art.117. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exibí-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, os comprovantes dos lançamentos neles efetuados e os comprovantes de recolhimento de tributos municipais deverão ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários a que se refiram.

Art. 118. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documentem os procedimentos e fixará prazo para a conclusão daquelas.

§ 1º Os termos a que se refere este artigo serão lavrados onde se verificar a fiscalização, ainda que aí não seja o domicílio tributário do fiscalizado nem sua residência, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado deles se entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

§ 2º O Termo de Início de Fiscalização fixará o prazo da mesma, que será de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período e, somente de forma excepcional, atendendo à complexidade da fiscalização, poderá ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do serviço.

§ 3º A apresentação de qualquer livro ou documento será precedida de intimação, com prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis.

§ 4º O disposto no § 3º não se aplica à fiscalização efetuada durante a prestação de serviço de transporte, em que é obrigatório o porte do documento fiscal que deverá ser apresentado incontinenti à autoridade fazendária.

§ 5º O disposto no § 3º não impede a imediata apreensão, pelo fisco, de quaisquer livros e documentos que:

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

- I. devam ser obrigatoriamente mantidos no estabelecimento do contribuinte;
- II. possam estar sendo ou tenham sido utilizados para a supressão ou redução ilegal do imposto.

Art.119. Os bens e documentos que constituam prova material da infração contra o sistema tributário do Município podem ser apreendidos, quer estejam em poder do infrator ou de terceiros.

§ 1º A apreensão poderá ocorrer nos locais onde se exerçam as atividades tributáveis ou em trânsito.

§ 2º A apreensão de bens depende de autorização judicial.

Art. 120. Da apreensão será lavrado termo em que conste:

- I - local, dia e hora da apreensão;
- II - identificação do detentor dos bens e documentos e das testemunhas se houver;
- III - descrição dos bens e documentos apreendidos;
- IV - indicação do local onde ficarão depositados;
- V - assinatura e identificação do depositário;
- VI - assinatura e identificação do agente fiscal responsável pela apreensão.

§ 1º O agente fiscal poderá designar depositário qualquer pessoa idônea, a municipalidade ou, excepcionalmente, o próprio infrator.

§ 2º Cópia do termo de apreensão será entregue ao depositário e ao detentor dos bens e documentos apreendidos, contra recibo no original.

§ 3º A apreensão de bens depende de autorização judicial.

Art.121. Durante o processo de fiscalização, os documentos apreendidos poderão, a requerimento do interessado, ser-lhes devolvidos, a juízo da autoridade administrativa.

Parágrafo único. Ao final do processo de fiscalização, os documentos serão devolvidos ao contribuinte, salvo tratar-se de comprovação de fraude ou dolo.

Art. 122. Os bens apreendidos poderão ser restituídos a requerimento do interessado.

Art. 123. O prazo para retirada de bens apreendidos é de 60 (sessenta) dias a contar:

- I - da decisão definitiva em processo administrativo ou judicial;
- II - do deferimento de pedido de restituição.

Art. 124. Esgotado o prazo estabelecido sem manifestação do interessado, os bens serão levados à hasta pública ou a leilão sempre precedidos de publicação.

§ 1º Os bens de fácil deterioração poderão ser levados à hasta pública ou a leilão, a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º A juízo da autoridade administrativa, bens perecíveis de valor reduzido poderão ser entregues para consumo em instituição assistencial local, declarada de utilidade pública.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 125. Até 30 (trinta) dias após a realização da venda em hasta pública ou do leilão de bens apreendidos, ao proprietário se reserva o direito de, em processo regular, pleitear do Município a restituição do valor que excedeu ao de todas as suas obrigações tributárias, acrescidas das despesas administrativas a que deu causa.

Art. 126. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa, todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- I – os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
- II – os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;
- III – as empresas de administração de bens;
- IV – os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
- V – os inventariantes;
- VI – os síndicos, comissários e liquidatários;
- VII – quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar sigredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 127. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Municipal ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividade.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, os seguintes:

- I – requisição de autoridade judiciária no interesse da Justiça;
- II – solicitações de autoridade administrativa no interesse da administração pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da administração pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

- I – representações fiscais para fins penais;
- II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Municipal;
- III – parcelamento ou moratória.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art.128. Para atuar com maior precisão e segurança, a Fazenda Pública poderá:

I – trocar informações de natureza fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, bem como de outros municípios, na forma que se estabelecer em convênio entre elas celebrado, ou, independentemente deste ato, sempre que solicitada.

II – requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art.129. Ao descumprimento das obrigações constantes desta Seção, aplicam-se as penalidades previstas neste código, no que couber.

Título VI

INFRACÕES E PENALIDADES

Capítulo I

DAS INFRAÇÕES

Art.130. Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em descumprimento por parte do sujeito passivo ou responsável, de obrigação tributária principal ou cessória, estabelecidas na legislação tributária municipal.

Capítulo II

DAS PENALIDADES

Seção I

ESPECIES DE PENALIDADES

Art.131. As infrações serão punidas com as seguintes penas:

I – multa;

II – cassação de sistemas ou controles especiais, estabelecidos em benefício do sujeito passivo.

§ 1º As penalidades mencionadas neste artigo, serão disciplinadas e fixadas no capítulo que regulamenta cada tributo.

§ 2º Sendo a lei omissa, a multa será de 20% (vinte) por cento do valor do tributo, devidamente atualizado, quando este não for recolhido dentro do prazo.

§ 3º O descumprimento de qualquer obrigação acessória para a qual não haja previsão de penalidade específica implicará na aplicação de multa de 50% (cinquenta) por cento do valor do tributo, sem prejuízo da exigência do tributo com todos os acréscimos legais.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

Seção II

DA PROIBIÇÃO DE TRANSACIONAR COM O MUNICÍPIO

Art.132. Além das penalidades cominadas na Seção I, os contribuintes em débito com o Município não poderão:

I – participar de qualquer modalidade de licitação;

II – celebrar contratos ou termos de qualquer natureza em que for parte o Município ou seus órgãos de administração indireta;

Parágrafo único. No caso de contribuintes em débito com o Município e desde que haja requerimento expresso do sujeito passivo, fica o Secretário Municipal da Fazenda autorizado a efetuar a compensação com créditos próprios líquidos e certos.

Capítulo III

DO PROCESSO FISCAL

Seção I

DA REPRESENTAÇÃO

Art. 133. Assim como qualquer pessoa, o agente fazendário incluído ou não no grupo de fisco representará contra toda ação ou omissão contrária à disposição deste Código, para solicitar:

I – Sugestão de contribuinte a regime especial de fiscalização;

II – Cancelamento de regime em contrato especial estabelecido em benefício do contribuinte;

III – Suspensão de licença;

IV – Cancelamento ou suspensão de isenção;

V – Interdição de estabelecimento.

Art. 134. A representação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível, o nome, a profissão, e o endereço do seu autor, acompanhada de provas ou indicando os elementos destas, mencionando os meios ou circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração.

Parágrafo único. Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade.

Art. 135. Recebida a representação, o órgão competente determinará as diligências para apuração da veracidade do fato denunciado, para fim de notificação, autuação, cominação de penalidade ou de encaminhamento ao Chefe do Poder Executivo ou, ainda, arquivamento da representação.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção II DA NOTIFICAÇÃO

Art. 136. Do lançamento dos tributos municipais, o sujeito passivo será cientificado através de notificação.

Art. 137. A notificação de lançamento terá as características definidas em modelo oficial, será preenchida sem rasuras ou emendas, e conterá:

I – nome, domicílio tributário ou endereço do sujeito passivo;

II – descrição do valor principal, da atualização monetária, da multa e juros devidos;

III – indicação da origem e natureza do crédito, mencionando especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV – data da emissão, identificação e assinatura da autoridade notificante;

V – intimação para pagamento ou impugnação, com indicação do respectivo prazo e data do seu início.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 138. As vias de notificação terão o seguinte destino:

I – A primeira para o notificado;

II – A segunda, ao órgão encarregado do recolhimento;

III – A terceira, presa ao loco, para arquivamento no fisco.

Art. 139. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado ou testemunhas, a ele se dará ciência do auto fiscal por correspondência, com aviso de recebimento (AR), datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio.

Art.140. São competentes para notificar os integrantes do grupo do fisco devidamente credenciados.

Art. 141. Vencido o prazo fixado na notificação sem que o contribuinte tenha cumprido a exigência fiscal, ou contra ela tenha interposto reclamação, ou sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será lavrado o auto de infração para os devidos fins.

Seção III DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art.142. Sempre que for constatado o não cumprimento de obrigação tributária acessória, será lavrado auto de infração.

Art.143. O auto de infração terá as características definidas em modelo oficial, será preenchido sem rasuras ou emendas, e conterá:

I – nome, domicílio tributário ou endereço do sujeito passivo;

II – descrição clara e precisa da infração, com referência às circunstâncias pertinentes;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

III – capitulação do fato, mediante citação expressa do dispositivo legal dado como infringido, e sua respectiva penalidade;

IV – data da emissão, identificação e assinatura do autuante;

V – intimação para pagamento ou impugnação, com indicação do respectivo prazo e data do seu início;

VI – a assinatura do autuado, seu representante legal ou preposto idôneo, ou registro, pelo notificante, das razões que o impediram.

§ 1º O prazo para pagamento do auto de infração será de 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte à data em que se considerar efetuada a intimação.

§ 2º Quando da entrega do auto de infração ao autuado houver a recusa à colocação da assinatura por parte deste último, este fato constará no corpo do auto de infração, devendo o autuante proceder a entrega da mesma mediante a aposição da assinatura de duas testemunhas.

Seção IV DA REPRESENTAÇÃO

Art. 144. Qualquer pessoa pode representar contra toda ação ou omissão que possa resultar em evasão de renda ou infração à legislação tributária do Município.

Art. 145. A autoridade que receber a representação determinará as providências necessárias para a completa verificação de sua procedência ou improcedência

Seção V DAS INTIMAÇÕES

Art. 146. As intimações ao sujeito passivo serão feitas por uma das seguintes formas:

I – pessoalmente, mediante assinatura do sujeito passivo, de seu representante legal ou de preposto idôneo;

II – por carta registrada com Aviso de Recebimento. AR;

III – por Edital de Notificação publicado no Boletim Oficial do Município, quando não for possível a intimação na forma dos incisos I e II.

§ 1º Se o fiscalizado se recusar a receber o termo ou a exarar o recibo, a autoridade fiscal registrará o fato e a administração tributária poderá optar em encaminhar o termo via postal, mediante aviso de recebimento ou fazer a entrega pessoal, na presença de duas testemunhas, registrando o ocorrido.

§ 2º Considera-se feita a intimação:

I – se pessoal, na data da assinatura;

II – se por carta, na data indicada pelo correio no Aviso de Recebimento. AR;

III – se por edital, 15 (quinze) dias após a data da efetiva circulação do Boletim Oficial do Município.

§ 3º Tratando-se de intimação por carta com aviso de recebimento, é suficiente para comprovação da mesma, o recibo de entrega.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art.147. Aplica-se o disposto neste Capítulo a todas as intimações realizadas pela Administração Tributária, inclusive cientificação de termos, notificações e autos de infração, ressalvadas as disposições específicas.

Capítulo IV

DO PROCESSO CONTENCIOSO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 148. Este Título disciplina a fase contenciosa do processo de determinação e exigência do crédito tributário.

Art. 149. A fase contenciosa do processo inicia-se com a apresentação de reclamação, pelo sujeito passivo, contra:

I – auto de infração;

II – notificação de lançamento;

III – decisão em processo administrativo de revisão, interposto conforme o disposto nos arts.

Art. 150. São competentes para julgar:

I – em primeira instância, a Unidade de Julgamento Singular;

II – em segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes.

Art.151. Os Julgadores de Processos Fiscais, os membros do Conselho Municipal de Contribuintes e o Representante da Fazenda Pública junto ao Conselho são impedidos de atuar em processos:

I – de interesse de seus parentes consanguíneos ou afins até o quarto grau inclusive;

II – de interesse de pessoa jurídica de direito privado de que sejam titulares, sócios, acionistas, membros da Diretoria, Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes;

III – em que tomaram parte ou tenham interferido em qualquer condição ou a qualquer título;

IV – que tratem de notificação de lançamento ou auto de infração por eles emitidos, conjunta ou individualmente.

Art.152. As autoridades julgadoras são incompetentes para declarar a inconstitucionalidade ou ilegalidade de lei, decreto ou normas complementares.

Parágrafo único. Os órgãos julgadores poderão apreciar a alegação de ilegalidade ou inconstitucionalidade reconhecida por entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

Art.153. São nulos:

I – os atos e termos praticados por pessoa incompetente;

II – os despachos e decisões proferidas por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

III – os lançamentos cujos elementos sejam insuficientes para determinar a matéria tributável e o respectivo sujeito passivo.

§ 1º A falta de intimação ou a intimação nula fica suprida pelo comparecimento do interessado, a partir do momento em que lhe sejam comunicados formalmente todos os elementos necessários à prática do ato.

§ 2º A nulidade do ato só prejudica os posteriores que dele dependam diretamente ou sejam consequência.

§ 3º A nulidade será declarada de ofício pela autoridade julgadora nas respectivas esferas de competência, que mencionará expressamente os atos por ela alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento do feito.

§ 4º Sempre que possível, as irregularidades, incorreções ou omissões deverão ser sanadas de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, de modo a permitir o prosseguimento do feito.

Art.154. Às partes interessadas é facultada vista dos autos na repartição em que se encontram, vedada a sua retirada e permitido o fornecimento de cópias ou certidões, por solicitação do interessado.

Art. 155. Opera-se a desistência do litígio na esfera administrativa:

I – expressamente, por pedido do sujeito passivo;

II – tacitamente:

a) pelo pagamento ou pedido de parcelamento do crédito tributário discutido;

b) pela propositura de ação judicial relativa à matéria objeto do processo administrativo.

Parágrafo único. Os órgãos próprios da Secretaria Municipal de Fazenda, ao tomarem conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no inciso II, comunicarão o fato ao órgão julgador, que determinará, de ofício, o arquivamento do processo.

Capítulo V DAS AUTORIDADES PROCESSUAIS Seção I DO ÓRGÃO PREPARADOR

Art.156. Compete ao Órgão Preparador organizar o processo na forma dos autos forenses.

§ 1º O Órgão Preparador deverá verificar se a instrução do processo preenche os requisitos legais em todas as suas fases, corrigindo eventuais vícios e irregularidades, determinando as diligências que forem necessárias.

§ 2º As intimações feitas para as finalidades previstas no § 1º deverão ser cumpridas no prazo de 10 (dez) dias, findo o qual o processo subirá à autoridade competente para decisão ou despacho final.

§ 3º Verificada a intempestividade da reclamação, o Órgão Preparador encaminhará o processo para decisão, independente de qualquer outra providência.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção II DA UNIDADE DE JULGAMENTO SINGULAR

Art. 157. A Unidade de Julgamento Singular é integrada por até 03 (três) Julgadores de Processos Fiscais, que atuam individual e independentemente, nomeados pelo Secretário Municipal da Fazenda e escolhidos entre os servidores integrantes das carreiras de Fiscal de Tributos Municipais ou de Procurador Municipal, efetivos e estáveis, de ilibada reputação e reconhecido saber jurídico tributário.

§ 1º A critério do Secretário Municipal da Fazenda, poderão ser nomeados julgadores ad hoc, sempre que o número de processos o justifique, atendidos os requisitos do caput.

§ 2º Os Julgadores de Processos Fiscais, nomeados na forma deste artigo, receberão gratificação mensal equivalente a % sobre a sua remuneração, assim compreendido o vencimento básico do cargo acrescido das vantagens de natureza permanente.

Seção III DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE

Art.158. Órgão de composição paritária de caráter deliberativo, competente para o julgamento de recursos administrativo-tributários em segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes, instituído por lei Complementar, será composta por um Presidente, 05 membros titulares e 05 membros suplentes, das mesmas representações, sendo:

- I – 02 representantes da Procuradoria-Geral do Município;
- II – 02 representantes da Secretaria Municipal da Fazenda;
- III – 02 representantes indicados pelo Movimento Sociais e população;
- IV – 02 representantes indicados pela CDL;
- V – 02 representantes indicados pelo poder legislativo.

§ 1º No caso de impedimento de qualquer dos membros do Conselho, deverá ser convocado seu suplente.

§ 2º As sessões serão públicas em todas as suas fases, sendo que as sessões ordinárias serão realizadas (mensalmente), em dia e hora a serem fixados pelo Presidente do Conselho.

§ 3º As decisões do Conselho Municipal de Contribuintes serão tomadas por voto nominal e aberto, sendo nula de pleno direito a decisão que não observar qualquer destes requisitos.

Art.159. Os conselheiros serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com os respectivos suplentes, para um período de até (dois anos), podendo ser reconduzidos.

§ 1º No caso de vacância do cargo titular, assumirá imediatamente o suplente, que cumprirá o tempo restante do mandato;

§ 2º No caso de vacância simultânea dos cargos titular e suplente, serão nomeados substitutos para o cumprimento do tempo restante do mandato, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º Os representantes do Executivo poderão ser reconduzidos por um mandato, após o qual deverão cumprir um interstício de um mandato.

§ 4º As entidades representadas ou o executivo poderão substituir seus próprios representantes a qualquer tempo.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art.160. Os membros integrantes do Conselho Municipal de Contribuintes, obrigatoriamente, deverão possuir formação universitária nas áreas de Economia, Administração, Ciências Contábeis ou Direito.

Art.161. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes deverão ser pessoas equidistantes da Fazenda e dos contribuintes, com formação na área de Direito, de ilibada reputação e reconhecido conhecimento em matéria tributária, sendo nomeados pelo Prefeito Municipal a partir de lista tríplice elaborada na forma do

§ 1º Para o mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 2º Para fins de nomeação pelo Chefe do Poder Executivo, os Conselheiros titulares do Conselho Municipal de Contribuintes elaborarão lista tríplice, nela somente podendo figurar as pessoas que preencherem os requisitos do caput deste artigo e que obtiverem, pelo menos, 04 (quatro) votos dos Conselheiros titulares.

§ 3º Recebida a lista tríplice, o Chefe do Poder Executivo escolherá o Presidente e o Vice-Presidente.

§ 4º O Vice-Presidente substituirá o Presidente no caso de impedimento, suspeição e licença por prazo superior a 15 (quinze) dias, e suceder-lhe-á na vacância, até o término do mandato.

§ 5º Em caso de vacância do Presidente e do Vice-Presidente, no prazo de 30 (trinta) dias serão nomeados substitutos para cumprir o tempo restante dos mandatos, obedecidos os requisitos fixados neste artigo.

Art.162. O Presidente do Conselho, além das previstas nesta Lei e no Regimento Interno do Conselho, terá as seguintes atribuições:

I – dirigir os trabalhos do Conselho, decidindo as questões que lhe forem apresentadas;

II – representá-lo perante quaisquer pessoas ou órgãos;

III – comunicar à autoridade competente, de ofício, ou a requerimento de qualquer conselheiro, irregularidades ou faltas funcionais, ocorridas em repartição administrativa, de que haja provas ou indícios em processo submetido a julgamento no Conselho;

IV – presidir as sessões, proferindo, quando necessário, voto de desempate;

V – definir período de recesso do Conselho.

Art.163. A falta de comparecimento de qualquer conselheiro a 03 (três) sessões consecutivas ou a 08 (oito) alternadas, durante cada ano, importará, salvo concessão de licença na forma prevista no Regimento Interno, em renúncia ao mandato, devendo o Presidente comunicar imediatamente o fato às respectivas representações para efeito de indicação de substituto, que completará o mandato.

Art.164. O Conselho entrará em recesso anualmente por prazo não superior a 45 (quarenta e cinco) dias, nele compreendido o período definido pelo Executivo Municipal como férias coletivas.

Art. 165. O Conselho terá uma secretaria com a organização e as atribuições que forem fixadas no seu Regimento Interno.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

§ 1º A secretaria do Conselho será composta por um secretário e um assistente de secretaria, nomeados pelo Secretário Municipal da Fazenda, escolhido entre os servidores efetivos e estáveis do Município, acumulando a função pertencente ao Órgão Preparador a que se refere a Seção I do Capítulo II deste Título.

§ 2º Além de outras que lhe forem deferidas pelo Regimento Interno, é de competência exclusiva da Secretaria do Conselho:

- I – secretariar as sessões, lavrando as respectivas atas;
- II – dirigir o expediente da Secretaria;

Seção IV **DA REPRESENTAÇÃO DA FAZENDA MUNICIPAL**

Art.166. A representação da Fazenda Municipal junto ao Conselho Municipal de Contribuintes será exercida, no julgamento de cada processo, por Procurador lotado e com exercício na Procuradoria-Geral do Município, designado pelo Procurador-Geral.

§ 1º Compete ao representante da Fazenda, além de outras atribuições previstas em Lei e no Regimento Interno do Conselho:

- I – a defesa do interesse público, da legalidade e da preservação da ordem jurídica;
- II – fazer-se presente nas sessões de julgamento, ordinárias e extraordinárias, podendo usar da palavra;
- III – representar ao Procurador-Geral do Município e ao Secretário Municipal da Fazenda sobre quaisquer irregularidades verificadas nos processos, em detrimento da Fazenda Pública ou dos contribuintes, bem como apresentar sugestões de medidas legislativas e providências administrativas que julgar úteis ao aperfeiçoamento dos serviços de exação fiscal.

Art. 167. É indispensável a presença do Procurador do Município em qualquer sessão de julgamento, sob pena de nulidade da mesma.

Parágrafo único. O Procurador do Município será intimado pessoalmente de todos os atos processuais.

Capítulo VI **DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA**

Art.168. A reclamação será apresentada por petição escrita à Unidade de Julgamento Singular, via setor de expediente da Prefeitura, contra recibo, na qual o sujeito passivo alegará, de uma só vez e articuladamente, toda a matéria que entender útil, juntando as provas que possua, e apresentando o pedido de diligências ou de perícias que entender necessárias, de acordo com as normas regulamentares.

§ 1º Inexistindo quaisquer dos requisitos formais previstos na legislação, será o autor intimado para regularizar, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.

§ 2º Nenhuma taxa, preço público de expediente, depósito prévio ou valor de qualquer outra natureza poderá ser exigido para o oferecimento da reclamação.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art.169. A reclamação terá efeito suspensivo e poderá ser apresentada no prazo de 30 (trinta) dias contados da cientificação do ato fiscal impugnado.

§ 1º Mesmo perempta, a reclamação será encaminhada à Unidade de Julgamento Singular, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário contestado.

§ 2º A apresentação de reclamação à autoridade incompetente não induzirá preempção ou caducidade, devendo ser encaminhada, de ofício, a quem de direito.

Art.170. O processo recebido pelo órgão preparador será remetido à autoridade notificante para, no prazo de 10 (dez) dias, prestar as informações, juntar os documentos necessários à defesa do ato praticado, além de requerer perícias ou diligências que julgar necessárias.

Art.171. Instruído o processo, será distribuído ao Julgador de Processos Fiscais, que proferirá decisão, observando o seguinte:

I – a decisão deverá ser precedida de relatório, o qual será uma síntese de todo o processo;

II – todas as questões levantadas na reclamação deverão ser analisadas;

III – serão decididas primeiro as preliminares e depois o mérito;

IV – deverá ser pronunciado o provimento ou desprovimento da reclamação;

V – a decisão deverá ser fundamentada, expondo as razões do provimento ou desprovimento;

VI – deverão ser expressos os efeitos da decisão e o prazo para seu cumprimento ou interposição de recurso.

Parágrafo único. O Julgador de Processos Fiscais poderá baixar o processo em diligência, a ser cumprida no prazo de 10 (dez) dias, a fim de sanar eventuais falhas que prejudiquem o julgamento do feito.

Capítulo VII DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA Seção I DOS RECURSOS

Art.172. São facultados os seguintes recursos perante o Conselho Municipal de Contribuintes:

I – recurso ordinário;

II – pedido de esclarecimento;

III – pedido de reconsideração.

Seção II DO RECURSO ORDINARIO

Art.173. Das decisões do Julgador de Processos Fiscais caberá recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, que deverá ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que se considerar feita a intimação da decisão:

I – pelo sujeito passivo;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

II – pelo Julgador de Processos Fiscais, de ofício, no corpo da própria decisão, sempre que esta for contrária à Fazenda Pública e de valor médio lançado do imposto IPTU do exercício, multiplicado por 5 (cinco) vezes do valor do débito.

§ 1º O Conselho Municipal de Contribuintes, caso o Julgador de Processos Fiscais não o tenha interposto, terá o recurso por havido, se presentes os seus pressupostos.

§ 2º Mesmo perempto, será o recurso encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário impugnado.

§ 3º A decisão que anular, por vício formal, o lançamento efetuado, não estará sujeita ao reexame necessário previsto no inciso II deste artigo.

§ 4º Do recurso em face de decisão que não conhecer da reclamação apresentada, o Conselho Municipal de Contribuintes apreciará exclusivamente as causas que motivaram o não conhecimento.

§ 5º Reformada a decisão nos termos do § 4º, os autos serão remetidos à Unidade de Julgamento Singular para apreciação do mérito.

Art. 174. Durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo, pessoalmente ou através de seu procurador, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, permitidas réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos.

Art. 175. Cada Conselheiro pode, durante a sessão:

I – pedir vistas do processo;

II – propor a realização de diligências a fim de sanar eventuais falhas que prejudiquem o julgamento do feito, que deverão ser cumpridas no prazo de 10 (dez) dias.

Art.176. As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente do Conselho o voto de desempate.

Art.177. A tramitação do processo no Conselho Municipal de Contribuintes far-se-á de acordo com as normas do seu Regimento Interno, observado o seguinte:

I –. será dado vista do processo ao Representante da Fazenda, que deverá manifestar-se sobre a matéria, por escrito;

II – os processos serão distribuídos por sorteio, ao relator;

III – o relator ou o Representante da Fazenda poderão solicitar ao Presidente as diligências que julgarem necessárias;

IV – as pautas de julgamento serão afixadas no hall de entrada da Prefeitura, com a intimação obrigatória do contribuinte na forma do artigo desta Lei Complementar, observando-se a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º As partes poderão apresentar razões e documentos suplementares até a publicação da pauta de julgamento.

§ 2º Da apresentação de razões e documentos na forma do § 1º, será dada oportunidade à parte contrária, para manifestar-se por escrito, querendo.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção III DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Art.178. Cabe pedido de esclarecimento ao relator do acórdão, de decisão do Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva cientificação, quando a decisão recorrida:

I – for omissa, contraditória ou obscura;

II – deixar de apreciar matéria de fato ou de direito alegada na petição.

§ 1º O relator levará a julgamento o pedido de esclarecimento na reunião subsequente à do seu recebimento, dispensada a prévia publicação de pauta.

§ 2º Não será conhecido o pedido que for considerado manifestamente protelatório ou vise indiretamente a reforma da decisão.

Capítulo VIII DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art.179. A Procuradoria-Geral do Município, o Secretário Municipal da Fazenda ou o sujeito passivo poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da cientificação do sujeito passivo, interpor pedido, apenas com efeito devolutivo, visando a reconsideração de decisão de mérito não unânime do Conselho Municipal de Contribuintes, proferida em recurso ordinário de que não caiba mais recurso.

§ 1º A decisão de mérito poderá ser reconsiderada pelo Conselho Municipal de Contribuintes quando:

I – violar literal disposição de lei;

II – for contrária à prova dos autos;

III – contrariar jurisprudência assente do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

IV – se basear em prova cuja falsidade seja demonstrada no pedido de reconsideração;

V – for apresentado documento novo, cuja existência se ignorava na ocasião do julgamento, que por si só possa modificá-lo;

VI – fundada em erro de fato, resultante de atos ou documentos dos autos.

§ 2º Não cabe pedido de reconsideração de decisão que anulou lançamento por erro formal.

§ 3º No processo e julgamento do pedido de reconsideração, aplicar-se-ão, naquilo que for compatível, as regras atinentes ao recurso ordinário.

§ 4º Fica assegurado ao Município o direito de recorrer ao Poder Judiciário contra decisão de pedido de reconsideração interposto na forma deste artigo.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Capítulo IX DAS DILIGENCIAS E PERICIAS

Art.180. O órgão julgador determinará, de ofício ou a requerimento, a realização de diligências ou perícias, quando entender necessárias, designando desde logo o perito e o prazo para a entrega do laudo.

§ 1º O requerimento de diligência ou perícia deve indicar os motivos que a justifiquem e serão realizadas na forma prevista em regulamento, correndo por conta do requerente o seu custo.

§ 2º Deferida a perícia, o sujeito passivo e a Fazenda Pública serão intimados para indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos no prazo de 15 (quinze) dias.

Art.181. Será indeferida a realização de perícia ou diligência quando:

I – forem considerados suficientes os elementos presentes nos autos para a formação do convencimento;

II – seja destinada a apurar fatos vinculados à escrituração comercial ou fiscal ou a documentos que estejam na posse do requerente e que possam ser juntados aos autos;

III – a prova do fato não depender de conhecimento técnico especializado;

IV – a verificação for impraticável;

V – requerida em segunda instância e não provada a ocorrência de fato novo.

§ 1º A decisão que indeferir o pedido de diligência ou de perícia deverá ser fundamentada, especificando as razões do indeferimento.

§ 2º Ao Conselho Municipal de Contribuintes cabe apreciar pedido de revisão da decisão que indeferir, em primeira instância, a diligência ou a perícia.

§ 3º O pedido a que se refere o § 2º será apreciado na forma determinada pelo Regimento Interno do Conselho.

Capítulo X DA EFICACIA DAS DECISÕES

Art.182. São definitivas as decisões:

I – de primeira instância quando esgotado o prazo para recurso voluntário;

II – de segunda instância quando não caiba mais recurso ou, quando cabível, não tenha sido tempestivamente proposto.

Parágrafo único. Serão também definitivas as decisões de primeira instância, na parte que não for objeto de recurso ordinário ou que não estiver sujeita a recurso de ofício.

Art.183. O prazo para cumprimento das decisões definitivas será de 30 (trinta) dias contados da data em que se considerar efetuada a intimação do sujeito passivo.

Parágrafo único. Na falta de disposição expressa na legislação tributária, o prazo para cumprimento de despacho será de 05 (cinco) dias contados da data em que se considere cientificado aquele que o deva cumprir.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção I DAS CONTESTAÇÕES

Art. 184. É facultado ao denunciado contestar representação pela qual se solicite qualquer das penalidades referidas no artigo 121.

Art. 185. A contestação será apresentada à autoridade competente.

Parágrafo único. A autoridade competente fixará prazo máximo de 10 (dez) dias para a contestação.

Seção II DAS RECLAMAÇÕES

Art. 186. É lícito ao sujeito passivo da obrigação tributária principal reclamar de lançamento ou de notificação contra ele expedidos.

§ 1º A reclamação será dirigida, em petição, à autoridade julgadora de primeira instância, facultada e juntada de provas.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 187. É cabível a reclamação por parte de qualquer pessoa, contra a emissão ou exclusão de lançamento.

Art. 188. As reclamações terão efeito suspensivo, quanto a cobrança dos tributos e penalidades lançados ou notificados, desde que preenchidas as formalidades legais.

Seção III DAS DEFESAS

Art. 189 – É lícito a ao autuado apresentar defesa ao auto de infração contra ele lavrado.

§ 1º A defesa será dirigida, em petição, à autoridade julgadora de primeira instância.

§ 2º Não se conhecerá de defesa apresentada fora do prazo legalmente conhecido.

Art. 190. Na defesa, o autuado alegará toda a matéria que entender útil, indicará e requererá todas as provas que pretende produzir, juntará logo as que constarem de documentos e, sendo o caso, arrolará testemunhas.

Seção IV DOS RECURSOS

Art. 191. Da decisão de primeira instância caberá recurso às instâncias superiores, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da intimação.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Parágrafo único. O recurso poderá ser interposto contra toda a decisão ou parte dela.

Art. 192. O recurso voluntário terá efeito suspensivo da cobrança.

Art. 193. O Chefe do Poder Executivo poderá converter o julgamento em diligência e determinar a produção de provas ou do que julgar cabível para formar sua convicção.

Art. 194. O recorrente poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do crédito tributário, efetuado o seu pagamento, cujas importâncias, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de intimação da decisão, e corrigidas monetariamente a partir da data do seu efetivo recolhimento.

Seção V DAS CONSULTAS

Art. 195. Mediante petição escrita dirigida à Secretaria Municipal da Fazenda, poderão formular consulta sobre a interpretação de dispositivos da legislação tributária municipal:

- I – o sujeito passivo;
- II – os órgãos da administração pública;
- III – as entidades representativas de categorias econômicas, sobre matéria de interesse comum de seus representados.

§ 1º A resposta à consulta aproveita apenas a quem a formulou.

§ 2º A resposta às consultas obedecerá aos critérios regulamentares, podendo a Secretaria Municipal da Fazenda determinar a instrução do processo com parecer fiscal;

§ 3º Não será recebida consulta que verse sobre:

- I – legislação tributária em tese;
- II – fato definido em lei como crime ou contravenção;
- III – matéria que tenha sido objeto de decisão proferida em processo contencioso administrativo em que o consulente tenha atuado como parte;
- IV – matéria já tratada em consulta anteriormente formulada pelo próprio consulente, salvo em caso de alteração da legislação;
- V – matéria que:
 - a) tenha motivado a lavratura de notificação fiscal contra o consulente;
 - b) seja objeto de medida de fiscalização já iniciada.

Art. 196. A consulta será formulada em petição dirigida ao responsável pelo órgão competente, com apresentação clara e precisa de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato e com a indicação dos dispositivos legais aplicados, instruída, se necessário, com os documentos.

Parágrafo único. O consulente deverá elucidar se a consulta versa sobre hipótese em relação a qual ocorreu o fato gerador da obrigação tributária e, em caso positivo, a sua data.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção VI DA RESPONSABILIDADE TRIBUTARIA

Art. 197. A consulta, quando formulada pelo sujeito passivo:

I – suspende o prazo para pagamento do tributo, em relação ao fato objeto da consulta, até 30 (trinta) dias após a ciência da resposta;

II – impede, durante o prazo fixado no inciso I, o início de qualquer medida de fiscalização, com relação ao consulente, destinada à apuração de infrações referentes à matéria consultada.

Art. 198. O prazo para a resposta à consulta formulada será de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Poderá ser solicitada a emissão de parecer e realização de diligências, hipótese em que o prazo referido no artigo será interrompido, começando a fluir no dia em que o resultado das diligências ou pareceres forem recebidos pela autoridade competente.

Art. 199. Não produzirá efeito a consulta formulada.

I – por quem estiver sobre procedimento fiscal instaurado para apurar fatos que se relacionam com a matéria consultada;

II – por quem estiver sendo intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;

III – quando o fato já tiver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta, ou litígio em que tenha sido parte o consulente;

IV – quando o fato definido ou declarado em disposição literal da lei Tributária;

V – quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável pela autoridade julgadora.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, a consulta será declarada ineficaz e determinado o arquivamento.

Art. 200. Quando a resposta à consulta for no sentido da exigibilidade de obrigação, cujo fato gerador já tiver ocorrido, a autoridade julgadora, ao intimar o consulente para ciência da decisão, determinará o seu cumprimento, fixando o prazo de 10 (dez) dias.

Art. 201. O consulente poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração de eventual crédito tributário, efetuando seu pagamento, cujas importâncias serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do interessado.

Art. 202. Não cabe pedido de reconsideração ou recurso de decisão proferida em processo de consulta.

Art. 203. A solução dada à consulta terá efeito normativo, quando adotada em circular expedida pela autoridade fiscal competente.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

**Capítulo XI
JULGAMENTO DE PROCESSO CONTENCIOSO
Seção I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 204. Ao processo contencioso administrativo, aplicam-se subsidiariamente as disposições do processo administrativo comum.

Art. 205. Fica assegurado ao contribuinte, responsável, autuado ou interessado, a plena garantia de defesa e prova.

Art. 206. O julgamento dos atos de defesa compete:
I – em primeira instância, ao órgão competente;
II – em Segunda instância, ao Secretário de Finanças;
III – em terceira instância, ao Prefeito Municipal.

Art. 207. A interposição de impugnação, defesa ou recurso independe de garantia de instância.

Art.208. É facultado ao contribuinte, responsável, autuado ou interessado, durante a fluência dos prazos, ter vista dos processos em que for parte, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 209. Poderão ser restituídos os documentos apresentados pela parte, mediante recibo, desde que não prejudiquem a decisão, exigindo-se a sua substituição por cópias autenticadas.

Art. 210. Quando no decorrer da ação fiscal, foram apurados novos fatos, envolvendo a parte ou outras pessoas, ser-lhes-á marcado igual prazo para apresentação de defesa no mesmo processo.

Art. 211. As decisões administrativas serão incompetentes para:
I- Declarar a inconstitucionalidade da legislação tributária;
II- Dispensar, por equidade, o cumprimento da obrigação tributária principal.

**Seção II
DA IMPUGNAÇÃO**

Art. 212. A impugnação de exigência fiscal instaura a fase contraditória.

Art. 213. O contribuinte, o responsável e o infrator, poderão impugnar qualquer exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação do lançamento ou da intimação, mediante defesa escrita e juntados os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

Parágrafo único. O impugnante poderá fazer-se representar por procurador legalmente constituído.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000
E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br
CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 214. A impugnação será dirigida ao responsável pela unidade administrativa de finanças e deverá conter:

I – a qualificação do interessado, o número do contribuinte no cadastro respectivo e o endereço para receber a intimação;

II – matéria de fato ou de direito em que se fundamenta;

III – as provas do alegado e a indicação das diligências que pretenda sejam efetuadas com os motivos que a justifiquem;

IV – pedido formulado de modo claro e preciso.

Parágrafo único. O servidor que receber a impugnação dará recibo ao representante.

Art. 215. A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança.

Art. 216. Juntada a impugnação ao processo, ou formado esse, se não houver, o mesmo será encaminhado ao autor do ato impugnado, que apresentará réplica às razões da impugnação dentro do prazo de 10 (dez) dias.

Art. 217. Recebido o processo com a réplica, a autoridade julgadora determinará, de ofício, a realização das diligências que entender necessárias, fixando o prazo de 15 (quinze) dias para a sua efetivação e deferirá as imprescindíveis.

Parágrafo único. Se na diligência forem apurados fatos de que resulte crédito tributário maior do que o impugnado, será reaberto o prazo para nova impugnação, devendo do fato ser dada ciência ao interessado.

Art. 218. Completa a instrução, o processo será encaminhado à autoridade julgadora, que decidirá sobre a procedência ou improcedência da impugnação, por escrito, com redação clara e precisa, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º A autoridade julgadora não ficará adstrita às alegações da impugnação e da réplica, devendo decidir de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

§ 2º No caso de a autoridade julgadora entender necessário, poderá converter o julgamento em diligência, determinando novas provas a serem produzidas e o prazo para sua produção.

Art. 219. A intimação da decisão será feita na forma seguinte:

I – pessoalmente ou a representante, mandatário ou preposto, mediante recibo datado e assinado ou com menção da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura;

II – por carta registrada com aviso de recebimento – AR, datado e firmado pelo destinatário ou alguém do seu domicílio;

III – por edital, integral ou resumido, se desconhecido o domicílio tributário do destinatário.

§ 1º Quando o edital for de forma resumida, deverá conter todos os dados necessários à plena ciência do intimado.

§ 2º Quando, em um mesmo processo, for interessado mais de um sujeito passivo, em relação a cada um deles serão atendidos os requisitos fixados nesta seção para as intimações.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 220- A intimação presume-se feita:

I – quando pessoal, na data do recebimento;

II – quando por carta, na data do recibo de volta, e se for essa omitida, 15 (quinze) dias após a entrada da carta no correio;

III – quando por edital, 30 (trinta) dias após a data da afixação ou da publicação.

Art. 221. Os despachos interlocutórios que não afetam a defesa do sujeito passivo, independem da intimação.

Art. 222. O impugnante poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do crédito tributário, efetuado o seu pagamento, cujas importâncias, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da decisão.

Parágrafo único. Sendo devido o crédito tributário, a importância depositada será automaticamente convertida em renda.

Art. 223. A autoridade julgadora recorrerá, de ofício, no próprio despacho, sempre que a decisão exonerar o contribuinte ou o responsável do pagamento de tributo e multa, cujos valores originários somados sejam superiores a uma U.F.M. (Unidade Fiscal Monetária) vigente à época da decisão.

Seção III **DOS RECURSOS**

Art. 224. Da decisão de primeira instância caberá recurso às instâncias superiores, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Parágrafo único. O resultado poderá ser interposto contra toda a decisão ou parte dela.

Art. 225. O recurso voluntário terá efeito suspensivo da cobrança.

Art. 226. O Prefeito poderá converter o julgamento em diligência e determinar a produção de novas provas ou do que julgar cabível para formar sua convicção.

Art.227. A intimação será feita na forma prevista neste código.

Art. 228. O recorrente poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do crédito tributário, efetuando o seu pagamento, cujas importâncias, se indevidas, serão restituídas, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de intimação da decisão.

Seção IV **DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES**

Art. 229. São definitivas:

I – as decisões finais de primeira instância não sujeitas ao recurso de ofício e, quando esgotado prazo para recurso voluntário, sem que esse tenha sido interposto;

II – as decisões finais de Segunda instância e terceira instância.

Parágrafo único. Tornar-se-á definitiva, desde logo a parte da decisão que não tenha sido objeto de recurso, nos casos de recurso voluntário parcial.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 230. Transitada em julgado a decisão desfavorável ao contribuinte, responsável, autuado ou interessado o processo será remetido ao setor competente, para se efetuar as seguintes providências, quando cabíveis:

I – intimação do contribuinte, do responsável, do autuado, para que recolha os tributos e multas devidos, com seus acréscimos, no prazo de 10 (dez) dias;

II – remessa para a inscrição e cobrança da dívida;

III – liberação dos bens, mercadorias, livros ou documentos apreendidos ou depositados.

Art. 231. Transitada em julgado a decisão favorável ao contribuinte, responsável, autuado ou interessado o processo será remetido ao setor competente para restituição dos tributos e penalidades porventura pagos.

Art. 232. Os processos somente poderão ser arquivados com o respectivo despacho.

Parágrafo único. Os processos encerrados serão mantidos pela Administração pelo prazo de 1 (um) ano, da data d despacho de arquivamento, após o que serão inutilizados.

Capítulo XII DA DÍVIDA ATIVA

Art. 233. Constitui dívida ativa municipal a proveniente de crédito, regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo único. A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 234. A inscrição será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito.

Parágrafo único. O Termo de Inscrição em Dívida Ativa e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 235. Sempre que os débitos não forem pagos em tempo hábil e não houver reclamação ou recurso pendente de apreciação pelas autoridades fazendárias, os mesmos deverão ser inscritos na dívida ativa municipal.

Parágrafo único. O aviso da inscrição em dívida ativa deverá ser comunicada ao sujeito passivo, ainda que no ato do lançamento.

Art. 236. Compete, privativamente, à Procuradoria-Geral do Município a cobrança judicial da dívida ativa municipal.

§ 1º Recebida pela Procuradoria-Geral do Município a certidão de dívida ativa, cessa a competência do órgão fazendário para agir ou decidir a respeito do crédito respectivo, salvo nos casos em que houver autorização expressa.

§2º Cumpre ao órgão fazendário cooperar com a Procuradoria-Geral do Município para garantir eficiência na cobrança judicial da dívida ativa, devendo prestar as informações solicitadas por esta ou pelo Poder Judiciário.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 237. O Termo de Inscrição da Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I – o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II – o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III – a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV – a indicação se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para cálculo;

V – a data e o número da inscrição, no registro de dívida ativa;

VI – o número do processo administrativo, da notificação de lançamento ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro digital ou físico e a folha onde está a inscrição.

Art. 238. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 239. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de liquidez, certeza e exigibilidade, tendo o efeito de prova pré-constituída.

§ 1º A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

§ 2º A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Capítulo XIII DA CERTIDÃO NEGATIVA

Art. 240. A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Parágrafo único. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida em até 5 (cinco) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

Art. 241. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 242. As certidões emitidas terão prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Parágrafo único. As certidões previstas neste capítulo serão fornecidas independentemente do pagamento de taxa.

Art. 243. Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

Art.244. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude que contenha erro contra a Fazenda Pública responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito e juros de mora acrescidos, sem prejuízo dos danos que causar a terceiro.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber

Capítulo XIV

DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES FISCAIS

Art. 245. O agente fiscal que, em função do cargo ou exercício, tendo conhecimento da infração da legislação tributária, deixar de lavrar e encaminhar o auto competente, será responsável pecuniariamente pelo prejuízo causado à Fazenda Municipal, desde que a omissão e a responsabilidade sejam apuradas, enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal.

§ 1º Igualmente será responsável a autoridade ou funcionário que deixar de dar andamento aos processos administrativos tributários, ou quando o fizer fora dos prazos estabelecidos, ou mandar arquivá-los antes de findos, sem causa justificada e não fundamentado o despacho na legislação vigente à época da determinação do arquivamento.

§ 2º A responsabilidade, no caso deste artigo, é pessoal e independente o cargo ou função exercidos, sem prejuízo e outra sanções administrativas e penais cabíveis.

Art. 246. Nos casos do artigo anterior e seus §§, ao responsável e, se mais de um houver, independentemente uns dos outros será cominada a pena de multa de valor igual à metade da aplicável ao contribuinte, responsável ou infrator, sem prejuízo da obrigatoriedade do recolhimento do tributo, se esse já não tiver sido recolhido.

§ 1º A pena prevista neste artigo será imposta pelo responsável da unidade administrativa de finanças, por despacho no processo administrativo que apura a responsabilidade do funcionário, a quem serão assegurados amplos direitos de defesa.

§ 2º Na hipótese do valor da multa e tributos deixados de arrecadar por culpa do funcionário ser superior a 10 (dez por cento) do total percebido mensalmente por ele, a título de remuneração, o responsável pela unidade administrativa de finanças determinará o recolhimento parcelado, de modo que de uma só vez não seja recolhida importância excedente àquele limite.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 247. Não será de responsabilidade do funcionário a omissão que praticar ou o pagamento do tributo cujo recolhimento deixar de promover em razão de ordem superior, devidamente provada, ou quando não apurar infração em face das limitações da tarefa que lhe tenha sido atribuída pelo superior imediato.

Parágrafo único. não se atribuirá responsabilidade ao funcionário, não tendo cabimento aplicação de penalidade pecuniária ou de outra, quando se verificar que a infração consta de livros ou documentos fiscais a eles não exigidos, e, por isso, já tenha lavrado auto de infração por embarço à fiscalização.

Art. 248. Consideradas as circunstâncias especiais em que deixou de promover a arrecadação de tributos, conforme em regulamento, o responsável pela unidade administrativa de finanças, após a aplicação da multa, poderá dispensa-lo do pagamento desta.

LIVRO II DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL Título I DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 249. O município de MELEIRO poderá instituir os seguintes tributos:

I – impostos;

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III – contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à Administração Tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da Lei, o patrimônio, aos rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 250. Compõem o sistema tributário do Município:

I – impostos;

a) sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU;

b) sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia bem como cessão de direitos e sua aquisição – ITBI;

c) sobre as vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel – IVVC;

d) sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN;

II – taxas decorrentes do efetivo ato do poder de polícia administrativa:

a) de licença para instalação e localização - TLL;

b) de licença para funcionamento - TLF;

c) de licença para funcionamento em horário especial - TFHE;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

- d) de licença para o exercício da atividade de comércio eventual ou temporada - TACET;
- e) de licença para execução de obras e instalações particulares - TLEOIP;
- f) de licença para a publicidade -TP;
- g) de licença para ocupação de áreas - TLOA;
- h) de licenciamento ambiental - TLA.

III – taxas decorrentes da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao sujeito passivo ou posto à sua disposição:

- a) de limpeza pública-TLP;
- b) de conservação de ruas e logradouros públicos TCRLP;
- c) de coleta de lixo ordinário - TCLO
- d) de embarque - TE;
- e) de esgotamento sanitário TES;
- f) de contribuição para custeio do serviço de iluminação pública-COSIP

IV – contribuição de melhoria

Título II
DOS IMPOSTOS

Capítulo I
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL
URBANA

Seção I
DO FATO GERADOR

Art. 251. O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana incide sobre a propriedade, a posse ou o domínio útil de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido em lei civil, localizado na zona urbana do Município ou em áreas a ela equiparadas por lei.

Parágrafo Único. O fato gerador do imposto ocorre no 1º (primeiro) dia de cada exercício financeiro.

Art. 252. O bem imóvel, para os efeitos deste imposto, será classificado como terreno ou prédio.

§ 1º Considera-se terreno o bem imóvel:

- a) sem edificação;
- b) em que houver construção paralisada ou em andamento;
- c) em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;
- d) cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição ou modificação.

§ 2º Considera-se prédio o bem imóvel no qual existe edificação que possa ser utilizada para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do § anterior.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 253. Para os efeitos deste imposto, entendem-se como zona urbana aquelas definidas na legislação municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 02 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II – abastecimento de água;

III – sistema de esgotos sanitários;

IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizadas fora das zonas definidas nos termos do art.253.

§ 3º O imposto incide, também, sobre o imóvel, que embora não localizado na zona urbana, seja utilizado como sítio de recreio e cuja eventual produção não se destine ao comércio.

§ 4º O imposto incide, também, sobre a área que possuem atividade urbana mesmo localizada na área rural.

Art. 254. Também são consideradas zonas urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelo órgão competente, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do artigo anterior.

Art. 255. O imposto incide, também, sobre o bem imóvel que, localizado fora da zona urbana, seja comprovadamente utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destine ao comércio.

Art. 256. A incidência do imposto independe:

I – da legitimidade do título de aquisição ou de posse do bem imóvel;

II – do resultado econômico da exploração do bem imóvel;

III – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentadoras ou administrativas ao bem imóvel.

Seção II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 257. São contribuintes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel, nos termos definidos nesta Lei.

Parágrafo único. São também contribuintes o promitente comprador, os posseiros, ocupantes ou comodatários de imóveis pertencentes à União, Estado ou Município ou a qualquer outras pessoas isentas ou imunes.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção III DA BASE DE CÁLCULO

Art. 258. A base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana é o valor venal do imóvel, no tempo em que se materializar o fato gerador.

§ 1º Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, formoseamento ou comodidade.

§ 2º Da aplicação dos critérios de apuração da base de cálculo, previstos neste Capítulo, não poderá resultar valor venal superior ao valor real do imóvel.

§3º A administração tributária fará a apuração do valor venal da propriedade predial e territorial urbana através de elementos e dados por ela conhecidos, especialmente pelos dados existentes no cadastro imobiliário.

Art. 259. Considera-se para efeito do cálculo do imposto:

I- No caso do terreno, o valor venal do solo;

II- No caso de prédio, o valor venal do solo e da edificação em conjunto.

Art. 260. O valor venal do terreno (Vvt), construído ou não, resulta da multiplicação de sua área total tributável (A_{trib}), pelo valor do metro quadrado do lote padrão (V_{mq}), constante da **Tabela III** e pelos fatores de correção **das tabelas I-B à I-I**, aplicáveis conforme as circunstâncias peculiares do imóvel, de acordo com a seguinte fórmula:

$$V_{vt} = A_{trib} \times V_{mq} \times F_{ser} \times F_{prof} \times F_{sit} \times F_{top} \times F_{ped} \times F_{ocu} \times F_{uti} \times F_{lim}$$

Os elementos ou fatores de correção empregados na fórmula são:

a) A_{trib} : área tributável;

b) V_{mq} : valor do metro quadrado do lote padrão da seção a que pertence o imóvel,

Tabela III;

c) F_{ser} : fator de serviços;

d) F_{prof} : fator de profundidade;

e) F_{sit} : fator de situação na quadra;

f) F_{top} : fator de topografia;

g) F_{ped} : fator de pedologia;

h) F_{ocu} : fator de ocupação;

i) F_{uti} : fator de utilização;

j) F_{lim} : fator de limitação.

§1º A área tributável (A_{trib}) é calculada de acordo com a **tabela I-A**.

a) os terrenos que tiverem área superior ao produto do dobro da testada padrão pelo dobro da profundidade máxima padrão, ou seja, possuírem área superior a 2.100,00 m², terão os fatores de profundidade iguais a unidade, nos demais casos o fator de profundidade é calculado em conformidade com a **tabela I-B**;

b) no cálculo do valor venal de terrenos, nos quais tenham sido edificadas prédios compostos de unidades autônomas, além dos fatores de correção aplicáveis de conformidade

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001-96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

com as circunstâncias, utilizar-se-á como parâmetro para o cálculo a medida da fração ideal com que cada um dos condôminos participa na propriedade condominial;

c) nos casos que houver mais de uma edificação no lote, será definida, para efeito de definição do valor de cada uma no respectivo imóvel, a fração ideal de terreno, proporcionalmente a área construída das mesmas, considerando-se os fatores de correção aplicáveis ao terreno onde as mesmas estão construídas.

§ 2º O valor do metro quadrado do lote padrão referido no § 1º é:

a) o do trecho do logradouro relativo a frente efetiva da localização do imóvel ou, havendo mais de uma, o que possuir o maior valor unitário;

b) o do trecho do logradouro correspondente à servidão de passagem, no caso de terreno encravado;

c) os logradouros ou trechos de logradouros que não constarem da Listagem de Valores (**Tabela III**), terão seus valores unitários fixados por uma comissão de avaliação nomeada pelo Poder Executivo Municipal e em conformidade com o comportamento do mercado imobiliário.

§ 3º O lote padrão para efeito de cálculo dos fatores de profundidade e testada possui área de 450,00 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), com testada de 15,00m (quinze) metros e profundidade de 30,00 (trinta) metros.

a) o fator de profundidade (F_{prof}) é calculado conforme condições e expressões definida na **tabela I-B**, respectivamente;

b) a profundidade equivalente do terreno, para efeito de aplicação do fator de profundidade, é obtida mediante a divisão da área total pela testada principal constante no cadastro imobiliário.

c) a profundidade do lote padrão terá um intervalo onde o fator de profundidade se igualará à unidade quando a profundidade equivalente do lote avaliado estiver nele contido. A profundidade mínima do lote padrão é de 25,00 (vinte e cinco) metros e a profundidade máxima do lote padrão é 35,00 (trinta e cinco) metros.

§ 4º O fator de situação na quadra (F_{sit}) é definido na **tabela I-C**, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§ 5º O fator de topografia (F_{top}) é definido na **tabela I-D**, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§ 6º O fator de tipo de pedologia (F_{ped}) é definido na **tabela I-E**, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§ 7º O fator de ocupação (F_{ocu}) é definido na **tabela I-F**, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§ 8º O fator de utilização (F_{uti}) é definido na **tabela I-G**, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§ 9º O fator de tipo de limitação (F_{lim}) é definido na **tabela I-H**, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§ 10º O fator de serviços (F_{ser}) é obtido pela multiplicação dos índices definidos na **tabela I-I**, conforme as características do trecho do logradouro relativo à frente efetiva da localização do imóvel.”

Art. 261. O valor venal da construção (V_{vc}) resulta do produto da área construída (A_c) pelo valor unitário do metro quadrado do tipo de construção (V_{mqc}), pelo fator do tipo de alinhamento (F_{ali}), pelo fator do tipo de situação da construção (F_{sit}), pelo fator do tipo de

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

situação da unidade construída (F_{siuc}), pelo fator do estado de conservação (F_{con}) e pelo fator do tipo de categoria da construção (F_{cat}) conforme a fórmula:

$$V_{vc} = A_c \times V_{mqc} \times F_{ali} \times F_{sit} \times F_{siuc} \times F_{con} \times F_{cat}$$

§ 1º A área construída (A_c) é a constante do cadastro imobiliário.

§ 2º O valor unitário do metro quadrado do tipo de construção (V_{mqc}) é obtido em função do tipo de edificação constante no cadastro imobiliário. A tabela II define os valores unitários de referência.

§ 3º O fator do tipo de alinhamento (F_{ali}) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário. A tabela II define seus valores.

§ 4º O fator do tipo de situação da construção (F_{sit}) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário. A tabela II define seus valores.

§ 5º O fator do tipo de situação da unidade construída (F_{siuc}) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário. A tabela X define seus valores.

§ 6º O fator do estado de conservação (F_{con}) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário. A tabela II define seus valores.

§ 7º O fator do tipo de categoria da construção (F_{cat}) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário. A tabela II define seus valores.

§ 8º Os valores unitários de referência de terrenos e edificações poderão sofrer ajustes na avaliação dos imóveis quando se constatar que os valores dos imóveis determinados com base nos mesmos estejam destoando do comportamento do mercado imobiliário.

§ 9º Os percentuais para majoração ou minoração dos valores unitários de referência poderão ser gravados por lote no cadastro imobiliário, quando a constatação da distorção for específica, ou por trecho de logradouro, quando a constatação da distorção se der para todos os imóveis de um ou dos dois lados do trecho.

§ 10 Os percentuais gravados para majoração ou minoração dos valores de referência perderão efeito quando:

- a) características dos imóveis ou dos trechos de logradouros utilizadas nos procedimentos de avaliação sofrerem alterações;
- b) forem revisados os modelos de avaliação e valores unitários de referência; e
- c) se entender que o uso dos percentuais esteja distorcendo os valores dos imóveis.

§ 11 A gravação dos percentuais de que trata o § 2º, só poderá ser feito por funcionário(s) da Administração Municipal autorizado(s).

§ 12 Todos os casos em que forem gravados percentuais para majoração ou minoração dos valores de referência deverão ser enviados para comissão de avaliação nomeada pelo Poder Executivo Municipal.

§ 13 O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU será calculado através da multiplicação do Valor Venal do imóvel pela Alíquota Correspondente.

§ 14 Os valores unitários de referência de terrenos e edificações poderão sofrer ajustes na avaliação dos imóveis quando se constatar que os valores dos imóveis determinados com base nos mesmos estejam destoando do comportamento do mercado imobiliário. Estes ajustes somente poderão ser realizados após parecer da comissão de avaliação nomeada pelo Poder Executivo Municipal e em conformidade com o comportamento do mercado imobiliário.”

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001-96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 262. Os valores venais apurados na tabela II e III do anexo único desta lei, serão reduzidos em 20% (vinte por cento), conforme já discriminados na nas respectivas tabelas.

Art. 263. Os imóveis localizados na zona rural serão avaliados de acordo com a tabela IV.

Art. 264. Os valores unitários de referência de terrenos e edificações poderão sofrer ajustes na avaliação dos imóveis quando se constatar que os valores dos imóveis determinados com base nos mesmos estejam destoando do comportamento do mercado imobiliário. Estes ajustes somente poderão ser realizados após parecer da comissão de avaliação nomeada pelo Poder Executivo Municipal e em conformidade com o comportamento do mercado imobiliário.

§ único. As unidades imobiliárias não contempladas com a relação de seções e logradouros da Tabela III, serão utilizadas os valores do logradouro mais próximos.

Art. 265. O Poder Executivo Municipal editará mapas contendo:

I – valores do metro quadrado do terreno, segundo sua localização e existência de equipamentos urbanos;

II – valores do metro quadrado da edificação, segundo o tipo e o padrão;

III – fatores de correção e os respectivos critérios de aplicação.

Art. 266. Os valores dos tributos constantes nas tabelas e mapas, estão convertidos em U.F.M. (Unidade Fiscal Monetária).

Parágrafo único. O lançamento dos tributos poderá ser efetuado diretamente em U.F.M. (Unidade Fiscal Monetária).

Seção IV DA ALÍQUOTA

Art. 267. As alíquotas a serem aplicadas sobre o valor venal serão as seguintes:

“I – no caso de terreno sem ocupação: 0,45% (zero vírgula sessenta por cento);

II – no caso de bem imóvel com edificação: 0,20% (zero vírgula vinte e cinco por cento); e

III – no caso de apartamento e/ou unidades conjugadas: 0,20% (zero vírgula vinte e cinco por cento).”

Seção V DA INSCRIÇÃO

Art. 268. A inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário é obrigatória, devendo ser promovida, separadamente, para cada imóvel que o sujeito passivo seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção.

Parágrafo único. São sujeitos a uma só inscrição, requerida com a apresentação de planta ou croqui:

I – as glebas sem qualquer melhoramento;

II – as quadras indivisas das áreas arruadas.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 269. Para efeito de caracterização da unidade imobiliária, poderá ser considerada a situação de fato do bem imóvel, abstraindo-se a descrição contida no respectivo título.

Art. 270. O Cadastro Imobiliário, sem prejuízo de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição respectivas alterações.

Art. 271. O sujeito passivo é obrigado a promover a inscrição em formulário especial, no qual, sob sua responsabilidade, sem prejuízo de outras informações, que poderão ser exigidas pela Prefeitura, declarará:

- I – seu nome e classificação;
- II – número anterior do Registro de Imóvel, do registro do título relativo ao terreno;
- III – localização, dimensão, área e confrontações do terreno;
- IV – uso que efetivamente está sendo dado ao terreno;
- V – informações sobre o tipo de construção, se existir;
- VI – indicação da natureza do título aquisitivo da propriedade ou do domínio útil, e do número do seu competente registro;
- VII – se tratar de posse, indicação do título que a justifique, se existir;
- VIII – endereço para entrega de avisos de lançamento e notificações;
- IX – informações sobre o tipo de construção, se existir, entre os quais:
 - a) área do pavimento térreo;
 - b) número de pavimentos;
 - c) data da conclusão da construção;
 - d) número e natureza dos cômodos.

Art. 272. O sujeito passivo é obrigado a promover a sua inscrição dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da:

- I – convocação eventualmente feita pela Prefeitura;
- II – demolição ou perecimento das edificações existentes;
- III – conclusão ou ocupação da edificação;
- IV – aquisição ou promessa da compra de bem imóvel, total, desmembrada ou ideal;
- V – posse de bem imóvel exercido a qualquer título.

Art. 273. A Administração poderá promover, de ofício, inscrições e alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação de penalidades por não terem sido efetuadas pelo sujeito passivo ou apresentarem erro, omissão ou falsidade.

Art. 274. Os proprietários ou responsáveis pelo parcelamento do solo ficam obrigados a fornecer, no mês de novembro de cada exercício, no cadastro fiscal imobiliário, relação dos lotes que no ano anterior ou em curso tenham sido alienados, definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome e endereço do comprador, o número do lote da quadra, a fim de que seja feita devida alteração no cadastro imobiliário.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 275. O contribuinte omissso será inscrito de ofício, observando-se o disposto no art. 273.

Parágrafo único. Equipara-se ao contribuinte omissso o que prestar informações falsas, com erros ou omissões,

Art. 276. A retificação de inscrição ou d sua alteração, por iniciativa do próprio contribuinte, quando vise a reduzir ou a excluir o tributo já lançado, só é admissível mediante comprovação do erro em que se fundamente.

Seção VI
DO LANÇAMENTO

Art. 277. O lançamento do imposto será procedido de ofício pela autoridade fazendária, anualmente, no início de cada exercício financeiro, com base nos dados constantes no cadastro imobiliário do Município.

§ 1º O lançamento poderá ser feito para cada unidade imobiliária autônoma.

§ 2º Poderão, a critério da administração pública, ser lançados junto com o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, outros tributos municipais.

§ 3º Se verificada no cadastro imobiliário a falta de dados necessários ao lançamento do imposto, decorrente da existência de imóvel não cadastrado, nos casos de reforma ou modificação do uso sem a prévia licença do órgão competente, o lançamento será efetuado com base nos dados apurados mediante procedimento fiscal.

Art. 278. O lançamento do imposto será anual e distinto, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo ou de propriedade do mesmo contribuinte.

Seção VII
DA NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO

Art. 279. O imposto será lançado em nome do sujeito passivo que consta do Cadastro Imobiliário, levando-se em consideração a situação da unidade imobiliária à época da ocorrência do fato gerador.

Art. 280. O lançamento do imposto será notificado aos sujeitos passivos de forma global e impessoal, através de publicação única de edital, em jornal de grande circulação local, contendo:

I – a notificação do lançamento;

II – a data do vencimento do imposto para pagamento em parcela única e do vencimento da primeira parcela em caso de pagamento parcelado;

III – o prazo para recebimento do carnê de pagamento no endereço de cobrança do imóvel do sujeito passivo ou seu representante legal;

IV – o prazo para o sujeito passivo solicitar o carnê do pagamento junto à Secretaria Municipal da Fazenda ou no local que esta indicar, caso não o tenha recebido na forma do inciso III.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

§ 1º Para todos os efeitos de direito, presume-se feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, 10 (dez) dias após o prazo previsto no inciso III.

§ 2º A presunção referida no § 1º é relativa e poderá ser ilidida, pela comunicação do não recebimento do carnê de pagamento, protocolada pelo sujeito passivo junto à Secretaria Municipal da Fazenda em até 10 (dez) dias, contados do prazo do inciso III.

§ 3º A regra prevista nos §§ 1º e 2º deste artigo aplica-se também aos contribuintes ou responsáveis que não informaram ou não atualizaram o endereço junto ao Cadastro Imobiliário, e que devam retirar os seus carnês de pagamento conforme o que determina o inciso IV.

§ 4º Nos casos de bem imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será mantido em nome do promitente vendedor até a inscrição do promitente comprador.

§ 5º O lançamento de bem imóvel objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso será efetuado em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

§ 6º Na hipótese, o lançamento será feito:

a) Quando pró indiviso, em nome de qualquer dos co-proprietários;

b) Quando pró diviso, em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

Art. 281. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal, o lançamento poderá ser revisto de ofício.

§ 1º O pagamento da obrigação tributária, objeto de lançamento anterior, será considerado como pagamento parcial ou total devido pelo contribuinte em consequência da revisão de que trata este artigo.

§ 2º O lançamento complementar resultante de revisão não inválida o lançamento anterior.

Art. 282. Tratando-se de edificações construídas durante o exercício, o imposto será lançado a partir do exercício seguinte àquele que seja expedido o alvará de uso ou similar ou que as construções sejam parcial ou totalmente ocupadas.

Art. 283. Tratando-se de construções demolidas durante o exercício, o imposto será devido até o final do exercício, devendo ser alterado para o exercício seguinte.

Art. 284. Na possibilidade da obtenção de dados exatos sobre o bem imóvel ou de elementos necessários da base de cálculo do imposto, o valor venal será arbitrado e o lançamento efetuado de ofício, com base nos elementos de que dispuser a Administração, sem prejuízo de outras cominações ou penalidade.

Seção VIII

DA ARRECADAÇÃO

Art. 285. O imposto será pago integral ou parceladamente, segundo determinação do Calendário Fiscal que será fixado e alterável por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 286. Nenhuma parcela será paga sem a prévia quitação da antecedente.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001-96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 287. O pagamento será efetuado diretamente à Prefeitura ou a estabelecimentos de créditos por ela autorizados.

Art. 288. Havendo quitação integral antes do vencimento da primeira parcela, será concedida, ao contribuinte, uma redução de até 20% (vinte por cento), sobre o total do tributo, conforme decreto municipal.

Art. 289. O pagamento do imposto não implica reconhecimento pela Prefeitura, para qualquer fim, da legitimidade da propriedade, do domínio ou da posse do bem imóvel.

Seção IX DA REVISÃO DO LANÇAMENTO

Art. 290. Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data prevista no parágrafo 1º do inciso IV do art.280, pedido de revisão fundamentado à Secretaria Municipal da Fazenda, para reavaliação.

§ 1º Continuando em desacordo, é facultado ao contribuinte encaminhar reclamação, na forma disciplinada neste Código.

§ 2º O pedido de revisão contra o lançamento do IPTU de que trata o caput deste artigo suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Seção X DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 291. Ao contribuinte que não cumprir ao disposto nos artigos 271 e 272, será imposta a multa equivalente a 100 (cem por cento) do valor anual do imposto.

Parágrafo único. A referida penalidade será devida por um ou mais exercícios, até a regularização de sua inscrição.

Art. 292. O não cumprimento ao disposto no artigo 274 acarretará a penalidade equivalente a 3 (três) U.F.M. (Unidade Fiscal Monetária) POR PARCELAMENTO.

Art. 293. A falta de pagamento de qualquer tributo no prazo legal, sujeitará o contribuinte ou responsável a:

I – correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação da variação da UFM Municipal;

II – multa de 2,0% (dois por cento) de 01 a 30 dias de atraso;

4,0% (quatro por cento) de 31 a 60 dias de atraso;

6,0% (seis por cento) de 61 a 90 dias de atraso;

8,0% (oito por cento) de 91 a 120 dias de atraso;

10,0% (dez por cento) de 121 dias após de atraso, sobre o valor corrigido monetariamente;

III – juros de 1,0% (Um por cento) ao mês, não cumulativos, incidentes sobre o valor corrigido;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

IV – multa de 100% (Cem por cento) do valor do imposto, corrigido monetariamente, sempre que o agente fiscal constatar fraude, dolo ou simulação nos documentos, com intuito de não recolher ou reduzir o valor do tributo devido.”

Art. 294. A inscrição do crédito da Fazenda Municipal não quitado far-se-á com as cautelas previstas no Capítulo da Dívida ativa deste Código.

Seção XI
DAS ISENCÕES

Art. 295. Desde que cumpridas as exigências legais, fica isento do imposto o bem imóvel:

I – pertencente a particular, quando cedido gratuitamente em sua totalidade, para uso exclusivo da União, do Estado ou do Município e suas autarquias;

II – que possuir cobertura vegetal e que seja destinado a reserva ecológica;

III – de propriedade de associações culturais, desportivas, beneficentes e religiosas e que seja por elas ocupado em sua totalidade, para a prática de suas finalidades, desde que se enquadrem nos seguintes requisitos:

a) não atribuam qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação do seu resultado;

b) mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades capazes de assegurar sua exatidão;

c) sejam declaradas de utilidade pública Federal, estadual ou Municipal;

IV – cujo proprietário seja aposentado, deficiente físico e/ou mental, comprovadamente impossibilitado de laborar, possua um único imóvel, comprovado mediante Certidão de Registro de Imóveis, destinado a sua habitação e de sua família, obedecido o seguinte:

d) que tenha remuneração mensal familiar de até 2 (dois) salários mínimos ou seu sucedâneo;

e) que seu imóvel seja constituído por um terreno de até 700 m² (setecentos metros quadrados) de área e com até 60,00 m² (sessenta metros quadrados) de área construída.

V – cujo proprietário seja tutor ou responsável legal por deficiente físico e/ou mental, comprovadamente impossibilitado de laborar, possua um único imóvel, comprovado mediante Certidão de Registro de Imóveis, destinado a sua habitação e de sua família, obedecido o seguinte:

f) não possua participação societária, ou seja proprietário de empresa com fins lucrativos.

g) que embora localizado na zona urbana, seja utilizado para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial.

§ 1º A isenção prevista nos incisos IV E V será efetivada em caráter individual, por despacho do Secretário Municipal da Fazenda, ou pessoa por ele nomeada, em requerimento previamente analisado por Assistente Social, do Quadro de Servidores de Carreira do Município, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 2º No requerimento citado no § 1º, o contribuinte deverá fazer prova do preenchimento das condições e dos requisitos previstos para a concessão do benefício,

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

juntando cópias dos documentos de identidade e cadastro de pessoa física, atestados médicos, bem como quaisquer documentos que façam prova do alegado, declaração do INSS, quando for o caso, e documentos comprobatórios da propriedade do imóvel para o qual se requer a isenção do imposto.

§ 3º No despacho que reconhecer o direito à isenção prevista nos incisos IV E V, poderá ser determinada a suspensão do requerimento para períodos subsequentes, enquanto forem satisfeitas as condições exigidas para a sua concessão.

§ 4º O despacho que conceder a isenção prevista nos incisos IV E V, não gera direito adquirido.

§ 5º Para fins de apuração do disposto no § 3º, poderá o Secretário Municipal da Fazenda, ou pessoa por ele designada, a qualquer tempo, exigir novamente a apresentação dos documentos elencados no § 2º.

§ 6º No despacho que reconhecer o direito à isenção prevista nos incisos IV E V, poderá o Secretário Municipal da Fazenda, ou pessoa por ele nomeada, com fundamento nos documentos comprobatórios e no parecer da Assistente Social, remir as dívidas do imóvel objeto do requerimento, relativas ao período em que, comprovadamente, o beneficiário preencher os requisitos.

§ 7º Para os efeitos dos incisos IV E V deste artigo, independe a residência do titular sobre o imóvel, desde que esta condição seja resultado da patologia ou deficiência que lhe obrigue a ser acompanhado por outra pessoa.

VI – parcela dos imóveis com restrição para urbanização, segundo a legislação sobre planejamento físico do Município.

VII – imóvel total ou parcial considerado de preservação histórica, conforme legislação específica;

VIII – o patrimônio das Associações de Pais e Professores. APP dos estabelecimentos escolares devidamente autorizados pelo Conselho Estadual de Educação, das Associações de Moradores, das Associações de Bairros, dos Centros Comunitários e das Associações de Pais e Funcionários. APF, sem fins lucrativos, desde que utilizados em suas finalidades essenciais;

IX – a parcela dos imóveis que estiver localizada em área reservada para futura execução de obras públicas, sendo que, enquanto as mesmas não forem concluídas, ou não tiverem o seu cancelamento da execução confirmado, a alíquota incidente sobre o remanescente será aquela aplicada a terrenos edificadas;

Art. 296. As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruído com as provas de documentos das exigências para a sua concessão, que deve ser apresentado até o último dia útil do mês de dezembro de cada exercício, sob pena de perder o benefício fiscal no exercício seguinte.

§ 1º A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção, poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovação se referir àquela documentação.

§ 2º A isenção será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfaça ou deixe de cumprir os requisitos para a concessão do benefício, cobrando-se o crédito atualizado monetariamente, acrescido de juros de mora e multa por infração de 20% do valor do imposto, nos casos de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

Capítulo II

**DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS, A QUALQUER
TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU
ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE
GARANTIA, BEM COMO A CESSÃO DE DIREITOS À SUA AQUISIÇÃO**

Seção I

DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 297. Integra o sistema tributário municipal o Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acesso Física, e de Direitos Reais Sobre Imóveis, Exceto os de Garantia, bem como a Cessão de Direitos à sua Aquisição.

Art.298. O Imposto de que trata este Título tem como fato gerador:

- I – a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou acesso física, como definidos na lei civil;
- II – a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;
- III – a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores

Art. 299. A incidência do imposto alcança as seguintes mutações patrimoniais:

Compra e venda pura e condicional e atos equivalentes;

I – doação em pagamento;

II – permuta;

III – arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça;

IV – incorporação do patrimônio de pessoa jurídica, exceto sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes da fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante adquirente fora a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

§ 1º Considere-se atividade preponderante quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional bruta for originária das atividades acima, nos 02 (dois) anos seguintes a transmissão.

§ 2º Ocorrendo a preponderância, tornar-se-á devido o imposto nos termos da Lei vigente à data da aquisição do imóvel ou direito, atualizado monetariamente.

I – transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;

II – tornas ou reposição que ocorram:

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte quando o cônjuge ou herdeiro receber, dos imóveis situados no Município, quota-parte cujo valor seja maior do que a da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;

b) nas divisões para extinção de condomínios de imóvel, quando for recebida por qualquer condomínio, quota-parte ideal;

III – mandato em causa própria e seus subestabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e venda;

IV – instituição de fideicomisso;

V – enfiteuse e subenfiteuse;

VI – rendas expressamente constituídas sobre imóvel;

VII – concessão real de uso;

VIII – cessão de direitos de usufruto;

IX – concessão de direitos de usucapião;

X – cessão de direitos de arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

XI – cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;

XII – acessão física, quando houver pagamento de indenização;

XIII – cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

XIV – qualquer ato judicial ou extrajudicial inter vivos, não especificado neste artigo, que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

XV – Cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior.

§ 1º Será devido novo imposto:

I – quando vendedor exercer direito de prelação;

II – no pacto de melhor comprador;

III – na retrocessão;

IV – na retrovenda;

§ 2º Equipara-se ao contrato de compra e venda, para efeitos fiscais:

I – a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;

II – a permuta de bens imóveis por outros quaisquer bens situados fora do território do Município,

III – a transação em que seja reconhecido direito que implique transmissão de imóvel ou de direitos a ele relativos.

Art. 300. Consideram-se bens imóveis para os fins do imposto:

I – o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente;

II – os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;

III – o direito à sucessão aberta.

Art. 301. O Imposto é devido quando os bens imóveis transmitidos, ou sobre os quais versarem os direitos, se situarem no território deste Município, ainda que a mutação patrimonial decorra de ato ou contrato celebrado ou de sucessão aberta fora do respectivo território.

Seção II

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
DAS IMUNIDADES E DA NÃO-INCIDÊNCIA

Art. 302. O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos a ele relativos, quando:

I – o adquirente for a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações;

II – o adquirente for partido político, templo de qualquer culto, instituição de educação e assistência social, para atendimento de suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;

III – efetuadas para a sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;

IV – decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

§ 1º O disposto nos incisos III e IV deste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 2º Considera-se caracterizada a atividade preponderante, referida no § anterior, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente nos 02 (dois) anos seguintes à aquisição decorrer de vendas, administração ou seção de direitos à aquisição de imóveis.

§ 3º Verificada a preponderância a que se referem os §§ anteriores, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data da aquisição e sobre o valor atualizado do imóvel ou dos direitos sobre ele.

§ 4º As instituições de educação e assistência social deverão observar, ainda os seguintes requisitos:

I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de rendas a título de lucro ou participação no resultado;

II – aplicarem integralmente no País os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

III – manterem escrituração de suas respectivas receitas e despesas de livros revestidos de formalidades capazes de assegurar perfeita exatidão.

Capítulo III
DO RECONHECIMENTO DAS EXONERAÇÕES TRIBUTARIAS

Art. 303. É obrigatória a comprovação da exoneração tributária do ITBI, emitida pela Fazenda Municipal, para a lavratura de escritura pública e/ou registro no ofício competente.

Art. 304. O reconhecimento da exoneração tributária não gera direito adquirido, tornando-se devido o imposto respectivo corrigido monetariamente desde a data da transmissão, se apurado que o beneficiado prestou informação falsa.

Seção I
DAS ISENÇÕES

Art. 305. São isentas do imposto:

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001-96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

I – a extinção do usufruto, quando o seu instituidor tenha continuado dono da sua propriedade;

II – a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento;

III – a transmissão em que alienante seja o Poder Público;

IV – a indenização de bem feitorias pelo proprietário ao locatário, consideradas aquelas de acordo com a Lei Civil;

V – revogado pelo art. 10 da Lei 900/2001

VI – a transmissão decorrente de investidura;

VII – a transmissão decorrente da execução de planos de habitação para população de baixa renda, patrocinado ou executado por órgãos públicos ou seus agentes;

VIII – as transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária;

Seção II

DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

Art. 306. O imposto é devido pelo adquirente ou cessionário do bem imóvel ou do direito a ele relativo.

Art. 307. Nas transmissões que se efetuarem sem o pagamento do imposto devido, ficam solidariamente responsáveis, por esse pagamento, o transmitente e o cedente, conforme o caso.

Seção III

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 308. A base de cálculo do imposto é o valor pactuado no negócio jurídico ou o valor venal atribuído ao imóvel ou ao direito transmitido, periodicamente atualizado pelo Município, se este for maior.

§ 1º Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial administrativa, ou o preço pago, se este for maior.

§ 2º Nas tornas ou reposições, a base de cálculo será o valor da fração ideal.

§ 3º Na instituição de fideicomisso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor venal do bem imóvel ou do direito transmitido, se maior.

§ 4º Nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, a base de cálculo será o valor do negócio ou 30% (trinta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

§ 5º Na concessão real de uso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 40% (quarenta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

§ 6º No caso de cessão de direitos de usufruto, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

§ 7º No caso de acessão física, a base de cálculo será o valor da indenização ou o valor venal da fração ou acréscimo transmitido, se maior.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

§ 8º Quando a fixação do valor venal do bem imóvel ou direito transmitido tiver por base o valor da terra-nua estabelecido pelo órgão federal competente, poderá o Município atualizá-lo monetariamente.

§ 9º A impugnação do valor fixado com base de cálculo do imposto será endereçada à repartição municipal que efetuar o cálculo, acompanhada de laudo técnico de avaliação do imóvel ou direito transmitido.

Seção IV
DAS ALÍQUOTAS

Art. 309. O imposto será calculado aplicando-se sobre o valor estabelecido com base de cálculo as seguintes alíquotas:

- I – Transmissões compreendidas no sistema financeiro da habitação, em relação a parcela financiada 0,5% (meio por cento);
- II – Demais transmissões – 2% (dois por cento).

Seção V
DO PAGAMENTO

Art. 310. O imposto será pago até a data do fato translativo, exceto nos seguintes casos:

- I – na transferência de imóvel a pessoa jurídica ou desta para seus sócios ou acionistas ou respectivos sucessores, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da assembleia ou da escritura em que tiverem lugar aqueles atos;
- II – na arrematação ou na adjudicação em praça ou em leilão, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data em que tiver sido assinado o auto ou deferida a adjudicação, ainda que exista recurso pendente;
- III – na acessão física, até a data do pagamento da indenização;
- IV – nas ornas ou reposições e nos demais atos judiciais, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da sentença que reconhecer o direito, ainda que exista recurso pendente.

Art. 311. Nas promessas ou compromissos de compra e venda, é facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo, desde que dentro do prazo fixado para o pagamento do preço do imóvel.

§ 1º Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, tomar-se-á por base o valor do imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo do valor, verificado no momento da escritura definitiva.

§ 2º Verificada a redução do valor, não se restituirá a diferença do imposto correspondente.

Art. 312. Não se restituirá o imposto pago:

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

I – quando houver subsequente cessão da promessa ou compromisso, ou qualquer das partes exercer o direito de arrendimento, não sendo, em consequência, lavrada a escritura;

II – aquele que venha perder o imóvel em virtude de pacto de retrovenda.

Art. 313. O imposto, uma vez pago, só será restituído nos casos de:

I – anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva;

II – nulidade do ato jurídico;

III – rescisão do contrato de desfazimento da arrematação, com fundamentos na legislação em vigor.

Art. 314. A guia para pagamento do imposto será emitida pelo órgão municipal competente conforme dispuser Regulamento.

Seção VI

DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 315. O sujeito passivo é obrigado a apresentar na repartição competente da Prefeitura os documentos e informações necessários ao lançamento do imposto, conforme estabelecido em Regulamento.

Art. 316. Os tabeliães e escrivães não poderão lavrar instrumentos, escrituras ou termos judiciais, sem que o imposto devido tenha sido pago.

Art. 317. Os tabeliães e escrivães transcreverão a guia de recolhimento do imposto nos instrumentos, escrituras ou termos judiciais que lavrarem.

Art. 318. Todos aqueles que adquirirem bens ou direitos cuja transmissão constitua ou possa constituir fato gerador do imposto, são obrigados a apresentar seu título à repartição fiscalizadora do tributo dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data em que for lavrado o contrato, carta de adjudicação ou de arrematação, ou qualquer outro título representativo da transferência do bem ou direito.

Seção VII

DAS PENALIDADES

Art. 319. O adquirente de imóvel ou direito que não apresentar o seu título à repartição fiscalizadora, no prazo legal, fica sujeita a multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto.

Art. 320. O não pagamento do imposto nos prazos não fixados nesta Lei sujeita o infrator a multa correspondente a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido.

Parágrafo único. Igual penalidade será aplicada aos serventuários que descumprirem o previsto no art. 259.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 321. A omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto sujeitará o contribuinte à multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto sonogado.

Parágrafo único. Igual multa será aplicada a qualquer pessoa que intervenha no negócio jurídico ou declaração e seja conivente ou auxiliar a inexatidão ou omissão praticada.

Art. 322. O crédito tributário não liquidado na época própria fica sujeito a atualização monetária.

Art. 323. Aplicam-se, no que couberem, os princípios, normas e demais disposições do Código Tributário Municipal relativos à Administração Tributária.

Capítulo IV
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
Seção I

DO FATO GERADOR

Art. 324. Integra o sistema tributário municipal o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

Art. 325. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador à prestação de serviços constantes da lista prevista no artigo 374, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º A lista de serviços, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla, analógica e extensiva na sua horizontalidade.

§ 2º A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não, expressamente, referidas, não criando direito novo, mas apenas, completando o alcance do direito existente.

§ 3º A caracterização do fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN não depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros da receita, mas, tão somente, de sua identificação, simples, ampla, analógica ou extensiva, com os serviços previstos na lista constante no artigo 347.

§ 4º Para fins de enquadramento na lista de serviços:

I – o que vale é a natureza, a “alma” do serviço, sendo irrelevante o nome dado pelo contribuinte;

II – o que importa é a essência, o “espírito” do serviço, ainda que o nome do serviço não esteja previsto, literalmente, na lista de serviço.

§ 5º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 6º Ressalvadas as exceções expressas na lista prevista no artigo 347, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 7º O imposto de que trata esta Lei incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 8º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

§ 9º Ocorrendo a prestação, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço de qualquer natureza não compreendidos no art. 155, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, definidos na lista de serviços, nasce a obrigação fiscal para com o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, independentemente:

I – da validade, da invalidade, da nulidade, da anulabilidade, da anulação do ato, efetivamente, praticado;

II – da legalidade, da ilegalidade, da moralidade, da imoralidade, da licitude e da ilicitude da natureza do objeto do ato jurídico ou do malogro de seus efeitos.

Art. 326. O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram ao disposto do inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Seção II

DO LOCAL DA PRESTAÇÃO

Art. 327. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, abaixo relacionadas, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 5º do art. 325 desta Lei;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços prevista no artigo 347;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista de serviços prevista no artigo 347;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da Lista de Serviços anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços prevista no artigo 347;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços prevista no artigo 347

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços prevista no artigo 347;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de serviços prevista no artigo 347;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços prevista no artigo 347;

X – Vetado

XI - Vetado

XII - do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista de serviços prevista no artigo 347;

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista de serviços prevista no artigo 347;

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista de serviços prevista no artigo 347;

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços prevista no artigo 347;

XVI – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços prevista no artigo 347;

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços anexa;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista de serviços prevista no artigo 347;

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista de serviços prevista no artigo 347;

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços prevista no artigo 347;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista de serviços prevista no artigo 285;

XXII – do porto, aeroporto, ferropuerto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços prevista no artigo 347.

§ 1º Considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município:

I – no caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista de serviços prevista no artigo 285, em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não;

II – no caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista de serviços prevista no artigo 347, em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

§ 2º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Subseção Única
Do Estabelecimento Prestador

Art. 328. Considera-se estabelecimento prestador:

I – o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas;

II – o local, edificado ou não, próprio ou de terceiros, onde sejam executadas atividades sujeitas à incidência do imposto, mediante a utilização de empregados, ainda que sob a forma de cessão de mão-de-obra, com ou sem o concurso de máquinas, equipamentos, ferramentas ou quaisquer outros utensílios.

Seção III
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 329. Sujeito passivo do imposto é o contribuinte ou o responsável, na forma prevista nesta Lei.

Subseção I
Do Contribuinte

Art. 330. Contribuinte é o prestador do serviço sujeito à incidência do imposto.

Subseção II
Do Responsável
Setor I

DO RESPONSÁVEL POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 331. O Município atribui, de modo expresso, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1º São responsáveis, por substituição tributária total, pelo pagamento do imposto devido e acréscimos legais:

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária:

a) de serviço prestado por contribuinte que não esteja regularmente cadastrado como contribuinte do Município ou não tenha emitido nota fiscal de prestação de serviço;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

b) dos serviços descritos nos subitens 1.01: 1.02, 1.03, 1.04, 1.05, 1.06, 1.07, 1.08, 3.01, 3.02, 3.03, 3.04, 4.02, 4.03, 4.17, 4.21, 7.02, 7.03, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 9.02, 9.03, 10.01, 10.02, 10.03, 10.04, 10.05, 10.07, 10.08, 11.02, 14.01, 14.02, 14.05, 14.06, 17.05, 17.06, 17.07, 17.08, 17.09, 17.19, 17.22, 19.01, 20.01, 20.02, 20.03, 26.01 e 37.01 da lista de serviços prevista no artigo 347.

III – as empresas públicas e sociedades de economia mista, quando contratarem a prestação de serviços sujeitos à incidência do imposto;

IV – as distribuidoras de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização, em relação às vendas subseqüentes realizadas pelas entidades esportivas autorizadas ou empresas contratadas, exploradoras de casas de jogos e bingos eletrônicos ou permanentes;

V – os administradores de bens e negócios de terceiros, em relação aos serviços de venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios e prêmios, realizados em casas de jogos e bingos eletrônicos ou permanentes;

VI – as empresas prestadoras dos serviços de planos de medicina de grupo ou individual e planos de saúde, em relação aos serviços de saúde e assistência médica, descritos no item 4 da lista de serviços prevista no artigo 347;

VII – as agências de propaganda, em relação aos serviços prestados por terceiros, quando contratados por conta e ordem de seus clientes;

VIII – as empresas incorporadoras e construtoras, em relação aos serviços de agenciamento, corretagem ou intermediação de bens imóveis, descritos no subitem 10.05 da Lista de Serviços;

IX – as empresas seguradoras, em relação aos serviços dos quais resultem:

a) remunerações a título de pagamentos em razão do conserto, restauração ou recuperação de bens sinistrados;

b) remunerações a título de comissões pagas a seus agentes, corretores ou intermediários, pela venda de seus planos;

c) remunerações a título de pagamentos em razão de inspeções e avaliações de risco para cobertura de contrato de seguros e de prevenção e gerência de riscos seguráveis.

§ 2º O disposto nos incisos II “b”, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX não se aplica quando o contribuinte prestador do serviço sujeitar-se a pagamento do imposto em base fixa ou por estimativa, devendo esta condição ser comprovada.

§ 3º A responsabilidade a que se refere este artigo somente será elidida nos seguintes casos:

I – quando o prestador dos serviços, agindo com o propósito de impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou de evitar ou diferir o seu pagamento, prestar informações falsas ao responsável induzindo-o a erro na apuração do imposto devido;

II – na concessão de medida liminar ou tutela antecipada, em qualquer espécie de ação judicial.

III – a pessoa jurídica prestadora dos serviços descritos nos subitens : 4.03, 4.17, 4.22, 5.02, 15.01 a 15.08 e 22.01 da lista de serviços .

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

IV. Enquadram-se no regime de responsabilidade tributária por substituição total, previsto no § 1º do Art. 331, as pessoas físicas tomadoras de serviços descritos nos subitens 7.02, 7.04 e 7.05 da lista de serviços.

V – Não se enquadram no regime de responsabilidade tributária por substituição total, em relação ao imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN, enquanto prestadora de serviços, as empresas e as entidades elencadas no subitem 22.01 da lista de serviços, bem como as que se encontram em regime de estimativa.

VI – A responsabilidade tributária é extensiva ao promotor ou ao patrocinador de espetáculos esportivos e de diversões públicas em geral e às instituições responsáveis por ginásios, por estádios, por teatros, por salões e por congêneres, em relação aos eventos realizados.

Setor II

DA RESPONSABILIDADE POR TRANSFERÊNCIA

Art. 332. São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido e não retido, os órgãos da administração pública da União, do Estado e do Município, inclusive suas autarquias e fundações.

Setor III

DA RETENÇÃO DO IMPOSTO NA FONTE

Art. 333. Estão sujeitos à retenção do imposto na fonte os serviços prestados aos órgãos da administração pública da União, do Estado e do Município, inclusive suas autarquias e fundações.

Parágrafo único. Os valores descontados na forma deste artigo serão deduzidos pelos prestadores dos serviços no momento da apuração do imposto.

Art. 334. As entidades mencionadas no artigo anterior deverão fornecer, em duas vias, aos prestadores dos serviços o Comprovante de Retenção do Imposto na Fonte. CRIF, em modelo aprovado pela Prefeitura Municipal.

§ 1º. O comprovante de que trata este artigo deverá ser fornecido ao prestador no momento do pagamento do serviço.

§ 2º havendo, por parte do tomador de serviço, a retenção do ISSQN, substitui, totalmente, a responsabilidade tributária do prestador de serviço.

§ 3º não havendo, por parte do tomador de serviço, a retenção e o recolhimento do ISSQN, não excluem, parcial ou totalmente, a responsabilidade tributária do prestador do serviço.

§ 4º Os responsáveis pela retenção, estão obrigados pelo recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

Art. 335 – A base de cálculo para apuração, retenção e recolhimento do ISSQN:

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

I – sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, será calculada através, de 1/12 (um doze avos) da multiplicação da UFM – Unidade Fiscal Municipal com a ALC. Alíquota Correspondente, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{ISSQN RETIDO NA FONTE} = (\text{UFM} \times \text{ALC}) : 12$$

II – sobre as demais modalidades de prestação de serviços, será calculada através da multiplicação do PS – Preço do Serviço com a ALC – Alíquota Correspondente, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{ISSQN RETIDO NA FONTE} = \text{PS} \times \text{ALC}$$

III – Na da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN devido pelo prestador de serviço no período, serão deduzidos os valores retidos na fonte e recolhidos pelos tomadores de serviços.

Seção IV DA BASE DE CÁLCULO

Art. 336. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º Entende-se por preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de condição.

§ 2º Na falta de preço do serviço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será adotado o preço corrente na praça do prestador.

§ 3º Quando os serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços prevista no artigo 285 forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabo de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes no Município.

§ 4º Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas previstas no artigo 348, em função da formação escolar ou profissional.

§ 5º A prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte é o simples fornecimento de trabalho, por profissional autônomo, com ou sem estabelecimento, que não tenha, a seu serviço, empregado com a sua mesma qualificação profissional.

§ 6º Quando a prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte não for o simples fornecimento de trabalho, por profissional autônomo, com ou sem estabelecimento, tendo, a seu serviço, empregado com a sua mesma qualificação profissional, a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN será determinada, mensalmente, levando-se em conta o preço do serviço.

§ 7º O preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, de ressarcimento, de reajustamento ou de outro dispêndio de qualquer natureza, independentemente do seu efetivo pagamento:

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 337. Os contribuintes prestadores dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços, quando empregarem materiais que se incorporarem à obra permanentemente, poderão deduzi-los na base de cálculo do ISSQN devido, desde que apresentada à documentação exigida no artigo 342.

§ 1º Consideram-se materiais para efeitos do caput deste artigo, aqueles produzidos pelo prestador no local da prestação do serviço e os fornecidos por terceiros, que sejam indispensáveis para a realização do serviço e que se incorporarem à obra de forma definitiva.

§ 2º Os materiais e mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços não poderão integrar o preço do serviço lançado na nota fiscal, devendo ser emitida nota fiscal de venda, porque caracterizado como circulação de mercadoria sujeita ao ICMS Estadual, conforme previsto nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços do artigo. 347.

Art. 338. Para ter direito à dedução da base de cálculo do ISSQN, do valor dos materiais empregados na obra/serviço, conforme previsto no artigo anterior, o contribuinte deverá:

I - Discriminar no corpo da nota fiscal de serviços, ou anexar à mesma, memorial descritivo contendo a relação dos materiais empregados na obra/serviço, com a especificação da quantidade, espécie, valor, empresa fornecedora, número e data de emissão das notas fiscais respectivas;

II - Apresentar as primeiras vias das notas fiscais de compra de materiais empregados na obra/serviço, que tenham como destinatário a empresa contribuinte;

III - Informar o endereço do local da prestação dos serviços e os dados do tomador do serviço;

IV - Apresentar projetos e memoriais descritivos assinados por engenheiro e/ou arquiteto, quando se tratar de obras sujeitas a expedição de alvará pela municipalidade;

V - Registrar o valor dos materiais empregados na obra/serviço em seus livros comerciais/fiscais conta específica de "material aplicado", relativa a cada obra em andamento;

§ 1º Não sendo aceitos recibos, orçamentos ou outros documentos não fiscais.

§ 2º Não serão aceitas notas fiscais danificadas ou com rasuras que impeçam a clareza na identificação de quaisquer um de seus itens.

§ 3º Tornando-se difícil a verificação do preço dos materiais aplicados à obra ou os elementos apresentados forem considerados inidôneos, a Fiscalização Municipal poderá utilizar como critério para dedução o mesmo percentual previsto no artigo 342.

Art. 339. Os contribuintes prestadores dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços do artigo 347, por ocasião da emissão da nota fiscal eletrônica, poderão optar pela dedução de 50% (cinquenta por cento) do valor dos serviços lançados na nota fiscal, a título de materiais utilizados para a prestação do serviço, sem a necessidade de qualquer comprovação.

Art. 340. As normas estabelecidas nesta Lei aplicam-se também às empresas domiciliadas em outros municípios que executarem, neste Município, os serviços descritos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviço do artigo 347.

§ 1º Subempregada:

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

I – é a terceirização total ou parcial de um serviço global previsto na lista de serviços prevista no artigo 347;

II – é a terceirização de uma ou de mais de uma das etapas específicas de um serviço geral previsto na lista de serviços prevista no artigo 347.

§ 2º O preço do serviço ou a receita bruta compõe o movimento econômico do mês em que for concluída a sua prestação.

§ 3º Os sinais e os adiantamentos recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço, integram a receita bruta no mês em que forem recebidos.

§ 4º Quando a prestação do serviço for subdividida em partes, considera-se devido o imposto no mês em que for concluída qualquer etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

§ 5º A aplicação das regras relativas à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, independe do efetivo pagamento do preço do serviço ou do cumprimento de qualquer obrigação contratual assumida por um contratante em relação ao outro.

§ 6º As diferenças resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços integrarão a receita do mês em que sua fixação se tornar definitiva.

§ 7º Na falta do preço do serviço, ou não sendo ele desde logo conhecido, poderá ser fixado, mediante estimativa ou através de arbitramento.

Subseção Única

Do Arbitramento

Art. 341. Sempre que forem omissos ou não mereçam fé às declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, a base de cálculo do imposto será arbitrada pela autoridade fiscal.

Art. 342. A autoridade fiscal que proceder ao arbitramento da base de cálculo lavrará Termo de Arbitramento, valendo-se dos dados e elementos que possa colher junto:

I – a contribuintes que promovam prestações semelhantes;

II – ao próprio sujeito passivo, relativamente a prestações realizadas em períodos anteriores;

III – no estabelecimento, com base no movimento das operações apuradas em período de tempo determinado, mediante acompanhamento.

Parágrafo único. O arbitramento poderá basear-se ainda em quaisquer outros elementos probatórios, inclusive despesas necessárias à manutenção do estabelecimento ou a efetivação das prestações.

Art. 343. O Termo de Arbitramento integra a Notificação Fiscal e deve conter:

I – a identificação do sujeito passivo;

II – o motivo do arbitramento;

III – a descrição das atividades desenvolvidas pelo sujeito passivo;

IV – as datas inicial e final, ainda que aproximadas, de cada período em que tenham desenvolvido as atividades;

V – os critérios de arbitramento utilizados pela autoridade fazendária;

VI – o valor da base de cálculo arbitrado, correspondente ao total das prestações realizadas em cada um dos períodos considerados;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

VII – o ciente do sujeito passivo ou, se for o caso, a indicação de que este se negou a opor o ciente.

Parágrafo único. Os critérios a que se refere o inciso V deste artigo serão estabelecidos em regulamento.

Art. 344. Acompanham o Termo de Arbitramento a cópia dos documentos que lhe serviram de base, salvo quando estas tenham sido extraídas de documentos pertencentes ao próprio sujeito passivo, caso em que serão identificados.

Art. 345. Não se aplica o disposto nesta Subseção quando o fisco dispuser de elementos suficientes para determinar o valor real das prestações.

Art. 346. É assegurado ao contribuinte o direito de contestar a avaliação do valor arbitrado, na forma e prazos previstos nesta Lei.

Seção V
DA LISTA DE SERVIÇOS E DA ALÍQUOTA

Art. 347 O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será pago tendo como base alíquota proporcional expressa em percentagem sobre o preço dos serviços, como estabelece a lista de serviços a seguir:

LISTA DE SERVIÇOS	Sobre Produção o Fiscal	Unidade Monetária ao mês
1– Serviços de informática e congêneres		
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas	4%	-
1.02 – Programação.....	4%	-
1.03 – Processamento de dados e congêneres.....	4%	-
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.....	4%	-
05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.....	4%	-
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.....	4%	-
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.....	4%	-
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.....	4%	-
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento		
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.....	4%	-
3 – Serviços prestados mediante locação		
3.01 – Vetado		
3.02 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.....	5%	-
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios		

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

de qualquer natureza.....	5%	-
3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.....	5%	-
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.....	5%	-
4 – Serviços de saúde, assistência médica		
4.01 – Medicina e biomedicina.....	4%	-
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.....	4%	-
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.....	3%	-
4.04 – Instrumentação cirúrgica.....	3%	-
4.05 – Acupuntura.....	3%	-
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.....	3%	-
4.07 – Serviços farmacêuticos.....	4%	-
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.....	3%	-
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.....	3%	-
4.10 – Nutrição.....	4%	50%
4.11 – Obstetrícia.....	3%	50%
4.12 – Odontologia.....	3%	50%
4.13 – Ortopédia.....	3%	50%
4.14 – Próteses sob encomenda.....	3%	-
4.15 – Psicanálise.....	3%	50%
4.16 – Psicologia.....	3%	50%
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.....	3%	-
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.....	2%	-
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.....	2%	-
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.....	3%	-
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.....	4%	-
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.....	4%	-
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.....	4%	-
5 – Serviços de medicina e assistência veterinária		
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.....	4%	-
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.....	3%	-
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.....	3%	-
5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.....	3%	-
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.....	2%	-
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.....	2%	-
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e		-

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

congêneres.....	4%	-
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.....	4%	-
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.....	4%	-
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética		
6.01 – Barbearia, cabeleiros, manicuros, pedicuros e congêneres.....	3%	17%
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.....	3%	-
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.....	3%	-
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.....	3%	-
6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.....	3%	-
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente		
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.....	4%	-
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).....	5%	-
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.....	3%	-
7.04 – Demolição.....	5%	-
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).....	3%	-
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.....	3%	-
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.....	3%	-
7.8 – Calafetação.....	3%	-
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.....	3%	-
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.....	3%	-
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.....	3%	-
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.....	3%	-
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.....	3%	-
7.14 – Vetado		

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

7.14 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.....	3%	-
7.15 - Vetado		
7.15 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.....	3%	-
7.16 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.....	3%	-
7.17 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.....	3%	-
7.18 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.....	3%	-
7.19 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretização, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.....	3%	-
7.20 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.....	3%	-
8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer		
8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.....	3%	-
8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.....	3%	-
9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo		
9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).....	4%	-
9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.....	4%	-
9.03 - Guias de turismo.....	3%	-
10 - Serviços de intermediação e congêneres		
10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.....	4%	-
10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.....	4%	-
10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.....	4%	-
10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).....	4%	-
10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.....	4%	-
10.06 - Agenciamento marítimo.....	4%	-
10.07 - Agenciamento de notícias.....	4%	-
10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.....	4%	-
10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.....	3%	-

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro - Meleiro - Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 -96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.....	3%	-
11 – Serviços de guarda, estacionamento		
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.....	4%	-
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.....	4%	-
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.....	4%	-
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.....	4%	-
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento		
12.01 – Espetáculos teatrais.....	5%	-
12.02 – Exibições cinematográficas.....	5%	-
12.03 – Espetáculos circenses.....	5%	-
12.04 – Programas de auditório.....	5%	-
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.....	5%	-
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.....	5%	-
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.....	5%	-
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.....	5%	-
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.....	5%	-
12.10 – Corridas e competições de animais.....	5%	-
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.....	5%	-
12.12 – Execução de música.....	5%	-
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.....	5%	-
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.....	5%	-
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.....	5%	-
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.....	5%	-
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.....	5%	-
13 – Serviços relativos à fonografia, fotografia		
13.01 – Vetado		
13.01 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.....	4%	-
13.02 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.....	4%	-
13.03 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.....	4%	-
13.04 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia.....	4%	-
14 – Serviços relativos a bens de terceiros		
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).....	3%	-

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

14.02 – Assistência técnica.....	3%	-
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).....	3%	-
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.....	3%	-
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.....	5%	-
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.....	3%	-
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.....	3%	-
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.....	3%	-
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.....	3%	-
14.10 – Tinturaria e lavanderia.....	3%	-
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.....	3%	-
14.12 – Funilaria e lanternagem.....	3%	-
14.13 – Carpintaria e serralheria. (construção civil).....	3%	-
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito		
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.....	5%	-
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.....	5%	-
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.....	5%	-
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.....	5%	-
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.....	5%	-
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.....	5%	-
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.....	5%	-
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços		

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.....	5%	-
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).....	5%	-
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.....	5%	-
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.....	5%	-
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.....	5%	-
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.....	5%	-
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.....	5%	-
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.....	5%	-
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.....	5%	-
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.....	5%	-
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.....	5%	-
16 – Serviços de transporte de natureza		
16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.....	5%	-
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres		
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.....	3%	-
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.....	3%	-
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira		

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

ou administrativa.....	3%	-
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.....	3%	-
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.....	3%	-
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.....	3%	-
17.07 – Vetado		
17.07 - Franquia (franchising).....	3%	-
17.08 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.....	3%	-
17.09 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.....	3%	-
17.10 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).....	3%	-
17.11 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.....	3%	-
17.12 – Leilão e congêneres.....	3%	-
17.13 – Advocacia.....	3%	-
17.14 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica	3%	-
17.15 – Auditoria.....	3%	-
17.16 – Análise de Organização e Métodos.....	3%	-
17.17 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.....	3%	-
17.18 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.....	2%	-
17.19 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.....	3%	-
17.20 – Estatística.....	3%	-
17.21 – Cobrança em geral.....	3%	-
17.22 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).....	3%	-
17.23 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.....	3%	-
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura		
18.01 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.....	5%	-
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres		
19.01 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.....	5%	-
20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários		
20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de		

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.....	5%	-
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.....	5%	-
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.....	5%	-
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais		
21.01. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.....	3%	-
22 – Serviços de exploração de rodovia		
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.....	5%	-
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres		
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	4%	-
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres		
24.01 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.....	3%	-
25 – Serviços funerários		
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres..	4%	-
25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.....	3%	-
25.03 – Planos ou convênio funerários.....	4%	-
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios	3%	-
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres		
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas Agências franqueadas; courier e congêneres.....	5%	-
27 – Serviços de assistência social		
27.01 – Serviços de assistência social.....	3%	-
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza		
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.....	3%	-
29 – Serviços de biblioteconomia		
29.01 – Serviços de biblioteconomia.....	3%	-
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química		
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.....	3%	-
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica,		

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

telecomunicações e congêneres		
31.01 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.....	3%	-
32 – Serviços de desenhos técnicos		
32.01 – Serviços de desenhos técnicos.....	3%	-
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres		
33.01 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	3%	-
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres		
34.01 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	3%	-
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas		
35.01 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.....	3%	-
36 – Serviços de meteorologia		
36.01 – Serviços de meteorologia.....	3%	-
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins		
37.01 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.....	3%	-
38 – Serviços de museologia		
38.01 – Serviços de museologia.....	3%	-
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação		
39.01 – Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).....	3%	-
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda		
40.01. Obras de arte sob encomenda.....	3%	-

Subseção Única
Dos Profissionais Autônomos

Art. 348. O imposto devido em razão de serviço prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o percentual será fixo ou variável por mês, vinculado a Unidade Fiscal Municipal – UFM, estabelecido em função da formação escolar ou profissional exigida para o exercício da atividade, de acordo com a lista de serviços constante no artigo 285 e de acordo com as seguintes categorias:

I – Sobre serviços prestados por profissionais de nível fundamental o valor do imposto é de 17% (dezesete por cento) da UFM vigente, ao mês;

II – Sobre serviços prestados por profissionais de nível médio o valor do imposto é de 30% (trinta por cento) da UFM vigente, ao mês;

III – Sobre serviços prestados por profissionais de nível superior o valor do imposto é de 50% (cinquenta por cento) da UFM vigente, ao mês;

IV – Sobre serviços prestados por profissionais vinculados a entidades de classe o valor do imposto é de 50% (cinquenta por cento) da UFM vigente, ao mês.

§ 1º Considera-se serviço pessoal do próprio contribuinte aquele realizado direta e exclusivamente por profissional autônomo e sem o concurso de outros profissionais de mesma ou de outra qualificação técnica.

§ 2º Não descaracteriza o caráter pessoal do serviço o auxílio ou ajuda de terceiros que não contribuam para a sua produção.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

§ 3º O serviço prestado por profissional vinculado à entidade de classe independe da escolaridade do prestador.

Seção VI
DA APURAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 349. O imposto será apurado.

I – mensalmente, pelo próprio sujeito passivo, quando proporcional à receita bruta;

II – de ofício, quando fixo ou devido por estimativa e arbitramento fiscal.

Subseção Única
DA ESTIMATIVA FISCAL

Art. 350. A critério da autoridade administrativa, o imposto poderá ser calculado e recolhido por estimativa da base de cálculo quando:

I – se tratar de estabelecimento de caráter temporário ou provisório;

II – se tratar de estabelecimento de rudimentar organização;

III – o nível de atividade econômica recomendar tal sistemática;

IV – se tratar de estabelecimento cuja natureza da atividade imponha tratamento fiscal especial;

§ 1º O imposto calculado na forma deste artigo será lançado para um exercício financeiro, ou proporcionalmente ao número de meses, na hipótese do início da atividade ocorrer no decurso do exercício de referência.

§ 2º O contribuinte que optar pelo pagamento do imposto na forma prevista neste artigo deverá apresentar, no prazo fixado em ato normativo próprio, declaração prévia manifestando o seu interesse.

§ 3º A declaração a que se refere o § anterior será preenchida com base nos registros contábeis do contribuinte, conforme dispuser o ato normativo próprio.

§ 4º Na ausência de dados contábeis, o contribuinte poderá utilizar os dados informado a Receita Federal em cumprimento a legislações específicas, relativas ao Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

§ 5º O contribuinte que estiver recolhendo o imposto na forma prevista neste artigo deverá, até 30 (trinta) dias após o encerramento do período de apuração, apresentar uma Guia de Informação Fiscal – GIF de ajuste, confrontando os valores recolhidos por estimativa com os apurados regularmente em sua escrita, observado o seguinte:

I – se constatado que o valor recolhido foi inferior ao que seria efetivamente devido, recolher a importância apurada, no prazo de 30 (trinta) dias após a apuração;

II – se constatado que o valor recolhido foi superior ao que seria efetivamente devido, compensar a importância com o montante a recolher no período seguinte.

§ 6º O pagamento e a compensação prevista no § 5º, I e II deste artigo, extinguem o crédito tributário sob condição resolutória da ulterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 7º No primeiro ano de atividade, a estimativa será efetuada com base em dados presumidos, informados pelo contribuinte, sujeitando-se ao ajuste de que trata o § anterior.

§ 8º A estimativa será por período anual, exceto na hipótese do § 7º deste artigo em que corresponderá ao período previsto de funcionamento.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 351. A autoridade fiscal que proceder ao enquadramento do contribuinte no regime de que trata esta Subseção levará em conta, além das informações declaradas na forma prevista no artigo anterior, os seguintes critérios:

- I – o volume das prestações tributadas obtidas por amostragem;
- II – o total das despesas incorridas na manutenção do estabelecimento;
- III – a aplicação de percentual de margem de lucro bruto, previsto em regulamento;
- IV – outros dados apurados pela administração fazendária que possam contribuir para a determinação da base de cálculo do imposto.

Art. 352. A inclusão do contribuinte no regime previsto nesta Subseção não o dispensa do cumprimento das obrigações acessórias.

Seção VII
DO PAGAMENTO DO IMPOSTO

Art. 353. O imposto será pago:

- I – por ocasião da ocorrência do fato gerador, quando o prestador e o contratante não estiverem cadastrados como contribuintes do Município;
- II – quando fixo, em até 05 (cinco) parcelas nos prazos definidos pela legislação municipal;
- III – quando por estimativa fiscal, em parcelas mensais até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador;
- IV – quando retido na fonte ou por substituição tributária até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao de referência;
- V – nos demais casos sob o preço dos serviços prestados, apurados mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao de referência.

Parágrafo único. Poderá ser autorizado, em caráter especial e mediante despacho do titular do órgão fazendário do Município que os estabelecimentos temporários e os contribuintes estabelecidos em outros Estados ou Municípios que prestem serviços dentro dos limites territoriais de Meleiro, recolham o imposto devido no prazo e na forma definidos no respectivo despacho.

Art. 354. É dever do sujeito passivo apurar e declarar o imposto de acordo com o período de apuração, mediante Guia de Informação Fiscal ou meio magnético, conforme dispuser o regulamento, observado o disposto no art. 350, § 5º.

Art. 355. O Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza devido pela mão-de-obra na construção civil deverá ser recolhido, durante a execução da obra.

§ 1º A falta de indicação, por parte do sujeito passivo, da base de cálculo que trata o “caput” deste artigo, implicará na aceitação tácita da base de cálculo por estimativa,

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

encontrada através da utilização da tabela de valores unitários de construção fixada e atualizada mensalmente pelo órgão fazendário.

§ 2º A liberação da carta de “habite-se” fica condicionada a comprovação do pagamento total do imposto devido na forma deste artigo.

Art. 356. Não se subordinam às regras do artigo anterior os contribuintes pessoas jurídicas, que estiverem cadastrados na Prefeitura Municipal como prestadores de serviços, no ramo da construção civil e desde que venham recolhendo seus tributos com normalidade.

Seção VIII DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO

Art.357. O lançamento do imposto será efetuado de ofício, pela autoridade administrativa:

I – quando o valor do imposto, apurado e declarado pelo sujeito passivo, em Guia de Informação Fiscal – GIF ou arquivo eletrônico, não corresponder à realidade.

II – quando o valor do imposto for levantado e apurado em ação fiscal.

Parágrafo único. Sobre o crédito tributário constituído na forma deste artigo, incidirão os juros moratórios e as multas previstas na legislação tributária.

Art. 358. A inscrição em Dívida Ativa dos créditos tributários declarados em Guia de Informações Fiscais independe de nova notificação de lançamento ao sujeito passivo.

Seção IX DOS LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 359. Os livros e demais documentos fiscais necessários à fiscalização, lançamento, recolhimento e controle das operações sujeitas à incidência do imposto, serão os previstos no regulamento.

Seção X DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 360. Ficam obrigadas a se inscrever no Cadastro Municipal de Contribuintes. CMC, as pessoas físicas ou jurídicas que:

I – prestem serviços sujeitos à incidência do imposto;

II – sejam, em relação às prestações de serviços a que se refere o inciso I, responsáveis pelo pagamento do imposto como substitutos tributários.

Parágrafo único. Excepcionados os casos previstos em regulamento, será exigida inscrição independente para cada estabelecimento.

Art. 361. As prestações de serviços devem ser consignadas em documentos fiscais próprios, de acordo com os modelos fixados em regulamento.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Parágrafo único. O regulamento disporá sobre normas relativas à impressão, emissão e escrituração de documentos fiscais, podendo fixar os prazos de validade dos mesmos.

Art. 362. Os contribuintes e demais pessoas obrigadas à inscrição cadastral deverão manter e escriturar, os livros fiscais previstos em regulamento.

Parágrafo único. Os contribuintes e demais pessoas obrigadas, entregarão, nos prazos fixados em regulamento, à Secretaria de Administração e Finanças, as informações de natureza cadastral, econômica ou fiscal previstas na legislação tributária.

Seção XI

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 363. Competem ao órgão fazendário do Município a supervisão, o controle da arrecadação e a fiscalização do imposto.

Parágrafo único. A fiscalização do imposto é atribuição exclusiva dos agentes do fisco.

Art. 364. Os agentes do fisco, diretamente ou por intermédio do órgão fazendário, poderão requisitar o auxílio da força pública estadual sempre que forem vítimas de embarço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando for necessária a adoção de medidas acauteladoras de interesse do fisco, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 365. No exercício de suas funções, o agente do fisco procederá ao exame dos livros e documentos de escrituração contábil e fiscal do contribuinte, inclusive em meios magnéticos.

Parágrafo único. No caso de recusa de apresentação dos livros, documentos ou meios magnéticos, o agente do fisco, diretamente ou por intermédio do órgão fazendário, providenciará junto ao Ministério Público para que se faça a exibição judicial, sem prejuízo da lavratura de auto de infração por embarço a ação fiscal.

Art. 366. Considerar-se-á infração à obrigação tributária acessória a simples omissão de registro de prestações de serviços tributáveis na escrita fiscal, desde que lançadas na comercial.

Art. 367. Presumir-se-á prestação de serviço tributável não registrada, quando se constatar:

I – o suprimimento de caixa sem comprovação da origem do numerário, quer esteja escriturado ou não;

II – a efetivação de despesas, pagas ou arbitradas, em limite superior ao lucro bruto auferido pelo contribuinte;

III – a diferença entre o movimento tributável médio apurado em sistema especial de fiscalização e o registrado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores;

IV – a falta de registro de documentos fiscais referentes à prestação de serviços, na escrita fiscal e contábil;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

V – a efetivação de despesas ou aquisição de bens e serviços, por titular de empresa ou sócio de pessoa jurídica, em limite superior ao pró-labore ou às retiradas e sem comprovação da origem do numerário;

VI – o pagamento de aquisições de mercadorias, bens, serviços, despesas e outros ativos e passivos, em valor superior às disponibilidades do período;

VII – a existência de despesa ou de título de crédito pagos e não escriturados, assim como a manutenção, no passivo, de obrigações cuja exigibilidade não seja comprovada;

VIII – a existência de valores registrados em máquina registradora, equipamento emissor de cupom fiscal, processamento de dados, ou outro equipamento utilizado sem prévia autorização ou de forma irregular, apurado mediante a leitura do equipamento.

§ 1º Não perdurará a presunção mencionada nos incisos I, II, e VI quando em contrário provarem os lançamentos efetuados em escrita contábil revestida das formalidades legais.

§ 2º Não produzirá os efeitos previstos no § 1º a escrita contábil, quando:

I – contiver vícios ou irregularidades que objetivem ou possibilitem a sonegação de tributos;

II – os documentos fiscais emitidos ou recebidos contiverem omissões ou vícios, ou quando se verificar que as quantidades, operações ou valores lançados são inferiores aos reais;

III – os livros ou documentos fiscais forem declarados extraviados, salvo se o contribuinte fizer comprovação das prestações e de que sobre elas pagou o imposto devido;

IV – o contribuinte, embora intimado, persistir no propósito de não exhibir seus livros e documentos para exame.

Seção XII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Subseção I Das Infrações

Art. 368. Constitui infração toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte de pessoa física ou jurídica, de obrigações tributárias, positivas ou negativas, previstas na legislação.

Parágrafo único. A conceituação tributária de infração independe da intenção do agente e da efetividade, natureza e extensão do fato, mas depende do conhecimento real ou presumido da sua prática, por parte do agente ou responsável.

Art. 369. As infrações serão apuradas mediante procedimento fiscal, na forma do disposto na legislação tributária.

Subseção II Dos Infratores Setor Único

DA AUTORIA, CO-AUTORIA E CUMPLICIDADE

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art.370. Autor da infração é a pessoa física ou jurídica que, tendo ou não interesses pessoais, diretos ou indiretos, na prática da infração, ou em seus efeitos, praticar, pessoal e diretamente, a ação ou omissão definida na legislação tributária como infração, ou a fizer praticar em seu próprio proveito, por mandatário, representante, preposto, dependente ou terceiro, ou por pessoa jurídica de que detenha administração ou controle.

Art. 371. Co-autor é a pessoa física ou jurídica que:

I – tendo ou não interesse pessoal, direto ou indireto, na prática da infração ou em seus efeitos, concorre efetivamente, por ação ou omissão, para sua prática, ou maneira especial à sua existência material à sua consumação, ou à prática ou realização de seus efeitos;

II – tendo interesse pessoal, direto ou indireto, na prática da infração ou em seus efeitos, e conhecendo ou devendo conhecer a sua prática por outrem, deixa de tomar imediatamente qualquer providência razoavelmente eficaz para impedi-la ou repará-la.

Art. 372. Cúmplice é a pessoa física ou jurídica, que, tendo ou não interesse pessoal, direto ou indireto, na prática da infração, ou em seus efeitos:

I – concorre efetivamente, por ação ou omissão, para sua prática, de maneira útil mas não essencial à sua existência material, à sua consumação, ou à realização de seus efeitos;

II – concorre efetivamente, por ação ou omissão, para diferir ou impedir, total ou parcialmente, a sua descoberta;

III – adquire, consome, utiliza, conserva em seu poder, aliena, em proveito próprio ou alheio, bens, valores ou mercadorias que saiba ou deva saber constituírem objeto ou produto de infração consumada ou em curso de consumação.

Art. 373. Extingue-se a punibilidade:

I – pelo falecimento do agente em todos os casos em que a responsabilidade for de natureza pessoal.

II – pelo decurso do prazo de cinco anos, a contar da data em que tenha sido consumada ou tentada a infração;

Parágrafo único. Reputa-se consumada a infração, quando praticado o último dos atos que a constituem.

Seção XIII
DAS PENALIDADES
Subseção I
Das Espécies

Art. 374. São penalidades tributárias passíveis de aplicação cumulativa:

I – sujeitas ao regime especial de fiscalização;

II – cancelamento de regimes ou controles especiais estabelecidos em benefício de contribuinte;

III – multas.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Subseção II
Da Aplicação e Graduação

Art. 375. São competentes para aplicar penalidade:

I – o Secretário de Administração e Finanças, quanto às referidas nos incisos I, II e III do artigo anterior;

II – o Prefeito Municipal, quanto às referidas no inciso III, do artigo anterior.

§ 1º A competência conferida ao Fiscal de Tributos, no que se refere às multas, é restrita às de mora e às variáveis.

§ 2º O Secretário de Administração e Finanças proporá ao Chefe do Poder Executivo, no próprio despacho que aplicar penalidades e quando cabível, a aplicação de penas que digam respeito à suspensão, o cancelamento de isenções e interdição de estabelecimentos.

Art. 376. A determinação da pena ou das penas aplicáveis, bem como a fixação, dentro dos limites legais, da quantidade da pena aplicável, atenderá:

I – aos antecedentes do infrator;

II – aos motivos determinantes da infração;

III – à gravidade das consequências efetivas ou potenciais da infração;

IV – as circunstâncias atenuantes e agravantes e constantes do processo.

§ 1º São circunstâncias agravantes, quanto não constituam ou qualifiquem a infração:

I – a sonegação, a fraude e o conluio;

II – a reincidência;

III – ter o infrator recebido do contribuinte de fato, antes do procedimento fiscal, o valor do tributo sobre que versar a infração, quando esta constituir na falta de pagamento no prazo legal;

IV – o fato do tributo não lançado, ou lançado a menor, referir-se à operação cuja tributação já tenha sido objeto de decisão proferida em consulta formulada pelo contribuinte;

V – a inobservância a instruções escritas, baixadas pela Administração Municipal;

VI – a clandestinidade do ato, operação ou estabelecimento, a inexistência de escrita fiscal e comercial, e a falta de emissão de documentos fiscais, quando exigidos;

VII – o emprego de artifício fraudulento, como meio para impedir ou diferir o conhecimento da infração.

§ 2º São circunstâncias atenuantes:

I – o lançamento regular das operações tributárias nos livros fiscais ou comerciais, com base em documentos legalmente tidos;

II – a comprovada ignorância ou incompreensão da legislação fiscal;

III – ter o infrator, antes do procedimento fiscal, procurado, de maneira inequívoca e eficiente, anular ou reduzir os efeitos da infração, prejudiciais ao Fisco;

IV – qualquer outra atitude que faça presumir, inequivocamente, ter o infrator agido de boa fé.

Art. 377. Não se computarão, para efeito de graduação da pena, as penalidades de qualquer natureza, previstas, quanto ao mesmo fato, pela lei criminal.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo, por igual, às penalidades de qualquer natureza, impostas em razão ao mesmo fato, por outra pessoa de direito público.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 378. Sonegação é toda a ação ou omissão dolosa tendente a impedir, ou diferir, o conhecimento por parte da autoridade fazendária:

I – da ocorrência do fato gerador da obrigação principal, da natureza ou circunstâncias materiais;

II – das condições pessoais do contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou o crédito tributário correspondente.

Art. 379. Fraude é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou diferir, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do tributo devido, ou a evitar ou retardar o seu pagamento.

Art. 380. Conluio é o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas, visando a qualquer dos efeitos referidos nos artigos 378 e 380.

Art. 381. Apurando-se, no mesmo processo, a prática de duas ou mais infrações, pela mesma pessoa física ou jurídica, aplicam-se, cumulativamente, no grau correspondente, as penas a elas cominadas, se as infrações não forem idênticas.

§ 1º Se idênticas às infrações, e sujeitas à pena de multas fixas, aplica-se, no grau correspondente, a pena cominada para uma delas, aumentada de 10% (dez por cento) para cada repetição de falta, consideradas, em conjunto, as circunstâncias atenuantes e agravantes, como se de uma só infração se tratasse.

§ 2º Se a pena cominada for proporcional ao valor do tributo, a sua aplicação incidirá sobre o total do tributo a que se referem às infrações, consideradas, em conjunto, as circunstâncias atenuantes e agravantes, como se de uma única infração se tratasse.

§ 3º Quando se tratar de infração continuada, em relação à qual tenham sido lavradas diversas notificações, representações em autos de infração, serão eles reunidos em um só processo, para imposição da pena.

§ 4º Não se considera infração continuada, a repetição de falta já arrolada em processo fiscal de cujo início o infrator tenha sido cientificado.

Art. 382. Sujeitam-se às mesmas penalidades que o infrator, os co-autores e cúmplices.

Seção XIV

DA SUJEICÃO AO REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 383. O contribuinte que houver cometido infração punida com multa elevada ao grau máximo, ou quando se recusar a fornecer ao Fiscal de Tributos os esclarecimentos, por ele solicitado, poderá ser submetido ao regime especial de fiscalização.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 384. O regime especial consistirá no acompanhamento de suas atividades pelo Fiscal de Tributos, por prazo não inferior a 10 (dez) dias, nem superior a 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Será permitida a manutenção do regime especial por prazo superior ao fixado neste artigo, desde que persistam os motivos que o determinaram.

Art. 385. Considera-se sonogado à Fazenda Municipal, o montante da diferença apurada no confronto entre a soma de operações tributáveis realizadas no período do regime especial, e a realizada nos períodos que integraram os doze meses imediatamente anteriores.

Art. 386. O Secretário de Administração e Finanças ou pessoas com poderes para tanto, no próprio ato que impuser a penalidade prevista nesta Seção, estabelecerá as obrigações acessórias a serem observadas durante a vigência do regime especial.

Seção XV

DO CANCELAMENTO DE REGIMES OU CONTROLES ESPECIAIS
ESTABELECIDOS EM BENEFÍCIO DO CONTRIBUINTE

Art. 387. Os regimes ou controles especiais, estabelecidos com fundamento da legislação tributária, em benefício do contribuinte, serão cancelados sempre que por eles cometida infração revestida de circunstâncias agravantes, ou recusada a prestação de esclarecimentos solicitados pelo Fiscal de Tributos, ou ainda, embaraçada, iludida, dificultada ou impedida a ação deste.

Parágrafo único. O ato que cancelar o benefício fixará prazo para o cumprimento normal das obrigações cuja prestação for dispensada.

Seção XVI

DAS MULTAS

Subseção I

Da Classificação

Art. 388. As infrações da legislação tributária municipal sujeitam o infrator a multas moratórias, variáveis e fixas, as quais serão aplicadas de ofício, mediante emissão de Auto de Infração ou Notificação Fiscal, nos casos de lançamento de ofício, ou no momento do pagamento do tributo, quando denunciado espontaneamente.

Subseção II

Da Multa Moratória

Art. 389. Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator, para ressarcir o Município pelo retardamento verificado no cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º A multa de mora será computada sobre créditos tributários lançados pela Fazenda Municipal, a partir do termo final do prazo concedido para pagamento, ou quando verificado o recolhimento espontâneo.

§ 2º A multa de mora será aplicada conforme artigo 293, II desta Lei.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Subseção III
Das Multas Variáveis

Art. 390. As multas variáveis serão exigidas de ofício, quando a infração configurar não pagamento do tributo devido ao Tesouro Municipal.

§ 1º As multas variáveis serão calculadas sobre o valor do tributo atualizado.

§ 2º A multa variável decorrente da ação fiscal será aplicada sobre o crédito fiscal atualizado, de acordo com os percentuais seguintes:

I – por falta de recolhimento de tributo regularmente lançado: 50% (cinquenta por cento);

II – quando houver sonegação ou fraude: 200% (duzentos por cento);

III – quando não for observada a retenção na fonte pelo substituto: 150% (cento e cinquenta por cento);

IV – quando for efetuada a retenção na fonte e não for procedido o recolhimento pelo substituto: 200% (duzentos por cento);

V – nos demais casos: 100% (cem por cento).

Art. 391. Serão elevadas ao dobro as multas variáveis:

I – quando constatado o emprego de artifício fraudulento;

II – quando o contribuinte for reincidente;

III – quando o infrator tiver recebido, do contribuinte de fato, o valor do tributo não recolhido.

Art. 392. Não se sujeitam às penalidades previstas no art. 393, os infratores que, espontaneamente, antes de iniciado o procedimento fiscal, promovam o recolhimento dos tributos acrescidos das multas moratórias previstas no art. 394.

Parágrafo único. O pagamento espontâneo de tributos, sem o pagamento concomitante das multas moratórias, sujeita o infrator ao pagamento de multas variáveis equivalentes às fixadas no “caput” deste artigo.

Subseção IV
Das Multas Fixas

Art. 393. Multas fixas são as aplicadas por infração a dispositivos da legislação tributária que refram obrigações tributárias acessórias.

Art. 394. As multas fixas obedecerão à seguinte graduação, nos casos em que o infrator:

I – de 06 (seis) UFM's:

a) iniciar atividades ou praticar ato sujeito à taxa de licença, antes de concessão desta;

b) promover inscrição no Cadastro Fiscal fora do prazo;

c) deixar de comunicar, no prazo previsto, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;

d) manter em atraso a escrituração dos livros fiscais;

e) não possuir Livro de Registro e Controle de Pagamento do ISSQN;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

II – de 10 (dez) UFM's:

- a) não promover sua inscrição no Cadastro de Rendas Mobiliárias;
- b) deixar de remeter às repartições municipais, em sendo obrigado a fazê-lo, documento exigido pela legislação tributária;
- c) deixar de apresentar, no prazo para tanto concedido, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou de bases imponíveis de tributos municipais;
- d) deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida na legislação tributária.

III – de 20 (vinte) UFM's:

- a) apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitas à tributação, com omissões, ou dados inverídicos, com evidente intuito de evitar ou diferir imposição tributária;
- b) deixar de emitir notas/faturas fiscais de serviços, nas operações de prestação de serviços;
- c) emitir documentos de prestação de serviços regulamentados ou não pela legislação municipal, sem a devida autorização, desde que não registrados em sua escrituração, por documento.
- d) imprimir notas/faturas fiscais de serviços sem a devida autorização, por documento.

IV – de 40 (quarenta) UFM's:

- a) negar-se a prestar informações, ou, por qualquer outro modo, tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos auditores fiscais;

Parágrafo único. Nos casos de reincidência específica, as multas fixas mencionadas nesta subseção serão elevadas em dobro.

Seção XVII DOS JUROS MORATÓRIOS

Art. 395. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal, constituído ou não, de qualquer natureza, estarão sujeitos a incidência de juros a partir do primeiro dia, após o vencimento do débito, de 1% (um por cento) mês.

Seção XVIII DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Art. 396. A correção monetária será calculada:

- I – no ato de recebimento do imposto, quando efetuado espontaneamente;
- II – na notificação, pelo notificante, quando de sua expedição;
- III – no momento da inscrição da dívida.

§ 1º As multas serão aplicadas sobre as importâncias corrigidas.

§ 2º Nos casos de que trata o inciso III, a correção monetária incidirá sobre o valor da correção anterior.”

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

**TÍTULO III
DAS TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO
DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA**

**CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS**

Art. 397. As taxas de licença tem como fato gerador o exercício regular de poder de polícia administrativa do Município, mediante a realização de diligências, exames, inspeções, vistorias outros atos administrativos.

Art. 398. Considera-se poder de polícia a atividade da administração que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática do ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, a disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividade econômica dependentes de concessão ou autorização do Poder Público ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

§ 1º Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

§ 2º O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades ou atos, lucrativos ou não, nos limites da competência do Município, dependente de prévia licença.

§ 3º As taxas de licença são as descritas no artigo 250.

**CAPÍTULO II
DA TAXA DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E LOCALIZAÇÃO - TLL
Seção I
DO FATO GERADOR**

Art. 399. A Taxa de Licença para Instalação e Localização tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da instalação e localização de quaisquer estabelecimentos ou exercício de atividades no Município.

Parágrafo Único - Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, prestação de serviços em geral, extração e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas, culturais ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Art. 400. A incidência e o pagamento da Taxa de Licença Para Instalação e Localização independem:

I – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II – de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

III – de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV – da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;

V – do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais.

Seção II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 401. Sujeito passivo da Taxa de Licença para Instalação e Localização são todas as pessoas físicas ou jurídicas que vierem a se instalar ou exercer atividades no Município.

Seção III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 402. A Taxa de Licença para Instalação e Localização será cobrada pelo Município de acordo com os valores constantes tabela abaixo.

AGRICULTURA, PECUÁRIA, SERVIÇOS RELACIONADOS		
CODIGO	DESCRIÇÃO	QDADE. UFM/ TLL
01.11-3/01	Cultivo de arroz	3
01.11-3/02	Cultivo de milho	3
01.11-3/03	Cultivo de trigo	3
01.11-3/99	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	3
01.12-1/01	Cultivo de algodão herbáceo	3
01.12-1/02	Cultivo de juta	3
01.12-1/99	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente	3
01.13-0/00	Cultivo de cana-de-açúcar	3
01.14-8/00	Cultivo de fumo	3
01.15-6/00	Cultivo de soja	3
01.16-4/01	Cultivo de amendoim	3
01.16-4/02	Cultivo de girassol	3
01.16-4/03	Cultivo de mamona	3
01.16-4/99	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	3
01.19-9/01	Cultivo de abacaxi	3
01.19-9/02	Cultivo de alho	3
01.19-9/03	Cultivo de batata-inglesa	3
01.19-9/04	Cultivo de cebola	3
01.19-9/05	Cultivo de feijão	3
01.19-9/06	Cultivo de mandioca	3
01.19-9/07	Cultivo de melão	3

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

01.19-9/08	Cultivo de melancia	3
01.19-9/09	Cultivo de tomate rasteiro	3
01.19-9/99	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	3
01.21-1/01	Horticultura, exceto morango	3
01.21-1/02	Cultivo de morango	3
01.22-9/00	Cultivo de flores e plantas ornamentais	3
01.31-8/00	Cultivo de laranja	3
01.32-6/00	Cultivo de uva	3
01.33-4/01	Cultivo de açaí	3
01.33-4/02	Cultivo de banana	3
01.33-4/03	Cultivo de caju	3
01.33-4/04	Cultivo de cítricos, exceto laranja	3
01.33-4/05	Cultivo de coco-da-baía	3
01.33-4/06	Cultivo de guaraná	3
01.33-4/07	Cultivo de maçã	3
01.33-4/08	Cultivo de mamão	3
01.33-4/09	Cultivo de maracujá	3
01.33-4/10	Cultivo de manga	3
01.33-4/11	Cultivo de pêssego	3
01.33-4/99	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	3
01.34-2/00	Cultivo de café	3
01.35-1/00	Cultivo de cacau	3
01.39-3/01	Cultivo de chá-da-índia	3
01.39-3/02	Cultivo de erva-mate	3
01.39-3/03	Cultivo de pimenta-do-reino	3
01.39-3/04	Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino	3
01.39-3/05	Cultivo de dendê	3
01.39-3/06	Cultivo de seringueira	3
01.39-3/99	Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	3
01.41-5/01	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	3
01.41-5/02	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	3
01.42-3/00	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	3
01.51-2/01	Criação de bovinos para corte	4
01.51-2/02	Criação de bovinos para leite	4
01.51-2/03	Criação de bovinos, exceto para corte e leite	4
01.52-1/01	Criação de bufalinos	4
01.52-1/02	Criação de eqüinos	4
01.52-1/03	Criação de asininos e muare	4
01.53-9/01	Criação de caprinos	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

01.53-9/02	Criação de ovinos, inclusive para produção de lã	4
01.54-7/00	Criação de suínos	3
01.55-5/01	Criação de frangos para corte	3
01.55-5/02	Produção de pintos de um dia	3
01.55-5/03	Criação de outros galináceos, exceto para corte	3
01.55-5/04	Criação de aves, exceto galináceos	3
01.55-5/05	Produção de ovos	4
01.59-8/01	Apicultura	2
01.59-8/02	Criação de animais de estimação	2
01.59-8/03	Criação de escargô	3
01.59-8/04	Criação de bicho-da-seda	3
01.59-8/99	Criação de outros animais não especificados anteriormente	3
01.61-0/01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	4
01.61-0/02	Serviço de poda de árvores para lavouras	4
01.61-0/03	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	4
01.61-0/99	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	4
01.62-8/01	Serviço de inseminação artificial em animais	4
01.62-8/02	Serviço de tosquiamento de ovinos	4
01.62-8/03	Serviço de manejo de animais	4
01.62-8/99	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	4
01.63-6/00	Atividades de pós-colheita	3
01.70-9/00	Caça e serviços relacionados	3
PRODUÇÃO FLORESTAL		
02.10-1/01	Cultivo de eucalipto	3
02.10-1/02	Cultivo de acácia-negra	3
02.10-1/03	Cultivo de pinus	3
02.10-1/04	Cultivo de teca	3
02.10-1/05	Cultivo de espécies madeireiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca	3
02.10-1/06	Cultivo de mudas em viveiros florestais	3
02.10-1/07	Extração de madeira em florestas plantadas	3
02.10-1/08	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	3
02.10-1/09	Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas	3
02.10-1/99	Produção de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	3
02.20-9/01	Extração de madeira em florestas nativas	3
02.20-9/02	Produção de carvão vegetal - florestas nativas	3
02.20-9/03	Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	3
02.20-9/04	Coleta de látex em florestas nativas	3
02.20-9/05	Coleta de palmito em florestas nativas	3
02.20-9/06	Conservação de florestas nativas	3

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

02.20-9/99	Coleta de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas	3
PESCA E AQUICULTURA		
03.11-6/01	Pesca de peixes em água salgada	3
03.11-6/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada	3
03.11-6/03	Coleta de outros produtos marinhos	3
03.11-6/04	Atividades de apoio à pesca em água salgada	3
03.12-4/01	Pesca de peixes em água doce	3
03.12-4/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água doce	3
03.12-4/03	Coleta de outros produtos aquáticos de água doce	3
03.12-4/04	Atividades de apoio à pesca em água doce	3
03.21-3/01	Criação de peixes em água salgada e salobra	3
03.21-3/02	Criação de camarões em água salgada e salobra	3
03.21-3/03	Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra	3
03.21-3/04	Criação de peixes ornamentais em água salgada e salobra	3
03.21-3/05	Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra	3
03.21-3/99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água salgada e salobra não especificados anteriormente	3
03.22-1/01	Criação de peixes em água doce	3
03.22-1/02	Criação de camarões em água doce	3
03.22-1/03	Criação de ostras e mexilhões em água doce	3
03.22-1/04	Criação de peixes ornamentais em água doce	3
03.22-1/05	Ranicultura	3
03.22-1/06	Criação de jacaré	3
03.22-1/07	Atividades de apoio à aquicultura em água doce	3
03.22-1/99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água doce não especificados anteriormente	3
EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL		
05.00-3/01	Extração de carvão mineral	30
05.00-3/02	Beneficiamento de carvão mineral	30
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		
06.00-0/01	Extração de petróleo e gás natural	30
06.00-0/02	Extração e beneficiamento de xisto	30
06.00-0/03	Extração e beneficiamento de areias betuminosas	30
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS		
07.10-3/01	Extração de minério de ferro	30
07.10-3/02	Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro	30
07.21-9/01	Extração de minério de alumínio	30
07.21-9/02	Beneficiamento de minério de alumínio	30
07.22-7/01	Extração de minério de estanho	30
07.22-7/02	Beneficiamento de minério de estanho	30
07.23-5/01	Extração de minério de manganês	30

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

07.23-5/02	Beneficiamento de minério de manganês	30
07.24-3/01	Extração de minério de metais preciosos	30
07.24-3/02	Beneficiamento de minério de metais preciosos	30
07.25-1/00	Extração de minerais radioativos	30
07.29-4/01	Extração de minérios de nióbio e titânio	30
07.29-4/02	Extração de minério de tungstênio	30
07.29-4/03	Extração de minério de níquel	30
07.29-4/04	Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	30
07.29-4/05	Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	30
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS		
08.10-0/01	Extração de ardósia e beneficiamento associado	30
08.10-0/02	Extração de granito e beneficiamento associado	30
08.10-0/03	Extração de mármore e beneficiamento associado	30
08.10-0/04	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado	30
08.10-0/05	Extração de gesso e caulim	30
08.10-0/06	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	20
08.10-0/07	Extração de argila e beneficiamento associado	30
08.10-0/08	Extração de saibro e beneficiamento associado	
08.10-0/09	Extração de basalto e beneficiamento associado	30
08.10-0/10	Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração	30
08.10-0/99	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	20
08.91-6/00	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	30
08.92-4/01	Extração de sal marinho	30
08.92-4/02	Extração de sal-gema	30
08.92-4/03	Refino e outros tratamentos do sal	30
08.93-2/00	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	30
08.99-1/01	Extração de grafita	30
08.99-1/02	Extração de quartzo	30
08.99-1/03	Extração de amianto	30
08.99-1/99	Extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente	30
ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS		
09.10-6/00	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	30
09.90-4/01	Atividades de apoio à extração de minério de ferro	30
09.90-4/02	Atividades de apoio à extração de minerais	30

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	metálicos não-ferrosos	
09.90-4/03	Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos	30
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS		
10.11-2/01	Frigorífico - abate de bovinos	4
10.11-2/02	Frigorífico - abate de eqüinos	4
10.11-2/03	Frigorífico - abate de ovinos e caprinos	4
10.11-2/04	Frigorífico - abate de bufalinos	4
10.11-2/05	Matadouro - abate de reses sob contrato - exceto abate de suínos	4
10.12-1/01	Abate de aves	4
10.12-1/02	Abate de pequenos animais	4
10.12-1/03	Frigorífico - abate de suínos	4
10.12-1/04	Matadouro - abate de suínos sob contrato	4
10.13-9/01	Fabricação de produtos de carne	4
10.13-9/02	Preparação de subprodutos do abate	4
10.20-1/01	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	4
10.20-1/02	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	4
10.31-7/00	Fabricação de conservas de frutas	4
10.32-5/01	Fabricação de conservas de palmito	4
10.32-5/99	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	4
10.33-3/01	Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	4
10.33-3/02	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	4
10.41-4/00	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	4
10.42-2/00	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	4
10.43-1/00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais	4
10.51-1/00	Preparação do leite	4
10.52-0/00	Fabricação de laticínios	4
10.53-8/00	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	4
10.61-9/01	Beneficiamento de arroz	7
10.61-9/02	Fabricação de produtos do arroz	4
10.62-7/00	Moagem de trigo e fabricação de derivados	4
10.63-5/00	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	4
10.64-3/00	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	4
10.65-1/01	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	4
10.65-1/02	Fabricação de óleo de milho em bruto	4
10.65-1/03	Fabricação de óleo de milho refinado	4
10.66-0/00	Fabricação de alimentos para animais	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

10.69-4/00	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	4
10.71-6/00	Fabricação de açúcar em bruto	4
10.72-4/01	Fabricação de açúcar de cana refinado	4
10.72-4/02	Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba	4
10.81-3/01	Beneficiamento de café	4
10.81-3/02	Torrefação e moagem de café	4
10.82-1/00	Fabricação de produtos à base de café	4
10.91-1/01	Fabricação de produtos de panificação industrial	4
10.91-1/02	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria	4
10.92-9/00	Fabricação de biscoitos e bolachas	4
10.93-7/01	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	4
10.93-7/02	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	4
10.94-5/00	Fabricação de massas alimentícias	4
10.95-3/00	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	4
10.96-1/00	Fabricação de alimentos e pratos prontos	4
10.99-6/01	Fabricação de vinagres	4
10.99-6/02	Fabricação de pós alimentícios	4
10.99-6/03	Fabricação de fermentos e leveduras	4
10.99-6/04	Fabricação de gelo comum	4
10.99-6/05	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	4
10.99-6/06	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais	4
10.99-6/07	Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares	4
10.99-6/99	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	4
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS		
13.11-1/00	Preparação e fiação de fibras de algodão	4
13.12-0/00	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	4
13.13-8/00	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	4
13.14-6/00	Fabricação de linhas para costurar e bordar	4
13.21-9/00	Tecelagem de fios de algodão	4
13.22-7/00	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	4
13.23-5/00	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	4
13.30-8/00	Fabricação de tecidos de malha	4
13.40-5/01	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	4
13.40-5/02	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos,	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	artefatos têxteis e peças do vestuário	
13.40-5/99	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	4
13.51-1/00	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	4
13.52-9/00	Fabricação de artefatos de tapeçaria	4
13.53-7/00	Fabricação de artefatos de cordoaria	4
13.54-5/00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	4
13.59-6/00	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	4
CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS		
14.11-8/01	Confecção de roupas íntimas	5
14.11-8/02	Facção de roupas íntimas	5
14.12-6/01	Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	5
14.12-6/02	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	5
14.12-6/03	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	5
14.13-4/01	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	5
14.13-4/02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	5
14.13-4/03	Facção de roupas profissionais	5
14.14-2/00	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	5
14.21-5/00	Fabricação de meias	5
14.22-3/00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	5
PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS		
15.10-6/00	Curtimento e outras preparações de couro	4
15.21-1/00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	4
15.29-7/00	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	4
15.31-9/01	Fabricação de calçados de couro	4
15.31-9/02	Acabamento de calçados de couro sob contrato	4
15.32-7/00	Fabricação de tênis de qualquer material	
15.33-5/00	Fabricação de calçados de material sintético	4
15.39-4/00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	4
15.40-8/00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	4
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA		
16.10-2/01	Serrarias com desdobramento de madeira	5
16.10-2/02	Serrarias sem desdobramento de madeira	4
16.21-8/00	Fabricação de madeira laminada e de chapas de	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	madeira compensada, prensada e aglomerada	
16.22-6/01	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas	5
16.22-6/02	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	5
16.22-6/99	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	4
16.23-4/00	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	4
16.29-3/01	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	4
16.29-3/02	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	4
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL		
17.10-9/00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	12
17.21-4/00	Fabricação de papel	12
17.22-2/00	Fabricação de cartolina e papel-cartão	12
17.31-1/00	Fabricação de embalagens de papel	12
17.32-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	12
17.33-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	12
17.41-9/01	Fabricação de formulários contínuos	12
17.41-9/02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo	12
17.42-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis	12
17.42-7/02	Fabricação de absorventes higiênicos	12
17.42-7/99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente	12
17.49-4/00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	12
IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES		
18.11-3/01	Impressão de jornais	4
18.11-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	4
18.12-1/00	Impressão de material de segurança	4
18.13-0/01	Impressão de material para uso publicitário	4
18.13-0/99	Impressão de material para outros usos	4
18.21-1/00	Serviços de pré-impressão	4
18.22-9/01	Serviços de encadernação e plastificação	4
18.22-9/99	Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

18.30-0/01	Reprodução de som em qualquer suporte	4
18.30-0/02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte	4
18.30-0/03	Reprodução de software em qualquer suporte	4
FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS		
19.10-1/00	Coquerias	5
19.21-7/00	Fabricação de produtos do refino de petróleo	5
19.22-5/01	Formulação de combustíveis	5
19.22-5/02	Rerrefino de óleos lubrificantes	5
19.22-5/99	Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	5
19.31-4/00	Fabricação de álcool	5
19.32-2/00	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	5
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS		
20.11-8/00	Fabricação de cloro e álcalis	5
20.12-6/00	Fabricação de intermediários para fertilizantes	5
20.13-4/00	Fabricação de adubos e fertilizantes	5
20.14-2/00	Fabricação de gases industriais	5
20.19-3/01	Elaboração de combustíveis nucleares	5
20.19-3/99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	5
20.21-5/00	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	5
20.22-3/00	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras	5
20.29-1/00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	5
20.31-2/00	Fabricação de resinas termoplásticas	5
20.32-1/00	Fabricação de resinas termofixas	5
20.33-9/00	Fabricação de elastômeros	5
20.40-1/00	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	5
20.51-7/00	Fabricação de defensivos agrícolas	5
20.52-5/00	Fabricação de desinfestantes domissanitários	5
20.61-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	4
20.62-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	4
20.63-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	4
20.71-1/00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	5
20.72-0/00	Fabricação de tintas de impressão	5
20.73-8/00	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	5
20.91-6/00	Fabricação de adesivos e selantes	5
20.92-4/01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes	5
20.92-4/02	Fabricação de artigos pirotécnicos	5
20.92-4/03	Fabricação de fósforos de segurança	5
20.93-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial	5
20.94-1/00	Fabricação de catalisadores	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

20.99-1/01	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia	5
20.99-1/99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente	5
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		
21.10-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos	5
21.21-1/01	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	5
21.21-1/02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	5
21.21-1/03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano	5
21.22-0/00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	5
21.23-8/00	Fabricação de preparações farmacêuticas	5
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHAS E DE MATERIAL PLÁSTICO		
22.11-1/00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	5
22.12-9/00	Reforma de pneumáticos usados	5
22.19-6/00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	5
22.21-8/00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	5
22.22-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico	5
22.23-4/00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	5
22.29-3/01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	5
22.29-3/02	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	5
22.29-3/03	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios	5
22.29-3/99	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	5
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS		
23.11-7/00	Fabricação de vidro plano e de segurança	5
23.12-5/00	Fabricação de embalagens de vidro	5
23.19-2/00	Fabricação de artigos de vidro	5
23.20-6/00	Fabricação de cimento	5
23.30-3/01	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	5
23.30-3/02	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	5
23.30-3/03	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	5
23.30-3/04	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	5
23.30-3/05	Preparação de massa de concreto e argamassa para	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	construção	
23.30-3/99	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	5
23.41-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	5
23.42-7/01	Fabricação de azulejos e pisos	5
23.42-7/02	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	5
23.49-4/01	Fabricação de material sanitário de cerâmica	5
23.49-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente	5
23.91-5/01	Britamento de pedras, exceto associado à extração	5
23.91-5/02	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração	5
23.91-5/03	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	5
23.92-3/00	Fabricação de cal e gesso	5
23.99-1/01	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	5
23.99-1/02	Fabricação de abrasivos	5
23.99-1/99	Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	5
METALURGIA		
24.11-3/00	Produção de ferro-gusa	5
24.12-1/00	Produção de ferroligas	5
24.21-1/00	Produção de semi-acabados de aço	5
24.22-9/01	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	5
24.22-9/02	Produção de laminados planos de aços especiais	5
24.23-7/01	Produção de tubos de aço sem costura	5
24.23-7/02	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos	5
24.24-5/01	Produção de arames de aço	5
24.24-5/02	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames	5
24.31-8/00	Produção de tubos de aço com costura	5
24.39-3/00	Produção de outros tubos de ferro e aço	5
24.41-5/01	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	5
24.41-5/02	Produção de laminados de alumínio	5
24.42-3/00	Metalurgia dos metais preciosos	5
24.43-1/00	Metalurgia do cobre	5
24.49-1/01	Produção de zinco em formas primárias	5
24.49-1/02	Produção de laminados de zinco	5
24.49-1/03	Produção de soldas e ânodos para galvanoplastia	5
24.49-1/99	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	ligas não especificados anteriormente	
24.51-2/00	Fundição de ferro e aço	5
24.52-1/00	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas	5
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
25.11-0/00	Fabricação de estruturas metálicas	5
25.12-8/00	Fabricação de esquadrias de metal	5
25.13-6/00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	5
25.21-7/00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	5
25.22-5/00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	5
25.31-4/01	Produção de forjados de aço	5
25.31-4/02	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas	5
25.32-2/01	Produção de artefatos estampados de metal	5
25.32-2/02	Metalurgia do pó	5
25.39-0/01	Serviços de usinagem, tornearia e solda	5
25.39-0/02	Serviços de tratamento e revestimento em metais	5
25.41-1/00	Fabricação de artigos de cutelaria	5
25.42-0/00	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	5
25.43-8/00	Fabricação de ferramentas	5
25.50-1/01	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate	5
25.50-1/02	Fabricação de armas de fogo e munições	5
25.91-8/00	Fabricação de embalagens metálicas	5
25.92-6/01	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados	5
25.92-6/02	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados	5
25.93-4/00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	5
25.99-3/01	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção	5
25.99-3/02	Serviços de corte e dobra de metais	5
25.99-3/99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	5
FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS		
26.10-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos	5
26.21-3/00	Fabricação de equipamentos de informática	5
26.22-1/00	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	5
26.31-1/00	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

26.32-9/00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios	5
26.40-0/00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	5
26.51-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	5
26.52-3/00	Fabricação de cronômetros e relógios	5
26.60-4/00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	5
26.70-1/01	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios	5
26.70-1/02	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios	5
26.80-9/00	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	5
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS		
27.10-4/01	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios	5
27.10-4/02	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	5
27.10-4/03	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	5
27.21-0/00	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	5
27.22-8/01	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	5
27.22-8/02	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores	5
27.31-7/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	5
27.32-5/00	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	5
27.33-3/00	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	5
27.40-6/01	Fabricação de lâmpadas	5
27.40-6/02	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	5
27.51-1/00	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	5
27.59-7/01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios	5
27.59-7/99	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios	5
27.90-2/01	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores	5
27.90-2/02	Fabricação de equipamentos para sinalização e	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	alarme	
27.90-2/99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	5
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
28.11-9/00	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários	5
28.12-7/00	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas	5
28.13-5/00	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios	5
28.14-3/01	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios	5
28.14-3/02	Fabricação de compressores para uso não industrial, peças e acessórios	5
28.15-1/01	Fabricação de rolamentos para fins industriais	5
28.15-1/02	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos	5
28.21-6/01	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios	5
28.21-6/02	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios	5
28.22-4/01	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios	5
28.22-4/02	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios	5
28.23-2/00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	5
28.24-1/01	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial	5
28.24-1/02	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial	5
28.25-9/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios	5
28.29-1/01	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios	5
28.29-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	5
28.31-3/00	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios	5
28.32-1/00	Fabricação de equipamentos para irrigação	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	agrícola, peças e acessórios	
28.33-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	4
28.40-2/00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	4
28.51-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	5
28.52-6/00	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	5
28.53-4/00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	4
28.54-2/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	4
28.61-5/00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	4
28.62-3/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	4
28.63-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	4
28.64-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios	4
28.65-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios	4
28.66-6/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	4
28.69-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	4
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS		
29.10-7/01	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	10
29.10-7/02	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários	10
29.10-7/03	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários	10
29.20-4/01	Fabricação de caminhões e ônibus	10
29.20-4/02	Fabricação de motores para caminhões e ônibus	10
29.30-1/01	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para	1

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	caminhões	
29.30-1/02	Fabricação de carrocerias para ônibus	10
29.30-1/03	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	5
29.41-7/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	5
29.42-5/00	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	10
29.43-3/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	5
29.44-1/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	5
29.45-0/00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	5
29.49-2/01	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	5
29.49-2/99	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente	5
29.50-6/00	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	5
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES		
30.11-3/01	Construção de embarcações de grande porte	10
30.11-3/02	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	10
30.12-1/00	Construção de embarcações para esporte e lazer	10
30.31-8/00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	10
30.32-6/00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	10
30.41-5/00	Fabricação de aeronaves	10
30.42-3/00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	10
30.50-4/00	Fabricação de veículos militares de combate	10
30.91-1/01	Fabricação de motocicletas	10
30.91-1/02	Fabricação de peças e acessórios para motocicletas	10
30.92-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios	10
30.99-7/00	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	10
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS		
31.01-2/00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	5
31.02-1/00	Fabricação de móveis com predominância de metal	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

31.03-9/00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	5
31.04-7/00	Fabricação de colchões	5
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS		
32.11-6/01	Lapidação de gemas	5
32.11-6/02	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	5
32.11-6/03	Cunhagem de moedas e medalhas	5
32.12-4/00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	5
32.20-5/00	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	5
32.30-2/00	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	5
32.40-0/01	Fabricação de jogos eletrônicos	5
32.40-0/02	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação	5
32.40-0/03	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação	5
32.40-0/99	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	5
32.50-7/01	Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	5
32.50-7/02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	5
32.50-7/03	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda	5
32.50-7/04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda	5
32.50-7/05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia	5
32.50-7/06	Serviços de prótese dentária	5
32.50-7/07	Fabricação de artigos ópticos	5
32.50-7/09	Serviço de laboratório óptico	5
32.91-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	5
32.92-2/01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	5
32.92-2/02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	5
32.99-0/01	Fabricação de guarda-chuvas e similares	5
32.99-0/02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório	5
32.99-0/03	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos	5
32.99-0/04	Fabricação de painéis e letreiros luminosos	5
32.99-0/05	Fabricação de aviamentos para costura	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

32.99-0/06	Fabricação de velas, inclusive decorativas	5
32.99-0/99	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	5
MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
33.11-2/00	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	4
33.12-1/02	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle	4
33.12-1/03	Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	4
33.12-1/04	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos	4
33.13-9/01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	4
33.13-9/02	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos	4
33.13-9/99	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente	4
33.14-7/01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas	4
33.14-7/02	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	4
33.14-7/03	Manutenção e reparação de válvulas industriais	4
33.14-7/04	Manutenção e reparação de compressores	4
33.14-7/05	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais	4
33.14-7/06	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	4
33.14-7/07	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	4
33.14-7/08	Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	4
33.14-7/09	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório	4
33.14-7/10	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente	4
33.14-7/11	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	4
33.14-7/12	Manutenção e reparação de tratores agrícolas	4
33.14-7/13	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

33.14-7/14	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	4
33.14-7/15	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo	4
33.14-7/16	Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas	4
33.14-7/17	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	4
33.14-7/18	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	4
33.14-7/19	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	4
33.14-7/20	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados	4
33.14-7/21	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos	4
33.14-7/22	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico	4
33.14-7/99	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente	4
33.15-5/00	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	4
33.16-3/01	Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista	5
33.16-3/02	Manutenção de aeronaves na pista	5
33.17-1/01	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	5
33.17-1/02	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer	5
33.19-8/00	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	5
33.21-0/00	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	5
33.29-5/01	Serviços de montagem de móveis de qualquer material	4
33.29-5/99	Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente	4
ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES		
35.11-5/01	Geração de energia elétrica	6
35.11-5/02	Atividades de coordenação e controle de operação de geração e transmissão de energia elétrica	6

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

35.12-3/00	Transmissão de energia elétrica	6
35.13-1/00	Comércio atacadista de energia elétrica	6
35.14-0/00	Distribuição de energia elétrica	6
35.20-4/01	Produção de gás; processamento de gás natural	6
35.20-4/02	Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	6
35.30-1/00	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	6
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		
36.00-6/01	Captação, tratamento e distribuição de água	5
36.00-6/02	Distribuição de água por caminhões	5
ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS		
37.01-1/00	Gestão de redes de esgoto	5
37.02-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	5
COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS		
38.11-4/00	Coleta de resíduos não-perigosos	4
38.12-2/00	Coleta de resíduos perigosos	4
38.21-1/00	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	4
38.22-0/00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	4
38.31-9/01	Recuperação de sucatas de alumínio	4
38.31-9/99	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	4
38.32-7/00	Recuperação de materiais plásticos	4
38.39-4/01	Usinas de compostagem	4
38.39-4/99	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	4
DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS		
39.00-5/00	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	4
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS		
41.10-7/00	Incorporação de empreendimentos imobiliários	4
41.20-4/00	Construção de edifícios	4
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA		
42.11-1/01	Construção de rodovias e ferrovias	4
42.11-1/02	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos	4
42.12-0/00	Construção de obras de arte especiais	4
42.13-8/00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	4
42.21-9/01	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	4
42.21-9/02	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	4
42.21-9/03	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

42.21-9/04	Construção de estações e redes de telecomunicações	4
42.21-9/05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações	4
42.22-7/01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	4
42.22-7/02	Obras de irrigação	4
42.23-5/00	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	4
42.91-0/00	Obras portuárias, marítimas e fluviais	4
42.92-8/01	Montagem de estruturas metálicas	4
42.92-8/02	Obras de montagem industrial	4
42.99-5/01	Construção de instalações esportivas e recreativas	4
42.99-5/99	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	4
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO		
43.11-8/01	Demolição de edifícios e outras estruturas	4
43.11-8/02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	4
43.12-6/00	Perfurações e sondagens	4
43.13-4/00	Obras de terraplenagem	4
43.19-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	4
43.21-5/00	Instalação e manutenção elétrica	4
43.22-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	4
43.22-3/02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	4
43.22-3/03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	4
43.29-1/01	Instalação de painéis publicitários	4
43.29-1/02	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima fluvial e lacustre	4
43.29-1/03	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes	4
43.29-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	4
43.29-1/05	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração	4
43.29-1/99	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	4
43.30-4/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil	4
43.30-4/02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	4
43.30-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque	4
43.30-4/04	Serviços de pintura de edifícios em geral	4
43.30-4/05	Aplicação de revestimentos e de resinas em	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	interiores e exteriores	
43.30-4/99	Outras obras de acabamento da construção	4
43.91-6/00	Obras de fundações	4
43.99-1/01	Administração de obras	4
43.99-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	4
43.99-1/03	Obras de alvenaria	4
43.99-1/04	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	4
43.99-1/05	Perfuração e construção de poços de água	4
43.99-1/99	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	4
COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS		
45.11-1/01	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	5
45.11-1/02	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	5
45.11-1/03	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	5
45.11-1/04	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	5
45.11-1/05	Comércio por atacado de reboques e semi-reboques novos e usados	5
45.11-1/06	Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados	5
45.12-9/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	5
45.12-9/02	Comércio sob consignação de veículos automotores	5
45.20-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	5
45.20-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	5
45.20-0/03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	5
45.20-0/04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores	5
45.20-0/05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	4
45.20-0/06	Serviços de borracharia para veículos automotores	4
45.20-0/07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	4
45.20-0/08	Serviços de capotaria	4
45.30-7/01	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	4
45.30-7/02	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	de-ar	
45.30-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	4
45.30-7/04	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	4
45.30-7/05	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	4
45.30-7/06	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores	5
45.41-2/01	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	4
45.41-2/02	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	4
45.41-2/03	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	5
45.41-2/04	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas	5
45.41-2/05	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	5
45.42-1/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	5
45.42-1/02	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	4
45.43-9/00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	4
COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS		
46.11-7/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	5
46.12-5/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	5
46.13-3/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	5
46.14-1/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	5
46.15-0/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	5
46.16-8/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	5
46.17-6/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	5
46.18-4/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

46.18-4/02	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares	5
46.18-4/03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações	5
46.18-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	5
46.19-2/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	5
46.21-4/00	Comércio atacadista de café em grão	4
46.22-2/00	Comércio atacadista de soja	4
46.23-1/01	Comércio atacadista de animais vivos	4
46.23-1/02	Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não-comestíveis de origem animal	4
46.23-1/03	Comércio atacadista de algodão	4
46.23-1/04	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	4
46.23-1/05	Comércio atacadista de cacau	4
46.23-1/06	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	4
46.23-1/07	Comércio atacadista de sisal	4
46.23-1/08	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	4
46.23-1/09	Comércio atacadista de alimentos para animais	4
46.23-1/99	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	4
46.31-1/00	Comércio atacadista de leite e laticínios	4
46.32-0/01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	4
46.32-0/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	4
46.32-0/03	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	4
46.33-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	4
46.33-8/02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	4
46.33-8/03	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	4
46.34-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados	4
46.34-6/02	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	4
46.34-6/03	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	4
46.34-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	outros animais	
46.35-4/01	Comércio atacadista de água mineral	4
46.35-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	4
46.35-4/03	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	4
46.35-4/99	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	4
46.36-2/01	Comércio atacadista de fumo beneficiado	4
46.36-2/02	Comércio atacadista de cigarros, cigarilhas e charutos	4
46.37-1/01	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	4
46.37-1/02	Comércio atacadista de açúcar	4
46.37-1/03	Comércio atacadista de óleos e gorduras	4
46.37-1/04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	4
46.37-1/05	Comércio atacadista de massas alimentícias	4
46.37-1/06	Comércio atacadista de sorvetes	4
46.37-1/07	Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes	4
46.37-1/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	4
46.39-7/01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	4
46.39-7/02	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	4
46.41-9/01	Comércio atacadista de tecidos	4
46.41-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	4
46.41-9/03	Comércio atacadista de artigos de armarinho	4
46.42-7/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	4
46.42-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	4
46.43-5/01	Comércio atacadista de calçados	4
46.43-5/02	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	4
46.44-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	4
46.44-3/02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	4
46.45-1/01	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	laboratórios	
46.45-1/02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	4
46.45-1/03	Comércio atacadista de produtos odontológicos	4
46.46-0/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	4
46.46-0/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	4
46.47-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	4
46.47-8/02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	4
46.49-4/01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	4
46.49-4/02	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico	4
46.49-4/03	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	4
46.49-4/04	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	4
46.49-4/05	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas	4
46.49-4/06	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures	4
46.49-4/07	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos	4
46.49-4/08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	4
46.49-4/09	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	4
46.49-4/10	Comércio atacadista de jóias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	5
46.49-4/99	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	5
46.51-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática	5
46.51-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática	5
46.52-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	5
46.61-3/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	5
46.62-1/00	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	e peças	
46.63-0/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	5
46.64-8/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	5
46.65-6/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	5
46.69-9/01	Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	5
46.69-9/99	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	5
46.71-1/00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	4
46.72-9/00	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	4
46.73-7/00	Comércio atacadista de material elétrico	4
46.74-5/00	Comércio atacadista de cimento	4
46.79-6/01	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares	4
46.79-6/02	Comércio atacadista de mármore e granitos	4
46.79-6/03	Comércio atacadista de vidros, espelhos, vitrais e molduras	4
46.79-6/04	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	4
46.79-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral	4
46.81-8/01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (T.R.R.)	5
46.81-8/02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (T.R.R.)	5
46.81-8/03	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante	5
46.81-8/04	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto	5
46.81-8/05	Comércio atacadista de lubrificantes	5
46.82-6/00	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	5
46.83-4/00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	5
46.84-2/01	Comércio atacadista de resinas e elastômeros	5
46.84-2/02	Comércio atacadista de solventes	5
46.84-2/99	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente	5
46.85-1/00	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	metalúrgicos, exceto para construção	
46.86-9/01	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto	5
46.86-9/02	Comércio atacadista de embalagens	5
46.87-7/01	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	5
46.87-7/02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão	5
46.87-7/03	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	5
46.89-3/01	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis	5
46.89-3/02	Comércio atacadista de fios e fibras têxteis beneficiados	5
46.89-3/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediário não especificados anteriormente	5
46.91-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	5
46.92-3/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	5
46.93-1/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	5
COMÉRCIO VAREJISTA		
47.11-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	5
47.11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	5
47.12-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	4
47.13-0/01	Lojas de departamentos ou magazines	4
47.13-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	4
47.13-0/03	Lojas duty free de aeroportos internacionais	4
47.21-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	4
47.21-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios	4
47.21-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	4
47.22-9/01	Comércio varejista de carnes - açougues	3
47.22-9/02	Peixaria	3
47.23-7/00	Comércio varejista de bebidas	5
47.24-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	4
47.29-6/01	Tabacaria	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

47.29-6/02	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência	4
47.29-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	4
47.31-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	8
47.32-6/00	Comércio varejista de lubrificantes	8
47.41-5/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	4
47.42-3/00	Comércio varejista de material elétrico	4
47.43-1/00	Comércio varejista de vidros	4
47.44-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	4
47.44-0/02	Comércio varejista de madeira e artefatos	4
47.44-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos	4
47.44-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	4
47.44-0/05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	4
47.44-0/06	Comércio varejista de pedras para revestimento	4
47.44-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral	4
47.51-2/01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	4
47.51-2/02	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática	4
47.52-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	4
47.53-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	4
47.54-7/01	Comércio varejista de móveis	6
47.54-7/02	Comércio varejista de artigos de colchoaria	4
47.54-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação	4
47.55-5/01	Comércio varejista de tecidos	4
47.55-5/02	Comercio varejista de artigos de armarinho	4
47.55-5/03	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	
47.56-3/00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	4
47.57-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	4
47.59-8/01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	4
47.59-8/99	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

47.61-0/01	Comércio varejista de livros	3
47.61-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas	3
47.61-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria	3
47.62-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	3
47.63-6/01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	3
47.63-6/02	Comércio varejista de artigos esportivos	3
47.63-6/03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios	4
47.63-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping	4
47.63-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	4
47.71-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	4
47.71-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	4
47.71-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	4
47.71-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários	4
47.72-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	4
47.73-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	4
47.74-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica	4
47.81-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	4
47.82-2/01	Comércio varejista de calçados	4
47.82-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem	4
47.83-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria	4
47.83-1/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria	4
47.84-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	4
47.85-7/01	Comércio varejista de antiguidades	3
47.85-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados	3
47.89-0/01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	3
47.89-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais	3
47.89-0/03	Comércio varejista de objetos de arte	3
47.89-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	3
47.89-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	3
47.89-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos	3
47.89-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório	3

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

47.89-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	3
47.89-0/09	Comércio varejista de armas e munições	3
47.89-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	3
TRANSPORTE TERRESTRE		
49.11-6/00	Transporte ferroviário de carga	5
49.12-4/01	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual	5
49.12-4/02	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana	5
49.12-4/03	Transporte metroviário	5
49.21-3/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	5
49.21-3/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana	5
49.22-1/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	5
49.22-1/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	5
49.22-1/03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional	5
49.23-0/01	Serviço de táxi	3
49.23-0/02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	4
49.24-8/00	Transporte escolar	4
49.29-9/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	5
49.29-9/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	5
49.29-9/03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal	5
49.29-9/04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	5
49.29-9/99	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente	5
49.30-2/01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	5
49.30-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	5
49.30-2/03	Transporte rodoviário de produtos perigosos	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

49.30-2/04	Transporte rodoviário de mudanças	4
49.40-0/00	Transporte dutoviário	5
49.50-7/00	Trens turísticos, teleféricos e similares	5
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO		
50.11-4/01	Transporte marítimo de cabotagem - carga	5
50.11-4/02	Transporte marítimo de cabotagem - passageiros	5
50.12-2/01	Transporte marítimo de longo curso - carga	5
50.12-2/02	Transporte marítimo de longo curso - passageiros	5
50.21-1/01	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia	5
50.21-1/02	Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	5
50.22-0/01	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia	5
50.22-0/02	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	5
50.30-1/01	Navegação de apoio marítimo	5
50.30-1/02	Navegação de apoio portuário	5
50.91-2/01	Transporte por navegação de travessia, municipal	5
50.91-2/02	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal	5
50.99-8/01	Transporte aquaviário para passeios turísticos	5
50.99-8/99	Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente	5
TRANSPORTE AÉREO		
51.11-1/00	Transporte aéreo de passageiros regular	5
51.12-9/01	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	5
51.12-9/99	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular	5
51.20-0/00	Transporte aéreo de carga	5
51.30-7/00	Transporte espacial	5
ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES		
52.11-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant	5
52.11-7/02	Guarda-móveis	5
52.11-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis	5
52.12-5/00	Carga e descarga	5
52.21-4/00	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	5
52.22-2/00	Terminais rodoviários e ferroviários	4
52.23-1/00	Estacionamento de veículos	4
52.29-0/01	Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

52.29-0/02	Serviços de reboque de veículos	4
52.29-0/99	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	4
52.31-1/01	Administração da infra-estrutura portuária	5
52.31-1/02	Operações de terminais	5
52.32-0/00	Atividades de agenciamento marítimo	5
52.39-7/00	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	5
52.40-1/01	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	5
52.40-1/99	Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	5
52.50-8/01	Comissaria de despachos	4
52.50-8/02	Atividades de despachantes aduaneiros	4
52.50-8/03	Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo	4
52.50-8/04	Organização logística do transporte de carga	4
52.50-8/05	Operador de transporte multimodal - OTM	4
CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA		
53.10-5/01	Atividades do Correio Nacional	5
53.10-5/02	Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional	5
53.20-2/01	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional	5
53.20-2/02	Serviços de entrega rápida	4
ALOJAMENTO		
55.10-8/01	Hotéis	5
55.10-8/02	Apart-hotéis	5
55.10-8/03	Motéis	6
55.90-6/01	Albergues, exceto assistenciais	3
55.90-6/02	Campings	3
55.90-6/03	Pensões (alojamento)	3
55.90-6/99	Outros alojamentos não especificados anteriormente	3
ALIMENTAÇÃO		
56.11-2/01	Restaurantes e similares	4
56.11-2/02	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	3
56.11-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	4
56.12-1/00	Serviços ambulantes de alimentação	4
56.20-1/01	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	4
56.20-1/02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	4
56.20-1/03	Cantinas - serviços de alimentação privativos	3
56.20-1/04	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	3

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO		
58.11-5/00	Edição de livros	4
58.12-3/00	Edição de jornais	4
58.13-1/00	Edição de revistas	4
58.19-1/00	Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos	4
58.21-2/00	Edição integrada à impressão de livros	4
58.22-1/00	Edição integrada à impressão de jornais	4
58.23-9/00	Edição integrada à impressão de revistas	4
58.29-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos	4
ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA		
59.11-1/01	Estúdios cinematográficos	4
59.11-1/02	Produção de filmes para publicidade	4
59.11-1/99	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	4
59.12-0/01	Serviços de dublagem	4
59.12-0/02	Serviços de mixagem sonora em produção audio visual	4
59.12-0/99	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	4
59.13-8/00	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	4
59.14-6/00	Atividades de exibição cinematográfica	4
59.20-1/00	Atividades de gravação de som e de edição de música	4
ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO		
60.10-1/00	Atividades de rádio	4
60.21-7/00	Atividades de televisão aberta	6
60.22-5/01	Programadoras	6
60.22-5/02	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras	6
TELECOMUNICAÇÕES		
61.10-8/01	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	6
61.10-8/02	Serviços de redes de transportes de telecomunicações - SRTT	6
61.10-8/03	Serviços de comunicação multimídia - SCM	6
61.10-8/99	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	6
61.20-5/01	Telefonia móvel celular	6
61.20-5/02	Serviço móvel especializado - SME	6
61.20-5/99	Serviços de telecomunicações sem fio não	6

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	especificados anteriormente	
61.30-2/00	Telecomunicações por satélite	6
61.41-8/00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	6
61.42-6/00	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	6
61.43-4/00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	6
61.90-6/01	Provedores de acesso às redes de comunicações	6
61.90-6/02	Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP	6
61.90-6/99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	6
ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
62.01-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	4
62.02-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	4
62.03-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	4
62.04-0/00	Consultoria em tecnologia da informação	4
62.09-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	4
ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO		
63.11-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	4
63.19-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	4
63.91-7/00	Agências de notícias	4
63.99-2/00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	4
ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS		
64.10-7/00	Banco Central	20
64.21-2/00	Bancos comerciais	20
64.22-1/00	Bancos múltiplos, com carteira comercial	20
64.23-9/00	Caixas econômicas	20
64.24-7/01	Bancos cooperativos	20
64.24-7/02	Cooperativas centrais de crédito	20
64.24-7/03	Cooperativas de crédito mútuo	20
64.24-7/04	Cooperativas de crédito rural	20
64.31-0/00	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	20
64.32-8/00	Bancos de investimento	20
64.33-6/00	Bancos de desenvolvimento	20
64.34-4/00	Agências de fomento	20
64.35-2/01	Sociedades de crédito imobiliário	20
64.35-2/02	Associações de poupança e empréstimo	20
64.35-2/03	Companhias hipotecárias	20
64.36-1/00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	20

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

64.37-9/00	Sociedades de crédito ao microempreendedor	5
64.38-7/01	Bancos de câmbio	20
64.38-7/99	Outras instituições de intermediação não-monetária não especificadas anteriormente.	20
64.40-9/00	Arrendamento mercantil	20
64.50-6/00	Sociedades de capitalização	20
64.61-1/00	Holdings de instituições financeiras	20
64.62-0/00	Holdings de instituições não-financeiras	20
64.63-8/00	Outras sociedades de participação, exceto holdings	20
64.70-1/01	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	20
64.70-1/02	Fundos de investimento previdenciários	20
64.70-1/03	Fundos de investimento imobiliários	20
64.91-3/00	Sociedades de fomento mercantil - factoring	20
64.92-1/00	Securitização de créditos	20
64.93-0/00	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	20
64.99-9/01	Clubes de investimento	20
64.99-9/02	Sociedades de investimento	20
64.99-9/03	Fundo garantidor de crédito	20
64.99-9/04	Caixas de financiamento de corporações	20
64.99-9/05	Concessão de crédito pelas OSCIP	20
64.99-9/99	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	20
SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE		
65.11-1/01	Seguros de vida	10
65.11-1/02	Planos de auxílio-funeral	10
65.12-0/00	Seguros não-vida	10
65.20-1/00	Seguros-saúde	10
65.30-8/00	Resseguros	10
65.41-3/00	Previdência complementar fechada	10
65.42-1/00	Previdência complementar aberta	10
65.50-2/00	Planos de saúde	10
ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE		
66.11-8/01	Bolsa de valores	20
66.11-8/02	Bolsa de mercadorias	20
66.11-8/03	Bolsa de mercadorias e futuros	20
66.11-8/04	Administração de mercados de balcão organizados	20
66.12-6/01	Corretoras de títulos e valores mobiliários	20
66.12-6/02	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	20
66.12-6/03	Corretoras de câmbio	20
66.12-6/04	Corretoras de contratos de mercadorias	20
66.12-6/05	Agentes de investimentos em aplicações financeiras	20
66.13-4/00	Administração de cartões de crédito	20

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

66.19-3/01	Serviços de liquidação e custódia	20
66.19-3/02	Correspondentes de instituições financeiras	20
66.19-3/03	Representações de bancos estrangeiros	20
66.19-3/04	Caixas eletrônicos	20
66.19-3/05	Operadoras de cartões de débito	20
66.19-3/99	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	20
66.21-5/01	Peritos e avaliadores de seguros	10
66.21-5/02	Auditoria e consultoria atuarial	10
66.22-3/00	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	10
66.29-1/00	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	10
66.30-4/00	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	10
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS		
68.10-2/01	Compra e venda de imóveis próprios	5
68.10-2/02	Aluguel de imóveis próprios	5
68.10-2/03	Loteamento de imóveis próprios	5
68.21-8/01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	5
68.21-8/02	Corretagem no aluguel de imóveis	5
68.22-6/00	Gestão e administração da propriedade imobiliária	5
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS		
69.11-7/01	Serviços advocatícios	6
69.11-7/02	Atividades auxiliares da justiça	6
69.11-7/03	Agente de propriedade industrial	6
69.12-5/00	Cartórios	6
69.20-6/01	Atividades de contabilidade	6
69.20-6/02	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	6
ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL		
70.20-4/00	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	6
SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS		
71.11-1/00	Serviços de arquitetura	6
71.12-0/00	Serviços de engenharia	6
71.19-7/01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia	6
71.19-7/02	Atividades de estudos geológicos	6
71.19-7/03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia	6
71.19-7/04	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho	6

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

71.19-7/99	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente	6
71.20-1/00	Testes e análises técnicas	6
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO		
72.10-0/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	6
72.20-7/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	6
PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO		
73.11-4/00	Agências de Publicidade	5
73.12-2/00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	5
73.19-0/01	Criação de estandes para feiras e exposições	5
73.19-0/02	Promoção de vendas	5
73.19-0/03	Marketing direto	2
73.19-0/04	Consultoria em publicidade	3
73.19-0/99	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente	3
73.20-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública	3
OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS		
74.10-2/01	Design	4
74.10-2/02	Decoração de interiores	4
74.20-0/01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	4
74.20-0/02	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas	4
74.20-0/03	Laboratórios fotográficos	4
74.20-0/04	Filmagem de festas e eventos	4
74.20-0/05	Serviços de microfilmagem	4
74.90-1/01	Serviços de tradução, interpretação e similares	4
74.90-1/02	Escafandria e mergulho	4
74.90-1/03	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	
74.90-1/04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	4
74.90-1/05	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas	4
74.90-1/99	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	4
ATIVIDADES VETERINÁRIAS		
75.00-1/00	Atividades veterinárias	6
ALUGUEIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS		
77.11-0/00	Locação de automóveis sem condutor	4
77.19-5/01	Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

77.19-5/02	Locação de aeronaves sem tripulação	4
77.19-5/99	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	4
77.21-7/00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	3
77.22-5/00	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	3
77.23-3/00	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	3
77.29-2/01	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	3
77.29-2/02	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais	3
77.29-2/03	Aluguel de material médico	3
77.29-2/99	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	3
77.31-4/00	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	3
77.32-2/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	3
77.32-2/02	Aluguel de andaimes	3
77.33-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios	3
77.39-0/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador	5
77.39-0/02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	5
77.39-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	5
77.39-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	5
77.40-3/00	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	5
SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		
78.10-8/00	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	4
78.20-5/00	Locação de mão-de-obra temporária	4
78.30-2/00	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	4
AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS		
79.11-2/00	Agências de viagens	4
79.12-1/00	Operadores turísticos	4
79.90-2/00	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	4
ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO		
80.11-1/01	Atividades de vigilância e segurança privada	4
80.11-1/02	Serviços de adestramento de cães de guarda	4
80.12-9/00	Atividades de transporte de valores	5
80.20-0/00	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

80.30-7/00	Atividades de investigação particular	4
SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS		
81.11-7/00	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	4
81.12-5/00	Condomínios prediais	4
81.21-4/00	Limpeza em prédios e em domicílios	3
81.22-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas	3
81.29-0/00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	3
81.30-3/00	Atividades paisagísticas	3
SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS		
82.11-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	4
82.19-9/01	Fotocópias	3
82.19-9/99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	4
82.20-2/00	Atividades de teleatendimento	4
82.30-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	4
82.30-0/02	Casas de festas e eventos	4
82.91-1/00	Atividades de cobranças e informações cadastrais	4
82.92-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato	4
82.99-7/01	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água	4
82.99-7/02	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	4
82.99-7/03	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção	3
82.99-7/04	Leiloeiros independentes	5
82.99-7/05	Serviços de levantamento de fundos sob contrato	5
82.99-7/06	Casas lotéricas	5
82.99-7/07	Salas de acesso à internet	3
82.99-7/99	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	3
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL		
84.11-6/00	Administração pública em geral	3
84.12-4/00	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	3
84.13-2/00	Regulação das atividades econômicas	3
84.21-3/00	Relações exteriores	3
84.22-1/00	Defesa	3
84.23-0/00	Justiça	3
84.24-8/00	Segurança e ordem pública	3
84.25-6/00	Defesa Civil	3

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

84.30-2/00	Seguridade social obrigatória	3
EDUCAÇÃO		
85.11-2/00	Educação infantil - creche	3
85.12-1/00	Educação infantil - pré-escola	3
85.13-9/00	Ensino fundamental	3
85.20-1/00	Ensino médio	3
85.31-7/00	Educação superior - graduação	5
85.32-5/00	Educação superior - graduação e pós-graduação	5
85.33-3/00	Educação superior - pós-graduação e extensão	5
85.41-4/00	Educação profissional de nível técnico	5
85.42-2/00	Educação profissional de nível tecnológico	5
85.50-3/01	Administração de caixas escolares	5
85.50-3/02	Atividade de apoio à educação, exceto caixas escolares	5
85.91-1/00	Ensino de esportes	3
85.92-9/01	Ensino de dança	3
85.92-9/02	Ensino de artes cênicas, exceto dança	3
85.92-9/03	Ensino de música	3
85.92-9/99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	3
85.93-7/00	Ensino de idiomas	3
85.99-6/01	Formação de condutores	4
85.99-6/02	Cursos de pilotagem	5
85.99-6/03	Treinamento em informática	4
85.99-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	4
85.99-6/05	Cursos preparatórios para concursos	4
85.99-6/99	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	4
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA		
86.10-1/01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	5
86.10-1/02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	5
86.21-6/01	UTI móvel	5
86.21-6/02	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	5
86.22-4/00	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	5
86.30-5/01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	5
86.30-5/02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	5
86.30-5/03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	5
86.30-5/04	Atividade odontológica.	6

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

86.30-5/06	Serviços de vacinação e imunização humana	5
86.30-5/07	Atividades de reprodução humana assistida	6
86.30-5/99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	6
86.40-2/01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	5
86.40-2/02	Laboratórios clínicos	4
86.40-2/03	Serviços de diálise e nefrologia	4
86.40-2/04	Serviços de tomografia	4
86.40-2/05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	4
86.40-2/06	Serviços de ressonância magnética	4
86.40-2/07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética	4
86.40-2/08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	4
86.40-2/09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	4
86.40-2/10	Serviços de quimioterapia	4
86.40-2/11	Serviços de radioterapia	4
86.40-2/12	Serviços de hemoterapia	4
86.40-2/13	Serviços de litotripsia	4
86.40-2/14	Serviços de bancos de células e tecidos humanos	4
86.40-2/99	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	5
86.50-0/01	Atividades de enfermagem	6
86.50-0/02	Atividades de profissionais da nutrição	6
86.50-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise	6
86.50-0/04	Atividades de fisioterapia	6
86.50-0/05	Atividades de terapia ocupacional	6
86.50-0/06	Atividades de fonoaudiologia	6
86.50-0/07	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral	6
86.50-0/99	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	6
86.60-7/00	Atividades de apoio à gestão de saúde	6
86.90-9/01	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	6
86.90-9/02	Atividades de banco de leite humano	6
86.90-9/03	Atividade de acupuntura	6
86.90-9/04	Atividade de podologia	6
86.90-9/99	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	6
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES		

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

87.11-5/01	Clínicas e residências geriátricas	5
87.11-5/02	Instituições de longa permanência para idosos	4
87.11-5/03	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	4
87.11-5/04	Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	3
87.11-5/05	Condomínios residenciais para idosos	3
87.12-3/00	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	3
87.20-4/01	Atividades de centros de assistência psicossocial	3
87.20-4/99	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	3
87.30-1/01	Orfanatos	3
87.30-1/02	Albergues assistenciais	3
87.30-1/99	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	3
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO		
88.00-6/00	Serviços de assistência social sem alojamento	2
ATIVIDADES ARTÍSTICA, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS		
90.01-9/01	Produção teatral	3
90.01-9/02	Produção musical	3
90.01-9/03	Produção de espetáculos de dança	3
90.01-9/04	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	3
90.01-9/05	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	3
90.01-9/06	Atividades de sonorização e de iluminação	4
90.01-9/99	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente	3
90.02-7/01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores	4
90.02-7/02	Restauração de obras-de-arte	4
90.03-5/00	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	4
ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL		
91.01-5/00	Atividades de bibliotecas e arquivos	3
91.02-3/01	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	3
91.02-3/02	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos	3
91.03-1/00	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	3

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS		
92.00-3/01	Casas de bingo	5
92.00-3/02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	5
92.00-3/99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	5
ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS		
92.00-3/01	Casas de bingo	5
92.00-3/02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	5
92.00-3/99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	5
ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER		
93.11-5/00	Gestão de instalações de esportes	3
93.12-3/00	Clubes sociais, esportivos e similares	4
93.13-1/00	Atividades de condicionamento físico	4
93.19-1/01	Produção e promoção de eventos esportivos	4
93.19-1/99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	4
93.21-2/00	Parques de diversão e parques temáticos	4
93.29-8/01	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	4
93.29-8/02	Exploração de boliches	4
93.29-8/03	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares	4
93.29-8/04	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	4
93.29-8/99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	4
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS		
94.11-1/00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	4
94.12-0/00	Atividades de organizações associativas profissionais	4
94.20-1/00	Atividades de organizações sindicais	4
94.30-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	4
94.91-0/00	Atividades de organizações religiosas	4
94.92-8/00	Atividades de organizações políticas	4
94.93-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	4
94.99-5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	4
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS		
94.11-1/00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	4
94.12-0/00	Atividades de organizações associativas profissionais	4
94.20-1/00	Atividades de organizações sindicais	4
94.30-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	2

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

94.91-0/00	Atividades de organizações religiosas	2
94.92-8/00	Atividades de organizações políticas	2
94.93-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	2
94.99-5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	2
REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS		
95.11-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	4
95.12-6/00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	4
95.21-5/00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	4
95.29-1/01	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem	3
95.29-1/02	Chaveiros	3
95.29-1/03	Reparação de relógios	3
95.29-1/04	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não-motorizados	3
95.29-1/05	Reparação de artigos do mobiliário	3
95.29-1/06	Reparação de jóias	3
95.29-1/99	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	3
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS		
96.01-7/01	Lavanderias	4
96.01-7/02	Tinturarias	4
96.01-7/03	Toalheiros	3
96.02-5/01	Cabeleireiros	3
96.02-5/02	Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	3
96.03-3/01	Gestão e manutenção de cemitérios	3
96.03-3/02	Serviços de cremação	3
96.03-3/03	Serviços de sepultamento	4
96.03-3/04	Serviços de funerárias	4
96.03-3/05	Serviços de somatoconservação	4
96.03-3/99	Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente	4
96.09-2/02	Agências matrimoniais	4
96.09-2/03	Alojamento, higiene e embelezamento de animais	4
96.09-2/04	Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda	4
96.09-2/05	Atividades de sauna e banhos	4
96.09-2/06	Serviços de tatuagem e colocação de piercing	4
96.09-2/99	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

SERVIÇOS DOMÉSTICOS		
97.00-5/00	Serviços domésticos	4
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS		
99.00-8/00	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	4

§ 1 ° Para os bares e similares, localizados no Município, cuja receita líquida não ultrapasse a 3 (três) salários mínimos percebidos mensalmente e que sirvam exclusivamente para subsistência da família do proprietário, será aplicado o redutor de 50% (cinquenta por cento) no produto final do referido cálculo.

§ 2 ° A taxa será cobrada de uma só vez para cada estabelecimento, ainda que seja de um mesmo contribuinte, cobrando-se consequentemente, taxa distinta para cada filial.

§ 3 ° No caso de atividades diversas no mesmo local, sem delimitação física do espaço ocupado pelas mesmas, e, exploradas pelo mesmo contribuinte, a taxa será calculada e devida sobre a que estiver sujeita ao maior ônus fiscal, acrescido de 10 (dez) por cento desse valor para cada uma das demais.

§ 4 ° Para os estabelecimentos que não registrarem a existência de empregados será considerado o número de sócios para efeito da cobrança da taxa.

§ 5 ° Para os estabelecimentos enquadrados na atividade agropecuária, quando de propriedade de condomínio ou associações de moradores, a taxa terá uma redução de 50% (cinquenta por cento).

Seção IV
DA INSCRIÇÃO

Art. 403. A Taxa de Licença para Instalação e Localização é devida no início da atividade e quando da transferência de local ou do ramo de atividade, pelas diligências para verificar as condições para a instalação e localização do estabelecimento em face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Parágrafo Único - A transferência de local ou alteração do ramo de atividade acarretará a incidência da taxa à razão de 20% do seu valor anual.

Art. 404. Para efeitos de artigo anterior, considera-se estabelecimentos distintos:

I – os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II – os que, embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócio, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos.

Art. 405. A inscrição é promovida mediante o preenchimento de formulários próprios com a exibição de documentos previstos na forma regulamentar.

Parágrafo único. Procedendo o pedido de inscrição, deverá ser requerida a vistoria do local para o exercício das atividades,

Art. 406. A inscrição só se completará após concedido o Alvará de Licença.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Parágrafo único. Nenhum alvará será expedido sem que o local de exercício da atividade esteja de acordo com as exigências mínimas de funcionamento.

Art. 407. O alvará poderá ser cassado e determinado o fechamento do estabelecimento a qualquer tempo, desde que deixe de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

Art. 408. O alvará poderá ser, a critério do órgão competente e em despacho fundamento, concedido, a título precário, por período não superior a 12 (doze) meses, não cabendo prorrogação do caso.

Seção V DO LANÇAMENTO

Art. 409. A taxa pode ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos, mas deverão constar do aviso-recibo, os elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

Art. 410. A taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos e/ou de conformidade com o constatado no local.

Art. 411. O contribuinte é obrigado a comunicar à Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, toda e qualquer alteração que porventura ocorrer.

Seção VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 412. A taxa de licença para instalação e localização – TLL., será recolhida antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao controle da polícia administrativa.

§ 1º A taxa de licença para instalação e localização – TLL será arrecadada da seguinte forma:

I – integral, quando concedida no período de 1º de janeiro a 31 de março;

II – Será proporcional de 1/12 (um doze avos) quando concedida no período de março a dezembro do exercício.

Seção VII DAS INFRACÇÕES E PENALIDADES

Art. 413 – O contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos sujeitos ao controle de polícia do Município e, e depender de prévia licença, sem efetuar a sua inscrição, ficará sujeito às penalidades constantes neste Código.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção VIII DAS ISENCÕES

Art. 414. Das taxas não isentas:

I – os cegos e mutilados que exercerem comércio ou atividades em escalas inferiores a 2 (dois) salários mínimos mensais;

II – os templos de qualquer culto;

III – as sociedades sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública federal, estadual ou municipal;

§ 1º Os citados no inciso III deste artigo recolherão à Fazenda Municipal o valor do preço público.

§ 2º O pedido de isenção deverá ser requerido ao órgão competente.

Capítulo III DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO - TLF

Seção I DO FATO GERADOR

Art. 415. A Taxa de Licença para Funcionamento tem como fato gerador o exercício do poder de polícia, consubstanciado na vigilância constante dos estabelecimentos e atividades licenciadas para efeito de verificação, quando necessário ou por constatação fiscal de rotina, do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submetem.

Parágrafo Único. Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, prestação de serviços em geral, extração e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas, culturais ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Parágrafo único. A incidência e o pagamento da Taxa de Licença para Funcionamento independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II - de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV - da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais.

Seção II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 416. Sujeito passivo da Taxa de Licença para Funcionamento são todas as pessoas físicas ou jurídicas que exercerem atividades no Município de Meleiro

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 417. A Taxa de Licença para Funcionamento será calculada de acordo com a Tabela abaixo, considerando-se, sempre, a atividade principal, sendo devida, anualmente, a partir do exercício seguinte ao início da operação, por ocasião da necessária renovação do Alvará de Localização.

AGRICULTURA, PECUÁRIA, SERVIÇOS RELACIONADOS		
CODIGO	DESCRIÇÃO	QDADE. UFM /TLL
01.11-3/01	Cultivo de arroz	4
01.11-3/02	Cultivo de milho	4
01.11-3/03	Cultivo de trigo	4
01.11-3/99	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	4
01.12-1/01	Cultivo de algodão herbáceo	4
01.12-1/02	Cultivo de juta	4
01.12-1/99	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente	4
01.13-0/00	Cultivo de cana-de-açúcar	4
01.14-8/00	Cultivo de fumo	4
01.15-6/00	Cultivo de soja	4
01.16-4/01	Cultivo de amendoim	4
01.16-4/02	Cultivo de girassol	4
01.16-4/03	Cultivo de mamona	4
01.16-4/99	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	4
01.19-9/01	Cultivo de abacaxi	4
01.19-9/02	Cultivo de alho	4
01.19-9/03	Cultivo de batata-inglesa	4
01.19-9/04	Cultivo de cebola	4
01.19-9/05	Cultivo de feijão	4
01.19-9/06	Cultivo de mandioca	4
01.19-9/07	Cultivo de melão	4
01.19-9/08	Cultivo de melancia	4
01.19-9/09	Cultivo de tomate rasteiro	4
01.19-9/99	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	4
01.21-1/01	Horticultura, exceto morango	4
01.21-1/02	Cultivo de morango	4
01.22-9/00	Cultivo de flores e plantas ornamentais	4
01.31-8/00	Cultivo de laranja	4
01.32-6/00	Cultivo de uva	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

01.33-4/01	Cultivo de açaí	4
01.33-4/02	Cultivo de banana	4
01.33-4/03	Cultivo de caju	4
01.33-4/04	Cultivo de cítricos, exceto laranja	4
01.33-4/05	Cultivo de coco-da-baía	4
01.33-4/06	Cultivo de guaraná	4
01.33-4/07	Cultivo de maçã	4
01.33-4/08	Cultivo de mamão	4
01.33-4/09	Cultivo de maracujá	4
01.33-4/10	Cultivo de manga	4
01.33-4/11	Cultivo de pêssego	4
01.33-4/99	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	4
01.34-2/00	Cultivo de café	4
01.35-1/00	Cultivo de cacau	4
01.39-3/01	Cultivo de chá-da-índia	4
01.39-3/02	Cultivo de erva-mate	4
01.39-3/03	Cultivo de pimenta-do-reino	4
01.39-3/04	Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino	4
01.39-3/05	Cultivo de dendê	4
01.39-3/06	Cultivo de seringueira	4
01.39-3/99	Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	4
01.41-5/01	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	4
01.41-5/02	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	4
01.42-3/00	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	4
01.51-2/01	Criação de bovinos para corte	4
01.51-2/02	Criação de bovinos para leite	4
01.51-2/03	Criação de bovinos, exceto para corte e leite	4
01.52-1/01	Criação de bufalinos	4
01.52-1/02	Criação de eqüinos	4
01.52-1/03	Criação de asininos e muare	4
01.53-9/01	Criação de caprinos	4
01.53-9/02	Criação de ovinos, inclusive para produção de lã	4
01.54-7/00	Criação de suínos	3
01.55-5/01	Criação de frangos para corte	3
01.55-5/02	Produção de pintos de um dia	3
01.55-5/03	Criação de outros galináceos, exceto para corte	3
01.55-5/04	Criação de aves, exceto galináceos	3
01.55-5/05	Produção de ovos	3
01.59-8/01	Apicultura	3
01.59-8/02	Criação de animais de estimação	3

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

01.59-8/03	Criação de escargô	4
01.59-8/04	Criação de bicho-da-seda	4
01.59-8/99	Criação de outros animais não especificados anteriormente	4
01.61-0/01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	4
01.61-0/02	Serviço de poda de árvores para lavouras	4
01.61-0/03	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	4
01.61-0/99	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	4
01.62-8/01	Serviço de inseminação artificial em animais	4
01.62-8/02	Serviço de tosquiamento de ovinos	4
01.62-8/03	Serviço de manejo de animais	4
01.62-8/99	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	4
01.63-6/00	Atividades de pós-colheita	4
01.70-9/00	Caça e serviços relacionados	4
PRODUÇÃO FLORESTAL		
02.10-1/01	Cultivo de eucalipto	4
02.10-1/02	Cultivo de acácia-negra	4
02.10-1/03	Cultivo de pinus	4
02.10-1/04	Cultivo de teca	4
02.10-1/05	Cultivo de espécies madeiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca	4
02.10-1/06	Cultivo de mudas em viveiros florestais	4
02.10-1/07	Extração de madeira em florestas plantadas	4
02.10-1/08	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	4
02.10-1/09	Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas	4
02.10-1/99	Produção de produtos não-madeiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	4
02.20-9/01	Extração de madeira em florestas nativas	4
02.20-9/02	Produção de carvão vegetal - florestas nativas	4
02.20-9/03	Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	4
02.20-9/04	Coleta de látex em florestas nativas	4
02.20-9/05	Coleta de palmito em florestas nativas	4
02.20-9/06	Conservação de florestas nativas	4
02.20-9/99	Coleta de produtos não-madeiros não especificados anteriormente em florestas nativas	4
PESCA E AQUICULTURA		
03.11-6/01	Pesca de peixes em água salgada	4
03.11-6/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada	4
03.11-6/03	Coleta de outros produtos marinhos	4
03.11-6/04	Atividades de apoio à pesca em água salgada	4
03.12-4/01	Pesca de peixes em água doce	4
03.12-4/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água doce	4
03.12-4/03	Coleta de outros produtos aquáticos de água doce	4
03.12-4/04	Atividades de apoio à pesca em água doce	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

03.21-3/01	Criação de peixes em água salgada e salobra	4
03.21-3/02	Criação de camarões em água salgada e salobra	4
03.21-3/03	Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra	4
03.21-3/04	Criação de peixes ornamentais em água salgada e salobra	4
03.21-3/05	Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra	4
03.21-3/99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água salgada e salobra não especificados anteriormente	4
03.22-1/01	Criação de peixes em água doce	4
03.22-1/02	Criação de camarões em água doce	4
03.22-1/03	Criação de ostras e mexilhões em água doce	4
03.22-1/04	Criação de peixes ornamentais em água doce	4
03.22-1/05	Ranicultura	4
03.22-1/06	Criação de jacaré	4
03.22-1/07	Atividades de apoio à aquicultura em água doce	4
03.22-1/99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água doce não especificados anteriormente	4
EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL		
05.00-3/01	Extração de carvão mineral	15
05.00-3/02	Beneficiamento de carvão mineral	15
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		
06.00-0/01	Extração de petróleo e gás natural	15
06.00-0/02	Extração e beneficiamento de xisto	15
06.00-0/03	Extração e beneficiamento de areias betuminosas	15
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS		
07.10-3/01	Extração de minério de ferro	15
07.10-3/02	Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro	15
07.21-9/01	Extração de minério de alumínio	15
07.21-9/02	Beneficiamento de minério de alumínio	15
07.22-7/01	Extração de minério de estanho	15
07.22-7/02	Beneficiamento de minério de estanho	15
07.23-5/01	Extração de minério de manganês	15
07.23-5/02	Beneficiamento de minério de manganês	15
07.24-3/01	Extração de minério de metais preciosos	15
07.24-3/02	Beneficiamento de minério de metais preciosos	15
07.25-1/00	Extração de minerais radioativos	15
07.29-4/01	Extração de minérios de nióbio e titânio	15
07.29-4/02	Extração de minério de tungstênio	15
07.29-4/03	Extração de minério de níquel	15
07.29-4/04	Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	15
07.29-4/05	Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não	15

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	especificados anteriormente	
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS		
08.10-0/01	Extração de ardósia e beneficiamento associado	15
08.10-0/02	Extração de granito e beneficiamento associado	15
08.10-0/03	Extração de mármore e beneficiamento associado	15
08.10-0/04	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado	15
08.10-0/05	Extração de gesso e caulim	15
08.10-0/06	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	15
08.10-0/07	Extração de argila e beneficiamento associado	15
08.10-0/08	Extração de saibro e beneficiamento associado	15
08.10-0/09	Extração de basalto e beneficiamento associado	15
08.10-0/10	Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração	10
08.10-0/99	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	15
08.91-6/00	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	15
08.92-4/01	Extração de sal marinho	15
08.92-4/02	Extração de sal-gema	15
08.92-4/03	Refino e outros tratamentos do sal	15
08.93-2/00	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	15
08.99-1/01	Extração de grafita	15
08.99-1/02	Extração de quartzo	15
08.99-1/03	Extração de amianto	15
08.99-1/99	Extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente	15
ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS		
09.10-6/00	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	15
09.90-4/01	Atividades de apoio à extração de minério de ferro	15
09.90-4/02	Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos	15
09.90-4/03	Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos	15
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS		
10.11-2/01	Frigorífico - abate de bovinos	7
10.11-2/02	Frigorífico - abate de eqüinos	7
10.11-2/03	Frigorífico - abate de ovinos e caprinos	7
10.11-2/04	Frigorífico - abate de bufalinos	7
10.11-2/05	Matadouro - abate de reses sob contrato - exceto abate de suínos	7
10.12-1/01	Abate de aves	7
10.12-1/02	Abate de pequenos animais	7
10.12-1/03	Frigorífico - abate de suínos	7
10.12-1/04	Matadouro - abate de suínos sob contrato	7
10.13-9/01	Fabricação de produtos de carne	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

10.13-9/02	Preparação de subprodutos do abate	4
10.20-1/01	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	4
10.20-1/02	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	4
10.31-7/00	Fabricação de conservas de frutas	4
10.32-5/01	Fabricação de conservas de palmito	4
10.32-5/99	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	4
10.33-3/01	Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	4
10.33-3/02	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	4
10.41-4/00	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	4
10.42-2/00	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	4
10.43-1/00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais	4
10.51-1/00	Preparação do leite	4
10.52-0/00	Fabricação de laticínios	4
10.53-8/00	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	4
10.61-9/01	Beneficiamento de arroz	7
10.61-9/02	Fabricação de produtos do arroz	7
10.62-7/00	Moagem de trigo e fabricação de derivados	4
10.63-5/00	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	4
10.64-3/00	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	4
10.65-1/01	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	4
10.65-1/02	Fabricação de óleo de milho em bruto	4
10.65-1/03	Fabricação de óleo de milho refinado	4
10.66-0/00	Fabricação de alimentos para animais	4
10.69-4/00	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	4
10.71-6/00	Fabricação de açúcar em bruto	7
10.72-4/01	Fabricação de açúcar de cana refinado	7
10.72-4/02	Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba	7
10.81-3/01	Beneficiamento de café	7
10.81-3/02	Torrefação e moagem de café	7
10.82-1/00	Fabricação de produtos à base de café	7
10.91-1/01	Fabricação de produtos de panificação industrial	7
10.91-1/02	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria	4
10.92-9/00	Fabricação de biscoitos e bolachas	4
10.93-7/01	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

10.93-7/02	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	4
10.94-5/00	Fabricação de massas alimentícias	4
10.95-3/00	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	4
10.96-1/00	Fabricação de alimentos e pratos prontos	4
10.99-6/01	Fabricação de vinagres	4
10.99-6/02	Fabricação de pós alimentícios	4
10.99-6/03	Fabricação de fermentos e leveduras	4
10.99-6/04	Fabricação de gelo comum	4
10.99-6/05	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	4
10.99-6/06	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais	4
10.99-6/07	Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares	4
10.99-6/99	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	4
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS		
13.11-1/00	Preparação e fiação de fibras de algodão	4
13.12-0/00	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	4
13.13-8/00	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	4
13.14-6/00	Fabricação de linhas para costurar e bordar	4
13.21-9/00	Tecelagem de fios de algodão	4
13.22-7/00	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	4
13.23-5/00	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	4
13.30-8/00	Fabricação de tecidos de malha	4
13.40-5/01	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	4
13.40-5/02	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	4
13.40-5/99	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	4
13.51-1/00	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	4
13.52-9/00	Fabricação de artefatos de tapeçaria	4
13.53-7/00	Fabricação de artefatos de cordoaria	4
13.54-5/00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	4
13.59-6/00	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	4
CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS		
14.11-8/01	Confecção de roupas íntimas	4
14.11-8/02	Facção de roupas íntimas	5
14.12-6/01	Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	5
14.12-6/02	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	5
14.12-6/03	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

14.13-4/01	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	5
14.13-4/02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	5
14.13-4/03	Facção de roupas profissionais	5
14.14-2/00	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	5
14.21-5/00	Fabricação de meias	5
14.22-3/00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	5
PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS		
15.10-6/00	Curtimento e outras preparações de couro	5
15.21-1/00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	5
15.29-7/00	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	5
15.31-9/01	Fabricação de calçados de couro	5
15.31-9/02	Acabamento de calçados de couro sob contrato	5
15.32-7/00	Fabricação de tênis de qualquer material	5
15.33-5/00	Fabricação de calçados de material sintético	5
15.39-4/00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	5
15.40-8/00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	5
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA		
16.10-2/01	Serrarias com desdobramento de madeira	4
16.10-2/02	Serrarias sem desdobramento de madeira	4
16.21-8/00	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	4
16.22-6/01	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas	4
16.22-6/02	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	4
16.22-6/99	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	4
16.23-4/00	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	4
16.29-3/01	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	4
16.29-3/02	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	4
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL		
17.10-9/00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	6
17.21-4/00	Fabricação de papel	6
17.22-2/00	Fabricação de cartolina e papel-cartão	6
17.31-1/00	Fabricação de embalagens de papel	
17.32-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	6
17.33-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão	6

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	ondulado	
17.41-9/01	Fabricação de formulários contínuos	6
17.41-9/02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário 6contínuo	6
17.42-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis	6
17.42-7/02	Fabricação de absorventes higiênicos	6
17.42-7/99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente	6
17.49-4/00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	6
IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES		
18.11-3/01	Impressão de jornais	5
18.11-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	5
18.12-1/00	Impressão de material de segurança	5
18.13-0/01	Impressão de material para uso publicitário	4
18.13-0/99	Impressão de material para outros usos	4
18.21-1/00	Serviços de pré-impressão	4
18.22-9/01	Serviços de encadernação e plastificação	4
18.22-9/99	Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação	4
18.30-0/01	Reprodução de som em qualquer suporte	4
18.30-0/02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte	4
18.30-0/03	Reprodução de software em qualquer suporte	4
FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS		
19.10-1/00	Coquerias	10
19.21-7/00	Fabricação de produtos do refino de petróleo	10
19.22-5/01	Formulação de combustíveis	10
19.22-5/02	Rerrefino de óleos lubrificantes	10
19.22-5/99	Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	10
19.31-4/00	Fabricação de álcool	10
19.32-2/00	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	10
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS		
20.11-8/00	Fabricação de cloro e álcalis	10
20.12-6/00	Fabricação de intermediários para fertilizantes	10
20.13-4/00	Fabricação de adubos e fertilizantes	10
20.14-2/00	Fabricação de gases industriais	10
20.19-3/01	Elaboração de combustíveis nucleares	10
20.19-3/99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	10
20.21-5/00	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	10
20.22-3/00	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas	10

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	e fibras	
20.29-1/00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	10
20.31-2/00	Fabricação de resinas termoplásticas	10
20.32-1/00	Fabricação de resinas termofixas	10
20.33-9/00	Fabricação de elastômeros	10
20.40-1/00	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	10
20.51-7/00	Fabricação de defensivos agrícolas	10
20.52-5/00	Fabricação de desinfestantes domissanitários	5
20.61-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	5
20.62-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	4
20.63-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	5
20.71-1/00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	7
20.72-0/00	Fabricação de tintas de impressão	7
20.73-8/00	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	7
20.91-6/00	Fabricação de adesivos e selantes	7
20.92-4/01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes	10
20.92-4/02	Fabricação de artigos pirotécnicos	10
20.92-4/03	Fabricação de fósforos de segurança	10
20.93-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial	10
20.94-1/00	Fabricação de catalisadores	10
20.99-1/01	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia	10
20.99-1/99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente	10
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		
21.10-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos	10
21.21-1/01	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	10
21.21-1/02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	10
21.21-1/03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano	10
21.22-0/00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	10
21.23-8/00	Fabricação de preparações farmacêuticas	10
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHAS E DE MATERIAL PLÁSTICO		
22.11-1/00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	10
22.12-9/00	Reforma de pneumáticos usados	10
22.19-6/00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	10
22.21-8/00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	10
22.22-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico	10
22.23-4/00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico	10

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	para uso na construção	
22.29-3/01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	10
22.29-3/02	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	10
22.29-3/03	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios	10
22.29-3/99	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	10
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS		
23.11-7/00	Fabricação de vidro plano e de segurança	10
23.12-5/00	Fabricação de embalagens de vidro	10
23.19-2/00	Fabricação de artigos de vidro	10
23.20-6/00	Fabricação de cimento	10
23.30-3/01	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	4
23.30-3/02	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	4
23.30-3/03	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	4
23.30-3/04	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	4
23.30-3/05	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	4
23.30-3/99	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	4
23.41-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	6
23.42-7/01	Fabricação de azulejos e pisos	6
23.42-7/02	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	5
23.49-4/01	Fabricação de material sanitário de cerâmica	6
23.49-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente	6
23.91-5/01	Britamento de pedras, exceto associado à extração	4
23.91-5/02	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração	4
23.91-5/03	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	4
23.92-3/00	Fabricação de cal e gesso	6
23.99-1/01	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	6
23.99-1/02	Fabricação de abrasivos	6
23.99-1/99	Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	6
METALURGIA		
24.11-3/00	Produção de ferro-gusa	10
24.12-1/00	Produção de ferroligas	10

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

24.21-1/00	Produção de semi-acabados de aço	10
24.22-9/01	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	10
24.22-9/02	Produção de laminados planos de aços especiais	10
24.23-7/01	Produção de tubos de aço sem costura	6
24.23-7/02	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos	6
24.24-5/01	Produção de arames de aço	6
24.24-5/02	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames	6
24.31-8/00	Produção de tubos de aço com costura	6
24.39-3/00	Produção de outros tubos de ferro e aço	6
24.41-5/01	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	6
24.41-5/02	Produção de laminados de alumínio	6
24.42-3/00	Metalurgia dos metais preciosos	6
24.43-1/00	Metalurgia do cobre	6
24.49-1/01	Produção de zinco em formas primárias	6
24.49-1/02	Produção de laminados de zinco	6
24.49-1/03	Produção de soldas e ânodos para galvanoplastia	6
24.49-1/99	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	6
24.51-2/00	Fundição de ferro e aço	6
24.52-1/00	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas	6
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
25.11-0/00	Fabricação de estruturas metálicas	4
25.12-8/00	Fabricação de esquadrias de metal	4
25.13-6/00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	4
25.21-7/00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	4
25.22-5/00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	4
25.31-4/01	Produção de forjados de aço	4
25.31-4/02	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas	4
25.32-2/01	Produção de artefatos estampados de metal	4
25.32-2/02	Metalurgia do pó	4
25.39-0/01	Serviços de usinagem, tornearia e solda	4
25.39-0/02	Serviços de tratamento e revestimento em metais	4
25.41-1/00	Fabricação de artigos de cutelaria	4
25.42-0/00	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	4
25.43-8/00	Fabricação de ferramentas	4
25.50-1/01	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate	4
25.50-1/02	Fabricação de armas de fogo e munições	4
25.91-8/00	Fabricação de embalagens metálicas	4
25.92-6/01	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

25.92-6/02	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados	4
25.93-4/00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	4
25.99-3/01	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção	4
25.99-3/02	Serviços de corte e dobra de metais	4
25.99-3/99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	4
FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS		
26.10-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos	5
26.21-3/00	Fabricação de equipamentos de informática	5
26.22-1/00	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	5
26.31-1/00	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios	5
26.32-9/00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios	5
26.40-0/00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	5
26.51-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	5
26.52-3/00	Fabricação de cronômetros e relógios	5
26.60-4/00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	5
26.70-1/01	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios	5
26.70-1/02	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios	5
26.80-9/00	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	5
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS		
27.10-4/01	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios	5
27.10-4/02	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	5
27.10-4/03	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	5
27.21-0/00	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	5
27.22-8/01	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	5
27.22-8/02	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores	5
27.31-7/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	5
27.32-5/00	Fabricação de material elétrico para instalações em	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	circuito de consumo	
27.33-3/00	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	5
27.40-6/01	Fabricação de lâmpadas	5
27.40-6/02	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	5
27.51-1/00	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	5
27.59-7/01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios	5
27.59-7/99	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios	5
27.90-2/01	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores	5
27.90-2/02	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme	5
27.90-2/99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	5
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
28.11-9/00	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários	5
28.12-7/00	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas	5
28.13-5/00	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios	5
28.14-3/01	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios	5
28.14-3/02	Fabricação de compressores para uso não industrial, peças e acessórios	5
28.15-1/01	Fabricação de rolamentos para fins industriais	5
28.15-1/02	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos	5
28.21-6/01	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios	5
28.21-6/02	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios	5
28.22-4/01	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios	5
28.22-4/02	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios	5
28.23-2/00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	5
28.24-1/01	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial	5
28.24-1/02	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	condicionado para uso não-industrial	
28.25-9/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios	5
28.29-1/01	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios	5
28.29-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	5
28.31-3/00	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios	5
28.32-1/00	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	5
28.33-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	5
28.40-2/00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	5
28.51-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	5
28.52-6/00	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	5
28.53-4/00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	5
28.54-2/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	5
28.61-5/00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	5
28.62-3/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	5
28.63-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	5
28.64-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios	5
28.65-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios	5
28.66-6/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	5
28.69-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	5
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS		
29.10-7/01	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

29.10-7/02	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários	5
29.10-7/03	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários	5
29.20-4/01	Fabricação de caminhões e ônibus	5
29.20-4/02	Fabricação de motores para caminhões e ônibus	5
29.30-1/01	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	5
29.30-1/02	Fabricação de carrocerias para ônibus	5
29.30-1/03	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	5
29.41-7/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	5
29.42-5/00	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	5
29.43-3/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	5
29.44-1/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	5
29.45-0/00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	5
29.49-2/01	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	5
29.49-2/99	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente	5
29.50-6/00	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	5
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES		
30.11-3/01	Construção de embarcações de grande porte	5
30.11-3/02	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	5
30.12-1/00	Construção de embarcações para esporte e lazer	5
30.31-8/00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	5
30.32-6/00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	5
30.41-5/00	Fabricação de aeronaves	5
30.42-3/00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	5
30.50-4/00	Fabricação de veículos militares de combate	5
30.91-1/01	Fabricação de motocicletas	5
30.91-1/02	Fabricação de peças e acessórios para motocicletas	5
30.92-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios	5
30.99-7/00	Fabricação de equipamentos de transporte não	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	especificados anteriormente	
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS		
31.01-2/00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	5
31.02-1/00	Fabricação de móveis com predominância de metal	5
31.03-9/00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	5
31.04-7/00	Fabricação de colchões	5
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS		
32.11-6/01	Lapidação de gemas	5
32.11-6/02	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	5
32.11-6/03	Cunhagem de moedas e medalhas	5
32.12-4/00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	5
32.20-5/00	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	5
32.30-2/00	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	5
32.40-0/01	Fabricação de jogos eletrônicos	5
32.40-0/02	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação	5
32.40-0/03	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação	5
32.40-0/99	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	5
32.50-7/01	Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	5
32.50-7/02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	5
32.50-7/03	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda	5
32.50-7/04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda	5
32.50-7/05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia	5
32.50-7/06	Serviços de prótese dentária	5
32.50-7/07	Fabricação de artigos ópticos	5
32.50-7/09	Serviço de laboratório óptico	5
32.91-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	
32.92-2/01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	5
32.92-2/02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	5
32.99-0/01	Fabricação de guarda-chuvas e similares	5
32.99-0/02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório	5
32.99-0/03	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

32.99-0/04	Fabricação de painéis e letreiros luminosos	5
32.99-0/05	Fabricação de aviamentos para costura	5
32.99-0/06	Fabricação de velas, inclusive decorativas	5
32.99-0/99	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	5
MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
33.11-2/00	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	4
33.12-1/02	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle	4
33.12-1/03	Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	4
33.12-1/04	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos	4
33.13-9/01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	4
33.13-9/02	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos	4
33.13-9/99	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente	4
33.14-7/01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas	4
33.14-7/02	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	4
33.14-7/03	Manutenção e reparação de válvulas industriais	4
33.14-7/04	Manutenção e reparação de compressores	4
33.14-7/05	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais	4
33.14-7/06	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	4
33.14-7/07	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	4
33.14-7/08	Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	4
33.14-7/09	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório	4
33.14-7/10	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente	4
33.14-7/11	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	4
33.14-7/12	Manutenção e reparação de tratores agrícolas	4
33.14-7/13	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta	4
33.14-7/14	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

33.14-7/15	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo	4
33.14-7/16	Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas	4
33.14-7/17	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	4
33.14-7/18	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	4
33.14-7/19	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	4
33.14-7/20	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados	4
33.14-7/21	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos	4
33.14-7/22	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico	4
33.14-7/99	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente	4
33.15-5/00	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	4
33.16-3/01	Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista	4
33.16-3/02	Manutenção de aeronaves na pista	4
33.17-1/01	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	4
33.17-1/02	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer	4
33.19-8/00	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	4
33.21-0/00	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	4
33.29-5/01	Serviços de montagem de móveis de qualquer material	4
33.29-5/99	Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente	4
ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES		
35.11-5/01	Geração de energia elétrica	4
35.11-5/02	Atividades de coordenação e controle de operação de geração e transmissão de energia elétrica	6
35.12-3/00	Transmissão de energia elétrica	6
35.13-1/00	Comércio atacadista de energia elétrica	6
35.14-0/00	Distribuição de energia elétrica	
35.20-4/01	Produção de gás; processamento de gás natural	6
35.20-4/02	Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	6
35.30-1/00	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	6
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

36.00-6/01	Captação, tratamento e distribuição de água	4
36.00-6/02	Distribuição de água por caminhões	4
ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS		
37.01-1/00	Gestão de redes de esgoto	4
37.02-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	4
COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS		
38.11-4/00	Coleta de resíduos não-perigosos	4
38.12-2/00	Coleta de resíduos perigosos	4
38.21-1/00	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	4
38.22-0/00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	4
38.31-9/01	Recuperação de sucatas de alumínio	4
38.31-9/99	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	4
38.32-7/00	Recuperação de materiais plásticos	4
38.39-4/01	Usinas de compostagem	4
38.39-4/99	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	4
DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS		
39.00-5/00	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	4
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS		
41.10-7/00	Incorporação de empreendimentos imobiliários	4
41.20-4/00	Construção de edifícios	4
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA		
42.11-1/01	Construção de rodovias e ferrovias	4
42.11-1/02	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos	4
42.12-0/00	Construção de obras de arte especiais	4
42.13-8/00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	4
42.21-9/01	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	4
42.21-9/02	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	4
42.21-9/03	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica	4
42.21-9/04	Construção de estações e redes de telecomunicações	4
42.21-9/05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações	4
42.22-7/01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	4
42.22-7/02	Obras de irrigação	4
42.23-5/00	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	4
42.91-0/00	Obras portuárias, marítimas e fluviais	4
42.92-8/01	Montagem de estruturas metálicas	4
42.92-8/02	Obras de montagem industrial	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

42.99-5/01	Construção de instalações esportivas e recreativas	4
42.99-5/99	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	4
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO		
43.11-8/01	Demolição de edifícios e outras estruturas	4
43.11-8/02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	4
43.12-6/00	Perfurações e sondagens	4
43.13-4/00	Obras de terraplenagem	4
43.19-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	4
43.21-5/00	Instalação e manutenção elétrica	4
43.22-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	4
43.22-3/02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	4
43.22-3/03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	4
43.29-1/01	Instalação de painéis publicitários	4
43.29-1/02	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima fluvial e lacustre	4
43.29-1/03	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes	4
43.29-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	4
43.29-1/05	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração	4
43.29-1/99	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	4
43.30-4/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil	4
43.30-4/02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	4
43.30-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque	4
43.30-4/04	Serviços de pintura de edifícios em geral	4
43.30-4/05	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	4
43.30-4/99	Outras obras de acabamento da construção	4
43.91-6/00	Obras de fundações	4
43.99-1/01	Administração de obras	4
43.99-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	4
43.99-1/03	Obras de alvenaria	4
43.99-1/04	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	4
43.99-1/05	Perfuração e construção de poços de água	4
43.99-1/99	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	4
COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTES E MOTOCICLETAS		

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

45.11-1/01	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	4
45.11-1/02	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	4
45.11-1/03	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	5
45.11-1/04	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	5
45.11-1/05	Comércio por atacado de reboques e semi-reboques novos e usados	5
45.11-1/06	Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados	5
45.12-9/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	5
45.12-9/02	Comércio sob consignação de veículos automotores	5
45.20-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	4
45.20-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	4
45.20-0/03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	4
45.20-0/04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores	4
45.20-0/05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	3
45.20-0/06	Serviços de borracharia para veículos automotores	3
45.20-0/07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	4
45.20-0/08	Serviços de capotaria	4
45.30-7/01	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	5
45.30-7/02	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar	5
45.30-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	4
45.30-7/04	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	4
45.30-7/05	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	4
45.30-7/06	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores	5
45.41-2/01	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	5
45.41-2/02	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	5
45.41-2/03	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	4
45.41-2/04	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas	4
45.41-2/05	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

45.42-1/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	5
45.42-1/02	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	4
45.43-9/00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	5
COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS		
46.11-7/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	5
46.12-5/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	5
46.13-3/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	5
46.14-1/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	5
46.15-0/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	5
46.16-8/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	5
46.17-6/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	5
46.18-4/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria	5
46.18-4/02	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares	5
46.18-4/03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações	5
46.18-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	5
46.19-2/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	5
46.21-4/00	Comércio atacadista de café em grão	5
46.22-2/00	Comércio atacadista de soja	5
46.23-1/01	Comércio atacadista de animais vivos	5
46.23-1/02	Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não-comestíveis de origem animal	5
46.23-1/03	Comércio atacadista de algodão	5
46.23-1/04	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	5
46.23-1/05	Comércio atacadista de cacau	5
46.23-1/06	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	5
46.23-1/07	Comércio atacadista de sisal	5
46.23-1/08	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

46.23-1/09	Comércio atacadista de alimentos para animais	5
46.23-1/99	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	5
46.31-1/00	Comércio atacadista de leite e laticínios	5
46.32-0/01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	5
46.32-0/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	5
46.32-0/03	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	5
46.33-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	5
46.33-8/02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	5
46.33-8/03	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	5
46.34-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados	5
46.34-6/02	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	5
46.34-6/03	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	5
46.34-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	5
46.35-4/01	Comércio atacadista de água mineral	5
46.35-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	5
46.35-4/03	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	5
46.35-4/99	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	5
46.36-2/01	Comércio atacadista de fumo beneficiado	5
46.36-2/02	Comércio atacadista de cigarros, cigarrilhas e charutos	5
46.37-1/01	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	5
46.37-1/02	Comércio atacadista de açúcar	5
46.37-1/03	Comércio atacadista de óleos e gorduras	5
46.37-1/04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	5
46.37-1/05	Comércio atacadista de massas alimentícias	5
46.37-1/06	Comércio atacadista de sorvetes	5
46.37-1/07	Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes	5
46.37-1/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	5
46.39-7/01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	5
46.39-7/02	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	5
46.41-9/01	Comércio atacadista de tecidos	5
46.41-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	5
46.41-9/03	Comércio atacadista de artigos de armarinho	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

46.42-7/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	5
46.42-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	5
46.43-5/01	Comércio atacadista de calçados	5
46.43-5/02	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	5
46.44-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	5
46.44-3/02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	5
46.45-1/01	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios	5
46.45-1/02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	5
46.45-1/03	Comércio atacadista de produtos odontológicos	5
46.46-0/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	5
46.46-0/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	5
46.47-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	5
46.47-8/02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	5
46.49-4/01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	5
46.49-4/02	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico	5
46.49-4/03	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	5
46.49-4/04	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	5
46.49-4/05	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas	5
46.49-4/06	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures	5
46.49-4/07	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos	5
46.49-4/08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	5
46.49-4/09	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	5
46.49-4/10	Comércio atacadista de jóias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	5
46.49-4/99	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	5
46.51-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática	5
46.51-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

46.52-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	5
46.61-3/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	5
46.62-1/00	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	5
46.63-0/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	5
46.64-8/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	5
46.65-6/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	5
46.69-9/01	Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	5
46.69-9/99	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	5
46.71-1/00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	5
46.72-9/00	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	5
46.73-7/00	Comércio atacadista de material elétrico	5
46.74-5/00	Comércio atacadista de cimento	5
46.79-6/01	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares	5
46.79-6/02	Comércio atacadista de mármore e granitos	5
46.79-6/03	Comércio atacadista de vidros, espelhos, vitrais e molduras	5
46.79-6/04	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	5
46.79-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral	5
46.81-8/01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (T.R.R.)	
46.81-8/02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (T.R.R.)	5
46.81-8/03	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante	5
46.81-8/04	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto	5
46.81-8/05	Comércio atacadista de lubrificantes	5
46.82-6/00	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	5
46.83-4/00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	5
46.84-2/01	Comércio atacadista de resinas e elastômeros	5
46.84-2/02	Comércio atacadista de solventes	5
46.84-2/99	Comércio atacadista de outros produtos químicos e	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	petroquímicos não especificados anteriormente	
46.85-1/00	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	5
46.86-9/01	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto	3
46.86-9/02	Comércio atacadista de embalagens	5
46.87-7/01	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	3
46.87-7/02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão	3
46.87-7/03	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	3
46.89-3/01	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis	5
46.89-3/02	Comércio atacadista de fios e fibras têxteis beneficiados	5
46.89-3/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediário não especificados anteriormente	5
46.91-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	5
46.92-3/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	5
46.93-1/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	5
COMÉRCIO VAREJISTA		
47.11-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	6
47.11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	5
47.12-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	3
47.13-0/01	Lojas de departamentos ou magazines	3
47.13-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	4
47.13-0/03	Lojas duty free de aeroportos internacionais	4
47.21-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	4
47.21-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios	4
47.21-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	4
47.22-9/01	Comércio varejista de carnes - açougues	4
47.22-9/02	Peixaria	3
47.23-7/00	Comércio varejista de bebidas	5
47.24-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	3
47.29-6/01	Tabacaria	3
47.29-6/02	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência	3

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

47.29-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	3
47.31-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	5
47.32-6/00	Comércio varejista de lubrificantes	5
47.41-5/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	4
47.42-3/00	Comércio varejista de material elétrico	4
47.43-1/00	Comércio varejista de vidros	4
47.44-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	4
47.44-0/02	Comércio varejista de madeira e artefatos	4
47.44-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos	4
47.44-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	4
47.44-0/05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	4
47.44-0/06	Comércio varejista de pedras para revestimento	4
47.44-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral	4
47.51-2/01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	4
47.51-2/02	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática	4
47.52-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	4
47.53-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	4
47.54-7/01	Comércio varejista de móveis	5
47.54-7/02	Comércio varejista de artigos de colchoaria	4
47.54-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação	4
47.55-5/01	Comércio varejista de tecidos	4
47.55-5/02	Comercio varejista de artigos de armarinho	4
47.55-5/03	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	4
47.56-3/00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	4
47.57-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	4
47.59-8/01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	4
47.59-8/99	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	4
47.61-0/01	Comércio varejista de livros	3
47.61-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas	3
47.61-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria	3
47.62-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	3
47.63-6/01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	3
47.63-6/02	Comércio varejista de artigos esportivos	3

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

47.63-6/03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios	4
47.63-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping	4
47.63-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	4
47.71-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	4
47.71-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	4
47.71-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	4
47.71-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários	4
47.72-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	4
47.73-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	4
47.74-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica	4
47.81-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	4
47.82-2/01	Comércio varejista de calçados	3
47.82-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem	3
47.83-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria	3
47.83-1/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria	3
47.84-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	3
47.85-7/01	Comércio varejista de antiguidades	3
47.85-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados	2
47.89-0/01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	2
47.89-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais	3
47.89-0/03	Comércio varejista de objetos de arte	3
47.89-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	3
47.89-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	3
47.89-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos	3
47.89-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório	3
47.89-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	3
47.89-0/09	Comércio varejista de armas e munições	3
47.89-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	3
TRANSPORTE TERRESTRE		
49.11-6/00	Transporte ferroviário de carga	4
49.12-4/01	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual	4
49.12-4/02	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana	4
49.12-4/03	Transporte metroviário	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

49.21-3/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	4
49.21-3/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana	4
49.22-1/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	4
49.22-1/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	4
49.22-1/03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional	4
49.23-0/01	Serviço de táxi	2
49.23-0/02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	4
49.24-8/00	Transporte escolar	4
49.29-9/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	4
49.29-9/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	4
49.29-9/03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal	4
49.29-9/04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	4
49.29-9/99	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente	4
49.30-2/01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	4
49.30-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	4
49.30-2/03	Transporte rodoviário de produtos perigosos	4
49.30-2/04	Transporte rodoviário de mudanças	4
49.40-0/00	Transporte dutoviário	4
49.50-7/00	Trens turísticos, teleféricos e similares	4
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO		
50.11-4/01	Transporte marítimo de cabotagem - carga	4
50.11-4/02	Transporte marítimo de cabotagem - passageiros	4
50.12-2/01	Transporte marítimo de longo curso - carga	4
50.12-2/02	Transporte marítimo de longo curso - passageiros	4
50.21-1/01	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia	4
50.21-1/02	Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	4
50.22-0/01	Transporte por navegação interior de passageiros em	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	linhas regulares, municipal, exceto travessia	
50.22-0/02	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	4
50.30-1/01	Navegação de apoio marítimo	4
50.30-1/02	Navegação de apoio portuário	4
50.91-2/01	Transporte por navegação de travessia, municipal	4
50.91-2/02	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal	4
50.99-8/01	Transporte aquaviário para passeios turísticos	4
50.99-8/99	Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente	4
TRANSPORTE AÉREO		
51.11-1/00	Transporte aéreo de passageiros regular	5
51.12-9/01	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	5
51.12-9/99	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular	5
51.20-0/00	Transporte aéreo de carga	5
51.30-7/00	Transporte espacial	5
ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES		
52.11-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant	4
52.11-7/02	Guarda-móveis	4
52.11-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis	4
52.12-5/00	Carga e descarga	4
52.21-4/00	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	4
52.22-2/00	Terminais rodoviários e ferroviários	4
52.23-1/00	Estacionamento de veículos	
52.29-0/01	Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada	4
52.29-0/02	Serviços de reboque de veículos	4
52.29-0/99	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	4
52.31-1/01	Administração da infra-estrutura portuária	4
52.31-1/02	Operações de terminais	4
52.32-0/00	Atividades de agenciamento marítimo	4
52.39-7/00	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	4
52.40-1/01	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	4
52.40-1/99	Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	5
52.50-8/01	Comissaria de despachos	5
52.50-8/02	Atividades de despachantes aduaneiros	5
52.50-8/03	Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

52.50-8/04	Organização logística do transporte de carga	5
52.50-8/05	Operador de transporte multimodal - OTM	5
CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA		
53.10-5/01	Atividades do Correio Nacional	
53.10-5/02	Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional	5
53.20-2/01	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional	5
53.20-2/02	Serviços de entrega rápida	5
ALOJAMENTO		
55.10-8/01	Hotéis	5
55.10-8/02	Apart-hotéis	5
55.10-8/03	Motéis	6
55.90-6/01	Albergues, exceto assistenciais	3
55.90-6/02	Campings	3
55.90-6/03	Pensões (alojamento)	3
55.90-6/99	Outros alojamentos não especificados anteriormente	3
ALIMENTAÇÃO		
56.11-2/01	Restaurantes e similares	4
56.11-2/02	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	3
56.11-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	4
56.12-1/00	Serviços ambulantes de alimentação	4
56.20-1/01	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	4
56.20-1/02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	4
56.20-1/03	Cantinas - serviços de alimentação privativos	3
56.20-1/04	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	3
EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO		
58.11-5/00	Edição de livros	4
58.12-3/00	Edição de jornais	4
58.13-1/00	Edição de revistas	4
58.19-1/00	Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos	4
58.21-2/00	Edição integrada à impressão de livros	4
58.22-1/00	Edição integrada à impressão de jornais	4
58.23-9/00	Edição integrada à impressão de revistas	4
58.29-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos	4
ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA		
59.11-1/01	Estúdios cinematográficos	4
59.11-1/02	Produção de filmes para publicidade	4
59.11-1/99	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	4
59.12-0/01	Serviços de dublagem	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

59.12-0/02	Serviços de mixagem sonora em produção audio visual	4
59.12-0/99	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	4
59.13-8/00	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	4
59.14-6/00	Atividades de exibição cinematográfica	4
59.20-1/00	Atividades de gravação de som e de edição de música	4
ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO		
60.10-1/00	Atividades de rádio	4
60.21-7/00	Atividades de televisão aberta	6
60.22-5/01	Programadoras	6
60.22-5/02	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras	6
TELECOMUNICAÇÕES		
61.10-8/01	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	6
61.10-8/02	Serviços de redes de transportes de telecomunicações - SRTT	6
61.10-8/03	Serviços de comunicação multimídia - SCM	6
61.10-8/99	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	6
61.20-5/01	Telefonia móvel celular	6
61.20-5/02	Serviço móvel especializado - SME	6
61.20-5/99	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	6
61.30-2/00	Telecomunicações por satélite	6
61.41-8/00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	6
61.42-6/00	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	6
61.43-4/00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	6
61.90-6/01	Provedores de acesso às redes de comunicações	6
61.90-6/02	Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP	6
61.90-6/99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	6
ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
62.01-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	4
62.02-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	4
62.03-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	4
62.04-0/00	Consultoria em tecnologia da informação	4
62.09-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	4
ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO		
63.11-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

63.19-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	4
63.91-7/00	Agências de notícias	4
63.99-2/00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	4
ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS		
64.10-7/00	Banco Central	20
64.21-2/00	Bancos comerciais	20
64.22-1/00	Bancos múltiplos, com carteira comercial	20
64.23-9/00	Caixas econômicas	20
64.24-7/01	Bancos cooperativos	20
64.24-7/02	Cooperativas centrais de crédito	20
64.24-7/03	Cooperativas de crédito mútuo	20
64.24-7/04	Cooperativas de crédito rural	20
64.31-0/00	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	20
64.32-8/00	Bancos de investimento	20
64.33-6/00	Bancos de desenvolvimento	20
64.34-4/00	Agências de fomento	20
64.35-2/01	Sociedades de crédito imobiliário	20
64.35-2/02	Associações de poupança e empréstimo	20
64.35-2/03	Companhias hipotecárias	20
64.36-1/00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	20
64.37-9/00	Sociedades de crédito ao microempreendedor	5
64.38-7/01	Bancos de câmbio	20
64.38-7/99	Outras instituições de intermediação não-monetária não especificadas anteriormente.	20
64.40-9/00	Arrendamento mercantil	20
64.50-6/00	Sociedades de capitalização	20
64.61-1/00	Holdings de instituições financeiras	20
64.62-0/00	Holdings de instituições não-financeiras	20
64.63-8/00	Outras sociedades de participação, exceto holdings	20
64.70-1/01	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	20
64.70-1/02	Fundos de investimento previdenciários	20
64.70-1/03	Fundos de investimento imobiliários	20
64.91-3/00	Sociedades de fomento mercantil - factoring	20
64.92-1/00	Securitização de créditos	20
64.93-0/00	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	20
64.99-9/01	Clubes de investimento	20
64.99-9/02	Sociedades de investimento	20
64.99-9/03	Fundo garantidor de crédito	20
64.99-9/04	Caixas de financiamento de corporações	20
64.99-9/05	Concessão de crédito pelas OSCIP	20
64.99-9/99	Outras atividades de serviços financeiros não	20

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	especificadas anteriormente	
SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE		
65.11-1/01	Seguros de vida	10
65.11-1/02	Planos de auxílio-funeral	10
65.12-0/00	Seguros não-vida	10
65.20-1/00	Seguros-saúde	10
65.30-8/00	Resseguros	10
65.41-3/00	Previdência complementar fechada	10
65.42-1/00	Previdência complementar aberta	10
65.50-2/00	Planos de saúde	10
ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE		
66.11-8/01	Bolsa de valores	20
66.11-8/02	Bolsa de mercadorias	20
66.11-8/03	Bolsa de mercadorias e futuros	20
66.11-8/04	Administração de mercados de balcão organizados	20
66.12-6/01	Corretoras de títulos e valores mobiliários	20
66.12-6/02	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	20
66.12-6/03	Corretoras de câmbio	20
66.12-6/04	Corretoras de contratos de mercadorias	20
66.12-6/05	Agentes de investimentos em aplicações financeiras	20
66.13-4/00	Administração de cartões de crédito	20
66.19-3/01	Serviços de liquidação e custódia	20
66.19-3/02	Correspondentes de instituições financeiras	20
66.19-3/03	Representações de bancos estrangeiros	20
66.19-3/04	Caixas eletrônicos	20
66.19-3/05	Operadoras de cartões de débito	20
66.19-3/99	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	20
66.21-5/01	Peritos e avaliadores de seguros	10
66.21-5/02	Auditoria e consultoria atuarial	10
66.22-3/00	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	10
66.29-1/00	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	10
66.30-4/00	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	10
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS		
68.10-2/01	Compra e venda de imóveis próprios	5
68.10-2/02	Aluguel de imóveis próprios	5
68.10-2/03	Loteamento de imóveis próprios	5
68.21-8/01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	5
68.21-8/02	Corretagem no aluguel de imóveis	5
68.22-6/00	Gestão e administração da propriedade imobiliária	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS		
69.11-7/01	Serviços advocatícios	6
69.11-7/02	Atividades auxiliares da justiça	6
69.11-7/03	Agente de propriedade industrial	6
69.12-5/00	Cartórios	6
69.20-6/01	Atividades de contabilidade	6
69.20-6/02	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	6
ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL		
70.20-4/00	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	6
SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS		
71.11-1/00	Serviços de arquitetura	6
71.12-0/00	Serviços de engenharia	6
71.19-7/01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia	6
71.19-7/02	Atividades de estudos geológicos	6
71.19-7/03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia	6
71.19-7/04	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho	6
71.19-7/99	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente	6
71.20-1/00	Testes e análises técnicas	6
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO		
72.10-0/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	6
72.20-7/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	6
PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO		
73.11-4/00	Agências de Publicidade	5
73.12-2/00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	5
73.19-0/01	Criação de estandes para feiras e exposições	5
73.19-0/02	Promoção de vendas	5
73.19-0/03	Marketing direto	2
73.19-0/04	Consultoria em publicidade	3
73.19-0/99	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente	3
73.20-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública	3
OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS		
74.10-2/01	Design	4
74.10-2/02	Decoração de interiores	4
74.20-0/01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

74.20-0/02	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas	4
74.20-0/03	Laboratórios fotográficos	4
74.20-0/04	Filmagem de festas e eventos	4
74.20-0/05	Serviços de microfilmagem	4
74.90-1/01	Serviços de tradução, interpretação e similares	4
74.90-1/02	Escafandria e mergulho	4
74.90-1/03	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	
74.90-1/04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	4
74.90-1/05	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas	4
74.90-1/99	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	4
ATIVIDADES VETERINÁRIAS		
75.00-1/00	Atividades veterinárias	6
ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS		
77.11-0/00	Locação de automóveis sem condutor	4
77.19-5/01	Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos	4
77.19-5/02	Locação de aeronaves sem tripulação	4
77.19-5/99	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	4
77.21-7/00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	3
77.22-5/00	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	3
77.23-3/00	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	3
77.29-2/01	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	3
77.29-2/02	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais	3
77.29-2/03	Aluguel de material médico	3
77.29-2/99	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	3
77.31-4/00	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	3
77.32-2/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	3
77.32-2/02	Aluguel de andaimes	3
77.33-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios	3
77.39-0/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador	5
77.39-0/02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	5
77.39-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

77.39-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	5
77.40-3/00	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	5
SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		
78.10-8/00	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	4
78.20-5/00	Locação de mão-de-obra temporária	4
78.30-2/00	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	4
AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS		
79.11-2/00	Agências de viagens	4
79.12-1/00	Operadores turísticos	4
79.90-2/00	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	4
ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO		
80.11-1/01	Atividades de vigilância e segurança privada	4
80.11-1/02	Serviços de adestramento de cães de guarda	4
80.12-9/00	Atividades de transporte de valores	5
80.20-0/00	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	4
80.30-7/00	Atividades de investigação particular	4
SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS		
81.11-7/00	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	4
81.12-5/00	Condomínios prediais	4
81.21-4/00	Limpeza em prédios e em domicílios	3
81.22-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas	3
81.29-0/00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	3
81.30-3/00	Atividades paisagísticas	3
SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS		
82.11-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	4
82.19-9/01	Fotocópias	3
82.19-9/99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	4
82.20-2/00	Atividades de teleatendimento	4
82.30-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	4
82.30-0/02	Casas de festas e eventos	4
82.91-1/00	Atividades de cobranças e informações cadastrais	4
82.92-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato	4
82.99-7/01	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água	4
82.99-7/02	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	4
82.99-7/03	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção	3

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

82.99-7/04	Leiloeiros independentes	5
82.99-7/05	Serviços de levantamento de fundos sob contrato	5
82.99-7/06	Casas lotéricas	5
82.99-7/07	Salas de acesso à internet	3
82.99-7/99	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	3
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL		
84.11-6/00	Administração pública em geral	3
84.12-4/00	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	3
84.13-2/00	Regulação das atividades econômicas	3
84.21-3/00	Relações exteriores	3
84.22-1/00	Defesa	3
84.23-0/00	Justiça	3
84.24-8/00	Segurança e ordem pública	3
84.25-6/00	Defesa Civil	3
84.30-2/00	Seguridade social obrigatória	3
EDUCAÇÃO		
85.11-2/00	Educação infantil – creche	3
85.12-1/00	Educação infantil - pré-escola	3
85.13-9/00	Ensino fundamental	3
85.20-1/00	Ensino médio	3
85.31-7/00	Educação superior – graduação	5
85.32-5/00	Educação superior - graduação e pós-graduação	5
85.33-3/00	Educação superior - pós-graduação e extensão	5
85.41-4/00	Educação profissional de nível técnico	5
85.42-2/00	Educação profissional de nível tecnológico	5
85.50-3/01	Administração de caixas escolares	5
85.50-3/02	Atividade de apoio à educação, exceto caixas escolares	5
85.91-1/00	Ensino de esportes	3
85.92-9/01	Ensino de dança	3
85.92-9/02	Ensino de artes cênicas, exceto dança	3
85.92-9/03	Ensino de música	3
85.92-9/99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	3
85.93-7/00	Ensino de idiomas	3
85.99-6/01	Formação de condutores	4
85.99-6/02	Cursos de pilotagem	5
85.99-6/03	Treinamento em informática	4
85.99-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	4
85.99-6/05	Cursos preparatórios para concursos	4
85.99-6/99	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	4
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA		
86.10-1/01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

86.10-1/02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	5
86.21-6/01	UTI móvel	5
86.21-6/02	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	5
86.22-4/00	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	5
86.30-5/01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	5
86.30-5/02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	5
86.30-5/03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	5
86.30-5/04	Atividade odontológica.	6
86.30-5/06	Serviços de vacinação e imunização humana	5
86.30-5/07	Atividades de reprodução humana assistida	6
86.30-5/99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	6
86.40-2/01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	5
86.40-2/02	Laboratórios clínicos	4
86.40-2/03	Serviços de diálise e nefrologia	4
86.40-2/04	Serviços de tomografia	4
86.40-2/05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	4
86.40-2/06	Serviços de ressonância magnética	4
86.40-2/07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética	4
86.40-2/08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	4
86.40-2/09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	4
86.40-2/10	Serviços de quimioterapia	4
86.40-2/11	Serviços de radioterapia	4
86.40-2/12	Serviços de hemoterapia	4
86.40-2/13	Serviços de litotripsia	4
86.40-2/14	Serviços de bancos de células e tecidos humanos	4
86.40-2/99	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	5
86.50-0/01	Atividades de enfermagem	6
86.50-0/02	Atividades de profissionais da nutrição	6
86.50-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise	6
86.50-0/04	Atividades de fisioterapia	6
86.50-0/05	Atividades de terapia ocupacional	6
86.50-0/06	Atividades de fonoaudiologia	6
86.50-0/07	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral	6
86.50-0/99	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	6

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

86.60-7/00	Atividades de apoio à gestão de saúde	6
86.90-9/01	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	6
86.90-9/02	Atividades de banco de leite humano	6
86.90-9/03	Atividade de acupuntura	6
86.90-9/04	Atividade de podologia	6
86.90-9/99	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	6
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES		
87.11-5/01	Clínicas e residências geriátricas	5
87.11-5/02	Instituições de longa permanência para idosos	4
87.11-5/03	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	4
87.11-5/04	Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	3
87.11-5/05	Condomínios residenciais para idosos	3
87.12-3/00	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	3
87.20-4/01	Atividades de centros de assistência psicossocial	3
87.20-4/99	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	3
87.30-1/01	Orfanatos	3
87.30-1/02	Albergues assistenciais	3
87.30-1/99	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	3
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO		
88.00-6/00	Serviços de assistência social sem alojamento	
ATIVIDADES ARTÍSTICA, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS		
90.01-9/01	Produção teatral	3
90.01-9/02	Produção musical	3
90.01-9/03	Produção de espetáculos de dança	3
90.01-9/04	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	3
90.01-9/05	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	3
90.01-9/06	Atividades de sonorização e de iluminação	4
90.01-9/99	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente	3
90.02-7/01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores	4
90.02-7/02	Restauração de obras-de-arte	4
90.03-5/00	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL		
91.01-5/00	Atividades de bibliotecas e arquivos	3
91.02-3/01	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	3
91.02-3/02	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos	3
91.03-1/00	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	35
ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS		
92.00-3/01	Casas de bingo	
92.00-3/02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	5
92.00-3/99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	5
ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS		
92.00-3/01	Casas de bingo	5
92.00-3/02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	5
92.00-3/99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	5
ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER		
93.11-5/00	Gestão de instalações de esportes	3
93.12-3/00	Clubes sociais, esportivos e similares	4
93.13-1/00	Atividades de condicionamento físico	4
93.19-1/01	Produção e promoção de eventos esportivos	4
93.19-1/99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	4
93.21-2/00	Parques de diversão e parques temáticos	4
93.29-8/01	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	4
93.29-8/02	Exploração de boliches	4
93.29-8/03	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares	4
93.29-8/04	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	4
93.29-8/99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	4
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS		
94.11-1/00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	4
94.12-0/00	Atividades de organizações associativas profissionais	4
94.20-1/00	Atividades de organizações sindicais	4
94.30-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	4
94.91-0/00	Atividades de organizações religiosas	4
94.92-8/00	Atividades de organizações políticas	4
94.93-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	4
94.99-5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	4
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS		
94.11-1/00	Atividades de organizações associativas patronais e	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	empresariais	
94.12-0/00	Atividades de organizações associativas profissionais	4
94.20-1/00	Atividades de organizações sindicais	4
94.30-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	2
94.91-0/00	Atividades de organizações religiosas	2
94.92-8/00	Atividades de organizações políticas	2
94.93-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	2
94.99-5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	2
REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS		
95.11-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	4
95.12-6/00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	4
95.21-5/00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	4
95.29-1/01	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem	3
95.29-1/02	Chaveiros	3
95.29-1/03	Reparação de relógios	3
95.29-1/04	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não-motorizados	3
95.29-1/05	Reparação de artigos do mobiliário	3
95.29-1/06	Reparação de jóias	3
95.29-1/99	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	3
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS		
96.01-7/01	Lavanderias	4
96.01-7/02	Tinturarias	4
96.01-7/03	Toalheiros	3
96.02-5/01	Cabeleireiros	3
96.02-5/02	Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	3
96.03-3/01	Gestão e manutenção de cemitérios	3
96.03-3/02	Serviços de cremação	3
96.03-3/03	Serviços de sepultamento	4
96.03-3/04	Serviços de funerárias	4
96.03-3/05	Serviços de somatoconservação	4
96.03-3/99	Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente	4
96.09-2/02	Agências matrimoniais	4
96.09-2/03	Alojamento, higiene e embelezamento de animais	4
96.09-2/04	Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda	4
96.09-2/05	Atividades de sauna e banhos	4

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

96.09-2/06	Serviços de tatuagem e colocação de piercing	4
96.09-2/99	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	4
SERVIÇOS DOMÉSTICOS		
97.00-5/00	Serviços domésticos	4
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS		
99.00-8/00	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	4

Seção IV
DA INSCRIÇÃO

Art. 418. A Taxa de Licença para funcionamento é devida no início da atividade e quando da transferência de local ou do ramo de atividade, pelas diligências para verificar as condições para a o funcionamento do estabelecimento distintos, face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Art. 419. Para efeitos de artigo anterior, considera-se estabelecimentos distintos:

I – os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II – os que, embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócio, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos.

Art. 420. A inscrição é promovida mediante o preenchimento de formulários próprios com a exibição de documentos previstos na forma regulamentar.

Parágrafo único. Procedendo o pedido de inscrição, deverá ser requerida a vistoria do local para o exercício das atividades,

Art. 421. A inscrição só se completará após concedido o Alvará de Licença.

Parágrafo único. Nenhum alvará será expedido sem que o local de exercício da atividade esteja de acordo com as exigência mínimas de funcionamento.

Art. 422. O alvará poderá ser cassado e determinado o fechamento do estabelecimento a qualquer tempo, desde que deixe de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

Art. 423. O alvará poderá ser, a critério do órgão competente e em despacho fundamento, concedido, a título precário, por período não superior a 12 (doze) meses, não cabendo prorrogação do caso.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção V DO LANCAMENTO

Art. 424. A taxa pode ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos, mas deverão constar do aviso-recibo, os elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

Art. 425. A taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos e/ou de conformidade com o constatado no local.

Art. 426. O contribuinte é obrigado a comunicar à Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, toda e qualquer alteração que porventura ocorrer.

Seção VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 427. A taxa de licença para instalação e localização – TLF., será recolhida antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao controle da polícia administrativa.

§ 1º A taxa de licença para instalação e localização – TLF será arrecadada da seguinte forma:

I – integral, quando concedida no período de 1º de janeiro a 31 de março;

II – Será proporcional de 1/12 (um doze avos) quando concedida no período de março a dezembro do exercício.

Seção VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 428. O contribuinte que exercer quaisquer atividade ou praticar quaisquer atos sujeitos ao controle de polícia do Município e, e depender de prévia licença, sem efetuar a sua inscrição, ficará sujeito às penalidades constantes neste Código.

Seção VIII DAS ISENÇÕES

Art. 429. Das taxas são isentas:

I – os cegos e mutilados que exercerem comércio ou atividades em escalas inferiores a 2 (dois) salários mínimos mensais;

II – os templos de qualquer culto;

III – as sociedades sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública federal, estadual ou municipal;

§ 1º Os citados no inciso III deste artigo recolherão à Fazenda Municipal o valor do preço público.

§ 2º O pedido de isenção deverá ser requerido ao órgão competente.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Capítulo IV
DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO
ESPECIAL – TFHE

Seção I
DO FATO GERADOR

Art. 430. O fato gerador da taxa é a fiscalização a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, que pretenda manter seu estabelecimento em funcionamento fora do horário normal.

Parágrafo único. Considera-se horário normal o período correspondente, de Segunda a Sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h e 30 min às 18h e, nos sábados, das 08h às 12h.

Seção II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 431. Contribuinte da taxa é todo aquele enquadrado no artigo anterior, que desejar exercer atividade fora o horário comercial.

Seção III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 432. A base de cálculo da taxa é o custo dispendido pela Administração Municipal na verificação das normas regulamentares, e será calculado na forma do disposto na tabela abaixo.

Base: Unidade Fiscal Monetária.

56700. Antecipação de Horário	
56701. Ao dia.....	7,0%
56702. Ao mês.....	120,0%
56703. Ao ano.....	240,0%

Prorrogação do Horário

56800. Das 18:00 horas até às 22:00horas	
56801. Ao dia.....	7,0%
56802. Ao mês.....	120,0%
56803. Ao ano.....	240,0%

56900. Além das 22:00horas	
56901. Ao dia.....	7,0%
56902. Ao mês.....	120,0%
56903. Ao ano.....	240,0%

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000
E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br
CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção IV DA INSCRIÇÃO

Art. 433. A Taxa de Licença para funcionamento em horário Especial - TFHE é devida no início da atividade, pelas diligências para verificar as condições para a o funcionamento do estabelecimento distintos, face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Art. 434. Para efeitos de artigo anterior, considera-se estabelecimentos distintos:

I – os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II – os que, embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócio, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos.

Art. 435. A inscrição é promovida mediante o preenchimento de formulários próprios com a exibição de documentos previstos na forma regulamentar.

Parágrafo único. Procedendo o pedido de inscrição, deverá ser requerida a vistoria do local para o exercício das atividades,

Art. 436. A inscrição só se completará após concedido o Alvará de Licença.

Parágrafo único. Nenhum alvará será expedido sem que o local de exercício da atividade esteja de acordo com as exigências mínimas de funcionamento.

Art. 437. O alvará poderá ser cassado e determinado o fechamento do estabelecimento a qualquer tempo, desde que deixe de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

Art. 438. O alvará poderá ser, a critério do órgão competente e em despacho fundamento, concedido, a título precário, por período não superior a 12 (doze) meses, não cabendo prorrogação do caso.

Art. 439. A licença será concedida sob forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível.

Seção V DO LANÇAMENTO

Art. 440. A taxa pode ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos, mas deverão constar do aviso-recibo, os elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

Art. 441. A taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos e/ou de conformidade com o constatado no local.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 442. O contribuinte é obrigado a comunicar à Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, toda e qualquer alteração que porventura ocorrer.

Seção VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 443. A taxa será arrecadada antes do início das atividades a que se refere este Capítulo, e quando de sua renovação, de conformidade com o Calendário Fiscal editado anualmente por ato do Chefe do Poder Executivo.

Seção VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 444. O contribuinte que iniciar suas atividades, sem prévia licença na Prefeitura, ficará sujeito às penalidades constantes nesta Lei.

Seção VIII DA ISENÇÃO E DA IMUNIDADE

Art. 445. Ficam desobrigados da desobservância do horário fixado neste Capítulo, mediante autorização, por requerimento dirigido ao órgão competente e com despacho do Chefe do Poder Executivo, os estabelecimentos abaixo relacionados, desde que não tenham atividades estranhas aos ramos especificados, e que obedeçam à legislação vigente:

- I – padarias, confeitarias, bombonieres, casas de chá, cafês, cigarrarias, sorveterias, churrascarias, bilhares, cinemas, restaurantes e hotéis;
- II – açougues, peixarias, verdureiras e casa de frutas;
- III – barbearias, engraxatarias, bancas de jornais e revistas;
- IV – tinturarias, oficinas em geral, vulcanizadoras, postos de gasolina e de lavação de veículos, borracheiros, agências funerárias, garagens e estúdios fotográficos;
- V – supermercados, fiabrerias, mercearias, casas de gênero alimentício, produtores e comerciantes de gelo ou de produtos que devam ser conservados em câmara fria, e industriais;
- VI - impressão e distribuição de jornais;
- VII – serviços de Transportes Coletivos;
- VIII – institutos de educação e assistência social;
- VIX – hospitais e congêneres.

Art. 446. Ficam isentos da taxa:

- I – os cegos e mutilados que exercem atividades em escala igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos mensais;
- II – os templos de qualquer culto.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

**Capítulo V
DA TAXA PARA EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO
EVENTUAL OU TEMPORÁRIA - TACET**

**Seção I
DO FATO GERADOR**

Art. 447. A Taxa de Licença para Exercício de Atividade Eventual ou Temporária tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão do exercício de atividade eventual ou temporária no Município.

Art. 448. Nenhuma atividade de caráter eventual ou temporário poderá ser exercida sem prévia licença outorgada pela administração pública e sem o pagamento da referida taxa.

§ 1º Considera-se atividade eventual ou temporária aquela exercida em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações em locais autorizados pelo Poder Público Municipal.

§ 2º É considerado também como eventual ou temporária a atividade exercida em instalações removíveis colocadas nas vias e logradouros públicos como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e assemelhados.

**Seção II
DO SUJEITO PASSIVO**

Art. 449. Contribuinte da taxa é todo aquele enquadrado no artigo anterior, que desejar exercer atividade por período determinado no município.

**Seção III
DA BASE DE CALCULO**

Art. 450. A base de cálculo é o custo dispendido pela Administração para a fiscalização e será calculada na forma do disposto na tabela abaixo.

**57000-TABELA PARA O COMÉRCIO AMBULANTE OU
EVENTUAL**

Base: Unidade Fiscal Monetária

Atividade	ao dia	ao mês
57001 – Alimentos preparados, inclusive refrigerantes.....	35%	100%
57002 – Aparelhos eletrodomésticos.....	35%	170%
57003 – Armários e miudezas.....	35%	150%
57004 – Artefatos de	35%	150%

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

couro.....				
57005	–	Artigos	30%	100%
carnavalescos.....				
57006	–	Artigos para	40%	170%
fumantes.....				
57007	–	Artigos de	28%	120%
papelaria.....				
57008	–	Artigos	30%	100%
religiosos.....				
57009	–	Artigos de	40%	170%
toucador.....				
57010		–	50%	300%
Automóveis.....				
57011	–	Artigos de jogos de	55%	400%
azar.....				
57012	–	Bebidas	100%	400%
alcoólicas.....				
57013	–	Brinquedos e artigos	55%	400%
comerciais.....				
57014		–	45%	200%
Confecções.....				
57015	–	Fogos de	50%	300%
artifício.....				
57016		–	80%	170%
Frutas.....				
57017	–	Gêneros e produtos	30%	90%
alimentícios.....				
57018	–	Jóias e	100%	350%
relógios.....				
57019 – Louças, ferragens, e artefatos de plástico, de borracha, escovas e similares.....			42%	200%
57020	–	Malhas, meias, gravatas e lenços.....	20%	150%
57021	–	Peles, pelicas, plumas e confecções de luxo.....	52%	350%
57022		–	50%	170%
Tecidos.....				
57023		–	45%	200%
Outros.....				

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção IV DA INSCRIÇÃO

Art. 451. A Taxa de Licença para Exercício de Atividade Eventual ou Temporária é devida no início da atividade, pelas diligências para verificar as condições para a o funcionamento do estabelecimento distintos, face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Art. 452. A Licença de que trata este Capítulo terá duração máxima de 90 (noventa) dias, devendo a atividade obedecer as disposições deste Código, após este prazo.

Seção V DO LANÇAMENTO

Art. 453. A taxa pode ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos, mas deverão constar do aviso-recibo, os elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

Art. 454. A taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos e/ou de conformidade com o constatado no local.

Art. 455. O contribuinte é obrigado a comunicar à Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, toda e qualquer alteração que porventura ocorrer.

Seção VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 456. A taxa será arrecadada antes do início das atividades a que se refere este Capítulo, e quando de sua renovação, de conformidade com o Calendário Fiscal editado anualmente por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 457. A Taxa de que trata este Capítulo será cobrada por ocasião da outorga da respectiva Licença, de acordo com o artigo 450 deste Código e respectivo regulamento.

Art. 458. A taxa é anual e será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, da seguinte forma:

- I – total, se a atividade se iniciar no primeiro semestre;
- II – pela metade, se a atividade iniciar no segundo semestre.

Seção VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 459. O contribuinte que iniciar suas atividades, sem prévia licença na Prefeitura, ficará sujeito às penalidades constantes nesta Lei.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção VIII

DA ISENÇÃO E DA IMUNIDADE

Art. 460. São isentos da taxa:

I - os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

II - os engraxates ambulantes;

III - todos os que exercerem atividade em escala ínfima.

Parágrafo único. A isenção será concedida mediante requerimento dirigido ao órgão competente, até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano, sob pena de perda do benefício para o exercício seguinte.

Capítulo VI

DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO E INSTALAÇÕES DE OBRAS PARTICULARES – TLEOIP

Seção I

DO FATO GERADOR

Art. 461. A taxa de licença para execução de obras e instalações particulares, tem como fato gerador o exercício do poder de polícia na atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, que pretenda construir, reconstruir, reformar, reparar ou demolir edifícios, casas, edículas, muros, grades, guias e sarjetas, assim como proceder ao parcelamento do solo, à colocação de tapumes ou andaimes e, quaisquer outras obras e imóveis, no território do município.

I – Nenhuma construção, reconstrução, reforma com acréscimo, demolição ou obra e instalações de qualquer natureza poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à municipalidade, nos termos da legislação específica, e pagamento da taxa devida.

§ 1º A licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas ou projetos das obras, na forma da legislação urbanística aplicável.

§ 2º A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

§ 3º A licença poderá ser prorrogada, mediante requerimento do interessado.

§ 4º No caso do § anterior, a taxa será devida em 30% (trinta por cento) do valor atualizado.

Seção II

DO SUJEITO PASIVO

Art. 462. Sujeito passivo da Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares é o proprietário, detentor de domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel em que se realizarem obras de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios, bem como de instalações elétricas e mecânicas ou qualquer obra.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 463. A base de cálculo é o valor dispendido pela Administração Municipal na verificação das normas regulamentares e será calculada na forma do disposto na Tabela abaixo.

Aprovação e Licença para construção Civil e Serviços de Engenharia

DISCRIMINAÇÃO	Porcentagem Sobre a UFM
<u>Construções:</u>	
- Aprovação de projetos e concessão de alvarás de construção, por metro quadrado de área construída.....	2,70%
<u>Modificação ou ampliação e regularização:</u>	
- Aprovação do projeto de concessão de alvarás de construção, por metro quadrado de área construída.....	2,00%
<u>Aprovação de Loteamentos:</u>	
- Aprovação do ante-projeto, por área de lotes (m²).....	0,02%
- Aprovação do projeto, por área de lotes (m²).....	0,10%
- Modificação do projeto aprovado, por área de lotes (m²).....	0,02%
<u>Desmembramentos, remembramentos e desdobro:</u>	
- Autorização desmembramento, remembramento e desdobro (m²).....	0,02%
<u>Alinhamento:</u>	
- Na zona urbana.....	100%
- Na sede dos distritos e zona rural.....	120%
- Em terrenos de esquina.....	140%

Execução de Obras de Construção Civil (Alvará de Construção)

Cálculo do Valor da mão de obra para aplicação da alíquota correspondente.

TIPO	ESTRUTURA	UNIDADE	PORCENTAGEM SOBRE A UFM
Residencial	Alvenaria	m²	680%
	Mista ou Madeira	m²	530%
Comércio/Serviços	Alvenaria	m²	630%
	Mista ou Madeira	m²	530%
Industrial	Alvenaria	m²	630%
	Mista ou Madeira	m²	500%
Especial	Alvenaria	m²	630%
	Mista ou Madeira	m²	530%
Piscinas	Fiberglas	m²	680%
	Alvenaria	m²	630%
Consertos e Reparos	Fachadas	Pavimentos	530%
	Telhados	m²	500%
	Outros	m²	500%

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção IV DA INSCRIÇÃO

Art. 464. A da Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares é devida no início da atividade, pelas diligências para verificar as condições para a o funcionamento do estabelecimento distintos, face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Seção V DO LANCAMENTO

Art. 465. A taxa pode ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos, mas deverão constar do aviso-recibo, os elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

Art. 466. A taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos e/ou de conformidade com o constatado no local.

Art. 467. O contribuinte é obrigado a comunicar à Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, toda e qualquer alteração que porventura ocorrer.

Seção VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 468. A taxa será arrecadada antes do início das atividades a que se refere este Capítulo, e quando de sua renovação, de conformidade com o Calendário Fiscal editado anualmente por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 469. A Taxa de que trata este Capítulo será cobrada por ocasião da outorga da respectiva Licença, de acordo com o artigo 457 desta lei.

Art. 470. A taxa de licença será paga integralmente no ato da concessão da licença.

§ 1 ° Em casos especiais, devidamente consubstanciados, e à vista de requerimento do interessado, poderá o órgão competente efetuar parcelamento do tributo mediante despacho do Chefe do Poder Executivo.

§ 2 ° O parcelamento a que se refere o § anterior, não poderá ser superior a 3 (três) parcelas, devendo ser corrigida monetariamente.

Seção VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 471. A pessoa que iniciar ou realizar atividades previstas no artigo 455 deste Código, sem a licença, será penalizada com a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor devido, corrigido monetariamente.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Lei. Art. 472. Aplicam-se, quando cabíveis, as demais disposições constantes nesta

Seção VIII

DA ISENÇÃO E DA IMUNIDADE

Art. 473. Quando a obra disser respeito a posto de gasolina, lavagem e lubrificação de veículos ou de garagens coletivas, as alíquotas mencionadas na tabela sofrerão um acréscimo de 50% (cinquenta por cento).

Capítulo VII

DA TAXA DE LICENÇA DE PUBLICIDADE - TP

Seção I

DO FATO GERADOR

Art. 474. A Taxa de Licença para Publicidade tem como fato gerador o exercício do poder de polícia da Administração Pública Municipal, de vigilância em razão da exploração, utilização ou veiculação dos meios de publicidade de qualquer tipo e por qualquer instrumento, nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos locais de audibilidade, visibilidade ou acesso ao público.

Parágrafo Único - Para efeito de incidência da taxa, considera-se publicidade, toda e qualquer divulgação de mensagens de natureza publicitária ou comercial, mensagens indicativas ou representativas de nomes, marcas, símbolos, produtos ou estabelecimentos de pessoas físicas ou jurídicas, indicativos de atividades, inclusive aqueles fixados em veículos de transporte e mobiliários em geral.

Art. 475. São considerados veículos de publicidade sujeitos à taxa:

I - os letreiros,

II - os anúncios publicitários em forma de outdoors, painéis, faixas, banners, balões, som, panfletagem.

Art. 476. Considerar-se-á ocorrido o fato gerador da Taxa de Licença para Publicidade:

I - na data do início da veiculação da publicidade;

II - na data em que se der qualquer alteração;

III - em 1º de janeiro de cada exercício, nos anos subseqüentes, em se tratando de publicidade realizada por intermédio de instrumentos ou suportes de caráter permanente.

Parágrafo Único - Considera-se permanente toda veiculação publicitária que pelas suas características, destinação ou intuito de exibição, seja de duração superior a 90 (noventa) dias.

Art. 477. A incidência e o pagamento da Taxa de Licença para Publicidade independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao anúncio;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

II - da licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

Seção II
DO SUJEITO PASIVO

Art. 478. O sujeito passivo responsável pelo pagamento de taxa é a pessoa, física ou jurídica, que explora a publicidade.

Parágrafo único. Respondem solidariamente pelo pagamento da taxa, as pessoas a quem interesse a publicidade, bem como as que para a sua efetivação concorrerem.

Seção III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 479. A base de cálculo é o custo dispendido com o exercício regular do poder de polícia administrativa, e será calculada de conformidade com a tabela abaixo.

Parágrafo único. Fica sujeito a um acréscimo de 20% (vinte por cento) o valor do tributo devido por licença para publicidade referente a bebidas alcoólicas e de 40% (quarenta por cento) para fumo e seus derivados.

58000-VALORES PARA TAXA DE PUBLICIDADE
Unidade fiscal Monetária

58001. Publicidade através de anúncios, letreiros, placas, indicativas de profissão, arte ou ofício, distintivos, embarques e assemelhados, colocados na parte interna ou externa de edificações ou estabelece cimentos, por unidade, por semestre ou fração..... 1,5 UFM

58002. Publicidade de terceiros na parte interna ou externa de veículos por unidade de anúncios e por semestre ou fração..... 0,6 UFM

58003. Publicidade conduzida por pessoa e exibida em vias públicas, por unidade e por dia1,5 UFM

58004. Publicidade em prospecto, por espécie distribuída e por dia1,2 UFM

58005. Exposição de produtos e propaganda feita em estabelecimento de terceiros ou em locais de frequência pública, por mês ou fração..... 3,0 UFM

58006. Publicidade feita através de 'out-door', por exemplar e por semestre ou fração 8,0 UFM

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000
E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br
CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

58007. Publicidade através de auto falante em local fixo, por mês ou fração
.....6,0 UFM

58008. Publicidade através de auto falante, em veículos, por mês ou fração e por veículo
.....10,0 UFM

Seção IV DA INSCRIÇÃO

Art. 480. A Taxa de Licença de Publicidade - TP é devida no início da atividade, pelas diligências para verificar as condições para a o funcionamento do estabelecimento distintos, face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Seção V DO LANCAMENTO

Art. 481. O requerimento da licença deverá ser instruído com a descrição da posição, das cores, dos dizeres, das alegorias e outras características do meio de publicidade, bem como o local a ser exposto ou executado.

§ 1º A publicidade escrita fica sujeita à revisão do órgão competente.

§ 2º Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento, a autorização do proprietário.

Art. 482. Nos instrumentos de divulgação e comunicação deverão constar, obrigatoriamente:

I – Número de inscrição do interessado no Cadastro Fiscal;

II – Número de identificação de licença fornecida pelo órgão competente.

Art. 483. As placas indicativas de estabelecimentos de qualquer natureza, quando luminosas, são isentas da taxa de publicidade, podendo proporcionar redução da taxa de licença de funcionamento, de acordo com o disposto em Regulamento próprio.

Seção VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 484. A taxa será arrecadada antes do início das atividades a que se refere este Capítulo, e quando de sua renovação, de conformidade com o Calendário Fiscal editado anualmente por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 485. A Taxa de que trata esta seção será cobrada por ocasião da outorga da respectiva Licença, de acordo com o artigo 476 desta lei.

Art. 486. A taxa de licença será paga integralmente no ato da concessão da licença.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

§ 1º Em casos especiais, devidamente consubstanciados, e à vista de requerimento do interessado, poderá o órgão competente efetuar parcelamento do tributo mediante despacho do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O parcelamento a que se refere o § anterior, não poderá ser superior a 3 (três) parcelas, devendo ser corrigida monetariamente.

Seção VII

DAS INFRACÇÕES E PENALIDADES

487. A pessoa que iniciar ou realizar atividades previstas no artigo 455 deste Código, sem a licença, será penalizada com a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor devido, corrigido monetariamente.

Art. 488. Aplicam-se, quando cabíveis, as demais disposições constantes nesta Lei.

Seção VIII

DA ISENÇÃO

Art. 489. São isentos da taxa:

I – os indicativos de órgãos públicos da administração direta e indireta;

II – hospitais, ambulatorios, casas de saúde e prontos-socorros;

III – os indicativos, nos locais de construção, do responsável técnico pela obra, contendo as especificações exigidas pelo CREA, o número do processo de acompanhamento e o número do Alvará de Licença, nos termos da legislação própria;

IV – as indicações de profissional liberal fixadas nas respectivas residências, escritórios ou consultórios;

V – as tabuletas indicativas de sítio, granjas ou fazendas;

VI – os nomes, siglas, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias, que nas condições legais e regulamentares, se responsabilizem, gratuitamente, pela manutenção de cestos destinados à coleta de lixo nas vias e logradouros públicos, ou pela conservação, sem ônus para o Município, de parques, jardins, logradouros públicos, ou ainda, o plantio e proteção de árvores;

VII – as campanhas de utilidade pública e avisos elucidativos destinados exclusivamente à orientação do público, bem como aqueles que recomendem cautela ou indiquem perigo, desde que desprovidos de qualquer legenda, dísticos ou desenhos de valor publicitário;

VIII – os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estação de radiodifusão, televisão e cinemas;

IX – os cartazes destinados a fins patrióticos, religiosos, beneficentes ou desportivos;

X – os anúncios destinados à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;

XI – os indicativos localizados no imóvel do próprio estabelecimento, interna ou externamente, e que sirvam como identificador de seu nome e de suas atividades ou produtos.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

§1º Na hipótese do inciso VI, a isenção da Taxa de Licença para Publicidade restringe-se, unicamente, aos nomes, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias afixadas nos cestos, em placas, letreiros ou grades, de área igual ou inferior, em sua totalidade, a 1,0 m² (um metro quadrado), afixados nos logradouros cuja conservação esteja permitida à empresa anunciante, nos termos da legislação aplicável.

§ 2º A isenção será concedida em processo regular, mediante requerimento do interessado, que deverá ser renovado, anualmente, até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano.

Capítulo VIII

DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS - TLOA

Seção I

DO FATO GERADOR

Art. 490. A taxa tem como fato gerador a atividade municipal a vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa que ocupe vias e/ou logradouros públicos com veículos, barracas, tabuleiros, mesas, aparelhos ou qualquer outro móvel ou utensílio para fins comerciais, industriais ou de prestação de serviço.

Seção II

DO SUJEITO PASIVO

Art. 491. O sujeito passivo é a pessoa que ocupe área nas vias e/ou logradouros públicos.

Seção III

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 492. A base de cálculo da taxa é o custo dispendido com o exercício regular do poder de polícia administrativa e será calculada na forma do disposto na tabela abaixo.

59000 - DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS
Unidade Fiscal Monetária

ATIVIDADES	Por dia	Por mês	Por ano
59001. Alimentos preparados, inclusive sucos, refrescos e refrigerantes;			
59002- Trailer	0,30	2,00	4,00
59003 - Quiosque e barracas.....	0,30	2,00	4,00
59004 - Carrinhos, tabuleiros, balaies, e similares.....	0,10	1,00	3,00

ATIVIDADES	Por dia	Por mês	Por ano
59005. Frutas, verduras e flores;			

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

59006-	Barracas, quiosques e trailers.....	0,20	2,00	4,00
59007-	Tabuleiros.....	0,10	1,00	2,50
59008-	Cestos, balaies e assemelhados.....	0,10	0,50	1,50
59009-	Veículos de tração animal.....	0,10	1,00	2,00
59010-	Veículos automotores.....	0,30	3,00	12,00
59011-	Jornais e revistas.....	0,20	2,00	3,00
59012-	Tecidos e Confecções.....	0,30	3,00	8,00
59013-	Jóias e outros artigos de luxo.....	0,60	4,00	10,00
59014-	Utensílios de uso doméstico.....	0,20	2,00	8,00
59015-	Brinquedos, armarinhos e miudezas e outros artigos;			
59016-	Barracas.....	05,0	4,00	6,00
59017-	Outros.....	0,20	2,00	5,00
59018-	Gêneros e produtos alimentícios.....	0,20	2,00	6,00

Seção IV
DA INSCRIÇÃO

Art. 493. A Taxa de Ocupação de Áreas - TLOA é devida no início da atividade, pelas diligências para verificar as condições para a o funcionamento do estabelecimento distintos, face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Seção V
DO LANÇAMENTO

Art. 494. Ao comerciante que satisfazer as exigências regulamentares, será concedido alvará contendo as características essenciais de sua inscrição a ser apresentado, quando solicitado.

Art. 495. Quando o comércio de que trata este Capítulo se referir a duas ou mais modalidades específicas, na tabela própria, o tributo será calculado pela taxa mais elevada, acrescendo-se 10% (dez por cento) sobre a taxa referente a cada uma das restantes modalidades.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 496. Na hipótese de pagamento anual, a critério do órgão competente, poderá o mesmo ser decomposto em parcelas mensais corrigidas monetariamente quando do seu efetivo pagamento.

Seção VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 497. A taxa será arrecadada antes do início das atividades a que se refere este Capítulo, e quando de sua renovação, de conformidade com o Calendário Fiscal editado anualmente por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 498. A Taxa de que trata este Capítulo será cobrada por ocasião da outorga da respectiva Licença, de acordo com o artigo 494 deste código.

Art. 499. A taxa de licença será paga integralmente no ato da concessão da licença.

§ 1º Em casos especiais, devidamente consubstanciados, e à vista de requerimento do interessado, poderá o órgão competente efetuar parcelamento do tributo mediante despacho do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O parcelamento a que se refere o § anterior, não poderá ser superior a 3 (três) parcelas, devendo ser corrigida monetariamente.

Seção VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 500. A pessoa que iniciar ou realizar atividades previstas no artigo 484 deste Código, sem a licença, será penalizada com a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor devido, corrigido monetariamente.

Art. 501. Aplicam-se, quando cabíveis, as demais disposições constantes nesta Lei.

Seção VIII DA ISENÇÃO

Art. 502. São isentos da taxa:

I – os indicativos de órgãos públicos da administração direta e indireta;

II – hospitais, ambulatorios, casas de saúde e prontos-socorros;

III – os indicativos, nos locais de construção, do responsável técnico pela obra, contendo as especificações exigidas pelo CREA, o número do processo de acompanhamento e o número do Alvará de Licença, nos termos da legislação própria;

IV – as campanhas de utilidade pública e avisos elucidativos destinados exclusivamente à orientação do público, bem como aqueles que recomendem cautela ou indiquem perigo, desde que desprovidos de qualquer legenda, dísticos ou desenhos de valor publicitário;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

§ 1º A isenção será concedida em processo regular, mediante requerimento do interessado, que deverá ser renovado, anualmente, até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano.

Capítulo IX
DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - TLA
Seção I
DO FATO GERADOR

Art. 503. A Taxa de Licença Ambiental tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização dos estabelecimentos, atividades e habitações para efeito de verificação do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submetem.

Parágrafo Único - A cobrança da taxa de que trata o caput obedecerá legislação específica.

Título IV
DAS TAXAS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS
PÚBLICOS

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I
DO FATO GERADOR

Art. 504. As taxas de utilização de serviços tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial de serviço público, específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.

Parágrafo único. Considera-se o serviço público:

I – Utilizado pelo contribuinte:

Efetivamente, quando por ele usufruído a qualquer título;

Potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postas a sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

I – Específico, quando possa ser destacado em unidades autônomas de intervenção de utilidade ou de autônomas de intervenção de utilidade ou de necessidade pública;

II – Divisível, quando suscetível de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

Seção II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 505 O sujeito passivo da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de bem imóvel lindeiro à via pública ou logradouro público abrangido pelo serviço prestado.

Parágrafo único. Considera-se também lindeiro o bem imóvel que tenha acesso, por ruas ou passagens particulares, entradas d vias ou assemelhados, à via ou logradouros públicos.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 506. As taxas inseridas neste Título, são as constantes do art. 250.

Art. 507. O custo da prestação dos serviços públicos será rateado pelos contribuintes, de acordo com os critérios específicos de cada taxa.

Art. 508. As taxas de serviços podem ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas dos avisos recibos constarão, obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

Capítulo II DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA- TLP Seção I

DO FATO GERADOR

Art. 509. A taxa tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição tem fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados, de limpeza pública:

I – de varrição, de lavagem e de capinação de determinadas vias e de determinados logradouros públicos;

II – de limpeza de determinadas valas e de determinadas galerias pluviais;

III – de limpeza e desobstrução de determinados bueiros e de determinadas caixas de ralo.

IV – desinfetação de locais insalubres;

V – roçada e limpeza de terrenos baldios.

Art. 510. A especificidade do serviço de limpeza pública está:

I – caracterizada na utilização:

a) efetiva ou potencial, destacada em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas;

b) individual e distinta de determinados integrantes da coletividade;

c) que não se destina ao benefício geral e indistinto de todos os integrantes da coletividade.

Seção II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 511. O sujeito passivo da Taxa, é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel beneficiado pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de limpeza pública, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 512. A base de cálculo das taxas de serviço público é o custo do serviço.

Art. 513. O custo da prestação dos serviços públicos será rateado pelos contribuintes de acordo com o disposto nos incisos abaixo.

I – Roçadas e limpeza de terrenos baldios 0,004 UFM/m²

II – Limpeza de entulhos

II.I - Caminhão truck 1,00 UFM/caminhão

II.II - Caminhão toco..... 0,70 UFM/caminhão

Seção IV
DA INSCRIÇÃO

Art. 514. Taxa de Limpeza Pública – TLP é devida quando há necessidade de executar as atividades previstas nos incisos de I à V do art. 509, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Seção V
DO LANÇAMENTO

Art. 515. Será lançado anualmente junto e poderá ser a mesma ser decomposto em parcelas mensais corrigidas monetariamente quando do seu efetivo pagamento.

Seção VI
DA ARRECADAÇÃO

Art. 516. A taxa será arrecadada junto com Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, de conformidade com o Calendário Fiscal editado anualmente por ato do Chefe do Poder Executivo.

Seção VII
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 517. A pessoa que deixar de pagar a taxa prevista de capítulo será penalizada com a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor devido, corrigido monetariamente.

Art. 518. Aplicam-se, quando cabíveis, as demais disposições constantes nesta Lei.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção VIII
DA ISENÇÃO

Art. 519. A Taxa de Limpeza Pública – TLP não incide sobre:

I – as demais vias e os demais logradouros públicos onde o serviço público de varrição, de lavagem e de capinação não for prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição pelo Município;

II – as demais valas e as demais galerias onde o serviço público de limpeza não for prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição pelo Município;

III – os demais bueiros e as demais caixas de ralo onde o serviço público de limpeza não for prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição pelo Município.

Capítulo III

DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DE RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS -

TCRLP

Seção I

DO FATO GERADOR

Art. 520. A taxa tem como fato gerador a utilização efetiva ou possibilidade de utilização pelo contribuinte, de serviços municipais de conservação de ruas, praças, jardins, parques, caminhos, avenidas e outras vias de logradouros, dotados de pelo menos um dos seguintes melhoramentos:

I – pavimentação de qualquer tipo;

II – guias e sarjetas;

III – guias;

Art. 521. O fato gerador da TCRLP ocorre no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro, data da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de conservação de calçamento em determinados logradouros públicos, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários ou de contratados.

Art. 522. A Taxa de Serviço de Conservação de Ruas e Logradouros Público - TSCRLP não incide sobre as demais vias e os demais logradouros públicos onde o serviço público de conservação de calçamento não for prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição pelo Município.

Art. 523. A especificidade do serviço de conservação de calçamento está:

I – caracterizada na utilização:

a) efetiva ou potencial, destacada em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade pública;

b) individual e distinta de determinados integrantes da coletividade;

c) que não se destina ao benefício geral e indistinto de todos os integrantes da coletividade.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 524. O sujeito passivo da Taxa de Conservação de Ruas e Logradouros Público - TCRLP é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel beneficiado pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de conservação de calçamento de determinadas vias e de determinados logradouros públicos, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município.

Seção III DA BASE DE CÁLCULO

Art. 525. O montante da obrigação principal referente à taxa de conservação de vias e logradouros públicos será calculado pela multiplicação de 1% (um por cento) do UFM (Unidade Fiscal Monetária), e para as zonas tributárias de 1 (um) e 2 (dois) multiplicado pelo número de metros da testada da propriedade territorial.

§ 1º Para a zona tributária 3 (três) será de 0,80% (zero vírgula oitenta por cento), multiplicado pelo número de metros da testada da propriedade.

§ 2º Para as demais zonas tributárias será de 0,60% (zero vírgula sessenta por cento), multiplicado pelo número de metros de testada da propriedade.

§ 3º A taxa será acrescida de 50% (cinquenta por cento) do seu valor quando o imóvel for utilizado, em parte ou em sua totalidade, por garagem, posto de serviço de veículo, supermercado e similar.

Seção IV DA INSCRIÇÃO

Art. 526. A Taxa de Conservação de Ruas e Logradouros Público - TCRLP será lançada, anualmente, de ofício pela autoridade administrativa, conforme descrito no art. 520.

Seção V DO LANÇAMENTO

Art. 527. O lançamento da Taxa de Serviço de Conservação de Ruas e Logradouros Público - TCRLP, que será efetuado em conjunto com o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e com os lançamentos das demais Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis - TSPEDs, ocorrerá até o último dia útil do mês de Dezembro.

Seção VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 528. A taxa será arrecadada antes do início das atividades a que se refere este Capítulo, e quando de sua renovação, de conformidade com o Calendário Fiscal editado anualmente por ato do Chefe do Poder Executivo.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 529. A taxa de licença será paga integralmente no ato da concessão da licença.

§ 1º Em casos especiais, devidamente consubstanciados, e à vista de requerimento do interessado, poderá o órgão competente efetuar parcelamento do tributo mediante despacho do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O parcelamento a que se refere o § anterior, não poderá ser superior a 3 (três) parcelas, devendo ser corrigida monetariamente.

Seção VII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 530. A pessoa que iniciar ou realizar atividades previstas no artigo 484 deste Código, sem a licença, será penalizada com a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor devido, corrigido monetariamente.

Seção VIII

DA ISENÇÃO

Art. 531. Não caberá isenção das taxas, descritas neste capítulo.

Capítulo IV

DA TAXA DE COLETA DE LIXO ORDINÁRIO - TCLO

Seção I

DO FATO GERADOR

Art. 532. A Taxa de Coleta de Lixo Ordinário tem por fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos seguintes serviços prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição:

I – coleta e transporte dos resíduos sólidos e pastosos;

II – transbordo dos resíduos sólidos e pastosos;

III – deposição final dos resíduos sólidos e pastosos.

§ 1º Para os efeitos deste artigo entende-se como lixo ordinário os resíduos sólidos e pastosos produzidos em economias residenciais ou não, que possam ser acondicionados em sacos plásticos, com exceção dos resíduos que por seu volume, composição ou peso, necessitam de transporte específico, provenientes de:

I – processos industriais, comerciais e de prestação de serviços;

II – obras de construção civil ou demolições;

III – serviços de saúde;

IV – limpeza de jardins e similares.

§ 2º Os resíduos excetuados no § 1º poderão ser coletados pelo Município mediante tarifa específica a ser fixada por ato do Poder Executivo.

§ 3º Não será exigida a taxa de que trata o presente Capítulo na hipótese do contribuinte realizar comprovadamente, ao seu encargo, os serviços por ela remunerados.

§ 4º Para fins de aplicação do disposto no § 4º, caberá ao contribuinte a obrigação de apresentar ao Poder Público os documentos comprobatórios da contratação ou da execução do serviço.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 533. Contribuinte da Taxa de Coleta de Lixo Ordinário é o proprietário do imóvel ou da economia, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título, onde município com regularidade necessária, mantenha os sérvios referidos no artigo anterior.

Seção III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 534. A base de calculo é o custo do serviço, utilizado ou colocado a disposição do contribuinte, com base nos dados do Cadastro Imobiliário, podendo ser lançada separadamente em conjunto com os outros tributos, conforme tabela abaixo.

Tipo de Imóvel atendido	R\$ por passada	UFM por Passada
Imóveis residenciais	0,899	0,0145
Imóveis comerciais	0,656	0,0106

Seção IV
DA INSCRIÇÃO

Art. 535. A Taxa de Conservação de Ruas e Logradouros Público - TCRLP será lançada, anualmente, de ofício pela autoridade administrativa, conforme descrito no art. 524.

Seção V
DO LANÇAMENTO

Art. 536. A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do Cadastro Imobiliário, podendo ser lançada separadamente ou em conjunto com outros tributos.

Seção VI
DA ARRECADAÇÃO

Art. 537. O lançamento da taxa será anual, sendo paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com o Calendário Fiscal fixado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Nos casos em que houver solicitação de habite-se, a taxa será lançada proporcionalmente aos meses restantes até o final do exercício financeiro, à partir da data da efetivação da expedição do habite-se.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

Seção VII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 538. A pessoa que iniciar ou realizar atividades previstas no artigo 484 deste Código, sem a licença, será penalizada com a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor devido, corrigido monetariamente.

Seção VIII

DA ISENÇÃO

Art. 539. Não cabe, de modo algum, isenção da taxa.

Capítulo V

DA TAXA DE EMBARQUE - TE

Seção I

DO FATO GERADOR

Art. 540. A taxa tem como fato gerador a prestação de serviços relativos à manutenção das instalações de estação rodoviária, terminal de passageiros e aeroporto para embarque de passageiros.

Seção II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 541. Sujeito passivo da taxa é o usuário das instalações referidas no artigo anterior.

Seção III

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 542. A base de cálculo da taxa é o custo do serviço que será cobrado, de acordo com as tabelas existentes, a serem sancionadas por ato do Chefe do Poder Executivo, podendo ser estipuladas de conformidade com os órgãos federais e estaduais competentes e/ou conveniados.

Seção IV

DA INSCRIÇÃO

Art. 543. A Taxa de Embarque - TE será lançada, anualmente, de ofício pela autoridade administrativa, conforme descrito no art. 540.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

**Seção V
DO LANÇAMENTO**

Art. 544. A taxa será lançada no ato da aquisição do bilhete de passagem junto às empresas concessionárias dos serviços de transporte.

**Seção VI
DA ARRECADAÇÃO**

Art. 545. A taxa será paga às empresas concessionárias dos serviços de transporte, na condição de responsáveis, no ato da aquisição do respectivo bilhete de passagem.

Parágrafo único. O valor da taxa arrecadada no mês pelas empresas concessionárias responsáveis, será integralmente recolhido à municipalidade até o 10º (décimo) dia do mês seguinte àquele em que se efetivar o pagamento.

**Seção VII
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

Art. 546. A não observância do disposto no artigo anterior acarretará a aplicação de multa de 100% (cem por cento) do valor originário.

Art. 547. São válidas para a taxa as demais disposições contidas na presente Lei.

**Seção VIII
DA ISENÇÃO**

Art. 548. Não cabe, de modo algum, isenção da taxa.

**Capítulo VI
DA TAXA DE ESGOTAMENTO SANITARIO - TES**

Art. 549. A Taxa de Esgotos Sanitários - TES, é a coleta, transporte e o tratamento do esgoto sanitário gerado pelos os proprietários, titulares do domínio útil, possuidores e ocupantes de imóveis edificados, bem como os demais imóveis utilizados em atividade comercial ou produtiva, situados neste Município, será instituída por legislação própria, quando da conclusão da implantação da rede de coleta e transporte e o tratamento do esgoto gerado pelos municípios.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Capítulo VII
DA TAXA DE CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE
ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP

Seção I
DO FATO GERADOR

Art. 550. Fica instituída no Município de Meleiro a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública. CIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal de 1988.

Parágrafo único. O serviço previsto no caput deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

Art. 551. É fato gerador da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública. CIP o consumo de energia elétrica por pessoa física ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território deste Município.

Seção II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 552. O sujeito passivo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à Cooperativa de Eletrificação Rural Sul Catarinense Ltda.. CERSUL, distribuidora de energia elétrica no território deste Município, ou a distribuidora/concessionária que venha substituí-la ou sucedê-la.

Seção III
DA BASE DE CALCULO

Art. 553. A base de cálculo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP é o valor mensal do consumo total de energia elétrica constante na fatura emitida pela CERSUL ou a distribuidora/concessionária que venha substituí-la ou sucedê-la.

Art. 554. Os valores de contribuição são diferenciados conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em kWh (quilowatt/hora), conforme a tabela abaixo.

CLASSE	FAIXA DE CONSUMO. kWh/MÊS	VALORES R\$
INDUSTRIAL	Até 300	15,00
	De 301 até 500	25,00
	De 501 até 1000	35,00
	De 1001 até 2000	50,00

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CLASSE	FAIXA DE CONSUMO. kWh/MÊS	VALORES R\$
	Acima de 2001	100,00
COMERCIAL	Até 200	9,00
	De 201 a 300	12,00
	De 301 até 400	15,00
	De 401 até 500	18,00
	De 501 até 600	21,00
	De 601 até 1.000	24,00
	Acima de 1.001	37,50
RESIDENCIAL	Até 50	Isento
	De 51 até 100	5,00
	De 101 até 150	7,00
	De 151 até 200	9,00
	De 201 até 500	12,00
	Acima de 501	13,00
RESIDENCIAL RURAL	Até 70	Isento
	De 71 até 100	5,00
	De 101 até 200	7,00
	De 201 até 300	9,00
	Acima de 301	12,00
PODER PÚBLICO	Até 300	9,00
	De 301 até 500	9,00
	De 501 até 1.000	9,00
	Acima de 1.001	9,00
CONSUMO PRÓPRIO	Até 300	9,00
	De 301 até 500	9,00
	De 501 até 1.000	9,00
	Acima de 1.001	9,00
SERVIÇO PÚBLICO	Até 300	9,00
	De 301 até 500	9,00
	De 501 até 1.000	9,00
	Acima de 1.001	9,00

Seção IV
DA INSCRIÇÃO

Art. 555. A inscrição da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, será lançada quando a autorização de ligação da energia elétrica da edificação pela companhia de energia e pela emissão do habita-se.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção V DO LANCAMENTO

Art. 556. A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública. CIP será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

§ 1º O Município de Meleiro firmará convênio ou contrato com a CERSUL ou a distribuidora/concessionária a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição;

§ 2º O convênio ou contrato a que se refere o § anterior deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela CERSUL ou a distribuidora/concessionária que substituí-la ou sucedê-la ao Município, retendo os valores necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação pública e os valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e de débitos que, eventualmente, o Município tenha ou venha a ter com a CERSUL ou a distribuidora/concessionária, relativos aos serviços supra citados.

Seção VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 557. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar o Fundo Municipal de Iluminação Pública, de natureza contábil e administrado pela Secretaria de Administração e Finanças.

Parágrafo único. Para o Fundo supra citado deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública. CIP para custear os serviços de iluminação pública previstos nesta Lei.

Art. 558. O Poder Executivo regulamentará a aplicação desta lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da sua publicação.

Art. 559. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a Cooperativa de Eletrificação Rural Sul Catarinense Ltda. – CERSUL, ou a distribuidora/concessionária que substituí-la ou sucedê-la, convênio ou contrato a que se refere o art. 6.º da presente Lei.

Seção VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 560. O montante devido e não pago da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública. CIP a que se refere o “caput” deste artigo será inscrito em dívida ativa 60 (sessenta) dias após à verificação da inadimplência;

§ 1º Servirá como título hábil para a inscrição em dívida ativa:

I – a comunicação por escrito do não pagamento efetuada pela CERSUL ou a distribuidora/concessionária, devendo conter os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional;

II – a duplicata da fatura de energia elétrica não paga;

III – outro documento que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

§ 2º Os valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública. CIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

Seção VIII DAS ISENÇÕES

Art. 561. Estão isentos da contribuição:

I – os consumidores da classe residencial urbana com consumo de até 80 kWh (oitenta quilowatt/hora) por mês;

II – os consumidores da classe residencial rural com consumo de até 80 kWh (oitenta quilowatt/hora) por mês;

III – os consumidores da classe residencial rural que não são servidos por iluminação pública, independente do seu consumo;

IV – os consumidores cadastrados no Programa Bolsa Família do Governo Federal.

§ 1º Os consumidores da classe residencial rural com consumo superior a 80 kWh (oitenta quilowatt/hora) por mês e que são servidos por iluminação pública são contribuintes da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, conforme sua faixa de consumo constante no Anexo Único desta Lei.

§ 2º A determinação da classe/categoria de consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ou o órgão regulador que vier a substituí-la.

Capítulo VIII DA TAXA DE EXPEDIENTE – TE

Seção I FATO GERADOR

Art. 562. A Taxa de Expediente – TE, fundada na utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município, na emanção de atos pela Administração Municipal, bem como a apresentação de papéis e documentos às Repartições do Município.

Seção II SUJEITO PASSIVO

Art. 563. São contribuintes da Taxa de Expediente - TE, os que figurarem no respectivo ato administrativo, nele tiver interesse ou dele obtiverem qualquer benefício, ou os houverem requerido.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção III DA BASE DE CÁLCULO

Art. 564. A Taxa de Expediente, será calculado através do rateio, divisível, proporcional, diferenciado separado e individual do custo da respectiva atividade pública específica.

§ 1º. Considera-se custo da respectiva atividade pública específica, todos os gastos diretos e indiretos envolvidos na prestação do serviço de limpeza pública, tais como:

I – custos com pessoal: salário, férias, 13º. salário e outras vantagens e benefícios;

II – custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;

III – custo de expediente: caneta, lápis, régua, papel e outros;

IV – custo de equipamento: informática, mesa, cadeira e outros;

V – custo de manutenção: assessoria, consultoria, treinamento e outros;

VI – demais custos.

§ 2º. O custo das atividades prevista no § 1º. deste artigo será de acordo com a tabela abaixo:

SERVIÇOS	UFM
1. ALVARÁS	
1.1 Para funcionamento do elevador	0,25
1.2 Para funcionamento de Casas de Diversão	0,25
1.3 De licença concedida ou transferida	0,25
1.4 De qualquer natureza	0,25
2. ATESTADOS	0,25
2.1 De vistoria	0,25
2.2 De habite-se	0,25
2.3 De qualquer outra natureza	0,25
3. APROVAÇÃO DE ARRUAMENTO OU LOTEAMENTO, CADA ATO APROVADO TOTAL OU PARCIALMENTE, ARRUAMENTO, ESMEMBRAMENTO OU LOTEAMENTO DO TERRENO	0,25
4. DE BAIXAS, TRANSFERÊNCIAS, OU QUAISQUER OUTRAS ALTERAÇÕES NOS CADASTROS IMOBILIÁRIOS, DE PRODUTOS, INDUSTRIAIS, DE COMERCIANTES E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA.	0,25
5. CARTÃO DE INSCRIÇÃO	0,25
5.1 Expedição de cartão de inscrição	0,25
5.2 Expedição de Carnê do IPTU	0,25
6. CERTIDÕES	0,25
6.1 Certidão negativa de tributos, por pessoa	0,25
6.2 Certidão de tempo de serviço, por pessoa	0,25
6.3 Certidões diversas, por um só ato ou fato administrativo, e por pessoa	0,25
6.4 Por pessoa que exceder ao primeiro	0,25
6.5 Por ato ou fato que acrescer	0,25
6.6 Certidões de Dívida Ativa	0,25
7. CÓPIAS DE PLANTAS	0,25

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

SERVIÇOS	UFM
7.1 Por cópias até 0,50 m²	0,25
7.2 Pelo excedente, por 0,10 m²	0,25
8. EMOLUMENTOS	0,25
8.1 Termos lavrados em livro fiscal, por livro	0,25
8.2 Rubrica de folhas de livros fiscal, por folha	0,25
8.3 Registro de título de habilitação profissional	0,25
8.4 Laudo de avaliação de bens imóveis	0,25
9. REQUERIMENTO	0,25
9.1 De licença para construção	0,25
9.2 De vistoria	0,25
9.3 De habite-se	0,25
9.4 De proposta	0,25
9.5 De contestação à representação	0,25
9.6 De defesa, quando não conhecido o valor da obrigação	0,25
9.7 Outros não especificados	0,25
10. TÍTULOS DE PERPETUIDADE DE SEPULTURA, JAZIGOS, CARNEIROS, MAUSOLÉU OU OSSUÁRIO	0,25
11. CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	0,25
12. PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	0,25
13. TRANSFERÊNCIA DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	0,25
14. TAXA DE CEMITÉRIO	
I – sepultamento, ou inumação de cadáver	0,25
II – exumação	0,25
III – placa	0,25
IV – urna até cinco (5) anos	0,25
V – urna perpétua	0,25
VI – concessão de catacumbas	0,25
VII – perpétuas	0,25

§ 3º. Os serviços prestados pelas fundações mantidas e instituídas por lei, serão cobrados na forma prevista no *caput* deste artigo e nos termos da lei, atendidas a complexidade e as peculiaridades dos serviços de cada Entidade.

§ 4º. Considera-se serviço toda atividade não tributável e cuja prestação onere os cofres públicos e/ou deprecie o seu patrimônio.

**Seção IV
DA INSCRIÇÃO**

Art. 565. DA TAXA DE EXPEDIENTE – TE será lançada, quando solicitação por parte do contribuinte da emissão de documentos conforme descrito no art. 573.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção V DO LANÇAMENTO

Art. 566. A Taxa de Expediente - TE, será lançada, no ato da contraprestação do serviço pela autoridade administrativa, através da multiplicação do Custo Total - CT com a Respectiva Atividade Pública Específica previsto do § 2º. do art. 573.

Seção VI DA ARRECADAÇÃO

Parágrafo único. A taxa será arrecadada no ato da contraprestação do serviço pela municipalidade.

Seção VII DAS INFRACÕES E PENALIDADES

Art. 567. A não observância do disposto no artigo anterior acarretará a aplicação de multa de 100% (cem por cento) do valor originário.

Seção VIII DAS ISENÇÕES

Art. 568. São isentos da Taxa de Expediente - TE, os atestados e certidões fornecidas à servidores municipais, bem como os requerimentos por ele apresentados, quando envolva os assuntos de interesse funcional. São isentos da taxa de cemitério os indigentes.

Título V DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Seção I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 569. A contribuição de melhoria é devida nos casos de efetivo benefício ao imóvel da propriedade privada, em decorrência de obras públicas executadas pela Administração Municipal direta ou indiretamente.

§ 1º Quando resultante de convênio com a União e/ou entidades federais ou estaduais, só será objeto da taxa de contribuição de melhoria o saldo não coberto pelas transferências conveniadas.

§ 2º O valor do crédito tributário decorrente da contribuição de melhoria não poderá ser superior ao custo total da obra.

§ 3º No custo total da obra serão incluídas as parcelas relativas a estudos, projetos, fiscalização, administração, execução e financiamento, inclusive os respectivos encargos.

§ 4º Os elementos referidos no “caput” deste artigo serão definidos para cada obra ou conjunto de obras integrante de um mesmo projeto, em memorial descritivo e orçamento detalhado de custo.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 570. As obras públicas que justifiquem a cobrança de contribuições de melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:

I – ordinário: quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria Administração Municipal;

II – extraordinário: quando referente a obra de menor interesse geral, solicitada por, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos interessados.

Art. 571. Para efeito de incidência, as seguintes obras públicas podem ser objeto de contribuição de melhorias:

I – abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de vias e logradouros públicos;

II – construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III – construção ou ampliação de sistema de trânsito rápido, inclusive de todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV – serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, transportes, comunicações em geral ou suprimento de gás, funiculadores, ascensores e instalações de comodidades públicas;

V – proteção contra secas, inundações, erosão e de saneamento e drenagem em geral, diques, desobstrução de canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI – construção de estradas de ferro e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII – construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII – aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações de plano de aspecto paisagístico.

Seção II DO FATO GERADOR

Art. 572. O fato gerador da contribuição de melhoria é a execução de obras públicas, beneficiadora dos bens imóveis de propriedade particular.

Seção III DO SUJEITO PASSIVO

Art. 573. O sujeito passivo da contribuição de melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel situado na zona de influência da obra.

§ 1º Os bens imóveis indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a que caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Os demais imóveis serão lançados em nome de seus titulares respectivos.

Art. 574. A contribuição de melhoria constitui ônus real, acompanhando o imóvel ainda após a transmissão.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Seção IV DA ZONA DE INFLUÊNCIA

Art. 575. Para cada obra ou conjunto de obras integrantes de um mesmo projeto, serão definidos suas zonas de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis nela localizados.

Art. 576. Tanto as zonas de influência como os índices de hierarquização de benefício serão aprovados pelo Chefe do Poder Executivo com base em proposta elaborada por uma comissão.

§ 1º A comissão, a que se refere este artigo, será designada previamente por ato do Chefe do Poder Executivo para cada obra ou conjunto de obras integrantes de um mesmo projeto.

§ 2º A comissão deverá ser representada, no mínimo por:

I – 02 (dois) representantes da Administração Municipal;

II – 01 (um) representante do Poder Legislativo;

III – 02 (dois) representantes da comunidade.

Seção V DA BASE DE CÁLCULO

Art. 577. A base de cálculo da contribuição de melhoria é o custo total da obra, apurado através dos seguintes procedimentos:

a) testada de cada imóvel;

b) individualização, com base na área territorial do logradouro de cada faixa;

c) obtenção da área territorial de cada faixa dos imóveis nela localizados;

d) cálculo da contribuição de melhoria relativa a cada imóvel, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $Vo = \{(((T \times (L/2)) \times Vm^2)) \times P\}$, sendo:

Vo = valor da obra de cada imóvel particular;

T = testada de cada imóvel;

L = largura total do logradouro;

Vm² = valor do m² da obra orçada;

P = custo da obra a ser ressarcido não superior a 60% (sessenta por cento).

Seção VI DA INSCRIÇÃO

Art. 578. O órgão competente da Prefeitura Municipal deverá publicar edital contendo os seguintes elementos:

I – memorial descritivo da obra e o seu custo total;

II – determinação da parcela do custo a ser ressarcida pela contribuição de melhoria;

III – delimitação da zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefício dos imóveis;

IV – relação dos imóveis localizados na zona de influência sua área, sua área territorial e a faixa a que pertencem;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

V – valor da contribuição de melhoria correspondente a cada imóvel.

§ 1º O disposto neste código aplica-se também aos casos de cobrança de contribuição de melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

§ 2º Os valores que se refere este artigo serão lançados em UFM (Unidade Fiscal Monetária), ou seu sucedâneo.

Art. 579. Os titulares dos imóveis beneficiados terão prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do edital, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único. A impugnação deverá ser dirigida ao órgão fazendário através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo administrativo-fiscal, e não terá efeito suspensivo na cobrança do tributo.

Seção VII DO LANÇAMENTO

Art. 580. Executada a obra, na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição de melhoria, proceder-se-á lançamento referente a esses imóveis.

Art. 581. A notificação do lançamento, diretamente ou por edital, conterá:

I – identificação do sujeito passivo e o valor da contribuição de melhoria cobrada;

II – modalidade e local do pagamento;

III – prazo para reclamação.

Parágrafo único. Num prazo de 30 (trinta) dias após a notificação, o sujeito passivo poderá apresentar reclamação por escrito contra:

I – erro na localização da área do imóvel;

II – valor da contribuição de melhoria;

III – número de prestações.

Art. 582. Os requerimentos de impugnação, reclamação e quaisquer outros recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras, nem terão o efeito de obstar a Prefeitura Municipal na prática dos atos necessários ao lançamento e a cobrança da contribuição de melhoria.

Seção VIII DA ARRECADAÇÃO

Art. 583. A contribuição de melhoria será paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I – no prazo de 30 (trinta) dias, após a notificação, em parcela única, com 12% de desconto;

II – o pagamento parcelado, que não excederá a 12 (doze) prestações, deverá ser requerido dentro de 30 (trinta) dias, contados da notificação do lançamento, se aplicara as infrações e penalidades conforme art. 241;

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

III – decorrido 60 (sessenta) dias da data da notificação, o débito será considerado vencido, para todos os efeitos, devendo ser o mesmo inscrito em dívida ativa para fins de execução judicial.

Seção IX DAS ISENÇÕES

Art. 584. São isentos do pagamento da contribuição de melhoria:

I – o imóvel edificado de propriedade de conselhos comunitários, associações de moradores e de templos de qualquer culto, desde que declarados de utilidade pública federal, estadual ou municipal;

II – o imóvel edificado único, destinado a moradia de seu proprietário, quando este apresentar renda familiar inferior a 2 (dois) salários mínimos, ou seu sucedâneo.

Parágrafo único. A isenção deverá ser requerida e instruída com as devidas provas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do lançamento.

Seção X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 585. Fica o Chefe do Poder Executivo, em nome do Município, firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da contribuição de melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município porcentagem na receita arrecadada.

Título VI DOS PREÇOS PÚBLICOS Seção Única

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 586. Para serviços cuja natureza não compete a cobrança de taxas expressar-se-á em Valor de Prestação de Serviços VPS, indexado à UFM (Unidade Fiscal Monetária), estabelecido por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Os serviços prestados pelas funções mantidas e instituídas por lei, serão cobrados na forma prevista no caput deste artigo e nos termos da lei, atendidas a complexidade e as peculiaridades dos serviços de cada entidade.

§ 2º Considera-se serviço toda atividade não tributária e cuja prestação onere os cofres públicos e/ou deprecie o seu patrimônio.

Título VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITORIAIS

Art. 587. Ficam obrigadas a inscrever-se no Cadastro Fiscal deste Município as pessoas físicas ou jurídicas que exercerem qualquer atividade comercial, industrial, agropecuária, prestadora de serviços, profissionais, sociais ou associações civis, instituições

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

ou outras que desenvolvam qualquer atividade lucrativa ou não, ainda que isentas, imunes ou não incidentes.

Art. 588. As multas fixas são aplicáveis por infração a dispositivos da Legislação Tributária denominadas OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS obedecendo a seguinte graduação:

- I – de 1 (um) a 3 (três) UFM's (Unidade Fiscal Monetária), quando o contribuinte:
- a) iniciar qualquer atividade ou praticar ato sujeito ao Poder de Polícia Administrativa antes da concessão desta;
 - b) promover inscrição no cadastro fiscal fora do prazo;
 - c) deixar de comunicar, no prazo previsto, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;
 - d) manter em atraso a escrituração dos livros fiscais;
 - e) não possuir livro de registro e controle de pagamento do ISSQN.

II – o contribuinte pagará de 2 (duas) a 6 (seis) UFM's (Unidade Fiscal Monetária), quando:

- a) omitir dados ou destruir documentos indispensáveis a fixação de estimativas fiscais e/ou apuração do imposto;
- b) emitir notas/faturas de prestação de serviços regulamentadas pela legislação municipal, sem autorização;
- c) imprimir notas/faturas de prestação de serviços regulamentadas pela legislação municipal, sem autorização;
- d) negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do fisco;
- e) apresentar livros, documentos ou declarações relativos aos bens e atividades sujeitos à tributação, com omissões ou dados inverídicos, com evidente intuito de evitar ou diferir imposição tributária;
- f) deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida na legislação tributária.

Art. 589. A falta de pagamento de qualquer tributo no prazo legal, sujeitará o contribuinte ou responsável a:

I – correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação da variação da UFM Municipal;

II – multa de 2,0% (Dois por cento) de 01 a 30 dias de atraso;

a) 4,0% (Quatro por cento) de 31 a 60 dias de atraso;

b) 6,0% (Seis por cento) de 61 a 90 dias de atraso;

c) 8,0% (Oito por cento) de 91 a 120 dias de atraso;

d) 10,0% (Dez por cento) de 121 dias após de atraso, sobre o valor corrigido monetariamente;

III – juros de 1,0% (Um por cento) ao mês, não cumulativos, incidentes sobre o valor corrigido;

IV – multa de 100% (Cem por cento) do valor do imposto, corrigido monetariamente, sempre que o agente fiscal constatar fraude, dolo ou simulação nos documentos, com intuito de não recolher ou reduzir o valor do tributo devido.”

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 590. O sujeito passivo que, após esgotados todos os meios previstos na Legislação, não regularizar a sua situação, mesmo em vias de cobrança judicial, terá o seu estabelecimento interditado por um período de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Findo o prazo previsto neste artigo o estabelecimento será interditado definitivamente.

Art. 591. Os prazos fixados nesta Lei serão contínuos excluindo-se, na sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal, na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º Verificada no Município a existência de situação anormal declarada como situação de emergência ou estado de calamidade pública, o Chefe do Poder Executivo, mediante decreto, poderá prorrogar ou suspender os prazos previstos neste Código.

§ 3º A aplicação do disposto no § 2º deste artigo não acarretará na restituição de quantia paga a título de tributo ou acréscimo legal recolhido antes do início de vigência do ato de prorrogação ou suspensão, ou de tributo recolhido dentro do período de vigência do ato, mas realizado antes do prazo final nele estabelecido.

Art. 592. O contribuinte, por ocasião da expedição do alvará de funcionamento pelo Município, obrigar-se-á depositar no Departamento de Tributação, cópia da Declaração de informações Econômico-Fiscais – DIEF, ou seu sucedâneo, referente ao exercício anterior.

Parágrafo único. A inobservância ao disposto neste artigo importará na aplicação da multa de 1 (uma) UFM (Unidade Fiscal Monetária).

Art. 593. Os imóveis não residenciais terão tratamento diferenciado, consoante a produção de lixo gerado, pela atividade industrial, comercial, prestadora de serviço e hospitalar mensurada em tabela fixada por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 594. Fica criada neste Município a Unidade Fiscal Monetária – UFM.

Parágrafo único. A UFM (Unidade Fiscal Monetária) referida neste artigo é fixada em R\$ 64,3764 (sessenta e quatro reais, trinta e sete centavos) valor referente a setembro de 2014, sendo reajustada, mensalmente, pelo índice nacional de preço ao consumidor – INPC (IBGE).

Art. 595 Os valores monetários que não tem como base monetário a UFM (Unidade Fiscal Monetária) e constam da presente Lei, serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 596. O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a parcelar os débitos dos contribuintes oriundos de tributos e preços públicos em até 06 (seis) parcelas, exceto contribuição de melhoria, devidamente autorizadas.

Art. 597. Fica suspensa a cobrança da alíquota progressiva, enquanto não for regulamentado a norma prevista pelo Plano Diretor.

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Art. 598. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar cobrança de horários advocatícios quanto da execução judicial de créditos inscritos em dívida ativa.

Art. 599. O valor venal atribuído ao imóvel para efeitos de ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), será o mesmo do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

Art. 600. A planta genérica de valores, para efeito de apuração do valor venal do meto quadrado do terreno, será alterada e atualizada por ato do Chefe do Poder Executivo até o limite do índice oficial da correção monetária verificada no período.

Art. 601. Integram a presente Lei os mapas e tabelas anexos.

Parágrafo único. As tabelas a que se refere este artigo são atualizadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 602. O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a baixar todos os atos necessários à execução da presente Lei.

Art. 603. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 604. Ficam revogadas as Leis Municipal nºs: 601/93, 900/01; 05/02; 1003/03, 1006/03; 38/13 e 39/14.

Meleiro/SC, 23 de dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

**ANEXO ÚNICO
TABELA I-A**

FATOR DE REDUÇÃO DE ÁREA PARA CÁLCULO DA ÁREA TRIBUTAVEL (F_a)

ÁREA DO LOTE (m ²)		F _{ator}	Área Reduzida	Área Acumulada
De 0,00	Até 2.100,00	0%	2.100,00	2.100,00
De 2.100,01	Até 5.000,00	35%	1.885,00	3.985,00
De 5.000,01	Até 10.000,00	50%	2.500,00	6.485,00
De 10.000,01	Até 25.000,00	70%	4.500,00	10.985,00
De 25.000,01	Até 40.000,00	80%	3.000,00	13.985,00
De 40.000,01	Até qualquer valor	90%	-	-

O limite da primeira faixa corresponde ao produto do dobro da testada do lote padrão pelo dobro da profundidade máxima do lote padrão, ou seja, 2.100,00 m².

**TABELA I-B
FÓRMULAS PARA O CÁLCULO DO FATOR DE PROFUNDIDADE (F_{prof})**

Condição	Expressão
$s > 2100,00m^2$	$\rightarrow F_{prof} = 1$
$Mi < f < Ma$	$\rightarrow F_{prof} = 1$
$\frac{Mi}{2} \leq f \leq Mi$	$\rightarrow F_{prof} = \sqrt{\left(\frac{f}{Mi}\right)}$
$Ma \leq f \leq 2Ma$	$\rightarrow F_{prof} = \sqrt{\left(\frac{Ma}{f}\right)}$
$f < \frac{Mi}{2}$	$\rightarrow F_{prof} = 0,707$
$f > 2Ma$	$\rightarrow F_{prof} = 0,707$

onde:

F_{prof}	: Fator de profundidade
Mi	: Profundidade mínima do lote padrão (25m)
Ma	: Profundidade máxima do lote padrão (35m)
f	: Profundidade equivalente (s/t)
s	: Área do lote
t	: Testada principal do lote

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TABELA I-C
FATOR DE SITUAÇÃO NA QUADRA (F_{Sit})

Código	SITUAÇÃO	FS
4316	Meio de Quadra	1,0
4324	Esquina ou + de 1 frente	1,1
4332	Vila	0,9
4359	Encravado	0,7
4367	Gleba	1,0

TABELA I-D
FATOR DE TOPOGRAFIA (F_{top})

Código	TOPOGRAFIA	FT
4413	Plana	1,0
4421	Aclive	0,9
4430	Declive	0,7
4448	Irregular	0,8

TABELA I-E
FATOR DE PEDOLOGIA (F_{Ped})

Código	PEDOLOGIA	FP
4510	Inundável	0,8
4529	Normal / Firme	1,0
4537	Alagado/Brejo	0,6
4586	Combinação dos demais	0,7

TABELA I-F
FATOR DE OCUPAÇÃO (F_{Ocu})

Código	OCUPAÇÃO	Fator
2615	Não construído	1,00
2623	Ruínas	1,00
2631	Demolição	1,00
2640	Construção Paralisada	1,05
2658	Construção em Andamento	1,05
2674	Construído	1,02

TABELA I-G
FATOR DE UTILIZAÇÃO (F_{uti})

Código	UTILIZAÇÃO	Fator
2917	Terreno sem Uso	1,00
2925	Residencial	1,05
2950	Serviço Público	1,00
2968	Industrial	1,15
2976	Religioso	1,00
2986	Comércio/Serviços	1,10

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

2987	Agropecuária	0,90
------	--------------	------

**TABELA I-H
FATOR DE LIMITAÇÃO (F_{Lim})**

Código	LIMITAÇÃO MURO	Fator
3018	Cerca	1,05
3019	Muro	1,08
3020	Grade	1,10
3021	Madeira	1,05
3022	Sem	1,00

**TABELA I-I
FATOR DE SERVIÇOS DA SEÇÃO (F_{ser})**

1-GALERIAS PLUVIAIS	2-GUIAS E SARJETAS	3-COLETA DE LIXO	4-LIMPEZA PÚBLICA	5-ESGOTO E SANEAMENTO	6-ILUMINAÇÃO PÚBLICA	7-CONSERVAÇÃO E CALÇAMENTO	8-REDE DE ÁGUA	9-REDE TELEFÔNICA
1,02	1,01	1,02	1,02	1,03	1,02	1,15	1,03	1,01

Obs. O fator de serviços (F_{ser}) é obtido pela multiplicação dos índices que caracterizam a seção. No caso da seção não possuir determinada característica adota-se o valor 1,00 (um) para a característica ausente.

**TABELA II
VALOR DO METRO QUADRADO DA CONSTRUÇÃO (V_{mqc})**

DISTRITO 01 / SETOR 01
DISTRITO 01 / SETOR 02
DISTRITO 01 / SETOR 03
DISTRITO 01 / SETOR 04
DISTRITO 01 / SETOR 05
DISTRITO 01 / SETOR 06
DISTRITO 01 / SETOR 07
DISTRITO 01 / SETOR 08
DISTRITO 02 / SETOR 03

CODIGO (73)	Tipo da Construção	Valores em UFM/m² Para 2014	Valores em UFM/m² Para 2015	Valores em UFM/m² Para 2016
7315	Casa	8,00	9,00	10,00
7323	Construção Precária	2,00	2,25	2,50

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

7331	Apartamento	16,00	18,00	20,00
7358	Loja ou Sala Comercial	12,60	14,18	15,75
7366	Galpão	4,80	5,40	6,00
7374	Telheiro	4,80	5,40	6,00
7386	Indústria	8,00	9,00	10,00
7387	Especial	8,00	9,00	10,00

VALOR DO METRO QUADRADO DA CONSTRUÇÃO (V_{mqc})

DISTRITO 03 / SETOR 03

DISTRITO 01 / SETOR 09

CODIGO (73)	Tipo da Construção	Valores em UFM/m ² Para IPTU 80% do valor venal da construção	Valores em UFM/m ² Para IPTU valor venal as construção
7315	Casa	4,00	5,00
7323	Construção Precária	1,20	1,50
7331	Apartamento	8,80	11,00
7358	Loja ou Sala Comercial	7,56	9,45
7366	Galpão	2,88	3,60
7374	Telheiro	2,88	3,60
7386	Indústria	4,00	5,00
7387	Especial	4,00	5,00

TABELA III
FATOR ALINHAMENTO (Fali)

1.1 - ALINHAMENTO (campo 10.74 do BCI)	FATOR/MULTIPLICADOR
12- Alinhada.....	1,00
20- Recuada.....	0,90

TABELA III
FATOR SITUAÇÃO (Fsit)

1.2 - SITUAÇÃO (campo 10.75 do BCI)	
10- Isolada.....	1,00
28	— 0,90

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

Conjugada.....		
36	–	0,80
Geminada.....		

**TABELA III
FATOR ESTRUTURA DA EDIFICAÇÃO (Fest)**

1.3 – ESTRUTURA (campo 10.78 do BCI)	
11– Alvenaria.....	1,05
20 Madeira.....	–
38– Metálica.....	1,0
46– Concreto.....	1,2
54– Mista.....	0,90

**TABELA III
FATOR ESTRUTURA ESTADO DE CONSERVAÇÃO (Fcom)**

1.4- ESTADO DE CONSERVAÇÃO (campo 10.86 do BCI)	
13– Nova/Ótima.....	1,10
21– Boa.....	1,00
30– Regular.....	0,90
86 – Mau.....	0,80

**TABELA IV (ANEXO IV)
FATORES CORRETIVOS DOS COMPONENTES DA CONSTRUÇÃO**

<i>Informações sobre a Edificação</i>		R	C	I	S	T
COBERTURA (campo 10.79)	19 – Palha/Zinco	6	6	6	6	5
	27 – Cimento/Amianto	8	9	9	8	6
	35 – Telha de Barro	10	10	10	10	7
	43 – Lage	11	12	13	11	00
	86 – Metálica/Especial	12	12	13	12	00
PAREDES (campo 10.80)	10 – Sem	2	3	3	3	3
	28 – Taipa	4	5	5	5	4
	36 – Alvenaria	10	11	12	10	00
	60 – Concreto	11	11	12	11	00
	86 – Madeira	8	8	8	8	00

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

	94 – Mista	9	9	9	9	00
	17 – Sem	5	6	6	5	5
	25 – Madeira	9	10	10	9	6
FORRO (campo 10.81)	33 – Estuque	5	5	5	5	3
	41 – Lage	11	12	14	11	00
	50 – Mista	9	10	10	9	7
	86 – Chapas	9	10	10	10	00
REVESTIME NTO DA FACHADA PRINCIPAL (campo 10.82)	14 – Sem	5	6	6	5	00
	30 – Reboco	8	10	11	8	00
	49 – P.A.Vista/M.Cer.	12	13	13	12	00
	57 – Madeira	7	7	7	7	00
	86 – Especial	10	11	12	10	00
	87 – Concreto	9	11	12	10	00
INSTALAÇÃ O SANITÁRIA (campo 10.83)	11 – Sem	4	4	4	4	4
	20 – Externa	9	9	9	9	4
	46 – Interna	10	10	11	11	5
INST ELÉTRICA (campo 10.84)	19 – Sim	10	10	10	10	9
	27 – Não	9	9	9	9	8
PISO (campo 10.85)	16 – Terra Batida	2	3	3	3	3
	24 – Cimento	6	7	8	6	5
	32 – Cerâmica	9	10	10	10	10
	86 – Tábuas	7	8	8	7	5
	87 – Taco	8	9	9	9	7
	89 – Material Plástico	10	12	12	10	9
	90 – Especial	10	12	12	10	9
REVESTIME NTO INTERNO (campo 12.87)	19 – Sem	5	7	7	7	00
	27 – Reboco	9	10	12	9	00
	35 – Mat. Cerâmico	12	12	13	12	00
	43 – Massa	9	11	13	9	00
	51 – Madeira	7	9	9	7	00
	60 – Mista	8	10	10	9	00
ESQUADRI AS (campo 12.89)	19 – Sem	5	6	6	5	00
	27 – Rústica	5	7	7	5	00
	35 – Madeira	8	10	10	8	00
	43 – Ferro	7	9	9	7	00
	51 – Alumínio	11	12	12	11	00
	60 – Especial	12	13	12	12	00
	78 – Mista	9	11	11	9	00
PISCINA	19 – Não	8	8	8	8	00

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

(campo 12.90)	27 – Sim	10	8	8	8	00
TOTAL DE PONTOS		100	113	118	109	42
MULTIPLICADOR MÁXIMO		1,00	1,13	1,18	1,09	0,42

R – Residencial
C – Comercial
I – Industrial
S – Prestação de Serviços
T - Telheiro

TABELA II
FATOR DE CATEGORIA (F_{cat})

		Material	1 Casa de alvenaria	2 Casa de madeira	3 Casa pred de alvenaria	4 Casa pred de madeira	5 Construção Precária	6 Apartamen to	7 Loja ou Sala Comercial	8 Galpão	9 Telheiro	10 Indústria	11 Outros
ESTRUTURA	7811	Alvenaria	10	8	10	9	2	10	11	11	9	11	11
	7820	Madeira	0	4	4	4	2	0	5	8	8	8	8
	7838	Metálica	10	10	10	10	2	10	11	11	11	11	11
	7846	Concreto	10	10	10	10	5	10	11	11	11	11	11
	7854	Mista	10	8	6	8	3	10	11	11	10	11	11
COBERTURA	7919	Palha/Zinco	6	2	4	4	2	6	6	6	6	6	6
	7927	Cimento amianto	8	8	8	8	4	10	10	10	10	10	10
	7935	Telha de Barro	8	6	6	6	4	10	10	10	10	10	10
	7943	Laje/Telha de Concreto	12	0	10	8	5	12	13	13	10	13	13
	7951	Mista	9	6	7	6	3	10	10	10	10	10	13
PAREDES	7986	Metálica especial	12	12	12	12	7	12	13	13	10	13	13
	8010	Sem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0
	8028	Taipa	5	5	5	5	2	5	5	5	0	3	5
	8036	Alvenaria	12	0	10	8	4	12	13	13	0	13	13
	8060	Concreto	12	0	12	12	6	12	13	13	0	13	13
FORRO	8086	Madeira	0	12	8	10	5	0	8	8	0	8	10
	8094	Misto	10	8	8	8	4	10	10	10	0	10	11
	8117	Sem	0	0	0	0	0	0	0	6	0	6	9
	8125	Madeira	10	10	10	10	5	10	11	10	10	10	10
	8133	Estuque	5	0	5	5	0	5	5	5	0	5	5
F A C	8141	Laje	12	0	12	10	5	12	13	13	0	13	13
	8186	Chapas	12	12	12	12	6	12	13	13	13	13	13
	8194	Mista	10	8	8	8	4	10	10	10	0	10	10
	8214	Sem	5	0	5	5	0	5	5	5	0	5	5

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

INSTALAÇÃO SANTÁRIA	8230	Reboco	10	0	10	8	4	10	10	10	0	10	10
	8249	Pedra / Material Cerâmico	12	0	12	12	6	12	13	13	0	13	13
	8257	Madeira	8	8	8	8	4	8	8	8	0	8	8
	8286	Especial	12	12	12	12	6	12	13	13	0	13	13
	8287	Estrutura de concreto	10	0	8	5	3	10	10	10	0	10	10
	8311	Sem	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	5
	8320	Externa	4	4	4	4	2	6	4	5	0	9	9
	8346	Mais de uma interna	10	10	10	10	5	11	11	11	0	11	11
	8386	Interna simples	6	6	6	6	3	6	8	8	0	9	10
	8387	Interna completa	8	8	8	8	4	8	11	11	0	10	11
INSTALAÇÃO ELÉTRICA	8419	Sem	2	2	2	2	0	2	3	3	5	0	4
	8427	Aparente	4	4	4	4	2	4	4	6	5	5	7
	8435	Semiembutida	6	6	6	6	2	6	7	7	6	7	9
	8443	Embutida	8	8	8	8	7	8	9	9	9	9	9
PISO	8516	Terra batida	0	0	0	0	0	0	5	5	5	5	5
	8524	Cimento	8	4	4	4	2	6	8	12	12	12	12
	8532	Cerâmico/ Mosaico	12	8	8	8	4	12	13	15	15	15	15
	8540	Misto	12	9	10	9	5	12	13	15	15	15	15
	8586	Tábuas	14	10	10	10	4	13	15	10	15	15	15
	8587	Taco	13	10	12	12	4	13	16	10	15	15	15
	8589	Material plástico	14	14	14	14	4	14	17	17	17	17	17
	8590	Especial	14	14	14	14	7	14	17	17	17	17	17
	8591	Tijolo	6	6	6	6	3	6	6	8	8	8	8
TOTAL			90	90	90	90	45	90	100	100	60	100	100

Obs. O fator da categoria (F_{cat}) é obtido dividindo-se a soma de pontos obtido pela construção dividido pelo total da categoria.

TABELA III
VALOR DO METRO QUADRADO DO LOTE PADRÃO
PARA CÁLCULO DO VALOR VENAL DO TERRENO (V_{mq})

CODIGO DO LOGRADOU RO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m^2)	VALOR (m^2)
				UFM Para 2015	UFM Para 2016
1	350	E	71	0,26	0,29
1	350	D	71	0,26	0,29
4	220	D	LAURA BORDIGNON MAFIOLETTI	1,15	1,28
4	220	E	LAURA BORDIGNON MAFIOLETTI	1,15	1,28

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CODIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m ²)	VALOR (m ²)
				UFM Para 2015	UFM Para 2016
5	215	D	PREFEITO LUIZ CANELLA	1,77	1,97
5	215	E	PREFEITO LUIZ CANELLA	1,77	1,97
5	400	D	PREFEITO LUIZ CANELLA	1,42	1,58
5	400	E	PREFEITO LUIZ CANELLA	1,42	1,58
5	479	D	PREFEITO LUIZ CANELLA	1,42	1,58
5	479	E	PREFEITO LUIZ CANELLA	1,42	1,58
5	560	D	PREFEITO LUIZ CANELLA	1,24	1,38
5	560	E	PREFEITO LUIZ CANELLA	1,24	1,38
6	90	D	20 DE DEZEMBRO	1,42	1,58
6	90	E	20 DE DEZEMBRO	1,42	1,58
6	420	D	20 DE DEZEMBRO	1,24	1,38
6	420	E	20 DE DEZEMBRO	1,24	1,38
6	660	D	20 DE DEZEMBRO	1,15	1,28
6	660	E	20 DE DEZEMBRO	1,15	1,28
6	1600	D	20 DE DEZEMBRO	0,88	0,98
6	1600	E	20 DE DEZEMBRO	0,88	0,98
7	1064	D	ANTONIO WALMOR CANELLA	1,15	1,28
7	1064	E	ANTONIO WALMOR CANELLA	1,15	1,28
7	1250	D	ANTONIO WALMOR CANELLA	1,15	1,28
7	1250	E	ANTONIO WALMOR CANELLA	1,15	1,28
8	640	D	LUIZA NAPOLI CANELLA	1,15	1,28
8	640	E	LUIZA NAPOLI CANELLA	1,15	1,28
8	1120	D	LUIZA NAPOLI CANELLA	1,24	1,38
8	1120	E	LUIZA NAPOLI CANELLA	1,24	1,38
8	1423	D	LUIZA NAPOLI CANELLA	1,15	1,28
8	1423	E	LUIZA NAPOLI CANELLA	1,15	1,28
8	1723	D	LUIZA NAPOLI CANELLA	1,15	1,28
8	1723	E	LUIZA NAPOLI CANELLA	1,15	1,28
8	2163	D	LUIZA NAPOLI CANELLA	0,71	0,79
8	2163	E	LUIZA NAPOLI CANELLA	0,71	0,79
10	175	D	ALBERTO BURIGO	1,42	1,58
10	175	E	ALBERTO BURIGO	1,42	1,58
10	295	D	ALBERTO BURIGO	1,42	1,58
10	295	E	ALBERTO BURIGO	1,42	1,58

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CODIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m ²)	VALOR (m ²)
				UFM Para 2015	UFM Para 2016
10	855	D	ALBERTO BURIGO	1,06	1,18
10	855	E	ALBERTO BURIGO	1,06	1,18
12	330	D	RODOLFO MANFREDINI	1,77	1,97
12	330	E	RODOLFO MANFREDINI	1,77	1,97
13	220	D	ROMOLO FRANCISCO PIAZZA	1,59	1,77
13	220	E	ROMOLO FRANCISCO PIAZZA	1,59	1,77
13	535	D	ROMOLO FRANCISCO PIAZZA	1,06	1,18
13	535	E	ROMOLO FRANCISCO PIAZZA	1,06	1,18
15	445	D	MANOEL NUNES CARDIGA	2,48	2,76
15	445	E	MANOEL NUNES CARDIGA	2,48	2,76
15	1435	D	MANOEL NUNES CARDIGA	1,24	1,38
15	1435	E	MANOEL NUNES CARDIGA	1,24	1,38
16	350	D	BARTOLOMEU ROCHA	1,77	1,97
16	350	E	BARTOLOMEU ROCHA	1,77	1,97
16	850	D	BARTOLOMEU ROCHA	1,59	1,77
16	850	E	BARTOLOMEU ROCHA	1,59	1,77
17	580	D	7 DE SETEMBRO	3,90	4,33
17	580	E	7 DE SETEMBRO	3,90	4,33
17	770	D	7 DE SETEMBRO	1,77	1,97
17	770	E	7 DE SETEMBRO	1,77	1,97
21	750	D	GOVERNADOR CELSO RAMOS	2,12	2,36
21	750	E	GOVERNADOR CELSO RAMOS	2,12	2,36
22	330	D	FRANCISCO CANELLA	1,77	1,97
22	330	E	FRANCISCO CANELLA	1,77	1,97
23	330	D	NICOLAU MACHADO DE SOUZA	1,77	1,97
23	330	E	NICOLAU MACHADO DE SOUZA	1,77	1,97
23	610	D	NICOLAU MACHADO DE SOUZA	1,15	1,28
23	610	E	NICOLAU MACHADO DE SOUZA	1,15	1,28
26	205	D	JOSE MEZARI	1,59	1,77
26	205	E	JOSE MEZARI	1,59	1,77
26	495	D	JOSE MEZARI	1,42	1,58

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CODIGO DO LOGRADOU RO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m ²)	VALOR (m ²)
				UFM Para 2015	UFM Para 2016
26	495	E	JOSE MEZARI	1,42	1,58
31	150	D	FAMILIA OSTETTO	0,88	0,98
31	150	E	FAMILIA OSTETTO	0,88	0,98
38	110	D	DA MATRIZ	1,59	1,77
38	110	E	DA MATRIZ	1,59	1,77
39	125	D	SANTOS TOPANOTTI	0,80	0,89
39	125	E	SANTOS TOPANOTTI	0,80	0,89
39	465	E	SANTOS TOPANOTTI	0,80	0,89
39	465	E	SANTOS TOPANOTTI	0,80	0,89
41	370	D	SAO JUDAS TADEU	1,24	1,38
41	370	E	SAO JUDAS TADEU	1,24	1,38
41	485	D	SAO JUDAS TADEU	1,42	1,58
41	485	E	SAO JUDAS TADEU	1,42	1,58
42	60	D	CEL. VIDAL RAMOS	1,15	1,28
42	60	E	CEL. VIDAL RAMOS	1,15	1,28
42	260	E	CEL. VIDAL RAMOS	1,15	1,28
42	260	E	CEL. VIDAL RAMOS	1,15	1,28
44	210	D	MARIA MILANEZ PIAZZA	1,24	1,38
44	210	E	MARIA MILANEZ PIAZZA	1,24	1,38
44	560	D	MARIA MILANEZ PIAZZA	1,06	1,18
44	560	E	MARIA MILANEZ PIAZZA	1,06	1,18
54	120	D	37	1,24	1,38
54	120	E	37	1,24	1,38
57	640	D	AFONSO MANFREDINI	1,42	1,58
57	640	E	AFONSO MANFREDINI	1,42	1,58
77	100	D	60	1,06	1,18
77	100	E	60	1,06	1,18
77	200	D	60	1,06	1,18
77	200	E	60	1,06	1,18
78	360	D	ANGELO DAL PONT	1,24	1,38
78	360	E	ANGELO DAL PONT	1,24	1,38
78	450	D	ANGELO DAL PONT	1,06	1,18
78	450	E	ANGELO DAL PONT	1,06	1,18

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m ²)	VALOR (m ²)
				UFM Para 2015	UFM Para 2016
79	2166	D	DOZOLINA FURNALETTO MANFREDINI	1,24	1,38
79	2167	E	DOZOLINA FURNALETTO MANFREDINI	1,24	1,38
80	330	D	MARINO GABRIEL	1,06	1,18
80	330	E	MARINO GABRIEL	1,06	1,18
80	620	D	MARINO GABRIEL	0,88	0,98
80	620	E	MARINO GABRIEL	0,88	0,98
81	800	D	SC 447. EDEVAR PELEGRINI	1,24	1,38
81	800	E	SC 447. EDEVAR PELEGRINI	1,24	1,38
81	2000	D	SC 447. EDEVAR PELEGRINI	0,44	0,49
81	2000	E	SC 447. EDEVAR PELEGRINI	0,44	0,49
82	310	D	LEANDRO CORAL	1,24	1,38
82	310	E	LEANDRO CORAL	1,24	1,38
82	450	D	LEANDRO CORAL	1,06	1,18
82	450	E	LEANDRO CORAL	1,06	1,18
82	500	D	LEANDRO CORAL	1,06	1,18
82	500	E	LEANDRO CORAL	1,06	1,18
82	550	D	LEANDRO CORAL	1,06	1,18
82	550	E	LEANDRO CORAL	1,06	1,18
82	700	D	LEANDRO CORAL	1,06	1,18
82	700	E	LEANDRO CORAL	1,06	1,18
82	750	D	LEANDRO CORAL	1,06	1,18
82	750	E	LEANDRO CORAL	1,06	1,18
83	330	D	SAUL PIAZZA	1,24	1,38
83	330	E	SAUL PIAZZA	1,24	1,38
83	350	D	SAUL PIAZZA	1,06	1,18
83	350	E	SAUL PIAZZA	1,06	1,18
85	420	D	EXPEDICIONARIO PAULO BENEDET	1,24	1,38
85	420	E	EXPEDICIONARIO PAULO BENEDET	1,24	1,38
86	310	D	SILVINO ROCHA	1,24	1,38
86	310	E	SILVINO ROCHA	1,24	1,38
87	280	D	DEMETRIO DARIO	1,06	1,18

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m ²)	VALOR (m ²)
				UFM Para 2015	UFM Para 2016
87	280	E	DEMETRIO DARIO	1,06	1,18
89	70	D	SYRILO SIMONI	0,97	1,08
89	70	E	SYRILO SIMONI	0,97	1,08
90	2170	D	VEREADOR NARCISO FABRIS	1,24	1,38
90	2170	E	VEREADOR NARCISO FABRIS	1,24	1,38
93	150	D	PASCOAL MILANEIS	1,06	1,18
93	150	E	PASCOAL MILANEIS	1,06	1,18
94	180	D	AFFONSO VENSON	1,06	1,18
94	180	E	AFFONSO VENSON	1,06	1,18
95	100	D	FRANCISCO MANFREDINI	0,97	1,08
95	100	E	FRANCISCO MANFREDINI	0,97	1,08
97	80	D	2	1,06	1,18
97	80	E	2	1,06	1,18
98	80	D	9	1,06	1,18
98	80	E	9	1,06	1,18
101	800	D	SILVIO JORGE ZANETTE	1,24	1,38
101	800	E	SILVIO JORGE ZANETTE	1,24	1,38
101	1200	E	SILVIO JORGE ZANETTE	1,06	1,18
102	93	D	2	0,97	1,08
102	93	E	2	0,97	1,08
103	180	D	NEVILSON MEZARI GOMES	0,97	1,08
103	180	E	NEVILSON MEZARI GOMES	0,97	1,08
104	780	D	ALICE NAIR FERRARO BERLANDA	1,06	1,18
104	780	E	ALICE NAIR FERRARO BERLANDA	1,06	1,18
105	120	D	JOSE PEDRO BURIGO	0,97	1,08
105	120	E	JOSE PEDRO BURIGO	0,97	1,08
106	140	D	VILMAR DAL PONT CARBONI	0,97	1,08
106	140	E	VILMAR DAL PONT CARBONI	0,97	1,08
106	205	D	VILMAR DAL PONT CARBONI	0,97	1,08
106	205	E	VILMAR DAL PONT CARBONI	0,97	1,08
108	140	D	32	1,06	1,18
108	140	E	32	1,06	1,18

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m ²)	VALOR (m ²)
				UFM Para 2015	UFM Para 2016
109	140	D	30	1,06	1,18
109	140	E	30	1,06	1,18
110	140	D	31	1,06	1,18
110	140	E	31	1,06	1,18
111	205	D	HEITOR HABLICK	0,97	1,08
111	205	E	HEITOR HABLICK	0,97	1,08
112	90	D	7	1,06	1,18
112	90	E	7	1,06	1,18
113	120	D	CARLOS AIRTON CONTI	0,97	1,08
113	120	E	CARLOS AIRTON CONTI	0,97	1,08
113	300	D	CARLOS AIRTON CONTI	0,97	1,08
113	300	E	CARLOS AIRTON CONTI	0,97	1,08
113	350	D	CARLOS AIRTON CONTI	0,97	1,08
113	350	E	CARLOS AIRTON CONTI	0,97	1,08
114	1360	E	50	1,77	1,97
114	1360	D	50	1,77	1,97
115	105	D	39	1,77	1,97
116	500	D	44	0,62	0,69
116	500	E	44	0,62	0,69
116	1000	D	44	0,62	0,69
116	1000	E	44	0,62	0,69
116	1500	D	44	0,44	0,49
116	1500	E	44	0,44	0,49
116	2000	D	44	0,18	0,20
116	2000	E	44	0,18	0,20
118	50	D	62	1,06	1,18
118	50	E	62	1,06	1,18
119	920	E	51	1,77	1,97
122	2171	E	FLAVIO BROVEDAN	1,06	1,18
122	255	D	FLAVIO BROVEDAN	1,06	1,18
122	255	E	FLAVIO BROVEDAN	1,06	1,18
125	200	D	JOAO FRANCISCO NAZARIO	1,06	1,18
125	200	E	JOAO FRANCISCO NAZARIO	1,24	1,38
125	460	D	JOAO FRANCISCO NAZARIO	1,06	1,18

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CODIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m ²)	VALOR (m ²)
				UFM Para 2015	UFM Para 2016
125	460	E	JOAO FRANCISCO NAZARIO	1,06	1,18
126	280	D	21	1,06	1,18
126	280	E	21	1,06	1,18
127	180	D	ANTONIO TREVISOL	1,24	1,38
127	180	E	ANTONIO TREVISOL	1,24	1,38
127	530	D	ANTONIO TREVISOL	1,06	1,18
127	530	E	ANTONIO TREVISOL	1,06	1,18
127	700	D	ANTONIO TREVISOL	0,88	0,98
128	410	D	23	0,88	0,98
128	410	E	23	0,88	0,98
128	455	D	23	0,88	0,98
128	455	E	23	0,88	0,98
129	150	D	40	0,88	0,98
129	150	E	40	0,88	0,98
130	140	D	22	1,06	1,18
130	140	E	22	1,06	1,18
130	185	D	22	1,06	1,18
130	185	E	22	1,06	1,18
130	185	D	22	0,88	0,98
130	185	E	22	0,88	0,98
130	185	D	22	0,88	0,98
130	185	E	22	0,88	0,98
131	400	D	VICENTE AMBONI	1,24	1,38
131	400	E	VICENTE AMBONI	1,24	1,38
132	140	D	24	0,88	0,98
132	140	E	24	0,88	0,98
133	87	D	25	0,88	0,98
134	50	D	18	1,15	1,28
134	50	E	18	1,15	1,28
135	50	D	19	1,06	1,18
135	50	E	19	1,06	1,18
136	50	D	SRV 11	0,26	0,29
136	50	E	SRV 11	0,26	0,29
136	100	D	SRV 11	0,26	0,29

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m ²)	VALOR (m ²)
				UFM Para 2015	UFM Para 2016
136	100	E	SRV 11	0,26	0,29
137	300	D	42	1,24	1,38
137	300	E	42	1,24	1,38
137	300	D	42	1,24	1,38
137	300	E	42	1,24	1,38
138	370	D	43	1,06	1,18
138	370	E	43	1,06	1,18
139	100	D	EX-COMBATENTE PEDRO CORAL	1,77	1,97
139	100	E	EX-COMBATENTE PEDRO CORAL	1,77	1,97
139	200	D	EX-COMBATENTE PEDRO CORAL	1,24	1,38
139	200	E	EX-COMBATENTE PEDRO CORAL	1,24	1,38
139	300	D	EX-COMBATENTE PEDRO CORAL	0,88	0,98
139	300	E	EX-COMBATENTE PEDRO CORAL	0,88	0,98
144	100	D	SRV 10	0,26	0,29
144	100	E	SRV 10	0,26	0,29
146	50	D	41	0,26	0,29
146	50	E	41	0,26	0,29
146	500	D	41	0,26	0,29
146	500	E	41	0,26	0,29
147	300	D	NILTON NATAL	0,53	0,59
147	300	E	NILTON NATAL	0,53	0,59
147	580	D	NILTON NATAL	1,24	1,38
147	580	E	NILTON NATAL	1,24	1,38
148	140	D	MANOEL BERNARDINO DUARTE	1,06	1,18
148	140	E	MANOEL BERNARDINO DUARTE	1,06	1,18
149	100	D	33	1,24	1,38
149	100	E	33	1,24	1,38
149	200	D	33	1,15	1,28

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CODIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m ²)	VALOR (m ²)
				UFM Para 2015	UFM Para 2016
149	200	E	33	1,15	1,28
149	300	D	33	1,06	1,18
149	300	E	33	1,06	1,18
149	350	D	33	1,06	1,18
149	350	E	33	1,06	1,18
149	400	D	33	0,88	0,98
149	400	E	33	0,88	0,98
149	450	D	33	0,88	0,98
149	450	E	33	0,88	0,98
149	500	D	33	0,88	0,98
149	500	E	33	0,88	0,98
150	400	D	JOSE CONTI	0,53	0,59
150	400	E	JOSE CONTI	0,53	0,59
151	165	D	JOSE NELSON MEZARI	0,80	0,89
151	165	E	JOSE NELSON MEZARI	0,80	0,89
152	185	D	MARIANO FONTANELLA	1,42	1,58
152	185	E	MARIANO FONTANELLA	1,42	1,58
152	345	D	MARIANO FONTANELLA	1,42	1,58
152	345	E	MARIANO FONTANELLA	1,42	1,58
153	540	D	Pe. LUIZ AGOSTINHO ZOCHE SACCON	1,06	1,18
153	540	E	Pe. LUIZ AGOSTINHO ZOCHE SACCON	1,06	1,18
154	300	D	MADRE BERTILA MORO	1,42	1,58
154	300	E	MADRE BERTILA MORO	1,42	1,58
154	750	D	MADRE BERTILA MORO	1,42	1,58
154	750	E	MADRE BERTILA MORO	1,42	1,58
155	110	D	2	0,53	0,59
155	110	E	2	0,53	0,59
156	100	D	65	1,24	1,38
156	100	E	65	1,24	1,38
156	200	D	65	1,06	1,18
156	200	E	65	1,06	1,18
160	200	D	MARIO MEZZARI	0,80	0,89

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m ²)	VALOR (m ²)
				UFM Para 2015	UFM Para 2016
161	120	D	CRISTO REI	0,62	0,69
162	110	D	LEDIO TOPANOTTI	0,62	0,69
162	110	E	LEDIO TOPANOTTI	0,62	0,69
163	60	D	BELA VISTA	0,62	0,69
163	60	E	BELA VISTA	0,62	0,69
164	300	D	66	0,53	0,59
164	300	E	66	0,53	0,59
165	300	D	67	0,53	0,59
165	300	E	67	0,53	0,59
171	50	D	68	0,53	0,59
171	50	E	68	0,53	0,59
171	200	D	68	0,53	0,59
171	200	E	68	0,53	0,59
171	250	D	68	0,53	0,59
171	250	E	68	0,53	0,59
174	290	D	ALTAIR MACARINI	1,06	1,18
174	290	E	ALTAIR MACARINI	1,06	1,18
175	90	D	38	0,53	0,59
175	90	E	38	0,53	0,59
177	170	D	26	0,53	0,59
177	170	E	26	0,53	0,59
178	40	D	7	0,53	0,59
178	40	E	7	0,53	0,59
179	90	D	ARINO SOTERO CARVALHO	0,53	0,59
179	90	E	ARINO SOTERO CARVALHO	0,53	0,59
180	170	D	28	0,53	0,59
180	170	E	28	0,53	0,59
181	250	D	34	0,53	0,59
181	250	E	34	0,53	0,59
182	90	D	6	0,53	0,59
182	90	E	6	0,53	0,59
183	100	D	29	0,53	0,59
183	100	E	29	0,53	0,59
184	280	D	PRIMAVERA	1,06	1,18

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CODIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m ²)	VALOR (m ²)
				UFM Para 2015	UFM Para 2016
184	280	E	PRIMAVERA	1,06	1,18
184	470	D	PRIMAVERA	0,97	1,08
184	470	E	PRIMAVERA	0,97	1,08
184	570	D	PRIMAVERA	0,88	0,98
184	570	E	PRIMAVERA	0,88	0,98
185	120	D	8	0,53	0,59
185	120	E	8	0,53	0,59
188	300	D	BRUNO DUMINELLI	0,35	0,39
188	300	E	BRUNO DUMINELLI	0,35	0,39
188	400	D	BRUNO DUMINELLI	0,35	0,39
188	400	E	BRUNO DUMINELLI	0,35	0,39
188	450	D	BRUNO DUMINELLI	0,35	0,39
188	450	E	BRUNO DUMINELLI	0,35	0,39
194	560	D	JORGE LACERDA	0,35	0,39
194	560	E	JORGE LACERDA	0,35	0,39
195	350	D	GETULIO VARGAS	0,53	0,59
195	350	E	GETULIO VARGAS	0,53	0,59
196	440	D	JUSCELINO KUBISCHEK	0,71	0,79
196	440	E	JUSCELINO KUBISCHEK	0,71	0,79
197	440	D	FRANCISCO DORDETT NETO	0,53	0,59
198	550	D	WALDEMAR MOTA	0,53	0,59
198	550	E	WALDEMAR MOTA	0,53	0,59
199	620	D	14 DE DEZEMBRO	0,71	0,79
199	620	E	14 DE DEZEMBRO	0,71	0,79
199	1370	D	14 DE DEZEMBRO	0,53	0,59
199	1370	E	14 DE DEZEMBRO	0,53	0,59
200	2169	D	IRINEU BORNAUSER	0,53	0,59
200	2169	E	IRINEU BORNAUSER	0,53	0,59
200	1000	D	IRINEU BORNAUSER	0,35	0,39
200	1000	E	IRINEU BORNAUSER	0,35	0,39
201	580	D	HENRIQUE NAGEL	0,44	0,49
201	580	E	HENRIQUE NAGEL	0,44	0,49
202	200	D	CASTELO BRANCO	0,35	0,39
202	200	E	CASTELO BRANCO	0,35	0,39

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CODIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m ²)	VALOR (m ²)
				UFM Para 2015	UFM Para 2016
204	810	D	VEREADOR MANOEL ALEXANDRE	0,35	0,39
204	810	E	VEREADOR MANOEL ALEXANDRE	0,35	0,39
205	100	D	36	0,35	0,39
210	1400	D	57	0,35	0,39
210	1400	D	57	0,35	0,39
216	50	D	58	1,06	1,18
216	50	E	58	1,06	1,18
219	1	A	SC 108-ANTONIO WALMOR CANELLA	1,77	1,97
220	50	D	SRV 15	1,42	1,58
220	50	E	SRV 15	1,42	1,58
221	100	D	55	0,53	0,59
221	100	E	55	0,53	0,59
222	200	D	56	0,53	0,59
222	200	E	56	0,53	0,59
223	50	D	SRV 04	1,24	1,38
223	50	E	SRV 04	1,24	1,38
224	50	D	70	0,88	0,98
224	50	E	70	0,88	0,98
225	50	D	75	0,62	0,69
225	50	E	75	0,62	0,69
226	100	D	76	0,62	0,69
226	100	E	76	0,62	0,69
227	100	D	77	0,62	0,69
227	100	E	77	0,62	0,69
228	100	D	78	0,44	0,49
228	100	E	78	0,44	0,49
229	400	D	79	0,18	0,20
229	400	E	79	0,18	0,20
230	150	D	80	0,18	0,20
230	150	E	80	0,18	0,20
231	150	D	81	0,18	0,20
231	150	E	81	0,18	0,20

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	LADO DA SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m ²)	VALOR (m ²)
				UFM Para 2015	UFM Para 2016
232	250	D	73	0,18	0,20
232	250	E	73	0,18	0,20
233	150	D	82	0,80	0,89
233	150	E	82	0,80	0,89
234	150	D	83	0,09	0,10
234	150	E	83	0,09	0,10
235	500	D	BOCA DO PIQUE	0,18	0,20
235	500	E	BOCA DO PIQUE	0,18	0,20
235	1000	D	BOCA DO PIQUE	0,18	0,20
235	1000	E	BOCA DO PIQUE	0,18	0,20
243	2164	D	4	1,06	1,18
243	2164	E	4	1,06	1,18
245	150	D	SRV 16	1,06	1,18
245	150	E	SRV 16	1,06	1,18
319	1	E	PASCOAL PIROLA	1,06	1,18
319	1	D	PASCOAL PIROLA	1,06	1,18
321	360	D	QUINTINO SCARDUELI	1,06	1,18
321	360	E	QUINTINO SCARDUELI	1,06	1,18
322	500	D	72	0,09	0,10
322	500	E	72	0,09	0,10
323	100	D	74	0,09	0,10
323	100	E	74	0,09	0,10

Obs.: As unidades imobiliárias não contempladas com a relação supra, serão utilizadas os valores do logradouro mais próximos.

TABELA IV
VALOR DO HECTARE DO TERRENO RURAL (Vha)

SEÇÃO TRIBUTÁRIA	VALOR (U.F.M. HA/FRAÇÃO)
01 – ÁREA DE PROVÁRZEA	400,00
02 – ÁREA MISTA	320,00
03 – PASTAGEM	240,00
04 – ÁREA ACIDENTADA/MATA NATIVA	125,00

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

c) Em todas as Zonas, as áreas situadas nos morros, onde tenha redução de produção agrícola, comprovadamente pelo departamento de Tributo, o valor do hectare será reduzido em 30,00 % (trinta por cento).

d) Em todas as Zonas, as Áreas de Preservação Permanente – APP, comprovadamente pelo Departamento de Tributo, o valor do hectare será reduzido em 80% (oitenta por cento).

Meleiro/SC, 23 de dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Rua Sete de Setembro, nº 371 - centro – Meleiro – Santa Catarina - CEP 88920-000

E-mail: prefeitura@meleiro.sc.gov.br site: www.meleiro.sc.gov.br

CNPJ: 82.837.741/0001 –96

EXTRATO ADITIVO Nº 002/2014 AO CONTRATO Nº 006/2013

Estado de Santa Catarina
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 002/2014 (Prorrogação do Prazo de Vigência)
Contrato n.º. 006/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: EZIO PELEGRINI
Objeto: Locação de uma sala comercial situado na rua sete de setembro nº. 193, na cidade de Meleiro/SC, para fins de estabelecimento e funcionamento da SEDE DA SAMAE.
Vigência: Início: 02/01/2015 Término: 31/12/2015
Data da assinatura: 23 de dezembro de 2014.

LEI Nº 1679/2014

LEI nº 1679/2014
AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A INSTITUIÇÃO PRIVADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder contribuição social à Sociedade Esportiva e Recreativa Meleiro Esporte Clube, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.800.101/0001-63, no valor total de R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais), visando sua manutenção e funcionamento durante o exercício de 2015.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1.º de Janeiro de 2015.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.625/2013, de 18 de dezembro de 2013 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 23 de dezembro de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Modelo**PREFEITURA****DECRETO Nº 315/2014**

DECRETO MUNICIPAL Nº 315/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ATRAVÉS DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor,
Considerando, em especial a LEI MUNICIPAL Nº 2182/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Decreta:

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar no valor de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) conforme a seguir especificado:

02	GABINETE DO PREFEITO
02.01	GABINETE DO PREFEITO
04	administração
04122	Administração geral
041220002	Gestão administrativa superior
041220002.167000	Manutenção do Funcionamento da Administração Superior
3.1.90.00.00 (4)	Aplicações Diretas.....fonte de recursos 100 Recursos próprios R\$ 35.000,00

03	DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRFAÇÃO
03.01	ADMINISTRAÇÃO GERAL
04	Administração
04122	Administração geral
041220003	ADMINISTRAÇÃO GERAL
041220003.2.169000	Manutenção das Atividades de Administração geral do Município
319000000000 (9)	Aplicações Diretasfonte de recursos 100 Recursos próprios R\$ 41.000,00
06	Segurança Pública
06181	policiamento
0618100021	Segurança Pública
0618100021.2.138	Manutenção do Convenio Radio Patrulha, Transito Assist.Pol.Civil
339000000000 (28)	Aplicações Diretasfonte de recursos 100 Recursos próprios R\$ 8.000,00
04123	Administração Financeira
041230004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
041230004.2.175000	Manutenção Geral das atividades deFinanças
319000000000 ()	Aplicações Diretasfonte de recursos 100 Recursos próprios R\$ 35.000,00

07	FUNDO DA ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FUNDO DA ASSISTENCIA SOCIAL
08	ASSITENCIA SOCIAL
08243	Assistência a Criança e ao adolescente
082430008	Desenvolvimento Social-criança e adolescente

082430008.2.066	Manutenção do Conselho Tutelar seus programas e atividades
3.1.90.00.00 (152)	Aplicações Diretas.....fonte de recursos 100 Recursos próprios R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para a cobertura do credito suplementar de que tratao artigo 1º, serão provenientes da anulação de dotação orçamentária, do Orçamento Município, no valor R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) conforme a seguir especificado:

09	DIRETORIA GERALDE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
09.01	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
22	Industria
22662	Produção Industrial
2266200014	Urbanismo – Modelo Qualidade de Vida
2266200014.2.212	Manut. e Ampliação estrutura serviços fábrica\ de tubos
339000000000 (234)	Aplicações Diretasfonte de recursos 100 Recursos próprios R\$ 45.000,00
449000000000 (235)	Aplicações Diretasfonte de recursos 100 Recursos próprios R\$ 15.000,00
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
2678200013	ESTRADAS VICINAIS
2678200013.1.104000	Execução de Obras Pavimentação asfáltica / drenagem /sinalizaçãoe outros
449000000000 (242)	Aplicações Diretasfonte de recursos 100 Recursos próprios R\$ 69.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 19 de dezembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Janice Martini Muller
Contadora

DECRETO Nº 316/2014

DECRETO MUNICIPAL Nº 316/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, UTILIZANDO RECURSOS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor,
CONSIDERANDO A LEI MUNICIPAL Nº 2183/2014 DE 19 DE DEZEMBRO 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar para reforço de dotação orçamentária, no Orçamento Geral do Município de Modelo de 2014, no valor de R\$ 2.474,00 (dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais) conforme abaixo especificado:

07	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.01	FUNDO MUNICIPAL DA PROMOÇÃO SOCIAL
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
082440009	DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITARIO
08244009.2.204000	ASSISTENCIA SOCIAL – MANUT. SUA/SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
339000000000(179)	Aplicações Diretas FONTE DE RECURSOS:237Recursos Alta Complexidade R\$ 2.474,00

Art. 2º - Para cobertura do credito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, no Orçamento Geral do Município de Modelo SC de 2014, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no valor de R\$ 2.474,00 (dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais) conforme disposto no Anexo I, integrante desta Lei.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,
aos 19 de dezembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Janice Martini Muller
Contadora

RECEITA ESTIMADA LOA (LEI ORÇAMENTARIA ANUAL): LEI MUNICIPAL Nº2126/2013

Outras Transferências do Estado - Fontede Recursos: 237 Recursos Alta Complexidade Custeio EstadoVALOR R\$ 10.000,00

VALOR ARRECADADO ATÉO MÊS DE DEZEMBRO DE 2014
ARRRECADAÇÃO DA RECEITA na fonte acima especificada:
VALOR R\$ 12.474,00

PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FONTE PARA O EXERCÍCIO DE 2014 R\$2.474,00 (dois mil quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos)

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO AOS 19 DE DEZEMBRO de 2014.
RICARDOLUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 2182/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2182/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º: Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar abertura de credito suplementar no valor de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) conforme a seguir especificado:

02	GABINETE DO PREFEITO
02.01	GABINETE DO PREFEITO
04	administração
04122	Administração geral
041220002	Gestão administrativa superior
041220002.167000	Manutenção do Funcionamento da Administração Superior
3.1.90.00.00 (4)	Aplicações Diretas..... fonte de recursos 100 Recursos próprios R\$ 35.000,00

03	DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
03.01	ADMINISTRAÇÃO GERAL
04	Administração
04122	Administração geral
041220003	ADMINISTRAÇÃO GERAL
041220003.2.169000	Manutenção das Atividades de Administração geral do Município
319000000000 (9)	Aplicações Diretasfonte de recursos 100 Recursos próprios R\$ 41.000,00
06	Segurança Pública
06181	policiamento
0618100021	Segurança Pública
0618100021.2.138	Manutenção do Convênio Rádio Patrulha, Trânsito Assist. Pol. Civil
339000000000 (28)	Aplicações Diretasfonte de recursos 100 Recursos próprios R\$ 8.000,00
04123	Administração Financeira
041230004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
041230004.2.175000	Manutenção Geral das atividades de Finanças
319000000000 ()	Aplicações Diretasfonte de recursos 100 Recursos próprios R\$ 35.000,00

07	FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.01	FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08243	Assistência à Criança e ao adolescente
082430008	Desenvolvimento Social-criança e adolescente
082430008.2.066	Manutenção do Conselho Tutelar seus programas e atividades
3.1.90.00.00 (152)	Aplicações Diretas..... fonte de recursos 100 Recursos próprios R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para a cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo 1º, serão provenientes da anulação de dotação orçamentária, do Orçamento Município, no valor R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) conforme a seguir especificado:

09	DIRETORIA GERAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
09.01	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
22	Indústria

22662	Produção Industrial
2266200014	Urbanismo – Modelo Qualidade de Vida
2266200014.2.212	Manut. e Ampliação estrutura serviços fábrica\ de tubos
339000000000 (234)	Aplicações Diretasfonte de recursos 100 Recursos próprios R\$ 45.000,00
449000000000 (235)	Aplicações Diretasfonte de recursos 100 Recursos próprios R\$ 15.000,00
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviário
2678200013	ESTRADAS VICINAIS
2678200013.1.104000	Execução de Obras Pavimentação asfáltica /drenagem /sinalização e outros
449000000000 (242)	Aplicações Diretasfonte de recursos 100 Recursos próprios R\$ 69.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 19 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

Janice Martini Muller
Contadora

LEI MUNICIPAL Nº 2183/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2183/2014 DE 19 DE DEZEMBRO 2014.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, UTILIZANDO RECURSOS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar para reforço de dotação orçamentária, no Orçamento Geral do Município de Modelo de 2014, no valor de R\$ 2.474,00 (dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais) conforme abaixo especificado:

07	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.01	FUNDO MUNICIPAL DA PROMOÇÃO SOCIAL
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
082440009	DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITÁRIO

08244009.2.204000	ASSISTENCIA SOCIAL – MANUT. SUA/SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
339000000000(179)	Aplicações Diretas FONTE DE RECURSOS:237Recursos Alta Complexidade R\$ 2.474,00

Art. 2º - Para cobertura do credito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, no Orçamento Geral do Município de Modelo SC de 2014, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no valor de R\$ 2.474,00 (dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais) conforme disposto no Anexo I, integrante desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,
aos 19 de dezembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

Janice Martini Muller
Contadora

RECEITA ESTIMADA LOA (LEI ORÇAMENTARIA ANUAL): LEI MUNICIPAL Nº2126/2013
Outras Transferências do Estado - Fontede Recursos: 237 Recursos Alta Complexidade Custeio EstadoVALOR R\$ 10.000,00

VALOR ARRECADADO ATÉO MÊS DE DEZEMBRO DE 2014
ARRRECAÇÃO DA RECEITA na fonte acima especificada:
VALOR R\$ 12.474,00

PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO FONTE PARA O EXERCÍCIO DE 2014 R\$2.474,00 (dois mil quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos)

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO AOS 19 DE DEZEMBRO de 2014.
RICARDOLUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 2184/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2184/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À ACIMO - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a transferência de recursos financeiros à ACIMO - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL DE MODELO-SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 78.481.843/0001-44, com sede no Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei, para manutenção das atividades da entidade no desenvolvimento do comércio, indústria e prestação de serviços do município de Modelo SC, em atendimento as suas finalidades estatutárias.

Art. 2º. Transferência financeira será de até R\$ 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais), a ser pago em até 03 (três) parcelas, conforme Plano de Trabalho e documentos para celebração de convenio, do cronograma físico financeiro, apresentado pela entidade nos termos da presente Lei, observada as disponibilidades financeiras, programação e cronograma de arrecadação e de desembolso do Município, conforme disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único: A Transferência financeira de que trata o caput deste artigo, poderá ser efetuada no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no exercício de 2014 e até R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) no exercício de 2015, podendo a critério da entidade e deferimento do Poder Executivo, ser executada integralmente a transferência nos termos desta Lei, no exercício de 2015.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos à entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- b) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- c) Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- d) Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- e) Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
- f) Cópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- h) Certidão Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
- i) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- j) Cópia do Alvará de funcionamento;
- l) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
- m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V da lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;
- n) Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
- o) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- p) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente.

Parágrafo Único: No caso em que os recursos solicitados tiverem como objeto obras e benfeitorias a entidade deverá complementar a documentação com:

- a) Projeto devidamente aprovado pela Amerios;
- b) Anotação de Responsabilidade Técnica pela elaboração do Projeto;
- c) Comprovação pela entidade do Exercício pleno de propriedade do imóvel, mediante escritura pública emitida em cartório (exceto rede de abastecimento de água).

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado, em até 60 (sessenta) dias após o recebimento dos recursos, e prestar contas em até 60 (sessenta) dias de seu recebimento, ou conforme cronograma físico financeiro, junto ao Município de Modelo -SC/Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- b) Cópia dos documentos da despesa;
- c) Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os

recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
d) Fotocópia dos cheques ou ordens bancária emitida;
e) Extrato bancário com toda a movimentação;
f) Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
g) Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
h) Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.

i) Balancete de Prestação de Contas de Recursos - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;

j) Demais documentos solicitados pelo Município para firmar o termo de convenio em atendimento a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 14/2012.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei pode ser causa de imediata da devolução dos recursos.

Art. 8º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal com vigência para 2015.

Art. 9º. O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo(SC),
aos 19 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Contadora

LEI MUNICIPAL Nº 2185/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2185/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE INCENTIVO NO PROGRAMA PASSEIO PÚBLICO - ACESSIBILIDADE LEGAL (BEM ESTAR SOCIAL), NO MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER, QUE A CÂMARA DE VEREADORES DE MODELO SC, VOTOU, APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º -FICA APROVADO A INCLUSÃO DE INCENTIVOS NO PROGRAMA PASSEIO PÚBLICO - ACESSIBILIDADE LEGAL, NO MUNICÍPIO DE MODELO SC, NOS TERMOS DAS LEIS MUNICIPAIS NºS 2160/2014, 2159/2014, DA PRESENTE LEI E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS.

ART. 2º- FICA AUTORIZADO O PODER EXECUTIVO A CONCEDER AOS CONTRIBUINTES QUE EXECUTAREM DE ACORDO COM O PROJETO PADRÃO DE PASSEIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO, LEI MUNICIPAL 2159/2014, A PAVIMENTAÇÃO DO PASSEIO PÚBLICO NO IMÓVEL SOBRE O QUAL INCIDE O TRIBUTO, A ISENÇÃO DE

01 (UM) ANO, DO IMPOSTO PREDIAL OU TERRITORIAL URBANO (IPTU), POR ELES DEVIDO, A PARTIR DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DA EXECUÇÃO DA MELHORIA.

ART. 3º - FICA IGUALMENTE AUTORIZADO A CONCEDER AOS CONTRIBUINTES QUE JÁ TENHAM EXECUTADO ANTERIOR A PUBLICAÇÃO DA LEI, O PASSEIO PÚBLICO CONFORME DISPOE O PROJETO PADRÃO DO MUNICÍPIO E QUE PROVIDENCIE O ATENDIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS PREVISTOS CONFORME DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL 2159/2014 E SOLICITADOS PELO SETOR DE OBRAS DO MUNICÍPIO, A ISENÇÃO DE 01 (UM) ANO, DO IMPOSTO PREDIAL OU TERRITORIAL URBANO (IPTU), POR ELES DEVIDO, SOBRE O IMÓVEL EM QUE TENHA SIDO EXECUTADO O PASSEIO PÚBLICO, NA FORMA DESTA LEI, A PARTIR DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO.

ART. 4º - A ISENÇÃO DEVERÁ SER REQUERIDA NOS SETOR DE TRIBUTAÇÃO DO MUNICÍPIO, QUE EFETUARÁ A FISCALIZAÇÃO E MEDIANTE COMPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA E DAS DEMAIS CONDIÇÕES LEGAIS, ATESTADO PELO SETOR DE OBRAS E PROJETO, ENCAMINHARÁ AO EXECUTIVO PARA APRECIÇÃO DO BENEFÍCIO.

ART. 5º - PARA FAZER JUS AO BENEFÍCIO, O CONTRIBUINTE DEVERÁ ATENDER AS DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL 2160/2014, 2159/2014 E DEMAIS SOLICITAÇÕES LEGAIS DE INTERESSE PÚBLICO.

ART. 6º- A ISENÇÃO DE QUE TRATA ESTA LEI É PARA UM ANO E PODERÁ SER USUFRUIDA, A PARTIR DO ANO SEGUINTE DA EXECUÇÃO E APROVAÇÃO DA OBRA PELO MUNICÍPIO.

ART. 7º - PARA AS SITUAÇÕES EM QUE NO IMÓVEL OBJETO DA CONSTRUÇÃO DO PASSEIO PÚBLICO HOUVER EDIFICAÇÕES SENDO, APARTAMENTOS, UNIDADES OU DEPENDÊNCIAS COM ECONOMIAS AUTÔNOMAS, A ISENÇÃO DO IPTU DE QUE TRATA ESTA LEI, INCIDIRÁ SOMENTE SOBRE UMA DAS RESPECTIVAS UNIDADES, A SER INDICADA PELOS CONDÔMINOS PROPRIETÁRIOS OU PELO PRÓPRIO PROPRIETÁRIO, NO CASO DE ÚNICO DONO.

ART. 8º- FICA O CHEFE AUTORIZADO A REGULAMENTAR POR DECRETO A PRESENTE LEI.

ART. 9º -AS DESPESAS PARA ATENDIMENTO DESTA LEI ESTÃO CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E SUBSEQUENTES.

ART. 10 -ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO SC, AOS 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

LEI MUNICIPAL Nº 2186/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2186/2014 DE 19/12/2014

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em atendimento ao § 2º do artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º- O Orçamento do Município de Modelo - SC, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal extraída do plano

Plurianual vigente;

II - a estrutura e organização dos orçamentos fiscal e de seguridade;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições sobre operação de crédito e dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos sociais e políticas de recursos humanos;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

Parágrafo Único - Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, elaborados de acordo com a Portaria 637 de 18/10/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, determinados pela Lei Complementar Federal 101/00.

CAPITULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA 2015

Art.2º- As ações prioritárias e as respectivas metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2015 são as constantes do Anexo de Metas e Prioridades desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual vigente, e suas alterações, cujas dotações necessárias ao cumprimento das metas terão precedência no projeto e na lei orçamentária.

Art.3º -Na elaboração da proposta orçamentária de 2015 e durante a sua execução, o Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa fixada à receita estimada, em virtude de reprogramação das receitas e despesas, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

Art.4º -Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015, constantes nos Anexos desta Lei ou nas alterações posteriores.

CAPITULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE

Art. 5º -Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a

manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadas, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF 02/2012 e demais disposições vigentes.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º - Para efeito do disposto no artigo 16, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento ou em cada objetivo, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I, do artigo 24, da Lei Federal Nº 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, §3º, da LRF).

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2015 compreenderá programação dos Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos como Unidades Orçamentárias e/ou Fundos próprios, como da Saúde e Assistência Social, sendo estruturado de conformidade com a Estrutura Organizacional do Município e suas alterações, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa ser registrada na modalidade total no sistema integrado da administração municipal.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2015, evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificando com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG Nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Conjunta STN/SOFF Nº02/2012 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - demonstrativo da evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e origem - recursos de todas as fontes;

II - demonstrativo da evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas e grupos de natureza de despesa;

III - resumo das receitas orçamentárias, fiscal e de seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV - resumo das despesas orçamentárias, fiscal e de seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa;

V - demonstrativo da receita e despesa orçamentárias fiscal e de seguridade social, conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo 1, Adendo II, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VI - demonstrativo de receita e despesas orçamentárias, fiscal e de seguridade social, conjuntamente, de acordo com a classificação

constante do Anexo 2,
Adendo III, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;
VII - demonstrativo da natureza das despesas orçamentárias, fiscal e de seguridade social, segundo Poder e órgão, conforme modelo Anexo 2, Adendo

III, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;
VIII - programa de trabalho, conforme Anexo 6, Adendo V, da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85;

IX - programa de trabalho de Governo - demonstrativo de despesa por funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, conforme Anexo 7, Adendo VI, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

X - demonstrativo da despesa por funções, subfunções, programas, conforme o vínculo com os recursos, Anexo 8, Adendo VII, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

XI - demonstrativo da despesa por órgãos e funções, conforme Anexo 9, Adendo VIII, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

XII - demonstrativo de memória de cálculo da Receita Corrente Líquida; e

XIII - demonstrativo das fontes de recurso da Administração Direta e Indireta por entidade.

§ 1º - Os Fundos Municipais integrarão o Orçamento Geral do Município através de unidades orçamentárias dentro das respectivas Secretárias e/ou individualizados como Fundos próprios/Unidades Gestoras.

§ 2º - O Anexo VIII- Programa de Trabalho fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, e atualizações, e Portaria Conjunta STN/SOF 02/2012 e alterações, admitindo o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividades ou operações especiais, definindo por esta Lei como categoria de programação.

§ 3º - As fontes de recursos mesmo que gerenciais, identificadas na despesa do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, deverão estar correlacionadas com as receitas orçamentárias.

§ 4º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária atenderá o disposto no inciso I, do artigo 22, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§ 5º - Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços correntes da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 6º - O Executivo Municipal enviará à Câmara de Vereadores o projeto de lei orçamentária e dos créditos adicionais, quando for o caso, com sua despesa discriminada por categoria econômica, por grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação, no mínimo.

§ 7º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. (Art. 5º, Inciso II, da LRF)

Art. 8º - O Orçamento dos Fundos Especiais, no que couber, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto nesta Lei.

Art. 9º - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Regimento interno, suas respectivas propostas orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos em lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art.10 - A elaboração do projeto da lei orçamentária de 2015, a

aprovação e a execução da respectiva Lei deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, o equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, observando-se o princípio da publicidade, inclusive divulgação em sítio eletrônico, e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos.

§1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a transformar os Fundos Municipais de Unidades Gestoras em Unidades Orçamentárias, em conformidade com orientações do Tribunal de Contas de Santa Catarina, da Controladoria Geral do Município e da Secretaria Municipal da Fazenda ou correlatas.

§2º - As despesas poderão ser desdobradas em menor nível de programação, por elemento, buscando facilitar o controle e a execução orçamentária, caso a lei orçamentária anual não o faça.

§ 3º - Os Orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte de destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos (Arts. 1º, § 1º, 4º, I, "a" e 48 da LRF);

§ 4º - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central/dos Fundos próprios, e estas, por sua vez, vinculadas as Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas no orçamento da respectiva unidade/fundo.

§ 5º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados como ordenadores da despesa os presidentes dos conselhos municipais dos respectivos fundos ou servidores municipais, observadas as disposições legais de cada fundo.

§6º - O Poder Legislativo poderá realizar audiências públicas durante a apreciação da Proposta Orçamentária de 2015, que contarão com a participação da comunidade em geral.

Art.11 - O projeto de alteração da Lei Orçamentária poderá incluir, além das que estejam no Anexo de Prioridades desta Lei, outras ações e programas constantes do Plano Plurianual vigente, e suas alterações, ou que tenham sido objeto de leis específicas.

Art.12 - O controle de custos será apurado através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e", da LRF)

Art.13 - A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter dispositivo para regular a abertura de crédito adicional suplementar, bem como, autorização prévia para anulação e suplementação, nos termos dos artigos 7º, 43 e 66, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

Art.14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, §5º, da LRF)

Art.15 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015, com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único, e 50, I, da LRF)

Art.16 - A apuração do Excesso de Arrecadação de que trata o artigo 43, §3º, da Lei Federal Nº 4.320/64, será realizada em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único, e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC Federal Nº 101/2000.

Art.17 - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no artigo 17. (Art. 8º, § único, e 50, I, da LRF)

Art. 18 - A compensação de que trata o artigo 17 § 2 da Lei Complementar n. 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a

partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no anexo I.12, observando o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 19 - Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 20- Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF):

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, que ainda não comprometidos;

II - Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

III - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

IV - Dotação para combustíveis destinados a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

V- Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

VI - Eliminação de vantagens concedidas a servidores e redução e conforme os setores, até a eliminação das despesas com horas extras;

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 21 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2015, poderão ser expandidas em até 60%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2015, conforme demonstrado no Anexo I.5 desta Lei (Art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 22 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo III desta Lei (art. 4º § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 23- O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento das receitas e despesas em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras e Fundos, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Seção II

Da Estimativa da Receita

Art. 24 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, constante do Anexo de metas fiscais desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Parágrafo único. A renúncia de receita superior ao montante estimado para o exercício de 2015 será acompanhada de medidas de compensação, nos termos no inciso II, do artigo 14, da Lei Complementar Federal Nº 101/00.

Art.25 -Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário poderão ser cancelados, ou dispensados o ajuizamento, mediante Lei específica, não se constituindo renúncia de receita para os efeitos do disposto no artigo 14, da Lei Complementar Federal Nº 101/2000. (Art. 14, §3º, da LRF)

Art.26- O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14, da LRF)

Art.27- Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, da LRF)

Art.28 -O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá promover programas de recuperação fiscal voltados ao incremento das receitas.

Art.29 -Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12, da LRF)

Seção III

Da programação da Despesa

Art. 30 -Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 17, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/1993, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 31 -As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Art. 32 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 33 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações.

§ 1º- A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da Constituição Federal)

§ 2º - O remanejamento orçamentário para os Fundos, através de anulação parcial ou total de dotações da Administração Direta,

quando for de uma unidade gestora para outra serão realizados somente com autorização específica do Poder Legislativo.

§ 3º Os recursos de convênios e operações de créditos não previstos nos orçamentos da receita poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 4º Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receita e despesa.

Art. 34 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, incluído nas prioridades para o exercício de 2015. (Art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 35 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigos 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I "e" da LRF)

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 36 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesas em categoria de programação ou elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação

Art. 37 - Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado especificada no Anexo de Metas Fiscais, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do artigo 17, da Lei Complementar Federal Nº 101/00.

Art. 38 - Não serão programados novos projetos:

I - por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;
II - que não possuam viabilidade técnica, econômica e financeira;
III - sem antes ter assegurado recursos para a conservação do patrimônio público, na forma do artigo 45, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000.

Parágrafo único. No caso de projetos executados por força de operações de crédito, convênios, ajustes ou acordos, não haverá necessidade de redução ou anulação de outros projetos.

Art. 39 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária, exceto em relação aos processos administrativos licitatórios na modalidade Pregão, para Registro de Preços.

Art. 40 - O Poder Legislativo terá como limite máximo da despesa para 2015 a proposta orçamentária encaminhada ao Poder Executivo, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor decorrente da aplicação dos critérios estabelecidos no inciso II, artigo 29-A, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional Nº 58, de 23 de setembro de 2009.

Parágrafo único. O Executivo Municipal efetuará os repasses financeiros, observado o limite fixado nas cotas mensais, conforme o valor fixado da despesa e observância do ato de limitação de empenho.

Seção IV

Da autorização para transferência de recursos

Art. 41 - Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar a transferência de recursos do Tesouro Municipal, as entidades privadas do Município de Modelo - SC, que sejam de caráter educativo, assistencial, social, de saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, comunitário. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas nos prazos contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal. (Art. 70, Parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 42 - O Município contribuirá na forma de legislação específica, para os fundos especiais.

Art. 43 - Ficam autorizados os empenhamentos, liquidações e pagamentos das verbas destinadas às entidades sem fins lucrativos, contempladas com verbas orçamentárias específicas, a título de prestação de serviços, contribuições ou auxílios.

Art. 44 - Ficam autorizados os empenhamentos, liquidações e pagamentos das verbas destinadas às entidades filantrópicas, contempladas com verbas orçamentárias específicas, a título de prestação de serviços, contribuições ou auxílios.

§ 1º - A transferência de recursos à entidade privada dar-se-á após ser firmado o respectivo convênio, acordo, ajuste, termo simplificado de repasse ou instrumento congênere.

§ 2º - Para efeito de habilitar-se à contemplação com verbas de subvenções, contribuições ou auxílios de capital, a entidade pleiteante deverá atender aos requisitos e as condições fixadas em Decreto do Poder Executivo.

§ 3º - Não serão concedidos repasses financeiros à entidade:

I - que não tenha prestado contas, da aplicação de subvenção, contribuição ou auxílio de capital recebidos anteriormente;

II - considerada sem condições de funcionamento pelo Executivo Municipal;

III - que não atenda qualquer dos requisitos definidos pelo Executivo Municipal;

IV - deixar de comprovar o regular funcionamento na forma dos estatutos sociais;

§ 4º - A prestação de contas das entidades contempladas com transferências de recursos financeiros deverá atender os prazos e as exigências regulamentares, mediante a comprovação do atendimento do interesse público a ser atendido com o repasse, sob pena de devolução dos recursos por desvio de finalidade.

§ 5º - As entidades que receberem recursos do Tesouro Municipal deverão promover a devolução dos recursos não utilizados (saldo) ou utilizados em desconformidade com o objeto ou objetivo da transferência.

§ 6º - Fica vedado o repasse de nova parcela às entidades que não prestarem contas dos valores recebidos do Executivo Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do recurso.

§ 7º - Ficam vedados novos convênios ou prorrogação dos já existentes, às entidades que não tenham suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

§ 8º - Para execução dos objetos previstos nas transferências de recursos públicos, poderá o Executivo Municipal exigir contrapartida financeira a ser efetivada pela entidade beneficiada.

Art. 45 - A transferência de recursos financeiros à entidade privada a título de contribuição corrente ou capital ocorrerá mediante autorização em Lei específica ou destinada à entidade sem fins lucrativos selecionada para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual.

§ 1º - A alocação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições ou auxílio de capital, fica condicionada à autorização em Lei especial, prevista no artigo 12, § 6º, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

§ 2º - A transferência de recursos a título de contribuição corrente não autorizada em Lei específica dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, o qual conterá justificativa de que a

entidade selecionada é a que melhor atende aos critérios estabelecidos para a escolha.

Art.46 - As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Seção V

Da Autorização para Concessão de Premiações, Benefícios de Caráter Social ou Promocional e Auxílios

Art.47 - Fica autorizada a concessão de premiações, incentivos materiais e benefícios de caráter social, cultural, educacional ou promocional diretamente às pessoas físicas e às entidades sem fins lucrativos ou filantrópicas, voltados ao atingimento das finalidades institucionais dos órgãos e entidades que integram a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal.

Art.48 - Em programas de natureza social de transferência direta de recursos financeiros as pessoas físicas, previamente autorizados em Lei específica, a Administração Municipal poderá autorizar os pagamentos aos beneficiários finais mediante mecanismo que permita a identificação, pelo banco, do beneficiário do pagamento. Parágrafo único. A concessão de auxílios financeiros a necessitados deverá considerar a renda familiar, idade, estado de saúde, estado civil, número de dependentes ou outros critérios definidos em Lei específica ou Regulamento.

Seção VI

Dos Convênios para Captação de Recursos

Art.49- Os Órgãos do Executivo Municipal, através da Administração Direta ou Indireta, ficam autorizados a realizar convênios e similares, no âmbito de sua administração, com a União, os Estados, os Municípios e outras entidades oficiais ou mesmo privadas. Parágrafo único. Fica o Executivo Municipal autorizado a promover a devolução do saldo não utilizado e/ou utilizado em desconformidade com a finalidade da transferência de recursos públicos da União ou Estados.

Art.50- Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com o Estado e União, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, para o recebimento e aplicação de recursos não retornáveis.

Seção VII

Do Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

Art.51 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62, da LRF).

Art.52 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 53 - A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino, exceto quando a cessão de pessoal for feita ao Poder Judiciário, Entidade de Educação, Educação Especial, Entidades Filantrópicas e Corpo de Bombeiros Comunitários e Militares e devidamente autorizados através de lei municipal específica.

Seção VIII

Da Reserva de Contingência

Art.54 - A Reserva de Contingência, observado o inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000, será constituída de recursos do Orçamento Fiscal em montante equivalente a, no mínimo 0,20% (zero virgula vinte por cento) e no máximo, 1% (hum por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício (Art. 5º,III da LRF) .

§1º - Não será considerada, para os efeitos do caput, a reserva à

conta de receitas vinculadas.

§2º- A Reserva de Contingência será utilizada para fazer frente ao pagamento dos valores decorrentes de situações consignadas no Anexo desta Lei, a título de riscos fiscais, no atendimento de passivos contingentes, intempéries e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como para obtenção de resultado primário nos níveis do Anexo de Metas Fiscais e do Orçamento, de forma implícita (Art. 5º, III b da LRF).

§3º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo, observado o disposto no Anexo de Riscos Fiscais desta Lei.

§4º - Não sendo a Reserva de Contingência suficiente para atender os Riscos Fiscais, caso se concretizem, serão utilizados recursos do "Superávit Financeiro" do exercício de 2014, ou de créditos adicionais, abertos por "Excesso de Arrecadação", exclusive os provenientes de recursos vinculados ou de convênios, e podendo ser encaminhado projeto de lei ao Legislativo para anulação de recursos alocados no Orçamento Fiscal.

§ 5º- A Reserva de Contingência da Unidade Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do Orçamento fiscal.

Seção IX

Dos Créditos Adicionais

Art.55 -Os projetos de leis relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

§1º - Acompanharão os projetos de leis relativos a créditos adicionais, mensagem contendo exposições de motivos justificando as dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.

§2º- Cada projeto de lei e a respectiva Lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no artigo 41, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

§3º -Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, quando necessário, serão encaminhados à Câmara de Vereadores no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento, pelo Executivo Municipal.

Seção X

Do Cronograma Anual de Desembolso Mensal

Art.56- O Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2015, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos dos artigos 8º e 13, da Lei Complementar Federal Nº 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

§1º -No caso do Poder Executivo, o ato referido no caput e os que o modificarem, conterão:

I - metas bimestrais para o resultado primário dos orçamentos fiscal e de seguridade social;

II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no artigo 13, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000.

§2º - O desembolso dos recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo será efetuado até o dia 20 de cada mês, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 2º, da Emenda Constitucional Nº 25, de 14/02/00.

§3º -Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo terão como referencial o repasse previsto no artigo 168, da Constituição, na forma de duodécimos.

Seção XI

Da Limitação de Empenhos

Art.57. - Na execução do Orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e recondução do montante da dívida consolidada aos limites estabelecidos, o Poder Executivo adotará o mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, observada a fonte de recursos, para as seguintes despesas:

I - materiais e serviços terceirizados, de forma que não prejudiquem o oferecimento dos serviços públicos;

II - investimentos programados, desde que não comprometidos;

III - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos.

Art.58 - Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo 9º, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante da limitação.

§1º -O montante da limitação a ser procedida por cada órgão do Poder Executivo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável total.

§2º - A base contingenciável corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2015, excluídas:

I - as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município;

II - demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o artigo 9º, §2º, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000;

III - atividades do Poder Legislativo constantes da Proposta Orçamentária de 2015.

§3º -O Chefe do Poder Executivo publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão ou unidade administrativa terão como limite de movimentação e empenho.

Art.59- A liberação das dotações às unidades orçamentárias será efetuada pela Secretaria Municipal da Fazenda ou correlata, obedecendo ao comportamento da receita arrecadada pelo Município.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Seção I

Diretrizes Gerais

Art.60 - Obedecidos aos limites estabelecidos nas Resoluções do Senado Federal Nºs 40 e 43, e alterações, o Município poderá realizar operações de créditos no exercício de 2015, destinadas a despesas de capital previstas ou inclusas no Orçamento.

Art.61 - A verificação dos limites da dívida pública e as contratações de operações de créditos serão feitas em conformidade com o disposto na Portaria Nº 637/2012, da STN/MF.

Art. 62 - A Lei Orçamentária de 2015, poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF. (Arts 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 63 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 64- Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 30 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei (Art. 31, § 1º, II da LRF).

Art.65 - Poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito aprovadas por lei municipal ou em fase de estudo e aprovação por instituição financeira.

Art.66 - A contratação de operações de crédito e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber, à esfera Municipal, na Seção IV, do Capítulo VII, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 04/05/00.

Seção II

Das Disposições sobre Débitos Judiciais

Art.67 - As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em atividades específicas, nas programações a cargo da Secretaria Municipal da Fazenda ou correlata.

Art.68 - A inclusão de dotações na Lei Orçamentária de 2015 destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, deve atentar ao disposto nos artigos 78 e 87, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL, ENCARGOS SOCIAIS E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Art.69 - No exercício financeiro de 2015 as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo, terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos, alterações de planos de cargos e salários e ou carreira, e admissões para preenchimento de cargos.

§1º - Fica autorizada a revisão geral e reajuste das remunerações, subsídios, proventos, aposentadorias e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo, Legislativo, das Autarquias e Fundações Públicas, cujo percentual será definido em lei específica.

§2º - Os recursos para revisão geral e reajuste de pessoal poderão constar da Lei Orçamentária em categoria de programação específica, ou estarem contempladas nos programas no próprio Orçamento.

Art.70- Para fins de apuração da despesa com pessoal, prevista no artigo 18, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, observado o disposto no artigo 69, desta Lei.

Art.71 -Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, §1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, os Poderes Municipais Executivo e Legislativo, mediante Lei autorizativa, poderão criar ou alterar cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de plano de cargos e salários e ou carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título e autorizar concessões de quaisquer vantagens ou aumentos de remuneração, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo discriminativo da Lei Orçamentária de 2015, cujos valores serão compatíveis com os limites e regras da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000.

§1º- Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no Orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

§2º - A verificação dos limites das despesas com pessoal poderá ser feita na forma estabelecida na Lei Complementar Federal Nº 101, de 04/05/00.

Art.72 - No exercício de 2015, observado o disposto no artigo 169, da Constituição, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, considerados os cargos transformados, bem como aqueles criados de acordo com o artigo 64, desta Lei, ou se houver vacância;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art.73 -Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V, da LRF)

Art.74 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 19 e 20, da LRF):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - não provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

VI - no caso do inciso I, do §3º, do artigo 169, da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos;

VII - é facultada a redução temporária da jornada de trabalho, sem prejuízo da manutenção integral dos vencimentos dos servidores públicos municipais.

Art.75 - Os projetos de lei relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, deverão cumprir o disposto nos artigos 16 e 17, da LRF.

Art.76 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, §1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art.77 - O Executivo Municipal poderá firmar convênio com entidades/órgãos da Administração Municipal, Estadual e União, sobre a disponibilização de servidores municipais efetivos, em conformidade com o artigo 62, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.78 - As políticas de recursos humanos da Administração Pública Municipal compreendem:

I - implantação do Plano de Cargos e Salários e ou Carreira e adequação da estrutura de cargos e funções de acordo com o modelo organizacional;

II - a ampliação, a integração, a articulação e a cooperação com os órgãos vinculados ao Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos, garantindo a eficácia, eficiência e efetividade da gestão pública;

III - a orientação e monitoramento dos órgãos ou Unidades Administrativas;

IV - a valorização, a capacitação e a formação do profissional do serviço público, desenvolvendo o potencial humano, visando à modernização do Município;

V - a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais;

VI - aprimoramento e a atualização das técnicas e dos instrumentos de gestão e a implantação do Sistema Integrado de Gestão de

Recursos Humanos;

VII - acompanhamento, a avaliação dos programas, planos, projetos e ações envolvendo os servidores numa gestão compartilhada, responsável e solidária;

VIII - a realização de concursos públicos para atender as necessidades de pessoal nos diversos órgãos.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 79 -O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF).

§ 1º -Fica o Poder Executivo igualmente autorizado em proceder as alterações tributárias, mediante Lei, no cumprimento de disposições constitucionais e adequações econômicas e financeiras, no atendimento ao interesse público.

§ 2º - Aplicam-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 80 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º, da LRF).

Art. 81 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação. (Art. 14, § 2º, da LRF), salvo quando já previsto no orçamento.

Art.82 -Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo único -Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

Art.83. O Poder Executivo adotará as seguintes medidas voltadas ao aumento da arrecadação tributária:

I - aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;

II - atualização do cadastro mobiliário e imobiliário fiscal;

III - readequação da legislação tributária municipal respeitando as disposições da legislação nacional de normas gerais, através da criação de novas taxas, alteração de critérios de base de cálculo ou alíquotas dos tributos municipais;

IV - outras medidas de combate à evasão e sonegação fiscal, através da modernização da fiscalização tributária.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 84- O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 31.12.2014.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 85 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 86 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 87 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual e através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 88 - O Poder Executivo demonstrará à Câmara Municipal de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento de cada Quadrimestre e 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício, avaliação do cumprimento das metas fiscais do quadrimestre e do exercício, bem como as justificações com indicação das medidas corretivas, se houveram. (Art. 9º, §4º, da LRF)

Art. 89 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios, acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais com os governos Federal, Estadual e Municipal, através de seus Órgãos da Administração Direta ou Indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 90 - A movimentação financeira dos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundos, serão feitas, preferencialmente, por intermédio de instituições e agências financeiras que atuam como mandatários da União na execução e fiscalização dos seus respectivos acordos, convênios, ajustes ou instrumento congêneres.

Art. 91 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 92 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 19 de dezembro de 2014. .

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

LEI MUNICIPAL Nº 2187/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2187/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE REVISÃO, INCLUSÃO E ALTERAÇÃO DE METAS NO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo - SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

Art. 1º - Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2014/2017, com as alterações constantes desta Lei, estão demonstrados e serão financiados com os recursos previstos, na forma do respectivo Anexo integrante desta Lei.

Art. 2º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, para o quadriênio 2014/2017,

com as alterações constantes desta lei, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso nas planilhas dos Anexos desta Lei.

Art. 3º - As metas da Administração para o quadriênio 2014/2017, consolidadas por programas, com as alterações constantes desta lei, são aquelas constantes do Anexo das Metas e Ações, desta Lei.

Art. 4º - As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos Anexos, estão estruturadas em programas, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º - As metas físicas e fiscais por ações em cada programa serão demonstradas na forma do respectivo Anexo integrante desta Lei.

§ 2º - Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III - Diretrizes, conjunto de critérios, de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais, com vistas a execução do programa;

VI - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 5º - Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços correntes, corrigidos conforme inflação, com projeção de 10 % (dez por cento) ao ano.

Art. 6º - As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara de Vereadores.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei.

Art. 9º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 11 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 19 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Contadora

LEI MUNICIPAL Nº 2188/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2188/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

RICARDO LUIS MALDANER, PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO SC, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou,

aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do município de Modelo para o exercício financeiro de 2015, nos termos do art. 165º, parágrafo 5º. da Constituição Federal, Lei 4320/64, Lei de Responsabilidade fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentária, compreendendo:

I- O orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

II- O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados;

III -O orçamento de investimentos das empresas em que o município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

Artigo 2º - A receita total estimada nos orçamento fiscal, seguridade social e de investimentos, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 31.773.602,00 (trinta e um milhões, setecentos e setenta e três mil seiscentos e dois reais), conforme quadro I demonstrado em anexo.

Orçamento Fiscal está fixado em R\$ 24.824.297,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e vinte e quatro mil duzentos e noventa e sete reais);

Orçamento da Seguridade Social em R\$ 6.949.305,00 (seis milhões, novecentos e quarenta e nove mil trezentos e cinco reais).

Parágrafo Único - A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e coberturas despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificadas em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no anexo II - Resumo Geral da Receita.

Receitas Correntes

1.1 - Receita Tributária	R\$ 1.631.336,00
1.2 - Receita De Contribuições	R\$ 139.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	R\$ 142.110,00
1.4 - Receita Agropecuária	R\$ 15.000,00
1.5 - Receita Industrial	R\$ 11.000,00
1.6 - Receita De Serviços	R\$ 198.000,00
1.7 - Transferências Correntes	R\$ 19.332.205,00
1.9 - Outras Receitas Correntes	R\$ 873.951,00

TOTAL DA RECEITA BRUTA.....	R\$ 34.433.665,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA.....	R\$ 31.773.602,00

Artigo 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

POR ÓRGÃOS

a) Orçamento Fiscal

01 - CAMARA DE VEREADORES	R\$ 820.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$ 509.900,00
03 - DIRETORIA GERAL/ADMINISTRAÇÃO e FAZENDA	R\$ 2.454.600,00

04 - DIRETORIA GERAL DA EDUCAÇÃO	R\$ 6.724.557,00
05 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	R\$ 304.000,00
06 - DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE	R\$ 524.300,00
07 - FAS - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 8.800,00
08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E DIRETORIA GER	R\$
09 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA	R\$ 5.319.200,00
10 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RODOVIÁRIAS MUNIC	R\$ 5.107.500,00
11 - DEPARTAMENTO GERAL DA AGRICULTURA	R\$ 2.797.500,00
14 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	R\$
15 - FUNDO MUNICIPAL REEQUILÍBRIO CORPO BOMB. POL. MIL.	R\$ 71.940,00
16 - FUNDEC - FUNDO MUNICIPAL PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	R\$ 12.000,00
17 - FUNDO MUNICIPAL RECONSTITUIÇÃO BENS LESADOS	R\$ 70.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 100.000,00

Total do Orçamento Fiscal R\$ 24.824.297,00

b) Orçamento da Seguridade Social

01 - CAMARA DE VEREADORES	R\$
02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$
03 - DIRETORIA GERAL/ADMINISTRAÇÃO e FAZENDA	R\$
04 - DIRETORIA GERAL DA EDUCAÇÃO	R\$
05 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	R\$
06 - DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE	R\$
07 - FAS - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 1.117.905,00
08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E DIRETORIA GER	R\$ 5.791.800,00
09 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA	R\$
10 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RODOVIÁRIAS MUNIC	R\$
11 - DEPARTAMENTO GERAL DA AGRICULTURA	R\$
14 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	R\$ 39.600,00
15 - FUNDO MUNICIPAL REEQUILÍBRIO CORPO BOMB. POL. MIL.	R\$
16 - FUNDEC - FUNDO MUNICIPAL PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	R\$
17 - FUNDO MUNICIPAL RECONSTITUIÇÃO BENS LESADOS	R\$
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$

Total do Orçamento da Seguridade Social R\$ 6.949.305,00

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO R\$ 31.773.602,00

POR FUNÇÕES

a) Orçamento Fiscal

1 - Legislativa	R\$ 820.000,00
4 - Administração	R\$ 2.437.400,00
6 - Segurança Pública	R\$ 153.540,00
8 - Assistência Social	R\$
10 - Saúde	R\$
12 - Educação	R\$ 6.733.357,00
13 - Cultura	R\$ 304.000,00
14 - Direitos da Cidadania	R\$ 164.000,00
15 - Urbanismo	R\$ 3.716.700,00
17 - Saneamento	R\$ 11.000,00
18 - Gestão Ambiental	R\$ 232.000,00
19 - Ciência e Tecnologia	R\$ 40.000,00
20 - Agricultura	R\$ 2.757.500,00
22 - Indústria	R\$ 168.000,00
26 - Transporte	R\$ 5.107.500,00
27 - Desporto e Lazer	R\$ 1.524.300,00
28 - Encargos Especiais	R\$ 555.000,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 100.000,00

Total do Orçamento Fiscal R\$
24.824.297,00

b) Orçamento da Seguridade Social

1 - Legislativa	R\$
4 - Administração	R\$
6 - Segurança Pública	R\$
8 - Assistência Social	R\$ 1.157.505,00
10 - Saúde	R\$ 5.791.800,00
12 - Educação	R\$
13 - Cultura	R\$
14 - Direitos da Cidadania	R\$
15 - Urbanismo	R\$
17 - Saneamento	R\$
18 - Gestão Ambiental	R\$
19 - Ciência e Tecnologia	R\$
20 - Agricultura	R\$
22 - Indústria	R\$
26 - Transporte	R\$
27 - Desporto e Lazer	R\$
28 - Encargos Especiais	R\$
99 - Reserva de Contingência	R\$

Total do Orçamento da Seguridade Social R\$
6.949.305,00

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO R\$
31.773.602,00

POR SUBFUNÇÕES

a) Orçamento Fiscal

31 - Ação Legislativa	R\$ 820.000,00
122 - Administração Geral	R\$ 1.803.900,00
123 - Administração Financeira	R\$ 606.000,00

129 - Administração de Receitas	R\$ 97.500,00
181 - Policiamento	R\$ 69.600,00
182 - Defesa Civil	R\$ 83.940,00
241 - Assistência ao Idoso	R\$
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	R\$ 8.800,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$
244 - Assistência Comunitária	R\$ 20.000,00
301 - Atenção Básica	R\$
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	R\$
304 - Vigilância Sanitária	R\$
305 - Vigilância Epidemiológica	R\$
306 - Alimentação e Nutrição	R\$
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	R\$
361 - Ensino Fundamental	R\$ 4.413.921,00
362 - Ensino Médio	R\$ 62.800,00
364 - Ensino Superior	R\$ 72.000,00
365 - Educação Infantil	R\$ 2.037.236,00
366 - Educação de Jovens e Adultos	R\$ 28.600,00
367 - Educação Especial	R\$ 110.000,00
392 - Difusão Cultural	R\$ 304.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	R\$ 2.749.000,00
452 - Serviços Urbanos	R\$ 47.700,00
481 - Habitação Rural	R\$ 30.000,00
482 - Habitação Urbana	R\$ 51.000,00
512 - Saneamento Básico Urbano	R\$ 243.000,00
544 - Recursos Hídricos	R\$ 315.000,00
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	R\$ 46.000,00
601 - Promoção da Produção Vegetal	R\$ 1.270.000,00
602 - Promoção da Produção Animal	R\$ 150.000,00
604 - Defesa Sanitária Animal	R\$ 50.000,00
606 - Extensão Rural	R\$ 936.500,00
661 - Promoção Industrial	R\$ 102.000,00
662 - Produção Industrial	R\$ 66.000,00
695 - Turismo	R\$ 1.175.000,00
782 - Transporte Rodoviário	R\$ 5.875.500,00
812 - Desporto Comunitário	R\$ 524.300,00
843 - Serviço da Dívida Interna	R\$ 355.000,00
845 - Transferências	R\$ 200.000,00
999 - Reserva de Contingência	R\$ 100.000,00

Total do Orçamento FiscalR\$
24.824.297,00

b) Orçamento da Seguridade Social

31 - Ação Legislativa	R\$
122 - Administração Geral	R\$
123 - Administração Financeira	R\$
129 - Administração de Receitas	R\$

181 - Policiamento	R\$
182 - Defesa Civil	R\$
241 - Assistência ao Idoso	R\$ 30.000,00
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	R\$
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$ 252.600,00
244 - Assistência Comunitária	R\$ 874.905,00
301 - Atenção Básica	R\$ 4.274.960,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$ 1.319.000,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	R\$ 9.120,00
304 - Vigilância Sanitária	R\$ 122.520,00
305 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 32.800,00
306 - Alimentação e Nutrição	R\$ 25.100,00
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	R\$ 8.300,00
361 - Ensino Fundamental	R\$
362 - Ensino Médio	R\$
364 - Ensino Superior	R\$
365 - Educação Infantil	R\$
366 - Educação de Jovens e Adultos	R\$
367 - Educação Especial	R\$
392 - Difusão Cultural	R\$
451 - Infra-Estrutura Urbana	R\$
452 - Serviços Urbanos	R\$
481 - Habitação Rural	R\$
482 - Habitação Urbana	R\$
512 - Saneamento Básico Urbano	R\$
544 - Recursos Hídricos	R\$
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	R\$
601 - Promoção da Produção Vegetal	R\$
602 - Promoção da Produção Animal	R\$
604 - Defesa Sanitária Animal	R\$
606 - Extensão Rural	R\$
661 - Promoção Industrial	R\$
662 - Produção Industrial	R\$
695 - Turismo	R\$
782 - Transporte Rodoviário	R\$
812 - Desporto Comunitário	R\$
843 - Serviço da Dívida Interna	R\$
845 - Transferências	R\$
999 - Reserva de Contingência	R\$

Total do Orçamento da Seguridade Social R\$ 6.949.305,00

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO R\$ 31.773.602,00

POR NATUREZA DA DESPESA

I - GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

- a) Orçamento Fiscal
3 - Despesas Correntes

3.1 - Pessoal E Encargos Sociais	R\$ 5.769.400,00
3.2 - Juros E Encargos Da Dívida	R\$ 55.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 7.829.066,00

4 - Despesas de Capital

4.0 - Despesas De Capital	R\$ 0,00
4.4 - Investimentos	R\$ 10.733.831,00
4.5 - Inversões Financeiras	R\$ 37.000,00
4.6 - Amortização/Refinanciamento Da Dívida	R\$ 300.000,00

9 - Reserva de Contingência

9900 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 100.000,00
--------------------------------	----------------

Total do Orçamento Fiscal R\$ 24.824.297,00

b) Orçamento da Seguridade Social

3 - Despesas Correntes

3.1 - Pessoal E Encargos Sociais	R\$ 2.332.500,00
3.2 - Juros E Encargos Da Dívida	R\$ 0,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 3.770.775,00

Total do Orçamento da Seguridade Social R\$ 6.949.305,00

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO R\$ 31.773.602,00

Artigo 4º- Fica o Poder Executivo autorizado a:

I A abrir no curso da execução orçamentária de 2015, créditos adicionais até o limite de 40% da despesa total fixada por esta Lei;
II A utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º. Inciso III da LRF, e artigo 8º. da Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001;
III Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64;

IV Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4320/64;

V A abrir no curso da execução do orçamento de 2015, créditos adicionais suplementares para cobrir despesas vinculadas a fonte de recursos específicos, cujo recebimento no exercício tenham excedido a previsão de arrecadação e execução;

VI A transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, artigo 167 da CF;

Parágrafo 1º. Os créditos adicionais de que trata o inciso I poderá ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

Parágrafo 2º. Entende-se como categoria de programação, de que trata o inciso VI deste artigo, despesas que fazem parte da mesma classificação funcional programática e que pertençam ao mesmo órgão e unidade orçamentária.

Artigo 5º- Os órgãos e entidades mencionados no art. 1º ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas

públicas do ente municipal.

Artigo 6º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido, sendo permitido, observadas as determinações legais, o remanejamento ou reforço de dotação orçamentária do recurso vinculado para fonte de recursos próprios, com o cumprimento da LRF, equilíbrio da arrecadação/receita e a realização da despesa.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF e o consolidado das esferas de governo conforme orçamento geral do Município.

§ 3º. Fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo a identificar por Decreto, observadas as exigências legais, havendo necessidade, as fontes de recursos conforme vínculo: vinculadas e recursos próprios.

Artigo. 7º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Artigo 8º. O Orçamento Geral do Município de 2015, foi elaborado considerando o impacto orçamentário, com a geração de novas obrigações, de caráter continuado e despesas realizadas no exercício e para a estimativa da receita, os incentivos fiscais, desconto para pagamento a vista de até 15% dos impostos e taxas e Anistia de Multas e Juros na arrecadação da Dívida Ativa, Refis 2015 com 100% das multas e juros e, isenção de impostos e taxas para aposentados e outros, em virtude de construção, incentivos fiscais para instalação de empresas e isenções programa passeio público.

Artigo 9º. A presente Lei Orçamentária está de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, PPA 2014-2017 e os anexos integrantes e de conformidade com o estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal com a inclusão dos Fundos Municipais da Assistência Social e da Infância e Adolescência, como Unidades Orçamentárias, o Fundo Municipal da Saúde como unidade independente, cumprindo com normais contábeis e legais e determinação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Artigo 10. Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei e devidamente autorizados em Lei específica.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Modelo SC, aos 19 de dezembro de 2014

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

LEI MUNICIPAL Nº 2189/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2189/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE A PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em exercício, em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.324/97,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica fixada a Planta Genérica de Valores do Município de Modelo - SC, para o exercício de 2015, para base de cálculo dos impostos, conforme estabelece a Lei Municipal nº 1.324/1997 - Código Tributário Municipal, nos termos que segue:

Base de calculo territorial urbana: Zona 1 (lotes urbanos)

Setores	Valor por metro quadrado – R\$
Setor 1	27,60
Setor 2	20,70
Setor 3	13,80
Setor 4	10,35
Setor 5	8,97
Setor 6	6,90
Setor 7	5,52
Setor 8	4,83

Base de cálculo Predial Urbano: Zona 1

Tipo da construção	Valor por metro quadrado R\$
Alvenaria	503,70
Mista	331,20
Madeira	220,80

Base de Cálculo Imóveis Rurais

Tipo da área	Valor por hectare – R\$
Terra mecanizável (consideradas as terras com 80% da área mecanizável)	12.785,70
Semi-mecanizável (consideradas as terras com 50% da área mecanizável)	9.591,00
Não mecanizável	5.326,80

Área de chácaras:

Tipo da chácara	Valor por hectare R\$
Classe 1 – mecanizável – Topografia/relevo: (consideradas as terras com 80% da área mecanizável)	17.049,90
Classe 2 – semi-mecanizável e topografia/relevo (consideradas as terras com 50% da área mecanizável)	10.653,60

Edificações Rurais

Tipo da construção	Valor por metro quadrado R\$
Alvenaria	455,40
Mista	303,60
Madeira	200,10

§ 1º- Os imóveis situados no perímetro urbano, com parcelamento de solo efetuado, estão incluídos como Zona 1- e distribuídos por setores, conforme consta do mapa do município, anexo I, integrante desta Lei.

§ 2º - As áreas não incluídas e ou novos loteamentos e ou desmembramentos de áreas não parceladas, implantados em 2015, ficam incluídos no setor 7.

Art. 2º. Para o cálculo do IPTU de chácaras localizadas no perímetro urbano será utilizada a base de cálculo da planta de valores do ITBI conforme consta do artigo 1º desta lei.

Art. 3º. Para o cálculo e emissão dos carnes do IPTU, serão observadas as disposições do Código Tributário Municipal - Lei Municipal 1.324/1997, incluídas as situações de lote ideal e para depreciação pelo tempo de construção das edificações base de cálculo do Imposto Predial, constante do artigo 9º desta Lei.

Art. 4º. Para apuração do Valor do ITBI, serão observadas as disposições contidas na Lei Municipal 1.324/1997 e o valor efetivamente praticado na transação comercial, atendendo as disposições legais.

Art. 5º. O prazo do recolhimento do ITBI é de até 30 (trinta) dias, após a emissão da guia, sendo que após esta data deverá ser procedido nova avaliação e recolhimento dos valores complementares.

Art. 6º. Para o cálculo do ITBI, nos casos em que não há valor da transação ou valor menor do estabelecido nesta lei, será utilizada para fins de avaliação e transmissão, a planta de valores do Município.

Art. 7º. As edificações do tipo barracão, para a base de cálculo do IPTU, terão redução de 50% sobre o valor fixado no artigo 1º desta lei para Edificações - Predial Urbano, observado os fatores de redução e acréscimo, conforme Código Tributário Municipal e Legislação específica.

Art. 8º. Fica fixado o Calendário Fiscal dos Impostos e Taxas Municipais, para o exercício de 2015, conforme abaixo especificado:

1. IPTU E TAXAS DE COLETA DE LIXO E taxa do FUNREBOM:

Tributo: IPTU/TAXA DE COLETA DE LIXO E DO FUNREBOM	DATA DE VENCIMENTO
1ª PARCELA E COTA ÚNICA	14.04.2015
2ª PARCELA	14.05.2015
3ª PARCELA	14.06.2015
4ª PARCELA	14.07.2015
5ª PARCELA	14.08.2015
6ª PARCELA	14.09.2015

2. ISS:

Tributo: ISS	Data de vencimento
Parcelas mensais	Dia 15 do mês subsequente ao fato gerador e conforme previsto no código tributário municipal

3. ITBI:

Tributo: ITBI	Data vencimento
ITBI	Antecipadamente ao registro dos imóveis – conforme código tributário municipal e estabelecido nesta lei

4. TAXA DE LICENÇA, LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E OU PERMANÊNCIA NOLOCAL:

Tributo: Taxa de Licença de Localização, Funcionamento e ou Permanência no Local	Data de vencimento/Parcela Única: 16.03.2015
-------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------

§ 1º -A data de vencimento, das parcelas relativas aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2015, referente ao ISS, fica fixada para 15.04.2015.

§ 2º - O valor mínimo da parcela do IPTU com as respectivas taxas integrantes do carne, para fins de parcelamento de que trata o caput deste artigo, será de R\$ 30,00 (trinta reais).

Art. 9º. Para o cálculo do valor venal do IPTU E ITBI, das edificações poderá ser aplicada a tabela de depreciação, contados os anos a partir da data de construção, sendo:

De 05 a 10 anos - 15%

De 10 a 15 anos - 20%

De 15 a 20 anos - 30%

De 20 a 25 anos - 35%

De 25 a 30 anos - 40%

Acima de 30 anos - 50%

Art. 10. Fica o Executivo Municipal, autorizado a conceder, por Decreto, desconto de até 15% (Quinze por cento) no pagamento à vista/cota única, calculado sobre o valor do IPTU e das taxas constantes do carnêdo IPTU 2015 e da mesma forma, o desconto de até 5% (cinco por cento) nas parcelas com pagamento até o vencimento.

Parágrafo Único - O desconto de que trata o caput deste artigo é para o valor devido do Imposto Predial e ou Territorial Urbano/ IPTU.

Art. 11. Ficam fixados as zonas e setores conforme identificados no mapa anexo, integrante desta Lei.

Art. 12. Para a arrecadação do IPTU, devido sobre as chácaras não inscritas no INCRA, conforme requerido pelo proprietário, serão aplicados os dispositivos do Código Tributário Municipal, legislação específica e o valor venal calculado, constantes desta Lei.

Art. 13. Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar, por decreto, no interesse do serviço público o calendário fiscal (datas de pagamento) para 2014.

Art. 14. Fica igualmente autorizado o lançamento e arrecadação, juntamente com o carne do IPTU, das taxas relativas a Coleta de Lixo e FUNREBOM.

Art. 15. O Setor de Tributação procederá ao devido cadastro mobiliário e imobiliário, sua revisão e controle das concessões de isenções fiscais, bem como a emissão dos respectivos carnes para pagamento dos tributos de que trata esta Lei, com observância das determinações legais do Código Tributário de Modelo - SC.

Art. 16. Fica fixado como índice de atualização para a correção dos tributos e taxas municipais o INPC - Índice Nacional de Preço ao Consumidor.

Parágrafo Único - Fica autorizado a atualização monetária pelo INPC, da UFIR, para vigorar a partir de 01 de janeiro de 2015, corrigida conforme variação acumulada dos últimos doze meses de dezembro/2013 a novembro de 2014, sendo a base de cálculo para o lançamento do IPTU e as taxas municipais constantes do respectivo carne, do ISS e Taxa de Licença, Localização e Permanência no Local, lançados para o exercício de 2015, até a data do

efetivo vencimento do tributo.

Art. 17. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder a isenção do IPTU e das Taxas municipais, de Coleta de Lixo, Serviços Urbanos e de Expediente, por período de 03 (três) anos, para os imóveis, sendo lotes e edificações, de novos loteamentos, que contenham a criação de mais de dez lotes.

§ 1º - A isenção será concedida a partir do exercício seguinte ao da respectiva aprovação do loteamento, pelo Município de Modelo e enquanto estiverem na propriedade do Loteador, observado o limite de prazo estabelecido no caput deste artigo.

§ 2º - A isenção não se aplica após ocorrido a alienação do imóvel pelo loteador.

§ 3º - O proprietário loteador deverá comunicar o setor de tributação da respectiva alienação, para lançamento dos tributos devidos, a partir do exercício seguinte, conforme disposições legais.

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,
aos 19 de novembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

Janice Martini Muller
Contadora

LEI MUNICIPAL Nº 2190/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2190/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Os Agentes políticos da administração direta, do Poder Executivo Municipal, sendo o Prefeito Municipal e Vice-Prefeito, e os servidores públicos municipais que se deslocarem da sede onde têm exercício para outro ponto do território nacional ou para o exterior, em caráter eventual ou transitório, e no interesse do serviço, desempenhar tarefa oficial, participar de cursos, seminários, treinamentos ou similares, farão jus, além do transporte, à percepção de diárias, para atender às despesas com alimentação e hospedagem, de acordo com as disposições desta Lei.

Art. 2º. A concessão de diárias será prévia e formalmente autorizada pelo ordenador de despesas ou por quem detenha delegação de competência.

Art. 3º. As diárias serão calculadas por período de 24:00 (vinte e quatro) horas de afastamento, tomando-se como termo inicial e final para contagem dos dias, respectivamente, a hora de partida e de chegada na sede.

Parágrafo Primeiro - As frações de período serão contadas como meia diária, quando superior à 4:00 (quatro) horas e inferior à 8:00 (oito) horas.

Parágrafo Segundo - As frações de período serão contadas como 01 (uma) diária completa quando superior à 8:00 (oito) horas, até 24:00 (vinte e quatro) horas.

Art. 4º. Os valores nominais das diárias, conforme locais de destino

ficam assim estabelecidos:

LOCAL DIÁRIA AGENTE DIÁRIA
DESTINO POLITICO/PREFEITO SERVIDORES

MUNICÍPIOS DA AMÉRICA E AMOSC	294,00	117,60
OUTROS MUNICÍPIOS	399,00	159,00
CAPITAIS DE ESTADO	598,00	239,00
CAPITAL FEDERAL	840,00	336,00

Parágrafo Único - A diária do Vice-Prefeito é de 75% (setenta e cinco por cento) da diária do Prefeito de Modelo-SC.

Art. 5º. A concessão de diária fica condicionada à existência disponibilidade de cota orçamentária e financeira, de cada órgão.

Art. 6º. São competentes para autorizar a concessão de diária e o uso do meio de transporte a ser utilizado na viagem, o Prefeito Municipal, admitida a delegação de competência através de Decreto Municipal.

Art. 7º - A solicitação da diária, deverá ser feita por meio de preenchimento do roteiro de viagem e encaminhado para empenho e pagamento, com antecedência, devendo ser apresentados os comprovantes até 05 (cinco) dias úteis, após o retorno a sede e restituir, caso houver os valores relativos às diárias excedentes.

§ 1º - A autorização para o deslocamento e a concessão de diária ocorrerão após a formalização do pedido que conterá, no mínimo:

I. Nome, cargo/função, número funcional e lotação do servidor beneficiário;

II. Justificativa do deslocamento com descrição objetiva do serviço a ser executado ou do evento;

III. Indicação dos locais do serviço a ser executado ou do evento;

IV. Período do afastamento;

V. Valor unitário, a quantidade de diárias e a importância total a ser paga;

VI. Nome e cargo da autoridade do órgão ou entidade competente para autorização do ato de concessão.

§ 2º - A diária será paga antes do início da viagem, de uma só vez, salvo situações excepcionais, regulamentadas por Decreto do Poder Executivo.

§ 3º - As propostas de concessão de diárias, quando o afastamento se iniciar a partir da sexta-feira, bem como as que incluam sábados, domingos e feriados, serão expressamente justificadas, ficando a autorização de pagamento pelo ordenador de despesa condicionada à aceitação da justificativa.

§ 4º - O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação concedida pela autoridade competente.

§ 5º - As despesas com pousada, alimentação e locomoção de agente que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

Art. 8º - A responsabilidade pelo controle das viagens e da prestação de contas é respectivamente das autoridades solicitante e concedente.

Art. 9º - Os órgãos responsáveis e igualmente o controle interno, examinarão a prestação de contas e seus documentos, rejeitando os que não observarem as disposições legais.

Art. 10- As despesas de viagens do Prefeito e do Vice-Prefeito serão pagas com a adoção de um dos seguintes critérios:

I - pelos valores correspondentes ao disposto no artigo 4º e demais disposições desta Lei;

II - pelo sistema de indenização dos valores gastos, mediante a apresentação dos documentos legais comprobatórios de sua realização;

III - pelo regime de adiantamento, tendo por base a previsão das despesas.

Art. 11- É vedado o pagamento de diária cumulativamente com outra retribuição de caráter indenizatório de despesas com alimentação e pousada.

Art. 12 - Nos casos de emergência, as diárias poderão ser pagas após o início da viagem do servidor, mediante justificativa fundamentada do dirigente máximo do órgão ou entidade, admitida a delegação de competência.

Art. 13 - Nos casos de deslocamento para viagens, o servidor é obrigado a prestar contas das diárias, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do retorno do afastamento .

Parágrafo Único: O beneficiário deverá apresentar como comprovante um dos documentos descritos em cada um dos incisos I e II ou I e III deste artigo, que dispõem:

I - do deslocamento:

- a) ordem de tráfego ou autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;
- b) bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
- c) comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;
- d) Comprovante do deslocamento através de recibo, declaração, nota fiscal ou outro comprovante equivalente em caso de utilização de outro meio de transporte.

II - da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

- a) nota fiscal de hospedagem;
- b) nota fiscal de alimentação;
- c) nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;
- d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III - do cumprimento do objetivo da viagem:

- a) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;
- b) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;
- c) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.
- d) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;

§ 1º - O beneficiário é obrigado a restituir integralmente ao concedente ou ao detentor do adiantamento as diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades.

§ 2º - No caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias no prazo estabelecido pela concedente.

§ 3º- No afastamento destinado a participação em curso, seminário, treinamento, congresso ou eventos desta natureza será obrigatório à apresentação de certificado ou diploma que comprove a frequência no evento.

§ 4º- Não ocorrendo a comprovação de participação integral no evento, o servidor ressarcirá ao erário municipal os valores proporcionais referentes às inscrições pagas para o evento e às diárias concedidas.

§ 5º- Excepcionalmente, mediante justificativa, a comprovação de participação exigida no § 1º poderá ser substituída por uma declaração de participação emitida pela organização, devendo o servidor participante apresentar no prazo máximo de 30 (trinta) dias o certificado ou diploma que comprove a frequência no evento.

Art. 14 - Os documentos mencionados no Art. 13 serão encaminhados ao setor financeiro ou equivalente para conferência.

Parágrafo único. Caso necessário, serão solicitados ao servidor, pela chefia imediata, pelo setor financeiro/equivalente ou pelo ordenador de despesa documentos complementares para a prestação de contas.

Art. 15 - O setor financeiro ou equivalente apreciará a prestação de contas, providenciando a sua regularização, analisando possíveis

complementações de valores devidos ao servidor ou solicitando a restituição ao erário municipal da importância paga indevidamente, quando for o caso.

Parágrafo único. Ocorrendo irregularidades, o setor financeiro ou equivalente emitirá relatório indicando as inconsistências, dando ciência ao servidor, para que este, no prazo de 2 (dois) dias úteis, tome as medidas necessárias para regularização.

Art. 16 - Após conferência pelo setor financeiro ou equivalente, os autos serão remetidos para aprovação do Ordenador de Despesas.

§ 1º - No caso de não aprovação ou caso não sejam sanadas eventuais inconsistências, o ordenador de despesa deverá encaminhar os autos para medidas cabíveis e também solicitar à Tributação a inscrição do servidor em dívida ativa.

§ 2º - Após aprovação pelo ordenador de despesas, os autos serão encaminhados ao setor financeiro ou equivalente para demais providências necessárias.

Art. 17 - A prestação de contas é de inteira responsabilidade do servidor beneficiário.

Art. 18 - O servidor fica obrigado a restituir, de uma única vez, as diárias recebidas, comprovando sua devolução, nas hipóteses previstas nesta Lei.

§ 1º - A não devolução de valores de diárias nos prazos estabelecidos neste decreto caracteriza inadimplência do servidor, sujeitando, inclusive, à inscrição em dívida ativa e à adoção de demais procedimentos legais.

§ 2º - Nos casos de exoneração ou demissão do servidor, o débito pendente será descontado no ato da rescisão contratual. Não havendo saldo disponível serão adotadas outras sanções legais.

Art. 19 - É vedada a concessão de novas diárias ao servidor que deixar de apresentar a prestação de contas de diárias concedidas, dentro do prazo estipulado ou que ainda não tenha sanado as inconsistências apontadas pelo setor financeiro/equivalente.

Art. 20- São hipóteses de restituição de valores recebidos antecipadamente a título de diária:

I. Quando, por qualquer motivo, a viagem não for realizada;

II. Quando a duração do afastamento for inferior ao número de dias previstos;

III. Quando o servidor, em seu relatório de viagem, aferir a necessidade de restituição;

IV. Quando o setor responsável pela verificação da prestação de contas aferir a necessidade de restituição.

§ 1º - Nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III, a restituição ocorrerá no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do cancelamento da viagem ou do retorno do afastamento, conforme o caso.

§ 2º - Na hipótese prevista no inciso IV, a restituição ocorrerá no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação recebida pelo servidor.

§ 3º - A restituição será feita por meio de depósito na Conta do órgão, conforme informado pelo setor financeiro ou equivalente, devendo o servidor comprovar documentalmente o depósito junto ao setor financeiro para ser incluído nos autos do processo de prestação de contas.

Art. 21 - Na concessão de recursos públicos a título de adiantamento, diárias, de que dispõe esta Lei, e na organização das respectivas prestações de contas, a autoridade administrativa deve observar as formalidades legais previstas, imprescindíveis para a verificação do cumprimento das leis e regulamentos, da probidade e da boa e regular aplicação dos recursos públicos.

Art. 22 - As despesas de viagens, de alimentação, pousada e transporte, dos membros de Conselhos Municipais, que se deslocarem da sede, eventualmente, por motivo de serviço ou no desempenho de suas funções, aprovadas pelo presidente do respectivo conselho, serão pagas com a adoção dos seguintes critérios:

I - pelo sistema de indenização dos valores gastos, mediante a apresentação dos documentos legais comprobatórios de sua realização;

II - pelo regime de adiantamento, tendo por base a previsão das despesas.

§ 1º - Para a realização das despesas de que trata o caput deste artigo e igualmente o uso do meio de transporte a ser utilizado, deverão ser autorizados pelo Prefeito Municipal, admitida a delegação de competência.

§ 2º - O Presidente do conselho encaminhará a solicitação para a realização da despesa, com antecedência para empenho e pagamento.

§ 3º - A prestação de contas, com a apresentação dos documentos comprobatórios, deverá ser encaminhada até 03 (três) dias úteis, após o retorno à sede.

Art. 23 - As despesas realizadas na modalidade do regime de adiantamento aplicam-se as disposições desta Lei, da Lei Municipal nº 1144/96, que dispõe sobre a matéria e demais determinações legais.

Art. 24 - Fica autorizada a atualização dos valores estabelecidos no artigo 4º desta Lei, pelo INPC - Índice Nacional de Preço ao Consumidor, anualmente no mês de Maio, a iniciar-se em 2015, aplicando-se a variação ocorrida nos últimos doze meses.

Art. 25 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar por Decreto a presente Lei.

Art. 26 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento municipal vigente e subsequentes.

Art. 27 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 19 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

Janice Martini Muller
Contadora

LEI MUNICIPAL Nº 2191/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2191/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA DISPOSITIVO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 1324/1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogado no Título V, o Capítulo II - Taxas de Serviços Urbanos, compreendendo os artigos 250 a 254 e o Capítulo IV - Taxa de Expediente, relativo aos artigos 258 a 261, da Lei Complementar Municipal nº 1324/1997 de 23.12.1997 (Código Tributário do Município de Modelo SC) .

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC,
aos 19 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

Janice Martini Muller
Contadora

LEI MUNICIPAL Nº 2192/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2192/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO DESMEMBRAMENTO LUDWIG LUIZ KEGLER, CONFORME ESPECIFICA E Á OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a aprovar o Projeto de Regularização Fundiária, do Desmembramento LUDWIG LUIZ KEGLER, compondo os lotes números de 50 a 58 da Quadra 36, no prolongamento da Rua do Comércio, Modelo SC, de propriedade dos Senhores Oldi Berger, Neuro Lorenz e José Spada, conforme Mapa e Memorial Descritivo, anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º - Fundamentam o projeto de Regularização Fundiária de que trata esta Lei, a Lei Federal 11.977/2009, o Código Florestal Brasileiro, o Plano Diretor do Município de Modelo SC e demais determinações legais, objetivando promover esta ação de regularização de área urbana privada.

Art. 3º - Fica aprovada a área pública de até 1.030,96 m2. (Hum mil e trinta e seis metros quadrados), no Desmembramento LUDWIG LUIZ KEGLER, de que trata esta Lei.

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC,
aos 19 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Contadora

LEI MUNICIPAL Nº 2193/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2193/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE OS PROGRAMAS MUNICIPAIS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO, MELHORIAS E INFRAESTRUTURA DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso I, do artigo 42 da Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
NORMAS GERAIS

Art. 1º - Os programas instituídos por esta Lei, destinados ao atendimento dos agricultores do Município de Modelo SC, objetivam o desenvolvimento do meio rural, a geração de emprego e renda, a melhoria do movimento econômico, o escoamento da produção, a

otimização dos serviços, o incentivo a permanência na atividade e a qualidade de vida, sendo:

I - Programa do Bônus Fiscal Para a Agricultura;

II - Programa de Concessão de Incentivos à Avicultura, a Bovinocultura de Leite, a Fumicultura, a Suinocultura e outros Empreendimentos Rurais;

III - Programa de Melhoramento Genético no Rebanho Leiteiro;

IV - Programa de Incentivo a Silagem para Bovinocultura Leiteira e de Corte.

V - Programa Melhorias no Campo.

Art. 2º - Serão beneficiados com o atendimento dos Programas de que trata esta Lei, o agricultor com bloco ativo de Produtor Rural, no Município de Modelo SC devidamente inscrito junto a Secretaria Estadual da Fazenda, certificada a respectiva inscrição, através de relatório do Setor de Blocos do Município de Modelo SC, observadas as disposições específicas para cada programa da presente Lei.

§ 1º - É considerado agricultor para efeitos desta lei, toda a pessoa física proprietária de imóvel agrícola, arrendatária, agregada, meira, parceira e posseira, desde que de boa fé, devendo o imóvel, obrigatoriamente, estar em plena atividade agrícola e que possua Bloco de Produtor Rural cadastrado no Município de Modelo SC.

§ 2º - Deverá igualmente ser comprovado o bloco ativo, constando a emissão de no mínimo uma nota de produção no ano imediatamente anterior ou no ano em curso conforme disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Os programas de que dispõe o artigo 1º desta Lei, objetivam o desenvolvimento da agricultura familiar, a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida no campo, para incentivar o incremento do Movimento Econômico do Município de Modelo e tem por finalidade:

I - O Programa do Bônus Fiscal Para a Agricultura: Valor a ser concedido em forma de incentivo, conforme movimento agropecuário do ano anterior, visando o aumento na emissão de notas fiscais de produtor rural;

II - O Programa de Concessão de Incentivos à Avicultura, a Bovinocultura de Leite, a Fumicultura, a Suinocultura e outros Empreendimentos Rurais: a geração de emprego e renda no meio rural, melhoria e ou ampliação das instalações produtivas visando o desenvolvimento da produção agrícola através do aumento da produção nestas atividades;

III - O Programa de Melhoramento Genético no Rebanho Leiteiro: Através da inseminação artificial, buscar o melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município de Modelo e o aumento da produção leiteira;

IV - O Programa de Incentivo a Silagem para Bovinocultura Leiteira e de Corte: Através dos serviços de máquina e equipamentos agrícolas, corte e transporte de silagem, propiciar o melhoramento da alimentação do rebanho leiteiro e de corte do Município de Modelo e o conseqüente aumento da produção leiteira, bem como do rendimento do gado de corte.

V - O Programa Melhorias no Campo será realizado através dos serviços de máquinas e equipamentos, visando garantir a melhoria dos acessos às lavouras produtivas, com implantação e manutenção destes para garantir o desenvolvimento da atividade e escoamento da produção e igualmente propiciar as melhorias do entorno das unidades produtivas.

Art. 4º- Para efeito de concessão de incentivos previstos nesta Lei, respeitadas as exigências próprias de cada Programa e atividade agrícola, obrigatoriamente o agricultor deverá comprovar a condição de produtor rural e atender os seguintes requisitos:

I -O agricultor efetuará o pedido junto à Secretaria Municipal de Agricultura, através do protocolo de atendimento;

II - Comprovação da condição de agricultor através da apresentação de Bloco de Produtor Rural no Município de Modelo - SC, tendo emitido nota fiscal de produtor rural no ano imediatamente anterior ao ano em exercício ou no ano em exercício;

III - Apresentar CND- Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Positiva com efeitos de Negativa do Município de Modelo - SC,

para atendimento dos incisos I, II, IV e V do Artigo 1º desta Lei. IV - Demais condições estabelecidas especificamente para cada programa e condições julgadas necessárias, requeridas pela Secretaria Municipal da Agricultura, objetivando o atendimento da presente Lei.

Parágrafo Único- A apresentação da CND do Município poderá ser emitida posteriormente a emissão do Bônus Fiscal, quando este for utilizado para compensação dos débitos junto a tributação do Município nos termos do artigo

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA BÔNUS FISCAL PARA A AGRICULTURA

Art. 5º -O Programa Bônus Fiscal Para Agricultura, inclui-se na política municipal de apoio e incentivo à atividade agrícola, mediante a concessão de incentivos aos agricultores do Município de Modelo, no atendimento do interesse público, com transparência, oportunizando o acesso a todos, de forma normatizada e legal, atendidas as finalidades e objetivos da presente Lei.

Art. 6º - O incentivo do Bônus Fiscal, será concedido com base na movimentação econômica do exercício anterior, de acordo com as notas de produtor rural de venda, conforme dados obtidos da Secretaria Estadual da Fazenda, através de relatório emitido pelo Setor de Blocos do Município de Modelo SC.

Art. 7º. Os agricultores do Município de Modelo - SC terão os incentivos do Bônus Fiscal, anualmente, conforme abaixo especificados, observadas as disposições desta lei:

I - Valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para os agricultores com movimentação financeira de notas fiscais de produtor rural, acima de R\$ 1.000,00 (um mil reais) até R\$ 14.999,99 (quatorze mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos);

II - Para a movimentação acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o produtor fará jus ao Bônus Fiscal, no valor equivalente a 1% (um por cento), calculado sobre a soma apurada de notas fiscais de produtor rural, emitidas no ano anterior;

III - À soma acima de 100.000,00 (cem mil reais) de notas fiscais de produtor rural do ano anterior, o agricultor fará jus ao incentivo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e mais o valor de Bônus Extra, na forma abaixo especificada:

a) Acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) até R\$ 199.999,99 (Cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), incentivo de Bônus Extra de mais R\$ 100,00 (cem reais);

b) Soma de notas fiscais de produtor rural acima de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) até R\$ 299.999,99 (Duzentos e Noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) - incentivo de Bônus Extra de mais R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

c) Soma de notas fiscais de produtor rural acima de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) a R\$ 399.999,99 (Trezentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)- incentivo de Bônus Extra de mais R\$ 200,00 (Duzentos reais);

d) Soma de notas fiscais de produtor rural acima de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), incentivo de Bônus Extra de mais R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais).

§ 1º Conforme estabelecido nos incisos deste artigo e demais disposições desta lei, para fazer jus ao incentivo do Bônus Fiscal, obrigatoriamente deverá ter somado no mínimo, o valor acima de 1.000,00 (um mil reais) de notas fiscais de produtor rural no ano anterior.

§ 2º Como base de cálculo para atendimento do Inciso II deste artigo, o percentual será calculado sobre o movimento de vendas do ano anterior, no bloco de produtor rural, através da seguinte fórmula:

a) Movimento de Venda do Ano Anterior (MV);

b) Base de Cálculo (1,0%);

c) Bônus Fiscal (BF);

d)	BF = MV X 1,00%
----	-----------------

Art. 8º - O limite máximo do Bônus Fiscal corresponderá a até R\$ 1.250,00 (Um mil, duzentos e cinquenta reais) por família ao ano, excetuando-se as situações previstas neste artigo.

§ 1º - O conceito Família refere-se a pessoas que possuam vínculo de parentesco, que residem e produzem na mesma propriedade ou não, independente da área, do tipo de produção ou atividade, ou número de escrituras, ou número de blocos de produtor rural.

§ 2º - Poderá ser concedido o bônus fiscal para até duas famílias por propriedade, quando o grupo familiar for integrado por filhos maiores de dezoito anos, independente do estado civil e que possuam bloco de produtor rural independente, limitando-se nesse caso, a divisão em no máximo até dois incentivos por propriedade.

§ 3º - O enquadramento para acesso ao Bônus Fiscal, quando concedido para dois blocos por propriedade, será considerado o valor do movimento econômico individual de cada bloco de produtor rural.

§ 4º - Os valores dos bônus previstos neste artigo, serão emitidos através de certidão de bônus, devidamente assinada pelo Secretário de Agricultura, na forma do Anexo I, integrante desta Lei.

§ 5º - As notas fiscais de depósito não serão contabilizadas para fins de pagamento dos incentivos previstos nesta lei.

Art. 9º - Os incentivos previstos no art. 7º desta lei, através do documento emitido de Bônus Fiscal, serão entregues para os agricultores habilitados, a partir da segunda quinzena de abril de cada ano.

Parágrafo Único - O pagamento dos Bônus Fiscais, de que trata o caput deste artigo, serão pagos aos respectivos fornecedores, a partir do mês subsequente ao da entrega das notas fiscais ao Município, observada a disponibilidade financeira e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 10 - O valor do Bônus Fiscal, somente poderá ser utilizado para pagamento dos seguintes produtos e serviços:

I - Hora máquina;

II - Aquisição de fertilizantes;

III - Aquisição de sementes de pastagens;

IV - Aquisição de óleo diesel;

V - Pagamento de débito na tributação do Município de Modelo SC.

Art. 11 - Para as situações em que for utilizado o bônus fiscal para Pagamento de débitos na tributação do Município, o agricultor deverá formalizar requerimento junto a Secretaria da Agricultura, antecipadamente ao recebimento do incentivo, manifestando o interesse e pedido para compensação do débito com o seu crédito do Bônus Fiscal.

§ 2º - O Bônus Fiscal somente será concedido e a compensação de débito autorizada se estes forem inferiores ao valor do respectivo incentivo.

§ 3º - Quando o valor do débito compensado for inferior ao valor do Bônus Fiscal, serão emitidos dois vales bônus, sendo um, no valor do débito junto ao Setor de Tributação e outro da diferença, observado o total a que faz jus o agricultor, conforme dispõe o artigo 7º desta Lei.

§ 4º - Nos casos em que o valor do débito junto ao setor de tributação for superior ao valor do Bônus Fiscal, o agricultor beneficiado deverá efetuar o pagamento desta diferença para poder utilizar-se da compensação de que dispõe esta Lei.

Art. 12 - As certidões de bônus serão repassadas diretamente ao agricultor, desde que haja prévia autorização da despesa e o preenchimento dos requisitos previstos no art. 4º desta lei.

§ 1º - Somente o titular do bloco de produtor rural poderá retirar a certidão de bônus junto à Secretaria competente, ressalvados, excepcionalmente, os casos de haver outras pessoas da família inscritas como dependentes (bloco conjunto), no bloco de produtor rural.

§ 2º - Os valores previstos nas respectivas certidões de bônus serão repassados para as empresas prestadoras de serviços, vendedoras ou revendedoras de produtos com sede no município, previamente

cadastradas e credenciadas junto à Secretaria de Agricultura, com a apresentação da respectiva nota fiscal de prestação de serviços ou venda de produtos.

Art. 13 - Será utilizada para fins de cálculo dos valores a serem pagos através deste programa, a movimentação econômica do bloco de produtor rural do ano anterior ao pagamento dos incentivos.

Art. 14 - Com a implantação do programa previsto neste capítulo, somente serão realizados pelo município, serviços particulares para o desenvolvimento da agricultura, com máquinas, equipamentos, pessoal e outros bens municipais, materiais e serviços, sendo estes com a Motoniveladora, o rolo compactador, o trator de pneus e implementos agrícolas, mediante pagamento, nos termos da Lei Municipal 971/1990 e Decreto que regulamenta a tabela dos valores de horas máquinas.

CAPÍTULO III

DO PROGRAMA DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS À AVICULTURA, BOVINOCULTURA DE LEITE, FUMICULTURA, À SUINOCULTURA E OUTROS EMPREENDIMENTOS RURAIS

Art. 15 - O Programa de Concessão de Incentivos à Avicultura, a Bovinocultura de Leite, a Fumicultura, a Suinocultura e outros Empreendimentos Rurais do Município de Modelo - SC, será implementado com auxílio aos produtores rurais, do território do Município de Modelo, que executarem a construção e ou ampliação de aviários, salas de ordenha, de alimentação bovina e freestall, galpões de fumo, garagem para maquinários agrícolas, chiqueirões e outros empreendimentos para o agronegócio familiar, no território do Município de Modelo SC.

§ 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a auxiliar os agricultores empreendedores do Município de Modelo, com o valor de até R\$ 6,00 (seis reais) por metro quadrado de área construída, nos casos de novas construções e ou ampliações, sendo estas, aviários, pocilgas, salas de ordenha e afins, empreendimentos para o agronegócio, cujo pagamento somente será efetuado depois da conclusão da obra com a comprovação de pleno funcionamento da atividade.

§ 2º - Nos casos em que as construções e ou as ampliações forem executadas em galpões de fumo e garagens para maquinários agrícolas o valor do incentivo será de até 3,00 (três) reais.

Art. 16. - Para obter os benefícios deste Capítulo, além de preencher todos os requisitos previstos no Capítulo I da presente lei o agricultor deverá:

I - Requerer antes do início da construção, a vistoria técnica para análise da viabilidade, especificando a obra a ser executada, o local e a finalidade, acompanhada do Licenciamento Ambiental e demais disposições exigidas em Lei;

II - Comprovar a conclusão da obra, mediante laudo de vistoria emitido pela Secretaria Municipal da Agricultura.

III - Comprovação do efetivo funcionamento do empreendimento/atividade conforme cada caso.

Art. 17. - Em razão da instituição deste Programa, não serão mais realizados, pelo Município os serviços de terraplenagem para os empreendimentos, somente cascalhamento, manutenção e conservação dos pátios, acessos as propriedades e unidades produtivas, observadas as disposições da presente Lei.

§ 1º - O Poder Executivo poderá realizar os serviços com máquinas ou equipamentos rodoviários, sendo a Motoniveladora e o rolo compactador, pessoal e outros bens municipais, materiais e serviços, para acabamento dos serviços nos novos investimentos de que dispõe este capítulo, mediante pagamento nos termos da Lei 971/1990 e tabela de valores vigentes.

CAPÍTULO IV

DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO

Art. 18 - O Programa de Melhoramento Genético no Rebanho Leiteiro do Município de Modelo - SC será realizado através da inseminação artificial.

Art. 19 - Para atendimento do programa, fica autorizada a compra pelo município, de Sêmen importado ou nacional e dos materiais a serem utilizados para repassar a título subsidiado, bem como utilizar os servidores municipais ou contratar terceiros para realizar os serviços de inseminação artificial, visando o atendimento do rebanho leiteiro, dos produtores rurais cadastrados junto a Secretaria Municipal da Agricultura, comprovado através do bloco de produtor rural do município de Modelo SC.

§ 1º. - Para cada inseminação realizada pela Secretaria Municipal da Agricultura, com o fornecimento do sêmen, serviços e materiais, será lançado para arrecadação como Taxa de Inseminação, pelo setor de Tributação do Município, o valor de R\$ 10,00 (dez reais) por inseminação, sendo o vencimento no prazo de até 30 (trinta) dias após o respectivo lançamento, que se processará ao final de cada mês.

§ 2º. - Para os agricultores que possuem o botijão de sêmen e utilizam o sêmen adquirido por eles, o município poderá fornecer gratuitamente o abastecimento de nitrogênio, as bainhas, luvas e o serviço de inseminação artificial, para o rebanho leiteiro.

§3º. - O valor constante do parágrafo 1º deste artigo será reajustado no mês de janeiro de cada ano, a contar de 2015, considerando o percentual apurado pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao consumidor), dos últimos doze meses.

§ 4º. - O município poderá fornecer, anualmente, até 02 (duas) doses de sêmen, materiais e serviços, por vaca existente na propriedade, nas situações de inseminações normais, sendo permitida mais 01 (uma), no caso de precisar repetir a inseminação, para atendimento deste programa, conforme comprovação de animais.

§ 5º. - Para as situações em que ocorrer a necessidade de mais inseminações para o mesmo animal, além do previsto no § 4º deste artigo, o agricultor deverá efetuar o pagamento integral do valor do sêmen e mais a taxa de inseminação.

§ 6º. - Os agricultores que realizarem a inseminação artificial do seu rebanho leiteiro, com recursos, serviços, sêmen e equipamentos próprios, comprovado através de relatório entregue na Secretaria Municipal da Agricultura, nos prazos estabelecidos, poderão receber do Município, anualmente, incentivo em forma de bônus fiscal extra, no valor que corresponderá ao menor valor do sêmen licitado pelo Município, conforme a raça do animal inseminado.

§ 7º - O bônus fiscal extra, relativo ao Programa de Inseminação Artificial de que trata o § 6º deste artigo, será pago e deverá ser utilizado da mesma forma de que trata o Capítulo II desta Lei.

Art. 20 - Para obter os benefícios deste Capítulo, o agricultor deverá comprovar esta condição, através de bloco de produtor rural, com emissão de nota de venda de leite do ano anterior ou em curso, comprovado através do relatório da Fazenda Estadual, emitida pelo setor de blocos do município de Modelo SC, e ainda comprovar a sanidade do rebanho através dos exames de Brucelose e Tuberculose, sendo estes exigidos a partir da definição do Município e estabelecidos em regulamento.

CAPÍTULO V DO PROGRAMA DE SILAGEM

Art. 21 - O Programa de Incentivo a Silagem para Bovinocultura Leiteira e de Corte do Município de Modelo - SC será realizado através de auxílio aos produtores rurais, do território do Município de Modelo com a realização de silagem.

§ 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incentivar a realização da silagem para os bovinos de leite e de corte do Município de Modelo, fornecendo para tanto, máquinas, implementos agrícolas, pessoal e outros bens municipais para a colheita, bem como terceirizar horas máquina, contratados através de processo licitatório, para efetuar o atendimento deste programa, mediante pagamento, nos termos da Lei Municipal 971/1990 e Decreto que regulamenta a tabela dos valores de horas máquinas e outros, vigente.

§ 2º. - Para os serviços de colheita da silagem, com tratores de pneu e ensiladeira e outros equipamentos, do Município ou

terceirizados, utilizados no corte e transporte, será oferecido um subsídio ao valor da hora máquina, limitado a 15 (quinze) horas por ano, por produtor rural.

§ 3º. - Para os agricultores que optarem em fazer a colheita com ceifa, o subsídio será na proporção de: para cada hora de ceifa o agricultor recebe o equivalente a 03 (três) horas do subsídio dado pelo serviço terceirizado de trator de pneu, limitado a 05 (cinco) horas de ceifa por ano, por produtor rural, o que corresponderá ao limite máximo do valor proporcionalmente a 15 (quinze) horas de trator de pneu.

§ 4º. - O Valor do subsídio de que trata o § 2º e 3º deste artigo, será até o limite da diferença entre o valor terceirizado licitado e o valor da tabela de preços das horas máquinas vigente, aprovado pelo Conselho Municipal da Agricultura e regulamentado através de Decreto Municipal emitido pelo Poder Executivo.

§ 5º. - Fica o município autorizado a efetuar a licitação, realizar o credenciamento de empresas ou de pessoas físicas, contratação dos serviços, observadas as disposições legais, objetivando o atendimento deste Programa.

CAPÍTULO VI DO PROGRAMA MELHORIAS NO CAMPO

Art. 22 -O Programa de Melhorias no Campo será incentivado através da realização de serviços de máquinas e equipamentos, para manutenção, ampliação e melhorias das estradas e do entorno das unidades produtivas, com redução dos valores da tabela vigente, visando garantir o acesso às lavouras produtivas do município e de forma especial o escoamento da produção agrícola.

§ 1º - Toda atividade econômica, bem como sua expansão qualitativa e quantitativa, observará as normas do plano diretor participativo do município e demais disposições.

§ 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder redução de até 50% (cinquenta por cento) nos valores fixados na tabela de valores de horas máquinas caminhões, e outros equipamentos, materiais e serviços, de propriedade do município de Modelo SC, na realização dos serviços de abertura, manutenção e conservação das estradas de acesso às roças, nas propriedades dos produtores rurais do Município de Modelo SC.

§ 3º - Os serviços de cascalhamento, a manutenção e conservação dos pátios e acessos, das propriedades dos produtores rurais do município de Modelo SC, de que trata o caput deste artigo, sendo estes às residências, às benfeitorias e instalações, destinadas as atividades agropecuárias, objetivando garantir o escoamento da produção, a circulação de bens e pessoas, serão realizadas diretamente pelo município, sem custos para os produtores rurais.

§ 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo, igualmente autorizado, em conceder desconto de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor apurado, para os serviços em que for efetuado o pagamento em até 30 (trinta) dias da realização dos serviços, constante da tabela de valores de horas máquina, caminhões e outros equipamentos, materiais e serviços, de propriedade do município de Modelo SC, em atendimento ao disposto na Lei Municipal 971/1990.

§ 5º - Os serviços serão executados atendidos a viabilidade técnica, econômica, normas e licenciamento ambiental e de conformidade com as disponibilidades financeiras e cronograma de serviços do DMER (Departamento Municipal de Estradas de Rodagem) e Departamento Municipal da Agricultura.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. - Para ser beneficiado com os Programas, o agricultor empreendedor deverá preencher todos os requisitos previstos no Capítulo I desta lei, além dos requisitos específicos previstos para cada Programa.

Art. 24. -O atendimento das solicitações relativas aos programas de que trata esta Lei, observará a ordem cronológica de protocolização, de acordo com a programação dos serviços da Secretaria da Agricultura e DMER - Departamento Municipal de Estradas de

Rodagem e em obediência ao princípio da economicidade.

Art. 25. - Esta lei encontra respaldo legal na Lei Complementar 101/2000 e demais preceitos legais que legislam sobre Programas específicos e estabelece critérios a concessão de incentivos e será efetuada em observância a disponibilidade financeira e a ordem cronológica do Município.

Art. 26. - Os benefícios, serviços e auxílios serão realizados observados rigorosamente a disponibilidade orçamentária do município, que em havendo necessidade, poderá cancelar os requeridos e concedidos não liquidados.

Art. 27. - O Chefe do Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei.

Art. 28. - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista no Orçamento Municipal vigente e subsequente.

Art. 29. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 30. - Revogam-se as disposições em contrário, em especial Lei Municipal 2118/2013 e Lei Municipal 2155/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,
aos 19 de dezembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal de Modelo

Registrada e Publicada na data supra:

Janice Martini Muller
Contadora

LEI MUNICIPAL Nº 2194/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2194/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO DE PARCELAMENTO DE SOLO, "LOTEAMENTO RESIDENCIAL BEDIN", CONFORME ESPECIFICA E À OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a aprovar, através de Decreto Municipal, de conformidade com as disposições do Plano Diretor do Município, em especial a Lei Municipal nº 2060/2014, o Projeto de Parcelamento de Solo para fins residenciais, sendo este o "Loteamento Residencial Bedin", de propriedade do Senhor Hamilton Luiz Bedin, constante da Matrícula do Imóvel nº 4.346, localizado nesta cidade de Modelo SC, conforme ART - Anotação de Responsabilidade Técnica nº 5222597-6, do Engenheiro Itacir Antonio Siviero - CREA 035727-0, Mapa e Memorial Descritivo, anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º - O Loteamento de que trata esta Lei, para fins de registro, fica denominado como "Loteamento Residencial Bedin" e a destinação, uso predominante de ocupação dos lotes é Residencial.

Art. 3º - Fica incluída a área do Loteamento Residencial Bedin no Bairro Iguaçu, incluída a área no perímetro urbano do Município de Modelo - SC e no respectivo setor de que dispõe a planta de valores do Município de Modelo SC.

Art. 4º - A liberação do alvará de aprovação do loteamento será efetuada de acordo com a legislação própria municipal, observada igualmente a legislação estadual, federal, e da ambiental.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei estão consignadas em dotação própria do orçamento vigente e subsequente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC,
aos 19 de dezembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL
Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Contadora

LEI MUNICIPAL Nº 2195/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2195/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA BAIXA DE BENS PÚBLICOS DECLARADOS OBSOLETOS E INSERVÍVEIS, NO INVENTÁRIO PATRIMONIAL DE 2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado a baixa de bens móveis, do Município de Modelo SC, obsoletos e ou inservíveis para a finalidade a que se destinam e no atendimento do interesse público, no inventário patrimonial de 2014.

Art. 2º. A declaração de que os bens são obsoletos e ou inservíveis na forma de que trata esta Lei, deverá ser firmada pela comissão municipal permanente do patrimônio público, devendo constar no mínimo a assinatura de 3(três) servidores públicos municipais.

§ 1º. A comprovação do estado dos bens, para fins do atendimento do caput deste artigo, será através de registro fotográfico e conforme o caso, de laudo técnico ou declaração do responsável a que o bem está submetido, de que este não atende mais as finalidades, por estar obsoleto e ou inservível.

§ 2º. A declaração com os respectivos comprovantes deverá ser encaminhada ao Poder executivo Municipal que apreciará e se aprovado, emitirá Decreto autorizando a baixa, sendo esta comunicada ao setor de patrimônio do município e a contabilidade para os devidos registros.

Art. 4º. Para alienação dos bens inservíveis e obsoletos, o Município realizará Leilão Público e se não ocorrer à venda, dará a destinação final, atendida às condições legais conforme o tipo do bem, e normas ambientais.

Parágrafo Único - A avaliação dos bens será de conformidade com o laudo emitido pela comissão de avaliação patrimonial do Município.

Art. 5º. Serão encaminhados à Câmara de Vereadores, cópia dos Decretos do Poder Executivo e os respectivos comprovantes que dispõe sobre a baixa dos bens considerados obsoletos e ou inservíveis, na forma desta Lei.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei então consignadas no orçamento vigente e subsequente.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo(SC),
aos 19 de dezembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Contadora

LEI MUNICIPAL Nº 2196/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2196/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS, DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar bens moveis do Município de Modelo SC, através de Processo Licitatório na forma da Lei Federal 8666/93, de conformidade com a avaliação de valor mínimo e descrição dos Bens, constantes do Anexo I, integrante desta Lei .

Art. 2º -As avaliações dos bens conforme consta da Lei Municipal nº 2154/2014, não alienados no Processo Licitatório nº 1358/2014, ficam aprovadas a partir da vigência desta Lei, de conformidade com o disposto no Anexo I, integrante desta Lei.

Art. 3º-As despesas decorrentes desta Lei estão consignadas no orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 19 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Contadora

LEI MUNICIPAL Nº 2197/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2197/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO DE ANISTIA E RESPECTIVA BAIXA DE DÍVIDA ATIVA, DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, DE PEQUENO VALOR, DE VALORES DE TROCA/TROCA E OUTROS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado a concessão de anistia e a respectiva baixa, dos valores inscritos em dívida ativa de exercícios anteriores, de pequeno valor, de valores com inscrição há mais de cinco anos, de valores inscritos de troca/troca e outros, em atendimento ao princípio da economicidade e demais disposições legais.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei estão consignadas no orçamento vigente e subsequente.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 19 de dezembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

Janice Martini Muller
Contadora

PORTARIA Nº 177/2014

PORTARIA Nº 0177/2014 de 18.12.2014
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Agostinho Soares	03.07.2013 a 02.07.2014	22.12.2014 a 10.01.2015 (20 dias + AP)
Alsedir Francisco de Souza	02.01.2014 a 01.01.2015	22.12.2014 a 10.01.2015 (20 dias + AP)
Carmelito Fentzke	04.05.2013 a 03.05.2014	22.12.2014 a 10.01.2015 (20 dias + AP)
Cinaide Baldina Lambrecht	13.02.2014 a 12.02.2015	22.12.2014 a 20.01.2015 (30 dias)
Claudecir Leonir Bolis	07.03.2013 a 06.03.2014	22.12.2014 a 10.01.2015 (20 dias + AP)
Claudinei Marins	17.03.2013 a 16.03.2014	22.12.2014 a 10.01.2015 (20 dias + AP)
Cleiton Luiz Onghero	04.06.2013 a 03.06.2014	22.12.2014 a 10.01.2015 (20 dias + AP)
Cleucir Vasiak	03.07.2013 a 02.07.2014	22.12.2014 a 10.01.2015 (20 dias + AP)
Clevio Antonio de Gregori	02.08.2013 a 01.08.2014	22.12.2014 a 10.01.2015 (20 dias + AP)
Danieli Cristina Metdler	09.10.2013 a 08.10.2014	29.12.2014 a 17.01.2015 (20 dias)
Gelson Luiz Bortolin	10.06.2013 a 09.06.2014	22.12.2014 a 31.12.2014 (10 dias)
Gilmar Boiani	04.10.2013 a 03.10.2014	22.12.2014 a 10.01.2015 (20 dias + AP)
Ione Trevisan	03.03.2013 a 02.03.2014	22.12.2014 a 20.01.2015 (30 dias)

Itamar Facco	08.05.2013 a 07.05.2014	22.12.2014 a 10.01.2015 (20 dias + AP)
Ivone Walter	30.05.2013 a 29.05.2014	22.12.2014 a 10.01.2015 (20 dias)
Lourdes Sperotto	03.07.2013 a 02.07.2014	22.12.2014 a 20.01.2015 (30 dias)
Lucia Cecilia Urban	09.02.2014 a 08.02.2015	22.12.2014 a 20.01.2015 (30 dias)
Lucia Euzébio	09.02.2013 a 20.02.2015	22.12.2014 a 20.01.2015 (30 dias)
Luiz Bianchetto	15.02.2013 a 14.02.2014	24.12.2014 a 12.01.2015 (20 dias + AP)
Marcos Stocker	04.10.2013 a 03.10.2014	22.12.2014 a 10.01.2015 (20 dias + AP)
Marcia Wendling Rudiger	02.01.2013 a 01.01.2014	22.12.2014 a 31.12.2014 (10 dias + AP)
Marivete Ana Santolin	13.02.2014 a 12.02.2015	22.12.2014 a 20.01.2015 (30 dias)
Mauricio Antonio Metdler	02.04.2013 a 01.04.2014	22.12.2014 a 31.12.2014 (10 dias)
Otavio Timm	11.03.2013 a 10.03.2014	22.12.2014 a 10.01.2015 (20 dias + AP)
Rodrigo Alberto Rauber	07.03.2013 a 06.03.2014	22.12.2014 a 10.01.2015 (20 dias + AP)
Roque Eberhart	28.01.2014 a 27.01.2015	22.12.2014 a 31.12.2014 (10 dias)
Rudinei Fernando Bach	04.10.2012 a 03.10.2013	22.12.2014 a 31.12.2014 (10 dias)
Valdecir Euzébio	12.04.2013 a 11.04.2014	22.12.2014 a 10.01.2015 (20 dias + AP)
Valdir Werlang	10.07.2013 a 09.07.2014	22.12.2014 a 10.01.2015 (20 dias + AP)
Vanice Gavineski	03.02.2014 a 02.02.2015	22.12.2014 a 20.01.2015 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Morro da Fumaça

PREFEITURA

CONTRATOS FMAS NOVEMBRO 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		Folha: 1/1
FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA		
CNPJ: 83.000.323/0001-02		Mês/Ano da Assinatura: Novembro/2014.
RUA 20 DE MAIO, 100		
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC		

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: ALMEIDA & ALMEIDA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA -ME
CNPJ: 07.539.079/0001-72
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 14/2014 **Número do Processo:** 14/2014 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 16/2014
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL SECRETARIA DA FAMILIA, conforme anexo.

Data da Assinatura: 03/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/12/2014
Vigência: 03/11/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 41.249,90

Forma de Pagamento: PARCELADO

Contratado: Osvaldo dos Santos
C.P.F.: 657.415.529-00
Modalidade:

Número da Licitação: **Número do Processo:** **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 17/2014
Fundamento Legal:

Objeto: Contratação de músicos para animação das festividades natalinas, tendo como publico principal, crianças em situação de vulnerabilidade social e alunos do centro de convivência e fortalecimento de vínculos.

Data da Assinatura: 03/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/12/2014
Vigência: 03/11/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.200,00

Forma de Pagamento: À Vista

CONTRATOS FMS NOVEMBRO 2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/1

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** VC CONSTRUÇÕES ME**CNPJ:** 10.663.352/0001-80**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 43/2014**Número do Processo:** 43/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 34/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA URBANIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE NOS POSTOS DE SAUDE LINHA TORRES E LINHA CABRAL., conforme anexo.**Data da Assinatura:** 03/11/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/12/2014**Vigência:** 03/11/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 52.412,67**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** FERNANDA SALVIATO -ME**CNPJ:** 04.555.904/0001-34**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 45/2014**Número do Processo:** 45/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 35/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE LEITE ESPECIAL E FRALDAS PARA OS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DE SAUDE- PARA PACIENTES DO SISTEMA UNICO DE SAUDE, especificados e quantificados no Anexo I.**Data da Assinatura:** 03/11/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/12/2014**Vigência:** 03/11/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 34.298,08**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS PMMF NOVEMBRO 2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/1

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: VERSATIL CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
CNPJ: 02.127.024/0001-31
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 48/2014 **Número do Processo:** 48/2014 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 2-086/2014
Fundamento Legal:
Objeto: CONSTRUÇÃO DE 2 QUADRAS COBERTAS COM VESTIÁRIO NAS ESCOLAS VICENTE GUOLLO E MAURINA DE SOUZA PATRICIO

Data da Assinatura: 05/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 14/11/2014
Vigência: 05/11/2014 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: AIR SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ: 09.204.148/0001-12
Modalidade:
Número da Licitação: **Número do Processo:** **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 159/2014
Fundamento Legal:
Objeto: Implantação, suporte e treinamento presencial de pessoal para gerenciamento de processo seletivo com auxílio automatizado do software GerACT

Data da Assinatura: 20/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/12/2014
Vigência: 20/11/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 3.297,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

Navegantes

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO CONCORRÊNCIA Nº 50/2014 FMS NOVOTETO

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE CONCORRÊNCIA Nº 50/2014 FMS

Aos 22 dias de dezembro de 2014, às 15:00 horas, reuniu-se o Presidente da Comissão e a Comissão, designados pela Portaria número 176 de 31/01/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital da Concorrência nº 50/2014, cujo OBJETO: CONCORRENCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS CIVIS E URBANIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DO BLOCO A DA AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES - 5ª (QUINTA) ETAPA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 2014TR002723 COM A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE SANTA CATARINA.

Protocolado pela empresa NOVOTETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CNPJ: 03549247/0001-50.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 16/12/2014.

Em síntese, manifesta-se a empresa NOVOTETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA através de recurso arguindo que a mesma não deveria ser inabilitada, pois cita que embora o passivo da empresa não esteja detalhado, a licitante apresentou os valores que foram extraídos do seu livro diário, devidamente assinado pelo representante da empresa, e seu contador, cita ainda que nos documentos apresentados constam a indicação de seu passivo e ainda a comprovação da boa situação financeira do cálculo de índices contábeis.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado NÃO merece provimento, pois a Licitante não atendeu as exigências do edital item 5.3.2 :

5.3.2 Cópia do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício financeiro, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

A recorrente ao apresentar seu balanço patrimonial, deferentemente das demais licitantes, não apresentou detalhadamente seu passivo, o que conforme reanálise do contador Sidnei Milani é imprescindível para calcular os índices exigíveis, desta forma, decide pela manutenção da inabilitação.

Mantem-se a inabilitação da licitante NOVOTETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Mantem-se a abertura dos envelopes de propostas das habilitadas para o dia 24/12/2014 às 09:00h.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 22 de dezembro de 2014.

DOUGLAS LEMOS
Presidente

MARIA BENEDITA CORREA
CARLA CLAUDINO
FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO
ADRIANA CORRÊA

Em respeito ao artigo 109 §4º Lei 8.666/93
Ratificando:

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO CONCORRÊNCIA Nº 50/2014 FMS SOVRANA

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE CONCORRÊNCIA Nº 50/2014 FMS

Aos 22 dias de dezembro de 2014, às 13:00 horas, reuniu-se o Presidente da Comissão e a Comissão, designados pela Portaria número 176 de 31/01/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital da Concorrência nº 50/2014, cujo OBJETO: CONCORRENCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS CIVIS E URBANIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DO BLOCO A DA AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES - 5ª (QUINTA) ETAPA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 2014TR002723 COM A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE SANTA CATARINA.

Protocolado pela empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONST. LTDA - CNPJ: 14770128/0001-49.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 17/12/2014. Em síntese, manifesta-se a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONST. LTDA através de recurso arguindo que a mesma não deveria ser inabilitada, pois cita que Certidão de Pessoa Jurídica, e a C.A.T. apresentadas na licitação já mencionam o nome do responsável técnico, diz que a declaração de responsável é redundante e que os outros licitantes não indicaram contestação.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado NÃO merece provimento, pois a Licitante não atendeu as exigências do edital item 5.5.1 (apresentar declaração mencionando o nome do responsável [...]):

5.5.1 APRESENTAR DECLARAÇÃO DE QUE DISPONIBILIZARÁ DAS INSTALAÇÕES, DO APARELHAMENTO, DO PESSOAL TÉCNICO [...] BEM COMO DA QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE TÉCNICA (CONTENDO NOMES E FUNÇÕES) QUE SERÃO RESPONSÁVEIS DIRETAMENTE PELA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS.

Na declaração apresentada apenas mencionava que a listagem do pessoal técnico-operacional e de equipamentos, em caso de ser vencedora do certame será apresentada quando da assinatura do contrato.

O licitante não pode ditar/criar novas exigências distintas das já previstas no edital, quem tem a obrigação para exigir determinada declaração/documentação e a data para apresentação é a Administração Pública.

Desta forma, também por desrespeitar o vínculo ao instrumento convocatório:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia [...] da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O presente recurso está INDEFERIDO.

Obs.; Menciona-se ainda que todos os demais licitantes (com exceção de um) apresentaram sim a declaração contendo o nome do(s) responsável(eis) técnico(s) como previa o edital, e aceitar uma licitante que não apresentou corretamente seria além de desrespeito ao vínculo do edital um desrespeito aos demais licitantes

e a isonomia.

mantem-se a inabilitação da licitante SOVRANA ENGENHARIA E CONST. LTDA
Mantem-se a abertura dos envelopes de propostas para o dia 24/12/2014 as 09:00h.
Publique-se;
É a decisão. Navegantes, 22 de dezembro de 2014.

DOUGLAS LEMOS
Presidente
MARIA BENEDITA CORREA
CARLA CLAUDINO
FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO
ADRIANA CORRÊA
Membros

Em respeito ao artigo 109 §4º Lei 8.666/93
Ratificando:

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 234/2014 PMN

ATA LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 234/2014 PMN
ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES PL FERNANDES (ME), REDE COMPRE BEM (ESTE ULTIMO AUSENTE E NÃO APRESENTOU O CONTRATO SOCIAL NO CREDENCIAMENTO) APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM ABERTOS OS ENVELOPES.

TODAS AS PROPOSTAS ATENDERAM O EDITAL, APÓS PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES,
NESTA FASE A LICITANTE PL FERNANDES VENCEU TODOS OS ITENS COM EXCEÇÃO DO ITEM 4 QUE FICOU PARA A LICITANTE REDE COMPRE BEM.

APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DAS LICITANTES, E CONSTATADO QUE A ÚNICA QUE NÃO ATENDEU O EDITAL FOI A LICITANTE REDE COMPRE BEM, POIS NÃO APRESENTOU ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (SENDO INABILITADA E NESTE CASO O ITEM 04 FICOU SEM LICITANTES VENCEDORES).

FOI INFORMADO QUE O PRAZO PARA APRESENTAR AS AMOSTRAS ERA DE 24 HORAS A CONTAR DO FINAL DA SESSÃO (10 HORAS).

NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCAMINHA PARA AUTORIDADE COMPETENTE PARA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

Douglas Lemos
Pregoeiro

Navegantes 23 de dezembro de 2014

CONTRATO Nº 320/2014

Prefeitura de Navegantes/SC
Contrato nº 320/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes
Contratado: Marta Santiago Da Silva
Objeto: Primeiro termo aditivo para alterar a vigência e valor no contrato original, de 01/01/2015 a 31/12/2015. Valor anual de R\$ 7.463,04

Navegantes, 12 de dezembro de 2014.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito

DECRETO 807 REVOGA DECRETO QUE ESPECIFICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N º 807 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014
REVOGA, NA ÍNTEGRA, DECRETO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

DECRETA:

Art. 1 º Fica revogado, na íntegra, o Decreto n º 140 de 17 de fevereiro de 2014, que autoriza a incorporação de vantagens pecuniárias permanentes e seus reflexos no cálculo de proventos de aposentadoria.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 808 REVOGA DECRETO QUE ESPECIFICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N º 808 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014
REVOGA, NA ÍNTEGRA, DECRETO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

DECRETA:

Art. 1 º Fica revogado, na íntegra, o Decreto n º 251 de 11 de março de 2014, que autoriza a incorporação de vantagens pecuniárias permanentes e seus reflexos no cálculo de proventos de aposentadoria.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 303/2014.

EXTRATO CONTRATUAL Nº303/2014

Inexigibilidade: 222/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Empresa/Contratado: DANY & RAFA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.

CNPJ: 14.969.859/0001-18.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A DUPLA MUSICAL "DANY E RAFA" A SER REALIZADO NO DIA 01 DE JANEIRO DE 2015, EM PRAÇA PÚBLICA NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO PROJETO VERÃO 2015, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME INEXIGIBILIDADE Nº 222/2014.

VIGÊNCIA: 11/12/2014 - 09/02/2015.

VALOR: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

RECURSOS: 2.060 3.3.90.00.00.00.00.00.

Fundamento: Art.25, III, lei nº 8.666/93.

Navegantes, 11 de dezembro de 2014.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 306/2014.

EXTRATO CONTRATUAL Nº306/2014.

Inexigibilidade: 229/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: Banda Dazaranha Ltda.

CNPJ: 03.220.197/0001-62.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA BANDA MUSICAL TORRE DE BABEL, PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2014, EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES DO PROJETO VERÃO 2014, MUNICIPIO DE NAVEGANTES S/C, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 179/2013.

VIGÊNCIA: 11/12/2014 - 09/02/2015.

VALOR: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

RECURSOS: 2.060 3.3.90.00.00.00.00.00.

Fundamento: Art.25, III, lei nº 8.666/93.

Navegantes, 11 de dezembro de 2014.

NAVEGANTESPREV

ATO 001/IPSMN/2014

ATO 001/IPSMN/2014

DIVULGA DECISÃO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, juntamente a Comissão de Concurso e o Instituto o Barriga Verde, tornam público o que segue:

1. Ficam isentos do pagamento da taxa de inscrição, os seguintes candidatos:

35912 - Thiago Moura Furtado - Procurador Autárquico Previdenciário

35834 - Mairon Atilio Arceno - Procurador Autárquico Previdenciário

35933 - Hilmar Malaquias Ribeiro - Técnico Administrativo Previdenciário

36011 - Ari de Araujo Marques - Procurador Autárquico Previdenciário

35722 - Guilherme Bora Bunn - Procurador Autárquico Previdenciário

35710 - Frederico Augusto Pachol - Procurador Autárquico Previdenciário

2. Não houve requerimentos indeferidos.

Navegantes, 22 de dezembro de 2014

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do NAVEGANTESPREV

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 11, 12, 13, 14 E 15/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DO MUN. NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 12/2014 - Contrato nº: 01/2012

Contratante.: INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DO MUN. NAVEGANTES

Contratada....: SUL PREV CONSULTORIA E GESTAO DE NEGOCIOS LTDA

Valor : (zero)

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 01/2012

Recursos : Dotação: 2.116.3.3.90.00.00.00.00 (3)

Objeto.....:QUINTOTERMOADITIVOAOCONTRATON.º01/2012, CUJO OBJETO É A PRORROGAÇÃO DE 01/01/2015 A 31/12/2015.

Navegantes, 24 de Dezembro de 2014.

Aditivo Nº : 14/2014 - Contrato Nº: 03/2012

Contratante.: INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DO MUN. NAVEGANTES

Contratada....: MABEL KRISTINE BRAMORSKI LONGEN E CIA LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2012

Recursos... ..: Dotação: 2.116.3.3.90.00.00.00.00 (3)

Objeto.....:SEXTOTERMOADITIVOAOCONTRATON.º03/2012, CUJO OBJETO É A PRORROGAÇÃO CONTRATUAL DE 01/01/2015 A 31/12/2015.

Navegantes, 24 de Dezembro de 2014.

Aditivo Nº : 13/2014 - Contrato Nº: 03/2013

Contratante...: INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DO MUN. NAVEGANTES

Contratada...: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2015

Licitação.....: Dispensa de Licitação / Compra de Serviços Nº.: 9/2012

Recursos... ..: Dotação: 2.116.3.3.90.00.00.00.00 (3)

Objeto.....: QUARTO TERMO ADITIVO Nº 013/2014 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIADORA DE PROGRAMA DE ESTÁGIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, N.º 03/2013, CUJO OBJETO É A PRORROGAÇÃO DE 01/01/2015 A 31/12/2015.
Navegantes, 24 de Dezembro de 2014.

Aditivo Nº : 15/2014 - Contrato Nº: 06/2014

Contratante...: INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DO MUN. NAVEGANTES

Contratada...: SIM COMERCIO E SERVICOS LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014

Recursos : Dotação: 2.116.3.3.90.00.00.00.00 (3)

Objeto : PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 06/2014, CUJO OBJETO É A PRORROGAÇÃO DE 01/01/2015 A 31/12/2015.
Navegantes, 24 de Dezembro de 2014.

Aditivo Nº : 11/2014 - Contrato Nº: 05/2012

Contratante...: INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DO MUN. NAVEGANTES

Contratada...: SUL PREV CONSULTORIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2015

Licitação.... ..: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 03/2012

Recursos... ..: Dotação: 2.116.3.3.90.00.00.00.00 (3)

Objeto.....: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 05/2012, CUJO OBJETO É A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE 01/01/2015 A 31/12/2015.

Navegantes, 24 de dezembro de 2014.

RELAÇÃO OFICIAL DOS ELEITOS A MEMBROS DOS CONSELHOS DO NAVEGANTESPREV

RELAÇÃO OFICIAL DOS CANDIDATOS ELEITOS A MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO NAVEGANTESPREV CONFORME EDITAL Nº 001/2014

A Comissão Eleitoral, no uso das atribuições que lhe compete a Resolução nº 001/14, aprovada pelo Conselho de Administração do NAVEGANTESPREV, torna público a Relação Oficial dos Candidatos Eleitos a membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do NAVEGANTESPREV, conforme edital nº 001/2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Classificação na votação	Nome do Candidato
1º (139 votos)	Mariza Maria Amorim
2º (128 votos)	José dos Passos Lemos (Zezinho)
3º (104 votos)	Lucia Helena de Souza

1º Suplente (76 votos)	Leonardo Silva Vianna
2º Suplente (50 votos)	Giovana Soares da Cunha
3º Suplente (46 votos)	Gianini Grazieli Francisco

CONSELHO FISCAL

Classificação na votação	Nome do Candidato
1º (298 votos)	Gilça Onélia de Jesus
2º (223 votos)	Mitie Aoki Lopes
1º Suplente (103 votos)	Roberto Miguel Celezinski
2º Suplente (41 votos)	Paulo Tarso de Toledo dos Santos

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Nádia Braz Bins

Presidente da Comissão Eleitoral

Portaria nº 3021 de 21 de outubro de 2014.

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DE RESULTADO PROCESSO LICITATORIO Nº 074/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 037/2014, AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULO PARA ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PRODUTIVA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE -SC, com recursos do contrato de repasse nº 1.019.124-93/2014/MDA/CAIXA, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 23/12/2014 às 09:00 hs, que teve como única participantes as empresas AGRONOMICA NEGOCIOS RURAIS LTDA (1692), FIPAL - DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA (1958), PIPPI MAQUINAS AGRICOLAS SANTA CATARINA LTDA (2534), AGROPRATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP (2829), RENATO ZANELLA - ME (2830), RICARDO M. EBERT - ME (2831) Sendo que a empresa AGROPRATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP foi vencedora do item 01, com o valor unitário de 20.750,00 (vinte mil setecentos e cinquenta reais), a empresa RENATO ZANELLA - ME foi vencedora do item 02, com o valor unitário de 15.780,00 (quinze mil setecentos e oitenta reais) e valor total de 31.560,00 (trinta e um mil, quinhentos e sessenta reais), a empresa RICARDO M. EBERT - ME foi vencedora do item 03, com o valor unitário de 18.130,00 (dezoito mil, cento e trinta reais), a empresa AGRONOMICA NEGOCIOS RURAIS LTDA, foi vencedora do item 04, com o valor unitário de 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) e a empresa FIPAL - DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA foi vencedora do item 05, com o valor unitário de 38.890,00 (trinta e oito mil e novecentos e noventa reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedoras do Pregão Presencial Nº 037/2014.

Novo Horizonte/SC, em 23 de Dezembro de 2014.
ARNO GOLDSCHMIDT
Pregoeiro

EXTRATO DO PL Nº 079/14-PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
Processo Licitatório Nº 079/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: A presente licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 07/01/2015, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro - Novo Horizonte - SC, a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 24 de Dezembro de 2014.
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL PR 105/2014 PMPT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2014

A Prefeitura Municipal de Passo de Torres, com sede na Avenida Beira Rio nº. 20 - Centro - Passo de Torres - SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 95.782.793/0001-54, inscrição estadual isenta, comunica aos interessados que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO POR ITENS" através do intermédio do Pregoeiro, Senhor (a) Lúcia Alves Hespanhol, designada pelo decreto nº 130 de 21 de Novembro de 2014, objetivando SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE ESTADUAL DO COLEGIO ILO MENEGHETTI COM SAÍDA DA ROSA DO MAR A PASSO DE TORRES NO PERÍODO DA MANHÃ E TARDE NO TRAJETO DE 48 KM QUATRO VESES AO DIA, NUM TOTAL DE 192 KM AO DIA, PARA ALUNOS DESTES MUNICÍPIO, descritos no edital e em seu anexo I.
Abertura: 08/01/2015 às 14h30min

O Edital com seus Anexos, deverão ser obtidos no Departamento de Licitações, da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Beira Rio nº. 20 - Centro - Passo de Torres - SC, no horário das 13h00min às 19h00min de segunda a sexta-feira, após pagamento de uma taxa na quantia de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) na Conta Corrente 5.097-0, na Agência 778-1 - Banco do Brasil, agência de Torres/RS a título de reprodução dos mesmos, mediante apresentação de comprovante.

Passo de Torres/SC, 23 de Novembro de 2014.
Lúcia Alves Hespanhol
Pregoeira

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 03, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014.
HOMOLOGA A LISTA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS BENEFICIÁRIOS DO AUXÍLIO FINANCEIRO REFERENTE AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2014.

Art. 1º - Fica homologada a listagem anexa ao Ofício Projetos nº 052/2014, do Executivo, contendo os nomes dos estudantes universitários beneficiários do auxílio financeiro referente ao transporte escolar para o segundo semestre de 2014.

Art. 2º Os estudantes universitários estão amparados pela Lei Municipal nº 946 de 10 de julho de 2014.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 24 de dezembro de 2014.

Sérgio Delfino Joaquim

Presidente

Registre-se e publique-se

Registrado e publicado nesta Secretaria da data supra.

Marlene Dutra Vidor

1º secretaria

Passos Maia

PREFEITURA

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 0002/2014 AO CONTRATO N.0032/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO n. 0002/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0032/2013

PROCESSO LICITATORIO n. 0014/2013

PREGÃO PRESENCIAL n. 0010/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: LUCELIA RUMPEL MONTEIRO - ME

Objeto: Contratação de empresa jornalística para a publicação de informativos semanais do Município.

Vigência: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 1 (um) meses, sendo assim vigorará até 31 de janeiro de 2015.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 23 de dezembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0062/2014

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0062/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 0036/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0036/2014 - Objeto - Contratação de serviços de lavagem dos veículos da frota municipal, conforme especificações contidas no edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 14:00 do dia 12 de janeiro de 2015. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores informações pelo telefone 0**49- 3437-0010.

Passos Maia, 23 de dezembro de 2014.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0002/2014 AO CONTRATO Nº 0077/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0002/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0077/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0037/2014

TOMADA DE PREÇO n. 0005/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: OZAIDE ANTONIO ALVES DA ROCHA - ME

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para AMPLIAÇÃO DA ESCOLA NOSSA SENHORA APARECIDA, localizada no assentamento rural Zumbi dos Palmares, interior deste Município.

Prazo para Execução: Fica prorrogado o prazo para execução da obra objeto do Contrato Administrativo n. 0077/2014, cuja execução deverá ser concluída até a data de 27.02.2015, conforme Cronograma Físico Financeiro em anexo.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 23 de dezembro 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0002/2014 AO CONTRATO Nº 0078/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0002/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0078/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0033/2014

TOMADA DE PREÇO n. 0003/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: OZAIDE ANTONIO ALVES DA ROCHA - ME

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS, localizada na linha Indumel, interior deste Município.

Prazo para Execução: Fica prorrogado o prazo para execução da obra objeto do Contrato Administrativo n. 0078/2014, cuja execução deverá ser concluída até a data de 30.04.2015, conforme Cronograma Físico Financeiro em anexo.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 23 de dezembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0002/2014 AO CONTRATO Nº 0079/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0002/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0079/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0036/2014

TOMADA DE PREÇO n. 0004/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: OZAIDE ANTONIO ALVES DA ROCHA - ME

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE MÚLTIPLO USO COMUNITÁRIO, na comunidade do assentamento 29 de Junho, interior deste Município

Prazo para Execução: Fica prorrogado o prazo para execução da obra objeto do Contrato Administrativo n. 0079/2014, cuja execução deverá ser concluída até a data de 28.03.2015, conforme Cronograma Físico Financeiro em anexo.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário

permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 23 de dezembro de 2014.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0002/2014 AO CONTRATO Nº 0080/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0002/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0080/2014
PROCESSO LICITATORIO n. 0038/2014
TOMADA DE PREÇO n. 0006/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: OZAIDE ANTONIO ALVES DA ROCHA - ME

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para CONSTRUÇÃO DE CANCHA DE BOCHA JUNTO AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO GRUPO TERCEIRA IDADE, localizado Rua Pedro Bresciani, Centro, neste Município.

Prazo para Execução: Fica prorrogado o prazo para execução da obra objeto do Contrato Administrativo n. 0080/2014, cuja execução deverá ser concluída até a data de 31.03.2015, conforme Cronograma Físico Financeiro em anexo.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 23 de dezembro de 2014.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

DECRETO 50/2014

DECRETO Nº 50/2014.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, no orçamento fiscal de 2013, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 66.400,00 (sessenta e seis mil e quatrocentos reais), de acordo com as especificações seguintes:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 16.500,00
04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 16.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 37.600,00
12.361.0004.2.017 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 36.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas R\$ 36.000,00
12.365.0004.2.016 - Manutenção do Ensino Infantil R\$ 1.600,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.600,00

1001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA R\$ 12.300,00
20.606.0011.2.046 - Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 12.300,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 12.300,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 66.400,00 (sessenta e seis mil e quatrocentos reais):

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 16.500,00
04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 16.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 16.500,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 37.600,00
12.361.0004.2.017 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 36.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
12.365.0004.2.016 - Manutenção do Ensino Infantil R\$ 1.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.600,00

1001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA R\$ 12.300,00
20.606.0011.2.046 - Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 12.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 12.300,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 24 de dezembro de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

PORTARIA Nº 487/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº487/2014

“Cria Comissão de Avaliação do Imóvel localizado na Rua Geral, bairro Morro Agudo, ao lado da Escola Alfredo Francisco Pereira, para fins de desapropriação, nomeia seus membros e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o que estabelece o artigo 17, inciso I, da Lei 8.666/93;

Art. 1º - Fica criada a Comissão de Avaliação de Imóvel localizada na Rua Geral, Bairro Morro Agudo, com área 945,40 m, conforme planta em anexo, para efeitos da administração.

Art. 2º - A comissão, criada por este ato, é composta dos seguintes membros:

I - Almerly Alcides Vieira - Secretário de Administração Matrícula 11055.

II - Joareis de Freitas - Tec. Em Agrimensura - CREA/SC 041670-1

III - Antonio Magnus Souza - Corretor de Imóveis - Creci 21842

Art. 3º - A comissão para efeitos de execução dos seus serviços se subordinará a Secretaria de Administração.

Município de Paulo Lopes-SC, em 23 de Dezembro 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009

Almerly Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 02/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 02/2014

REJEITA O VETO DO PODER EXECUTIVO AO AUTÓGROFO DO PROJETO DE LEI Nº. 41/2014.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de sua atribuição, que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes, promulga o seguinte decreto legislativo:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica rejeitado o veto integral do Executivo Municipal ao autógrafo do Projeto de Lei nº. 41/2014.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entrará em vigor na data da sua publicação.

Paulo Lopes, 24 de Dezembro de 2014.

JOÃO DOS PASSOS CUSTÓDIA

Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

Publicado o presente Decreto Legislativo no Diário Oficial dos Municípios em 24 de dezembro de 2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 03/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 03/2014

REJEITA O VETO DO PODER EXECUTIVO AO AUTÓGROFO DO PROJETO DE LEI Nº. 44/2014.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de sua atribuição, que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes, promulga o seguinte decreto legislativo:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica Rejeitado o veto integral do Executivo Municipal ao autógrafo do Projeto de Lei nº. 44/2014.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Paulo Lopes, 24 de Dezembro de 2014.

JOÃO DOS PASSOS CUSTÓDIA

Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

Publicado o presente Decreto Legislativo no Diário Oficial dos Municípios em 24 de dezembro de 2014.

Penha

PREFEITURA

CONTRATO Nº 138/2014 - FMS

CONTRATO ADM. DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SEREM UTILIZADOS NAS VISITAS DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E NASF E TRANSPORTE DAS EQUIPES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Nº 138/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014-FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 50/2014-FMS

“Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa Barigui Veículos Ltda”.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo para aquisição de veículos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa Barigui Veículos Ltda, com sede na cidade de Itajaí/SC, na rodovia Osvaldo Reis, nº 2700, Praia Brava, Cep 88306-002, telefone 47 - 99975733, inscrita no CNPJ sob o nº 79.763.884/0002-77, neste ato representada por Marcos José Kiel Martins, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 50/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 31/2014 -FMS, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma fornecer veículos para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde, de acordo com a especificação a seguir:

Programa de Trabalho / Atividade				Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
				UNITÁRIO	GLOBAL
01	<p>VEÍCULO TIPO MONOVOLUME/MINIVAN, 0 KM (ZERO QUILOMETRO) EN- QUADRADO COMO VEÍCULO DE PASSAGEIROS, COM CAPACIDADE DE 07 LUGARES, 01 MOTORISTA E 06 PASSAGEIROS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fabricação: Nacional ou MERCOSUL; - Ano Fabricação/modelo: 0 (zero) km, ano 2014, modelo 2014 ou 2015; - Garantia: 1 ano; - Pintura na cor branca; - Motor dianteiro com potência mínima de 1.4 cilindradas, com 4 cilindros em linha; - Transmissão manual de no mínimo 05 (cinco) marchas e 01 a ré; - Número de passageiros: 07; - Injeção eletrônica direta de combustível; - Chave de ignição codificada; - Bicomcombustível; - Direção Hidráulica; - Ar-condicionado original de fábrica; - Air Bag duplo frontal (motorista e passageiro); - Sistema de Freio ABS; - Freios: Dianteiro com disco ventilado e traseiro com tambor; - Rodas em aço estampado, liga leve ou alumínio; - Cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos; - Cintos de segurança traseiros com no mínimo: os das laterais sendo retráteis de 3 pontos; - Bancos dianteiros reclináveis; - Apoios de cabeça dianteiros com regulagem de altura; - Espelhos retrovisores com controle interno manual ou elétrico; - Sistema de alarme e trava elétrica nas portas com travamento central – Com controle remoto à distância; - Vidros dianteiros elétricos; - Vidros com película protetora de acordo com as resoluções 254 e 386 – DE-NATRAM; - Luz de leitura dianteira; - Protetor de cárter; - Jogo de tapetes; - Tomada com saída de 12V; - Aparelho de Som com fiação completa, mp3, entrada usb, kit autofalantes e antena; - Desembaçador de vidro traseiro; - Limpador e lavador de vidro dianteiro e traseiro com intermitência; - Break lite (3ª luz de freio) - Travamento automático de portas e do porta-malas após iniciado a marcha; - Banco traseiro rebatível - Hodômetro total e parcial - Concessionária e Oficina autorizada com distância máxima de 100 km de Centro de Penha/SC - Demais acessórios de acabamento de série, conforme especificações do fabricante e demais itens e equipamentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e determinações do CONTRAN; <p>O veículo deverá estar licenciado e emplacado no Município de Penha/SC. Apresentar Ficha e/ou Catálogo Técnico do Produto para avaliação do Pregoeiro e Equipe de Apoio.</p>	UNID.	02	68.750,00	137.500,00
	TOTAL			R\$	137.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PAGAMENTO

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 137.500,00 (cento e trinta e sete mil e quinhentos reais), a ser pago em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pelas referidas Secretarias.

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTES

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

Os objetos licitados deverão ser fornecidos em até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de assinatura do contrato, de acordo com a solicitação da Secretaria de Saúde até sua totalidade ou parcialmente até 31/12/2014, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.058 – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0064 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 00034

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

a) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.

c) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.

d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.

h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

i) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

j) Entregar os objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecimento devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

k) Na entrega os veículos deverão estar licenciados e emplacados em nome do Município de Penha/SC.

CLAUSULA SÉTIMA - - RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

a) Será responsável pela conferência a Secretaria de Saúde ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a entrega dos veículos, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;

b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;

c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;

d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;

e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e

f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a

PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a)O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b)O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c)A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d)O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e)A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f)O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g)O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h)A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i)A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j)A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k)O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l)Razões de interesse do serviço público;
- m)A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n)A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o)O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p)A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 23 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:
CPF:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

CONTRATO Nº 27/2014 - FUMTUR

CONTRATO ADM. DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTO DE FINAL DE ANO (REVEILLON) NA PRAIA ALEGRE NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, CONFORME ESTABELECIDO NESTE EDITAL E ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

Nº 27/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014-FUMTUR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 07/2014-FUMTUR

"Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa C.M Ponciano Me".

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo para prestação de serviços, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa C.M Ponciano Me, com sede na cidade de Itajaí/SC, Rua Domingos Rampelotti, 655, fundos, no bairro Espinheiros, Cep 88.317-600, telefone: 47 - 3344-5134, inscrita no CNPJ sob o nº 13.192.336/0001-45, neste ato representada Manoel João Francisco Filho, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 07/2014 - FUMTUR, modalidade Pregão Presencial nº. 02/2014 - FUMTUR, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a prestar serviços para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Turismo, de acordo com a especificação a seguir:

LOTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTO R\$	
				UNITÁRIO	GLOBAL
01	Palco 10x12m com sonorização conforme rider do show Papas da Língua	Serv.	01	21.060,00	21.060,00
02	Gerador 130 KWA	Und.	01	3.276,00	3.276,00
03	Grades de Proteção	Metro	180	15,00	2.700,00
04	Banheiro Químico	Und	10	200,00	2.000,00
05	Segurança (durante 06 horas de evento)	Und.	10	150,00	1.500,00
06	Banda Regional	Und.	01	2.500,00	2.500,00

07	Montagem Camarim TS especial 5x5m, com ar condicionado, móveis e alimentação dos artistas.	Und.	01	3.500,00	3.500,00
08	Faixa em lona medindo 2,50m 0,70cm	Und.	5	175,00	875,00
09	Flyer em impressão digital em papel couchê 230gr impressão a laser colorido 20x10cm alta resolução	Und.	3.000	0,40	1.200,00
10	Cartaz em impressão digital em papel couchê 230gr impressão digital a laser colorido A3 alta resolução	Und.	400	2,95	1.180,00
	TOTAL			R\$	39.791,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PAGAMENTO

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 39.791,00 (trinta e nove mil, setecentos e noventa e um reais), a ser pago no Bradesco, Agência 3962-4, Conta Corrente 701-3, em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pela referida Secretaria.

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTES

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

Os objetos licitados deverão ser fornecidos em até 05 (cinco) dias a contar da data de assinatura do contrato, de acordo com a solicitação da Secretaria de Turismo até sua totalidade ou parcialmente até 12 meses, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 50 – Fundo Municipal de Turismo
Unidade: 50.01 – Fundo Municipal de Turismo
Funcional – 23.695.0015 – Turismo
Projeto/ Atividade – 2.077 – Gestão Administrativa do FUMTUR
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 08

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.
- Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.
- Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.
- Executar a prestação de serviços dos objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecimento devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas imediatamente.

CLAUSULA SÉTIMA - - RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

a)Será responsável pela conferência a Secretaria de Turismo ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a prestação de serviços, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

- alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;

d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;

e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e

f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;

c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado na entrega do objeto;

e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou

transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;

h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;

k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;

l) Razões de interesse do serviço público;

m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;

n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e

p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 23 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento

CPF: 053.867.438-37

Nome:

CPF:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

CONTRATO Nº 28/2014 - FUMTUR

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E FOGOS REI TIRO E COR
Nº 28/2014 - FUMTUR

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo para Execução de Serviço Público, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do Fundo Municipal de Turismo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a empresa JOGOS REI TIRO E COR, com sede na cidade de Nova Trento/SC, na Rua Nicolau Bado, nº 10, caixa postal 26, Cep 88270-000, telefone 48-32670133, inscrita no CNPJ sob o nº 73.222.952/0001-23, neste ato representada pelo Sr. Orli Franzoi, doravante denominado(a) simplesmente de CONTRATADO(A), têm entre si ajustada a execução de serviço público, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Contrato destina-se ao seguinte objeto:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUTAR PARA SERVIÇO DE SHOW PIROTÉCNICO PARA REVEILLON de 2015 de PENHA, NO DIA 01 DE JANEIRO DE 2015, NO MOLHE DA PRAIA ALEGRE, incluindo os seguintes materiais.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Conjunto multiplos efeitos 100 tubos inclinada (torta 100 tbs 1,2", cores alt 31m)	01	1.290,00	1.290,00
02	Leques multiplos efeito fogos de artificios (efeito de 13 tbs 1,2" alt. 31m)	04	197,50	790,00
03	Noite mágica torta de 340 tubos especiais (torta 340 tbs 1,2" cores especiais e leques, alt 31 m)	01	5.888,00	5.888,00
				7.968,00

CLÁUSULA SEGUNDA

O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira segundo as normas técnicas adequadas. Oferecendo os serviços de transporte rodoviário especializado, mão de obra profissional, licença e autorização da Delegacia Regional e do corpo de bombeiros para a realização do Show Pirotécnico.

CLÁUSULA TERCEIRA

O CONTRATADO é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA

O CONTRATADO é responsável pelos danos causados diretamente Prefeitura ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.

CLÁUSULA QUINTA

Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva do CONTRATADO, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia global acordada na

Cláusula Sexta, desde que concluídos os serviços contratados.

CLÁUSULA SEXTA

Pelos serviços constantes da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 20.790,00 (vinte mil, setecentos e noventa reais).

Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA SÉTIMA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

50 - Fundo Municipal de Turismo
50.01 - Fundo Municipal de Turismo
23.695.0015 - Funcional - Turismo
2077 - Gestão Administrativa do FUMTUR - Eventos
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
000008 - Código Reduzido

CLÁUSULA OITAVA

Os serviços ora contratados, serão prestados pelo período de 23/12/2014 a 31/01/2015.

CLÁUSULA NONA

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- 1- alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- 2- superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- 3- interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- 4- aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- 5- impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e
- 6- omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

a) Toda prorrogação de prazo, por parte do(a) CONTRATADO(A), deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela PREFEITURA.

b) O(A) CONTRATADO(A) obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Caso o CONTRATADO venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeito às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20%(vinte por cento) calculada sobre o valor total do Contrato.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Os serviços ora contratados serão acompanhados e fiscalizados

pela Secretaria da Turismo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Se, por qualquer razão, o(a) CONTRATADO(A) não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, às suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A perícia a que se refere a Cláusula anterior, somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente e composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pela PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O presente contrato poderá ser alterado:

I- unilateralmente pela PREFEITURA:

a- quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

b- quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

a- quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;

b- quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

c- para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos do CONTRATADO e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos do CONTRATADO, a PREFEITURA deverá restabelecer, por adiantamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

I- o não cumprimento de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;

II- o cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;

III- a lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir a não conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

IV- o atraso injustificado no início do serviço;

V- a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à PREFEITURA;

VI- a subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

VII- o desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

VIII- o cometimento reiterado de faltas na execução do presente;

IX- a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

X- a dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pelo(a) CONTRATADO(A);

XI- a alteração social ou a modificação da finalidade do CONTRATADO ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;

XII- o protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do CONTRATADO;

XIII- razões de interesse do serviço público;

XIV- a supressão, por parte da PREFEITURA, dos serviços, acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;

XV- a suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

XVI- o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de serviços já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

XVII- a não liberação, por parte da PREFEITURA, de área, local ou objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais; e

XVIII- a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha-SC, 23 de dezembro de 2014.

PREFEITURA CONTRATADO

TESTEMUNHA: _____ TESTEMUNHA: _____

Nome: Josiane Bento

CPF: 053.867.439-37

De Acordo: _____

RAFAEL CELESTINO

Secretário de Administração

TERMO DE ADITIVO Nº50/2014 - FMAS

1º Termo Aditivo nº 50/2014 FMAS

Ao contrato nº 20/2014 FMAS

Licitação: Processo Licitatório nº. 09/2014 -FMAS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2014 -FMAS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECER COFFEE BREAK PARA OS USUÁRIOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO CRAS.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 50/2014 FMAS ao Contrato Administrativo 20/2014 FMAS para prestação de serviço, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa PANIFICAÇÃO E MERCEARIA PATRICIA LTDA ME, com sede na cidade de Balneário Camboriú/SC, no bairro Santo Antonio, na Avenida Getulio Vargas, nº 588, Cep 88380-000, telefone 3345-0530, inscrita no CNPJ sob o nº 78.357.167/0001-00, neste ato representada Graziella Martins Teixeira, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 20/2014 FMAS 31.03.2015, a contar de 31.12.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 23 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome :Josiane Bento Nome:
CPF: 053.867.439-37

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

TERMO DE ADITIVO Nº51/2014 - FMAS

1º Termo Aditivo nº 51/2014 FMAS
Ao contrato nº 24/2014 FMAS

Licitação: Processo Licitatório nº. 11/2014 -FMAS, modalidade Pregão Presencial nº. 07/2014 -FMAS
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA UTILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES DE CURSOS OFERECIDOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 51/2014 ao Contrato Administrativo nº 24/2014 FMAS, para fornecimento de materiais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, com sede na cidade de Navegantes/SC, Av. João Sacavém, nº 85, sala 06, bairro Centro, Cep 88375-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.060.647/0001-50, neste ato representada Izabel Meurer, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 24/2014 FMAS 31.05.2015, a contar de 31.12.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 23 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome :Josiane Bento Nome:
CPF: 053.867.439-37

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

TERMO DE ADITIVO Nº52/2014 - FMAS

1º Termo Aditivo nº 52/2014 FMAS
Ao contrato nº 18/2014 FMAS

Licitação: Processo Licitatório nº. 04/2014 -FMAS, modalidade Pregão Presencial nº. 03/2014 -FMAS
Objeto: AQUISIÇÃO DE CARNES PARA SEREM UTILIZADOS PELOS USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 52/2014 ao Contrato Administrativo nº 18/2014 para fornecimento de medicamento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa DISTRIBUIDORS NOVA ESPERANÇA LTDA, com sede na cidade de Balneário Camboriú/SC, na Rua Edgar Linhares, 121, no bairro Nova Esperança, Cep 88336-210, telefone 47- 33666413, inscrita no CNPJ sob o nº 00.750.862/0001-31, neste ato representada Ricardo Luiz Alves, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 18/2014 FMAS 16.03.2015, a contar de 31.12.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 23 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome :Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

TERMO DE ADITIVO Nº53/2014 - FMAS

1º Termo Aditivo nº 53/2014 FMAS
Ao contrato nº 43/2014 FMAS

Licitação: Processo Licitatório nº. 15/2014 -FMAS, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2014 -FMAS
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS E COLMÉIAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 53/2014 ao Contrato Administrativo 43/2014 para fornecimento de materiais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa COMERCIAL STORINNY LTDA ME, com sede na cidade de Porto Belo/SC, Rua Otavio Quinholi, nº 180, no bairro Pereque, Cep 88210-000, telefone 47-33933253, inscrita no CNPJ sob o nº 73.977.480/0001-19, neste ato representada Valter Plácido dos Santos Junior, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 43/2014 FMAS fica prorrogado até 16.06.2015, a contar de 31.12.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 23 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome :Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

TERMO DE ADITIVO Nº54/2014 - FMAS

1º Termo Aditivo nº 54/2014 FMAS

Ao contrato nº 44/2014 FMAS

Licitação: Processo Licitatório nº. 15/2014 -FMAS, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2014 -FMAS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS E COLMÉIAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 54/2014 ao Contrato Administrativo nº 44/2014 para fornecimento de materiais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP, com sede na cidade de Blumenau/SC, Rua Irmagard Carl, nº 225, bairro Escola Agrícola, Cep 89037-690, telefone 47-32375550, inscrita no CNPJ sob o nº 09.008.570/0001-00, neste ato representada Diego A. Carl, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 44/2014 FMAS fica prorrogada até o dia 16.06.2015, a contar de 31.12.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 23 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome :Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

TERMO DE ADITIVO Nº55/2014 - FMAS

1º Termo Aditivo nº 55/2014 FMAS

Ao contrato nº 25/2014 FMAS

Licitação: Processo Licitatório nº. 10/2014 -FMAS, modalidade Pregão Presencial nº. 06/2014 -FMAS

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA SEREM UTILIZADAS NO ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS CADASTRADAS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo, ao Contrato Administrativo 25/2014 para fornecimento de cestas básicas, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno,

com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa COMERCIAL STORINNY LTDA, com sede na cidade de Porto Belo/SC, Rua Otavio Quinholi, nº 180, Pereque, cep 88210-000, telefone 47-33933253, inscrita no CNPJ sob o nº 73.977.480/0001-19, neste ato representada Valtér Plácido dos Santos Junior, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 25/2014 FMAS fica prorrogada até o dia 18.06.2015, a contar de 31.12.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 23 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome :Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

TERMO DE ADITIVO Nº56/2014 - FMAS

1º Termo Aditivo nº 56/2014 FMAS

Ao contrato nº 05/2014 FMAS

Licitação: Processo Licitatório nº. 02/2014 -FMAS, modalidade Pregão Presencial nº. 01/2014 -FMAS

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO TUTELAR E ABRIGO ANJO GABRIEL.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 56/2014, ao Contrato Administrativo nº 05/2014, para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO TUTELAR E ABRIGO ANJO GABRIEL, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº11.680.072/0001-43, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa Giroto Posto de Gasolina Ltda, com sede na cidade de Penha/SC, na Av. Eugenio Itapocorói, 1915, Cep 88385-000, inscrita no CNPJ sob o nº 05.143.560/0001-19, neste ato representada Sergio José Giroto, CPF 227.553.579/91, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 05/2014 FMAS fica prorrogada até o dia 18.12.2015, a contar de 31.12.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 23 de dezembro de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome :Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

Peritiba

PREFEITURA

RESUMO DE EDITAL 06/2014

Estado de Santa Catarina. Município de Peritiba - SC. PROCESSO SELETIVO Nº 06/2014. PROCESSO SELETIVO PARA O PREENCHIMENTO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, DE VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. O Município de Peritiba através da Comissão Organizadora, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Legislação pertinente a espécie, TORNA PÚBLICO, que se encontra aberto Processo Seletivo Municipal, visando à contratação para preenchimento de vagas do Poder Público Municipal, para os cargos descritos neste Edital, mediante as condições que seguem: 1. DAS VAGAS: 02 vagas de Agente de Saúde, 01 vaga de Educador Social e 01 vaga de Educador Físico. 2. DAS INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas no Departamento de Recursos Humanos do Município de Peritiba, de 23/12/2014 a 06/01/2015. As exigências para a realização das inscrições constam no edital. 3. ÍNTEGRA DO EDITAL: Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital e informações junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Peritiba.

Peritiba (SC), 22 de Dezembro de 2014.
LIZIANE KLEIN GAERTNER.
Presidente da Comissão Organizadora.

RESUMO DE EDITAL 88/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos que está efetuando Credenciamento para contratação de serviços conforme especificado abaixo, em conformidade com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 88/2014 - Credenciamento 03/2014.

Objeto: Contratação de espaço em jornais.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 22 de Dezembro de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

ADITIVOS 2015

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO DE TERMOS ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0151/2014

PROCESSO Nº 0051/2014 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº002/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: ATENÉIA APARECIDA LOPES DE ALMEIDA SCHETTINI RIBEIRO ME

CNPJ: 13.127.928/0001-83

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0146A/2014

PROCESSO Nº 0051/2014 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº002/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: FOLHA REGIONAL COMERCIO DE JORNAIS LTDA ME

CNPJ: 07. 588.31/0001-75

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0159/2014

PROCESSO Nº 0051/2014 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº002/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: EMPRESA JORNALÍSTICA O FATO LTDA ME

CNPJ: 19. 752.004/0001-54

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Ponte Serrada, 22 de dezembro de 2014.

ADITIVOS 2015

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO DE TERMOS ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº205/2014

PROCESSO Nº 0092/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº0042/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: MARSANGO & PASA LTDA

CNPJ: 85.567.212/0001-08

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº200/2014

PROCESSO Nº 0089/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº0040/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: AUTO POSTO QUERENCIA LTDA

CNPJ: 77.875.821/0001-04

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Ponte Serrada, 22 de dezembro de 2014.

ADITIVOS 2015

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO DE TERMOS ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0150/2014

PROCESSO Nº 0051/2014 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº002/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: RONOALDO PEREIRA-ME

CNPJ: 06.019.032/0001-15

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Ponte Serrada, 22 de dezembro de 2014.

RETIFICA ADITIVO 2015

RETIFICA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0017/2013

PROCESSO Nº 0018/2013 CARTA CONVITE Nº006/2013

ONDE SE LÊ: VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

LEIA-SE: VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 30 DE JULHO DE 2015

PONTE SERRADA, 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo**PREFEITURA****LEI MUNICIPAL Nº 2.244, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.244, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO VIGENTE.

Evaldo José Guerreiro Filho, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Porto Belo, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Funcional-programática: 01.031.0001

Atividade: 2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/4

Valor: R\$ 10.000,00

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/6

Valor: R\$ 40.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-programática: 12.361.0014

Atividade: 2.021 - Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.100/13

Valor: R\$ 150.000,00

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.91.00.00.00.00.0.1.100/16

Valor: R\$ 43.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-programática: 08.243.0029

Atividade: 2.069 - Manutenção do Conselho Tutelar

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.100/1

Valor: R\$ 14.000,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional-programática: 08.244.0005

Atividade: 2.030 - Manut. dos Serviços de Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/13

Valor: R\$ 26.000,00

Órgão: 12 - Fundação Municipal Turismo

Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Turismo

Funcional-programática: 23.695.0025

Atividade: 2.063 - Manutenção da Fundação Municipal Turismo

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/16

Valor: R\$ 25.000,00

Órgão: 20 - Fundação Municipal de Cultura

Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura

Funcional-programática: 13.392.0020

Atividade: 2.045 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/6
Valor: R\$ 17.000,00

Órgão: 19 - Fundação Municipal de Esporte
Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esporte
Funcional-programática: 27.812.0027
Atividade: 2.047 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/5
Valor: R\$ 25.000,00

Art. 2º Os créditos autorizados no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo elencada, totalizando 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), observada a destinação por fonte de recurso.

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores
Unidade orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Vereadores
Funcional-programática: 01.031.0001
Atividade: 2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/1
Valor: R\$ 350.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2014
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.245, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.245, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Porto Belo para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 74.383.849,10 (setenta e quatro milhões, trezentos e oitenta e três mil, oitocentos e quarenta e nove reais e dez centavos), sendo R\$ 57.272.553,10 (cinquenta e sete milhões, duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e três reais e dez centavos) do Orçamento Fiscal, e R\$ 17.111.296,00 (dezessete milhões, cento e onze mil e duzentos e noventa e seis reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social, que serão executadas através das entidades abaixo relacionadas e respectivos valores:

ENTIDADE	VALOR ORÇADO
Prefeitura (Habitação)	500.000
Fundo Municipal de Educação (Conselho Tutelar)	160.000
Fundo Municipal de Saúde	11.137.816
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	98.000
Fundo Municipal da Assistência Social	1.384.480
Fundo Previdenciário Capitalizado	2.551.000

Fundo Previdenciário Financeiro	1.280.000
TOTAL	17.111.296

DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Art. 2º O Orçamento do Município para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 74.383.849,10 (setenta e quatro milhões, trezentos e oitenta e três mil, oitocentos e quarenta e nove reais e dez centavos) e fixa a Despesa para a Administração Direta em R\$ 68.718.149,10 (sessenta e oito milhões, setecentos e dezoito mil, cento e quarenta e nove reais e dez centavos) e para a Administração Indireta em R\$ 5.665.700,00 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil e setecentos reais).

§ 1º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	55.083.849
1.1. Receita Tributária	16.126.500
1.2. Receita de Contribuições	2.000.000
1.3. Receita Patrimonial	1.637.700
1.6. Receita de Serviços	5.000
1.7. Transferências Correntes	32.903.349
1.9. Outras Receitas Correntes	2.411.300
2. RECEITAS DE CAPITAL	17.750.000
2.1. Operações de Crédito	2.500.000
2.2. Alienação de Bens	50.000
2.4. Transferência de Capital	15.200.000
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.550.000
TOTAL	74.383.849

§ 2º As Despesas do Município serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Entidade	Despesa
Prefeitura Municipal	26.737.874
Fundo Municipal de Saúde	11.137.816
Fundo Municipal da Assistência Social	1.541.480
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	98.000
Fundo Municipal de Educação	22.665.979
Fundo Municipal de Saneamento Ambiental	671.000
Fundo Munic. Reequip. Corpo de Bombeiros	355.000
Câmara de Vereadores	1.680.000
Fundo Previdenciário Capitalizado	2.551.000
Fundo Previdenciário Financeiro	1.280.000
Fundação Municipal de Esportes	838.000
Fundação Municipal de Cultural	668.000
Fundação Municipal de Turismo	3.382.200
Fundação Municipal do Meio Ambiente	777.500
TOTAL	74.383.849

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	1.680.000
02. Judiciária	350.000
04. Administração	5.605.000
06. Segurança Pública	604.600
08. Assistência Social	1.799.480
09. Previdência Social	3.730.000
10. Saúde	11.137.816
12. Educação	22.495.979
13. Cultura	668.000
14. Direitos da Cidadania	11.000
15. Urbanismo	17.405.700
16. Habitação	500.000
17. Saneamento	671.000
18. Gestão Ambiental	777.500
20. Agricultura	821.000
23. Comércio e Serviços	3.662.200
27. Desporto e Lazer	838.000
28. Encargos Especiais	1.576.574
99. Reserva de Contingência	50.000
TOTAL	74.383.849

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. Processo Legislativo	1.680.000
0002. Ações Judiciais	350.000
0003. Administração e Planejamento	6.069.000
0004. Segurança Pública	604.600
0005. Proteção Social Básica	1.144.480
0006. Proteção Social Especial Média Complexidade	246.000
0007. Proteção Social Especial Alta Complexidade	151.000
0008. Regime Próprio de Previdência	3.831.000
0009. Vigilância em Saúde	244.200
0010. Atenção Básica	8.232.616
0011. Assistência Farmacêutica	320.000
0012. Média e Alta Complexidade	2.341.000
0013. Merenda Escolar	972.668
0014. Ensino Fundamental	15.199.522
0015. Ensino Médio e Superior	1.624
0016. Direitos da Criança e do Adolescente	98.000
0017. Educação Infantil	6.221.165
0018. Educação de Jovens e Adultos	13.000
0019. Educação Especial	88.000
0020. Difusão Cultural	668.000
0021. Obras e Serviços Públicos	16.851.700
0022. Habitação Popular	500.000
0023. Saneamento Ambiental	671.000
0024. Pesca e Agricultura	821.000
0025. Gestão Moderna, Estratégica e Integrada no Turismo	3.316.000

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0026. Desenvolvimento Econômico pelo Turismo	346.200
0027. Desporto e Lazer	838.000
0029. Conselho Tutelar	160.000
0030. Controle do Meio Ambiente	777.500
0097. Encargos Especiais	1.576.574
9999. Reserva de Contingência	50.000
TOTAL	74.383.849

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES	47.100.739
3.1.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	28.629.200
3.2.00.00 Juros e Encargos da Dívida	250.000
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes	18.221.539
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	24.803.110
4.4.00.00 Investimentos	23.998.346
4.5.00.00 Inversões Financeiras	0
4.6.00.00 Amortização da Dívida	804.764
9.0.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.480.000
TOTAL	74.383.849

DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 48.041.200,00 (quarenta e oito milhões, quarenta e um mil e duzentos reais) e fixa a despesa em R\$ 26.737.874,00 (vinte e seis milhões, setecentos e trinta e sete mil e oitocentos e setenta e quatro reais) proporcionando um superávit de R\$ 21.303.326,00 (vinte e um milhões, trezentos e três mil e trezentos e vinte e seis reais), para cobertura dos déficits Orçamentários das demais entidades da Administração direta e indireta.

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, da seguinte forma:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	38.091.200
1.1. Receita Tributária	15.970.500
1.2. Receita de Contribuições	1.000.000
1.3. Receita Patrimonial	439.600
1.4. Receita de Serviços	5.000
1.7. Transferências Correntes	18.265.800
1.9. Outras Receitas Correntes	2.410.300
2. RECEITAS DE CAPITAL	9.950.000
2.1. Operações de Crédito	2.500.000
2.2. Alienação de Bens	50.000
2.4. Transferências de Capital	7.400.000
TOTAL	48.041.200

§ 2º A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Gabinete do Prefeito	2.447.000
03. Secretaria de Administração	1.899.000
04. Secretaria da Fazenda	3.085.574
05. Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos	17.131.700
06. Secretaria de Planejamento Urbano	803.600
07. Secretaria de Pesca e Aquicultura	598.000
17. Secretaria de Assistência Social	500.000
18. Secretaria de Agricultura e Pecuária	223.000
99. Reserva de Contingência	50.000
TOTAL	26.737.874

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Judiciária	350.000
04. Administração	5.494.000
06. Segurança Pública	249.600
14. Direitos da Cidadania	11.000
15. Urbanismo	17.405.700
16. Habitação	500.000
20. Agricultura	821.000
28. Encargos Especiais	1.576.574
23. Comércio e Serviço	280.000
99. Reserva de Contingência	50.000
TOTAL	26.737.874

III - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	12.179.810
4.0.00.00 – Despesas de Capital	14.508.064
9.0.00.00 – Reserva de Contingência	50.000
TOTAL	26.737.874

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 4º O Orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício de 2015 fixa a despesa orçamentária em R\$ 1.680.000,00 (um milhão seiscentos e oitenta mil reais), que será coberta com a Transferência Financeira (duodécimo) repassada pela Prefeitura.

§ 1º A Despesa da Câmara de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	1.680.000
TOTAL	1.680.000

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	1.630.000

4.0.00.00 – Despesas de Capital	50.000
TOTAL	1.680.000

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 3.597.000,00 (três milhões, quinhentos e noventa e sete mil reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 11.137.816,00 (onze milhões, cento e trinta e sete mil, oitocentos e dezesseis reais), proporcionando um déficit de R\$ 7.540.816,00 (sete milhões, quinhentos e quarenta mil e oitocentos e dezesseis reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de transferência da União e do Estado, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.797.000
1.3. Receita Patrimonial	64.000
1.7. Transferências Correntes	2.733.000
2. RECEITAS DE CAPITAL	800.000
2.4. Transferências de Capital	800.000
TOTAL	3.597.000

§ 2º A Despesa do FMS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. Saúde	11.137.816
TOTAL	11.137.816

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	9.787.460
4.0.00.00 – Despesas de Capital	1.350.356
TOTAL	11.084.760

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 247.080,00 (duzentos e quarenta e sete mil e oitenta reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 1.541.480,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e um mil e quatrocentos e oitenta reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.294.400,00 (um milhão duzentos e noventa e quatro mil e quatrocentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, transferências correntes e capital, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	247.080

1.3. Receita Patrimonial	13.600
1.7. Transferências Correntes	233.480
TOTAL	247.080

§ 2º A Despesa do FMAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	1.541.480
TOTAL	1.541.480

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	1.514.480
4.0.00.00 – Despesas de Capital	27.000
TOTAL	1.541.480

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 7º O Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial e transferências correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	15.000
1.3. Receita Patrimonial	5.000
1.7. Transferências Correntes	10.000
TOTAL	15.000

§ 2º A Despesa do FIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	98.000
TOTAL	98.000

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	98.000
TOTAL	98.000

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 8º O Orçamento do Fundo Municipal de Educação para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 15.882.569,10 (quinze milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e quinhentos e sessenta e nove reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 22.665.979,10 (vinte e dois milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e dez centavos), proporcionando um déficit de R\$ 6.783.410,00 (seis milhões, setecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e dez reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, receita de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	11.722.569
1.3. Receita Patrimonial	61.500
1.7. Transferências Correntes	11.661.069
2. RECEITAS DE CAPITAL	4.160.000
2.4 Transferência de Capital	4.160.000
TOTAL	15.882.569

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Educação será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	10.000
08. Assistência Social	160.000
12. Educação	22.495.979
TOTAL	22.665.979

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 Despesas Correntes	17.234.489
4.0.00.00 Despesas de Capital	5.431.490
TOTAL	22.665.979

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Art. 9º O Orçamento do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental - FUNSAN para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 15.000,00 (setecentos e um mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 671.000,00 (seiscentos e setenta e um mil reais) proporcionando um déficit de R\$ 656.000,00 (seiscentos e cinquenta e seis mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	15.000
1.3. Receita Patrimonial	15.000
TOTAL	15.000

§ 2º A Despesa do FUNSAN será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
17. Saneamento	671.000
TOTAL	671.000

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	670.000
Despesas de Capital	1.000
TOTAL	671.000

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Art. 10. O Orçamento do Fundo Municipal de Reequipamentos do Corpo de Bombeiros Militar - FUMREBOM para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 355.000,00 (duzentos e setenta e oito mil reais) proporcionando um déficit de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais) que deverá ser coberto com a transferência financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial e de transferência de capital, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	10.000
1.3. Receita Patrimonial	10.000
2. RECEITAS DE CAPITAL	200.000
2.4 Transferência de Capital	200.000
TOTAL	210.000

§ 2º A Despesa do FUMREBOM será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
06. Segurança	355.000
TOTAL	355.000

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	85.000
4.0.00.00 – Despesas Capital	270.000
TOTAL	355.000

DO ORÇAMENTO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO CAPITALIZADO

Art. 11. O Orçamento do Fundo Previdenciário Capitalizado para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 2.551.000,00 (dois

milhão, quinhentos e cinquenta e um mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária no mesmo valor.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições previdenciárias, patrimoniais, outras receitas correntes e receitas intra-orçamentárias correntes discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.601.000
1.2. Receita de Contribuições	600.000
1.3. Receita Patrimonial	1.001.000
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	950.000
7.2 Receita de Contribuições	950.000
TOTAL	2.551.000

§ 2º A Despesa do Fundo Previdenciário Capitalizado será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	71.000
09. Previdência Social	2.480.000
TOTAL	2.551.000

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	116.000
4.0.00.00 – Despesas de Capital	5.000
9.0.00.00 – Reserva de Contingência	2.430.000
TOTAL	2.551.000

DO ORÇAMENTO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO FINANCEIRO

Art. 12. O Orçamento do Fundo Previdenciário Financeiro para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.011.000,00 (um milhão, e onze mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 1.280.000,00 (um milhão duzentos e oitenta mil reais). Proporcionando um déficit de R\$ 269.000,00 (duzentos e sessenta e nove mil reais) que deverá ser coberto com a transferência financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições previdenciárias, patrimoniais, outras receitas correntes e receitas intra-orçamentárias correntes discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	411.000
1.2. Receita de Contribuições	400.000
1.3. Receita Patrimonial	11.000
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	600.000
7.2 Receita de Contribuições	600.000
TOTAL	1.011.000

§ 2º A Despesa do Fundo Previdenciário Financeiro será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza

econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	30.000
09. Previdência Social	1.250.000
TOTAL	1.280.000

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	1.280.000
TOTAL	1.280.000

DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Art. 13. O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 391.000,00 (trezentos e noventa e um mil reais), fixa a Despesa Orçamentária em R\$ R\$ 838.000,00 (oitocentos e trinta e oito reais) proporcionando um déficit de R\$ 447.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.000
1.3. Receita Patrimonial	1.000
2. RECEITAS DE CAPITAL	390.000
2.4 Transferência de Capital	390.000
TOTAL	391.000

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Esportes será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
27. Desporto e Lazer	838.000
TOTAL	838.000

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	393.000
4.0.00.00 – Despesas de Capital	445.000
TOTAL	838.000

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL CULTURA

Art. 14. O Orçamento da Fundação Municipal de Cultura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 668.000,00 (seiscentos e sessenta e oito mil reais), proporcionando um déficit de R\$

666.000,00 (seiscentos e sessenta e seis mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.000
1.3. Receita Patrimonial	2.000
TOTAL	2.000

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Cultura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
13. Cultura	668.000
TOTAL	668.000

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	646.000
4.0.00.00 – Despesas de Capital	22.000
TOTAL	668.000

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 15. O Orçamento da Fundação Municipal de Turismo para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 2.312.500,00 (dois milhões, trezentos e doze mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 3.382.200,00 (três milhões, trezentos e oitenta e dois mil e duzentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.070.000,00 (hum milhão e setenta mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e Transferências de Capital, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	62.500
1.1. Receita Tributária	50.000
1.3. Receita Patrimonial	12.500
2. RECEITAS DE CAPITAL	2.250.000
2.4 Transferência de Capital	2.250.000
TOTAL	2.312.500

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Turismo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
23. Comércio e Serviços	3.382.200
TOTAL	3.382.200

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	761.000
4.0.00.00 – Despesas de Capital	2.621.200
TOTAL	3.382.200

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
 Art. 16. O Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 777.500,00 (setecentos e setenta e sete mil e quinhentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 669.000,00 (seiscentos e sessenta e nove mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, receita de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	108.500
1.1. Receita Tributária	106.000
1.3. Receita Patrimonial	1.500
1.9. Outras Receitas Correntes	1.000
TOTAL	108.500

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal do Meio Ambiente será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
18. Gestão Ambiental	777.500
TOTAL	777.500

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	705.500
4.0.00.00 – Despesas de Capital	72.000
TOTAL	777.500

Art. 17. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art 5º, Portaria STN nº 163/2001, art 8º e demonstrativo de riscos fiscais e providências da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, conforme abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Passivos Contingentes – RPPS	100.000
Passivos Contingentes – DEMAIS	250.000
Demais Riscos Fiscais	1.350.000
TOTAL	1.700.000

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o

limite para cada evento de passivos contingentes especificados no demonstrativo de riscos fiscais e providências.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os passivos contingentes e demais riscos fiscais previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

Art. 18. Os recursos da Reserva de Contingência dos Fundos Previdenciários, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

Art. 19. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 20% (vinte por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recurso identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

§ 3º Excluem-se deste limite, os créditos adicionais, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro, não contarão para apuração do limite disposto no artigo anterior.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 21 desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a sub-função, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Art. 22. As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 23. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 24. Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal 4.320/1964.

Art. 25. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recurso para abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Poder Executivo ou para os créditos especiais através de autorização legislativa específica.

Art. 26. Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal está autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 27. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 28. Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos Orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo, demonstrando o montante máximo dos repasses. Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância do Artigo 29 a 32 e 53 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015.

Art. 29. A presente Lei irá vigorar durante o exercício de 2015, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2014

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4471, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4471, de 17 de dezembro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 010/2014".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei nº 3.796, de 26/06/2002 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº 009/2014, conforme disposto no respectivo Edital.
----------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 2º-	Os Anexos I e II são partes integrantes deste Decreto.
----------	--------------------------------------------------------

Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--------------------------------------------------------

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	-----------------------------------------

GABINETE DO PREFEITO

17 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO I

Processo Seletivo n. 010/2014

RESULTADO FINAL APÓS RECURSO

ASSISTENTE SOCIAL

Inscrição	Candidato	CG	CE	Pontuação Prova	Pontuação Títulos	Pontuação Total	Classif.	Desempate e/ou Motivo
3419	Paula Eleuterio de Britto	0,6	7,2	7,8	4,0	11,8	1º	
3276	Joao Luis Suppi Rodrigues	0,8	7,8	8,6	0,0	8,6	2º	
3430	Rozania da Rosa Ouriques	0,4	7,8	8,2	0,0	8,2	3º	Item 8.1.2 3º
3384	Ana Carolina de Castro Freitas Santos	0,4	7,8	8,2	0,0	8,2	4º	Item 8.1.2 3º
3403	Arony Silva Cruz Paiva	0,8	7,2	8,0	0,0	8,0	5º	Item 8.1.2 3º
3363	Scheila Rodrigues Silveira	0,8	7,2	8,0	0,0	8,0	6º	Item 8.1.2 3º
3282	Juliana Batisti	0,6	7,2	7,8	0,0	7,8	7º	
3437	Tayta Cristina Goetten	1,0	6,6	7,6	0,0	7,6	8º	
3473	Sonia Aparecida Batista Ribeiro Marconi	0,8	6,6	7,4	0,0	7,4	9º	Item 8.1.2 3º
3342	Célia Andreani Kaufmann	0,8	6,6	7,4	0,0	7,4	10º	Item 8.1.2 3º
3491	Karise Robetti	0,2	7,2	7,4	0,0	7,4	11º	Item 8.1.2 3º
3494	Maria Rosane da Silva Figueiredo	0,6	6,6	7,2	0,0	7,2	12º	Item 8.1.2 3º
3401	Eva Maria Muniz Luz	0,6	6,6	7,2	0,0	7,2	13º	Item 8.1.2 3º
3320	Eliane Klock Chiarelli	0,4	6,6	7,0	0,0	7,0	14º	
3274	Izalene Theiss da Rosa	0,8	6,0	6,8	0,0	6,8	15º	Item 8.1.2 3º
3277	Roseli Marinheiro Delino	0,8	6,0	6,8	0,0	6,8	16º	Item 8.1.2 3º
3286	Rosiani Heinz	0,8	6,0	6,8	0,0	6,8	17º	Item 8.1.2 3º
3467	Camila Oliveira Rossi	0,8	6,0	6,8	0,0	6,8	18º	Item 8.1.2 3º
3325	Sthéfanye Machado Noronha Trajano Schmidt	0,8	6,0	6,8	0,0	6,8	19º	Item 8.1.2 3º
3305	Elisabete da Luz Damas	0,6	6,6	6,6	0,0	6,6	20º	Item 8.1.2 3º
3278	Ariane Vieira Muniz Chupel	0,6	6,0	6,6	0,0	6,6	21º	Item 8.1.2 3º
3323	Fernanda Regina Riffel	0,6	6,0	6,6	0,0	6,6	22º	Item 8.1.2 3º
3280	Helena Direne Alam	0,4	6,0	6,4	0,0	6,4	23º	
3324	Rosana Bella Cruz	0,8	5,4	6,2	0,0	6,2	24º	Item 8.1.2 3º
3479	Marcela Nasario	0,2	6,0	6,2	0,0	6,2	25º	Item 8.1.2 3º
3418	Narahã Moreira da Trindade	0,8	5,4	6,2	0,0	6,2	26º	Item 8.1.2 3º
3478	Elizete Righes	0,6	5,4	6,0	0,0	6,0	27º	Item 8.1.2 3º
3453	Antoniela Cristina Ferreira	0,6	5,4	6,0	0,0	6,0	28º	Item 8.1.2 3º
3421	Andre Fritze	0,6	5,4	6,0	0,0	6,0	29º	Item 8.1.2 3º
3294	Janete Schroeder Kuhlmann	0,4	5,4	5,8	0,0	5,8	30º	
3341	Sandra Marli Buttei	0,8	4,8	5,6	0,0	5,6	31º	Item 8.1.2 3º
3303	Jones Anderson Stahnke	0,8	4,8	5,6	0,0	5,6	32º	Item 8.1.2 3º
3448	Cleusa Schmueller	0,6	4,8	5,4	0,0	5,4	33º	
3357	Andreia Stegemann	0,8	4,2	5,0	0,0	5,0	34º	
3289	Daiana Tenfen Angelo	0,2	4,2	4,4	0,0	4,4	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3327	Daniela Kruger	0,2	4,2	4,4	0,0	4,4	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3500	Idemara Ventura Voltolini	-	-	-	4,0	4,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3288	Adriana Aparecida Soares	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4

3440	Andréia Fátima Bortolotti	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3446	Ariane Gabriela Félix Leite	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3464	Camila Hadlich Montagna	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3449	Camila Hinckel	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3493	Carlos Antonio Pessuto	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3318	Carmem Pezenti Matias	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3352	Carolini Barbosa De Oliveira	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3387	Cintia de Camargo Barcellos	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3423	Daiane Aparecida Vargas	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3495	Denise Deller	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3373	Diana Ilaine Gnewuch de Abreu	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3509	Dilcenéia Fátima Kuss Silva	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3488	Doroti Aparecida Porphirio da Cunha	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3306	Eliana Aparecida Adami	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3445	Elisabete Itajiba	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3395	Fabiana Ribeiro de Souza	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3505	Gloria Beatriz Borges Matucheski	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3470	Helio Dias da Costa	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3319	Ivonete Sinhorí	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3417	Jacqueline Isabela Rodrigues Lopes Andriolli	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3281	Josiane Cimardi	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3463	Josimar Moyses da Silva Pereira	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3364	Julia Cristina Lehm	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3516	Juliana Cardozo de Elesbao	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3486	Juliana de Oliveira Perez	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3354	Juliana Elis dos Santos Hoffmann	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3416	Karolina Ribeiro	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3369	Lais Aparecida de Oliveira	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3484	Laís Gianezi	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3460	Luciane Bottin de Medeiros	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3367	Luciano Pena de Oliveira	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3362	Maria da Gloria Rosa Da Rosa	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3483	Marina Feltrin Dambros	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3515	Marinez Marostica	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3450	Marla Sacco Martins	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3349	Neusa Mendonça Franzmann	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3290	Patricia Bennert Hornschu	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3344	Regina Hoffmann	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4

3394	Sabrina Sampatt da Silva Koche Alves	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3376	Sandra Assis Brasil Cani	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3348	Sandra Maria Castilho Demski	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3308	Sandro Luiz Gonçalves	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3506	Sarah Junckes Duarte	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3321	Tais Aline Scherer	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3438	Tatiane Santos Prestes	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3375	Thais Aparecida da Silva	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3385	Thaiza Tenfen	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4

PSICÓLOGO

Inscrição	Candidato	CG	CE	Pontuação Prova	Pontuação Títulos	Pontuação Total	Classif.	Desempate e/ou Motivo
3334	Alexsânia Sousa Braz Tramontin	0,6	6,6	7,2	0,0	7,2	1º	
3295	Osmar Caxoeira	0,4	6,6	7,0	0,0	7,0	2º	
3472	Gabrielle Cristina Becker	0,8	6,0	6,8	0,0	6,8	3º	Item 8.1.2 3º
3439	Maria Elisabete Garcia da Silva	0,8	6,0	6,8	0,0	6,8	4º	Item 8.1.2 3º
3390	Veneranda Senes do Carmo	0,6	6,0	6,6	0,0	6,6	5º	Item 8.1.2 3º
3452	Laise Versino	0,6	6,0	6,6	0,0	6,6	6º	Item 8.1.2 3º
3405	Emanuella Muriél Cunha	0,4	6,0	6,4	0,0	6,4	7º	
3427	Virginia de Araujo Osório Raitez	0,8	5,4	6,2	0,0	6,2	8º	Item 8.1.2 3º
3297	Mariana Ledra	0,8	5,4	6,2	0,0	6,2	9º	Item 8.1.2 3º
3410	Gilson De Liz Moraes	0,6	5,4	6,0	0,0	6,0	10º	Item 8.1.2 3º
3422	Bruna Luiza Pratto	0,6	5,4	6,0	0,0	6,0	11º	Item 8.1.2 3º
3304	Rafaela Simiano	0,6	5,4	6,0	0,0	6,0	12º	Item 8.1.2 3º
3377	Sued Macedo Lopes	0,6	5,4	6,0	0,0	6,0	13º	Item 8.1.2 3º
3498	Elisangela Castilho Bianchini de Lima	0,4	5,4	5,8	0,0	5,8	14º	Item 8.1.2 3º
3361	Luciana Soares	0,4	5,4	5,8	0,0	5,8	15º	Item 8.1.2 3º
3351	Luisa Carina Gessi Rippel	0,4	5,4	5,8	0,0	5,8	16º	Item 8.1.2 3º
3481	Renata Francisca Alves Santos	0,4	5,4	5,8	0,0	5,8	17º	Item 8.1.2 3º
3447	Carla Franciani Dal-molin Aexandrini	0,2	5,4	5,6	0,0	5,6	18º	Item 8.1.2 3º
3436	Joice Knabben	0,8	4,8	5,6	0,0	5,6	19º	Item 8.1.2 3º
3477	Fernanda Marcos	0,2	5,4	5,6	0,0	5,6	20º	Item 8.1.2 3º
3328	Janaina Fronza	0,6	4,8	5,4	0,0	5,4	21º	Item 8.1.2 3º
3293	Giovana Adriane Senem Kruger Heckmann	0,6	4,8	5,4	0,0	5,4	22º	Item 8.1.2 3º
3285	Aline Vizontainer	0,6	4,8	5,4	0,0	5,4	23º	Item 8.1.2 3º
3287	Suelen Regueira	0,4	4,8	5,2	0,0	5,2	24º	Item 8.1.2 3º
3512	Vanessa de Moraes Muniz	1,0	4,2	5,2	0,0	5,2	25º	Item 8.1.2 3º
3309	Patricia Souza	0,4	4,8	5,2	0,0	5,2	26º	Item 8.1.2 3º
3316	Franciele Bastos	0,4	4,8	5,2	0,0	5,2	27º	Item 8.1.2 3º
3336	Rudinei Luiz Beltrame	0,8	4,2	5,0	0,0	5,0	28º	

3458	Sandra Antunes dos Santos	0,6	4,2	4,8	0,0	4,8	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3474	Camila Tomé Pires	0,4	4,2	4,6	0,0	4,6	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3313	Marcia Correa Ribeiro	0,6	3,6	4,2	0,0	4,2	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3429	Marilse Ramos	0,6	3,6	4,2	0,0	4,2	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3511	Kaoana Cardoso	-	-	-	4,0	4,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3462	Michele Aparecida Kreich	0,4	3,6	4,0	0,0	4,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3443	Sonia Jensen Klau- mann	0,0	3,6	3,6	0,0	3,6	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3379	Alessandra Cristina Büttner	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3368	Aline Andrea Arpini	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3461	Aline Hypolito Da Silva Pickler	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3456	Ana Paula Eid	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3433	Ana Paula Pereira	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3490	Andreia Colombo	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3503	Andressa Martins Belisario	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3459	Arlete Felizardo Paludo	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3425	Bianca Rafaela dos Santos	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3424	Bruna Wolff Schwartz	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3329	Camila Carneiro Stedille	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3435	Carolina Francielle Tonin	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3374	Claine Andriele Zas- nieski	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3501	Cleyton Araújo Mendes	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3398	Daiana Kreuch Eger	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3333	Daniele De Paula Goetten	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3502	Darlene Martins Belisario	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3499	Deise Janaina Borba	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3514	Dione Hahn	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3466	Eda Maria Norenberg Arndt	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3485	Elza Cerqueira Santos	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3272	Fabiana Camuci	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3292	Franciane Xavier Ferreira	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3332	Gabriel Bonin Schlemper	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3489	Giovana Bedin Pereira	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3454	Igor Molina Carvalho	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3441	Janaina Miguelina Souza	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3301	Janara Vanderlinde	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3471	Jéssica Vitorino	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3402	Julia Graziella Grah Sens	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3314	Juliete Peyerl Franco	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3432	Katia Gonçalves	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3442	Leojorge Panegalli da Rocha	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3431	Lilian Mazurek Meyer	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4

3496	Lísie Baroni Cruz	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3457	Luana de Lourdes Ferreira Pich	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3353	Márcia Ozieranski	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3468	Mariana de Cezaro Cavaler	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3296	Mariana Schmidt Goebel	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3326	Marilei Klaumann	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3428	Nayara Fátima de Souza	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3300	Odair Figueiredo	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3455	Priscila Magnani	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3337	Rita de Cássia Domin- gues	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3415	Rosana Spiess	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3420	Scheila Giosele dos Santos	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3504	Simone Zavaglia Souza	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3451	Thailine Ellen Chimin Woicolesco	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4
3465	Thayná Lais de Souza Arten	-	-	-	0,0	0,0	DESCLAS	Item 9.1.2.4

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO II

Processo Seletivo n. 010/2014

RELATÓRIO DE RESPOSTAS AOS RECURSOS

A Comissão Especial designada por meio do Decreto n. 4377 de 23/10/2014, divulga as respostas dos recursos impetrados referente ao Resultado Final do Processo Seletivo n. 010/2014:

Candidato: JOICE KNABBEN

Número de Inscrição: 3436

Aos recursos impetrados referente a pontuação da Prova de Títulos desta candidata, a Comissão, após análise, INDEFERE a solicitação, considerando o seguinte item do edital de Processo Seletivo n. 010/2014:

“10.2 DOS TÍTULOS

10.2.1 Será considerado como título:

b) Original e fotocópia do Diploma de Mestrado ou do Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas ou Certidão/Declaração de Conclusão emitida por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC”. (grifo)

No caso em questão a candidata apresentou apenas um atestado de matrícula do Curso de Pós-Graduação, o qual a candidata ainda não findou, não podendo ser pontuado por não se tratar de Certidão/Declaração de Conclusão.

Candidato: IZALENE THEISS DA ROSA

Número de Inscrição: 3274

Candidato: OSMAR CAXOEIRA

Número de Inscrição: 3295

Candidato: ROSIANI HEINZ

Número de Inscrição: 3286

Aos recursos impetrados pelos referidos candidatos quanto a pontuação da Prova de Títulos, a Comissão, após análise, INDEFERE as solicitações, considerando os seguintes itens do edital de Processo Seletivo n. 010/2014:

“10.3.1 A avaliação dos referidos títulos obedecerá aos seguintes critérios de Pontuação:

a) Doutorado na área de atuação: 10,0 pontos;

- b) Mestrado na área de atuação: 9,0 pontos;
c) Especialização na área de atuação: 4,0 pontos". (grifo)

Considerando área de atuação as unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, conforme preceituam os seguintes itens do Edital de Processo Seletivo:

"2.1. O presente Processo Seletivo tem por objeto o recrutamento, a seleção e a contratação, por tempo determinado, de Assistente Social e Psicólogo para atuação nas unidades de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação".

"4.1 Da função, número de vagas, carga horária, habilitação, atuação e salário base são os estabelecidos no quadro abaixo", conforme se lê no item Atuação: CRAS Santa Clara, CREAS e CASC.

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Presidente Comissão Especial - Decreto n. 4377 de 23/10/2014

Processo Seletivo nº 010/2014

DECRETO Nº 4478, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4478, de 18 de dezembro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO - MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei nº 3.796, de 26/06/2002,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o resultado final do Concurso Interno de Remoção – Magistério Público Municipal, em conformidade com o disposto no respectivo Edital.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

18 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

RESULTADO FINAL CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO POR CONCURSO E POR PERMUTA ANO LETIVO 2015 - MAGISTÉRIO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, neste ato representado pelo Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, Prefeito Municipal, Sr. Givanildo Silva, Secretário Municipal de Administração e Regina Garcia Ferreira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Art. 41 da Lei Complementar 207/2010 e alterações posteriores, Art. 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores e, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO O RESULTADO FINAL DO CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO (POR CONCURSO E POR PERMUTA) - ANO LETIVO 2015 do Magistério Público Municipal.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº Inscrição	Nome	Pós Graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
255	Josemeri Carvalho	Específica	Pedagogia	25a 8m 10d	126 horas
220	Silvana do Nascimento	Específica	Pedagogia	12a 8m 12d	109 horas e 30 min
193	Taisa Adam Ern	Específica	Pedagogia	12a 5m 6d	240 horas
215	Marlice Stupp Salvador	Específica	Pedagogia	10a 6m 4d	360 horas
222	Patricia Regina Mendes	Específica	Pedagogia	10a 5m 2d	276 horas
150	Roseli Strey	Específica	Pedagogia	10a 4m 12d	360 horas
216	Marcia Wessner Vinotti	Específica	Pedagogia	9a 8m 7d	360 horas
196	Maria Luciana da Silva Camargo	Específica	Pedagogia	7a 8m 7d	132 horas

114	Elisabeth Aparecida Bernardo Fronza	Específica	Pedagogia	7a 5m 23d	76 horas
188	Eliane Francisca da Silva Branger	Específica	Pedagogia	2a 3m 2d	625 horas
177	Ana Lucia Kammers dos Santos	Específica	Pedagogia	2a 3m 2d	96 horas
175	Joseane Góes	Específica	Pedagogia	2a 3m 2d	82 horas
152	Rozenilda Aparecida Boeira Zaniz	Específica	Pedagogia	2a 3m 2d	63 horas e 30 min
232	Denise Adriana da Silva Laurindo	Específica	Pedagogia	2a 3m 2d	59 horas e 30 min
189	Elaine Demétrio	Específica	Pedagogia	2a 3m 2d	39 horas e 30 min
151	Maria Salete Alexandre Antunes	Específica	Pedagogia	2a 3m 2d	20 horas
129	Celestina Laurete	Específica	Pedagogia	-	34 horas
224	Elaine Cristina Budag	-	Pedagogia	7a 9m 1d	235 horas
243	Maria Salete Cavalcante Censi	-	Magistério	9a 8m 14d	380 horas

ANOS INICIAIS

Nº Inscrição	Nome	Pós Graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
250	Marinei Aparecida Silva Costa	Específica	Pedagogia	26a 7m 10d	510 horas
165	Margarete Franz	Específica	Pedagogia	19a 4m 6d	264 horas
166	Silvia Weiss	Específica	Pedagogia	18a 7m 8d	240 horas
226	Isolete Borgert	Específica	Pedagogia	18a 7m 7d	284 horas
164	Luciane Kirchner	Específica	Pedagogia	12a 8m 12d	392 horas
159	Iraci Rosa Osterno Tonet	Específica	Pedagogia	12a 8m 8d	504 horas
233	Wilmara Adriana Stadnik Bublitz	Específica	Pedagogia	12a 5m 4d	384 horas
170	Jucélia Correia de Santana	Específica	Pedagogia	10a 8m 25d	140 horas
144	Rosa Ferreira de Matos	Específica	Pedagogia	10a 2m 24d	136 horas
116	Meres Aparecida de Andrade	Específica	Pedagogia	9a 3m 4d	295 horas
210	Joana Alves de Oliveira Santos	Específica	Pedagogia	9a 2m 24d	160 horas
213	Lindamir Luciana Schneider Da Silva	Específica	Pedagogia	8a 2m 11d	582 horas
123	Andresa Martins Dolzan	Específica	Pedagogia	7a 9m 5d	-
245	Maria Luciana da Silva Camargo	Específica	Pedagogia	7a 8m 7d	132 horas
136	Mariana Minatti Giacomini	Específica	Pedagogia	7a 5m 15d	271 horas e 30 min

PORTUGUÊS

Nº Inscrição	Nome	Pós Graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
154	Ilson José Furtado	Específica	Letras	19a 8m 10d	344 horas
252	Regina Bazzani Kretzer	Específica	Língua Portuguesa	12a 8m 12d	66 horas

MATEMÁTICA

Nº Inscrição	Nome	Pós Graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
168	Thais Odebrecht	-	Matemática	8a 8m 22d	440 horas

HISTÓRIA

Nº Inscrição	Nome	Pós Graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
240	Marineusa Doerner Olivo	Específica	História	24a 4m 8d	8 horas

CIÊNCIAS

Nº Inscrição	Nome	Pós Graduação	Graduação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
97	Maristela Luiza Fronza Marconsini	Específica	Ciências	22a 1m 6d	134 horas
257	Lidiane De Menech da Silva	Específica	Ciências Biológicas	2a 3m 2d	402 horas
119	Joice Sabina May	Específica	Ciências Biológicas	2a 3m 2d	292 horas
182	Lúcia Ferreira	Específica	Ciências Biológicas	4m 3d	340 horas

GEOGRAFIA

Nº Inscrição	Nome	Pós Graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
214	Mônica de Souza	-	Geografia	4m 10d	-

INGLÊS

Nº Inscrição	Nome	Pós Graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
154	Ilson José Furtado	Específica	Letras	19a 8m 10d	344 horas
134	Debora Ossemer Schlup	Específica	Letras	12a 7m 14d	146 horas

ARTES

Nº Inscrição	Nome	Pós Graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
186	Laura Eliane Longen Deluca	Específica	Educação Artística	10a 5m 23d	60 horas
135	Alessandra Gonçalves	Específica	Artes	2a 2m 27d	43 horas
200	Joseany Rodrigues	-	Artes Visuais	2m 4d	-

EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº Inscrição	Nome	Pós Graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
148	Helmut Lindner Filho	Específica	Educação Física	20a 5m 8d	-
192	Diorgenes Roberto Xavier de Liz	Específica	Educação Física	10a 5m 5d	502 horas
242	Tiago Nunes	Específica	Educação Física	2a 3m 2d	43 horas
231	Liliane Neves de Oliveira Cezario	Específica	Educação Física	1a 9m	12 horas
217	Cleide Schreiber	Específica	Educação Física	-	880 horas

PEDAGOGO

Nº Inscrição	Nome	Pós Graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
262	Eliane Léa Vicente Testoni	Específica	Pedagogia	18a 1m 7d	189 horas
99	Eli Regina Bechtold	Específica	Pedagogia	12a 1m 17d	79 horas

145	Irene Spricigo	Específica	Pedagogia	2a 3m 2d	65 horas
153	Daiana Gabriela De Moraes	Específica	Pedagogia	1a 6m 13d	67 horas

REMOÇÃO POR PERMUTA

Nº Inscrição	Candidato 1	Candidato 2	Cargo/Área de Atuação/Disciplina
236	Josela Estoele	Adriana Martins Da Silva Soares	Pedagogo
241	Diorgenes Roberto Xavier De Liz	Claudio Marcelino	Educação Física

Rio do Sul (SC), 18 de dezembro de 2014.

GIVANILDO SILVA	REGINA GARCIA FERREIRA
Secretário Municipal de Administração	Secretária Municipal de Educação
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO	
Prefeito de Rio do Sul	

DECRETO Nº 4487, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4487, de 18 de dezembro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 167/2014".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Carta Convite nº 167/2014 de 05/12/2014, cujo resumo está representado no Anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:
	- TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--------------------------------------------------------

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	-----------------------------------------

GABINETE DO PREFEITO.

18 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 4487/2014

CARTA CONVITE Nº 167/2014, DE 05/12/2014

Objeto da Licitação:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO DE CABECEIRA DE PONTE, COM SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASEIOS.
Empresas Convidadas:	- LZK CONSTRUTORA LTDA; - TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI; - CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA.
Decisão:	Pelo critério de menor preço global a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante: - TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI

DECRETO Nº 4489, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4489, de 18 de dezembro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2014".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA

Art. 1º-	Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 164/2014, de 28/11/2014, cujo resumo está representado no Anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:
	- TERRAPLENAGEM REICHERT LTDA ME

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--------------------------------------------------------

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário
----------	----------------------------------------

GABINETE DO PREFEITO

18 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

ANEXO AO DECRETO Nº 4461/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2014, de 28/11/2014

Objeto da Licitação:	Contratação de serviços de equipamentos e maquinários para drenagem e pavimentação da rua Selestina Fronza no bairro Taboão. Secretaria de Planejamento.
Participantes:	- TERRAPLENAGEM REICHERT LTDA ME
Decisão:	Pelo critério de menor preço global o Pregoeiro declarou vencedor o licitante: - TERRAPLENAGEM REICHERT LTDA ME

DECRETO Nº 4490, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4490, de 18 de dezembro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 60/2014,".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Carta Convite nº 60/2014 de 03/12/2014, cujo resumo está representado no Anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:
	<ul style="list-style-type: none">- GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP;- INDÚSTRIA GRÁFICA LIVRAMENTO LTDA – ME;- WEBERGRAFIC COMÉRCIO DE MATERIAIS GRÁFICOS LTDA ME;- NORTE INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA;- GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA.

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--------------------------------------------------------

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	-----------------------------------------

GABINETE DO PREFEITO

18 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 4490/2014**CARTA CONVITE Nº 60/2014, DE 03/12/2014**

Objeto da Licitação:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL NOS MESES DE DEZEMBRO DE 2014 À FEVEREIRO DE 2015.
Empresas Convidadas:	<ul style="list-style-type: none">- GRÁFICA TELLES LTDA – EPP;- OLINGRÁFICA SERV. GRÁFICOS LTDA;- GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP;- INDÚSTRIA GRÁFICA LIVRAMENTO LTDA – ME;- WEBERGRAFIC COMÉRCIO DE MATERIAIS GRÁFICOS LTDA ME;- NORTE INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA;- GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA.
Decisão:	<p>Pelo critério de menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedores os licitantes:</p> <ul style="list-style-type: none">- GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP;- INDÚSTRIA GRÁFICA LIVRAMENTO LTDA – ME;- WEBERGRAFIC COMÉRCIO DE MATERIAIS GRÁFICOS LTDA ME;- NORTE INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA;- GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA.

LEI COMPLEMENTAR 294

LEI COMPLEMENTAR Nº 294, de 17 de dezembro de 2014.

"AMPLIA VAGAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E ALTERA OS ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 208 DE 28 DE SETEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Ficam ampliadas 22 (vinte e duas) vagas nos cargos de provimento efetivo, com jornada de trabalho e vencimento mensal a seguir identificados:
----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Vagas	Cargo	Nível	Jornada
1	Advogado	H	20
4	Agente Administrativo	E	40
9	Assistente Social	H	40
2	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	A	40
4	Educador Social	E	40
2	Psicólogo	H	40

Parágrafo único - A ampliação de vagas tem por objetivo atender à demanda de profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º-	Em razão das modificações previstas no artigo anterior, os Anexos I e III, da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010, passam a vigorar com a redação neles dispostas os quais são partes integrantes desta Lei Complementar.
----------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 3º-	As despesas necessárias para aplicação desta Lei Complementar correrão à conta de dotações específicas, consignadas no orçamento vigente.
----------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 4º-	Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
----------	-----------------------------------------------------------------

Art. 5º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	-----------------------------------------

GABINETE DO PREFEITO

17 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Anexo I

ESTRUTURA DOS CARGOS EFETIVOS

a) Administração Direta			
Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Administrador	1	H	40
Advogado 1	9	H	20
Advogado (em extinção)	1	H	20
Agente Administrativo	131	E	40
Agente de Defesa Civil	2	E	40
Agente de Saúde (em extinção)	2	F	40
Almoxarife (em extinção)	1	B	40
Analista de Sistemas	4	H	40
Arquiteto	4	H	40
Arquivista 1	1	H	40
Assistente Social	35	H	40
Atendente de Educação Infantil (em extinção)	3	B	40
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	30	C	40
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	17	D	40
Auxiliar de Enfermagem (em extinção)	36	D	40
Auxiliar de Saúde Bucal	20	C	40

Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	167	A	40
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	85	A	40
Auxiliar de Topografia	4	B	40
Biólogo 1	1	H	40
Calceteiro	12	C	40
Carpinteiro	7	D	40
Cirurgião Dentista	30	H	20
Cirurgião Dentista (em extinção)	1	J	30
Contador	2	H	40
Auditor Interno 1	1	H	40
Coveiro	5	B	40
Cozinheiro	41	B	40
Desenhista	6	F	40
Detonador (em extinção)	1	B	40
Digitador (em extinção)	1	E	36
Educador Social 1	13	E	40
Eletricista	2	D	40
Enfermeiro	26	H	40
Enfermeiro Obstétrico	2	H	40
Engenheiro Agrônomo	2	H	40
Engenheiro Civil	10	H	40
Engenheiro de Alimentos	1	H	40
Engenheiro Florestal	1	H	40
Engenheiro Sanitarista	1	H	40
Farmacêutico	7	H	40
Fiscal de Meio Ambiente	2	G	40
Fiscal de Obras (em extinção)	2	G	40
Fiscal de Obras e Posturas	6	G	40
Fiscal de Posturas (em extinção)	1	G	40
Fiscal de Saúde Pública	4	G	40
Fiscal de Serviço Público	4	G	40
Fiscal de Tributos	12	G	40
Fiscal do PROCON	2	G	40
Fisioterapeuta 1	2	H	40
Fonoaudiólogo	7	H	40
Fonoaudiólogo (em extinção)	1	G	30
Guarda Municipal	30	E	40
Instrutor de Trabalhos Manuais (em extinção)	2	B	20
Lubrificador	1	B	40
Médico	14	H	20
Médico 1	13	K	40
Médico (em extinção)	1	J	30
Médico Angiologista	1	H	20
Médico Auditor	1	H	20
Médico Autorizador	1	H	20
Médico Cardiologista	2	H	20
Médico Cirurgião Geral	2	H	20
Médico Cirurgião Pediátrico	1	H	20
Médico Dermatologista	1	H	20
Médico Endocrinologista	1	H	20
Médico Ginecologista/Obstetra	6	H	20
Médico Neurologista	2	H	20
Médico Oftalmologista	3	H	20

Médico Oncologista	1	H	20
Médico Ortopedista	1	H	20
Médico Otorrinolaringologista	2	H	20
Médico Pediatra	6	H	20
Médico Perito	1	H	20
Médico Pneumologista	1	H	20
Médico Psiquiatra	2	H	20
Médico Urologista	2	H	20
Médico Veterinário	3	H	40
Motorista de Caminhão	50	E	40
Motorista de Veículo Leve	32	D	40
Nutricionista	5	H	40
Operador de Equipamentos	28	E	40
Pedreiro	10	D	40
Pintor	2	C	40
Professor I (em extinção)	4	B	40
Programador (em extinção)	1	E	40
Psicólogo	28	H	40
Psicopedagogo	4	H	40
Radiologista/Odontológico	3	H	20
Recepcionista (em extinção)	1	B	40
Técnico em Agropecuária	4	F	40
Técnico em Análises Clínicas 1	2	F	40
Técnico em Enfermagem	58	F	40
Técnico em Informática	5	F	40
Técnico em Radiologia 1	2	F	20
Técnico em Segurança no Trabalho	1	F	40
Telefonista	4	C	36
Topógrafo	2	F	40
Turismólogo	2	H	40
Vigia (em extinção)	11	B	40
1 Cargos Criados			
b) Administração Indireta - Fundação Cultural			
Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Agente Administrativo	5	E	40
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	4	C	40
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40
Bibliotecário 1	1	H	40
Motorista de Veículo Leve	2	D	40
Telefonista	2	C	36
1 Cargos Criados			
c) Administração Indireta - Fundação Municipal de Desportos			
Cargos	Vagas	Nível	Jornada

Agente Administrativo	2	E	40
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	4	A	40
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	6	A	40
Motorista de Caminhão	1	E	40
Motorista de Veículo Leve	2	D	40

Anexo III

GRUPOS OCUPACIONAIS

a) Lotação Administração Direta			
Grupo Ocupacional Operacional (GO)			
Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Auxiliar de Enfermagem (em extinção)	36	D	40
Auxiliar de Saúde Bucal	20	C	40
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	167	A	40
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	85	A	40
Auxiliar de Topografia	4	B	40
Calceteiro	12	C	40
Carpinteiro	7	D	40
Coveiro	5	B	40
Cozinheiro	41	B	40
Detonador (em extinção)	1	B	40
Eletricista	2	D	40
Guarda Municipal	30	E	40
Instrutor de Trabalhos Manuais (em extinção)	2	B	20
Lubrificador	1	B	40
Motorista de Caminhão	50	E	40
Motorista de Veículo Leve	32	D	40
Operador de Equipamentos	28	E	40
Pedreiro	10	D	40
Pintor	2	C	40
Vigia (em extinção)	11	B	40
Grupo Ocupacional Administrativo (GA)			
Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Agente Administrativo	131	E	40
Agente de Defesa Civil	2	E	40
Agente de Saúde (em extinção)	2	F	40
Almoxarife (em extinção)	1	B	40
Atendente de Educação Infantil (em extinção)	3	B	40
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	30	C	40
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	17	D	40

Digitador (em extinção)	1	E	36
Educador Social	13	E	40
Professor I (em extinção)	4	B	40
Programador (em extinção)	1	E	40
Recepcionista (em extinção)	1	B	40
Telefonista	4	C	36
Grupo Ocupacional Técnico (GT)			
Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Desenhista	6	F	40
Técnico em Agropecuária	4	F	40
Técnico em Análises Clínicas	2	F	40
Técnico em Enfermagem	58	F	40
Técnico em Informática	5	F	40
Técnico em Radiologia	2	F	20
Técnico em Segurança no Trabalho	1	F	40
Topógrafo	2	F	40
Grupo Ocupacional Superior (GS)			
Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Administrador	1	H	40
Advogado	9	H	20
Advogado (em extinção)	1	H	20
Analista de Sistemas	4	H	40
Arquiteto	4	H	40
Arquivista	1	H	40
Assistente Social	37	H	40
Auditor Interno	1	H	40
Biólogo	1	H	40
Cirurgião Dentista	30	H	20
Cirurgião Dentista (em extinção)	1	J	30
Contador	2	H	40
Enfermeiro	26	H	40
Enfermeiro Obstétrico	2	H	40
Engenheiro Agrônomo	2	H	40
Engenheiro Civil	10	H	40
Engenheiro de Alimentos	1	H	40
Engenheiro Florestal	1	H	40
Engenheiro Sanitarista	1	H	40
Farmacêutico	7	H	40
Fiscal de Meio Ambiente	2	G	40
Fiscal de Obras (em extinção)	2	G	40
Fiscal de Obras e Posturas	6	G	40
Fiscal de Posturas (em extinção)	1	G	40
Fiscal de Saúde Pública	4	G	40
Fiscal de Serviço Público	4	G	40
Fiscal de Tributos	12	G	40
Fiscal do PROCON	2	G	40
Fisioterapeuta	2	H	40

Fonoaudiólogo	7	H	40
Fonoaudiólogo (em extinção)	1	G	30
Médico	14	H	20
Médico	13	K	40
Médico (em extinção)	1	J	30
Médico Angiologista	1	H	20
Médico Auditor	1	H	20
Médico Autorizador	1	H	20
Médico Cardiologista	2	H	20
Médico Cirurgião Geral	2	H	20
Médico Cirurgião Pediátrico	1	H	20
Médico Dermatologista	1	H	20
Médico Endocrinologista	1	H	20
Médico Ginecologista/Obstetra	6	H	20
Médico Neurologista	2	H	20
Médico Oftalmologista	3	H	20
Médico Oncologista	1	H	20
Médico Ortopedista	1	H	20
Médico Otorrinolaringologista	2	H	20
Médico Pediatra	6	H	20
Médico Perito	1	H	20
Médico Pneumologista	1	H	20
Médico Psiquiatra	2	H	20
Médico Urologista	2	H	20
Médico Veterinário	3	H	40
Nutricionista	5	H	40
Psicólogo	28	H	40
Psicopedagogo	4	H	40
Radiologista/Odontológico	3	H	20
Turismólogo	2	H	40
b) Administração Indireta - Fundação Cultural			
Grupo Ocupacional Operacional (GO)			
Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40
Motorista de Veículo Leve	2	D	40
Grupo Ocupacional Administrativo (GA)			
Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Agente Administrativo	5	E	40
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	4	C	40
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40
Telefonista	2	C	36

Grupo Ocupacional Superior (GS)			
Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Bibliotecário	1	H	40
c) Administração Indireta - Fundação Municipal de Desportos			
Grupo Ocupacional Operacional (GO)			
Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	4	A	40
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	6	A	40
Motorista de Caminhão	1	E	40
Motorista de Veículo Leve	2	D	40
Grupo Ocupacional Administrativo (GA)			
Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Agente Administrativo	2	E	40
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40

IMPACTO FINANCEIRO COM A AMPLIAÇÃO DAS VAGAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

MEMORANDO Nº184/2014 - SEC. DE ASS. SOCIAL					
Cargo	Qtde. de vagas a serem criadas	Vencimento Servidor/mês	FAP (22%)	Total Mensal	Total Anual (x12 + 13º e Férias)
Assistente Social	9	R\$ 3.402,03	R\$ 748,45	R\$ 4.150,48	R\$ 497.932,68
Psicólogo	2	R\$ 3.402,03	R\$ 748,45	R\$ 4.150,48	R\$ 110.651,71
Agente Administrativo	4	R\$ 1.512,01	R\$ 332,64	R\$ 1.844,65	R\$ 98.356,86
Educador social	4	R\$ 1.512,01	R\$ 332,64	R\$ 1.844,65	R\$ 98.356,86
Advogado (20 horas)	1	R\$ 3.402,03	R\$ 748,45	R\$ 4.150,48	R\$ 55.325,85
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	R\$ 756,00	R\$ 166,32	R\$ 922,32	R\$ 24.589,05
TOTAL	22	R\$ 13.986,11	R\$ 3.076,94	R\$ 17.063,05	R\$ 885.213,00
Auxílio Alimentação					
Quantidade vagas criadas	Média de dias úteis	Valor do auxílio alimentação/dia útil	Total/servidor	Total Mensal	Total Anual (x11)
22	20	R\$ 9,82	R\$ 196,40	R\$ 4.320,80	R\$ 47.528,80

		IMPACTO DO PRIMEIRO ANO			R\$ 932.741,80
		IMPACTO DO SEGUNDO ANO (+1% anuênio)			R\$ 942.069,22
		IMPACTO DO TERCEIRO ANO (+1% anuênio)			R\$ 951.489,91
					23/12/2014 10:49

LEI COMPLEMENTAR 295

LEI COMPLEMENTAR Nº 295, de 17 de dezembro de 2014.

"ALTERA ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 110 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003 QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Altera o Anexo I de que trata o inciso I do art. 204 da Lei Complementar nº 110 de 17 de dezembro de 2003, que define a Pauta de Valores dos Terrenos, passando a mesma a vigorar consoante Anexo I da presente Lei Complementar.
Art. 2º-	Altera a Tabela I do Anexo IV de que trata o art. 235 da Lei Complementar nº 110 de 17 de dezembro de 2003, que define a Tabela do ITBI, passando a mesma a vigorar consoante Anexo IV da presente Lei Complementar.
Art. 3º-	Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

17 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

PORTARIA N. 1282/RH

PORTARIA N. 1282/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender por 50 (cinquenta) dias, contados a partir de 23 de dezembro de 2014, os trabalhos das comissões de processos administrativos disciplinares, sindicâncias administrativas e de processos administrativos de estágio probatório em andamento, em virtude do período de recesso.

Art. 2º Os trabalhos das comissões citadas acima deverão reiniciar-se em 11 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de dezembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lso

PORTARIA Nº 1.268/2014

PORTARIA Nº. 1.268/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Designar, no período de 05/01/2015 a 24/01/2015, de acordo com Art. 46 e 47 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora municipal LAIANA DA SILVA OSSEMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, atualmente desenvolvendo as atribuições da função comissionada de Chefe da Divisão de Treinamento e Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Administração, para exercer as atribuições do cargo de Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, durante o impedimento do titular por motivo de Férias. Com opção pelo vencimento do cargo comissionado de Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, fundamentado no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.269/2014

PORTARIA Nº. 1.269/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Exonerar, o servidor JEAN CLAUDIO DE OLIVEIRA, matrícula nº 87394/01, portador do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I (em extinção), da função comissionada de Chefe da Divisão de Administração do Cemitério da Secretaria Municipal de Administração, sendo 05/01/2015 o seu último dia de atuação na função comissionada, com fundamento no § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.270/2014

PORTARIA Nº. 1.270/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Exonerar, o servidor ROBSON DA SILVA, matrícula nº 104981/01, portador do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I (em extinção), da função comissionada de Diretor do Departamento de Agricultura da Secretaria Municipal de Agricultura, sendo 05/01/2015 o seu último dia de atuação na função comissionada, com fundamento no § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 302/2014

PORTARIA Nº. 302/2014

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. MARLI TEREZINHA PIAIA TERCI, pelo período de 28/11/2014 a 23/01/2015, correspondente a 57 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 303/2014

PORTARIA Nº. 303/2014

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. MARIA DO CARMO TASCA NAVA, pelo período de 08/12/2014 a 25/01/2015, correspondente a 49 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 304/2014

PORTARIA Nº. 304/2014

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. JUSARA TEREZINHA DALPIZZOL ABATI, pelo período de 20/11/2014 a 02/01/2015, correspondente a 44 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 305/2014

PORTARIA Nº. 305/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 15 dias de Férias, no período compreendido de 08 de dezembro de 2014 a 22 de dezembro de 2014, totalizando 150 dias de férias a Servidora MARINA HARTCOPH, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/07/2013 a 30/06/2014, correspondente a 15 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 306/2014

PORTARIA Nº. 306/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. BERENICE DALPIZZOL, matrícula funcional nº 832, do cargo de Agente Comunitária de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 16 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 307/2014

PORTARIA Nº. 307/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. ROSEMILDA APARECIDA DE SOUZA PÉRICO, matrícula funcional nº 835, do cargo de Agente Comunitária de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 16 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 308/2014

PORTARIA Nº. 308/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. LORENI SALETE CORREIA OLIVO, matrícula funcional nº 833, do cargo de Agente Comunitária de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 16 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 309/2014

PORTARIA Nº. 309/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado, a partir desta data, o Sr. VALMIR SARTOREL, do cargo em comissão de Coordenador do Transporte Escolar.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 16 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 310/2014

PORTARIA Nº. 309/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. CAMILA DONADEL, matrícula funcional nº 1133, do cargo de Atendente de Creche, da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 19 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 311/2014

PORTARIA Nº. 310/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. MARILENE SANTOS ZANESCO, matrícula funcional nº 1129, do cargo de Atendente de Creche, da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 19 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 312/2014

PORTARIA Nº. 311/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. NEIDE TEDESCO, matrícula funcional nº 1108, do cargo de Auxiliar de Limpeza, da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 19 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 313/2014

PORTARIA Nº. 313/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado, a partir desta data, o Sr. NELSO JOSÉ DE CÉSARO, do cargo em comissão de COORDENADOR DO CEMI-TÉRIO MUNICIPAL.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 19 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 314/2014

PORTARIA Nº. 314/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado, a partir desta data, o Sr. ALTAIR ANTONIO PASIN, matrícula funcional nº 979, do cargo de Motorista Classe II, da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 19 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 315/2014

PORTARIA Nº. 315/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, totalizando 30 dias de férias a Servidora JÉSSICA CAMARGO DOS SANTOS, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 25/03/2014 a 24/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 22 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 316/2014

PORTARIA Nº. 316/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, totalizando 30 dias de férias a Servidora SEBASTIANA ALVES PERÃO PEDROSO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 13/02/2014 a 12/02/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 22 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 317/2014

PORTARIA Nº. 317/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, totalizando 30 dias de férias a Servidora VERA LÚCIA MOREIRA LOPES CONTE, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 12/02/2014 a 11/02/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 22 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 318/2014

PORTARIA Nº. 318/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, totalizando 30 dias de férias a Servidora MICHELE ALVES, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 17/02/2014 a 16/02/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 22 de dezembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 319/2014

PORTARIA Nº. 319/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, totalizando 30 dias de férias a Servidora ELAINE MARIA CONTE BISCARO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 14/02/2013 a 13/02/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 22 de dezembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 320/2014

PORTARIA Nº. 320/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ALEXANDRE DE BORTOLI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 12/02/2014 a 11/02/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 22 de dezembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 321/2014

PORTARIA Nº. 321/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, totalizando 30 dias de férias a Servidora EMANUELE BATTISTI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 12/02/2014 a 11/02/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 22 de dezembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 322/2014

PORTARIA Nº. 322/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, totalizando 30 dias de férias ao Servidor FERNANDO RECH, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 13/02/2014 a 12/02/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 22 de dezembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 323/2014

PORTARIA Nº. 323/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, totalizando 30 dias de férias ao Servidor LUIZ NEZI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/06/2013 a 31/05/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 22 de dezembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 324/2014

PORTARIA Nº. 324/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,
Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, totalizando 30 dias de férias ao Servidor CLAUDEMIR SARTOREL, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/04/2013 a 31/03/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 22 de dezembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 325/2014

PORTARIA Nº. 325/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,
Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, totalizando 30 dias de férias ao Servidor DALMIR ZIMMER, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/03/2013 a 01/03/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 22 de dezembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 326/2014

PORTARIA Nº. 326/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,
Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, totalizando 30 dias de férias ao Servidor PAULO SARTOREL, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 20/05/2014 a 19/05/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 22 de dezembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 327/2014

PORTARIA Nº. 327/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,
Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, totalizando 30 dias de férias ao Servidor MOZAR GANASINI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/03/2013 a 28/02/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 22 de dezembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 328/2014

PORTARIA Nº. 328/2014

"Nomeia Conselheira Tutelar do Município de Salto Veloso-SC, e Dá Outras Providências".

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições,

Resolve:
Artigo 1º. Fica nomeada para o cargo de Conselheira Tutelar, com 40 horas semanais, a partir de 22/12/2014, GIOVANA ARIATI ZACARON.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 22 de dezembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 329/2014

PORTARIA Nº. 329/2014

"Nomeia Conselheira Tutelar do Município de Salto Veloso-SC, e Dá Outras Providências".

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições,

Resolve:
Artigo 1º. Fica nomeada para o cargo de Conselheiro Tutelar, com 40 horas semanais, a partir de 22/12/2014, JANI CARLOS CONTE

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 22 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 330/2014

PORTARIA Nº. 330/2014

“Nomeia Conselheira Tutelar do Município de Salto Veloso-SC, e Dá Outras Providências”.

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Artigo 1º. Fica nomeada para o cargo de Conselheira Tutelar, com 40 horas semanais, a partir de 22/12/2014, MARTINA CELZLEIN.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 22 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 331/2014

PORTARIA Nº. 331/2014

“Nomeia Conselheira Tutelar do Município de Salto Veloso-SC, e Dá Outras Providências”.

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Artigo 1º. Fica nomeada para o cargo de Conselheira Tutelar, com 40 horas semanais, a partir de 22/12/2014, MERYELI DONADEL.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 22 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 971, DE 023 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 971, DE 023 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio/Termo de Cooperação Técnica com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/Sistema Nacional de Emprego/SINE-SC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio/Termo de Cooperação Técnica com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/Sistema Nacional de Emprego/SINE-SC.

Art. 2º Fica autorizado colocar a disposição do Sistema Nacional de Emprego/SINE-SC, em até 02 (dois) servidores do município.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão a conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 23 de dezembro de 2014.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 972, DE 023 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 972, DE 023 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Santa Rosa do Sul, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), para a inclusão do seguinte programa:

Órgão: 06 - SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 - SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Programa: 109 - Urbanização de Vias

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Proj./Ativ.: 1.008 - Pavimentação de Vias Públicas

Recurso: 93 - Operação de Crédito Interna

Valor: 1.000.000,00

Total Suplementado 1.000.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de Crédito junto a Caixa Econômica Federal.

§ 1º Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal, 23 de dezembro de 2014.
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 973, DE 023 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 973, DE 023 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto a Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), no âmbito do Programa PRÓ-TRANSPORTE, destinado a pavimentação e qualificação de vias urbanas, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 23 de dezembro de 2014.
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 974, DE 023 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 974, DE 023 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Concessão de Uso de equipamentos pertencente ao Município para uso da Associação dos Agricultores Familiares do Extremo Sul - AGRISUL, com intuito de incentivar a agricultura familiar no Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder os equipamentos abaixo descritos, de propriedade do município, para uso da Associação dos Agricultores Familiares do Extremo Sul - AGRISUL, mediante celebração de Termo de Concessão de uso, quais sejam:

Número do Patrimônio FDR	Quantidade	Descrição
292	001	Grade aradora 16 discos;
557	01	Plantadeira com 4 linhas.

Parágrafo único. Os bens cedidos terão como objetivo o incentivo da agricultura familiar no município e deverão ser usados para o desenvolvimento da agricultura familiar e da pecuária leiteira no município de Santa Rosa do Sul/SC.

Art. 2º - Correrão à expensas da associação as despesas decorrentes da conservação, manutenção e guarda dos equipamentos.

Parágrafo Único - Fica a cessionária vedada de ceder, locar e emprestar o objeto desta cessão de uso para terceiros, bem como utilizá-los para fins diferentes dos acima descritos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 23 de dezembro de 2014.
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer
Secretário de Administração e Finanças

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 98/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Termo Aditivo Nº	98/2014
Contrato Principal Nº	82/2014
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	CASANOVA, LORENZETTI & CIA LTDA
Objeto	Apostilamento de contrato, sendo que será alterado os itens orçamentários para o pagamento do seguinte objeto ÓLEO DIESEL B5 – S500, para aplicação dos recursos do Convênio Nº.2014TR3278 firmado entre o município de Santiago do Sul e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Quilombo – SDR.
Vigência	17 de dezembro a 31 de dezembro de 2014.
Valor	R\$ 106,27 (cento e seis reais e vinte e sete centavos).
Processo Nº.	852014
Pregão Presencial	60/2014
Santiago do Sul-SC, 14 de novembro de 2014.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

EDITAL Nº03/2014 CMDCA - ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTIAGO DO SUL-SC

Edital Nº 03/2014 - CMDCA

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Santiago do Sul -SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90 (ECA) e a Lei Municipal nº 725/2014 e art. 10 da Resolução Nº139/10 do CONANDA, torna público o processo de escolha de 04 (quatro) membros para o Conselho Tutelar de Santiago do Sul - SC e de seus respectivos suplentes.

REGULAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL

I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A escolha dos Conselheiros Tutelares será realizada em 02 etapas a saber:

I - Inscrição de candidatos;

II - Eleição dos candidatos de forma direta e facultativa.

Parágrafo único. O CMDCA fará ampla divulgação do edital do processo de escolha dos conselheiros tutelares, nas escolas municipais e estadual de atuação no município, jornal de circulação no município, diário oficial, site oficial do município, e fará aremessa para fixar nos murais da Prefeitura Municipal de Santiago do Sul, Fórum da Comarca, Câmara de Vereadores, e demais locais que o CMDCA achar necessário.

Art. 2º Este processo definirá os 4 (quatro) conselheiros, que assumirão o cargo de titulares em 01/02/2015, e terão mandato extraordinário até a posse daqueles escolhidos no primeiro processo unificado, que ocorrerá no ano de 2015, podendo concorrer a reeleição no pleito de 2015 e a subsequente, conforme a resolução 152/2012 do CONANDA. Considerar-se-ão eleitos os 4 (quatro) primeiros candidatos que obtiverem as maiores votações, sendo os demais, pela ordem de classificação, suplentes.

a) A carga horária de 20 (vinte) horas semanais e atendimento ao público das 7h30min às 11h30min ou das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, na sede do Conselho Tutelar deste Município.

b) No período noturno, fins de semana e feriados, será realizado um sistema de plantão com rodízio ou em forma consensual entre os membros do conselho tutelar de forma que não haja horários sem atendimento a criança e o adolescente, os conselheiros terão direito a compensação de horas, totalizando uma jornada de 20(vinte) horas semanais para cada conselheiro. Demais situações referentes ao horário de trabalho e compensação de horas, serão disciplinadas no regimento interno.

c) Aos membros do Conselho Tutelar será assegurado a remuneração do valor previsto no nível 14, da Tabela de Vencimentos(R\$ 678,31), constante no anexo IV, do Plano de Cargos e Vencimentos da Administração Pública Municipal de Santiago do Sul com a devida cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença-maternidade, licença-paternidade. Sendo que o gozo das férias será concedido pelo Presidente do CMDCA de forma alternada, um a cada vez, não podendo 2 (dois) conselheiros gozar as férias ao mesmo tempo.

d) Poderá ainda ser chamado pelo presidente do CMDCA, o suplente na ordem de classificação para preencher o período de afastamento de qualquer dos conselheiros por mais de 30 dias, por motivo de doença, licença maternidade ou outros motivos que tenha amparo legal. Em qualquer dos casos, o suplente permanecerá no cargo somente enquanto o titular se manter afastado.

e) O Conselheiro Tutelar está sujeito a regime de dedicação integral, sendo vedada à acumulação da função de Conselheiro Tutelar com qualquer atividade remunerada, pública ou privada, inclusive com cargo, emprego ou função. Os subsídios atribuídos aos Conselheiros Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente não geram relação de emprego com a Prefeitura Municipal de Santiago do Sul, com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente por se tratar de cargo eletivo.

f) - O Candidato para fazer sua inscrição para concorrer ao Conselho Tutelar, deve observar os impedimentos da lei 725/2014 e a Resolução Nº139/10 art.14 "caput" e parágrafo único do CONANDA.

II - DOS REQUISITOS E DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 3º Poderão inscrever-se ao cargo de Conselheiro Tutelar os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

a) Reconhecida idoneidade moral, comprovada através de declaração firmada pelo candidato, com firma reconhecida em cartório; (Anexo I)

b) Idade igual ou superior a vinte e um anos, comprovada através de documento de identidade;

c) Residir/Domiciliar no Município, cuja comprovação se dará através de contas de utilização de serviços públicos (água, luz,

telefone) ou deverá apresentar uma declaração do proprietário de sua residência com de duas testemunhas;

d) Tenha escolaridade mínima de nível médio completo (2º grau), comprovado através de original (para conferência) e fotocópia de histórico escolar ou certificado de conclusão que comprove o requisito exigido, concluído até a data da inscrição;

e) Estar em pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de Conselheiro Tutelar, comprovado através de atestado médico;

f) Não possuir antecedentes criminais e civil, comprovado por certidões expedidas por órgãos competentes;

g) Estar regular com a Justiça Eleitoral comprovado através de certidão de Regularidade com a Justiça Eleitoral ou cópia do documento comprobatório de votação nas duas últimas eleições;

h) Declaração de não haver parentesco que o impeça de servir no Conselho de acordo com o artigo 140, caput e § único da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 (Anexo I).

i) Não estar respondendo processo junto ao Conselho Tutelar por infringir o ECA (Lei Federal nº 8.069/90) (Anexo I).

j) Se o candidato for membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pleitear sua inscrição ao cargo de Conselheiro Tutelar, deverá pedir seu afastamento no ato da publicação deste Edital;

k) uma foto 3x4, colorida.

l) As inscrições serão gratuitas.

Art. 4º A inscrição dos candidatos será realizada das 8h00min às 11h30min e das 13h 30min às 16h30min, no período de 29/12/2014 até 12/01/2015 na sede do CRAS, do Município de Santiago do Sul/SC e em dias úteis.

§ 1º A inscrição será realizada mediante requerimento do candidato em formulário próprio, fornecido pelo CMDCA, devendo apresentar, no ato da inscrição os documentos relacionados no artigo anterior.

§ 2º Não será admitida a entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições.

§ 3º No ato da inscrição, o candidato receberá um número de registro que será atribuído sequencialmente, segundo a ordem de inscrição, e este será utilizado em todo o processo eleitoral.

§ 4º No requerimento, além do nome completo, o candidato pode indicar um apelido, para que conste na cédula eleitoral.

III - DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

Art. 5º Encerrado o prazo das inscrições, o CMDCA divulgará, através de resolução uma relação com os nomes dos candidatos inscritos, abrindo o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da divulgação, para que qualquer cidadão, o Ministério Público, apresente, por escrito, pedido de impugnação de candidatura, devidamente fundamentado.

§ 1º Oferecida a impugnação, junto ao CMDCA que dará ciência formal e imediata ao candidato e, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis, emitirá parecer, acolhendo ou rejeitando a impugnação, dando ciência da sua decisão ao candidato.

§ 2º Ao candidato, cuja impugnação tiver sido acolhida, caberá recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis) junto ao CMDCA em reunião extraordinária decidirá com o máximo de celeridade, sem prejuízo das medidas judiciais previstas na legislação.

§ 3º- Esgotada a fase recursal, o CMDCA através de resolução, fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

IV - DA ELEIÇÃO

Art. 6º- A eleição será realizada no dia 23/01/2015 (Sexta-Feira), no horário compreendido entre 8h30min às 16h00min, no CRAS de Santiago do Sul-SC.

I - Será utilizada para votação, Urnas manuais (tipo saco) com protetor de papelão.

II - As Cédulas de votação, conforme modelo aprovado pela Comissão Eleitoral, conterão o quadro para votação, para que o

eleitor ASSINALE o candidato de sua preferência, o número que consta no requerimento, nome completo do candidato e o apelido, a relação de candidatos será na ordem da inscrição, no requerimento junto ao CMDCA.

III - nas cabines de votação serão afixadas listas com o número da inscrição nome completo e apelido na ordem da inscrição.

Art. 7º - A escolha dos membros do Conselho Tutelar se dará pelo voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos eleitores do Município de Santiago do Sul.

I -O eleitor poderá votar em 01 (um) candidatos daqueles que concorrem ao pleito:

a) Será considerado nulo o voto que indicar mais de 1 (um) candidato.

b) Será considerado em branco o voto que não indicar qualquer dos candidatos;

c) Será considerado nulo os votos que contiverem rasuras com fins de marcar voto ou ser considerado pela comissão de má-fé;

d) Será considerado válido o voto que indicar apenas um candidato, assinalado no quadro correspondente, na cédula.

II - será exigido do eleitor no ato da votação: título de eleitor e qualquer documento com foto que identifique o eleitor. (2 documentos)

V - DA CONDUTA DURANTE A ELEIÇÃO

Art. 8º - Não será tolerado, por parte dos candidatos:

I - oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

II - promoção de atos que prejudiquem a higiene e a estética urbana ou contravenha a postura municipal ou a qualquer outra restrição de direito;

III - promoção de transporte de eleitores;

IV - promoção de "boca de urna", dificultando a decisão do eleitor.

Art. 9º- Será permitido:

I - o convencimento do eleitor para que este compareça ao local de votação e vote, considerando que neste pleito o voto é facultativo.

II - a apresentação do candidato em evento realizado pelo CMDCA para este fim, com a finalidade de fazer a divulgação da sua candidatura.

VI - DA CONSTITUIÇÃO DA MESA RECEPTORA, FISCAIS E APURAÇÃO DOS VOTOS.

Art. 10º A mesa receptora será composta de 03 (TRÊS membros), nomeados pelo CMDCA, que são eles:

- 1 Presidente

- mesário 1

- mesário 2 (substitui os demais nas situações em for exigida no momento).

Art. 11 - O candidato poderá credenciar junto a comissão organizadora 1 (um) fiscal para atuar junto a mesa receptora e 1 (um) fiscal para apuração dos votos, podendo ser a mesma pessoa.

Art.12 - Será utilizado 1 (Uma) urna para coletar os votos, e os eleitores deverão votar na urna indicada pela mesa receptora dos eleitores.

Art. 13 - O credenciamento do Fiscal será realizado das 8h00min às 8h30min. (do dia da eleição).

Art. 14 - O candidato poderá somente permanecer em local reservado a Ele, não podendo permanecer junto a mesa receptora e nem junto a mesa de apuração, será representado pelo fiscal.

Art.15 - A mesa de apuração dos votos será composta pelos mesmo 03 (três) membros, que fazer parte a mesa receptora de votação.

VII - DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES

Art. 16 - Concluída a apuração dos votos que começará logo após o encerramento da votação, o Presidente do CMDCA proclamará o resultado da escolha, determinando a publicação do resultado em Resolução que será afixada na sala do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), jornal local, mural e site da Prefeitura Municipal de Santiago do Sul.

§ 1º Havendo empate no número de votos, será considerado eleito:

I-o mais idoso;

II - se ainda assim prevalecer o empate, o candidato eleito será conhecido por sorteio, realizado no mesmo local da apuração.

§ 2º Os 04 (quatro) primeiros mais votados serão os membros titulares do Conselho Tutelar e os demais candidatos serão os suplentes por ordem decrescente de votação.

§ 3º Os conselheiros eleitos tomarão posse no dia 01/02/2015 em horário e local a ser determinado pelo CMDCA.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17- Todos os atos relativos ao processo eleitoral serão acompanhados e fiscalizados pelo Ministério Público.

Art. 18- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará ampla divulgação do resultado final de cada etapa do processo eleitoral em meios de comunicação que tragam o máximo de conhecimento ao público, sendo que todos os resultados serão afixados na sala do CMDCA, em local aberto de fácil acesso ao público e comunicado oficialmente ao Ministério Público.

Art. 19 - Nos casos omissos que por ventura venham a ocorrer neste edital, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sempre fundamentará suas decisões com base na Constituição Federal/88, Lei Federal nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 1.488/2011.

Santiago do Sul, 23 de dezembro de 2014.
JOLICE MARIA FIORELLI CAMILLO
Presidente do CMDCA

ANEXO I

Eu, _____
_____, portador do RG: _____, Declaro para os devidos fins que preencho a totalidade dos requisitos constantes do Edital nº 01/2014 C.M.D.C.A. em sua totalidade, e especificamente seu artigo 3º. Incisos "a", "h" e "i" exigidos para o exercício da função de Conselheiro Tutelar, bem como as informações por mim prestadas exprimem a verdade sob pena de responsabilização civil e criminal.

Santiago do Sul, _____ de _____ de 2014.

ASSINATURA

São Carlos**PREFEITURA****EXTRATO TERMO ADIT LSW**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

EXTRATO TERMO DE ADITIVO/PRAZO

Contrato Nº.: 030/2014 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR/PRAZO

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Contratada.: LSW SERVIÇOS LTDA

Objeto : EXECUÇÃO DE PAVILHÃO INDUSTRIAL ETAPA II

PROCESSO TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS
ENG. N.:055/2014

Valor R\$80.010,82(oitenta mil dez reais e oitenta e dois centavos)

Vigência : 28.02.2015

SAO CARLOS, 19 de dezembro de 2014

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO ADIT LSW-SAUDE

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SÃO CARLOS

EXTRATO TERMO DE ADITIVO

Contrato Nº.: 016/2014 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Contratada.: LSW SERVIÇOS LTDA

Objeto : EXECUÇÃO DE PAVILHÃO INDUSTRIAL ETAPA II

PROCESSO TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS
ENG. N.:017/2014

prazo 60 dias

Vigência : 25.02.2015

SAO CARLOS, 19 de dezembro de 2014

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

DEC 1779 DE 14 12 14 DISPENSA PROFESSORA ADMITIDA E CARATER TEMPORÁRIO ACT ERNESTINA DE A. M. COMACHIO

DECRETO Nº 1779, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a extinção de vínculo de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; pela Lei 1.132/1998, pelas Leis Complementares Municipais nº 0017 de 21/12/07; nº 0018 de 28/01/08 atualizada, nº 0042 de 04/04/2012 atualizada, nº 0043, de 26/07/12 e nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

*Considerando o término do ano escolar de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o vínculo da servidora abaixo relacionada, admitida em caráter temporário do serviço público municipal, pelo encerramento do contrato, a partir de 17 de dezembro de 2014:

Nome	Cargo	Carga Horária
Ernestina de Almeida Martins Comachio	Professor PD/C-III	20 horas

Art. 2º Fica extinto o contrato nº 025/2014 firmado entre o Município de São Domingos e a servidora Ernestina de Almeida Martins Comachio admitida em caráter temporário, até o término do ano letivo escolar de 2014.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 17 de dezembro de 2014.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC), 18 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

ADITIVO 031 PORTO SEGURO

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: AGOSTO/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO: PREFE Nº 031 de 19/08/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n 005/2014, Pregão Presencial n. 004/2014

DESCRIÇÃO: O objeto deste termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e da CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR do contrato PREFE n. 013 de 18/02/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREFE n. 013 de 18/02/2014

VALOR DO ADITIVO: R\$ 1.104,39

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n.28.784-b

CONTRATADOS: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CPF/CNPJ: 61.198.164/0001-60

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 17/02/2015

ADITIVO 046 ACORDAR TREINAMENTOS PTTS

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO: PREFE N. 046, DE 02/12/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/12/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 002/2012 Modalidade: Concorrência n. 001/2012

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste alteração da Cláusula Terceira do contrato PREFE n. 28 de 21 de março de 2012.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADO: Acordar Treinamentos Ltda.

CPF/CNPJ: 12.927.815/0001-08

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 16/12/2015

ADITIVO 048 PORTAL DE ACESSO GALVÃO - SINALTEC - VALOR

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO: PREFE N. 048 de 04/12/2014

VALOR DA SUPRESSÃO: R\$ 46.829,75

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/12/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 099/2014, Tomada de Preços n. 010/2014

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da "CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO" do contrato PREFE n. 073 de 07/10/2014

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADO: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA

CNPJ/MF: 02.898.145/0001-87

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data da expedição da ordem de serviço.

ADITIVO 057 OBJETIVAS

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2014

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N. 057 DE 15/12/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 108/2014 Modalidade: Dispensa de Licitação n. 052/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA do Contrato PREFE 064, de 18 de setembro de 2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA. EPP

CPF/CNPJ: 00.849.426/0001-14

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 28/02/2015

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 023- 17.12.2014 SPM-PR

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DE CONVÊNIO:

Mês/Ano: Dezembro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 023/2014 de 17 de Dezembro 2014 (Termo Aditivo Nº 01 Ao Convênio Nº 121/2013 - SPM/PR PROCESSO Nº 00036.001480/2013-41 - CV Sinconv nº 796304/2013)

Valor: R\$592.635,98 (R\$569.500,00 + R\$23.135,98)

Descrição: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração da Cláusula Terceira - do valor e da dotação orçamentária do Convênio original, para adequação dos recursos da contrapartida conforme Plano de Trabalho aprovado. Os recursos necessários a execução do objeto deste Convênio firmado entre as partes ficam acrescidos por parte da CONVENIENTE o valor de R\$ 11.206,98 (onze mil duzentos e seis reais e noventa e oito centavos), para adequação dos valores do Convênio. (Centro de Referência de Atendimento à mulher vítima de violência - CRAMVV)
 Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076
 Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)
 CNPJ: 83.009.894/0001-08
 Concedente/Contratante: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
 CNPJ: 05.510.958/000146

ADITIVO FMS 018 BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO
 MÊS/ANO: DEZEMBRO/2014
 NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 018 de 02/12/2014
 INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/12/2014
 LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 019/2014 Pregão Presencial 008/2014
 DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR do Contrato FMS n. 002 de 1º de agosto de 2014.
 VALOR DO ADITIVO: R\$ 901,67 (novecentos e um reais e sessenta e sete centavos)
 RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076
 CONTRATADA: BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS
 CPF/CNPJ/MF: 01.356.570/0001-81
 DATA VENCIMENTO CONTRATO: 01/08/2015

CONT. FMS 004 DR. SERGIO GOMES MACIEL

DADOS E TEXTO DE CONTRATO
 MÊS/ANO: DEZEMBRO/2014
 NÚMERO CONTRATO: FMS n. 004 de 08/12/2014
 VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais.
 INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/12/2014
 DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM MÉDICO CLÍNICO-GERAL PARA COMPOR A EQUIPE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA ESF-04/ÁREA-004
 RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076
 CONTRATADO: Sergio Gomes Maciel & Cia Ltda Me
 CPF/CNPJ: 17.069.662/0001-10
 DATA VENCIMENTO CONTRATO: 08/12/2015

CONT. PREFE N. 084 ESCOLA NAIR CONSTRUTORA BIGOLIN

DADOS E TEXTO DE CONTRATO
 MÊS/ANO: DEZEMBRO/2014
 NÚMERO CONTRATO: PREFE n. 084 DE 17/12/2014
 VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 1.206.225,54
 INÍCIO DA VIGÊNCIA: 17/12/2014
 LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 130/2014 Modalidade: Tomada de Preços n. 013/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO (MEDIANTE REPASSE DO TERMO DE COMPROMISSO N. 32673/2014 DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR) E; MODERNIZAÇÃO (RECURSOS PRÓPRIOS) DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA NAIR TEIXEIRA MORSCHHEISER DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS.
 RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076
 CONTRATADO: CONSTUTORA E INCORPORADORA BIGOLIN LTDA
 CNPJ sob n. 14.494.057/0001-07
 DATA VENCIMENTO CONTRATO: 12 meses após expedição da ordem de serviço

DEC 1777 DE 18 12 2014 REMANEJAMENTO FMS E SERV URBANOS

DECRETO Nº 1777, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
 DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.729, de 04/12/13;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 82.200,00 (oitenta e dois mil e duzentos reais) no Orçamento das entidades Prefeitura e Fundo de Saúde, nas seguintes modalidades de aplicação e fonte de recurso:

07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
15.452.1009.2.013 Man. das Ativ. da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Da Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	73	01.0000	35.000,00

Para Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	68	01.0000	35.000,00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal

Da Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	10	01.0064	47.200,00

Para Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	07	01.0064	47.200,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF) para São Domingos (SC), 18 de dezembro de

2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

DEC 1780 DE 19 12 1U DISPENSA PROFESSORES ADMITIDOS E CARATER TEMPORÁRIO ACT

DECRETO Nº 1780, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a extinção de vínculo de servidores públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; pela Lei 1.132/1998, pelas Leis Complementares Municipais nº 0017 de 21/12/07; nº 0018 de 28/01/08 atualizada, nº 0042 de 04/04/2012 atualizada, nº 0043, de 26/07/12 e nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

*Considerando o término do ano letivo escolar de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o vínculo dos servidores abaixo relacionados, admitidos em caráter temporário no serviço público municipal, pelo encerramento do contrato, a partir de 19 de dezembro de 2014:

Matricula	Nome	Cargo	Carga Horária
1819	Alenize Maria Bertozzo Brunetto	Professora PD/D-IV	20 horas
1801	Caren Foss Casagrande	Professora PD/C-III	40 horas
1733	Catia Scheffer	Professora PD/D-IV	40 horas
1764	Celi Terezinha Anghinoni	Professora PD/A-I	20 horas
1732	Cinthia Karolina Vargas Martello	Professora PD/D-IV	40 horas
1763	Cleonice Gonçalves Frith	Professora PD/A-I	20 horas
1807	Cleonice Gonçalves Frith	Professora PD/A-I	20 horas
1726	Cleusa Maria Piran Pressanto	Professora PD/D-IV	20 horas
1794	Eliane Rodrigues Lisboa	Professora PD/C-III	20 horas
1815	Elizabete Aparecida Figueiró Pretto	Professora PD/D-IV	20 horas
1766	Ernestina de Almeida Martins Comachio	Professora PD/C-III	20 horas
1779	Francieli Correia de Mello	Professora PD/C-III	20 horas
1738	Gilse Maria Sbardelotto Marmentini	Professora PD/D-IV	20 horas
1765	Glaucia Filippini Roani	Professora PD/B-II	20 horas
1828	Glaucia Filippini Roani	Professora PD/B-II	20 horas
1808	Gracieli Aparecida da Silveira	Professora PD/A-I	40 horas

1731	Leonice Dalacorte Bressan	Professora PD/A-I	20 horas
1735	Luciane Zappe Meirelles	Professora PD/A-I	20 horas
1741	Lucinéia Ferreira da Luz Marques	Professora PD/C-III	20 horas
1829	Lucinéia Ferreira da Luz Marques	Professora PD/C-III	20 horas
1737	Margarete Francisca Carvalho Angeli	Professor PD/C-III	40 horas
1742	Mari Tania Lodi Bortolini	Professora PD/C-III	20 horas
1755	Mirian Cúnico Figueiró	Professora PD/D-IV	20 horas
1728	Natali Suana Maura	Professora PD/B-II	20 horas
1729	Salette Lurdes dos Santos Pinheiro	Professora PD/D-IV	20 horas
1739	Sara Jane Corso Griss	Professora PD/C-III	20 horas
1734	Vagner Alberto Pase	Professora PD/D-IV	20 horas

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art.3º Ficam extintos os contratos nºs 001/2014, 003/2014, 004/2014, 007/2014, 009/2014, 010/2014, 011/2014, 013/2014, 014/2014, 016/2014, 017/2014 018/2014, 019/2014, 021/214 022/2014, 023/2014, 024/2014, 025/2014, 027/2014, 031/2014 033/2014, 034/2014, 035/2014, 036/2014, 037/2014, 038/2014 firmado entre o Município de São Domingos e servidores admitidos em caráter temporário, até o término do ano letivo escolar de 2014.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1577, de 28 de fevereiro de 2014 e a portaria nº 1626 de 09 de junho de 2014 no que diz respeito as servidoras, Eliane Rodrigues Lisboa, Cleonice Gonçalves Frith e Gracieli Aparecida da Silveira.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC),
19 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1781 DE 19 12 14 DISPENSA PROFESSOR ADMITIDO E CARATER TEMPORÁRIO ACT CARLOS CREGORIO CARDOSO

DECRETO Nº 1781, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a extinção de vínculo de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; pela Lei 1.132/1998, pelas Leis Complementares Municipais nº 0017 de 21/12/07; nº 0018 de 28/01/08 atualizada, nº 0042 de 04/04/2012 atualizada, nº 0043, de 26/07/12 e nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

*Considerando o término do ano escolar de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o vínculo do servidor abaixo relacionado, admitido em caráter temporário do serviço público municipal, pelo encerramento do contrato, a partir de 30 de dezembro de 2014:

Nome	Cargo	Carga Horária
Carlos Gregório Cardoso	Professor PD/D-IV	40 horas

Art. 2º Fica extinto o contrato nº 00/2014 firmado entre o Município de São Domingos e o servidor Carlos Gregório Cardoso admitido em caráter temporário, até o término do ano letivo escolar de 2014.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 30 de dezembro de 2014.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC),
19 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1782 DE 19 12 2014 REMANEJAMENTO BOMBEIROS

DECRETO Nº 1782, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.729, de 04/12/13;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 1.335,00 (um mil, trezentos e trinta e cinco reais) no Orçamento da entidades Prefeitura na seguinte modalidade de aplicação e fonte de recurso:

07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
06.181.1009.2.041 – Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros				

Da Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	144	03.0000	1.335,00

Para Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	148	03.0000	1.335,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 19 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

DEC 1784 DE 19 12 2014 SUPLEMENTACAO LEI 1749

DECRETO Nº 1784, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.729, de 04/12/13 e Lei Municipal nº 1.749, de 28/11/2014;
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no Orçamento de 2014 da unidade Prefeitura Municipal, nas seguintes programações de despesas:

04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.368.1005.1.035 – Aquisição de Terrenos para Edificações da Educação Básica				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	20	01.001	100.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º fica autorizada a utilização dos seguintes recursos pela anulação parcial das seguintes dotações:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	6	01.002	100.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Domingos-SC, 19 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

DEC 1785 DE 22 12 2014 DESMEMBRA LOTE MARIZA RODRIGUES

DECRETO Nº 1785, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre desmembramento de lote urbano, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Municipal nº 714, de 16 de junho de 1987; Decreto nº 474, de 12 de maio de 2010; Lei Municipal nº 1.647, de 07 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 1.663, de 17 de junho de 2011; Decreto nº 883, de 22 de novembro de 2011; e,

*Considerando o requerimento protocolado sob nº 2259/2014 e Processo nº 280/2014;

*Considerando parecer favorável emitido pela Área Técnica, Setor de Tributação e Fiscalização, bem como pela Assessoria Jurídica

do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica desmembrado Parte do Lote Urbano nº 01 da Quadra nº 48, localizado na Rua Paulo Marques, esquina com Avenida Irineu Bornhausen, no Loteamento São José, com área de 1.082,40m², constante na Matrícula nº 5.802, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, de propriedade de Mariza Rodrigues, o qual passará a denominar-se conforme segue:

I - Parte do Lote Urbano nº 01 "A" da Quadra nº 48, com área de 554,40m², localizado na Rua Paulo Marques, na esquina com a Avenida Irineu Bornhausen;

II - Parte do Lote Urbano nº 01 "B" da Quadra nº 48, com área de 528,00m², localizado na Avenida Irineu Bornhausen;

Art. 2º Faz parte integrante do presente Decreto o mapa, o memorial descritivo e a Anotação de Responsabilidade Técnica, respectivos, pareceres do Setor de Tributação e da Assessoria Jurídica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

DEC 1883 DE 19 12 13 PONTO FACULTATIVO NATAL E ANO NOVO

DECRETO Nº 1883, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal;

- Considerando a Portaria nº 02, de 03 de janeiro de 2014, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que estabelece o roteiro de Ponto Facultativo para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal;

- Considerando o Decreto nº 2.471, de 25 de novembro de 2014, do Governo do Estado de Santa Catarina, que estabelece ponto facultativo nos dias 24, 26, 29, 30 e 31 de dezembro de 2014 e 02 de janeiro de 2015, para os órgãos e entidades da Administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo estadual;

- Considerando as festividades natalinas e de final de ano;

- Considerando os preparativos para comemorar estas festas e a reunião familiar que acontece nestas datas;

- Considerando a necessidade de encerramento das atividades administrativas, financeiras, contábeis, tributárias, entre outras, dado ao final do exercício de 2014;

- Considerando a necessidade de preservação do patrimônio público;

- Considerando a demanda de processos licitatórios em andamento;

- Considerando a demanda nos serviços de silagem, prestados aos agricultores do município;

- Considerando que não haverá nenhum prejuízo ao interesse público, pois os serviços essenciais continuarão a ser realizados;

DECRETA:

Art. 1º Fica facultado o ponto dos servidores públicos municipais nos dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2014 e no dia 02 de janeiro de 2015, durante todo o período de expediente, nos órgãos públicos municipais, à exceção: 1) Dos vigias, que deverão cumprir a

escala normal de trabalho; 2) dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, que deverão garantir o atendimento a toda população de forma adequada, mediante escala a ser elaborada pelos Sr. Secretário de Saúde e comunicada a todos os servidores da secretaria; 3) dos servidores do Setor de Licitações e Contratos, em virtude dos processos licitatórios em andamento e; 4) dos servidores da Secretaria de Agricultura, no que diz respeito aos serviços de silagem.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

São Domingos (SC), 19 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

POR 1702 DE 17 12 14 CONCEDE LICENÇA SAUDE A EMPREGADA PÚBLICA CARLA FÁTIMA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1702, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede licença para tratamento de saúde a empregada pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizada; e pela Lei complementar nº 0034, de 17/01/2011:

* Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde a empregada pública municipal Carla Fátima de Oliveira, ocupante do emprego de Agente de Combate a Endemias, a partir do dia 17 de dezembro de 2014, até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF) para São Domingos (SC),
17 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1704 DE 19 12 14 FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA E GABINETE

PORTARIA Nº 1704, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede férias a servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei

Complementar nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:
- Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Ana Claudia Barizon Fontana da Luz	Secretária Municipal de Administração e Fazenda	01/03/2010-11 01/03/2011-12	15 15	05/01/15 a 19/01/15 20/01/15 a 03/02/15
Beatris Kuhn	Auxiliar de Serviços Gerais	05/06/2013-14	20	05/01/15 a 24/01/15
Gracinda Brizola	Auxiliar de Serviços Gerais	01/03/2012-13	30	05/01/15 a 03/02/15
Juliana Dutra	Agente Tributário	01/06/2013-14	30	05/01/15 a 03/02/15
Lenize Klein Latreille	Auxiliar de Finanças II	02/01/2012-13	30	09/01/15 a 07/02/15
Odila Giroto Elger	Assistente Financeiro	11/01/2010-11 11/01/2011-12	10 20	02/01/15 a 11/01/15 12/01/15 a 31/01/15
Sirlei Meirelles dos Santos Walendorff	Auxiliar de Serviços Gerais	04/04/2013-14	30	22/12/14 a 20/01/15
Thiago Bresan Bortolini	Engenheiro Civil	12/06/2013-14	30	05/01/15 a 03/02/15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC),
19 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1705 DE 19 12 14 FÉRIAS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 1705, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede férias a servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:

- Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Concedidas FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR(A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Aldair Luiz da Silveira	Diretor de Departamento	02/01/14 a 01/01/15	25	05/01/15 a 29/01/15
Cristiane Ansolin	Assistente Social	04/04/13 a 03/04/14	05	05/01/15 a 09/01/15
Eni Maria Zappani	Professor PD/D-IV	01/01/14 a 31/12/14	25	05/01/15 a 29/01/15
Maria de Lurdes Anghinoni Camargo	Coordenador de Programa	04/03/13 a 03/03/14	30	05/01/15 a 03/02/15
Ivani Terezi-nha Scatolin	Agente Administrativo	01/03/12 a 28/02/13	30	05/01/15 a 03/02/15
Ivany Claudete Serro Mulinari	Psicóloga	12/11/13 a 11/11/14	10	22/01/15 a 21/01/15
Ivete Correa de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	14/01/13 a 13/01/14	30	19/01/15 a 17/02/15
Jandira de Lima Ceni	Auxiliar de Serviços Gerais	01/04/13 a 31/03/14	30	05/01/15 a 03/02/15
Margarete Olkoski Scheffer	Auxiliar de Serviços Gerais	23/03/13 a 22/03/14	30	05/01/15 a 03/02/15
Rosangela Anghinoni Weide	Auxiliar de Serviços Gerais	27/03/13 a 26/03/14	30	05/01/15 a 03/02/15
Salute Tomazeli Kuhn	Auxiliar de Serviços Gerais	18/03/13 a 17/03/14	26	05/01/15 a 30/01/15
Sandra Maria Fiorese	Secretária Municipal de Assistência Social	13/08/12 a 12/08/13 13/08/13 a 12/08/14	15 05	12/01/15 a 26/01/15 27/01/15 a 31/01/15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC),
19 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1706 DE 19 12 14 FÉRIAS SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PORTARIA Nº 1706, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede férias a servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:

- Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Aquiles Góes	Auxiliar de Serviços Gerais	24/06/2013-14	30	05/01/15 a 31/01/15
Ari Pertille	Agente de Construção e Conservação	10/02/2013-14	20	17/12/14 a 05/01/15
Cleori Antonio Rissi	Mecânico	27/06/2013-14	30	09/12/14 a 07/01/15
Donato Rodrigues de Souza	Agente de Construção e Conservação	01/10/2012-13	30	22/12/14 a 20/01/14
Edinei Adriano Pretto	Motorista	06/04/2012-13 06/04/2013-14	15 15	15/12/14 a 29/12/14 30/12/14 a 13/01/15
Ivair Rodrigues	Operador de Máquinas	07/05/2013-14	30	22/12/14 a 20/01/15
Gilmar Silva Lisboa	Auxiliar de Serviços Gerais	11/10/2012-13	30	19/12/14 a 17/01/15
Paulo Fernandes Lisboa	Agente de Construção e Conservação	17/11/2012-13 17/11/2013-14	20 10	22/12/14 a 10/01/15 11/01/14 a 20/01/15
Marino Scaiotto	Agente de Construção e Conservação	17/11/2010-11 17/11/11-26/02/13	20 10	22/12/14 a 10/01/15 11/01/14 a 20/01/15
João de Souza Freitas	Operador de Máquinas	22/11/2013-14	30	05/01/15 a 03/02/15
Perci Pais	Operador de Máquinas	01/03/2013-14	30	09/12/14 a 07/01/15
Renato Camara	Operador de Máquinas	11/10/2013-14	30	22/12/14 a 20/01/15
Vitório Brunetto Neto	Auxiliar de Serviços Gerais	05/06/2012-13	30	19/01/15 a 1/02/15
Zelindo Peruzzo	Agente de Construção e Conservação	23/03/2013-14	15	19/01/15 a 02/02/15
Zelito Zarembski	Auxiliar de Serviços Gerais	11/10/2013-14	30	05/01/15 a 03/02/15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC),
19 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1707 DE 19 12 14 FÉRIAS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 1707, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede férias a servidores e empregados públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:

- Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores e empregados públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO/EMPREGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Aline Griss	Psicóloga	06/02/2011-12 06/02/2012-13	20 10	02/01/15 a 21/01/15 22/01/15 a 31/01/15
Adriana Bressan	Enfermeira	02/05/2011-12 02/05/2012-13	15 15	05/01/15 a 19/01/15 20/01/15 a 03/02/15
Daniela Spanhol	Assessor de Secretaria	26/06/2012-13	15	26/12/14 a 09/01/15
Caciana Borges	Assessor de Secretaria	09/07/2012-13 09/07/2013-14	15 05	26/01/15 a 09/02/15 10/02/15 a 14/02/15
Deraldo Antonio Scheffer	Motorista	23/03/2013-14	30	15/12/14 a 13/01/15
Dileto Styburski	Motorista	01/08/2011-12	30	05/01/15 a 03/02/15
Eduardo Fassina	Fiscal de Vigilância Sanitária	01/06/2012-13 01/06/2013-14	15 15	05/01/15 a 19/01/15 20/01/15 a 03/02/15
Fabiana Aparecida Aiolfi Orlandi	Agente Comunitário de Saúde	02/06/2011-12 02/06/2012-13	10 30	05/01/15 a 14/01/15 15/01/15 a 13/02/15
Ivanete Solange Antunes Paz Bilibio	Agente Comunitário de Saúde	02/06/2013-14	26	05/01/15 a 30/01/15
Lucia Zarembski Granosik	Agente Comunitário de Saúde	02/06/2013-14	30	05/01/15 a 03/02/15
Marli Piceti Grosbelli	Técnica em Enfermagem	05/06/2012-13	30	05/01/14 a 03/02/15
Maria Fátima Roman	Auxiliar de Serviços Gerais	05/03/2012-13	30	22/12/14 a 20/01/15
Ilza Picoli De Marchi	Técnica em Enfermagem	28/12/2011-12	30	12/01/15 a 10/02/15
Jose Geraldo Scheffer	Motorista	11/09/2012-13	15	14/01/15 a 28/01/15
Eleni Aparecida de Abreu	Assistente Social	01/08/2013-14	25	29/12/14 a 22/01/15
Edizangela Comachio	Enfermeira	18/08/2011-12	30	05/01/15 a 03/02/15

Flavia Maria Percisi de Oliveira	Técnica em enfermagem	02/04/2012-13	20	12/01/15 a 31/01/15
Evanilse de Fátima Belle Rissi	Agente Comunitário de Saúde	01/02/2013-14	30	05/01/15 a 03/02/15
Gustavo Bortoli Valgoi	Farmacêutico	27/11/2011-12	19	29/12/14 a 16/01/15
Marizete Aparecida Ribeiro	Agente Comunitário de Saúde	02/06/2012-13	20	12/01/15 a 31/01/15
Marta Maria Barilli Marmontini	Agente Comunitário de Saúde	01/03/2013-14	30	29/12/14 a 27/01/15
Rozeli Ribeiro de Jesus	Auxiliar de Serviços Gerais	26/06/2013-14	30	05/01/15 a 03/02/15
Rosa Scheffer	Agente Comunitário de Saúde	02/06/2013-14	30	05/01/15 a 03/02/15
Saete Lerina Bolzan Marin	Agente Comunitário de Saúde	02/06/2012-13	30	05/01/15 a 03/02/15
Saete Rovani	Técnica em Enfermagem	19/01/2012-13 19/01/2013-14	20 10	02/01/15 a 21/01/15 22/01/15 a 31/01/15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC),
19 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1708 DE 19 12 14 FÉRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº 1708, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede férias a servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:

- Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Ademir Luiz Scharader	Auxiliar de Serviços Gerais	24/03/2011-12 24/03/2012-13	15 15	15/12/14 a 29/12/14 30/12/14 a 13/01/15
Erecilda Zamboni Câmara	Coordenador de Programa	18/02/2012-13 18/02/2013-14	07 23	05/01/15 a 11/01/15 12/01/15 a 03/02/15
Juscivete Fátima Fávero	Médico Veterinário	17/11/2012-13 17/11/2013-14	15 15	12/01/15 a 26/01/15 27/01/15 a 10/02/15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC),
19 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1709 DE 19 12 14 CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS E FÉRIAS NORMAIS A SERVIDORA ADRIANA LUCIA PRETTO

PORTARIA Nº 1709, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede férias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:

- Considerando a interrupção de férias da servidora Pública Municipal Adriana Lúcia Pretto a partir do dia 20/01/2014 a 31/01/2014 totalizando 12 dias, conforme portaria nº 1550, de 17 de janeiro de 2014.

- Considerando que no art. 2º da portaria 1550 de 17 de janeiro de 2014 dispõe que as férias interrompidas serão concedidas em época oportuna.

- Considerando que a servidora solicitou 30 dias de férias a partir do dia 05/01/15 a 03/02/15.

- Considerando que a servidora possui 90 dias de férias vencidas.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Adriana Lucia Pretto	Agente Administrativo	01/03/2010-11 01/03/2011-12	12 18	05/01/15 a 16/01/15 17/01/15 a 03/02/15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC),
19 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1710 DE 19 12 14 FÉRIAS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
PORTARIA Nº 1710, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede férias a servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pelos artigos 63 a 69 da Lei Complementar Municipal nº 045 de 06/11/12 atualizada, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/2012, atualizada, pela Lei Complementar nº 043 de 26/07/2012; e:

- Considerando que, nos termos do artigo 66 da Lei Complementar Municipal nº 045 de 06/11/12, os servidores do magistério público municipal e os servidores lotados nas unidades escolares municipais gozam férias coletivas anuais de 30 (trinta) dias, no período de 02 a 31 de janeiro de cada ano;
- Considerando a necessidade de ajustar os períodos de concessão de férias de alguns servidores;
- Considerando que os servidores permanecem à disposição das respectivas unidades escolares, em recesso, nos períodos compreendidos entre a data de encerramento do ano letivo e a data de início das férias coletivas; também entre a data de encerramento das férias coletivas e a data de início das atividades do ano letivo, e, ainda, durante o recesso escolar intermediário;
- Considerando que alguns destes servidores admitidos no serviço público municipal há menos de 12 (doze) meses ou com período aquisitivo de férias incompleto, gozarão, na forma do artigo 69 da Lei Complementar Municipal nº 045 de 06/11/12 atualizada, as férias coletivas de forma proporcional, iniciando-se, a partir do último período concedido novo período aquisitivo, o que se mostra como medida razoável, em vista da necessidade de otimizar a distribuição do quadro de pessoal da área da educação, para o adequado funcionamento do ano letivo, compatibilizando os recessos escolares com as férias do pessoal da educação;
- Considerando os princípios da legalidade e do interesse público dos atos da Administração Municipal;
- Considerando os requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Concedidas FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR(A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Adriana Mainardes de Oliveira	Professor PD/C-III	02/06/14 a 02/01/15	15	02/01/15 a 16/01/15
Andrea de Fátima dos Santos Peruzzo	Agente Educativo	03/02/14 a 02/01/15	28	02/01/15 a 29/01/15
Altair Bertozzo	Motorista	01/06/13 a 31/05/14	30	29/12/14 a 27/01/15

Alenize Maria Bertozzo Brunetto	Professor PD/D-IV	01/01/14 a 31/12/14	30	02/01/15 a 31/01/15
Anileida Nicolao Pretto	Professor PD/D-IV	02/01/14 a 22/12/14	30	22/12/14 a 20/01/15
Ana Maria Aiolfi	Auxiliar de Serviços Gerais	17/11/13 a 16/11/14	30	22/12/14 a 20/01/15
Antonio Antunes de Lima	Motorista	23/03/12 a 22/03/13 23/03/13 a 22/03/14	15 15	16/12/14 a 30/12/14 31/12/14 a 14/01/15
Ana de Lurdes de Jesus Wosnes Ceni	Auxiliar de Serviços Gerais	23/12/13 a 22/12/14	30	22/12/14 a 20/01/15
Caroline Marmellini	Agente Educativo	03/02/14 a 02/01/15	28	02/01/15 a 29/01/15
Cleci Fátima Trentin	Professor PD/D-IV	01/01/14 a 22/12/14	30	22/12/14 a 20/01/15
Cecilia Polonia Aiolfi Peruzzo	Auxiliar de Serviços Gerais	01/03/12 a 28/02/13 01/03/13 a 28/02/14	07 23	22/12/14 a 28/12/14 29/12/14 a 20/01/15
Cleusa Maria Piran Presanto	Professor PD/D-IV	01/01/14 a 31/12/14	30	02/01/15 a 31/01/15
Clari Comerlato	Bibliotecária	02/01/14 a 22/12/14	30	22/12/14 a 20/01/15
Claudete Inêz Hennerich Lammel	Professor PD/D-IV matr. 92 Professor PD/C-III matr. 1722	01/01/13 a 31/12/13 10/02/14 a 02/01/15	30 27	02/01/15 a 31/01/15 02/01/15 a 28/01/15
Crislene Mezzalira	Coordenador de Programa	03/06/14 a 22/12/14	15	22/12/14 a 05/01/15
Cleonice Alves de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	01/03/13 a 28/02/14	30	22/12/14 a 20/01/15
Daniela Burin Silva	Agente Educativo	21/02/14 a 02/01/15	28	02/01/15 a 29/01/15
Edilson Carlos Lourenço	Motorista	25/07/13 a 24/07/14	30	29/12/14 a 27/01/15
Eliete de Fátima Bertosso	Professor PD/D-IV matr.165 Professor PD/D-IV matr.1611	02/01/14 a 01/01/15 02/01/14 a 01/01/15	30 30	02/01/15 a 31/01/15 02/01/15 a 31/01/15
Eva Leocádia Zarembski Bertozzo	Professor PD/D-IV	24/12/13 a 23/12/14	30	02/01/15 a 31/01/15
Elaine Terezi-nha de Mello Guadagnin	Professor PD/C-III	03/02/14 a 02/01/15	28	02/01/15 a 29/01/15
Elia Teresinha Galeti Beldovicz	Professor PD/C-III matr. 1710 Professor PD/C-III matr. 479	03/02/14 a 02/01/15 01/01/14 a 31/12/14	28 30	02/01/15 a 29/01/15 02/01/15 a 31/01/15
Elizandra Fátima Bolzan	Professor PD/C-III	03/02/14 a 02/01/15	28	02/01/15 a 29/01/15
Elizete de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	13/02/14 a 22/12/14	25	22/12/14 a 15/01/15

Elizabete Aparecida Figueiró Pretto	Professor PD/D-IV	01/02/11 a 31/01/12 27/04/13 a 26/04/14	10 20	02/01/15 a 11/01/15 12/01/15 a 31/01/15
Edemarcos de Lima	Motorista	10/02/14 a 05/01/15	25	29/12/14 a 22/01/15
Fabiane Dillenburg	Agente Educativo	03/02/14 a 02/01/15	28	02/01/15 a 29/01/15
Ederléia Gonçalves	Auxiliar de Serviços Gerais	24/06/13 a 23/06/14	30	22/12/14 a 20/01/15
Gilse Maria Sbardelotto Marmementini	Professor PD/D-IV	02/01/14 a 01/01/15	30	02/01/15 a 31/01/15
Giovana Walendorff	Agente Educativo	09/06/14 a 02/01/15	15	02/01/15 a 16/01/15
Idacir Marmementini	Motorista	21/02/14 a 29/12/14	25	29/12/14 a 22/01/15
Ilse Zatta Zarembski	Professor PD/D-IV	02/01/14 a 01/01/15	30	02/01/15 a 31/01/15
Iraci Ines Marmementini Walendorff	Professor PD/D-IV matr. 50	01/03/13 a 28/02/14	30	22/12/14 a 20/01/15
	Professor PD/D-III matr. 1804	02/06/14 a 02/01/15	15	02/01/15 a 16/01/15
Iraci Svierk Invitti	Professor PD/D-IV matr. 496	23/12/13 a 22/12/14	30	02/01/15 a 31/01/15
	Professor PD/D-III matr. 1592	02/01/14 a 01/01/15	30	02/01/15 a 31/01/15
Irineu Zarembski	Diretor de Departamento	20/03/14 a 18/01/15	15	19/01/15 a 02/02/15
Ivone Maria Debortoli Orlandi	Auxiliar de Serviços Gerais	21/02/13 a 20/02/14	30	22/12/14 a 20/01/15
Ivanete Rodrigues Hennerich	Professor PD/D-IV	02/01/14 a 01/01/15	30	22/12/14 a 20/01/15
Ivete Tiepo Pertille	Auxiliar de Serviços Gerais	11/10/13 a 01/01/15	30	29/12/14 a 27/01/15
Jacir Marmementini	Motorista	02/09/12 a 01/09/13	30	29/12/14 a 27/01/15
João Maria Walendorff	Motorista	22/02/13 a 21/02/14	30	29/12/14 a 27/01/15
João Carlos Cardoso	Coordenador de Programa	25/02/11 a 24/02/12	30	05/01/15 a 03/02/15
Judile Bolzan	Auxiliar de Serviços Gerais	27/02/13 a 26/02/14	30	22/12/14 a 20/01/15
Juliana Cristina Santos Lisboa	Agente Educativo	13/02/14 a 02/01/15	28	02/01/15 a 29/01/15
Jucélia Meotti Araldi Aiolfi	Professor PD/C-III	03/02/14 a 02/01/15	28	02/01/15 a 29/01/15
Joel Lemes Trindade	Motorista	20/02/14 a 29/12/14	25	29/12/14 a 22/01/15
Lidiane Menezes Franca	Professor PD/C-III	18/08/14 a 02/01/15	13	02/01/15 a 14/01/15

Loreni Ivo-nete Cavani Szczepkowski	Professor PD/D-IV matr. 1113 Professor PD/C-III matr. 1721	02/01/14 a 01/01/15 10/02/14 a 02/01/15	30 27	02/01/15 a 31/01/15 02/01/15 a 28/01/15
Lorita de Fátima de Jesus Bigolin	Professor PD/D-IV matr. 170 Professor PD/D-IV matr. 1306	02/01/14 a 01/01/15 02/01/14 a 01/01/15	30 30	22/12/14 a 20/01/15 26/12/14 a 24/01/15
Lucia Basso Valcarenghi	Professor PD/D-IV	02/01/14 a 01/01/15	30	02/01/15 a 31/01/15
Luana Ribeiro Ferreira	Monitor de Programas Sociais	16/04/13 a 15/04/14	25	22/12/14 a 15/01/15
Luiz Anselmo de Britto	Motorista	05/04/13 a 04/04/14	28	29/12/14 a 25/01/15
Lurdes Bigolin Rotava	Professor PD/D-IV matr. 308	01/11/13 a 31/10/14	30	02/01/15 a 31/01/15
	Professor PD/D-IV matr. 1612	01/11/13 a 31/10/14	30	02/01/15 a 31/01/15
Lurdes do Carmo Rosa Lisboa	Auxiliar de Serviços Gerais	01/03/13 a 28/02/14	20	22/12/14 a 10/01/15
Marcia Natalina Orlandi Marcante	Coordenador de Programa	27/12/13 a 26/12/14	23	22/12/14 a 20/01/15
Moacir Antonio Latreille	Motorista	04/01/14 a 01/01/15	30	30/12/14 a 28/01/15
Maria Áurea Hennerick da Costa	Professor PD/D-IV matr. 138	01/03/13 a 28/02/14	30	02/01/15 a 31/01/15
	Professor PD/D-IV matr. 1309	02/01/14 a 01/01/15	30	02/01/15 a 31/01/15
Marcia Veber	Professor PD/D-IV	13/01/13 a 12/01/14	30	02/01/15 a 31/01/15
Marilene Santana Pantano	Professor PD-D-IV Professor PD/C-III	02/01/14 a 01/01/15 10/02/14 a 02/01/15	30 27	02/01/15 a 31/01/15 02/01/15 a 28/01/15
Marilu Bocchi de Jesus	Professor PD/D-IV	02/01/14 a 02/01/15	30	02/01/15 a 31/01/15
Marines Cenci	Professor PD/D-IV	02/01/14 a 02/01/15	30	02/01/15 a 31/01/15
Marilussi Marmementini	Professor PD/D-IV	02/04/13 a 01/04/14	30	02/01/15 a 31/01/15
Marelize Comachio Lanzarin	Professor PD/D-IV matr. 85	01/01/14 a 31/12/15	30	02/01/15 a 31/01/15
	Professor PD/C-III matr. 1305	02/01/14 a 01/01/15	30	02/01/15 a 31/01/15
Margarete Fátima Corso	Auxiliar de Serviços Gerais	23/12/13 a 22/12/14	30	22/12/14 a 20/01/15
Mari Lucia Cenci Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	24/06/13 a 23/06/14	20	22/12/14 a 10/01/15
Marli de Lurdes Baldissera	Auxiliar de Serviços Gerais	24/06/13 a 23/06/14	30	22/12/14 a 20/01/15

Nair Fátima Babinski Roell	Professor PD/D-IV	01/01/14 a 31/12/14	30	22/12/14 a 20/01/15
Neiva Aparecida Walendorff de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	17/11/13 a 16/11/14	20	22/12/14 a 10/01/15
Nilva Valgoi	Auxiliar de Serviços Gerais	01/03/12 a 28/02/13	30	22/12/14 a 20/01/15
Noeli Aparecida Scarioto Marmellini	Auxiliar de Serviços Gerais	02/01/14 a 10/01/15	30	22/12/14 a 20/01/15
Noeli Pereira	Agente Educativo	03/02/14 a 02/01/15	28	02/01/15 a 29/01/15
Patricia Merlin	Consultor Técnico	05/07/12 a 06/07/13	10	22/12/14 a 31/12/14
		05/07/13 a 06/07/14	20	01/01/15 a 20/01/15
Paulo Endrigo Handke	Professor PD/C-III	21/01/14 a 20/01/15	30	05/01/15 a 03/02/15
Rosângela Salete Bampi Bortolini	Professor PD/D-IV	27/12/13 a 26/12/14	30	22/12/14 a 20/01/15
Renata Triches	Auxiliar de Serviços Gerais	17/02/14 a 22/12/14	25	22/12/14 a 15/01/15
Roseli da Silva Severgnini	Auxiliar de Serviços Gerais	04/05/12 a 03/05/13	30	22/12/14 a 20/01/15
Rozani Fátima Ghidini	Professor PD/D-IV matr.	27/12/13 a 52	30	22/12/14 a 20/01/15
	Professor	27/12/13 a 26/12/14	30	22/12/14 a 20/01/15
	Professor PD/D-IV matr.	26/12/14 1307		
Silvia de Brito Baggio	Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes	15/01/12 a 14/01/13	15	05/01/15 a 19/01/15
Salette de Lurdes dos Santos Pinheiro	Professor PD/D-IV	01/01/14 a 31/12/14	30	02/01/15 a 31/01/15
Salette Spanhol Sartori	Professor PD/C-III	03/02/14 a 02/01/15	28	02/01/15 a 29/01/15
Sirlei Roza	Agente Educativo	03/02/14 a 02/01/15	28	02/01/15 a 29/01/15
Solange de Fátima Ferreira	Auxiliar de Serviços Gerais	13/03/13 a 12/03/14	30	22/12/14 a 20/01/15
Vagner Alberto Pase	Professor PD/D-IV	26/12/13 a 25/12/14	30	02/01/15 a 31/01/15
Vanderlei Lisboa	Motorista	21/02/14 a 29/12/14	25	29/12/14 a 22/01/15

POR 1711 DE 19 12 14 CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCIANA PICCOLI CANTELLI

PORTARIA Nº 1711, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal em exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizada; e: * Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal Luciana Piccoli Cantelli, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV, a partir do dia 19 de dezembro de 2014, até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS. Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC),
19 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretário de Administração e Fazenda

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC),
19 de dezembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São João do Sul

PREFEITURA

LEI Nº. 1.746 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº. 1.746 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Permissão de Uso de Bem Móvel com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Sul, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a permitir em favor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.547.159/0001-95, o direito de uso de 01 (uma) Colhedora de Forragens, modelo PECUS - 9004 G4, marca Nogueira, pelo prazo de 20 (vinte) anos.

Art. 2º - A manutenção do referido bem móvel será de inteira responsabilidade do ente permissionário.

Art. 3º - O referido bem móvel será de uso dos associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e demais agricultores do Município de São João do Sul.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca será responsável pela fiscalização e acompanhamento do ente permissionário, quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na presente Lei.

§ 1º - Para fins de fiscalização, a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca fica autorizada a solicitar, junto ao ente permissionário, informações e relatórios dos serviços prestados.

§ 2º - Quando solicitado, o ente permissionário fará prestação de contas à Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, através de relatórios, demonstrando gastos com manutenção dos equipamentos, receitas advindas do uso do equipamento e demais informações que forem solicitadas.

§ 3º - É vedado ao permissionário dar destinação distinta ao bem dado em permissão, daquela prevista no art. 3º, bem como a transferência da permissão no todo ou em parte, casos em que será revogada a presente autorização com a devolução imediata do bem ao permitente.

Art. 5º - O permissionário deverá restituir o bem, ao término do prazo estabelecido no Termo de Permissão de Uso de Bem Móvel, em perfeito estado de conservação, constante no Termo de Recebimento, depois de realizada a devida conferência no bem móvel e seu estado de conservação pelo permitente.

Art. 6º - O bem deverá ser segurado, na sua totalidade, inclusive contra terceiros e dano moral, no período de vigência do Termo de Permissão de Uso, por conta exclusiva do ente cessionário.

Art. 7º - Constitui parte integrante desta Lei, na forma de Anexo, Minuta do Termo de Permissão de Uso de Bem Móvel.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 23 de dezembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 320/2014

DECRETO Nº 320/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam ratificados e convalidados o termo aditivo ao contrato nº 11/2014 do Processo nº 02/2014 e 1º termo aditivo ao contrato nº 95/2014 do Processo nº 54/2014, ambos de prestação de serviço do Transporte Escolar, tendo em vista o aumento de quilometragem para atender alunos da rede Municipal de Ensino.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 321/2014

DECRETO Nº 321/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica ratificado e convalidado o primeiro termo aditivo ao contrato nº 19/2014 do Processo nº 02/2014, de prestação de serviço do Transporte Escolar, tendo em vista o aumento de quilometragem para atender alunos da rede Municipal de Ensino.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 322/2014

DECRETO Nº 322/2014

“QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A NOVA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA A NOVA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, integrada pelos seguintes MEMBROS, com competência a partir de 01 de Janeiro de 2015:

01 - ADRIANA BAESSO - PRESIDENTE,
02 - FERNANDO ZANETTE - SECRETÁRIO,
03 - FABIANO PADILHA - MEMBRO,
04 - JAMILE Mª DE ANDRADE SANTOS - MEMBRO,

05 - BENTA DE FATIMA FURTADO - MEMBRO,
06 - AVELINO NESI - SUPLENTE,
07 - ALVARO PEREIRA AMARAL - SUPLENTE.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 560/2014

PORTARIANº 560/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica TRANSFERIDA a funcionária LUZIA DE FÁTIMA MACEDO SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para a partir desta data desempenhar suas funções na Secretaria Municipal da Saúde - CAPS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 561/2014

PORTARIA Nº 561/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - LEONEL LEONARDO PORTO, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 08/12/2014, para tratamento de saúde de sua esposa. - SEBASTIÃO RAMOS FLORES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 08/12/2014. - JOSÉ LEONARDO DO NASCIMENTO, ocupante do Cargo de Professor, por 01 (um) dia, no dia 09/12/2014. - ELENITA ABEL MATOS CECINEL, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 09/12/2014. - TERESINHA MARCILENE DIAS DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 10/12/2014. - SILVIA HELENA SILVA LEMOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 03 (três) dias, a contar do dia 10/12/2014. - JESSICA TAVARES MATOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 11/12/2014. - JOSIANE PAULINA CARDOSO GARCIA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 11/12/2014. - MARTA GODOI DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 11/12/2014. - RAQUEL MENDES COELHO, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 11/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 562/2014

PORTARIANº 562/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS COLETIVAS a seguinte funcionária: - JANETE BARBOSA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 15/12/2014 à 13/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 563/2014

PORTARIANº 563/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - CLAUDIO MATOS GOULART, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 15/12/2014 à 13/01/2015. - CLEBER OTÁVIO CASTELLO DE MEDEIROS, ocupante do Cargo de Topógrafo, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 15/12/2014 à 13/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 564/2014

PORTARIA Nº 564/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - ALICEMAR OLIVEIRA CARVALHO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 12/12/2014. - SEBASTIÃO CÍCERO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de

Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 15/12/2014. - HUMBERTO RODRIGUES GOULART, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 03 (três) dias, a contar do dia 15/12/2014. - FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 03 (três) dias, a contar do dia 15/12/2014, para tratamento de saúde de seu filho. - ALDORI BARBOSA, ocupante do Cargo de Operador de Máquina, por 06 (seis) dias, a contar do dia 15/12/2014. - DANIELA FORMIGA, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), por 05 (cinco) dias, a contar do dia 15/12/2014. - ESTELA DALVA HUGEN MACHADO, ocupante do Cargo de Museóloga, por 03 (três) dias, a contar do dia 15/12/2014. - LUIZ CARLOS BERNARDO, ocupante do Cargo de Operador de Máquina, por 01 (um) dia, no dia 16/12/2014. - MARCIA APARECIDA LAURINDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 16/12/2014. - PATRICIA CASSÃO, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 16/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 565/2014

PORTARIANº 565/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2013, realizado em data de 08/09/13; Fica Designado o senhor MARCELO IUNG, para exercer a Função de Motorista Socorrista (SAMU), na Secretaria Municipal da Saúde, com 40 horas semanais, em substituição a Ueslei José Machado que pediu exoneração.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo o mesmo ser exonerado em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 566/2014

PORTARIANº 566/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - DALVA DE SOUZA HIURA, ocupante do Cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 18/12/2014 à 16/01/2015. - JAIR RODRIGUES DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Operador de Máquina - Retro - Escavadeira, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 18/12/2014 à 16/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 567/2014

PORTARIANº 567/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários:
- MANOEL ARTUR HUGEN NUNES, ocupante da Função de Médico (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 22/12/2014 à 20/01/2015. - ROSILENE MARIA CABRAL, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora da Secretaria Municipal da Saúde - CC-1, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 22/12/2014 à 20/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 22 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 568/2014

PORTARIANº 568/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário: - MARCOS JOSÉ NUNES PADILHA, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 23/12/2014 à 21/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº. 006/2012**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº. 006/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, através da Secretaria Municipal de Educação de São José convoca candidatos aprovados aos cargos de provimento efetivo para o Magistério Municipal, para a escolha de vagas, no dia 22 de janeiro de 2015 (quinta), na Secretaria Municipal de Educação, sito à Prefeitura Municipal de São José, Av. Acioni Souza Filho, 403, 1º andar, conforme segue:

Horário: 9h00min - cargo: Professor de Educação Infantil

254	SIMONE PATRICIA RODRIGUES
255	ELAINE CONCEICAO DA CUNHA
256	JULIANA VON HERTWIG
257	ANDREIA MACHADO ZLUHAN
258	JANETE BARREIROS BARBOSA OLGUINS
259	DAIZE MARIA DA SILVA
260	PENELOPE LETHIERE MARCELINA DE FREITAS
261	ERENITA TEREZINHA LEHMKUHL SCHMIDT
262	RAQUEL GERBER
263	CLEUSA SOUZA RODRIGUES DE CAMPOS
264	LUZINETE MERIZE
265	ELISANDRA SALETE VALENTIM DA SILVA
266	GISELE TEREZINHA DE OLIVEIRA

Horário: 09h00min - cargo: Professor - Anos Iniciais

12	ANTONIA BASCHIROTTTO ORBEM
13	ADINAR DOS SANTOS
14	RAQUEL SANTOS GOES
15	SILVIA JUCELIA DIAS
16	FABIANA FELICIANA CAMILO DE MOURA

Horário: 14h00min - cargo: Auxiliar de Sala

223	CAMILA BORGES DE ABREU
224	EDNA APARECIDA MARTINS CAR- DOSO
225	ROSELI CARDOSO PEREIRA PETRY
226	TATIANA SILVEIRA DE SOUZA
227	CIBELE RAMOS DA SILVA
228	PATRICIA ANDREIA LORENZI
229	ROSECLER CAPISTRANO
230	ELIZETE MARIA WAGNER

231	ALINE THAIS DE SOUZA
232	GLADYS ALINE OSELAME
233	ADRIANA ANDREA SILVEIRA DE ESPINDOLA
234	ALINE FARIA
235	ANGELA DE JESUS OLIVEIRA DA SILVA
236	JULIO CESAR MEDEIROS
237	SILVIA HELENA ANDERSON DO NASCIMENTO
238	CRISTINA DA SILVA
239	NORMA FERNANDA BONGIOLO
240	KATTY RODRIGUES VIEIRA
241	ANA CARLA SILVY NUNES
242	CINTIA DA SILVEIRA PIRES
243	MARIA ANA MIILLER VENTURA
244	TEREZINHA ROSIMERE BACCA

Horário: 14h00min - cargo: Professor - Artes

5	CARLA DOS SANTOS SILVA
---	------------------------

Horário: 14h30min - cargo: Professor - Português

15	SILVANA DANTAS TREVISAN
16	JANETE MARTINS

Horário: 16h00min - cargo: Professor - Matemática

13	SANTOS SANTIAGO CASTRO CALDERON
14	FRANCIELLE DA SILVEIRA MARTINS

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretaria Municipal Interina de Educação

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 026/2014 - HABILITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 026/2014 - HABILITAÇÃO - Processo nº 318/2014 Objeto: Contratação de empresa para construção de Unidade Básica de Saúde Ceniros Martins, localizada na Rua Luiz Ribeiro Martins, S/Nº - Loteamento Ceniros Martins - São José - SC. EMPRESA HABILITADA: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. EMPRESA INABILITADA: CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELLI - EPP. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 032/2014 - HABILITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 032/2014 - HABILITAÇÃO - Processo nº 363/2014 Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de serviços de drenagem urbana de canal da Fazenda Santo Antônio, trechos entre as Ruas Silveira de Souza e João Luiz Farias. EMPRESA HABILITADA: DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - EPP; MLA CONSTRUÇÕES LTDA; EMPREITEIRA PAVICON LTDA; DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA; e SATÉLITE CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA - EPP. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 033/2014 - HABILITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 033/2014 - HABILITAÇÃO - Processo nº 364/2014 Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de serviços de drenagem urbana junto a canal do loteamento araucária, trecho entre as ruas José Orion N. Capistrano e Nilton Antenor de Souza. EMPRESA HABILITADA: DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - EPP; MLA CONSTRUÇÕES LTDA; EMPREITEIRA PAVICON LTDA; DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA; e SATÉLITE CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA - EPP. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 41/2014/PMSJ/SME

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 41/2014/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE SÃO JOSÉ.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação por 31 dias do prazo de vigência previsto na Cláusula Oitava do Convênio ora aditado, passando a vigorar até 31 de janeiro de 2015.

VIGÊNCIA: 31/12/2014 a 31/01/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 19 de dezembro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliara Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Amélia Inácia Medeiros Ludwig.

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.505, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 5.505, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

“INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E CONTROLE SOCIAL”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º É instituído, com fundamento na Lei Federal nº 11.445/2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico” o Conselho Municipal de Saneamento Básico e de Controle Social de São José do Cedro, SC.

Art. 2º Fica criado o mecanismo de Controle Social de (município) na área do saneamento básico, de caráter permanente, com representações do governo local, da sociedade civil organizada e dos usuários dos respectivos serviços;

Art. 3º O Controle Social terá como função, a participação direta nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionadas aos serviços públicos de saneamento básico, bem como na elaboração, acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução do Plano Municipal de Saneamento Básico, constituído por membros titulares e respectivos suplentes das seguintes representações:

I - Representantes governamentais, das seguintes Unidades Administrativas:

- a) Secretaria de Planejamento
- b) Secretaria da Saúde
- c) Secretaria da Educação
- d) Secretaria de Obras

II - Representantes de entidades não governamentais, contemplando:

- a) Representante das empresas prestadoras de serviço via contratos, Convênios ou concessão;
- b) Representante da sociedade civil organizada e/ou de classe profissional ligada ao setor;
- c) Representante de entidades empresariais;
- d) Representante dos Clubes de Serviço;

III - Representantes dos usuários dos serviços de saneamento básico:

- a) Representante dos agricultores;
- b) Representante dos moradores urbanos;

§ 1º O mandato dos conselheiros será de dois anos, permitida a recondução por mais um mandato, sendo sua nomeação dada por Decreto posterior a esta publicação;

§ 2º O Presidente será eleito entre os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e terá mandato de dois anos, permitida a recondução por mais um mandato;

Art. 4º A estrutura de Controle Social do Conselho Municipal de Saneamento Básico compreenderá o Colegiado e a Secretaria

Executiva, cujas atividades e funcionamento serão regidos por seu Regimento Interno.

Parágrafo Único. A Secretaria Executiva será exercida pelo Presidente eleito entre os membros e por um Secretário Executivo por ele indicado com mandato concomitante.

Art. 5º O Regimento Interno do Conselho Municipal de Saneamento Básico será definido pelo colegiado no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da Publicação deste Decreto.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 23 de dezembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 23 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº 5.506, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 5.506, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

“INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Saneamento Básico, na forma do anexo único deste decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 23 de dezembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 23 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 325/2014 - SF

DECRETO Nº. 325/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral

da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 54.810,14 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e dez reais e quatorze centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
02		DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.092	PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA	
"46"	3.1.90.11.00.00.1.0064	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil..R\$ 5.265,39
"72"	3.1.90.11.00.00.3.0064	Vencimentos e Vantagens - Pessoal Civil R\$ 37.625,00
"47"	3.1.90.13.00.00.1.0064	Obrigações Patronais R\$ 11.919,75

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 54.810,14 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e dez reais e quatorze centavos), das verbas a seguir discriminadas:

14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
02		DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.092	PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA	
"49"	3.3.90.39.00.00.1.0064	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal JurídicaR\$11.919,75
"74"	3.3.90.39.00.00.3.0064	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$37.625,00
"50"	4.4.90.52.00.00.1.0064	Equipamentos e Material Permanente R\$5.265,39

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de dezembro de 2014.
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 18 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 326/2014 - SF

DECRETO Nº. 326/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 51.297,82 (cinquenta e um mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta e dois centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S	
02	DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA	
2.092	PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA	
"72"	3.1.90.11.00.00.3.0064	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil..R\$ 51.297,82

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo

anterior, será utilizados os recurso relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recurso PMAQ, Fonte 3.0064, no valor de R\$ R\$ 51.297,82 (cinquenta e um mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta e dois centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de dezembro de 2014.
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 18 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 327/2014 - SF

DECRETO Nº. 327/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 138.556,27 (cento e trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S	
01	DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR	
2.054	PROGRAMA DE SAÚDE NA FAMÍLIA - PSF	
"1"	3.1.90.11.00.00.1.0002	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 45.500,00

02	DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA	
2.056	PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA	
"21"	3.1.90.11.00.00.1.0002	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal R\$70.626,54
"22"	3.1.90.13.00.00.1.0002	Obrigações Patronais R\$22.429,73

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos 15% Impostos Saúde, Fonte 1.0002 no valor R\$ 138.556,27 (cento e trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de dezembro de 2014.
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 18 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 328/2014 - SF

DECRETO Nº. 328/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- F.M.S

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"21" 3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil..R\$ 29.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"25" 3.3.90.14.00.00.1.0002 Diárias - Civil R\$9.000,00

"26" 3.3.90.30.00.00.1.0002 Material de Consumo R\$10.000,00

"29" 3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..R\$10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de dezembro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 18 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 329/2014 - SF

DECRETO Nº. 329/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.320 de 16 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Vereadores de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

01 PODER LEGISLATIVO

01 CÂMARA MUNICIPAL

2.001 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO LEGISLATIVO

"4" 3.1.90.13.00.00.00.0000 Obrigações Patronais R\$3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor R\$ 3.000,00 (três mil reais), de recursos orçamentários do Poder Legislativo, conforme demonstrado a seguir:

01 PODER LEGISLATIVO

01 CÂMARA MUNICIPAL

2.001 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO LEGISLATIVO

"5" 3.3.50.41.00.00.00.0000 Contribuições R\$3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de dezembro de 2014.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 18 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 330/2014 - SF

DECRETO Nº. 330/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 5.073,00(cinco mil e setenta e três reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR

"227" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$340,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DOS ENSINO INFANTIL

"139" 3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado R\$713,00

"140" 3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens - Pessoal Civil R\$4.020,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 5.073,00(cinco mil e setenta e três reais), das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR

"234" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$340,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DOS ENSINO INFANTIL

"141" 3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens - Pessoal Civil R\$713,00

"145" 3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo R\$4.020,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de dezembro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 18 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 331/2014 - SF

DECRETO Nº. 331/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 81.086,32 (oitenta e um mil e oitenta e seis reais com trinta e dois centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DO MAG. FUNDEB

"114" 3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado R\$540,00

"115" 3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$80.546,32

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos FUNDEB 60%, Fonte 1.0018 no valor R\$ 81.086,32 (oitenta e um mil e oitenta e seis reais com trinta e dois centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de dezembro de 2014.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 18 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 332/2014 - SF

DECRETO Nº. 332/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 16.693,68 (dezesseis mil, seiscentos e noventa e três reais e sessenta e oito centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DO MAG. FUNDEB

"115" 3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$16.693,68

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 16.693,68 (dezesseis mil, seiscentos e noventa e três reais e sessenta e oito centavos), das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DO MAG. FUNDEB

"117" 3.3.90.14.00.00.1.0019 Diárias - Civil R\$2.637,70

"118" 3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo R\$266,60

"119" 3.3.90.33.00.00.1.0019 Passagens e Despesas com Locomoção R\$1.850,00

"120" 3.3.90.39.00.00.1.0019 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$11.939,38

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de dezembro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 18 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 333/2014 - SF

DECRETO Nº. 333/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 274,80 (duzentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ESNINO FUNDAMENTAL

"125" 3.3.90.39.00.00.1.0019 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 274,80

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 274,80 (duzentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), Fonte 1.0019, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ESNINO FUNDAMENTAL

"123" 3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo R\$ 274,80

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de dezembro de 2014.
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 19 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 334/2014 - SF
DECRETO Nº. 334/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.192,66 (dois mil, cento e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLhedora - ABRIGO DOMICILIAR
"329" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.192,66

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recurso Ordinário, Fonte 1.0000 no valor R\$ 2.192,66 (dois mil, cento e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de dezembro de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 19 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 335/2014 - SF
DECRETO Nº. 335/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 54.400,00 (cinquenta e quatro mil e quatrocentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
"142" 3.1.90.13.00.00.1.0001 Obrigações Patronais R\$ 2.400,00
"143" 3.1.90.13.00.00.1.0018 Obrigações Patronais R\$ 52.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 54.400,00 (cinquenta e quatro mil e quatrocentos reais), das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL
2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
"141" 3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil..R\$ 52.000,00
"145" 3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo R\$ 2.400,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de dezembro de 2014.
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 19 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 336/2014 - SF
DECRETO Nº. 336/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 638,00 (seiscentos e trinta e oito reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA
02 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2.030 MANUTENÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL
"193" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$ 40,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENVOLV. ECONÔMICO
03 DEPARTAMENTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES
2.039 DEPARTAMENTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES
"290" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$ 598,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 638,00 (seiscentos e trinta e oito reais), das verbas a seguir discriminadas:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA
02 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2.030 MANUTENÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL
"195" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$ 40,00
17 SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENVOLV. ECONÔMICO
03 DEPARTAMENTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES
2.039 DEPARTAMENTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES
"292" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$ 598,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de dezembro de 2014.
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 19 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 337/2014 - SF

DECRETO Nº. 337/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 14.341,48 (quatorze mil, trezentos e quarenta e um reais e quarenta e oito centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

"3" 3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações patronais R\$ 8.290,27

2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS
"6" 3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais R\$ 6.051,21

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 14.341,48 (quatorze mil, trezentos e quarenta e um reais e quarenta e oito centavos), das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

"1" 3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil....R\$ 8.290,27

2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS
"4" 3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil....R\$ 6.051,21

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de dezembro de 2014.
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 22 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 338/2014 - SF

DECRETO Nº. 338/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 21.461,51 (vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

"3" 3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais R\$ 20.410,20

2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS
"6" 3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais R\$ 1.051,31

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recurso 15% Impostos Saúde, Fonte 1.0002 no valor R\$ 21.461,51 (vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de dezembro de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 22 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 339/2014 - SF

DECRETO Nº. 339/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 84,90 (oitenta e quatro reais e noventa centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.089 MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLÍCIA CIVIL

"75" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 84,90

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 84,90 (oitenta e quatro reais e noventa centavos), das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.089 MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLÍCIA CIVIL
"74" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$84,90

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de dezembro de 2014.
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 22 de dezembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2014, TP Nº 011/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 16/01/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2014, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 011/2014, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS NOS GINÁSIOS MUNICIPAIS; PREFEITO ZENO GERMANO ETGES, BAIRRO SANTA CATARINA, COM ÁREA TOTAL DE 1.204,28 M², E GINÁSIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO NO BAIRRO SÃO FRANCISCO, COM ÁREA TOTAL DE 1.204,35 M², CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 1.004.907-47/2013 MINISTÉRIO DOS ESPORTES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 784350/2013. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2014, PR Nº 100/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 14/01/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE A SER UTILIZADO NAS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2015. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2014 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2014-FMAS.
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, da Lei n. 8.666/93, relativo à locação de 01 (uma) sala comercial no perímetro urbano, com um custo total de R\$ 9.696,00 para o período de 01/01/2015 à 31/12/2015 para funcionamento do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). A presente dispensa de licitação será regida pela Lei n. º 8.666/93, e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 23 de dezembro de 2014.
GILNEI ANTONIO GUTH
Prefeito Municipal.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2014 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2014-FMAS.
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, da Lei n. 8.666/93, relativo à locação de 01 (uma) sala comercial no perímetro urbano, com um custo total de R\$ 7.656,00, para o período de 01/01/2015 à 31/12/2015 para funcionamento do Concelho Tutelar. A presente dispensa de licitação será regida pela Lei n. º 8.666/93, e alterações posteriores. São

Miguel da Boa Vista (SC), 23 de dezembro de 2014.
GILNEI ANTONIO GUTH
Prefeito Municipal.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO 232

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº232/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 10.966,48 (dez mil reais, novecentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos) por conta do Excesso de Arrecadação do PAB FIXO na dotação abaixo identificada:

11.01.10.301.9.2057 - Funcionamento e Manutenção da Saúde Bucal R\$ 8.077,95

3.1.90.00.00.00.00.01.0064 - Aplicações Diretas R\$ 8.077,95

11.01.10.301.9.2055 - Funcionamento e Manutenção do PSF R\$ 2.888,53

3.1.90.00.00.00.00.01.0064 - Aplicações Diretas R\$ 2.888,53

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e

DECRETO 233

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº233/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 1.500,00 (um mil, quinhentos reais) por conta do Excesso de Arrecadação do PMAQ na dotação abaixo identificada:

11.01.10.301.9.2057 - Funcionamento e Manutenção da Saúde Bucal R\$ 1.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0064 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

DECRETO 234

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº234/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.9-2057- Funcionamento e Manutenção da R\$ 800,00 Saúde Bucal

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 800,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 800,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

DECRETO 235

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº235/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.9-2055- Funcionamento e Manutenção do PSF R\$ 2.171,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 2.171,00

Suplementa:

3.1.91.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 2.171,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

DECRETO 236

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº236/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

2 - GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01.04.122.2-2002- Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito R\$ 2.057,79

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.057,79

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.057,79

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

DECRETO 237

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº237/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

05 - SECRETARIA DA SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.02.08.243.7-2036- Funcionamento e Manutenção da Assistência Social R\$ 666,28

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 666,28

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 666,28

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

DECRETO 238

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº238/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.10-2078- Funcionamento e Manutenção da Coord. de Serviços Públicos R\$ 530,40

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 530,40

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 530,40

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

DECRETO 239

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº239/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.04.122.3-2004- Funcionamento e Manutenção da Secretaria de administração e Finanças R\$ 594,13

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 594,13

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50,48

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 543,65

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Serra Alta

PREFEITURA

ATA Nº 001/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2014

No dia 27 de novembro de 2014, o MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 069/2014, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa LIGA MARAVILHENSE DE DESPORTO, inscrita no CNPJ nº 83.524.355/0001-07, situada na Av. Anita Garibaldi, nº 500, centro do Município de Maravilha/SC representada neste ato pelo Sr. Adecir Ivanor Ferreira, presidente da LMD, portador do CPF nº. 861.630.519-04 e RG2.657.082, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1- A presente ATA tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Serra Alta/SC e as empresas vencedoras do certame licitatório, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de ARBITRAGEM com profissionais habilitados na área esportiva, para atender as necessidades dos campeonatos municipais em diversas modalidades promovidos pelo Departamento de Esportes do Município de Serra Alta/SC. Conforme especificações abaixo e constantes no anexo D do Edital PP 069/2014 e constantes na proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

ITEM	QUANT/UND.	DESCRIÇÃO DO ITEM	PREÇO REGISTRADO
01	100 Jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE FUTEBOL SUÍÇO MASCULINO E FEMININO, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes- DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 155,00 TOTALIZANDO R\$ 15.500,00
02	80 jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE FUTEBOL DE AREIA MASCULINO E FEMININO, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes - DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 155,00 TOTALIZANDO R\$ 12.400,00

03	150 jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE FUTSAL MASCULINO E FEMININO, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes - DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 150,00 TOTALIZANDO R\$ 22.500,00
04	50 jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE VOLEIBOL DE AREIA, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes - DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 90,00 TOTALIZANDO R\$ 4.500,00
05	60 jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE VOLEIBOL DE QUADRA, FEMININO, MASCULINO E MISTO, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes - DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 110,00 TOTALIZANDO R\$ 6.600,00
06	80 jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE FUTEBOL DE CAMPO, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes - DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 285,00 TOTALIZANDO R\$ 22.800,00
07	35 Jogos	SERVIÇO DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE FUTSAL VETERANOS, conforme tabelas a serem elaboradas pelo Departamento Municipal de Esportes - DME, contendo dois árbitros por jogo e um mesário.	R\$ 150,00 TOTALIZANDO R\$ 5.250,00
		TOTAL GERAL	R\$ 89.550,00

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da assinatura da ata. (27/11/2014 a 27/11/2015).

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Serra Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.4- Todo o trabalho prestado pelo detentor da ata de registro de preço será acompanhado pelo responsável do Departamento de Esportes, que deverá lhe fornecer todas as informações necessárias ao bom desempenho dos serviços profissionais objeto deste contrato.

2.5 - A forma de execução deste contrato é indireta.

2.6 - Os profissionais utilizados deverão ser educados, ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e serem responsáveis para com as atividades que executa.

2.7. A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes solicitará que seja afastado imediatamente o profissional que não se portar convenientemente ou que não atender plenamente a execução dos

serviços.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA

3.1 - A ATA poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

3.2 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data posterior, para levantamento do índice.

a.2- Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência da presente ata de registro de preços.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

III - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

3.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Órgão Gerenciador da ATA deverá:

3.3.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5- A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

3.6 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Serão usuários do Registro de Preços a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, vinculada ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte do Edital de Registro de Preços nº 069/2014, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada serviço de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pela prestação do serviço será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA - DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os serviços serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá prestar os serviços, conforme necessidade das Unidades Administrativas, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Serra Alta, Santa Catarina.

5.3 - A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a prestar os serviços, objeto desta licitação, nos locais, datas e horários conforme as determinações do Município.

5.4 - O Município receberá somente os serviços que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO

6.1 - A prestação dos serviços só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Os serviços deverão ser prestados sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

6.4 - O fornecedor deverá cumprir com proficiência, zelo,

dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade os serviços contratados;

6.5- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Educação de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.6- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.7- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias consecutivos. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e que atendiam as especificações deste edital.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2014 e 2015:

05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES

2.600 - Apoio ao Esporte Amador- 3.3.90.00

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I - advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro

de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 069/2014 e Edital de Pregão Presencial de nº069/2014 independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

a) A atualização dos documentos e certidões exigidos para habilitação será registrada juntamente ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 069/2014 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 - O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 27 de novembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

LIGA MARAVILHENSE DE DESPORTO

ADECIR IVANOR FERREIRA

REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

EVANDRO MARCELO DE OLIVEIRA

OAB/SC 18.532

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI

JANETE PETRY CERISOLI

CPF: 418.827.760-20

CPF: 014.831.769-32

EXTRATO CONTRATUAL Nº 114/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 075/2014	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	114/2014
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto.....	IURI PUTTKAMER. A origem do presente contrato se fundamenta na adjudicação que foi feita ao CESSIONÁRIO na licitação, na modalidade Concorrência Pública nº 075/2014 de 23 de dezembro de 2014 com a finalidade da concessão de uso, mediante contrato administrativo, pelo período de até 31/12/2015 do espaço físico edificado, conforme descrição abaixo: Concessão de espaço físico edificado no Terminal Rodoviário de Passageiros (Rodoviária) com área de 213,73m2, localizado na Rua Almirante Barroso nº 77 esquina com a Rua Monte Castelo – Centro - Serra Alta SC. Para exploração de venda de passagens.
Valor.....:	O Cessionário pagou a Concedente, pelo objeto licitado para a concessão de uso o preço total proposto de R\$ 1.100,00 (Hum mil e cem reais).
Vigência....	24/12/2014 a 31/12/2015.
SERRA ALTA, 24 de Dezembro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

Timbó

PREFEITURA

DECRETO Nº 3645, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3645, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 4.223,28.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 4.223,28 (quatro mil e duzentos e vinte e três reais e vinte e oito centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

03.05.028.846.0005.0003.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.846.0005.0003.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.846.0005.0003.	SENTENÇAS JUDICIAS CONTRA O MUNICIPIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	4.223,28
	TOTAL	4.223,28

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 3647, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3647, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 900.000,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

17.01.009.272.0027.2126.	TIMBOPREV	
17.01.009.272.0027.2126.	ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV	
17.01.009.272.0027.2126.	MANUTENÇÃO DOS INATIVOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30300	SUPERAVIT FINANCEIRO Contribuição para o RPPS	900.000,00
	TOTAL	900.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 3649, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3649, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 158.991,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, à conta de anulação no valor total de R\$ 158.991,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 3.840,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2152.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2152.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2152.	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	1.000,00
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	2.840,00
	TOTAL	3.840,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2152.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2152.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2152.	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	3.840,00
	TOTAL	3.840,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 6.151,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	6.151,00
	TOTAL	6.151,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	6.151,00
	TOTAL	6.151,00

III - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 124.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSFERENCIAS A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	124.000,00
	TOTAL	124.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	124.000,00
	TOTAL	124.000,00

IV - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 20.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339300.00	TRANSFERENCIA A CONSORCIOS PUBLICOS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

V - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 5.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.04.010.304.0074.2166.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.304.0074.2166.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.304.0074.2166.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16600	VIGILANCIA EM SAUDE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.04.010.304.0074.2166.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.304.0074.2166.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.304.0074.2166.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16600	VIGILANCIA EM SAUDE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 3650, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3649, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 158.991,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, à conta de anulação no valor total de R\$ 158.991,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 3.840,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2152.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2152.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2152.	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	

319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	1.000,00
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	2.840,00
	TOTAL	3.840,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2152.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2152.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2152.	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	3.840,00
	TOTAL	3.840,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 6.151,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	6.151,00
	TOTAL	6.151,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	6.151,00
	TOTAL	6.151,00

III - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 124.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSFERENCIAS A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	

0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	124.000,00
	TOTAL	124.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	124.000,00
	TOTAL	124.000,00

IV - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 20.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339300.00	TRANSFERENCIA A CONSORCIOS PUBLICOS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

V - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 5.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.04.010.304.0074.2166.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.304.0074.2166.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.304.0074.2166.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16600	VIGILANCIA EM SAUDE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.04.010.304.0074.2166.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
--------------------------	--------------------------------	--

15.04.010.304.0074.2166.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.304.0074.2166.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16600	VIGILANCIA EM SAUDE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 3650, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3650, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 100.000,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2260.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT FINANCEIRO REC. ORDINÁRIOS	95.000,00
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.30000	SUPERAVIT FINANCEIRO REC. ORDINÁRIOS	5.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	100.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 3651, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3651, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 25.000,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	25.000,00
	TOTAL	25.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	25.000,00
	TOTAL	25.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 3652, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3652, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 218.087,38.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, à conta de anulação no valor total de R\$ 218.087,38, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 54.048,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
317100.00	Transferencia a consórcios	
0.10000	VINCULO LIVRE	28.140,00
337100.00	Transferencia a consórcios	
0.10000	VINCULO LIVRE	24.882,00
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	

447100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.026,00
	TOTAL	54.048,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	54.048,00
	TOTAL	54.048,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 3.996,69, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.03.012.361.0022.2054.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2054.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2054.	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	3.996,69
	TOTAL	3.996,69

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.03.012.361.0022.2054.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2054.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2054.	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	3.996,69
	TOTAL	3.996,69

III - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 120.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	120.000,00
	TOTAL	120.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	120.000,00
	TOTAL	120.000,00

IV - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 42,69, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA DO MUNICÍPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	42,69
	TOTAL	42,69

b) SUPLEMENTAÇÃO

09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA DO MUNICÍPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	42,69
	TOTAL	42,69

V - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 40.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	MAN. DO DEPARTAMENTO JURIDICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	40.000,00
	TOTAL	40.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	MAN. DO DEPARTAMENTO JURIDICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	40.000,00

	TOTAL	40.000,00
--	-------	-----------

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 3654, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3654, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 24.000,00

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	24.000,00
	TOTAL	24.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	24.000,00
	TOTAL	24.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

DECRETO Nº 3655, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3655, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 7.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	7.000,00
	TOTAL	7.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	7.000,00
	TOTAL	7.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3656, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3656, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 33.711,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAÚDE	4.711,00
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	29.000,00

	TOTAL	33.711,00
--	-------	-----------

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 33.711,00 (trinta e três mil e setecentos e onze reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP- SAUDE	4.711,,00
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	29.000,00
	TOTAL	33.711,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3657, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3657, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 29.595,60.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

15.03.010.303.0076.2170.	FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16700	ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA	29.595,60
	TOTAL	29.595,60

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 29.595,60 (vinte e nove mil e quinhentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.03.010.303.0076.2170.	FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16700	ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA	29.595,60
	TOTAL	29.595,60

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3658, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3658, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 87.600,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 87.600,00 (oitenta e sete mil e seiscentos reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.03.010.303.0076.2170.	FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30200	REC. IMP. E TRANSF. SAÚDE	53.000,00
339300.00	TRANSF. A CONSORCIOS PÚBLICOS	
0.30200	REC. IMP. E TRANSF. SAÚDE	34.600,00
	TOTAL	87.600,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3659, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3659, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 13.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

03.05.028.846.0005.0003.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.846.0005.0003.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.846.0005.0003.	SENTENÇAS JUDICIAS CONTRA O MUNICIPIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	13.000,00
	TOTAL	13.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3661, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3661, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 50.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2o deste decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.15700	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA	50.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	50.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3662, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3662, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 160.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2o deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0125.2302	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0125.2302	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0125.2302	MANUTENÇÃO DA ETA	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	30.000,00

	TOTAL	30.000,00
25.01.017.512.0100.2304.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2304.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2304.	MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	Superavit Financeiro Ano anterior	130.000,00
	TOTAL	130.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	160.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3663, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3663, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 23.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.30200	SUPERAVIT LIVRE – REC. IMP.E DE TRANSF. IMP. SAUDE	5.500,00
	TOTAL	5.500,00
15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30200	SUPERAVIT LIVRE – REC. IMP.E DE TRANSF. IMP. SAUDE	15.500,00
	TOTAL	15.500,00
15.04.010.305.0074.2168.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.305.0074.2168.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.305.0074.2168.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.30200	SUPERAVIT LIVRE – REC. IMP.E DE TRANSF. IMP. SAUDE	2.500,00

	TOTAL	2.500,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	23.500,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3666, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3666, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 7.358,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, à conta de anulação no valor total de R\$ 7.358,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 7.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	7.000,00
	TOTAL	7.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	7.000,00
	TOTAL	7.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 358,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

16.01.008.244.0086.2294.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
--------------------------	----------------------------------------------	--

16.01.008.244.0086.2294.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2294.	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	358,00
	TOTAL	358,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

16.01.008.244.0086.2294.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2294.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2294.	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	358,00
	TOTAL	358,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3667, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3667, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 10.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

16.02.008.244.0087.2274.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2274.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2274.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.15200	OUTRAS TRANSF. REC. FUNDO DE ASSIST SOCIAL	10.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	10.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3668, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3668, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 400.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	250.000,00
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	80.000,00
	TOTAL	330.000,00
15.01.010.301.0070.2152.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2152.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2152.	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
15.04.010.305.0074.2168.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.305.0074.2168.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.305.0074.2168.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.12300	TRANSFERENCIA DE CONVENIO – SAUDE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	400.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3669, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3669, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 15.374,46.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 15.374,46 (quinze mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

03.05.028.846.0005.0003.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.846.0005.0003.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.846.0005.0003.	SENTENÇAS JUDICIAS CONTRA O MUNICIPIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	374,46
	TOTAL	374,46
04.01.012.365.0020.2044.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2044.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2044.	MERENDA ESCOLAR DOS NEIS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	15.000,00
	TOTAL	15.000,00
	total	15.374,46

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3670, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3670, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 5.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

13.01.018.542.0044.2112.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.2112.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.2112.	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00

	TOTAL	5.000,00
--	-------	----------

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

13.01.018.542.0044.2112.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.2112.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.2112.	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3671, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3671, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013 e Lei nº 2744, de 24 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

03.01.004.0122.0015.1009.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.0122.0015.1009.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.0122.0015.1009.	FROTA DE VEÍCULOS - SEMFA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	22.120,70
	TOTAL	22.120,70
06.01.022.661.0030.1031.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.1031.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.1031.	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.305,07
	TOTAL	1.305,07
06.02.011.334.0032.1033.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.02.011.334.0032.1033.	INCENTIVO AO TRABALHO	
06.02.011.334.0032.1033.	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA O TRABALHO	

400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	13.741,10
	TOTAL	13.741,10
06.02.011.334.0032.2066.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.02.011.334.0032.2066.	INCENTIVO AO TRABALHO	
06.02.011.334.0032.2066.	MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	8.259,53
	TOTAL	8.259,53
06.03.020.606.0034.1037.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.1037.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.1037.	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DO SETOR DE AGRICULTURA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	822,53
	TOTAL	822,53
08.02.015.451.0052.1071.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.02.015.451.0052.1071.	OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.015.451.0052.1071.	ESPAÇOS PÚBLICOS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	92.960,98
	TOTAL	92.960,98
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	139.209,91

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 139.209,91 (cento e trinta e nove mil, duzentos e nove reais e noventa e um centavos), autorizado pela Lei nº 2744, de 24 de novembro de 2014, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	45.000,00
	TOTAL	45.000,00
06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	94.209,91

	TOTAL	94.209,91
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	139.209,91

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3672, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3672, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 10.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

15.04.010.305.0074.2168.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.305.0074.2168.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.305.0074.2168.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. IMP. E DE TRANSF. IMP. SAUDE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.04.010.305.0074.2168.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.305.0074.2168.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.305.0074.2168.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS	
0.10200	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3673, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3673, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 306.210,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, à conta de anulação no valor total de R\$ 306.210,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 1.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

02.01.004.122.0010.2004.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0010.2004.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0010.2004.	MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.000,00
	TOTAL	1.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

02.01.004.122.0010.2004.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0010.2004.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0010.2004.	MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.000,00
	TOTAL	1.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 24.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	24.000,00
	TOTAL	24.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	24.000,00
	TOTAL	24.000,00

III - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 23.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
--------------------------	------------------------	--

04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI 'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	TRANSFERENCIA FUNDEB	23.000,00
	TOTAL	23.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI 'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	TRANSFERENCIA FUNDEB	23.000,00
	TOTAL	23.000,00

IV - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 46.610,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	46.610,00
	TOTAL	46.610,00

c) SUPLEMENTAÇÃO

04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	46.610,00
	TOTAL	46.610,00

V - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 20.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	

319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

VI - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 20.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	20.000,00

VII - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 160.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

0.10000	VINCULO LIVRE	160.000,00
	TOTAL	160.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	160.000,00
	TOTAL	160.000,00

VIII - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 1.600,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA DO MUNICÍPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.600,00
	TOTAL	1.600,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA DO MUNICÍPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.600,00
	TOTAL	1.600,00

IX - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 10.000,00,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	MAN. DO DEPARTAMENTO JURIDICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	MAN. DO DEPARTAMENTO JURIDICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3674, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3674, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 28.392,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, à conta de anulação no valor total de R\$ 28.392,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 27.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI 'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	27.000,00
	TOTAL	27.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI 'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	27.000,00
	TOTAL	27.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 1.392,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
--------------------------	------------------------	--

04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	1.392,00
	TOTAL	1.392,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	1.392,00
	TOTAL	1.392,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3675, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3675, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 70.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.15700	SAMU	10.000,00
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC.OPER. ENTRE ORGAOS	
0.15700	SAMU	4.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	

339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.15700	SAMU	6.000,00
	TOTAL	20.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	70.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3677, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3677, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 24.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

12.01.006.182.0013.2110.	FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DE DEFESA CIVIL DE TIMBÓ	
12.01.006.182.0013.2110.	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL FUMDEC	
12.01.006.182.0013.2110.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.12400	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS - OUTROS	24.500,00
	TOTAL	24.500,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3679, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3679, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014

Prorroga para 30 de junho de 2015, o prazo estabelecido no Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3320, de 07/11/2013 e nº 3506, de 13/06/2014, que declara situação emergencial no Município e autoriza a contratação temporária de servidores para manutenção dos serviços públicos considerados essenciais.

O Prefeito de Timbó/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, incisos VII, X e XVIII c/c art. 70, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no artigo 37, Inciso IX, da Constituição Federal, e nos artigos 1º e 2º, incisos I, IV, V e VIII, da Lei nº 2.045, de 22/12/1998 e alterações e nos termos da Lei Federal nº 9.504 de 30 de setembro de 1997; e,

Considerando os termos da Lei nº 2.439, de 02 de dezembro de 2009, que alterou a Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998, visando possibilitar a contratação temporária na hipótese de ausência de candidatos aprovados em concurso público ou processo seletivo;

Considerando que durante os anos de 2009 a 2011 a municipalidade promoveu adequações na legislação de regência dos cargos, inclusive

com o intuito de viabilizar maior acesso de candidatos às vagas necessárias ao funcionamento da administração pública;

Considerando que, em que pese promovidas alterações na legislação, os concursos públicos e processos seletivos realizados pelo Poder Executivo não engendraram resultado satisfatório, não tendo se preenchido o número suficiente de candidatos inscritos e aprovados ao atendimento da demanda necessária à manutenção dos serviços prestados pela administração pública direta e indireta (autarquia e fundações);

Considerando a vacância temporária de cargos públicos sem a possibilidade de preenchimento efetivo face às licenças concedidas a servidores públicos nos termos do artigo 90 e incisos, da LC nº 01/93;

Considerando a necessidade de manutenção e/ou continuidade das atividades da Administração Municipal direta e indireta, principalmente diante da essencialidade e exclusividade dos serviços dispostos à comunidade;

Considerando que compete à municipalidade zelar pelo pleno e integral atendimento das necessidades do cidadão,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado para 30 de junho de 2015, o prazo estabelecido no art. 1º do Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3320, de 07/11/2013 e nº 3506, de 13/06/2014, que declara situação emergencial no Município e autoriza a contratação temporária de servidores para manutenção dos serviços públicos considerados essenciais.

Art.2º Ficam ratificados todos os demais termos do Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterados pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3320, de 07/11/2013 e nº 3506, de 13/06/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.124 - SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/137

AUTORIZANTE: Município de Timbó pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

AUTORIZADO: Segville Vigilância Patrimonial Eirelli - EPP.

OBJETO: Prestação de serviços de vigilância (não armada) e segurança patrimonial para atuar nas dependências públicas do SAMAE.

PRAZO: Prorrogado até 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 08/12/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 2014.123 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/123

AUTORIZANTE: Município de Timbó pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

AUTORIZADO: Segville Vigilância Patrimonial Eirelli - EPP.

OBJETO: Prestação de serviços de vigilância (não armada) e segurança patrimonial para atuar nas dependências públicas do Município (Parque Central, Policlínica de referência, Pavilhão de Eventos Henry Paul, Complexo Esportivo e Praças Centrais).

PRAZO: Prorrogado até 31/12/2015

DATA DA ASSINATURA: 08/12/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013.106 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/106

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: TPA Telecomunicações LTDA.

OBJETO: Acréscimo de R\$ 1.215,00 (um mil duzentos e quinze reais) mensais no Link de internet unidade de saúde Policlínica, com velocidade de 5Mbps e acréscimo de R\$ 2.430,00 (dois mil quatrocentos e trinta reais) mensais de Link internet para a Prefeitura de Timbó, com velocidade de 20Mbps.

DATA DA ASSINATURA: 17/12/2014.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013.41 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/41

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Comastel Comércio e Assistência em Telefonia LTDA EPP.

OBJETO: Locação, instalação, atualização e manutenção das centrais telefônicas para as unidades administrativas da Prefeitura de Timbó.

PRAZO: prorrogado até 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 04/12/2014.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 1437, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014
PORTARIA Nº 1437, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Designa a Servidora Pública Municipal Silvia Saul Museka, para exercer em substituição o Servidor Público Municipal Jean Messias Rodrigues Vargas, a função de Pregoeira em licitações na modalidade de pregão, no período de 02 a 30 de janeiro de 2015.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em conformidade com o Decreto nº 445, de 16 de março de 2006,

RESOLVE:

Art.1º Designar a Servidora Pública Municipal SILVIA SAUL MUSEKA, a função de Pregoeira em licitações na modalidade de pregão, no período de 02 a 30 de janeiro de 2015, para exercer em substituição o Servidor Público Municipal Jean Messias Rodrigues Vargas designado pela Portaria nº 845, de 03 de fevereiro do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

TERMO DE REVOGAÇÃO CONCORRÊNCIA N.º 146 2014 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

TERMO DE REVOGAÇÃO CONCORRÊNCIA N.º 146/2014 PMT

O Secretário de Obras e Serviços Urbanos, no uso das atribuições conferidas pelo art. 1º, § 2º do Decreto Municipal n.º 2.976/2012, resolve, a bem do serviço público, REVOGAR a licitação na modalidade Concorrência n.º 146/2014, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para implantação do anel viário Rua Araponguinhas Etapa I, tudo conforme memorial descritivo, projeto, quantitativo e orçamento estimativo e cronograma físico financeiro.

MOTIVO: necessidade de revisão dos critérios de qualificação técnica-operacional, conforme decisão constante nos autos do processo.

Timbó/SC, 23/12/2014

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATO 18/2014**

Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato - 18/2014

Processo Licitatório 18/2014

Dispensa de licitação 09/2014

Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Contratado: Circuitec Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda

Objeto: Aquisição de 1 (um) relógio eletrônico de ponto com instalação e treinamento, conforme abaixo especificado: Características: Leitor biométrico (impressão digital) com alta velocidade de leitura e precisão.. Capacidade para até 800 digitais. Segurança total no controle da frequência e pontualidade dos funcionários. Design moderno, compacto de fácil instalação e operação. MRP (Memória de Registro de Ponto de 1,82GB) com capacidade para mais de 41 milhões de registros de ponto.mpressora térmica frontal de alta velocidade e de fácil troca de bobina. USB, possui três portas sendo: uma frontal para o fiscal do MTE e duas na parte inferior, para baixa das marcações via pendrive e outra para conexão com o computador.. Não há perdas de informações por falta de energia. Baixo consumo de energia. Alimentação bivolt (110V ~ 240V).Software SGP-Sistema Gerenciador de Ponto, completo para tratamento das marcações.Opção para horas extras ou banco de horassuporte Técnico gratuito por 12 meses.Fabricação nacional, certificado e homologado pela Finatel atendendo as exigências da Portaria 1.510 e registrado no MTE sob nro 00058.Acompanham o equipamento:1 Relógio de ponto eletrônico PontoALL BIO,1 CD de instalação do software SGP-Sistema Gerenciador de Ponto (SREP), com operação local ou em rede, para tratamento das marcações e emissão de relatórios com as totalizações das horas trabalhadas, em conformidade com a Portaria 1.510,1 Cabo USB para transferência de informações entre o computador e o PontoALL BIO,31 Bobina para impressão térmica 57mm x 40 metros,1 Manual de Instruções do Relógio impresso em papel cartão.

Valor: O valor total do contrato é de R\$ 2.000,00(dois mil reais, com instalação)

Assinado: 19 de Dezembro de 2014 pela Câmara Municipal de Timbó (Jorge Augusto Krüger - Presidente) e circuitec indústria de equipamentos eletrônicos ltda (josé gil fausto zipf - sócio)

Trombudo Central

PREFEITURA

DL 01/2014 - CAMARA MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2014

DATA: 19/12/2014

OBJETO: Locação de imóvel não residencial, para implantação da estrutura legislativa, sendo necessário sala para reunião das comissões, auditório e plenária, banheiros com acesso no auditório, salas para as áreas administrativas, contábeis e jurídicas, recepção, cozinha, espaço para arquivo. Imóvel com acesso a portadores de deficiência, com 218,93 m².

VALOR TOTAL: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

CONTRATADA: Imobiliária Fábio Müller Corretor de Imóveis Ltda.
EMBASAMENTO LEGAL: Inciso X, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, e alterações.

Trombudo Central, 19 de dezembro de 2014
GILMAR MACIEL DOS SANTOS
VEREADOR PRESIDENTE

PREGÃO PRESENCIAL 25/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 25/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Srº Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 25/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL NOS PADRÕES NORMAIS DE CONSUMO, GASOLINA AMARELA COMUM MISTURADA COM ÁLCOOL, OLEO DIESEL BS 50 E ÁLCOOL) DE ACORDO COM AS NORMAS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MECANIZADA DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DIRETAMENTE DA BOMBA DO FORNECEDOR. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 10:00h. do dia 09 de janeiro de 2014, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 23 de dezembro de 2014.
Silvio Venturi
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 62/2014 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 62/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Srº Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 62/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL NOS PADRÕES NORMAIS DE CONSUMO, GASOLINA AMARELA COMUM MISTURADA COM ÁLCOOL, OLEO DIESEL BS 50 E ÁLCOOL) DE ACORDO COM AS NORMAS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MECANIZADA DO MUNICIPIO DIRETAMENTE DA BOMBA DO FORNECEDOR. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 08:00h. do dia 09 de janeiro de 2014, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 23 de dezembro de 2014.
Silvio Venturi
Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1667/2014

Decreto nº 1.667/2014.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.150/2013, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1.214/2014,

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.150 de 28 de novembro de 2013 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Órgão:	10.00	SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ	10.301.0012.1.003	Aquisição Veículos, Equipamentos e Materiais Permanentes
	4.4.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (1) 40.000,00

Proj./Ativ	10.301.0012.2.030	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família
	3.1.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (7) 18.000,00

TOTAL. R\$ 58.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Órgão:	10.00	SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ	10.301.0012.2.034	Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS
	3.1.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (65) 3.000,00

Proj./Ativ	10.301.0012.2.037	Manutenção do Programa Farmácia Básica
	3.3.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (14) 20.000,00

Proj./Ativ	10.302.0012.2.045	Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade
	3.3.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas 20.000,00

Proj./Ativ	10.301.0012.2.047	Manutenção do NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família
	3.3.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (20) 10.000,00

Proj./Ativ	10.301.0012.2.055	Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS
	3.3.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (22) 5.000,00

TOTAL. R\$ 58.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis - SC,
em 24 de Dezembro de 2014.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

LEI 1209/2014

LEI Nº 1.209/2014 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a executar serviços e fornecer os materiais para drenagem das águas pluviais de ruas públicas em terrenos particulares e contém outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar os serviços e fornecer os materiais necessários para drenagem das águas pluviais das ruas públicas do perímetro urbano, que necessitam passar pelas propriedades de terrenos particulares, tendo a anuência das partes envolvidas no processo.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
24 de dezembro de 2014.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

LEI 1210/2014

LEI Nº. 1.210/2014 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, firmar convênio com a Terra Nova Sociedade Beneficente do Vale do Pirapocu, e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, devidamente autorizado a firmar convênio com a TERRA NOVA SOCIEDADE BENEFICENTE DO VALE DO PIRAPOCU, entidade legalmente constituída, inscrita no CNPJ sob nº. 85.217.628/0001-04, com sede na Rodovia SC 283 km 02, bairro Industrial, município de Mondaí - SC, visando o repasse em forma de Contribuição Financeira no valor de até R\$ 46.800,00 (Quarenta e seis mil e oitocentos reais), objetivando o pagamento da reserva de 03 (três) vagas fixas mensais, para o atendimento em regime de abrigo a crianças e adolescentes carentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, pertencentes ao Município de Tunápolis, encaminhadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social e pelo Fundo da Infância e Adolescência, através do Conselho Tutelar do Município, por meio da Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Itapiranga, para o período de Janeiro a Dezembro de 2015, com o pagamento mensal no valor de R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais) mensais por vaga conveniada.

Art. 2º É concedido à TERRA NOVA SOCIEDADE BENEFICENTE DO VALE DO PIRAPOCU o prazo de 60 (sessenta) dias para prestar contas dos recursos recebidos, na forma da legislação em vigor, sendo que na hipótese de não haver a referida prestação de contas, automaticamente implicará na não liberação da parcela seguinte.

Art. 3º O valor mensal a ser repassado será de R\$ 5.850,00 (cinco mil, oitocentos e cinquenta reais) para suprir as 03 (três) vagas fixas pactuadas.

Parágrafo Único: Fica ainda sob a responsabilidade do Município:

- I - Translado por veículo oficial do Município, para visitação da família, com intuito de manutenção dos vínculos familiares;
- II - Vestuário de que a criança/adolescente necessitar;
- III - Medicamentos e médicos não inclusos no atendimento do SUS.

Art. 4º O Termo de Convênio (anexo) definirá a forma e critérios para transferências destes recursos, bem como normas de aplicação, gestão e prestação de contas na qual deverão conter no mínimo os seguintes documentos:

I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;

II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;

III - Extrato bancário da conta, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;

IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;

V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 5º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, do exercício de 2015.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis, 24 de dezembro de 2014.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff

Técnico em Controladoria Interna.

LEI 1211/2014

LEI Nº. 1.211/ 2014 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER POR DOAÇÃO ÁREAS DE TERRAS, PARA INCORPORAÇÃO À ÁREA DESTINADA A RUA PÚBLICA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação as seguintes áreas de terra:

- Parte das Chácaras nº 5 e nº 6, ambas da Linha Tunas, de propriedade do Sr. Benício Baumgratz, com área de 1.207,50 m² (um mil, duzentos e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 11.567, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga;
- Parte das Chácaras Urbanas nº 7 e 8, da Rua São Lourenço, de propriedade do Sr. Pedro Baumgratz, com área de 237,00 (duzentos e trinta e sete metros quadrados), objeto da matrícula nº 10.303, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga;
- Parte do Lote Urbano nº 1000, da Rua São Lourenço, de propriedade de Irio Luiz Mombach, com área de 232,80 m² (duzentos e trinta e dois metros e oitenta decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 14.091, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga.

§ 1º A área objeto da doação de que trata este artigo será destinada a incorporação de Rua Pública, que passa a denominar-se como Rua Aloisio Baumgratz.

§ 2º As confrontações e delimitações da área doada estão estabelecidas no Memorial Descritivo e no mapa de localização em anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC, Em, 24 de dezembro de 2014.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff

Técnico em Controladoria Interna.

LEI 1212/2014

LEI Nº 1.212/ DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014.

Institui o regime de sobreaviso para os cargos de Motorista de Passageiros, de Ambulância e Veículo Leve, Agente e Auxiliar de Manutenção de Hidráulica e contém outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o regime de sobreaviso para a categoria funcional de Motorista de Passageiros, Motorista de Veículo Leve, Motorista de Ambulância, bem como para os cargos de Agente de Manutenção de Hidráulica e Auxiliar de Manutenção de Hidráulica, nos termos da presente Lei, objetivando assegurar o funcionamento dos serviços públicos emergenciais, ininterruptos ou essenciais à coletividade da função pública.

Art. 2º Em regime de sobreaviso as horas, para todos os efeitos, serão contadas à razão de 1/3 (um terço) da hora correspondente ao padrão de vencimento fixo do respectivo cargo, como vantagem pecuniária acrescida ao vencimento.

§ 1º O regime de sobreaviso será organizado pelos setores da Saúde, Educação e Saneamento Básico, em escalas mensais, observando o sistema de rodízio previsto nos serviços de plantão dos referidos setores.

§ 2º Quando convocado, as horas efetivamente trabalhadas pelo servidor em regime de sobreaviso serão remuneradas acrescidas pela prestação de serviço extraordinário, não se aplicando o disposto neste caso do artigo 2º da presente Lei.

Art. 3º Todos os servidores que ocupam os cargos mencionados no artigo 1º da presente Lei irão participar do regime de sobreaviso, atendendo prontamente à convocação dos setores envolvidos para o pleno cumprimento dos serviços públicos, não podendo praticar atividades que impeçam o comparecimento ao serviço.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua regulamentação o que deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias após sua aprovação, revogando neste mesmo ato a Lei Municipal nº 900/2008 de 25 de junho de 2008.

Tunápolis - SC, 24 de dezembro de 2014.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

LEI 1213/2014

LEI Nº 1.213/2014 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE REPASSE FINANCEIRO A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar mensalmente o valor de até R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), corrigidos anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), destinados ao atendimento das despesas de manutenção das atividades desenvolvidas pela Associação Hospitalar de Tunápolis.

Parágrafo único. Excepcionalmente nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar o valor de até R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais) para a Associação Hospitalar de Tunápolis.

Art. 2º - Os valores ora autorizados serão transferidos à entidade caracterizada no artigo anterior, tendo esta a obrigação de aplicar os referidos recursos tão somente aos fins que lhe foram repassados.

Art. 3º - É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Entidades Bancárias Oficiais, movimentadas por cheques nominiais e individuais por credor.

Art. 4º - A Associação Hospitalar de Tunápolis terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento dos recursos, para a comprovação da boa e regular aplicação dos mesmos, sob pena de não concorrência aos próximos repasses mensais.

Art. 5º - São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (presidente) e o Ordenador Secundário (Tesoureiro).

Art. 6º - A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 60 (sessenta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64 e da IN nº 14/2012 do TCE-SC, dos seguintes documentos:

I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;

II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;

III - Extrato bancário da conta, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;

IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;

V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Parágrafo único. A prestação de Contas e demais documentos que comprovarem a boa e real aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente serem assinados pelos Ordenadores Primário e Secundário.

Art. 7º - Fica igualmente autorizado o Executivo Municipal, a regulamentar por ato, se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos ora autorizados, visando assim o bom emprego do dinheiro público.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta do orçamento Municipal no Fundo Municipal de Saúde.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei 1.106/2013 de 28 de março de 2013.

Gabinete do prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 24 de Dezembro de 2014.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

LEI 1214/2014

Lei nº 1.214/2014.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.150/2013, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.150 de 28 de novembro de 2013 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Órgão:	10.00	SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ	10.301.0012.1.003	Aquisição Veículos, Equipamentos e Materiais Permanentes
4.4.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (1)	40.000,00

Proj./Ativ	10.301.0012.2.030	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família
3.1.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (7)	18.000,00

TOTAL. R\$ 58.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Órgão:	10.00	SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ	10.301.0012.2.034	Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS
3.1.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (65)	3.000,00

Proj./Ativ	10.301.0012.2.037	Manutenção do Programa Farmácia Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (14)	20.000,00

Proj./Ativ	10.302.0012.2.045	Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade
3.3.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas	20.000,00

Proj./Ativ	10.301.0012.2.047	Manutenção do NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família
------------	-------------------	---------------------------------------------------------

3.3.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (20)	10.000,00
----------------------------	-------------------------	-----------

Proj./Ativ	10.301.0012.2.055	Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS
------------	-------------------	-----------------------------------------------------

3.3.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (22)	5.000,00
----------------------------	-------------------------	----------

TOTAL. R\$ 58.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis - SC,
em 24 de Dezembro de 2014.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2014 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2014
Edital de Pregão Presencial nº 28/2014

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma

da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial que tem por objeto a Contratação de Laboratório Protético para confecção de Próteses Dentárias, de acordo com a Lei autorizativa nº 1.068/2011, "Programa Saúde Bucal "desenvolvido pelo Fundo Municipal da Saúde, e Portaria nº40 de 10 de janeiro de 2010, Ministério da Saúde", Entrega das propostas até às 8h45 do dia 13/01/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 23 de dezembro de 2014

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo

RESOLUÇÃO 20/2014

RESOLUÇÃO Nº 020/2014

DISPÕEM SOBRE A COMISSÃO DE RECESSO.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNAPOLIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a COMISSÃO DE RECESSO para o período de 23 a 31 de Dezembro de 2014, por todos os membros da atual Mesa Diretora. E para o período de 01 de Janeiro a 02 de Fevereiro de 2015, pelos membros da nova Mesa Diretora eleita.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.

Em 22 de Dezembro de 2014.

FLÁVIO ALBANO

Presidente

WENDLING NILSE SEHN

Vice-Presidente

SÉRGIO EIDT

1º Secretário

GILBERTO LUNKES

2º Secretário

Vidal Ramos**PREFEITURA****DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 99/2014 - SESC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA VIDAL RAMOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação 99/2014

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é A EXECUÇÃO DOS PROJETOS DE AUTORIA DO SESC, 05 ETAPAS DO PROJETO BAÚ DE HISTÓRIAS (SENDUAS APRESENTAÇÕES CADA), 03 ETAPAS DO PROJETO EMCENACATARINA, 03 CIRCUITOS SESC DE MÚSICA E 04 ETAPAS DO PROJETO SONORA BRASIL.

, com fulcro no artigo 24, inciso XIII, da Lei no 8.666/93.

Valor da contratação R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

NOME DO CREDOR: SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/SC

CNPJ/CPF: 03.603.595/0001-68

ENDEREÇO: RUA FELIPE SCHIMITD, 117, EDIFÍCIO SOARES GLAVILA - CENTRO - FLORIANÓPOLIS - SC, 88010-002

VIDAL RAMOS, 22 DE DEZEMBRO DE 2014

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira**PREFEITURA****DECRETO Nº 11.395/14**

DECRETO Nº 11.395/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Artes Ensino Infantil e Fundamental

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CLACIR STIEVEN ARALDI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Artes Ensino Infantil e Fundamental, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.396/14**

DECRETO Nº 11.396/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Inglês

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ADRIANA DAS GRAÇAS BERTO DE CAMPOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Inglês, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.397/14**

DECRETO Nº 11.397/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Inglês

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CAMILA DALMOLIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Inglês, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.398/14**

DECRETO Nº 11.398/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Inglês

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MIRIAN TEREZINHA DELLANI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Inglês, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.399/14

DECRETO Nº 11.399/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ALAN PARIZZOTO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Física Ensino Infantil e Fundamental, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.400/14

DECRETO Nº 11.400/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RITCHELE PIRES DE BRITO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Física Ensino Infantil e Fundamental, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.401/14

DECRETO Nº 11.401/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CLEDER DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Física Ensino Infantil e Fundamental, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.402/14

DECRETO Nº 11.402/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANA CLAUDIA CARVALHO DOS ANJOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Física Ensino Infantil e Fundamental, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.403/14

DECRETO Nº 11.403/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LARESSA PAZIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Física Ensino Infantil e Fundamental, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.404/14

DECRETO Nº 11.404/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Matemática

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, NILSO HEINECK, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Matemática, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e

alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.405/14

DECRETO Nº 11.405/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Matemática

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ENOQUE DA SILVA SOBRAL, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Matemática, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.406/14

DECRETO Nº 11.406/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Matemática

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANDRÉ FERRONATO, tendo em vista sua

aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Matemática, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.407/14

DECRETO Nº 11.407/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Língua Portuguesa

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANDREA CAROLINE DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Língua Portuguesa, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.408/14

DECRETO Nº 11.408/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Língua Portuguesa

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12

e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VANIA REGINA FRIZON DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Língua Portuguesa, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.409/14

DECRETO Nº 11.409/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Ciências

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, KATIA ZICKUHR PERAZZOLI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Ciências, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.410/14

DECRETO Nº 11.410/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Ciências

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUCIMAR APARECIDA APPI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Ciências, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.411/14**

DECRETO Nº 11.411/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - História

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JULIANA NAGANO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - História, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.412/14**

DECRETO Nº 11.412/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Geografia

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VANDERLEI PIRES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Geografia, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.413/14**

DECRETO Nº 11.413/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, BEATRIZ PADILHA DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.414/14

DECRETO Nº 11.414/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ADAIANA CAMILA WEISS FALETTI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.415/14**

DECRETO Nº 11.415/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VERIDIANA ZANETTI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.416/14**

DECRETO Nº 11.416/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GIOVANA CARDOSO PATRICIO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.417/14**

DECRETO Nº 11.417/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FRANCIELLE POSSERA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.418/14

DECRETO Nº 11.418/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JULIANA NUNES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.419/14**

DECRETO Nº 11.419/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CAMILA REGINA ROSTIROLA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.420/14**

DECRETO Nº 11.420/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FRANCIELE TESTOLIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.421/14**

DECRETO Nº 11.421/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SANDRA ROSILENE STOECKLE TRANCOZO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.422/14

DECRETO Nº 11.422/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VANUSA APARECIDA MELO DE GODOI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.423/14**

DECRETO Nº 11.423/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ELEANE TERESINHA KOEFFER BOESING, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.424/14**

DECRETO Nº 11.424/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VANIA RUI RETORE, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.425/14**

DECRETO Nº 11.425/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LEONICE PIMEL SALGADO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.426/14

DECRETO Nº 11.426/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, PATRICIA FAQUIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.427/14

DECRETO Nº 11.427/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANDREIA GEMELLI SIMIONI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.428/14

DECRETO Nº 11.428/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ADRIANA REGINA SCHNEIDER PERGHER, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.429/14

DECRETO Nº 11.429/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ALINE MEZARROBA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.430/14

DECRETO Nº 11.430/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOSIANE MOREIRA RODRIGUES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.431/14

DECRETO Nº 11.431/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ELIANE RIBEIRO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.432/14

DECRETO Nº 11.432/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, PATRICIA GONÇALVES DIAS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.433/14

DECRETO Nº 11.433/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, TATIANE OGLIARI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.434/14

DECRETO Nº 11.434/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANA CLAUDIA VIERO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.435/14

DECRETO Nº 11.435/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DANIELA GEMELLI PIACENTINI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.436/14

DECRETO Nº 11.436/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SIMAIQUI TERESINHA DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.437/14

DECRETO Nº 11.437/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.438/14

DECRETO Nº 11.438/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CERES MIDDING, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.439/14

DECRETO Nº 11.439/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, PATRICIA FABIULA BRESCIANI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.440/14

DECRETO Nº 11.440/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VANUSA APARECIDA CORREA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.441/14

DECRETO Nº 11.441/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANGELA ANTONIA MORESCO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.442/14

DECRETO Nº 11.442/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RENATA MIOZZO GRASSI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.443/14

DECRETO Nº 11.443/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DAIRA RAISER DA CRUZ DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.444/14

DECRETO Nº 11.444/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SONIA SIQUEIRA DE GODOY, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.445/14

DECRETO Nº 11.445/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, IVONETE APARECIDA DOS SANTOS GONÇALVES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.446/14

DECRETO Nº 11.446/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROSANA APARECIDA COMACHIO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.447/14

DECRETO Nº 11.447/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANDREA JULIANA GOMES DE OLIVEIRA TITON, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as

disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.448/14

DECRETO Nº 11.448/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CLAUDIA RAQUEL DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.449/14

DECRETO Nº 11.449/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DANIELI JULIANE BERTI PANIGAZ, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.450/14

DECRETO Nº 11.450/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SUZAMARA MARIA STACHELSKI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.451/14

DECRETO Nº 11.451/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VANESSA CATIA MAFFESSIONI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.452/14

DECRETO Nº 11.452/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Professor - Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SIRLEI LEONILDE TURCO VIECELI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.453/14

DECRETO Nº 11.453/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Especialista em Educação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ELISANGELA GONÇALVES DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Especialista em Educação, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.454/14

DECRETO Nº 11.454/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Especialista em Educação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FABIANA CANDIDO BONEZ DE MELLO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Especialista em Educação, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.455/14

DECRETO Nº 11.455/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Especialista em Educação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANA CAROLINA CAGNIN ZITTERELL, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Especialista em Educação, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.456/14

DECRETO Nº 11.456/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia Especialista em Educação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JORGE LUIZ GONÇALVES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Especialista em Educação, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.457/14

DECRETO Nº 11.457/14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera o Decreto nº 10.374/13, de 22 de março de 2014, que Regulamenta a Lei nº 2.879/13, de 20 de março de 2013, que "Dispõe sobre a Concessão de Bolsas de Estudo a alunos economicamente carentes e portadores de deficiência e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, usando das atribuições que lhe confere o art. 72, incisos IX e XII da Lei Orgânica do Município, e a vista do que constam nos Processos Administrativos nº 20.460/14 e 20.757/14;

DECRETA

Art. 1º Ficam alterados os incisos I e V, do §2º do art. 10 do

Decreto nº 10.374/13, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 (...):

(...)

§2º (...):

I - A renda bruta mensal do grupo familiar:

- a) Até 03 (três) salários mínimos - 100 pontos;
- b) De 03 (três) a 05 (cinco) salários mínimos - 50 pontos;
- c) Acima de 05 (cinco) salários mínimos - 10 pontos. (NR)

II - (...);

III - (...);

IV - (...);

V - Despesas com educação: Curso Superior e Ensino Profissionalizante do solicitante e dos membros do grupo familiar que estudam em Instituições de Ensino:

- a) Acima de R\$ 1.000,00 - 100 pontos;
- b) De R\$ 400,00 até R\$ 1.000,00 - 50 pontos;
- c) Até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) - 10 pontos. (NR)

(...).”

Art. 2º Fica alterado o art. 14 do Decreto nº 10.374/13, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 Os 40 (quarenta) primeiros estudantes classificados receberão a bolsa no percentual de 40% (quarenta por cento) de suas mensalidades, enquanto que os demais estudantes classificados receberão a bolsa no percentual de 30% (trinta por cento) do valor de suas mensalidades até se esgotarem os recursos públicos municipais destinados a esse programa.

§1º Esgotados os recursos públicos municipais destinados a esse programa e remanescendo candidatos classificados, esses permanecerão em lista de espera anual para obtenção da bolsa em contemplações futuras nos casos previstos neste Decreto.

§2º Os candidatos classificados, que estejam na lista de espera, obtendo a contemplação futura da bolsa de estudos, receberão o percentual de 30% (trinta por cento) das parcelas correspondentes a partir da concessão até o término do programa anual, não fazendo jus as parcelas anteriormente pagas aos outros candidatos contemplados” (NR)

Art. 3º Fica alterado o inciso XXIV, do art. 17 do Decreto nº 10.374/13, passando a vigorar com a seguinte redação

“Art. 17 (...):

(...)

XXIV - Comprovante de matrícula dos integrantes do grupo familiar que estão frequentando o Curso Superior e/ou o Ensino profissionalizante e o boleto da mensalidade do solicitante do último mês quitada. (NR)

(...).”

Art. 4º Fica alterado o art. 23 do Decreto nº 10.374/13, passando a vigorar com a seguinte redação

“Art. 23 O benefício da bolsa de estudo será cancelado

automaticamente, com o desligamento do aluno do programa, nos seguintes casos:

I - reprovação no período letivo, por inassiduidade superior a 75% (setenta e cinco por cento);

II - reprovação de no máximo 02 (duas) disciplinas no ano letivo ou semestre anterior;

III - abandono ou desistência do curso ou trancamento de matrícula sem prévia anuência da Comissão Especial;

IV - transferência para outra Instituição de Ensino, excetuando-se o caso de encerramento do curso ou fechamento da Instituição de ensino em que o bolsista esteja desenvolvendo suas atividades;

V - incorrer em indisciplina ou falta grave no exercício do Programa, respeitado o disposto no art. 22, deste Decreto.

§1º Havendo impedimento ao bolsista em frequentar às aulas, e o mesmo não solicitar, justificadamente, à Comissão Especial do Programa, suspensão temporária do benefício no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, também terá cancelamento automático da bolsa.

§2º Em qualquer caso do cancelamento, o benefício poderá ser redistribuído a outro estudante selecionado, com efeitos a partir da data de substituição do bolsista, mediante autorização prévia e expressa da Comissão Especial. (NR)

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

EXTRATO ADITIVO Nº 161/2014 - PMV

Aditivo nº 161/2014

Contrato/Ata nº: CT 178/2013

Processo: PR 96/2013 - PMV

Fornecedor: TRANSPORTES PBRANDT LTDA ME

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015 e aumentar a quantidade de quilometragem, conforme estabelece o item 1.7 da Cláusula 1ª do contrato, nos termos do pedido da Secretaria de Educação.

Valor: R\$ 31.798,98

Data: 29/12/2014.

EXTRATO ADITIVO Nº 162/2014 - PMV

Aditivo nº 162/2014

Contrato/Ata nº: CT 177/2013

Processo: PR 96/2013 - PMV

Fornecedor: MANENTI TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015 e aumentar a quantidade de quilometragem, conforme estabelece o item 1.7 da Cláusula 1ª do contrato, nos termos do pedido da Secretaria de Educação.

Valor: R\$ 141.121,33

Data: 29/12/2014.

PORTARIA Nº 1555/14

PORTARIA nº 1555/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 20.898/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora LUCIANE CORREA DA ROCHA, Auxiliar de Serviços Gerais, de 01 de fevereiro de 2015 até 01 de maio de 2015, referente ao quinquênio de 05 de abril de 2006 até 04 de abril de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1556/14

PORTARIA nº 1556/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21.111/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor ROSEMIRO ANTONIO PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, de 02 de fevereiro de 2015 até 02 de maio de 2015, referente ao quinquênio de 17 de dezembro de 2009 até 16 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1557/14

PORTARIA nº 1557/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21.064/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora JAQUELINE BERNADETE GRANDO, Professora, de 01 de março de 2015 até 01 de junho de 2015, referente ao quinquênio de 01 de fevereiro de 2006 até 31 de janeiro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2015.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1558/14

PORTARIA nº 1558/14

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21281/2014,

RESOLVE

Declarar estável o servidor GUSTAVO COSTENARO BRANDALISE, Profissional de Educação Física - Atividades Adaptadas, por ter cumprido e sido aprovado no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 18 de dezembro de 2014.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1559/14

PORTARIA nº 1559/14

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21280/2014,

RESOLVE

Declarar estável o servidor IVONEI DAMBROS, Profissional de Educação Física - Karatê, por ter cumprido e sido aprovado no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 18 de dezembro de 2014.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1560/14

PORTARIA nº 1560/14

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21279/2014,

RESOLVE

Declarar estável o servidor MOISES GONZAGA PENSO, Profissional de Educação Física - Judô, por ter cumprido e sido aprovado no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 18 de dezembro de 2014.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1561/14

PORTARIA nº 1561/14

Concede licença para tratar de assuntos particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 194 da Lei Complementar nº 129/12, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 19.684/2014,

RESOLVE

Art. 1º Conceder, a pedido, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a SOLANGE SALETE PICCININ PERAZZOLI, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1562/14

PORTARIA nº 1562/14

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21278/2014,

RESOLVE

Declarar estável a servidora VILMAIR OLIVO DEON, Auxiliar de Serviços Gerais, por ter cumprido e sido aprovado no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 18 de dezembro de 2014.

Videira, 22 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO ADITIVO 002/2014 AO CONTRATO 007/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

Extrato de Termo Aditivo nº 002/2014 ao contrato nº 007/2013.

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira publica o que segue:
CONTRATADO: Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM.

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato 007/2013, cujo objeto é a prestação de serviços para confecção de projetos de leis referente a revisão e atualização da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno e elaboração do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores da Câmara Municipal, por mais (5) cinco meses, com efeitos a partir de 24 de dezembro de 2014 até 24/05/2015.

VIGÊNCIA: 24 de dezembro de 2014 até 24/05/2015.

ASSINATURA: 23/12/2014.

Videira, 23 de dezembro de 2014.

LOURENÇO BECKER

Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 239/2014

PORTARIANº 239/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Elisabeth Zoura	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
José Watras Sobrinho	03/11/2013	a	02/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Juliana Fusinato	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Katia Regina da Cruz	01/12/2013	a	30/11/2014	12/01/2015	a	10/02/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 231/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 240/2014

PORTARIANº 240/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Marcio Lunelli	06/10/2013	a	05/10/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Onadir Nardi	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Othvin Steuck	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Rudinei Koehler	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Sergio Alves dos Santos	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Valdemar da Cruz	01/03/2013	a	28/02/2014	10/01/2015	a	29/01/2015
Valdemar Fernandes de Souza	01/10/2013	a	30/09/2014	05/01/2015	a	03/02/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 235/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 241/2014

PORTARIANº. 241/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve INDENIZAR:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: VALDEMAR DA CRUZ

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, 10 (dez) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xavantina**PREFEITURA****CONTRATO Nº 138/2014 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: XAVANTINA MADEIRAS LTDA ME.

Contrato nº: 138/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE URGÊNCIA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E RETROESCAVADEIRA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/03/2015.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 27/2014 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.

Contratado: LABORATÓRIO XAVANTINA LTDA.

Número do Contrato: 27/2014 - FMS

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA COLETA E REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 28/2014 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.

Contratado: BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL-HOSPITAL SÃO ROQUE.

Número do Contrato: 28/2014 - FMS

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE MAMOGRAFIAS.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 29/2014 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.

Contratado: REUNIDAS TURISMO S.A.

Número do Contrato: 29/2014 - FMS

Objeto: OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA PACIENTES QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR FORA DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA (TFD).

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 30/2014 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.

Contratado: CMN INFORMÁTICA LTDA.

Número do Contrato: 30/2014 - FMS

Objeto: OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO NA SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE COM MIGRAÇÃO DE TODOS OS DADOS DOS SISTEMAS ORA EM USO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS E SUPORTE TÉCNICO, JÁ INCLUIAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS QUANDO HOUVEREM.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 31/2014 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.

Contratado: SOCIEDADE MÉDICA GONZALLES S/C LTDA.

Número do Contrato: 31/2014 - FMS

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSIS DE EXAMES DE ULTRA-SONOGRAFIA.

Data da Assinatura: 22/12/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

ERRATA 01 EDITAL PP 63-2014 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2014 PMXV

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014 PMXV

Objeto: Contratação de empresa do ramo de produções artísticas para contratação de banda/grupo/artista/dupla sertaneja para animação da 3ª Expo Xavantina, que será realizada entre os dias 30 de janeiro de 2015 a 01 de fevereiro de 2015, conforme Lei Municipal 1.413, de 09 de dezembro de 2014 e especificações constantes no item 10 e Anexo "C" deste Edital.

ERRATA Nº 01

O Município de Xavantina/SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO que:

Altera o Anexo "C", Item 3 e o Item 2.2.3 do Contrato do edital do Processo Licitatório nº 92/2014 PMXV, modalidade Pregão Presencial nº 63/2014 PMXV, nos seguintes termos:

1 - Fica alterado o Item 3 do Anexo "C" do edital de licitação em referência, na seguinte forma:

ANEXO "C"**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Lote	Item	Descrição	Quant.	Unid.	Preço Unitário em R\$	Preço Total por Item em R\$
01	01	Show com _____. Show de no mínimo, 2:30 hs (duas horas e trinta minutos), começando o show as 21:30 horas do dia 30 de janeiro de 2015 e termino as 24:00 horas do dia 30 de janeiro de 2015.	01	Show		
	02	Show com dupla sertaneja _____. Show de no mínimo, 1:45 hs (uma hora e quarenta e cinco minutos), começando o show as 23:00 horas do dia 31 de janeiro de 2015 e termino as 00:45 horas do dia 01 de fevereiro de 2015.	01	Show		
	03	Show gauchesco com _____. Show de no mínimo, 2:30 hs (duas horas e trinta minutos), começando o show as 21:30 horas do dia 01 de fevereiro de 2015 e termino as 24:00 horas do dia 01 de fevereiro de 2015.	01	Show		
Preço Máximo do Lote 01						R\$ 80.000,00

2 - Fica alterado o Item 2.2.3 do Contrato do edital de licitação em referência, na seguinte forma:

2.2.3 - Para o dia 01 de fevereiro de 2015, a proponente deverá oferecer em sua proposta comercial 1 (um) show gauchesco exclusivamente devendo ser uma as seguintes bandas/grupos/artista: Os Serranos; ou Tche Garotos; ou Os Monarcas; ou Gaúcho da Fronteira; ou Chiquito e Bordoneio. O Show deverá ser de no mínimo, 2:30 hs (duas horas e trinta minutos), começando o show as 21:30 horas do dia 01 de fevereiro de 2015 e termino as 24:00 horas do dia 01 de fevereiro de 2015.

3 - Todas as demais condições estabelecidas no edital continuam vigentes.

Xavantina/SC, em 23 de dezembro de 2014.

MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.	VALMOR DE SOUZA OAB/SC 12.717
--------------------------------------------	----------------------------------

TERMO DE COMPROMISSO PP 62-2014 PMXV - 01

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2014 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 62/2014 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.578.202/0001-87, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. GERSON PEDRO SAMPAIO, portador do CPF nº 692.006.969-53, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 62/2014 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a Possível Aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Polícia Militar.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
1	180.000,00	LT	2,20	ÓLEO DIESEL S500

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 62/2014 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 23 de dezembro de 2014.

SAFRA DIESEL LTDA Gerson Pedro Sampaio	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
-------------------------------------------	--------------------------------------------

TERMO DE COMPROMISSO PP 62-2014 PMXV - 02

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2014 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 62/2014 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa SIVIERO DIESEL LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.592.286/0001-03, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. GILMAR FIORINI, portador do CPF nº 485.819.689-53, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 62/2014 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a Possível Aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Polícia Militar.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
2	180.000,00	LT	2,36	ÓLEO DIESEL S10

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 62/2014 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 23 de dezembro de 2014.

SIVIERO DIESEL LTDA Gilmar Fiorini	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---------------------------------------	--------------------------------------------

TERMO DE COMPROMISSO PP 62-2014 PMXV - 03

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2014 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 62/2014 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa POSTO SANDRA LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.576.958/0001-97, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. GILBERTO LUIZ FASOLO, portador do CPF nº 594.011.419-91, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 62/2014 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a Possível Aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Polícia Militar.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
3	40.000,00	LT	2,96	GASOLINA COMUM

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 62/2014 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 23 de dezembro de 2014.

POSTO SANDRA LTDA Gilberto Luiz Fasolo	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
-------------------------------------------	--------------------------------------------

Consórcios**ARIS****DELIBERAÇÃO Nº 019/2014**

DELIBERAÇÃO n. 019/2014

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas da Concessão dos Serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Urbana Regular, transporte e Disposição Final de Resíduos Sólidos Domiciliares da Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda, no Município de Navegantes/SC.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, II, 35, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício s/n, de 10 de novembro de 2014, no qual a concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., requer autorização para reajuste da tabela tarifária dos Serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Urbana para realizar os serviços de coleta regular, transporte e disposição final de resíduos sólidos domiciliares no Município de Navegantes/SC; e considerando o PARECER TÉCNICO n. 049/2014 da Diretoria de Regulação da ARIS, apresentado anexo ao procedimento administrativo n. 214/2014 vem:

1. Conceder o reajuste tarifário em até 3,65%, com base no IGP-M (FGV), compreendido no período de Dezembro/2013 a Novembro/2014, conforme parecer da diretoria de regulação da ARIS, anexo ao procedimento administrativo n. 214/2014 e com base na Cláusula Quarta do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão n. 33/2002 de 01/jun/2012;
2. Os novos valores de tarifa terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados da data desta deliberação além da publicação e divulgação pela Concessionária aos usuários;
3. A Concessionária deve encaminhar a esta agência reguladora, cópia da nova tabela tarifária, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município e no site da empresa.

Florianópolis, 28 de novembro de 2014.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

DELIBERAÇÃO Nº 024/2014

DELIBERAÇÃO n. 024/2014

Dispõe sobre a autorização para recomposição das tarifas dos serviços públicos de Coleta de Resíduos e Limpeza Urbana praticadas no Município de Itapema/SC.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, II, 35, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando as solicitações de recomposição encaminhadas pela concessionária, requerendo autorização para reajuste da tabela tarifária dos Serviços Públicos de Coleta de Resíduos e Limpeza Urbana no Município de Itapema/SC; e considerando o parecer técnico n. 040/2014 da Diretoria de Regulação da ARIS, vem:

1. Conceder a recomposição financeira em 9,168% sob o Serviço de Coleta: Domiciliar; Domiciliar - Alta Temporada; Seletiva,

Disposição Final e de Contêiner;

2. Conceder reajuste para recomposição financeira em 14,838% sob o Serviço de Varrição Limpeza de Praias; Serviços Gerais.

3. Os novos valores de tarifa terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados da data desta deliberação além da publicação e divulgação pela Concessionária aos usuários;

4. A Concessionária deve encaminhar a esta agência reguladora, cópia da nova tabela tarifária, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município e no site da empresa.

Florianópolis, 19 de Dezembro de 2014.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

CIGA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de 2014, às 14 horas, na sede do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no endereço constante do rodapé, compareceram os membros da Comissão de Licitação abaixo signatários, para, na forma da lei nº 10.520/02 e alterações posteriores, proceder a sessão de abertura dos trabalhos licitatórios do Pregão Presencial nº 10/2014 - Registro de Preços, objeto do processo licitatório nº 24/2014, destinado a aquisição futura de combustíveis, dos tipos gasolina comum, gasolina aditivada e álcool para o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do presente Edital.

O Pregoeiro declarou aberta a sessão e efetuou o recebimento dos envelopes: Credenciamento, Proposta de Preços e Habilitação. A empresa participante dessa licitação, mediante entrega dos envelopes solicitados no edital, é a seguinte: Posto Galo Ltda.. Todos os envelopes foram conferidos pelo Pregoeiro.

Logo, o Pregoeiro procedeu com o credenciamento da licitante mediante a verificação da documentação apresentada pelo credenciado para fins de habilitação no certame. Toda a documentação de identificação do representante da empresa participante estava adequada e foi rubricada pelo Pregoeiro. Na sequência, o envelope da Proposta de Preços recebido foi aberto para verificação da proposta quanto à conformidade com os requisitos do Edital, bem como foi rubricada pelo Pregoeiro. A proposta apresentada atendeu aos requisitos do Edital, sendo o preço ofertado de acordo com o valor estimado no Edital. O Pregoeiro em negociação com a empresa licitante questionou se a proposta apresentada seria o lance final, sendo que o representante da licitante informou que o valor final seria mantido totalizando R\$ 23.775,00 (vinte e três mil e setecentos e setenta e cinco reais). Sendo assim, o Pregoeiro procedeu com a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação da única licitante, para fins de verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas pelo Edital. Após a verificação dos documentos, o Pregoeiro validou e rubricou toda a documentação exigida, sendo que todos estavam dentro do prazo de validade. Desta forma, o Pregoeiro considerou a empresa Posto Galo Ltda. habilitada e vencedora do certame. O Pregoeiro deu por encerrada a Sessão Pública, da qual constam as assinaturas dos presentes, conforme a presente Ata.

Florianópolis, 23 de dezembro de 2014.

Marcello André Previdi

Pregoeiro

Angelo do Amaral Brasil
Posto Galo Ltda.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES Nº 01/2014 - RETIFICADO

PROTOCOLO DE INTENÇÕES nº 01/2014

Protocolo de intenções que celebram a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), a Escola de Gestão Pública Municipal (EGEM), o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) e a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS).

A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS (FECAM), associação civil sem fins econômicos, CNPJ nº 75.303.982/0001-90, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representada por seu Presidente, o Prefeito de Taió Sr. Hugo Lembeck;

A ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (EGEM), associação civil sem fins econômicos, CNPJ nº 08.940.383/0001-90, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representada por seu Presidente, o Prefeito de Forquilha Sr. Vanderlei Alexandre;

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), associação pública de direito público, CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito de Herval d'Oeste Sr. Nelson Guindani; e

A AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), associação pública de direito público, CNPJ nº 11.400.360/0001-05, neste ato representada por seu Presidente, Prefeito de Corupá, Sr. Luiz Carlos Tamanini,

Considerando:

1. Que todas as entidades acima nominadas foram instituídas pelos municípios catarinenses, recaindo sobre o Chefe do Poder Executivo Municipal a representação judicial e extrajudicial das mesmas, sendo que em todas elas há previsão estatutária de que o cargo de Presidente é ocupado por Chefe do Poder Executivo Municipal escolhido mediante eleição entre seus pares;

2. Que a FECAM e a EGEM têm natureza jurídica de associação civil, de direito privado, embora suas atividades tenham nítido caráter público, ante os objetivos estatutários, destacando-se a representação dos municípios frente a outras esferas de governo (federal e estadual), a realização de atividades em favor da boa gestão na Administração Pública, e a constante capacitação de agentes públicos municipais;

3. Que o CIGA e a ARIS têm natureza jurídica de associação pública, de direito público, constituindo-se em órgãos da administração indireta dos municípios consorciados, cujas atividades são de flagrantemente natureza pública;

4. Que todas as entidades têm como área de atuação os municípios do Estado de Santa Catarina, no caso da FECAM mediante filiação individual; por meio das Associações de Municípios no caso da EGEM; e, por meio de consorciamento individual (nos casos do CIGA e da ARIS);

5. Que a constituição da FECAM, no ano de 1980, teve como propósito a representação dos municípios catarinenses perante outras esferas de governo, tendo-se desenvolvido atividades contínuas nesse sentido, bem como ações diretamente em favor dos municípios, a exemplo da Rede Catarinense de Informações Municipais (RedeCIM) e do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS);

6. Que no decorrer da última década, visando fortalecer as ações que já vinham sendo executadas diretamente pela FECAM, foram instituídas as demais entidades, sendo a EGEM voltada à capacitação de agentes públicos, o CIGA focado no desenvolvimento de tecnologias da informação a serem empregadas nos municípios

catarinenses em favor de suas Administrações Públicas e da própria sociedade, e a ARIS, com objetivo de regular e fiscalizar os serviços de saneamento básico, em cumprimento aos novos paradigmas estabelecidos na Lei nº 11.445/07, que instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico;

7. Que a atuação de todas as entidades dá-se frequentemente de modo cooperativo, em verdadeira representação do federalismo cooperativo, de índole constitucional, expresso no art. 241 da CRFB;

8. Que desde a constituição da EGEM, CIGA e ARIS, essas entidades sempre estiveram instaladas em endereço comum à FECAM;

9. Que a proximidade das instalações físicas das entidades, visando a conservação dessa atuação cooperativa, de benefícios evidentes às entidades ora nominadas, é condição natural para a obtenção de resultados eficientes às finalidades a que se propõem cada uma das entidades;

10. Que atualmente as entidades estão situadas no mesmo endereço, porém a estrutura não comporta as necessidades de expansão das entidades, especialmente do CIGA e da ARIS, as quais já realizaram ou estão realizando concursos públicos para o provimento de cargos, a exigir novos espaços físicos para lotação dos agentes públicos a serem contratados;

11. Que a sede atual das entidades nominadas configura-se em imóvel alugado, cujo contrato de locação é firmado pela FECAM, estando expressamente admitida a sede das demais entidades, e que o prazo de locação mínimo já fora cumprido, não havendo multa pela rescisão contratual;

12. Que é adequada às entidades a manutenção de suas respectivas sedes em endereço situado na Capital do Estado de Santa Catarina, seja pela representatividade que exercem, sejam pelos relacionamentos com outras entidades públicas, especialmente aquelas da esfera estadual e federal;

13. Que as limitações próprias da Capital do Estado de Santa Catarina quanto à mobilidade recomendam a instalação da sede das entidades nominadas na área continental da Capital, evitando-se o deslocamento de agentes públicos municipais à área insular da Capital porque redundaria em aumento de tráfego nas vias de acesso e implicaria em notável tempo disperso com tal locomoção, contrariando assim o princípio da eficiência;

14. Que as disponibilidades orçamentárias e financeiras das entidades, e a perspectiva de atividades constantes nos respectivos planejamentos internos, recomendam a aquisição de sede própria, capaz de atender as demandas individuais e aquelas executadas de modo cooperativo pelas entidades antes nominadas; e

15. Que a aquisição de imóvel e ou contratação de obra pública, dada a natureza jurídica do CIGA e da ARIS, exigem o respeito ao disposto no art. 37, XXII, da CRFB, sendo-lhes aplicável a legislação geral sobre licitações públicas e contratos administrativos.

As entidades antes nominadas resolvem celebrar o presente Protocolo de Intenções, tendo por objeto a tomada de decisão e os procedimentos conjuntos entre os parceiros no que concerne à pesquisa de mercado, necessidades e definições para aquisição de imóvel, edificado ou não, destinado à sede das respectivas entidades, obedecidas as seguintes diretrizes:

1. A aquisição de imóvel e deverá ser executada de acordo com os procedimentos aplicáveis aos órgãos públicos, notadamente as normas gerais sobre licitações públicas e contratos administrativos, previstas na legislação nacional;

2. Deverá ser adquirido imóvel com características técnicas capazes de atender as demandas individuais e cooperativas de todas as entidades, conforme especificações mínimas indicadas no Anexo Único - Descritivo das necessidades de cada entidade;

3. No caso de aquisição de imóvel não edificado (terreno), deverá ser realizada aquisição em forma de condomínio, devendo ser elaborado novo protocolo de intenções pertinente à edificação da obra;

4. No caso de aquisição de imóvel edificado, deverá ser precedida a devida incorporação, a fim de permitir a aquisição de títulos de

propriedade individuais a cada entidade;

5. A contratação decorrente deste Protocolo de Intenções deverá ser formalizada mediante processo administrativo específico, devendo ser designada Comissão Especial para tanto, composta por agentes públicos e empregados de cada uma das entidades, formalmente indicados, cuja presidência será decidida entre os membros designados;

6. As publicações dos atos decorrentes deste Protocolo de Intenções deverão ser realizadas por todas as entidades, conforme dispuser a legislação ou estatuto de cada uma delas acerca da publicidade oficial;

7. As decisões técnicas deverão ser tomadas pela Comissão Especial, a qual poderá se valer de diligências ou requer a elaboração de pareceres técnicos ou jurídicos visando a regular instrução do processo administrativo, cabendo a ratificação e homologação do processo administrativo à autoridade competente, ora definida como a assembleia especial, composta pelos Presidentes de cada uma das entidades, somente admitindo-se as decisões desta assembleia tomadas por votação unânime;

8. A Comissão Especial deverá instruir o processo administrativo com as pesquisas, laudos e pareceres que julgar pertinentes, devendo anexar, necessariamente:

a. Laudos de avaliação técnica e econômica dos imóveis considerados;

b. Minuta de ocupação, uso e manutenção do condomínio, se for o caso;

c. Memoriais descritivos, fotos e informações pertinentes, benfeitorias a serem realizadas, enfim, conjunto de informações aptas a dotar a decisão administrativa de elementos suficientes à sua motivação.

9. Findo o processo administrativo, caberá a cada entidade, individualmente, validá-lo internamente, emitindo decisão pelas respectivas autoridades competentes acerca da contratação do imóvel;

10. Deverão ser aproveitados os atos já realizados pelas entidades pertinentes ao objeto do presente Protocolo de Intenções, os quais deverão ser juntados ao processo administrativo;

11. A Comissão Especial deverá executar a fase interna da contratação administrativa, valendo-se de pesquisas de mercado e da regular instrução do processo administrativo, elaborando relatório final em que aponte as alternativas possíveis e opine a respeito da contratação, inclusive sobre a abertura de processo licitatório, se for o caso, ou da contratação direta, respeitada a legislação sobre licitações e contratos administrativos;

12. A Comissão Especial disporá de prazo de 15 dias, prorrogáveis por mais 10 dias, a contar da data de sua instituição, para conclusão dos trabalhos ora delineados.

13. O presente Protocolo de Intenções tem prazo de duração atrelado ao seu escopo, prevendo-se a conclusão da aquisição de imóvel no prazo de dois meses, devendo-se prorrogar este protocolo por mais um mês, caso o objeto assim demandar;

14. As despesas necessárias à execução do objeto do presente Protocolo de Intenções serão suportadas por cada uma das entidades, na devida proporção, as quais deverão prever as mesmas em seus respectivos orçamentos, cuja comprovação deverá ser anexada oportunamente aos autos do processo administrativo.

15. Este Protocolo de Intenções deverá ser publicado em forma de extrato por cada uma das entidades, e entrará em vigor no dia primeiro útil posterior ao da última publicação;

16. As partes elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir quais conflitos a respeito desse Protocolo de Intenções;

Devidamente pactuado, este Protocolo de Intenções segue assinado pelos Presidentes das entidades parceiras, tendo por testemunhas os Diretores a seguir indicados.

Florianópolis, 27 de novembro de 2014.

HUGO LEMBECK
PRESIDENTE DA FECAM

VANDERLEI ALEXANDRE
PRESIDENTE DA EGEM

NELSON GUINDANI
PRESIDENTE DO CIGA

LUIZ CARLOS TAMANINI
PRESIDENTE DA ARIS

Testemunhas:

Celso Vedana

Diretor de Articulação Institucional da FECAM

CPF: 219.299.049-91

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CPF: 912.833.619-49

Alexandre Alves

Diretor Geral da EGEM

CPF: 789.439.659-15

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CPF: XXXXXXXXXXXXX

ANEXO ÚNICO

Requisitos mínimos para a aquisição do Imóvel:

- Área útil aproximada de 2.000 m2, podendo ser a seguinte divisão:

a) ARIS: de 500 a 600 m2;

b) CIGA: de 170 a 260 m2;

c) EGEM: de 150 a 200 m2;

d) FECAM: de 700 a 1000 m2.

- Garagens: possuir pelo menos 20 (vinte) vagas;

- Possuir, no mínimo, 4 (quatro) banheiros;

- Possuir tubulação para cabeamento estruturado;

- Climatização (ar de janela ou split);

- Possuir rede de telefonia implantada ou que permita a implantação sem necessidade de obras e serviços de engenharia;

- Localização na área continental de Florianópolis/SC, para fácil acesso aos visitantes que chegam de viagem;

- Possuir área privativa segura, independente de sistemas de vigilância;

- Possuir a salubridade necessária para o desempenho das atividades funcionais;

- Possuir acessibilidade para pessoas com deficiência;

- Possuir elevadores com dimensões mínimas de 100cm x 140cm;

- Imóvel com Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros;

- Imóvel com Alvará de habite-se da Prefeitura Municipal;

- Áreas adquiridas deverão ter registros individuais, bem como suas garagens, salvo edificações mais antigas.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, no uso de suas atribuições legais, homologa o Pregão Presencial nº 10/2014 - Registro de Preços - Processo Licitatório nº 24/2014, no qual restou vencedora do certame a empresa POSTO GALO LTDA., conforme ata da sessão pública colacionada aos autos do Processo Licitatório nº 24/2014.

Florianópolis, 23 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani

Presidente do CIGA

TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

Após análise da documentação apresentada referente ao Pregão Presencial nº 10/2014 - Registro de Preços, o Sr. Marcello André Previdi, pregoeiro responsável, adjudica a empresa vencedora POSTO GALO LTDA., conforme ata da sessão pública colacionada aos autos do Processo Licitatório nº 24/2014.

Florianópolis, 23 de dezembro de 2014.

Marcello André Previdi

Pregoeiro

Editais de Notificação

IMBITUBA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.768 298/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - ZONA AZUL - 28143

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.768 298/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CYP1567	55065837E	29/07/2014	55416	181 * XVII	53.20
LXY0031	55065946E	18/08/2014	55413	181 * XVII	53.20
MEH4785	55065940E	14/08/2014	55416	181 * XVII	53.20
MFW7624	55065987E	28/08/2014	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2014.
CARLOS FERNANDO DEM TRIO
AUTORIDADE DE TRANSITO

IPUMIRIM

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 14/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 14/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXX4305	18546	28/08/1998	55500	181 * XVIII	85.12
LZO0577	18566	09/07/1998	54010	181 * III	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 15/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 15/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYG2566	19993	09/12/1998	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 16/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 16/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXU2738	18550	21/01/1999	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 17/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 17/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEL4546	18572	26/02/1999	54600	181 * IX	85.12
LWS6316	19515	26/02/1999	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 18/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 18/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCJ1310	19999	18/03/1999	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 19/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 19/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYR1912	18574	21/03/1999	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 20/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 20/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYK5618	19520	08/05/1999	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 21/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 21/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYS6717	19522	06/06/1999	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 22/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 22/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZG3176	18579	26/07/1999	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 23/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 23/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBP1210	17257	26/08/1999	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 24/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 24/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYO4107	17268	05/10/1999	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 25/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 25/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICW5721	17267	05/10/1999	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 26/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 26/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWV8966	17269	05/11/1999	55500	181 * XVIII	85.12
MAD8817	17264	26/09/1999	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 27/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 27/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IBU5276	17274	10/12/1999	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 28/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 28/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBK3770	17283	09/01/2000	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 29/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 29/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBK3770	19539	07/02/2000	65990	230 * V	191.53
MBK3770	19540	07/02/2000	65800	230 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 30/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 30/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYO3347	19546	28/09/2000	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 31/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 31/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAE7471	54491474	16/12/2000	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 32/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 32/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCW7240	54491507A	07/04/2001	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 33/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 33/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZD3294	54491559A	16/04/2001	65990	230 * V	191.53
MAE6168	54491495	10/09/2001	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 34/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 34/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACP0142	54491496	27/09/2001	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 35/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 35/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZI9938	54491497	14/10/2001	69120	232	53.20
LZI9938	54491499	14/10/2001	73400	252 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 36/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 36/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBB7570	54491500	31/10/2001	55500	181 * XVIII	85.12
MBF8238	54491609A	03/11/2001	66100	230 * VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 37/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 37/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBI6586	54491605A	03/11/2001	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 38/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 38/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXT7910	54491515A	27/11/2001	56650	182 * X	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 384/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 384/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AOQ5696	54925082D	25/03/2013	51180	164 c/c 162 * I	574.61
AOQ5696	54925083D	25/03/2013	65992	230 * V	191.53
AOQ5696	54925081D	25/03/2013	50100	162 * I	574.61
MDW5321	54925403D	19/04/2013	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 387/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 387/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDD6735	54925581D	22/05/2013	70302	244 * I	191.53
MDD6735	54925422D	22/05/2013	67691	230 * XXII	85.12
MKL2591	54925050D	21/05/2013	61220	214 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 389/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 389/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHE6451	54925427D	31/05/2013	67691	230 * XXII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 39/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 39/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZC5199	54491520A	28/02/2002	66370	230 * IX	127.69

LZC5199	54491518A	28/02/2002	65990	230 * V	191.53
MAF4093	54491625A	17/02/2002	65560	230 * I	191.53
MAJ9667	54491629A	25/02/2002	55680	181 * XIX	127.69
MAY5454	54491628A	19/02/2002	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 393/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 393/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDM1636	54925477D	27/06/2013	50100	162 * I	574.61
MDM1636	54925479D	27/06/2013	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MDM1636	54925596D	27/06/2013	65561	230 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 395/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 395/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KAM0524	54925476D	27/06/2013	65992	230 * V	191.53
KAM0524	54925595D	27/06/2013	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 398/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 398/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJU5867	54925047D	15/05/2013	61220	214 * I	191.53
LXJ2982	54924905D	11/01/2013	51691	165	1915.38
LXJ2982	54924904D	11/01/2013	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 40/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 40/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXJ8257	54491631A	28/02/2002	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 400/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 400/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHB3130	54925584D	03/06/2013	65561	230 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 401/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 401/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKF9207	54925511D	21/08/2012	65992	230 * V	191.53
MHA5372	54924960D	18/09/2012	54100	181 * IV	85.12
MIH1038	54607791C	25/09/2012	54522	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 404/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 404/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHG1254	54925517D	11/09/2012	60502	208	191.53
AIE3188	54925397D	21/09/2012	50100	162 * I	574.61
LXB1423	54925393D	31/08/2012	54870	181 * XI	127.69
LXB1423	54925394D	31/08/2012	51691	165	957.69
MAP3951	54925513D	27/08/2012	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MAP3951	54925512D	27/08/2012	50100	162 * I	574.61
MAX1210	54925600D	17/08/2013	66371	230 * IX	127.69
MHA2684	54925482D	17/08/2013	70302	244 * I	191.53
MHE6451	54925446D	17/08/2013	65800	230 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 405/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 405/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CLC9761	54925124D	06/09/2012	51851	167	127.69
DGU7474	54925130D	11/09/2012	51851	167	127.69
INS4443	54925129D	11/09/2012	61220	214 * I	191.53
LWV4977	54925013D	20/08/2012	50100	162 * I	574.61
LXG1727	54925530D	08/10/2012	54522	181 * VIII	127.69
LZU9269	54925515D	11/09/2012	54100	181 * IV	85.12
MAM6796	54925523D	02/10/2012	54010	181 * III	127.69
MBV1739	54607785C	25/08/2012	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBV1739	54607784C	25/08/2012	50100	162 * I	574.61
MCN3965	54925396D	18/09/2012	65992	230 * V	191.53
MCT0375	54925015D	21/09/2012	50100	162 * I	574.61
MCT0375	54925016D	21/09/2012	66101	230 * VII	127.69
MHA2684	54925483D	17/08/2013	58350	195	127.69
MJD9412	54925066D	25/09/2012	61220	214 * I	191.53
MJQ6829	54924956D	28/08/2012	73662	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 409/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 409/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ILJ7310	54925309D	23/09/2013	51180	164 c/c 162 * I	574.61
ILJ7310	54925308D	23/09/2013	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 41/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 41/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BRN6243	54491636A	23/03/2002	56140	182 * V	127.69
BRN6243	54491637A	23/03/2002	64910	227 * II	53.20
LXS4152	54491517A	28/02/2002	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 42/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 42/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDV7120	54491658A	01/05/2002	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 43/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 43/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZQ1685	54491647A	06/05/2002	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 44/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 44/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZS1411	54491701A	11/06/2002	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 45/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 45/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABN5071	54491660A	14/06/2002	54870	181 * XI	127.69
ADG7627	54491705A	26/06/2002	55680	181 * XIX	127.69
LZJ3757	54491703A	12/06/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LZU8474	54491661A	24/06/2002	55500	181 * XVIII	85.12
MBQ9730	54491704A	17/06/2002	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 46/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 46/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEX1963	54491709A	20/07/2002	52740	175	191.53
LXJ1817	54491708A	17/07/2002	54520	181 * VIII	127.69
LXV0811	54491713A	28/07/2002	50100	162 * I	574.61
LXV0811	54491714A	28/07/2002	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MAG0162	54491716A	29/07/2002	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 47/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 47/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZE0574	54491719A	16/08/2002	57200	186 * I	127.69
MBC7420	54491717A	14/08/2002	55680	181 * XIX	127.69
MDS5140	54491718A	13/08/2002	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.163 48/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 48/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWT9123	54491722A	03/09/2002	55500	181 * XVIII	85.12
MDS5140	54491725A	10/09/2002	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 49/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 49/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXV0811	54491674A	28/10/2002	55250	181 * XV	85.12
LZA3982	54491730A	20/10/2002	65990	230 * V	191.53
LZA3982	54491729A	20/10/2002	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LZA3982	54491728A	20/10/2002	50100	162 * I	574.61
LZE4217	54491731A	23/10/2002	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 50/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 50/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BKW5800	54491738A	31/10/2002	52070	169	53.20
LXR9934	54491734A	27/10/2002	70480	244 * II	191.53
LYL9307	54491667A	25/10/2002	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LYL9307	54491666A	25/10/2002	50100	162 * I	574.61
LYL9307	54491668A	25/10/2002	67690	230 * XXII	85.12
MCD8768	54491733A	27/10/2002	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 51/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 51/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWY0343	54491740A	15/11/2002	70480	244 * II	191.53
MBO8716	54491677A	13/11/2002	73400	252 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 52/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 52/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICG4587	54491680A	04/12/2002	50610	163 c/c 162 * I	574.61
ICG4587	54491679A	04/12/2002	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 59/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 59/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYU8528	54491546A	28/08/2003	50100	162 * I	574.61
LYU8528	54491548A	28/08/2003	69120	232	53.20
LYU8528	54491693A	28/08/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LYU8528	54491547A	28/08/2003	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 385/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 385/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDK7766	54925090D	14/06/2013	61220	214 * I
MER5554	54925440D	18/06/2013	66102	230 * VII
MIZ3311	54925092D	20/06/2013	61220	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 386/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 386/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BMM1323 54925475D 27/06/2013 65992 230 * V
MJS5394 54925096D 17/07/2013 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 388/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 388/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DRI7791	54925093D	08/07/2013	54010	181	*	III
MAU0907	54924862D	07/07/2013	65992	230	*	V
MCT0375	54925442D	12/07/2013	50100	162	*	I
MCT0375	54925481D	12/07/2013	64080	221		
MCT0375	54925480D	12/07/2013	51180	164	c/c	162 * I
MGH0400	54925097D	26/07/2013	59594	203	*	IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 390/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 390/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAU0907	54924860D	09/07/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 391/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 391/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHL8798 54925597D 17/08/2013 65992 230 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 392/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 392/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZD0951 54924864D 06/08/2013 54600 181 * IX
MGT7197 54925443D 08/08/2013 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 394/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 394/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCZ4969	54925488D	17/08/2013	65561	230 * I
MEN9555	54925491D	17/08/2013	65561	230 * I
MGJ1429	54925447D	17/08/2013	65561	230 * I
MLA4907	54925448D	17/08/2013	50450	162 * V
MLA4907	54925445D	17/08/2013	50450	162 * V
MLD7704	54925143D	06/08/2013	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 396/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 396/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACO7874	54925490D	17/08/2013	67000	230 * XVI
ALR2525	54925487D	17/08/2013	65992	230 * V
ALR2525	54925486D	17/08/2013	51180	164 c/c 162 * I
ALR2525	54925485D	17/08/2013	50100	162 * I
CCF7428	54924801D	18/08/2013	54281	181 * V
KBR8012	54925494D	18/08/2013	54281	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 397/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 397/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ASW0223 54924804D 20/09/2013 54522 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 399/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 399/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHJ1627 54924866D 08/09/2013 51851 167
MIN3825 54925304D 08/09/2013 50100 162 * I
MIN3825 54925305D 08/09/2013 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 402/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 402/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYK8563 54925255D 20/09/2013 67691 230 * XXII
LYV2850 54925257D 20/09/2013 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 403/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 403/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAL6473 54925145D 23/09/2013 54522 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 406/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 406/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MKM6972 54925148D 04/10/2013 54360 181 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 407/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 407/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBN5474	54925496D	18/10/2013	58191	193
MBN5474	54925099D	18/10/2013	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 408/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 408/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

IOW6120 54925259D 14/11/2013 52070 169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 410/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 410/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCF0069 54925100D 04/11/2013 61220 214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 411/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.163 411/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CRH4851 54924913D 09/11/2013 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

